A REFORMA

Por WILL e ARIEL DURANT
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

Vol. I — Nossa Herança Oriental
Vol. II — Nossa Herança Clássica
Vol. III — César e Cristo
Vol. IV — A Idade da Fé
Vol. V — A Renascença
Vol. VI — A Reforma
Vol. VII — Começa a Idade da Razão
Vol. VIII — A Era de Luís XIV
Vol. IX — A Era de Voltaire
Vol. X — Rousseau e a Revolução
Vol. XI - A Era de Napoleão

A ERA DE NAPOLEÃO

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO continua atingindo centenas de milhares de leitores, firmando-se como um dos maiores e mais conceituados clássicos de História. Neste triunfante trabalho de Will e Ariel Durant, a figura central é Napoleão, o herói arquetípico cuja mente incansável, ambiciosa e brilhante dominou sua época e jamais deixou de fascinar o mundo que ele ajudou a moldar no curso de suas ambições.

Os Durant recriam a vida, a história, as artes, as ciências, a política, a filosofia, os costumes e a moral, o *espírito* enfim da turbulenta época que teve início com a Revolução Francesa, terminou com a queda do Imperador e deu origem ao mundo moderno. Desde o campesinato feudal em revolta, passando pelas antigas monarquias que se transformaram nos Estados modernos, até a Revolução Industrial. Uma era que incluiu grandes guerreiros como Napoleão e Wellington, grandes artistas como Chateaubriand, Byron, William Blake, Jane Austen, Wordsworth, Beethoven, Turner, Coleridge, Shelley, grandes filósofos como Fichte, Hegel, Godwin, Malthus, Bentham, grandes cientistas como Janner, Dalton, Rumford e Davy, grandes homens da política como o Pitt mais jovem, Charles James Fox, Metternich, Talleyrand, Mirabeau, Marat, monarcas poderosos como Paulo I da Rússia, Alexandre I da Rússia, George III da Inglaterra, Francisco II da Áustria, os exilados Bourbons, e o multiforme Imperador que dá nome ao volume...

Para essa vasta tarefa, os Durant recorreram a seu talento especial, descrevendo com habilidade e refinamento a agitação de uma França renascente, a idade áurea do poder e sofisticação ingleses, a agonia da Rússia enfrentando guerras intestinas e com Napoleão, o declínio da Áustria antiga, a luta da Prússia para readquirir seu *status* de grande potência, a emergência de um novo mundo a partir das longas guerras da era de Napoleão e da efervescência artística, cultural e filosófica dessa época.

Décimo primeiro, e último, volume da vitoriosa A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO, uma obra-prima e um clássico perene, a *A era de Napoleão* é uma narrativa para ser lida de um só fôlego, como um romance, e ao mesmo tempo um grande e inestimável repositório de informações.

Por WILL e ARIEL DURANT
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

Vol. I — Nossa Herança Oriental
Vol. II — Nossa Herança Clássica
Vol. III — César e Cristo
Vol. IV — A Idade da Fé
Vol. V — A Renascença
Vol. VI — A Reforma
Vol. VII — Começa a Idade da Razão
Vol. VIII — A Era de Luís XIV
Vol. IX — A Era de Voltaire
Vol. X — Rousseau e a Revolução
Vol. XI — A Era de Napoleão

Prefácio

"Pela metade do século XX", diz a *Encyclopaedia Britannica* (XVI, I oa), "a literatura sobre Napoleão já contava com mais do que 100.000 volumes." Por que ajuntar mais um a essa pilha? Não temos melhor motivo do que dizer que as Parcas repetidamente esqueceram-se de nós, e nos deixaram para uma vida passiva, de pacíficas leituras, após 1968. Cansamo-nos desse lazer insípido ao qual não estávamos habituados. Para dar a nossos dias algum propósito e um programa, decidimos aplicar à Era de Napoleão (1789-1815) nosso método favorito de história integral, tecendo em uma narrativa todos os aspectos memoráveis da civilização européia daqueles 27 anos: governo, guerra, economia, moral, costumes, religião, ciência, medicina, filosofia, literatura, arte dramática, música e artes plásticas; observar tudo isto como elementos de um quadro em movimento, como as partes integrantes de um único todo. Veríamos o Primeiro-Ministro William Pitt ordenando a prisão do escritor Tom Paine; o químico Lavoisier e a mística Charlotte Corday subindo à guilhotina; o Almirante Nelson tomando Lady Hamilton como sua amante; Goethe antevendo um século de grandes eventos a partir da batalha de Valmy; Wordsworth entusiasmando-se com a Revolução Francesa, Byron com os Gregos; Shelley ensinando ateísmo aos bispos e lentes de Oxford; Napoleão combatendo reis e aprisionando um papa, arreliando médicos e filósofos, levando meia centena de pessoas eruditas e cientistas para conquistar ou revelar para o mundo o Egito, perdendo a dedicatória de Beethoven na *Eroica* por um império, discutindo drama com Talma, pintura com David, escultura com Canova, história com Wieland, literatura com Goethe, e lutando uma guerra de 15 anos com a vulnerável, porém indomável, Mme. de Staël. Essa visão despertou-nos de nossa septuagenária e octogenária lassidão, para uma audaciosa resolução de dedicar nossos conhecimentos acadêmicos amadores a retratar essa excitante e agitada Era como um conjunto vivo. E será que devemos confessá-lo? Alimentamos desde nossa adolescência um dissimulado e afetuoso interesse por Napoleão, não como um mero fomentador de guerras ou déspota, porém como um filósofo, raramente enganado pela aparência, e um psicólogo que estudava incessantemente a natureza humana, nas massas e nos homens individualmente. Um de nós tinha sido bastante temerário para pronunciar dez conferências sobre Napoleão em 1921. Durante 60 anos vínhamos reunindo material acerca dele, de modo que algumas de nossas referências são a livros que uma vez foram de ajuda e hoje estão mortos.

Assim ei-lo aqui: um trabalho de cinco anos, que necessitaria de uma vida inteira; um livro grande demais em seu conjunto, curto demais e inadequado em cada uma de suas partes; somente o medo daquela ceifadora que nos espreitava fez-nos parar. Nós o entregamos, não aos eruditos especialistas, que nada têm a aprender nele, mas a nossos amigos, onde quer que estejam, que foram pacientes conosco durante tantos anos e que poderão encontrar nele algum momento de inspiração ou de brilhante fantasia.

WILL E ARIEL DURANT

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a nossa filha, Ethel Durant Kay, que não somente datilografou imaculadamente o manuscrito, porém muitas vezes melhorou-o com correções e sugestões. Ela foi uma prestimosa e paciente companheira para nós em cada estágio do nosso empreendimento.

A nossos caros amigos Arthur Young e Gala Kourlaeff, que nos emprestaram preciosos livros de suas coleções particulares.

À Biblioteca Pública de Los Angeles, e mais diretamente à sua filial de Hollywood e às funcionárias de sua mesa de informações, especialmente à Sra. Edith Cruikshank e à Sra. Elizabeth Fenton.

A J. Christopher Herold, cujos livros sobre Napoleão e Mme. de Staël foram uma luz e um tesouro para nós. E a Leslie A. Marchand cuja magistral obra *Byron*, em três volumes, moderou com sua riqueza de informações um apego por Byron que já era apaixonado em 1905, quando WD pedia a Deus que livrasse do inferno o poeta aleijado.

A Vera Schneider, que trouxe para a tarefa (que tomou meses) de editorar a obra todo o recurso e a precisão de seu preparo acadêmico. Nosso livro lucrou imensamente com seu trabalho.

E a nosso caro amigo, Fernand, Conde de Saint-Simon, que nos deu tanto de seu tempo levando-nos aos lugares e às coisas de Napoleão em Paris, Versalhes e Malmaison.

No conjunto de tudo, na vida e na história, nós encontramos uma tão grande quantidade de homens e mulheres bons, que perdemos inteiramente a crença na maldade do gênero humano.

NOTA

Nas citações, o grifo para ênfase não é jamais nosso a não ser que assim se declare.

Certas passagens especialmente enfadonhas, que não são essenciais para a história são identificadas pelo tipo menor.

EQUIVALENTES MONETÁRIOS

Não há possibilidade de uma formulação sistemática: moedas que têm hoje os mesmos nomes que naquela época, compravam, há duzentos anos, muito mais que agora, mas algumas vezes menos. A história é inflacionária, talvez apenas devido às repetidas desvalorizações da moeda como uma velha maneira dos governos pagarem suas dívidas; mas a noção de que os bens custavam menos no passado do que agora é devida provavelmente à magia da distância; em termos de trabalho requerido para ganhar o dinheiro necessário para comprá-los, eles geralmente custavam mais. De um modo geral, levando-se em conta muitas exceções e variações nacionais, pode-se comparar algumas moedas européias de 1789 com a moeda dos Estados Unidos de 1970 como segue:

coroa, $ 6.25
ducado, $ 12.50
florim, $ 2.50
franco, $ 1.25
groschen, 1/4 de centavo
guilder, $ 5.25
guinéu, $ 26.25
gulden, $ 5.00
kreuzer, 1/2 centavo
libra, $ 1.25
libra esterlina, $ 25.00
lira, $ 1.25
luís de ouro, $ 25.00
marco, $ 1.25
táler, $ 5.25
vintém (*sou*), 5 centavos
xelim, $ 1.25

Índice

LIVRO I:
A REVOLUÇÃO FRANCESA: 1789-99

CAPÍTULO IV:
A CONVENÇÃO

CAPÍTULO V:
O DIRETÓRIO

CAPÍTULO VI:
A VIDA SOB A REVOLUÇÃO: 1789-99 120

LIVRO II:
A ASCENSÃO DE NAPOLEÃO: 1799-1811

CAPÍTULO VII:
O CONSULADO

LIVRO III: A GRÃ-BRETANHA: 1789-1812

LIVRO V:
FINALE: 1811-15

CAPÍTULO I

Os Antecedentes da Revolução

1774-89

I. O POVO FRANCÊS

A FRANÇA era a mais populosa e próspera nação da Europa. Em 1780 a Rússia tinha 24 milhões de habitantes, a Itália 17 milhões, a Espanha 10 milhões, a Grã-Bretanha 9 milhões, a Prússia 8.6 milhões, a Áustria 7.9 milhões, a Irlanda 4 milhões, a Bélgica 2.2 milhões, Portugal 2.1 milhões, a Suécia 2 milhões, a Holanda 1.9 milhões, a Suíça 1.4 milhões, a Dinamarca 800.000, a Noruega 700.000 e a França 25 milhões.[1] Paris, com cerca de 650.000 habitantes, era a maior, a mais culta e a mais excitante cidade da Europa.

O povo francês estava dividido em três ordens ou classes (*états* — estados): o clero, com cerca de 130.000[2] almas; a nobreza, com cerca de 400.000; e o Terceiro Estado, que incluía todo o restante da população. A Revolução foi a tentativa desse Terceiro Estado, em ascensão econômica porém em desvantagem política, de atingir o poder político e a aceitação social de acordo com sua crescente riqueza. Cada uma das classes era subdividida em subgrupos ou camadas, de maneira que praticamente cada um podia ter o prazer de ver alguém abaixo de si.

A classe mais rica era a hierarquia eclesiástica: cardeais, arcebispos, bispos e abades; entre os mais pobres do clero estavam os pastores e curas da campanha. Aqui o fator econômico cruzou as linhas de doutrina e na Revolução o baixo clero juntou-se à plebe contra seus próprios superiores. A vida monástica tinha perdido seu atrativo; os Beneditinos, que eram na França 6.434 em 1770, estavam reduzidos a 4.300 em 1790; nove ordens de "religiosos" haviam-se dispersado por volta de 1780 e em 1773 a Companhia de Jesus (os Jesuítas) tinha sido dissolvida. A religião declinara de um modo geral nas cidades francesas; em muitas delas as igrejas ficavam vazias até a metade; e entre os camponeses os costumes pagãos e as superstições competiam ativamente com as doutrinas e a liturgia da Igreja.[3] As freiras, no entanto, ainda eram ativamente devotadas ao ensino e ao cuidado dos enfermos, pelo que eram estimadas por ricos e pobres. Mesmo naquela época cética e prática, havia milhares de mulheres, crianças e homens que mitigavam os golpes da vida com a piedade religiosa, alimentavam sua imaginação com histórias dos santos, interrompiam a sucessão dos dias de labuta com o ritual e o repouso dos dias santos, encontrando na esperança religiosa um consolo para a derrota e um refúgio para a perplexidade e o desespero.

O Estado apoiava a Igreja porque os estadistas geralmente concordavam que o clero lhes dava uma ajuda indispensável na preservação da ordem social. Sob o ponto de vista

deles, desigualdade na distribuição dos dons naturais entre os homens tornava inevitável uma distribuição desigual da riqueza; parecia importante para a segurança das classes poderosas que fosse mantido um corpo de clérigos para prover os pobres com conselhos de pacífica humildade e a expectativa de um paraíso compensador. Significava muito para a França que a família, escorada pela religião, permanecesse como a base da estabilidade nacional, através de todas as vicissitudes do Estado. Além disso, a obediência era encorajada pela crença no direito divino dos reis: a origem divina de sua investidura e de seu poder; o clero inculcava esta crença e os reis sentiam que esse mito era uma preciosa ajuda para sua segurança pessoal bem como para a disciplina de governo. Assim deixavam eles ao clero católico quase todas as formas de educação pública; e quando o crescimento do Protestantismo na França ameaçou enfraquecer a autoridade e a utilidade da Igreja nacional, os huguenotes foram impiedosamente expulsos.

Grato por esses serviços, o Estado permitia à Igreja recolher dízimos e outras rendas de caaa paróquia, bem como administrar a feitura de testamentos — o que encorajava os pecadores moribundos a comprar notas promissórias, cobráveis no céu, em troca de propriedades terrenas legadas à Igreja. O governo isentava o clero de impostos e contentava-se em receber da Igreja, de vez em quando, um substancial *don gratuit*, ou concessão gratuita. Assim privilegiada de várias formas, a Igreja na França acumulava grandes domínios, estimados por alguns em um quinto do solo;[4] e esses ela governava como propriedades feudais, coletando direitos feudais. Ela transformava as contribuições dos fiéis em ornamentos de ouro e prata que, como as jóias da coroa, eram barreiras consagradas e invioláveis contra a inflação que parecia entranhada na história.

Muitos párocos, esbulhados da renda dos dízimos da paróquia, trabalhavam em piedosa pobreza, enquanto muitos bispos viviam em majestosa elegância; senhoriais arcebispos, longe de suas sedes, agitavam-se na corte do rei. À medida que o governo francês aproximava-se da bancarrota, enquanto a Igreja francesa (de acordo com a estimativa de Talleyrand) gozava de uma renda anual de 150 milhões de *livres* (ou francos), o Terceiro Estado, sobrecarregado de impostos, ficava a imaginar por que a Igreja não era compelida a compartilhar sua riqueza com o Estado. Quando se difundiu a literatura da descrença, milhares de cidadãos da classe média e centenas de aristocratas abandonaram a fé cristã, e estavam preparados para assistir, com filosófica tranqüilidade, às investidas da Revolução sobre os sacros e bem guardados tesouros.

A nobreza estava vagamente consciente de que já haviam sido ultrapassadas muitas das funções que tinham sido suas razões de ser. Seu elemento mais orgulhoso, a nobreza da espada (*noblesse d'épée*), já tinha servido como guarda militar, dirigente econômica e cabeça do judiciário das comunidades agrícolas; muitos desses serviços, porém, tinham sido suplantados pela centralização do poder e da administração sob Richelieu e Luís XIV. Muitos dos *seigneurs* agora viviam na corte e negligenciavam seus domínios; a rica indumentária, as finas maneiras e a geral afabilidade[5] deles pareciam, em 1789, razão insuficiente para possuir um quarto do solo e cobrar direitos feudais.

Entre as famílias, as mais antigas chamavam-se a si mesmas *la noblesse de race*, remontando sua origem aos franco-germânicos que tinham conquistado e rebatizado a Gália no século V; em 1789 Camille Desmoulins, ao clamar pela revolução como uma vingança racial há muito retardada, iria voltar essa jactância contra elas, considerando-as invasores estrangeiros. Na realidade, cerca de 95 por cento da nobreza da França era

de origem céltica e cada vez mais aburguesada, tendo casado suas terras e seus títulos com a nova riqueza e os ágeis cérebros da classe média.

Uma porção ascendente da aristocracia, *la noblesse de robe*, ou nobreza das vestes, consistia de cerca de quatro mil famílias cujos chefes tinham sido nomeados para postos judiciários ou administrativos que automaticamente davam a seus ocupantes títulos de nobreza. Como a maioria destes postos tinha sido vendida pelo rei ou seus ministros para levantar fundos para o Estado, muitos dos compradores sentiam-se autorizados a recuperar seu dispêndio mediante amável susceptibilidade ao suborno;[6] "a venalidade do funcionalismo" estava "inusitadamente espalhada na França",[7] e constituía uma das cem queixas contra o regime agonizante. Alguns desses títulos para funções e hierarquia eram hereditários e, à medida que seus ocupantes se multiplicavam, especialmente nos *parlements*, ou cortes judiciais dos vários distritos, seu orgulho e seu poder cresciam a um tal ponto que em 1787 o Parlement de Paris arrogava-se o direito de vetar os decretos do rei. Em termos de tempo a Revolução começou próxima ao topo.

Em *Qu'est-ce que le Tiers état?* (O que é o Terceiro Estado?), panfleto publicado em janeiro de 1789, o Padre Emmanuel-Joseph Sieyès perguntava e respondia a três questões: O que é o Terceiro Estado? Tudo. O que ele tem sido até agora? Nada. O que ele deseja ser? Alguma coisa,[8] ou, na emenda de Chamfort, *tout* — tudo. Ele era quase tudo. Incluía a burguesia ou classe média, com suas 100.000 famílias[9] e muitas camadas: banqueiros, corretores, fabricantes, mercadores, gerentes, advogados, médicos, cientistas, professores, artistas, escritores, jornalistas, a imprensa (o quarto "estado" ou poder); e abrangia também o *menu peuple*, a "gente pequena" (às vezes chamada "o povo"), que consistia do proletariado, dos comerciantes das cidades, dos trabalhadores no transporte terrestre e marítimo e dos camponeses.

A classe média superior mantinha e geria uma crescente força em expansão: o poder da moeda circulante e de outros capitais em uma agressiva e ampla competição com o poder da terra estática ou de uma crença em declínio. Eles especulavam nas bolsas de Paris, Londres e Amsterdã e, na estimativa de Necker, controlavam a metade do dinheiro da Europa.[10] Financiavam o governo francês com empréstimos e ameaçavam derrubá-lo se seus empréstimos e juros não fossem pagos. Eles possuíam ou geriam a rapidamente crescente indústria mínero-metalúrgica do Norte da França, a indústria têxtil de Lyons, Troyes, Abbeville, Lille e Ruão, as usinas de ferro e sal da Lorena, as fábricas de sabão de Marselha, os curtumes de Paris. Eles geriam a indústria capitalista que estava substituindo as oficinas de artesanato e as corporações do passado; acolhiam bem a doutrina dos fisiocratas,[11] segundo a qual a livre empresa seria mais estimulante e produtiva que a tradicional regulação da indústria e do comércio pelo Estado. Eles financiavam e organizavam a transformação das matérias-primas em mercadorias acabadas e transportavam-nas do produtor ao consumidor, lucrando de ambos os lados. Beneficiavam-se dos 50.000 quilômetros das melhores estradas da Europa, mas denunciavam os pedágios obstrutivos que eram cobrados nas estradas e canais da França bem como os diferentes pesos e medidas ciumentamente mantidos pelas províncias. Controlavam o comércio que estava enriquecendo Bordéus, Marselha e Nantes; organizavam grandes sociedades anônimas como a Compagnie des Indes e a Compagnie des Eaux, e, através de um comércio que ampliou o mercado da cidade para o mundo, desenvolveram para

a França um império marítimo que só era menor que o da Inglaterra. Achavam que eles, e não a nobreza, eram os criadores da crescente riqueza da França, e decidiram-se a compartilhar igualmente com a nobreza e o clero dos favores governamentais e nomeações, no *status* perante a lei e as cortes reais, no acesso a todos os privilégios e favores da sociedade francesa. Quando Manon Roland, refinada porém burguesa, foi convidada a visitar uma senhora aristocrata e solicitada a comer com a criadagem em vez de sentar-se à mesa com os nobres convidados, levantou um tal grito de protesto que atingiu os corações da classe média.[12] Tais ressentimentos e aspirações faziam parte de seus pensamentos quando eles aderiram ao mote revolucionário "Liberdade, igualdade e fraternidade"; não queriam que significasse para baixo tanto quanto para cima, porém servia a seu propósito até que pudesse ser revisto. Enquanto isso a burguesia tornava-se a mais poderosa das forças que caminhavam para a revolução.

Foram eles que encheram os teatros e aplaudiram as sátiras de Beaumarchais sobre a aristocracia. Foram eles, mais do que a nobreza, que aderiram às lojas maçônicas para trabalhar pela liberdade de vida e de pensamento; foram eles que leram Voltaire e deleitaram-se com sua graça erosiva e concordaram com Gibbon em que todas as religiões são igualmente falsas para o filósofo e igualmente úteis para o estadista. Eles secretamente admiravam o materialismo de d'Holbach e Helvétius; podia ser que não fosse inteiramente justo com relação aos mistérios da vida e da mente, mas era arma conveniente contra uma Igreja que controlava a maioria dos espíritos, e a metade da riqueza da França. Concordavam com Diderot em que quase tudo no regime existente era absurdo, embora eles sorrissem do encantamento dele por Taiti. Não lhes agradava Rousseau, que cheirava a socialismo e recendia de certeza. Eles, porém, mais do que qualquer outro segmento da sociedade francesa, sentiam e espalhavam a influência da literatura e da filosofia.

Geralmente os *philosophes* eram moderados em sua política. Aceitavam a monarquia e não se ofendiam com presentes reais; olhavam, não para as massas analfabetas e sentimentais, mas para os "déspotas esclarecidos", como Frederico II da Prússia, José II da Áustria e até Catarina II da Rússia, como os engendradores da reforma. Punham sua confiança na razão, embora soubessem de seus limites e de sua maleabilidade. Derrubaram a censura do pensamento pela Igreja e pelo Estado, abriram e alargaram um milhão de mentes; prepararam os triunfos da ciência no século XIX, com Lavoisier, Laplace e Lamarck, mesmo no tumulto da revolução e da guerra.

Rousseau dissociou-se dos *philosophes*. Ele respeitava a razão, porém concedia um alto lugar ao sentimento e à fé reconfortante e inspiradora; sua "Profissão de Fé de um Vigário da Sabóia" forneceu uma posição religiosa a Robespierre, e sua insistência sobre um credo nacional uniforme permitiu ao Comitê de Salvação Pública fazer da heresia política — pelo menos em tempo de guerra — um crime capital. Os Jacobinos da Revolução aceitaram a doutrina de *O Contrato Social*: o homem é por natureza bom, e torna-se mau quando sujeito a instituições corruptas e leis injustas; os homens nascem livres, e tornam-se escravos numa civilização artificial. Quando no poder, os líderes da Revolução adotaram a idéia de Rousseau de que o cidadão, recebendo a proteção do Estado, implicitamente penhora sua obediência a ele. Escreveu Mallet du Pan: "Eu ouvi Marat em 1788 ler e comentar *O Contrato Social* em via pública, com o aplauso de um auditório entusiasmado."[13] A soberania do povo, de Rousseau, tornou-se, com a Re-

volução, a soberania do Estado, depois a do Comitê de Salvação Pública, e mais tarde a de um homem.

O ''povo'', na terminologia da Revolução, significava os camponeses e os trabalhadores das cidades. Mesmo nas cidades, os empregados de fábricas eram minoria da população; o quadro ali não era uma sucessão de fábricas mas uma zumbidora mixórdia de açougueiros, padeiros, cervejeiros, vendeiros, cozinheiros, camelôs, barbeiros, lojistas, donos de hospedarias, negociantes de vinhos, carpinteiros, pedreiros, pintores de paredes, vidraceiros, estucadores, ladrilheiros, sapateiros, costureiros, tintureiros, donos de lavanderias, alfaiates, ferreiros, criados, marceneiros, seleiros, fabricantes de carros, ourives, cuteleiros, tecelões, curtidores, tipógrafos, livreiros, prostitutas e ladrões. Esses trabalhadores usavam calças que lhes chegavam aos tornozelos em vez dos calções até os joelhos (*culottes*) e as meias das classes superiores; por isso eram chamados *sans-culottes* e como tal desempenharam papel dramático na Revolução. O influxo de ouro e prata do Novo Mundo e a repetida emissão de papel-moeda fizeram subir os preços em toda a Europa; na França, entre 1741 e 1789, eles subiram 65 por cento, enquanto que os salários subiram 22 por cento.[14] Em Lião 30.000 pessoas recebiam auxílio de desemprego em 1787; em Paris 100.000 famílias estavam listadas como indigentes em 1791. A formação de sindicatos de trabalhadores para ação econômica era proibida; da mesma forma as greves, mas elas eram freqüentes. Quando a Revolução se aproximava, os trabalhadores já estavam em um estado de espírito cada vez mais desanimado e rebelde. Dêem-lhes aramas e um líder, e eles tomarão a Bastilha, invadirão as Tulherias e deporão o rei.

Os camponeses franceses, em 1789, estavam presumivelmente em melhor situação que um século antes, quando La Bruyère, exagerando na ênfase de um tema, confundiu-os com animais.[15] Eles estavam melhor que os outros camponeses da Europa continental, possivelmente com exceção daqueles do Norte da Itália. Cerca de um terço da terra lavrada estava em mãos de camponeses proprietários; um terço era explorado por proprietários nobres, eclesiásticos ou burgueses, por meio de arrendamento ou parceria; o resto era trabalhado por mão-de-obra assalariada, sob a supervisão do proprietário ou seu capataz. Os proprietários cada vez mais — atormentados eles próprios pelos crescentes custos e a competição mais intensa — cercavam, para lavoura ou pastagem, "terras comuns" nas quais os camponeses anteriormente tinham a liberdade de soltar seu gado para pastar ou de cortar lenha.

Todos os camponeses que mantinham terra estavam sujeitos aos impostos feudais, com exceção de alguns ''alodiais'' (livres de obrigações). Eram obrigados por um termo de contrato a dar ao *seigneur* — o senhor das terras — alguns dias de trabalho gratuito a cada ano (a *corvée*) para ajudá-lo a cultivar sua terra e reparar suas estradas; e tinham de pagar-lhe um pedágio sempre que usavam essas estradas. Deviam-lhe moderada renda anual pagável em produtos ou em dinheiro. Se vendessem suas concessões, o senhor tinha direito a 10 ou 15 por cento do preço de compra.[16] Pagavam-lhe se pescavam em suas águas ou se seus animais pastavam no campo dele. Deviam-lhe uma taxa cada vez que usavam seu moinho, seu forno de pão, sua prensa de vinho ou de azeite. Como essas taxas eram fixadas no contrato e perdiam valor devido à inflação, o proprietário sentia-se com direito a cobrá-las com crescente rigor à medida que os preços subiam.[17]

Para manter a Igreja que abençoava suas colheitas, formava suas crianças na obediência e na crença, e dignificava sua vida com os sacramentos, o camponês contribuía para ela

com um dízimo (usualmente menos do que um décimo) de seu produto. Mais pesados do que o dízimo ou os direitos feudais eram os impostos que lhe impunha o Estado: uma taxa por cabeça (*capitation*), o *vingtième*, ou vigésimo de sua renda anual; uma taxa de venda (*aide*) em cada compra de objetos de ouro e prata, produtos metálicos, álcool, papel, amido..., e a *gabelle*, que o obrigava a comprar todo ano uma determinada quantidade de sal do governo a um preço por este fixado. Como a nobreza e o clero achavam meios legais ou ilegais de evitar muitas dessas taxas — da mesma forma que no recrutamento para a guerra os jovens ricos podiam comprar substitutos para morrer em seu lugar — a carga principal da manutenção da Igreja e do Estado, na guerra e na paz, recaía sobre os camponeses.

Essas taxas, dízimos e direitos feudais devidos, eram suportáveis quando as colheitas eram boas, porém acarretavam a miséria quando, devido aos danos da guerra ou aos caprichos do tempo, as colheitas eram ruins e o trabalho exaustivo de um ano parecia empregado em vão. Nessas ocasiões muitos camponeses proprietários vendiam sua terra ou seu trabalho, ou ambos, a especuladores do solo de mais sorte.

O ano de 1788 foi marcado por impiedosos "atos de Deus". Uma severa seca impediu o desenvolvimento das plantações; uma tempestade de granizo, que açoitou o país da Normandia à Champanha, devastou 300 quilômetros de terrenos usualmente férteis; o inverno de 1788-89 foi o mais severo em 80 anos e as árvores frutíferas pereceram aos milhares. A primavera de 1789 trouxe consigo desastrosas enchentes e o verão veio acompanhado da fome em quase todas as províncias. O Estado, a Igreja e a caridade privada esforçaram-se para conseguir comida para os famintos; apenas uns poucos morreram de fome, mas milhões estiveram próximo ao fim de sua resistência. Caém, Ruão, Orleães, Nancy, Lião presenciaram grupos rivais lutando como animais pelo milho; Marselha viu oito mil pessoas esfomeadas em suas portas ameaçando invadir e pilhar a cidade; em Paris, o distrito de operários de St.-Antoine tinha 30.000 mendigos para serem atendidos.[18] Nessa ocasião, um tratado para facilitar o comércio com a Inglaterra (1786) teve como resultado a inundação da França por produtos industriais, forçando para baixo o preço das mercadorias nacionais e deixando milhares de operários franceses sem trabalho: 25.000 em Lião, 46.000 em Amiens, 80.000 em Paris.[19] Em março de 1789 os camponeses recusaram-se a pagar as taxas, o que aumentou o receio de uma bancarrota nacional.

Arthur Young, viajando pelas províncias francesas em julho de 1789, encontrou uma camponesa que se queixava de que as taxas e os direitos feudais mantinham-na sempre à beira da miséria. Porém, acrescentou ela, tinha sabido "que alguma coisa ia ser feita por algumas pessoas eminentes em favor dos pobres... porque as taxas e os direitos estão a esmagar-nos".[20] Tinham ouvido dizer que Luís XVI era homem bom, ansioso para acabar com os abusos e proteger os pobres. Olhavam cheios de esperança para Versalhes e rezavam por uma longa vida para o rei.

II. O GOVERNO

Ele era um bom homem mas de maneira alguma um bom rei. Não tinha esperado governar, mas a morte prematura do pai (1765) tornou-o delfim, e a morte tardia de

seu avô Luís XV (1774) fez dele, aos 20 anos de idade, o soberano da França. Não tinha desejo de governar homens; tinha habilidade com ferramentas e era excelente serralheiro. Preferia caçar a governar; contava como perdido o dia em que não matava um veado; entre 1774 e 1789 matou 1.274 veados e mais 189.251 peças de caça. E, no entanto, era sempre contrário a ordenar a morte de um homem; possivelmente perdeu seu trono porque, a 10 de agosto de 1792, mandou que sua Guarda Suíça suspendesse o fogo. Quando voltava de suas caçadas comia quanto lhe permitia a capacidade sempre crescente de seu estômago; tornou-se gordo mas forte, com a delicada força de um gigante que teme esmagar os outros com um abraço. Maria Antonieta julgava bem seu marido: "O rei não é um covarde; possui muita coragem passiva mas é dominado por estranha timidez e falta de confiança em si mesmo... Ele tem medo de mandar... Viveu como uma criança, sempre constrangido, sob os olhos de Luís XV, até a idade de 21 anos. Esse constrangimento deu origem à sua timidez."[21]

Seu amor pela rainha foi parte de sua desgraça. Ela era bela e majestosa, enfeitava sua corte com charme e alegria, e perdoou o atraso dele em consumar o casamento. O estrangulamento de seu prepúcio fazia com que o coito fosse insuportavelmente doloroso para ele; tentou muitas e muitas vezes, durante sete anos, esquivando-se à operação simples que teria resolvido seu problema; até que, em 1777, o irmão da rainha, José II da Áustria, persuadiu-o a submeter-se ao bisturi e em breve estava tudo bem. Talvez fosse um sentimento de culpa, por ter tantas vezes provocado sua companheira e fracassado, que o fez tolerante demais para com o vício dela de jogar cartas, para com seu guarda-roupa extravagante, suas freqüentes viagens a Paris para ir à ópera (que a ele entediava), sua amizade platônica com o conde Von Fersen ou sua ligação sáfica com a princesa de Lamballe. Por outro lado, ele divertia seus cortesãos e envergonhava seus ancestrais com a devoção que visivelmente dedicava à esposa. Dava-lhe jóias custosas, porém o que ela e a França queriam era uma criança. Quando vieram os filhos, ela provou ser boa mãe, padecendo com as doenças deles e moderando praticamente todas as próprias faltas, exceto seu orgulho (ela nunca deixara de ser parte da realeza) e suas repetidas intervenções em assuntos de Estado. Nisto ela tinha alguma desculpa, pois Luís raramente podia decidir ou manter uma orientação sem muitas vezes esperar pela rainha para tomar uma decisão; alguns cortesãos almejavam que ele tivesse o rápido julgamento e a disposição dela para comandar.

O rei fez tudo o que pôde para enfrentar a crise que lhe foi imposta pelo clima e pela fome, os motins pelo pão, a revolta contra os impostos, as exigências da nobreza e do Parlamento, as despesas da corte e da administração, bem como o crescente déficit do Tesouro. Durante dois anos (1774-76) ele permitiu a Turgot aplicar a teoria dos fisiocratas, de que a liberdade de empreendimento e a competição, junto com a ditadura sem impedimentos do mercado — de oferta e procura — sobre os salários dos trabalhadores e os preços das mercadorias, iriam avivar a economia francesa e trazer recursos adicionais para o Estado. O povo de Paris, acostumado a pensar no governo como sua única proteção contra os vorazes manipuladores do mercado, opôs-se às medidas de Turgot, amotinou-se e regozijou-se com sua queda.

Após alguns meses de hesitação e caos, o rei chamou Jacques Necker, financista suíço protestante domiciliado em Paris, para ser diretor do Tesouro (1777-81). Sob essa liderança estrangeira e herética, Luís lançou-se a um bravo programa de reformas menores.

Permitiu a formação de assembléias locais e provinciais eleitas, para servirem como a voz de seus constituintes, a fim de vencer o vazio entre o povo e o governo. Chocou os nobres denunciando a *corvée* e declarando, numa afirmação pública (1780): "Os impostos da parte mais pobre de nossos súditos têm crescido muito mais, em proporção, do que os de todo o resto"; e expressava suas "esperanças de que as pessoas ricas não se julguem injustiçadas quando tiverem de enfrentar a carga que há muito tempo deviam ter partilhado com os outros."[22] Ele libertou até o último dos servos de suas próprias terras, porém resistiu ao apelo de Necker de exigir medida semelhante da nobreza e do clero. Estabeleceu casas de penhores para emprestar dinheiro aos pobres a três por cento. Proibiu o uso de tortura no interrogatório de testemunhas ou criminosos. Propôs a abolição das masmorras de Vincennes e o arrasamento da Bastilha como itens de um programa de reforma das prisões. A despeito de sua piedade e ortodoxia, permitiu um considerável grau de liberdade religiosa a protestantes e judeus. Recusou-se a punir a livre manifestação do pensamento e tolerou que os cruéis panfletários de Paris o satirizassem como cabrão, sua mulher como meretriz, e seus filhos como bastardos. Proibiu que o governo espionasse a correspondência privada dos cidadãos.

Com o entusiástico apoio de Beaumarchais e dos *philosophes*, e sem atender às objeções de Necker (predizendo que tal aventura completaria a bancarrota da França), Luís XVI enviou ajuda material e financeira que atingiu a 240 milhões de dólares, às colônias americanas em sua luta pela independência; foram uma frota francesa e os batalhões de Lafayette e Rochambeau que ajudaram Washington a encurralar Cornwallis em Yorktown, compelindo-o a render-se e assim terminar a guerra. Porém as idéias democráticas sopraram através do Atlântico para a França, o Tesouro cambaleou sob seus novos débitos, Necker foi dispensado (1781), e os acionistas burgueses clamaram pelo controle financeiro do governo.

Entrementes, o Parlamento de Paris pressionava sua reivindicação de pôr em cheque a monarquia por meio do poder de veto aos decretos do rei; foi então que Louis-Philippe-Joseph, duque de Orléans — seu primo através da descendência direta de um irmão mais moço de Luís XIV — planejou quase que abertamente capturar o trono. Por intermédio de Choderlos de Laclos e de outros agentes, o duque espalhou dinheiro e promessas entre os políticos, panfletários, oradores e prostitutas. Abriu a seus seguidores as facilidades, a corte e os jardins de seu Palais Royal; cafés, casas de vinho, livrarias e clubes de jogo brotaram para satisfação da multidão que ali se reunia dia e noite; as notícias de Versalhes eram para ali rapidamente levadas por correios especiais; panfletos nasciam ali a cada hora; discursos ressoavam das plataformas, das mesas e das cadeiras; apresentavam-se planos para a deposição do rei.

Atormentado até o desespero, Luís chamou de novo Necker para o Ministério das Finanças (1788). A conselho de Necker, e como último e perigoso recurso que poderia salvar ou derrubar o trono, o rei expediu, no dia 8 de agosto de 1788, um apelo às comunidades de França para elegerem e mandarem para Versalhes seus líderes entre os nobres, o clero e os comuns, para formarem (como tinha sido feito pela última vez em 1614) os Estados-Gerais, pretendendo que estes lhe dessem conselhos e apoio para enfrentar os problemas do reino.

Houve alguns aspectos notáveis acerca desse histórico apelo ao país feito por um governo que, durante quase dois séculos, tinha aparentemente pensado na comunidade

meramente como os provedores de alimentação, pagadores de impostos e de um periódico tributo a Marte. Primeiro: o rei, de novo a conselho de Necker, e contra os protestos da nobreza, anunciou que o Terceiro Estado deveria ter tantos deputados e votos, na futura assembléia, quanto os dois outros estados combinados. Segundo: a eleição deveria ser a mais válida aproximação jamais tentada na França ao sufrágio universal adulto; qualquer pessoa do sexo masculino, de 27 anos de idade ou mais, que no ano anterior tivesse pago qualquer imposto ao Estado, por menor que fosse, tinha o direito de votar para eleição da assembléia local, que iria escolher os deputados para representar a região em Paris. Terceiro: o rei acrescentou a seu apelo um pedido a todas as assembléias eleitorais para que lhe submetessem *cahiers*, ou relatórios, nos quais fossem especificados os problemas e necessidades de cada classe em cada distrito, com recomendações para soluções e reformas. Nunca antes, na memória dos franceses, tinha qualquer de seus reis pedido conselho a seu povo.

Dos 615 *cahiers* levados ao rei pelos delegados, 545 ainda existem. Quase todos expressam sua lealdade e mesmo sua afeição por ele, como sem dúvida um homem de boa vontade; mas quase todos propõem que ele divida seus problemas e poderes com uma assembléia eleita que com ele estabelecesse uma monarquia constitucional. Nenhum menciona o direito divino dos reis. Todos demandam julgamento por júri, sigilo no correio, moderação nos impostos e reforma da lei. Os *cahiers* da nobreza estipulavam que, nos próximos Estados-Gerais, cada uma das ordens devia tomar assento e votar separadamente e que nenhuma medida devia tornar-se lei se não fosse aprovada por todos os três estados. Os *cahiers* do clero apelavam para ser posto fim à tolerância religiosa e para um total e exclusivo controle da educação pela Igreja. Os *cahiers* do Terceiro Estado refletiam, com variada ênfase, as demandas dos camponeses por uma redução dos impostos, a abolição da servidão e dos direitos feudais, a universalização da livre educação, a proteção das fazendas contra danos causados pelas caçadas e os animais dos *seigneurs*; e as esperanças da classe média quanto a carreiras abertas ao talento sem consideração de nascimento, pelo fim dos pedágios nas estradas e pela extensão dos impostos à nobreza e ao clero; alguns propunham que o rei deveria eliminar o déficit fiscal confiscando e vendendo as propriedades eclesiásticas. Os primeiros estágios da Revolução já estavam esboçados nesses *cahiers*.

Neste humilde apelo de um rei a seus cidadãos havia um notável desvio da imparcialidade. Enquanto que, fora de Paris, qualquer homem que tivesse pago um imposto estava apto para votar, em Paris somente poderiam votar aqueles que tivessem pago um imposto de voto de seis *livres* ou mais. Talvez o rei e seus conselheiros hesitassem em deixar aos 500.000 *sansculottes* a seleção dos homens que deviam representar nos Estados-Gerais as melhores inteligências da capital; o problema democrático da qualidade contra a quantidade, de obter cérebros contando narizes, aparecia aqui, nas vésperas da Revolução, a qual, em 1793, iria declarar-se pela democracia. Assim, os *sansculottes* foram deixados fora do verdadeiro drama e levados a sentir que somente através da força violenta de seu número poderiam expressar sua parte proporcional na vontade geral. Eles seriam ouvidos, seriam vingados. Em 1789 eles tomariam a Bastilha; em 1792, destronariam o rei; em 1793, seriam o governo da França.

CAPÍTULO II

A Assembléia Nacional

4 de Maio de 1789 a 30 de Setembro de 1791

I. OS ESTADOS-GERAIS

NO DIA 4 de maio de 1789 os 621 deputados do Terceiro Estado, vestidos da cor negra dos burgueses, seguidos de 285 nobres com chapéus emplumados e roupas de renda e ouro, e de 308 membros do clero — distinguindo-se seus prelados pelas vestes de veludo — seguidos dos ministros do rei, de suas famílias e então de Luís XVI e Maria Antonieta, todos acompanhados por tropas e inspirados pelas bandeiras e pelas bandas de música, marcharam para o local designado para a reunião, o Hôtel des Menus Plaisirs (Palácio das Diversões Menores), a pequena distância do palácio real de Versalhes. Uma multidão orgulhosa e feliz flanqueava a procissão; alguns choravam de alegria e esperança,[1] vendo naquela aparente união das ordens rivais uma promessa de concórdia e justiça sob um rei benevolente.

Luís dirigiu-se aos delegados reunidos com uma confissão de quase bancarrota, que atribuía a uma "custosa porém honrosa guerra"; pediu-lhes que planejassem e sancionassem novos meios de levantar fundos. Seguiu-se-lhe Necker com três horas de estatísticas, que obscureceram a própria revolução. No dia seguinte começou a enfraquecer a unidade: o clero reuniu-se em uma sala menor adjacente, os nobres em outra; cada ordem, julgavam eles, deveria deliberar e votar em separado, como naqueles últimos Estados-Gerais, há 175 anos; e nenhuma proposta poderia tornar-se lei sem receber o consentimento de cada ordem e do rei. Deixar que os votos individuais dos deputados reunidos decidissem as questões seria entregar tudo ao Terceiro Estado. Já se tornava evidente que muitos dos clérigos mais pobres passariam para o lado dos comuns e que alguns nobres — Lafayette, Philippe d'Orléans e o duque de La Rochefoucauld-Liancourt — entretinham sentimentos perigosamente liberais.

Seguiu-se uma longa guerra de nervos. O Terceiro Estado podia esperar, pois novos impostos dependiam de sua aprovação para obter aceitação pública e o rei estava esperando ansiosamente por esses impostos. Juventude, vitalidade, eloqüência e determinação estavam do lado dos comuns. Honoré-Gabriel-Victor Riqueti, conde de Mirabeau, trouxe-lhes sua experiência e coragem, o poder de sua inteligência e de sua voz; Pierre-Samuel du Pont de Nemours ofereceu seus conhecimentos de economia fisiocrática; Jean-Joseph Mounier e Antoine Barnave trouxeram-lhes o conhecimento legal e estratégia; Jean Bailly, já então famoso como astrônomo, arrefecia com seu calmo julgamento as excitadas deliberações deles; e Maximilien de Robespierre falava com a persistente paixão de um homem que não se calava enquanto não fazia valer sua opinião.

Nascido em Arras em 1758, Robespierre tinha agora apenas cinco anos para viver, mas na maior parte deste tempo ele se moverá próximo ou no centro dos acontecimentos. Quando tinha sete anos morreu-lhe a mãe; seu pai desapareceu na Alemanha; os quatro órfãos foram criados por parentes. Estudante interessado e ávido de saber, Maximilien ganhou uma bolsa de estudos para o Colégio Louis-le-Grand em Paris; colou grau em Leis, praticou advocacia em Arras e, por sua defesa das reformas, adquiriu uma tal reputação, que ficou entre aqueles enviados pela província de Artois para os Estados-Gerais.

Não tinha Robespierre vantagens de aparência para reforçar sua oratória; a altura de apenas 1,58 m era sua única concessão à brevidade... Seu rosto era largo, achatado e marcado de bexigas; seus olhos, fracos e necessitando de óculos, eram de um verde azulado, o que deu a Carlyle uma desculpa para chamá-lo de "verde-mar Robespierre". Era a favor da democracia e defendia o sufrágio dos homens adultos, embora advertido de que isso poderia fazer com que o mínimo denominador comum fosse a regra e o padrão de tudo. Vivia com simplicidade, como um proletário, mas não imitava as calças dos *sansculottes*; vestia-se com apuro: usava um fraque azul-escuro, calções até os joelhos e meias de seda; raramente saía de casa sem pentear e empoar seu cabelo. Ocupava um quarto na casa do carpinteiro Maurice Duplay, na rua St.-Honoré; fazia as refeições na mesa da família e conseguia viver com seu pagamento de deputado, de 18 francos por dia. Com o pé assim firmado em terra, ele iria em breve abalar Paris, e mais tarde a maior parte da França. Falava muito freqüentemente de virtude, mas ele a praticava; áspero e obstinado em público, em suas relações particulares "era generoso, compassivo, sempre pronto a servir"; assim disse Filippo Buonarrotti, que o conheceu bem.[2] Parecia inteiramente imune aos encantos das mulheres; dedicava sua afeição a seu irmão menor Augustin e a Saint-Just; ninguém jamais questionou sua moralidade sexual. Nenhum presente de dinheiro poderia comprá-lo; quando no Salão de 1791 um artista exibiu um retrato dele, inscreveu simplesmente: "O Incorruptível";[3] ninguém parece haver contestado o termo. Ele considerava a virtude no sentido de Montesquieu, como a base indispensável para uma república bem-sucedida; sem eleitores e funcionários incompráveis a democracia seria uma falsidade. Ele acreditava, como Rousseau, que todos os homens são bons por natureza, que a "vontade geral" deveria ser a lei do Estado e que qualquer persistente opositor da vontade geral poderia, sem qualquer escrúpulo, ser condenado à morte. Concordava com Rousseau em que alguma forma de crença religiosa era indispensável para a paz de espírito, a ordem social, e a segurança e sobrevivência do Estado.

A não ser próximo de seu fim, ele jamais parece ter duvidado da total identidade de seu julgamento com a vontade popular. Sua mente era mais fraca que sua vontade; a maior parte de suas idéias era emprestada de suas leituras ou dos lemas políticos que enchiam a atmosfera revolucionária; morreu jovem demais para haver adquirido suficiente experiência da vida ou conhecimento da história, para poder examinar seus conceitos abstratos ou populares com uma percepção paciente ou uma perspectiva imparcial. Sofreu severamente daquilo de que todos sofremos: não podia afastar seu ego do caminho de seus olhos. A paixão de sua eloqüência convencia-o; ele se tornou perigosamente seguro de si e ridiculamente vaidoso. "Esse homem", dizia Mirabeau, "irá longe; ele acredita em tudo o que diz."[4] Acabou na guilhotina.

Na Assembléia Nacional, durante seus dois anos e meio, Robespierre fez cerca de 500 discursos,[5] em geral longos demais para serem convincentes e por demais argumenta-

tivos para serem eloqüentes; as massas parisienses, porém, compreendendo o conteúdo de seus discursos, amavam-no por eles. Ele se opunha à discriminação racial ou religiosa, propôs a emancipação dos negros,[6] e tornou-se, até seus últimos meses, o tribuno e o defensor do povo. Aceitava a instituição da propriedade privada, mas desejava universalizar a propriedade em pequena escala como base econômica para uma robusta democracia. Chamava a desigualdade de riqueza "um mal necessário e incurável",[7] que tinha raízes na natural desigualdade de habilidade dos homens. Nesse período ele apoiava a manutenção da monarquia, convenientemente limitada; uma tentativa de derrubar Luís XVI, pensava ele, levaria a um tal caos e derramamento de sangue que acabaria em uma ditadura mais tirânica que a do rei.[8]

Quase todos os deputados ouviam o jovem orador com impaciência, exceto Mirabeau, que respeitava a cuidadosa preparação e exposição dos argumentos de Robespierre. Em outro lugar[9] vamos ver Mirabeau crescendo dolorosamente sob as vistas de um pai brilhante porém brutal, absorvendo avidamente todas as influências que a vida oferece, em viagens, aventuras e no pecado. Vamos vê-lo observando a fragilidade humana, a injustiça, a pobreza e o sofrimento em uma dúzia de cidades; aprisionado por ordens do rei a pedido de seu pai, levando seus inimigos ao pelourinho em panfletos vituperativos ou em apelos apaixonados; e, finalmente, em um cobiçado e duplo triunfo: eleito para os Estados-Gerais pelo Terceiro Estado por Marselha e Aix-en-Provence, e depois vindo a Paris já como um dos homens mais famosos, variáveis e suspeitos, num país onde a crise estava fazendo surgir gênios como poucas vezes o fizera a história. Toda a Paris literária deu-lhe as boas-vindas; cabeças assomavam às janelas para ver passar sua carruagem; as mulheres ficavam excitadas e fascinadas com a fama de seus amores, ao mesmo tempo que repugnadas pelas cicatrizes e deformidades de seu rosto. Os deputados escutavam escravizados sua oratória, embora tivessem alguma suspeita quanto a sua classe, a moral e seus fins. Tinham ouvido que ele vivia acima de seus recursos, bebia acima do razoável, e não estaria imune a vender sua eloqüência para reduzir suas dívidas; mas eles sabiam que ele censurava sua classe em defesa dos comuns, admiravam-lhe a coragem e duvidavam de algum dia poderem ver de novo um tal vulcão de energia.

Havia mais oratória nesses agitados dias, e mais manobras políticas, do que o Hôtel des Menus Plaisirs podia alojar, que se derramavam em jornais, panfletos, *placards* e clubes. Alguns delegados da Bretanha fundaram o Club Breton; em breve abriu sua filiação a outros deputados e a outros manejadores da língua ou da pena; Sieyès, Robespierre e Mirabeau fizeram desse clube o amplificador e o local de teste de suas idéias e seus esquemas; aqui tomou forma pela primeira vez aquela poderosa organização que mais tarde veio a ser chamada de os Jacobinos. As lojas maçônicas estavam também ativas, em geral favorecendo a monarquia constitucional; não há porém provas de uma conspiração maçônica secreta.[10]

Possivelmente foi no Club Breton que Sieyès e outros planejaram a estratégia que conduziu os nobres e o clero a uma ação unida com o Terceiro Estado. Sieyès lembrava aos comuns que eles compreendiam 24 dos 25 milhões de almas da França; por que deveriam hesitar por mais tempo em falar pela França? No dia 16 de junho propôs aos deputados no Menus Plaisirs que deviam enviar um convite final às outras ordens para juntar-se a eles e que, se refugassem, os delegados do Terceiro Estado deveriam aclamar-se os representantes da nação francesa e começar a legislar. Mirabeau objetou que os Estados-

Gerais tinham sido convocados pelo rei, legalmente estavam subordinados a ele e poderiam legalmente ser por vontade dele dissolvidos; pela primeira vez foi obrigado a calar-se. Depois de uma noite de discussões e luta física, foi posta em votação a seguinte questão: "Deve esta reunião declarar-se a Assembléia Nacional?" A contagem dos votos foi de 490 a favor e 90 contra. Os delegados haviam-se comprometido com um governo constitucional. Politicamente a Revolução tinha começado: 17 de junho de 1789.

Dois dias mais tarde a ordem dos clérigos, reunida em separado, votou por 149 votos a 137 a favor de juntar-se ao Terceiro Estado; o clero inferior estava aliando sua sorte à dos comuns que ele conhecia e a quem servira. Chocada por essa deserção, a hierarquia da Igreja juntou-se aos nobres num apelo ao rei para impedir a união das ordens, se necessário dissolvendo os Estados-Gerais. Luís respondeu, na noite de 19 de junho, ordenando que o Hôtel des Menus Plaisirs fosse fechado imediatamente, a fim de permitir que fosse preparado para acomodar as três ordens em uma "sessão real" a ser instalada no dia 22 de junho. Quando os deputados do Terceiro Estado apareceram no dia 20, acharam as portas trancadas. Acreditando que o rei tencionava dispensá-los, reuniram-se em uma quadra de tênis (Salle du Jeu de Paume) nas proximidades; Mounier propôs aos 577 deputados ali reunidos que cada um deveria assinar um juramento "de nunca se separar e de reunir-se onde quer que as circunstâncias o requeressem, até que uma constituição fosse firmemente estabelecida". Todos menos um dos delegados fizeram esse juramento, em uma cena histórica que Jacques-Louis David iria em breve representar em uma das maiores pinturas dessa época. A partir de então a Assembléia Nacional era também Assembléia Constituinte.

Adiada por um dia, a sessão real abriu-se no dia 23 de junho. Às ordens reunidas o rei mandou que um ajudante lesse, em sua presença, uma declaração refletindo sua convicção de que, sem a proteção da nobreza e da Igreja, ele seria reduzido à impotência política. Rejeitou como ilegal a pretensão do Terceiro Estado de ser a nação. Concordou em acabar com a *corvée*, as *lettres de cachet*, os pedágios no tráfego interno, e todos os vestígios de servidão na França; porém ele vetaria qualquer proposta que prejudicasse "os antigos e constitucionais direitos... de propriedade, ou os privilégios honoríficos das duas primeiras ordens". Prometeu igualdade nos impostos se as mais altas ordens consentissem. Assuntos concernentes à religião ou à Igreja deveriam receber a aprovação do clero. E terminou com uma reafirmação da monarquia absoluta:

> Se, por uma fatalidade que estou longe de antecipar, vós me abandonásseis nesta grande empresa, eu sozinho proveria o bem-estar do meu povo. Eu sozinho me olharia como seu verdadeiro representante... Considerai, senhores, que nenhum de vossos projetos pode ter força de lei sem minha especial aprovação... Ordeno-vos dispersar-vos imediatamente, e aparecer amanhã de manhã cada um na sala designada para sua própria ordem.[11]

O rei, a maioria dos nobres e uma minoria do clero deixaram o salão. O marquês de Brézé, grão-mestre da casa real, anunciou que a vontade do rei era que a sala fosse esvaziada. Bailly, presidente da Assembléia, replicou que a nação reunida não podia aceitar tal ordem e Mirabeau trovejou a Brézé: "Vá e diga àqueles que o mandaram que nós estamos aqui pela vontade do povo e que só deixaremos nossos lugares se compelidos por força armada."[12] Isto não era estritamente verdade, uma vez que eles haviam vindo

por convite do rei, mas os delegados expressaram seu entendimento do assunto gritando: "Esta é a vontade da Assembléia." Quando as tropas da Garde du Corps de Versalhes tentaram entrar na sala, um grupo de nobres liberais, incluindo Lafayette, barraram a entrada com suas espadas desembainhadas. O rei, perguntado sobre o que devia ser feito, respondeu enfastiado: "Deixai-os ficar."

No dia 25 de junho o duque d'Orléans levou 47 nobres para juntar-se à Assembléia; foram acolhidos com um delírio de alegria, o qual ecoou entusiasticamente dentro e em volta do Palais-Royal. Soldados da Garde Française ali se confraternizaram com a multidão revolucionária. Naquele mesmo dia a capital teve sua própria revolução pacífica: os 407 homens que haviam sido escolhidos pelas seções de Paris para selecionar os deputados por Paris reuniram-se no Hôtel de Ville (Prefeitura) e elegeram novo Conselho Municipal; o Conselho Real, sem apoio militar, abdicou pacificamente. No dia 27 de junho o rei, cedendo a Necker e às circunstâncias, pediu às ordens superiores que se unissem à vitoriosa Assembléia. Os nobres foram, mas recusaram-se a tomar parte na votação e em breve muitos deles se retiraram para suas propriedades.

No dia 1º de julho Luís convocou 10 regimentos, na maior parte alemães ou suíços, para virem em sua ajuda. No dia 10 de julho seis mil soldados sob o comando do marechal de Broglie haviam ocupado Versalhes e 10.000, sob o comando do barão de Besenval, haviam tomado posição em volta de Paris. No meio da agitação e do terror, a Assembléia começou a discutir a minuta que havia sido submetida no dia 9 de julho para uma nova constituição. Mirabeau pediu aos deputados que mantivessem o rei como baluarte contra a desordem social e o domínio da plebe. Pintou Luís XVI como homem de bom coração e generosas intenções, ocasionalmente confundido por conselheiros de curta visão. E perguntou, profeticamente:

> Esses homens estudaram, na história de qualquer povo, como as revoluções começam e como se desenvolvem? Observaram por que fatal cadeia de circunstâncias os homens mais sensatos são levados muito além dos limites da moderação, e por que terríveis impulsos as pessoas enfurecidas precipiam-se a cometer excessos a cujo simples pensamento antes estremeceriam?[13]

Os delegados seguiram seu conselho, pois também sentiam movimentos subterrâneos a exalar das calçadas de Paris. Mas em vez de ir ao encontro de uma lealdade limitada, com substanciais concessões ao Terceiro Estado, o rei ofendeu tanto os radicais como os liberais dispensando Necker pela segunda vez (11 de julho), substituindo-o pelo intratável amigo da rainha, o barão de Breteuil, e fazendo o guerreiro De Broglie Ministro da Guerra (12 de julho). Os dados estavam lançados.

II. A BASTILHA

No dia 12 de julho Camille Desmoulins, ex-aluno dos jesuítas, pulou sobre uma mesa do lado de fora do Café de Foy, próximo ao Palais-Royal e denunciou a exoneração de Necker, bem como a convocação de tropas estrangeiras. "Os alemães vão entrar em Paris esta noite para massacrar seus habitantes", gritou ele, e incitou seus ouvintes a se armarem. Eles assim o fizeram, porque o novo conselho municipal ofereceu pouca resis-

tência quando invadiram e se apossaram das armas guardadas no Hôtel de Ville. Os rebeldes armados agora desfilavam pelas ruas levando bustos de Necker e do duque d'Orléans e enfeitando seus chapéus com cocares verdes; quando se veio a saber que essa era também a cor dos uniformes usados pelos criados e a guarda do odiado conde d'Artois (irmão mais moço do rei), o cocar verde foi substituído por um vermelho, branco e azul — as cores nacionais.

Temendo violência indiscriminada, destruição da propriedade e pânico financeiro, os banqueiros fecharam a *Bourse* (Bolsa) e a classe média organizou sua própria milícia, que veio a se tornar o núcleo da Garde Nationale, sob o comando de Lafayette. Não obstante, alguns agentes da burguesia, a fim de proteger a Assembléia, agora seguramente da "classe média", contribuíram para financiar a resistência popular a uma monarquia absoluta, e lutaram para transformar os sentimentos reais da Garde Nationale em sentimentos democráticos.[14] No dia 13 de julho a multidão de novo reagrupou-se; aumentada por recrutas do submundo e dos cortiços, invadiu o Hôtel des Invalides (Hospital dos Veteranos), apoderando-se de 28.000 mosquetes e alguns canhões. Besenval, em dúvida se sua tropa atiraria sobre o povo, manteve-a inativa nos subúrbios. A populaça armada controlava agora a capital.

Que deveria fazer com seu poder? Muitos sugeriram um ataque à Bastilha. Essa velha fortaleza, no lado leste de Paris, tinha sido construída, ano após ano, desde 1370, para encarcerar importantes vítimas da ira real ou dos nobres, usualmente notificadas da prisão por *lettres de cachet* — ordens secretas do rei. Sob Luís XVI muito poucos prisioneiros eram ali mantidos; na ocasião havia somente sete remanescentes; o próprio Luís raramente tinha assinado uma *lettre de cachet*, e em 1784 havia pedido a um arquiteto que lhe submetesse planos para demolição do tenebroso bastião.[15] O povo, porém, não sabia disso; pensava nela como uma masmorra na qual estavam presas as vítimas de um brutal despotismo.

Mesmo assim os rebeldes aparentemente não tinham a intenção de destruí-la quando, depois de descansarem uma noite, convergiram sobre a Bastilha naquele 14 de julho, que se tornaria o feriado nacional da França. Seu objetivo era pedir ao governador da prisão que os deixasse entrar para apropriar-se da pólvora e armas de fogo que, segundo constava, havia em quantidade por detrás daquelas paredes. Até agora eles só haviam encontrado um pouco de pólvora e sem maior quantidade seus muitos mosquetes e alguns canhões não os protegeriam se Besenval trouxesse suas tropas contra eles. Aquelas muralhas, no entanto — de nove metros de espessura e 30 de altura, protegidas por torres que abrigavam artilharia e cercadas por um fosso de 24 metros de largura — aconselhavam cautela. Membros do novo conselho municipal, juntando-se à multidão, ofereceram-se para tentar um entendimento pacífico com o governador da fortaleza.

O governador era Bernard-René Jordan, marquês de Launay, um homem, estamos informados, de boa educação e caráter amistoso.[16] Recebeu cortesmente a delegação. Propuseram-lhe garantir o comportamento pacífico dos rebeldes se removesse os canhões de sua posição de tiro e ordenasse que seus 114 soldados não atirassem. O marquês concordou e convidou seus visitantes para almoçarem. Outro comitê recebeu promessa semelhante, porém os sitiantes gritavam que eles queriam munição, não palavras.

Enquanto os dois lados parlamentavam, alguns mecânicos habilidosos subiram aos mecanismos e baixaram duas pontes levadiças. Os atacantes impacientes precipitaram-se

pelas pontes até atingirem o pátio interno; De Launay ordenou que o evacuassem; eles se recusaram; soldados da fortaleza atiraram sobre os rebeldes. Os invasores estavam levando a pior quando a Garde Française trouxe cinco canhões e começou a demolir as paredes. Com esta cobertura, a multidão espalhou-se pela prisão, travando batalha corpo a corpo com os soldados; 98 dos atacantes foram mortos e um dos defensores, porém a multidão crescia em número e em fúria. De Launay ofereceu render-se se fosse permitido a seus homens saírem marchando em segurança, com suas armas. Os líderes da multidão refugaram; De Launay acabou cedendo. Os vitoriosos mataram mais seis soldados, libertaram os sete prisioneiros, apossaram-se da munição e das armas, capturaram De Launay e marcharam em triunfo até o Hôtel de Ville. No trajeto alguns membros da multidão, enfurecidos pelas perdas que tinham sofrido, lincharam o atordoado aristocrata, cortaram-lhe a cabeça e içaram-na na ponta de uma lança. Jacques de Flesselles, um preboste dos mercadores que havia enganado os eleitores quanto ao local onde se encontravam as armas, foi abatido na Place de Grève e acrescentaram à parada sua cabeça cortada.

No dia 15 de julho os eleitores das assembléias seccionais fizeram Bailly prefeito de Paris, e escolheram Lafayette para comandar a nova Guarda Nacional, enquanto os satisfeitos *sansculottes* começavam a demolir a Bastilha pedra por pedra. O rei, chocado e atemorizado, foi até a Assembléia e anunciou que havia dispensado as tropas que tinham ocupado Versalhes e Paris. No dia 16 de julho uma conferência de nobres aconselhou-o a partir sob proteção dos regimentos que se retiravam e procurar asilo em alguma capital provincial ou em uma corte estrangeira. Maria Antonieta apoiou com calor esta proposta e reuniu suas jóias e outros tesouros portáteis para a viagem.[17] Em vez disso, no dia 17, Luís chamou de novo Necker, para alegria tanto da comunidade financeira como do populacho. No dia 18 o rei foi a Paris, visitou o Hôtel de Ville, e comunicou sua aceitação do novo conselho e do regime, prendendo em seu chapéu o cocar vermelho, branco e azul da Revolução. Retornando a Versalhes abraçou sua mulher, sua irmã e seus filhos, dizendo-lhes: "Felizmente não se derramou mais sangue e juro que por minha ordem não será jamais derramada uma gota de sangue francês."[18] Seu irmão mais moço, o conde d'Artois, levando consigo a esposa e a amante,[19] conduziu o primeiro grupo de *emigrés* para fora da França.

III. ENTRA MARAT: 1789

A captura da Bastilha não foi um ato meramente simbólico e um golpe contra o absolutismo; salvou a Assembléia da subordinação às tropas do rei em Versalhes e o novo governo de Paris do domínio das tropas que o cercavam. Totalmente sem o querer, preservou a Revolução burguesa; deu, porém, ao povo da capital armas e munição que permitiram posterior desenvolvimento do poder do proletariado.

Deu, além disso, novo ânimo e mais leitores aos jornais que ainda mais excitaram os parisienses. A *Gazette de France*, o *Mercure de France* e o *Journal de Paris* eram jornais há muito estabelecidos e mantinham um bom equilíbrio; apareceram então *Les Révolutions de Paris*, de Loustalot (17 de julho de 1789), *Le Patriote français*, de Brissot

(28 de julho), *L'Ami du peuple*, de Marat (12 de setembro) e *Révolutions de France*, de Desmoulins (28 de novembro). Junte-se a esses uma dúzia de panfletos que nasciam a cada dia, ébrios com a liberdade da imprensa, erguendo novos ídolos, despedaçando velhas reputações. Pode-se imaginar seu conteúdo quando se observa que a palavra *libelo* origina-se de seu nome: *libelles* (livrinhos).

Jean-Paul Marat era o mais radical, arrojado, implacável e poderoso dos novos escribas. Nascido em Neuchâtel, na Suíça, a 24 de maio de 1743, de mãe suíça e pai sardo, nunca deixou de adorar outro compatriota expatriado: Rousseau. Estudou medicina em Bordéus e Paris, tendo exercido a profissão com moderado sucesso em Londres (1765-77). As histórias, que mais tarde se contaram dos crimes e absurdos que ele ali cometeu, foram provavelmente histórias inventadas por seus inimigos na liberdade jornalística daqueles tempos.[20] Recebeu um diploma honorário da Universidade de St. Andrews, à qual, no entanto, como diz Johnson, estava "gradativamente enriquecendo".[21] Marat escreveu em inglês e publicou em Londres (1774) *As Cadeias da Escravidão*, causticante denúncia dos governos europeus como uma conspiração de reis, lordes e clero para vendar os olhos do povo e mantê-lo em submissão. Voltou à França em 1777, serviu como veterinário nos estábulos do conde d'Artois e ascendeu a médico da Garde du Corps do conde. Ganhou alguma reputação como especialista em pulmões e problemas da vista. Publicou tratados sobre eletricidade, luz, óptica e sobre o fogo, alguns dos quais foram traduzidos em alemão. Marat pensava que estes livros o credenciavam à Académie des Sciences mas seu ataque a Newton tornou-o suspeito aos acadêmicos.

Era Marat um homem de intenso orgulho, tolhido por uma sucessão de doenças que o fizeram irritadiço a ponto de sofrer violentas paixões. Sua pele apresentava erupções causadas por uma dermatite incontrolável, para a qual encontrava alívio temporário sentando-se em banho quente, onde escrevia.[22] Sua cabeça era grande demais para seus metro e meio de altura e tinha um olho mais alto que o outro; compreende-se que apreciasse a solidão. Os médicos aplicavam-lhe freqüentes sangrias para aliviar suas dores; a intervalos maiores ele sangrava os outros... Trabalhava com a intensidade da ambição que o consumia. "Para dormir permito-me apenas duas das 24 horas... Não tive mais do que 15 minutos de lazer em mais de três anos."[23] Em 1793, talvez devido a uma vida por demais enclausurada, seus pulmões foram afetados e ele sentia (o que Charlotte Corday ignorava) que não tinha muito tempo de vida.

Seu caráter sofria com os achaques. A vaidade com que procurava compensar-se, seus acessos de raiva, suas ilusões de grandeza, suas furiosas acusações a Necker, Lafayette e Lavoisier, seus insanos apelos à violência da plebe encobriam um fundo de coragem, trabalho e dedicação. O sucesso de seu jornal não era devido somente aos excitantes exageros de seu estilo, porém ainda mais a seu fervoroso, incessante e incorruptível apoio aos proletários privados de voto.

No entanto, Marat não superestimava a inteligência do povo. Via o caos crescendo e ajudava-o; mas, pelo menos por enquanto, aconselhava não a democracia mas uma ditadura sujeita a revogação, revolta ou assassinato, como nos dias da república de Roma. Sugeria a si mesmo como um bom ditador.[24] Às vezes pensava que o governo devia ser dirigido por homens de posses, por terem maior interesse na prosperidade pública.[25] Via essa concentração de riqueza como natural, porém propunha compensá-la pregando a imoralidade do luxo e da concepção de serem a fome e a necessidade uma determi-

nação divina. "Nada de supérfluo pode pertencer-nos legitimamente enquanto outros têm necessidades... A maior parte da riqueza eclesiástica deveria ser distribuída entre os pobres e dever-se-iam estabelecer escolas públicas gratuitas por toda a parte."[26] "A sociedade deve àqueles dentre seus membros que não têm propriedades e cujo trabalho é insuficiente para seu sustento, uma subsistência assegurada, recursos para alimentar-se, morar e vestir-se convenientemente, provisão para atendimento na doença e na velhice e para a educação dos filhos. Aqueles que nadam na riqueza devem atender à carência daqueles aos quais faltam as coisas essenciais da vida." Doutra forma os pobres têm o direito de tomar pela força tudo aquilo de que necessitam.[27]

A maioria dos membros das sucessivas assembléias não confiava em Marat e o temia, mas os *sansculottes*, entre os quais ele vivia, perdoavam-lhe as faltas por sua filosofia e arriscavam-se escondendo-o quando ele era procurado pela polícia. Devia ter tido algumas qualidades amáveis, pois a mulher com quem ele vivia maritalmente permaneceu com ele devotadamente até o fim.

IV. RENÚNCIA: 4 A 5 DE AGOSTO DE 1789

"Este país", escreveu sobre a França Gouverneur Morris em 31 de julho de 1789, "está presentemente tão próximo da anarquia quanto uma sociedade pode aproximar-se sem entrar em dissolução."[28] Os negociantes que controlavam o mercado tiravam lucro da escassez de cereais aumentando os preços; as barcaças que carregavam alimentos para as cidades eram atacadas e pilhadas durante a viagem; a desordem e a insegurança perturbavam o transporte. Paris estava dominada pelos criminosos. A província estava tão sujeita à pilhagem dos ladrões que em algumas delas os camponeses armaram-se em seu "Grande Medo" dessas hordas sem lei; em seis meses 400.000 armas de fogo foram adquiridas pelos cidadãos alarmados. Quando o "Grande Medo" diminuiu, os camponeses resolveram usar suas armas contra os coletores de impostos, monopolizadores e senhores feudais. Armados com mosquetões, forcados e foices, atacaram os castelos, exigindo que lhes mostrassem os títulos que supostamente sancionavam os direitos e impostos dos senhores; quando estes lhes eram mostrados, queimavam-nos; se havia resistência, queimavam o castelo; em alguns casos o proprietário foi morto ali mesmo. Esse procedimento, iniciado em julho de 1789, espalhou-se até que atingiu toda a França. Em algumas localidades os insurgentes carregavam cartazes dizendo que o rei havia-lhes delegado amplos poderes em seus distritos.[29] Muitas vezes a destruição era indiscriminada em sua fúria; assim os camponeses das terras da Abadia de Murbach queimaram sua biblioteca, levaram suas pratarias e suas alfaias, desarrolharam seus tonéis de vinho, beberam o que puderam e deixaram o que restou escoar-se pelo chão. Em oito comunas os habitantes invadiram os mosteiros, levaram os títulos das terras e explicaram aos monges que o clero estava agora subordinado ao povo. "No Franco Condado", diz um relatório à Assembléia Nacional, "cerca de 40 castelos e casas senhoriais foram pilhadas e queimadas; em Langres, três em cada cinco; no Delfinado, 27; no distrito de Viennois, todos os mosteiros; ... assassinatos sem conta de aristocratas e ricos burgueses."[30] As autoridades das cidades que tentavam impedir estas "*Jacqueries*" eram depostas; algumas decapitadas. Os aristocratas abandonavam suas casas e procuravam segurança

alhures, mas em quase todos os lugares encontravam a mesma "anarquia espontânea". Iniciou-se uma segunda onda de emigração.

Na noite de 4 de agosto de 1789, comunicava um deputado à Assembléia em Versalhes: "Cartas de todas as províncias indicam que propriedades de todas as espécies são presas da mais criminosa violência; em toda parte castelos estão sendo queimados, conventos destruídos e fazendas abandonadas à pilhagem. Os impostos, os direitos feudais, estão extintos, as leis não têm mais força e os magistrados não têm autoridade."[31] Os nobres que ainda permaneciam perceberam que a revolução, que eles tinham almejado que se confinasse a Paris e que se aquietasse com mínimas concessões, era agora nacional, e que os direitos feudais não mais se mantinham. O visconde de Noailles propôs que "todos os direitos feudais fossem resgatáveis... por um pagamento em dinheiro ou reduzidos a uma avaliação justa... *Corvées* senhoriais, servidão e outras formas de escravidão pessoal devem ser abolidas sem compensação"; e, acabando com as isenções de classes, "os impostos devem ser pagos por todos os indivíduos no reino proporcionalmente à sua renda".

Noailles era pobre e iria sofrer de modo bastante tolerável com essas medidas, mas o duque d'Aiguillon, entre os mais ricos dos barões, apoiou a proposta e fez uma espantosa confissão: "O povo está por fim tentando despojar-se de um jugo que o oprimiu por muitos séculos; e nós devemos confessar que, embora essa insurreição deva ser condenada... pode-se encontrar uma justificativa para ela nas afrontas das quais o povo foi vítima".[32] Esse reconhecimento levou os nobres liberais a um apoio entusiástico; eles se acotovelavam ao se manifestarem a favor da abdicação de seus questionáveis privilégios; após horas de entusiásticas renúncias, às duas horas da manhã do dia 5 de agosto, a Assembléia proclamou a emancipação dos camponeses. Algumas cláusulas acauteladoras foram mais tarde acrescentadas, determinando que os camponeses pagassem, em periódicas prestações, uma taxa para livrar-se de certas obrigações; mas a resistência a esses pagamentos fez com que sua arrecadação fosse impraticável, com o que se efetivava o verdadeiro fim do sistema feudal. A assinatura do rei a esta "grande renúncia" era solicitada pelo Artigo XVI que o proclamava, no mesmo instrumento, o "Restaurador da Liberdade Francesa".[33]

A onda de sentimento humanitário durou o tempo suficiente para produzir outro documento histórico: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (27 de agosto de 1789). Foi proposta por Lafayette, que ainda estava sob o calor das impressões que lhe deixaram a Declaração da Independência e as declarações de direitos proclamados por vários dos Estados americanos. Os nobres mais jovens da Assembléia podiam aceitar a noção de igualdade porque haviam sofrido com os privilégios hereditários do filho mais velho e alguns, como Mirabeau, tinham sido sujeitos a prisão arbitrária. Os delegados burgueses ressentiam-se da exclusividade aristocrática na sociedade e do monopólio dos nobres nos mais altos postos do serviço civil e militar. Quase todos os delegados tinham lido Rousseau e aceitavam a doutrina do filósofo de que todo o ser humano, por lei natural, tinha certos direitos básicos. Assim houve pouca resistência a prefaciar a nova constituição com uma declaração que parecia completar a revolução. Alguns artigos merecem ser repetidos:

Artigo 1. Os homens nascem e permanecem livres e com iguais direitos...
Artigo 2. O objetivo de toda associação política são os direitos naturais e inalienā-

veis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e a resistência à opressão...

Artigo 4. A liberdade consiste no direito de fazer tudo aquilo que não prejudique aos outros; assim o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem limites, exceto aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Tais limites só podem ser determinados pela lei...

Artigo 6. A lei é a expressão da vontade geral. Cada cidadão tem o direito de participar pessoalmente ou por meio de um representante na sua formação... Todos os cidadãos, sendo iguais perante a lei, são igualmente elegíveis para todas as dignidades e para todas as posições e ocupações públicas, de acordo com suas capacitações...

Artigo 7. Nenhuma pessoa pode ser acusada, detida ou aprisionada, exceto nos casos e de acordo com as formas previstas na lei...

Artigo 9. Como todas as pessoas são consideradas inocentes até que tenham sido declaradas culpadas, se for julgada indispensável a prisão, todo o rigor não essencial à guarda da pessoa do prisioneiro deve ser severamente coibido pela lei.

Artigo 10. Ninguém deve ser incomodado por causa de suas opiniões, inclusive seu ponto de vista religioso, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo 11. A livre comunicação de idéias e opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Cada cidadão pode, desta forma, falar, escrever e imprimir com liberdade, mas será responsável pelos abusos dessa liberdade conforme for definido pela lei...

Artigo 17. De vez que a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém será dela privado a não ser quando a necessidade pública, determinada legalmente, com clareza demandá-la, e então somente sob a condição de ser o proprietário prévia e justamente indenizado.[34]

Mesmo nesta afirmação dos ideais democráticos ficaram algumas imperfeições. Foi permitida a continuação da escravidão nas colônias francesas do Caribe até que a Convenção aboliu-a em 1794. A nova constituição restringia o voto e a elegibilidade para a função pública àqueles que pagavam um mínimo especificado de impostos. Os direitos civis ainda eram negados aos atores, protestantes e judeus. Luís XVI negou sua concordância à declaração com base em que ela iria suscitar maior inquietação e desordem. Restava à população de Paris forçar seu consentimento.

V. PARA VERSALHES: 5 DE OUTUBRO DE 1789

Ao longo dos meses de agosto e setembro houve motins em Paris. O pão estava de novo faltando, as donas-de-casa lutavam por ele nas padarias. Em um desses motins um padeiro e um funcionário municipal foram mortos pela populaça enfurecida. Marat clamava por uma marcha sobre a Assembléia e o palácio real em Versalhes:

Quando a segurança pública está em perigo, o povo deve retirar o poder das mãos daqueles que o detêm... Metam aquela austríaca (a rainha) e seu cunhado (Artois) na prisão... Prendam os ministros e seus funcionários e ponham-nos a ferros... Certifiquem-se (da conduta) do prefeito (o pobre, amável e divagador Bailly) e seus lugares-tenentes; mantenham sob vigilância o general (Lafayette) e prendam seu estado-maior... O herdeiro do trono não tem direito a jantar quando lhes falta o pão. Organizem corpos de homens armados. Marchem sobre a Assembléia Nacional e peçam

> alimentos já... Exijam que os pobres tenham seu futuro assegurado mediante uma contribuição nacional. Se for recusado, juntem-se ao exército, tomem a terra, bem como o ouro que os patifes que querem forçá-los a render-se pela fome enterraram, e dividam-no entre todos. Que caiam as cabeças dos ministros e seus subordinados. É chegada a hora![35]

Assustado com os jornais e com a desordem em Paris, e pelas demonstrações de massa em Versalhes, Luís retornou ao conselho de seus ministros: trazer soldados ainda intocados pelas idéias revolucionárias para protegê-lo, à sua família e à corte. No fim de setembro mandou buscar em Douai o Regimento de Flandres, e no dia 1º de outubro a *Garde du Corps* do rei deu-lhe as boas-vindas com um banquete no teatro de ópera do palácio. Quando Luís e Maria Antonieta apareceram, as tropas, meio embriagadas com o vinho e com a visão da majestade real, irromperam em selvagem aplauso. Em breve substituíram os emblemas nacionais tricolores por cocares com as cores da rainha: preto e branco; uma fonte afirma que os rejeitados emblemas tricolores, agora importantes para a Revolução, foram mais tarde pisoteados pelos que dançavam.[36] (Mme. Campan, primeira camareira da rainha, testemunha visual, nega esse detalhe.)[37]

A história foi ampliada à medida que chegava a Paris, e foi acentuada por um relatório segundo o qual um exército estava se reunindo próximo a Metz, com a intenção de marchar para Versalhes e dispersar a Assembléia. Mirabeau e outros deputados denunciaram essa nova ameaça militar. Marat, Loustalot e outros jornalistas demandavam que o povo compelisse tanto a família real quanto a Assembléia a mudar-se para Paris, onde poderiam ficar sob as vistas vigilantes do populacho. No dia 5 de outubro as mulheres do mercado da cidade, que conheciam em primeira mão a escassez de alimentos, tomaram a frente na formação de uma brigada para marchar sobre Versalhes, a 16 quilômetros de distância. À medida que marchavam apelavam para que homens e mulheres as seguissem; milhares o fizeram. Não era uma procissão trágica e sombria; um alegre humor francês a temperava: "Vamos trazer de volta o padeiro e sua mulher", gritavam, "e teremos o prazer de ouvir Mirabeau."[38]

Chegando a Versalhes sob forte chuva, reuniram-se em formação desordenada — 8.000 pessoas — diante dos altos portões e grades de ferro do palácio real, e pediram para ter acesso ao rei. Uma delegação foi para a Assembléia e insistiu que os deputados providenciassem pão para a multidão. Mounier, então presidente, foi com um dos delegados, a bela Louison Chabry, para ver Luís. Ela ficou tão dominada pela emoção que só pôde gritar "*Pain*" (pão), e caiu desmaiada. Quando se recobrou, Luís prometeu-lhe encontrar pão para a multidão molhada e faminta. Ao partir, ela tentou beijar-lhe a mão mas ele a beijou como um pai. Enquanto isto acontecia, muitas atraentes parisienses misturavam-se com os soldados flamengos e convenciam-nos de que cavalheiros não atiravam em mulheres desarmadas; vários soldados levaram as sereias esfomeadas para suas barracas e deram-lhes alimento e calor. Às 11 horas daquela noite chegou Lafayette com 15.000 soldados da Guarda Nacional. Foi recebido pelo rei e prometeu-lhe proteção, porém juntou-se a Necker aconselhando-o a aceitar a exigência do povo de que ele e a rainha fossem viver em Paris; após o que, exausto, retirou-se para o *Hôtel de Noailles*.

Logo cedo na manhã de 6 de outubro, a multidão cansada e furiosa invadiu, através de uma abertura ocasional do portão, o pátio do palácio e alguns homens armados for-

çaram o caminho subindo as escadas até o apartamento onde a rainha dormia. De saias, com o Delfim nos braços, ela fugiu para o quarto do rei. Os guardas do palácio resistiram à invasão e três deles foram mortos. Lafayette, atrasado porém solícito, acalmou o tumulto com a segurança de um acordo. O rei apareceu no balcão e prometeu mudar-se para Paris. A multidão gritou: "*Vive le Roi*", porém exigiu que a rainha também se mostrasse. Ela assim o fez, e manteve-se impávida quando um homem na turba apontou seu mosquetão para ela; os que estavam próximos a ele abaixaram-lhe a arma. Lafayette juntou-se a Maria Antonieta e beijou-lhe a mão em sinal de lealdade; os rebeldes amolecidos prometeram amar a rainha se ela viesse viver na capital.

Perto do meio-dia, formou-se uma procissão sem precedentes na história: na frente a Guarda Nacional e a real *Garde du Corps*; a seguir uma carruagem com o rei, sua irmã Madame Elisabeth, a rainha e seus dois filhos; após, uma longa fila de carros carregando sacos de farinha; fechando, os triunfantes parisienses, algumas mulheres montadas nos canhões, alguns homens levantando em varas as cabeças dos guardas do palácio mortos; em Sèvres eles pararam para pentear e empoar suas cabeleiras.[39] A rainha duvidava de que ela chegasse a Paris viva, mas naquela noite ela e o resto da família real dormiram em leitos apressadamente preparados nas Tulherias, onde os reis da França tinham dormido antes que a rebelião da *Fronde* tivesse tornado a capital odiosa para Luís XIV. Alguns dias mais tarde a Assembléia seguiu e foi alojada no teatro do mesmo palácio.

Mais uma vez a populaça de Paris havia dominado a Revolução forçando a vontade do rei. Agora, sujeito a seus súditos, ele aceitou a Declaração dos Direitos do Homem como um *fait accompli*. Uma terceira onda de emigração começou.

VI. A CONSTITUIÇÃO REVOLUCIONÁRIA: 1790

Liberada da resistência real, mas desconfortavelmente consciente da vigilância da cidade, a Assembléia começou a escrever a constituição que iria especificar e legalizar as realizações da Revolução.

Em primeiro lugar, deveria ela manter o reinado? Assim foi feito e permitiu a hereditariedade, pois temia-se que, até que os sentimentos de legitimidade e lealdade pudessem ser transferidos do monarca para a nação, a aura hipnotizante da realeza seria necessária à ordem social; o direito de transmissão seria uma guarda contra guerras de sucessão e esquemas tais como os que então estavam em fermentação no *Palais-Royal*. Mas os poderes do rei tinham de ser estritamente limitados. A Assembléia votaria para ele anualmente uma "lista civil" para suas despesas; qualquer despesa adicional requeria solicitação ao legislativo. Se o rei deixasse o reino sem permissão da Assembléia poderia ser deposto, o que ele em breve veria. Podia escolher e demitir seus ministros, porém cada ministro tinha de submeter um relatório mensal do destino dado aos fundos a ele atribuídos e podia a qualquer momento ser citado perante uma alta corte. O rei deveria comandar o Exército e a Marinha, mas não poderia declarar guerra ou assinar um tratado sem o prévio consentimento do legislativo. Teria o direito de veto a qualquer legislação a ele submetida; se, porém, se passassem três legislaturas sucessivas com o decreto vetado, este se tornaria lei.

Deveria a legislatura, com tais poderes, ter duas câmaras, como na Inglaterra e na Amé-

rica? Uma câmara superior poderia ser impedimento à ação precipitada, mas poderia também tornar-se bastião da aristocracia e dos homens mais idosos. A Assembléia rejeitou-a e, como salvaguarda adicional, declarou o fim de todos os privilégios hereditários e títulos, exceto o do rei. A legislatura seria eleita pelos "cidadãos ativos" apenas: adultos do sexo masculino, detentores de propriedade, pagando em impostos diretos quantia igual ao valor de três dias de trabalho; isto incluía os camponeses prósperos, mas excluía o trabalho assalariado, os atores e os proletários; estes eram classificados como "cidadãos passivos" pois podiam ser facilmente manipulados por seus patrões ou aqueles que lhes pagavam o salário e assim tornar-se instrumentos de reação ou violência. De acordo com este arranjo 4.298.360 homens (numa população de 25 milhões de almas) gozavam do direito de voto na França de 1791; três milhões de homens adultos não podiam votar. A Assembléia burguesa, receosa do populacho da cidade, estava aprovando a Revolução burguesa.

Para fins eleitorais e administrativos, a constituição dividiu a França em 83 *départements*, e cada um destes em comunas, num total de 43.360. Pela primeira vez a França tornava-se uma nação unificada, sem províncias privilegiadas e fronteiras internas e todas com um sistema único de unidades de medidas e leis. As penalidades eram fixadas por lei e não mais ficavam ao arbítrio de um juiz. A tortura, o pelourinho e a marcação com ferro em brasa foram abolidos, a pena de morte, porém, foi mantida, com o momentâneo descontentamento de Robespierre e sua futura aceitação. Pessoas acusadas de um crime podiam optar pelo julgamento através de um júri de "cidadãos ativos", escolhidos por sorteio; uma minoria de três votos em doze era suficiente para a absolvição. Os casos cíveis eram decididos por juízes. Os antigos *parlements*, que tinham dado origem a uma segunda aristocracia, foram substituídos por novo judiciário, indicado pelas assembléias eleitorais. Uma alta corte era escolhida por sorteio entre as cortes baixas de justiça, duas para cada *département*.

Permaneciam dois imensos problemas relacionados entre si: como evitar a bancarrota e como regular as relações entre a Igreja e o Estado. Os impostos não eram suficientes para financiar o governo, e a Igreja possuía substancial riqueza isenta de impostos. Coube ao recentemente nomeado bispo de Autun, Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, propor (11 de outubro de 1789) a solução: que a propriedade da Igreja fosse usada para o pagamento da dívida nacional.

Talleyrand é um dos caracteres duplamente "intrigantes" da História. Provindo de antiga família que se distinguiu pelos seus serviços militares, teria provavelmente seguido a mesma carreira não houvesse ele torcido para sempre o pé, ao sofrer uma queda quando tinha quatro anos de idade; por causa disso teve de manquejar durante toda a vida, conseguindo porém superar todos os obstáculos. Seus pais destinaram-no à Igreja. No seminário lia Voltaire e Montesquieu, e mantinha uma amante na vizinhança. Parece que foi expulso (1775) do seminário, porém naquele ano, seu vigésimo primeiro, recebeu de Luís XVI a Abadia de St.-Denis, em Reims. Foi ordenado padre em 1779 e no dia seguinte tornou-se vigário geral de seu tio, o arcebispo de Reims. Continuou a agradar às senhoras bem-nascidas; de uma delas teve um filho que se tornou oficial de Napoleão. Em 1788, Talleyrand foi nomeado bispo de Autun, sob os protestos de sua pia progenitora que o sabia homem de pouca fé. Apesar disso, ele esboçou para apresentação aos Estados-Gerais um programa de reformas, e de tal maneira impressionou seu clero, que o fizeram seu deputado.[40]

A despeito da desesperada oposição dos membros do clero, a Assembléia votou, em 2 de novembro de 1789, por 508 votos contra 346, a nacionalização da propriedade eclesiástica, então avaliada em três bilhões de francos.[41] Incumbiu o governo de "prover de modo conveniente as despesas para o culto público, a manutenção dos ministros e a caridade para com os pobres". No dia 19 de dezembro deu poderes a uma *Caisse de l'Extraordinaire* para vender 400 milhões de francos sob a forma de *assignats*, ou seja, notas que davam ao portador o direito a um valor estabelecido em propriedade eclesiástica, e que rendiam um juro de cinco por cento até que se efetuasse a venda. Com a renda desses *assignats* o governo pagou seus mais urgentes débitos, assegurando-se assim o apoio da comunidade financeira para o novo regime. Mas os compradores dos *assignats* encontraram dificuldades em efetuar compras satisfatórias; usavam os *assignats* como moeda corrente e, à medida que o Estado emitia mais e mais desses papéis e a inflação continuava, eles perdiam seu valor, exceto para o pagamento de impostos, quando o Tesouro era compelido a aceitá-los pelo seu valor estampado. Assim, o Tesouro encontrou-se de novo com perdas que excediam sua renda, ano após ano.

Tendo cruzado o Rubicão, a Assembléia, em 13 de fevereiro de 1790, acabou com os mosteiros, estabelecendo pensões para os monges desalojados;[42] as freiras foram deixadas intocadas por executarem valiosos serviços para a educação e a caridade. No dia 12 de julho foi promulgada uma "Constituição Civil do Clero", reconhecendo os padres como empregados pagos pelo Estado e reconhecendo o Catolicismo como a religião nacional. Os protestantes e os judeus podiam praticar seus cultos em conventículos particulares porém sem apoio do governo. Os bispos católicos seriam escolhidos pelas assembléias eleitorais dos departamentos, tendo a liberdade de participar nessa votação eleitores não-católicos — protestantes, judeus e agnósticos.[43] Todos os padres, antes de receberem qualquer remuneração do Estado, tinham de jurar total obediência à nova constituição. Dos 134 bispos da França, 130 recusaram-se a fazer esse juramento; dos 70.000 párocos, 40.000 se recusaram.[44] A grande maioria da população alinhou-se ao lado dos que não juraram e boicotava os serviços daqueles que tinham prestado juramento. O crescente conflito entre a Igreja conservadora, apoiada pelo povo, e as assembléias predominantemente agnósticas, patrocinadas pela classe média superior, tornou-se um dos principais fatores do declínio da Revolução. Principalmente por causa dessa legislação impopular, recusou-se o rei por longo tempo a assinar a nova Constituição.

Outros tinham razões para rejeitá-la. Robespierre liderava uma forte minoria que protestava contra a restrição do direito de voto aos proprietários, a qual violava a Declaração dos Direitos do Homem e era um provocante insulto aos proletários de Paris, que mais de uma vez haviam salvo a Assembléia dos exércitos do rei. A classe dos camponeses concordava com o povo da cidade, ressentida por haver sido abandonada a regulamentação governamental que, de certa forma, havia protegido produtores e consumidores de um "livre mercado" manipulado pelos distribuidores.

No entanto, a Assembléia sentia, com certa justiça, que a Constituição era um documento excepcional, que proporcionava forma legal e definitiva à Revolução triunfante. Os deputados da classe média, agora dominante, consideravam que os comuns — dos quais a maioria era ainda analfabeta — não estavam preparados para participar, na proporção de seu número, das deliberações e decisões do governo. Além disso, agora que a nobreza havia fugido, não havia chegado a vez da burguesia dirigir um Estado cada

vez mais dependente de uma economia sabiamente dirigida e em firme avanço? Assim a Assembléia, sem levar em conta as hesitações do rei, declarou a França uma monarquia constitucional; e no dia 5 de junho de 1790, convidou os 83 departamentos a enviarem suas Guardas Nacionais federadas para juntarem-se ao povo de Paris e ao governo da França, a fim de celebrarem, no *Champ-de-Mars* (Campo de Marte), por ocasião do primeiro aniversário da tomada da Bastilha, a consumação da Revolução. Espalhando-se o convite e o entusiasmo, 30 estrangeiros, liderados por um rico holandês que passou à História como "Anacharsis Cloots" (era ele o barão Jean-Baptiste du Val-de-Grâce que recebera o apelido de um personagem do romance, então popular, do Abbé Barthélemy), entraram na Assembléia no dia 19 de junho e pediram para ter a honra de receber a cidadania francesa e serem admitidos na "Festa da Federação" como uma "embaixada da raça humana". Assim foi ordenado que se procedesse.

Mas o Campo de Marte, de topografia acidentada, tinha de ser preparado para a ocasião: uma área de 900 por 300 metros tinha de ser nivelada e provida de terraços para comportar 300.000 homens, mulheres e crianças; no centro precisava-se criar uma elevação para um altar, no qual o rei, os príncipes, os sacerdotes, os deputados e os comuns deveriam subir para jurar sua lealdade à nação, agora legalmente renascida. No entanto, restavam apenas 15 dias para fazer esse trabalho. Quem pode agora rivalizar com as 14 páginas[45] nas quais Carlyle descreve como o povo de Paris, homens e mulheres, moços e velhos, vieram com picaretas e pás e carrinhos de mão e cantos — "*Ça ira*!" (Será feito!) — e deram nova forma àquele vasto terreno, fizeram os terraços e o Altar da Pátria? Qual de nós hoje teria a coragem de escrever soprando tão bravamente as trombetas da retórica e com profético êxtase, especialmente se quase a metade de nosso manuscrito tivesse sido queimado por uma criada apressada e tivéssemos de reunir e polir de novo as jóias assim espalhadas? Que fogo estava latente naquele obstinado escocês para sobreviver a um tal holocausto!

Assim foi que, na semana que precedeu o novo feriado, soldados de toda a França dirigiram-se para Paris, e às vezes a Guarda Nacional parisiense marchava muitos quilômetros para fora da cidade a escoltá-los. No dia 14 de julho de 1790 eles todos entraram no Campo de Marte em orgulhosa procissão, num total de 50.000,[46] suas bandeiras drapejando, as bandas tocando, suas gargantas roucas dos alegres cantos, e 300.000 parisienses exaltados juntaram-se a eles. O bispo Talleyrand-Périgord, ainda não excomungado, celebrou a missa; 200 prelados e padres subiram ao altar e fizeram o juramento; o rei comprometeu-se a obedecer às novas leis da melhor forma que lhe fosse possível e todos os presentes gritaram: "*Vive le Roi*!" Quando o canhão salvou, milhares de parisienses, que não tinham podido comparecer, levantaram uma das mãos em direção ao Campo de Marte e fizeram seu juramento. Em quase todas as cidades realizaram-se festividades semelhantes, o vinho e a comida sendo compartilhados, pastores protestantes e padres católicos beijando-se como se fossem cristãos... Como poderia qualquer francês duvidar de que uma gloriosa nova era estava raiando?

VII. MIRABEAU PAGA SUAS DÍVIDAS: 2 DE ABRIL DE 1791

Um homem, pelo menos, podia duvidar, e uma mulher. Para Luís e a rainha, as Tulherias pareciam uma casa de vidro na qual cada movimento seu estava sujeito à silen-

ciosa aprovação ou à prolongada condenação do populacho. No dia 31 de agosto de 1790 um regimento suíço, a serviço do rei em Nancy, amotinou-se por causa de atraso no pagamento e da tirania oficial. Alguns dos rebeldes foram fuzilados pela Guarda Nacional; alguns foram mandados para as galés; outros foram enforcados. Tendo conhecimento desses fatos, uma multidão de 40.000 parisienses convergiu ameaçadoramente sobre o palácio real, denunciando Lafayette, culpando o rei pelo "massacre de Nancy" e pedindo a demissão dos ministros. Necker partiu tranqüilamente (18 de setembro de 1790) e foi viver com sua família em Coppet, no lago de Genebra. Lafayette aconselhou o rei a apaziguar Paris aceitando a constituição.[47] A rainha, no entanto, suspeitava de que o general planejava substituí-la como o poder por trás do trono, e expressou tão claramente sua antipatia, que Lafayette deixou a corte e entregou a Mirabeau a tarefa de salvar a monarquia.[48]

Mirabeau aceitou de bom grado. Necessitava de dinheiro para manter seu alto padrão de vida; sentia que uma coalizão do rei e da Assembléia era a única alternativa contra o comando pelos líderes da multidão; e não via contradição em seguir esta política e reabastecer sua bolsa. Já em 28 de setembro de 1789 havia escrito a seu amigo La Marck (o conde Auguste de La Marck, 1753-1833, não o biólogo Jean-Baptiste de Monet, Chevalier de Lamarck, 1744-1829) nos seguintes termos: "Tudo está perdido. O rei e a rainha vão ser escorraçados e você há de ver a populaça triunfante tripudiar sobre seus corpos."[49] Em 7 de outubro escrevia ao mesmo amigo: "Se você tem qualquer influência sobre o rei e a rainha, convença-os de que eles e a França estarão perdidos se a família real não abandonar Paris. Estou ocupado com um plano para fazê-los partir".[50] Luís rejeitou o plano, porém consentiu em financiar a defesa da monarquia por Mirabeau. No início de maio de 1790 concordou em pagar as dívidas do grande aventureiro, a conceder-lhe mil libras por mês e a gratificá-lo com 192.000 libras se ele fosse bem-sucedido na reconciliação da Assembléia com o rei.[51] Em agosto a rainha concedeu a Mirabeau uma entrevista privada em seus jardins de St.-Cloud. A aura de sua majestade era tão grande que o dragão da rebelião tremia de devoção ao beijar-lhe a mão. A seus íntimos ele falava dela extasiado: "Vós não conheceis a rainha. Sua força mental é prodigiosa. Ela tem a coragem de um homem".[52]

Ele se considerava "pago mas não comprado"; de acordo com La Marck "ele aceitava pagamento para manter suas próprias opiniões".[53] Ele não tinha a intenção de defender o absolutismo; ao contrário, a declaração que submeteu aos ministros do rei em 23 de dezembro de 1790 era um programa para reconciliar a liberdade pública com a autoridade real: "Atacar a Revolução seria ultrapassar o alvo, porque o movimento que faz um grande povo dar-se a si mesmo melhores leis merece apoio... Tanto o espírito da Revolução como muitos elementos de sua constituição devem ser aceitos... Eu considero todos os efeitos da Revolução... como conquistas tão irrevogáveis que nenhuma sublevação, a não ser que se desmembrasse o reinado, poderia destruí-las".[54]

Ele trabalhou com devoção e com propinas para salvar o que restava da autoridade real. A Assembléia suspeitava de sua venalidade porém respeitava seu gênio. No dia 4 de janeiro de 1791 escolheu-o como seu presidente para o termo usual de duas semanas. Ele espantou a todos pela ordem com que dirigia os trabalhos e a imparcialidade de suas decisões. Trabalhava o dia inteiro, comia e bebia toda a noite, e desgastava-se com mulheres. No dia 25 de março, recebeu em casa duas bailarinas da

Ópera. Na manhã seguinte foi acometido de violentas cólicas intestinais. Compareceu à Assembléia no dia 27, mas voltou para seus aposentos exausto e trêmulo. A notícia de sua doença espalhou-se por Paris; os teatros foram fechados em respeito a ele; sua casa foi cercada pelo povo querendo saber de seu estado; um jovem veio oferecer-se para ceder-lhe seu sangue para uma transfusão.[55] Talleyrand disse-lhe: "Não é fácil chegar até vós; metade de Paris está permanentemente do lado de fora de vossa porta".[56] Após muito sofrimento Mirabeau morreu no dia 2 de abril de 1791.

No dia 3 de abril uma delegação dos eleitores de Paris solicitou à Assembléia que convertesse a Igreja de St.-Geneviève em santuário e túmulo dos heróis franceses e que este *Panthéon* ("de todos os deuses"), como ele seria em breve chamado, levasse em seu frontispício a inscrição: "*Aux grands hommes la Patrie reconnaissante*" (A seus grandes homens a Pátria reconhecida). Assim foi feito, e Mirabeau foi ali enterrado no dia 4 de abril, após o que Michelet julgou ter visto "a mais longa e popular procissão fúnebre que já houve no mundo";[57] o historiador estimou a multidão entre 300 a 400 mil pessoas, nas ruas e empoleiradas nas árvores, nas janelas e sobre os telhados; toda a Assembléia, exceto Pétion (que tinha provas secretas de que Mirabeau recebera dinheiro do rei); todo o Clube Jacobino; 20.000 homens da Guarda Nacional. "Pensar-se-ia que se estavam transferindo as cinzas de Voltaire — de um desses homens que nunca morrem."[58] A 10 de agosto de 1792 descobriram-se provas, entre os papéis do deposto rei, de pagamentos feitos a Mirabeau, e no dia 22 de setembro de 1794 a Convenção ordenou que os restos mortais do herói deslustrado fossem removidos do *Panthéon*.

VIII. PARA VARENNES: 20 DE JUNHO DE 1791

O rei, relutante em constranger a nobreza, o clero e a monarquia a despir-se totalmente de sua antiga autoridade, e convencido de que um povo tão individualista e impetuoso como o povo francês não obedeceria a nenhuma lei, e não aceitaria nenhuma restrição, que não fossem sancionadas e consagradas pelo tempo, agarrava-se esperançosamente aos últimos vestígios do poder que ainda lhe restava e resistia aos apelos diários dos nobres e da rainha no sentido de fugir de Paris, talvez da França, e voltar com um exército, francês ou estrangeiro, suficientemente forte para recolocá-lo num trono revigorado. Assinou, no dia 21 de janeiro de 1791, a Constituição Civil do Clero, sentindo, porém, que estava traindo a fé que havia sido seu precioso refúgio contra os desapontamentos da vida. Ficou profundamente chocado com a decisão da Assembléia, de 30 de maio de 1791, de transladar os restos de Voltaire para o *Panthéon*; parecia-lhe intolerável que o arqui-infiel do século fosse carregado em triunfo, para repousar com honras onde, ainda ontem, existia uma igreja consagrada. Deu seu consentimento, por tanto tempo negado, para que a rainha preparasse uma fuga através da fronteira. O devotado amigo, conde Axel von Fersen, levantou o dinheiro necessário para a fuga e cuidou dos pormenores; o rei, certamente um cavalheiro, provavelmente não um marido enganado, agradeceu-lhe calorosamente.[59]

Todos conhecem a história: como o rei e a rainha, sob o nome suposto de M. e Mme. Korff, com seus filhos e atendentes, deixaram as Tulherias furtivamente à meia-noite de 20 para 21 de junho de 1791 e rodaram todo o dia seguinte, alegres e temerosos,

por 240 quilômetros, até Varennes, próximo à fronteira do que hoje é a Bélgica (naquele tempo Países-Baixos austríacos); como eles foram parados ali e presos por camponeses armados de forcados e porretes, liderados por Jean-Baptiste Drouet, encarregado do correio de Ste.-Menehould. Este pediu instruções à Assembléia; logo Barnave e Pétion vieram com a resposta: "Traga seus cativos de volta para Paris, sem molestá-los". A volta foi uma viagem de três dias, vagarosamente precedidos por uma tropa de 60.000 homens da Guarda Nacional. No caminho, Barnave sentava-se no coche real, em frente à rainha; ele tinha sido educado no cavalheirismo sobrevivente do Velho Regime e sentiu o encanto da beleza real na desgraça. Imaginou o que seria a sorte dela e das crianças que ela protegia. Quando chegaram a Paris era seu escravo.

Através dos esforços de Barnave e outras cautelosas considerações, a Assembléia rejeitou o grito dos *sansculottes* para imediata deposição. Quem poderia dizer que anarquia haveria de seguir-se? Ficaria a burguesa Assembléia, e todas as suas propriedades, às mercê da populaça de Paris, que nem votava? Assim, fez-se correr o rumor de que o rei não tinha fugido, que tinha sido raptado; devia-se permitir que ele salvasse sua cabeça, pelo menos por enquanto, e tanto de sua coroa quanto as novas leis lhe deixavam. Os líderes radicais protestaram; os clubes e os jornais convocaram o povo para reunir-se no Campo de Marte; no dia 17 de julho de 1791 apareceram 50.000 e seis mil assinaram um pedido para abdicação do rei.[60] A Assembléia ordenou a Lafayette e à Guarda Nacional que dispersassem os rebeldes; estes se recusaram e alguns apedrejaram a Guarda; os soldados irados atiraram, matando 50 homens e mulheres. Assim acabou a irmandade universal que ali tinha sido jurada um ano atrás. Marat, proscrito e caçado pela polícia, vivia em úmidos porões clamando por nova revolução. Lafayette, com a popularidade arrasada, voltou para o *front*, esperando ali impaciente uma oportunidade para escapar ao crescente caos da França.

O rei, grato por uma trégua, compareceu submisso à Assembléia no dia 13 de setembro de 1791 e ali com sua assinatura formalizou a aprovação à nova Constituição. Voltando para seu desolado palácio e para sua rainha, abateu-se e chorou; pediu-lhe para perdoá-lo por tê-la trazido de sua felicidade em Viena para a vergonha dessa derrota e o terror crescente desse aprisionamento.

No fim deste mesmo mês, a Assembléia já se preparava para concluir seus trabalhos. Possivelmente os deputados estavam cansados e achavam que já haviam feito muito em sua vida. Na realidade, sob seu ponto de vista, tinham realizado muito. Haviam presidido ao colapso do sistema feudal; haviam abolido os privilégios hereditários; haviam salvo o povo de uma monarquia absolutista e de uma aristocracia inerte e arrogante; haviam estabelecido a igualdade perante a lei e acabado com a prisão sem julgamento. Tinham reorganizado a administração local e das províncias. Haviam castigado a Igreja, que tinha sido independente e severa, confiscando-lhe suas riquezas e declarando a liberdade de culto e pensamento; tinham vingado Jean Calas e Voltaire. Tinham visto com prazer a emigração dos nobres reacionários e haviam posto a classe média superior no controle do Estado. E ainda mais: haviam incorporado essas mudanças em uma constituição para a qual haviam conquistado o consentimento do rei e da grande maioria da população, como uma promessa de unidade nacional e de paz.

A Assembléia Nacional e Constituinte completou seu papel tratando da eleição de uma Assembléia Legislativa para transformar a constituição em leis específicas e para

encarar com deliberação os problemas do futuro. Robespierre, na esperança de que uma nova votação trouxesse pessoas mais representativas para o poder, persuadiu seus colegas deputados a se considerarem inelegíveis na eleição para a próxima legislatura. Assim, em 30 de setembro de 1791, " a mais memorável de todas as assembléias políticas"[61] declarou-se dissolvida.

CAPÍTULO III

A Assembléia Legislativa

1º de Outubro de 1791 a 20 de Setembro de 1792

I. PERSONAGENS DO DRAMA

AS ELEIÇÕES para o segundo congresso revolucionário foram zelosamente acompanhadas pelos jornalistas e poderosamente supervisionadas pelos clubes. Desde que a censura à imprensa tinha quase desaparecido, os jornalistas tinham adquirido nova influência na política em geral. Brissot, Loustalot, Marat, Desmoulins, Fréron, Laclos — cada um deles dispunha de um periódico como sua tribuna. Paris sozinha tinha 133 jornais em 1790 e havia centenas deles nas províncias; quase todos seguiam uma linha radical. Mirabeau dissera ao rei que, se ele desejasse manter seu trono ou sua cabeça, deveria comprar alguns jornalistas populares. "A velha nobreza", disse Napoleão, "teria sobrevivido se tivesse sabido tornar-se dona das tipografias... O advento do canhão matou o sistema feudal; a tinta matará o sistema moderno."[1]

Os clubes eram quase tão eficientes como os jornais. O clube Breton, tendo seguido o rei e a Assembléia a Paris, rebatizou-se como Sociedade dos Amigos da Constituição e arrendou como local de encontro o refeitório de um antigo mosteiro jacobino próximo às Tulherias; mais tarde passou a ocupar a biblioteca e até a capela.[2] Os "Jacobinos", como a História veio a chamá-los, eram a princípio apenas deputados, porém em breve enriqueceram seu quadro social admitindo pessoas preeminentes na ciência, literatura, política ou negócios; aqui antigos deputados como Robespierre, que se auto-excluíra da nova Assembléia, encontravam outro esteio do poder. As mensalidades eram altas e até 1793 a maioria dos membros era originária da classe média.[3]

A influência dos Jacobinos multiplicou-se pela organização de clubes afiliados em muitas comunas da Franca e a aceitação geral da liderança do clube de Paris em doutrina e estratégia. Em 1794 havia 6.800 clubes Jacobinos, totalizando meio milhão de membros.[4] Eles formavam uma minoria organizada na massa desorganizada. Quando sua política era apoiada pelos jornais, sua influência só era superada pela das comunas, as quais, através de seus conselhos municipais e as secções que os compunham, controlavam os regimentos locais da Guarda Nacional. Quando todas essas forças estavam em harmonia, a Assembléia tinha de agir de acordo com elas ou enfrentar uma galeria indisciplinada, quando não mesmo uma insurreição armada.

Um inglês reportava de Paris em 1791 que os "clubes abundam em todas as ruas".[5] Havia sociedades literárias, associações esportivas, lojas maçônicas, reuniões de trabalhadores. Achando que os Jacobinos eram muito caros e burgueses, alguns líderes radicais formaram em 1790 a "Sociedade dos Amigos do Homem e do Cidadão", que os

parisienses logo chamaram de clube Cordeliers, porque eles se encontravam no antigo mosteiro dos frades *cordeliers* (franciscanos); esse clube propiciava uma tribuna para Marat, Hébert, Desmoulins e Danton. Achando que os Jacobinos eram por demais radicais, Lafayette, Bailly, Talleyrand, Lavoisier, André e Marie-Joseph de Chénier e Dupont de Némours formaram a "Sociedade de 1789" que, a partir de 1790, começou a ter encontros regulares no *Palais-Royal* para dar apoio à cambaleante monarquia. Outro grupo monárquico, liderado por Antoine Barnave e Alexandre de Lameth, formou um clube brevemente conhecido na História como Os "*Feuillants*", por se reunirem no convento dos monges cistercienses assim chamados. Era um sinal da rápida secularização da vida parisiense o fato de diversos mosteiros abandonados serem agora centros de agitação política.

As rivalidades dos clubes começaram a se mostrar durante as eleições que vagarosamente colhiam, de junho a setembro de 1791, os votos para a nova Assembléia. Os legalistas, tolerantes e amolecidos pela educação e pelo conforto, confiavam na persuasão e no suborno para angariar votos; os Jacobinos e os Cordeliers, endurecidos nas praças dos mercados e nas ruas, temperavam a corrupção com a força. Interpretando a lei estritamente de acordo com a letra, impediam de comparecer às urnas quem quer que se recusasse a fazer o juramento de fidelidade à nova constituição; dessa forma a grande maioria dos católicos praticantes ficava automaticamente excluída. Grandes grupos eram organizados para invadir e dispersar os encontros dos legalistas, como aconteceu em Grenoble; em algumas cidades, como Bordéus, as autoridades municipais proibiram todas as reuniões de clubes, exceto os Jacobinos; em uma cidade, os Jacobinos e seus seguidores queimaram a urna de votação, por suspeitarem de que acolhesse uma maioria de conservadores.[6]

A despeito dessas práticas pouco democráticas, a eleição enviou para a Assembléia Legislativa uma substancial minoria que propugnava pela conservação da monarquia. Esses 264 Feuillants ocupavam o lado direito do salão, fato que deu origem ao nome dos conservadores universalmente. Os 136 deputados que se reconheciam Jacobinos ou Cordeliers sentavam-se à esquerda, numa parte mais elevada, chamada a "Montanha"; daí em breve eles serem chamados os "Montagnards". No centro tomavam assento 355 delegados que se recusavam a aceitar um apelido: eles vieram a ser chamados a "Planície". Do total de 755 deputados, 400 eram advogados, como cabia a um grupo de pessoas que iria fazer leis; os advogados agora substituíam o clero no controle da nação. Quase todos os deputados eram da classe média; a Revolução ainda era uma festa da burguesia.

Até 20 de junho de 1792, o grupo mais ativo na legislatura era aquele que mais tarde recebeu o nome do departamento da Gironda. Eles não eram um partido organizado (como também não o eram os Montagnards), porém eram quase todos das regiões de atividades industriais ou comerciais: Caém, Nantes, Lyons, Limoges, Marselha, Bordéus. Os habitantes desses centros progressistas estavam habituados a uma considerável autonomia; eles controlavam muito do dinheiro, do comércio e das exportações do reino; Bordéus, capital da Gironda, orgulhosamente lembrava-se de ser o berço de Montaigne e Montesquieu. Quase todos os líderes Girondinos eram membros do Clube Jacobino e concordavam com a maioria dos outros Jacobinos na oposição à monarquia e à Igreja; ressentiam-se, no entanto, do governo da França por Paris e seu populacho e propu-

nham em vez disso uma república federativa de províncias grandemente autônomas.

Condorcet era seu teórico, filósofo, especialista em educação, finanças e utopia (sobre ele nós nos estendemos em nosso Volume X, *Rousseau e a Revolução*). Seu grande orador era Pierre Vergniaud: nascido em Limoges de pai negociante, deixou o seminário, estudou leis, exerceu em Bordéus a advocacia e foi mandado dali para a Assembléia Legislativa, que fê-lo várias vezes seu presidente. Ainda maior influência teve Jacques-Pierre Brissot, nascido em Chartres, uma espécie de aventureiro, que colecionou várias ocupações, diversos climas e códigos morais, na Europa e na América, por algum tempo aprisionado na Bastilha (1784), fundador (1788) da *Société des Noirs Amis* (Sociedade dos Amigos Negros), e vigoroso trabalhador pela emancipação dos escravos. Enviado para a Assembléia como deputado por Paris, ele se encarregou da política externa e abriu o caminho para a guerra. Condorcet apresentou-o e a Vergniaud a Mme. de Staël; eles se tornaram devotados freqüentadores de seu *salon* e ajudaram seu amante, o conde de Narbonne-Lara, a ser designado Ministro da Guerra por Luís XVI.[7] Durante muito tempo os Girondinos foram chamados "Brissotins".

A História recorda-se melhor de Jean-Marie Roland de La Platière, principalmente porque ele se casou com uma mulher brilhante, que lhe deu idéias e estilo, enganou-o, reverenciou sua memória e dignificou sua subida à guilhotina com uma famosa e possivelmente lendária sentença. Quando Jeanne-Manon Phlipon, aos 25 anos, encontrou Jean-Marie em Ruão, no ano de 1779, ele tinha 45 anos de idade, começava a ficar calvo e algo gasto pelos cuidados dos negócios e as ruminações filosóficas. Tinha um agradável sorriso paternal e pregava um nobre estoicismo que encantaram Manon. Ela já tinha familiaridade com os antigos clássicos e heróis; lera Plutarco aos oito anos, às vezes substituindo por ele o livro de orações quando na Igreja; "Plutarco preparou-me para ser uma republicana".[8]

Fora uma criança muito vivaz. "Em duas ou três ocasiões, enquanto meu pai me batia, eu lhe mordia a perna com a qual ele me sujeitava",[9] e ela nunca perdeu seu hábito de morder. Mas também lia as vidas dos santos e profeticamente aspirava ao martírio; sentia a beleza e a comovente solenidade do ritual católico, mantinha o respeito pela religião e por alguns vestígios do credo cristão, mesmo após haver-se deleitado com Voltaire, Diderot, d'Holbach e d'Alembert. Não ligava muito a Rousseau; ela era dura demais para seu sentimento. Em troca apaixonou-se por Brutus (qualquer dos dois), por ambos os Catões, e ambos os Gracos; foi deles que ela e os Girondinos tiraram seus ideais políticos. Ela lia, também, as cartas de Mme. de Sevigné, pois aspirava a escrever uma prosa perfeita.

Manon tinha admiradores, mas era por demais consciente de suas realizações para tolerar qualquer amante ordinário. Talvez, ao atingir 25 anos, julgasse que o melhor era assumir um compromisso. Encontrou em Roland "um espírito forte, incorruptível honestidade, conhecimentos e bom gosto... A gravidade dele fazia com que eu o considerasse, de certa forma, como sem sexo".[10] Após o casamento (1780) viveram em Lyons, que ela descrevia como "uma cidade soberbamente construída e situada, florescente no comércio e nas manufaturas... famosa pelas riquezas das quais até o imperador José tinha inveja".[11] Em fevereiro de 1791 Roland foi mandado a Paris para defender os interesses comerciais de Lyons perante os comitês da Assembléia Constituinte. Comparecia às reuniões do Clube Jacobino e cultivou íntima amizade com Brissot. Em 1791

persuadiu a esposa a mudar-se com ele para Paris.

Em Paris ela passou de secretária de Roland a sua conselheira; não somente redigia seus relatórios com a elegância reveladora de inteligência e estilo, como parece ter guiado sua formação política. Em 10 de março de 1792, através da influência de Brissot, ele foi nomeado Ministro do Interior do rei. Entrementes Manon estabelecia um *salon* onde Brissot, Pétion, Condorcet, Buzot e outros Girondinos reuniam-se regularmente para formular seus planos.[12] Ela os alimentava e aconselhava, e proporcionava a Buzot seu amor secreto; seguiu-os ou precedeu-os bravamente para a morte.

II. GUERRA: 1792

Foi um período crítico para a Revolução. Os *emigrés*, por volta de 1791, tinham reunido 20.00 soldados em Coblenz e estavam tendo êxito em seus apelos de ajuda. Frederico Guilherme II da Prússia deu-lhes ouvido, pensando que talvez pudesse usar esta oportunidade para aumentar seu reino ao longo do Reno. O imperador José II do Sacro Império Romano teria ido em socorro de sua irmã, mas seu povo também estava revoltado, ele mesmo tinha qualquer coisa de revolucionário e estava morrendo. Seu irmão Leopoldo II, que o sucedeu em 1790, não tinha inclinação para a guerra; lançou, porém, com o rei da Prússia, uma cautelosa "Declaração de Pillnitz" (27 de agosto de 1791), convidando outros governantes a juntarem-se a eles num esforço para restaurar na França "uma forma monárquica de governo que estivesse ao mesmo tempo em harmonia com os direitos dos soberanos e que promovesse o bem-estar da nação francesa".

É estranho dizer, mas tanto os monarquistas como os republicanos eram a favor da guerra. A rainha tinha pedido reiteradamente a seus imperiais irmãos que viessem em seu socorro; o rei tinha explicitamente pedido aos governantes da Rússia, Prússia, Espanha, Suécia e Áustria-Hungria que reunissem uma força armada para restaurar o poder real na França.[13] No dia 7 de fevereiro de 1792, a Áustria e a Prússia assinaram uma aliança militar com a França; a Áustria estava faminta pelo país de Flandres, a Prússia pela Alsácia. No dia 1º de março morreu Leopoldo II e foi sucedido por seu filho Francisco II, que ansiava por batalhas por procuração e pela glória em pessoa... Na França Lafayette era a favor da guerra na esperança de que ele seria o comandante-em-chefe, e assim em condições de ditar a própria vontade tanto à Assembléia como ao rei. O general Dumouriez, Ministro das Relações Exteriores, favorecia a guerra na expectativa de que os Países-Baixos dar-lhe-iam as boas-vindas como seu libertador da Áustria e poderiam premiá-lo com uma coroa menor... Como ainda não se falava em recrutamento, os camponeses e o proletariado aceitavam a guerra como sendo agora um mal necessário, porque a volta sem embaraços dos *émigrés* iria restaurar e talvez vingativamente intensificar as injustiças do Velho Regime. Os Girondinos favoreciam a guerra porque esperavam que a Áustria e a Prússia atacassem a França e o contra-ataque era a melhor defesa. Robespierre opunha-se à guerra baseado em que o proletariado derramaria nela seu sangue e a classe média embolsaria quaisquer ganhos. Brissot fê-lo calar-se; "chegou a hora", clamava ele, "de uma nova cruzada, uma cruzada pela liberdade universal".[14] No dia 20 de abril de 1792 a Assembléia Legislativa, com apenas sete votos discordantes, declarou guerra unicamente à Áustria, na esperança de dividir os aliados.

Assim começaram os 23 anos das guerras da Revolução e de Napoleão. No dia 26 de abril, Rouget de Lisle, em Estrasburgo, compôs a *Marseillaise*.

Os Girondinos, porém, não haviam calculado bem as condições do exército francês. Na frente leste ele contava com 100.000 homens, aos quais se opunham apenas 45.000 soldados austríacos; os franceses, porém, eram comandados por oficiais criados no Velho Regime. Quando o general Dumouriez mandou que esses oficiais conduzissem à ação seus soldados, eles replicaram que seus voluntários recrutas não estavam preparados, nem com armas nem em disciplina, para enfrentar soldados treinados. Quando, apesar disso, a ordem para avançar foi repetida, vários oficiais se demitiram e três regimentos de cavalaria passaram-se para o inimigo. Lafayette transmitiu ao governador austríaco em Bruxelas uma oferta para levar sua Guarda Nacional a Paris e restabelecer a autoridade do rei, se a Áustria concordasse em não entrar no território francês. Nada decorreu dessa proposta exceto a posterior denúncia de Lafayette (20 de agosto de 1792) e sua fuga para o lado do inimigo.

As coisas atingiram um ponto crítico quando a Assembléia Legislativa enviou ao ministério, predominantemente girondino, uma série de medidas solicitando a assinatura do rei para o estabelecimento de um acampamento armado como proteção em torno de Paris, e a suspensão dos salários pagos a padres e freiras que não houvessem jurado a constituição. O rei, num acesso de decisões, não só se recusou a assinar como demitiu todos os ministros exceto Dumouriez, que logo designou para assumir o comando da frente belga. Quando a notícia desses vetos circulou em Paris, eles foram interpretados como sinal de que Luís estava esperando que um exército, francês ou estrangeiro, chegasse em breve a Paris e pusesse fim à Revolução. Planos loucos foram feitos para evacuar a capital e formar um novo exército revolucionário do outro lado do Loire. Os líderes girondinos espalharam entre as secções um apelo para demonstração de massa em frente às Tulherias.

Assim, no dia 20 de junho de 1792 uma multidão excitada de homens e mulheres — patriotas, desordeiros, aventureiros, ferventes seguidores de Robespierre, Brissot e Marat — forçaram a entrada no pátio das Tulherias, gritando pedidos e insultos, e insistindo para ver "*Monsieur et Madame Vêto*". O rei ordenou à sua guarda que admitisse um certo número deles. Cerca de uma meia centena entrou, brandindo suas várias armas. Luís, postado atrás de uma mesa, ouviu sua petição: que retirasse seus vetos. Respondeu o rei que o local e as circunstâncias eram muito pouco apropriados para considerar assuntos de tal complexidade. Um rebelde gritou: "Eu exijo a sanção do decreto contra os padres; ... ou a sanção ou vós morrereis!" Um outro apontou sua espada contra Luís, que permaneceu aparentemente sem se alterar. Alguém lhe ofereceu um barrete vermelho; ele o pôs alegremente na cabeça e os invasores gritaram: "*Vive la nation! Vive la liberté*!" e finalmente, "*Vive le Roi*!". Os peticionários retiraram-se e disseram que haviam pregado um grande susto ao rei; a multidão, insatisfeita porém cansada, dissolveu-se na cidade. O decreto contra o clero que não jurara foi posto em vigor a despeito do veto; a Assembléia, porém, ansiosa para dissociar-se do populacho, ofereceu ao rei uma entusiástica recepção quando, a convite dela, ele veio aceitar seu compromisso de continuada lealdade.[15]

Os radicais não apreciaram essa cerimoniosa reconciliação da burguesia com a monarquia; suspeitavam da sinceridade do rei e ressentiam-se da prontidão com que a As-

sembléia freava a Revolução, agora que a classe média havia consolidado suas vitórias políticas e econômicas. Robespierre e Marat gradualmente torciam o Clube Jacobino de seus sentimentos burgueses para mais amplas simpatias populares. O proletariado das cidades industriais estava-se movimentando para uma cooperação com os trabalhadores de Paris. Quando a Assembléia pediu a cada um dos departamentos que enviasse um destacamento da Federação das Guardas Nacionais para aderir às celebrações do terceiro aniversário da queda da Bastilha, esses *Fédérés* foram na maioria escolhidos pelas comunas das cidades e favoreciam uma política radical. Um regimento particularmente rebelde, de 516 homens, partiu de Marselha no dia 5 de julho, jurando depor o rei. Em sua marcha através da França eles cantavam a nova canção que Rouget de Lisle compusera, e foi deles que tomou o nome no qual o autor não havia pensado: a "*Marseillaise*". (A "Marselhesa" foi aceita pela Convenção como o hino nacional em 14 de julho de 1795; rejeitada por Napoleão e Luís XVIII, foi restabelecida em 1830, banida por Napoleão III, e finalmente adotada em 1879.)

Os marselheses e diversas outras delegações dos *Fédérés* chegaram a Paris depois do 14 de julho, mas a Comuna de Paris solicitou-lhes que adiassem seu retorno para casa; ela poderia necessitar deles. A Comuna — organização central dos delegados das 48 "secções" da cidade — era agora dominada pelos líderes radicais e, dia a dia, de seus escritórios no *Hôtel de Ville*, ia substituindo os funcionários municipais como o governo da capital.

No dia 28 de julho a cidade recebeu novo choque, que a amedrontou e enraiveceu, ao saber do manifesto lançado de Coblenz pelo duque de Brunswick:

> Suas Majestades o imperador e o rei da Prússia, tendo-me confiado o comando dos exércitos aliados que eles reuniram nas fronteiras da França, é meu desejo anunciar, aos habitantes daquele reino, os motivos que determinaram o procedimento dos dois soberanos e os propósitos que eles têm em vista.
>
> Após violar arbitrariamente os direitos dos príncipes alemães na Alsácia-Lorena, perturbando e derrubando a boa ordem e o governo legítimo no interior do reino... esses que usurparam as rédeas do governo finalmente completaram seu trabalho declarando uma guerra injusta a Sua Majestade o imperador e atacando suas províncias nos Países-Baixos...
>
> A estes importantes interesses deve-se ajuntar outro assunto de preocupação..., a saber: pôr um fim à anarquia no interior da França, parar com os ataques contra o trono e o altar,... devolver ao rei a segurança e a liberdade das quais ele está hoje privado e colocá-lo em posição de exercer mais uma vez a legítima autoridade que por direito lhe pertence.
>
> Convencidos de que a porção sadia da nação francesa detesta os excessos da facção que a domina, e que a maioria do povo antecipa com ansiedade a hora em que eles se possam declarar abertamente contra os odiosos feitos de seus opressores, Sua Majestade o imperador e Sua Majestade o rei da Prússia apelam ao povo e convidam-no a voltar sem demora aos caminhos da razão, da justiça e da paz. De acordo com estes pontos de vista eu... declaro:
>
> 1. Que... as duas cortes aliadas não têm nenhum outro objetivo que o bem-estar da França, e não têm a intenção de enriquecer-se por conquistas...
>
> 7. Os habitantes das cidades e vilas que ousarem defender-se contra as tropas de Suas Imperial e Real Majestades e atirar sobre elas... serão imediatamente punidos de acordo com as mais severas leis de guerra e suas casas serão... destruídas...
>
> 8. A cidade de Paris e todos os seus habitantes deverão ser obrigados a submeter-se

logo e sem demora ao rei... Suas Majestades declaram... que se o Castelo das Tulherias for invadido por força ou atacado, se a menor violência for exercitada sobre... o rei, a rainha e a família real, e se sua segurança e liberdade não forem imediatamente asseguradas, eles infligirão uma vingança para sempre memorável entregando a cidade de Paris à execução militar e completa destruição...

É por essas razões que eu apelo e exorto, do mais urgente modo, a todos os habitantes do reino a não se oporem aos movimentos e operações das tropas que comando, porém, ao contrário, assegurar-lhes, em todos os lugares, livre passagem, e assisti-las... com toda a boa vontade...

Passado no Quartel General em Coblenz, no dia 25 de julho de 1792.

CHARLES WILLIAM FERDINAND
DUQUE DE BRUNSWICK-LÜNEBURGO[16]

O sombrio oitavo parágrafo (talvez oferecido ao amável duque por vingativos *emigrés*''[17]) era um desafio à Assembléia, à Comuna e ao povo de Paris para abandonar a Revolução ou resistir aos invasores por quaisquer meios e a qualquer custo. No dia 29 de julho Robespierre, dirigindo-se ao Clube Jacobino, pediu, como um desafio a Brunswick, a imediata derrubada da monarquia e o estabelecimento de uma república com direito de voto para todos os homens adultos. No dia 30 de julho os marselheses *Fédérés*, ainda em Paris, juntaram-se a outros destacamentos provinciais oferecendo sua ajuda para depor o rei. No dia 4 de agosto e nos dias seguintes, secção após secção da cidade fizeram saber à Assembléia que não mais reconheciam um rei; no dia 6 de agosto foi apresentada uma petição aos deputados para que Luís fosse deposto. A Assembléia nada fez. No dia 9 Marat publicou um apelo para que o povo invadisse as Tulherias, prendesse o rei e sua família e todos os funcionários pró-monarquia, como ''traidores que a nação... devia sacrificar em primeiro lugar ao bem-estar do povo''.[18] Nesta noite a Comuna e suas secções tocaram os sinos de alarme clamando por uma reunião em massa do povo na manhã seguinte em volta das Tulherias.

Alguns vieram já às 3 horas da manhã; às 7 horas, 25 secções tinham mandado suas cotas de homens armados com mosquetes, lanças e espadas; alguns trouxeram canhões; 800 *Fédérés* juntaram-se a eles; em breve a turba somava 9.000. O Palácio era defendido por 900 suíços e 200 de outras guardas. Na esperança de desencorajar a violência, Luís levou sua família das câmaras reais para o teatro, onde a Assembléia estava em caótica sessão. ''Venho aqui'', disse o rei, ''para evitar um grande crime.''[19] Os insurgentes foram deixados entrar no pátio. Ao pé da escadaria que levava ao quarto de dormir do rei os suíços impediram-lhes maior avanço; a turba fez pressão contra eles; os suíços atiraram matando 100 ou mais homens e mulheres. Luís deu ordem aos suíços para cessarem fogo e retirar-se; eles assim o fizeram, mas a multidão, tendo à frente os marselheses, dominou-os. A maioria dos suíços foi morta; muitos feitos prisioneiros; 50 foram levados para o *Hôtel de Ville*, onde foram executados.[20] Os criados, inclusive o pessoal da cozinha, foram chacinados em louco festival de sangue. Os marselheses cantavam a *Marseillaise* acompanhados pelo clavecino da rainha; uma prostituta exausta deitou-se para descansar no leito da rainha. O mobiliário foi queimado, as adegas saqueadas e o vinho derramado. Nos pátios do *Carrousel* que ficava próximo, a multidão insana tocou fogo em 900 edifícios e atirou nos bombeiros que acorreram para extinguir as chamas.[21] Alguns dos vitoriosos desfilavam com bandeiras feitas dos uniformes vermelhos dos Guardas Suíços mortos; é o primeiro exemplo que se conhece do uso de uma bandeira vermelha como símbolo de revolução.[22]

A Assembléia tentou salvar a família real, mas o assassinato de vários deputados pela turba invasora persuadiu os restantes a entregarem os refugiados reais à disposição da Comuna. Ela os enclausurou sob rígida guarda no Temple, velho mosteiro fortificado dos Cavaleiros Templários. Luís entregou-se sem resistência, angustiado por sua esposa, agora de cabelos brancos, e por seu filho doente, esperando pacientemente pelo fim.

III. DANTON

Durante essas convulsionadas semanas os deputados da Direita tinham quase todos deixado de comparecer à Assembléia; depois de 10 de agosto restavam somente 285 dos 745 membros originais. Este resto de parlamento votou então pela substituição do rei e seus conselheiros por um Conselho Executivo provisório; uma votação arrasante escolheu Georges Danton para chefiar o Conselho como Ministro da Justiça, Roland para ser Ministro do Interior, Joseph Servan para ser Ministro da Guerra. A escolha de Danton foi em parte uma tentativa para aplacar o povo de Paris, junto ao qual ele era muito popular; além disso ele era, naquele momento, o mais capaz e mais forte caráter do movimento revolucionário.

Tinha 33 anos de idade e iria morrer aos 35; a revolução é uma prerrogativa da juventude. Nascido em Arcis-sur-Aube, na Campanha, seguiu a carreira do pai como advogado e prosperou em Paris, mas preferia compartilhar de uma mesma casa com seu amigo Camille Desmoulins, no distrito proletário dos Cordeliers; em breve tornaram-se membros preeminentes do Clube Cordeliers. Seus lábios e seu nariz haviam sido desfigurados por um acidente na infância e sua pele era marcada de bexiga; poucos, porém, notavam isso quando confrontados com sua grande estatura e sua maciça cabeça ou quando sentiam a força de seu pensamento cheio de percepção e decisão, ou quando ouviam seu verbo violento, muitas vezes profano, rolando como um trovão por sobre uma assembléia revolucionária, um clube Jacobino ou uma multidão proletária.

Seu caráter não era tão brutal e dominador como seu semblante e sua voz. Ele podia ser rude e aparentemente insensível em seu julgamento — como quando aprovou os Massacres de Setembro — mas tinha em si alguma ternura latente e não era envenenado; estava pronto para dar e lhe era fácil perdoar. Muitas vezes seus ajudantes ficavam surpresos ao vê-lo contrariando suas próprias ordens draconianas, ou protegendo vítimas de suas severas instruções; dentro em pouco ele iria perder a vida por ousar sugerir que o Terror tinha ido longe demais e que chegara o tempo de ter piedade. Diferente do sóbrio Robespierre, ele apreciava um humor rabelaisiano, os prazeres mundanos, o jogo e as belas mulheres. Ganhou muito e tomou dinheiro emprestado; comprou uma bela casa em Arcis e grandes lotes de propriedades da Igreja. O povo perguntava-se como ele tinha conseguido tais somas; muitos suspeitavam de haver recebido suborno para proteger o rei. As provas contra ele eram esmagadoras;[23] no entanto, ele se comprometeu com as mais avançadas medidas da Revolução e parece nunca haver traído nenhum de seus vitais interesses. Tomou o dinheiro do rei e trabalhou para o proletariado. Mesmo assim, ele sabia que a ditadura do proletariado é de certa forma uma contradição, e pode ser somente um momento no tempo político.

Danton tinha educação demais para ser utopista. Sua biblioteca (à qual ele tinha esperanças de em breve recolher-se) incluía 571 volumes em francês, 72 em inglês, 52 em italiano; ele lia bem inglês e italiano. Tinha 91 volumes de Voltaire, 16 de Rousseau e toda a *Encyclopédie* de Diderot.[24] Era um ateu, mas tinha certa simpatia pelas compensações que a religião oferecia aos pobres. Ouçam-no em 1790, soando como Musset uma geração após:[25]

> Por minha parte admito que não conheci senão um Deus — o Deus de todo o mundo e da justiça... O homem do campo junta algo a esta concepção... porque em sua juventude, em sua idade madura e em sua velhice ele deve ao padre seus poucos momentos de felicidade... Deixem-lhe suas ilusões. Ensinem-no, se quiserem,... mas não deixem que os pobres temam que possam perder a única coisa que os liga à vida.[26]

Como líder ele sacrificou tudo ao objetivo de preservar a Revolução do ataque estrangeiro e do caos interno. Para estes propósitos estava disposto a cooperar com qualquer um: com Robespierre, Marat, o rei, os Girondinos; mas Robespierre o invejava, Marat o acusava, o rei desconfiava dele, os Girondinos alarmavam-se com sua expressão e sua voz e tremiam ante seu sarcasmo. Ninguém podia entendê-lo: ele organizava a guerra e negociava a paz; urrava como um leão e falava de piedade; lutava pela Revolução e ajudava alguns monarquistas a escaparem da França.[27]

Como Ministro da Justiça trabalhou para reunir todas as fileiras revolucionárias na tarefa de expulsar os invasores. Assumiu a responsabilidade pelo levante da população no dia 10 de agosto; a guerra necessitava do apoio daqueles selvagens espíritos, eles seriam valentes soldados. Danton, no entanto, desencorajou tentativas prematuras de apoiar revoluções contra reis de outros países; isto uniria todos os monarcas na hostilidade à França. Lutou contra a proposta dos Girondinos de retirar o Governo e a Assembléia para trás do Loire; uma tal retirada espedaçaria o moral do povo. Fora-se o tempo da discussão; o tempo agora era de ação, de formar novos exércitos e fortificá-los com ânimo e confiança. No dia 2 de setembro de 1792, em apaixonado discurso, ele pronunciou uma frase que levantou a França e que ecoou ao longo de um século de tumultos. As forças austro-prussianas haviam entrado na França e ganhavam vitória após vitória. Paris pairava entre a atitude resoluta e o medo desmoralizante. Danton, falando em nome do Conselho Executivo, dirigiu-se à Assembléia para levantá-la, e à nação, para a coragem e a ação:

> É uma satisfação para um ministro de um Estado livre anunciar ao povo que seu país está salvo. Todos se agitam, todos ficam entusiasmados, todos ardem por entrar na luta... Uma parte de nosso povo guardará nossas fronteiras, outra cavará trincheiras e as armará, e a terceira, com lanças, defenderá o interior de nossas cidades... Demandamos que qualquer um que recuse seus serviços pessoais, ou o fornecimento de armas, seja condenado à morte.
>
> Os sinos que vamos tocar não são os sinos de alarme, de sinal de perigo; são os sinos que ordenam o ataque contra os inimigos da França. Para conquistá-los temos de ousar, de novo ousar, sempre ousar — e a França está salva! (*De l'audace, encore de l'audace, toujours l'audace, — et la France est sauvée!*)

Foi este um poderoso e histórico discurso, mas naquele mesmo dia começou o mais trágico episódio da Revolução.

IV. O MASSACRE: 2 A 6 DE SETEMBRO DE 1792

A febre emocional, que atingiu seu auge no dia 2 de setembro, teve algumas remotas fontes de seu ardor no crescente conflito entre a religião e o Estado e no esforço de fazer do culto ao Estado um substituto para a religião. A Assembléia Constituinte havia aceito o Catolicismo como a religião oficial e tinha-se comprometido a pagar os padres como empregados assalariados do Estado. Mas os radicais dominantes na Comuna de Paris não viam razão para que o Governo devesse financiar a propagação daquilo que ele considerava como mito oriental, há tanto tempo aliado ao feudalismo e à monarquia. Estes pontos de vista tiveram acolhida nos clubes e finalmente na Assembléia Legislativa. O resultado foi uma série de medidas que fez da inimizade entre a Igreja e o Estado uma periódica ameaça à Revolução.

Algumas horas após haver sido destronado o rei, a Comuna mandou para suas secções uma lista de padres suspeitos de sentimentos e objetivos anti-revolucionários; destes, todos aqueles que puderam ser presos foram mandados para várias prisões onde em breve iriam ter papel importante nos massacres. No dia 11 de agosto de 1792 a Assembléia acabou com todo o controle da educação pela Igreja. No dia 12 de agosto a Comuna proibiu o uso público de vestes religiosas. No dia 18 de agosto a Assembléia renovou um decreto de abrangência nacional de mesmo objetivo e suprimiu todas as ordens religiosas que sobreviviam. No dia 28 de agosto decretou a deportação de todos os padres que não houvessem jurado obediência à Constituição Civil do Clero; deu-se-lhes duas semanas para deixarem a França; cerca de 25.000 padres fugiram para outras terras, reforçando ali a propaganda dos *émigrés*. Uma vez que o clero tinha até então cuidado dos registros paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos, a Assembléia tinha de transferir esta função para as autoridades leigas. Como a maioria da população insistia em emprestar solenidade a estes acontecimentos com sacramentos, a tentativa de acabar com as antigas cerimônias alargou mais ainda o fosso entre a piedade do povo e o secularismo do Estado.[28] A Comuna, os Jacobinos, os Girondinos e os Montagnards, todos concordavam em esperar que a devoção à jovem república viesse a se tornar a religião do povo; que a Liberdade, Igualdade e Fraternidade substituíssem o Padre, o Filho e o Espírito Santo, e que o apoio à nova Trindade pudesse tornar-se o objetivo dominante da ordem social e o teste final da moralidade.

A inauguração oficial da nova república foi retardada para o dia 22 de setembro, primeiro dia do novo ano. No intervalo alguns impacientes futuristas apresentavam petição à Assembléia para que, como um gesto visando à democracia universal de seus sonhos, "fosse outorgado o título de cidadão francês a todos os filósofos estrangeiros que tivessem com coragem sustentado a causa da liberdade, fazendo jus à gratidão da humanidade". No dia 26 de agosto a Assembléia respondeu conferindo a cidadania francesa a Joseph Priestley, Jeremy Bentham, William Wilberforce, Anacharsis Cloots, Johann Pestalozzi, Thaddeus Kosciusko, Friedrich Schiller, George Washington, Thomas Payne, James Madison e Alexander Hamilton.[29] Alexander von Humboldt veio à França, segundo disse, "para respirar o ar de liberdade e assistir à condenação do despotismo".[30] A nova religião parecia ir espalhando seus ramos muito cedo após ter criado raízes.

No dia 2 de setembro ela pôs suas roupas domingueiras e expressou sua devoção de variadas maneiras. Homens jovens e de meia-idade reuniram-se nos pontos de recrutamento e apresentaram-se voluntários para serviço no exército. As mulheres carinhosa-

mente costuravam-lhes roupas quentes e sombriamente preparavam ataduras para possíveis feridas. Homens, mulheres e crianças vieram às sedes de suas secções para oferecer armas, jóias e dinheiro para a guerra. Mães adotaram crianças dependentes de soldados ou de enfermeiras que estavam partindo para o *front*. Alguns homens dirigiram-se às prisões para matar padres e outros inimigos da nova fé.

Desde o manifesto do duque de Brunswick (25 de julho de 1792) que os líderes revolucionários vinham agindo como tendem a agir os homens quando suas vidas estão ameaçadas. No dia 11 de agosto os comissários públicos no Hôtel de Ville enviaram estranha nota a Antoine Santerre, então no comando militar das secções: "Estamos informados de que está sendo preparado um plano para percorrer as prisões de Paris e apossar-se de todos os prisioneiros, com a finalidade de sobre eles executar pronta justiça. Pedimos-lhe estender sua supervisão àqueles do Châtelet, Conciergerie e La Force", os três principais centros de detenção em Paris.[31] Não sabemos como Santerre interpretou esta mensagem. No dia 14 de agosto a Assembléia nomeou um "tribunal extraordinário" para julgar todos os inimigos da Revolução; mas as sentenças ali decretadas ficaram longe de satisfazer Marat. Em seu *Ami du Peuple* de 19 de agosto ele dizia a seus leitores: "O mais razoável e melhor caminho a seguir é ir armado à Abbaye (outra prisão), arrastar para fora os traidores, especialmente os oficiais suíços (da guarda real) e seus cúmplices, e passá-los pela espada. Que tolice é dar-lhes um julgamento!"[32] Comovida com este entusiasmo, a Comuna fez de Marat seu editor oficial e designou-lhe um lugar em sua sala de reuniões, fazendo-o adido a seu Comité de Surveillance.[33]

Se a multidão ouviu Marat e obedeceu-lhe da melhor forma possível, foi porque ela também estava furiosa e tremendo de ódio e de medo. No dia 19 de agosto os prussianos tinham cruzado as fronteiras, comandados pelo rei Frederico Guilherme II e pelo duque de Brunswick, acompanhados por uma pequena força de *émigrés*, jurando vingança sobre todos os revolucionários. No dia 23 de agosto os invasores capturaram a fortaleza de Longwy, segundo constou com a conivência de seus aristocráticos oficiais; no dia 2 de setembro tinham alcançado Verdun e um informe prematuro chegava a Paris naquela manhã segundo o qual aquele supostamente inexpugnável bastião havia caído (caiu naquela tarde); agora o caminho para Paris estava aberto para o inimigo, pois nenhum exército francês se organizara para detê-lo. A capital parecia estar à sua mercê; o duque de Brunswick esperava em breve cear em Paris.[34]

Neste intervalo uma revolução contra a Revolução havia irrompido em regiões bastante afastadas da França — a Vendéia e o Delfinado; Paris mesma abrigava milhares de pessoas que simpatizavam com o rei deposto. Desde 1º de setembro circulava um panfleto que alertava para a existência de um complô a fim de libertar os prisioneiros e conduzi-los ao massacre de todos os revolucionários.[35] A Assembléia e a Comuna vinham conclamando todos os homens capazes para juntar-se ao exército que iria marchar ao encontro do inimigo que avançava; como poderiam esses homens deixar suas mulheres e filhos à mercê de uma evasão das prisões de Paris dos monarquistas, padres e criminosos habituais? Algumas secções votaram uma resolução segundo a qual todos os padres e pessoas suspeitas deveriam ser mortos antes da partida dos voluntários.[36]

Às duas horas da tarde do domingo, 2 de setembro, seis carruagens levando padres que não haviam jurado a constituição aproximavam-se da prisão de Abbaye. Uma mul-

tidão vaiou-os; um homem pulou no estribo de uma carruagem e um padre bateu-lhe com uma bengala; a multidão, aos impropérios e cada vez mais numerosa, atacou os prisioneiros quando eles desembarcavam no portão; os guardas juntaram-se aos atacantes e todos os 30 foram assassinados. Exaltados pela vista do sangue e pela segura satisfação de matar anonimamente, a multidão correu para o Convento das Carmelitas e matou os padres que ali haviam sido encarcerados. À noite, após um descanso, a multidão, agora acrescida de criminosos e desordeiros e pelas vigorosas tropas *Fédérés* de Marselha, Avignon e da Bretanha, voltou à Abbaye. Forçaram todos os prisioneiros a sair, improvisaram um rápido e informal julgamento, e entregaram a grande maioria — todos os suíços, padres, monarquistas ou ex-criados do rei e da rainha — a um punhado de homens que os liquidaram com espadas, punhais, lanças e porretes.

A princípio os carrascos eram exemplares; não havia roubos — os valores tirados das vítimas eram entregues às autoridades comunais; mais tarde, cansados de seu trabalho, eles guardavam tais troféus como se fossem sua paga. Cada um recebia por dia de trabalho seis francos, três refeições e todo o vinho que desejasse. Alguns mostravam sinais de piedade; congratulavam-se com aqueles que eram inocentados, e escoltavam os mais importantes entre eles até suas casas.[37] Outros eram especialmente ferozes; prolongavam os sofrimentos dos condenados para mais intenso divertimento dos espectadores; um mais entusiasmado, após puxar sua espada do peito do general Laleu, meteu a mão na ferida, arrancou-lhe o coração e o colocou na boca, fingindo comê-lo[38] — o que havia sido costume popular em épocas selvagens. Cada um dos matadores, quando se cansava, repousava um pouco, bebia, e em breve retornava a seu trabalho, até que todos os prisioneiros da Abbaye tinham passado pelo tribunal instalado na calçada, para a liberdade ou a morte.

No dia 3 de setembro os juízes e os executores transferiram-se para outras prisões: La Force e a Conciergerie; nestas, com novos trabalhadores e novas vítimas, prosseguiu o holocausto. Ali estava uma famosa dama, a princesa de Lamballe, que tinha sido muito rica e muito bela; favorita de Maria Antonieta, tinha tomado parte nos planos para salvar a família real. Então com 43 anos de idade, foi decapitada e mutilada; seu coração foi-lhe arrancado do peito e comido por um ardoroso republicano;[39] a cabeça foi espetada em uma lança e passeada sob uma janela da cela da rainha no Temple.[40]

No dia 4 de setembro a chacina moveu-se para as prisões da Torre de St.-Bernard, de St.-Firmin, do Châtelet, e da Salpêtrière; ali, no caso de mulheres jovens, o estupro substituiu o assassinato. Entre os internos de Bicêtre, um asilo de loucos, havia 43 jovens, de 17 a 19 anos, a maioria deles ali colocados por seus pais para tratamento; todos foram mortos.[41]

Por mais dois dias continuou o massacre em Paris, até que o número de vítimas atingiu um total entre 1.247[42] e 1.368.[43] O povo dividia-se no julgamento desses eventos: os católicos e os monarquistas estavam horrorizados, mas os revolucionários argüiam que a violência da resposta era justificada pelas ameaças de Brunswick e as exigências da guerra. Pétion, o novo prefeito de Paris, recebeu os carrascos como laboriosos patriotas e saciou-lhes a sede com bebidas.[44] A Assembléia Legislativa mandou alguns membros à Abbaye para recomendar um processo legal regular; eles retornaram dizendo que era impossível deter o massacre; finalmente os líderes da Assembléia — Girondinos bem como Montagnards — concordaram que a atitude mais segura era a de aprovação.[45] A Comuna mandou representantes colaborar na tarefa dos juízes improvisados. Billaud-Varenne,

deputado-promotor da Comuna, juntou-se ao espetáculo na Abbaye e congratulou-se com os assassinos: "Cidadãos, vós estais imolando vossos inimigos, vós estais cumprindo vosso dever".[46] Marat orgulhosamente aceitou o crédito por toda a operação. Em seu julgamento, um ano após, Charlotte Corday, perguntada por que havia matado Marat, respondeu: "Porque foi ele que causou os massacres de setembro!" Desafiada a prová-lo, replicou: "Não posso dar-vos provas; é a opinião de toda a França".[47]

Quando pediram a Danton que parasse com a carnificina, ele encolheu os ombros: "Seria impossível", contestou. "E por que", perguntou, "deveria eu me incomodar com esses monarquistas e padres que só esperavam a aproximação dos estrangeiros para massacrar-nos?... Devemos amedrontar nossos inimigos."[48] Secretamente ele retirou das prisões mais de um de seus amigos e até alguns inimigos pessoais seus.[49] Quando um colega membro do Conselho Executivo protestou contra as mortes, disse-lhe Danton: "Sentai-vos; era necessário".[50] E a um jovem que lhe perguntava: "Como é possível não achar isso horrível?" ele respondeu: "Você é jovem demais para entender estes assuntos... Um rio de sangue tinha de correr entre os parisienses e os *émigrés*".[51] Os parisienses, pensava ele, estavam agora comprometidos com a Revolução. E os voluntários que neste momento partiam ao encontro dos invasores sabiam que não podiam esperar piedade caso se rendessem. Eles estariam, em todos os sentidos, lutando por suas vidas.

O dia 2 de setembro foi também o dia no qual a Assembléia Legislativa, sentindo que a marcha dos acontecimentos tinha arruinado a constituição que ela tinha sido escolhida para implementar, votou a convocação de eleição nacional para escolher uma convenção que elaborasse nova constituição, adaptada às novas condições da França e às crescentes demandas da guerra. E uma vez que tanto camponeses, como proletários e burgueses estavam sendo chamados a defender um país que chamavam de seu, parecia intolerável que qualquer um deles, pagando ou não impostos, fosse impedido de comparecer às urnas. Assim Robespierre ganhou sua primeira grande vitória: a Convenção, na qual ele seria uma figura maior, foi escolhida por sufrágio de todos os homens.

No dia 20 de setembro a Assembléia Legislativa terminou sua última sessão sem saber que naquele dia, em uma vila chamada Valmy, entre Verdun e Paris, um exército francês, sob Dumouriez e François-Christophe Kellermann, enfrentara as tropas profissionais da Prússia e da Áustria sob o comando do duque de Brunswick e tinha lutado com elas sem que houvesse vencedor — efetivamente uma vitória, porque, após a batalha, o rei da Prússia ordenou seus castigados regimentos a se retirarem do território francês, abandonando Verdun e Longwy. Frederico Guilherme II não podia permitir-se guerrear uma distante França agora que estava competindo com seus vizinhos, a Rússia e a Áustria, a ver quem tirava a maior mordida na partilha da Polônia; além disso, seus soldados estavam sofrendo horrivelmente de diarréia, que lhes fora causada pelas uvas da Campanha.[52]

Foi nessa batalha que Goethe, presente no estado-maior do duque de Saxe-Weimar, fez, segundo consta, a famosa observação: "A partir de hoje e deste lugar começa uma nova época na história do mundo".[53]

CAPÍTULO IV

A Convenção

21 de Setembro de 1792 a 26 de Outubro de 1795

I. A NOVA REPÚBLICA

A ELEIÇÃO para essa terceira assembléia, que iria assistir tanto à culminância como ao declínio da Revolução, foi ainda mais sutilmente gerida pelos Jacobinos que a de 1791. O processo foi cuidadosamente indireto: os votantes escolhiam eleitores, que se agrupavam em um comitê eleitoral e por sua vez escolhiam os deputados que iam representar seus distritos na Convenção. Ambas as eleições eram por voto verbal e em público; em cada um dos estágios o votante arriscava-se a ser agredido se ofendesse os líderes locais.[1] Nas cidades os conservadores recusaram-se a votar; "o número de abstenções foi enorme";[2] de sete milhões de pessoas qualificadas para votar, 6,3 não compareceram.[3] Em Paris a votação começou no dia 2 de setembro e continuou por vários dias, enquanto às portas das prisões os massacres ofereciam sugestões de como votar e permanecer vivo. Em muitos distritos os católicos piedosos abstiveram-se de votar; disto resultou que a Vendéia, apesar de fortemente monarquista, elegeu nove deputados dos quais seis votaram a favor da execução do rei.[4] Em Paris a assembléia eleitoral reuniu-se no Clube dos Jacobinos, resultando daí que todos os 24 deputados escolhidos para representar a capital eram republicanos convictos e partidários da Comuna: Danton, Robespierre, Marat, Desmoulins, Billaud-Varenne, Collot d'Herbois, Fréron, David (o pintor)... Nas províncias os Girondinos ajeitaram as coisas a seu favor; assim Brissot, Roland, Condorcet, Pétion, Gaudet, Barbaroux, e Buzot ganharam o direito de servir como deputados e morrer. Entre os estrangeiros eleitos estavam Priestley, Cloots e Payne. O duque d'Orléans, rebatizado Cidadão Filipe Égalité, foi escolhido para representar uma secção radical em Paris.

Quando a Convenção se reuniu nas Tulherias em 21 de setembro de 1792, contava com 750 membros; todos menos dois eram da classe média; dois eram trabalhadores; quase todos, advogados. Os 180 Girondinos, organizados, educados e eloqüentes, lideraram na legislação. Baseados em que não havia um perigo atual de invasão, asseguraram um relaxamento das leis contra os suspeitos, *émigrés* e padres, e do controle de tempo de guerra sobre a economia; a livre empresa foi restabelecida e em breve surgiram queixas de lucros fáceis e manipulação de preços. Para fazer calar um movimento entre os radicais para o confisco das grandes propriedades e sua divisão entre o povo, a Gironda, no primeiro dia da Convenção, fez passar uma medida proclamando a santidade da propriedade privada. Assim tranqüilizada, a Gironda concordou com a Montanha e a Planície em declarar, no dia 22 de setembro de 1792, a Primeira República Francesa.

No mesmo dia a Convenção decretou que, após um ano de reajustamento, o calendário cristão deveria ser substituído, na França e em suas possessões, por um Calendário Revolucionário, no qual os anos seriam chamados I (de 22 de setembro de 1792 a 21 de setembro de 1793), II, III etc., e os meses, denominados pelo seu tempo típico: Vendémiaire (a vindima), Brumaire (a bruma), e Frimaire (a geada), formando o outono; Nivôse (a neve), Pluviôse (a chuva) e Ventôse (o vento), formando o inverno; Germinal (a germinação), Floréal (a floração) e Prairial (os prados), formando a primavera; Messidor (a colheita), Thermidor (o calor) e Fructidor (as frutas), formando o verão. Cada mês deveria ser dividido em três *décades* de 10 dias, cada *décade* terminando em um *décadi*, que substituía o domingo como dia de descanso. Os cinco dias restantes do ano, chamados *sansculottides*, seriam dias de festivais nacionais. A Convenção esperava que esse calendário lembrasse aos franceses não nomes de santos e estações porém da terra e das tarefas para fazê-la frutificar; a natureza substituiria Deus. O novo calendário entrou em uso no dia 24 de novembro de 1793 e morreu no fim do *Anno Domini* de 1805.

A Gironda e a Montanha concordaram sobre a propriedade privada, a república e a guerra à cristandade; sobre vários outros assuntos, porém, discordavam mortalmente. Os Girondinos ressentiam-se da desproporcional influência geográfica de Paris — seus deputados e seu populacho — no que tocava a medidas que atingiam toda a França; os Montagnards ressentiam-se da influência dos mercadores e milionários na orientação dos votos dos Girondinos. Danton (cuja secção tinha-lhe dado 638 votos eleitorais de um total possível de 700) resignou seu lugar de Ministro da Justiça para assumir o encargo de unir a Gironda e a Montanha numa política de procurar a paz com a Prússia e a Áustria. Mas os Girondinos não confiavam nele, que era o ídolo da Paris radical, e pediram um relatório de suas despesas como ministro; ele não pôde prestar contas, de modo satisfatório para eles, das somas que havia despendido (ele acreditava muito em propinas), nem conseguiu explicar onde havia encontrado dinheiro para comprar três casas em Paris e arredores, bem como uma grande propriedade no Departamento de Aube; sem dúvida vivia em grande estilo. Chamando seus inquisidores de ingratos, abandonou seus trabalhos para assegurar uma conciliação interna e externa, e aliou-se a Robespierre.

Embora perdendo apenas para Danton na popularidade entre as secções, Robespierre por enquanto ainda era uma figura secundária entre os deputados. Na votação deles para a presidência da Convenção ele recebeu seis votos, Roland 235. Para a maioria dos deputados ele era um dogmático, fértil em generalidades e trivialidades morais, um cauteloso oportunista que esperava pacientemente cada abertura para aumentar seu poder. A consistência que sublinhava todas as suas propostas havia-lhe dado uma influência que crescia vagarosamente. Ele se havia esquivado de um envolvimento direto no ataque sobre as Tulherias e nos Massacres de Setembro, mas havia-os aceito como forma de colocar o medo ao povo nas políticas da burguesia. Desde o princípio Robespierre havia advogado o voto dos homens adultos — embora na prática fechasse os olhos à questão de manter-se os monarquistas e os católicos afastados das urnas. Havia defendido a instituição da propriedade privada e tinha desencorajado o apelo de algumas poucas almas empobrecidas a favor do confisco e redistribuição das posses; ele havia, no entanto, proposto impostos sobre as heranças e outras taxas que iriam "reduzir por medidas cuidadosas porém eficazes as extremas desigualdades na distribuição da riqueza".[5] Entre-

mentes ele dava tempo ao tempo e deixava que seus rivais se desgastassem com paixões e extremismos. Parecia convencido de que algum dia dominaria... e predisse que algum dia seria morto.[6] "Ele sabia, como todos aqueles homens sabiam, que hora a hora carregava a vida em suas próprias mãos."[7]

Não era Robespierre nem Danton, porém Marat, o campeão absoluto do proletariado. No dia 25 de setembro, para celebrar a nova república, ele mudou o título de seu periódico para *Journal de la République française*. Tinha agora 49 anos de idade (Robespierre tinha 34 e Danton 33); restava-lhe menos de um ano de vida, que ele encheu com uma campanha sem tréguas contra os Girondinos, como inimigos do povo, agentes daquela crescente burguesia comercial, que parecia resolvida a fazer da Revolução o braço político de uma economia de "livre empresa". Suas violentas diatribes reverberavam através de toda Paris, agitando as secções à insurreição e gerando na Convenção uma hostilidade quase geral. Os Girondinos denunciavam os que eles chamavam o "triunvirato" de Danton, Robespierre e Marat, porém Danton repudiava Marat e Robespierre evitava-o; ele se sentava na Montanha, usualmente sozinho e sem amigos. No dia 25 de setembro de 1792 Vergniaud e outros leram para a Convenção documentos mencionando que Marat tinha desejado uma ditadura e avocara a si os massacres. Quando se levantou o adoentado "tribuno do povo" para se defender, foi agredido com gritos de "Sente-se!" "Parece", disse ele, "que eu tenho um grande número de inimigos pessoais nesta assembléia". Ao que os Girondinos gritaram: "Todos nós!" Marat continuou a repetir seu pedido por uma ditadura no limitado estilo romano e reconheceu que havia incitado à violência; isentou porém Danton e Robespierre de qualquer associação com seus planos. Um deputado propôs que ele fosse preso e julgado por traição; a proposta foi derrotada. Marat sacou uma pistola do bolso, levou-a à cabeça e disse: "Se houvesse sido aprovada a acusação contra mim, eu teria estourado os miolos ao pé da tribuna".[8]

Os Girondinos, que haviam levado a França à guerra, estavam durante estes meses reforçados pelas vitórias das forças francesas e o aumento do poder francês e das idéias revolucionárias. No dia 21 de setembro de 1792, o general Anne-Pierre de Montesquiou-Fezensac conduziu suas tropas à fácil conquista da Sabóia, então parte do reino da Sardenha; "o progresso de meu exército", escreveu ele à Convenção, "é um triunfo: tanto no campo como nas cidades o povo vem a nosso encontro e o cocar tricolor é usado por toda a parte".[9] Em 27 de setembro outra divisão francesa entrou em Nice sem encontrar oposição; em 29 de setembro ocupou Ville franche. Em 27 de novembro, a pedido dos líderes políticos locais, a Sabóia foi incorporada à França.

A conquista da Renânia foi mais difícil. Em 25 de setembro o general Adam-Philippe de Custine levou seus voluntários à captura de Speyer, fazendo três mil prisioneiros; em 5 de outubro ele entrou em Worms; em 19 de outubro em Mainz; em 21 de outubro em Frankfurt-am-Main. Para conquistar a Bélgica, então dependente da Áustria, para a Revolução, Dumouriez teve de travar em Jemappes, em 6 de novembro, uma das maiores batalhas da guerra; os austríacos, após longa resistência, bateram em retirada, deixando no campo quatro mil mortos. Bruxelas caiu no dia 14 de novembro, Liège a 24, Antuérpia a 30; nessas cidades os franceses foram recebidos como libertadores. Em vez de obedecer às ordens da Convenção, marchando para o sul para juntar suas forças às de Custine, Dumouriez demorou-se na Bélgica, enriquecendo-se em negociatas

com os especuladores dos suprimentos do exército. Repreendido, ele ameaçou demitir se. Danton foi mandado para apaziguá-lo; foi bem-sucedido, mas quando Dumouriez, em 5 de abril de 1793, passou-se para o inimigo, Danton foi associado à sua culpa.

Embriagados com essas vitórias, os líderes da Convenção adotaram duas políticas complementares; estender a França até suas "fronteiras naturais" — o Reno, os Alpes, os Pireneus e o mar — e ganhar o apoio das populações das fronteiras, garantindo-lhes ajuda militar para obterem independência econômica e política. Daí provém o audacioso decreto de 15 de dezembro de 1792:

> A partir deste momento a nação francesa proclama a soberania do povo (em todas as regiões que com ela cooperam), a deposição de todas as autoridades civis e militares que até aqui vos governaram, e de todos os impostos a que vós estais sujeitos, sob qualquer forma; a abolição do dízimo, do feudalismo,... da servidão ...; proclama também a abolição entre vós de todas as corporações nobres e eclesiásticas e de todas as prerrogativas e privilégios que se opõem à igualdade. Vós, a partir deste momento, irmãos e amigos, sois todos cidadãos, iguais em direitos, e chamados todos de forma igual a governar, servir e defender vosso país.[10]

Este "Edito de Fraternidade" trouxe em seu bojo uma porção de problemas para a jovem república. Quando os territórios conquistados ("libertados") foram taxados para suportar a ocupação francesa, eles se queixavam de que tinha havido apenas a substituição de um amo e seus impostos por outro. Quando a hierarquia da Igreja na Bélgica, em Liège e na Renância, há muito acostumada a reter ou compartilhar da autoridade governante, viu-se desafiada tanto na teologia como no poder, ela estendeu a mão, cruzando fronteiras e credos, para repelir e, se possível destruir a Revolução francesa. Quando, em 6 de novembro de 1792, a fim de atrair os mercadores de Antuérpia para a causa francesa, a Convenção decretou a abertura do rio Scheldt a qualquer navegação — a paz de Westfália, em 1648, havia-o fechado a todos menos aos holandeses — a Holanda se preparou para resistir. Os monarcas da Europa interpretaram o apelo da Convenção como uma declaração de guerra contra todos os reis e senhores feudais. A Primeira Coalizão contra a França começou a tomar forma.

A Convenção decidiu queimar todas as pontes atrás de si submetendo Luís XVI a julgamento por traição. Desde 10 de agosto o Temple vinha sendo uma prisão semi-humana para quase toda a família real: o rei, de 38 anos, a rainha, de 37; a irmã do rei, "Madame Elisabeth", de 28; a filha do rei, "Madame Royale", de 14 e o filho, o Delfim Louis-Charles, de sete. Os Girondinos fizeram tudo o que podiam para adiar o julgamento, pois sabiam que as provas iriam levar à condenação e execução, o que intensificaria os ataques dos Poderes Centrais à França. Danton concordava com eles, mas uma nova figura em cena, Louis-Antoine Saint-Just, de 25 anos de idade, chamou a atenção da Convenção por seu apaixonado apelo ao regicídio: "Luís combateu o povo e foi derrotado. Ele é um bárbaro, um prisioneiro de guerra estrangeiro; vós tendes visto seus pérfidos desígnios... Ele é o assassino da Bastilha, de Nancy, do Campo de Marte... das Tulherias. Que inimigo, que estrangeiro, já vos causou maior dano?"[11] Este ataque poderia ter dado ensejo a uma pausa para pensar, mas no dia 20 de novembro descobriu-se uma caixa de ferro em uma parede da Câmara real nas Tulherias e foi levada à Convenção por Roland; seu conteúdo apoiou poderosamente a acusação de traição. Ela con-

tinha 625 documentos secretos, que revelavam os entendimentos do rei com Lafayette, Mirabeau, Talleyrand, Barnave, vários *émigrés* e jornalistas conservadores; tornou-se claro que Luís, a despeito de sua afirmação de lealdade para com a constituição, tinha tramado a derrota da Revolução. A Convenção ordenou que um véu fosse lançado sobre o busto de Mirabeau; os Jacobinos espatifaram uma estátua em homenagem a Mirabeau que havia em seu clube; Barnave foi preso em Grenoble; Lafayette refugiou-se em seu exército; Talleyrand, como sempre, fugiu. No dia 2 de dezembro alguns delegados das secções apareceram na Convenção e pediram o imediato julgamento do rei; logo a seguir a Comuna de Paris enviou vigorosas recomendações no mesmo sentido. No dia 3 de dezembro Robespierre juntou-se ao clamor. Marat fez passar uma moção no sentido de que toda a votação no julgamento fosse verbal e em público — o que colocava os hesitantes Girondinos à mercê dos *sansculottes* nas galerias e nas ruas.

O julgamento começou no dia 11 de dezembro de 1792 ante uma Convenção plena. De acordo com Sébastien Mercier, um dos deputados, "a parte detrás do salão tinha sido convertida em camarotes, como num teatro, nos quais as senhoras vestidas com suas mais atraentes roupas tomavam sorvetes, chupavam laranjas e bebiam licores... Podiam-se ver os atendentes... conduzindo a seus lugares as amantes do duque d'Orléans".[12] Alguns dos documentos encontrados na caixa foram mostrados ao rei; ele negou que a assinatura fosse sua e afirmou total desconhecimento da caixa. Enfrentou as perguntas alegando lapsos de memória ou jogando a responsabilidade sobre seus ministros. Pediu um adiamento de quatro dias para que pudesse encontrar advogados. Chrétien de Malesherbes, que tinha protegido os *philosophes* e a *Encyclopédie* no reinado de Luís XV, ofereceu-se para defender o rei; Luís aceitou com tristeza, dizendo: "Vosso sacrifício é tanto maior porque estais expondo vossa própria vida, embora não possais salvar a minha."[13] (Malesherbes foi guilhotinado em abril de 1794.) Neste ínterim, agentes dos poderes estrangeiros propuseram-se a comprar alguns votos para o rei e Danton concordou em servir como agente comprador; a soma requerida, porém, comprovou-se que era mais do que Suas Majestades estavam dispostas a investir...[14]

No dia 26 de dezembro Romain de Sèze apresentou as razões da defesa. A Constituição, argüiu ele, não dava autoridade aos deputados para julgarem o rei; ele tinha estado dentro de seus direitos humanos ao lutar por sua vida. Ele era um dos homens mais bondosos e mais humanos, bem como um dos governantes mais liberais que jamais se sentaram no trono da França. Haviam os deputados esquecido suas muitas reformas? Não havia ele dado início à Revolução ao convocar os Estados-Gerais e ao convidar todos os franceses a lhe contarem suas queixas e seus desejos? Os acusadores replicaram que o rei tinha negociado com potências estrangeiras para a derrota da Revolução. Por que se deveria fazer uma exceção por ser o homem culpado de traição herdeiro do trono? Enquanto ele continuasse vivo, complôs seriam tramados para restaurar seus poderes pré-revolucionários. Seria bom que se estabelecesse um exemplo, que todos os monarcas pudessem contemplar antes de atraiçoar as esperanças de seus povos.

A votação sobre a culpabilidade do rei começou em 15 de janeiro de 1793. Dos 749 membros, 683, inclusive seu primo Filipe d'Orléans, declararam-se a favor da condenação.[15] Uma moção para submeter este veredicto à ratificação ou rejeição pelo povo da França através das assembléias primárias teve a oposição de Robespierre, Marat e Saint-Just e foi derrotada por 424 votos contra 287. "Um apelo ao povo", disse Saint-Just,

"não seria novo chamamento à monarquia?" Robespierre há muito advogava a democracia e o sufrágio universal para os homens, mas agora hesitava em confiar neles. "A virtude", disse ele (querendo dizer o fervor republicano), "tem estado sempre em minoria na terra".[16]

Quando, em 16 de janeiro, a pergunta final foi posta: "Que sentença merece Luís, rei da França?" — ambas as facções explodiram em violência nas ruas. Ali e nas galerias, a turba clamava pela sentença de morte e ameaçava a vida de qualquer um que votasse por qualquer coisa menos que isso. Deputados que, na noite anterior, haviam-se comprometido a nunca pedir a execução do rei, agora, temendo pelas próprias vidas, votavam a favor de sua morte. Danton cedeu; Paine manteve-se firme; Filipe d'Orléans, pronto para suceder a seu sobrinho, votou por sua eliminação. Marat votou a favor "de morte dentro de 24 horas"; Robespierre, que sempre se havia oposto à pena capital, agora concordava que a vida de um rei seria um perigo para a república;[17] Condorcet apelou para a abolição da pena capital agora e para sempre. Brissot alertou que uma condenação à morte traria todos os monarcas da Europa à guerra contra a França. Alguns deputados juntaram comentários a seus votos. Paganel disse: "Morte! Um rei só se torna útil quando morre"; Millaud disse: "Hoje, se a morte não existisse, teria de ser inventada", parodiando frase de Voltaire sobre Deus. Duchâtel, agonizante, fez-se conduzir ao tribunal, votou contra a morte de Luís e então morreu.[18] A contagem final foi de 361 pela morte e 341 pela suspensão temporária da pena capital.

No dia 20 de janeiro um antigo membro da *Garde du Corps* do rei matou Louis-Michel Lepeletier de Saint-Fargeau, que havia votado pela pena de morte. No dia 21 de janeiro um coche, rodeado por uma escolta armada, passando por ruas nas quais formava fileiras a Guarda Nacional, levou Luís XVI à Place de la Révolution (hoje a Place de la Concorde). Junto à guilhotina ele tentou falar à multidão: "Franceses, morro inocente; é do patíbulo e próximo a comparecer ante Deus que vô-lo digo. Perdôo meus inimigos. Desejo que a França..." Neste ponto Santerre, chefe da Guarda Nacional de Paris, gritou: "*Tambours*!" e os tambores afogaram o resto. A populaça presenciou em sombrio silêncio quando a pesada lâmina caiu, cortando carne e osso. "Naquele dia", um espectador recordou mais tarde, "todos se retiraram vagarosamente e nós quase não ousávamos olhar-nos uns aos outros".[19]

II. A SEGUNDA REVOLUÇÃO: 1793

A execução do rei foi uma vitória para a Montanha, para a Comuna e para a política da guerra. Uniu os "regicidas" em fatal dedicação à Revolução, uma vez que eles seriam as vítimas escolhidas de uma restauração dos Bourbons. Deixou os Girondinos divididos e desesperados: eles se haviam cindido na votação; movimentavam-se agora em Paris temendo por suas vidas e almejavam pela relativa paz e ordem das províncias. Roland, doente e desiludido, demitiu-se do Conselho Executivo no dia seguinte ao da execução do rei. A paz, que se havia tornado possível com a absorção da Áustria e da Prússia na partilha da Polônia, tornara-se agora impossível pela fúria dos monarcas europeus com a decapitação de um membro de sua fraternidade.

Na Inglaterra, William Pitt, Primeiro-Ministro, que tinha pensado em fazer guerra

à França, verificava que se esvaíra quase toda a resistência a essa política de um Parlamento e de um público chocados com a notícia que a própria realeza tinha sido submetida à guilhotina; como se eles mesmos, por meio de seus antepassados, não tivessem deixado cair o machado sobre o pescoço de Carlos I. A real razão de Pitt era, naturalmente, que o domínio francês sobre Antuérpia dava ao antigo inimigo da Inglaterra a chave do Reno, a principal avenida do comércio inglês com a Europa Central. Esse perigo tomou forma mais aguda quando, a 15 de dezembro de 1792, a Convenção decretou a anexação da Bélgica à França. Agora o caminho estava aberto para o controle francês sobre a Holanda e sobre a Renânia; todo aquele rico e populoso vale poderia agora ser fechado à Inglaterra, que vivia da exportação de sua indústria em expansão. A 24 de janeiro de 1793 Pitt pediu a retirada do embaixador francês; a 1º de fevereiro a Convenção declarou guerra tanto à Inglaterra quanto à Holanda. No dia 7 de março a Espanha juntou-se a elas e a Primeira Coalizão — Prússia, Áustria, Sardenha, Inglaterra, Holanda e Espanha — começou o segundo estágio do esforço para conter a Revolução.

Uma sucessão de desastres levou a Convenção a compreender tardiamente as dificuldades que enfrentava. Os exércitos revolucionários estavam relaxados após suas vitórias iniciais; milhares de voluntários haviam dado baixa após haver vencido o prazo pelo qual se haviam alistado; o total das tropas no *front* oriental caiu de 400.000 para 225.000; este efetivo, devido à incompetência e à venalidade dos fornecedores que Dumouriez protegia e explorava, estava mal fardado e era mal alimentado. Os generais repetidamente ignoravam as instruções que lhes eram enviadas pelo governo. A 24 de fevereiro a Convenção apelou para o recrutamento como forma de reunir novos exércitos, o qual, no entanto favorecia os ricos, permitindo-lhes comprar substitutos. Revoltas contra a conscrição estouraram em várias províncias. Na Vendéia, a insatisfação contra a conscrição, o custo e a escassez de alimentos juntaram-se ao ódio contra a legislação anticatólica, e geraram uma rebelião tão generalizada que foi preciso desviar um exército do *front* para controlá-la. A 16 de fevereiro Dumouriez conduziu um exército de 20.000 homens para invadir a Holanda; os regimentos que ele havia deixado em guarnição na Bélgica tinham sido surpreendidos e aniquilados por uma força austríaca sob o comando do príncipe de Saxe-Coburg; o próprio Dumouriez foi derrotado em Neerwinden (18 de março) e em 5 de abril ele se passou para os austríacos com mil de seus homens. Naquele mês os representantes da Inglaterra, Prússia e Áustria reuniram-se e formularam planos para a subjugação da França.

Dificuldades internas, somadas a esses reveses externos, ameaçavam o colapso do governo francês. A despeito da desapropriação de propriedades eclesiásticas e dos *émigrés*, os novos *assignats* perdiam seu valor quase da noite para o dia; valendo 47 por cento de seu valor estampado em abril de 1793, eles caíram a 33 por cento três meses mais tarde.[20] Novos impostos encontravam tão ampla resistência que o custo de sua arrecadação quase igualava seu valor. Empréstimos forçados, como os de 20 a 25 de maio de 1793, espoliavam a crescente burguesia; quando esta classe usou os Girondinos para proteger seus interesses junto ao Governo, isto aprofundou o conflito entre a Gironda e a Montanha na Convenção. Danton, Robespierre e Marat conduziram o Clube Jacobino de suas idéias políticas originais burguesas para idéias mais radicais. A Comuna, agora orientada por Pierre Chaumette e Jacques Hébert, usou o fogoso jornal deste último,

Père Duchesne, para levantar a cidade e assediar a Convenção com pedidos de conscrição das riquezas. Dia após dia Marat guerreava os Girondinos como protetores dos ricos. Em fevereiro de 1793 Jacques Roux e Jean Varlet levaram um grupo de proletários "*Enragés*" (enraivecidos) a atacar o alto custo do pão e a insistir que a Convenção deveria fixar preços máximos para as necessidades vitais. Assolada por uma tempestade de problemas, a Convenção entregou suas tarefas, no ano de 1793, a comitês cujas decisões veio a aceitar com um mínimo de debates.

A maior parte desses comitês era designada para áreas particulares de atividade e administração: agricultura, indústria e comércio, contabilidade, finanças, educação, bem-estar e assuntos coloniais. Geralmente compostos por especialistas, executaram trabalho muito bom, mesmo no meio de uma crescente crise; prepararam nova constituição e deixaram uma herança de legislação construtiva que Bonaparte achou de ajuda na formação do Código Napoleão.

Para prevenir-se contra agentes estrangeiros, subversão interna e crimes políticos, a Convenção, a 10 de março de 1793, nomeou um Comitê de Segurança Geral, como departamento nacional de polícia, com autoridade praticamente absoluta para visitas domiciliares sem aviso prévio e para prender qualquer um por suspeita de deslealdade ou crime. Comitês adicionais de *surveillance* foram organizados para as comunas e secções das cidades.

Também a 10 de março a Convenção instituiu um Tribunal Revolucionário para julgar os suspeitos que lhe fossem mandados; permitia-se-lhes defensores, mas o julgamento dos jurados não estava sujeito a apelo ou revisão. No dia 5 de abril, a Convenção nomeou, como principal acusador público perante o Tribunal, Antoine-Quentin Fouquier-Tinville, advogado famoso por suas investigações e impiedosos interrogatórios porém capaz, uma vez ou outra, de sentimentos humanos;[21] ele chegou até nós, no entanto, em uma gravura que o mostra com o rosto como o de uma águia e o nariz como uma espada. O Tribunal começou suas sessões no dia 6 de abril no Palais de Justice. À medida que continuava a guerra e o número de pessoas mandadas a julgamento tornava-se incontrolavelmente grande, o Tribunal mais e mais abreviava seu procedimento legal e tendia a pronunciar veredito prematuro de culpado em quase todos os casos que lhe eram enviados pelo Comitê de Salvação Pública.

Este Comitê de Salvação Pública, instalado a 6 de abril de 1793, substituiu o Conselho Executivo e tornou-se o principal braço do Estado. Era um gabinete de guerra; e devemos olhá-lo não como um governo civil que reconhecesse as restrições constitucionais, mas como um corpo legalmente autorizado a dirigir e comandar uma nação que lutava por sua sobrevivência. Seus poderes eram limitados apenas pela responsabilidade perante a Convenção; suas decisões tinham de ser submetidas à Convenção, a qual, em quase todos os casos, transformava-as em decretos. O Comitê controlava a política externa, os exércitos e seus generais, os funcionários civis, os comitês sobre religião e artes, o serviço secreto do Estado. Podia abrir correspondência privada e pública; dispunha de fundos secretos; e, através de seus próprios "representantes em missão", controlava a vida e a morte nas províncias. Tinha sede nas salas do Pavillon de Flore, entre as Tulherias e o Sena, e reunia-se para conferência em torno de uma "mesa verde (coberta de pano)", que durante um ano tornou-se o centro do governo francês.

À sua cabeceira, até 10 de julho, sentava-se Danton, agora pela segunda vez esco-

lhido para ser o líder da nação em perigo. Começou imediatamente por persuadir seus colegas, e em seguida à Convenção, de que o governo devia publicamente renunciar a qualquer intenção de se intrometer nos assuntos internos de qualquer outra nação.[22] A suas instâncias, e contrariando as objeções de Robespierre, a Convenção fez tentativas de paz junto a cada membro da Coligação. Ele persuadiu o duque de Brunswick a sustar seu avanço e teve sucesso ao negociar uma aliança com os suecos.[23] Tentou de novo fazer as pazes entre a Montanha e a Gironda mas as diferenças eram por demais profundas.

Marat intensificou seus ataques aos Girondinos, e com uma violência de tal forma crescente, que eles conseguiram, a 14 de abril de 1793, um decreto da Convenção que o submetia a julgamento pelo Tribunal Revolucionário por advogar o assassinato e a ditadura. Em seu julgamento reuniu-se uma multidão de *sansculottes* no Palais de Justice e ruas adjacentes, com o propósito de "vingar qualquer ultraje perpetrado contra seu defensor favorito". Quando os jurados amedrontados absolveram-no, seus seguidores carregaram-no aos ombros em triunfo até a Convenção; ali ele ameaçou vingar-se de seus acusadores. Dali foi carregado pelo meio de uma multidão que rompia em aplausos até o Clube Jacobino, onde foi entronizado na cadeira presidencial.[24] Retornou à sua campanha pedindo que os Girondinos fossem excluídos da Convenção como burgueses traidores da Revolução.

Ganhou uma precária vitória quando a Convenção, sob protestos e advertências da Gironda, decretou um preço máximo para os cereais em qualquer fase de sua passagem do produtor ao consumidor, e deu ordem aos agentes do governo para requisitar dos agricultores todos os produtos essenciais às necessidades públicas.[25] Em 29 de setembro essas medidas foram expandidas no que se intitulou "máximo geral", fixando os preços de todas as necessidades básicas.[26] A eterna guerra entre produtor e consumidor estava agora agravada; os camponeses revoltavam-se contra a requisição de suas colheitas;[27] a produção caía, ao sentir-se a motivação do lucro bloqueada pelas novas leis; desenvolveu-se um "mercado negro", atendendo a altos preços àqueles que podiam pagar. Os mercados que obedeciam aos preços máximos esgotaram seus estoques de cereais e pão; a fome incitava de novo a motins pelas ruas da cidade.

Os Girondinos, amargamente ressentidos pela pressão exercida sobre a Convenção pelas camadas mais baixas de Paris, apelaram a seus eleitores da classe média nas províncias para resgatá-los da tirania da multidão. Vergniaud escrevia a seus eleitores em Bordéus em 4 de maio de 1793: "Convoco-vos a subirdes à tribuna para defender-nos, se ainda há tempo, para vingar a liberdade, exterminando os tiranos";[28] e Barbaroux escrevia em termos semelhantes a seus eleitores em Marselha. Ali e em Lyons a minoria burguesa aliou-se aos antigos nobres para expulsar os prefeitos radicais.

No dia 18 de maio os deputados girondinos persuadiram a Convenção a nomear um comitê para examinar as operações da Comuna de Paris e suas secções em suas tentativas de influenciar na legislação. Todos os membros do comitê eram Girondinos. No dia 24 de maio a Convenção ordenou a prisão de Hébert e Varlet como agitadores; a Comuna, com o apoio de 16 secções, exigiu que fossem libertados; a Convenção recusou. Robespierre, no Clube Jacobino, no dia 26 de maio, exortou os cidadãos a se revoltarem: "Quando o povo está oprimido, quando não lhe deixam nenhum recurso senão ele próprio, seria um covarde aquele que não apelasse ao povo para se levantar. E é quando

todas as leis são violadas, é quando o despotismo está em seu auge, é quando a boa-fé e a decência estão sendo pisoteadas, que o povo tem a obrigação de levantar-se insurreto. Este momento chegou."[29] Na Convenção, em 27 de maio, Marat solicitou a eliminação do comitê "por ser hostil à liberdade e tendente a provocar aquela insurreição do povo que está tão iminente devido à negligência com que vós permitistes que as utilidades básicas subissem a um preço excessivo". Naquela noite a Montanha garantiu a passagem de uma deliberação abolindo o comitê; os prisioneiros foram libertados; mas no dia 28 os Girondinos, por uma votação de 279 a 238, restabeleceram o comitê. Em 30 de maio Danton juntou-se a Robespierre e Marat clamando por "vigor revolucionário".

Em 31 de maio as secções tocaram os sinos para um levante dos cidadãos. Reunindo-se no Hôtel de Ville, ali formaram um conselho revolucionário e asseguraram-se do apoio da Guarda Nacional de Paris, sob o comando do líder radical Hanriot. Protegidos por estes e por uma crescente multidão, o novo conselho entrou no salão da Convenção e exigiu que os Girondinos fossem citados perante o Tribunal Revolucionário; que o preço do pão fosse fixado em três *sous* por libra em toda a França; que qualquer déficit que daí resultasse fosse compensado por um tributo a ser pago pelos ricos; e que o direito ao voto fosse provisoriamente reservado aos *sansculottes*.[30] A Convenção concedeu apenas a segunda supressão do odiado comitê. Os partidos em guerra retiraram-se para o descanso noturno.

Retornando à Convenção no dia 1º de junho, o Conselho pediu a prisão de Roland, que os *sansculottes* identificavam com os interesses burgueses. Ele fugiu em busca da hospitalidade do Sul. Mme. Roland ficou para trás, planejando apelar por ele ante a Convenção; foi aprisionada e alojada na prisão de Abbaye. Nunca mais viu seu marido. No dia 2 de junho uma multidão de 80.000 homens e mulheres, muitos armados, cercou o salão da Convenção e a Guarda apontou seus canhões para o edifício. O conselho informou aos deputados que a nenhum deles seria permitido sair enquanto todas as suas exigências não tivessem sido atendidas. Marat, dominando a tribuna, proclamou os nomes dos Girondinos cuja prisão ele recomendava. Alguns conseguiram iludir a Guarda e a turba e fugiram para a província; 22 foram postos em prisão domiciliar em Paris. Daquele dia até 26 de julho de 1794 a Convenção seria a obediente escrava da Montanha, do Comitê de Salvação Pública e do povo de Paris. A Segunda Revolução tinha derrotado a burguesia, e estabelecido, temporariamente, a ditadura do proletariado.

Os vitoriosos deram forma à nova ordem encarregando Hérault de Séchelles e Saint-Just de formularem a nova constituição, conforme já tinha sido decidido em 11 de outubro de 1792. Ela restabeleceu o sufrágio para os homens adultos e acresceu o direito de todos os cidadãos à subsistência, à educação e à insurreição. Limitou os direitos de propriedade por considerações de interesse público. Proclamou a liberdade de culto religioso, reconhecendo com elegância um Ser Supremo, e declarando que a moralidade era a indispensável fé da sociedade. Carlyle, que não podia engolir a democracia, chamou-a "a mais democrática constituição jamais confiada ao papel".[31] Aceita pela Convenção no dia 4 de junho de 1793, foi ratificada pelo voto de um quarto do eleitorado, por 1.801.918 votos contra 11.610. Esta Constituição de 1793 ficou apenas no papel, porque a 10 de julho a Convenção renovou o Comitê de Salvação Pública como o poder mandante, superior a todas as constituições, até que voltasse a paz.

III. SAI MARAT: 13 DE JULHO DE 1793

Três dos refugiados girondinos — Pétion, Barbaroux e Buzot — encontraram proteção em Caém, baluarte nortista da reação "federalista" contra a dominação parisiense do governo nacional. Fizeram discursos, denunciaram os *sansculottes* e especialmente Marat, organizaram paradas de protesto e planejaram um exército para marchar sobre a capital.

Charlotte Corday contava-se entre seus mais ardentes seguidores. Descendente do dramaturgo Pierre Corneille, nascida em uma família nobre, empobrecida, fortemente realista, ela foi educada no convento e serviu dois anos como freira. De algum modo encontrou oportunidade de ler Plutarco, Rousseau e mesmo Voltaire; perdeu a fé e entusiasmou-se com os heróis da Roma antiga. Ficou chocada ao saber que o rei tinha sido guilhotinado e chegou ao auge da indignação com os ataques fulminantes de Marat contra os Girondinos. No dia 20 de junho de 1793 ela visitou Barbaroux, então com 26 anos e tão belo que Mme. Roland achava-o parecido com Antinous, o *inamorato* do imperador Adriano. Charlotte tinha quase 25 anos, mas outras coisas em sua mente que não amor. Tudo o que ela lhe pediu foi uma carta de apresentação a um deputado que pudesse arranjar-lhe admissão a uma reunião da Convenção. Barbaroux deu-lhe um bilhete para Lauze Duperret. No dia 9 de julho ela viajou para Paris de diligência. Chegando no dia 11, comprou uma faca de cozinha com uma lâmina de 15 centímetros. Seu plano era entrar na sala da Convenção e assassinar Marat em sua cadeira, mas foi informada de que ele se encontrava em casa adoentado. Descobriu-lhe o endereço, para lá se dirigiu, porém não a deixaram entrar: *Monsieur* estava em seu banho. Ela voltou para seu quarto.

A banheira era agora a escrivaninha preferida de Marat. Sua doença, aparentemente uma forma de escrofulose, tinha piorado; ele encontrava alívio sentado em uma banheira, mergulhado até o peito em água quente à qual tinham sido adicionados minerais e remédios; uma toalha molhada cobria-lhe os ombros e a cabeça ficava enrolada em uma faixa molhada em vinagre. Sobre uma tábua apoiada nas bordas da banheira ele tinha papel, tinta e penas; ali, dia após dia, escrevia ele o material para seu jornal.[32] Cuidavam dele sua irmã Albertina e, desde 1790, Simonne Évrard, que começou como criada e que, em 1792, tornou-se sua esposa por contrato. Casou-se com ela sem a intervenção de um clérigo, "ante o Ser Supremo,... no vasto templo da Natureza".[33]

De seu quarto Charlotte enviou mensagem a Marat solicitando uma audiência: "Eu venho de Caém. Vosso amor pela pátria deverá tornar-vos ansioso por saber dos planos que estão sendo tramados por ali. Fico esperando vossa resposta."[34] Ela não pôde esperar: na noite de 13 de julho bateu de novo na porta de entrada; de novo foi-lhe negada admissão, porém Marat, ouvindo-lhe a voz, disse para deixá-la entrar. Recebeu-a cordialmente, ofereceu-lhe uma cadeira para sentar-se; ela chegou a cadeira para perto dele. "O que está acontecendo em Caém?" perguntou ele (ou assim ela mais tarde relatou sua estranha conversa). "Dezoito deputados da Convenção", respondeu ela, "mandam ali em conluio com os funcionários do *département*." "Quais são seus nomes?" Ela os deu; ele os anotou e pronunciou-lhes a sentença: "Eles em breve serão guilhotinados". Nesta altura ela sacou de sua faca e cravou-lha no peito com tal força que penetrou a aorta; o sangue esguichou da ferida. Ele gritou para Simonne: "*À moi,*

ma chère amie, à moi!" (Acode-me, minha cara amiga, acode-me!) Simonne acorreu e ele morreu em seus braços. Charlotte, ao fugir do quarto, foi interceptada por um homem que a dominou golpeando-a com uma cadeira. A polícia foi chamada, veio e levou-a. "Cumpri meu dever", disse ela, "que eles cumpram o seu."[35]

Marat deve ter tido algumas boas qualidades para ter conquistado o amor reunido de duas mulheres rivais. Sua irmã dedicou os restantes anos da própria vida a santificar a memória dele. Tendo um dia sido um próspero médico, ao morrer deixou apenas alguns manuscritos científicos e 25 *sous*.[36] Ele não fora um fanático, mas um homem fanaticamente devotado às massas, que a natureza e a história haviam esquecido. O Clube Cordeliers guardou seu coração como uma relíquia sagrada; milhares de pessoas vinham vê-lo "adorando-o com a respiração suspensa".[37] No dia 16 de julho todos os restantes deputados e muitos homens e mulheres das secções revolucionárias seguiram seu corpo ao sepultamento nos jardins do Cordeliers. Sua estátua, esculpida por David, foi colocada no salão de entrada da Convenção; em 21 de setembro de 1794 seus restos mortais foram transferidos para o Panthéon.

O julgamento de Charlotte foi curto; ela admitiu seu feito porém negou a culpa; disse qua havia apenas vingado as vítimas dos Massacres de Setembro e outras vítimas do ódio de Marat: "Matei um homem para salvar cem mil".[38] Em carta a Barbaroux ela admite francamente que "o fim justifica os meios".[39] Dentro de poucas horas após sua condenação ela foi executada na Place de la Révolution. Recebeu orgulhosamente as maldições da multidão presente e rejeitou o oferecimento de um padre para dar-lhe um fim religioso.[40] Ela morreu antes que pudesse entender quão fatal seu feito seria para os Girondinos, aos quais ela tinha pensado servir. Vergniaud, falando por eles, compreendeu isso e perdoou-a: "Ela nos matou, mas ensinou-nos a morrer".[41]

IV. O "GRANDE COMITÊ": 1793

A Convenção reservara-se o direito de rever mensalmente a constituição do Comitê de Salvação Pública. No dia 10 de julho — tendo falhado sua política de paz, interna e externa — ela destituiu Danton; em seguida, em 25 de julho, como se para demonstrar sua continuada consideração, elegeu-o seu presidente para o termo usual de duas semanas. A primeira mulher dele tinha morrido em fevereiro, deixando-o com dois filhos de tenra idade; em 17 de junho ele se casou com uma jovem de 16 anos e a 10 de julho tinha voltado à vida doméstica.

Em 27 de julho Robespierre havia sido indicado para o Comitê; Danton jamais o apreciara: "Este homem", dizia ele, "não tem cabeça nem para cozinhar um ovo".[42] Apesar disso, em 1º de agosto, recomendou à Convenção que desse ao Comitê poder absoluto. Possivelmente numa reação de arrependimento por essa recomendação ele observava a Desmoulins quando juntos apreciavam um pôr-de-sol incendiando o Sena: "O rio está ensangüentado". A 6 de setembro a Convenção propôs recolocá-lo no Comitê; ele recusou.[43] Cansado e doente, saiu de Paris no dia 12 de outubro e procurou repouso na casa que havia comprado em sua terra natal, Arcis-sur-Aube, no vale do Marne. Quando voltou, em 21 de novembro, o sangue corria pelo Sena.

Durante o verão, o "Grande Comitê", como viera a se chamar, tomou sua forma

histórica. Consistia ele agora de 12 membros, todos da classe média, todos com boa educação e recursos, todos familiarizados com os *philosophes* e com Rousseau; oito eram advogados, dois engenheiros; somente um deles, Collot d'Herbois, havia trabalhado com as mãos. Uma ditadura do proletariado não é jamais proletária. Façamos sua chamada:

1. Bertrand Barère, 38 anos, juntava aos diversos deveres que tinha, o de apresentar e defender perante a Convenção as decisões a que chegara o Comitê, fazendo com que fossem confirmadas por decretos; amável e persuasivo, ele transformava sentenças de morte em peças de eloqüência e estatísticas em poesia. Fez poucos inimigos que sobreviveram a ele, mudava com a maré política, e viveu até a idade de 86 anos, o bastante para aprender que os governos e as idéias são mortais.

2. Jean-Nicolas Billaud-Varenne, 37 anos, argumentava que a Igreja Católica era o mais perigoso inimigo da Revolução e que tinha de ser destruída. Mantinha-se em contato e afinado com as secções e a Comuna, e seguia suas políticas inflexíveis com uma pertinácia que fazia com que seus companheiros de Comitê o temessem. Encarregava-se da correspondência e relações com as províncias, encabeçava a nova máquina administrativa e tornou-se, durante certo tempo, "o mais poderoso membro do Comitê".[44]

3. Lazare Carnot, 40 anos, já então ilustre matemático e engenheiro militar, encarregava-se dos exércitos franceses, fazia os mapas das campanhas, instruía e disciplinava os generais; ganhou respeito universal por sua capacidade e integridade. De todos os membros do Comitê ele é o único a ser homenageado hoje em dia em toda a França.

4. Jean-Marie Collot d'Herbois, 43 anos, originalmente ator, tinha sofrido as limitações que oprimiam a profissão teatral antes da Revolução; nunca perdoou à burguesia haver-lhe fechado suas portas ou à Igreja por mantê-lo excomungado devido a sua profissão. Tornou-se o mais severo dos Doze no trato com "a aristocracia dos mercadores" e propôs uma vez, como medida de economia, que as prisões de Paris, atulhadas de açambarcadores, traficantes e suspeitos, fossem minadas e explodidas.[45]

5. Georges Couthon, 38 anos, era de tal forma aleijado pela meningite, que tinha de ser carregado em cadeira para onde quer que fosse; atribuía seu mal a excessos sexuais na juventude mas era adorado por sua mulher. Era homem de bom coração e de vontade de ferro, que se distinguiu por sua humanitária administração em províncias de capital importância durante o Terror.

6. Marie-Jean Hérault de Séchelles, 34 anos, parecia deslocado e descompassado entre os "duodecemviros" do Comitê; era nobre *de robe*, próspero advogado, notável por suas elegantes maneiras e sua verve voltairiana. Quando sentiu a maré revolucionária a se avolumar por baixo de si, aderiu ao ataque à Bastilha, escreveu a maior parte da Constituição de 1793 e serviu como rigoroso executor das políticas do Comitê na Alsácia. Viveu com todo o conforto e manteve uma amante de nobre estirpe, até que a guilhotina caiu-lhe sobre o pescoço em 5 de abril de 1794.

7. Robert Lindet, 47 anos, era encarregado da produção e distribuição de alimentos, numa economia crescentemente gerida pelo Estado, e conseguia maravilhas logísticas alimentando e vestindo os exércitos.

8. Claude-Antoine Prieur-Duvernois, chamado "Prieur de la Côte d'Or", 30 anos, fez milagres semelhantes suprindo os exércitos com munições e material bélico.

9. Pierre-Louis "Prieur de la Marne", 37 anos, despendeu sua áspera energia ten-

tando conquistar a Bretanha, católica e monarquista, para a Revolução.

10. André-Jeanbon Saint-André, 44 anos, de linhagem protestante e educação jesuítica, tornou-se comandante de um navio mercante e depois ministro protestante; encarregava-se da frota francesa em Brest e levou-a à batalha contra uma frota inglesa.

11. Louis-Antoine Saint-Just, 26 anos, era o mais jovem e o mais estranho dos Doze, o mais dogmático, indômito e violento, o *enfant terrible* do Terror. Criado na Picardia por sua mãe viúva, admirado e mimado, tornou-se apaixonadamente enamorado de si mesmo, rejeitou toda a disciplina, fugiu para Paris com o dinheiro da mãe, gastou-o com prostitutas,[46] foi apanhado e preso por pouco tempo, estudou leis e escreveu um poema erótico em 20 cantos exaltando o estupro, especialmente de freiras, e louvando o prazer como um direito divino.[47] Com a Revolução ele encontrou a princípio uma aparente legitimação para seu hedonismo, porém seus ideais o inspiraram a exaltar o próprio individualismo como uma *virtus* romana que sacrificaria tudo para tornar reais estes ideais.[48] Transformou-se de epicurista em estóico, porém permaneceu romântico até o fim. "Quando chegar o dia", escreveu ele, "em que eu me convencer de que não posso dotar o povo francês de meios suaves, rigorosos, racionais e inflexíveis contra a tirania e a injustiça, nesse dia eu me apunhalo."[49] Em suas *Instituições Republicanas* (1791), argumentava que a concentração da riqueza constituía uma zombaria contra a igualdade e a liberdade política e social. A riqueza particular deve ser limitada e distribuída; o governo deveria ter sua base em proprietários rurais e artesãos independentes; educação universal e assistência deveriam ser providas pelo Estado. As leis deveriam ser poucas, inteligíveis e curtas; "leis extensas são calamidades públicas!"[50] Após a idade de cinco anos todos os meninos deveriam ser criados pelo Estado, em espartana simplicidade, alimentando-se de vegetais e sendo treinados para a guerra. A democracia é boa mas em tempo de guerra ela deve ceder à ditadura.[51] Eleito para o Comitê em 10 de maio de 1793, Saint-Just dedicou-se resolutamente a um árduo labor; refutava os rumores de que tinha uma amante, alegando que estava por demais ocupado para tais distrações. O voluntarioso e excitável jovem tornou-se rígido disciplinador, organizador competente, e general destemido e vitorioso. Voltando triunfalmente a Paris, foi escolhido presidente da Convenção (19 de fevereiro de 1794). Orgulhoso e confiante, autoritário com os outros, humildemente aceitou a liderança de Robespierre, defendeu-o em sua derrota e — com a idade de 26 anos e 11 meses — acompanhou-o à morte.

12. Robespierre não chegou a substituir inteiramente Danton como a cabeça ou a vontade dominante dos Doze: Carnot, Billaud, Collot, eram por demais duros para serem mandados; Robespierre nunca se tornou ditador. Ele trabalhava por meio de paciente estudo e tortuosa estratégia mais do que por comando direto. Mantinha a popularidade entre os *sansculottes* vivendo simplesmente entre gente simples, exaltando as massas e defendendo seus interesses. Em 4 de abril de 1793 ele tinha oferecido à Convenção "Uma proposta de Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão":

> A sociedade é obrigada a prover à subsistência de todos os seus membros, quer proporcionando-lhes trabalho quer assegurando meios de existência àqueles incapazes de trabalhar... A indispensável ajuda a qualquer pessoa a quem faltem as coisas necessárias à vida é uma dívida daqueles que possuem em excesso... Sujeitar a resistência à opressão a formas legais é o último refinamento da tirania... Todas as instituições

> que não admitem que as pessoas são boas, e que os magistrados são corruptíveis, são falhas... Os homens de todos os países são irmãos.[52]

Considerados em conjunto, esses 12 homens não eram meros assassinos, como um conhecimento superficial poderia descrevê-los. É verdade que eles seguiram por demais prontamente a tradição de violência que veio até eles das guerras religiosas e do Massacre da Noite de São Bartolomeu (1572); a maioria deles aprendeu a executar seus inimigos sem remorsos, às vezes com virtuosa satisfação; achavam-se porém em seu direito, pelos costumes e necessidades da guerra. Eles mesmos estavam sujeitos a esses infortúnios; qualquer um deles podia ser denunciado, deposto e mandado para a guilhotina; vários assim tiveram seu fim. A qualquer momento eles estavam sujeitos a insurreições do populacho de Paris, ou da Guarda Nacional, ou de um general ambicioso; qualquer derrota maior no *front* ou em uma província rebelada podia derrubá-los. Enquanto isso, eles trabalhavam noite e dia em seus variados misteres: de oito da manhã até meio-dia em seus escritórios ou subcomitês; de uma às quatro da tarde comparecendo à Convenção; das oito até tarde da noite em consultas ou debates em torno da mesa verde em sua sala de conferências. Quando assumiram o governo, a França estava dilacerada pela guerra civil com o capitalismo emergente em Lyons, pelos levantes dos Girondinos no Sul, pelas revoltas dos católicos e monarquistas no Oeste; ameaçada por exércitos estrangeiros no Nordeste, no Leste e no Sudoeste; sofrendo derrotas em terra e no mar e tendo todos os seus portos bloqueados. Quando o Grande Comitê caiu, a França tinha sido forjada numa unidade política pela ditadura e pelo terror; uma nova estirpe de jovens generais, treinados e algumas vezes conduzidos à batalha por Carnot e Saint-Just, tinha repelido o inimigo em decisivas vitórias· sozinha contra quase toda a Europa, a França emergira triunfante contra tudo menos contra si mesma.

V. O REINO DO TERROR: 17 DE SETEMBRO DE 1793 A 28 DE JULHO DE 1794

1. *Os Deuses Estão Sedentos*

O Terror era uma moda que reaparecia e que tinha uma duração específica. Estritamente pode-se datá-lo da Lei dos Suspeitos, de 17 de setembro de 1793, até a execução de Robespierre, em 28 de julho de 1794. Mas tinha havido o Terror de setembro de 1792; haveria um "Terror Branco" em maio de 1795; e outro terror iria seguir-se à queda de Napoleão.

As causas do famoso Terror foram o perigo externo e a desordem interna, que levaram ao público o medo e o tumulto, dando origem à lei marcial. A Primeira Coligação tinha retomado Mainz em 23 de julho, invadira a Alsácia e entrara em Valenciennes, a 160 quilômetros de Paris; as tropas espanholas tinham capturado Perpignan e Bayonne. Os exércitos franceses estavam em desordem, os generais franceses ignoravam as ordens de seu governo. No dia 29 de agosto os monarquistas franceses entregaram aos ingleses uma frota francesa bem como preciosa base naval e arsenal de Toulon. A Inglaterra dominava os mares, e podia facilmente apoderar-se das colônias francesas em três continentes. Os aliados vitoriosos debatiam sobre o desmembramento da França e restauravam os direitos feudais à medida que avançavam.[53]

Internamente, a Revolução parecia desintegrar-se. A Vendéia estava incendiada de ardor contra-revolucionário; rebeldes católicos tinham derrotado as forças do Estado em Vihiers (18 de julho). Os aristocratas, no país ou como *émigrés*, planejavam confiantemente a restauração. Lyons, Bourges, Nîmes, Marselha, Bordéus, Nantes, Brest, caíram nas mãos da revoltada Gironda. A guerra de classes entre ricos e pobres aumentava a cada dia.

A própria economia era um campo de batalha. Os controles de preços, estabelecidos em 4 de maio e em 29 de setembro, estavam sendo derrotados pelo engenho dos gananciosos. Os pobres das cidades aprovavam o controle de preços máximos; os camponeses e os mercadores a eles se opunham e cada vez mais se recusavam ao cultivo e distribuição dos alimentos cujos preços eram limitados; as lojas das cidades, recebendo cada vez menos produtos dos mercados ou dos campos, podiam apenas satisfazer os poucos que se apresentavam na frente das filas que diariamente se formavam a suas portas. O pavor à fome corria pelas ruas de Paris e das cidades. Em Paris, Senlis, Amiens e Ruão a populaça esteve perto de derrubar o governo em protestos contra a escassez de alimentos. Em 25 de junho Jacques Roux levou à Convenção seu bando de *Enragés* exigindo que todos os especuladores — entre os quais ele incluía alguns deputados — fossem presos e obrigados a vomitar sua recente fortuna.

> Essa vossa democracia não é democracia, pois vós permitis a riqueza. São os ricos que têm colhido, nos últimos quatro anos, os frutos da Revolução; é a aristocracia dos mercadores, mais terrível do que a da nobreza, que nos oprime. Não vemos limite para suas extorsões, pois o preço das mercadorias sobe assustadoramente. É hora de chegar a um fim a luta de morte entre especuladores e trabalhadores... São as posses dos velhacos mais sagradas que a vida humana? As necessidades básicas da vida devem tornar-se disponíveis para distribuição pelos organismos administrativos, da mesma forma que as forças armadas estão à sua disposição. (Não bastaria retirar dos ricos um imposto sobre seu capital, enquanto o sistema permanecer inalterado, porque...) os capitalistas e os mercadores no dia seguinte levantariam uma soma igual dos *sansculottes*... se os monopólios e o poder de extorsão não forem destruídos.[54]

Em termos ligeiramente menos comunísticos, Jacques Hébert denunciou a burguesia como traidoa da Revolução e instigou os trabalhadores a tomarem o poder de um governo negligente ou covarde. No dia 30 de agosto, um deputado pronunciou a palavra mágica: que o Terror seja a ordem do dia.[55] No dia 5 de setembro uma multidão, composta de gente de secções, gritando pela "guerra aos tiranos, açambarcadores e aristocratas" marchou para o quartel-general da Comuna no Hôtel de Ville. O prefeito, Jean-Guillaume Pache, e o procurador da cidade, Pierre Chaumette, seguiram com uma delegação da turba à Convenção e transmitiram sua exigência para que um exército revolucionário excursionasse pela França com uma guilhotina portátil, prendesse todos os Girondinos e compelisse todos os camponeses a entregar seus produtos armazenados sob pena de serem executados *in loco*.[56]

Foi nessa atmosfera de invasão estrangeira e de revolução dentro da Revolução, que o Comitê de Salvação Pública formou e guiou os exércitos que deram a vitória à França, e a maquinaria do Terror que forjou uma nação perturbada em sua unidade nacional.

Em 23 de agosto, com base em audazes planos apresentados por Carnot e Barère, a Convenção ordenou um recrutamento em massa sem paralelo na história da França:

> De agora até que seus inimigos tenham sido expulsos do território da República, todos os franceses estão permanentemente requisitados para o serviço das armas. Os jovens devem partir e lutar, os homens casados forjar armas e transportar alimentos, as mulheres devem costurar barracas e roupas e servir em hospitais, os velhos devem ser levados aos lugares públicos para levantar a coragem dos combatentes, pregar o ódio aos reis e a unidade nacional.

Todos os homens solteiros, de 18 a 25 anos de idade, deveriam ser incorporados aos batalhões portando bandeiras com os dizeres: "*Le peuple français debout contre les tyrants!*" (O povo francês de pé contra os tiranos!)

Em breve Paris foi transformada em trepidante arsenal. Os jardins das Tulherias e do Luxemburgo cobertos com oficinas produzindo, entre outros materiais bélicos, cerca de 650 mosquetões por dia. O desemprego esvaneceu-se. Armas de propriedade particular, metal, roupas, foram requisitados; milhares de oficinas foram mobilizadas. Tanto o trabalho como o capital foram conscritos: um empréstimo de um bilhão de libras foi arrancado dos ricos; aos empreiteiros foi dito o que deviam produzir e os preços foram fixados pelo governo. Da noite para o dia a França tornou-se um Estado totalitário. Cobre, ferro, salitre, potassa, soda, enxofre, anteriormente dependentes em parte de importações, tinham agora de ser encontrados e extraídos do solo da França, bloqueada em todas as fronteiras e em todos os portos. Por sorte, o grande químico Lavoisier (que em breve seria guilhotinado) tinha em 1775 melhorado a qualidade e aumentado a produção de pólvora, e os exércitos franceses tinham melhor pólvora que seus inimigos. Apelou-se a cientistas como Monge, Berthollet e Fourcroy para encontrarem suprimentos dos materiais necessários ou inventar substitutos; eles estavam à testa de seus campos de conhecimentos na ocasião e serviram bem a seu país.

Pelo fim de setembro a França tinha 500.000 homens em armas. Seu equipamento ainda era inadequado, sua disciplina pobre, seu ânimo hesitante; só os santos podem entusiasmar-se com a morte... Nessa ocasião pela primeira vez a propaganda tornou-se uma indústria do Estado, quase um monopólio; Jean-Baptiste Bourchotte, Ministro da Guerra, pagava aos jornais para apresentarem a situação em que se encontrava a nação e fazia com que cópias desses jornais circulassem nos acampamentos dos exércitos, onde quase nada mais havia para ler. Membros ou representantes do Comitê iam à frente a fim de discursar para as tropas e manter um olho nos generais... No primeiro combate importante da nova campanha — em Hondschoote, entre 6 e 8 de setembro, contra uma força de ingleses e austríacos — foi Debrel, um comissário do Comitê, quem transformou a derrota numa vitória, após o general Houchard haver proposto a retirada. Por este e outros erros o velho soldado foi mandado à guilhotina em 14 de novembro de 1793. Vinte e dois outros generais, quase todos do *Ancien Régime*, foram aprisionados por insucessos, ou apatia, ou negligência em seguir as instruções do Comitê. Homens mais jovens, criados com a Revolução, tomaram seus lugares — homens como Hoche, Pichegru, Jourdan, Moreau, que tinham a garra de aplicar a política de Carnot de manter-se sempre no ataque. Em Wattignies, a 16 de outubro, quando 50.000 recrutas franceses enfrentaram 65.000 austríacos, Carnot, com seus 40 anos, colocou um mosquetão ao ombro e marchou com os homens de Jourdan para a batalha. A vitória não foi decisiva, mas levantou o moral dos exércitos revolucionários e reforçou a autoridade do Comitê.

Em 17 de setembro, a dócil Convenção passou a Lei dos Suspeitos, dando poder ao Comitê ou a seus agentes para prenderem, sem prévio aviso, qualquer *émigré* que voltasse ao país, qualquer parente de um *émigré*, qualquer funcionário público destituído da função que não houvesse sido reintegrado, qualquer pessoa que tivesse dado o menor sinal de oposição à Revolução ou à guerra. Era uma lei rigorosa, que forçava a todos que não fossem revolucionários declarados — conseqüentemente a todos os católicos e burgueses — a viver em constante temor de prisão ou mesmo de morte; o Comitê justificou a lei como necessária para manter pelo menos aparente unidade em uma guerra pela sobrevivência nacional. Alguns *émigrés* concordavam com os Doze de que o medo e o terror eram instrumentos legítimos de governo em situações críticas. O conde de Montmorin, antigo Ministro do Exterior sob Luís XVI, escrevia em 1792: "Acredito necessário punir os parisienses pelo terrorismo". O conde de Flachslander argüia que a resistência francesa aos aliados "continuaria até que a Convenção fosse massacrada!" Um secretário do rei da Prússia fazia o seguinte comentário sobre os *émigrés*: "Sua linguagem é horrível; se nós estivéssemos dispostos a abandonar seus concidadãos à vingança deles, a França em breve não seria mais que um imenso cemitério".[57]

A Convenção enfrentava uma escolha entre terror e mercê no caso da rainha. Deixando de lado suas primitivas extravagâncias, sua intrusão nos negócios de Estado, sua conhecida aversão pelo populacho de Paris (ofensas que dificilmente mereceriam a decapitação), não havia dúvida de que ela (a rainha) havia-se comunicado com *émigrés* e governos estrangeiros num esforço para deter a Revolução e restabelecer os poderes tradicionais da monarquia francesa. Nessas operações, ela sentia que estava usando o direito humano de autodefesa; seus acusadores consideravam que ela tinha violado leis aprovadas pelos delegados eleitos pela nação e assim tinha cometido traição. Ela havia visivelmente revelado aos inimigos da França deliberações reservadas do Conselho Real, e mesmo planos de campanha dos exércitos revolucionários.

Maria Antonieta tinha dado quatro filhos a Luís XVI: uma filha, Marie-Thérèse, agora com 15 anos; um filho que tinha morrido criança; um segundo filho, que tinha morrido em 1789; um terceiro filho, Louis-Charles, agora com oito anos de idade, que ela considerava como Luís XVII. Ajudada por sua filha e por sua cunhada Elisabeth, ela observava, a princípio com ansiedade e depois com desespero, como o continuado confinamento quebrava a saúde e o espírito do rapaz. Em março de 1793 ofereceram à rainha um plano para fuga; ela recusou porque ele a obrigava a deixar para trás seus filhos.[58] Quando o governo soube desse plano abandonado, ele separou o Delfim de sua mãe, a despeito da resistência dela, e manteve-o isolado de seus parentes. No dia 2 de agosto de 1793, depois de um ano de prisão no Temple, a rainha, sua filha e sua cunhada, foram removidas para um quarto na Conciergerie — aquela parte do Palais de Justice que tinha sido antigamente ocupada pelo superintendente do edifício. Aí a "viúva Capeto", como era ela chamada, foi tratada com mais bondade que antes, chegando a ter um padre para rezar missa em sua cela. Mais tarde nesse mesmo mês ela consentiu em outra tentativa de fuga, que fracassou; então foi transferida para outro cômodo e posta sob vigilância mais estrita.

No dia 2 de setembro o Comitê reuniu-se para decidir sobre o destino dela. Alguns membros eram favoráveis a mantê-la viva, como um refém a ser entregue à Áustria em troca de uma paz aceitável. Barère e Saint-André pediam sua execução como modo de

unir os que assinassem a sentença em um compromisso de sangue. Hébert, da Comuna, disse aos Doze: — "Eu prometi em vosso nome a cabeça de Antonieta aos *sansculottes*, que estão clamando por ela, e sem cujo apoio vós mesmos deixaríeis de existir... Eu irei e cortá-la-ei eu mesmo se tiver de esperar muito mais tempo por isso".[59]

No dia 21 de outubro a rainha foi submetida a longo interrogatório preliminar; em 14 e 15 de outubro ela foi julgada perante o Tribunal Revolucionário, sendo Fouquier-Tinville o principal acusador. Foi interrogada das oito da manhã às quatro da tarde e das cinco às 11 da noite no primeiro dia; e das nove da manhã às três da tarde no dia seguinte. Acusaram-na de transferir milhões de francos do Tesouro Francês para seu irmão José II da Áustria e de convidar forças estrangeiras a invadirem a França; e foi sugerido, para completar, que ela havia tentado "corromper" seu filho sexualmente. Só esta última acusação a enervou. Ela replicou: "A natureza recusa-se a responder a uma tal acusação assacada contra uma mãe. Eu apelo para todas as mães aqui presentes". O auditório estava comovido pela vista daquela mulher, cuja beleza e alegria juvenis tinham sido o comentário da Europa, agora de cabelos brancos aos 38 anos, vestida de luto por seu marido, lutando por sua vida com coragem e dignidade, contra homens que estavam aparentemente resolvidos a quebrar-lhe o ânimo com uma prolongada provação, impiedosa tanto para seu corpo quanto para seu espírito. Quando tudo terminou, ela estava cega pela fadiga e teve de ser ajudada a voltar à sua cela; ali soube que o veredito tinha sido a morte.

Posta então em solitário confinamento, escreveu uma carta de despedida a Madame Elisabeth, pedindo-lhe transmitir a seu filho e sua filha as instruções que o rei tinha deixado para eles. "Meu filho", escreveu ela, "não deve jamais esquecer as últimas palavras de seu pai, que eu expressamente lhe repito: 'Nunca procureis vingar minha morte'."[60] Esta carta não foi entregue a Madame Elisabeth: ela foi interceptada por Fouquier-Tinville, que a deu a Robespierre, e foi encontrada entre seus papéis secretos após sua morte.

Na manhã de 16 de outubro de 1793 o carrasco, Henri Sanson, veio à cela da rainha, amarrou-lhe as mãos às costas, e cortou-lhe o cabelo acima do pescoço. Ela foi levada em uma carroça, através da rua na qual se enfileiravam soldados, passando pelas turbas hostis e escarnecedoras, até a Place de la Révolution. Ao meio-dia Sanson levantava para a multidão a cabeça cortada da rainha.

Tendo dado este importante passo, o Tribunal Revolucionário a partir daí emitia sentenças de morte numa razão de sete por dia.[61] Todos os aristocratas disponíveis foram presos e muitos executados. Os 21 Girondinos que estavam sendo guardados desde 2 de junho foram levados a julgamento em 24 de outubro; a eloqüência de Vergniaud e de Brissot não lhes valeu: todos tiveram morte rápida e prematura. Um deles, Valazé, matou-se com uma punhalada quando deixava a sala do tribunal; seu cadáver foi colocado entre os condenados e carregado para o patíbulo, onde teve a sua vez sob a lâmina indiferente "A Revolução", disse Vergniaud, "está, como Saturno, devorando seus próprios filhos."[62]

Considerem-se a raiva e o medo que esses eventos devem ter levado a Manon Roland, então aguardando seu destino na Conciergerie, que se tornara um degrau para a guilhotina. Seu tempo de prisão proporcionara-lhe algumas distrações: amigos traziam-

lhe flores e livros; ela colecionou em sua cela uma pequena biblioteca concentrada em Plutarco e Tácito. Como paliativo mais forte dedicou-se a escrever suas memórias, intitulando-as um "*Appel à l'impartiale postérité*" (Apelo à Posteridade Imparcial) — como se a posteridade também não fosse dividida... Quando descreve sua juventude, a memória dos *tempi felici* torna mais amarga a contemplação dos dias presentes. Assim ela escreve, no dia 28 de agosto de 1793:

> Sinto minha resolução de prosseguir com estas memórias me desertando. A miséria do meu país atormenta-me; uma tristeza involuntária penetra minha alma e gela minha imaginação. A França tornou-se um vasto Gólgota de carnificina, uma arena de horrores, onde seus filhos despedaçam e destroem uns aos outros... Nunca a história poderá pintar esses horrorosos tempos ou os monstros que os povoam com suas barbaridades... Por acaso, Roma ou Babilônia jamais igualaram Paris?[63]

Prevendo que sua vez em breve chegaria, ela inseriu em seu manuscrito uma palavra de adeus a seu marido e a seu amante, que tinham até então escapado às armadilhas para eles preparadas:

> Ó meus amigos! Que um destino propício vos conduza aos Estados Unidos, o único asilo da liberdade... (Cinco anos mais tarde o Congresso americano faria passar as Leis de Estrangeiros e Sedições, restringindo violentamente as críticas públicas ao governo...) E vós, meu esposo e companheiro, enfraquecido por prematura velhice, escapando com dificuldade aos assassinos, ser-me-á permitido ver-vos de novo?... Por quanto tempo ainda devo continuar como testemunha da desolação de minha terra natal, da degradação de meus compatriotas?[64]

Não por muito tempo. No dia 8 de novembro de 1793, ante o Tribunal Revolucionário, ela foi acusada de cumplicidade com a alegada malversação de fundos públicos feita por Roland, seu marido, e de haver enviado de sua cela cartas de encorajamento a Barbaroux e Buzot, que estavam então incitando à revolta contra o controle jacobino sobre a Convenção. Quando lhe foi dada a palavra em sua própria defesa, os espectadores, cuidadosamente escolhidos, denunciaram-na como traidora. Foi declarada culpada e guilhotinada no mesmo dia na Place de la Révolution. Incerta tradição conta que, olhando para a estátua da Liberdade que David havia erigido na majestosa praça, ela gritou: "Ó Liberdade! Que crimes são em teu nome cometidos!"[65]

Uma procissão de revolucionários seguiu-a. No dia 10 de novembro chegou a vez de Bailly, o prefeito astrônomo, que havia dado o cocar vermelho ao rei e que tinha ordenado à Guarda Nacional abrir fogo contra os inoportunos peticionários do Campo de Marte. Em 12 de novembro a guilhotina acertou as contas com Filipe Égalité; ele não podia entender por que os Montagnards desejavam livrar-se de um aliado tão valioso; mas ele tinha o sangue de reis em suas veias e estivera se coçando por um trono; quem poderia dizer quando essa coceira iria de novo apoderar-se dele? Em seguida, em 29 de novembro, foi Antoine Barnave, que havia tentado proteger e orientar a rainha. Após, os generais Custine, Houchard, Biron...

Roland, após haver agradecido aos amigos que haviam arriscado suas vidas para protegê-lo, saiu para um passeio solitário a 16 de novembro, sentou-se de encontro a uma árvore, e escreveu uma nota de despedida. "Não o medo, mas a indignação fez-me

abandonar meu esconderijo, ao saber que minha esposa foi assassinada. Não desejo permanecer mais tempo numa terra poluída com crimes.''[66] A seguir cravou a própria espada em seu corpo. Condorcet, após escrever um poema ao progresso, tomou veneno (28 de março de 1794). Barbaroux tentou matar-se com um tiro, sobreviveu e foi guilhotinado em 15 de junho. Pétion e Buzot, perseguidos por agentes do governo, suicidaram-se em um campo próximo a Bordéus; seus corpos foram achados em 18 de junho, meio devorados pelos lobos.

2. *O Terror nas Províncias*

Havia outros Girondinos cujas cabeças ainda estavam sobre os ombros. Em algumas cidades, como Bordéus e Lyons, eles haviam levado a melhor; tinham de ser eliminados, sentiam os Jacobinos, para que suas tentativas visando à autonomia provincial fossem sobrepujadas e a França feita una e jacobina. Para este e outros propósitos o Comitê de Salvação Pública espalhou pela França seus ''representantes em missão'' e deu-lhes, sujeitos apenas ao próprio Comitê, uma autoridade quase absoluta nos territórios que lhes eram atribuídos. Podiam depor funcionários eleitos, indicar outros, prender suspeitos, convocar homens para o exército, criar impostos, reforçar o controle de preços, contrair empréstimos, requisitar produtos, roupas ou materiais, estabelecer ou confirmar comitês locais de salvação pública para servir como agências do Grande Comitê em Paris. Os representantes realizaram milagres de organização revolucionária e militar, muitas vezes em meio a um ambiente hostil ou apático. Eles esmagavam a oposição sem piedade, muitas vezes com entusiástico excesso.

O mais bem-sucedido deles foi Saint-Just. Em 17 de outubro de 1793, ele e Joseph Lebas (que prazerosamente deixou que o outro tomasse a liderança) foram despachados para salvar a Alsácia de uma invasão austríaca, que estava fazendo rápidas conquistas em território que era congenitamente alemão por língua, literatura e costumes. O Exército Francês do Reno tinha sido rechaçado até Estrasburgo e estava numa condição de derrotismo e amotinado. Saint-Just soube que as tropas tinham sido tiranicamente tratadas, mal conduzidas e talvez traídas por oficiais inadequadamente enamorados da Revolução; ordenou que sete deles fossem executados ante a tropa formada. Ouviu as queixas e remediou-as com sua característica decisão. Requisitou das classes prósperas todos os excedentes: sapatos, casacos, sobretudos e chapéus; dos 193 cidadãos mais ricos ele arrancou nove milhões de *livres*. Funcionários incompetentes e apáticos foram dispensados; os condenados por corrupção foram fuzilados. Quando o exército francês de novo enfrentou os austríacos os invasores foram expulsos da Alsácia e a província restituída ao controle francês. Saint-Just voltou a Paris, ansioso por outras tarefas e quase esquecido de que havia ficado noivo da irmã de Lebas.

Joseph Le Bon não fez jus a seu nome como representante do Comitê. Advertido pelos que o comissionaram de cuidar da ''falsa e mal orientada humanidade'', o ex-padre de olhos azuis pensou em agradá-los ''eliminando'' 150 pessoas importantes de Cambrai em seis semanas e 392 em Arras; seu secretário relatava que Le Bon mandava matar ''numa espécie de febre'' e que, ao chegar em casa, imitava as contorções faciais dos agonizantes para divertir sua esposa.[67] Ele próprio foi eliminado em 1795.

Em julho de 1793, Jean-Baptiste Carrier foi comissionado para suprimir a revolta católica na Vendéia e para assegurar que Nantes não se revoltasse de novo. Hérault de Séchelles, membro do Comitê, explicou-lhe: "Nós podemos tornar-nos humanos quando certos da vitória".[68] Carrier ficou inspirado. Em um momento de entusiasmo ecológico, declarou que a França não tinha como alimentar sua população rapidamente crescente, e que seria desejável curar o excesso eliminando todos os nobres, padres, mercadores e magistrados. Em Nantes ele foi contra o julgamento como uma perda de tempo; todos esses suspeitos, ordenou ele ao juiz, "devem ser eliminados num par de horas, ou eu vos fuzilarei e a vossos colegas".[69] Uma vez que as prisões de Nantes estavam abarrotadas quase que até a asfixia pelos que tinham sido presos e condenados, e como havia falta de comida, ordenou a seus ajudantes que enchessem barcas, balsas e outras embarcações com 1.500 homens, mulheres e crianças — dando prioridade aos padres — e que essas embarcações fossem afundadas no Loire. Por este e outros meios ele se livrou de quatro mil indesejáveis em quatro meses.[70] Justificava-se por parecer-lhe que estas coisas eram as leis da guerra: os vendeianos estavam revoltados e cada um deles permaneceria inimigo da Revolução até a morte. "Nós faremos da França um cemitério", jurava ele, "antes de desistirmos de regenerá-la a nosso modo."[71] O Comitê teve de refrear seu fervor ameaçando prendê-lo. Ele não se amedrontou; de qualquer maneira, disse ele, "nós seremos todos guilhotinados, um após o outro". Em novembro de 1794, foi convocado perante o Tribunal Revolucionário e no dia 16 de dezembro comprovava sua profecia.

Stanislas Fréron (filho do inimigo favorito de Voltaire) e outros agentes do Comitê avermelharam o Ródano e o Var com o sangue daqueles que não se converteram: 120 em Marselha, 282 em Toulon, 332 em Orange.[72] Por contraste, Georges Couthon foi misericordioso em sua missão de reunir recrutas para o exército no departamento de Puy-de-Dôme. Em Clermont-Ferrand ele reorganizou as indústrias concentrando-as na produção de material bélico para os novos regimentos. Quando os cidadãos viram que ele exercia sua autoridade com justiça e humanidade, tornaram-se tão dedicados a ele que se revezavam carregando-o em sua cadeira: Durante sua missão nenhuma pessoa foi executada por "justiça revolucionária".[73]

Joseph Fouché, que havia sido professor de latim e física, tinha então 34 anos de idade e ainda não era o que Balzac chamou de "o homem mais capaz que jamais encontrei".[74] Parecia feito para a intriga: magro, de feições angulares, lábios apertados, olhos e nariz agudos, sóbrio, secreto, silencioso, duro; ele iria rivalizar com Talleyrand em suas rápidas transformações e tortuosas sobrevivências. Para o observador externo, ele era homem de família, cumpridor de seus deveres, de hábitos tão modestos quanto audaciosas suas idéias. Em 1792, foi eleito por Nantes para a Convenção. A princípio ele se sentava na bancada da Gironda e com ela votava; a seguir, prevendo sua queda e a supremacia de Paris, ele se transferiu para a Montanha e publicou um panfleto apelando à Revolução para passar de sua fase burguesa para a fase proletária. Para o sucesso da guerra, argumentava ele, o governo deveria "tomar tudo além do que um cidadão precisa, pois a superfluidade é uma violação óbvia e sem justificativa dos direitos do povo". Todo o ouro e a prata deveriam ser confiscados até que a guerra terminasse. "Nós devemos ser severos no cumprimento total da autoridade a nós delegada. A época das meias medidas... já passou. Ajudai-nos a desferir duros golpes."[75] Como "representante em

missão'' no departamento do Loire Inferior, e especialmente em Nevers e Moulins, Fouché abriu guerra contra a propriedade privada. Requisitando dinheiro, metais preciosos, armas, vestuários e alimentos, foi capaz de equipar os 10.000 recrutas que tinha alistado. Saqueou as igrejas de seus ostensórios de ouro e prata, vasos sagrados e candelabros e mandou-os para a Convenção. O Comitê achou que não seria lucrativo cercear seu ardor e julgou-o o homem certo para ajudar Collot d'Herbois a recuperar Lyons para a fé revolucionária.

Lyons era quase a capital do capitalismo francês. Entre suas 130.000 almas havia financistas com conexões por toda a França, mercadores com praças em toda a Europa, capitães da indústria controlando uma centena de fábricas e um grande grupo de proletários que ouvia com inveja como sua própria classe em Paris quase havia capturado o governo. No começo de 1793, sob comando do ex-padre Marie-Joseph Chalier, eles conquistaram uma vitória semelhante. Mas a religião provou que era mais forte que o espírito de classe. Pelo menos a metade dos trabalhadores ainda era católica e ressentia-se da tendência anticristã da política jacobina; quando a burguesia mobilizou suas várias forças contra a ditadura do proletariado, os trabalhadores dividiram-se e uma coalizão de homens de negócios, monarquistas e Girondinos expulsaram o governo radical e mataram Chalier e 200 de seus seguidores (16 de julho de 1793). Milhares de trabalhadores deixaram a cidade, estabeleceram-se em suas cercanias, aguardando a próxima volta do parafuso da Revolução.

O Comitê de Salvação Pública enviou um exército para derrubar os capitalistas vitoriosos. Couthon, mesmo sem pernas, veio de Clermont para comandá-lo; a 9 de outubro ele forçou sua entrada na cidade e restabeleceu o domínio jacobino. Couthon pensava que uma política benevolente seria recomendável em uma cidade cuja população dependia tão grandemente da continuidade de operação das fábricas e lojas, mas o Comitê de Paris tinha idéias diferentes. A 12 de outubro fez aprovar pela Convenção e enviou para Couthon uma diretiva composta por Robespierre na fúria de vingança por Chalier e os 200 radicais executados. Dizia em parte: "A cidade de Lyons deve ser destruída. Todas as moradias dos ricos devem ser demolidas... O nome de Lyons deve ser riscado da lista das cidades da República. O conjunto das casas que forem deixadas de pé deve doravante levar o nome de Ville Affranchisée (Cidade Liberada). Sobre as ruínas de Lyons deve ser erigida uma coluna atestando para a posteridade os crimes e a punição dos monarquistas."[76]

A Couthon não agradou o sabor da operação que lhe foi destinada. Ele condenou à demolição uma das mais caras residências e em seguida foi transferido para trabalhos mais agradáveis em Clermont-Ferrand. Foi substituído em Lyons por Collot d'Herbois (4 de novembro), ao qual em breve juntou-se Fouché. Eles começaram com uma farsa de cerimônia religiosa comemorando Chalier como o ''deus salvador que tinha morrido pelo povo''; à frente da procissão vinha um jumento paramentado como bispo, levando uma mitra na cabeça e arrastando, amarrados à cauda, um crucifixo e uma bíblia. Numa praça pública, o mártir foi honrado com elogios, e acesa uma fogueira feita de bíblias, de um missal, de hóstias sagradas e imagens de madeira de vários santos.[77] Para a purificação revolucionária de Lyons, Collot e Fouché criaram uma ''Comissão Temporária'' de 20 membros e um tribunal de sete membros para julgar os suspeitos. A comissão publicou uma declaração de princípios que tem sido chamada ''o primeiro manifesto comunista'' dos tempos modernos.[78] Propunha aliar a Revolução com a

"imensa classe dos pobres"; denunciava a nobreza e a burguesia e dizia aos trabalhadores: "Vós fostes oprimidos; deveis esmagar vossos opressores!" Todos os produtos do solo francês pertencem à França; toda a riqueza privada deve ser posta a serviço da República; e como primeiro passo em direção à justiça social, uma taxa de 30.000 *livres* deve ser paga por qualquer pessoa que tenha renda anual de 10.000 *livres*. Levantaram-se grandes somas aprisionando nobres, padres e outros, e confiscando suas propriedades.

Esta declaração não foi bem recebida pelo povo de Lyons, do qual uma considerável minoria havia sido criada na classe média. A 10 de novembro uma petição assinada por 10.000 mulheres pedia piedade para os milhares de homens e mulheres que tinham sido amontoados nas cadeias. Os comissários responderam asperamente: "Recolhei-vos à privacidade de vossas tarefas domésticas... Que não mais se vejam as lágrimas que vos desonram."[79] No dia 4 de dezembro, possivelmente para tornar as coisas claras, 60 prisioneiros, condenados pelo novo tribunal, foram conduzidos a um campo aberto do outro lado do Ródano, colocados entre duas trincheiras, e foram enterrados por sucessivas *mitraillades* — chuva de bolas de ferro disparadas por uma fileira de canhões. No dia seguinte, no mesmo lugar, 209 prisioneiros, amarrados uns aos outros, foram ceifados por uma *mitraillade* semelhante; e no dia 7 de dezembro, 200 mais. Daí por diante o morticínio continuou mais vagarosamente com a guilhotina mas mesmo assim com tal rapidez que o mau cheiro dos cadáveres começou a empestar o ar da cidade. Por volta de março de 1794 as execuções em Lyons haviam atingido a cifra de 1.667 — dois terços das quais de gente da classe média ou superior.[80] Centenas de caras residências foram laboriosamente destruídas.[81]

Em 20 de dezembro de 1793, uma delegação de cidadãos de Lyons apareceu ante a Convenção para pedir um fim para a vingança; Collot porém os havia precedido a Paris e defendeu com sucesso sua política. Fouché, deixado à frente de Lyons, continuou o Terror. Sabendo que Toulon havia sido recapturada, ele escreveu a Collot: "Nós só temos uma maneira de celebrar a vitória. Esta tarde enviamos 213 rebeldes para os relâmpagos dos canhões."[82] Em 3 de abril de 1794, Fouché foi chamado de volta para prestar contas perante a Convenção. Escapou de ser punido, porém nunca perdoou a Robespierre por havê-lo acusado de cometer barbaridades; algum dia ele se vingaria.

O Comitê de Salvação Pública aos poucos reconheceu que o Terror nas províncias tinha sido levado a um dispendioso excesso. Neste caso Robespierre teve influência moderadora: ele tomou a iniciativa de chamar de volta Carrier, Fréron, Tallien e requereu uma prestação de contas de suas operações. O Terror nas províncias terminou em maio de 1794, enquanto em Paris ele se intensificava. Na ocasião em que o próprio Robespierre havia-se tornado uma de suas vítimas (27-28 de julho de 1794), o Terror havia colhido 2.700 vidas em Paris, 18.000 na França;[83] outras estimativas elevam o total a 40.000.[84] O número de prisioneiros tidos como suspeitos elevava-se a cerca de 300.000; como a propriedade dos executados revertia para o Estado, foi um Terror lucrativo.

3. A Guerra Contra a Religião

Agora a divisão mais profunda era aquela entre os que cultivavam a fé religiosa como seu apoio final em um mundo doutra forma incompreensível, sem finalidade e trágico,

e aqueles que tinham sido levados a pensar na religião como uma superstição orientada e custosa, que bloqueia o caminho para a razão e a liberdade. Tal divisão era mais profunda na Vendéia — região costeira da França entre o Loire e La Rochelle — onde o clima áspero, o solo rochoso e árido, a trajetória repetitiva de nascimentos e óbitos, haviam deixado a população quase imune ao gênio de Voltaire e aos ventos do Esclarecimento (Iluminismo). Os habitantes das cidades e os camponeses aceitaram a Revolução; quando, porém, a Assembléia Constituinte promulgou a Constituição Civil do Clero — confiscando a propriedade da Igreja e fazendo de todos os padres empregados do Estado, exigindo deles que jurassem fidelidade ao regime que os havia esbulhado — os camponeses apoiaram seus padres ao recusarem seu "de acordo". A chamada para o exército de seus moços como voluntários, ou como conscritos, deflagrou a revolta; por que deveriam estes rapazes dar suas vidas para proteger um governo pagão em vez de defender seus padres, seus altares, seus deuses domésticos?

Assim, no dia 4 de março de 1793, irrompeu o motim na Vendéia; nove dias mais tarde havia-se espalhado por toda a região; em 1º de maio havia 30.000 rebeldes em armas. Vários nobres monarquistas juntaram-se aos líderes rurais transformando aqueles recrutas em tropas disciplinadas; antes que a Convenção se apercebesse de sua força, eles haviam tomado Thouars, Fontenay, Saumur, Angers. Em agosto o Comitê de Salvação Pública enviou a Vendéia um exército sob o comando do general Kleber, com instruções para destruir as forças camponesas e devastar todas as regiões que as apoiavam. Kleber derrotou o exército católico em Cholet em 17 de outubro e esmagou-o em Savenay em 23 de dezembro. Comissões militares vindas de Paris foram estabelecidas em Angers, Nantes, Rennes e Tours, com ordens para executar qualquer vendeiano que portasse arma; em Angers e suas proximidades foram executados 463 homens em 20 dias. Antes que os vendeianos fossem dominados pelo marechal Hoche (julho de 1796), meio milhão de vidas haviam-se perdido nesta nova guerra religiosa.

Em Paris grande parte da população havia-se tornado indiferente à religião. A este respeito tinha havido um frágil acordo entre a Montanha e a Gironda; eles se haviam aliado para reduzir o poder do clero e para estabelecer um calendário pagão. Haviam encorajado o casamento dos padres, chegando até a decretar a deportação de qualquer bispo que tivesse tentado impedi-los. Sob a proteção da Revolução, cerca de dois mil padres e 500 freiras casaram-se.[85]

Os representantes do Comitê em missão costumavam fazer da descristianização um elemento especial em seu procedimento. Um deles mandou que um padre fosse aprisionado até que se casasse. Em Nevers, Fouché baixou regras rigorosas para o clero: eles deviam casar-se, viver simplesmente como os apóstolos, não deviam usar roupas clericais ou celebrar cerimônias religiosas fora de suas igrejas; serviços funerários cristãos foram abolidos e os cemitérios deviam ter uma inscrição dizendo ao público que "a morte é um sono eterno". Ele forçou um arcebispo e 30 padres a abandonarem seus capuzes e usar o barrete vermelho da Revolução. Em Moulins Fouché desfilou na frente de uma procissão da qual ele havia quebrado no caminho todas as cruzes, crucifixos e imagens.[86] Em Clermont-Ferrand, Couthon proclamou que a religião de Cristo havia-se transformado em impostura financeira. Contratando um médico para fazer as análises na frente do público, ele demonstrou que o "sangue de Cristo" contido em um frasco que produzia milagres não era mais que terebintina colorida. Ele acabou com o paga-

mento dos padres pelo Estado, confiscou os vasos sagrados de ouro e prata das igrejas e anunciou que as igrejas que não pudessem ser transformadas em escolas poderiam, mediante sua aprovação, ser demolidas para construir casas para os pobres. Proclamou uma nova teologia em que a Natureza seria Deus e o céu uma utopia terrena na qual todos os homens seriam bons.[87]

Os líderes da campanha contra o cristianismo eram Hébert, do Conselho da Cidade de Paris, e Chaumette, da Comuna de Paris. Excitados pela oratória de Chaumette e pelo jornalismo de Hébert, uma multidão de *sansculottes* invadiu no dia 16 de outubro de 1793, a abadia de St.-Denis, esvaziou os ataúdes dos reis franceses ali sepultados, e fundiu-lhes o metal para usá-lo na guerra. Em 6 de novembro, a Convenção concedeu às comunas da França o direito de renunciar oficialmente à igreja cristã. Em 10 de novembro, homens e mulheres dos quarteirões de trabalhadores de Paris e dos antros ideológicos desfilaram pelas ruas imitando uma procissão, fantasiados de roupas religiosas, entraram na sala da Convenção e forçaram os deputados a prometerem que compareceriam naquela noite a uma festa na Catedral de Notre-Dame — que havia sido rebatizada de Templo da Razão. Ali tinha sido arrumado novo santuário no qual Mlle. Candeille, da Ópera, vestida com a bandeira tricolor e tendo à cabeça o barrete vermelho, posava como a Deusa da Liberdade, escoltada por mulheres que cantavam um "Hino à Liberdade", composto para a ocasião por Marie-Joseph de Chénier. Os adoradores dançavam e cantavam nas naves, enquanto que nas capelas laterais, segundo repórteres hostis, aproveitadores da liberdade celebravam os ritos do amor.[88] No dia 17 de novembro, Jean-Baptiste Gobel, bispo de Paris, cedendo à exigência popular, compareceu perante a Convenção, abjurou de sua dignidade, entregou ao presidente o báculo episcopal e o anel, e pôs na cabeça o barrete vermelho da liberdade.[89] Em 23 de novembro a Comuna ordenou o fechamento de todas as igrejas de Paris.[90]

A Convenção, reconsiderando o assunto, imaginava se não teria exagerado em seu movimento anticristão. Os deputados eram quase todos agnósticos, panteístas ou ateus, mas muitos deles questionavam a sensatez de enfurecer os católicos sinceros, que ainda eram maioria, muitos deles prontos a pegar em armas contra a Revolução. Alguns, como Robespierre e Carnot, sentiam que a religião era a única força capaz de impedir levantes sociais repetidos contra as desigualdades por demais enraizadas na natureza das coisas para poderem ser extirpadas pela legislação. Robespierre acreditava que o Catolicismo era uma exploração organizada da superstição,[91] mas rejeitava o ateísmo como imodesta hipótese de um conhecimento impossível. Em 8 de maio de 1793 ele havia condenado os *philosophes* como hipócritas que desprezavam a gente comum e que pescavam pensões dos reis. Em 21 de novembro, no auge das festividades de descristianização, ele dizia à Convenção:

> Todos os filósofos e todos os indivíduos podem adotar quaisquer opiniões que lhes agradem sobre o ateísmo. Qualquer pessoa que desejar fazer de tal opinião um crime é absurda; mas o homem público ou o legislador que adotasse um tal sistema seria cem vezes mais tolo...
>
> O ateísmo é aristocrático. A idéia de um grande Ser que vela pela inocência oprimida e pune o crime triunfante é essencialmente a idéia do povo. Este é o sentimento da Europa e do mundo; é o sentimento do povo francês. Esta noção não está presa nem a padres, nem a superstições nem a cerimônias; está presa somente à idéia de um Poder incompreensível, o terror dos malfeitores, o apoio e o conforto da virtude.[92]

Danton aqui concordava com Robespierre: "Nós nunca tivemos a intenção de aniquilar o reino da superstição para instaurar o reino do ateísmo... Requeiro que se ponha um fim a essas mascaradas anti-religiosas na Convenção."[93]

Em 6 de dezembro de 1793 a Convenção restabeleceu a liberdade de culto e garantiu a proteção às cerimônias religiosas oficiadas por padres leais. Hébert protestou que ele também rejeitava o ateísmo mas juntou-se às forças que objetivavam reduzir a popularidade de Robespierre. Robespierre via-o agora como inimigo importante e aguardava a oportunidade para destruí-lo.

Conforme John Morley, que escreveu por volta de 1880: "A luta entre Hébert, Chaumette e o Conselho da Comuna de Paris, de um lado, e o Comitê de Salvação Pública do outro, era a forma concreta da mais profunda controvérsia que se apresenta ante a sociedade moderna: pode a união social subsistir sem a crença em um Ser Supremo? Chaumette respondia que sim e Robespierre respondia que não. Robespierre seguia Rousseau,... Chaumette seguia Diderot."[94]

4. A Revolução Devora Seus Filhos

A força de Hébert repousava nos *sansculottes*, que podiam ser convocados através das secções e a imprensa radical para invadir a Convenção e restaurar o comando de Paris sobre a França. A força de Robespierre, originalmente baseada na populaça de Paris, agora se apoiava no Comitê de Salvação Pública, que dominava a Convenção através de superiores facilidades de informação, decisão e ação.

Em novembro de 1793 o Comitê estava no máximo de seu prestígio, em parte devido ao êxito da mobilização em massa, porém especialmente devido aos sucessos militares em diversas frentes. Os novos generais — Jourdan, Kellermann, Kléber, Hoche, Pichegru — eram filhos da Revolução, desembaraçados das antigas regras e táticas, e lealdades desbotadas; tinham sob seu comando um milhão de homens, ainda inadequadamente treinados e armados, porém com valor estimulado pelo pensamento do que poderia acontecer a eles e suas famílias se o inimigo rompesse as linhas francesas. Sofreram um revés em Kaiserslautern mas se recuperaram e tomaram Landau e Spira. Rechaçaram os espanhóis de volta através dos Pireneus. E, com a participação do jovem Napoleão, recapturaram Toulon.

Desde 26 de agosto uma força heterogênea, de tropas inglesas, espanholas e napolitanas, protegida por uma frota anglo-espanhola e instigada pelos conservadores locais, tinha ocupado aquele porto e seu arsenal, estrategicamente localizado no Mediterrâneo. Há três meses que uma força revolucionária o sitiava, sem resultado. Um promontório, Cap l'Aiguillette, dividia o porto e dominava o arsenal; ganhar aquele ponto significava comandar a situação; os ingleses haviam, porém, bloqueado a aproximação para o cabo por terra com um forte tão bem armado que eles mesmos o chamavam de "Little Gibraltar" (Pequeno Gibraltar). Bonaparte, então com 24 anos, viu logo que se o esquadrão inimigo fosse forçado a abandonar o porto, a guarnição que o ocupava, deixando de receber suprimentos pelo mar, teria de abandonar a cidade. Por meio de um reconhecimento resoluto e arriscado ele descobriu, na mata, um lugar do qual sua artilharia poderia, com certo grau de segurança, bombardear o bastião. Quando seus ca-

nhões demoliram as muralhas, um batalhão de tropas francesas invadiu o forte, matou seus defensores, capturou e mudou a posição de seus canhões. Estes entraram em ação contra a frota inimiga; Lorde Hood ordenou à guarnição que abandonasse a cidade e a seus navios que partissem. No dia 19 de dezembro de 1793 o exército francês restituiu Toulon à França; Augustin Robespierre, representante local do Comitê, escreveu a seu irmão louvando o "mérito transcendente" do jovem capitão de artilharia. Iniciava-se uma nova epopéia.

Essas vitórias, e as de Kléber na Vendéia, deixaram o Comitê com as mãos livres para tratar dos problemas internos. Havia rumores de um "plano estrangeiro" para assassinar os líderes revolucionários, mas não se encontrou nenhuma prova. A corrupção começava a se espalhar na produção e entrega de suprimentos aos exércitos; "no exército do Sul faltaram 30.000 pares de culotes — uma escandalosa falta".[95] A especulação ajudava manipulações de mercado para fazer subir o preço das mercadorias. O governo havia fixado preços máximos para certos produtos importantes, mas os produtores queixavam-se de que eles não podiam manter esses preços se os salários não fossem controlados de modo semelhante. A inflação foi contida por um tempo, porém os camponeses, fabricantes e mercadores cortaram a produção e o desemprego crescia à medida que os preços subiam. Quando os suprimentos rarearam, as donas-de-casa tiveram de ficar em pé numa fila após outra para o pão, o leite, a carne, a manteiga, o óleo, o sabão, as velas e a lenha. As filas começavam a formar-se já à meia-noite; os homens e mulheres deitavam-se na soleira das portas ou no pavimento, aguardando que a loja abrisse e a procissão começasse a se mover. Aqui e ali prostitutas esfomeadas ofereciam sua mercadoria ao longo das filas.[96] Em muitos casos grupos violentos invadiam as lojas e saíam com os mantimentos. Os serviços municipais deixaram de funcionar; o crime florescia; a polícia era escassa; lixo não coletado espalhava-se e sujava as ruas. Condições semelhantes atormentavam Ruão, Lyons, Marselha, Bordéus...

Com o argumento de que o Comitê havia administrado mal a economia, e que os especuladores haviam-se apoderado da nau do Estado, os *sansculottes* de Paris, que haviam sido o sustentáculo de Robespierre, transferiram seu apoio para Hébert e Chaumette, e escutavam avidamente propostas de nacionalização de toda a propriedade, de toda a riqueza, pelo menos de toda a terra. Um líder de secção propôs curar o desastre econômico matando todas as pessoas ricas.[97] Em 1794 havia uma queixa comum entre os trabalhadores: a de que a burguesia havia-lhes raptado a Revolução.

Aproximando-se o fim de 1793 novos desafios ao Comitê foram feitos por parte de um poderoso líder revolucionário e brilhante jornalista. A despeito da pretensa ferocidade de Danton, havia nele uma faceta amável que estremeceu com a execução da rainha e com a violência do Terror. Ao voltar de Arcis, ele julgava que a expulsão dos invasores do solo da França e a execução dos mais ativos entre os inimigos da Revolução deixava poucos motivos para continuar com o terror e a guerra. Quando a Inglaterra ofereceu a paz, ele recomendou que se aceitasse. Robespierre refugou, e intensificou o Terror alegando que o governo ainda estava cercado por deslealdade, conspiração e corrupção. Camille Desmoulins, que havia sido secretário de Danton, há muito seu amigo e admirador, e, como ele, desfrutando de um casamento feliz, fez de seu jornal, *Le Vieux Cordelier*, o porta-voz dos "Indulgentes" ou pacifistas e apelou para o fim do Terror.

> A liberdade não é uma ninfa da ópera, nem um barrete vermelho, nem uma camisa suja e trapos. Liberdade é felicidade, razão, igualdade, justiça, a Declaração dos Direitos, a vossa sublime Constituição (ainda hibernando).
>
> Quereis vós que eu reconheça essa liberdade, que eu caia a seus pés, e que derrame todo o meu sangue por ela? Então abri as portas das prisões aos 200.000 cidadãos que vós chamais de suspeitos... Não penseis que uma tal medida seria fatal para o público; ela seria, ao contrário, a mais revolucionária que vós poderíeis adotar. Exterminaríeis todos os vossos inimigos pela guilhotina? Jamais houve maior loucura? Podeis vós destruir um inimigo no cadafalso sem fazer dois outros entre sua família e seus amigos?
>
> Eu sou de opinião muito diferente daqueles que clamam que é necessário manter o Terror como a ordem do dia. Confio em que a liberdade será assegurada e a Europa conquistada, tão logo vós tenhais um Comitê de Clemência.[98]

Robespierre, até aqui de amigável disposição para com Desmoulins, ficou alarmado por este apelo para abrirem-se as prisões. Não iriam esses aristocratas, padres, especuladores e inchados burgueses, uma vez libertados, retomar tanto mais confiantemente seus esquemas para explorar e destruir a República? Ele estava convencido de que o medo de serem presos, a rápida condenação e uma morte horrível eram a única força que podia impedir os inimigos da Revolução de tramar sua queda. Suspeitava de que esta súbita qualidade de piedade em Danton era um artifício para salvar da guilhotina alguns correligionários recentemente presos por mau procedimento, e a ele próprio Danton, de ser denunciado por suas relações com esses homens. Alguns deles — Fabre d'Églantine e François Chabot — foram julgados em 17 de janeiro de 1794 e reconhecidos culpados. Robespierre concluiu que Danton e Desmoulins estavam inclinados a dissolver e pôr um fim ao Comitê. Chegou à conclusão de que ele nunca estaria seguro enquanto esses seus dois velhos amigos estivessem vivos.

Robespierre manteve seus inimigos desunidos e jogou as facções que se lhe opunham umas contra as outras; encorajou os ataques de Danton e Desmoulins contra Hébert e recebeu com agrado a ajuda deles na oposição à guerra contra a religião. Hébert contra-atacou apoiando os motins do povo das cidades contra o custo e a escassez de alimentos; condenou tanto o governo como os "Indulgentes"; a 4 de março, denunciou Robespierre citando-lhe o nome e a 11 de março seus seguidores do Clube Cordeliers ameaçavam abertamente uma insurreição. Uma maioria do Comitê concordava com Robespierre que chegara a hora de agir. Hébert, Cloots e vários outros foram presos e julgados por uma acusação de mau procedimento na distribuição de provisões para o povo. Era uma acusação sutil, pois deixava os *sansculottes* duvidosos de seus novos líderes; antes que eles se pudessem decidir a revoltar-se, os homens foram condenados e rapidamente levados à guilhotina (24 de março). Hébert perdeu o ânimo e chorou; Cloots, teutonicamente calmo enquanto esperava sua vez para morrer, gritou para a multidão: "Meus amigos, não me confundam com esses patifes."[99]

Danton deve ter compreendido que havia sido utilizado como instrumento contra Hébert e que agora tinha pouco valor para o Comitê. Mesmo assim, continuou a provocar o Comitê advogando a mercê e a paz — políticas que exigiram que os membros repudiassem o Terror, que os havia preservado, e a guerra que havia desculpado sua ditadura. Ele apelava para que fosse posto um fim à matança: "Deixemos", dizia ele, "alguma coisa para a guilhotina da opinião." Ainda planejava projetos educacionais e reformas judiciárias. E permanecia desafiador. Alguém veio dizer-lhe que Robespierre

planejava sua prisão: "Se eu pensasse que ele só tinha essa idéia", respondeu ele, "devoraria seu coração."[100] No quase "estado natural" a que o Terror havia reduzido a França, muitos julgavam que tinham de comer ou ser comidos. Os amigos de Danton aconselharam-no a tomar a iniciativa e atacar o Comitê perante a Convenção. Ele porém estava por demais cansado, em seus nervos e sua vontade, para seguir seu próprio histórico apelo à audácia; estava exausto de enfrentar, durante quatro anos, as marés da Revolução, e agora deixava a corrente submarina carregá-lo sem resistir. "Eu prefiro ser guilhotinado a guilhotinar os outros", disse ele (nem sempre tinha sido assim); "e, além disso, estou enojado da raça humana. "[101]

Foi aparentemente Billaud-Varenne que tomou a iniciativa de recomendar a morte para Danton. Muitos membros do Comitê concordavam com ele que permitir que prosseguisse a campanha dos "Indulgentes" era render a Revolução a seus inimigos internos e externos. Robespierre durante algum tempo relutou em concluir que a vida de Danton deveria ser sumariamente abreviada. Ele compartilhava com outros membros do Comitê da crença de que Danton havia permitido que algum dinheiro do Estado sujasse suas mãos; reconhecia, no entanto, os serviços que ele havia prestado à Revolução, e temia que uma sentença de morte a uma de suas maiores figuras provocasse insurreição nas secções e na Guarda Nacional.

Durante esse período de hesitação de Robespierre, Danton visitou-o duas ou três vezes, não somente para defender seu passado financeiro como para converter o sombrio patriota à política de acabar com o Terror e procurar a paz. Robespierre permaneceu inconvicto e tornou-se mais hostil. Ajudou Saint-Just, a quem Danton havia muitas vezes ridicularizado, a preparar a acusação contra seu grande rival. Em 30 de março ele se aliou ao Comitê de Salvação Pública e ao Comitê de Segurança Geral em seu propósito comum de obter do Tribunal Revolucionário uma sentença de morte para Danton, Desmoulins e 12 outros condenados recentemente por atividades fraudulentas. Um amigo do "Titã" levou-lhe com presteza a notícia e instou para que ele deixasse Paris e fosse esconder-se na província. Ele se recusou; na manhã seguinte a polícia prendeu-o e a Desmoulins, que vivia num andar acima dele. Preso na Conciergerie, ele comentou: "Num dia como este eu organizei o Tribunal Revolucionário... Peço a Deus e aos homens perdão por isso... Nas revoluções a autoridade fica com os maiores canalhas".[102]

No dia 1º de abril Louis Legendre, até pouco tempo um representante em missão, propôs aos deputados que se mandasse trazer Danton da prisão e que se lhe permitisse defender-se ante a Convenção. Robespierre atalhou-o com olhar ameaçador: "Danton", gritou ele, "não é privilegiado... Precisamos saber hoje se a Convenção é capaz de destruir um pretenso ídolo há muito apodrecido."[103] Saint-Just leu então a lista de acusações que havia preparado. Os deputados, cada um pensando em sua própria segurança, decidiram que Danton e Desmoulins deveriam ser trazidos imediatamente a julgamento.

Em 2 de abril eles foram levados perante o Tribunal. Talvez para confundir os fatos foram incluídos no grupo de Fabre d'Églantine e outros "conspiradores" ou fraudadores e — para surpresa geral e dele próprio — Hérault de Séchelles, delicado membro do Comitê, agora acusado de associação com os "Hébertistas" e o "plano estrangeiro". Danton defendeu-se com tal força e satírica verve, que impressionou o júri e os espectadores[104] de tal forma que Fouquier-Tinville enviou um apelo ao Comitê pedindo um decreto que silenciasse a defesa. O Comitê acedeu, en-

viando à Convenção uma denúncia de que os seguidores de Danton e Desmoulins estavam, com o conhecimento deles, tramando resgatá-los pela força; com base nisso, a Convenção declarou os dois fora da lei — o que significava que, estando "fora (da proteção) da lei" eles podiam agora ser mortos sem o devido processo legal. Ao receber esse decreto, os membros do júri anunciaram que haviam recebido prova testemunhal suficiente e estavam prontos para pronunciar um veredito. Os prisioneiros retornaram a suas celas e os espectadores foram dispensados. A 5 de abril foi anunciado o veredito unânime: morte para todos os acusados. Ao ouvi-lo, predisse Danton: "Dentro desses próximos meses o povo vai despedaçar meus inimigos."[105] E acrescentou: "Vil Robespierre! O cadafalso também te chama; tu me seguirás."[106] De sua cela Desmoulins escreveu à esposa: "Minha amada Lucille! Eu nasci para fazer versos e para defender os desafortunados... Minha querida, toma conta de teu filho, vive para meu Horace, fala-lhe de mim... Minhas mãos amarradas abraçam-te".[107]

Na tarde de 5 de abril os condenados foram levados em carretas para a Place de la Révolution. No caminho Danton novamente profetizou: "Deixo tudo na maior confusão: nenhum deles faz idéia do que é governar. Robespierre seguir-me-á; ele é arrastado para baixo por mim. Ah! melhor é ser um pobre pescador do que meter-se com o governo dos homens."[108] No cadafalso Desmoulins, seus nervos a ponto de estourarem, era o terceiro na fila da morte, Danton o último. Ele também pensava em sua jovem esposa e murmurou algumas palavras para ela mas interrompeu-se: "Vamos, Danton! Nada de fraqueza." Quando se aproximava da lâmina disse para o carrasco: "Mostra minha cabeça para o povo; ela vale isso."[109] Tinha ele 34 anos, o mesmo que Desmoulins; eles haviam, porém, vivido muitas vidas desde aquele dia de julho em que Camille apelara aos parisienses para tomarem a Bastilha. Oito dias após sua morte, Lucille Desmoulins junto com a viúva de Hébert e Chaumette seguiram-nos à guilhotina.

O quadro parecia limpo: todos os grupos que haviam desafiado o Comitê de Salvação Pública tinham sido eliminados ou suprimidos. Os Girondinos estavam mortos ou se haviam dispersado; os *sansculottes* tinham sido divididos e silenciados; os clubes — exceto o Jacobino — haviam sido fechados; a imprensa e o teatro estavam sob estrita censura; a Convenção, encolhida de medo, deixava todas as decisões maiores para o Comitê. Sob essa tutela e instruída pelos outros Comitês, a Convenção passou leis contra açambarcadores e especuladores, proclamou a educação primária livre e universal, aboliu a escravatura nas colônias francesas e estabeleceu um plano de assistência social, com seguros sociais, benefícios de desemprego, ajuda médica para os pobres e pensões para os velhos. Estas medidas foram em grande parte frustradas pela guerra e pelo caos, mas permaneceram como idéias para inspirar as gerações que se sucederam.

Robespierre, com as mãos vermelhas mas livres, agora procurava restabelecer Deus na França. A tentativa de substituir o Cristianismo pelo culto da Razão estava virando o país contra a Revolução. Em Paris, os católicos estavam-se rebelando contra o fechamento das igrejas e a perseguição aos padres; uma quantidade cada vez maior de pessoas das classes inferior e média ia à missa aos domingos. Em um de seus eloqüentes discursos (7 de maio de 1794) Robespierre argumentava que tinha chegado a hora de reunir a Revolução com seu progenitor espiritual, Rousseau, cujos restos haviam sido transferidos para o Panthéon a 14 de abril; o Estado deveria apoiar uma religião simples e pura, tal como a do vigário saboiano de *Émile* — com base na crença em Deus,

e numa vida após a morte, pregando as virtudes cívicas e sociais como o alicerce necessário de uma república. A Convenção concordou, na esperança de que essa moção pacificasse os religiosos e mitigasse o Terror; e no dia 4 de junho ela fez Robespierre seu presidente.

Nesta sua função oficial ele presidiu, em 8 de junho de 1794, à "Festa do Ser Supremo", perante uma assistência de 100.000 homens, mulheres e crianças reunidos no Campo de Marte. À testa de uma longa procissão de deputados cépticos, o "Incorruptível" marchava com flores e espigas de milho nas mãos, ao acompanhamento de música e cantos corais. Um grande carro, puxado por bois brancos como leite, carregava braçadas de milho dourado; atrás dele marchavam pastores e pastoras, representando a Natureza (em seu aspecto mais bonito) como a forma e a voz de Deus. Num dos lagos que adornavam o Campo de Marte, David, o maior artista francês da época, havia esculpido em madeira uma estátua do Ateísmo, apoiado por estátuas dos vícios e coroado com a Loucura; por sobre estas esculturas ele havia levantado uma figura da Sabedoria triunfante sobre tudo. Robespierre, o símbolo da virtude, encostou uma tocha no Ateísmo mas um vento maldoso dirigiu o fogo para a Sabedoria. Enorme inscrição anunciava: "O povo francês reconhece o Ser Supremo e a imortalidade da alma."[110] Cerimônias semelhantes foram realizadas em toda a França. Robespierre estava feliz mas Billaud-Varenne dizia-lhe: "Você começa a me aborrecer com seu Ser Supremo."

Dois dias mais tarde Robespierre induziu a Convenção a decretar espantoso reforço do Terror; era como se ele estivesse respondendo e desafiando Danton do mesmo modo que, com a Festa, havia censurado Hébert. A lei de 22 do *Prairial* (10 de junho de 1794) estabeleceu a pena de morte para quem advogasse a monarquia e caluniasse a república; por ofensas à moral; por espalhar falsas notícias; por roubar propriedade pública; por atividades especulativas e/ou fraudulentas; por dificultar o transporte de alimentos; por interferir de qualquer forma com o prosseguimento da guerra. Além disso o decreto dava poder às cortes para decidirem se deviam permitir ao acusado ter advogado, que testemunhas ouvir, e quando encerrar o inquérito judicial.[111] "No que a mim tange", disse um dos jurados, "eu estou sempre convencido. Numa revolução todos os que aparecerem ante este Tribunal devem ser condenados."[112]

Algumas justificativas foram apresentadas para essa intensificação do Terror. Em 22 de maio tinha havido uma tentativa contra a vida de Collot d'Herbois; em 23 de maio foi interceptado um jovem numa aparente tentativa para assassinar Robespierre. A crença em um plano feito no estrangeiro para matar os líderes da Revolução levou a Convenção a decretar que não se devia dar quartel aos prisioneiros de guerra ingleses e hanoverianos. As prisões de Paris continham cerca de oito mil suspeitos que poderiam revoltar-se e escapar; devia-se imobilizá-los pelo medo.

Assim começou o especialmente "Grande Terror", que durou de 10 de junho a 27 de julho de 1794. Em menos de sete semanas 1.376 homens e mulheres foram guilhotinados — 155 a mais do que nas 61 semanas entre março de 1793 e 10 de junho de 1794.[113] Fouquier-Tinville observou que as cabeças estavam caindo como "telhas de um telhado"![114] O povo não ia mais assistir às execuções, tão comuns tinham elas se tornado; em vez disso permaneciam em casa e cuidavam de cada palavra do que falavam. A vida social praticamente cessou; as tavernas e os prostíbulos estavam praticamente vazios. A própria Convenção estava reduzida a um esqueleto; de seu original efetivo de

750 deputados, apenas 117 agora compareciam às sessões e muitos desses abstinham-se de votar para não se comprometerem. Mesmo os membros do Comitê viviam no pavor de cair sob o cutelo do novo triunvirato — Robespierre, Couthon e Saint-Just.

Provavelmente foi a guerra que levou indivíduos poderosos a se submeterem a uma tão irritante concentração de autoridade. Em abril de 1794 o príncipe de Saxe-Coburg tinha invadido a França com outro exército e qualquer derrota dos defensores franceses podia levar ao caos do medo em Paris. O bloqueio inglês estava tentando impedir o envio de provisões americanas para a França e foi apenas a derrota de uma frota britânica por um comboio francês (1º de junho) que possibilitou alcançarem Brest preciosos carregamentos. Em seguida, um exército francês repeliu o inimigo próximo a Charleroi (25 de junho) e, um dia mais tarde, Saint-Just conduziu uma força francesa à vitória decisiva em Fleurus. Coburg retirou-se da França e em 27 de julho Jourdan e Pichegru cruzaram a fronteira para estabelecer a autoridade francesa sobre Antuérpia e Liège.

Esta triunfante repulsa da incursão do príncipe pode ter tido parte na destruição de Robespierre; seus múltiplos inimigos podiam sentir que o país e o exército sobreviveriam ao choque de um conflito mortal aberto no seio do governo. O Comitê de Segurança Geral estava em disputa com o de Salvação Pública acerca do poder de estabelecer políticas; dentro deste último, Billaud-Varenne, Collot d'Herbois e Carnot estavam em crescente revolta contra Robespierre e Saint-Just. Sentindo-lhes a hostilidade, Robespierre evitou reuniões do Comitê entre 1º e 23 de julho, na esperança de que isso arrefecesse o ressentimento pela sua liderança; isto, no entanto, deu-lhes maior oportunidade de planejar sua queda. Além disso sua estratégia vacilou: em 23 de julho ele transformou antigos correligionários em inimigos ao ceder às queixas dos negociantes e assinar um decreto estabelecendo salários máximos para os trabalhadores; com efeito, devido à depreciação da moeda, o decreto baixou alguns salários à metade do que eles eram antes.[115]

Foram os partidários do Terror ao voltar das províncias — Fouché, Fréron, Tallien, Carrier — que decidiram que suas vidas dependiam da eliminação de Robespierre. Fora ele que os chamara a Paris e pedira-lhes contas de suas missões. "Vamos, Fouché", perguntou ele, "diz-nos quem te delegou poder para dizer ao povo que não há Deus?"[116] No Clube Jacobino ele propôs que Fouché fosse submetido a um interrogatório sobre suas operações em Toulon e Lyons, ou fosse expulso de seu quadro. Fouché recusou-se a ser submetido a um tal exame, e contara-atacou fazendo circular uma lista de pessoas que, segundo ele alegava, estavam entre os novos candidatos de Robespierre à guilhotina. Quanto a Tallien, ele não necessitou de tal instigação; sua encantadora amante, Thérésa Cabarrus, tinha sido presa no dia 22 de maio, segundo constava, por ordem de Robespierre; corria o rumor de que ela havia enviado a Tallien um punhal. Tallien jurou libertá-la custasse o que custasse.

No dia 26 de julho Robespierre fez seu último discurso perante a Convenção. Os deputados estavam hostis, pois muitos deles haviam reagido contra a apressada execução de Danton e muitos mais culpavam Robespierre de haver reduzido a Convenção à impotência. Ele tentou responder a essas acusações:

> Cidadãos:... Eu preciso abrir meu coração e vós precisais ouvir a verdade... Aqui vim para dissipar cruéis erros. Vim para sufocar os horríveis votos de discórdia com

> os quais alguns querem encher este templo da liberdade...
> Que base existe para esse odioso sistema de terror e calúnias? A quem devemos nós mostrar-nos terríveis? São os tiranos e os patifes que nos temem ou são os homens de bem e os patriotas? Impomos nós o terror na Convenção Nacional? Mas que somos nós sem a Convenção Nacional? Nós, que temos defendido a Convenção com perigo para nossas próprias vidas, que nos temos devotado à sua preservação enquanto facções detestáveis planejam sua ruína à vista de todos? Contra quem foram os primeiros golpes dos conspiradores dirigidos? Foi a nós que eles procuraram assassinar, foi a nós que eles chamaram de flagelo da França... Algum tempo atrás eles declararam guerra a certos membros do Comitê de Salvação Pública. Finalmente, parecem apontar para a destruição de um homem... Chamam-me tirano... Estavam particularmente ansiosos para provar que o Tribunal Revolucionário era um tribunal de sangue, criado apenas por mim, e que eu dominava absolutamente com o propósito de decapitar a todos os homens de boa vontade...
> Não ouso nomear (estes acusadores) aqui e neste momento. Não posso deixar que se rasgue completamente o véu que encobre esse profundo mistério de crimes. Mas isto eu afirmo positivamente: que entre os autores deste plano estão os agentes daquele sistema de venalidade destinado pelos estrangeiros a destruir a República... Os traidores, escondidos aqui sob falsas aparências, irão acusar seus acusadores e multiplicar todos os estratagemas... para sufocar a verdade. Isto faz parte da conspiração.
> Concluirei dizendo que... a tirania reina entre nós; mas não que eu deva manter silêncio. Quem pode reprovar um homem que tem a verdade de seu lado e que sabe como morrer por sua pátria?[117]

Havia alguns erros neste histórico discurso — surpreendentemente muitos para alguém que até então tinha escolhido com precaução seu caminho entre as armadilhas da política; o poder enlouquece mais do que corrompe, baixando a guarda da previsão e aumentando a precipitação no agir. O tom do discurso — a orgulhosa presunção não só de inocência mas "de um homem que tem a verdade de seu lado" — poderia ser judicioso apenas num Sócrates já meio inclinado para a morte. Era dificilmente prudente incitar e injuriar seus inimigos ameaçando-os com uma denúncia — isto é, com a morte. Foi imprudente afirmar que a Convenção estava livre do medo ao Terror, quando ela sabia que não o estava. Pior do que todos: recusando-se a nomear aqueles que propunha denunciar, ele multiplicou o número de deputados que poderiam considerar-se futuras vítimas de seu ódio. A Convenção recebeu seu apelo friamente e derrotou uma moção para imprimi-lo. Robespierre repetiu o discurso naquela noite no Clube Jacobino, onde recebeu grande aplauso; ali ele ajuntou um ataque aberto a Billaud-Varenne e Collot d'Herbois, os quais se encontravam presentes. Eles foram do clube para as salas do Comitê onde encontraram Saint-Just escrevendo o que ele audaciosamente lhes disse que seria sua acusação.[118]

Na manhã seguinte, 27 de julho (9º do *Thermidor*), Saint-Just levantou-se para apresentar essa acusação a uma Convenção sombria de hostilidade e tensa de medo. Robespierre sentava-se bem em frente à tribuna. Seu devotado hospedeiro, Duplay, havia-o prevenido de que esperasse dificuldades, mas Robespierre tinha confiantemente acalmado o profeta: "A Convenção é no seu todo honesta; todas as grandes massas de homens são honestas."[119] Infelizmente quem a presidia naquele dia era um de seus inimigos jurados — Collot d'Herbois. Quando Saint-Just começou a ler seu libelo de acusação, Tallien, que esperava ser nele incluído, pulou sobre a plataforma, empurrou para o lado o jovem orador e gritou: "Exijo que a cortina seja rasgada!" Joseph Lebas,

fiel a Saint-Just, tentou vir em sua ajuda porém sua voz foi afogada por 100 outras. Robespierre pediu uma oportunidade de ser ouvido porém ele também foi calado. Tallien levantou alto a arma que lhe havia sido enviada e declarou: "Armei-me com um punhal, com o qual transpassarei seu peito se a Convenção não tiver a coragem de decretar sua acusação."[120]

Collot cedeu a cadeira da presidência a Thuriot, que havia sido aliado de Danton. Robespierre aproximou-se do *podium* gritando; o sino de Thuriot abafou a maior parte das palavras de Robespierre, mas algumas delas ultrapassaram o tumulto: "Pela última vez, Presidente de Assassinos, quereis dar-me licença para falar?" A Convenção aos berros manifestou sua desaprovação a esta forma de ser apelada e um deputado pronunciou as palavras fatais: "Eu requeiro a prisão de Robespierre." Augustin Robespierre manifestou-se como um romano: "Eu sou tão culpado como meu irmão; participo de suas virtudes; peço que minha prisão seja decretada com a sua." Lebas pediu e obteve o mesmo privilégio. O decreto foi votado. A polícia levou os dois Robespierre, Saint-Just, Lebas e Couthon, com pressa para a cadeia de Luxemburgo.

Fleuriot-Lescot, na ocasião prefeito de Paris, ordenou que os prisioneiros fossem transferidos para o Hôtel de Ville, onde os recebeu como hóspedes de honra e ofereceu-lhes sua proteção. Os chefes da Comuna pediram a Hanriot, comandante da Guarda Nacional na capital, que levasse soldados e canhões para as Tulherias e mantivesse cativa a Convenção até que ela tivesse revogado seu decreto de prisão; Hanriot estava, no entanto, bêbado demais para levar a cabo essa missão. Os deputados escolheram então a Paul Barras para formar uma força de *gendarmes* (policiais), ir ao Hôtel de Ville e de novo encarcerar os prisioneiros. O prefeito apelou de novo para Hanriot que, incapaz de reunir a Guarda Nacional de Paris, reuniu em vez dela um improvisado grupo de *sansculottes*; estes, porém, tinham agora pouca apreciação pelo homem que lhes havia reduzido os salários e matado Hébert e Chaumette, Danton e Desmoulins; além disso começou a chover e eles se dispersaram para seu trabalho ou para suas casas. Barras e seus *gendarmes* assumiram facilmente o controle do Hôtel de Ville. Ao vê-los, Robespierre tentou suicidar-se, mas o tiro disparado por sua trêmula mão passou-lhe através da bochecha e apenas despedaçou-lhe o maxilar.[121] Lebas, mais firme, estourou os miolos. Augustin Robespierre, num inútil salto por uma janela, quebrou uma perna. Couthon, com suas pernas paralíticas, foi jogado pelas escadas abaixo, ali permaneceu sem poder se mover até que os *gendarmes* o carregaram para a cadeia com os dois Robespierre e Saint-Just.

Na tarde seguinte (28 de julho de 1794), quatro carros de transporte de esterco levaram esses quatro, com Fleuriot, Hanriot (ainda bêbado) e 16 outros para a guilhotina, no local que agora admiramos como (*pro tempore*) a Place de la Concorde (Praça da Concórdia). A caminho eles ouviram dos espectadores diversas imprecações, entre elas: "Abaixo com o máximo!"[122] Encontraram uma platéia elegante a aguardá-los: as janelas que davam para a praça haviam sido alugadas a bom preço; senhoras compareceram enfeitadas como para uma festa. Quando a cabeça de Robespierre foi levantada, um grito de satisfação levantou-se da multidão. Uma morte a mais pouco representava, mas esta, sentia-o Paris, significava que o Terror havia chegado ao fim.

VI. O THERMIDOR: 29 DE JULHO DE 1794 A 26 DE OUTUBRO DE 1795

No dia 29 de julho, os vitoriosos do 9º *Thermidor* enviaram para a morte 70 membros da Comuna de Paris; daí em diante a Comuna sujeitou-se à Convenção. A lei tirânica de 22 *Prairial* foi revogada em 1º de agosto; os opositores de Robespierre que estavam presos foram libertados; alguns de seus seguidores voltaram a tomar seus lugares.[123] O Tribunal Revolucionário foi reformado para permitir julgamentos justos; Fouquier-Tinville foi chamado para defender sua passada atuação mas seu talento preservou-lhe a cabeça até 7 de maio de 1795. Os Comitês de Salvação Pública e de Segurança Geral sobreviveram, suas garras, porém, foram aparadas. Jornais conservadores floresceram; jornais radicais morreram por falta de apoio popular. Tallien, Fouché e Fréron verificaram que só poderiam ter uma participação na nova liderança se fizessem com que a Convenção ignorasse seus papéis no Terror. Os clubes jacobinos foram fechados em toda a França (12 de novembro). Os deputados da Planície, há muito intimidados, moveram-se para a direita; a Montanha desabou do poder; e, em 8 de dezembro, 73 delegados girondinos foram reintegrados em suas cadeiras. A burguesia recapturara a Revolução.

O relaxamento do governo permitiu o reavivamento da religião. À parte uma pequena minoria que havia recebido educação superior, e da alta classe média que havia sido tocada pelo "Iluminismo", a maioria dos franceses e quase todas as mulheres francesas preferia os santos e as cerimônias do calendário católico aos festivais amorfos e sem maiores raízes do Ser Supremo de Robespierre. Em 15 de fevereiro de 1795 foi assinado um tratado de paz com os rebeldes da Vendéia, garantindo-lhes liberdade de culto; uma semana mais tarde isto foi estendido a toda a França e o governo garantiu a separação entre a Igreja e o Estado.

Maior dificuldade apresentava o problema de satisfazer esses dois perenes inimigos: os produtores e os consumidores. Os produtores clamavam para que fosse repelido o máximo dos preços; os consumidores clamavam para que fosse dado um fim ao máximo dos salários. A Convenção, agora dominada por entusiásticos admiradores da livre empresa, da competição e do comércio, ouviu os conflitantes apelos e aboliu os dois máximos (24 de dezembro de 1794); agora os trabalhadores tinham a liberdade de procurar salários mais altos e os camponeses e mercadores estavam livres para cobrar o que o mercado suportasse. Os preços subiram nas asas da ambição. O governo emitiu novos *assignats* como papel-moeda, porém seu valor caiu ainda mais rapidamente do que antes: um alqueire (36 litros) de trigo, que tinha custado aos parisienses dois *assignats* em 1790, custava-lhes 225 em 1795; um par de sapatos subiu de cinco para 200, uma dúzia de ovos de 67 para 2.500.[124]

Em 1º de abril de 1795 diversas localidades em Paris irromperam de novo em motins por causa do preço do pão. Uma multidão desarmada invadiu a Convenção pedindo comida e o fim da perseguição aos radicais; alguns deputados da agonizante Montanha os apoiaram. A Convenção prometeu alívio imediato, mas chamou a Guarda Nacional para dispersar os amotinados. Naquela noite ela decretou a deportação dos líderes radicais — Billaud-Varenne, Collot d'Herbois, Barère, Vadier — para a Güiana. Barère e Vadier conseguiram escapar à prisão; Billaud-Varenne e Collot foram despachados para uma dura vida na colônia sul-americana. Esses dois anticlericais ali caíram doentes e foram tratados por freiras. Collot sucumbiu. Billaud sobreviveu, tomou uma escrava mulata como esposa, transformou-se em satisfeito agricultor e veio a morrer no Haiti em 1819.[125]

O protesto público tornou-se violento. Cartazes apareceram pregando a insurreição. Em 20 de maio um grupo de mulheres e homens armados invadiu a Convenção, gritando por pão, pela libertação dos radicais presos e, finalmente, pela abdicação do governo. Um deputado foi morto por um tiro de pistola; sua cabeça cortada, levantada em um chuço, foi apresentada ao presidente da Convenção, Boissy d'Anglas, que lhe fez uma saudação formal; após o que as tropas e a chuva tocaram os peticionários para suas casas. A 22 de maio soldados sob o comando do general Pichegru cercaram o Faubourg St.-Antoine, bairro de trabalhadores, e forçaram os restantes rebeldes armados a se renderem. Onze deputados *montagnards* foram presos e acusados de cumplicidade no levante; dois escaparam, quatro se mataram, e cinco, quase mortos de feridas infligidas por eles mesmos, foram levados às pressas para a guilhotina. Um deputado monarquista sugeriu a prisão de Carnot; uma voz protestou: "Ele organizou nossas vitórias", e Carnot sobreviveu.

Agora — maio e junho de 1795 — campeava um "Terror Branco" no qual os jacobinos eram as vítimas e os juízes eram "moderados" burgueses, aliados com bandos religiosos: "Companhias de Jesus", "Companhias de Jehu", "Companhias do Sol". Em Lyons, no dia 5 de maio, 97 antigos partidários do Terror foram massacrados na prisão; em Aix-en-Provence, em 17 de maio, mais 30 foram chacinados com "requintes de selvageria"; cerimônias semelhantes tiveram lugar em Arles, Avignon, e Marselha. Em Tarrascon, em 25 de maio, 200 homens mascarados tomaram a fortaleza, amarraram os prisioneiros e lançaram-nos no Ródano. Em Toulon os trabalhadores levantaram-se contra o novo Terror; Isnard, um dos girondinos reintegrados, pôs-se à frente de tropas contra eles e exterminou-os (31 de maio).[126] O Terror não havia terminado; havia mudado de mãos.

A burguesia vitoriosa não mais precisava de aliados proletários, pois tinha conquistado o apoio dos generais e estes estavam ganhando vitórias que aumentavam seu prestígio mesmo com os *sansculottes*. Em 19 de janeiro de 1795 Pichegru tomou Amsterdã; o estatuder (Chefe do Estado) Guilherme IV fugiu para a Inglaterra; a Holanda, por uma década, tornou-se a "República Batáva", sob a tutela da França. Outros exércitos franceses recapturaram e mantiveram a posse da margem esquerda do Reno. Os Aliados, derrotados e em disputa entre si, abandonaram a França por uma presa mais fácil na Polônia. A Prússia, absorvida em impedir que a Rússia tomasse conta de tudo na Terceira Partilha (1795), enviou emissários a Paris, e depois a Basiléia, para negociar uma paz em separado com a França. A Convenção podia dar-se ao luxo de ser exigente, porque olhava alarmada para uma paz que iria trazer a Paris, ou a outros lugares, milhares de soldados meio brutalizados, que vinham vivendo às expensas das terras conquistadas e que agora iriam alimentar o crime, as doenças e o tumulto nas cidades, que já gritavam por trabalho e pão. E os generais irrequietos, inchados pela vitória — Pichegru, Jourdan, Hoche, Moreau — resistiriam à tentação de tomar o governo através de um *coup d'état* (golpe de Estado) militar? Assim a Convenção mandou a Basiléia o marquês François de Barthélemy, com instruções para exigir a posse francesa da margem esquerda do Reno. A Prússia protestou mas cedeu; a Saxônia, Hanôver e Hesse-Cassel acompanharam-na; em 22 de junho a Espanha cedeu à França a parte leste (Santo Domingo) da ilha Hispaniola. A guerra com a Áustria e a Inglaterra continuou — o suficiente para manter os soldados franceses nos *fronts*.

No dia 27 de junho 3.600 *émigrés*, trazidos de Portsmouth em navios ingleses, desembarcaram no promontório de Quiberon na Bretanha e juntaram-se aos bandos monarquistas "*Chouan*" num esforço de reviver a revolta da Vendéia. Hoche em uma brilhante campanha venceu-os em 21 de julho; obedecendo a uma moção de Tallien, a Convenção mandou matar 748 *émigrés* capturados.

No dia 8 de junho de 1795 o Delfim, então com 10 anos de idade, morreu na prisão, não se podendo provar se como resultado de maus-tratos, mas provavelmente de escrofulose e desalento. Os monarquistas em vista disso reconheceram o mais velho dos dois irmãos sobreviventes de Luís XVI, o *émigré* Comte de Provence, como Luís XVIII e juraram colocá-lo no trono da França. Esse Bourbon impenitente anunciou (1º de julho de 1795) que, se restaurado, ele restabeleceria o *Ancien Régime* intacto, com a monarquia absoluta e os direitos feudais. Daí proveio o apoio integral que a burguesia francesa, os camponeses e os *sansculottes* deram a Napoleão durante uma dúzia de guerras.

Apesar de tudo, a França estava cansada de revolução e começou a tolerar sentimentos monarquistas que estavam aparecendo em certos jornais, nos salões e nas casas dos mais ricos: só um rei, legitimizado pela hereditariedade e pela tradição, poderia trazer de volta a ordem e a segurança a um povo atemorizado e infeliz após três anos de descontinuidade política e econômica, divisão religiosa, guerra constante, e incerteza de trabalho, de comida e de vida. A metade ou mais do Sul da França estava profundamente afastada de Paris e de seus políticos. Em Paris as assembléias das secções, antes dominadas pelos *sansculottes*, eram agora cada vez mais dominadas pelos negociantes e algumas delas tinham caído nas mãos dos monarquistas. Nos teatros, as falas que se referiam aos "bons velhos tempos" de antes de 1789 eram abertamente aplaudidas. Os jovens, constitucionalmente rebeldes, estavam agora se rebelando contra a revolução; organizavam-se em bandos chamados *Jeunesse Dorée* (Juventude Dourada), *Merveilleux* (homossexuais) ou *Muscadins* (elegantes realistas); orgulhosos de suas ricas e bizarras vestimentas, cabelos longos e encaracolados, eles andavam pelas ruas manejando perigosas bengalas e audaciosamente proclamando sentimentos monarquistas. Tinha-se tornado tão fora de moda apoiar o governo revolucionário que, quando correu uma notícia prematura de que a Convenção estava sendo extinta, a novidade foi acolhida com alegria e alguns parisienses dançaram nas ruas.

A Convenção, porém, custou a morrer. Em junho de 1795, ela começou a preparar outra constituição, muito diferente da democrática Constituição de 1793, nunca posta em prática. Agora ela adotava um legislativo bicameral, no qual o consentimento de uma câmara alta, de deputados mais velhos e experimentados, era necessário para decretar qualquer medida adotada pela câmara baixa, mais diretamente aberta aos movimentos populares e às novas idéias. O povo, dizia Boissy d'Anglas, não tem conhecimentos nem é suficientemente estável para determinar a política de um Estado.[127] Assim, essa "Constituição do Ano III" (isto é, do ano que começava em 22 de setembro de 1794) revisou a Declaração dos Direitos do Homem (1789), a fim de refrear as ilusões populares acerca da virtude e do poder; omitiu a proposição de que "os homens nascem e permanecem livres e tendo iguais direitos", explicando que essa igualdade significava meramente que "a lei é a mesma para todos os homens". A eleição passava a ser indireta: os votantes escolhiam delegados ao "colégio eleitorial" de seu departamento, e esses eleitores escolhiam os membros do legislativo nacional, do judi-

ciário e dos órgãos administrativos. A elegibilidade para os colégios eleitorais era tão limitada aos que possuíam propriedades, que apenas 30.000 franceses escolheram o governo nacional. O sufrágio das mulheres foi proposto à Convenção por um deputado mas foi deixado de lado pela pergunta de outro deputado: "Onde está a boa esposa que ousa afirmar que o desejo de seu marido não é o seu próprio?"[128] O controle da economia pelo Estado foi rejeitado por não ser prático, por sufocar as invenções e os empreendimentos e por entravar o crescimento da riqueza nacional.

A Constituição continha algumas disposições liberais: afirmava a liberdade religiosa e, dentro de "limites seguros", a liberdade da imprensa — então largamente controlada pela classe média. (Notar que a palavra *liberal*, quando aplicada à economia e à política, significa uma economia livre sob um governo mínimo.) Além disso, a ratificação da Constituição devia ser deixada ao voto dos homens adultos com uma surpreendente provisão: dois terços dos deputados das novas assembléias deviam ser membros da atual Convenção e, se aquela proporção não fosse escolhida, os membros reeleitos preencheriam os dois terços por meio de eleição entre os restantes atuais deputados; esse dispositivo, argüiam os delegados, era necessário para a continuidade da experiência e da política. Os votantes foram dóceis: dos 958.226 votos apurados, 941.853 aceitaram a Constituição; e dos 263.131 votos para o requisito dos dois terços, 167.758 aprovaram.[129] No dia 23 de setembro de 1795, a Convenção fez da nova Constituição a lei da França e preparou-se para se aposentar em boa ordem.

Ela podia reivindicar algumas realizações, a despeito de seus meses de desordem e Terror, da subserviência a seus Comitês, da depuração amedrontada de seus membros a mando dos *sansculottes*. Tinha mantido algum domínio da lei em uma cidade onde a lei tinha perdido sua auréola e suas raízes. Tinha consolidado a tomada do poder pela burguesia, ao mesmo tempo em que tentara controlar a ambição dos mercadores o suficiente para manter uma população turbulenta apenas a salvo da inanição. Tinha organizado e treinado exércitos, tinha criado hábeis e devotados generais, repelido uma poderosa coalizão e conquistado uma paz que deixava a França protegida pelas fronteiras naturais do Reno, dos Alpes e dos Pireneus, bem como dos mares. No meio de todos esses grandes esforços, ela tinha estabelecido o sistema métrico, fundado ou restaurado o Museu de História Natural, a École Polytechnique e a Escola de Medicina; tinha criado o Instituto de França. Sentia agora, após três anos de miraculosa sobrevivência, que merecia morte pacífica e dois terços de uma ressurreição...

Mas haveria de ser uma morte sangrenta, à moda dos tempos. Os plutocratas e monarquistas, que haviam dominado a secção Lepeletière de Paris, próxima à Bolsa, levantaram-se em revolta contra aquele renascimento previsto na lei. Outras secções, por diversos motivos próprios, aderiram. Juntas, elas improvisaram uma força de 25.000 homens que avançaram até posições que dominavam as Tulherias e, conseqüentemente, a Convenção (13 *Vendémiaire*, 5 de outubro de 1795). Os deputados amedrontados designaram Barras para improvisar a defesa. Ele comissionou um jovem de 26 anos, Bonaparte, então em Paris sem comissão, para reunir homens, suprimentos e, acima de tudo, artilharia. O herói de Toulon sabia onde estavam guardados os canhões e mandou Murat com uma tropa buscá-los; os canhões foram-lhe trazidos e colocados em pontos que dominavam o avanço dos insurgentes. Uma ordem para dispersar foi dada e ignorada. Napoleão ordenou à artilharia que disparasse: 200 a 300 dos sitiantes caíram, o

resto fugiu. A Convenção tinha sobrevivido a sua última provação e Napoleão, decidido e impiedoso, entrava na mais espetacular carreira da história moderna.

No dia 26 de outubro, a Convenção declarou-se dissolvida e em 2 de novembro de 1795 começou a fase final da Revolução.

CAPÍTULO V

O Diretório

2 de Novembro de 1795 a 9 de Novembro de 1799

I. O NOVO GOVERNO

O NOVO governo era composto de cinco corpos. Primeiro, um Conselho dos Quinhentos (*Les Cinq Cents*), com o poder de propor e discutir medidas, mas não para transformá-las em leis. Segundo, um Conselho de 250 anciãos ou mais velhos (*Les Anciens*), que tinham de ser casados, de 40 ou mais anos de idade; eles tinham autorização não para sugerir legislação mas para rejeitar ou transformar em leis as "resoluções" enviadas a eles pelos Quinhentos. Essas duas assembléias, constituindo a Legislatura (*Corps Législatif*) estavam sujeitas à renovação anual de um terço de seus membros pelo voto dos colégios eleitorais. A parte executiva do governo era o Diretório (*Directoire*) composto de cinco membros, com a idade mínima de 40 anos, escolhidos para um termo de cinco anos pelos Anciãos entre 50 nomes que lhes eram submetidos pelos Quinhentos. Cada ano um dos membros do Diretório era substituído mediante a escolha de novo membro. Independente destes três corpos, e entre si, existiam o Judiciário e o Tesouro, escolhidos pelos colégios eleitorais dos departamentos. Era um governo de verificações e equilíbrios, projetado para a proteção da burguesia vitoriosa contra uma população indisciplinada.

O Diretório, alojado no Palácio do Luxemburgo, em breve tornou-se o ramo dominante do governo. Controlava o Exército e a Marinha e decidia sobre a política externa; supervisionava os Ministérios do Interior, dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e Colônias, da Guerra e das Finanças. Pela tendência natural centrípeta, pela qual o poder flui para a liderança, tornou-se o Diretório uma ditadura quase tão independente quanto o Comitê de Salvação Pública.

Os primeiros cinco homens escolhidos como membros do Diretório foram Paul Barras, Louis-Marie de Larevellière-Lépaux, Jean-François Rewbell, Charles Letourneur e Lazare Carnot. Todos eles tinham sido regicidas, quatro tinham sido jacobinos, um — Barras — tinha sido visconde; agora eles se ajustavam a um regime burguês. Todos eram homens de capacidade, mas, com exceção de Carnot, não se podiam distinguir por uma escrupulosa integridade. Se a sobrevivência é o teste do valor, Barras foi o mais capaz, servindo a Luís XVI, depois a Robespierre e ajudando ambos a morrer, manobrando com segurança através de crise após crise, através de amante após amante, juntando riqueza e poder após cada volta, dando a Napoleão um exército e uma esposa, sobrevivendo a todos eles e morrendo em favoráveis circunstâncias na Paris rebourbonizada, com a idade de 74 anos, em 1829;[1] ele teve nove vidas e desfrutou-as todas.

Os problemas que o Diretório teve de encarar em 1795 poderiam, por sua variada quantidade, desculpar algumas falhas de seu governo. A populaça de Paris estava sempre encarando a miséria; o bloqueio inglês juntava-se a conflitos na própria economia para impedir a circulação de alimentos e mercadorias. A inflação esvaziava a moeda; em 1795, eram necessários cinco mil *assignats* para comprar o que 100 compravam em 1790. Como o Tesouro pagava juros dos títulos de dívida dos *assignats* pelo valor estampado, os *rentiers*, que haviam investido em papéis do governo como proteção para a velhice, foram levados a juntar-se aos pobres em rebelião.[2] Milhares de franceses compraram ações em louca corrida para burlar a inflação; quando as cotações atingiram seu ponto mais alto, os especuladores descarregaram suas carteiras; uma louca corrida para venda fez entrar em colapso o preço das ações; os inocentes viram então que suas economias tinham sido ceifadas por alguns espertos. O Tesouro, tendo perdido a confiança pública, encarava a toda hora a bancarrota, e veio a declará-la em 1795. Um empréstimo arrancado aos ricos resultou em aumento de preços pelos comerciantes e a ruína do comércio de artigos de luxo; o desemprego aumentou; a guerra e a inflação continuaram.

Em meio ao caos e à pobreza, o sonho comunista que havia inspirado Mably em 1748, Morelly em 1755, Linguet em 1777, continuava a aquecer os corações dos pobres desesperados; ele tinha encontrado seu porta-voz em Jacques Roux em 1793. Em 11 de abril de 1796 os muros dos bairros proletários de Paris estavam cobertos de cartazes expondo uma ''Análise da Doutrina de Babeuf''. Eis alguns de seus artigos:

> 1. A Natureza conferiu a todos os homens direitos iguais ao gozo de todos os bens...
> 3. A Natureza impôs a todos os homens a obrigação de trabalhar; ninguém, sem cometer um crime, pode abster-se do trabalho...
> 7. Numa sociedade livre não pode haver nem ricos nem pobres.
> 8. Os ricos que não se separarem do que têm de supérfluo em favor dos indigentes são inimigos do povo...
> 10. O propósito da Revolução é destruir a desigualdade e estabelecer a felicidade comum.
> 11. A Revolução não chegou ao fim, porque os ricos absorvem todos os bens de qualquer espécie e estão em posição de domínio exclusivo, enquanto os pobres trabalham como verdadeiros escravos,... e nada representam aos olhos do Estado.
> 12. A Constituição de 1793 é a verdadeira lei dos franceses... A Convenção matou o povo que pedia seu fortalecimento... A Constituição de 1793 ratificava o inalienável direito de cada cidadão exercer seus direitos políticos, reunir-se, reclamar o que ele achar útil, educar-se e não morrer de fome — direitos que o ato contra-revolucionário (Constituição) de 1795 violou completa e abertamente.[3]

François-Émile ''Gracchus'' Babeuf, nascido em 1760, entrou pela primeira vez na História em 1785, como um agente, empregado pelos proprietários rurais, para fazer valer seus direitos feudais sobre os camponeses. Em 1789, mudou de lado, escreveu e foi distribuído um *cahier* apelando para a abolição dos impostos feudais. Em 1794 ele se estabeleceu em Paris, defendeu e depois atacou os ''Termidoreanos'', foi preso e emergiu em 1795 como ardente comunista. Em breve, organizou a Société des Égaux (Sociedade dos Iguais). À sua ''Análise'' seguiu-se uma proclamação intitulada ''Ato de Insurreição'', assinado pelo ''Comitê de Insurreição de Salvação Pública''. Estes são alguns de seus artigos:

> 10. O Conselho e o Diretório, usurpadores da autoridade popular, serão dissolvidos. Todos os seus membros serão imediatamente julgados pelo povo...
> 18. A propriedade pública e privada serão colocadas sob a custódia do povo.
> 19. O dever de finalizar a Revolução, e de outorgar à República a liberdade, a igualdade e a Constituição de 1793, será confiado a uma assembléia nacional, composta de um democrata de cada departamento, apontado pelo povo insurgente e nomeado pelo Comitê de Insurreição.
> O Comitê de Insurreição de Salvação Pública permanecerá ativo até o total cumprimento da Insurreição.[4]

Isto soa agourentamente como um apelo a outra ditadura, uma mudança de patrões, de um Robespierre para outro. Em seu jornal *Tribune du Peuple*, Babeuf ampliava seu sonho:

> Tudo o que é possuído por aqueles que detêm mais do que sua parte proporcional nos bens da sociedade é mantido por furto ou usurpação; é, portanto, justo tirá-lo deles. O homem que prova que, por sua própria força, pode ganhar ou realizar mais do que quatro outros, está da mesma forma conspirando contra a sociedade, porque destrói o equilíbrio... e a preciosa igualdade. A educação social deve progredir até o ponto em que ela retire de todos a esperança de jamais se tornarem mais ricos, ou mais poderosos, ou mais distintos pelo seu conhecimento ou seu talento. A discórdia é melhor que uma horrível concordância em que alguém é estrangulado pela fome. Voltemos ao caos e do caos deixemos emergir uma nova terra regenerada.[5]

Um *agent provocateur* (agente provocador) informou o Diretório de que um crescente número de parisienses estava lendo os cartazes e jornais de Babeuf e que um levante armado tinha sido planejado para o dia 11 de maio de 1796. No dia 10 de maio foi assinada uma ordem para a prisão dele e a de seus principais colaboradores: Filippo Buonarrotti, A. Darthé, M.-G. Vadier e J.-B. Drouet. Após um ano de prisão, durante o qual falharam várias tentativas para libertá-los, eles foram julgados em Vendôme em 27 de maio de 1797. Buonarrotti foi condenado à prisão, Drouet escapou; Babeuf e Darthé, condenados à morte, tentaram o suicídio mas foram levados às pressas à guilhotina antes de morrerem. Seu plano era, evidentemente, tão impraticável, tão ignorante da natureza dos homens, que mesmo o proletariado de Paris não o havia levado a sério. Além disso, por volta de 1797, tanto os pobres quanto os ricos da França haviam encontrado um novo herói, o mais fascinante sonhador e realizador da história política da humanidade.

II. O JOVEM NAPOLEÃO: 1769-95

"Nenhum exercício intelectual", afirmou Lord Acton, "pode ser mais animador do que observar o trabalho da mente de Napoleão, o mais inteiramente conhecido e o mais capaz dos homens da História."[6] Mas quem pode sentir hoje em dia que conheceu verdadeira e inteiramente um homem — embora cerca de 200.000 livros e livretos tenham sido escritos sobre ele — que é apresentado por 100 ilustres historiadores como o herói que lutou para dar unidade e lei à Europa e por 100 ilustres historiadores como o bicho-papão que drenou o sangue da França, e devastou a Europa, para alimentar insaciável

inclinação pelo poder e pela guerra? "A Revolução francesa", disse Nietzsche, "tornou Napoleão possível; esta é sua justificação."[7] Napoleão, meditando frente ao túmulo de Rousseau, murmurava: "Talvez tivesse sido melhor se nenhum de nós dois tivesse jamais nascido."[8]

Ele nasceu em Ajaccio, no dia 15 de agosto de 1769. Havia 15 meses Gênova tinha vendido a Córsega à França; apenas dois meses antes um exército francês havia consolidado a venda, dominando a revolta de Paoli; com tais ninharias escreve-se a história. Vinte anos mais tarde Napoleão escrevia a Paoli: "Eu nasci quando minha terra estava morrendo. Trinta mil franceses desembarcaram em nossas praias afogando num mar de sangue o trono da liberdade; este foi o odioso espetáculo que manchou meus olhos de criança."[9]

A Córsega, disse Tito Lívio, "é uma ilha agreste, montanhosa, quase inabitável; o povo se parece com sua terra, sendo tão ingovernável como animais selvagens".[10] O contato com a Itália tinha amolecido uma parte dessa selvageria, porém o terreno áspero, a vida dura e quase primitiva, os ódios mortais entre as famílias, a feroz defesa contra os invasores haviam deixado os corsos do tempo de Paoli mais preparados para operações de guerrilha, ou empresas de *condottiere*, do que para as concessões que os violentos instintos têm de fazer à ordem prosaica se quiserem constituir uma civilização. Os costumes civilizados estavam aumentando na capital, mas durante a maior parte do tempo em que carregava no ventre Napoleão, Letizia Ramolino Buonaparte seguia seu marido de acampamento em acampamento, no bando de Paoli, vivendo em barracas ou cabanas de montanha, respirando o ar da batalha. Seu filho parecia lembrar-se disso tudo em seu sangue, pois ele nunca se sentia tão feliz quanto na guerra. Ele foi até o fim um corso e, em tudo menos na data do nascimento e na educação, um italiano, deixado em herança à Córsega pela Renascença. Quando conquistou a Itália para a França, os italianos receberam-no com facilidade; ele era o italiano que estava conquistando a França.

Seu pai, Carlo Buonaparte, podia traçar-lhe a genealogia bem remotamente na história da Itália, através de uma robusta linhagem que viveu a maior parte do tempo na Toscana, depois em Gênova e depois, no século XVI, emigrando para a Córsega. A família orgulhava-se de uma nobre estirpe, que foi reconhecida pelo governo francês; o *de*, no entanto, foi abandonado quando, com a Revolução, um título de nobreza significava um passo para a guilhotina. Carlo era homem de mentalidade adaptável; lutou sob o comando de Paoli pela independência da Córsega; quando aquele movimento fracassou, fez as pazes com os franceses, serviu na administração franco-corsa, conseguiu a admissão de dois de seus filhos em academias na França, e incluiu-se entre os deputados enviados aos Estados-Gerais pela nobreza corsa. Napoleão herdou do pai os olhos cinzentos e talvez seu fatal câncer gástrico.[11]

Puxou mais à sua mãe. "É a minha mãe e a seus excelentes princípios que eu devo todo o meu sucesso e qualquer coisa de bom que tenha feito. Não hesito em afirmar que o futuro de uma criança depende de sua mãe."[12] Ele se parecia com ela na energia, na coragem, na louca teimosia, mesmo na fidelidade aos proliferantes Bonapartes. Nascida em 1750, Letizia Ramolino tinha 14 anos quando casou, 35 quando enviuvou; teve 13 filhos entre 1764 e 1784, viu cinco deles morrerem em tenra infância, criou o resto com rígida autoridade, radiante em seu apogeu, sofrendo com sua queda.

Napoleão foi seu quarto filho, o segundo a ultrapassar a infância. O mais velho foi José Bonaparte (1768-1844), epicurista amável e culto; feito rei de Nápoles e depois da Espanha, tinha esperanças de ser o segundo imperador da França. Depois de Napoleão vem Luciano (1775-1840), que ajudou Napoleão a tomar o governo em 1799, tornou-se seu exaltado inimigo, e ficou a seu lado na heróica futilidade dos "Cem Dias". Depois vem Maria Anna Elisa (1777-1820), orgulhosa e eficiente grã-duquesa de Toscana, que se opôs a seu irmão em 1813 e morreu antes dele. Após, Luís (1778-1846), que se casou com a bondosa Hortência de Beauharnais, tornou-se rei da Holanda e foi o genitor de Napoleão III. Depois vem Paulina (1780-1825), bela e escandalosamente alegre, que se casou com o príncipe Camillo Borghese e ainda é cortejada, no mármore de suaves contornos de Canova na Galeria Borghese, como um dos duradouros encantos de Roma. "Paulina e eu", lembrava Napoleão, "éramos os favoritos de nossa mãe: Paulina porque era a mais bonita e mimosa de minhas irmãs, e eu porque um instinto natural dizia-lhe que eu seria o fundador da grandeza da família."[13] Depois dela, Maria Carolina (1782-1839), que se casou com Joachim Murat e tornou-se rainha de Nápoles. Por fim Jerônimo (1784-1860), que fundou a família dos Bonaparte de Baltimore e chegou a ser rei da Westfália.

Em 1779 Carlo Buonaparte conseguiu do governo francês o privilégio de enviar Napoleão a uma academia militar em Brienne, cerca de 150 quilômetros a sudoeste de Paris. Era um acontecimento capital na vida do rapaz, pois destinava-o a uma carreira militar e — quase até o fim — a pensar na vida e no destino em termos de guerra. Brienne tornou-se uma provação para a formação de um menino de 10 anos, tão longe de casa, num ambiente estranho e rígido. Os outros estudantes não podiam perdoar-lhe o orgulho e temperamento, que pareciam tão desproporcionados com relação à sua obscura nobreza. "Sofri imensamente ao ser ridicularizado por meus colegas de classe, que zombavam de mim por ser estrangeiro." O jovem potro recolheu-se para dentro de si, dos estudos, dos livros e dos sonhos. Sua inclinação pela taciturnidade aprofundou-se; ele falava pouco, não confiava em ninguém e encolhia-se de um mundo que parecia organizado para atormentá-lo. Havia uma exceção: ele se tornou amigo de Louis-Antoine Fauvelet de Bourrienne, também nascido em 1769; eles se defendiam um ao outro e brigavam entre si; após longa separação, Bourrienne tornou-se seu secretário em 1797 e permaneceu junto a ele até 1805.

O isolamento permitiu que o jovem corso se destacasse nos estudos, o que alimentava sua fome por sobressair. Fugia do latim como se de uma coisa morta; nada via nas graças de Virgílio ou nas elegâncias de Tácito. Recebeu pouca instrução em arte ou literatura pois os professores eram na maior parte ignorantes de suas seduções. Dedicou-se porém avidamente à matemática; aqui estava uma disciplina adequada à sua inclinação pela exatidão e clareza, algo que independia de opiniões e discussões, e de constante uso para um engenheiro militar; nesse campo ele se colocava à frente da classe. Apreciava também a geografia; essas várias terras eram terreno a ser estudado, povos a serem governados; e eram alimento para seus sonhos. A História para ele, como para Carlyle, consistia na adoração de um rosário de heróis, especialmente daqueles que tinham guiado nações e moldado impérios. Amava a Plutarco ainda mais do que a Euclides; respirava a paixão desses antigos patriotas, bebia o sangue daquelas históricas batalhas. "Não há nada de moderno em ti", dizia-lhe Paoli, "tu pertences inteiramente a Plutarco."[14]

Ele teria entendido Heine, que disse que quando lia Plutarco sentia vontade de montar num cavalo e partir à conquista de Paris. Napoleão atingiu aquele objetivo através da Itália e do Egito, porém os ataques pelos flancos eram seu forte.

Depois de cinco anos em Brienne, Napoleão, agora com 15 anos, figurava entre os estudantes selecionados nas 12 escolas militares da França para receberem instrução avançada na École Militaire de Paris. Em outubro de 1785 foi destacado como segundo-tenente de artilharia para o regimento La Fère, estacionado em Valence, no Ródano. Seu soldo total ali era de 1.120 *livres* por ano;[15] disto, segundo consta, ele enviava alguma coisa para auxiliar sua mãe a cuidar de sua crescente prole. Como seu pai tinha morrido em fevereiro, e José não tinha ainda meios de subsistência, Napoleão tinha-se tornado o cabeça da família. Em suas licenças, ele fez diversas visitas à Córsega, saudoso, segundo dizia, "do cheiro de sua terra, de seus precipícios, altas montanhas e profundas ravinas".[16]

Em Valence, e em 1788 em Auxonne, ele conquistou o respeito de seus colegas oficiais pelo rápido progresso nas artes e ciências militares, sua presteza em aprender, sua fertilidade em sugestões práticas e a boa vontade com que partilhava do duro trabalho físico de manejar as peças de artilharia. Estudou cuidadosamente o *Assai de tactique gênêrale* (1772) e outros textos marciais do negligente amante de Julie de Lespinasse, Jacques-Antoine-Hypolyte de Guibert. Napoleão não era mais um rejeitado; fazia amigos, freqüentava teatros, ia a concertos, tomava lições de dança e descobria os encantos das mulheres. Numa licença em Paris (22 de janeiro de 1787), ele com muito trabalho se convenceu a entrar numa aventura não premeditada com uma prostituta; "naquela noite", assegura-nos ele, "conheci uma mulher pela primeira vez".[17] No entanto alguns modos sombrios permaneceram; às vezes, sozinho em seu quarto modesto, ele se perguntava por que, por pura lógica, deveria continuar a viver. "Já que eu devo morrer alguma vez, seria talvez melhor se eu me suicidasse."[18] Mas não era capaz de pensar em nenhum modo agradável de fazê-lo.

Nas suas horas livres, encontrou tempo de expandir sua educação em literatura e história. Mme. de Rémusat, mais tarde dama de honor de Josefina, pensava que ele era "ignorante, tendo lido pouco e apressadamente";[19] no entanto, sabemos que em Valence e Auxonne ele leu os dramas de Corneille, Molière, Racine e Voltaire,[20] decorou-lhes algumas passagens, leu pela segunda vez a tradução de Plutarco feita por Amyot e estudou *O Príncipe*, de Maquiavel, o *Esprit des lois*, de Montesquieu, a *Histoire philosophique des deux Indes*, de Raynal, a *Histoire des arabes*, de Marigny, a *Histoire du gouvernement de Vênise*, de Houssaye, a *Histoire d'Angleterre*, de Barrow, e muitos outros. Tomava notas quando lia e fazia resumos das obras mais importantes; existem 368 páginas dessas notas de sua juventude.[21] Napoleão pertencia ao Renascimento italiano em caráter e ao Iluminismo francês em espírito. Mas também sua veia romântica respondia à prosa apaixonada de Rousseau e aos poemas atribuídos a "Ossian", que ele adorava, "da mesma forma como me delicio com o murmúrio dos ventos e das ondas".[22]

Quando veio a Revolução, ele a recebeu de braços abertos e passou uma outra licença, em 1790, trabalhando pela plena aceitação do novo regime. Em 1791 submeteu à Academia de Lyons — competindo por um prêmio oferecido por Raynal — um ensaio sobre "Que verdades ou sentimentos devem ser ensinados aos homens para aumentar sua fe-

licidade?" Talvez sob a influência de *Julie, ou La Nouvelle Héloise*, de Rousseau, que havia "virado sua cabeça",[23] o jovem oficial do exército respondia: ensinai-lhes que a melhor vida é uma vida simples, pais e filhos cultivando a terra, gozando de seus frutos, longe das excitantes e corruptoras influências da cidade. Tudo de que um homem necessita para a felicidade é comida e roupa, uma cabana e uma mulher; que trabalhe, coma, procrie e durma, e ele será mais feliz que um príncipe. A vida e a filosofia dos espartanos era a melhor. "A virtude consiste na coragem e na força;... a energia é a vida da alma... O homem forte é bom; só o fraco é mau." [24] Aqui o jovem Napoleão ecoava Trasímaco [25] e prenunciava Nietzsche, que devolveu o cumprimento fazendo de Napoleão um herói da conquista do poder.[26] No meio do argumento ele se esforçou para condenar a mornaquia absoluta, os privilégios de classe e as baboseiras eclesiásticas. A Academia de Lyons rejeitou o ensaio como imaturo.

Em setembro de 1791, Napoleão visitou de novo sua terra natal. Alegrou-se com o decreto pelo qual a Assembléia Constituinte havia feito da Córsega um *département* da França e tinha favorecido seu povo com todos os privilégios de cidadãos franceses. Retirando os votos de vingança que tinha feito contra a nação que o havia feito tão violentamente um francês, sentia que a Revolução estava criando uma nova e brilhante França. Numa conversação imaginária — *Le Souper de Beaucaire* (O Jantar de Beaucaire) — publicado a suas expensas no outono de 1793, ele defendia a Revolução como "um combate até a morte entre os patriotas e os déspotas da Europa", [27] e apelava a todos os oprimidos para se unirem na luta pelos direitos do homem. Seu velho herói Paoli, entretanto, achava que a condição da Córsega como parte da nação francesa poderia ser aceitável para ele somente se lhe fosse dada total autoridade sobre a ilha, com recursos financeiros supridos pela França, porém com a rigorosa exclusão de soldados franceses do solo da Córsega. Napoleão julgou esta proposta extremada; rompeu com seu ídolo e opôs-se aos candidatos de Paoli na eleição municipal de Ajaccio de 1º de abril de 1792. Paoli venceu e Napoleão voltou para a França.

Em Paris, no dia 20 de junho, viu quando o populacho invadiu as Tulherias; espantou-se de não ter o rei dispersado os "canibais" com uma fuzilaria de sua Guarda Suíça. No dia 10 de agosto presenciou quando os *sansculottes* e os *Fédérés* expulsaram a família real do palácio; descreveu a multidão como "a mais baixa escória;... eles não pertencem de forma alguma às classes trabalhadoras".[28] Com reservas cada vez maiores, continuou a apoiar a Revolução, sendo agora um oficial de seu Exército. Em dezembro de 1793, como já se relatou, distinguiu-se na captura de Toulon. A recomendação enviada a Robespierre resultou na promoção de Napoleão a general de brigada com a idade de 24 anos, o que, no entanto, foi em parte responsável pela sua prisão como *robespierriste* (6 de agosto de 1794), após a queda de Robespierre. Ele foi preso em Antibes e programou-se seu julgamento e possível execução; após duas semanas foi solto, porém colocado em disponibilidade com soldo reduzido. Na primavera de 1795 (segundo ele nos conta), vagava ao longo do Sena, pensando em suicídio, quando um amigo, encontrando-o, reanimou-o com um presente de 30.000 francos;[29] Napoleão mais tarde pagou-lhe muitas vezes essa soma. Em junho, Boissy D'Anglas descrevia-o como "um pequeno italiano, pálido, magro e insignificante, porém de pontos de vista singularmente audaciosos".[30] Ele pensou durante algum tempo em ir para a Turquia, reorganizar o exército do Sultão e conquistar para si mesmo algum reinado oriental. Numa

atitude mais prática, preparou para o Ministério da Guerra um plano de campanha para expulsar os austríacos da Itália.

Foi então que, num desses caprichos da História que abrem a porta para o inevitável, a Convenção, sitiada no dia 5 de outubro de 1795 por monarquistas e outros, encarregou Barras de organizar sua defesa. Ele calculou que uma descarga de artilharia resolveria o problema, mas não dispunha de artilharia. Havia notado a proeza de Napoleão em Toulon; mandou chamá-lo e comissionou-o para conseguir e usar a artilharia; assim foi feito, e Napoleão tornou-se ao mesmo tempo famoso e infame. Quando o Ministério da Guerra necessitou de um comandante audaz e empreendedor para dirigir o Exército da Itália, Carnot (ou Barras)[31] obteve a indicação para Bonaparte (2 de março de 1796). Sete dias mais tarde o feliz general casou-se com a ainda bela Josefina.

III. JOSEFINA DE BEAUHARNAIS

Ela era uma *créole* — isto é, uma pessoa de descendência francesa ou espanhola, nascida e criada nas colônias tropicais. A ilha de Martinica, no Caribe, tinha sido francesa por 128 anos quando Marie-Josèphe-Rose Tascher de la Pagerie ali nasceu em 1763, numa velha família de Orléans. Seu tio, o barão de Tascher, era então governador do porto; seu pai tinha sido pajem na casa da delfina Marie-Josèphe, mãe de Luís XVI. Foi educada no convento das Senhoras da Providência, em Fort-Royal (hoje Fort-de-France), sede do governo da colônia. O currículo consistia então de catecismo, boas maneiras, literatura, desenho, bordado, dança e música; as freiras acreditavam que estas disciplinas levariam uma mulher muito mais longe do que o latim, o grego, a história e a filosofia; e Josefina provou que elas estavam certas. Tornou-se, como foi dito de Mme. de Pompadour, "um petisco para um rei".

Aos 16 anos de idade, foi levada para a França e casada com o visconde de Beauharnais, então com apenas 19 anos, mas já experimentado nos modos galantes da aristocracia francesa. Dentro em breve, as longas e freqüentes ausências do visconde traíam seus adultérios, e deixavam na impressionável Josefina a convicção de que o sexto mandamento não tinha sido feito para as classes superiores. Ela se entregou devotadamente a seus dois filhos — Eugène (1781-1824) e Hortense (1783-1837), que a recompensaram com sua lealdade por toda a vida.

Quando veio a Revolução, o visconde ajustou sua política ao novo regime e durante cinco anos conseguiu manter a cabeça. Porém à medida que prosseguia o Terror, qualquer título de nobreza podia ser motivo de prisão. Em 1794, Alexandre e Josefina foram presos e colocados em cárceres separados; e a 24 de julho ele foi guilhotinado. Enquanto aguardava destino semelhante, Josefina aceitou os avanços amorosos do general Lazare Hoche.[32] Ela estava entre os muitos nobres libertados após a queda de Robespierre.

Tendo ficado quase na pobreza pelo confisco dos bens de seu marido, e ansiosa para prover ao cuidado e educação de seus filhos, Josefina usou a isca de seus olhos azuis escuros e sua beleza langorosa para tornar-se amiga de Tallien e amante de Barras.[33] Grande parte da fortuna confiscada de Beauharnais foi-lhe restituída, inclusive uma elegante carruagem e uma parelha de cavalos negros;[34] em breve ela perdia apenas para Mme. Tallien como líder da sociedade durante o Diretório. Napoleão descreve seu salão como "o mais distinto de Paris".[35]

Ele compareceu a alguns de seus serões e ficou fascinado por seus encantos de mulher madura, sua graça espontânea e o que seu indulgente pai chamava de "sua disposição excessivamente amável".[36] Ela não ficou impressionada com Bonaparte, que lhe pareceu um jovem pálido, com "aspecto magro e esfomeado" e recursos correspondentes. Enviou-lhe seu filho, então com 14 anos, a fim de pedir-lhe ajuda para recuperar a espada do pai, que lhe havia sido confiscada. Eugênio era tão belo e acanhado, que Napoleão concordou imediatamente em se interessar pelo assunto. Conseguiu o pedido; Josefina visitou-o para agradecer-lhe e convidou-o para almoçar a 29 de outubro. Compareceu e foi conquistado; já em dezembro de 1795 ela o admitia em sua cama,[37] mas relutaram em casar-se. Em Santa Helena ele se recordava: "Barras prestou-me um serviço aconselhando-me a casar com Josefina. Assegurou-me que ela pertencia tanto à antiga como à nova sociedade e que esse fato trar-me-ia maior apoio; que sua casa era a melhor de Paris e que me livraria de meu nome corso; finalmente que, através desse casamento, eu me tornaria totalmente francês."[38] Barras deu a ela conselho semelhante, por motivos que até hoje são discutidos;[39] aí, disse-lhe ele, está um homem que dá todos os sinais de que irá forjar um alto lugar para si no mundo. Napoleão não ficou intimidado pelos prévios amores dela. "Tudo acerca de ti me agrada", escrever-lhe-ia ele dentro em pouco, "mesmo a lembrança dos erros de teu caminho... A virtude, para mim, consistia naquilo que tu dela havias feito."[40]

Eles se casaram a 9 de março de 1796, numa cerimônia exclusivamente civil; Tallien e Barras serviram como testemunhas; nenhum parente foi convidado. Para aliviar a diferença de idade entre eles — ele tinha 27, ela 33 — Napoleão registrou-se como tendo 28, ela declarou sua idade como 29.[41] Passaram sua noite de núpcias na casa dela. Ele encontrou viril oposição de Fortuné, o cão de estimação de Josefina. "Aquele cavalheiro", conta-nos ele, "tinha a posse do leito de madame... Eu queria que ele o abandonasse, mas sem resultado; foi-me dito que devia partilhar do leito com ele ou dormir noutra parte; eu tinha de aceitar ou recusar. O favorito era menos condescendente que eu"; no pior momento possível o cãozinho mordeu-lhe a perna tão fortemente que ele por muito tempo ficou com a cicatriz.[42]

Em 11 de março, dividido entre seu novo prazer e sua dominante paixão pelo poder e pela glória, Napoleão partiu para comandar o Exército da Itália, numa das mais brilhantes campanhas da História.

IV. O FURACÃO ITALIANO: 27 DE MARÇO DE 1796 A 5 DE DEZEMBRO DE 1797

A situação militar tinha sido simplificada pelos tratados com a Prússia e a Espanha, a Áustria, porém, recusava-se a conceder a paz enquanto a França mantivesse suas conquistas nos Países-Baixos e ao longo do Reno. A Inglaterra continuava a guerra no mai e fornecera um subsídio de 600.000 libras esterlinas à Áustria para financiar a guerra em terra. A Áustria governava a Lombardia desde 1713 e estava agora aliada com Carlos Emanuel IV, rei da Sardenha e do Piemonte, que tinham esperanças de reaver a Sabóia e Nice, tomadas pelos franceses em 1792.

O Diretório, orientado neste assunto por Carnot, planejava suas operações militares para 1796 como um ataque de três pontas sobre a Áustria. Um exército francês, sob o

comando de Jourdan, atacaria os austríacos na frente nordeste, ao longo do Sambre e do Meuse; outro, comandado por Moreau, avançaria contra os austríacos ao longo do Mosela e do Reno; o terceiro, sob o comando de Bonaparte, deveria tentar a expulsão dos austríacos e dos sardos da Itália. Jourdan, após algumas vitórias, encontrou as forças superiores do arquiduque Karl Ludwig, sofreu derrotas em Amberg e Würzburgo, e retirou-se para a margem oeste do Reno. Moreau avançou pela Baviera até quase Munique, e então, ciente de que o vitorioso arquiduque poderia cortar suas linhas de comunicação ou atacá-lo pela retaguarda, retirou-se para a Alsácia. O Diretório tinha sua última esperança voltada para Napoleão.

Chegando a Nice em 27 de março, ele encontrou o "Exército da Itália" sem condições de enfrentar as forças austríacas e sardas que bloqueavam a estreita entrada para a Itália, entre o Mediterrâneo e os Alpes. Seu efetivo era de cerca de 43.000 homens, bravos e acostumados à guerra nas montanhas, mas mal fardados, mal calçados e tão mal alimentados que tinham de roubar para viver;[43] não mais do que 30.000 deles podiam ser convocados para duras campanhas. Dispunham de muito pouca cavalaria e quase nenhuma artilharia. Os generais por sobre os quais o jovem comandante de 27 anos tinha sido colocado — Augereau, Masséna, Laharpe e Sésurier — eram todos mais antigos no serviço que Napoleão; ressentiam-se de sua nomeação e estavam resolvidos a fazê-lo sentir sua superior experiência, porém em seu primeiro encontro com ele foram levados à rápida obediência, espantados pela confiança e clareza com que lhes explicou seus planos e deu-lhes suas ordens.

Ele podia amedrontar seus generais mas não podia livrar-se do fascínio que Josefina exercia sobre ele. Quatro dias após chegar a Nice pôs de lado seus mapas e ordenanças e escreveu-lhe uma carta, esfuziante com o ardor de um jovem que acaba de descobrir as profundezas da paixão por baixo de seus sonhos de poder:

> Nice, 31 de março de 1796
>
> Não se passa um dia sem que eu te ame, uma noite sem que eu te sinta em meus braços. Não posso beber uma xícara de chá sem amaldiçoar a ambição marcial que me separa da alma de minha vida. Quer eu esteja imerso no trabalho, quer comandando minhas tropas ou inspecionando os acampamentos, minha adorável Josefina enche-me a lembrança...
>
> Minha alma está triste, meu coração acorrentado e eu imagino coisas que me aterrorizam. Tu não me amas mais como antes; irás consolar-te com outros...
>
> Adeus, minha esposa, minha atormentadora, minha felicidade... a quem eu amo, a quem eu temo, a fonte de sentimentos que me fazem tão gentil como a própria natureza, e de impulsos sob os quais eu sou tão catastrófico como um relâmpago. Não te peço que me ames para sempre ou que me sejas fiel, mas simplesmente... que me digas a verdade... A natureza fez minha alma resoluta e forte, enquanto a tua ela fez de gaze e renda... Minha mente está ocupada com vastos planos, meu coração completamente absorvido por ti...
>
> Adeus! Ah! se tu me amas menos é que nunca realmente me amaste. Neste caso eu sou de fato digno de piedade.
>
> BONAPARTE[44]

Escreveu-lhe em 3 e 7 de abril, em meio ao crescente ritmo da guerra. Estudava todas as informações que podia conseguir acerca das forças inimigas que tinha de derrotar: um exército austríaco, sob o comando de Beaulieu, em Voltri, perto de Gênova; outro,

sob Argentau, em Montenotte, mais para oeste; e um exército sardo sob o comando de Colli, em Ceva, mais para o norte. Beaulieu confiava em que suas linhas de comunicações servissem para informá-lo caso qualquer um de seus exércitos necessitasse de auxílio urgente. Nessa hipótese, podia ele razoavelmente esperar repelir o ataque francês, pois suas tropas combinadas eram superiores em número às francesas quase na proporção de dois para um. A estratégia de Napoleão era movimentar a maior parte de suas tropas, tão secreta e rapidamente quanto possível, para enfrentar um dos exércitos defensores e derrotá-lo antes que qualquer um dos outros dois pudesse vir em seu auxílio. O plano envolvia rápidas marchas pelos franceses através de ásperas estradas de montanha; exigia soldados endurecidos e resolutos. Napoleão procurou animá-los com a primeira daquelas famosas proclamações, que eram importante parte de seu arsenal:

> SOLDADOS, estais esfomeados e nus. A República muito vos deve, mas não tem meios de pagar-vos suas dívidas. Eu vim para guiar-vos às planícies mais férteis que o sol ilumina. Ricas províncias, cidades opulentas, tudo estará à vossa disposição. Soldados! Com tal perspectiva à vossa frente, podeis vós deixar de ter coragem e perseverança?[45]

Era um convite aberto à pilhagem, mas de que outra forma poderia ele fazer com que esses homens enfrentassem longas marchas e ao fim destas a morte? Napoleão, como a maioria dos governantes e revolucionários, jamais permitiu que a moralidade prejudicasse a vitória, e ele confiava no sucesso para lavar seus pecados. Não deveria a Itália contribuir para o custo de sua libertação?

O primeiro objetivo de sua estratégia era esmagar o exército sardo e forçar o rei da Sardenha a retirar-se para Turim, sua capital no Piemonte. Uma série de cruciais e bem-sucedidos encontros — Montenotte (11 de abril), Millesimo (13 de abril), Dego (15 de abril) e Mondovi (22 de abril) — desbarataram as forças sardas e compeliram Carlos Emanuel a assinar em Cherasco (28 de abril) um armistício cedendo a Sabóia e Nice à França e, efetivamente, retirando-se da guerra. Nessas batalhas o jovem comandante impressionou seus subordinados com sua aguda e rápida percepção dos desenvolvimentos, necessidades e oportunidades, suas ordens claras e decisivas, a lógica e o sucesso de sua tática, completando a previsão estratégica, que muitas vezes apanhava o inimigo pelo flanco ou pela retaguarda. Os generais mais velhos aprenderam a obedecer-lhe, com confiança em sua visão e julgamento; os oficiais mais jovens — Junot, Lannes, Murat, Marmont, Berthier — criaram por ele uma devoção que repetidamente os levava a enfrentar a morte por ele. Quando, após essas vitórias, os exaustos sobreviventes alcançaram as alturas do monte Zemoto — donde eles podiam avistar as planícies banhadas de sol da Lombardia — muitos deles explodiram numa espontânea saudação ao jovem que tão brilhantemente os havia guiado.

Agora eles não tinham de roubar para poder viver; onde quer que estabelecesse o domínio francês, Napoleão lançava impostos sobre os ricos e sobre a hierarquia eclesiástica, e persuadia ou determinava às cidades que contribuíssem para o sustento e comportamento ordenado de suas tropas. A 28 de abril, em Cherasco, ele se dirigiu a seu exército num sagaz elogio que os prevenia contra a pilhagem:

> SOLDADOS:
> Vós haveis numa quinzena ganho seis vitórias, tomado 21 bandeiras, 55 peças de artilharia e conquistado a parte mais rica do Piemonte... Sem nenhum recurso vós

supristes tudo o que era necessário. Vencestes batalhas sem canhões, atravessastes rios sem pontes, fizestes marchas forçadas sem sapatos, acampastes sem aguardente e muitas vezes sem pão... Vossa pátria agradecida irá dever a vós sua prosperidade...

Mas, soldados, ainda não fizestes nada se comparado com o que ainda resta a fazer. Nem Turim nem Milão estão em vossas mãos... Há algum dentre vós a quem falte a coragem? Existe alguém que preferiria voltar atravessando os picos gelados dos Apeninos e dos Alpes e suportar pacientemente a desgraça de um soldado escravizado? Não, não há ninguém dessa espécie entre os conquistadores de Montenotte, de Dego, de Mondovi. Vós todos estais ansiosos para estender a glória do povo francês...

Amigos, estou a prometer-vos essas conquistas mas há uma condição que deveis jurar cumprir. É a de respeitar os povos que vós libertais e reprimir a horrível pilhagem que alguns patifes, incitados por nossos inimigos, cometem. Doutra forma vós não sereis os libertadores dos povos mas seus flagelos... Vossas vitórias, vossa bravura, vosso sucesso, o sangue de vossos irmãos que morreram na batalha — tudo será perdido, até a honra e a glória. Quanto a mim e aos generais em quem vós confiais, nós coraremos de vergonha por comandar um exército sem disciplina e comedimento... Qualquer um que se envolver em pilhagem será fuzilado sem piedade.

Povos da Itália, o exército francês vem para quebrar vossas cadeias; o povo francês é amigo de todos os povos. Podeis recebê-lo com confiança. Vossa propriedade, vossa religião e vossos costumes serão respeitados... Nós não temos nenhum ressentimento a não ser contra os tiranos que vos oprimem.

BONAPARTE

Tinha havido muita pilhagem nesta primeira campanha; ainda haveria alguma, apesar deste apelo e desta ameaça. Napoleão mandou fuzilar alguns saqueadores e perdoou outros. ''Esses miseráveis'', disse ele, ''são desculpáveis; suspiraram por três anos pela terra prometida... e agora que nela entraram desejam desfrutá-la.''[46] Ele os acalmou permitindo que participassem das contribuições e provisões que exigia das cidades ''libertadas''.

No meio de todo esse tumulto de marchas, batalhas e diplomacia, ele pensava quase a toda hora na esposa que havia deixado tão cedo após sua noite de núpcias. Agora que ela podia passar com segurança por Cévennes pediu-lhe, numa carta de 17 de abril, que ela fosse ter com ele. "Vem rapidamente", escrevia em 24 de abril de 1796, "aviso-te, se demorares mais tempo, vais encontrar-me doente. Estas fadigas e a tua ausência — as duas coisas juntas são mais do que eu posso suportar... Procura asas e voa... Um beijo em cima do teu coração, um outro um pouco mais baixo, outro mais baixo ainda, muito mais baixo!"[47]

Era ela fiel? Poderia, tão acostumada a seus prazeres, contentar-se por meses com adulação epistolar? Naquele mesmo mês de abril um elegante oficial, Hippolyte Charles, de 24 anos de idade, encontrou seu caminho até ela. Em maio ela convidava Talleyrand a conhecê-lo. "Vós ficareis encantado com ele. As senhoras Récamier, Tallien e Hamelin, todas perderam sua cabeça por ele."[48] Ela ficou tão enamorada dele, que quando Murat veio a ela, da parte de Napoleão, com dinheiro e instruções para encontrá-lo na Itália, ela se demorou com a desculpa de doença, e deixou que Murat enviasse notícia a seu chefe de que ela dava sinais de estar grávida. Napoleão escreveu-lhe a 13 de maio: "É verdade, então, que tu estás grávida? Murat... disse que tu não estás te sentindo bem e que nestas condições ele não julga prudente para ti empreenderes uma jornada tão longa. Assim eu devo ficar ainda por mais tempo privado da alegria de apertar-te nos meus braços!... Será possível que vai ser-me negada a alegria de ver-te com a tua barriguinha de mulher grávida?"[49] Alegrava-se prematuramente; ela nunca lhe deu um filho.

Nesse ínterim, ele conduzia seus homens através de uma dúzia de batalhas para o grande prêmio da Lombardia — a rica e culta cidade de Milão. Em Lodi, na margem oeste do rio Adda, a sua força mais importante alcançou o principal exército austríaco, sob o comando de Beaulieu. Beaulieu recuou, cruzou o rio em uma ponte de 200 metros de comprimento, e então colocou sua artilharia numa posição que impedia o cruzamento semelhante pelos franceses. Napoleão mandou que sua cavalaria fosse para o norte até que pudesse encontrar um lugar para atravessar o rio a vau, e então passar para o lado sul e atacar a retaguarda austríaca. Mantendo sua infantaria abrigada atrás dos muros e das casas da cidade, ele tomou parte ativa em dirigir o fogo de sua artilharia contra os canhões austríacos que davam cobertura à ponte. Quando sua cavalaria subitamente apareceu na margem leste e deu uma carga em cima dos austríacos, ele ordenou a seus granadeiros que abrissem o caminho através da ponte. Eles tentaram, mas a artilharia austríaca parou-os. Napoleão correu para a frente e juntou-se a Lannes e Berthier à frente dos soldados. Os austríacos foram derrotados (10 de maio de 1796), deixando dois mil prisioneiros. Beaulieu retirou-se para Mântua, e o exército francês, depois de um dia de descanso, marchou para Milão. Foi por causa desta ação que as tropas francesas, entusiasmadas pelo modo audacioso e contagiante como Bonaparte expôs-se ao fogo do inimigo, conferiram-lhe o título afetuoso de "*Le Petit Caporal*" — o Pequeno Cabo.

Logo após essa vitória ele recebeu do Diretório uma proposta tão insultuosa, que arriscou sua carreira ao respondê-la. Aqueles cinco homens, que se alegravam nas celebrações com as quais Paris recebia as notícias dos feitos de Napoleão, informaram-no (7 de maio) de que seu exército deveria ser agora dividido em duas partes; uma deveria ser posta sob o comando do general François-Étienne Kellermann (filho do vencedor de Valmy), que se encarregaria da proteção dos franceses no Norte da Itália contra os ataques austríacos; a outra, sob Bonaparte, deveria marchar para o Sul e trazer os Estados Papais e o reino de Nápoles ao controle francês. Napoleão viu nisso não só uma injúria pessoal mas, mais do que isso, um erro vital em estratégia: não só um ataque sobre os domínios do papado iria inflamar todos os católicos da Europa, inclusive da França, contra a Revolução, mas, além disso, a Áustria católica já se estava preparando para enviar poderosa força, sob o comando do experimentado marechal-de-campo conde Dagobert von Wurmser, para fazer com que ele (Napoleão) recuasse para a França. Por isso respondeu que o Exército da Itália necessitava permanecer unido e ser completado, para preservar o que até então havia ganho; que ele só podia ser comandado com êxito por um comando sem divisões; que ele em conseqüência entregaria seu lugar ao general Kellermann, e iria apresentar sua demissão.

O Diretório recebeu essa mensagem junto com os relatórios dos últimos sucessos militares e diplomáticos de Napoleão. Porque o jovem general — orgulhoso com a vitória, e sentindo que aqueles políticos tão distantes não estavam tão bem colocados como ele para negociar tratados de acordo com os recursos do inimigo e com as condições do exército francês — tinha assumido o direito de fazer a paz da mesma forma que fazia a guerra, e de determinar o preço que cada cidade ou Estado italiano deveria pagar para gozar da proteção, em vez de sofrer da avidez, de suas tropas. Assim, após entrar em Milão em triunfo (15 de maio de 1796), ele negociou armistícios com o duque de Parma, o duque de Modena, e o rei de Nápoles, pelos quais lhes garantia a paz com a França e

a proteção contra a Áustria, e especificava que tipo de doações cada um desses principados deveria pagar por sua benevolente amizade. Eles pagaram somas que muito lhes custaram, e suportaram com amarga impotência o roubo de obras-primas de arte de suas galerias, palácios e praças públicas.

Milão recebeu-o bem. Por quase um século havia aspirado pela libertação do domínio austríaco e este jovem senhor da guerra era inusitadamente amável para um conquistador. Ele tinha afinidades com a fala e os costumes italianos, apreciava as mulheres italianas, a música, e a arte; não compreenderam logo quão profundamente ele apreciava a arte italiana. De qualquer forma não era ele, exceto por questão de mais um mês ou menos um mês, um italiano? Reunia abertamente em volta de si artistas italianos, poetas, historiadores, filósofos, cientistas e falava familiarmente com eles; por algum tempo parecia ser Ludovico Sforza e Leonardo da Vinci renascidos e unidos em um só. O que poderia haver de mais encantador do que a carta que ele enviou ao astrônomo Barnaba Oriani? —

> Os homens instruídos de Milão não estão habituados a gozar da consideração que merecem. Escondidos em seus laboratórios, eles se julgavam felizes se os reis e os padres não lhes causassem dificuldades. Não é assim agora. Na Itália o pensamento tornou-se livre. Não há mais Inquisição, não há mais intolerância, não há mais tirania. Convido a todos os homens de saber a se reunirem e dizer-me que métodos devem ser adotados, ou que necessidades atendidas, para dar à ciência e às belas-artes uma nova vida... Posso expressar estes meus sentimentos aos distintos homens de conhecimentos residentes em Milão.[50]

Bonaparte incorporou Milão e outras cidades numa República da Lombardia cujos cidadãos deviam compartilhar com a França na liberdade, igualdade, fraternidade, e impostos. Numa proclamação aos novos cidadãos (19 de maio de 1796), explicava que desde que o exército libertador tinha pago um alto preço para libertar a Lombardia, os povos que tinham sido emancipados deveriam contribuir com cerca de 20 milhões de francos para a manutenção de suas tropas; isto, certamente, era uma pequena contribuição para um país tão fértil; além disso, o imposto deveria "ser levantado entre os ricos... e das corporações da igreja", de modo a poupar os pobres.[51] Publicidade não tão grande havia acompanhado a ordem do dia anterior, segundo a qual "um agente deveria seguir o exército francês na Itália, para selecionar e transferir para a República todos os objetos de arte, ciência e outros, que se encontram nas cidades conquistadas".[52] Os italianos só podiam vingar-se com um trocadilho: "*Non tutti Francesi sono ladroni, ma buona parte*" (Nem todos os franceses são ladrões, mas uma boa parte). Napoleão, no entanto, estava seguindo o exemplo que havia sido estabelecido pela Convenção e pelo Diretório.

A espoliação artística dos países conquistados ou libertados tinha raros precedentes; ela causou indignação em todos os lugares, exceto na França, e estabeleceu um modelo para os guerreiros do futuro. A maior parte dos despojos foram enviados para o Diretório, foram recebidos com prazer, e daí encaminhados para o Louvre onde a *Mona Lisa*, embora violada, nunca perdeu seu sorriso. Napoleão guardou pouco da receita italiana para si mesmo;[53] uma parte foi investida em judiciosos subornos; a parte maior destinou-se ao pagamento das tropas, a fim de moderar sua tendência ao roubo.

Tendo preparado para sua esposa um ninho, ele a importunava (18 de maio) a vir e juntar-se a ele. "Milão... não pode deixar de agradar-te, pois esta é uma terra muito bonita. Quanto a mim, ficarei louco de alegria... estou morrendo de curiosidade para saber como vai tua gravidez... *Addio, mio dolce amore* (adeus, meu doce amor)... Vem rapidamente para ouvir a bela música e ver a bela Itália."[54] Enquanto sua carta seguia seu caminho, ele voltava à tarefa de expulsar os austríacos da Itália. A 20 de maio estava de novo com suas tropas; sabendo que em breve teriam de encarar muitos obstáculos e exércitos, a elas dirigiu-se em outra eloqüente proclamação:

> SOLDADOS!
> Vós haveis despencado como uma torrente das alturas dos Apeninos; vós haveis derrotado e dispersado todas as forças que se opuseram a vossa marcha... O Pó, o Ticino, o Adda não puderam parar vosso progresso por um só dia... Sim, soldados, vós haveis feito muito, mas não ficou nada ainda para fazer?... Não! Eu já vos vejo lançando-vos às armas; um repouso indolente cansa-vos; cada dia perdido para vossa glória é perdido, também, para vossa felicidade. Vamos para a frente! Nós ainda temos marchas forçadas a fazer, inimigos a sobrepujar, louros a vencer, erros a vingar...
> Não deixeis que o povo fique perturbado com nosso avanço; nós somos os amigos de todos os povos!... Vós tereis a glória imortal de mudar a face da mais bela parte da Europa. A nação francesa livre... dará à Europa uma paz gloriosa... Após isso, voltareis para vossas casas, e os cidadãos, apontando para vós, dirão: "Ele estava com o Exército na Itália."[55]

Em 27 de maio recomeçou seu avanço através da Lombardia. Ignorando o fato de Brescia ser o território veneziano, ocupou-a e fez dela o primeiro centro da nova campanha. Quando Veneza mandou emissários para protestar, Bonaparte, em um de seus fingidos ataques de raiva, assustou-os perguntando por que Veneza já havia permitido aos austríacos o uso das cidades e das estradas de Veneza; os enviados deram uma desculpa e concordaram em que ele, de forma semelhante, usasse território veneziano.[56] Uma rápida marcha trouxe o exército francês até Peschiera; o destacamento austríaco que tinha sido ali deixado, fugiu; Napoleão reforçou a estratégica fortaleza para proteger suas comunicações e prosseguiu para Mântua, onde os restos dos três exércitos de Beaulieu haviam-se refugiado por trás de defesas aparentemente inexpugnáveis. Napoleão deixou parte de suas forças para sitiar a cidadela. Outra parte ele mandou para o sul, para expulsar os ingleses de Leghorn; assim foi feito e uma revolta popular em breve forçou os britânicos a abandonar a Córsega. Para Murat foi simples expulsar o enviado austríaco de Gênova, e incorporar aquele bastião do Mediterrâneo a uma República da Ligúria, sob o controle francês. Raramente havia visto a Itália tantas mudanças de poder em tempo tão curto.

Bonaparte voltou para Milão e ali aguardou Josefina. Ela chegou, no dia 13 de julho, e o vencedor abraçou seu conquistador. No dia seguinte a cidade homenageou-a com um espetáculo especial no teatro La Scala, seguido de um baile no qual todas as pessoas importantes do local foram a ela apresentadas. Após três dias de êxtase o general tinha de voltar para suas tropas em Marmirolo, donde mandou para ela um hino de juvenil adoração:

> Tenho estado triste a cada momento desde nossa separação. Não sinto felicidade a não ser quando estou contigo... Os encantos de minha incomparável Josefina in-

> flamam a chama que queima incessantemente em meu coração, através de meus sentidos. Quando serei eu libertado para sempre da ansiedade e da responsabilidade, livre para despender todo o meu tempo contigo, sem nada para fazer a não ser amar-te...?
> Há alguns dias eu pensava que te amava, mas agora que te vi de novo eu te amo mil vezes mais...
> Ah, imploro-te, deixa-me ver alguns de teus defeitos. Sê menos bela, menos graciosa, menos bondosa, menos terna. Acima de tudo, nunca sejas ciumenta, nunca chores. Tuas lágrimas fazem-me perder a razão e inflamam meu sangue... Vem rapidamente juntar-te a mim, de forma que pelo menos antes de morrer possamos dizer: "Nós passamos juntos muitas horas alegres."...[57]

Ela obedeceu apesar do perigo de franco-atiradores do inimigo no caminho, alcançou-o em Brescia e acompanhou-o a Verona. Ali um correio trouxe-lhe a notícia de que novo exército austríaco estava entrando na Itália sob o comando do conde von Wurmser, o qual tinha recentemente expulsado os franceses de Mannheim. Calculava-se que suas hostes seriam três vezes mais numerosas do que as forças francesas sob Napoleão. Antecipando um possível desastre, ele mandou Josefina de volta a Peschiera e arranjou para que dali ela fosse levada para Florença. Neste ínterim, ordenou aos destacamentos franceses que havia deixado em frente a Mântua para abandonarem o sítio e vir por um desvio seguro juntar-se à parte principal de seu exército. Eles chegaram a tempo para tomar parte na batalha de Castiglione (5 de agosto de 1796). Wurmser, que não esperava um ataque tão cedo, estava conduzindo suas divisões para o sul em linha demasiado fina. Napoleão saltou sobre os austríacos despreparados, confundiu-os e fê-los fugir, tomando 15.000 prisioneiros. Wurmser retirou-se para Rovereto; os franceses o perseguiram e derrotaram-no ali e de novo em Bassano; o velho general, desencorajado, fugiu com o resto de seu exército para procurar refúgio atrás das muralhas de Mântua. Napoleão deixou alguns regimentos para mantê-lo ali.

Mas agora 60.000 austríacos sob o comando do barão Alvinczy, desceram os Alpes para fazer face aos 45.000 homens que restavam a Bonaparte. Ele os encontrou em Arcole, mas os austríacos estavam do outro lado do rio Adige, e só podiam ser atingidos se Napoleão cruzasse uma ponte sob fogo. De novo, como em Lodi sobre o Adda, Napoleão esteve entre os primeiros a cruzá-la. (A famosa pintura de Gross do jovem comandante — os olhos brilhando, o cabelo soprado pelo vento, a bandeira em uma das mãos e a espada na outra — cruzando a ponte em Arcole, foi pintada pouco tempo depois em Milão e tornou-se a *pièce de résistance* no Salão de Paris de 1801.) "Quando eu estava na mais acesa confusão da luta", recordava-se ele mais tarde, "meu ajudante, cel. Muiron, atirou-se em minha direção, cobriu-me com seu corpo e recebeu a bala que estava a mim destinada. Ele caiu a meus pés."[58] Na batalha de três dias que se seguiu (15-17 de novembro de 1796), os austríacos depois de uma brava luta, recuaram numa retirada ordenada. Alvinczy reorganizou-os em Rivoli, mas eles foram de novo derrotados e Alvinczy, tendo perdido 30.000 homens, levou os sobreviventes de volta para a Áustria. Wurmser, perdendo a esperança de ser resgatado e com pena de seus homens que estavam famintos, rendeu-se em 2 de fevereiro de 1797. A conquista francesa da Lombardia estava completa.

Insaciável, Napoleão voltou-se com suas forças para o sul, para os Estados Papais, e polidamente pediu a Pio VI que lhe entregasse Bolonha, Ferrara, Ravenna, Ancona e as terras a elas subordinadas. Pelo Tratado de Tolentino (19 de fevereiro de 1797) o papa

entregou estas cidades-estado e pagou uma "indenização" de 15 milhões de francos como contribuição para as despesas do exército francês. Senhor, então, de todo o Norte da Itália, exceto o Piemonte e Veneza, Napoleão reorganizou seu exército, ajuntando-lhe alguns regimentos formados na Itália e uma nova divisão vinda da França sob o comando do general Bernadotte, conduziu 75.000 homens através dos Alpes cobertos de um metro de neve, e propôs-se a atacar Viena, o centro imperial do ataque à Revolução Francesa.

O imperador Francisco II mandou contra ele 40.000 homens sob o comando do arquiduque Karl Ludwig, recém-vindo das vitórias ao longo do Reno. Surpreendido pelas informações que tinha do número dos franceses em avanço, e respeitando a reputação de Napoleão, Karl adotou uma estratégia de retirada. Napoleão seguiu-o até quando ele estava a 100 km da capital austríaca. Com ou sem batalha ele poderia ter tomado a cidade, então embalada pelo velho Haydn e pelo jovem Beethoven. Mas neste caso o governo retirar-se-ia para a Hungria; a guerra poderia prolongar-se no tempo e no espaço e, com o inverno chegando, o exército francês encontrar-se-ia em território hostil e não familiar, sujeito a qualquer momento a um ataque pelo flanco. Num raro momento de despretensão, e com uma cautela que poderia muito bem ter-lhe servido mais tarde, Napoleão enviou ao arquiduque convite para negociar uma trégua. O arquiduque recusou; Napoleão infligiu sérias derrotas a suas forças em Neumarkt e Umzmarkt; Karl então concordou em conversar. Em Leoben, a 18 de abril de 1797, os jovens comandantes assinaram uma paz preliminar sujeita a ratificação pelos seus governos.

O caminho para a ratificação foi bloqueado pela recusa da Áustria a entregar — e a resolução de Napoleão de manter — suas conquistas na Lombardia. Um acontecimento aparentemente de pequena importância deu a Napoleão uma chance de jogador de escapar a este impasse. Ele havia ocupado algumas cidades pertencentes a Veneza; em algumas destas cidades haviam irrompido insurreições contra as guarnições francesas. Acusando o Senado Veneziano de haver instigado esses levantes, Napoleão o depôs e colocou em seu lugar uma estrutura municipal sujeita ao controle francês e cortada de suas possessões em terra firme. Quando chegou a ocasião de transformar as preliminares de Leoben no Tratado de Campofórmio (17 de outubro de 1797), Napoleão ofereceu à Áustria a liberdade de absorver Veneza em seu império, em troca da cessão da Lombardia e da Bélgica bem como do reconhecimento dos direitos franceses à margem esquerda do Reno. Quase toda a Europa, esquecendo mil tratados, reagiu com horror a esta filantropia diplomática com a propriedade de outros povos.

O novo Maquiavel insistia, no entanto, em manter para a França as ilhas venezianas no Adriático — Corfu, Zante, Cefalônia. "Estas", escreveu Napoleão ao Diretório em 16 de agosto de 1797, "importam mais para nós do que todo o resto da Itália junto. Elas são vitais para a riqueza e prosperidade de nosso comércio. Se nós vamos efetivamente destruir a Inglaterra, precisamos apossar-nos do Egito. O imenso Império Otomano, que se está desmantelando dia a dia, força-nos a antecipar os acontecimentos e a tomar cedo os passos para a preservação de nosso comércio no Levante."[59] Os homens de barbas grisalhas das chancelarias tinham pouco a ensinar a este jovem de 28 anos de idade.

Assumindo serenamente a autoridade diplomática, ele reorganizou suas conquistas numa República Cisalpina, com centro em Milão, e numa República Ligúrica, em volta

de Gênova, ambas governadas por democracias nativas sob a proteção e o poder da França. Então, tendo vingado e revertido a conquista da Gália por César, o Pequeno Cabo, engrandecido com honras e despojos, voltou a Paris para ter seus tratados ratificados pelo transformado Diretório que ele havia ajudado a instalar.

V. O *COUP D'ÉTAT* DO 18 *FRUCTIDOR:* 4 DE SETEMBRO DE 1797

Não era a mesma Paris que ele havia conhecido nos idos de 92 e 93 quando as multidões comandavam. Desde a queda de Robespierre em 94 a capital seguia a campanha numa reação intensificada — religiosa e política — contra a Revolução. O Catolicismo, levado por padres que não haviam jurado a Constituição, estava recuperando seu poder sobre o povo, que havia perdido a crença em um substituto terreno para as esperanças e consolos sobrenaturais, para os sacramentos, cerimônias, e procissões dos dias de festa. O *décadi*, ou décimo dia de descanso, era cada vez mais ignorado; o domingo cristão, flagrantemente respeitado e celebrado. A França estava votando de novo em Deus.

E no que respeita ao rei: nos lares e nos salões, na imprensa e nas ruas, até nas secções de assembléias que outrora haviam sido dominadas pelos *sansculottes*, homens e mulheres manifestavam pesar pelo *bonhomme* Luís XVI, encontravam desculpas para as faltas dos Bourbons, e perguntavam se algum outro governo, que não fosse uma monarquia autoritária, poderia trazer ordem, prosperidade e paz ao caos, crime, corrupção e guerra que estavam desolando a França? Os *émigrés* de volta reuniam-se em tal número que um espirituoso denominou-lhes o distrito parisiense favorito *le petit Coblenz* (a pequena Coblenz), do nome da cidade que era o paraíso dos exilados na Alemanha; ali podiam-se ouvir as filosofias monarquistas que estavam sendo pregadas no estrangeiro por Bonald e de Maistre. As assembléias eleitorais, eminentemente burguesas, estavam enviando ao Conselho dos Anciãos e ao Conselho dos Quinhentos mais e mais deputados prontos a flertar com a realeza se ela lhes oferecesse uma garantia da propriedade. Em 1797 os monarquistas nos Conselhos tinham adquirido força suficiente para eleger para o Diretório o marquês de Barthélemy. Lazare Carnot, que era membro do Diretório desde 1795, tinha-se voltado para a direita numa reação contra a propaganda de Babeuf, e olhava com olhos complacentes a religião como uma vacina contra os adeptos da Comuna.

Os membros do Diretório firmemente republicanos — Barras, Larevellière-Lépaux, e Rewbell — sentiram que suas posições e suas vidas estavam em xeque pelo movimento de volta à monarquia, e decidiram arriscar tudo num *coup d'état* (golpe de Estado) que eliminasse os líderes da monarquia em ambos os Conselhos e no Diretório. Eles procuraram apoio popular nos radicais jacobinos, os quais estavam escondidos em amarga obscuridade durante o renascimento do conservantismo. Procuraram apoio militar apelando a Napoleão para que lhes mandasse da Itália um general capaz de organizar a soldadesca de Paris para a defesa da República. Napoleão estava disposto a atendê-los; um renascimento dos Bourbons frustraria seus planos; o caminho deveria permanecer aberto para sua própria subida ao poder político, e a ocasião ainda não era própria para essa tentativa. Mandou-lhes o duro Pierre Augereau, veterano de muitas campanhas. Augereau alistou uma parte das tropas de Hoche; com elas, no 18 *Fructidor*, invadiu as

câmaras legislativas, prendeu 53 deputados, muitos agentes monarquistas e os membros do Diretório Barthélemy e Carnot. Carnot escapou para a Suíça; a maioria dos outros foi deportada para suar e definhar na América do Sul, na Güiana. Nas eleições de 1797 os radicais ganharam o controle dos Conselhos; acrescentaram Merlin de Douai e Jean-Baptiste Treilhard ao triunvirato vitorioso e deram a este Diretório reformulado um poder quase absoluto.[60]

Quando Napoleão chegou a Paris no dia 5 de dezembro de 1797, encontrou um novo Terror em operação, dirigido a todos os conservadores e substituindo a guilhotina pela Güiana. Entretanto, todas as classes pareciam unir-se para festejar o invencível jovem general que tinha acrescentado a metade da Itália à França. Ele pôs de lado por algum tempo seu aspecto de duro comandante. Vestia-se com simplicidade e agradava de várias formas: aos conservadores recomendando a ordem; aos jacobinos parecendo que havia libertado a Itália da vassalagem; à *intelligentsia* escrevendo que "as verdadeiras conquistas são aquelas que não deixam remorsos, aquelas que são feitas sobre a ignorância".[61] No dia 10 de dezembro os dignitários do governo nacional homenagearam-no com as boas-vindas oficiais. Mme. de Staël estava presente e suas *Mémoires* preservaram a cena:

> O Diretório deu ao general Bonaparte uma recepção solene que em alguns aspectos marcou época na história da Revolução. Eles escolheram para esta cerimônia o pátio do Palácio de Luxemburgo; nenhum salão teria sido suficientemente grande para conter a multidão que foi atraída; havia espectadores em cada janela e nos telhados. Os cinco membros do Diretório, vestidos à moda romana, estavam postados em um palco no meio do pátio; próximos a eles estavam os deputados do Conselho dos Anciãos, do Conselho dos Quinhentos, e o Instituto...
>
> Bonaparte chegou vestido muito simplesmente, seguido de seus *aide-de-camps* ou oficiais-assistentes; todos mais altos do que ele, mas inclinados com o respeito que mostravam a ele. A elite da França ali reunida cobriu o general vitorioso com aplausos. Ele era a esperança de todos os homens, republicanos ou monarquistas; todos viram que o presente e o futuro estavam em suas fortes mãos.[62]

Naquela ocasião ele entregou aos membros do Diretório o Tratado de Campofórmio completo. Oficialmente ratificado, Napoleão pôde por algum tempo descansar de suas vitórias na diplomacia bem como na guerra.

Depois de comparecer a uma suntuosa festa dada em sua honra pelo indestrutível Talleyrand (então Ministro das Relações Exteriores), ele se retirou para sua casa na Rue Chantereine. Ali entregou-se ao repouso com Josefina e seus filhos; por algum tempo manteve-se tão afastado dos olhos do público, que seus admiradores comentavam sua modéstia e seus detratores alegravam-se com seu declínio. Ele fez, no entanto, questão de visitar o Instituto; conversou sobre matemática com Lagrange, sobre astronomia com Laplace, sobre governo com Sieyès, sobre literatura com Marie-Joseph de Chénier, e sobre arte com David. Provavelmente já estava pensando em uma expedição ao Egito, e imaginava levar consigo uma plêiade de homens de cultura e cientistas.

O Diretório via com suspeita uma tal modéstia pouco característica; este jovem, que na Itália e na Áustria tinha-se comportado como se fora o governo — não poderia decidir comportar-se da mesma forma em Paris? Na esperança de mantê-lo ocupado e a distância, ofereceram-lhe o comando de 50.000 soldados e marinheiros que estavam-se

reunindo em Brest para a invasão da Inglaterra. Napoleão estudou o projeto, rejeitou-o e advertiu o Diretório, em carta de 23 de fevereiro de 1798:

> Nós deveríamos desistir de qualquer tentativa real de invadir a Inglaterra, e contentar-nos com a aparência disso; ao mesmo tempo devotar toda a nossa atenção e recursos para o Reno... Não devemos manter um grande exército distante da Alemanha... Ou poderíamos fazer uma expedição ao Levante, e ameaçar o comércio da Inglaterra com a Índia.[63]

Aí estava seu sonho. Mesmo no meio das campanhas da Itália ele havia pensado nas possibilidades de uma incursão ao Oriente: com a decadência do Império Otomano, um espírito audacioso, com homens bravos e famintos, poderia forjar uma carreira, poderia esculpir um império. A Inglaterra mandava nos mares, mas seu comando no Mediterrâneo podia ser perdido tomando-se Malta; seu domínio na Índia podia ser enfraquecido tomando-se o Egito. Naquela terra, onde a mão-de-obra era barata, um gênio e o dinheiro francês poderiam construir uma frota, e com coragem e imaginação poderia vencer a longa travessia marítima para a Índia e ali arrancar do sistema colonial britânico a sua mais rica possessão. Em 1803 Napoleão confessava a Mme. de Rémusat:

> Não sei o que teria acontecido comigo se eu não tivesse concebido a feliz idéia de ir para o Egito. Quando embarquei, não sabia se talvez estava dando um adeus eterno à França; mas tinha poucas dúvidas de que ela me chamaria de volta. O encanto de uma conquista no Oriente afastou meus pensamentos da Europa mais do que eu jamais pensara ser possível.[64]

O Diretório concordou com as propostas dele, em parte porque pensou que seria mais seguro se ele estivesse a distância. Talleyrand concordou por motivos que até hoje são discutidos; sua amante, Mme. Grand, alegou que ele o fez para "favorecer seus amigos ingleses" — presumivelmente para afastar para o Egito o exército que estava ameaçando invadir a Inglaterra.[65] O Diretório custou a dar consentimento porque a expedição seria custosa, iria consumir homens e material bélico necessários para a proteção contra a Inglaterra e a Áustria, e poderia trazer a Turquia (o indolente soberano do Egito) a uma nova coalizão contra a França. Mas o rápido avanço do exército francês na Itália — a sujeição dos Estados Papais e do reino de Nápoles — trouxe suculentos despojos ao Diretório; e em abril de 1798, com a aprovação de Napoleão, outro exército francês invadiu a Suíça, estabeleceu a República Helvética, decretou "indenizações", e enviou dinheiro para Paris. Agora o sonho egípcio podia ser financiado.

Napoleão começou imediatamente a emitir ordens pormenorizadas para uma nova armada. Treze navios de linha, sete fragatas, 35 outros navios de guerra, 130 transportes, 16.000 marinheiros, 38.000 soldados (muitos do exército da Itália), com o equipamento necessário e material bélico, e uma biblioteca de 278 volumes, deveriam reunir-se em Toulon, Gênova, Ajacio ou Civitavecchia; cientistas, letrados e artistas estavam contentes ao aceitar os convites para o que prometia ser uma excitante e histórica união de aventura e pesquisa. Entre eles estavam Monge, o matemático, Fourier, o físico, Berthollet, o químico, Geoffroy Saint-Hilaire, o biólogo; e Tallien, tendo cedido sua esposa para Barras, tomou passagem entre os sábios. Eles notavam com orgulho que Napoleão agora assinava suas cartas "Bonaparte, Membro do Instituto e General-em-chefe".[66] Bour

rienne, que se havia juntado a Napoleão como secretário em Campofórmio em 1797, acompanhou-o nessa viagem, e forneceu pormenorizada descrição do que aconteceu. Josefina também queria ir junto; Napoleão permitiu que ela o acompanhasse a Toulon, mas proibiu-a de embarcar. No entanto, ele levou consigo o filho dela Eugênio de Beauharnais, ao qual Napoleão havia-se afeiçoado por sua modéstia e competência, e uma lealdade que se transformou em devoção indestrutível. Josefina chorou essa dupla partida, perguntando-se se iria ver de novo seu filho ou seu marido. De Toulon, ela foi a Plombières tomar as "águas da fertilidade", porque agora ela, como Napoleão, queria um filho.

No dia 19 de maio de 1798, a frota principal partiu de Toulon para trazer o romance medieval à moderna história.

VI. FANTASIA ORIENTAL: 19 DE MAIO DE 1798 A 8 DE OUTUBRO DE 1799

O propósito da armada tinha sido tão bem escondido que quase todos os 54.000 homens que partiam não tinham conhecimento sequer de seu destino. Numa proclamação característica ao novo "Exército do Oriente" Napoleão meramente chamou-o uma "ala do Exército da Inglaterra", e pediu a seus marinheiros e soldados que confiassem nele, embora ele ainda não pudesse definir-lhes a tarefa. O segredo serviu a um certo propósito: o governo inglês foi levado aparentemente a pensar que a flotilha estava-se preparando para forçar seu caminho pelo estreito de Gibraltar e juntar-se para a invasão da Inglaterra. Os navios de Nelson relaxaram sua vigília no Mediterrâneo e os galeões franceses escaparam deles.

No dia 9 de junho avistou-se Malta. O Diretório tinha subornado o Grão-Mestre e outros dignitários da Ordem dos Cavaleiros de Malta (assim viera a chamar-se o Hospital de São João de Jerusalém pela sua longa ocupação de Malta, desde 1530), para apresentar apenas uma resistência simbólica;[67] como resultado, os franceses tomaram a suposta inexpugnável fortaleza com a perda de apenas três homens. Napoleão demorou-se ali uma semana para reorganizar a administração da ilha Gaulward. Ali Alfred de Vigny, futuro poeta, mas então uma criança de dois anos, foi apresentado ao conquistador que o levantou e o beijou; "quando ele me abaixou cuidadosamente no passadiço do navio, tinha ganho mais um escravo".[68] Aquele homem divino, no entanto, ficou mareado quase toda a viagem para Alexandria. Nos intervalos ele estudava o Alcorão.

A frota alcançou Alexandria em 1º de julho de 1798. O porto era guardado por uma guarnição, e um desembarque ali seria muito custoso; no entanto, um desembarque rápido e em ordem era imperativo se a esquadra não quisesse ser surpreendida pela frota de Nelson. As ondas arrebentavam nas praias vizinhas com força ameaçadora, mas Napoleão em pessoa comandou uma tropa de desembarque de cinco mil homens numa praia desprotegida. Essa força, sem cavalaria ou artilharia, avançou durante a noite e caiu sobre a guarnição da cidade, sobrepujou-a ao custo de 200 franceses mortos, tomou posse de Alexandria, e forneceu a proteção sob a qual os navios depositaram os soldados e seu armamento no solo egípcio.

Armado com esta vitória e algumas palavras de árabe, Napoleão persuadiu os líderes

locais a se sentarem com ele numa conferência. Então ele os divertiu e depois impressionou-os pelo seu conhecimento do Alcorão e o uso inteligente de suas frases e idéias. Comprometeu-se pessoalmente bem como seu exército a respeitar a religião deles, suas leis e possessões. Prometeu — se eles o ajudassem com trabalhadores e mantimentos — reconquistar para eles as terras que haviam sido tomadas por mercenários mamelucos, os quais se tinham tornado senhores do Egito sob uma dinastia indolente. Os árabes concordaram mais ou menos, e a 7 de julho Napoleão mandou seu exército espantado segui-lo através de 240 quilômetros de deserto até o Cairo.

Eles nunca tinham experimentado um tal calor, uma tal sede, uma areia que cegava, insetos infatigáveis, ou uma disenteria tão devastadora. Bonaparte calou parcialmente suas queixas compartilhando de suas provações silenciosamente. A 10 de julho alcançaram o Nilo, beberam quanto puderam e refrescaram seus corpos. Após mais cinco dias de marcha, sua vanguarda avistou, próximo à vila de Kobrakit, um exército de três mil mamelucos: "um esplêndido corpo de homens montados" (recordava Napoleão mais tarde), "todos brilhando com vestes de ouro e prata, armados com as melhores carabinas e pistolas de Londres, e os melhores sabres do Leste, cavalgando possivelmente os melhores cavalos do Continente".[69] Dentro em pouco a cavalaria mameluca caiu sobre as linhas francesas pela frente e pelos flancos, para ser dizimada pelo fogo dos mosquetões e da artilharia dos franceses. Feridos em sua carne e seu orgulho, os mamelucos fizeram meia-volta e fugiram.

No dia 20 de julho, ainda a 30 quilômetros do Cairo, os vitoriosos avistaram as Pirâmides. Naquela noite Napoleão foi informado de que um exército de seis mil mamelucos montados, sob o comando de 23 *beys* dos distritos, tinham-se reunido em Embaba, prontos a desafiar os invasores infiéis. Na tarde seguinte eles caíram em massa sobre os franceses na crucial batalha das Pirâmides. Se se pode confiar na memória de Napoleão, ele disse a seus soldados: "Quarenta séculos vos contemplam".[70] De novo os franceses enfrentaram o ataque com canhões, fogo dos mosquetões e baionetas caladas; 70 deles ali morreram e 1.500 mamelucos; muitos dos derrotados numa fuga desatinada pularam no Nilo e morreram afogados. A 22 de julho as autoridades turcas no Cairo mandaram a Napoleão as chaves da cidade como sinal de rendição. A 23 de julho ele entrou na pitoresca capital sem nenhuma demonstração ofensiva.

Daquele centro emitiu ordens para a administração do Egito por meio de *divans* (comitês) árabes, sujeitos a seu controle. Ele impediu a pilhagem por suas tropas e protegeu os direitos de propriedade existentes; manteve, e delas apropriou-se para o sustento de seu exército, as taxas costumeiramente cobradas pelos conquistadores mamelucos. Reuniu-se com os líderes nativos, professou seu respeito pelos ritos e arte islâmicas, reconheceu Alá como o único Deus e pediu a ajuda muçulmana para trazer nova prosperidade para o Egito. Convocou seus cientistas para descobrirem métodos de eliminar as pragas, introduzir novas indústrias, melhorar a educação e a jurisprudência, estabelecer serviços postais e de transporte, reparar os canais, controlar a irrigação e ligar o Nilo ao Mar Vermelho. Em julho de 1799, organizou com os sábios locais e os franceses o Instituto do Egito, e designou para eles espaçosas instalações no Cairo. Foram estes sábios que prepararam os 24 maciços volumes financiados e publicados pelo governo francês como *Description de l'Égypte* (1809-28). Um destes homens, conhecido para nós somente como Bouchard, encontrou em 1799, em uma cidade a 50 quilômetros de Ale-

xandria, a Pedra da Roseta, cuja inscrição, em duas línguas e três escritas (hieróglifos, demótica e grego), capacitou Thomas Young a começar (1814), e Jean-François Champollion a estabelecer (1821), um método para traduzir os textos hieroglíficos, abrindo assim para a "moderna" Europa a espantosamente complexa e madura civilização do antigo Egito. Este foi o principal — e o único de alguma significação — resultado da expedição de Napoleão.

Por algum tempo ele se permitiu gozar o orgulho da conquista e o sabor da administração. Num retrospecto, mais tarde ele dizia a Mme. de Rémusat:

> O tempo que passei no Egito foi o mais delicioso de minha vida... No Egito eu me encontrei livre das cansativas restrições da civilização. Sonhava todas as espécies de coisas e via como tudo que eu sonhava podia ser realizado. Criei uma religião. Imaginei a mim mesmo no caminho para a Ásia, montado num elefante, com um turbante na cabeça e nas mãos um novo Alcorão, o qual comporia de acordo com minhas próprias idéias... Eu deveria ter atacado o poder inglês na Índia, e renovado minhas relações com a velha Europa por minha conquista... O destino decidiu contra meu sonho.[71]

O primeiro golpe do destino foi a informação levada a ele por um ajudante-de-campo Andoche Junot, de que Josefina tinha um amante em Paris. O grande sonhador, com todo seu brilho intelectual, tinha negligenciado considerar como seria difícil, para uma planta tão tropical como Josefina, passar meses e meses sem uma apreciação tangível de seus encantos. Por alguns dias ele se lamentou e ficou enraivecido. Então, em 26 de julho de 1798, enviou desalentada carta a seu irmão José:

> Eu poderei estar na França de novo em dois meses... Há muito para me aborrecer em casa... Tua amizade significa muito para mim; se eu a perdesse, e te visse me traindo, tornar-me-ia um completo misantropo...
>
> Desejo que me consigas um palácio na campanha pronto para mim quando eu voltar, quer na Borgonha ou próximo a Paris. Estou fazendo planos de ali passar o inverno sem ver ninguém. Estou cansado da sociedade. Preciso de solidão, isolamento. Meus sentimentos estão secos, e eu estou cansado de expor-me em público. Estou cansado da glória aos 29 anos de idade; ela perdeu seu encanto; e nada ficou para mim a não ser um completo egoísmo...
>
> Adeus, meu único amigo... Minhas recomendações para tua esposa e para Jerôme.

Ele encontrou alguma distração tomando como amante uma jovem francesa que tinha seguido seu marido oficial ao Egito. Paulina Fourès não poderia resistir ao interesse que Napoleão tomou em sua alegre beleza; retribuiu-lhe os sorrisos, e não fez nenhum protesto insuperável quando ele preparou o seu caminho enviando M. Fourès para uma missão em Paris. Quando o marido descobriu a razão de sua distinção, voltou ao Cairo e divorciou-se de Paulina. Napoleão também pensava em divórcio e brincou com a idéia de casar-se com Paulina e ter um herdeiro; mas ele não havia contado com as lágrimas de Josefina. Paulina foi consolada com um presente substancial e sobreviveu ao incidente durante 69 anos.

Uma semana após a revelação de Junot, desastre de maior importância aprisionou o Exército do Oriente na sua própria vitória. Ao deixar sua frota em Alexandria, Bonaparte (de acordo com o próprio Napoleão) tinha ordenado ao vice-almirante François-

Paul Brueys para descarregar todo o material bélico que pudesse ser útil às tropas, e partir tão logo que possível para a ilha de Corfu, que estava de posse dos franceses; todas as medidas deveriam ser tomadas para evitar uma interceptação pelos ingleses. O mau tempo retardou a partida de Brueys; neste ínterim ele ancorou a esquadra na vizinha baía de Abukir. Ali, no dia 31 de julho de 1798, Nelson encontrou-o e atacou-o prontamente. As forças opostas pareciam iguais: os ingleses tinham 14 navios de linha e um brigue, os franceses com 13 navios de linha e quatro fragatas. Mas as guarnições francesas estavam rebeladas com saudades de casa e inadequadamente treinadas; os marinheiros ingleses tinham feito do mar sua segunda casa; agora sua superior disciplina, marinharia e coragem, ganharam-lhes o dia — e a noite, porque o sangrento conflito durou até o amanhecer do dia 1º de agosto. Às dez horas da noite do dia 31 de julho, a nau capitânea de Brueys, de 120 canhões, explodiu matando quase todos os homens que se encontravam a bordo, inclusive o vice-almirante, então com 45 anos de idade. Apenas dois navios franceses escaparam à captura. Ao todo, os franceses perderam 1.750 homens, 1.500 ficaram feridos; as baixas dos ingleses foram de 218 mortos e 672 feridos (incluindo Nelson). Esta e a de Trafalgar (1805) foram as últimas tentativas da França napoleônica de questionar o domínio inglês dos mares.

Quando a notícia deste desastre avassalador chegou a ele no Cairo, Bonaparte compreendeu que sua conquista do Egito tinha-se tornado sem sentido. Seus cansados aventureiros estavam agora isolados tanto por mar como por terra, da ajuda francesa, e em breve estariam à mercê de uma população hostil e de um ambiente estranho. Deve-se creditar ao jovem comandante que em sua própria aflição ele encontrou tempo para consolar a viúva de seu vice-almirante:

> Cairo, 19 de agosto de 1798
>
> Vosso marido foi morto por uma bala de canhão enquanto lutava a bordo de seu navio. Morreu com honra, e sem sofrer, como todo soldado gostaria de morrer.
>
> Vossa mágoa toca-me profundamente. É um terrível momento quando temos de separar-nos daqueles que amamos... Se não houvesse razão para continuar a viver, seria melhor morrer. Porém quando ocorrem pensamentos mais tranqüilos, e vós apertais vossos filhos contra o coração, vossa natureza revive entre lágrimas e ternuras, e viveis para o futuro de vossos filhos. Sim, Madame, chorareis com eles, vós os alimentareis na infância, vós os educareis, vós falareis a eles de seu pai e de vosso pesar, de seu amor por vós e pela República. E quando tiverdes de novo ligado vossa alma com o mundo, através da mútua afeição de mãe e filho, eu desejo que conteis com minha amizade como de algum valor, e o viso interesse que sempre terei pela esposa de meu amigo. Podeis assegurar-vos que *existem* homens... que podem transformar a dor em esperança, porque eles sentem tão intimamente as penas de seu coração.[72]

As adversidades multiplicavam-se. Quase todos os dias havia ataques aos estabelecimentos franceses por árabes, turcos ou mamelucos, irreconciliados com seus novos patrões. No dia 16 de outubro a populaça do Cairo irrompeu em revolta; os franceses dominaram-na a algum custo para seu moral; e Napoleão, abandonando por um tempo o papel de amável conquistador, ordenou a decapitação de todos os rebeldes encontrados armados.[73]

Informado de que a turquia estava preparando um exército para atingir e reconquistar o Egito, determinou que se enfrentasse o desafio levando 13.000 de seus soldados para

a Síria. Partiram a 10 de fevereiro de 1799, capturaram El'Arish, e cruzavam o deserto do Sinai. Uma carta de Napoleão de 27 de fevereiro descreve alguns aspectos dessa provação: calor, sede, "água salobra, muitas vezes falta total de água; comíamos cachorros, macacos e camelos". Felizmente encontraram em Gaza, após uma dura batalha, uma florescente agricultura e pomares com frutas incomparáveis.

Em Jaffa (3 de março), foram retidos por uma cidade murada, uma população hostil, e uma cidadela defendida por 2.700 valentes turcos. Napoleão enviou-lhes um emissário oferecendo-lhes termos de rendição; estes foram rejeitados. A 7 de março, sapadores franceses abriram uma brecha na parede; as tropas francesas por aí se precipitaram, mataram a população que resistia, e pilharam a cidade. Napoleão enviou Eugênio de Beauharnais para restaurar a ordem; ele ofereceu uma saída segura a todos aqueles que se rendessem; as tropas da cidadela, para salvar a cidade de uma maior desolação, entregaram suas armas, e foram levadas como prisioneiras a Napoleão. Ele levantou desanimado as mãos: "O que posso eu fazer com eles?" Não podia levar 2.700 prisioneiros com ele em sua marcha; seus homens já faziam tudo o que podiam para encontrar alimento e bebida para si mesmos. Não podia destacar uma guarda em número suficiente para levar os turcos para a prisão no Cairo. Se os libertasse, nada os impediria de lutar novamente contra os franceses. Napoleão convocou um conselho de seus oficiais e perguntou-lhes qual era seu julgamento. Eles decidiram que o melhor caminho era matar os prisioneiros. Cerca de 300 foram poupados; 2.441 (incluindo civis de todas as idades e ambos os sexos) foram fuzilados, ou foram mortos à baioneta para economizar munição.[74]

Os invasores continuaram na marcha e em 18 de março atingiram a pesadamente fortificada cidade de Acre. A resistência turca foi comandada por Djezzar Paxá, ajudado por Antoine de Phélippeaux — que tinha sido companheiro de estudos de Napoleão em Brienne. Os franceses sitiaram a cidade, sem no entanto empregar a artilharia de sítio que lhes havia sido mandada por mar de Alexandria; uma esquadra inglesa, sob o comando de Sir William Sidney Smith, capturou estas armas, mandou-as para a fortaleza, e depois manteve a guarnição suprida de alimentos e material bélico durante o sítio. No dia 20 de maio, após dois meses de esforços e pesadas baixas, Napoleão ordenou a retirada para o Egito. "Phélippeaux", queixou-se ele, "barrou-me a passagem frente a Acre. Se não fosse ele eu seria o senhor da chave para o Oriente. Eu teria ido a Constantinopla e teria restaurado o Império do Oriente."[75] Em 1803, sem prever 1812, ele disse a Mme. Rémusat: "Minha imaginação morreu em Acre. Jamais deixarei que ela interfira de novo comigo."[76]

O retorno ao longo da costa foi uma sucessão de trágicos dias, com marchas às vezes de 11 horas entre os poços, para achar água quase impossível de beber, que envenenava o corpo e quase não matava a sede. Uma pesada carga de homens feridos ou atingidos pelas pragas demoravam a procissão. Napoleão pediu aos médicos que administrassem doses fatais de ópio àqueles que estavam incuravelmente atingidos; eles se recusaram e Napoleão retirou sua sugestão.[77] Determinou que todos os cavalos fossem destinados à tarefa de carregar os doentes e deu a seus oficiais o exemplo, marchando a pé.[78] No dia 14 de junho, depois de uma marcha de 480 quilômetros desde Acre em 26 dias, o exausto exército fez uma entrada triunfal no Cairo, exibindo 17 bandeiras inimigas e 16 oficiais turcos capturados, como prova de que a expedição tinha sido um orgulhoso sucesso.

Em 11 de julho 100 navios desembarcaram em Abukir um exército de turcos destinado a expulsar os franceses do Egito. Napoleão marchou para o norte com suas melhores tropas e infligiu aos turcos uma derrota tão completa (25 de julho), que muitos deles procuraram a morte no mar, de preferência, a enfrentarem a cavalaria francesa.

Lendo jornais ingleses que lhe foram mandados por Sidney Smith, Napoleão ficou atônito ao saber que uma Segunda Coalizão dos Poderes Centrais tinha expulsado os franceses da Alemanha e recapturado quase toda a Itália, dos Alpes até a Calábria.[79] O edifício completo de suas vitórias tinha ruído numa série de desastres, do Reno e do Pó a Abukir e Acre; e agora, num xeque-mate humilhante, ele se encontrava com suas legiões dizimadas, engarrafado num beco sem saída onde não se precisaria de muito tempo para sua aniquilação.

Em meados de julho recebeu do Diretório uma ordem, que lhe foi mandada em 26 de maio, para retornar imediatamente a Paris.[80] Resolveu voltar para a França de qualquer maneira, apesar do bloqueio dos ingleses; forjar um caminho para o poder e deslocar os atrapalhados líderes que tinham permitido que todas as suas vitórias na Itália fossem tão rapidamente anuladas. De volta ao Cairo, organizou os negócios militares e administrativos, e nomeou o relutante Kleber para comandar os maltratados restos do sonho egípcio. O tesouro do exército estava vazio, e tinha uma dívida de seis milhões de francos; o pagamento dos soldados estava atrasado quatro milhões de francos; seu número e seu moral estavam caindo cada dia, enquanto seus relutantes hospedeiros estavam aumentando em força, e esperando com silenciosa paciência outra oportunidade para revoltar-se. A qualquer momento os governos da Turquia e da Grã-Bretanha podiam enviar para o Egito uma força que, com a ajuda nativa, poderia mais cedo ou mais tarde levar os franceses a uma capitulação irremediável. Napoleão sabia disso tudo, e podia apenas desculpar sua partida alegando que ele era necessário em Paris e que sua volta tinha sido ordenada. Quando deu adeus a seus soldados (a cada um dos quais ele tinha prometido seis hectares de terra após uma volta triunfante), prometeu: "Se eu tiver a boa sorte de chegar à França, o governo desses tagarelas (*bavards*) irá terminar."[81] E ajuda seria mandada a esses conquistadores aprisionados. Ela nunca veio.

Duas fragatas — a *Muiron* e a *Carrère* — tinham sobrevivido ao holocausto em Abukir. Napoleão determinou que elas fossem preparadas para uma tentativa de chegar à França. No dia 23 de agosto de 1799, ele, com Bourrienne, Berthollet e Monge, embarcaram na *Muiron*; os generais Lannes, Murat, Denon e outros seguiram na *Carrère*.[82] Com a permissão do nevoeiro e da grande deusa Sorte, escaparam a todos os olhos e vigias da frota de Nelson. Não puderam parar em Malta, porque os ingleses vitoriosos haviam tomado aquela fortaleza em 9 de fevereiro. No dia 9 de outubro os navios ancoraram à vista de Fréjus, e Napoleão com seus auxiliares foram levados para terra em barcos a remo em São Rafael. Agora chegara a vez de *aut Caesar aut nullus* — ou César ou ninguém.

VII. O DECLÍNIO DO DIRETÓRIO: 4 DE SETEMBRO DE 1797 A 9 DE NOVEMBRO DE 1799

O êxito dos exércitos franceses — que culminou com a submissão da Prússia em Basiléia em 1795, da Áustria em Campofórmio em 1797, e de Nápoles e Suíça em 1798

— amoleceram o governo francês numa lassidão quase que oriental. As duas Câmaras do Corpo Legislativo submetiam-se ao Diretório e os cinco membros do Diretório reconheciam a liderança de Barras, Rewbell, e Larevellière. Estes homens pareciam ter adotado o *motto* que a lenda atribui ao Papa Leão X: "Uma vez que Deus me deu esta função, aproveitemo-la." Abençoados por uma aparente segurança e por um período de relativa paz, e ensinados pela experiência de que as posições governamentais são especialmente inseguras nas revoluções, eles prepararam os ninhos para sua queda. Quando a Inglaterra isolada ofereceu a paz em julho de 1797, foi-lhe respondido que isto poderia ser conseguido pelo pagamento de 500.000 libras esterlinas a Rewbell e Barras; e, segundo consta, um suborno de 400.000 libras esterlinas foi extorquido de Portugal para a paz que lhe foi garantida em agosto daquele ano.[83] Rewbell era ganancioso e Barras necessitava de uma renda elástica para manter Mme. de Tallien e seus associados de bom humor, bem como para sustentar seu luxuoso apartamento no Palácio de Luxemburgo.[84] Talleyrand, como Ministro das Relações Exteriores, raramente perdia uma oportunidade para fazer com que a Revolução financiasse seus gostos aristocráticos; Barras calculava que as gorjetas que Talleyrand recebia muitas vezes excediam a 100.000 *livres* por ano.[85] Em outubro de 1797, três comissários americanos vieram a Paris para resolver uma disputa de navios americanos capturados por corsários franceses; de acordo com o presidente John Adams, foi-lhes dito que se poderia chegar a um acordo mediante um empréstimo de 32 milhões de florins aos membros do Diretório, e de um *douceur* particular de 50.000 libras esterlinas para Talleyrand.[86]

O triunvirato do governo tinha de encarar tantos problemas que a maior parte de suas faltas poderia ser-lhes perdoada — pelo menos as distrações à noite com o sorriso de belas mulheres. Eles evitaram um outro colapso fiscal coletando as taxas tradicionais com mais insistência, restaurando taxas que haviam sido extintas, como os pedágios do transporte, e lançando novos impostos — como sobre licenças e selos, janelas e portas. Eles presidiam uma nação dividida no corpo e na alma, nas províncias e nas classes, por objetivos conflitantes: nobres e plutocratas, católicos vendeianos, ateístas jacobinos, socialistas babeuvianos, mercadores pedindo liberdade, um povo sonhando com a igualdade e vivendo à beira da fome; felizmente as boas safras de 1796 e 1798 encurtaram as filas para o pão.

A vitória dos membros do Diretório "liberais" sobre os membros monarquistas em 1797 tinha sido obtida com a ajuda do apoio dos radicais. Em pagamento parcial por isto, o trio triunfante censurava a imprensa que se inclinava para o lado burguês e o teatro, forjava eleições, fazia prisões sem aviso prévio, e renovava a campanha hébertista contra a religião. A educação dos jovens foi subtraída às freiras e atribuída a instrutores leigos aos quais se ordenava manter todas as idéias sobrenaturais fora de seus ensinamentos.[87] Nos 12 meses de 1797-98, um total de 1.448 padres foram deportados da França, 8.235 da Bélgica. Dos 193 eclesiásticos deportados pelo navio *Décade*, apenas 39 estavam vivos dois anos após.[88]

Enquanto o conflito interno florescia, também o conflito externo aumentava. Na Bélgica, na Holanda e na Renânia, a rapacidade do Diretório fazia novos inimigos de novos amigos; os impostos eram altos, os jovens resistiam ao recrutamento militar, empréstimos forçados enfureciam as pessoas influentes, o confisco de ouro, prata e objetos de arte das igrejas indispunha tanto o clero quanto o povo. Em três anos o Diretório arrancou destas terras e da Itália dois bilhões de *livres*.[89] Depois da partida de Bonaparte

para o Egito "o Diretório continuou uma política de conquista, ou melhor, de rapina, ocupando territórios apenas por causa do dinheiro, pilhando a população, extorquindo 'indenizações' dos governos locais, fazendo da França um objeto de execração".[90] "A República Francesa", dizia o monarquista Mallet du Pan, "está comendo a Europa folha por folha, da mesma forma que se come uma alcachofra. Leva a Revolução às nações de forma a poder despojá-las, e despoja-as para poder subsistir."[91] A guerra tinha-se tornado lucrativa, a paz seria ruinosa. Suspeitando de que a nau do Estado estava navegando para uma tempestade, Talleyrand resignou seu ministério (20 de julho de 1798), e retirou-se para desfrutar de seus despojos.[92]

Napoleão havia dado um exemplo estimulante de como se poderia fazer com que a guerra fosse compensatória, e suas audaciosas operações foram em parte responsáveis pelos desastres militares que sofreu a França no declínio do Diretório. Ele havia submetido a Itália a um protetorado francês de uma forma por demais rápida e superficial, e tinha deixado suas conquistas nas mãos de subordinados aos quais faltavam sua acalmante sutileza e seu tino diplomático. Ele tinha sido por demais otimista ao contar com a boa vontade das novas repúblicas italianas de pagarem à França por sua libertação da Áustria. Ele tinha subestimado o vigor com que a Inglaterra resistiria à ocupação francesa de Malta e do Egito. Por quanto tempo os escarnecidos turcos resistiriam aos convites de seus antigos inimigos, Rússia e Áustria, para aliar-se a eles no disciplinamento desses *nouveaux-riches* revolucionários? Por quanto tempo a partilha da Polônia manteria a Rússia, a Prússia e a Áustria ocupadas demais no leste para restaurar o divino direito dos reis no oeste?

Quase todos os monarcas da Europa aguardavam uma oportunidade para renovar o ataque à França. Eles a vislumbraram quando Napoleão foi para o Egito com 35.000 soldados dos melhores da França; agarraram essa oportunidade quando aquele exército parecia seguramente aprisionado pela vitória de Nelson em Abukir. O czar Paulo I aceitou sua eleição como grão-mestre dos Cavaleiros de Malta, e comprometeu-se a expulsar os franceses daquela importante ilha. Ofereceu sua ajuda a Ferdinando IV para recapturar Nápoles; sonhava em encontrar portos amigos para os navios russos em Nápoles, Malta e Alexandria, fazendo assim da Rússia uma potência no Mediterrâneo. Em 29 de dezembro de 1798 assinou uma aliança com a Inglaterra. Quando o imperador Francisco II deu livre passagem pelo território austríaco a um exército russo que se dirigia para o Reno, a França declarou guerra à Áustria (12 de março de 1799). Em conseqüência disso, a Áustria aliou-se à Rússia, Turquia, Nápoles, Portugal e Inglaterra, numa Segunda Coalizão contra a França.

A fraqueza do Diretório ficou patente neste conflito, que ele havia provocado e que deveria ter previsto. Ele foi moroso em preparar-se, não teve sucesso com as finanças da guerra e foi inábil no recrutamento. Chamou às armas 200.000 homens, e conseguiu apenas 143.000 capacitados para o serviço; destes, apenas 97.000 obedeceram ao chamado; milhares desertaram no caminho, de modo que apenas 74.000 chegaram aos regimentos para onde haviam sido designados. Ali encontraram uma inadequação caótica de fardamento, equipamento e armas. O espírito que certa vez havia animado os exércitos da República não mais se encontrava nestes homens, que haviam experimentado os anos de desordem nacional e desilusões. Faltava ao Diretório que dirigia a França em 1798 a implacável determinação e disciplina com a qual o Comitê de Salvação Pública planejara e dirigira a guerra de 1793.

Houve alguns sucessos iniciais e enganadores. O Piemonte e a Toscana foram conquistados, ocupados e sobre eles lançaram-se impostos. A vitória do rei Ferdinando IV, ao expulsar os franceses de Roma, foi anulada pelos franceses sob o comando de Jean-Étienne Championnet, que entrou em Roma a 15 de dezembro. Ferdinando e sua corte, com Lady Hamilton e 20 milhões de ducados, retiraram-se para Palermo sob a proteção da frota de Nelson. Championnet recuperou Nápoles e ali estabeleceu a República de Partênope, sob o protetorado da França. À medida que a guerra prosseguia e novos contingentes juntavam-se às tropas russo-austríaco-inglesas, as forças francesas eram sobrepujadas num total que chegou a 320.000 contra 170.000. Aos generais franceses, a despeito do brilho das operações de Masséna na Suíça, faltava a habilidade de Napoleão para compensar efetivos superiores com superiores estratégia, tática e disciplina. Jourdan foi derrotado em Stockach (25 de março de 1799), retirou-se para Estrasburgo, e pediu demissão. Schérer foi derrotado em Magnano (5 de abril), retirou-se em desordem, perdeu quase todo o seu exército, e entregou seu comando a Moreau. Foi então que um verdadeiro "diabo de homem", Alexandre Suvorov, chegou com 18.000 russos, e dirigiu-os, com algumas divisões austríacas, numa feroz campanha que arrancou da França uma após outra as regiões que Napoleão tinha conquistado em 1796-97; entrou em Milão vitorioso em 27 de abril; Moreau retirou-se para Gênova e a República Cisalpina de Napoleão chegou a um fim prematuro. Deixado perigosamente sozinho na Suíça, com seu pequeno exército, Masséna abandonou suas conquistas ali e retirou-se para o Reno.

Tendo restituído com tanta facilidade a Lombardia à Áustria, Suvorov marchou de Milão para encontrar-se com uma força francesa que vinha de Nápoles e Roma; em Trebbia (17-19 de junho de 1799) ele a sobrepujou de tal forma que apenas seus restos desorganizados alcançaram Gênova. A República de Partênope havia assim chegado a um fim rápido; Ferdinando retomou seu trono de Nápoles e estabeleceu um reino de terror, no qual centenas de democratas foram levados à morte. Joubert, colocado no comando de todas as forças francesas sobreviventes na Itália, levou-as contra Suvorov em Novi (15 de agosto); ele se expôs temerariamente, e foi morto no princípio da batalha; os franceses lutaram com bravura mas em vão: 12.000 deles caíram naquele campo. A França, tomando conhecimento desta culminante catástrofe, compreendeu que suas fronteiras, arduamente ganhas, estavam desmoronando, e que os russos de Suvorov poderiam em breve estar em solo francês. A imaginação do povo na Alsácia e Provence pintava Suvorov e seus homens como "bárbaros gigantes", como uma onda de selvagens eslavos que se derramava sobre as cidades e vilas da França.

O país, tão recentemente orgulhoso de sua força e de suas vitórias, estava agora em um estado de confusão e medo comparável àquele que, em 1792, havia levado aos Massacres de Setembro. A Vendéia estava novamente revoltada; a Bélgica estava-se levantando contra seus dominadores franceses; 45 dos 86 departamentos da França estavam-se aproximando de um colapso completo em seu governo e em seu moral. Jovens armados estavam atacando os oficiais que eram enviados para recrutá-los; funcionários municipais e coletores de impostos eram assassinados; centenas de bandidos aterrorizavam mercadores e viajantes nas cidades e nas estradas do campo; criminosos dominavam os policiais, abriam as cadeias, libertavam os prisioneiros, e juntavam-nos às suas fileiras; todas as propriedades, abadias e residências estavam sujeitas à pilhagem; havia voltado

o "Grande Terror" de 1794. A nação esperava ansiosamente a proteção dos homens que ela havia enviado a Paris; mas os Conselhos haviam-se rendido ao Diretório, e o Diretório parecia apenas uma outra oligarquia usurpadora, governada pelo suborno, pela chicana e pela força.

Em maio de 1799, o ex-padre Sieyès — que, 10 anos atrás, havia feito eclodir a Revolução perguntando "O que é o Terceiro Estado?" e havia respondido que ele era, e deveria chamar-se, a nação — foi retirado de sua cautelosa obscuridade e eleito para o Diretório; porque, como artífice de constituições, ele se identificara com a lei e com a ordem. Sieyès concordou em servir, com a condição de que Rewbell se demitisse; Rewbell demitiu-se com uma indenização consoladora de 100.000 francos.[93] No dia 18 de junho uma forte minoria de jacobinos nas duas câmaras legislativas forçaram os membros do Diretório Larevellière, Treilhard e Merlin a ceder seus lugares a Louis-Jérôme Gohier, Jean-François Moulin e Roger Ducos. Fouché foi feito Ministro da Polícia, e Robert Lindet tornou-se responsável pelo Tesouro; ambos ressurgiam do Comitê de Salvação Pública. O Clube Jacobino de Paris foi reaberto e nele ressoaram louvores a Robespierre e Babeuf.[94]

A 28 de junho, a Legislatura, sob a influência jacobina, lançou um empréstimo de 100 milhões de *livres*, sob a forma de imposto que variava de 30 a 75 por cento sobre as rendas que excedessem a um nível moderado. Os cidadãos mais prósperos contrataram advogados para encontrar falhas na lei e ouviam com agrado planos para a derrubada do governo. A 12 de julho os jacobinos conseguiram a passagem da Lei dos Reféns: cada comuna da França recebeu ordens de compilar uma lista dos cidadãos locais relacionados com a nobreza fora da lei e mantê-los sob vigilância; para cada roubo cometido estes reféns deveriam ser multados; para cada assassinato de um "patriota" (alguém leal ao regime existente) quatro reféns deveriam ser deportados. Este decreto foi recebido com um grito de horror nas classes superiores, e não teve boa recepção nos comuns.

Depois de uma década de agitações, lutas de classes, guerras estrangeiras, alterações políticas, tribunais sem leis, espoliações tirânicas, execuções e massacres, quase toda a França estava cansada da Revolução. Aqueles que olhavam com tristeza para trás, para "os bons velhos tempos " de Luís XVI, sentiam que somente um rei poderia trazer a França de volta à ordem e ao bom senso. Aqueles que prezavam o cristianismo católico rezavam pelo momento em que pudessem livrar-se do governo dos ateístas. Mesmo alguns céticos convictos, que tinham deixado de lado toda a crença no sobrenatural, vieram a duvidar de que um código moral, sem o apoio de uma fé religiosa, pudesse resistir a paixões livres de grilhões e impulsos anti-sociais enraizados em séculos de insegurança, caça e selvageria; muitos pais descrentes estavam mandando seus filhos para a escola, para a oração, confissão e primeira comunhão, como esperançosas fontes de pudor, disciplina familiar e paz mental. Camponeses e proprietários burgueses, que deviam suas terras à Revolução e desejavam mantê-las, tinham sido levados a odiar o governo que tantas vezes aparecia com impostos sobre suas colheitas ou para recrutar seus filhos. Os trabalhadores das cidades estavam clamando por pão mais desesperadamente ainda do que antes da queda da Bastilha; viam os negociantes, os donos de fábricas, os especuladores, os políticos, os membros do Diretório vivendo no luxo; tinham sido levados a olhar a Revolução como a mera substituição da nobreza pela burguesia, como os patrões e os exploradores do Estado. Mas seus patrões burgueses também estavam descon-

tentes. As estradas inseguras e negligenciadas faziam com que as viagens e o comércio se tornassem trabalhosos e cheios de perigos; os empréstimos forçados e os altos impostos desencorajavam os investimentos e novas empresas; em Lyons, 13 mil das 15 mil oficinas tinham sido abandonadas como não-lucrativas, juntando milhares de homens e mulheres aos desempregados. Le Havre, Bordéus e Marselha tinham sido arruinadas pela guerra e o conseqüente bloqueio inglês. A minoria, cada vez menos significativa, que ainda falava de liberdade, dificilmente podia associá-la com a Revolução, que tinha destruído tantas liberdades, tinha aprovado tantas leis aterrorizantes e tinha mandado tantos homens e mulheres para a prisão e a guilhotina. As mulheres, exceto as esposas, amantes e filhas dos antigos e novos ricos, movimentavam-se ansiosas de uma fila para outra, perguntando-se se o estoque de mercadorias iria acabar, se seus filhos, irmãos e maridos jamais retornariam da guerra e se a guerra jamais acabaria. Os soldados, acostumados à violência, ao roubo e ao ódio, sofrendo não só a derrota mas a falta e má qualidade dos suprimentos, ficavam irritados com as repetidas revelações de corrupção dos homens que os comandavam, alimentavam ou vestiam; quando vinham para casa ou para Paris, encontravam semelhante desonestidade na sociedade, no comércio, na indústria, nas finanças e no governo; por que — perguntavam-se — deveriam eles deixar-se matar por um sonho tão empanado? A miragem de um brilhante mundo novo recuava e desvanecia-se à medida que a Revolução marchava.

Alguns espíritos reanimavam-se por certo tempo com as notícias de que os aliados haviam brigado e se separado e tinham sido batidos de novo na Suíça e na Holanda; que Masséna retomara a iniciativa e cortara o exército russo em dois em Zurique (26 de agosto de 1799), que os terríveis eslavos estavam em retirada, e que a Rússia tinha abandonado a Coligação. Os franceses começaram a pensar o que aconteceria se algum general como Masséna, Moreau, Bernadotte, ou o melhor de todos, Bonaparte, que havia regressado do Egito em segurança, levasse um batalhão a Paris, expulsasse os políticos e desse à França ordem e segurança mesmo ao custo da liberdade? A maioria dos franceses tinha chegado à conclusão de que apenas um governo centralizado, sob um líder autoritário, poderia terminar o caos da Revolução, e dar ao país a ordem e a segurança de uma vida civilizada.

VIII. NAPOLEÃO ASSUME O PODER: O 18 BRUMÁRIO (9 DE NOVEMBRO DE 1799)

Sieyès concordou. Estudando seus colegas membros do Diretório, viu que nenhum deles — nem mesmo o esperto Barras — tinha a combinação de inteligência, visão e vontade necessárria para trazer a França ao bom senso e à unidade. Ele trazia uma constituição em processo de gestação, mas desejava um general para ajudá-lo em seu nascimento e servir-lhe como seu braço. Havia pensado em Joubert, mas agora Joubert estava morto. Sieyès mandou buscar Moreau, e quase o havia persuadido a ser o "homem a cavalo"; mas quando eles souberam que Napoleão estava voltando do Egito, Moreau disse a Sieyès: "Eis aí vosso homem; ele fará o vosso *coup d'état* muito melhor do que eu poderia."[95] Sieyès considerou o assunto; Napoleão poderia ser o homem, mas aceitaria Sieyès e a nova constituição como seus guias?

No dia 13 de outubro os membros do Diretório notificaram aos Conselhos que Na-

poleão tinha desembarcado próximo a Fréjus; os membros do Conselho levantaram-se em aclamação. Por três dias e noites o povo de Paris celebrou a notícia, bebendo nas tavernas e cantando nas ruas. Em cada cidade, no caminho da costa até a capital, o povo e seus governantes vieram para a rua receber o homem que lhes parecia o símbolo e a segurança da vitória; ainda não sabiam do desastre do Egito. Em alguns centros, relatava o *Moniteur*, "o povo era tanto que o tráfego mal podia avançar".[96] Em Lyons foi montada uma peça de teatro em honra de Bonaparte, e um orador lhe disse: "Vai e combate o inimigo, derrota-o, e nós te faremos rei."[97] Mas o pequeno general, silencioso e sombrio, estava pensando como iria tratar Josefina.

Quando chegou a Paris (16 de outubro), foi diretamente para a casa que tinha comprado na rua que, rebatizada em sua honra, chamava-se agora Rue de la Victoire. Tinha a esperança de ali encontrar sua infiel esposa, e de fazê-la desaparecer de sua vida. Ela não estava ali, e por duas razões. Primeiro, em 21 de abril, enquanto ele sitiava Acre, ela comprara uma propriedade de 120 hectares, Malmaison, cerca de 16 quilômetros de Paris, Sena abaixo; Barras tinha-lhe adiantado 50.000 francos para o pagamento inicial do total de 300.000 francos do preço; e o capitão Hippolyte Charles tinha sido o primeiro convidado dela no espaçoso castelo.[98] Segundo, ela e sua filha tinham deixado Paris quatro dias antes para dirigir-se a Lyons, na esperança de encontrar Napoleão no caminho. Quando Josefina e Hortência descobriram que Napoleão tinha escolhido um caminho alternativo, voltaram, embora literalmente doentes da viagem, e refizeram 320 quilômetros de estrada até a capital. Neste ínterim, o idoso sogro, o marquês de Beauharnais, tinha ido a Napoleão para defendê-la: "Quaisquer que tenham sido seus erros, esquecei-vos deles; não jogueis a desonra sobre minha cabeça branca e sobre uma família que vos honra."[99] Os irmãos de Bonaparte apressavam-no a divorciar-se dela, pois sua família se ressentia do poder que ela exercia sobre Napoleão; mas Barras alertou-o de que um escândalo público iria prejudicar sua carreira política.

Quando a mãe e a filha exaustas chegaram ao número 3 da Rue de la Victoire (18 de outubro), Eugênio encontrou-as na porta e alertou-as de que deviam esperar uma tempestade. Deixando-o encarregado de atender a sua irmã, Josefina subiu as escadas e bateu na porta do quarto de Napoleão. Ele respondeu que estava resolvido a jamais vê-la novamente. Ela caiu no chão no topo das escadas e chorou até que Eugênio e Hortência a levantaram e levaram-na de novo para fazer um apelo unidos. Napoleão mais tarde relatava: "Eu fiquei profundamente comovido. Não podia suportar os soluços daquelas duas crianças. Perguntei a mim mesmo: poderiam eles ser as vítimas das falhas de sua mãe? Dirigi-me a eles, tomei Eugênio pelo braço e apertei-o contra mim. Então veio Hortência com sua mãe... O que podia eu dizer? Não se pode ser humano sem ser herdeiro das fraquezas humanas."[100]

Naqueles dias amargos ele se manteve longe das vistas do público; sabia que um homem público não deve ser por demais público. Em casa e na rua ele usava roupas civis, para desencorajar os rumores de que o exército estava planejando tomar o governo. Fez duas visitas: uma para levar seus respeitos a Mme. Helvétius, então com 80 anos, em Auteuil; a outra ao Instituto. Ali ele falou a respeito da expedição ao Egito, que tinha sido organizada em grande parte no interesse da ciência; Berthollet e Monge apoiaram-no; Laplace, Lagrange, Cabanis e muitos outros escutaram-no como a um cientista e filósofo.[101] Nesta reunião ele se encontrou com Sieyès e venceu-o com uma ob-

servação: "Nós não temos governo porque não temos constituição, ou pelo menos aquela de que necessitamos; vosso gênio deve dar-nos uma."[102]

Em breve sua casa tornou-se um centro de negociações secretas. Recebia visitantes da esquerda e da direita. Prometeu aos jacobinos preservar a República e defender os interesses das massas; mas também, mais tarde declarou francamente, "eu recebi os agentes dos Bourbons".[103] No entanto, manteve-se afastado de qualquer facção, especialmente do exército. O general Bernadotte, que alimentava esperanças de ser ele mesmo o chefe do governo, recomendou-lhe que se mantivesse afastado da política e se contentasse com outro comando militar. Napoleão escutava com mais satisfação aos civis como Sieyès, que o aconselhavam a tomar o governo e inaugurar uma nova constituição. Isto requereria forçar ou quebrar uma lei ou duas; mas o Conselho dos Anciãos, alarmado por um renascimento jacobino, fecharia os olhos a uma pequena ilegalidade; e o Conselho dos Quinhentos, a despeito de sua forte minoria jacobina, tinha recentemente eleito Luciano Bonaparte como seu presidente. Dos cinco membros do Diretório, Sieyès e Ducos tinham assumido compromisso com Napoleão; Talleyrand encarregou-se de persuadir Barras a aposentar-se com seus lauréis e com o que havia ganho; Gohier, presidente do Diretório, estava meio apaixonado por Josefina e poderia ser imobilizado por seus sorrisos.[104] Alguns banqueiros provavelmente mandaram a segurança de amigável apoio financeiro.[105]

Na primeira semana de novembro espalhou-se um boato por Paris de que os jacobinos estavam preparando um levante da população. Mme. de Stäel levou esta notícia tão a sério que se preparou para uma rápida partida se eclodisse a violência.[106] A 9 de novembro (o doravante famoso décimo oitavo dia do mês Brumário) o Conselho dos Anciãos, usando seus poderes constitucionais, ordenou que seu Conselho e o Conselho dos Quinhentos, transferissem suas assembléias, na manhã seguinte, para o palácio real no subúrbio de St.-Cloud. Exagerando seus poderes constitucionais, designou Bonaparte comandante da guarnição de Paris, e pediu-lhe para vir imediatamente aos Anciãos nas Tulherias e ali fazer o juramento de serviço. Ele veio, escoltado por 60 oficiais, e comprometeu-se em termos suficientemente gerais para permitir certa latitude numa interpretação posterior: "Nós queremos uma República baseada na liberdade, igualdade, e no sagrado princípio da representação nacional. Nós a teremos, eu o juro!"[107]

Ao sair da sala, disse às tropas reunidas: "O exército está comigo, e eu estou com o corpo legislativo." Nesta altura um certo Bottot, secretário de Barras, trouxe a Napoleão uma mensagem do outrora poderoso membro do diretório pedindo um salvo-conduto para sair de Paris. Num tom de voz que ele esperava que tanto os soldados como os civis ouvissem, Napoleão esmagou o pobre Bottot com uma apóstrofe que era quase uma sentença de morte do Diretório: "Que fizestes vós com esta França que eu vos deixei em seu máximo esplendor? Eu vos deixei paz, e encontro guerra; eu vos deixei vitória e encontro derrotas! Eu vos deixei milhões da Itália; encontro em todos os lugares a espoliação e a miséria. Que fizestes vós com os 100.000 franceses que eu conhecia, meus companheiros de glória? Eles estão mortos."

Os ouvintes de Napoleão não sabiam que ele estava tomando emprestadas algumas dessas linhas de um jacobino de Grenoble; eles sentiram sua força e por longo tempo guardaram-na em sua memória como uma justificativa do golpe que estava por acontecer. Então, temendo que suas palavras levassem Barras a antagonizá-lo, chamou Bottot

à parte e assegurou-lhe que seus sentimentos pessoais sobre o membro do Diretório permaneciam sem mudança.[108] Montou seu cavalo, passou em revista as tropas e voltou para Josefina, completamente trêmulo com seu sucesso como orador.

No dia 10 de novembro o general Lefebvre levou 500 homens da guarnição de Paris para St.-Cloud, e estacionou-os próximo ao palácio real. Napoleão e alguns de seus oficiais favoritos seguiram-no; depois deles vieram Sieyès, Ducos, Talleyrand, Bourrienne. Assistiram ao Conselho dos Anciãos reunir-se na Galeria de Marte, e ao Conselho dos Quinhentos na Orangerie, que ficava ao lado. Tão logo Luciano Bonaparte abriu a sessão dos Quinhentos, levantaram-se protestos contra a presença de soldados em torno do palácio; ouviram-se gritos de "Fora a ditadura! Abaixo os ditadores! Nós somos aqui homens livres; as baionetas não nos intimidam!" Foi apresentada uma moção pela qual todos os deputados deviam ir à tribuna e audivelmente renovar seu juramento de proteger a constituição. Assim foi ordenado e essa votação prosseguiu vagarosamente até às quatro horas da tarde.

Os Anciãos também não se impacientaram, baseados em que tinham de esperar que os Quinhentos lhes submetessem propostas. Napoleão, impaciente em uma sala próxima, temia que sua causa estivesse perdida, a não ser que uma ação decisiva fosse tomada com rapidez. Entre Berthier e Bourrienne ele caminhou para a tribuna dos Anciãos e tentou animar estes velhos a tomarem alguma atitude. Mas ele, que era eloqüente nas proclamações e tão decisivo na conversação, estava por demais envolvido por emoções e idéias, para poder pronunciar uma oração ordenada diante de um corpo legislativo. Falou abruptamente, com veemência, quase de modo incoerente:

> Vós estais sobre um vulcão!... Permiti-me que vos fale com a liberdade de um soldado... Eu estava em paz em Paris quando vós me chamastes para executar vossas ordens... Reuni meus camaradas; voamos em vosso socorro... O povo me cobre de calúnias; falam de César, de Cromwell, de governo militar... O tempo urge; é essencial que tomeis prontas medidas... A República não tem governo; apenas permanece o Conselho dos Anciãos. Que ele tome medidas, que fale; eu serei vosso agente na ação. Salvemos a liberdade! Salvemos a igualdade![109]

Um deputado interrompeu-o: "E a constituição?" Napoleão retrucou com encolerizada paixão: "A constituição? Vós mesmos a haveis destruído; vós a violastes no 18 Fructidor; vós a violastes no 22 Floreal; vós a violastes no 30 Prairial. Ela não mais merece o respeito de ninguém." Quando desafiado a dar os nomes dos homens que se encontravam atrás do alegado plano jacobino, ele nomeou Barras e Moulin; sendo-lhe pedido que provasse, hesitou, e não pôde pensar em coisa mais convincente do que fazer um apelo aos soldados que estavam na entrada da sala: "Vós, meus bravos camaradas, que me acompanhais, bravos granadeiros... se qualquer orador trazido por um estranho ousar pronunciar as palavras *Hors la loi*, que o relâmpago da guerra o esmague no mesmo instante."[110] Perguntas e objeções assoberbaram o orador; suas palavras tornaram-se mais confusas; seus ajudantes vieram em seu socorro e escoltaram-no para fora da Câmara.[111] Parecia haver arruinado seu empreendimento.

Resolveu tentar de novo. E desta vez enfrentando diretamente o inimigo — os Quinhentos, com sua ativa minoria de jacobinos. Escoltado por quatro granadeiros entrou na Orangerie. Os deputados ficaram irritados pela demonstração militar; a sala ressoava

com gritos de "*À bas le dictateur! À bas le tyran! Hors la loi*! (Ponham-no fora da lei)"; este era o grito que tinha precipitado a queda e a morte de Robespierre. Apresentou-se uma moção para declarar Napoleão fora da lei; Luciano Bonaparte, presidindo, recusou-se pô-la em votação; entregando a presidência dos Quinhentos para um amigo, subiu à tribuna e falou em defesa de seu irmão. Deputados excitados rodeavam Napoleão. "Foi para isto que vós vencestes vossas batalhas?" perguntou um; outros pressionaram-no tanto, que esteve próximo de desmaiar; os granadeiros forçaram seu caminho até ele e levaram-no para fora da sala. Reanimado pelo ar livre, montou num cavalo e fez um apelo às tropas que estavam espantadas ao ver-lhe as roupas rasgadas e seu cabelo em desalinho. "Soldados, posso contar com vocês?" perguntou ele. "Sim", muitos responderam, mas outros hesitaram. Napoleão estava de novo confuso; seu grande projeto de novo parecia estilhaçado.

Foi salvo por seu irmão. Luciano saiu correndo da Orangerie, pulou sobre o cavalo mais próximo, cavalgou ao lado de Napoleão e falou para os soldados da guarda desorganizados, com autoridade, eloqüência e considerável torção da verdade:

> Como presidente do Conselho dos Quinhentos, eu vos declaro que a imensa maioria do Conselho está neste momento aterrorizada com alguns representantes armados de estiletes que cercam a tribuna e ameaçam de morte a seus colegas... Declaro-vos que estes audaciosos bandidos, sem dúvida pagos pela Inglaterra, rebelaram-se contra o Conselho dos Anciãos, e tiveram a coragem de falar em colocar fora da lei o general encarregado de executar o decreto dos Anciãos. ... Eu confio aos soldados a responsabilidade de libertar a maioria de seus representantes. Generais, soldados, cidadãos: vós deveis reconhecer como legisladores da França somente aqueles que estão a meu lado. Àqueles que persistem em permanecer na Orangerie, que a força os expulse de lá.[112]

Luciano tomou de uma espada, apontou-a ao peito de Napoleão, e jurou que se seu irmão algum dia atacasse a liberdade do povo francês ele o mataria com suas próprias mãos.

Em vista disso Napoleão deu ordem aos tambores que rufassem e às tropas que invadissem a Orangerie e dispersassem os deputados desobedientes. Murat e Lefebvre foram à frente e os granadeiros seguiam-nos gritando: "*Bravo! À bas les Jacobins! À bas les'93! C'est le passage du Rubicon!*" ("Bravo! Abaixo os jacobinos! Abaixo os 93! É a passagem do Rubicão!") Quando os deputados viram as baionetas avançando sobre eles, a maioria fugiu, alguns pulando pelas janelas; uma minoria reuniu-se em torno de Luciano. Aquele triunfante mestre de cerimônias dirigiu-se aos Anciãos e explicou que os Quinhentos tinham sido submetidos a uma purgação curativa. Os Anciãos, contentes de haverem sobrevivido, aprovaram um decreto substituindo o Diretório por três "Cônsules Provisórios" — Bonaparte, Sieyès e Ducos. Cerca de 100 membros dos Quinhentos foram organizados em uma segunda câmara. Ambas as câmaras suspenderam as sessões até 20 de fevereiro de 1800, deixando aos Cônsules a missão de escrever uma nova constituição e governar a França. "Amanhã", disse Napoleão a Bourrienne, "iremos dormir no Luxemburgo."[113]

CAPÍTULO VI

A Vida sob a Revolução

1789-99

I. AS NOVAS CLASSES

AQUI nós paramos o tempo em seu vôo, e olhamos para um povo sofredor numa concentração da história. Como os 20 anos entre o cruzamento do Rubicão por César e a ascensão de Augusto (49-29 a.C.), os 26 anos entre a tomada da Bastilha e a abdicação final de Napoleão (1789-1815) foram tão ricos em acontecimentos memoráveis como séculos não o tinham sido em períodos menos convulsivos e remodelativos. Não obstante, sob os tremores do governo, o fluxo das instituições e as exaltações do gênio, os elementos e graças da civilização continuaram a existir: a produção e distribuição de alimentos e mercadorias, a procura e a transmissão do conhecimento, a disciplina do instinto e do caráter, as trocas de afeição, o consolo dos trabalhos e das lutas pela arte, pelas letras, pela caridade, pelos jogos e pelo canto; as transmutações da imaginação, da fé e da esperança. E não serão estes, por acaso, a realidade e o sustentáculo da História, ao lado dos quais as agitações de superfície dos governos e dos heróis não passam de contornos incidentais evanescentes de um sonho?

1. *Os camponeses*. Muitos deles, em 1789, ainda eram trabalhadores pagos por dia e parceiros nas colheitas, trabalhando a terra de outros homens; mas por volta de 1793 metade do solo da França era propriedade dos camponeses, cuja maioria havia comprado suas terras a preço de barganha das propriedades confiscadas da Igreja; e todos, menos uns poucos camponeses, tinham-se libertado dos direitos feudais. O estímulo da propriedade tinha transformado o trabalho de sacrifício em devoção, fazendo crescer diariamente o excedente com o qual se construíam casas, ou tornavam-nas mais confortáveis, bem como as igrejas e escolas — bastando para isso comprar ou enganar o coletor de impostos. E os impostos podiam ser pagos com *assignats* — papel-moeda do governo — por seu valor estampado, enquanto os produtos podiam ser vendidos pelos mesmos *assignats* multiplicados por 100, de modo a igualar seu valor nominal. Nunca o solo da França havia sido tão zelosamente cultivado e com tantos frutos.

Esta liberação da maior das classes numa sociedade agora sem castas foi o efeito mais visível e duradouro da Revolução. Estes vigorosos produtores tornaram-se os mais fortes defensores da Revolução, pois ela lhes dera a terra, que uma restauração dos Bourbons poderia tirar-lhes. Pela mesma razão eles apoiavam Napoleão, e por 15 anos deram-lhe a metade de seus filhos. Como orgulhosos donos de suas propriedades, aliaram-se politicamente à burguesia e serviram, durante todo o século XIX, como um lastro conservador por ocasião dos repetidos paroxismos do Estado.

Tendo-se comprometido com a igualdade dos direitos, a Convenção (1793) havia abo-

lido a primogenitura, e determinado que a propriedade deveria ser distribuída na herança em partes iguais para todos os filhos do testador, incluindo aqueles nascidos fora de um casamento legal, porém reconhecidos pelo pai. Esta legislação teve importantes resultados, morais e econômicos: relutantes em condenar seus herdeiros à pobreza por periódicas divisões do patrimônio entre muitas crianças, os franceses passaram a cultivar as velhas artes de limitação da família. Os camponeses continuaram prósperos, mas a população da França cresceu lentamente durante o século XIX — de 28 milhões em 1800 para 39 milhões em 1914, enquanto que a da Alemanha subiu de 21 milhões para 67 milhões.[1] Prosperando junto à terra, os camponeses franceses só muito devagar se moviam para as cidades e as fábricas; assim, a França permaneceu predominantemente agrícola, enquanto a Inglaterra e a Alemanha desenvolviam indústrias e tecnologia, aperfeiçoavam-se na guerra e dominavam a Europa.

2. *O Proletariado*. A pobreza permanecia, e era mais severa entre os camponeses sem terra, os mineiros, bem como os trabalhadores e os profissionais nas cidades. Os homens mergulhavam na terra para procurar os metais e minerais para a indústria e para a guerra; o salitre era necessário para a pólvora, e o carvão substituía cada vez mais a madeira como gerador de força motriz. As cidades eram claras e cheias de vida durante o dia, escuras e quietas à noite, até 1793, quando as comunas instalaram iluminação nas ruas de Paris. Os artífices trabalhavam em suas oficinas iluminadas à vela; os comerciantes expunham e os vendedores ambulantes anunciavam suas mercadorias; no centro da cidade havia sempre um mercado ao ar livre; nos morros um castelo e uma igreja; nos arredores uma fábrica ou duas. As corporações ou guildas foram abolidas em 1791, quando a Assembléia Nacional declarou que dali em diante todas as pessoas "tinham a liberdade de fazer qualquer negócio, exercitar qualquer profissão, arte ou comércio, de sua escolha".[2] A "Lei de Le Chapel" (de 1791) proibia aos trabalhadores de se combinarem para uma ação econômica conjunta; esta proibição permaneceu efetiva até 1884. As greves eram proibidas porém freqüentes e isoladas.[3] Os trabalhadores lutavam para manter seus salários sem serem diluídos pela inflação da moeda; geralmente, no entanto, mantinham seus salários à frente dos aumentos de preços.[4] Depois da queda de Robespierre, os empregadores aumentaram seu controle e a condição do proletariado piorou. Em 1795 os *sansculottes* eram tão pobres e perseguidos como antes da Revolução. Em 1799 eles tinham perdido sua fé na Revolução, e em 1800 submeteram-se esperançosamente à ditadura de Napoleão.

3. *A burguesia* triunfou na Revolução porque tinha mais dinheiro e mais inteligência do que a aristocracia e a plebe. Comprou do Estado as porções mais lucrativas das propriedades que haviam sido confiscadas da Igreja. A riqueza da burguesia não ficava amarrada à terra imóvel; podia ser transferida de um lugar para outro, de um objetivo para outro, de uma pessoa para outra, de um lugar qualquer para qualquer legislador. A burguesia podia pagar tropas, governos e turbas insurrectas. Havia adquirido experiência na administração do Estado; sabia como coletar impostos e influenciava o tesouro através de seus empréstimos. Possuía uma educação mais prática do que a nobreza e o clero, e estava mais bem equipada para governar uma sociedade na qual o dinheiro era o sangue que circulava. Considerava a pobreza como uma punição pela estupidez; e sua própria

riqueza como a justa recompensa pela aplicação e inteligência. Não acreditou no governo dos *sansculottes*; denunciou a interrupção do governo pelo levante dos trabalhadores como uma impertinência intolerável. Estava certa de que, quando o barulho e a fúria da revolução desaparecessem, a burguesia seria a dona do Estado.

Na França a burguesia era mais uma burguesia comercial que uma burguesia industrial. Não houve na França a substituição de fazendas por terras de pastagem, como estava acontecendo na Inglaterra, levando os camponeses de seus campos para as cidades para ali formar uma força de trabalho barata para as fábricas; por outro lado, o bloqueio britânico impedia na França o comércio exportador que poderia suportar indústrias em expansão. Assim o sistema de fábricas desenvolveu-se mais vagarosamente na França do que na Inglaterra. Havia algumas organizações capitalistas de vulto em Paris, Lyons, Lille, Toulouse..., mas a maior parte da indústria francesa ainda estava no estágio de artesanato e pequena oficina, e mesmo os capitalistas delegavam muito trabalho manual para ser realizado em casa, na campanha ou na cidade. Exceto por rajadas autoritárias em tempo de guerra, e algum namoro dos jacobinos com o socialismo, o governo revolucionário aceitou a teoria fisiocrática da livre empresa como o sistema econômico mais estimulante e produtivo. Os tratados de paz com a Prússia em 1795 e com a Áustria em 1797 liberaram as restrições que havia sobre a economia, e o capitalismo francês, como o inglês e o americano, entrou no século XIX sob as bênçãos de um governo que governava o mínimo.

4. *A aristocracia* tinha perdido todo o seu poder na direção da economia e do governo. A maioria dos seus membros era ainda formada por *émigrés*, vivendo no estrangeiro em ocupações humilhantes; suas propriedades tinham sido confiscadas, seus rendimentos estavam suspensos. Daqueles nobres que tinham ficado, ou que tinham retornado, muitos foram guilhotinados, alguns aderiram à Revolução, e o resto, até 1794, havia ficado escondido em precária obscuridade e repetidamente perseguido em suas propriedades. Sob o Diretório essas limitações foram minoradas; muitos *émigrés* voltaram; alguns recuperaram parte de suas propriedades; e por volta de 1797 muitas vozes murmuravam que unicamente uma monarquia suportada e controlada por uma aristocracia em funcionamento poderia restaurar a ordem e a segurança à vida francesa. Napoleão concordava com elas, porém à sua própria moda e em seu próprio tempo.

5. *A religião* na França, à medida que a Revolução aproximava-se do seu final, estava aprendendo a sobreviver sem o auxílio do Estado. Os protestantes, que então representavam cinco por cento da população, estavam liberados de todas as restrições civis; a liberdade limitada de culto, que lhes havia sido concedida por Luís XVI em 1787, foi completada pela Constituição de 1791. Um decreto de 28 de setembro de 1791 estendeu aos judeus da França todos os direitos civis, e colocou-os em pé de igualdade legal com todos os outros cidadãos.

O clero católico, antigamente o Primeiro Estado, agora sofria a hostilidade de um governo anticlerical voltairiano. As classes superiores tinham perdido a crença nas doutrinas da Igreja; a classe média havia adquirido a maior parte da riqueza imobiliária da Igreja; por volta de 1793, a propriedade da Igreja, que valera dois e meio bilhões de libras,[5] havia sido vendida a seus inimigos. Na Itália, o Papado tinha sido privado de

seus estados e de suas rendas, e Pio VI tinha sido feito prisioneiro. Milhares de padres franceses tinham fugido para outros países e muitos deles estavam vivendo de esmolas dos protestantes.[6] Centenas de igrejas haviam sido fechadas ou tiveram seus tesouros confiscados. Os sinos das igrejas foram silenciados ou fundidos. Voltaire e Diderot, Helvétius e d'Holbach tinham aparentemente ganho sua guerra contra a Igreja.

A vitória não era clara. A Igreja tinha perdido suas riquezas e o poder político, porém suas raízes permaneciam na lealdade do clero e nas necessidades e esperanças do povo. Muitos homens nas grandes cidades tinham se afastado da fé; no entanto quase todos freqüentavam a Igreja por um dia — no Natal e na Páscoa; e no auge da Revolução (maio de 1793), quando um padre levou a hóstia consagrada ao longo de uma rua de Paris, os circunstantes, segundo o relato de uma testemunha visual — "homens, mulheres e crianças — caíram de joelhos em adoração."[7] Mesmo os céticos deveriam sentir o mesmerismo do cerimonial, a beleza jamais esmaecida da narrativa religiosa; e deveriam pensar na "aposta" de Pascal — que seria prudente acreditar, uma vez que, no fim, o que acreditava nada tinha a perder, enquanto que os que não acreditavam perderiam tudo se estivessem errados...

Sob o Diretório, a nação francesa estava dividida entre um povo retornando vagarosamente à sua fé tradicional e um governo resolvido a estabelecer, por lei e pela educação, uma civilização puramente secular. A 8 de outubro de 1798 o Diretório, então purgado e recentemente radical, enviou a todos os professores das escolas públicas as seguintes instruções:

> Vós deveis excluir de vosso ensino tudo que se relacione com os dogmas ou ritos de qualquer religião ou seita, qualquer que ela seja. A Constituição certamente as tolera, porém o ensino delas não é parte da instrução pública, nem jamais o será. A Constituição é fundada na base da moralidade universal; e esta moralidade de todos os tempos, em todos os lugares, em todas as religiões — esta lei gravada nas tábuas da lei da família humana — é que deve ser a alma de vosso ensino, o objeto de vossos preceitos e o elo de ligação de vossos estudos, como ela é o nó que amarra toda sociedade.[8]

Aqui, claramente exposta, estava uma das mais difíceis empresas da Revolução, como é um dos mais difíceis problemas do nosso tempo: construir uma ordem social sob um sistema de moralidade independente de crenças religiosas. Napoleão viria a julgar a proposta impraticável; os Estados Unidos da América do Norte mantiveram-se fiéis a ela até nossos tempos.

6. *Educação*. Assim foi que o Estado tomou da Igreja o controle das escolas e lutou para fazer delas o viveiro da inteligência, da moralidade e do patriotismo. A 21 de abril de 1792, Condorcet, como chefe do Comitê de Instrução Pública, apresentou à Assembléia Legislativa um relato histórico apelando para a reorganização da educação, de forma que "o progresso cada vez mais crescente do Iluminismo possa abrir uma fonte inexaurível de ajuda para nossas necessidades, de remédios para nossos males, de meios para a felicidade individual e a prosperidade comum".[9] A guerra atrasou a implementação deste ideal, porém em 4 de maio de 1793, Condorcet renovou seu apelo, embora numa base mais estreita. "O país", disse ele, "tem o direito de criar seus próprios filhos; não

pode confiar esse dever ao orgulho familiar nem aos preconceitos dos indivíduos... A educação (deveria ser) comum e igual para todo o povo francês ... Nós lhe atribuímos um grande caráter, análogo à natureza de nosso governo e às sublimes doutrinas de nossa república."[10] Esta formulação parecia substituir uma forma de doutrinação por outra — nacionalista em vez de católica; o nacionalismo deveria ser a religião oficial. Em 28 de outubro de 1793, a Convenção ordenou que nenhuma pessoa eclesiástica poderia ser designada como professor nas escolas do Estado. A 19 de dezembro proclamou que todas as escolas primárias seriam gratuitas e que o comparecimento às aulas era compulsório para todos os rapazes. Quanto às moças, esperava-se que deveriam receber educação de suas mães, de conventos ou de tutores.

A reorganização das escolas secundárias teve que esperar pela paz; mesmo assim, a 25 de fevereiro de 1794, a Convenção começou a estabelecer aquelas "Écoles Centrales" que iriam tornar-se os liceus dos departamentos, ou ginásios do futuro. Abriram-se escolas especiais para mineração, trabalhos públicos, astronomia, música, artes e profissões; e em 28 de setembro de 1794 a École Polytechnique começou sua prestigiosa carreira. A Academia Francesa foi eliminada em 8 de agosto de 1793, como um asilo de velhos reacionários, mas em 25 de outubro de 1795 a Convenção criou o Institut National de France, que deveria incluir várias academias para o encorajamento e regulamentação de todas as ciências e artes. Aqui se reuniam os cientistas e letrados que continuavam as tradições do Iluminismo, e deram uma permanente significação à incursão de Napoleão no Egito.

7. *O "Quarto Estado"* — os jornalistas e a imprensa — pode ter tido maior influência do que as escolas na formação da mente e da atitude da França nestes anos efervescentes. O povo de Paris — e, em grau pouco menor, o da França — engolia todos os dias avidamente papel impresso. As folhas satíricas prosperavam, espicaçando políticos e "sábios" para deleite da gente comum. A Revolução, na Declaração dos Direitos do Homem, tinha se comprometido a manter a liberdade de imprensa; assim o fez através do governo das Assembléias Nacional e Constituinte (1789-91); mas, à medida que crescia o calor da luta política, cada lado marcava suas vitórias limitando as publicações de seus inimigos; efetivamente a liberdade da imprensa morreu com a execução do rei (21 de janeiro de 1793). A 18 de março a Convenção decretou morte para "quem quer que proponha uma lei agrária, ou qualquer lei subversiva da propriedade territorial, comercial ou industrial"; e em 29 de março os regicidas triunfantes persuadiram a Convenção a decretar pena de morte para "quem quer que seja condenado por ter composto ou impresso trabalhos ou escritos que possam provocar ... restabelecimento da realeza, ou qualquer outro poder que prejudique a soberania do povo."[11] Robespierre defendeu por longo tempo a liberdade de imprensa, porém, após ter mandado Hébert, Danton e Desmoulins para a guilhotina, pôs fim aos jornais que os haviam apoiado. Durante o Terror toda a liberdade de expressão desapareceu, mesmo na Convenção. O Diretório restaurou a liberdade de imprensa em 1796, mas um ano mais tarde a revogou, após o *coup d'état* do 18 Frutidor, e deportou os diretores de 42 jornais.[12] A liberdade da palavra e da imprensa não foi destruída por Napoleão; estava morta quando ele assumiu o poder.[13]

II. A NOVA MORALIDADE

1. *Moralidade e Lei*

Tendo deixado de lado a base religiosa da moral — amor e medo a um Deus que fiscalizava, anotava, premiava e punia, e obediência às leis e mandamentos a ele atribuídos — os espíritos liberados da França encontraram-se sem defesa, exceto através dos ecos morais de seus credos abandonados, contra os instintos individualísticos mais antigos e mais fortes, arraigados pelos primitivos séculos de fome, de ambição, de insegurança e de luta. Deixando a ética cristã para suas esposas e filhas, voltavam-se para uma nova concepção que pudesse servir como âncora moral num mar de indivíduos turbulentos, que nada temiam senão a força. Tinham a esperança de encontrá-la no *civismo* — qualidade do cidadão que consiste em aceitar os deveres bem como os privilégios de pertencer a uma sociedade organizada e protetora; em cada escolha moral o indivíduo, em compensação por essa proteção e muitos serviços comunais, deveria reconhecer o bem da comunidade como a suprema lei — *salus populi suprema lex* (a salvação do povo é a lei suprema). Foi uma tentativa nobre de estabelecer uma ética natural. Recuando através dos séculos cristãos, os deputados filósofos — Mirabeau, Condorcet, Vergniaud, Roland, Saint-Just, Robespierre — descobriram na história clássica ou na lenda os modelos que procuravam: Leônidas, Epaminondas, Aristides, os Brutos, os Catos, e os Cipiões; estes eram homens para os quais o patriotismo era a obrigação soberana, de tal forma que um homem teria o direito de matar seus filhos ou seus pais, se pensasse que isso era necessário para o bem do Estado.

O primeiro tempo da Revolução deu-se razoavelmente bem com essa nova moralidade. O segundo tempo começou em 10 de agosto de 1792: o populacho de Paris depôs Luís XVI e assumiu o irresponsável absolutismo do poder. Sob o Velho Regime alguns dotes da aristocracia, toques do humanitarismo pregado por filósofos e santos, haviam mitigado as tendências naturais dos homens de despojar e atacar um ao outro; mas agora seguiram-se, em macabra procissão, os Massacres de Setembro, a execução do rei e da rainha, a difusão do Terror e da guilhotina, no que uma vítima, Mme. Roland, descreveu como "um vasto Gólgota de carnificina".[14] Os líderes revolucionários tornaram-se aproveitadores da guerra, fazendo com que as regiões liberadas pagassem liberalmente pelos Direitos do Homem; aos exércitos franceses ordenava-se que vivessem às expensas das regiões conquistadas; os tesouros de artes dos libertados, ou daqueles que eram derrotados, pertenciam à França vitoriosa. Ao mesmo tempo, os legisladores e os oficiais do exército entravam em conluio com os fornecedores para roubar do governo e das tropas. Nessa economia de *laissez-faire*, produtores, distribuidores e consumidores trabalhavam para esbulhar um ao outro, ou para fugir ao preço ou ao salário máximo permitido. Estas ou análogas artes do diabo haviam naturalmente existido por alguns milênios antes da Revolução; na tentativa de controlá-las no entanto, a nova moralidade do *civismo* parecia tão incapaz quanto o medo aos deuses.

À medida que a Revolução aumentava a insegurança da vida e a instabilidade das leis, as tensões crescentes do povo expressavam-se no crime e procuravam distração no jogo. Os duelos continuavam, porém menos freqüentemente do que outrora. O jogo havia sido proibido pelos editos de 1791 e 1792, porém *maisons de jeu* secretas multiplicavam-se, e por volta de 1794 havia três mil casas de jogo em Paris.[15] Durante

a afluência das classes superiores nos anos do Diretório, os homens apostavam largas somas de dinheiro, e muitas famílias foram arruinadas pelas voltas da roleta. Em 1796 o Diretório entrou no jogo restaurando a Lotérie Nationale. Numa petição à Convenção, a secção das Tulherias da Comuna de Paris pediu uma lei suprimindo todas as casas de jogo e prostíbulos. "Sem moral", argüia o pedido, "não pode haver lei nem ordem; sem segurança pessoal, não pode haver liberdade."[16]

Os governos revolucionários trabalharam para dar um novo sistema de leis a um povo excitável, violento e deixado moral e legalmente sem amarras, pelo declínio da fé e a morte do rei. Voltaire havia apelado para uma revisão total da lei francesa, e uma reconciliação unificadora dos 360 códigos provinciais ou distritais em um coerente sumário para toda a França. Este apelo não foi ouvido no meio do tumulto da Revolução; teve que esperar por Napoleão. Em 1780 a Academia de Châlons-sur-Marne ofereceu um prêmio para o melhor ensaio sobre o tema "A melhor maneira de mitigar a severidade da lei penal francesa sem fazer perigar a segurança pública".[17] Luís XVI respondeu abolindo a tortura (1780), e em 1788 anunciou sua intenção de ser toda a lei criminal francesa revista em um código nacional consistente; além disso "iremos procurar todos os meios de mitigar a severidade das punições sem comprometer a boa ordem". Os advogados conservadores, que então dominavam os parlamentos de Paris, Metz, e Besançon, opuseram-se ao plano, e o rei, lutando por sua vida, deixou-o de lado.

Os *cahiers* apresentados aos Estados Gerais em 1789 apelavam para diversas reformas legais: os julgamentos deveriam ser públicos, aos acusados dever-se-ia permitir a ajuda de um advogado, *lettres de cachet* deveriam ser banidas, e o julgamento por meio de júri deveria ser estabelecido. Em junho o rei anunciou o fim das *lettres de cachet*, e as outras reformas foram em breve transformadas em lei pela Assembléia Constituinte. O sistema do júri, que havia existido na França medieval, foi restabelecido. Os legisladores estavam agora suficientemente imunes à influência eclesiástica, e alertados para as necessidades dos negócios, para proclamarem a 3 de outubro de 1789 (séculos depois de existir o fato), que a cobrança de juros não era um crime. Duas leis de 1794 libertaram todos os escravos na França e em suas colônias, e deram aos negros os direitos de cidadãos franceses. Baseadas em que "um Estado absolutamente livre não pode permitir nenhuma corporação em seu seio", diversas leis de 1792-94 proibiram todas as fraternidades, academias, sociedades literárias, organizações religiosas, e associações de negócios. Estranhamente, os clubes jacobinos foram poupados, porém as uniões de trabalhadores foram proibidas. A Revolução estava substituindo rapidamente a monarquia absoluta pelo Estado onipotente.

A diversidade da antiga legislação, a entrada em vigor de novas leis, e a crescente complexidade das relações de negócios alimentaram a multiplicação de advogados, os quais agora substituíam o clero como Primeiro Estado. Desde a dissolução dos parlamentos que eles não estavam formalmente organizados, porém seu conhecimento da lei em todos os seus meandros, e do procedimento legal em todas as suas artes e atrasos, deu-lhes o poder que o Estado — ele mesmo um conglomerado de advogados — encontrou dificuldade em controlar. Os cidadãos começaram a protestar contra os atrasos nos cumprimentos das leis, as sutilezas dos advogados, o custo elevado da legislação que fazia exasperadamente irreal a igualdade dos cidadãos ante as cortes.[18] As sucessivas assembléias tentaram várias medidas para reduzir o número e o poder dos advogados. Numa

fúria de leis contra os advogados, suprimiram os tabeliães (23 de setembro de 1791), fecharam todas as escolas de direito (15 de setembro de 1793), e decretaram, em 24 de outubro de 1793: "A função de procuradores legais fica abolida, porém os litigantes podem dar poder a simples mandatários para representá-los."[19] Estes regulamentos, muitas vezes inobservados, permaneceram nos livros até que Napoleão restabeleceu os procuradores em 18 de março de 1800.

A Revolução fez melhor progresso na reforma do código criminal. O processo foi tornado mais público; acabou-se (por algum tempo) com o segredo dos interrogatórios e o anonimato das testemunhas. As prisões deixaram de ser instrumentos primários de tortura; em muitas prisões permitiu-se aos detentos trazer livros e móveis, e pagar por refeições trazidas de fora; pessoas que estavam presas como suspeitas, porém ainda não condenadas, podiam visitar-se entre si e jogar,[20] pelo menos o jogo do amor; chegou até nós a notícia de algumas relações muito afetuosas como a da prisioneira Josefina de Beauharnais com o prisioneiro General Hoche. A Convenção, que tinha sancionado centenas de execuções, anunciou em sua última sessão (26 de outubro de 1795): "A pena de morte será abolida em toda a República Francesa a partir do dia em que for proclamada a paz."

A Revolução podia gabar-se, no entanto, de que havia melhorado o método da punição capital. Em 1789 o Dr. Joseph-Ignace Guillotin, membro dos Estados-Gerais, propôs substituir os carrascos, que executavam por meio da forca e do machado, por uma lâmina maciça de acionamento mecânico, cuja queda separaria o homem de sua cabeça antes que ele tivesse qualquer tempo de sentir dor física. A idéia não era nova; tinha sido usada na Itália e na Alemanha desde o século XIII.[21] Depois de algum uso experimental da faca do doutor em cadáveres, a "guillotine" foi montada (25 de abril de 1792) na Place de Grève (hoje em dia a Place de l'Hôtel de Ville), e daí em outros lugares, e as execuções foram aceleradas. Por algum tempo atraíam grandes multidões, algumas alegres, incluindo mulheres e crianças;[22] porém em breve tornaram-se tão freqüentes que se transformaram num fato comum sem importância; "o povo", relata um contemporâneo, "continuava a trabalhar em suas oficinas quando passavam as carretas, não se incomodando nem mesmo em levantar as cabeças".[23] Cabeças abaixadas duravam mais tempo...

2. *Moralidade Sexual*

Entre as carretas, no meio das ruínas, o amor e os prazeres carnais sobreviviam. A Revolução havia negligenciado os hospitais, porém nestes, nos campos de batalha e nos bairros pobres, a caridade aliviava a dor e o luto, a bondade opunha-se à maldade, e a afeição dos pais sobrevivia à independência filial. Muitos filhos admiravam-se da incapacidade dos pais de compreender seu ardor revolucionário e suas idéias novas; alguns jogaram fora as velhas restrições morais e tornaram-se epicuristas descuidados. A promiscuidade florescia, as doenças venéreas se espalhavam, o número de crianças enjeitadas multiplicava-se, e o povo chafurdava nas perversões.

O marquês Donatien-Alphonse-François de Sade (1740-1814) provinha de uma família altamente colocada na Provence, chegou a ser governador geral dos distritos de

Bresse e Bugey, e parecia destinado à vida de um administrador provincial. Mas fervia e fermentava com imagens e desejos sexuais, e procurava uma filosofia que pudesse justificá-los. Depois de uma história envolvendo quatro moças, foi sentenciado à morte em Aix-en-Provence em 1772, por "crimes de envenenamento e sodomia".[24] Fugiu, foi capturado, de novo fugiu, cometeu novas enormidades, escapou para a Itália, voltou para a França, foi preso em Paris, encarcerado em Vincenne (1778-84), na Bastilha, e em Charenton (1789). Libertado em 1790, ele apoiou a Revolução; em 1792 era secretário da secção de Piques. Durante o Terror foi preso sob a falsa hipótese de que era um *émigré* que retornara. Foi libertado após um ano, porém em 1801, já sob Napoleão, foi preso por haver publicado *Justine* (1791) e *Juliette* (1792). Tratava-se de novelas de experiência sexual, normal e anormal; o autor preferia o anormal, e despendia seu considerável talento literário defendendo-o; todos os desejos sexuais, argüia ele, são naturais, e devem ser tolerados com uma consciência tranqüila, mesmo o de encontrar prazer erótico em infligir dor: neste último sentido ele tornou-se imortal com a palavra sadismo. Passou os últimos anos de sua vida em várias prisões, escreveu interessantes peças teatrais, e morreu em um asilo de loucos em Charenton.

Há referência a homossexualidade entre os estudantes dos colégios durante a Revolução,[25] e pode-se presumir sua popularidade nas cadeias. As prostitutas e os bordéis eram especialmente numerosos próximo ao Palais-Royal, nos jardins das Tuileries, na Rue St. -Hilaire e na Rue des Petits Champs; elas podiam ser encontradas nos teatros e na ópera, e mesmo nas galerias da Assembléia Legislativa e da Convenção. Panfletos circulavam dando os endereços e os preços das casas e das mulheres. Em 24 de abril de 1793 a secção do Templo publicou uma ordem: "A Assembléia Geral,... desejando pôr um fim às incalculáveis desgraças causadas pela dissolução da moral pública, e pela lubricidade e despudor do sexo feminino, por meio deste nomeia comissários" etc.[26] Outras secções aderiram à campanha; patrulhas privadas foram formadas e algumas transgressoras descuidadas foram presas. Robespierre apoiou esse esforço, porém após sua morte a assiduidade dos guardiães relaxou, as *filles* reapareceram e prosperaram sob o Diretório, quando mulheres de vasta experiência sexual tornaram-se líderes da moda e da sociedade.

O mal poderia ter sido mitigado pela crescente facilidade dos casamentos prematuros. Não havia necessidade de padre; depois de 20 de setembro de 1792, somente o casamento civil era legal; e este necessitava apenas de um compromisso mútuo assinado perante uma autoridade civil. Nas classes inferiores havia muitos casos de casais vivendo juntos sem serem molestados. Bastardos havia em grande número; em 1796 a França registrava 44.000 crianças abandonadas.[27] Entre 1789 e 1839, 24 por cento de todas as noivas na típica cidade de Meulan estavam grávidas quando se apresentavam frente ao altar.[28] Como no *Ancien Régime*, o adultério do marido era muitas vezes tolerado; homens de posses em geral tinham amantes, e sob o Diretório estas eram expostas tão francamente como as esposas. O divórcio foi legalizado por um decreto de 20 de setembro de 1792; daí em diante podia ser obtido através de um acordo mútuo perante um funcionário municipal.

A autoridade paterna ficou diminuída pelo crescimento dos direitos legais da mulher, e mais ainda pela auto-afirmação da juventude emancipada. Anne Plumptre, que viajou pela França em 1802, relata que um jardineiro lhe dizia:

> "Durante a Revolução não ousávamos repreender nossos filhos por suas faltas. Aqueles que se chamavam de patriotas consideravam que corrigir as crianças era contra os princípios fundamentais da liberdade. Isto fez com que elas se tornassem tão indisciplinadas que muitas vezes, quando um pai pretendia ralhar com seu filho, este dizia-lhe para tratar de sua vida, ajuntando, 'Nós somos livres e iguais; a República é o nosso único pai e não existe outro.'... Levará um grande número de anos para trazê-los de volta a ter juízo."[29]

A literatura pornográfica era comum, e (de acordo com um jornal contemporâneo) era a leitura favorita dos jovens.[30] Alguns pais, anteriormente radicais, começaram por volta de 1795 (como em 1871) a mandar seus filhos para escolas dirigidas por padres, na esperança de salvá-los do afrouxamento geral de maneiras e de moral.[31] Por um tempo parecia que a família deveria ser uma das vítimas da Revolução Francesa, porém o restabelecimento da disciplina sob Napoleão impediu-o, até que a Revolução Industrial caiu sobre a família com uma força mais continuada e fundamental.

As mulheres tinham mantido um lugar elevado no Velho Regime através da graça e refinada influência de suas maneiras, e pelo cultivo de suas mentes; porém este desenvolvimento era na maior parte restrito à aristocracia e à classe média superior. Em 1789, no entanto, as mulheres das classes comuns apareceram visivelmente na política; elas quase que fizeram a Revolução marchando a Versalhes e trazendo o rei e a rainha de volta para Paris, como cativos de uma comuna que quase estourava com seu poder recentemente descoberto. A lenda provavelmente exagerou o papel desempenhado nestes acontecimentos pela exuberante cortesã Thérèse de Méricourt (1762-1817). Em julho de 1790, Condorcet publicou um artigo intitulado "Sobre a Admissão da Mulher aos Direitos do Estado". Em dezembro foi feita uma tentativa por uma certa Mme. Aëlders para estabelecer clubes devotados à liberação das mulheres.[32] As mulheres faziam-se ouvir nas galerias das Assembléias, porém tentativas de organizá-las para o progresso de seus direitos políticos perderam-se na excitação da guerra, na fúria do Terror e na reação conservativa após o Termidor. Alguns ganhos foram realizados: a mulher, como o marido, podia pedir o divórcio, e o consentimento da mãe, bem como o do pai, só era necessário para o casamento de filhos menores.[33] Sob o Diretório, as mulheres, embora sem direito a voto, tornaram-se um poder aberto na política, promovendo ministros e generais, e orgulhosamente expondo sua nova liberdade de maneiras, de moral, e no modo de vestir-se. Napoleão, então com 26 anos, assim as descrevia em 1795:

> As mulheres estão em todos os lugares — nos teatros, nos passeios públicos, nas bibliotecas. Vêem-se mulheres muito lindas nos estúdios dos homens letrados. De todos os lugares do mundo, somente aqui em Paris é que as mulheres têm tal influência, pois de fato os homens são loucos por elas, não pensam em outra coisa, e vivem somente através delas e para elas. Uma mulher, a fim de saber o que lhe é devido, e que poder ela tem, precisa viver em Paris por seis meses.[34]

III. COSTUMES

Como quase todas as coisas, os costumes seguiram o balanço do pêndulo em direção à revolta e seu retorno. A aristocracia, ao fugir da tempestade niveladora, levou com ela seus títulos senhoriais, seus elegantes endereços, sua linguagem perfumada, suas as-

sinaturas floreadas, sua confiada negligência e sua graça indolente. Em breve a suavidade dos salões, o decoro da dança, e a dicção da Academia tornaram-se estigmas da nobreza, que poderiam causar àqueles que as praticavam detenção como suspeitos de antediluvianos que haviam escapado ao dilúvio.[35] Pelo fim de 1792 todos os franceses na França haviam se tornado *citoyens*, todas as mulheres francesas *citoyennes*, em cuidadosa igualdade; ninguém era chamado de *Monsieur* ou *Madame*; e o pronome cortês *vous*, quando se dirigia a uma pessoa, foi substituído por *tu* e *toi*, que antes só eram usados nos lares e nas ruas. No entanto, já em 1795, este *tutoiement* (tratamento por "tu") estava passando de moda, o *vous* estava de novo em uso, *Monsieur* e *Madame* estavam substituindo o *Citoyen* e *Citoyenne*.[36] Sob Napoleão reapareceramos títulos de nobreza; em 1810 havia mais títulos do que jamais houve antes.

A roupa mudou mais vagarosamente. Os homens de posses haviam há muito adotado, e agora recusavam-se a dispensar, a vestimenta anteriormente reservada aos nobres: chapéu de três bicos, de alta copa, camisa de seda, gravata borboleta esvoaçante, colete colorido e bordado, casaco de cerimônia chegando até os joelhos, calções terminando em vários níveis abaixo do joelho, meias de seda, e sapatos de bico quadrado com fivela. Em 1793 o Comitê de Salvação Pública tentou "modificar o modo de vestir atual do país, de forma a torná-lo apropriado aos hábitos republicanos e ao caráter da Revolução";[37] porém apenas a classe média inferior adotou a calça comprida dos trabalhadores e dos homens de comércio. O próprio Robespierre continuava a vestir-se como um lorde, e nada suplantava em esplendor as roupas oficiais dos Diretores, liderados por Barras. Foi somente em 1830 que as calças ganharam a batalha contra os *culottes* (calções até os joelhos). Apenas os *sansculottes* usavam o barrete vermelho da Revolução e a *carmagnole*. A *carmagnole* desfrutava uma dupla vida: designava o canto e a dança tornada popular pelos trabalhadores do sul da França e também a jaqueta curta de lã usada pelos trabalhadores imigrantes da Itália (Carmagnola é uma cidade no Piemonte).

A vestimenta das mulheres foi afetada pela crença revolucionária de que ela estava seguindo as pegadas da Roma republicana e da Grécia de Péricles. Jacques-Louis David, que dominou a arte francesa de 1789 a 1815, tomou os heróis clássicos para seus primeiros assuntos, e vestiu-os no estilo clássico. Assim as mulheres da moda em Paris, depois da queda do puritano Robespierre, abandonaram as saias e as camisas, e adotaram como principal peça do vestuário os vestidos simples e folgados, suficientemente transparentes para revelar a maior parte dos seus suaves contornos, que encantavam os jamais satisfeitos homens. A linha da cintura era muito alta suportando os seios; o decote era suficiente baixo para oferecer destes uma ampla amostra; e as mangas eram suficientemente curtas para mostrar braços encantadores. Os chapéus foram substituídos por *bandeaux* (lenços de cabeça), os sapatos de salto alto por chinelas sem salto. Médicos fazem referência à morte de mulheres jovialmente vestidas, que se expuseram, no teatro ou a passeio, a mudanças bruscas de temperatura das noites parisienses.[38] Durante esse tempo os *Incroyables* e as *Merveilleuses* — inacreditáveis homens e maravilhosas mulheres elegantes — procuravam chamar a atenção pelo modo extravagante de vestir. Um grupo de mulheres, aparecendo vestidas de homem ante o Conselho da Comuna de Paris em 1792, recebeu uma gentil censura de Chaumette, seu *procureur général*: "Vós, mulheres imprudentes que desejais ser homens, não estais contentes com vossa sorte como ela é? Que mais desejais? Vós dominais nossos sentidos; o legislador

e o magistrado estão a vossos pés, vosso despotismo é o único que nossa força não pode combater, porque é o despotismo do amor, e conseqüentemente um trabalho da natureza. Em nome desta própria natureza: permanecei como ela vos criou.''[39]

As mulheres, no entanto, estavam seguras de que podiam melhorar o que a natureza tinha feito. Num anúncio no *Moniteur*, de 15 de agosto de 1792, Mme. Broquin anunciava que ainda não havia esgotado o estoque do seu ''famoso pó para tingir de castanho ou preto cabelos vermelhos ou brancos, numa única aplicação''.[40] Quando necessário, cabelo que não era satisfatório podia ser coberto com uma peruca — feita, em muitos casos, das tranças cortadas de jovens mulheres guilhotinadas.[41] Em 1796 era muito comum que os homens da classe superior e média usassem seu cabelo longo e torcido numa trança.[42]

Durante os primeiros dois anos da Revolução, as 800.000 pessoas que constituíam a população de Paris levavam sua vida usual com apenas uma atenção incidental com o que estava acontecendo na Assembléia e nas cadeias. A vida era então bastante agradável para as classes superiores: as famílias continuavam a trocar visitas e jantares, a comparecer a danças, encontros, concertos e aos teatros. Mesmo durante o violento período entre os Massacres de Setembro de 1792 e a queda de Robespierre, em julho de 1794, quando houve em Paris 2.800 execuções, a vida para quase todos os sobreviventes continuava na sua costumeira rotina de trabalho e prazer, de conquista sexual e amor paternal. Sébastien Mercier escreve, em 1794:

> Os estrangeiros que lêem nossos jornais imaginam-nos cobertos de sangue, em farrapos e vivendo vida miserável. Imaginem sua surpresa quando chegam àquela magnífica avenida nos Campos Elíseos, em ambos os lados da qual vêem-se elegantes carruagens e mulheres belas e encantadoras; e então... aquela mágica perspectiva que se abre sobre as Tulherias e... aqueles esplêndidos jardins, hoje mais luxuriantes e mais cuidados do que nunca![43]

Havia jogos — jogos de bola, tênis, cavalgadas, corridas de cavalos, competições atléticas... Havia parques de diversões, tais como os jardins do Tivoli, onde — na companhia de 12.000 outras pessoas, em um dia bonito — podia-se dar a mão para ler a sorte, comprar coisas supérfluas nas *boutiques*, assistir a fogos de artifício, a dançarinos na corda bamba, à ascensão de balões, ouvir concertos, ou pôr as crianças nos carrosséis para jogar um *jeu de bagues* (jogo das argolas). Podia-se sentar num café ao ar livre, ou debaixo do pavilhão do Café de Foy, ou num café de alta categoria como o Tortoni ou o Frascati, ou seguir os turistas aos clubes noturnos como o Caveau (porão), ou o Sauvage, ou o Les Aveugles (onde tocavam músicos cegos). Podia-se ir a um clube, para ler, ou conversar, ou escutar debate político. Podia-se assistir aos complexos e coloridos festivais organizados pelo Estado e decorados por artistas famosos como David. Caso se quisesse experimentar a nova dança — a valsa — recém-importada da Alemanha, podia-se encontrar um parceiro em alguns dos 300 salões públicos de baile da Paris sob o Diretório.[44]

Por volta de 1795, nos anos da decadência da Revolução, alguns *émigrés* tiveram permissão para voltar; nobres que se haviam ocultado aventuravam-se a sair de seus esconderijos protetores, e a burguesia mostrava sua riqueza em casas de alto custo, ricamente mobiliadas, em mulheres cobertas de jóias, em divertimentos perdulários. O povo de

Paris saía de seus apartamentos ou casas de cômodos para experimentar o sol ou o ar da tarde nos jardins das Tulherias ou do Luxemburgo, ou ao longo dos Campos-Elísios. As mulheres desabrochavam em seus costumes audaciosamente encantadores, seus leques pintados que diziam mais do que palavras, seus sapatos graciosos que faziam atraentes os pés escondidos. A "Sociedade" revivia.

Porém as famílias, em número de mais ou menos cem, que agora constituíam a sociedade, não eram a nobreza de linhagem ou os *philosophes* de fama mundial, que haviam brilhado nos salões das noites de antes da Revolução; eram na maior parte os *nouveaux-riches*, que tinham entesourado libras oriundas das propriedades eclesiásticas, dos contratos para o exército, de monopólios mercantis, de espertezas financeiras ou amigos políticos. Alguns esparsos sobreviventes dos tempos dos Bourbon vinham às casas de Mme. de Genlis ou das viúvas Condorcet e Helvétius; porém a maioria dos salões que se abriram após a morte de Robespierre (com exceção do círculo de Mme. de Staël), não dispunham de talentos para uma conversação brilhante e faltava-lhes a naturalidade, que nos velhos tempos provinha de uma longa segurança da riqueza baseada na propriedade da terra. O *salon* mais importante agora era aquele que se reunia nas confortáveis salas do Diretor Barras no Palácio do Luxemburgo ou em seu Château de Grosbois; e seu encanto não estava na erudição dos filósofos, porém no sorriso e no encanto de Mme. Tallien e Josefina de Beauharnais.

Josefina ainda não era Bonaparte, e Mme. Tallien não era mais a esposa de Tallien. Casada com ele em 26 de dezembro de 1794 e aclamada por um tempo como "Notre Dame de Thermidor", tinha deixado o declinante terrorista pouco tempo depois e havia se tornado a amante de Barras. Alguns jornalistas escarneciam de sua moral, porém a maior parte deles correspondia a seus sorrisos, porque não havia nada de altivo em sua beleza, e era conhecida pelo bem que fizera tanto a mulheres como a homens. A duquesa de Abrantès descrevia-a mais tarde como "a Vênus Capitolina, porém ainda mais encantadora do que o trabalho de Fídias; porque nela se percebia a mesma perfeição nas feições, a mesma simetria nos braços, mãos e pés, o conjunto animado por uma expressão de benevolência."[45] Casou-se em 1805 com o conde de Caraman (futuro príncipe de Chimay), e morreu em 1835. Constituía uma virtude de Barras, o ser generoso para com ela e com Josefina, apreciar-lhes a beleza não apenas do lado sexual, compartilhá-las, em suas recepções com centenas de rivais potenciais, e abençoar a conquista de Josefina por Napoleão.

IV. MÚSICA E TEATRO

Florescia toda espécie de música. Por uma moeda podia-se obter bis de uma cantora de rua, ou podia-se aderir a um grupo de pessoas e amedrontar os burgueses cantando "La Carmagnole" ou "Ça ira"; ou sacudir as fronteiras com "La Marseillaise", da qual Rouget de Lisle tinha escrito tudo menos o título. Na Sala de Concertos Feydeau podia-se ficar maravilhado com Dominique Garat, o Caruso de seu tempo, cuja voz podia causar tremores nos corações bem como nas vigas dos telhados e era famosa em toda a Europa por seu alcance. No meio do Terror de 1793 a Convenção inaugurou o Institut National de Musique, e dois anos mais tarde expandiu-o no Conservatoire de Musique, dando-lhe uma dotação de 240.000 libras por ano para o ensino gratuito de 600 estudantes. Na noite em que Robespierre sofreu um atentado, um parisiense poderia ouvir *Armide* na Opéra, ou *Paul et Virginie* na Opéra-Comique.[46]

A ópera floresceu durante a Revolução. Além de ter musicado o idílio de Bernardin de Saint-Pierre em 1794, Jean-François Lesueur (1760-1837) registrou outro sucesso no mesmo ano com o *Télêmaque* de Fénelon; entusiasmou toda a França com o barulho e o terror de *La Caverne*, que teve 700 representações; continuou a produzir durante a ascensão de Napoleão e viveu o suficiente para ensinar Berlioz e Gounod. Numa vida muito mais curta, Étienne Méhul (1763-1817) escreveu mais de 40 óperas para a Opéra-Comique, enquanto que seus imponentes corais — *Hymne à la raison* (1793) e *Chant du départ* (1794) — fizeram dele o ídolo musical da Revolução.

Durante a Revolução o termo *opéra-comique* deixou de significar uma comédia musical, e foi aplicado a qualquer ópera, trágica ou cômica, que contivesse um diálogo falado.[47] Ao Théâtre de l'Opéra-Comique foi, portanto, permitido competir com a Academia de Música na produção de óperas sérias. Foi mais ou menos por este tempo, que alguns compositores como Méhul em *Ariodant* (1799), tiveram a idéia de associar certas passagens orquestrais que se repetiam, com personagens correspondentes ou situações; assim começou o *leitmotif*.

O maior criador de música na França durante a Revolução foi Maria Luigi Carlo Salvatore Cherubini. Nascido em Florença em 1760, "eu comecei a estudar música aos seis anos, e composição aos nove".[48] Com a idade de 16 anos tinha composto três missas, um *Magnificat*, um *Te Deum*, um oratório, e três cantatas. Em 1777 Leopoldo, o benevolente grão-duque da Toscana, concedeu-lhe uma verba para estudar com Giuseppe Sarti em Bolonha; em quatro anos Cherubini tornou-se um mestre da composição em contraponto. Em 1784 foi convidado a ir para Londres, onde não fez muito sucesso; em 1786 mudou-se para Paris que, exceto por curtos intervalos, permaneceu sua residência até sua morte em 1842. Em sua primeira ópera ali, *Démophon* (1788), abandonou o estilo ligeiro napolitano, de subordinar a história e a orquestra às árias, e seguiu Gluck na "grand opera", na qual as árias eram mantidas em segundo plano em relação ao desenvolvimento do tema e à música coral e orquestral. Seus maiores sucessos na Paris da Revolução foram *Lodoïska* (1791) e *Medée* (1797). Com sua ainda mais famosa *Les Deux Journées* (1800) ele começou uma carreira cheia de dificuldades sob Napoleão. Voltaremos a ele quando falarmos daquela brilhante estrela.

Havia mais de 30 teatros na Paris da Revolução e quase todos estavam apinhados noite após noite, mesmo durante o Terror. A Revolução libertara os atores das limitações que há muito tempo lhes haviam sido impostas pela Igreja; podiam rir-se das excomunhões e da exclusão de seus cadáveres dos cemitérios cristãos. Porém estavam sujeitos (1790-1795) a uma censura mais alerta: a Convenção exigia que nenhuma comédia tivesse algum herói ou sentimentos aristocráticos; o teatro tinha sido transformado num instrumento de propaganda do governo. A comédia caiu a um nível baixo e as novas tragédias seguiam a linha revolucionária bem como os modelos clássicos.

Como é usual, os atores mais importantes eram mais famosos do que os estadistas e alguns deles — como François-Joseph Talma—muito mais estimados. Seu pai era um criado que se havia formado dentista, foi para Londres, prosperou, e mandou seu filho estudar na França. Depois de formar-se, François voltou para servir como assistente de seu pai. Aprendeu inglês, leu Shakespeare, viu suas peças representadas no palco e juntou-se a uma *troupe* de atores franceses que representavam na Inglaterra. De volta à França foi admitido na Comédie Française, e fez sua estréia em 1787 como Séîde, na peça de Voltaire *Mahomet*. Seu corpo bem proporcionado, sua fisionomia de linhas clássicas, seu cabelo preto e espesso, e olhos pretos brilhantes ajudaram-no a progredir, porém seu apoio à Revolução afastou a maior parte da companhia, que devia sua existência ao favor do rei.

Em 1785 Talma viu o quadro de David *O Juramento dos Horácios*; ficou tocado não só pelo seu poder dramático como pela cuidadosa fidelidade ao vestuário antigo. Resolveu introduzir a mesma veracidade nas roupagens que usava para aparecer no palco.

Assombrou seus colegas quando apareceu de túnica e sandálias, com os braços e as pernas nuas, para representar Próculus na peça de Voltaire *Brutus*.

Tornou-se amigo de David, e absorveu em parte seu ardor revolucionário. Quando representou *Charles IX*, de Marie-Joseph de Chénier (4 de novembro de 1789), imprimiu tal paixão nas passagens antimonárquicas — que apresentam o jovem rei na ocasião em que ordenava o Massacre da Véspera de São Bartolomeu — que chocou a maior parte de sua audiência e muitos de seus companheiros, que ainda sentiam alguma lealdade para com Luís XVI. À medida que a Revolução esquentava, o conflito entre os "Vermelhos" e "Pretos", na companhia e na audiência, tornou-se tão violento — conduzindo a duelos — que Talma, Mme. de Vestris (a principal trágica), e outros atores separaram-se da Comédie Française, que era protegida pela realeza, e estabeleceram sua própria companhia no Théâtre de la République Française, perto do Palais-Royal. Ai Talma aperfeiçoou sua arte, estudando a história, o caráter, e o modo de vestir de cada pessoa e período do seu repertório. Praticava o controle de sua expressão fisionômica para acompanhar cada mudança de sentimento ou pensamento; reduzia o tom declamatório de suas falas ou a expressão teatral de sua emoção; afinal tornou-se o mestre reconhecido de sua arte.

Em 1793 a antiga companhia, rebatizada Théâtre de la Nation, produziu *L'Ami des lois*, uma peça salgada com sátiras e ridículo sobre os líderes revolucionários. Na noite de 3 para 4 de setembro toda a companhia foi presa. A companhia de Talma aceitou uma censura rígida: as peças de Racine foram banidas; as comédias de Molière sujeitas a cortes e alterações; títulos aristocráticos — mesmo *Monsieur* e *Madame* — foram expurgados das peças permitidas; e uma similar purificação foi exigida de todos os teatros da França.[49] Depois da queda de Robespierre os atores presos foram libertados. No dia 31 de maio de 1799, quando a Revolução aproximava-se de seu fim, a velha companhia e a nova reuniram-se na Comédie-Française, e fizeram seu lar no Teatro Français do Palais-Royal, onde até hoje vive e prospera.

V. OS ARTISTAS

A arte na França Revolucionária foi afetada por três acontecimentos externos: a deposição e emigração da aristocracia; as escavações dos antigos restos de Herculano e Pompéia (cerca de 1738); e a violação da arte italiana por Napoleão. A emigração removeu da França a maior parte da classe que tinha suficiente dinheiro e bom gosto para comprar obras de arte; e algumas vezes o artista, como foi o caso de Mme. Vigée-Lebrun, seguia os *émigrés*. Fragonard, embora completamente dependente da bolsa das classes ociosas, apoiou a Revolução, e quase morreu de fome. Outros artistas a apoiaram porque lembravam-se de como a nobreza os havia tratado como criados e empregados, e como a Académie des Beaux-Arts havia permitido apenas a seus próprios membros exibir em seus Salões. Em 1791 a Assembléia Legislativa havia aberto a Académie a qualquer artista qualificado, francês ou estrangeiro, para competir. A Convenção aboliu inteiramente a Académie como uma instituição essencialmente aristocrática; em 1795 o Diretório substituiu-a por uma nova Académie des Beaux-Arts e deu-lhe sede no Louvre. Este havia sido transformado num museu público (1792); ali os artistas franceses po-

diam estudar e copiar os trabalhos de Rafael, Giorgione, Correggio, Leonardo, Veronese... mesmo os cavalos de São Marcos; nunca objetos roubados haviam sido tão recomendavelmente usados. Em 1793 a Convenção renovou o suporte do governo ao Prix de Rome e à Academia Francesa em Roma. Vagarosamente a classe média ascendente substituía a nobreza como compradores de arte; o salão de 1795 teve uma multidão de espectadores, entusiasmados por 535 pinturas. O preço da arte subiu.

É estranho dizer que a Revolução não trouxe nenhum movimento radical nas artes. Pelo contrário, a inspiração dada ao neoclassicismo pela exumação de antiga arquitetura e escultura próxima a Nápoles, e pelos escritos de Winckelmann (1755) e Lessing (1766), estimularam o renascimento do estilo clássico, com todas suas conotações aristocráticas, e esta reação provou ser suficientemente forte para resistir às influências românticas e democráticas da Revolução. Os artistas desta época do nivelamento (dos quais discordava Prud'hon), aceitaram em teoria e na prática todas as classes e normas de ordem, disciplina, forma, intelecto, razão e lógica como guardas contra a emoção, a paixão, o entusiasmo, a anarquia, a desordem e o sentimento. A arte francesa sob Luís XIV tinha observado essas velhas regras de Quintiliano e Vitrúvio, de Corneille e Boileau; porém sob Luís XV e Luís XVI ela havia encontrado relaxamento no barroco e divertimento no rococó. Com Rousseau defendendo os sentidos, e Diderot sustentando o sentimento, parecia que a era do romantismo tinha chegado. Assim o foi na política e na literatura, porém não na arte.

Em 1774 Joseph-Marie Vien, excitado pelas notícias das escavações em Herculano e Pompéia, partiu para a Itália levando com ele seu aluno Jacques-Louis David. O jovem, todo voltado para a Revolução, jurava que nunca seria seduzido pela arte conservadora e aristocrática da antiguidade clássica.[50] Porém havia qualquer coisa de magistral nele que respondeu à majestade da forma, à lógica da construção, à força e à pureza das linhas na arte da Grécia e de Roma. Resistiu à sua mensagem masculina durante certo tempo, gradualmente cedeu a ela e trouxe-a consigo para Paris. Ela se harmonizava com a rejeição pela Revolução do cristianismo e com o ideal da República romana, dos Catões e dos Cipiões; concordava até com as roupas gregas de Mme. Tallien. Agora parecia a época própria para livrar-se das celestes aspirações do gótico, das juvenis surpresas do barroco, dos alegres babados do rococó, dos nus cor-de-rosa de Boucher, das saias esvoaçantes de Fragonard. Agora a linha clássica e lógica, a razão fria, a restrição aristocrática e a forma estóica deviam ser os objetivos da arte e os princípios da colorida, emocional, democrática, romântica e revolucionária França.

David, que deveria dominar a arte francesa durante a Revolução e o Império, nasceu em Paris em 1748 de uma próspera família burguesa que sempre o manteve a salvo de quaisquer necessidades. Aos 16 anos ele entrou na Académie des Beaux-Arts, estudou sob a orientação de Vien, tentou duas vezes o Prix de Rome, duas vezes fracassou, trancou-se num quarto e tentou jejuar até a morte. Um poeta vizinho notou sua falta, procurou-o, achou-o e convenceu-o a voltar a comer. David competiu de novo em 1774 e ganhou com uma pintura rococó, *Antiochus morrendo pelo amor de Stratonice*. Em Roma tornou-se apaixonado por Rafael, depois deixou de lado por achar exagerada sua feminilidade suave na maneira e na linha; encontrou mais forte aspiração em Leonardo e um imponente controle do pensamento e da forma em Poussin. Das madonas da Renascença ele passou aos antigos heróis da filosofia, do mito e da guerra; e na capital da cristandade deixou sua fé cristã.

Retornou a Paris em 1780, casou-se com uma mulher rica, e submeteu aos salões acadêmicos uma sucessão de assuntos clássicos — *Belisarius, Andromache*, e alguns retratos. Em 1784 foi para Roma, para pintar com um fundo romano um quadro encomendado por Luís XVI — *O Juramento dos Horácios*. Quando exibiu este quadro em Roma, um velho pintor italiano, Pompeo Batoni, disse-lhe: "*Tu ed io soli, siamo pittori; pel rimanente si puo gettarlo nel fiume*" (Você e eu sozinhos somos pintores; quanto ao resto pode-se jogá-los no rio).[51] De volta a Paris, submeteu *O Juramento dos Horácios* ao Salão de 1785. Aqui, segundo a legendária história de Tito Lívio,[52] David encontrou o espírito de patriotismo que tinha sido a real religião da antiga Roma: três irmãos da família dos Horácios fazem um juramento de decidir a guerra entre Roma e Alba Longa (no século VII a.C.) por uma luta de morte com três irmãos do clã dos Curiácios. David pintou os Horácios fazendo o juramento, e recebendo espadas de seu pai, enquanto suas irmãs se lamentam; uma delas estava noiva de um dos Curiácios. Os franceses, que conheciam a história do *Horácio* de Corneille, apanharam o espírito de intenso patriotismo da pintura, que colocava a nação acima do indivíduo e mesmo acima da família. Um rei sinceramente dedicado à reforma, e uma cidade já agitada pela Revolução, uniram-se para aplaudir o artista, e seus rivais reconheceram a habilidade com a qual ele mostrava a coragem heróica, o sacrifício paterno e a lamentação das mulheres. O sucesso de *O Juramento dos Horácios* foi um dos mais completos e significativos nos anais da arte, pois significou o triunfo do estilo clássico.

Encorajado em seu método e escolha de assuntos, David voltou-se para a Grécia e ofereceu (1787) *A Morte de Sócrates*. Sir Joshua Reynolds, admirando o quadro em Paris, qualificou-o de "a maior realização em arte desde Miguelângelo e Rafael; constituiria um crédito para Atenas no tempo de Péricles".[53] Dois anos mais tarde David voltava à legenda romana com *Os Litores Trazendo para Brutus os Corpos de Seus Filhos*; esta era a história de Tito Lívio do cônsul romano (500 a.C.) que sentenciou seus dois filhos à morte por haverem conspirado para restaurar a monarquia. A pintura havia sido encomendada antes da queda da Bastilha, aparentemente sem consideração da revolta iminente. O Ministro das Artes do rei proibiu sua exposição, porém o clamor público assegurou sua entrada no Salão de 1789. As multidões que vieram para vê-lo aclamaram-no como parte da Revolução, e David tornou-se o porta-voz artístico de sua época.

Daí em diante entregou-se à Revolução num raro casamento de política e arte. Aceitou seus princípios, ilustrou seus incidentes, organizou e adornou suas festas e comemorou seus mártires. Quando o deputado radical Lepeletier de Saint-Fargeau foi assassinado por um realista (20 de janeiro de 1793), David decidiu-se a comemorar a cena; dentro de dois meses apresentou o quadro à Convenção, que o pendurou nas paredes de sua câmara. Quando Marat foi assassinado (13 de julho de 1793) um grande grupo dos que o lamentavam entrou na galeria da Convenção; logo uma voz dentre eles gritou: "Onde estás, David? Tu transmitiste à posteridade a imagem de Lepeletier morrendo por seu país; agora tens um outro quadro para pintar." David levantou-se e disse: "Eu o farei." Apresentou a pintura completa à Convenção em 11 de outubro; mostrava Marat meio submerso no seu banho, sua cabeça já sem vida caindo para trás, uma das mãos agarrando um manuscrito, um braço caindo sem vida da borda da banheira para o chão. Um bloco de madeira ao lado da banheira trazia a orgulhosa inscrição "A Marat, David".

Foi um afastamento do estilo característico de David; o fervor revolucionário havia substituído o neoclassicismo pelo realismo. Além disso, este e o quadro *Lepeletier* quebraram o precedente clássico tomando assuntos recentes como motivos; fizeram da arte uma participante da Revolução.

Em 1794 David tinha se tornado tão preeminente na política, que foi eleito para o Comitê de Segurança Geral. Ele seguia a liderança de Robespierre e encarregou-se dos arranjos da procissão e das decorações artísticas para a Festa do Ser Supremo. Após a queda de Robespierre, David foi preso como um dos seus seguidores; após três meses na prisão foi solto em atenção aos pedidos dos seus discípulos. Em 1795 retirou-se para o isolamento do seu estúdio, porém voltou em 1799 com um panorama magistral, *O Rapto das Sabinas*. A 10 de novembro Napoleão tomou o poder e David, com 51 anos de idade, começou uma nova e triunfante carreira.

VI. CIÊNCIA E FILOSOFIA

As revoluções não favorecem a ciência pura, porém estimulam a ciência aplicada para atender às necessidades de uma sociedade que luta por sua liberdade. Assim Lavoisier, um misto de químico e financista, ajudou as Revoluções americana e francesa, melhorando a qualidade e a produção de pólvora; Berthollet e outros químicos, provocados pelo bloqueio inglês, encontraram substitutos para as importações de açúcar, de soda e de índigo. Lavoisier foi guilhotinado como um traficante de guerra (1794),[54] porém, um ano mais tarde, o governo revolucionário repudiou este ato e prestou homenagem à sua memória. A Convenção protegeu os cientistas em seus Comitês, e aceitou seus planos para um sistema métrico; o Diretório deu aos cientistas altas posições no novo Institut de France; Lagrange, Laplace, Adrien-Marie Legendre, Delambre, Berthollet, Lamarck, Cuvier — nomes que ainda brilham na história da ciência — estavam entre seus mais antigos membros. A ciência durante um certo tempo substituiu a religião como o principal elemento da educação francesa; o retorno dos Bourbons interrompeu esse movimento, porém sua queda (1830) foi acompanhada pela exaltação da ciência na "filosofia positiva" de Augusto Comte.

Lagrange e Legendre deixaram suas marcas indeléveis na matemática. Lagrange formulou o "cálculo das variações", cujas equações são ainda hoje parte da ciência da mecânica. Legendre trabalhou nas integrais elíticas, desde 1786 até 1827, quando publicou seus resultados num *Traité des Fonctions*. Gaspard Monge, filho de um vendedor ambulante, inventou a geometria descritiva — um método de representar objetos de três dimensões num plano de duas dimensões; organizou o plano nacional de recuperação de cobre e estanho, escreveu um texto famoso na gentil arte de fabricar canhões, e serviu ao governo revolucionário e a Napoleão ao longo de uma extensa carreira como matemático e administrador. Laplace despertou a *intelligentsia* da Europa com sua *Exposition du système du monde* (1796), na qual formulou a hipótese da nebulosa e tentou explicar o universo como um puro mecanismo; quando Napoleão lhe perguntou: "Quem fez toda essa maquinaria?", Laplace replicou: "Eu não tenho necessidade de tal hipótese." Lavoisier, fundador da química moderna, serviu como presidente da comissão que formulou o sistema métrico (1790). Berthollet contribuiu para o avanço da química, tanto prática como teórica, ajudou Lavoisier a estabelecer uma nova nomencla-

tura química, e ajudou seu país em guerra pelo seu método de converter minério em ferro e ferro em aço. Xavier Bichat foi pioneiro da histologia pelos seus estudos microscópicos dos tecidos. Em 1797 começou uma famosa série de conferências sobre fisiologia e cirurgia; resumiu suas conclusões no livro *Anatomie Générale* (1801). Em 1799, com 28 anos de idade, foi nomeado médico no Hôtel Dieu (Santa Casa de Misericórdia). Estava começando um estudo das mudanças orgânicas produzidas pelas doenças quando uma queda pôs fim à sua vida (1802), com a idade de 31 anos.

Pierre Cabanis pode servir como uma transição para a filosofia, pois embora sua época o haja conhecido principalmente como um médico, a posteridade passou a considerá-lo como um filósofo. Em 1791 assistiu à última doença do agonizante Mirabeau. Fazia conferências na École de Médecine sobre higiene, medicina legal e história da medicina; durante certo tempo chefiou todos os hospitais de Paris. Foi um dos muitos homens de projeção que discretamente amaram a sempre amável viúva do *philosophe* Helvétius. Nas reuniões em sua casa encontrou Diderot, d'Alembert, d'Holbach, Condorcet, Condillac, Franklin e Jefferson. Como estudante de medicina teve especial atração por Condillac, o qual então dominava a cena filosófica francesa com sua doutrina de que todo o conhecimento provinha dos sentidos. As implicações materialistas desta teoria dos sentidos agradavam a Cabanis; correspondiam bem à correlação que ele havia encontrado entre as operações mentais e as do corpo. Chocou até mesmo os mais avançados pensadores do seu tempo ao dizer: "Para formar uma correta idéia das operações cujo resultado é o pensamento, é necessário olhar para o cérebro como um órgão especial cuja função particular é produzir o pensamento, da mesma forma que o estômago e os intestinos têm a especial função de levar avante o trabalho da digestão, o fígado o de filtrar a bile etc.[55]"

No entanto Cabanis modificou a análise de Condillac sustentando (como Kant havia recentemente feito em sua *Crítica da Razão Pura*) que uma sensação entra no organismo quando ele já está meio formado para nascer, amolda-se daí em diante a cada experiência, e carrega seu passado em suas células e em sua memória de modo a formar parte de uma personalidade em mudança, incluindo sensações internas, reflexos, instintos, sentimentos e desejos. A totalidade psicofísica assim produzida molda para sua estrutura e propósito cada sensação que recebe. Neste modo de ver, Cabanis concorda com Kant em que a mente não é uma indefesa *tabula rasa* na qual as sensações são impressas; é uma organização que transforma as sensações em percepções, pensamentos e ações. No entanto (insiste Cabanis), a mente que Kant tanto reverencia não é uma entidade separável dos aparelhos fisiológicos dos tecidos e dos nervos.

Este sistema aparentemente materialista foi exposto na primeira (1796) das 12 *mémoires* que Cabanis publicou em conjunto, em 1802, como *Rapports du physique et du moral de l'homme* (Relatórios sobre o Físico e o Moral do Homem). Revelam uma poderosa mente (ou cérebro) impacientemente ativa sob uma enorme área de curiosidade e especulação. O primeiro ensaio é quase um ensaio de psicologia fisiológica, estudando a correlação nervosa dos estados mentais. O terceiro analisa o "inconsciente": nossas memórias acumuladas (ou inscrições sobre os nervos) podem combinar-se com sensações externas e internas para gerar sonhos, ou podem inconscientemente afetar nossas idéias, mesmo no mais alerta dos estados conscientes. O quarto sustenta que a

mente envelhece com o corpo, de tal forma que as idéias e o caráter de uma pessoa podem ser inteiramente diferentes aos 70 anos do que o eram aos 20. O quinto é uma sugestiva discussão de como as secreções glandulares — especialmente a sexual — podem afetar nossos sentimentos e pensamentos. O décimo ensaio sustenta que o homem evoluiu através de variações ocasionais ou mutações, que se tornaram hereditárias.

Num livro que passa por ser de Cabanis: *Lettres sur les causes premières* (Cartas sobre as Causas Primeiras), 1824, publicado 16 anos após sua morte, ele parece retratar-se de seu materialismo, e admitir uma Causa Primeira, dotada de inteligência e de vontade.[56] Os materialistas podem lembrar-nos que o grande cirurgião tinha-nos alertado sobre o efeito de um corpo envelhecido sobre a mente que lhe é associada. Os céticos podem supor que o mistério da consciência tinha levado Cabanis a suspeitar que o materialismo simplificava uma realidade muito complexa e imediata. De qualquer forma é bom que um filósofo lembre a si mesmo, uma vez por outra, que ele é uma partícula pontificando sobre o infinito.

Dois homens sobreviveram à idade dos *philosophes* para encontrar em pessoa a Revolução que haviam tão ardentemente desejado. Quando o Padre Raynal, que se tornara conhecido em 1770 com a sua *Histoire philosophique... des deux Indes*, viu as *lumières* do Iluminismo escurecidas pelos excessos do populacho, enviou à Assembléia Constituinte, em 31 de maio de 1791, uma carta de protesto e profecia: "Por muito tempo eu tenho ousado dizer aos reis quais são seus deveres; deixai-me hoje dizer ao povo quais são seus erros." Alertou que a tirania da multidão podia ser tão cruel e injusta quanto o despotismo dos monarcas. Defendeu o direito do clero de pregar a religião, da mesma forma que os oponentes da religião ou dos religiosos tinham a liberdade de dizer o que pensavam. Condenou de modo igual o financiamento do governo a qualquer religião (o Estado no momento pagava o salário dos padres) e os ataques que os padres sofriam das multidões anticlericais. Robespierre persuadiu a Assembléia irada a deixar o velho filósofo de 78 anos escapar à prisão, porém a propriedade de Raynal foi confiscada e ele morreu na pobreza e desiludido, em 1796.

Constantin Chasseboeuf de Volney viveu durante a Revolução e conheceu todas as pessoas notáveis de Paris desde d'Holbach até Napoleão. Após anos de viagem pelo Egito e pela Síria, foi eleito para os Estados Gerais e serviu à Assembléia Constituinte até sua dissolução em 1791. Naquele ano publicou as impressões filosóficas de suas viagens num livro intitulado *Les Ruines, ou Méditations sur les révolutions des empires* (As Ruínas, ou Meditações sobre as Revoluções dos Impérios). O que havia causado o colapso de tantas antigas civilizações? Volney respondia que tinham declinado devido à ignorância transmitida a seu povo por religiões sobrenaturais aliadas com governos despóticos e por dificuldades na transmissão do conhecimento de geração a geração. Agora que as crenças mitológicas estavam perdendo seu poder e que a imprensa facilitava a preservação do conhecimento e a transferência da civilização, os homens podiam ter a esperança de possuir culturas duradouras, baseadas num código moral no qual o conhecimento, crescendo e se espalhando, estenderia o controle do homem sobre suas tendências anti-sociais, e promoveria a cooperação e a unidade. Foi preso em 1793 como girondino, e permaneceu na prisão por nove meses. Libertado, foi para a América, onde foi bem recebido por George Washington e denunciado como um espião francês pelo Presidente Adams (1798), voltando apressadamente para a França. Serviu como senador sob Na-

poleão, opôs-se à mudança do Consulado para o Império, e retirou-se para a reclusão de homem letrado, até que Luís XVIII o fez par de França em 1814. Morreu em 1820, tendo participado tanto na deposição como na restauração dos Bourbons.

VII. LIVROS E AUTORES

A despeito da guilhotina, os editores preservavam do esquecimento obras que de outra forma desapareceriam, poetas faziam rimas e metrificavam, oradores declamavam, dramaturgos misturavam história e amor, historiadores revisavam o passado, filósofos castigavam o presente, e duas mulheres escritoras rivalizavam com os homens na profundeza de sentimento, na coragem política e no poder intelectual. Uma dessas, Mme. Roland, já encontramos na prisão e na guilhotina.

A família Didot, a mais famosa das editoras francesas, continuava a melhorar a impressão e a encadernação dos livros. François Didot tinha estabelecido a firma como impressores e vendedores de livros em Paris em 1713; seus filhos François-Ambroise e Pierre-François levaram avante suas experiências em tipografia e publicaram uma coleção de clássicos franceses por encomenda de Luís XVI; o filho de François-Ambroise, Pierre, publicou edições de Virgílio (1798), Horácio (1799), e Racine (1801), com uma apresentação tão bonita que os ricos compradores podiam ter nelas prazer mesmo sem as ler; Firmin Didot (1764-1836), um outro dos filhos de François-Ambroise, tornou-se famoso por ter descoberto um novo tipo, e credita-se-lhe a invenção do estereótipo; a empresa de Firmin Didot publicou em 1884 a magnífica edição do livro de Paul Lacroix, *Directoire, Consulat, et Empire*, do qual muitos itens aqui referidos foram copiados; ali, por exemplo, tomamos conhecimento que, durante todo o período revolucionário, a venda dos trabalhos de Voltaire e Rousseau atingiu a centenas de milhares. Um decreto da Convenção (19 de julho de 1793) garantia ao autor a propriedade de suas publicações devidamente registradas (*copyrighted*) até dez anos após sua morte.[57]

Os dois mais famosos poetas da década da Revolução começaram muito afastados em seus ornatos e estilos, e acabaram sob a mesma lâmina em 1794. Philippe-François Fabre d'Églantine compunha belos versos e peças teatrais de sucesso; tornou-se presidente do Club Cordeliers, secretário de Danton, deputado à Convenção, onde votou pela expulsão dos girondinos e pela decapitação do rei. Apontado para o comitê que deveria organizar um novo calendário, inventou muitos dos nomes pitorescamente sazonais dos meses. A 12 de janeiro de 1794, foi preso sob a acusação de malversação de fundos, falsificação de documentos e negócios com agentes estrangeiros e aproveitadores mercantis. Em seu julgamento, cantou sua encantadora balada "*Il pleut, il pleut, bergère; rentre tes blancs moutons*" ("Está chovendo, está chovendo, pastora; leva para casa teus brancos carneiros"); porém os jurados não tinham ouvidos para pastorais. Em seu caminho para a guilhotina (5 de abril de 1794) ele distribuiu cópias de seus poemas para o povo.

André-Marie de Chénier era melhor poeta, de melhor moral, porém não teve melhor sorte. Nascido em Constantinopla (1762), de pai francês e mãe grega, dividiu seu amor literário entre a poesia grega e a filosofia francesa. Foi educado em Navarra, veio para Paris em 1784, tornou-se amigo de David e Lavoisier, e aceitou a Revolução com reservas. Opôs-se à Constituição Civil do Clero, a qual amarrava o Estado à Igreja Católica; recomendou à Assembléia Nacional a completa separação da Igreja e do Estado, e ampla liberdade de culto para todas as crenças; condenou os Massacres de Setembro, louvou Charlotte Corday por haver assassinado Marat, e escreveu para Luís XVI uma carta à Convenção pedindo o direito de apelar ao povo de sua sentença de morte; este serviço tornou-o suspeito aos jacobinos que então mandavam. Preso como um girondino, apaixonou-se por uma bela prisioneira, Mlle. de Coigny, e dedicou-lhe "La Jeune Captive", que Lamartine considerava "o mais melodioso suspiro emanado das profundezas de uma masmorra".[58] Levado a julgamento recusou defender-se, e marchou para a morte como o alívio de uma idade de barbárie e tirania. Em sua vida havia publicado apenas dois poemas, porém seus amigos publicaram, 25 anos após sua execução, uma edição de suas poesias completas, que o estabeleceram como o Keats da literatura francesa. Deve ser seu apelo, bem como o dela, que ele expressa na estância final de "A Jovem Cativa":

O mort tu peux attendre, éloigne, éloigne-toi;
Va consoler les coeurs que la honte, l'effroi,
Le pâle désespoir dévore.
Pour moi Pâles encore a des asiles verts,
Les amours des baisers, les Muses des concerts;
Je ne veux pas mourir encore.

Ó Morte, esperar tu podes. Vai, vai-te embora;
Vai consolar almas que da vergonha e agora
Do horror são possuídas.
Pra mim Pales tem refúgios verdes ainda,
De amores e beijos, e a Musa é tão linda;
Não desejo a morte mas a vida.[59]

O irmão mais jovem de André, Joseph de Chénier (1764-1811), foi um dramaturgo de sucesso; recorde-se a agitação causada quando Talma representou *Carlos IX*. Ele escreveu as palavras para o marcial "Chant du départ" (Canto da Partida), e o "Hymne à la liberté" (Hino à Liberdade) cantados na Festa da Razão; com uma magistral tradução apresentou à França o poema de Gray "Elegy Written in a Country Churchyard" (Elegia Escrita num Cemitério de Igreja na Província). Eleito para a Convenção, tornou-se de uma certa forma o poeta oficial da Revolução. Quando mais velho, foi designado pelo Institut para compor um *Tableau historique de l'état et du progrès de la littérature française après 1789* (Quadro Histórico do Estado e do Progresso da Literatura Francesa após 1789). Morreu antes de completá-lo; mesmo assim é um longo registro de escritores que em certa ocasião foram famosos e agora na maior parte estão esquecidos pelos franceses de boa educação. Os imortais morrem rapidamente depois da morte...

Dirigida e engolfada pela política durante a Convenção, a literatura recuperou-se sob o Diretório. Formaram-se centenas de sociedades literárias, clubes de leitura se multiplicaram, o público leitor aumentou. A maior parte das pessoas contentava-se com novelas; ficção romântica e poesia começaram a deslocar a tragédia clássica. O livro de Macpherson *Ossian*, traduzido para o francês, tornou-se favorito de uma enorme variedade de leitores, desde criadas de quarto até Napoleão.

VIII. MME. DE STAËL E A REVOLUÇÃO

Destacando-se dentre os artesãos da palavra pela força de sua voz e o seu caráter, aparece uma mulher que, entre bem-sucedidas novelas e uma sucessão de amantes, aceitou a Revolução, denunciou a plebe e o Terror, combateu Napoleão a cada passo e sobreviveu vitoriosa enquanto ele definhava numa morte viva. Germaine Necker teve a vantagem de haver nascido em preeminência e na fortuna: seu pai, que cedo tornou-se um milionário, foi Ministro das Finanças da França; sua mãe, certa ocasião cortejada por Edward Gibbon, reunia em seu *salon* os gênios célebres de Paris e de outras partes, para servir involuntária ou inconscientemente à educação de sua filha.

Nasceu em Paris em 22 de abril de 1766. Mme. Necker, insistindo em ser sua única tutora, encheu-a com uma explosiva mistura de história, literatura, filosofia, Racine, Richardson, Calvino e Rousseau. Germaine tremia, com uma sensibilidade que estava na moda, ao ver Clarissa Harlowe aproximar-se de um destino que era pior do que a morte, e com um juvenil entusiasmo ao apelo de Rousseau pela liberdade; mostrou-se, porém, dolorosamente alérgica ao calvinismo, e resistiu à insistente teologia e disciplina com a qual o calvinismo lhe era diariamente administrado. Cada vez ela se afastava mais de sua enferma e dominadora mãe, e apaixonava-se por seu indulgente e generoso pai.

Esta foi a única ligação que manteve com duradoura fidelidade e fazia com que as outras ligações fossem tangenciais e inseguras. "Nossos destinos", escrevia ela, "ter-nos-iam unidos para sempre se o destino nos houvesse feito contemporâneos".[60] No entanto, para confundir suas emoções com a inteligência, foi-lhe permitido, desde que atingiu a idade da puberdade, assistir às reuniões de intelectuais, organizadas periodicamente por sua mãe; ali ela agradava aos "sábios" pela rapidez de sua compreensão e pela vivacidade das respostas. Quando chegou aos 17 anos havia-se tornado a estrela do *salon*.

Levantava-se agora o problema de encontrar para ela um marido que pudesse equiparar-se na inteligência e na fortuna em perspectiva. Seus pais propuseram-lhe William Pitt, a luz que se levantava na política inglesa; Germaine rejeitou a idéia pela mesma razão que havia levado sua mãe a resistir a Gibbon — não havia sol suficiente na Inglaterra e as mulheres ali eram belas porém ignoradas. O barão Eric Magnus Staël von Holstein, que estava na bancarrota, ofereceu-lhe sua mão; os Necker mantiveram-no em suspenso até que se tivesse tornado embaixador sueco na França. Assim aconteceu, e Germaine concordou em casar-se com ele porque esperava ser mais independente como esposa do que como filha. No dia 14 de janeiro de 1786 tornou-se a baronesa de Staël-Holstein; tinha 20 anos e o barão 37. Assegura-se que"ela nada sabia de amor sexual até seu casamento";[61] mas aprendia rapidamente tudo. A condessa de Boufflers, que assistiu ao casamento, descreveu a noiva como "tão estragada pela admiração por sua inteligência que vai ser difícil fazê-la compreender os seus defeitos. É mandona e excessivamente voluntariosa, e tem uma confiança em si mesma que eu nunca vi igual em qualquer outra pessoa de sua idade".[62] Não era bonita, e tinha um aspecto masculino no porte, bem como na mentalidade; seus olhos escuros brilhavam com vivacidade e na conversação não tinha rival.

Foi viver na Embaixada Sueca na Rue du Bac, onde em breve estabeleceu o seu próprio *salon*; porém — uma vez que sua mãe estava enferma — encarregou-se também do *salon* que ficava por cima do banco de seu pai. Necker tinha sido dispensado do Ministério das Finanças em 1781, porém fora de novo chamado a exercer essa função em 1788 para ajudar a afastar a ameaça da Revolução. Ele era agora, a despeito de seus milhões, o ideal de Paris, e Germaine, apoiando-o apaixonadamente com a língua e com a pena, tinha alguma razão para ser orgulhosa. A política, ao lado de amor livre, tornou-se seu pão de cada dia.

A conselho de Necker, Luís reuniu os Estados-Gerais; apesar da resistência de Necker ele determinou que os três estados se reunissem separadamente, mantendo a distinção de classe; em 12 de julho de 1789 dispensou Necker pela segunda vez, e ordenou-lhe que deixasse a França imediatamente. Ele e Mme. Necker dirigiram-se para Bruxelas; Germaine, fula de raiva, seguiu-os; Staël, esquecendo seus deveres oficiais, acompanhou-a e à sua fortuna. No dia 14 de julho a populaça parisiense invadiu a Bastilha e ameaçou a monarquia. O rei amedrontado mandou um correio para procurar Necker e trazê-lo de volta a Paris e para o Ministério; Necker voltou; o povo aclamou-o. Germaine voltou rapidamente para Paris e daí em diante, até os Massacres de Setembro, sentiu cada dia os ventos quentes da Revolução.

Associando-se em seus estágios iniciais com seu pai, e sua política com seu rendimento, apoiou os Estados-Gerais, porém bateu-se por uma legislação bicameral sob uma mo-

narquia constitucional, que assegurasse um governo representativo, as liberdades civis, e a proteção da propriedade. À medida que a Revolução progredia, usou de toda a sua influência para moderar os jacobinos e encorajar os girondinos.

No entanto deixava longe os jacobinos na sua filosofia moral. Quase todos os homens que ela encontrava julgavam razoável que seus casamentos, tendo sido uniões de propriedades e não de corações, dessem margem a uma amante ou duas para dar-lhes animação e romance; porém eles mantinham que privilégios semelhantes não podiam ser estendidos à esposa, uma vez que sua infidelidade causaria dilaceradoras incertezas na transmissão da propriedade por herança. Germaine não era sensível a este argumento, uma vez que no seu caso — filha única — a propriedade em questão e em perspectiva era quase toda sua. Concluiu que devia sentir-se livre para procurar romance, mesmo experimentando outros leitos.

Em breve havia perdido o respeito por seu marido, que era obediente demais para ser interessante e incopetente demais para ser solvente. Não teve objeção a que ele tomasse Mlle. Clairon como amante; ele porém gastava o seu rendimento oficial com a velha atriz de 70 anos de idade, negligenciava seus deveres como embaixador, vivia jogando e perdendo e repetidamente acumulando dívidas que sua esposa e seu sogro relutantemente pagavam. Assim foi que ela atravessou uma longa procissão de amantes pois, como iria dizer em *Delphine*: "Entre Deus e o amor eu não reconheço outro mediador que a minha própria consciência"; e sua consciência podia ser controlada. Um de seus primeiros colaboradores foi Talleyrand, ex-bispo de Autun, que concordava com ela sobre a flexibilidade dos votos. Após ele, veio o conde Jacques-Antoine de Guibert, que mais tarde se tornou o *beau idéal* de Julie de Lespinasse; no entanto ele morreu em 1790, com a idade de 47 anos. Um ano antes Germaine tinha formado uma ligação mais profunda e mais duradoura com Louis de Narbonne-Lara, filho de uma união ilegal, e ele mesmo, aos 33 anos, o pai de alguns bastardos; porém era notavelmente belo e tinha a naturalidade e a graça de maneiras que os jovens sem raça dificilmente podem aprender. Por herança social era totalmente pela aristocracia contra uma burguesia que se levantava; porém Germaine persuadiu-o às suas idéias por uma monarquia constitucional na qual a classe dos proprietários participaria do poder com a nobreza e com o rei. Se podemos acreditar nela, Narbonne "mudou seu destino por minha causa. Rompeu suas ligações e consagrou sua vida a mim. Numa palavra, convenceu-me que... se consideraria feliz se possuísse meu coração, porém se o perdesse irremediavelmente, ele não poderia sobreviver".[63]

Em 4 de setembro de 1790, Necker, sua política liberal tendo sido frustrada pelos nobres que rodeavam o rei, demitiu-se e retirou-se com sua esposa temporariamente para uma quieta vida em seu castelo de Coppet. Germaine a ele se juntou em outubro, porém em breve cansou-se da paz suíça e voltou para o que ela chamava, por comparação, a deliciosa "sarjeta da Rue du Bac".[64] Ali seu *salon* vibrava com as vozes de Lafayette, Condorcet, Brissot, Barnave, Talleyrand, Narbonne e a sua própria. Não se dava por contente em dirigir as brilhantes conversações; almejava desempenhar um papel na política. Alimentava o sonho de levar a França do catolicismo para o protestantismo, porém esperava, através dos notáveis que em sua casa se reuniam, trazer a Revolução a um pacífico descanso numa monarquia constitucional. Com a ajuda de Lafayette e Barnave conseguiu a indicação de Narbonne para Ministro da Guerra (6 de

dezembro de 1791). Maria Antonieta apoiou com relutância esta indicação. "Que glória para Mme. de Staël", comentava ela; "que alegria para ela ter todo o exército à sua disposição!"[65]

Narbonne andou rápido demais. Em 24 de fevereiro de 1792, ele apresentou a Luís XVI um memorando recomendando que o rei rompesse com a aristocracia e desse sua confiança e suporte à burguesia dos proprietários, comprometida a manter a lei e a ordem, e uma monarquia limitada. Os outros ministros indignados protestaram; Luís cedeu a eles e dispensou Narbonne. O castelo de cartas de Germaine caiu; e para pôr sal em suas feridas, sua rival, Mme. Roland, conseguiu, através de Brissot, a indicação do seu marido como Ministro do Interior.

Germaine viveu em Paris durante quase todo o terrível ano de 1792. No dia 20 de junho de 1792, testemunhou (embora apenas do outro lado do Sena) a invasão das Tulherias por uma multidão cujas maneiras grosseiras assustaram-na. "Suas horríveis juras e gritos, seus gestos ameaçadores, suas armas assassinas, ofereciam um espetáculo horroroso que poderia para sempre destruir o respeito que a raça humana deve inspirar."[66] Porém aquela *journée* (como os franceses passaram a chamar um levante do populacho) foi um amável ensaio, coroado e acalmado pela colocação do barrete vermelho da Revolução na cabeça do rei. Em 10 de agosto no entanto, ela testemunhou, de seu esconderijo seguro, a sangrenta captura das Tulherias por uma turba que não descansou enquanto o rei e a rainha não fugiram para uma proteção momentânea na Assembléia Legislativa. Os rebeldes triunfantes começaram a prender todos os aristocratas disponíveis; Germaine gastou sua fortuna liberalmente na proteção de seus amigos titulados. Escondeu Narbonne no recesso da embaixada sueca; resistiu bravamente e finalmente conseguiu desviar uma patrulha de busca; e em 20 de agosto Narbonne estava seguro na Inglaterra.

O pior estava para vir no dia 2 de setembro, quando os *sansculottes*, enlouquecidos de medo, arrastaram os nobres presos e os que os apoiavam para fora de suas cadeias e os assassinaram à medida que eles saíam. Mme. de Staël escapou por pouco de ter o mesmo destino. Depois de haver ajudado muitos de seus amigos a saírem de Paris e da França, ela mesma resolveu partir, naquele belo 2 de setembro, numa carruagem imponente com seis cavalos e criados de libré, em direção às portas da cidade; vestiu-se deliberadamente no estilo e com as insígnias de embaixatriz na esperança de receber cortesias diplomáticas. Logo na partida a carruagem foi parada por "um enxame de velhas mulheres, saídas do inferno". Rudes trabalhadores ordenaram aos postilhões que levassem a carruagem ao quartel-general da secção; um policial conduziu o grupo através de multidões hostis até o Hôtel de Ville. Ali "eu saltei da carruagem, rodeada por uma multidão armada e abri caminho através de uma cerca de lanças. Quando subi a escadaria, que também estava eriçada de lanças, um homem apontou sua arma a meu peito; o policial que me acompanhava desviou-a com seu sabre. Se eu tivesse hesitado naquele momento teria sido o meu fim".[67] No quartel-general da Comuna encontrou um amigo que conseguiu a sua liberdade; escoltou-a até a embaixada, deu-lhe um passaporte que lhe permitiu, na manhã seguinte, atravessar seguramente Paris, na longa viagem para Coppet. Foi neste dia que a cabeça da princesa de Lamballe, desfilando na ponta de uma lança, passou por baixo da janela onde se achava presa a rainha.

Germaine chegou aos braços de seus pais no dia 7 de setembro. Em outubro, ouvindo

falar de revolução em Genebra, ela mudou-se para Rolle, mais para leste, próximo a Lausanne. No dia 20 de novembro de 1792, mãe aos 26 anos de idade, deu a luz a um filho, Alberto, que ela carregara em seu ventre através de suas aventuras com a morte. Provavelmente o pai era Narbonne, porém seu marido foi levado a acreditar, ou fingir que acreditava, que era o pai. Em Rolle, e mais tarde em Coppet, ela deu refúgio a um grande número de homens e mulheres, titulados ou não, que fugiam à frente do Terror que avançava. "Nem ela nem seu pai preocupavam-se com a opinião alheia em presença da desgraça."[68]

Quando chegou a seu conhecimento que Narbonne havia se oferecido para deixar seu refúgio na Inglaterra e vir testemunhar em defesa de Luís XVI, Germaine não pôde suportar a idéia de que assim ele muito se arriscava; ela devia ir à Inglaterra e dissuadi-lo. Atravessou a França, cruzou o canal, e encontrou-se com Narbonne no Juniper Hall, em Mickelham, próximo a Londres, em 21 de janeiro de 1793 — no dia em que Luís foi guilhotinado. Seu antigo amante estava por demais deprimido pelas notícias para dar-lhe boas-vindas muito calorosas; sua linhagem aristocrática se reafirmava e seu amor por sua amante perdia seu ardor frente ao pesar pelo rei. Talleyrand vinha de Londres para freqüentes visitas e animava-o com seu humor. Fanny Burney juntava-se a eles e relatava (no sumário de Macaulay) "que ela jamais tinha ouvido tal conversação antes. A mais animada eloqüência, as observações mais finas, a inteligência mais brilhante, a graça mais cortês, uniam-se para encantá-la". Recusou-se a acreditar no rumor de que Narbonne e Germaine viviam em adultério, escrevendo a seu pai, o famoso historiador da música:

> Esta insinuação era... inteiramente nova para mim, e eu acredito firmemente que é uma grossa calúnia. Ela o ama talvez ternamente, porém de uma forma tão aberta, tão simples, tão sem afetação, e com absoluta isenção de qualquer coqueteria... Ela é muito simples, ele é um belo homem; seus dotes intelectuais devem ser para ele sua única atração... Julgo que não se pode passar um dia com eles sem ver que sua relação é a de uma pura porém exaltada ... amizade.[69]

Quando Fanny tornou-se segura de que esse brilhante casal vivia em desavergonhado pecado, com tristeza desistiu de suas visitas a Juniper Hall.

O pequeno grupo era evitado, também, pelos *émigrés* mais antigos, que os acusavam de haver por demais longamente defendido a Revolução. Em 25 de maio, Germaine cruzou para Ostende; ainda como a esposa do embaixador sueco, dirigiu-se com segurança para Berna, onde a encontrou seu marido de conveniência, que com ela foi para Coppet. Dali publicou "Reflexões sobre o Julgamento da Rainha, por uma Mulher", um fervente apelo à misericórdia com relação a Maria Antonieta. Porém a rainha foi guilhotinada no dia 16 de outubro de 1793.

Mme. Necker morreu no dia 15 de maio de 1794. Seu marido chorou-a com a profundidade de afeição que apenas uma longa união pode causar. Germaine, não tanto acabrunhada, mudou-se para o Château de Mézerey, perto de Lausanne, para formar um novo *salon* e para esquecer de tudo nos braços do conde Ribbing. Narbonne, chegando tardiamente, encontrou-se deslocado e voltou para uma antiga amante. Durante o outono de 1794, um suíço alto, de rosto sardento e cabelos vermelhos, Benjamin Constant, de quase 27 anos de idade, encontrou-se com Germaine em Nyon, e começou com

ela uma acidentada união de literatura e amor.

Neste ínterim Robespierre havia caído; os moderados assumiram o poder; agora ela podia voltar para Paris. Assim fez em maio de 1795; fez as pazes com seu marido e reviveu seu *salon* na embaixada sueca. Ali reuniu os novos líderes da agonizante Convenção — Barras, Tallien, Boissy d'Anglas, e leões literários como Marie-Joseph de Chénier. Mergulhou tão avidamente na política que um deputado denunciou-a no recinto da Convenção de estar conduzindo uma conspiração monarquista ao mesmo tempo que enganava seu marido. O novo Comitê de Salvação Pública ordenou que ela deixasse a França. No dia 1º de janeiro de 1796, estava de volta em Coppet. Ali, entre Constant e seus livros, escreveu um sombrio estudo, *De l'influence des passions* (Da Influência das Paixões), transbordando de Rousseau e de sentimentos, fazendo eco das *Tristezas de Werther* e elogiando o suicídio. Seus amigos em Paris conseguiram-lhe críticas entusiasmadas. O Diretório notificou-a que ela podia voltar para a França, porém não se aproximar mais do que 32 quilômetros da capital. Ela e Constant instalaram-se numa antiga abadia em Hérivaux. Na primavera de 1797 foi-lhe permitido juntar-se a seu marido em Paris. Ali, no dia 8 de junho, deu à luz uma filha, Albertina, de incerta paternidade. Entre estas complicações conseguiu, através de Barras, a chamada de Talleyrand do exílio, e sua indicação (18 de julho de 1797) como Ministro das Relações Exteriores. Em 1798 o barão de Staël perdeu seu posto como embaixador. Deu a Germaine uma separação amigável em troca de uma pensão e retirou-se para um apartamento onde hoje está a Place de la Concorde, no qual nós vamos vê-lo morrendo em 1802.

No dia 6 de dezembro de 1796, numa recepção dada por Talleyrand para homenagear o conquistador da Itália, ela encontrou pela primeira vez Napoleão. Dirigiu-lhe algumas palavras em louvor de seu pai. Pela primeira vez em sua vida ela não tinha uma resposta pronta; "Eu estava um pouco perturbada, primeiro com admiração, depois com medo".[70] Ela fez-lhe uma pergunta tola: "Qual a maior das mulheres, viva ou morta?" Ele lhe deu uma resposta maliciosa: "Aquela que deu à luz o maior número de filhos."[71] Quatro dias mais tarde ela o viu de novo quando ele recebeu o aplauso dos membros do Diretório no pátio do Palácio do Luxemburgo. Estava intrigada pela mistura que nele havia de modéstia e de orgulho; aqui, dizia, estava um homem que leva com ele o destino da França. Aspirava a que ele a tomasse em sua confiança, para compartilhar seus grandes empreendimentos, talvez incluí-lo entre suas próprias vitórias. Alegrou-se como uma amante secreta quando, em 10 de novembro de 1799, Luciano Bonaparte disse-lhe que Napoleão havia saído triunfante em St.Cloud, e havia sido nomeado Primeiro Cônsul — conseqüentemente, o governante da França. Sentiu que uma era de caos e de ideais manchados havia terminado, e que uma outra era de heróis e de glória estava raiando.

IX. CONSIDERAÇÕES "A POSTERIORI"

Tendo contado a história da Revolução Francesa tão imparcialmente quanto nossa condição de anciãos nos permite, resta-nos encarar, dentro das mesmas limitações, as questões que a filosofia perguntaria: Justificou-se a Revolução por suas causas ou por seus resultados? Deixou qualquer ganho significativo para o povo francês ou para a humanidade? Poderiam esses ganhos ter sido conseguidos sem o que custaram no caos es-

tabelecido e no sofrimento? Seu registro sugere quaisquer conclusões acerca das revoluções em geral? Lança alguma luz sobre a natureza do homem? Nós nos referimos aqui apenas a revoluções políticas — alterações rápidas e violentas de governos no seu pessoal e na sua política. Um desenvolvimento sem violência chamaríamos de uma evolução; uma mudança rápida e violenta ou ilegal de pessoal sem uma mudança na forma de governo chamaríamos de *coup d'état*; qualquer resistência aberta a uma autoridade existente é uma rebelião.

As causas da Revolução Francesa foram, em resumo: (1) A rebelião dos *parlements*, enfraquecimento da autoridade do rei e da lealdade da nobreza *de robe*; (2) a ambição de Filipe d'Orléans para substituir Luís XVI no trono; (3) a rebelião da burguesia contra a irresponsabilidade financeira do Estado, a interferência do governo na economia, a falta de cooperação da riqueza da Igreja em face da bancarrota nacional, e os privilégios fiscais, sociais e de nomeação da aristocracia; (4) a rebelião dos camponeses contra os direitos feudais e seus contratos, os impostos do Estado, e o dízimo da Igreja; (5) a rebelião do populacho de Paris contra a opressão de classes, as injustiças legais, a falta de dinheiro, os altos preços e as ameaças militares. A burguesia e Filipe d'Orléans supriram o dinheiro que pagou a propaganda dos jornais e os oradores, a orientação das multidões, a reorganização do Terceiro Estado numa Assembléia Nacional que ditou uma constituição revolucionária. Os comuns entraram com o coração, os músculos, o sangue e a violência que assustaram o rei e que o levaram a aceitar a Assembléia e a constituição, e a aristocracia e a Igreja a abrirem mão de seus direitos e dízimos. Talvez devêssemos juntar como uma causa menor a humanidade e a vacilação de um rei que não queria ver correr sangue.

Os resultados da Revolução Francesa foram tantos, tão complexos, tão vários, e tão duradouros, que dever-se-ia escrever a história do século XIX para fazer-lhes justiça.

1. *Os resultados políticos* foram evidentes: a substituição do feudalismo por uma classe de camponeses livres e parcialmente donos de suas propriedades; das cortes feudais pelas cortes civis; da monarquia absoluta por uma democracia limitada pela propriedade; de uma aristocracia titulada por uma burguesia de negócios que passou a ser a classe dominante e administradora. Junto com a democracia vieram — pelo menos em palavras e na esperança — a igualdade perante a lei e na oportunidade, a liberdade de palavra, de culto e de imprensa. Essas liberdades foram em breve afetadas pela natural desigualdade dos homens em sua capacidade, e a desigualdade de ambientes nas casas, nas escolas e na riqueza. Quase tão notável quanto essas emancipações políticas, econômicas e legais, foi sua extensão à Itália do Norte, à Renânia, à Bélgica e à Holanda, pelos exércitos da Revolução; nessas regiões também o sistema feudal foi varrido e não voltou quando Napoleão caiu. Neste sentido os conquistadores foram libertadores, que mancharam seus dotes com as extorsões de seus governos.

A Revolução completou a unificação das províncias semi-independentes — com suas baronias feudais, seus impostos, suas origens diversas, suas tradições, seu dinheiro, e suas leis — em uma França governada centralmente, com um exército nacional e uma lei nacional. Esta mudança, como apontou Tocqueville, estava prosseguindo sobre os Bourbons; ela teria provavelmente sido atingida sem a Revolução, pela influência unificadora de um comércio nacional que crescentemente ignorava os limites provinciais

— de modo muito semelhante àquele com que a economia nacional nos Estados Unidos promoveu a erosão dos "direitos dos estados" por um governo federal tornado forte.

Da mesma forma, a emancipação dos camponeses, e a subida da burguesia ao domínio econômico e ao poder político teria provavelmente vindo sem a Revolução, embora mais vagarosamente. A Revolução sob a Assembléia Nacional (1789-91) foi amplamente justificada pelos seus resultados duradouros, porém a Revolução sob os governos de 1792-95 foi um interlúdio de assassinatos, terror e colapso moral, inadequadamente desculpado por conspirações externas e ataques. Quando, em 1830, uma outra revolução terminou com o estabelecimento de uma monarquia constitucional, o resultado foi aproximadamente o mesmo que havia sido atingido em 1791.

O ganho feito pela Revolução ao unificar a França como uma nação, foi contrabalançado pelo crescimento do nacionalismo como uma nova fonte de animosidade de grupos. O século XVIII tivera a tendência, nas classes educadas, de um enfraquecimento cosmopolitano das diferenças em cultura, modo de vestir e linguagem; os exércitos eram grandemente internacionais em seus líderes e homens. A Revolução substituiu esses guerreiros poliglotas por recrutas nacionais, e a nação substituiu a dinastia como objeto de lealdade e a fonte da guerra. Uma irmandade militar de generais substituiu uma classe aristocrática de oficiais; o poder das tropas patrióticas superou os mercenários sem ânimo dos velhos regimes. Quando o exército francês desenvolveu sua própria disciplina e orgulho, tornou-se a única fonte de ordem num estado caótico, o único refúgio em uma babel de incompetência governamental e insurgência popular. A Revolução inquestionavelmente promoveu a liberdade na França e fora dela; durante um certo tempo estendeu essa nova liberdade às colônias francesas e emancipou seus escravos. Porém a liberdade individual contém seu próprio Nêmesis; tende a crescer até que sobrepuja as restrições necessárias para a ordem social e a sobrevivência de grupo; liberdade sem limites é o caos completo. Além disso, a espécie de habilidade requerida para uma revolução difere muito da requerida para construir uma nova ordem: uma tarefa é favorecida pelos ressentimentos, pela paixão, pela coragem e pelo desrespeito à lei; a outra necessita de paciência, raciocínio, julgamento prático e respeito à lei. Uma vez que as novas leis não são fundadas sob a tradição e o hábito, usualmente dependem da força para sua sanção e suporte; os apóstolos da liberdade tornam-se, ou tendem a ser, aqueles que assumem o poder; e eles não são mais os líderes das multidões destruidoras mas os comandantes de construtores disciplinados, protegidos e supervisionados por um Estado marcial. Afortunada é a revolução que pode evitar ou encurtar a ditadura e preservar seus ganhos de liberdade para a posteridade.

2. *Os resultados econômicos* da Revolução foram a propriedade do campo pelos camponeses e o capitalismo, cada um deles gerando efeitos próprios infindáveis. Casados com a propriedade, os camponeses tornaram-se uma poderosa força conservativa, anulando o esforço socialista do proletariado sem propriedade, e servindo de âncora para a instabilidade subterrânea de um Estado turbulento durante um século com as conseqüências da Revolução. Protegido desta forma na campanha, o capitalismo desenvolveu-se nas cidades; os bens móveis substituíram a riqueza baseada na terra como um poder econômico e político; a livre empresa escapou do controle do governo. Os fisiocratas venceram sua batalha para a determinação dos preços, dos salários, dos produtos, dos sucessos

e dos insucessos pela competição no "mercado" — o jogo das forças econômicas não cerceadas pela lei. As mercadorias transferiam-se de província para província, sem ser perturbadas ou demoradas pelos impostos internos. A riqueza industrial crescia, e era concentrada cada vez mais no topo.

A revolução — ou sua legislação — repetidamente redistribui a riqueza concentrada, e a desigualdade na capacidade dos indivíduos ou privilégios concentra-a de novo. As diferentes capacidades dos indivíduos pedem e necessitam compensações desiguais. Cada superioridade natural gera vantagens de ambiente e de oportunidade. A Revolução tentou reduzir essas desigualdades artificiais, porém elas em breve eram renovadas, e mais em breve ainda sob regimes de liberdade. A liberdade e a igualdade são inimigas: quanto mais liberdade têm os homens, mais livres eles ficam para colher os resultados de sua superioridade natural ou de seu ambiente; daí multiplicarem-se as desigualdades sob governos que favorecem a liberdade de empresa e apóiam os direitos de propriedade. A igualdade é um equilíbrio instável, que qualquer diferença de hereditariedade, de saúde, de inteligência ou de caráter em breve elimina. A maior parte das revoluções descobre que elas só podem evitar as desigualdades limitando a liberdade, como nas terras autoritárias. Na França democrática a desigualdade teve liberdade de crescer. No que respeita à fraternidade ela foi apunhalada pela guilhotina, e tornou-se, após algum tempo, um acordo para vestir calças.

3. *Os resultados culturais* da Revolução ainda hoje influenciam nossas vidas. Proclamou a liberdade da palavra, da imprensa e de reunião; sob a pressão da guerra reduziu-as severamente, e Napoleão acabou com elas, porém o princípio sobreviveu e lutou repetidas batalhas através do século XIX, até tornar-se uma prática aceita ou pretensamente aceita nas democracias do século XX. A Revolução planejou e iniciou um sistema nacional de escolas. Encorajou a ciência como uma alternativa internacional para a teologia. Em 1791 o governo revolucionário designou uma comissão, encabeçada por Lagrange, para formular, para uma nova França unificada, um novo sistema de pesos e medidas; o sistema métrico resultante foi oficialmente adotado em 1792, e feito lei em 1799; ele teve que abrir seu caminho lutando nas províncias, e sua vitória não foi completa até 1840; hoje em dia está penosamente deslocando o sistema duodecimal na Grã-Bretanha.

A Revolução começou a separação da Igreja e do Estado, porém isto provou ser difícil numa França esmagadoramente católica e tradicionalmente dependente da Igreja para a educação moral de seu povo. Esta separação não se completou até 1905, e hoje em dia está de novo enfraquecendo sob a pressão de um mito que sustenta a vida. Tendo aceito o divórcio, a Revolução lutou para espalhar uma ética natural; vimos que nisto ela falhou. Sob um certo aspecto, a história da França no século XIX foi uma longa e periòdicamente convulsa tentativa de recobrar-se do colapso ético da Revolução. O século XX aproxima-se do seu fim sem ter ainda descoberto um substituto natural para a religião como forma de persuadir o animal humano a submeter-se à moralidade.

A Revolução deixou algumas lições para a filosofia política. Conduziu uma minoria crescente a compreender que a natureza do homem é a mesma em todas as classes; que os revolucionários, uma vez elevados ao poder, comportam-se como seus predecessores, e em alguns casos mais cruelmente; compare-se Robespierre com Luís XVI. Sentindo

em si mesmos as fortes raízes de selvageria perpetuamente pressionando contra os controles da civilização, os homens tornam-se céticos das aspirações revolucionárias, deixam de esperar policiais incorruptíveis e senadores santos, e aprendem que uma revolução só pode realizar tanto quanto a evolução preparou e a natureza humana permite.

A despeito dos seus defeitos — e talvez por causa de seus excessos — a Revolução deixou uma poderosa impressão na memória, nas emoções, nas aspirações, na literatura e na arte da França e de outras nações, da Rússia até o Brasil. Mesmo até 1848 os velhos ainda contariam às crianças acerca dos heróis e do terror daqueles tempos excitantes, daqueles arrojados e impiedosos desafios de todos os valores tradicionais. Constituiu alguma maravilha que as imaginações e as paixões fossem agitadas como poucas vezes antes, e que as visões recorrentes de estados mais felizes incitassem homens e mulheres a repetidas tentativas para realizar os nobres sonhos daquela década histórica? O relato de suas brutalidades levaram as almas ao pessimismo e à perda de qualquer fé; apareceriam Schopenhauers e Leopardis, Byrons e Mussets, um Schubert e um Keats, na próxima geração. Mas haveria espíritos cheios de esperança e inspiradores também — Hugo, Balzac, Gautier, Delacroix, Berlioz, Blake, Shelley, Schiller, Beethoven — que participariam intensamente no renascimento romântico do sentimento, da imaginação e do desejo contra a cautela, a tradição, a proibição e a restrição. Por 26 anos a França ficaria perplexa e oscilaria sob a magia da Revolução e de Napoleão — o maior romance e o maior romântico de todos; e a metade do mundo ficaria amedrontada ou inspirada por aquele quarto de século cheio de acontecimentos, no qual uma nação exaltada e sofredora tocara tais alturas e tais profundidades na história como a história raramente havia conhecido antes, e jamais conheceu depois.

LIVRO II

A ASCENSÃO DE NAPOLEÃO

1799-1811

CAPÍTULO VII

O Consulado

11 de novembro de 1799 a 18 de maio de 1804

I. A NOVA CONSTITUIÇÃO

1. *Os Cônsules*

A 12 DE NOVEMBRO de 1799 os Cônsules Provisórios — Napoleão, Sieyès e Roger Ducos — ajudados por dois comitês dos antigos conselhos, reuniram-se no Palácio de Luxemburgo para reconstruir a França. Sieyès e Ducos, como membros do antigo Diretório, já tinham ali aposentos; Napoleão, Josefina, Eugênio, Hortênsia e seus assistentes para ali se mudaram em 11 de novembro.

Os vitoriosos no *coup d'état* enfrentavam uma nação em desorganização econômica, política, religiosa e moral. Os camponeses estavam preocupados, com medo de que algum dos Bourbons voltando revogasse seus títulos de propriedade. Os mercadores e os industriais viam sua prosperidade ameaçada pelos portos bloqueados, as estradas negligenciadas e sujeitas ao roubo. Os financistas hesitavam em investir nos títulos de um governo que havia sido tantas vezes derrubado; agora, quando a situação gritava pelo reforço da lei, obras públicas e alívio aos pobres, o Tesouro tinha apenas 1.200 francos à sua disposição. A religião estava em constante oposição: dos oito mil padres católicos na França, seis mil haviam-se recusado a assinar a Constituição Civil do Clero, e trabalhavam em calada ou aberta hostilidade ao Estado. A educação pública, retirada da Igreja, estava em ruínas, a despeito dos magníficos pronunciamentos e planos. A família, apoio principal da ordem social, tinha sido sacudida pela liberdade e prevalência do divórcio, casamentos extemporâneos e revolta filial. O espírito público, que em 1789 tinha ascendido a raras alturas de patriotismo e coragem, estava morrendo em um povo cansado de revoluções e guerras, cético a respeito de todos os líderes, e cínico quanto a suas próprias esperanças. Aqui apresentava-se uma situação que exigia não políticos mas estadistas, e não debates democráticos demorados em enormes assembléias, mas (como Marat havia previsto e recomendado) uma ditadura — uma combinação de grandes perspectivas, pensamento objetivo, trabalho incansável, tato discernente e poder de comando. Estas condições prescreviam Napoleão.

Em sua primeira reunião Ducos propôs que o general de 30 anos de idade assumisse a presidência. Bonaparte apaziguou Sieyès propondo que cada um dos três presidisse a seu turno, e sugerindo que Sieyès assumisse a liderança na formação de uma nova constituição. O velho teorista retirou-se para seu estúdio e deixou Napoleão (com a concordância de Ducos) livre para emitir decretos calculados para assegurar ordem na

administração, solvência no Tesouro, paciência entre as facções e um período de confiança em um povo perturbado pela usurpação forçada do poder.

Um dos primeiros atos do cônsul no governo foi abandonar o seu uniforme militar e adotar uma modesta roupa civil; iria ser um mestre do teatro... Anunciou sua intenção, tão logo o novo governo estivesse estabelecido, de propor termos de pacificação à Inglaterra e à Áustria. Sua aparente ambição nestes primeiros dias não era levar a Inglaterra à rendição, mas aquietar e reforçar a França. Ele era nesta ocasião o que Pitt viria a chamá-lo: o Filho da Revolução — seu produto e seu protetor, o consolidador de seus ganhos econômicos; mas Napoleão esclareceu, no entanto, que desejava ser o fim da Revolução — o saneador das lutas internas, o organizador de sua prosperidade e paz.

Agradou à burguesia, cujo apoio econômico seria indispensável a seu poder — condenando à deportação (17 de novembro de 1799) 38 indivíduos considerados perigosos para a paz pública; isto era ditadura com vingança, o que levantou mais murmúrios do que aplausos; logo modificou o decreto em banimento para as províncias.[1] Cancelou a taxa confiscatória de 20 a 30 por cento que o Diretório tinha lançado sobre todas as rendas acima de um nível moderado. Revogou a lei segundo a qual cidadãos preeminentes eram mantidos sob vigilância como reféns a serem multados ou deportados no caso de quaisquer crimes contra o governo cometidos em sua localidade. Pacificou os católicos na Vendéia convidando seus líderes para uma conferência, oferecendo-lhes a segurança de sua boa vontade, e assinando com eles (24 de dezembro) uma trégua que, por algum tempo, pôs fim às guerras religiosas. Ordenou que todas as igrejas católicas que houvessem sido consagradas antes de 1793 fossem autorizadas ao culto católico todos os dias, exceto o *décadi*.[2] Em 26 de dezembro, ou pouco após, chamou de volta do banimento as vítimas das facções revolucionárias triunfantes: antigos liberais da Assembléia Nacional, incluindo Lafayette; antigos membros do Comitê de Segurança Pública, como Barère; conservadores proscritos pelo *coup d'état* de 18 Fructidor, como Lazare Carnot, que voltou a seus trabalhos no Ministério da Guerra. Bonaparte restaurou os direitos civis aos nobres de bom comportamento, e aos parentes pacíficos dos *émigrés*. Pôs um fim aos festivais que excitavam o ódio, como aqueles que haviam celebrado a execução de Luís XVI, a proscrição dos Girondinos e a queda de Robespierre. Anunciou que se propunha a governar no interesse não de uma única parte — Jacobinos, burgueses ou realistas — mas como um representante de toda a nação. "Governar no interesse de um partido", declarou ele, "é mais cedo ou mais tarde vir a tornar-se dependente dele. Jamais um partido levar-me-á a isso. Eu sou nacional".[3]

E assim o povo da França veio a enxergá-lo — quase todos, exceto os generais ciumentos e os Jacobinos inamovíveis. Já em 13 de novembro a opinião pública havia se voltado decisivamente a seu favor. "Todas as revoluções anteriores", escrevia o embaixador prussiano a seu governo naquele dia, "haviam inspirado muita desconfiança e medo. Esta, pelo contrário, como eu próprio posso testemunhar, animou os espíritos de todos e despertou as mais vivas esperanças."[4] Em 17 de novembro a Bolsa tinha caído a 11 francos; a 20 ela subiu para 14; a 21 para 20.[5]

Quando Sieyès trouxe aos outros Cônsules seu plano para uma "Constituição do Ano VIII" (1799) viram logo que a antiga parteira da Revolução havia perdido muito daquela admiração pelo Terceiro Estado que inspirara seu desafiante panfleto de uma década antes. Ele estava agora inteiramente certo de que nenhuma constituição podia

suportar por muito tempo um Estado, se as raízes de ambos estivessem na vontade flutuante de uma multidão desinformada e emocional. A França não tinha então quase mais escolas secundárias, e a sua imprensa era a agente de um partidarismo apaixonado que deformava, mais do que informava, a opinião pública. Sua nova constituição objetivava proteger o Estado da ignorância popular por um lado e de um governo despótico pelo outro. Sieyès quase teve sucesso.

Napoleão revisou as propostas de Sieyès, porém aceitou a maior parte delas, pois ele também não estava inclinado para a democracia. Não escondia sua opinião que o povo não estava equipado para decidir com sabedoria acerca de candidatos ou políticas; era muito facilmente levado pelo encanto pessoal, pela eloqüência declamatória, por periódicos comprados, ou padres orientados por Roma. O próprio povo, pensava ele, iria reconhecer sua incapacidade para enfrentar os problemas do governo; ficaria contente se o conjunto da nova constituição lhe fosse submetido para aceitação ou rejeição num referendo geral. Sieyès agora reformulava sua filosofia política numa máxima básica: "A confiança deve vir de baixo; o poder deve vir de cima."[6]

Começava com um breve cumprimento à democracia. Todos os franceses de 21 anos de idade ou mais deveriam votar para que um décimo de seu número fossem eleitos notáveis comunais; estes deveriam votar em um décimo de seu número para notáveis dos departamentos; estes votariam em um décimo de seu número para serem notáveis nacionais. Aí terminava a democracia: os funcionários locais deveriam ser apontados — não eleitos — pelos notáveis comunais; os funcionários departamentais deveriam ser nomeados pelos notáveis departamentais; os funcionários nacionais, pelos notáveis nacionais. Todas as nomeações deveriam ser feitas pelo governo central.

Este consistiria de (1) um *Conseil d'État*, ou Conselho de Estado, usualmente composto de 25 homens, apontados pelo Chefe de Estado, e autorizados a propor novas leis a (2) um *Tribunat*, de cem tribunos, autorizados a discutir as medidas assim propostas, e a apresentar suas recomendações a (3) um *Corps Législatif*, ou Legislatura, de 300 homens, autorizados a rejeitar ou a transformar em leis — porém não a discutir — as medidas assim submetidas; (4) um *Sénat*, usualmente de 80 homens de mente amadurecida, autorizados a anular as leis julgadas por ele como sendo inconstitucionais, a apontar os membros do *Tribunat* e da legislatura, a recrutar novos membros para ele próprio entre os notáveis nacionais, e a aceitar novos membros apontados para ele pelo (5) "grande eleitor".

Este era o termo que Sieyès havia proposto para o Chefe do Estado, mas Napoleão rejeitou o termo e sua descrição. Viu na função, como Sieyès a havia descrito, um mero agente executivo das leis passadas sem sua participação ou conhecimento, e uma figura de proa engomada, para receber delegações e diplomatas e presidir a cerimônias oficiais. Ele não sentia nenhum talento para tais rituais; pelo contrário, sua cabeça estava fervendo com propostas que estava resolvido a transformar em leis, tão logo fosse possível, para uma nação que gritava por ordem, orientação e continuidade. "Vosso Grande Eleitor", disse ele a Sieyès, "é um rei que não faz nada, e o tempo de tais *rois fainéants* já passou. Que homem provido de uma boa cabeça e um bom coração iria submeter-se a uma tal vida indolente pelo preço de seis milhões de francos e um apartamento nas Tulherias? Quem? — Nomear pessoas para agir e não poder agir ele próprio? É inadmissível."[7] Exigia o direito de dar início à legislação, de baixar ordens, apontar para

a função no governo central não apenas membros dos notáveis nacionais mas onde quer que encontrasse competência disposta a colaborar. Seu programa de reconstrução política, econômica e social requeria um prazo garantido de dez anos. E desejava ser chamado não "grande eleitor", que sabia à Prússia, mas "primeiro cônsul", que trazia o perfume da antiga Roma. Sieyès viu que sua constituição estava caindo numa monarquia, mas foi amolecido pela presidência do Senado e lucrativas propriedades. Ele e Ducos demitiram-se como cônsules e foram substituídos, a pedido de Napoleão (12 de dezembro de 1799), por Jean-Jacques Cambacérès como segundo cônsul, e Charles-François Lebrun como terceiro.

Seria um erro classificar esses dois homens como meros funcionários obedientes. Ambos eram homens de habilidade provada. Cambacérès, que havia sido Ministro da Justiça sob o Diretório, servia agora como conselheiro legal a Napoleão. Presidia o Senado e (na ausência do Primeiro Cônsul) presidia o Conselho de Estado. Desempenhou um papel importante na formulação do Código de Napoleão. Era um pouco vaidoso, e orgulhoso dos jantares de Lúculo que servia, porém seu temperamento calmo e ponderado salvou muitas vezes o Primeiro Cônsul de erros devidos à sua impetuosidade. Advertiu a Napoleão que não antagonizasse a Espanha e que evitasse a Rússia como um assunto perigoso. Lebrun havia sido secretário de René de Maupeou no esforço de evitar a bancarrota da França dos Bourbons; tinha tomado parte na legislação financeira da Assembléia Nacional e do Diretório; agora, começando com um Tesouro vazio, ele ajudou a organizar as finanças do novo governo. Napoleão apreciava as qualidades desses homens; quando se tornou imperador fez de Lebrun arquitesoureiro e Cambacérès arquichanceler, e eles permaneceram-lhe fiéis até o fim.

A despeito de sua convicção de que a condição da França requeria prontas decisões e rápida implementação de sua política, Napoleão neste ano de calouro de sua carreira submetia suas propostas ao Conselho de Estado, ouvia-as serem atacadas e defendidas, e tomava uma parte ativa na discussão. Este era um novo papel para ele; estava acostumado a comandar mais do que a debater, e seus pensamentos agora muitas vezes adiantavam-se a suas palavras; porém aprendia rapidamente e trabalhava arduamente no Conselho e fora dele, analisando os problemas e encontrando soluções. Era por enquanto apenas *Citoyen-Consul*, e permitia-se ser contrariado.[8] Os líderes do Conselho — como Portalis, Roederer, Thibaudeau — eram homens de alto calibre aos quais não se podia ditar ordens; e suas memórias abundam em tributos à vontade do Cônsul de trabalhar. Ouçamos o que diz Roederer:

> Pontual em todas as reuniões, prolongando as sessões por cinco ou seis horas,... sempre voltando à pergunta: "Isto é justo? isto é útil?"... submetendo cada pergunta a uma análise exata e elaborada, obtendo informação acerca da jurisprudência passada, das leis de Luís XIV e de Frederico, o Grande... Nunca o Conselho encerrou suas sessões sem que seus membros soubessem mais do que no dia anterior — se não através de conhecimento derivado dele, pelo menos através das pesquisas que ele os obrigava a fazer... o que o caracteriza acima de todos eles... (é) a força, a flexibilidade e a constância de sua atenção. Eu jamais o vi cansado. Eu nunca vi faltar uma inspiração à sua mente mesmo quando o seu corpo estava cansado... Nunca um homem devotou-se mais inteiramente ao trabalho que lhe era atribuído, nem devotou melhor seu tempo ao que ele tinha de fazer.[9]

Naqueles dias podia-se amar Napoleão.

2. *Os Ministros*

Além de dedicar-se à legislação para governar a França, ele atendia à tarefa ainda mais difícil da administração. Dividiu o trabalho entre oito ministérios e escolheu para chefiá-los os homens mais capazes que pôde encontrar, independentemente de seu partido ou de seu passado; alguns haviam sido Jacobinos, outros Girondinos, alguns realistas. Em um ou dois casos permitiu que a admiração pessoal sobrepujasse o julgamento prático; assim, fez de Laplace Ministro do Interior, mas em breve verificou que o grande matemático e astrônomo trazia "o espírito dos infinitesimais para a administração";[10] transferiu-o para o Senado e deu o ministério a seu irmão Luciano.

A tarefa básica e quase exasperante do Ministério do Interior era restaurar a solvência e a vitalidade das comunas ou municipalidades como as células fundamentais do corpo político. Napoleão expressava-se sobre a condição delas numa carta a Luciano de 25 de dezembro de 1799:

> Desde 1790 as 36.000 assembléias locais têm sido como 36.000 raparigas órfãs. Herdeiras dos velhos direitos feudais, elas (as comunas) têm sido negligenciadas ou enganadas... pelos delegados municipais da Convenção ou do Diretório. Um novo conjunto de prefeitos, assessores ou conselheiros municipais em geral tem significado nada mais do que uma nova forma de roubo: roubaram as estradas vicinais, roubaram as trilhas, roubaram a madeira, roubaram a igreja, e surripiaram a propriedade da comuna... Se este sistema durasse mais dez anos, o que teria acontecido com as comunidades locais? Herdariam nada mais do que dívidas e estariam tão arruinadas que teriam de apelar para a caridade dos habitantes.[11]

Este é o estilo literário de Napoleão e, assim, um pouco exagerado. Se fosse verdade ele deveria sugerir ser permitido às comunas escolher seus próprios funcionários, como Paris. Mas Napoleão não gostava do que havia sido o resultado em Paris. Quanto às comunas menores "a Revolução", no julgamento de seu historiador mais recente, "tinha descoberto apenas poucos aldeões suficientemente educados e cultos para possuírem um senso de integridade e interesse público";[12] e além disso muitas vezes tais governantes escolhidos localmente, da mesma forma que aqueles enviados de Paris, tinham-se demonstrado incompetentes ou corruptos ou ambas as coisas. Assim Napoleão permaneceu surdo aos apelos para o governo autônomo das comunas. Recuando até o sistema consular dos romanos, ou aos intendentes dos últimos Bourbons, preferiu indicar — ou fazer que o Ministério do Interior indicasse — para cada *département* um prefeito para governar, para cada *arrondissement* um subprefeito, e para cada comuna um *maire*; cada um dos indicados seria responsável junto a seu superior e em última palavra ao governo central. "Todos os prefeitos" assim indicados "eram homens de larga experiência e na maior parte deles eram bastante capazes."[13] De qualquer forma deram a Napoleão rédeas de poder que alcançavam longe.

O serviço civil — o corpo administrativo total — na França napoleônica foi o menos democrático e o mais eficiente conhecido na história, com a possível exceção da Roma

antiga. O povo resistiu ao sistema, mas ele provou ser um corretivo defensável de seu individualismo aquisitivo; a restauração dos Bourbons e as sucessivas repúblicas francesas retiveram-no; e ele deu ao país uma continuidade escondida e básica através um século de perturbação política e cultural. "A França vive hoje", escrevia Vandal em 1903, "na moldura administrativa e nas leis civis que Napoleão outorgou-lhe".

O problema mais imediato era a reabilitação do Tesouro. Por recomendação do cônsul Lebrun, Napoleão ofereceu o Ministério das Finanças a Martin-Michel Gaudin, que havia refugado este posto sob o Diretório e adquirira reputação de capacidade e honestidade. Seu acesso ao ministério garantira o apoio da comunidade financeira ao novo governo. Substanciais empréstimos vieram agora em socorro do Estado: um banqueiro adiantou 500.000 francos em ouro, e não pediu juros. Em breve o Tesouro tinha 12 milhões de francos com que pagar suas despesas operacionais e (sempre um cuidado primário com Napoleão) para alimentar e contentar o exército, pobremente vestido e há muito tempo não pago. Gaudin imediatamente transferiu dos funcionários locais para o governo central o poder de lançar e coletar impostos; a corrupção local nestes processos havia sido notória. Em 13 de fevereiro de 1800, Gaudin uniu várias agências financeiras em um Banco de França, financiado por ações postas à venda, e tendo o poder de emitir papel-moeda; em breve a gerência cuidadosa do banco fez suas notas tão populares e dignas de confiança como dinheiro. Isto foi propriamente uma revolução. O banco não era uma instituição do Estado; permanecia em mãos particulares; mas era apoiado e parcialmente controlado pelas rendas do governo que ali eram depositadas; e um Ministro do Tesouro, Barbé-Marbois, foi acrescentado ao Ministério das Finanças para guardar e gerir os fundos do Estado no banco.

A fase mais desagradável da administração era a prevenção, a descoberta e a punição do crime, e a proteção dos funcionários do governo contra assassinato. Joseph Fouché era exatamente o homem para este trabalho; tinha tido muita experiência com muitas formas de velhacarias; e, como um regicida, marcado para vingança pelos realistas, podia-se confiar nele para proteger Napoleão, como a mais forte barreira contra uma restauração dos Bourbons. Enquanto Gaudin mimava os banqueiros, Fouché mantinha os Jacobinos em linha com as esperanças de que o Primeiro Cônsul seria um verdadeiro filho da Revolução — protegendo os comuns contra a aristocracia e o clero, e a França contra os poderes reacionários. Napoleão desconfiava dele, temia Fouché, e mantinha uma força separada de espiões cujos deveres incluíam espionar o Ministro da Polícia; mas teve durante muito tempo dificuldades em substituí-lo. Fez isso cautelosamente em 1802, reconduziu-o ao posto em 1804, e o manteve até 1810. Gostava da moderação de Fouché em pedir fundos, e fechava os olhos ao financiamento parcial de suas forças pelo esperto ministro por meio do confisco de cassinos de jogo e contribuições de casas de prostituição.[14] Uma força independente de polícia mantinha vigilância sobre as ruas, as lojas, escritórios e residências, e presumivelmente compartilhava da renda de seus vigiados.

A defesa do indivíduo — mesmo dos criminosos — contra a polícia, a lei, e o Estado não atraía tanta atenção na França como na Inglaterra desta época, mas uma parte era provida por um poder judiciário eficiente e relativamente livre da correlação entre julgamentos e propinas. Entregando este ramo da administração ao jurista André-Joseph Abrimal, Napoleão lhe disse: "Cidadão, eu não vos conheço, mas dizem que vós sois o homem mais honesto da magistratura, e é por esta razão que eu vos nomeio Ministro da Justiça."[15] Em breve a França estava coberta por uma abundância e diversidade de

cortes, com grandes e pequenos júris, juízes de paz, bailios, promotores, querelantes, notários, advogados...

A proteção do Estado contra outros países estava entregue ao Ministério da Guerra, sob o general Louis-Alexander Berthier, ao Ministério da Marinha, sob Denis Decrès, e ao Ministério das Relações Exteriores, sob o indestrutível Talleyrand. Tinha agora 45 anos de idade, com uma reputação estabelecida pelas maneiras polidas, penetração intelectual e depravação moral. Nós o vimos pela última vez (14 de julho de 1790) celebrando a Santa Missa no festival do Campo de Marte; pouco tempo depois, escrevia à sua última conquista, Adélaïde de Filleul, condessa de Flahaut: "Espero que tenhais sentido a que divindade ontem dirigi minhas orações e meu juramento de fidelidade. Apenas vós sois o Ser Supremo que eu adoro e que sempre adorarei."[16] Teve um filho da condessa, mas tranqüilamente compareceu a seu casamento como o escondido pai da noiva.[17] Sua paixão pela beleza feminina era naturalmente acompanhada por um apetite pelo dinheiro, por meio do qual a beleza vicejava. Uma vez que rejeitava tanto a ética cristã quanto a teologia católica, ajustava sua eloqüência a causas lucrativas e ganhou um belo *bouquet* de Carnot:

> Talleyrand traz com ele todos os vícios do velho regime, sem ter sido capaz de adquirir nenhuma das virtudes do novo. Não tem princípios fixos; muda-os como muda sua roupa de baixo, e orienta-se de acordo com o vento que sopra cada dia — um filósofo quando a filosofia está na moda; um republicano agora, porque isto é necessário a fim de tornar-se qualquer coisa; amanhã ele se declarará pela monarquia absoluta, se com isto puder ganhar algo. Eu não o compraria a preço nenhum.

Mirabeau concordava: "Por dinheiro Talleyrand venderia sua alma — e estaria certo, pois estaria trocando lama por ouro."[18]

Havia, no entanto, um limite às variações de Talleyrand. Quando a multidão expulsou o rei e a rainha das Tulherias e estabeleceu uma ditadura proletária, ele não fez cortesias para os novos patrões, porém tomou um navio para a Inglaterra (17 de setembro de 1792). Ali recebeu uma recepção mista: quente da parte de Joseph Priestley e Jeremy Bentham, George Canning e Charles James Fox;[19] fria dos aristocratas que se recordavam de sua participação na Revolução. Em março de 1794 a tolerância inglesa esgotou-se e foi ordenado a Talleyrand que deixasse o país dentro de 24 horas. Embarcou para os Estados Unidos, viveu confortavelmente ali das rendas de suas propriedades e investimentos, voltou à França (agosto de 1796) e tornou-se Ministro do Exterior (julho de 1797), sob o Diretório. Nesta função aumentou sua fortuna por diversos meios, de tal forma que se tornou capaz de depositar três milhões de francos em bancos ingleses e alemães. Prevendo a queda do Diretório, demitiu-se (20 de julho de 1799), e esperou confortavelmente até que Napoleão o chamasse de volta para o governo. O Cônsul não esperou muito; em 22 de novembro de 1799, Talleyrand era de novo *ministre des relations extérieures.*

Napoleão julgava-o valioso como um intermediário entre um governante que subia e reis decadentes. Através de todas as suas revoluções Talleyrand havia preservado o modo de se vestir, as maneiras, o modo de falar e a mentalidade da velha aristocracia: a graça fácil (a despeito de seu pé torto), a compostura imperturbável, a graça sutil de um homem que sabia que, se necessário, podia matar com um epigrama. Era um duro trabalhador,

um diplomata esperto, que podia refrasear com cortês elegância a impetuosa rudeza de seu impolido patrão. Tinha como princípio "nunca apressar-se" para chegar a uma decisão[20] — um bom moto para um homem capenga; em diversas ocasiões suas demoras em encaminhar um despacho permitiram a Napoleão voltar atrás de perigosas decisões.

Ele desejava, sob qualquer bandeira, viver exuberantemente, seduzir tranqüilamente, e colher frutos de qualquer árvore. Quando o Cônsul perguntou-lhe como ele tinha ajuntado uma tão grande fortuna, retrucou-lhe de forma irrespondível: "Eu comprei ações no 17 Brumário e vendi-as três dias mais tarde."[21] Isto tinha sido apenas um começo; dentro de 14 meses após reassumir as funções ele havia juntado mais 15 milhões de francos. Jogava no mercado com conhecimento "interno", e colecionava presentinhos de potências estrangeiras que exageravam sua influência junto à política de Napoleão. Pelo fim do Consulado sua fortuna era estimada em 40 milhões de francos.[22] Napoleão achava-o revoltante e insubstituível. Fazendo eco a Mirabeau, chamava o gracioso aleijado de "*merde* com meias de seda",[23] usando um termo que cheira menos em francês do que seu equivalente anglo-saxônico. O próprio Napoleão estava acima de suborno, tendo adquirido o Tesouro francês, e a França.

3. A Assimilação da Constituição

A nova constituição encontrou muitas críticas quando foi publicada (15 de dezembro de 1799) com a insinuante alegação: "Ela é fundada sobre os verdadeiros princípios do governo representativo, sobre os sagrados direitos da propriedade, da igualdade e da liberdade. Os poderes que ela institui serão fortes e estáveis, como devem ser a fim de garantir os direitos dos cidadãos e os interesses do Estado. Cidadãos! A Revolução está amarrada aos princípios que a começaram; *ela está terminada.*"[24] Estas eram ressonantes palavras, porém Napoleão parece tê-las considerado justificadas, pois a Constituição permitia o sufrágio adulto universal dos homens nos primeiros estágios da eleição; ela requeria que mais nomeações fossem feitas dentre os "notáveis" direta ou indiretamente escolhidos pelos votantes; confirmava os camponeses e a burguesia em sua posse da propriedade comprada como resultado da Revolução; confirmava a abolição dos direitos feudais e das taxas eclesiásticas; teoricamente, e sujeita à natureza, ela estabelecia a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e na sua elegibilidade para qualquer carreira — política, econômica ou cultural; estabelecia um forte governo central para controlar o crime, terminar a anarquia, a corrupção e a administração incompetente, e para defender a França contra as potências estrangeiras; e ela terminava a Revolução fazendo-a um *fait accompli*, um propósito realizado dentro de limites naturais, uma nova forma de organização social com raízes num governo estável, numa administração eficiente, na liberdade nacional e na lei duradoura.

Apesar disso havia queixas. Os Jacobinos sentiam-se na "Constituição do Ano VIII"... que "o governo representativo" que ela oferecia era uma rendição hipócrita da Revolução à burguesia. Alguns generais imaginavam por que o destino não havia escolhido um deles, em vez daquele insignificante corso, para a supremacia política; "não havia um general que não conspirasse contra mim".[25] Os católicos lamentavam que a cons-

tituição havia confirmado o confisco pela Revolução da propriedade religiosa; levantou-se de novo a rebelião na Vendéia (1800). Os realistas tremiam porque Napoleão estava consolidando sua posição em vez de chamar de volta Luís XVIII para restaurar o governo dos Bourbons. Como os realistas controlavam a maior parte dos jornais,[26] lançaram uma campanha contra a aceitação do novo regime; Napoleão replicou (17 de janeiro de 1800) suprimindo 60 dos 73 jornais existentes na França, com base em que eles eram financiados com ouro estrangeiro. A imprensa radical também foi reduzida, e o *Moniteur* tornou-se o órgão oficial do governo. Jornalistas, escritores e filósofos condenaram esse ataque à liberdade de imprensa; e agora Mme. de Staël, tendo desistido de desempenhar o papel de Egéria, começou um poderoso ataque contra Napoleão, que durou a vida toda, como um ditador que estava crucificando a liberdade francesa.

Napoleão defendeu-se por procuração no *Moniteur*. Não havia destruído a liberdade; esta já tinha sido despedaçada pela necessidade de um governo centralizado na guerra, pelas eleições falseadas pelos Jacobinos, pela ditadura das multidões amotinadas, e pelos repetidos *coups d'état* dos anos do Diretório; e o que restava dela tinha sido arrastado na lama da corrupção política e da decadência moral. A liberdade que ele estava crucificando era a liberdade das multidões de se tornarem ilegais, dos criminosos de roubarem e matarem, dos propagandistas de mentirem, dos juízes de aceitarem suborno, dos financistas de trapacearem, dos homens de negócios de constituírem monopólios. Não havia Marat advogado — não havia o Comitê de Salvação Pública praticado — a ditadura como a cura única para o caos de uma sociedade subitamente libertada da tutela religiosa, da dominação de classes, da autocracia real, e deixada à mercê dos instintos e da tirania das multidões? Alguma disciplina deveria agora ser encontrada para restabelecer aquela ordem que é a condição prévia da liberdade.[27]

Os camponeses não precisavam de tais argumentos para decidir quanto a seu apoio à constituição; tinham a terra, e secretamente aplaudiam qualquer governo que subjugasse os Jacobinos. Neste ponto, a despeito de interesses econômicos opostos, o proletariado da cidade concordava com aqueles que cultivavam o solo. O povo que vivia em cortiços — trabalhadores de fábricas, empregados de lojas, vendedores ambulantes das ruas — aqueles que como *sansculottes* tinham lutado por pão e poder, tinham perdido a fé numa Revolução que os havia levantado e jogado para baixo, e que os havia deixado sem esperanças; um suave encantamento ainda os comovia... o herói de guerra; e o conquistador da Itália não podia ser pior do que os políticos do Diretório. E no que tangia à burguesia — banqueiros, mercadores, homens de negócios — como podiam rejeitar o homem que tinha tão completamente aceitado a santidade da propriedade e a liberdade da iniciativa? Com ele tinham vencido a Revolução e herdado a França. Ele foi, até 1810, o seu homem.

Confiante em que a maioria o apoiaria, Napoleão submeteu a nova constituição a um plebiscito (24 de dezembro de 1799). Não sabemos se esse *Referendum* foi orientado e algemado como tantas votações semelhantes antes ou depois. A contagem oficial registrou 3.011.107 a favor da constituição, 1.562 contra ela.[28]

Tendo todos esses "sins" apoiando-o, Napoleão, com sua família e seus ajudantes, mudou-se do apertado Luxemburgo para as reais e confortáveis Tulherias (19 de fevereiro de 1800). Fez o trajeto numa pomposa procissão com 3.000 soldados, generais a cavalo, ministros em carruagem, o Conselho de Estado em coches com criados de libré,

e o Primeiro Cônsul num coche puxado por seis cavalos brancos. Foi o primeiro exemplo das muitas cerimônias públicas com as quais Napoleão esperava impressionar o público de Paris. Ele explicava a seu secretário:

> "Bourrienne, esta noite afinal vamos dormir nas Tulherias. Tu estás melhor do que eu: não és obrigado a fazer de ti um espetáculo, mas podes ir para lá como quiseres. Eu devo, no entanto, ir numa procissão; isto me desgosta, mas é necessário falar aos olhos... No exército a simplicidade tem o seu lugar próprio; mas numa grande cidade, num palácio, o chefe do governo deve atrair a atenção de toda a maneira possível, embora sempre com prudência."[29]

O ritual foi completado triunfantemente, porém com uma nota perturbadora: numa das casas de sentinela através das quais Napoleão passou para entrar no pátio do palácio ele poderia ter visto uma grande inscrição que dizia "Dez de agosto de 1792... a realeza é abolida na França, e jamais será restaurada."[30] À medida que eles caminhavam através dos aposentos que tinham certa vez mostrado a riqueza dos Bourbons, o Conselheiro de Estado Roederer observava ao Primeiro Cônsul: "*Général, cela est triste*" (General, isto é triste); ao que Napoleão replicou: "*Oui, comme la gloire*" (Sim, como a glória).[31] Para seu trabalho com Bourrienne ele escolheu uma espaçosa câmara adornada somente com livros. Quando lhe mostraram o quarto de dormir real e o leito, recusou-se a usá-los, preferindo dormir regularmente com Josefina. No entanto, naquela noite, não sem orgulho, disse à sua esposa: "Vem, minha pequena creoula, vem repousar no leito de teus patrões."[32]

II. AS CAMPANHAS DO CONSULADO

Napoleão havia estabelecido a ordem interna e as condições que prometiam um ressurgimento econômico; mas ainda permanecia o fato de estar a França rodeada por inimigos, numa guerra que ela tinha começado em 20 de abril de 1792. O povo francês ansiava pela paz, mas recusava-se a abandonar os territórios que haviam sido anexados durante a Revolução: Avignon, a Bélgica, a margem esquerda do Reno, Basiléia, Genebra, a Sabóia e Nice. Quase todos estes locais estavam compreendidos naquilo que os franceses chamavam "limites naturais" de seu país; e Napoleão, no juramento que fizera ao assumir o poder, tinha-se comprometido a proteger essas fronteiras — o Reno, os Alpes, os Pireneus, e os mares — como essencialmente um retorno aos limites da antiga Gália. Além disso a França havia tomado a Holanda, a Itália, Malta e o Egito; estava disposta a abandonar essas conquistas como preço da paz, ou preferiria rejeitar qualquer líder que negociasse a rendição desses lucrativos ganhos? O caráter dos franceses uniu-se com o caráter de Napoleão numa política orgulhosa de nacionalismo e prenhe de guerra.

Uma escapatória desse destino foi sugerida a Napoleão numa carta, de 20 de fevereiro de 1800, do homem ao qual quase todos os *émigrés* e os realistas reconheciam como o legítimo governante da França — Luís XVIII:

> SENHOR:
> Qualquer que seja sua conduta aparente, homens como vós jamais inspiram alarme. Vós haveis aceitado uma posição eminente e eu vos agradeço por havê-lo feito. Sa-

> beis melhor do que qualquer um quanta força e poder são necessários para assegurar a felicidade de uma grande nação. Salvai a França de sua violência, e tereis preenchido o primeiro desejo de meu coração. Dai-lhe de volta seu rei e as futuras gerações abençoarão vossa memória. Sereis sempre por demais necessário ao Estado para que eu jamais seja capaz de quitar, por importantes nomeações, o débito de minha família e de mim próprio.
>
> LUÍS[33]

Napoleão deixou que este apelo permanecesse sem resposta. Como poderia ele devolver o trono a um homem que havia prometido a seus fiéis seguidores dar continuidade à sua própria restauração com aquela do *status quo ante* da Revolução? Que aconteceria aos camponeses que tinham sido libertados ou aos compradores da propriedade da Igreja? O que aconteceria a Napoleão? Os realistas, que diariamente confabulavam para substituí-lo, já estavam anunciando o que fariam a esse oportunista que ousara posar como um rei sem ser ungido ou ter seu *pedigree*.[34]

No dia de Natal de 1799, um dia após o plebiscito haver sancionado seu governo, Napoleão escrevia ao rei Jorge III da Inglaterra:

> Chamado pela vontade do povo francês para ocupar o mais alto posto da República, eu julgo próprio, ao assumir minhas funções, informar a Vossa Majestade deste fato pela minha própria mão.
>
> Não haverá um fim para a guerra que, nos oito anos passados, deslocou todos os quartéis do globo? Não há meios pelos quais possamos chegar a um entendimento? Como acontece que as duas nações mais esclarecidas da Europa, ambas mais fortes e mais poderosas do que sua segurança e sua independência requerem, consintam em sacrificar seu sucesso comercial, sua prosperidade interna e a felicidade de seus lares, a sonhos de imaginária grandeza? Como é que elas não encaram a paz como a sua maior glória, bem como a sua maior necessidade?
>
> Tais sentimentos não podem ser estranhos ao coração de Vossa Majestade, pois vós governais uma nação livre com a única finalidade de fazê-la feliz.
>
> Peço a Vossa Majestade acreditar que, ao abordar este assunto, é meu sincero desejo fazer uma contribuição prática em direção a uma paz generosa... O destino de todas as nações civilizadas depende do fim de uma guerra que está envolvendo o mundo inteiro.[35]

Jorge III não achou que ficava bem para um rei responder a um homem comum; delegou a tarefa a Lorde Grenville, que mandou a Talleyrand (3 de janeiro de 1800) uma nota áspera denunciando as agressões da França e declarando que a Inglaterra não poderia entrar em negociações exceto através dos Bourbons, que deveriam ser restaurados como uma condição preliminar para qualquer paz. Uma carta de Napoleão ao imperador Francisco II recebeu uma resposta semelhante do chanceler austríaco, barão Franz von Thugut. Provavelmente esses reveses literários já tinham sido previstos; Napoleão não precisava que lhe dissessem que os estadistas pesam as palavras contando os canhões. A verdade era que um exército austríaco havia recapturado o norte da Itália e alcançado Nice, e que um exército francês, aprisionado no Egito pelos ingleses e turcos, estava se aproximando da rendição ou da destruição.

Kléber, bravo e brilhante general, diplomata sem sucesso, esperava reforços e participava abertamente do desânimo de seus homens. Por suas ordens o general Desaix assinou em El'Arish (24 de janeiro de 1800), com os turcos e o comandante inglês local,

uma convenção para a partida segura e ordenada dos franceses com suas armas e bagagens e as "honras da guerra", em navios que seriam fornecidos pelos turcos para levá-los à França; neste ínterim os franceses deveriam entregar aos turcos as fortalezas que haviam protegido os europeus das revoltas egípcias. Estes fortes tinham sido rendidos quando se soube que o governo britânico havia recusado aceitar os termos da evacuação e insistira em que os franceses depusessem suas armas e se entregassem como prisioneiros de guerra. Kléber recusou-se a isso e solicitou a devolução dos fortes; os turcos não concordaram com isso e avançaram sobre o Cairo. Kléber conduziu seus 10.000 homens ao encontro dos turcos, que contavam com 20.000, nas planícies de Heliópolis. Revigorou o ardor de suas tropas com uma simples mensagem: "Vós possuís no Egito nada mais do que o solo sob os vossos pés. Se recuardes apenas um passo estais perdidos."[36] Após dois dias (20 e 21 de março de 1800) de batalha, a coragem selvagem dos turcos cedeu à tática disciplinada dos franceses e os vencedores sobreviventes retornaram ao Cairo para de novo esperar ajuda da França.

Napoleão não podia mandar-lhes socorro enquanto a Inglaterra dominasse o Mediterrâneo. Tinha, no entanto, que fazer algo acerca do fato de ter o general barão von Melas, de 71 anos, conduzido 100.000 dos melhores soldados da Áustria num avanço vitorioso através do norte da Itália até Milão. Napoleão enviou Masséna para contê-lo; Masséna foi derrotado e encontrou refúgio para suas tropas na cidadela de Gênova. Melas deixou uma força para sitiá-lo ali, incorporou destacamentos adicionais para guardar os passos alpinos contra os ataques da França, e procedeu ao longo da Riviera italiana até que sua vanguarda atingiu Nice (abril de 1800). Os dados voltavam-se contra Napoleão: a cidade a partir da qual ele tinha começado sua conquista da Lombardia em 1796 estava agora nas mãos da nação que ele havia derrotado — enquanto que a melhor parte de seu famoso exército da Itália, por demais apressadamente dividido, estava se estiolando, sem ajuda e desesperado, no Egito. Era o mais direto desafio que Napoleão até então havia recebido.

Ele pôs de lado a administração e tornou-se de novo o comandante em chefe, levantando dinheiro, tropas, material bélico e moral, organizando suprimentos, estudando os mapas, despachando diretivas para os seus generais. A Moreau — o mais franco de seus inimigos de farda — entregou o exército do Reno com impiedosas instruções: cruzar o Reno, abrir caminho através das divisões austríacas sob o comando do marechal Krug; então enviar 25.000 de seus homens através do passo de São Gotardo para dentro da Itália a fim de reforçar o exército de reserva que Napoleão prometia ter esperando por eles próximo a Milão. Moreau fez a maior parte disso heroicamente, porém sentiu, talvez justamente, que nessa arriscada posição ele podia ceder a seu chefe apenas 15.000 homens.

De todas as campanhas do maior general da história, esta de 1800 foi a mais sutilmente planejada e a mais pobremente executada. Sob seu comando direto ele tinha apenas 40.000 homens, na maior parte recrutas ainda não endurecidos para a guerra. Estacionados próximo a Dijon, poderiam ter-se deslocado para o sul, por sobre os Alpes Marítimos, até Nice para um ataque frontal sobre Melas; mas não eram em número suficiente e eram muito crus; e mesmo se Melas fosse derrotado em tal encontro ele teria uma linha de retirada protegida através do norte da Itália até a bem fortificada cidade de Mântua. Em vez disso, Napoleão propôs-se a conduzir suas tropas e seu equipamento

pelo passo de São Bernardo para dentro da Lombardia, unir-se com os homens esperados de Moreau, cortar as linhas de comunicação de Melas, sobrepujar os destacamentos austríacos que guardavam essa linha e apanhar o exército do velho herói em desordem à medida que ele se apressava de volta da Riviera e Gênova em direção a Milão. Então ele o destruiria ou seria destruído; na melhor das hipóteses ele o cercaria, impediria sua retirada e compeliria seu general — observadas todas as cortesias — a render todo o norte da Itália. A República Cisalpina, orgulho das primeiras campanhas de Napoleão, seria restaurada em sua aliança com a França.

Certo dia (17 de março de 1800) Napoleão pediu a Bourrienne que desenrolasse no chão um grande mapa da Itália. "Ele se deitou sobre o mapa e pediu-me que fizesse da mesma forma." Sobre certos pontos ele inseriu alfinetes com cabeças vermelhas, sobre outros alfinetes cujas pontas estavam tingidas de preto. Depois de mover os alfinetes em várias combinações, perguntou a seu secretário: "Onde pensas que eu baterei Melas?... Aqui nas planícies do (rio) Scrivia", e ele apontava para San Giuliano.[37] Ele sabia que estava jogando tudo — todas suas vitórias militares e políticas — em uma única batalha; mas seu orgulho o sustentava. "Quatro anos atrás", lembrou ele a Bourrienne, "eu não empurrei na minha frente com um fraco exército as hordas dos sardos e austríacos e marquei a face da Itália? Nós faremos isso de novo. O sol que hoje brilha sobre nós é o mesmo que brilhou em Arcole e Lodi. Eu dependo de Masséna. Espero que ele se mantenha em Gênova. Mas se a fome obrigá-lo a render-se, eu retomarei Gênova e as planícies da Scrivia. Com que prazer então eu voltarei à minha querida França, *ma belle France!*"[38]

Para cumprir-se essa previsão ele se preparou e não desdenhou dar atenção a detalhes triviais. Planejou o caminho e as vias de transporte: de Dijon a Genebra; de barco atravessando o lago até Villeneuve; a cavalo, sobre mulas, carros, carruagens e a pé até Martigny; daí até St.-Pierre na base do passo; então atravessando a montanha em 50 quilômetros de uma estrada que às vezes só tinha um metro de largura, muitas vezes à beira de precipícios usualmente cobertos de neve e sujeitos a qualquer momento a avalanches de neve, de terra ou de rochas; daí ao vale d'Aosta. Em cada estágio dessa rota, Napoleão providenciou para ter comida, roupa e transporte esperando pelos homens; em vários pontos, carpinteiros, seleiros e outros trabalhadores deviam estar disponíveis para trabalhos de reparo; e duas vezes na rota cada soldado foi examinado para ver se estava propriamente equipado. Aos monges que viviam no hospital no cume ele enviou dinheiro para pão, queijo e vinho com os quais reviver seus soldados. A despeito de todas essas preparações muitas faltas ocorreram; mas aqueles jovens conscritos parecem ter-se comportado com uma paciência inspirada pela coragem silenciosa dos veteranos.

Napoleão deixou Paris em 6 de maio de 1800. Ele havia apenas partido quando os realistas, os Jacobinos e os Bonapartes começaram a substituí-lo caso que ele não voltasse triunfante. Sieyès e outros discutiram as qualificações de Carnot, Lafayette e Moreau como novo Primeiro Cônsul; e os irmãos de Napoleão, José e Luciano, ofereceram-se como herdeiros aparentes do trono. Georges Cadoudal voltou da Inglaterra (3 de junho) para agitar a revolta entre os Chouans.

O verdadeiro encontro com o passo de São Bernardo começou em 14 de maio. "Nós todos prosseguíamos ao longo dos caminhos de cabras, homens e cavalos um a um",

recorda-se Bourrienne. "A artilharia foi desmontada e os canhões, colocados em troncos de árvore escavados, eram arrastados por cordas... Quando chegamos ao cume... sentamo-nos na neve e escorregamos para baixo."[39] Os cavalarianos desmontaram, pois um escorregão de seus cavalos sem experiência poderia levar os homens e o animal para a morte. Cada dia uma nova divisão completava a passagem; em 20 de maio a travessia estava realizada e o Exército da Reserva estava seguro na Itália.

Napoleão permaneceu em Martigny — uma agradável estação intermediária entre o lago de Genebra e o passo — até que viu o último pacote de suprimentos despachado. Então viajou até a base e galgou o topo; aí parou para agradecer aos monges por haverem revigorado suas tropas; então desceu a rampa envolto em seu casacão e juntou-se a seu exército em Aosta em 21 de maio. Lannes já tinha batido os destacamentos austríacos encontrados na estrada. Em 2 de junho Napoleão entrou em Milão vitorioso pela segunda vez sobre sua guarnição austríaca; a população italiana deu-lhe as boas vindas como antes; a República Cisalpina foi alegremente restaurada. Tendo sido convertido da religião maometana, o conquistador chamou uma convocação da hierarquia religiosa milanesa assegurando-lhe sua fidelidade à Igreja e que em seu retorno a Paris ele faria a paz entre a França e a Igreja. Tendo desta forma protegido sua retaguarda, estava livre para preparar em detalhes a estratégia de sua campanha.

Ambos os comandantes violaram um princípio fundamental de estratégia — não dividir suas forças disponíveis além da possibilidade de uma rápida reunião. O barão von Melas, estacionado com seu exército principal em Alessandria (entre Milão e Gênova), deixou guarnições em Gênova, Savona, Gavi, Acqui, Turim, Tortona e outros pontos de possíveis ataques franceses. Sua retaguarda, movendo-se de volta de Nice para juntar-se a ele, foi atacada por 20.000 franceses sob o comando de Suchet e Masséna — que haviam escapado de Gênova. Dos 70.000 austríacos que tinham cruzado os Apeninos da Lombardia para a Ligúria, apenas 40.000 estavam agora disponíveis para Melas enfrentar Napoleão. Parte destes ele mandou para recapturar Piacenza como uma avenida indispensável na fuga para Mântua, caso seu principal exército fosse derrotado. Napoleão também dividiu suas forças perigosamente: 32.000 ele deixou em Stradella para guardar Piacenza; 9.000 em Tessino, 3.000 em Milão, 10.000 ao longo do curso do Pó e do Adda. Sacrificou a união de seu exército ao desejo de fechar todos os caminhos de escape para os homens de Melas.

Seus generais cooperaram em impedir que essa política de impasse deixasse Napoleão despreparado para a batalha principal. Em 9 de junho Lannes conduziu 8.000 homens para fora de Stradella e encontrou-se com 18 mil austríacos que se dirigiam a Piacenza. Num embate custoso em Casteggio os franceses foram batidos, embora Lannes, coberto de sangue, ainda combatesse na vanguarda; porém uma força nova de 6.000 franceses chegou a tempo para transformar a derrota numa vitória, próximo a Montebello. Dois dias mais tarde Napoleão alegrou-se com a chegada, do Egito, de um de seus mais amados generais, Loís Desaix, "que talvez igualasse Moreau, Masséna, Kléber e Lannes em talentos militares, mas que os sobrepujava a todos na rara perfeição de seu caráter".[40] Em 13 de junho Napoleão mandou-o para o sul em direção a Novi com 5.000 homens, para verificar a notícia de que Melas e seus homens estavam escapando para Gênova, onde uma frota inglesa poderia dar-lhes escapatória, ou reforçá-los com alimentos e material bélico. Assim o exército principal de Napoleão estava ainda mais

diminuído quando em 14 de junho aconteceu a batalha crucial.

Foi Melas quem escolheu o local. Próximo a Marengo, uma vila na estrada de Alessandria a Piacenza, ele observou uma imensa planície na qual poderia juntar em ação unida os 35.000 homens de que ainda dispunha, e suas duzentas peças de artilharia. No entanto, quando Napoleão atingiu essa planície (13 de junho), não viu provas de que Melas estivesse planejando aventurar-se para fora de Alessandria. Deixou em Marengo duas divisões sob o general Victor, e uma sob Lannes, com a cavalaria de Murat e apenas 24 canhões. Ele mesmo voltou com sua Guarda Consular em direção a Voghera, onde havia combinado encontrar os oficiais de estado-maior de seus espalhados exércitos. Quando chegou ao Scrivia encontrou-o tão cheio pelas enchentes da primavera que adiou a sua passagem e pernoitou na Torre di Garofolo. Foi um feliz atraso; se ele tivesse continuado até Voghera ele talvez jamais tivesse alcançado Marengo a tempo de dar a ordem que salvou o dia.

Cedo no dia 14 de junho Melas ordenou a seu exército para avançar sobre a planície de Marengo e abrir caminho através dela até Piacenza. Trinta mil homens surpreenderam os 20.000 de Victor, Lannes e Moreau; os franceses, a despeito de seu usual heroísmo, recuaram frente a uma dizimante barragem de artilharia. Napoleão, tendo sido acordado em Garófalo pelo som do canhão a distância, mandou um correio para chamar Desaix de volta de Novi; ele próprio dirigiu-se apressadamente a Marengo. Ali os 800 granadeiros de sua Guarda mergulharam na batalha mas não puderam parar os austríacos; os franceses continuaram sua retirada para San Giuliano. Melas, ansioso para reassegurar seu imperador, mandou uma mensagem a Viena anunciando a vitória. A mesma mensagem espalhou-se em Paris, para consternação da população e alegria dos realistas.

Mas não haviam contado com Desaix. Ele também, no caminho para Novi, ouvira o barulho do canhão. Fez retornar imediatamente seus 5.000 homens, seguiu o som, marchou rapidamente, atingiu San Giuliano às três da tarde e encontrou seus irmãos generais recomendando a Napoleão para continuar a retirada. Desaix protestou; eles lhe disseram: "A batalha está perdida"; ele replicou: "Sim, a batalha está perdida, mas são apenas três horas da tarde; há tempo para ganhar outra."[41] Eles cederam; Napoleão organizou uma nova linha de ataque e cavalgou no meio de suas tropas para restaurar-lhes seu espírito. Desaix comandou a ação, expondo-se, foi ferido e derrubado de seu cavalo; morrendo recomendou a quem o substituiu no comando: "Escondei minha morte, ela poderá desanimar as tropas";[42] ao contrário, tendo sabido dela, elas marcharam para a frente gritando que queriam vingar seu líder. Mesmo assim, encontraram uma resistência quase invencível. Vendo isso, Napoleão mandou uma mensagem a Kellermann para ir em seu socorro com toda a força de sua cavalaria. Kellermann e seus homens caíram sobre os flancos dos austríacos com uma fúria selvagem, que os cortou em dois; 2.000 deles se renderam; o general von Zach comandando em lugar do ausente Melas foi feito prisioneiro e entregou sua espada a Napoleão. Melas, chamado de Alessandria, chegou tarde demais para influir sobre o resultado e voltou para o seu quartel general com o coração partido.

Napoleão não podia regozijar-se inteiramente. Ele tomava como uma profunda perda pessoal a morte do devotado Desaix; e muitos outros oficiais estavam entre os 6.000 franceses que ficaram mortos na planície de Marengo. Não era nenhum conforto que 8.000

austríacos tivessem morrido ali no mesmo dia; estes constituíam uma percentagem menor dos austríacos engajados do que os mortos entre os franceses.

Somente a dificuldade de comunicações impediu Napoleão de saber que no mesmo dia em que Desaix finalizou sua carreira, seu antigo comandante Kléber fora assassinado no Cairo. Após um outro ano de resistência aos ataques turcos, ingleses e mamelucos, os franceses venceram o direito de deixar sua prisão (agosto de 1801) e retornar para a França.

Em 15 de junho o barão von Melas, vendo que o restante de seus exércitos não estava em condições de renovar a batalha, solicitou a Napoleão os termos para um armistício. Estes foram severos: os austríacos deveriam evacuar toda a Ligúria e o Piemonte, e toda a Lombardia a oeste de Míncio e Mântua; tinham de entregar aos franceses todas as fortalezas nas regiões rendidas; às tropas anstríacas seria permitido partirem com todas as honras da guerra, mas somente à proporção em que as fortalezas fossem colocadas em mãos francesas. Melas acedeu a todas essas condições, que viram todas as suas alegres conquistas anuladas em um dia, e mandou ao imperador austríaco uma petição para confirmar o acordo. A 16 de junho Napoleão mandou sua própria mensagem a Francisco II propondo uma paz em todas as frentes. Alguns parágrafos daquela carta poderiam vir de um pacifista:

> Uma guerra vem existindo entre nós. Milhares de austríacos e franceses morreram... Milhares de famílias aflitas estão rezando que seus pais, maridos e filhos possam voltar!... O mal é irremediável; que ele pelo menos nos ensine a evitar qualquer coisa que possa prolongar as hostilidades! As perspectivas de tal modo afetam meu coração que eu me recuso a aceitar os fracassos de anteriores contactos e resolvo escrever de novo a Vossa Majestade, apelando para pôr um fim aos infortúnios da Europa.
>
> No campo de batalha de Marengo, rodeado por sofredores e no meio de 15.000 cadáveres, eu imploro que Vossa Majestade ouça o grito da humanidade e não permita que os jovens de duas bravas e poderosas nações se trucidem uns aos outros por causa de interesses acerca dos quais eles nada sabem...
>
> A recente campanha é prova suficiente que não é a França que ameaça a balança do poder. Todos os dias mostram que é a Inglaterra... a Inglaterra que de tal forma tem monopolizado o comércio do mundo e o império dos mares, que pode enfrentar sozinha as frotas unidas da Rússia, da Suécia, da Dinamarca, da França, da Espanha e da Holanda...
>
> As propostas que eu julgo justas fazer a Vossa Majestade são as seguintes:
>
> (1) Que o armistício seja estendido a todos os exércitos.
>
> (2) Que negociadores sejam enviados por ambos os lados, quer secretamente quer publicamente, como Vossa Majestade preferir, a algum lugar entre o Míncio e o Chiese para concordar sobre os meios de como garantir as potências menores e elucidar aqueles artigos do Tratado de Campofórmio que a experiência mostrou serem ambíguos...[43]

O imperador não ficou aparentemente impressionado. Obviamente o jovem conquistador desejava consolidar seus ganhos, mas não havia indicação de que respeito pela vida humana tivesse jamais interferido com suas campanhas. Provavelmente nem o cônsul nem o imperador pararam para perguntar o que qualquer dos exércitos franceses ou austríacos estava fazendo na Itália. O barão Von Thugut resolveu o assunto assinando (20 de junho de 1800) um tratado pelo qual a Inglaterra concedia à Áustria um novo subsídio mediante o compromisso de não assinar uma paz em separado.[44]

Entrementes Napoleão, jogando tudo numa cartada, assistiu (18 de julho) a uma solene Missa e *Te Deum*, na qual a hierarquia da Igreja de Milão expressava seus agradecimentos a Deus pela expulsão dos austríacos. Os leigos celebraram a vitória com paradas em honra do vencedor. "Bourrienne", perguntou ele a seu secretário, "tu ouves as aclamações ainda ressoando? Este ruído é tão doce para mim como o som da voz de Josefina. Como eu estou feliz e orgulhoso de ser amado por um tal povo!"[45] Ele ainda era um italiano, amando a língua, a paixão e a beleza, os pomares enguirlandados, a religião indulgente, o ritual melodioso e as árias transcendentes. Mas ficou também comovido pelos aplausos da multidão que se reuniu em frente das Tulherias a 3 de julho, na manhã após seu regresso noturno a Paris. O povo da França começou a pensar nele como o favorito de Deus. Ele bebeu avidamente de sua taça de glória.

E Luís XVIII, herdeiro de séculos de luta entre a França dos Bourbons e a Áustria dos Habsburgos, dificilmente poderia ficar indiferente a esta nova vitória sobre velhos inimigos. Talvez o jovem conquistador pudesse ainda ser persuadido a tornar-se um fazedor de reis, não um rei. Assim, numa data desconhecida no verão de 1800, dirigiu-se de novo a Napoleão:

> Vós deveis há longo tempo estar convencido, General, que possuís minha estima. Se duvidais da minha gratidão, fixai vossa recompensa e marcai a fortuna de vossos amigos. Quanto a meus princípios, eu sou um francês, misericordioso pelo caráter, e também pelos ditados da razão.
>
> Não, o vencedor de Lodi, Castiglione e Arcole, o conquistador da Itália e Egito não pode preferir uma vã celebridade à glória real. Mas vós estais perdendo tempo precioso. Nós podemos assegurar a glória da França. Eu digo *nós*, porque eu necessito de ajuda de Bonaparte e ele nada pode fazer sem mim.
>
> General, a Europa vos observa. A glória vos espera e eu estou impaciente para restituir a paz a meu povo.
>
> LUÍS[46]

A esta carta, após uma grande demora, Napoleão replicou a 7 de setembro:

> SENHOR:
>
> Recebi vossa carta. Agradeço-vos vossas bondosas referências acerca da minha pessoa. Deveis perder qualquer esperança de retornar à França; vós necessitaríeis voltar por sobre 100.000 cadáveres. Sacrificai vossos interesses privados à paz e à felicidade da França... A História não esquecerá. Eu não sou insensível aos infortúnios de vossa família... Com satisfação farei o que puder para tornar vosso retiro agradável e sem perturbações.[47]

A carta de Luís havia partido de seu refúgio temporário na Rússia; talvez estivesse ali quando o czar Paulo I, em julho de 1800, recebeu de Napoleão um presente que quase mudou o curso da história. Durante a guerra de 1799 cerca de 6.000 russos haviam sido capturados pelos franceses. Napoleão os ofereceu à Inglaterra e à Áustria (que havia sido aliada da Rússia) em troca de prisioneiros franceses; o oferecimento foi recusado.[48] Uma vez que a França não podia fazer um uso legítimo desses homens, e achava custoso mantê-los, Napoleão ordenou que todos eles fossem armados, vestidos com novos uniformes e mandados para o czar sem pedir nada em retorno.[49] Paulo respondeu com declarações de amizade pela França, e pela formação (18 de dezembro de 1800) da Se-

gunda Liga de Neutralidade Armada contra a Inglaterra. A 23 de março de 1801 Paulo foi assassinado e as potências retornaram ao *status quo ante donum*.

Entrementes o imperador austríaco rejeitou o armistício de Alessandria e mandou 80.000 homens sob o comando do general Von Bellegarde para manter a linha ao longo do Míncio. Os franceses replicaram expulsando os austríacos da Toscana e atacando-os na Baviera. Em 3 de dezembro de 1800 Moreau com 60.000 lutou com 65.000 austríacos em Hohenlinden (próximo a Munique), e derrotou-os tão decisivamente — tomando 25.000 prisioneiros — que o governo austríaco, vendo Viena à mercê de Moreau, assinou um armistício geral (25 de dezembro de 1800), e concordou em negociar com o governo francês uma paz em separado. Em seu retorno a Paris, Moreau recebeu uma aclamação que deve ter despertado algumas emoções conflitantes em Napoleão, pois Moreau era o candidato favorito tanto dos realistas como dos Jacobinos para substituir Napoleão, como chefe de Estado.

Tentativas contra a vida de Napoleão continuavam sem desencorajamento. No princípio de 1800 uma caixa de rapé, parecendo-se muito com uma que o Primeiro Cônsul usava habitualmente, foi encontrada em sua mesa em Malmaison; continha veneno no meio do rapé.[50] Em 14 de setembro e 10 de outubro vários Jacobinos foram presos, acusados de uma conspiração para matar Napoleão. Em 24 de dezembro três *chouans*, mandados da Bretanha por Georges Cadoudal, empurraram uma "máquina infernal", carregada com explosivos, contra um grupo que levava o Cônsul e sua família para a ópera. Vinte e duas pessoas morreram, 56 foram feridas — entre elas ninguém da *entourage* de Napoleão. Ele foi à ópera com aparente calma; mas ao voltar às Tulherias ordenou uma cuidadosa investigação, a execução dos Jacobinos presos e a internação ou deportação de mais 130 que foram presos como suspeitos. Fouché, que acreditava serem os realistas, e não os Jacobinos, os criminosos, prendeu uma centena deles, e dois deles mandou guilhotinar (1º de abril de 1801). Napoleão tinha reagido com exagero e tinha se sobreposto à lei, porém sentia que estava lutando uma guerra, e necessitava colocar algum terror no coração dos homens que desprezavam a lei. Ele era crescentemente hostil aos Jacobinos e brando com os realistas.

Em 20 de outubro de 1800, propôs riscar da lista de *émigrés* os nomes daqueles aos quais seria permitido retornar à França e que receberiam a parte dos seus bens confiscados que não tivessem sido vendidos pelo Estado ou desapropriados para uso do governo. Nessa época havia aproximadamente 100.000 *émigrés* e muitos deles haviam pedido permissão para retornar. Sob o protesto dos compradores aflitos de propriedades confiscadas, Napoleão mandou "riscar" 49.000 nomes; isto é, 49.000 dos *émigrés* tiveram permissão para voltar. Outras eliminações da lista de *émigrés* foram feitas de tempos a tempos, na esperança de que isto reduzisse a hostilidade externa à França e promovesse a pacificação geral da Europa. Os realistas alegraram-se; os Jacobinos enlutaram-se.

O passo principal neste programa de paz foi o encontro dos negociadores franceses e austríacos em Lunéville (próximo a Nancy). Napoleão mandou não Talleyrand mas seu próprio irmão José para defender os interesses da França; e José cumpriu bem sua missão. Foi apoiado em todos os passos pelo inexorável cônsul, que aumentava suas exigências a cada demora do lado austríaco. Finalmente, vendo que os exércitos da França estavam absorvendo quase toda a Itália e estavam batendo às portas de Veneza, os austríacos ce-

deram e assinaram o que eles compreensivelmente chamaram de a "terrível" Paz de Lunéville (9 de fevereiro de 1801). A Áustria reconheceu como território francês a Bélgica, o Luxemburgo, e o terreno ao longo da margem esquerda do Reno do Mar do Norte até Basiléia; confirmava o Tratado de Campofórmio; aceitava a suserania da França sobre a Itália entre os Alpes e Nápoles e entre o Adige e Nice, e o protetorado da França sobre a República Batava (Holanda) e a República Helvética (Suíça). "A Áustria está liquidada", escrevia o ministro da Prússia Haugwitz; "agora depende apenas da França estabelecer a paz na Europa."[51] A Bolsa de Paris subiu 20 pontos num dia, e os trabalhadores parisienses, preferindo vitórias a votos, celebravam com gritos de "*Vive Bonaparte!*" os sucessos de Napoleão na diplomacia bem como na guerra. Talvez, no entanto, Lunéville tenha sido mais guerra do que diplomacia; foi o triunfo do orgulho sobre a prudência, pois nele se continha a semente de muitas guerras, terminando em Waterloo.

Outras negociações trouxeram mais poder. Um pacto com a Espanha (1º de outubro de 1800) trouxe a Louisiana para a França. O Tratado de Florença (18 de março de 1801) com o rei de Nápoles deu à França a ilha de Elba, as possessões de Nápoles na Itália Central e fechou os portos napolitanos ao comércio inglês e turco. A velha pretensão francesa a São Domingos — o lado ocidental da ilha Hispaniola — levou Napoleão a um conflito com o homem que quase o rivalizava em força e caráter. François-Dominique Toussaint — que se denominava L'Ouverture — tinha nascido como um negro escravo em 1743. Na idade supostamente cautelosa de 48 anos ele conduziu os escravos de São Domingos a uma revolta que teve sucesso e assumiu o controle primeiro do lado francês, depois do lado espanhol da ilha. Governava com habilidade, mas encontrava dificuldades em restaurar a ordem produtiva entre os negros liberados, que preferiam os hábitos preguiçosos, tendo como desculpa o calor. Toussaint permitiu a muitos dos antigos proprietários que voltassem a suas plantações e estabelecessem uma disciplina de trabalho que se aproximava da escravatura. Parecia reconhecer a soberania francesa sobre São Domingos; na realidade, porém, assumiu o título de governador geral perpétuo, com o direito de nomear o seu sucessor — muito do que Napoleão iria fazer em breve na França. Em 1801 o Primeiro Cônsul mandou um exército de 20.000 homens sob as ordens do general Charles Leclerc para restabelecer a autoridade francesa em São Domingos. Toussaint lutou valentemente, foi derrotado e morreu na prisão na França em 1803. Nesse mesmo ano toda a ilha caiu sob o domínio dos ingleses.

A frota britânica, apoiada pelo firme poder do comércio, da indústria e do caráter britânicos permaneceu, através de todos os anos, exceto dois, do governo de Napoleão, o principal obstáculo a seu sucesso. Protegida pelo Canal das devastações diretas da guerra, enriquecida por seu comércio marítimo que não tinha rival, suas aquisições coloniais e rendas, e sua prioridade na Revolução Industrial, a Inglaterra podia dar-se ao luxo de financiar os exércitos de seus aliados continentais em repetidas tentativas para derrubar Napoleão. Os comerciantes e os industriais concordavam com Jorge III, com os *tories*, com os *émigrés* e com Edmund Burke que a restauração dos Bourbons no trono da França era a melhor maneira de recapturar a confortável estabilidade do velho regime. Apesar disso uma forte minoria na Inglaterra, comandada por Charles James Fox, pelos liberais *whigs*, pelos trabalhadores radicais e por eloqüentes homens de letras, objetavam que a continuação da guerra iria espalhar a pobreza e incitar à revolução, que Napoleão era agora um *fait accompli* e que havia chegado a época de encontrar um

modus vivendi com aquele invencível *condottiere.*

Além disso, argumentavam eles, o comportamento da Inglaterra como senhora dos mares estava fazendo inimigos para ela, e amigos para a França. Os almirantes ingleses alegavam que seu bloqueio da França exigia que as tripulações inglesas deviam ter o direito de abordar e revistar navios neutros e confiscar as mercadorias destinadas à França. Ressentindo-se desta prática como uma violação de sua soberania, a Rússia, a Suécia, a Dinamarca e a Prússia formaram (dezembro de 1800) a Segunda Liga de Neutralidade Armada e propuseram resistir a qualquer posterior intrusão inglesa sobre seus navios. Quando o calor desse atrito aumentou, os dinamarqueses tomaram Hamburgo (que havia se tornado a porta principal para os mercados da Europa Central) e os prussianos tomaram o Hanôver de Jorge III. A metade do continente, até então unida contra a França, estava agora hostil à Inglaterra. Como a França já controlava as bocas e a margem esquerda do Reno, as mercadorias inglesas eram grandemente afastadas dos mercados da França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Estados Bálticos e Rússia. A Itália fechava seus portos ao comércio inglês. A Espanha clamava por Gilraltar. Napoleão estava preparando um exército e uma frota para a invasão da Inglaterra.

A Inglaterra reagiu e lucrou com algumas voltas da roda da fortuna. Uma armada britânica destruiu uma frota dinamarquesa no porto de Copenhague (2 de abril de 1801). O czar Paulo I foi substituído e sua política francesa revogada por Alexandre I, que denunciou a invasão de Napoleão ao Egito, reconheceu a captura pelos ingleses de Malta da França e assinou com a Inglaterra um tratado (17 de junho de 1801); a Segunda Liga de Neutralidade Armada desapareceu. Além disso dificuldades econômicas na Inglaterra, o aumento do exército francês em Bolonha, e o colapso da Áustria a despeito de custosos subsídios inclinaram a Inglaterra a pensamentos de paz. Em 1º de outubro de 1801 seus negociadores assinaram um acordo preliminar que obrigava a França a entregar o Egito à Turquia e a Inglaterra a entregar Malta, dentro de três meses, aos Cavaleiros de São João; a França, a Holanda e a Espanha deveriam recuperar a maior parte das colônias que lhes haviam sido tiradas; a França removeria todas suas tropas da Itália central e do sul. Após sete semanas de prolongado debate, a Inglaterra e a França assinaram a longamente esperada paz de Amiens (27 de março de 1802). Quando o representante de Napoleão chegou a Londres com os documentos ratificados, uma multidão feliz desatrelou seus cavalos e arrastou a carruagem até o Foreign Office aos gritos de "*Vive la République Française! Vive Napoléon!*"[52]

O povo francês estava inflamado de gratidão àquele jovem com apenas 32 anos — que havia tão brilhantemente levado a um fim 10 anos de guerra. Toda a Europa reconhecera sua habilidade como general; agora via aquela mesma mentalidade clara e firme vontade brilhando também na diplomacia. E Amiens foi apenas um começo; em 23 de maio de 1802 ele assinou um Tratado com a Prússia; no dia seguinte com a Baviera; em 9 de outubro com a Turquia; em 11 de outubro com a Rússia. Quando se aproximava o 9 de novembro — aniversário de 18 Brumário — ele providenciou para que a data fosse celebrada como um Festival de Paz. Naquele dia proclamou satisfeito o objetivo de seu trabalho: "Fiel às suas aspirações e à sua promessa, o governo não cedeu à atração de empreendimentos arriscados e extraordinários. Seu dever era restaurar a tranqüilidade na humanidade, e por meio de fortes e duradouros laços unir a grande família européia, cuja missão é moldar os destinos do mundo."[53] Talvez este tenha sido o mais belo momento de sua história.

III. RECONSTRUINDO A FRANÇA: 1802-03

''Em Amiens'', disse Napoleão em Santa Helena, ''eu acreditava com toda a fé que o meu próprio destino e o da França estavam estabelecidos. Iria devotar-me inteiramente à administração do país; e acredito que teria feito maravilhas.''[54] Isto soa como uma tentativa para remover as manchas de uma dúzia de campanhas; mas no dia seguinte ao da assinatura da paz de Amiens, Girolamo Lucchesini, embaixador prussiano em Paris relatava a seu rei que Napoleão estava resolvido ''a dedicar ao benefício da agricultura, da indústria, do comércio e das artes, todos os recursos pecuniários que a guerra imediatamente absorve e macula''. Napoleão, continuava Lucchesini, falava com ardor acerca de ''canais a serem completados e abertos, estradas a serem construídas ou reparadas, portos a serem dragados, cidades a serem embelezadas, locais de culto e estabelecimentos religiosos a receberem doações, instrução pública... a ser provida''.[55] Na realidade, uma grande quantidade de progresso foi feita ao longo dessas linhas antes que a guerra de novo tomasse a prioridade sobre a construção (16 de maio de 1803). Os impostos eram razoáveis, coletados com um mínimo de chicana e crueldade, e eram despendidos em contratos governamentais que ajudavam a manter a indústria florescente e a mão-de-obra empregada. O comércio expandiu-se rapidamente após a Inglaterra haver levantado o bloqueio. A religião regozijou-se com a Concordata de Napoleão com o Papado; o Instituto começou a estabelecer um sistema nacional de educação; a lei foi codificada e reforçada; a administração alcançou uma excelência que chegava às raias da honestidade.

Paris, como sob Luís XIV, tornou-se novamente a capital turística da Europa. Centenas de ingleses, esquecendo as escandalosas caricaturas que tinham atacado Napoleão na imprensa britânica, enfrentavam ásperas estradas e a hostilidade do Canal para terem uma visão do colosso em miniatura que tinha desafiado e pacificado as potências estabelecidas. Vários membros do Parlamento foram apresentados a ele; entre esses com mais razão — em agosto de 1802 — o passado e futuro Primeiro-Ministro, Charles James Fox, que por longo tempo tinha trabalhado pela paz entre ingleses e franceses. Os estrangeiros ficavam espantados com a prosperidade que tinha vindo tão rapidamente após a ascensão de Napoleão ao governo. O duque de Broglie descrevia os anos de 1800-03 como ''as melhores e mais nobres páginas dos anais da França''.[56]

1. *O Código Napoleão: 1801-04*

''Minha real glória'', recordava Napoleão, ''não são as 40 batalhas que eu venci — pois minha derrota em Waterloo destruirá a memória dessas vitórias... o que nada destruirá, o que viverá para sempre é o meu Código Civil.''[57] ''Para sempre'' é uma palavra não-filosófica; mas o Código foi sua maior realização.

O inexaurível engenho das artes do diabo periodicamente compele a sociedade a melhorar e reformular os meios de se proteger das violências, do roubo e das falsidades. Justiniano havia tentado isso no ano 528 d.C., porém o *Corpus Iuris Civilis* preparado por seus juristas era uma coleção coordenada de leis existentes mais do que uma nova estrutura de leis para uma sociedade sem raízes e em mutação. No caso da França o pro-

blema era multiplicado devido à individualidade legal de suas províncias, de maneira que uma lei numa região não se poderia supor que seria apoiada na seguinte. Merlin de Douai e Cambacérès haviam apresentado à Convenção, em 1795, os esboços de um novo e unificado código, porém a Revolução não teve tempo para fazer esse trabalho; tendo que encarar um espantoso caos, aumentou-o com milhares de decretos feitos às pressas, deixando para depois sua melhor elaboração para torná-los consistentes.

Os acordos de paz de Napoleão com a Áustria e a Inglaterra propiciaram essa oportunidade, embora breve. A 12 de agosto de 1800, os três Cônsules haviam comissionado François Tronchet, Jean Portalis, Félix Bigot de Préameneu e Jacques de Maleville a fim de prepararem um novo plano para um código nacional consolidado da lei civil. A minuta preliminar que ofereceram em 1º de janeiro de 1801 foi mandada por Bonaparte aos líderes das cortes legais para sua crítica e comentários. Estes foram submetidos a Napoleão três meses mais tarde, quando então foram revistos pelo comitê de legislação do Conselho de Estado, dirigido por Portalis e Antoine Thibaudeau. Tendo passado por todas essas manobras, o Código foi apreciado título por título pelo Conselho pleno durante 87 sessões.

Napoleão presidiu a 35 delas. Não pretendia ter qualquer conhecimento de leis, mas usava a astúcia e o conhecimento legal de seu companheiro, o Cônsul Cambacérès. Aderiu às discussões com uma modéstia que o tornou caro ao Conselho e que seria surpreendente em seus anos posteriores. Os conselheiros ficavam inspirados por seu ardor e determinação, e prontamente concordavam com o prolongamento das sessões das nove da manhã às cinco da tarde. Mas não se sentiam tão entusiasmados quando ele os reunia de novo à noite. Uma vez, numa reunião noturna, alguns membros cochilavam fatigados. Napoleão acordou-os com uma ordem amável: "Vamos, cavalheiros, nós ainda não ganhamos nossos salários."[58] Na opinião de Vandal, o Código nunca poderia ter sido completado sem a persistente ação de Napoleão e seu amigável encorajamento.[59]

Os trabalhos dos juristas e do Conselho quase abortaram quando o Código foi submetido a debates no Tribunato. Essa assembléia, ainda sentindo o calor da Revolução, condenou o Código como uma traição àquela explosão... como o retorno ao governo tirânico do marido sobre sua esposa e do pai sobre seus filhos, e com a entronização da burguesia no controle da economia francesa. Essas acusações eram grandemente justificadas. O Código aceitava e aplicava os princípios básicos da Revolução: liberdade de palavra, de culto e de empreendimentos, e igualdade de todos perante a lei; o direito universal ao julgamento público por meio de um júri; o fim dos direitos feudais e dos impostos eclesiásticos e a validade das compras feitas, ao Estado, de propriedade confiscada da Igreja ou senhorial. Mas — segundo a lei romana — o código aceitava a família como a união e o bastião da disciplina moral e da ordem social, e dava-lhe uma parte no poder, revivendo a *patria potestas* dos antigos regimes: ao pai dava-se amplo controle sobre a propriedade de sua esposa, e toda a autoridade sobre os filhos até atingirem a maioridade; ele poderia fazê-los prisioneiros baseado apenas em sua palavra; podia impedir o casamento de um filho de menos de 26 anos ou de uma filha de menos de 21. O Código violava o princípio da igualdade perante a lei ao determinar que, nas disputas acerca de salários, a palavra do empregador, na igualdade de outras coisas, deveria ser aceita contra a do empregado. O banimento pela Revolução das associações de trabalhadores (exceto para finalidades puramente sociais) foi renovado em 12 de abril

de 1803; e após 1º de dezembro daquele ano todo o trabalhador devia trazer consigo um livro de trabalho com o registro de sua passada carreira. O Código — com a anuência de Napoleão — restabeleceu a escravatura nas colônias francesas.[60]

O Código representou a histórica reação de uma sociedade permissiva para uma autoridade mais rígida e o controle da família e do Estado. Os principais autores da legislação eram homens idosos, alarmados pelos excessos da Revolução... sua temerária rejeição da tradição, sua facilidade no divórcio, seu afrouxamento dos laços familiares, sua permissão para lassidão moral e revolta política entre as mulheres, seu encorajamento comunal de ditaduras proletárias, sua concordância com os Massacres de Setembro e os tribunais do Terror; estavam resolvidos a pôr um paradeiro naquilo que lhes parecia a destruição da sociedade e do governo; e nestes assuntos Napoleão, ansioso por uma França firme sob sua mão, deu a estes sentimentos seu resoluto apoio. O Conselho de Estado concordou com ele que deveria ser posto um limite e um encerramento rápido do debate público sobre os 2.281 artigos do Código Civil; o Tribunato e o Legislativo aceitaram essa orientação e em 21 de março de 1804, o Código — oficialmente o Código Civil dos Franceses, popularmente chamado o Código Napoleão — tornou-se a lei da França.

2. *A Concordata de 1801*

Mesmo assim, o jovem Licurgo não estava satisfeito. Sabia, de sua própria intensa natureza, quão pouco a alma do homem inclina-se para a lei; vira na Itália e no Egito quão perto o homem permanece, em seus desejos, de seu passado de animal e de caçador, violento e livre; constituía uma das maravilhas da história que esses explosivos viventes tivessem sido impedidos de destruir a estrutura social. Tinha sido a polícia que os havia domesticado? Não podia ser, porque os policiais eram poucos e afastados um do outro, e um anarquista potencial estava escondido em cada cidadão. O que então os havia contido?

Napoleão, ele mesmo um cético, concluía que a ordem social apoiava-se, em última palavra, no medo que tinha o animal humano dos poderes sobrenaturais, medo este natural e cuidadosamente cultivado. Ele passou a olhar a igreja católica como o mais eficiente instrumento jamais inventado para o controle dos homens e das mulheres, para seus resmungos ou silenciosa acomodação às desigualdades econômicas, social e sexuais, e para sua pública obediência aos mandamentos divinos incompatíveis com a carne humana. Se não podia haver um policial em cada esquina, podia haver deuses, tanto mais rigorosos porque invisíveis, e multiplicáveis à vontade, de acordo com as necessidades, em seres místicos, exortativos ou ameaçadores, classificados através de diversos graus de divindade e poder, desde o anacoreta no deserto até o supremo comandante, preservador e destruidor de estrelas e de homens. Que sublime concepção! — Que incomparável organização para sua disseminação e operação! — Que apoio inestimável para professores, maridos, pais, hierarcas e reis! Napoleão concluiu que o caos e a violência da Revolução haviam sido devidos, acima de tudo, a seu repúdio à Igreja. Resolveu restaurar a associação da Igreja e do Estado tão logo pudesse arrancar as presas dos horrorizados Jacobinos e mortificados filósofos.

A religião na França de 1800 estava numa situação confusa, não sem relação com o caos moral deixado pela Revolução. Uma grande minoria do povo nas províncias — provavelmente a maioria em Paris — havia se tornado indiferente aos apelos dos padres.[61] Milhares de franceses, de camponeses a milionários, haviam comprado do Estado a propriedade confiscada da Igreja; estes compradores estavam excomungados, e olhavam com olhos pouco amigos para aqueles que os denunciavam como receptadores de bens roubados. Havia então 8.000 padres ativos na França; 2.000 deles eram *constitutionels*, que haviam jurado fidelidade à constituição confiscatória de 1791; os outros 6.000 não haviam jurado, rejeitavam a Revolução e trabalhavam devotamente para anulá-la; e estavam fazendo progressos. Os nobres que não haviam emigrado, e muitos dos burgueses, estavam trabalhando para que a religião fosse restaurada como um baluarte da propriedade e da ordem social; muitos deles — algumas figuras de proa da Revolução — estavam enviando seus filhos para escolas geridas ou cujo ensino era professado por padres e freiras, os quais (segundo eles acreditavam) sabiam melhor do que professores leigos sem batina como tornar respeitosos os filhos e recatadas as filhas.[62] A religião estava se tornando da moda na "sociedade" e na literatura; em breve (1802) o maciço elogio de Chateaubriand, *Le Génie du Christianisme* (O Gênio do Cristianismo) iria tornar-se o assunto da época.

Procurando qualquer ajuda para seu governo sem raízes, Napoleão decidiu-se a conquistar o apoio espiritual e estrutural da igreja católica. Um tal passo iria pelo menos aquietar os rebeldes da Vendéia, agradar as províncias, adicionar 6.000 padres à sua polícia espiritual; e iria recrutar a influência moral e espiritual do Papa; iria tirar de Luís XVIII importante argumento para uma restauração Bourbon; e iria reduzir a hostilidade — à França e a Napoleão — dos países católicos: Bélgica, Baviera, Áustria, Itália e Espanha. "Assim, tão logo eu tive o poder,... restabeleci a religião. Eu a fiz o alicerce e as fundações sobre os quais construí. Considerei-a como o apoio dos princípios sadios e da boa moral."[63]

Esta *apertura a destra* foi resistida pelos agnósticos em Paris e pelos cardeais em Roma. Muitos eclesiásticos sentiam-se relutantes em sancionar qualquer acordo que tolerasse o divórcio ou que abandonasse as pretensões da igreja francesa à sua propriedade confiscada. Muitos Jacobinos protestavam que reconhecer o catolicismo como a religião nacional, protegida e paga pelo governo, seria entregar aquilo que consideravam uma das maiores realizações da Revolução passada — a separação do Estado e da Igreja. Napoleão assustou os cardeais dando a entender que, se rejeitassem suas propostas, ele seguiria o exemplo de Henrique VIII da Inglaterra e divorciaria completamente a igreja francesa de Roma. Tentou aquietar os céticos explicando que faria da Igreja um instrumento do governo na manutenção da paz interna; mas eles temiam que sua proposta se tornasse um outro passo na retirada da Revolução em direção da monarquia. Ele nunca perdoou a Lalande (o astrônomo) "por haver desejado" (conforme o relatório de Bourrienne) "incluí-lo num dicionário de ateus precisamente no momento em que estava abrindo negociações com a corte de Roma".[64]

Estas começaram em Paris em 6 de novembro de 1800 e continuaram durante 8 meses de manobras. Os cardeais eram experientes diplomatas, porém Napoleão havia sabido do interesse do Papa por um acordo, e manteve-se firme com relação a todas as condições favoráveis a seu próprio poder sobre a Igreja reconciliada. Pio VII fez uma concessão

após outra, porque o plano oferecia um fim a uma década de desastres para a Igreja na França; permitiria depor muitos bispos que haviam desafiado a autoridade papal; habilitá-lo-ia, com o auxílio da intervenção francesa, a livrar-se das tropas napolitanas que tinham ocupado sua capital; e restauraria para o papado as "legações" (Ferrara, Bolonha e Ravena — usualmente governadas por legados papais) que haviam sido cedidas à França em 1797. Finalmente, após uma sessão que durou até as duas horas da manhã, os representantes da igreja romana e do estado francês assinaram (16 de julho de 1801) a Concordata que deveria governar as suas relações por um século. Napoleão ratificou-a em setembro, Pio VII em dezembro. Napoleão, no entanto, assinou-a com a previsão de que ele poderia mais tarde introduzir algumas "regulações prevenindo contra os mais sérios inconvenientes que pudessem surgir de uma execução literal da Concordata".[65]

O histórico documento obrigava o governo francês a reconhecer — e financiar — o catolicismo como a religião dos Cônsules e da maioria do povo francês, mas não fazia do catolicismo a religião do Estado, e afirmava a ampla liberdade de culto para todos os franceses, incluindo protestantes e judeus. A Igreja retirou suas pretensões à propriedade eclesiástica confiscada, mas o Estado concordou em recompensa a pagar aos bispos um salário anual de 15.000 francos, e menores salários aos curas das paróquias. Os bispos, como sob Luís XIV, seriam nomeados pelo governo e deveriam jurar fidelidade ao Estado, mas não exerceriam suas funções enquanto não fossem aprovados pelo Papa. Todos os bispos "constitucionais" deveriam demitir-se e deixar sua sede; todos os bispos ortodoxos foram restabelecidos e as igrejas foram oficialmente (como elas já estavam de fato) abertas ao culto ortodoxo. Após muito debate Napoleão cedeu a um ponto que era precioso para a Igreja: o direito de aceitar doações.

A fim de apaziguar os mais amáveis de seus céticos críticos, Napoleão unilateralmente anexou à Concordata 121 "Articles Organiques" para proteger a preeminência do Estado sobre a Igreja na França. Nenhuma bula papal, breve pontifício ou legado, nenhum decreto de qualquer conselho geral ou sínodo nacional, poderia entrar na França sem explícita permissão do governo. O casamento civil deveria ser um pré-requisito legal do casamento religioso. Todos os estudantes para o sacerdócio católico deveriam ser instruídos sobre os "Artigos Gálicos" de 1682 de Bossuet, que afirmavam a legal independência da igreja católica francesa do "governo" ultramontano (além das montanhas).

Assim modificada, a Concordata foi apresentada ao Conselho de Estado, ao Tribunato e ao Legislativo em 8 de abril de 1802. Ainda não aterrorizados por Napoleão, eles aberta e vigorosamente se opuseram a ela como uma traição ao Iluminismo e à Revolução (era essencialmente consistente com a constituição de 1791). No Tribunato o *philosophe* conde Volney engajou-se num aceso debate com o Primeiro Cônsul sobre a Concordata; e o Legislativo elegeu para sua presidência Charles-François Dupuis, autor de um tratado fortemente anticlerical, *L'Origine de tous les cultes* (A Origem de Todos os Cultos — 1794). Napoleão retirou a Concordata da discussão pelas Assembléias e aguardou outra oportunidade.

Na próxima nomeação de membros para o Tribunato e para o Legislativo muitos dos críticos deixaram de ser apontados pelo Senado. Neste ínterim Napoleão espalhava entre o público a história e o conteúdo da Concordata; como ele esperava, o povo clamou por sua ratificação. Em 25 de março de 1802, Napoleão atingiu uma popularidade esma-

gadora pela assinatura da paz com a Inglaterra. Assim fortificado, de novo submeteu a Concordata às Assembléias. O Tribunato aprovou-a com apenas sete votos discordantes; o Legislativo votou 228 a favor, e 21 contra. Em 18 de abril ela tornou-se lei; e no Domingo da Páscoa, numa solene cerimônia na Notre-Dame, tanto a Paz de Amiens quanto a Concordata foram proclamadas no meio dos resmungos dos revolucionários, dos risos dos militares e da alegria do povo. Uma caricatura circulou nos quartéis mostrando Napoleão afogando-se numa fonte de água benta; e um epigrama dizia: "Para ser rei do Egito ele acredita no Alcorão; para ser rei da França ele acredita no Evangelho."

Napoleão consolou-se com a convicção que havia expressado a vontade da grande maioria dos franceses e que tinha reforçado seu poder na base, embora o houvesse enfraquecido no topo. Havia restaurado o clero, mas uma vez que apontava os bispos e lhes pagava salários, bem como a cerca de 3.000 padres, calculou que podia controlá-los com uma rédea econômica; a Igreja, pensava ele, seria um dos seus instrumentos, cantando sua glória e apoiando sua política. Um pouco mais tarde providenciou para que o novo catecismo ensinasse às crianças francesas que "honrar o Imperador é honrar o próprio Deus", e que "se falhassem quanto a seus deveres para com o Imperador... estariam resistindo à ordem estabelecida por Deus e seriam merecedores da danação eterna".[66] Expressou sua gratidão ao clero assistindo à missa respeitosamente, porém tão rápido quanto possível.

Tinha ele, nesses momentos vitoriosos, a convicção de que havia ganho para o seu lado todo o mundo católico. Na realidade o clero francês, nunca esquecendo a perda de suas terras e ressentindo-se de sua servidão assalariada ao Estado, apelava mais e mais ao Papa um apoio contra o governante que eles secretamente consideravam um infiel. "Galeses" por lei, eles se tornaram ultramontanos no sentimento; quando o imperador despojou Pio VII de terras que o papado possuía há mil anos — ainda mais quando o Papa foi expulso de Roma e aprisionado em Savona e Fontainebleau — o clero e o populacho da França levantaram-se em defesa de seu pontífice e de seu credo; e Napoleão descobriu, tarde demais, que o poder do mito e da palavra era maior que o poder da lei e da espada.

IV. OS CAMINHOS DA GLÓRIA

No meio de seus projetos e triunfos tinha sempre que se guardar contra os desafios a seu poder e à sua vida. Os realistas na França estavam relativamente calmos, pois esperavam persuadir Napoleão de que seu caminho mais seguro era restaurar os Bourbons e aceitar em retorno alguma sinecura. Encorajavam escritores como Mme. de Genlis, cujo romance histórico *Mademoiselle de La Vallière* pintava um agradável quadro da França sob Luís XIV. Jogavam com o secreto realismo do secretário de Napoleão, Bourrienne, e através dele esperavam conquistar Josefina. A creoula, que amava os prazeres, tinha-se saciado de excitação política; temia que Napoleão, a não ser que ele mudasse sua orientação, procurasse o poder monárquico, divorciando-se dela para casar com uma mulher que tivesse mais probabilidades de dar-lhe um herdeiro. Napoleão tentou aquietar seus temores com alguns momentos amorosos e proibiu-a de intrometer-se na política.

Julgava que a principal ameaça a seu poder não estava nos realistas nem nos Jacobinos,

mas no ciúme dos generais que comandavam o exército no qual o seu poder em última instância descansava. Moreau, Pichegru, Bernadotte, Murat, Masséna, tinham expressado abertamente seu descontentamento. Em um jantar oferecido por Moreau, alguns oficiais haviam denunciado Napoleão como um usurpador; o general Delmas chamava-o "um criminoso e um monstro", Moreau, Masséna, e Bernadotte prepararam uma petição a Napoleão para que ele se contentasse com o governo de Paris e suas vizinhanças, e dividisse o resto da França em regiões a serem alocadas a eles, com poderes quase absolutos;[67] nenhum deles, no entanto, quis assumir a tarefa de entregar esta proposta ao Primeiro Cônsul. Bernadotte, que controlava o exército do Oeste em Rennes, estava repetidamente à beira da rebelião, mas perdia a coragem.[68] "Se eu sofrer uma séria derrota," dizia Bonaparte, "os generais serão os primeiros a me abandonar."[69]

É contra o pano de fundo desta conspiração militar que devemos interpretar o discurso antimilitarista de Napoleão perante o Conselho de Estado em 4 de maio de 1802:

> Em todos os países a força cede às qualidades civis: a baioneta abaixa-se perante o padre,... e perante o homem que se torna mestre por seu conhecimento... Nunca um governo militar tomará conta da França, a não ser que a nação tenha sido brutalizada por 50 anos de ignorância... Se nos abstrairmos de outras relações, percebemos que o homem militar não conhece outra lei senão a força, reduz tudo à força, não vê outra coisa... O homem civil, ao contrário, vê apenas o bem geral. O caráter do homem militar é desejar tudo despoticamente; o do civil é submeter tudo à discussão, à razão e à verdade; estas muitas vezes decepcionam, entretanto trazem luz... Eu não hesito em concluir que a preeminência pertence incontestavelmente ao civil... Os soldados são os filhos dos cidadãos e o (verdadeiro) exército é a nação.[70]

Aborrecido por uma sensação de insegurança, e sempre procurando o poder, Napoleão sugeriu a seus íntimos que seus planos para mais melhorias e embelezamento da França requereriam um período mais longo do que a década que já lhe havia sido garantida. Em 4 de agosto de 1802 o Senado anunciou uma nova "Constituição do Ano X" (1801); esta aumentou o Senado de 40 para 80 membros... todos os novos membros a serem nomeados pelo Primeiro Cônsul; e fizeram-no Cônsul Vitalício. Quando seus admiradores propuseram que lhe fosse também dada a autoridade de escolher seu sucessor, ele objetou com excepcional modéstia; "a sucessão hereditária", disse ele, "é irreconciliável com o princípio da soberania do povo e impossível na França".[71] Porém quando o Senado, após debater a proposta, aprovou por uma votação de 27 a sete, os desorientados sete cobriram seu erro tornando a decisão unânime; e Napoleão graciosamente aceitou a honra sob a condição de que o público a aprovasse. Em 17 de agosto todos os homens adultos que estavam registrados como cidadãos franceses foram solicitados a votar sobre duas questões: Deveria Napoleão Bonaparte ser feito Cônsul Vitalício? Deveria ser-lhe permitido escolher seu sucessor? A resposta foi 3.508.885 sins, 8.374 nãos.[72] Presumivelmente, como em outros plebiscitos, o governo teve meios de encorajar uma resposta afirmativa. O sentimento das classes proprietárias foi revelado quando a Bolsa reagiu à votação: o índice de valor das ações negociadas, que havia sido de sete no dia anterior à subida de Napoleão ao poder, agora rapidamente subiu para 52.[73]

Assim fortificado, fez algumas mudanças em seu círculo de colaboradores. Escolheu um pequeno grupo de homens para constituírem seu Conselho Privado, através do qual, à medida que sua autoridade se tornava indisputável, ele podia promulgar decretos em

adição ao *senatus consulta* que estava aberto para seu uso. Reduziu o Tribunato de 100 membros para 50 e determinou que seus debates doravante fossem secretos. Dispensou o esperto porém imprevisível Fouché de Ministro da Polícia e fundiu aquele ministério num Departamento de Justiça sob Claude Régnier. Tendo descoberto que Bourrienne estava usando sua posição para fazer fortuna, dispensou-o (20 de outubro de 1802), e confiou daí em diante no devotado serviço de Claude Méneval. A partir daí as *Memoirs* de Bourrienne tornaram-se hostis a Napoleão, de forma não confiável, e as *Memoirs* de Méneval, também de forma não confiável, tornaram-se favoráveis; no entanto, tomando-as em sua soma algébrica, elas ainda constituem a mais íntima memória do colosso em miniatura que iria dominar a Europa pelos próximos dez anos.

Talvez tenham sido o plebiscito de 1802 e os diversos triunfos de Marengo e Amiens que arruinaram em Napoleão a moderação e a perspicácia, sem as quais o gênio aproxima-se do limite da loucura. Para cada um dos passos que o elevaram a vertiginosos poderes, encontrava argumentos persuasivos ou convicentes. Quando os líderes da República Cisalpina, centralizados em Milão, pediram-lhe sua ajuda para redigir uma constituição, ofereceu-lhes uma na qual três colégios eleitorais — constituídos respectivamente pelos proprietários de terra, pelos homens de negócios e pelos profissionais — iriam escolher uma comissão com o poder de apontar os membros de uma legislatura, um senado e um conselho de estado; estes escolheriam um presidente. Reunindo-se em Lyon em janeiro de 1802, os delegados ratificaram esta constituição e convidaram Napoleão — que consideravam ser um italiano abandonado na França — para ser o primeiro presidente do novo estado. Ele veio de Paris para dirigir-lhes a palavra — em italiano — e em 26 de janeiro, por aclamação, o Primeiro Cônsul da França tornou-se o chefe da República Italiana. Toda a Europa maravilhava-se com o que aconteceria em seguida com este novo *stupor mundi,* esta hipnótica maravilha do mundo.[74]

O alarme cresceu quando ele anexou o Piemonte à França. Aquele "Pé da Montanha" tinha sido ocupado pelos franceses em 1798; ficava além dos "limites naturais" que Napoleão havia prometido proteger; entretanto, se fosse retornado ao rei da Sardenha, poderia tornar-se uma barreira hostil entre a França e seus protetorados italianos na Ligúria e na Lombardia. Em 4 de setembro de 1802, Napoleão declarava o Piemonte uma parte da França.

Na Suíça, onde havia encontrado tão largos caminhos em direção à Itália, não podia proceder tão confiantemente: aqueles ásperos cantões, onde os homens através de séculos haviam considerado a liberdade mais preciosa do que a vida, fariam com que qualquer inimigo pagasse pesadamente pela conquista. No entanto, haviam em sua maior parte recebido bem os ideais de 1789, e em 1798 haviam formado a República Helvética, sob a proteção da França. Este passo encontrou forte oposição dos senhores de grandes propriedades, que, usando os camponeses como soldados, estabeleceram um governo separado em Berna, e desafiaram a república pró-França centralizada em Lausanne. Ambos os partidos enviaram agentes a Napoleão procurando seu apoio; ele recusou-se a receber o agente de Berna, que apelou para a Inglaterra; a Inglaterra mandou dinheiro e armas para os oligarcas. Napoleão mandou tropas para os republicanos (novembro de 1802); assim ajudados, estes suprimiram a revolta dos bernenses. Napoleão pacificou ambos os partidos com um Ato de Mediação (19 de fevereiro de 1803), estabelecendo a Confederação Suíça formada por 19 cantões independentes, cada um com

sua própria constituição, todos sob o protetorado da França, todos obrigados a enviar uma cota de soldados para o exército francês. A despeito dessa cláusula, o Ato de Mediação, de acordo com o testemunho dos ingleses, "recebeu aprovação de muitas partes e foi indubitavelmente popular entre os cantões".[75]

Apesar disso o governo inglês olhava para esses sucessivos movimentos — na Lombardia, Piemonte e Suíça — como perigosas expansões da influência francesa, perturbando seriamente aquele equilíbrio das potências continentais que tinha se tornado a chave da política britânica na Europa. Ressentimento ainda maior foi despertado pela publicação, no *Moniteur* de 30 de janeiro de 1803, do relatório oficial submetido ao governo francês pelo conde Horace Sébastiani, que Napoleão tinha enviado para examinar as defesas do Cairo, Jaffa, Jerusalém e Acre; o conde estimava que "6.000 homens seriam suficientes... para conquistar o Egito".[76] O documento levantou a suspeita, na Inglaterra, que Napoleão estava planejando uma outra expedição ao Egito. O governo inglês sentia que não podia mais pensar na evacuação de Malta e Alexandria; esses pontos agora pareciam indispensáveis à defesa do poderio britânico no Mediterrâneo.

Mais uma outra expansão da influência de Napoleão agitou os ingleses. O Tratado de Lunéville estipulava que os governadores alemães dos principados a oeste do Reno, que haviam perdido 11.365 quilômetros quadrados de territórios sujeitos a impostos pelo reconhecimento da soberania francesa sobre esta área, deveriam ser compensados com principados a leste daquele curso d'água. Vinte nobres alemães enviaram representantes a Paris para apressarem suas pretensões; a Prússia e a Rússia juntaram-se à caçada; Talleyrand coletou outra fortuna em *pourboires* (gorjetas). Finalmente foi feita a distribuição, principalmente pela "secularização" de cidades-estados que haviam sido governadas por bispos católicos durante séculos. O objetivo de Napoleão neste processo tinha sido promover uma Confederação do Reno, como um estado-tampão entre a França e a Áustria-Prússia. A Áustria protestou que a reorganização desses pequenos estados iria ser um outro passo na dissolução do Sagrado Império Romano. Assim foi.

Irritadas pelo alcance crescente dos braços de Napoleão, as classes dominantes na Inglaterra perguntavam-se se não seria a guerra menos custosa que uma tal paz. Os industriais protestavam que o controle francês do Reno fazia da França o árbitro do comércio inglês com os mais lucrativos mercados europeus. Os comerciantes queixavam-se que, enquanto a Paz de Amiens terminara com o bloqueio da França, os franceses estavam lançando impostos de importação proibitivos sobre os produtos ingleses competitivos com a indústria francesa.[77] A aristocracia denunciava a paz como uma disfarçada rendição à Revolução Francesa. Quase todos os partidos concordavam que Malta deveria ser mantida. Entrementes a imprensa britânica vilipendiava Napoleão em histórias, editoriais e caricaturas; ele protestou junto ao governo britânico que lhe disse que a imprensa na Inglaterra era livre; ele solicitou à imprensa francesa que retaliasse em termos semelhantes.[78]

As comunicações entre os governos tornaram-se crescentemente belicosas. Lorde Whitworth, embaixador inglês, informou bruscamente a Napoleão que a Inglaterra não abandonaria Malta até que o governo francês lhe desse uma explicação satisfatória acerca dos movimentos expansionistas que ele havia feito desde a Paz de Amiens. Em 13 de março de 1803, no meio de uma grande reunião de dignitários franceses e estrangeiros, Na-

poleão, confrontando Whitworth como se estivesse numa batalha, acusou os ingleses de violação do tratado de paz e de se armarem para a guerra; Whitworth, furioso com uma tal transgressão das regras diplomáticas, daí em diante preferiu tratar com Talleyrand, que sabia como vestir os fatos com cortesia. A 25 de abril Whitworth foi instruído por seu governo a apresentar um ultimato: a França deveria concordar com a permanência em Malta pelos ingleses por um período mínimo de 10 anos; deveria retirar-se da Holanda, da Suíça e da Itália e deveria recompensar o rei da Sardenha pela perda do Piemonte na recente guerra. Napoleão considerou ridículas essas propostas; Whitworth solicitou e recebeu seu passaporte, e ambos os lados prepararam-se para a guerra.

Compreendendo que a Inglaterra, controlando os mares, podia a seu bel-prazer tomar qualquer colônia francesa, Napoleão vendeu o território da Louisiana aos Estados Unidos por 80 milhões de francos (3 de maio de 1803). A Inglaterra, ainda tecnicamente em paz, instruiu sua força naval a capturar qualquer navio francês que encontrasse. A guerra foi oficialmente declarada em 16 de maio de 1803, e continuou por 12 anos.

A partir daquele amargo momento, Napoleão, o administrador, recuou na história, e Napoleão, o general, aos 34 anos, entregou-se de corpo e alma à guerra. Ordenou a prisão de todos os ingleses ainda encontrados em solo francês. Ordenou ao general Mortier que tomasse imediatamente Hanôver, antes que ela pudesse ser transformada numa base militar pelo hanoveriano Jorge III. O que o enfurecia era o pensamento de que, durante toda uma década de conflitos, a Inglaterra havia financiado os exércitos continentais contra a França, havia bloqueado os portos franceses e tomado os navios franceses e suas colônias, e que através de todas essas atividades militares a própria Inglaterra havia permanecido imune a qualquer ataque. Assim agora ele se resolvia àquilo que em momentos mais calmos havia rejeitado como um sonho impraticável: tentaria cruzar a danada daquela valeta e fazer que aqueles mercadores e banqueiros sentissem o toque da guerra em seu próprio solo e em sua própria carne.

Ordenou a seus generais que reunissem 150.000 homens e 10.000 cavalos ao longo da costa em Boulogne, Dunquerque e Ostende. Ordenou a seus almirantes que reunissem e equipassem em Brest, Rochefort e Toulon poderosas frotas que, quando prontas para levantarem velas e lutar, deveriam abrir caminho através de uma rede de navios ingleses em direção aos portos que um milhão de trabalhadores teriam preparado para eles em volta de Boulogne; e nesses portos os homens construiriam centenas de navios de transporte de todas as categorias; repetidamente ele próprio deixava Paris para inspencionar os acampamentos e as tropas, anotar o progresso do empreendimento, e inspirar os soldados, marinheiros e trabalhadores com uma presença ativa que parecia para eles uma promessa de propósito e intenção de vitória.

No Canal, os navios de guerra ingleses mantinham-se alerta; e ao longo da costa inglesa, em Dover, Deal e outros locais — 100.000 patriotas vigiavam noite e dia, resolvidos a resistir até a morte a qualquer tentativa de invadir suas invioláveis costas.

V. A GRANDE CONSPIRAÇÃO: 1803-04

Na noite de 23 de agosto de 1803, uma fragata inglesa, comandada pelo capitão Wright, atravessou o canal da Inglaterra com oito franceses sob o comando de Georges

Cadoudal, o fervoroso líder dos irreconciliáveis *chouans*. Chegaram à terra numa costa rochosa próximo a Biville na Normandia, onde habitantes locais, dando-lhes apoio, içaram-nos por meio de cordas. Em 10 de dezembro, o capitão Wright trouxe da Inglaterra para Biville um segundo grupo de conspiradores, incluindo o nobre *émigré* Armand de Polignac. Num terceiro cruzamento, em 16 de janeiro de 1804, o capitão trouxe Jules de Polignac, e os *émigrés* generais Pichegru e Lajolais. Pichegru, após bem conquistadas vitórias com os exércitos revolucionários, havia conspirado para restaurar os Bourbons, tinha sido apanhado e tinha escapado para a Inglaterra (1801). Todos esses três grupos chegaram a Paris, onde foram escondidos nas casas dos realistas. Cadoudal mais tarde confessou que seu plano era raptar Napoleão, e, se Napoleão resistisse, matá-lo.[79] Pode-se acreditar que "Cadoudal recebeu do governo inglês saques de um milhão de francos para capacitá-lo a organizar a insurreição na capital";[80] mas não há provas que o governo inglês houvesse consentido em assassinato.

Os conspiradores demoraram a agir na expectativa de que o conde d'Artois, irmão mais moço de Luís XVI, com eles se reunisse em Paris,[81] pronto para substituir Napoleão; mas ele não apareceu. Entrementes (28 de janeiro de 1804) Pichegru visitou o general Moreau e solicitou a sua cooperação; Moreau recusou-se a aderir a qualquer tentativa para restaurar os Bourbons, mas ofereceu-se para governar a França se Napoleão tivesse que ser removido.[82] Mais ou menos nesta ocasião Bernadotte deu a Juliette Récamier os nomes de 20 generais que, segundo ele declarava, eram-lhe devotados e estavam ansiosos para restaurar a "verdadeira República".[83] "Posso realmente dizer," Napoleão recordava-se em Santa Helena, "que durante os meses de setembro de 1803 a janeiro de 1804 eu estava sentado sobre um vulcão."[84]

Em 26 de janeiro um *chouan* chamado Querelle, que tinha sido preso três meses antes e deveria ser em breve executado, revelou os detalhes da conspiração em troca da comutação de sua sentença. Guiado por sua confissão, a morosa polícia de Claude Régnier localizou e prendeu Moreau em 15 de fevereiro, Pichegru em 26 de fevereiro, os irmãos Polignac em 27 de fevereiro e Cadoudal em 29 de março. Cadoudal orgulhosamente admitiu que havia planejado deslocar Napoleão do poder e que havia esperado um príncipe francês que o encontraria em Paris; mas recusou-se a dar o nome de qualquer de seus associados na conspiração.[85]

Nessa mesma ocasião um agente inglês chamado Drake estivera reunindo um outro grupo de conspiradores em Munique, ou próximo a essa cidade, com um plano para levantar uma insurreição contra Napoleão nas regiões recentemente francesas na margem oeste do Reno. Se podemos acreditar em Méneval, "uma ordem do Conselho Privado do Rei (inglês) ordenava a todos os exilados franceses que se transportassem para as margens do Reno sob pena de perderem suas pensões; e uma regulação fixava a quantia de pagamento destinada a cada oficial e a cada soldado".[86] Quando os espiões de Napoleão o notificaram desses acontecimentos, ele concluiu que o príncipe Bourbon, pelo qual os conspiradores de Londres haviam esperado, estava entre esses *émigrés*. O conde d'Artois não pôde ser localizado entre eles; mas na pequena cidade de Ettenheim, cerca de 10 quilômetros a leste do Reno, no eleitorado de Baden, os agentes de Napoleão descobriram — vivendo aparentemente quieto, exceto por ocasionais porém suspeitas visitas a Strasbourg[87] — Louis-Antoine-Henri de Bourbon Condé, duque d'Enghien, filho do duque de Bourbon e neto do príncipe de Condé.

Quando isto foi comunicado a Napoleão ele concluiu que o duque, de 32 anos, era o líder da conspiração para depô-lo. As revelações de Querelle e as prisões feitas recentemente em Paris tinham atirado o até então intrépido general num estado de excitação — talvez de medo e ódio — que o levou a tomar decisões apressadas, que ele sempre iria defender, porém que (a despeito de seus protestos[88]) talvez secretamente lamentasse. Enviou instruções ao general Ordener para levar uma força armada a Ettenheim, prender o duque e trazê-lo a Paris. O duque foi preso na noite de 14 para 15 de março de 1804 e a 18 de março estava prisioneiro na fortaleza de Vincennes, 8 quilômetros a leste de Paris.

Em 20 de março Napoleão determinou que uma corte militar de cinco coronéis e um major fosse a Vincennes e julgasse o duque sob a acusação de ter, enquanto a serviço da Inglaterra, tomado armas contra o seu próprio país. Mais ou menos na mesma ocasião mandou o general Savary, chefe de sua polícia especial, para vigiar o prisioneiro e o julgamento. Enghien admitiu que havia recebido dinheiro das autoridades inglesas, e que esperara invadir militarmente a Alsácia.[89] A corte pronunciou-o culpado de traição e condenou-o à morte. Ele pediu permissão para ver Napoleão; a corte recusou, porém propôs mandar uma mensagem a Napoleão recomendando mercê. Savary desautorizou essa proposta e ordenou que a sentença de morte fosse levada avante.[90]

Neste ínterim Napoleão e seus auxiliares imediatos, na casa de Josefina em Malmaison, debatiam o destino do duque. Supunham que ele seria julgado culpado — mas deveria ser perdoado, como um ramo de oliveira para os realistas? Talleyrand, que em 1814 iria servir de intermediário para a restauração dos Bourbons, recomendou a execução como uma maneira rápida de terminar com as esperanças e as conjurações dos realistas; lembrando-se de seu papel na Revolução, ele temia por sua propriedade, talvez por sua vida, caso os Bourbons voltassem ao poder. Ele "desejava", escrevia Barras, "pôr um rio de sangue entre Napoleão e os Bourbons".[91]Cambacérès, o mais frio e o mais legal do trio consular, favorecia uma demora. Josefina caiu aos pés de Napoleão e pediu pela vida de Enghien, e seus apelos foram secundados por sua filha Hortência e pela irmã de Napoleão, Carolina.

A uma certa hora daquela noite, de Malmaison, Napoleão enviou Hugues Maret a Paris com uma mensagem para o Conselheiro de Estado Pierre Réal, pedindo-lhe para ir a Vincennes, examinar pessoalmente o duque, e relatar-lhe os resultados a Malmaison. Réal recebeu a mensagem, porém, exausto pelos trabalhos do dia, adormeceu em seu quarto e não chegou a Vincennes senão às cinco horas da manhã do dia 21 de março. Enghien havia morrido frente a um esquadrão de fuzilamento às 3 horas da manhã, no pátio da prisão. Savary, aparentemente pensando que havia servido bem a seu patrão, foi a Malmaison para dar a notícia a Napoleão. Napoleão retirou-se para seu apartamento privado, ali se fechou e recusou atender a todos os apelos de sua esposa para deixá-la entrar.

Amargos ataques vieram da parte dos realistas e de toda a realeza. Eles ficaram estupefatos com a idéia de um comum matar um Bourbon. O gabinete da Rússia e da Suécia enviaram protestos à Dieta do Sagrado Império Romano em Ratisbona, e propuseram que a invasão de Baden pelas forças armadas da França fosse sujeita a um inquérito internacional. A Dieta não deu resposta, e o eleitor de Baden recusou-se a ofender a França. O czar Alexander I instruiu seu embaixador em Paris a solicitar uma explicação da exe-

cução; Talleyrand replicou com um *argumentum ad hominem*: "Se, quando a Inglaterra estava planejando o assassinato de Paulo I, os autores da conspiração estivessem a pouca distância da fronteira, não seriam eles apanhados com toda a velocidade possível?"[92] William Pitt ficou muito satisfeito com as notícias da execução; "Bonaparte", disse ele, "fez agora a ele mesmo mais mal do que nós temos feito desde a última declaração de guerra."[93]

A reação na própria França foi mais suave do que muitos haviam esperado. Chateaubriand demitiu-se de um pequeno cargo no Ministério das Relações Exteriores; porém quando o chefe daquele ministério, o imperturbável Talleyrand, deu um baile em 24 de março — três dias após a morte de Enghien — 20 membros da velha nobreza francesa, e representantes de todas as cortes européias, compareceram.[94] Três meses depois o assunto tinha aparentemente desaparecido da mente pública. Fouché, no entanto, usualmente um arguto observador, fez o seguinte comentário acerca da execução: "*C'est plus qu'un crime, c'est une faute*" (É mais do que um crime, é um erro).[95]

Napoleão pode ter sentido algum remorso, mas nunca o admitiu. "Estas pessoas", disse ele, "queriam atirar a França na confusão, e destruir a Revolução destruindo a mim; era meu dever tanto defender quanto vingar a Revolução... O duque de Enghien era um conspirador como qualquer outro, e tinha de ser tratado como qualquer outro... Eu tinha de escolher entre uma perseguição continuada ou um golpe decisivo, e minha decisão não foi duvidosa. Eu para sempre silenciei tanto os realistas como os Jacobinos."[96] Eles saberiam que "não era para se brincar",[97] e que tampouco "seu sangue era água de sarjeta".[98] Pensava, com alguma razão, que havia instilado o medo da morte nos corações dos conspiradores realistas, que agora podiam ver que o sangue Bourbon não os salvaria. Efetivamente, não houve mais nenhuma conspiração realista para tirar a vida de Napoleão.

No caso dos conspiradores que haviam sido presos em Paris ele se conduziu com mais cautela e publicidade. O julgamento deveria ser aberto e à imprensa seria permitido relatá-lo em detalhes. Embora Bourrienne se houvesse oposto à execução de Enghien, Napoleão pediu-lhe para assistir ao julgamento e dar-lhe um relato do que se passara. Pichegru não esperou para ser julgado; a 4 de abril foi encontrado morto em sua cela, estrangulado por sua própria gravata. Em outros casos a culpa foi admitida ou era evidente; mas acerca de Moreau nada mais se provou do que ele havia sido abertamente hostil a Napoleão, e tinha escondido das autoridades seu conhecimento de que Pichegru e outros estavam propondo derrubá-lo à força. Em 10 de junho de 1804 a corte pronunciou sua sentença: 19 conspiradores foram condenados à morte, Moreau a dois anos de prisão, Cadoudal morreu impenitente em 28 de junho. Dos restantes 18 Napoleão perdoou 12, incluindo os dois Polignac. Moreau perguntou se sua sentença podia ser mudada em exílio; Napoleão concordou, embora previsse que Moreau iria continuar a conspirar contra ele.[99] Moreau tomou um navio para a América, ali ficou até 1812, retornou para alistar-se no exército russo, combateu contra Napoleão em Dresden (29 de agosto de 1813), morreu de suas feridas em 2 de setembro e foi enterrado na Rússia.

VI. O CAMINHO PARA O IMPÉRIO: 1804

Meditando sobre a conspiração, Napoleão admirava-se por que ele tinha que executar o seu trabalho sob constantes ameaças de assassinato, enquanto os governantes que se aliavam constantemente contra a França — Jorge III da Inglaterra, Francisco II da Áustria e do Sagrado Império Romano, Frederico Guilherme III da Prússia e Alexandre I da Rússia — podiam esperar manter sua supremacia até sua morte normal e podiam depender da transferência ordenada de sua soberania a seus herdeiros naturais ou indicados. Não podia ser porque eles houvessem submetido suas políticas e nomeações a controles democráticos; eles não o haviam feito. Aparentemente o segredo de sua segurança repousava em sua "legitimidade" — a sanção da regra da hereditariedade por uma opinião pública transformada em hábito através de gerações e séculos.

Em particular — cada vez menos em particular — Napoleão sonhava com uma autoridade absoluta, consagrada, transmissível; mesmo de uma dinastia que pudesse adquirir o selo e a aura do tempo. Sentia que as tarefas que ansiava cumprir requeriam a estabilidade e a continuidade do poder absoluto. Considerai César — como ele tinha levado as leis e a civilização romanas à Gália, tinha empurrado os germanos para trás do Reno e tinha ganho o título de *imperator*, o comandante em chefe; pois bem, não tinha ele, Napoleão, feito essas coisas? O que poderia César ter realizado se não houvesse sido assassinado? Pensai quanto havia Augusto realizado nos seus 41 anos de poder imperial, livre do caos plebeu que César tinha terminado, e suportado por um senado suficientemente sábio para subordinar a palavra ao gênio. Napoleão, filho da Itália, admirador dos antigos romanos, ansiava por tal continuidade ininterrupta, e pelo privilégio, que havia sido desfrutado pelos imperadores do segundo século, de escolher e preparar um sucessor.

Mas ele também pensava, e muitas vezes acerca disso falava, de Carlos Magno, o qual num reinado de 46 anos (768-814), tinha levado a ordem e a prosperidade à Gália, tinha espalhado as leis dos francos, como uma força civilizadora, na Alemanha e na Itália, e tinha conquistado — ou comandado — sua consagração por um papa; não tinha ele, Napoleão, feito todas essas coisas? Não havia restaurado na França a religião que estava reprimindo a balbúrdia pagã liberada pela Revolução? Não merecia, como Carlos Magno, a coroa pelo resto de sua vida?

Augusto e Carlos Magno, aqueles grandes restauradores, não tinham fé na democracia; não podiam sujeitar seus julgamentos experientes e considerados, seus planos e políticas de longo alcance, à crítica difícil de contentar e ao debate sem conclusões dos corruptíveis delegados da simplicidade popular. César e Augusto haviam conhecido a democracia romana nos tempos de Milo e Clódio, quando se compravam os votos; não podiam ter governado sob o comando de multidões ignorantes. Napoleão vira a democracia parisiense de 1792; sentia que não podia decidir e agir sob o comando de multidões apaixonadas. Havia chegado a hora de considerar a Revolução acabada, de consolidar seus ganhos básicos, e de terminar o caos, a ansiedade e a guerra de classes.

Agora, após haver castigado os realistas com uma execução, estava pronto a aceitar seu reclamo básico — que a França não estava preparada emocional ou mentalmente para um autogoverno; e que alguma forma de governo autoritário era indispensável. Em 1804, de acordo com Mme. de Rémusat, "algumas pessoas, de uma certa forma

intimamente ligadas à política, estavam começando a afirmar que a França sentia a necessidade do direito absoluto no poder governante. Cortesãos políticos, e sinceros apoiadores da Revolução, vendo que a tranqüilidade do país dependia de uma vida, estavam discutindo a instabilidade do Consulado. Gradativamente o pensamento de todos estava mais uma vez se voltando para a monarquia''.[100] Napoleão concordava com eles. ''Os franceses'', notava ele a Mme. de Rémusat, ''amam a monarquia e todos os seus ornamentos.''[101]

Assim, para começar, deu-lhes os ornamentos. Determinou que fossem criados os hábitos oficiais para os Cônsules, os Ministros e o restante pessoal do governo; o veludo era largamente usado nestes vestuários, em parte para encorajar seus fabricantes em Lyons. Napoleão reuniu para seus serviços pessoais, quatro generais, oito ajudantes-de-campo, quatro prefeitos e dois secretários (Méneval havia pedido assistência). A corte consular assumiu uma complexidade de etiqueta e protocolo rivalizando com aquela da realeza estabelecida. O conde Auguste de Rémusat foi encarregado deste ritual, enquanto sua esposa Clara foi posta à testa das quatro damas que atendiam a Josefina. Criados de libré e carruagens ornamentadas ajuntavam-se à complexidade ordenada da vida oficial. Napoleão observava todas essas formalidades em público, mas em breve se refugiava na simplicidade de sua vida privada. No entanto, sorria com consentimento às festividades da corte, bailes a rigor ou bailes de máscaras, e visitas formais à ópera, onde sua esposa podia expor vestidos reminiscentes de uma outra rainha extravagante, infelizmente morta recentemente. Paris tolerava-o como ele tolerava Josefina; afinal de contas não se podia permitir alguns floreios e enfeites a este jovem governante, que estava aliando a capacidade de estadista de Augusto às vitórias de César? Parecia natural que *imperator* se transformasse em *empereur.*

Estranho como pareça, muitos grupos na França escutaram sem ressentimentos os rumores de uma futura coroa. Cerca de 1.200.000 franceses haviam comprado do Estado propriedade confiscada da Igreja ou de *émigrés;* não viam segurança para seus títulos de propriedade exceto impedindo o retorno dos Bourbons; e viam na permanência do poder de Napoleão a melhor proteção contra uma tal calamidade. Os camponeses raciocinavam da mesma forma. O proletariado estava dividido; ainda estimavam a Revolução como tendo sido tão largamente trabalho seu, mas com uma estima que esmaecia à medida que gozavam dos empregos firmes e bons salários que o Consulado havia trazido; e o proletariado não era imune ao crescente culto da glória, ou ao encanto de um império que poderia sobrepujar em esplendor qualquer um daqueles que competiam com a França. A burguesia tinha suspeita de imperadores, mas este possível imperador tinha sido fiel e efetivamente seu homem. Os advogados, criados na lei romana, estavam quase todos a favor de transformar a França num *imperium* que retomaria o trabalho de Augusto e dos imperadores-filósofos, de Nerva até Marco Aurélio. Mesmo os realistas, se não podiam ter um Bourbon de *pedigree*, pensavam que seria um passo para a frente se a monarquia fosse restaurada na França. O clero, embora soubesse que a piedade de Napoleão era política, estava grato pela restauração da Igreja. Quase todas as classes, fora de Paris, acreditavam que somente um governo monárquico estável poderia controlar as paixões idealísticas e as divisões de classe que rosnavam sob a crosta da civilização.

Mas havia vozes negativas. Paris, que havia feito a Revolução e havia sofrido por ela

no corpo e na alma, não podia sem alguns pesares audíveis ou secretos enterrá-la com todas as suas mais ou menos democráticas constituições. Os líderes Jacobinos sobreviventes viam na mudança em perspectiva um final para seu papel como guias da França; e talvez para suas vidas. Os homens que haviam votado pela execução de Luís XVI sabiam que Napoleão os desprezava como regicidas; tinham que depender de Fouché para protegê-los, mas Fouché poderia ser de novo dispensado. Os generais, que tinham tido a esperança de dividir e participar do poder de Napoleão, amaldiçoavam o movimento que se estava preparando para vestir de púrpura real aquele "rapazelho" da Córsega.[102] Os filósofos e os sábios do Instituto lamentavam que um de seus membros estivesse planejando afogar a democracia num plebiscito imperial.

Mesmo na família quase real havia uma divisão de sentimentos. Josefina era medrosamente oposta a qualquer movimento em direção ao império. Napoleão, uma vez feito imperador, iria cada vez mais poderosamente ansiar por um herdeiro, e conseqüentemente por um divórcio, uma vez que não poderia esperar um herdeiro dela; assim todo o seu encantador mundo de vestidos e de diamantes poderia cair em ruínas a qualquer momento. Os irmãos e as irmãs de Napoleão há muito que instavam com ele para se divorciar; odiavam a creoula como uma dissoluta sedutora, um obstáculo a seus próprios sonhos de poder; assim apoiavam a idéia de um império como um passo para deslocar Josefina. O irmão José formulava o argumento que

> a conspiração de Cadoudal e Moreau decidiu sobre a declaração de um título hereditário. Com Napoleão como cônsul durante um certo período, um *coup-de-main* poderia derrubá-lo; como cônsul por toda a vida o golpe de um assassino poderia ser necessário. Ele assumiu uma situação hereditária como um escudo; então não seria suficiente matá-lo — todo o Estado teria que ser derrubado. A verdade é que a natureza das coisas tende ao princípio hereditário; era uma questão de necessidade.[103]

Conselheiros, senadores, tribunos no governo, moviam-se complacentemente de acordo com os desejos de Napoleão e por motivos simples: o consentimento apenas diminuiria sua liberdade de debate — que era apenas um vestígio; a oposição poderia custar-lhes suas vidas políticas; uma oportuna complacência poderia ganhar-lhes uma rica recompensa. Em 2 de maio de 1804, os corpos legislativos aprovaram uma tripla moção: "1. Que Napoleão Bonaparte... fosse indicado imperador da República Francesa; 2. Que o título de Imperador, e o poder imperial, fossem hereditários em sua família... 3. Que todo o cuidado deveria ser tomado para salvaguardar Igualdade, Liberdade, e os direitos do povo em sua inteireza." Em 18 de maio o senado proclamou Napoleão imperador. Em 22 de maio os votantes registrados da França, por votos individualmente assinados, aprovaram este *fait accompli* por 3.572.329 sins contra 2.569 nãos. Georges Cadoudal, ouvindo estas notícias em sua cela na prisão, observou: "Nós viemos aqui para dar à França um rei; demos-lhe um imperador."[104]

CAPÍTULO VIII

O Novo Império

1804-07

I. A COROAÇÃO: 2 DE DEZEMBRO DE 1804

NAPOLEÃO acomodou-se com satisfação aos hábitos imperiais. Mesmo antes do plebiscito, havia começado (maio de 1804) a assinar suas cartas e documentos apenas com seu primeiro nome; em breve, exceto em documentos formais, ele reduziu essa assinatura a um simples *N*; e oportunamente aquela orgulhosa inicial aparecia em monumentos, edifícios, roupas, carruagens... Começou a falar do povo francês não mais como "cidadãos", mas como "meus súditos".[1] Esperava mais deferência de seus cortesãos, mais pronto assentimento de seus ministros; no entanto, suportava em fechado silêncio os modos aristocráticos de Talleyrand, e aceitava com alguma satisfação o espírito irreverente de Fouché. Apreciando a ajuda que Fouché lhe dera na descoberta dos conspiradores, ele o restaurou (11 de julho de 1804) em seu antigo posto como Ministro da Polícia. Quando Napoleão pensou em restringir a independência de pensamento e de palavra de Fouché, lembrando que ele havia votado pela morte de Luís XVI, Fouché replicou: "É bem verdade. Foi o primeiro serviço que eu tive ocasião de realizar para Vossa Majestade."[2]

Uma coisa apenas ainda estava faltando para esta majestade: não tinha sido reconhecida e ratificada, como no caso de outras coroas, pelo mais alto representante da fé religiosa da nação. Havia algo, afinal de contas, naquela teoria medieval do direito divino: para um povo predominantemente católico a unção de seu governante, por um papa que alegava ser o vice-regente de Deus, significava que o governante tinha efetivamente sido escolhido por Deus, e conseqüentemente falava com uma autoridade quase divina. Que idéia poderia ser de maior auxílio para facilitar o governo? Uma tal unção não poria Napoleão no mesmo nível com todos os outros soberanos europeus, quaisquer que fossem suas raízes no passado? Assim deu a seus diplomatas a tarefa de persuadir Pio VII que uma viagem sem precedentes a Paris, para coroar o Filho da Revolução e do Iluminismo, significaria o triunfo da igreja católica sobre a Revolução e o Iluminismo. E não seria útil para Sua Santidade ter, como um novo *defensor fidei*, o mais brilhante guerreiro da Europa? Alguns cardeais austríacos opuseram-se a essa idéia como um verdadeiro sacrilégio, mas alguns espertos italianos pensaram que seria bem uma vitória, não somente para a religião, mas também para a Itália; "estaríamos colocando uma família italiana no trono da França para governar aqueles bárbaros; estaríamos nos vingando dos gauleses".[3] O Papa era provavelmente mais prático: consentiria, com a esperança de trazer uma nação arrependida de volta à obediência papal e de retomar alguns territórios pa-

pais que haviam sido tomados pelos exércitos da França.

Napoleão fez preparativos tão cuidadosos para esse mútuo triunfo como para uma guerra maior. Os rituais de coroação do Velho Regime foram estudados, adaptados e ampliados. As procissões foram planejadas como por um coreógrafo, e cada movimento foi cronometrado. Novos vestidos foram desenhados para as senhoras da corte; as melhores chapeleiras se reuniram em torno de Josefina, e Napoleão pediu-lhe que usasse as jóias do Tesouro bem como as suas próprias; a despeito dos protestos de sua mãe, de seus irmãos e irmãs, ele estava resolvido a coroá-la da mesma forma que a ele. Jacques-Louis David, que iria comemorar o acontecimento na maior pintura da época, ensaiou-a e a suas atendentes em cada movimento e pose. Poetas foram pagos para celebrar o evento. A ópera foi instruída para preparar balés que pudessem provocar a admiração papal. Arranjos foram feitos para proteger as ruas principais com tropas e alinhar ao longo da nave da Notre-Dame a Guarda Consular num verdadeiro casamento de César e Cristo. Príncipes e dignitários de outros estados foram convidados, e vieram. Multidões chegaram da cidade, dos subúrbios, das províncias e do estrangeiro, e lutaram por lugares vantajosos na Catedral ou em seus acessos. Os lojistas esperavam ganhar fortunas, e assim aconteceu. Os empregos e os espetáculos mantinham o povo tão contente como talvez nunca desde o *panem et circenses* da Roma Imperial.

O afável Pio VII pôs-se a caminho com vagar, de 2 a 25 de novembro, através de cidades e cerimônias na Itália e na França, e foi recebido por Napoleão em Fontainebleau. Daquele momento até a coroação o imperador deu ao Papa toda a cortesia, menos deferência; o imperador não estava disposto a admitir nenhum poder superior. O povo de Paris — o mais cético do mundo naquela época — deu as boas-vindas ao pontífice como um espetáculo; uma escolta de soldados e padres conduziu-o às Tulherias onde foi levado a um apartamento especial no Pavillon de Flore. Josefina deu-lhe as boas-vindas, e aproveitou a ocasião para dizer-lhe que não havia sido unida a Napoleão num casamento religioso; Pio prometeu-lhe remediar este defeito antes da coroação. Na noite de 29 para 30 de novembro ele os recasou e Josefina sentiu que um bendito obstáculo havia sido levantado contra um divórcio.[4]

Bem cedo na fria manhã de 2 dezembro, uma dúzia de procissões partiram de pontos diferentes convergindo sobre a Notre-Dame: delegações das cidades da França, do Exército e da Marinha, das Assembléias Legislativas, do Judiciário, dos corpos administrativos, a Legião de Honra, o Instituto, as câmaras de comércio... Encontraram a catedral quase cheia com os convidados civis, mas os soldados abriram caminhos para elas até seus lugares designados. Às 9 horas, do o Pavillon de Flore, partiu a procissão papal: Pio VII e seus servidores, os cardeais e os grandes oficiais da Cúria, em carruagens alegremente decoradas tiradas por cavalos escolhidos por sua vivacidade e beleza, todos precedidos por um bispo numa mula, portanto elevado o crucifixo papal. Na catedral desceram e caminharam em marcha formal pelos degraus acima até dentro da nave, e por entre filas de soldados empertigados, seus lugares — o Papa em seu trono à esquerda do altar. Enquanto isso, de outro ponto das Tulherias a cavalgada imperial partia: primeiro o marechal Murat, governador de Paris, e seu estado-maior; depois alguns regimentos especialmente destacados do exército; depois, em carruagens puxadas por seis cavalos, os principais funcionários do governo; depois uma carruagem para os irmãos e irmãs de Bonaparte; depois o coche real, marcado com o brasão *N*, tirado por oito

cavalos, e conduzindo o imperador em veludo de púrpura bordado com gemas e ouro e a imperatriz, no auge de seu precário esplendor, vestida de seda e resplandecente de jóias, "seu rosto tão bem maquilado" que, embora tendo 41 anos, "parecia ter vinte e quatro".[5] A seguir mais oito carruagens, levando as senhoras e os oficiais da corte. Levou uma hora para todas essas carruagens atingirem a catedral. Ali Napoleão e Josefina vestiram as roupas da coroação, e assumiram seus lugares à direita do altar; ele num trono, ela num trono menor, cinco degraus abaixo dele.

O papa subiu ao altar; Napoleão, depois Josefina, subiram para ajoelhar-se perante ele; cada um dos dois foi ungido e abençoado. O imperador e a imperatriz desceram os degraus para onde estava o general Kellermann com uma coroa numa bandeja. Napoleão tomou a coroa e colocou-a em sua cabeça. Então, ajoelhando-se Josefina piedosa e modestamente em sua frente, ele — "com uma espécie de notável ternura"[6] — colocou uma coroa de diamantes sobre o seu cabelo enfeitado de jóias. Tudo isso não foi surpresa para o papa, pois havia sido combinado com antecedência. Em Santa Helena, a 15 de agosto de 1816, Napoleão confiava a Las Cases: "O Papa, um pouco antes da minha coroação,... consentiu em não colocar ele próprio a coroa em minha cabeça. Ele (também) dispensou a cerimônia da comunhão pública... 'Napoleão', observou ele aos bispos que queriam que Pio insistisse neste ponto, 'não é, talvez, um crente; chegará o tempo em que sua fé será restaurada.'"[7] O paciente pontífice então beijou Napoleão na face e pronunciou a fórmula oficial, "*Vivat Imperator in aeternum*". O papa cantou a missa. Seus assistentes trouxeram-lhe um evangelho, e Napoleão, colocando sua mão em cima do livro, recitou o juramento que ainda afirmava ser ele o Filho da Revolução:

> Eu juro manter o território da República em sua integridade; respeitar e fazer cumprir as leis da Concordata e da Liberdade de Culto; respeitar e fazer respeitar a Igualdade perante a Lei, a liberdade política e civil, e a irreversibilidade das vendas da propriedade nacional; não impor nenhum dever, nenhum imposto, exceto de acordo com a lei; manter a instituição da Legião de Honra; e governar apenas de acordo com os interesses, a felicidade e a glória do povo francês.[8]

Pelas três horas da tarde a cerimônia estava completa. Através de uma multidão que os aclamava, sob a neve que caía, os vários grupos regressaram a seus pontos de origem. O cordial pontífice, fascinado pelo encanto de Paris e a esperança de frutificantes negociações, permaneceu na capital ou próximo a ela durante quatro meses, freqüentemente aparecendo num balcão para abençoar a multidão ajoelhada. Encontrou Napoleão polidamente impassível, e suportou pacientemente os entretenimentos seculares que lhe eram oferecidos por seu anfitrião. Em 15 de abril de 1805 partiu para Roma. Napoleão reassumiu seus projetos e hábitos imperiais, confiante em que agora, sendo tão consagrado como qualquer governante, podia encarar sem curvar-se os poderes que em breve se uniriam para destruí-lo.

II. A TERCEIRA COLIGAÇÃO: 1805

Pelos fins de 1804 todos os governos europeus, exceto a Inglaterra, a Suécia e a Rússia, haviam reconhecido Napoleão como "imperador dos franceses", e alguns reis tinham-se

dirigido a ele como "irmão".[9] Em 2 de janeiro de 1805, ele de novo propôs a paz a Jorge III, endereçando-se a ele agora como

> SENHOR E IRMÃO:
> Tendo sido chamado pela providência, e pela voz do Senado, do povo e do exército, ao trono da França, meu primeiro sentimento é um desejo de paz.
> A França e a Inglaterra estão desperdiçando sua prosperidade. Elas podem lutar por séculos, mas estão seus governos corretamente preenchendo seu mais sagrado dever, e não lhes reprova sua consciência tanto sangue derramado em vão para um fim não definido? Eu não me envergonho de tomar a iniciativa. Eu tenho, penso eu, suficientemente provado... que não temo os azares da guerra... A paz é o desejo sentido pelo meu coração, mas a guerra nunca foi adversa a meu renome. Imploro a Vossa Majestade que não vos priveis da felicidade de dar a paz ao mundo.... Jamais houve melhor ocasião... para impor silêncio à paixão e para escutar a voz da humanidade e da razão. Se for perdida esta oportunidade, que fim pode ser dado a uma guerra que todos os meus esforços não conseguiram terminar?...
> Que esperais vós atingir pela guerra? A coligação de algumas Potências Continentais?... Tirar da França as suas colônias? As colônias são objeto de importância apenas secundária para a França; e Vossa Majestade já não possui mais do que pode manter?...
> O mundo é grande o suficiente para nossas duas nações nele viverem, e o poder da razão é suficiente para capacitar-nos a superar todas as dificuldades se de ambos os lados houver a vontade de fazê-lo. De qualquer modo, eu cumpri um dever que julgo ser correto e que é caro a meu coração. Confio em que Vossa Majestade acreditará na sinceridade dos sentimentos que eu expressei, e no meu mais firme desejo de dar-vos a prova deles.
>
> NAPOLEÃO[10]

Não sabemos que seguranças particulares de intento pacifista acompanharam esta proposta; de qualquer forma, ela não demoveu a Inglaterra de basear sua segurança no equilíbrio das Potências Continentais e de preservá-la pelo encorajamento dos fracos contra os fortes. Jorge III, ainda não um "irmão", não respondeu a Napoleão, mas em 14 de janeiro de 1805, seu Secretário das Relações Exteriores, Lorde Mulgrave, enviou a Talleyrand uma carta em que expunha francamente os termos ingleses para a paz:

> Sua Majestade não tem desejo mais caro do que abraçar a primeira oportunidade de, uma vez mais, procurar para seus súditos as vantagens de uma paz que seja fundada em bases não incompatíveis com a permanente segurança e os essenciais interesses de seus estados. Sua Majestade está convencido de que esta finalidade somente pode ser atingida por um arranjo que proveja da mesma forma a futura segurança e a tranqüilidade da Europa, e impeça a renovação dos perigos e infortúnios que têm caído sobre o Continente.
> Sua Majestade, conseqüentemente, sente ser impossível replicar mais decisivamente à questão que lhe foi proposta, até que ele tenha tido a oportunidade de comunicar-se com aquelas Potências Continentais com as quais ele está aliado, e particularmente com o Imperador da Rússia, que tem dado as mais fortes provas de sua sabedoria e bom sentimentos, e do mais profundo interesse que tem na segurança e independência da Europa.[11]

William Pitt, o Jovem, era então o Primeiro-Ministro da Inglaterra (maio de 1804 a janeiro de 1806). Representava, como o novo bastião financeiro da Inglaterra, os interesses comerciais, que eram quase os únicos ganhadores na Inglaterra com a guerra.

Eles tinham suportado substanciais perdas devido ao controle francês das bocas e do curso do Reno; mas estavam lucrando com o controle britânico dos mares. Isto não somente afogava a maior parte da competição marítima francesa, como permitia à Inglaterra apossar-se à vontade das colônias francesas e holandesas e dos navios franceses onde quer que se encontrassem. Em 5 de outubro de 1804, navios ingleses apossaram-se de vários galeões espanhóis que se dirigiam para a Espanha com prata que lhe teria permitido pagar a maior parte de seu débito para com a França. Em dezembro de 1804, a Inglaterra declarou guerra à Espanha, e a Espanha colocou sua frota à disposição da França. Com esta exceção, a Inglaterra, com diplomatas superiores e subsídios judiciosos, vagarosamente conquistou para o seu lado as Potências Continentais, mais ricas em homens do que em ouro.

Alexandre I não podia decidir-se se Napoleão era um reformador liberal e um déspota benevolente, ou um conquistador marcial chamado pelo destino a dominar a Europa. No entanto era claro acerca de diversos pontos: desejava arredondar suas fronteiras ocidentais absorvendo a Wallachia e a Moldávia que pertenciam à Turquia; conseqüentemente ele aspirava, como a absorvente Catarina, a subjugar a Turquia, atravessar o Bósforo e os Dardanelos, e, oportunamente, controlar o Mediterrâneo; ele já dominava as ilhas jônicas. Mas Napoleão havia certa vez capturado estas ilhas e agora desejava-as de volta; ele ainda tinha fome pelo Egito e sede pelo Mediterrâneo; tinha falado em engolir a Turquia e a metade do Oriente. Aqui estava um guloso rival; um deles tinha que ceder. Por essa e por outras razões Alexandre não tinha o menor desejo de ver a Inglaterra fazer as pazes com a França. Em janeiro de 1805, assinou uma aliança com a Suécia, que já era aliada da Inglaterra. Em 11 de junho completou com a Inglaterra um tratado que estipulava que a Inglaterra pagaria à Rússia um subsídio anual de 1.250.000 libras esterlinas para cada 100.000 homens cedidos para as campanhas contra a França.[12]

Frederico Guilherme III da Prússia parlamentou com Napoleão durante um ano na esperança de anexar ao seu reino a província de Hanôver, que os franceses haviam tomado em 1803. Napoleão ofereceu-a sob a condição de uma aliança que comprometesse a Prússia a apoiar a França na manutenção do novo *status*; a Frederico não agradava o pensamento de ver zangados navios de guerra ingleses ao longo de sua costa. Em 24 de maio de 1804, assinou uma aliança com a Rússia para uma ação unificada contra qualquer avanço francês a leste do Weser.

A Áustria também hesitava. Se aderisse à nova coligação teria de suportar o primeiro impacto do ataque francês. Porém a Áustria, ainda mais intimamente do que a Inglaterra, havia sentido os sucessivos movimentos do poder de Napoleão em expansão: a presidência da República Italiana, janeiro de 1802; a anexação francesa do Piemonte, setembro de 1802; a submissão suíça a um protetorado francês, fevereiro de 1803; a assunção do título imperial, maio de 1804. E as pressões continuavam: em 26 de maio de 1805 Napoleão recebeu em Milão a coroa de ferro da Lombardia; e em 6 de junho aceitou o pedido do Doge de Gênova no sentido de incorporar a República Ligúria à França. Quando, perguntavam os austríacos, quando iria esse novo Carlos Magno parar? Não podia ele — a não ser que a maior parte da Europa se unisse para pará-lo — facilmente absorver os Estados Papais e em seguida o Reino de Nápoles? O que então o impediria de apropriar-se de Veneza e de toda aquela verdejante província vêneta, que

estava contribuindo tão indispensavelmente para as rendas austríacas? Este era o sentimento da Áustria quando a Inglaterra ofereceu-lhe novos subsídios e a Rússia prometeu-lhe 100.000 soldados treinados no caso de a França a atacar. Em 17 de junho de 1805, a Áustria aliou-se com a Inglaterra, a Rússia, a Suécia e a Prússia, e a Terceira Coligação estava completada.

III. AUSTERLITZ: 2 DE DEZEMBRO DE 1805

Contra esta quíntupla aliança a França tinha o hesitante apoio de Hesse, Nassau, Baden, a Baviera e Württemberg, e a cooperação das frotas holandesa e espanhola. De todas as regiões de seu reino Napoleão retirou dinheiro e recrutas e organizou três exércitos: (1) O exército do Reno, sob o comando de Davout, Murat, Soult e Ney, para desafiar a força principal austríaca sob o comando do general Mack; (2) o exército da Itália, sob o comando de Masséna, para opor-se ao ataque em direção ao ocidente de um exército austríaco sob o comando do arquiduque Karl Ludwig; e (3) a Grande Armée de Napoleão, então reunida próximo a Boulogne, mas capaz de ser voltada subitamente sobre a Áustria. Sua esperança era que uma rápida captura de Viena poderia compelir a Áustria a assinar uma paz em separado, imobilizando seus aliados continentais, e deixando a Inglaterra sem ajuda e sitiada.

O jovem imperador viera a odiar a Inglaterra como a maldição de sua vida e o principal obstáculo a seus sonhos; ele a chamava de "*perfide Albion*", e denunciava o ouro inglês como a fonte principal das desgraças da França. Noite e dia, entre cem outros projetos, planejava a construção de uma armada que terminasse o domínio britânico dos mares. Despejou fundos e trabalhadores em arsenais navais como Toulon e Brest, e testou uma dúzia de capitães até encontrar um almirante que pudesse conduzir a crescente armada francesa à vitória. Pensou haver encontrado um tal homem em Louis de La Touche-Tréville, e esforçou-se para inspirá-lo com a visão de uma Inglaterra invadida e dominada. "Se pudermos ser senhores do Canal por seis horas, seremos senhores do mundo."[13] Porém La Touche-Tréville morreu em 1804, e Napoleão cometeu o erro de dar o comando da armada francesa a Pierre de Villeneuve.

Villeneuve havia fracassado em sua participação no fiasco egípcio, e dera sinais tanto de insubordinação como de timidez. Não tinha fé na possibilidade de conseguir o controle do Canal por seis horas, e permaneceu em Paris até que Napoleão ordenou-lhe que fosse para seu posto em Toulon. Suas instruções eram sutis e complexas: levar sua frota para o mar, deixar que Nelson o perseguisse com a principal flotilha inglesa, atraí-lo através do Atlântico até as Índias Ocidentais, enganá-lo entre essas ilhas e voltar tão rapidamente quanto possível para o Canal, onde os esquadrões franceses, holandeses e espanhóis iriam juntar-se com ele, engajando os navios ingleses por tempo suficiente para permitir que o exército francês e suas milhares de embarcações cruzassem para a Inglaterra antes que Nelson pudesse voltar do Caribe. Villeneuve desempenhou bem a primeira parte de sua tarefa: atraiu Nelson para a América, enganou-o e escapou apressadamente para a Europa. Ao atingir a Espanha, porém, achou que seus navios e seus homens não estavam em condições de superar os guardiães ingleses do Canal; em vez de dirigir-se para lá, procurou a proteção de um porto amigo em Cádiz. Napoleão, frus-

trado em seu plano, enviou ordens a Villeneuve para procurar a frota de Nelson e arriscar tudo num desafio desesperado ao controle britânico dos mares.

Então, numa decisão agitada, o imperador abandonou o Canal e manobrou 100.000 homens num movimento circular, marchando para o sul e para o leste, para o Reno e além dele. Toda a França seguia com ansiosa esperança a carreira desta Grande Armée, agora assim chamada por Napoleão, e cada cidade em seu itinerário desejava-lhe êxito em seu empreendimento. Em quase todas as igrejas o clero apelava aos jovens da nação para obedecerem à chamada às armas, provando pelas escrituras que Napoleão estava agora sob a orientação direta e a proteção de Deus;[14] assim em curto prazo a Concordata havia frutificado. Napoleão providenciou para que 20.000 carretas fossem fornecidas ao longo da rota para apressar e aliviar os soldados em sua passagem através da França.[15] Ele próprio viajou para Estrasburgo com Josefina, que estava agora cheia de ansiedade e devoção; sua fortuna também dependia de cada jogada dos dados. Ele prometeu que dentro de poucas semanas seria o senhor de Viena.[16] Em Estrasburgo, deixou-a sob os cuidados de Rémusat e apressou-se para a frente de batalha.

Sua estratégia, como usualmente, era dividir e conquistar: impedir que os exércitos austríacos se unissem; destruir ou imobilizar as forças armadas da Áustria antes que pudessem chegar as hordas russas cujo auxílio estavam esperando; e então derrotar os russos numa vitória que iria compelir seus inimigos continentais a pelo menos uma paz temporária. A despeito de dias nublados e de noites escuras de chuva, lama e neve, o exército do Reno levou avante sua parte da campanha de uma forma tão completa e rápida, que pode servir como ilustração de quanto Napoleão devia a seus marechais. Depois de uma semana de manobras, os 50.000 homens do general Mack encontravam-se em Ulm, cercados nos três lados pela artilharia, cavalaria e infantaria de Davout, Soult, Murat e Ney, e impedido de retirar-se pela largura do Danúbio em sua retaguarda. Esfomeados e sem munição, os austríacos cercados ameaçavam amotinar-se a não ser que lhes fosse permitido render-se. Mack finalmente fez isto (17 de outubro de 1805). Trinta mil de seus soldados foram tomados prisioneiros e enviados para a França. Foi uma das menos custosas e mais completas e efetivas vitórias da história da guerra. O imperador Francisco II e alguns austríacos sobreviventes de Ulm fugiram para o norte a fim de juntar-se aos russos que se aproximavam, enquanto Napoleão entrava em Viena em 12 de novembro, sem resistência e sem grandes demonstrações.

Seu triunfo foi em breve amargurado pelas notícias de que Villeneuve, de acordo com as instruções, tinha-se posto ao mar para encontrar Nelson naquilo que provou para ambos ser um duelo de morte. Nelson venceu em Trafalgar (21 de outubro de 1805), mas foi mortalmente ferido. Villeneuve perdeu e matou-se. Napoleão sombriamente pôs de parte toda a esperança de contestar o controle britânico dos mares; nenhum outro caminho para a vitória parecia aberto a não ser o de vencer tantas batalhas em terra que as Potências Continentais fossem forçadas a seguir a França no fechamento de seus mercados às mercadorias inglesas, até que os comerciantes da Inglaterra compelissem seu governo a solicitar a paz.

Deixando o general Mortier e 15.000 homens para ocupar Viena, partiu em 17 de novembro para juntar-se às suas tropas e prepará-las para encontrar dois exércitos russos que marchavam para o sul, um sob as ordens do resoluto Kutuzov, o outro sob o comando do próprio czar Alexandre. O urso russo encontrou a águia francesa em Auster-

litz, uma pequena vila na Morávia, em 2 de dezembro de 1805. Antes da batalha Napoleão lançou uma proclamação a suas legiões:

> SOLDADOS:
> O exército russo aparece diante de vós para vingar o exército austríaco de Ulm... As posições que nós ocupamos são formidáveis; à medida que marcharem para a minha direita, eles apresentarão seu flanco para mim...
> Eu próprio dirigirei vossos batalhões. Manter-me-ei fora do alcance do fogo se, com vossa bravura habitual, vós lançardes a desordem e a confusão nas fileiras do inimigo. Mas se a vitória for por algum momento incerta, vereis vosso imperador no ponto mais avançado para expor-se ao perigo. Pois a vitória não deve ficar duvidosa neste dia dos mais importantes, quando a honra da infantaria francesa, que tão profundamente atinge a honra de toda a nação, está à prova... Cabe a nós conquistar estes assalariados da Inglaterra, que estão animados de tão amargo ódio contra nossa nação...
> Esta vitória porá um fim à campanha, e nós então poderemos voltar para nossos quartéis de inverno onde juntar-se-ão a nós os novos exércitos que se estão formando na França; e então a paz que eu farei será digna de meu povo, de vós, e de mim mesmo.[17]

Sua primeira tática foi capturar um morro que permitiria à sua artilharia varrer a infantaria russa ao mover-se para flanquear sua direita. Este morro estava em poder de alguns dos mais bravos homens de Kutuzov; eles cederam, reagruparam-se, lutaram de novo e foram finalmente batidos pelas reservas de Napoleão. Em breve a artilharia francesa estava dizimando os russos à medida que eles marchavam na planície que ficava embaixo; o centro de suas linhas partiu-se aterrorizado e fugiu, dividindo o exército em duas metades desorganizadas, defrontando-se de um lado com a infantaria de Davout e Soult, e do outro pelos batalhões de Lannes, Murat e Bernadotte; visando o meio destroçado do inimigo, Napoleão lançou suas reservas para completar o desastre. Dos 87.000 russos e austríacos 20.000 foram feitos prisioneiros com quase toda sua artilharia, deixando 15.000 mortos. Alexandre e Francisco fugiram com os remanescentes para a Hungria, enquanto que seu amedrontado aliado, Frederico Guilherme III, humildemente solicitava a paz.

Neste holocausto os 73.000 franceses e seus aliados perderam 8.000 entre mortos e feridos. Os exaustos sobreviventes, há muito endurecidos pela vista da morte, aclamaram seu líder com selvagem entusiasmo. Num boletim de 3 de dezembro respondeu-lhes com uma promessa que em breve cumpriria: "Quando tudo o que é necessário para assegurar a felicidade e a prosperidade de nosso país tiver sido cumprido, eu vos levarei de volta para a França. Ali vós sereis o objeto de minha mais terna solicitude. Meu povo dar-vos-á as boas-vindas com alegria e vós somente tereis de dizer 'eu estive na batalha de Austerlitz' para as pessoas exclamarem 'eis um herói'."[18]

IV. O FAZEDOR DE MAPAS: 1806-07

Quando William Pitt recebeu as notícias de Austerlitz, estava próximo à sua morte. Vendo um mapa da Europa numa parede, pediu que o removessem: "Enrolem aquele mapa", disse ele; "não será necessário nos próximos dez anos."[19] Napoleão concordava e refez o mapa.

Começou reformulando a Prússia e a Áustria. Talleyrand, convocado a Viena para frasear a vontade imperial em linguagem diplomática, aconselhou-o a dar à Áustria termos moderados, sob a condição de assinar com a França uma aliança que poderia terminar a conexão dos subsídios ingleses com a política austríaca e poderia dar à França algum apoio, mesmo que fosse apenas geográfico, no conflito com a Prússia e a Rússia. Napoleão, suspeitando da fragilidade das alianças, pensava que seria melhor enfraquecer a Áustria além da possibilidade de poder de novo desafiar a França, e ganhar a Prússia da Rússia por uma paz fácil. Enquanto isso, permitiu que Alexandre levasse seus sobreviventes russos de volta para a Rússia sem serem perseguidos.

Por um tratado assinado no gabinete de Maria Tereza no palácio real austríaco (5 de dezembro de 1805), Napoleão exigiu da Prússia a dissolução de seu exército, ceder o margraviado de Ansbach à Baviera e o principado de Neuchâtel à França, e aceitar uma firme aliança com seu conquistador. Frederico Guilherme III esperava obter em retorno a província de Hanôver, que Napoleão prazerosamente prometeu-lhe como meio de coibir qualquer sentimento pró-Inglaterra na Prússia.

O Tratado de Pressburg com a Áustria (completado na ausência de Napoleão em 26 de dezembro de 1805) foi impiedoso. A Áustria havia começado as hostilidades invadindo a Baviera; agora foi obrigada a entregar à Baviera, Baden e Württemberg todas suas terras no Tirol, Vorarlberg e no sul da Alemanha. Assim aumentadas, a Baviera e Württemberg tornaram-se reinos, e Baden tornou-se um grão-ducado aliado com a França. Para recompensar a França por seu dispêndio de homens, dinheiro e material bélico na guerra, a Áustria transferiu para o protetorado francês todas suas possessões na Itália, incluindo Veneza e sua parte continental; e concordou em pagar à França uma indenização de 40 milhões de francos — parte dos quais Napoleão ficou satisfeito ao saber que ela havia recentemente recebido da Inglaterra.[20] Além disso ele ordenou a seus *connoisseurs* de arte que mandassem a Paris alguns quadros e estátuas escolhidos dos palácios e galerias austríacos. Todo esse tributo de terras, dinheiro e arte, o vencedor, em seu modo de agir romano, considerava como sendo legítima presa de guerra. Finalmente ordenou que uma coluna triunfal fosse erigida na Place Vendôme, em Paris, a qual seria coberta com o metal tirado dos canhões inimigos capturados em Austerlitz.

Talleyrand assinou estes tratados, mas, desapontado pela rejeição de seu conselho, começou a usar sua influência — nem sempre sem uma sombra de traição — contra o maior aumento do poder de Napoleão. Mais tarde desculpou-se dizendo haver servido à França por seus desserviços a seu empregador, mas ele fez ambos pagarem.

Em 15 de dezembro de 1805, Napoleão deixou Viena para juntar-se a Josefina em Munique. Ali assistiram ao casamento de Eugênio (que tinha sido feito vice-rei da Itália) com a princesa Augusta, filha mais velha do rei da Baviera. Antes do casamento, Napoleão adotou formalmente Eugênio como seu filho, e prometeu-lhe a coroa da Itália como sua herança. Foi um casamento de conveniência política, para cimentar a aliança da Baviera com a França; porém Augusta aprendeu a amar seu marido, e ajudou a salvá-lo depois da queda de seu pai adotivo.

O imperador e a imperatriz dirigiram-se a Paris, onde ele foi recebido com tais aclamações oficiais e celebrações públicas, que Mme. de Rémusat maravilhava-se "se seria possível para uma cabeça humana não se transtornar com um tal excesso de louvo-

res''.[21] Os fatos impediram-no de embriagar-se. Descobriu que durante sua ausência erros gerenciais tinham levado o Tesouro quase à bancarrota; a indenização austríaca veio em seu socorro. Ainda tinha que enfrentar as tentativas contra a sua vida, pois em 20 de fevereiro de 1806, recebeu um aviso de Charles James Fox, então Primeiro-Ministro da Inglaterra, que devia cuidar-se, uma vez que um provável assassino havia-se oferecido para matar Napoleão por uma soma razoável.[22] Fox havia mantido o homem preso, mas existiam provavelmente outros patriotas que teriam o seu preço. Como a Inglaterra estava então em guerra com a França, o ato do Primeiro-Ministro tinha sido inspirado tanto pelo código cristão como pelo código da cavalaria. Entre homicídios individuais e coletivos, a França, em 1º de janeiro de 1806, voltou ao calendário gregoriano cristão.

Em 2 de maio, após quatro meses de recuperação administrativa, o imperador leu para o Corpo Legislativo seu ''Relatório sobre a condição do Império em 1806''. Recontava brevemente as vitórias do exército e a aquisição de aliados e de territórios; descrevia a condição florescente da agricultura e da indústria francesas; anunciava a Exposição Industrial — algo de novo na história francesa — que deveria ser aberta no Louvre no outono; dava notícia da construção ou reparação de portos, canais, pontes e 50.000 quilômetros de estradas — algumas através dos Alpes; falava das grandes estruturas em progresso — o Templo da Vitória (hoje La Madeleine), a Bolsa, que enobrecia dinheiro com arte, e o Arco do Triunfo de l'Étoile, que estava começando a coroar os Champs-Elysées; e terminava com a segurança que a França estava começando a procurar: ''Não são conquistas que o imperador tem em mente; ele exauriu a esfera da glória militar... Aperfeiçoar a administração, e fazê-la uma fonte de felicidade duradoura e sempre aumentada prosperidade para seu povo,... esta é a glória que ele procura.''[23]

As modificações do mapa continuavam. Em 12 de julho de 1806, o incrível imperador aceitou, como um presente, um outro império, composto dos reinos da Baviera, Saxônia, Württemberg e Westfália, os grão-ducados de Baden, Berg, Frankfurt, Hesse-Darmstadt e Würzburg, os ducados de Anhalt, Arenberg, Mecklenburg-Schwein, Nassau, Odenburg, Saxe-Coburg, Saxe-Gotha, Saxe-Weimar, e meia dúzia de pequenos principados. A iniciativa neste notável casamento de amigos e inimigos tinha sido tomada (de acordo com Méneval)[24] pelo ''Príncipe Primaz'' Karl Theodor von Dalberg, anteriormente arcebispo de Mainz. Sob sua liderança as cabeças dos vários estados solicitaram a Napoleão tomá-las sob sua proteção, prometeram-lhe contingentes (totalizando 63.000 homens) para seus exércitos, anunciaram sua separação do Sagrado Império Romano (que Carlos Magno havia estabelecido em 800 d.C.), e formaram a Confederação do Reno. Provavelmente essa nova orientação das regiões teutônicas foi facilitada pela divulgação entre elas da língua e da literatura francesas. A comunidade intelectual era quase internacional. A Prússia naturalmente protestou contra este imenso reforço da França, mas a Áustria, inerme na derrota, aceitou a mudança. Uma vez que a retirada de 16 príncipes de seus estados reduzia o Sagrado Império Romano a uma fração mínima de seu tamanho original, Francisco II (6 de agosto de 1806) renunciou a seu título e prerrogativas como cabeça daquela enorme estrutura que Voltaire havia chamado ''nem sagrado, nem romano, nem um império'', e daí em diante contentou-se com o título de Francisco I, imperador da Áustria.

Agora o Império francês, e em breve o Código Napoleão, estendiam seu efeito do

Atlântico até Elba. Incluía a França, a Bélgica, a Holanda, os estados fronteiriços a oeste do Reno, Genebra, e quase toda a Itália ao norte dos Estados Papais. O homem que havia invejado Carlos Magno tinha aparentemente repetido o que Carlos Magno realizara "dando leis para o oeste" — isto é, para a Europa Ocidental. Mas do Atlântico até Elba as cabeças pensantes questionavam: quanto tempo poderá durar essa irmandade de gauleses e teutões?

V. JENA, EYLAU, FRIEDLAND: 1806-07

Em 15 de agosto de 1806 a França celebrou o dia de São Napoleão e o 37º aniversário de Napoleão. O país, escreveu Mme. de Rémusat (usualmente crítica) "estava num estado de profunda tranqüilidade. Dia a dia o imperador encontrava menos oposição. Uma administração firme, equitativa e estrita — a qual era justamente o que ela desejava ser — regulava tanto o exercício da autoridade como o modo de apoiá-la. O recrutamento era rigorosamente observado, mas por enquanto os murmúrios do povo eram fracos; os franceses ainda não haviam exaurido o sentimento de glória".[25] Melhor que tudo, o Primeiro-Ministro Fox, pela Inglaterra, e o conde Peter Oubril, pela Rússia, haviam aberto negociações de paz.

A Prússia, no entanto, estava se inclinando em direção à guerra. Seu casamento forçado com a França havia sido muito dispendioso: a Inglaterra e a Suécia haviam-lhe declarado guerra; a armada inglesa havia bloqueado seus portos e tomado seus navios no mar; sua economia estava sofrendo; seu povo perguntava-se por que seu rei tinha feito uma aliança tão desastrosa. Seus estadistas mais velhos, contemplando o esplendor de um exército ainda erecto com as orgulhosas memórias de Frederico, o Grande, e contando com as forças que o czar Alexandre estava preparando para um outro tempo da luta com a França, disseram ao hesitante Frederico Guilherme III que uma duradoura aliança com a Rússia era a única alternativa da Prússia para não ser engolida pelo apetite insaciável de Napoleão. A rainha Luísa, bela e apaixonada, idolatrava o elegante Alexandre, chamava Napoleão de "monstro", e desprezava o medo que seu marido tinha daquela "escória do inferno";[26] o regimento que portava seu nome aclamava-a entusiasticamente, quando, elegante em seu uniforme de coronel, ela desfilava perante eles no campo de parada. O príncipe Luís Ferdinando, primo do rei, desejava ardentemente a guerra como um caminho de glória para um trono.

Em 30 de junho de 1806, Frederico Guilherme transmitiu a Alexandre a garantia de que o tratado da Prússia com a França jamais interferiria com o tratado que ela havia feito com a Rússia em 1800. Em julho ele ficou chocado ao saber que Napoleão tinha recebido sob seu protetorado uma Confederação do Reno que incluía diversas regiões mantidas pela Prússia e supostamente ainda sob sua esfera de influência. Além disso o embaixador prussiano na França notificou seu soberano que Bonaparte estava secretamente propondo o retorno de Hanôver para a Inglaterra como parte do preço da paz; Hanôver havia sido prometido para a Prússia; o rei sentiu-se traído. Em 9 de agosto ordenou a mobilização do exército prussiano. Em 26 de agosto Napoleão agitou ainda mais a Prússia ordenando — ou permitindo — a execução de Palm, um livreiro de Nuremberg, por haver editado uma brochura recomendando resistência à França. Em 6

de setembro, numa carta para o czar, Frederico Guilherme comprometeu-se a aderir a um ataque "sobre o perturbador do universo".[27] Em 13 de setembro morreu o galante Fox; isto, Napoleão viria a dizer mais tarde, "foi uma das fatalidades de minha carreira. Se ele tivesse vivido a paz teria sido feita".[28] O ministério britânico retornou a uma política de luta até a morte, e Alexandre repudiou o acordo tentativo que Oubril havia assinado com a França. Em 19 de setembro a Prússia enviou à França um ultimato segundo o qual, a não ser que todas as tropas francesas fossem dentro de uma quinzena removidas para oeste do Reno, a Prússia lhe declararia guerra. Godoy, o astuto ministro que então governava a Espanha, ofereceu sua amizade à Prússia, e convocou os espanhóis às armas. Napoleão nunca perdoou este movimento, e resolveu que, quando a oportunidade se oferecesse, estabeleceria um governo mais amigo na Espanha. Relutantemente deixou Paris e viajou com Josefina e Talleyrand para Mainz a fim de novamente encarar os azares da guerra.

Devia ter perdido o seu gosto pela batalha, pois quando teve de separar-se de Josefina em Mainz sofreu um colapso nervoso. Possivelmente tinha chegado à conclusão que, não importa quão amiúde arriscasse seu trono e sua vida na guerra, nenhuma vitória lhe conseguiria uma paz aceitável. Mme. de Rémusat descreveu a cena como foi a ela relatada por seu marido:

> O imperador mandou meu marido convocar a imperatriz; ele retornou com ela dentro de alguns momentos. Ela estava chorando. Agitado por suas lágrimas, o imperador manteve-a por longo tempo em seus braços, e parecia quase incapaz de dizer-lhe adeus. Estava fortemente comovido e M. de Talleyrand parecia também muito afetado. O imperador, ainda mantendo sua esposa contra seu peito, aproximou-se de M. de Talleyrand com a mão estendida; então, passando seus braços por sobre ambos ao mesmo tempo, disse a M. de Rémusat: "É muito duro deixar as duas pessoas a quem mais se ama." Quando pronunciou estas palavras, foi tomado por uma espécie de comoção, que aumentou a um tal grau que o levou a chorar descontroladamente; e quase imediatamente começou um ataque de convulsões que provocaram vômitos. Fizeram-no sentar-se numa cadeira e beber um pouco de água de flor de laranjeira, porém ele continuou a chorar por todo um quarto de hora. Por fim controlou-se e, levantando-se subitamente, apertou a mão de M. de Talleyrand, deu um último beijo em sua esposa, e disse a M. de Rémusat: "As carruagens estão prontas? Chame a escolta e vamos."[29]

Tinha que apressar-se, pois sua estratégia dependia de levar suas melhores forças contra os prussianos antes que os russos pudessem atingir o *front*. Os prussianos ainda não estavam unidos: na vanguarda estavam 50.000 homens sob o comando do príncipe Frederico Ludwig de Hohenlohe; mais para trás 60.000 homens sob Frederico Guilherme e aquele mesmo cavalheiresco duque de Brunswick que, 15 anos antes, havia jurado destruir Paris; junte-se a isto cerca de 30.000 hanoverianos que tinham vindo sem entusiasmo à ajuda de seu novo rei; ao todo 140.000 homens. Napoleão tinha 130.000 soldados, apressadamente reunidos mas peritos em manobras, que não conheciam derrotas, e eram confiantemente comandados por Lannes, Davout, Augereau, Soult, Murat e Ney. Lannes e Augereau surpreenderam uma divisão prussiana em Saalfeld, uma planície entre Saale e o Ilm, tributários do Elba; os prussianos, não habituados às rápidas manobras dos franceses, foram derrotados, e ali o príncipe Luís Ferdinand morreu (10 de outubro de 1806).

Os franceses avançaram rapidamente com um efetivo de 56.000 homens, e caíram sobre o exército de Hohenlohe próximo a Jena, sede da famosa universidade onde Schiller havia recentemente ensinado e onde Hegel, um ano mais tarde, iria intrigar o mundo com uma nova filosofia. Napoleão distribuiu suas forças numa teia complexa, que permitiu às divisões de Lannes e Soult atacarem o centro e o flanco esquerdo do inimigo, enquanto a divisão de Augereau atacava a direita e a cavalaria de Murat disparava furiosamente em direção aos desordenados prussianos, que abandonaram toda a formação e fugiram do campo. Em sua fuga lançaram-se sobre os desbaratados batalhões do duque de Brunswick, que havia sido derrotado em Auerstedt por um exército francês brilhantemente comandado por Davout; ali o duque de Brunswick foi mortalmente ferido. Naquele dia, 14 de outubro de 1806, os prussianos perderam 27.000 entre mortos e feridos, 18.000 prisioneiros e quase toda sua artilharia. Napoleão, naquela noite, enviou um apressado relatório a Josefina: "Encontramos com o exército prussiano e ele não mais existe. Eu estou bem e aperto-te contra o meu coração."[30] Nos dias seguintes Ney, Soult e Murat, perseguindo os fugitivos, capturaram mais 20.000 homens. Davout e Augereau dirigiram-se diretamente para Berlim. A cidade rendeu-se rapidamente; e em 27 de outubro Napoleão entrou na capital prussiana.

Um de seus primeiros atos foi exigir da Prússia e seus aliados uma contribuição de 160 milhões de francos para pagar as despesas do exército francês.[31] Além disso Berlim teve que suprir as forças ocupadas com comida, roupas e remédios. Peritos de arte foram mandados despachar para Paris as melhores pinturas e estátuas de Berlim e Potsdam; o próprio Napoleão, num passeio por Potsdam, apropriou-se da espada de Frederico, o Grande.

De Berlim, em 21 de novembro de 1806, ele assinou um decreto histórico: doravante a nenhum navio vindo da Grã-Bretanha ou de suas colônias seria permitido entrar em qualquer porto do império francês, que agora incluía as cidades da liga Hanseática; nenhuma mercadoria da Grã-Bretanha ou de suas possessões poderia entrar em qualquer território governado ou aliado da França; nenhum cidadão inglês poderia entrar nessas terras. Verificando que todas suas vitórias militares seriam inúteis para persuadir a Inglaterra a pedir paz, e sabendo que ela iria aplicar seu bloqueio a qualquer região controlada pela França, como havia feito (em maio de 1806) a toda a costa de Brest ao Elba,[32] Napoleão procurou por seu turno, inverter aquela arma: a Inglaterra seria excluída do continente, como a frota inglesa havia excluído a França e seus aliados de todo o comércio marítimo. Talvez desta forma, esperava ele, os comerciantes e industriais da Inglaterra pudessem ser levados à paz.

Havia muitos pontos fracos neste plano. Os fabricantes do continente, livres da competição britânica, iriam subir os preços de seus produtos, e os consumidores queixar-se-iam da ausência dos produtos ingleses aos quais eles já se haviam acostumado. Haveria muito contrabando e suborno. Bourrienne, que Napoleão tinha feito ministro em Hamburgo, já estava juntando uma fortuna vendendo dispensas do bloqueio; Napoleão teve de demiti-lo de novo. A Rússia ainda estava aliada com a Inglaterra e as mercadorias inglesas podiam cruzar as fronteiras da Rússia para a Prússia e a Áustria. As mercadorias inglesas diariamente entravam no porto de Dantzig que ainda estava mantido pelas tropas prussianas.

Embora o exército prussiano tivesse sido desmantelado, e Napoleão fosse ditador

em Berlim, sua situação militar era mais imediatamente preocupante do que seus negócios econômicos. A maior parte da Polônia estava ocupada pela Rússia e pela Prússia e os patriotas poloneses estavam enviando apelos a Napoleão para vir e libertar seu orgulhoso país desses jugos humilhantes; no entanto, um exército russo bem equipado, de 80.000 homens, estacionado a oeste do Vístula sob o comando do conde Levin Bennigsen estava sendo preparado para desafiar qualquer intrusão francesa nos assuntos poloneses. O exército francês, vagarosamente se recuperando de Jena, não estava ansioso para oferecer um tal desafio; desabituado ao úmido frio do Báltico ele olhava com temores a aproximação do inverno e ansiava voltar para casa. Entrementes uma delegação veio de Paris a Berlim, ostensivamente para congratular-se com Napoleão por suas brilhantes vitórias, mas realmente para pedir-lhe para fazer a paz e voltar para uma França que tinha começado a ver em cada vitória de Napoleão a necessidade de muitas mais, cada uma delas arriscando tudo. Ele disse aos delegados que não poderia parar agora; que o desafio russo tinha de ser correspondido, e que o bloqueio da Inglaterra falharia, a não ser que a Rússia fosse convencida ou forçada a aderir ao plano. Ordenou a seu exército que avançasse para a parte prussiana da Polônia; não encontrou resistência imediata e em 19 de dezembro de 1806 Napoleão entrou em Varsóvia sem oposição e aclamado.

Todas as classes, desde os nobres ainda ansiando pelo *liberum veto*, aos camponeses, ainda sofrendo os infortúnios da servidão, uniram-se vendo nele o fazedor de milagres que iria anular a divisão em três de seu país, pela Rússia, Prússia e Áustria, e fazer da Polônia de novo um estado soberano. Ele devolveu os aplausos com elogios, elogiou sua nação, seus heróis, e suas mulheres (que falavam francês tão prontamente quanto sua própria sedutora e sibilante língua), e tomou uma dessas, a condessa Marie Laczyńska Walewska, em seu leito e seu coração. Os apelos que ele fez a ela, antes e depois, eram tão humildes e apaixonados quanto suas primeiras cartas para sua Josefina. Walewska recusou (assim contam) até que um grupo de nobres poloneses, "num documento assinado por todos os nomes mais importantes da Polônia", apelou a ela para sacrificar-se, na esperança de que Napoleão iria conseqüentemente ser levado a restaurar a integridade e a independência de seu país partido em três. Lembraram a ela que Ester havia-se entregado a Assuero não por amor a ele, mas para salvar seu povo. "Se pudéssemos apenas dizer o mesmo, para vossa glória e nossa boa fortuna!"[33] Quando Josefina pediu que lhe fosse permitido vir de Mainz, Napoleão usou as más estradas da Polônia como desculpa para recomendar a sua esposa: "Volta para Paris;... alegra-te e sê feliz; talvez eu em breve ali esteja."[34]

Hibernando com Walewska ele esperava que os russos aguardassem a primavera antes de incomodá-lo. Porém quando mandou uma força sob as ordens do marechal François-Joseph Lefebvre para capturar Dantzig, Bennigsen levou todos os seus 80.000 homens através do Vístula num ataque maciço às colunas de Lefebvre, ao se aproximarem de Thorn. Correios dirigiram-se apressadamente para notificar Napoleão; ele correu em direção ao norte e com 65.000 homens, em 8 de fevereiro de 1807, lutou em Eylau (ao sul de Königsberg) uma das mais custosas batalhas de suas guerras. A artilharia russa demonstrou ser superior à francesa; Augereau, velho, ferido e estonteado, pediu para ser substituído em seu comando, alegando que não podia mais pensar claramente; a cavalaria de Murat quebrou as linhas inimigas, mas estas se reagruparam e mantiveram

a sua posição até a noite. Então Bennigsen ordenou uma retirada, deixando 30.000 homens mortos ou feridos no campo; entretanto, reportou ao czar que tinha vencido uma gloriosa vitória. O czar celebrou-a com uma missa e Te-Deum em São Petersburgo.[35]

Os franceses haviam vencido, mas tinham perdido 10.000 feridos ou mortos, e os sobreviventes imaginavam como eles poderiam resistir a um outro assalto desses duros e inumeráveis eslavos. Napoleão também agora tinha indesejáveis momentos de tristeza; aquele seu estômago doente, que iria matá-lo, já o estava humilhando com dores. Nunca esqueceu o cuidado devotado que Maria Walewska lhe dispensou durante aquele duro inverno no acampamento do exército em Finkenstein. Apesar de tudo, ele trabalhava diariamente ordenando comida, roupa e remédios para suas tropas, supervisionando exercícios militares, convocando conscritos de seu cansado povo e seus relutantes aliados e promulgando decretos para o governo da França. Enquanto isso acontecia o czar Alexandre I e o rei Frederico Guilherme III encontravam-se em Bartenstein, em 26 de abril de 1807, e assinavam um acordo para dividir a Europa não-francesa entre eles após a próxima batalha, na qual esperavam que o exército francês fosse destruído.

Quando havia reforçado aquele mutilado exército, agora animado pela primavera que surgia, Napoleão enviou outro destacamento para tomar Dantzig; assim foi feito. Bennigsen, que também havia reconstruído seus batalhões, recebeu ordens de Alexandre para marchar contra Königsberg, onde ele seria reforçado por uma guarnição prussiana de 24.000 homens. Bennigsen prosseguiu, mas a caminho permitiu a seus 46.000 homens um descanso em Friedland. Ali, às três horas da manhã de 14 de junho de 1807 (aniversário de Marengo), foram acordados por uma barragem de artilharia de 12.000 franceses comandados pelo destemido e jamais derrotado Lannes. Os russos em breve devolveram o fogo, e a aventura de Lannes poderia ter terminado em desastre se não tivessem chegado reforços. Napoleão apressou-se com sua força inteira e cercou os russos por todos os lados exceto no rio Alle, que lhes negava a retirada. Às cinco da tarde os franceses dominaram a batalha; os russos usaram botes ou lançaram-se na água em desesperada fuga; 25.000 deles foram deixados no campo de batalha. Os franceses haviam perdido 8.000, mas tinham ganho uma decisiva vitória sobre o único exército russo então disponível para enfrentar a invasão. Russos e prussianos fugiram para Tilsit, perdendo tantas centenas de homens para seus perseguidores franceses, que seus generais, com a permissão de Alexandre, pediram uma trégua. Napoleão concedeu-a; então, deixando o general Savary para manter e governar Königsberg, ele próprio dirigiu-se para Tilsit a fim de fazer a paz com um rei arruinado e um czar castigado.

VI. TILSIT: 25 DE JUNHO A 9 DE JULHO DE 1807

Em Tilsit, cerca de 100 quilômetros a sudeste de Königsberg, os exércitos rivais pacificamente encaravam um ao outro em lados opostos do rio Niemen, e "um amável entendimento cresceu entre eles";[36] os imperadores rivais, todavia, por sugestão de Alexandre, encontraram-se cuidadosamente numa barraca montada numa balsa amarrada no meio do rio. Cada um dos governantes era levado por barco a remo para a balsa; Napoleão chegou a ela primeiro (como cada soldado francês havia esperado), e teve

tempo para caminhar através da balsa e dar as boas-vindas a Alexandre no outro lado. Eles se abraçaram e os exércitos opostos reuniram-se numa alegre celebração; "foi um belo espetáculo", disse a testemunha visual Méneval.

Ambos os governantes tinham razões para serem amáveis; o exército de Napoleão não estava em condições (em número ou equipamento, ou na segurança de sua retaguarda, ou no apoio que ele poderia esperar de uma França que gritava por paz) para invadir uma terra desconhecida, quase sem limites de espaço e de homens; e Alexandre — desgostoso com a fraqueza de seus aliados e suas tropas, temeroso de uma insurreição nas suas províncias polonesas ou lituanas, e encarniçadamente às voltas com a Turquia e suas tropas, estava satisfeito em ter uma possibilidade de respirar antes de propor-se a derrotar um homem que (excetuando Acre) nunca ainda havia sido derrotado. Além disso, este francês que tinha estado jogando xadrez com o mapa da Europa, não era o "monstro" e "bárbaro" descritos pela czarina e pela rainha, mas um camarada amavelmente cortês, cuja hospitalidade era completa sem ser exagerada. Após aquele primeiro encontro, Alexandre prontamente concordou que suas próximas conferências deveriam ser mantidas na cidade de Tilsit em aposentos mais cômodos, arrumados por Napoleão e próximos aos dele próprio. Muitas vezes jantavam na mesa de Napoleão, às vezes com o rei da Prússia, mais tarde com sua rainha. Por algum tempo o czar fez-se um aluno, pedindo ao corso instruí-lo na arte do governo, e concordando com ele em que Luís XVIII (que então vivia em Courland) não tinha nenhuma das qualidades que eram requeridas de um soberano, e "era a mais insignificante nulidade na Europa".[37]

Os dois imperadores pensavam que o outro era encantador e fácil de lograr. Depois de negociações aparentemente amigáveis, assinaram não apenas um tratado mas uma aliança. A Rússia manteria suas presentes possessões intactas, mas terminaria sua cooperação com a Inglaterra e juntar-se-ia à França na manutenção da paz no continente. Por um acordo secreto a Rússia teria a liberdade de tomar a Finlândia da Suécia (que tinha sido hostil à França desde 1792), e a França ficava livre para conquistar Portugal, que se havia tornado um posto avançado da Inglaterra na guerra. Alexandre comprometeu-se a servir de mediador numa paz satisfatória entre a Inglaterra e a França, e, se isto falhasse, juntar-se à França na oposição à Inglaterra com o bloqueio e a guerra. Este compromisso deleitou Napoleão, pois ele dava valor à cooperação da Rússia no bloqueio acima de qualquer aquisição territorial.

Sem estar preparado para sacrificar estes acordos, e lançar-se a uma guerra *à outrance* com a Rússia, Prússia e a Áustria, Napoleão pôs de lado como não prática a idéia de restaurar a Polônia a seus limites antes da repartição, e contentou-se com o estabelecimento, na parte prussiana da Polônia, do grão-ducado de Varsóvia sob o protetorado francês. Para este novo estado de dois milhões de pessoas ele preparou (22 de julho de 1807) uma constituição que abolia a servidão, fazia todos os cidadãos iguais perante a lei, requeria julgamento público perante júri, e prescrevia o Código Napoleão como a base da legislação e da justiça. O *liberum veto*, as obrigações feudais e a dieta *fainéant* foram abolidas; o poder legislativo seria investido num senado de notáveis e numa casa de 100 deputados; o executivo, durante certo tempo, seria o rei da Saxônia, que era descendente de antigos governantes da Polônia. Foi uma constituição esclarecida em termos de seu local e seu tempo.

Generoso com o czar, Napoleão foi impiedoso com o rei da Prússia, que havia que-

brado sua aliança com a França para juntar-se a seus inimigos. Frederico Guilherme III teve que entregar todo o território prussiano a oeste do Elba; a maior parte deste foi reconstituída como o grão-ducado de Berg e o reino da Westfália. Quase toda a Polônia prussiana foi para o grão-ducado de Varsóvia, exceto Dantzig, que foi feita uma cidade livre sob uma guarnição francesa. A metade sobrevivente da Prússia tinha que fechar suas portas ao comércio britânico, tinha de juntar-se na guerra contra a Inglaterra, se assim fosse chamada, e deveria ser ocupada por tropas francesas até que uma pesada indenização tivesse sido inteiramente paga. Frederico Guilherme, que não tinha desejado a guerra, ficou emocionalmente perturbado por estes termos. A rainha Luísa, que tinha quase provocado a guerra, apressou-se a vir de Berlim (6 de julho), e apelou a Napoleão com argumentos, perfumes, sorrisos e lágrimas para aliviar suas exigências. Ele arrefeceu sua eloqüência oferecendo-lhe uma cadeira (de onde é difícil ser eloqüente), e explicando-lhe que alguém tinha que pagar pela guerra; e por que não o governo que para fazê-la tinha quebrado seu tratado a instâncias dela? Despediu-a com polidas recusas e no dia seguinte ordenou a Talleyrand que concluísse os tratados como previamente formulados. A rainha voltou para Berlim com o coração partido, e morreu dentro de três anos, com a idade de 34 anos.

Em 9 de julho os imperadores se separaram, ambos sentindo que haviam feito uma boa barganha: Alexandre tinha a Rússia, segurança no oeste, e liberdade de ação na Finlândia e na Turquia; Napoleão tinha Berg, a Westfália, e uma trégua precária. Anos mais tarde ele definiu um "congresso das Potências" como "uma burla concordada entre diplomatas; como se a pena de Maquiavel se houvesse combinado com a espada de Maomé".[38] No dia seguinte partiu para Paris, onde foi recebido com hosanas de gratidão pública, não tanto por suas vitórias como por ter trazido a paz. Seu relatório ao corpo legislativo sobre o estado do país em 1807 foi um dos seus mais orgulhosos: a Áustria castigada, a Prússia punida, a Rússia trazida da inimizade para uma aliança, novos territórios adicionados ao império, 123.000 cativos — e todas as despesas pagas pelos agressores derrotados, sem nenhum aumento de impostos na França.[39]

Anunciou, entre muitas promoções, a elevação de Talleyrand a príncipe de Benevento. Isto trouxe para o voraz *abbé* uma renda adicional de 120.000 francos, mas requeria sua demissão como Ministro das Relações Exteriores, uma vez que o protocolo estabelecia que um ministério estava abaixo da dignidade de um príncipe. Desta forma uma situação difícil foi facilitada, pois Napoleão havia perdido a confiança em seu brilhante porém furtivo diplomata, e no entanto evitava opor-se a ele por meio de uma dispensa; na realidade continuou a usá-lo em várias negociações importantes. Após instruir seu sucessor, Jean-Baptiste de Champagny, sobre os métodos e manhas de sua nova função, Talleyrand ficou livre para gozar a vida no suntuoso castelo que tinha comprado em Valençay, em parte com o dinheiro de Napoleão.

Em 15 de agosto a corte celebrou o triunfo de Napoleão com uma festa que lembrava o esplendor do Grande Monarca: um concerto, um balé, uma ópera e uma recepção à qual compareceram reis e ministros em costumes formais, e mulheres expondo fortunas em vestidos e jóias. Quatro dias mais tarde ele marcou o aumento de sua realeza abolindo o Tribunato, onde uma minoria havia durante anos ousado opor-se a seus pontos de vista e seus decretos. Aliviou o golpe nomeando vários tribunos inofensivos para posições administrativas e incorporando a maior parte dos outros ao Corpo Legis-

lativo que agora adquiria o direito de discutir as medidas, bem como votá-las. Os *émigrés* sobreviventes que haviam voltado, nos palácios reanimados do Faubourg St.-Germain, aplaudiam Napoleão como quase digno de um nascimento nobre. ''Por que não é ele um nobre?'' perguntavam um ao outro; então a França seria perfeita. Raramente de novo ele seria tão popular, tão poderoso e tão satisfeito.

CAPÍTULO IX

O Reino Mortal

1807-11

I. OS BONAPARTES

NAPOLEÃO tinha aumentado seus encargos pela multiplicação de suas possessões, pois as muitas regiões que anexara a seu império diferiam em "raça", linguagem, religião, costumes e caráter; não se podia esperar que dessem inquestionável obediência a um governo estrangeiro, que mandava seus impostos para Paris e seus filhos para guerras. A quem podia escolher para governar estes principados prudente e fielmente enquanto ele atendia à incontrolável França? Podia confiar em alguns de seus generais para administrar certas regiões menores; assim fez Berthier príncipe de Neuchâtel, e Murat grão-duque de Berg e Cleves; mas a maioria de seus generais tinha espírito de comando e não eram treinados nas sutilezas sinuosas do governo; e alguns deles, como o ambicioso Bernadotte, tinham ciúmes de sua supremacia e não se contentariam sem um trono.

Assim voltou-se para seus próprios irmãos, que lhe ofereciam um lastro de sangue de lealdade, e que tinham alguma porção daquela força nativa que havia participado na conquista do Consulado e no Império. Ele provavelmente exagerava suas capacidades e potencialidades, pois tinha um forte sentido de família e fez o melhor possível para atender a suas crescentes expectativas de uma parcela de sua fortuna e poderio. Ele os recompensaria bem, mas esperava sua cooperação com suas políticas — especialmente o cumprimento daquele bloqueio continental através do qual tinha esperanças de levar a Inglaterra à paz. Talvez, também, sua colaboração pudesse ser um passo em direção à união de toda a Europa sob uma única lei e cabeça (ambas as suas próprias), e assim promover uma prosperidade geral e um fim às guerras dinásticas ou nacionalistas.

Começou com seu irmão mais velho, José, que havia servido a ele razoavelmente bem nas negociações com a Áustria e a Inglaterra. Cornwallis, depois de negociar com José em Amiens, descrevia-o como "um homem bem-intencionado, embora não muito competente, sensível, modesto, cavalheiro,... franco e aberto,... cuja conexão íntima com o Primeiro Cônsul poderia talvez, de certa forma, ser uma compensação ao espírito de chicana e de intriga que o Ministro do Interior (Talleyrand) tão eminentemente possui."[1] José adorava o dinheiro como Napoleão adorava o poder; já em 1798 pudera comprar em Mortefontaine, próximo a Paris, uma suntuosa propriedade onde entretinha amigos, escritores, artistas e dignitários visitantes com senhorial munificência. Ansiava que seu irmão o nomeasse herdeiro aparente do poder imperial, e não ficou

aparentemente muito satisfeito quando (em 30 de março de 1806) Napoleão fê-lo rei de Nápoles — isto é, do sul da Itália. O Bourbon destronado, Ferdinando IV, manteve-se na Sicília com o auxílio da frota britânica, e sua rainha Maria Carolina liderou uma insurreição para restaurá-lo em seu trono em terra firme. Napoleão mandou 40.000 homens, sob as ordens de Masséna e Régnier, para suprimir a revolta a qualquer custo; assim o fizeram, com uma ferocidade que deixou amargas memórias por gerações. José tentou ganhar a lealdade de seus súditos com um governo ameno e benigno, porém Napoleão alertou-o que "um governante para firmar-se deve fazer-se mais temido do que amado". O julgamento final foi favorável:

> José não me ajudou em nada, mas é um homem muito bom... Ele me ama sinceramente e eu não duvido de que ele seja capaz de fazer tudo no mundo para servir-me. Mas suas qualidades são apenas próprias para a vida particular. Tem uma disposição gentil e bondosa, possui talento e informação, e é em resumo um homem muito amável. No desempenho dos altos deveres que lhe confiei, fez o melhor que podia. Suas intenções foram boas; e conseqüentemente o erro principal cabe a mim, que o elevei acima de sua própria esfera.[2]

O irmão Luciano, nascido em 1775, possuía todos os elementos voláteis que em Napoleão eram controlados por uma ambição dominante. Num certo sentido Napoleão devia-lhe o consulado, pois foi a recusa de Luciano, como presidente dos Quinhentos, de pôr em votação o pedido para considerar fora de lei o usurpador, e seu apelo à soldadesca para dispersar o Conselho, que salvaram aquele dia para Napoleão. Mais tarde Luciano foi um pouco prematuro ao propor poder real para seu irmão, que o removeu da cena, enviando-o como embaixador à Espanha. Ali usou de todos os meios disponíveis para encher sua própria bolsa; em breve, durante algum tempo, ele era mais rico do que Napoleão.[3] Retornando a Paris, recusou o casamento político que Napoleão lhe recomendou, casou-se por sua própria escolha e foi viver na Itália. Voltou a Paris para ficar ao lado de seu irmão durante todos os perigos dos Cem Dias. Era inclinado à poesia e escreveu um longo poema épico sobre Carlos Magno.

O irmão Luís também tinha uma mentalidade e um temperamento próprios — combinados com um grau de habilidade e convicção que o faziam inquieto sob a influência de seu irmão. Napoleão pagou sua educação e levou-o para o Egito como ajudante-de-campo. Ali Luís usou de um privilégio de soldado para contrair gonorréia e então demonstrou-se por demais impaciente para se curar completamente.[4] Em 1802, a conselho de Josefina, Napoleão induziu o relutante Luís a casar-se com a relutante Hortência de Beauharnais. Luís foi um marido grosseiro, Hortência uma esposa infeliz e infiel[5], de uma certa forma estragada pela afeição que recebia de seu pai adotivo. Quando deu à luz (15 de dezembro de 1802) um menino, Napoléon-Charles, correu o boato que o Primeiro Cônsul era o pai; e esta injusta suspeita seguiu tanto Napoleão quanto Hortência até o fim de seus dias. Napoleão deu alguma razão a isso pela proposta que fez de adotar a criança e por chamá-la afetuosamente "nosso delfim", ou herdeiro aparente do trono;[6] mas o menino morreu com a idade de cinco anos. Hortência ficou temporariamente louca. Em 1804 deu à luz um segundo filho, Napoleão-Luís, e em 1808 Charles-Louis-Napoléon Bonaparte, que se tornou Napoleão III.

Em 5 de junho de 1806, o imperador fez seu difícil irmão rei da Holanda. Luís apaixonou-se pelo povo holandês mais protamente do que por sua esposa. Sabia quanto da prosperidade holandesa dependia de seu comércio com a Inglaterra e suas colônias; e quando os holandeses descobriram meios de violar o bloqueio continental contra as mercadorias inglesas, Luís recusou-se a persegui-los. Napoleão insistiu, Luís persistiu. As tropas francesas marcharam para a Holanda; Luís abdicou (1º de julho de 1810); Napoleão anexou a Holanda à França, trazendo-a sob seu mando direto. Luís retirou-se para Graz, tornou-se um escritor em prosa e verso e morreu em Livorno em 1846. Napoleão, em Santa Helena, deu sua versão dos acontecimentos a Las Cases: "Mal havia chegado à Holanda, Luís imaginando que nada poderia ser melhor do que se dissesse que daí em diante ele era um holandês, dedicou-se inteiramente ao partido favorável aos ingleses, promoveu o contrabando e assim cooperou com os nossos inimigos... O que restava a mim fazer? Deveria eu abandonar a Holanda a nossos inimigos? Deveria eu dar-lhe um outro rei? Mas nesse caso poderia eu esperar mais dele do que de meu próprio irmão? Não haviam todos os reis que eu criara agido quase da mesma maneira? Eu conseqüentemente uni a Holanda ao império; e este ato produziu a mais desfavorável impressão na Europa e muito contribuiu para... nossos infortúnios."[7]

Hortência separou-se de Luís em 1810, e recebeu de Napoleão uma dotação de dois milhões de francos por ano para cuidar de seus filhos. A estes ela juntou outro em 1811 como resultado de uma ligação com o conde Charles de Flahaut; no entanto, Mme. de Rémusat nos diz que Hortência era de uma "disposição angélica,... tão sincera, tão pura de coração, tão perfeitamente ignorante do mal".[8] Depois da primeira abdicação de Napoleão, ela juntou-se à sua mãe em Malmaison, onde recebeu notável atenção do czar Alexandre e jantou com Luís XVIII, o que causou desânimo aos bonapartistas. Quando Napoleão retornou de Elba, serviu-lhe de hospedeira. Quando ele de novo abdicou, ela secretamente deu-lhe um colar de diamantes, pelo qual havia pago 800.000 francos e que foi achado sob seu travesseiro quando ele morreu em Santa Helena; foi restituído pelo general de Montholon a Hortência, que por meio dele salvou-se da pobreza. Ela morreu em 1837, e foi enterrada ao lado dos restos de sua mãe em Rueil.[9] Naqueles dias cruciais havia muitas vidas em uma só vida.

Jerônimo Bonaparte, o mais jovem dos irmãos, dividia suas vidas e suas esposas entre dois hemisférios. Nascido em 1784, convocado aos 16 anos para servir na Guarda Consular, participou de um duelo, foi ferido, banido para a Esquadra, cometeu erros em sua juventude e pagou por eles tomando dinheiro emprestado a Bourrienne, o qual cobrou de Napoleão os empréstimos que não foram pagos. Quando Jerônimo, em Brest, pediu-lhe 17.000 francos, Napoleão escreveu-lhe:

> Recebi vossa carta, senhor guarda-marinha; estou esperando ouvir que vós estais estudando, a bordo de vossa corveta, uma profissão que deveis considerar vosso caminho para a glória. Se morrerdes jovem eu farei algumas reflexões consoladoras; mas se viverdes para chegar aos 60 anos sem haver servido vosso país, e sem deixar atrás de vós nenhuma lembrança honrosa, seria melhor que não houvésseis vivido.[10]

Jerônimo deixou a marinha nas Índias Ocidentais, viajou para Baltimore e ali em 1803, com a idade de 19 anos, casou-se com Elizabeth Patterson, filha de um comerciante local.

Quando a trouxe para a Europa, uma corte de justiça francesa recusou-se a reconhecer o casamento, sob a alegação de que tanto o marido quanto a mulher eram menores, e Napoleão negou a entrada da esposa na França. Ela foi para a Inglaterra e ali deu à luz um filho, Jerônimo Napoleão Bonaparte. Voltou à América, recebeu uma pensão de Napoleão e tornou-se a avó de Charles Joseph Bonaparte, que serviu como Secretário da Marinha dos Estados Unidos na presidência de Theodore Roosevelt.

A Jerônimo foi dado um comando no exército francês e ele se distinguiu nas campanhas de 1806-07, capturando várias fortalezas prussianas. Napoleão recompensou-o fazendo-o rei da Westfália — uma composição de áreas retiradas da Prússia, Hanôver e Hesse-Cassel. Para dar-lhe um cheiro de realeza, conseguiu para ele em casamento a princesa Catarina, filha do rei de Württemberg. Em 15 de novembro de 1807, Napoleão enviou a Jerônimo uma carta no melhor estilo de um governante ainda constitucional:

> Envio junto uma constituição para vosso reino. Engloba as condições segundo as quais renuncio a todos os meus direitos de conquista, e a todos os direitos que adquiri sobre vosso estado. Deveis observá-la fielmente... Não acrediteis naqueles que vos dizem que vossos súditos estão tão acostumados à escravidão, a ponto de não sentirem gratidão pelos benefícios que lhes deis. Há mais inteligência no reino da Westfália do que eles querem que vós acrediteis, e vosso trono nunca será firmemente estabelecido exceto sobre a base da confiança e afeição do povo comum. O que a opinião alemã impacientemente pede é que homens sem um título hereditário, mas de marcada capacidade, devem ter uma pretensão igual sobre os favores e empregos, e que qualquer traço de servidão ou de uma hierarquia feudal entre o seu soberano e as classes mais baixas de seus súditos seja abandonado. Os benefícios do Código Napoleão, julgamento público e a introdução da instituição do júri serão as características principais de vosso governo... Para a extensão e a consolidação de vosso reino eu conto mais com os efeitos dessas medidas do que com as mais ressoantes vitórias. Desejo que vossos súditos gozem de um grau de liberdade, igualdade e prosperidade até aqui desconhecido para o povo germânico... Um tal método de governo será uma barreira mais forte entre vós e a Prússia do que o Elba, as fortalezas, e a proteção da França.[11]

Jerônimo ainda era muito jovem, aos 23 anos, para apreciar este aviso. Faltando-lhe o autocontrole e o julgamento sóbrio necessários ao governo, entregou-se a todas as pompas e luxo, tratando seus ministros como subordinados e adotando uma política externa própria, irritando o irmão que tinha de pensar em termos do continente. Quando Napoleão perdeu a crítica batalha de Leipzig (1813), Jerônimo não pôde manter seus "súditos" leais à causa imperial; seu reino entrou em colapso e ele fugiu para a França. Apoiou seu irmão bravamente em Waterloo, e então fugiu para a proteção de seu sogro em Württemberg. Viveu tempo suficiente para tornar-se presidente do Senado no governo de seu sobrinho Napoleão III, e teve a sorte de morrer (1860) nos pináculos de um outro reino mortal.

Eugênio de Beauharnais foi melhor aluno. Era um amável moço de 15 anos quando sua mãe casou-se com Napoleão; a princípio ressentiu-se do brusco e jovem general como um intruso, mas em breve cedeu à crescente afeição e solicitude de Napoleão. Ficou lisonjeado ao ser levado à Itália e ao Egito como ajudante-de-campo daquele conquis-

tador que parecia um furacão; suas simpatias estavam divididas entre o marido e a esposa quando soube da infidelidade de sua mãe; suas lágrimas restabeleceram a união deles e daí em diante o laço de lealdade entre o pai adotivo e o filho adotivo jamais foi quebrado. Em 7 de junho de 1805 Napoleão fez Eugênio vice-rei da Itália; mas, vendo que responsabilidade ele estava depositando num jovem de 24 anos, deixou-lhe um punhado de conselhos.

> Confiando a vós o governo de Nosso Reino da Itália, vos damos provas do respeito que vossa conduta nos inspirou. Mas estais ainda numa idade onde não se conhece a perversidade dos corações humanos; eu conseqüentemente não posso recomendar-vos demais a prudência e a circunspecção. Nossos súditos italianos são mais enganadores por natureza do que os cidadãos da França. A única maneira pela qual podeis manter seu respeito e servir à sua felicidade é não deixando que nenhum deles tenha vossa completa confiança, e jamais dizendo a qualquer um o que realmente pensais dos ministros e dos altos funcionários de vossa corte. A dissimulação, que vem naturalmente numa idade mais madura, tem, em vossa idade,... que ser enfatizada e calculada...
>
> Em qualquer posição, menos na de vice-rei da Itália, podeis orgulhar-vos de ser um francês; mas aqui deveis esquecer-vos disso e podeis considerar-vos fracassado a não ser que os italianos acreditem que vós os amais. Eles sabem que não há amor sem respeito. Aprendei sua língua, respeitai sua sociedade, dai-lhes especial atenção nas cerimônias públicas...
>
> Quanto menos falardes melhor; não sois suficientemente bem instruído, e não tendes suficiente conhecimento, para tomar parte em debates formais; aprendei a escutar, e lembrai-vos que o silêncio é muitas vezes mais eficiente do que uma exibição de conhecimento. Não me imiteis em todos os respeitos; vós necessitais de maior reserva. Não presidi muitas vezes ao Conselho de Estado; tendes muito pouca experiência para fazê-lo com sucesso... De qualquer forma nunca fazei ali um discurso;... todos veriam imediatamente que não tendes a competência para discutir os negócios. Enquanto um príncipe mantém-se calado, seu poder é incalculável; ele não deve nunca falar, a não ser que saiba que é o homem mais capaz na sala...
>
> Uma última palavra: puni impiedosamente a desonestidade...[12]

Eugênio preencheu as expectativas do imperador. Com a ajuda de seus ministros reorganizou as finanças, melhorou o serviço civil, construiu estradas, introduziu o Código Napoleão, e comandou o exército italiano com sua usual coragem e crescente habilidade. O satisfeito imperador visitou-o em 1807, e aproveitou a ocasião, pelo "Decreto de Milão", para responder com um estrito regulamento a uma ordem britânica do Conselho requerendo que navios neutros tocassem num porto inglês antes de prosseguirem para o continente. Eugênio fez o que era possível para levar avante o irritante bloqueio continental. Permaneceu leal a Napoleão através de todas as guerras e abdicações, e morreu (1824) apenas três anos após a morte de seu pai adotivo. A obra de Stendhal *Chartreuse de Parme* (A Cartuxa de Parma) repetidamente testemunha a amada lembrança que tem a Itália de seu esclarecido governante.[13]

Tendo mais terras do que irmãos, Napoleão deu terras também a suas irmãs. Elisa (Maria Anna), com seu complacente marido Felice Bacciochi, recebeu os principados de Piombino e Lucca; estes ela governou tão bem — financiando obras públicas, patrocinando a literatura e a arte, encorajando Paganini — que em 1809 Napoleão fê-la grã-

duquesa da Toscana, onde continuou sua ditatorial beneficência.

Paulina Bonaparte, que Napoleão considerava a mais bela mulher de seu tempo, julgava insuportável confiar seus encantos a um único leito. Aos 17 anos (1797) casou-se com o general Charles Leclerc; quatro anos mais tarde — provavelmente para afastar sua frivolidade — Napoleão pediu-lhe que acompanhasse seu marido a São Domingos, na campanha contra Toussaint L'Ouverture; Lecrerc ali morreu de febre amarela; Paulina voltou para a Europa com seu cadáver e com sua fabulosa beleza esmaecida pela doença; em 1803 casou-se com o príncipe Camillo Borghese, mas em breve escorregou para o adultério e Camillo procurou consolo com uma amante. Napoleão pediu ao cardeal Fesch, seu tio, que a reprovasse. "Diga-lhe, da minha parte, que ela não é mais tão bela quanto era, e que dentro de alguns anos será muito menos ainda, de forma que deve ser boa e respeitada para toda sua vida."[14] Incorrigível, Paulina separou-se do príncipe e abriu sua bela casa à sociedade mais alegre. Napoleão fê-la duquesa de Guastalla (na província de Reggio Emilia na Itália), mas ela preferiu manter sua corte em Paris. Encantado por sua beleza, seus modos e sua alegre disposição, Napoleão tolerou suas transgressões até que, num espelho, ele a viu zombando de sua nova imperatriz, Maria Luísa. Então baniu-a para a Itália, onde, em breve, ela dominava um salão em Roma. Mais tarde (como veremos) ela veio em auxílio dele em seu infortúnio. Em 1825 voltou a juntar-se a seu marido e morreu em seus braços. "Apesar de tudo", disse ele, "ela foi a melhor criatura do mundo."[15]

Carolina era quase tão bela e, em seus últimos dias, muito mais danosa. Consta que sua pele era como um cetim cor-de-rosa; "seus braços, mãos e pés eram perfeitos, como aqueles de todos os Bonapartes". Aos 17 anos (1799) casou-se com Joachim Murat, que já se tornara notável nas campanhas da Itália e do Egito. Por estes serviços, e seu desempenho em Marengo, ele foi feito grão-duque de Berg e Cleves. Enquanto Murat estava ocupado em sua capital, Düsseldorf, Carolina permanecia em Paris, e permitia-se tais intimidades com o general Junot que Napoleão mandou-o para Bordéus. Murat voltou a Paris para buscar sua esposa, mas a batalha era sua paixão e o perigo sua distração. Em suas freqüentes ausências na frente de batalha, Carolina assumia a administração do seu ducado, e saía-se tão bem que Murat não fazia falta, exceto quanto a seus belos uniformes.

Acima de todo este saudável bando de irmãos e irmãs sentava-se sua mãe, Letícia, firme, sem ilusões, e indestrutível. Compartilhava com firme orgulho e séria tristeza de seus triunfos e desastres. Em 1806 Napoleão a fez, então com 56 anos de idade, imperatriz-viúva, com uma pensão de 500 mil francos por ano. Providenciou para ela uma elegante casa em Paris e muitos servidores, mas ela vivia com a frugalidade que lhe agradava, dizendo que estava economizando para uma queda na fortuna dele.[16] Dirigiam-se a ela como *Madame Mère*, mas ela não tinha e não procurava influência política. Acompanhou seu filho a Elba, e em seu retorno; observou com ansiedade e rezas o drama dos Cem Dias. Em 1818 apelou às Potências para libertá-lo de Santa Helena, como um homem agora por demais doente para ser-lhes perigoso; não recebeu nenhuma resposta. Suportou com seu costumeiro estoicismo a morte de Napoleão, Elisa e Paulina, e de diversos netos. Morreu em 1836, com a idade de 86 anos. *Voilà une femme!*

O plano de família não funcionou, em parte porque não estava baseado na necessidade dos povos governados, e em parte porque cada um dos governantes (exceto Eu-

gênio) era um individualista, com suas próprias idéias e desejos — Napoleão mais do que todos. Ele pensava em seu próprio poder em primeiro lugar, e promulgou leis excelentes quando comparadas com um feudalismo que se havia tornado sem função; mas ele as cerceava e diluía pelas exigências financeiras e militares. Embora estivesse destruindo o feudalismo, estava estabelecendo de sua parte um outro — pensando em seus irmãos e irmãs como senhores dos feudos que lhes dera, e conseqüentemente requerendo deles que fossem vassalos obedientes, que procurassem recrutas para suas necessidades em tempo de guerra, e impostos em tempo de paz. Defendia sua concepção da situação explicando que quase todos os territórios assim governados haviam sido conquistados em guerras que lhe tinham sido forçadas pelas Potências; conseqüentemente eles estavam sujeitos às "leis" da guerra, e tinham a sorte de dispor das modernas leis da França e do governo paternal de um déspota esclarecido. Quanto à sua família, em Santa Helena ele resumiu o assunto tristemente:

> É verdade que fui pobremente apoiado por minha família... Muito já se disse da força de meu caráter, mas fui repreensivelmente fraco quanto à minha família, e eles todos bem sabiam disto. Após desaparecer a primeira tempestade de (minha) resistência, sua perseverança e teimosia sempre levavam vantagem, e eles faziam comigo o que desejavam. Cometi grandes erros a este respeito. Se cada um deles tivesse dado um impulso comum às massas que eu entreguei a seu governo, poderíamos ter marchado juntos até os pólos; tudo teria caído frente a nós; nós poderíamos ter mudado a face do globo. Não tive a boa sorte de Gengis Khan, com seus quatro filhos, que não conheciam outra rivalidade senão a de servi-lo fielmente. Se eu fazia de um de meus irmãos um rei, ele imediatamente pensava de si mesmo como sendo rei "pela graça de Deus", tão contagiosa tinha se tornado essa frase. Não era mais um lugar-tenente no qual eu podia depositar confiança; era mais um inimigo do qual eu tinha que me acautelar. Seus esforços não tendiam a apoiar os meus, mas a fazê-lo independente... Eles na realidade passaram a olhar-me como um obstáculo... Pobres seres! Quando eu sucumbi, sua derrubada do trono não foi nem executada nem mesmo mencionada pelo inimigo (ela foi automática); e nenhum deles é hoje capaz de excitar um movimento popular. Abrigados pelo meu trabalho, eles gozaram das doçuras da realeza; eu sozinho suportei a carga.[17]

Tendo conquistado mais principados do que tinha príncipes e princesas de seu sangue, Napoleão conferiu dependências estratégicas menores a seus generais ou outros servidores. Assim o marechal Berthier recebeu a província de Neuchâtel; Cambacérès tornou-se príncipe de Parma; Lebrun, duque de Piacenza. De outras regiões da Itália foram separadas uma dúzia de ducados menores; Fouché tornou-se duque de Otranto, Savary de Rovigo. Como resultado final Napoleão esperava poder juntar os *disjecta membra* da Itália em um estado, e fazer deste uma unidade na federação européia, sob a liderança da França e de sua dinastia. Como se fosse possível que todas estas unidades, tão orgulhosas de suas diferenças e tão ciumentas de seus lugares, pudessem afogar as ilusões que as sustentavam em algum sentido de conjunto — em alguma boa vontade para deixar que um poder distante e estranho escrevesse suas leis e regulasse seu comércio!

II. A 1ª GUERRA PENINSULAR: (18 DE OUTUBRO DE 1807 — 21 DE AGOSTO DE 1808)

Por volta de 1807 quase toda a Europa continental obedecia ao Decreto de Berlim. A Áustria aderiu ao Bloqueio Continental em 18 de outubro de 1807; o Papado protestou mas assinou-o a 12 de dezembro. A Turquia relutava, mas ela podia ser levada a obedecer pela continuada cooperação da Rússia e da França. Portugal era aliado da Inglaterra, mas tinha fronteiras a oeste com uma Espanha historicamente ligada à França por sua dinastia Bourbon, compromissada com o bloqueio, e (segundo parece) militarmente à mercê de Napoleão. Talvez, pensava o imperador, algo pudesse ser feito — quiçá marchando através da Espanha — para levar Portugal à obediência, a despeito dos navios de guerra ingleses que controlavam seus portos e dos agentes ingleses que controlavam seu comércio.

Em 19 de julho de 1807, Napoleão informou ao governo português que devia fechar seus portos às mercadorias inglesas; este recusou. Em 18 de outubro um exército francês de 20.000 homens, na maioria recrutas sem experiência, sob as ordens de Andoche Junot, cruzou o rio Bidassoa para dentro da Espanha. Foi bem recebido pelo povo e pelo estado, pois o povo esperava que libertasse seu rei de um ministro traiçoeiro, e esse ministro estava esperando que Napoleão recompensasse sua cooperação deixando-o participar do desmembramento de Portugal.

A brilhante época do Iluminismo espanhol tinha terminado com a morte de Carlos III (1788). Seu filho, que agora tinha 60 anos, Carlos IV, embora rico de boas intenções, era pobre de vitalidade e inteligência; no famoso quadro de Goya *Carlos IV e sua Família*, o rei é visivelmente mais inclinado a comer do que a pensar, e a rainha Maria Luísa é obviamente o homem da família. Mas era também uma mulher; e, não satisfeita com seu obediente marido, abriu seus braços a Manuel de Godoy, que fez progredir de oficial da Guarda Real a Ministro-Chefe. O povo espanhol, sexualmente o mais moral da Europa, ficou escandalizado com esta ligação, mas Godoy, sem emendar-se, sonhava em conquistar Portugal e em construir para ele próprio senão um reino pelo menos um ducado. Procurou a ajuda de Napoleão, e tentou esquecer que em 1806 havia oferecido sua ativa amizade ao plano prussiano de guerra contra a França. Napoleão encorajou as esperanças de Godoy e assinou em Fontainebleau (27 de outubro de 1807) um acordo para "a conquista e ocupação de Portugal". A parte noroeste, com a cidade do Porto, seria um apanágio da rainha da Espanha; as províncias de Algarve e Alentejo, no sul, seriam de Godoy; o resíduo central, com Lisboa, ficaria sob o controle francês até segunda ordem. O artigo XIII do tratado ajuntava: "Compreende-se que as altas partes contratantes dividirão entre elas as ilhas, colônias e outras possessões marítimas de Portugal."[18] Cláusulas secretas estipulavam que 8.000 soldados de infantaria espanhola e 3.000 de cavalaria deveriam juntar-se ao exército de Junot à medida que ele marchasse através da Espanha.

Incapaz de resistir a esta força combinada, a família real portuguesa embarcou para o Brasil. Em 30 de novembro, Junot entrou em Lisboa e a conquista de Portugal parecia completa. Para pagar por suas operações impôs a seus novos súditos uma indenização de 100 milhões de francos. Parcialmente para ir em auxílio de Junot no caso de uma expedição inglesa a Portugal, e provavelmente com objetivos mais amplos, Napoleão mandou mais três exércitos para a Espanha, colocou-os sob o comando de Murat, e determinou-lhe que ocupasse alguns pontos estratégicos próximos a Madri.

A discórdia no governo espanhol fez o jogo de Napoleão. O Infante, ou herdeiro aparente, de 23 anos de idade, Ferdinando, temendo que Godoy barrasse seu acesso ao trono, emprestou-se a uma conspiração para derrubar o favorito. Godoy descobriu o plano, mandou prender Ferdinando e os seus principais partidários (27 de outubro), e propôs que fossem julgados por traição. Dois meses mais tarde, tendo sabido que Murat se aproximava e poderia pensar em soltar os prisioneiros, Godoy os libertou e preparou-se para escapar para a América com o rei e a rainha. Foi então que a populaça da cidade levantou-se em revolta (17 de março de 1808), capturou Godoy e lançou-o numa masmorra. O rei assustado renunciou em favor de seu filho. Por ordem de Napoleão, Murat conduziu as tropas francesas a Madri (23 de março), libertou Godoy, e recusou-se a reconhecer Ferdinando como rei. Carlos rescindiu sua abdicação e a confusão estabeleceu-se. Talleyrand aconselhou Napoleão a tomar o trono da Espanha.[19]

Napoleão aproveitou — talvez ele a houvesse criado — esta oportunidade. Convidou tanto Carlos IV quanto Ferdinando VII a encontrarem-se com ele em Bayonne (cerca de 30 quilômetros ao norte da fronteira espanhola-francesa), tendo em vista a restauração da ordem e da estabilidade no governo. O imperador chegou em 14 de abril, Ferdinando em 20 de abril. Napoleão entreteve o jovem e seu conselheiro, o cônego Juan Escóiquiz, durante um jantar, e verificou que o jovem era por demais imaturo emocional e intelectualmente para manter contidas as paixões populares e a Espanha numa liga conveniente com a França. Revelou sua conclusão a Escóiquiz, que relutantemente levou-a a Ferdinando. O Infante protestou que tinha ficado com a coroa pela abdicação de seu pai. Mandou correios para Madri para dizer aos que o apoiavam que estava indefeso perante o poder de Napoleão. Os correios foram interceptados, e seus despachos levados ao imperador; apesar disso, a notícia da situação de Ferdinando alcançou a capital. A suspeita popular de ter Napoleão a intenção de terminar com a dinastia Bourbon na Espanha foi levantada quando se espalhou a notícia de que Carlos IV, a rainha e Godoy tinham chegado a Bayonne em 30 de abril, e que Murat, agora governando Madri, tinha recebido ordens de mandar o irmão do rei, seu filho mais moço e sua filha para Bayonne. Em 2 de maio de 1808 — uma data há longo tempo celebrada na história da Espanha como o *Dos de Mayo* — uma multidão enraivecida, reunida frente ao palácio real, tentou impedir que os príncipes e as princesas o abandonassem e apedrejou os soldados franceses que estavam guardando o coche real; alguns desses soldados, segundo consta, foram linchados. Murat mandou que suas tropas fizessem fogo sobre a multidão até que ela se dispersasse. Assim foi feito, numa cena magistralmente comemorada por Goya. A insurreição diminuiu em Madri mas espalhou-se através da Espanha.

Quando o relatório desta insurreição atingiu Napoleão em Bayonne (5 de maio) ele chamou Carlos e Ferdinando à sua presença, e, numa de suas calculadas raivas, condenou-os por haverem permitido que a Espanha, por sua incompetência, caísse numa desordem que a fazia perigosamente não-confiável como um aliado da França. O pai e a mãe amontoaram reprovações e abusos sobre seu filho, acusando-o de ter pensado em parricídio. Napoleão deu ao amedrontado jovem até as 11 horas daquela noite para abdicar; se ele se recusasse, seria entregue a seus pais para ser aprisionado e julgado por traição. Ferdinando cedeu e restituiu a coroa a seu pai. Carlos, aspirando segurança e paz mais do que poder, ofereceu o cetro a Napoleão, que o ofereceu a seu irmão Luís, que o recusou; depois a Jerônimo, a quem não apeteceu posto tão perigoso, e finalmente a José, que, na realidade,

foi obrigado a aceitá-lo. Carlos, Maria Luísa, e Godoy foram enviados para viver em prisão guardada em Marselha. Ferdinando e seu irmão foram acalmados por uma boa renda, e Talleyrand foi comissionado para hospedá-los confortavelmente em segurança em seu castelo em Valençay. Então, sentindo que tinha feito uma boa barganha, Napoleão voltou vagarosamente para Paris, aclamado a cada passo como o invencível senhor da Europa.

Murat, que alimentara a esperança de ser rei da Espanha, foi cheio de ressentimento substituir José como rei de Nápoles. José, depois de uma parada em Bayonne, entrou em Madri a 10 de junho de 1808. Tinha ficado habituado com Nápoles, e em breve começou a sentir falta, na dura e piedosa Espanha, da alegria de viver que na Itália moderava a geral inflamabilidade da alma dos italianos do sul. Trouxe para a Espanha uma constituição semiliberal imaginada às pressas por Napoleão, oferecendo muito do Código Napoleão, mas (como Carlos IV havia insistido) aceitando o catolicismo como a única religião legal na Espanha. José tentou muito ser um governante popular, e muitos liberais espanhóis o apoiaram; mas a nobreza manteve-se afastada, o clero condenava-o como sendo secretamente um livre-pensador, e a populaça ficara chocada ao verificar que Napoleão tinha substituído sua dinastia consagrada pela Igreja por um homem que sabia poucas palavras de espanhol e ao qual faltava enormemente o carisma do tempo.

Vagarosamente, e depois rapidamente, o ressentimento cresceu de resmungos a imprecações, à revolta. Bandos de camponeses levantaram-se em centenas de localidades; armando-se com velhas armas e facas afiadas, fizeram de cada lar um arsenal e de cada manto uma armadilha; e tomavam como alvo qualquer francês que se afastasse de seu quartel ou de seu esquadrão. Contra as carabinas francesas o clero espanhol levantou a cruz; denunciaram José como um "luterano, um maçom, um herético", e convocaram seus rebanhos à insurreição "em nome de Deus, de sua Imaculada Mãe, e de São José".[20] O entusiasmo popular ferveu, conduzindo às amputações, castrações, crucificações, decapitações, enforcamentos e empalações que Goya pintou em *Los Desastres de la Guerra*. Os exércitos espanhóis de novo se reuniram e juntaram-se à revolta; seus batalhões unidos derrotaram as guarnições francesas espalhadas e com poucos homens; seus líderes algumas vezes superavam militarmente os oficiais franceses que tinham as desvantagens da não familiaridade com o terreno, do efetivo inadequado de suas tropas e de seu equipamento, e da falta de treinamento. Em Bailén (nordeste de Córdoba), em 20 de julho de 1808, duas divisões francesas, supondo por engano que estavam cercadas por forças grandemente superiores, renderam-se numa das mais ignominiosas derrotas da história: 22.800 homens foram feitos prisioneiros e internados na pequena ilha de Cabrera, onde centenas deles morreram de fome ou doenças. Privado de seu apoio militar principal, José e os soldados remanescentes retiraram-se de Madri para uma linha de defesa ao longo do Ebro, a 280 quilômetros a nordeste da capital.

Neste ínterim, o governo inglês, confiante em que as forças de Junot em Lisboa, que diminuíam de número, não podiam mais ser reforçadas pela Espanha, enviou Sir Arthur Wellesley (o futuro duque de Wellington) com uma frota e um exército a Portugal. Desembarcou seus homens na boca do rio Mondego, em 1º de julho de 1808, e foi logo juntar-se com grupos da infantaria portuguesa. Junot, que se havia permitido uma vida de prazer e folga em vez de manter suas forças em condições, conduziu seus 13.000 conscritos para fora de Lisboa indo encontrar com os 19.000 soldados de Wellesley em Vimeiro (21 de agosto de 1808), e sofreu uma derrota que o aleijou. Portugal voltou a

ter uma aliança com a Inglaterra e a invasão francesa da península parecia ser um completo desastre.

Quando Napoleão alcançou Paris em 14 de agosto de 1808, após seu triunfal trajeto por suas províncias ocidentais, encontrou seus tradicionais inimigos alegrando-se com os desastres franceses, e novamente já preparando uma outra coligação contra o agora vencível devorador de nações. Metternich, embaixador austríaco na França, falava de paz a Napoleão e planejava a guerra. Freiherr vom und zum Stein, brilhante ministro-chefe numa Prússia ansiosa pela libertação, escrevia a um amigo neste agosto: "Aqui a guerra entre a França e a Áustria é considerada inevitável; ela decidirá o destino da Europa."[21] Napoleão, cujos agentes interceptaram esta carta, concordou. A guerra, escreveu ele a seu irmão Luís, "fica adiada até a primavera".[22]

Napoleão pôs-se a pensar sobre sua escolha. Deveria levar sua jamais derrotada Grande Armée para a Espanha, abafar a revolta, expulsar Wellesley de volta para seus navios, fechar a fresta portuguesa no bloqueio e correr o risco que a Áustria e a Prússia o atacassem enquanto suas melhores tropas estavam a 1.600 quilômetros de distância? Alexandre, em Tilsit, havia prometido impedir um tal ataque a ele, enquanto a Espanha o retivesse; mas manteria o czar sua palavra sob pressão? Talvez devesse ser adicionalmente subornado. Napoleão convidou-o para uma conferência em Erfurt onde o assoberbaria com uma galáxia de estrelas políticas, e obrigá-lo-ia a respeitar seu compromisso.

III. CONSTELAÇÃO EM ERFURT: 27 DE SETEMBRO A 14 DE OUTUBRO DE 1808

Preparou-se para esta conferência com tanto cuidado como se fosse para uma guerra. Convidou todos os reis vassalos e duques para comparecerem em estilo real e com suas comitivas. Uma tal quantidade compareceu que as memórias impressas de Talleyrand ocuparam três páginas para listá-los.[23] Napoleão levou consigo não somente sua família, mas a maioria de seus generais, e pediu a Talleyrand que saísse de seu retiro e ajudasse Champagny a formalizar as negociações e os resultados. Instruiu o conde de Rémusat a transportar para Erfurt os melhores atores da Comédie Française — incluindo Talma — com toda a aparelhagem necessária para produzir as tragédias clássicas do drama francês. "Desejo que o imperador da Rússia", disse ele, "fique estupefato pela visão do meu poder. Pois nenhuma negociação pode deixar de ser assim mais fácil."[24]

Chegou a Erfurt em 27 de setembro e no dia 28 viajou oito quilômetros para encontrar-se com Alexandre e dar as boas-vindas a ele e à sua *entourage* russa. Todos os arranjos foram feitos para agradar ao czar, exceto que Napoleão não deixava dúvidas de que era o anfitrião e numa cidade alemã que se havia tornado parte do Império Francês. Alexandre não se deixou enganar pelos presentes e agrados que lhe foram dirigidos, e também exibiu todos os sinais e formas de amizade. Sua resistência aos encantos de Napoleão foi auxiliada por Talleyrand, que secretamente o aconselhava a apoiar a Áustria e não a França, argumentando que a Áustria, e não a França, era o *pivot* da civilização européia, a qual (sob o ponto de vista de Talleyrand) Napoleão estava destruindo. "A França", dizia ele, "é civilizada, mas seu soberano não o é."[25] Além disso como poderia ser vantajoso para a Rússia reforçar a França? Quando Napoleão procurou reforçar a aliança casando-se com uma irmã de Alexandre, a grã-duquesa Ana, Talleyrand acon-

selhou o czar contra o acordo, e o astuto russo demorou a responder à proposta, alegando que a czarina é que era encarregada de tais negócios.[26] Recompensou Talleyrand arranjando o casamento do sobrinho do diplomata com a duquesa de Dino, herdeira do ducado de Courland. Talleyrand mais tarde defendeu sua traição com a alegação de que o apetite de Napoleão por nações estava destinado não somente a exaurir a Europa com guerras, mas a levar ao colapso e ao desmembramento da França; sua traição a Napoleão, alegava ele, era fidelidade à França.[27] Mas daí em diante suas boas maneiras exalavam mau cheiro onde quer que ele aparecesse.

Durante a conferência, o duque de Saxe-Weimar convidou o seu mais famoso súdito a vir a Erfurt. Em 29 de setembro Napoleão, vendo Goethe numa lista dos recém-chegados, pediu ao duque para combinar um encontro com o poeta-filósofo. Goethe compareceu prazerosamente (2 de outubro), pois julgava Napoleão "a maior cabeça que o mundo jamais havia visto",[28] e aprovava inteiramente a união da Europa sob uma tal cabeça. Encontrou o imperador fazendo o seu desjejum com Talleyrand, Berthier, Savary e o general Daruy, Talleyrand incluiu em suas *Memoirs* o que alegava ser uma cuidadosa lembrança deste famoso colóquio. (Felix Müller, um magistrado de Weimar que acompanhou Goethe, fez um relato apenas ligeiramente diferente.)

> — Monsieur Goethe — disse Napoleão —, estou encantado de vos ver... Sei que sois o principal poeta dramático alemão.
> — Sire, julgais mal nosso país... Schiller, Lessing, e Wieland são seguramente conhecidos de Vossa Majestade.
> — Confesso que apenas os conheço. No entanto, li o livro de Schiller *A Guerra dos Trinta Anos*... Vós viveis geralmente em Weimar; é o lugar onde os mais célebres homens da literatura alemã se encontram!
> — Sire, eles gozam ali de maior proteção; mas presentemente há apenas um homem em Weimar que é conhecido em toda a Europa; é Wieland.
> — Eu ficaria encantado em conhecer Monsieur Wieland.
> — Se Vossa Majestade permitir-me convidá-lo, estou certo de que virá imediatamente...
> — Sois vós um admirador de Tácito?
> — Sim, Sire, admiro-o muito.
> — Bem, eu não; mas falaremos nisto em outra ocasião. Escrevei a Monsieur Wieland para vir aqui. Eu pagarei sua visita em Weimar, aonde o duque convidou-me a ir.[29]

Quando Goethe deixou o aposento (segundo consta) Napoleão observou a Berthier e Daru, "*Voilà un homme!*"[30]

Alguns dias mais tarde, Napoleão, no meio de uma companhia de homens notáveis, recebeu Goethe e Wieland. Talvez houvesse refrescado sua memória, porque falou como um crítico literário confiante de seu conhecimento:

> — Monsieur Wieland, nós gostamos muito de vossos trabalhos na França. Sois o autor de *Agathon* e *Oberon*. Nós vos chamamos o Voltaire da Alemanha.
> — Sire, a comparação seria lisonjeira se fosse justificada...
> — Dizei-me, Monsieur Wieland, por que vosso *Diogenes*, vosso *Agathon*, e vosso *Peregrinus* são escritos no discutível estilo que mistura romance com história e história com romance. Um homem superior como vós deveria manter cada estilo distintamente separado... Mas eu receio falar demais sobre este assunto porque estou tratando com alguém muito mais familiarizado com ele do que eu.[31]

Em 5 de outubro, Napoleão viajou 25 quilômetros até Weimar. Depois de uma caçada em Jena e de uma representação de *La Mort de César* no teatro de Weimar, os anfitriões e os convidados compareceram a um baile onde o esplendor do ambiente e o encanto das mulheres fê-los em breve esquecer os versos de Voltaire. Napoleão, entretanto, retirou-se para um canto, e convidou Goethe e Wieland a virem ter com ele. Trouxeram outros literatos com eles. Napoleão falou especialmente a Wieland sobre dois de seus assuntos favoritos — história e Tácito:

> "Um bom drama trágico deve ser olhado como uma das mais valiosas escolas para homens superiores. Sob um certo ponto de vista o drama está acima da história. O melhor da história muito pouco efeito produz. Os homens, quando sozinhos, são pouco afetados; os homens reunidos recebem as mais fortes e mais duradouras impressões.
>
> "Asseguro-vos que o historiador Tácito, que vós sempre citais, jamais ensinou-me coisa alguma. Poder-se-ia encontrar um maior e as vezes mais injusto detrator da raça humana? Nas mais simples ações ele encontra motivos criminosos; faz dos imperadores os mais contumazes vilões... Seus anais são não uma história do Império, mas um resumo dos registros das prisões de Roma. Estão sempre tratando de acusações, condenados, e gente que abre suas veias dentro de banheiras... Que estilo complicado! Que obscuro! Não estou certo, Monsieur Wieland? Porém... nós não estamos aqui para falar de Tácito. Vide como dança bem o czar Alexandre."[32]

Wieland não se sentiu superado; defendeu Tácito com coragem e cortesia. Observou que: "Suetônio e Dio Cassius relatam um número muito maior de crimes do que Tácito, num estilo despido de energia, enquanto que nada é mais terrível do que a pena de Tácito." E, com uma audaciosa menção a Napoleão: "Pela marca de seu gênio, acreditar-se-ia que ele podia apenas amar a república... Porém quando fala dos imperadores que com tanta felicidade reconciliaram o Império com a liberdade, sente-se que a arte do governo parece para ele a mais bela descoberta na terra... Sire, se é verdade dizer-se de Tácito que os tiranos são punidos quando ele os pinta, ainda é mais verdade dizer-se que os bons príncipes são premiados quando ele traça suas imagens e os apresenta à glória futura."

Os ouvintes reunidos ficaram deliciados com esta vigorosa resposta, e Napoleão ficou um pouco confuso. "Tenho um adversário forte demais para lutar, Monsieur Wieland, e vós não escondeis nenhuma de vossas vantagens... Não gosto de dizer que estou batido;... a isto eu só concordaria com dificuldade. Amanhã eu volto a Erfurt e continuaremos nossa discussão."[33] Não existe registro de nenhum outro encontro...

Em 7 de outubro a maior parte dos visitantes estava de volta a Erfurt. Napoleão insistiu com Goethe que fosse morar em Paris; "lá encontrareis um maior círculo para vosso espírito de observação,... imenso material para vossas criações poéticas".[34] Em 14 de outubro o imperador agraciou Goethe e Wieland com a Cruz da Legião de Honra.

Neste ínterim os Ministros das Relações Exteriores das duas Potências tinham minutado um acordo renovando suas alianças, e comprometendo-se a mútua ajuda caso qualquer uma delas fosse atacada. Alexandre foi deixado com a liberdade de tomar a Wallachia e a Moldávia, mas não a Turquia; Napoleão podia avançar sobre a Espanha com a bênção do czar. Em 12 de outubro o documento foi assinado. Dois dias mais tarde os imperadores deixaram Erfurt; durante algum tempo cavalgaram lado a lado; antes de se separarem abraçaram-se, e prometeram um novo encontro. (Jamais isto aconteceu.)

Napoleão retornou a Paris menos confiante do que tinha vindo, mas resolvido a levar sua Grande Armada à Espanha e sentar de novo seu irmão José no trono que ele não desejava.

IV. A 2ª GUERRA PENINSULAR: (29 DE OUTUBRO DE 1808 — 16 DE JANEIRO DE 1809)

Foi uma campanha napoleônica típica: rápida, vitoriosa e fútil. O imperador sentia a crescente oposição do povo francês à infindável concatenação de suas guerras. Havia concordado com Napoleão que suas guerras na frente leste foram causadas pelos governos que conspiravam para anular a Revolução; mas sentia que seu sangue estava sendo drenado e ressentia-se especialmente que assim o fosse na Espanha e Portugal. Napoleão compreendia tal sentimento, e temia estar perdendo seu domínio sobre a nação, mas (como argumentou em retrospecto) "era impossível deixar a península como uma presa das maquinações dos ingleses, das intrigas, esperanças e pretensões dos Bourbons".[35] A não ser que a Espanha ficasse seguramente amarrada à França, ficaria à mercê dos exércitos ingleses vindos através de Portugal ou Cádiz; em breve a Inglaterra reuniria o ouro e a prata da América portuguesa ou espanhola, e despejá-lo-ia como subsídios para financiar uma nova coligação contra a França; haveria mais Marengos, Austerlitzes, Jenas... Apenas um bloqueio de fronteira fechada às mercadorias inglesas poderia levar esses comerciantes londrinos a falarem sobre paz.

Deixando algumas fortalezas guarnecidas contra surpresas dos austríacos ou prussianos, Napoleão determinou que 160.000 homens da Grand Armée marchassem por sobre os Pireneus e se juntassem aos 65.000 homens que José tinha neste intervalo reunido em Vitória. Ele próprio deixou Paris em 29 de outubro com seu plano de campanha já formado. O exército espanhol estava tentando cercar as tropas de José; Napoleão mandou instruções a seu irmão que evitasse a batalha e deixasse o inimigo avançar num semicírculo que se abria e tornava-se menos forte. Quando se aproximou de Vitória o imperador posicionou suas forças para dar ataque ao centro espanhol; este cedeu e fugiu. Uma outra divisão francesa capturou Burgos (10 de novembro); outras, sob o comando de Ney e Lannes, em Tudela, derrotaram um exército espanhol sob o comando de José de Palafox y Melzi. Percebendo que seus soldados e generais não podiam enfrentar o Grande Exército de Napoleão, os espanhóis espalharam-se de novo para as províncias, e em 4 de dezembro o imperador entrou em Madri. Quando algumas de suas tropas começaram uma pilhagem, ele executou publicamente dois soldados; a pilhagem parou.[36]

Deixando a cidade com uma forte guarnição e sob lei marcial, Napoleão levou seu quartel para cinco quilômetros de distância, em Chamartín. Ali, como um deus criando o mundo, promulgou (4 de dezembro) uma série de decretos, inclusive uma nova constituição para a Espanha. Algumas de suas cláusulas ainda o mostram como um "Filho da Revolução":

> A partir da data da publicação deste decreto os direitos feudais estão abolidos na Espanha. Todas as obrigações pessoais, todos os direitos exclusivos,... todos os monopólios feudais... ficam suprimidos. Quem quer que se subordine às leis terá a liberdade de desenvolver sua indústria sem restrições

> O Tribunal da Inquisição é abolido, por ser inconsistente com a soberania e a autoridade civis. Sua propriedade será seqüestrada e incumbirá ao estado espanhol, para servir como garantia de seus débitos.
>
> Considerando que os membros das várias ordens monásticas aumentaram até um grau indevido,... as casas religiosas na Espanha... serão reduzidas a um terço de seu número atual... reunindo os membros das várias casas de uma mesma ordem em uma só...
>
> Tendo em vista o fato de a instituição que mais se põe no caminho da prosperidade interna da Espanha ser a das fronteiras alfandegárias separando as províncias,... as barreiras existentes entre as províncias serão suprimidas.[37]

Apenas o domínio marcial podia obrigar ao cumprimento de uma tal constituição contra a viva oposição da nobreza entrincheirada, do clero monástico, e de uma população habituada pelo tempo à liderança feudal e ao credo consolador. E este domínio era precário. Wellesley ainda estava triunfante em Portugal e poderia invadir a Espanha tão logo o Grande Exército fosse chamado de volta para encarar um desafio da Áustria. Além disso, um exército inglês de 20.000 homens sob o comando de Sir John Moore deixou Salamanca a 13 de dezembro e começou uma marcha para nordeste, com o objetivo de superar a divisão de Soult próximo a Burgos. Respondendo rapidamente a este desafio, Napoleão levou uma força francesa bastante grande para o norte, por sobre a Serra de Guadarrama, na esperança de atacar a retaguarda das colunas de Moore; agora, afinal, ele iria comparar sua habilidade e seus soldados contra aqueles ingleses até agora protegidos pelo mar. A passagem através do Passo de Guadarrama no meio do inverno foi um sacrifício muito mais severo para seus homens do que o cruzamento dos Alpes em 1800; sofriam e resmungavam, quase amotinados, porém Napoleão não iria abandonar a caça. Moore soube de sua vinda e — temendo ser apanhado entre dois exércitos franceses — voltou suas tropas para oeste, numa marcha apressada através de 400 quilômetros de terreno acidentado coberto de neve em direção a La Coruna, onde poderiam encontrar refúgio numa frota britânica.

Em Astorga, em 2 de janeiro de 1809, Napoleão estava quase em seus calcanhares. Mas aí foi parado por notícias perturbadoras de duas fontes: na Áustria o arquiduque Karl Ludwig estava fazendo preparativos ativos para a guerra; em Paris Talleyrand e Fouché estavam colaborando num plano para substituir Napoleão por Murat. O imperador entregou a perseguição de Moore a Soult, e apressou-se a voltar para a França. Soult, quando o chefe afastou-se, diminuiu a pressa de sua perseguição e não alcançou La Coruna antes que a quase maioria dos ingleses tivesse tido acesso aos navios. Moore sustentou uma heróica reação de retaguarda para proteger os últimos estágios do embarque; foi mortalmente ferido mas não morreu até que o embarque estivesse completo. "Se eu tivesse tido tempo de seguir os ingleses", queixava-se Napoleão, "nem um único de seus homens teria escapado."[38] Eles não somente escaparam; eles retornaram.

V. FOUCHÉ, TALLEYRAND E A ÁUSTRIA: 1809

Quando chegou a Paris (23 de janeiro) Napoleão encontrou a conspiração fervendo no meio do descontentamento público. Cartas de soldados na frente revelavam a centenas de famílias francesas que a resistência espanhola estava de novo se reunindo de forma resoluta, e que Wellesley, tendo tido suas forças aumentadas, em breve mover-

se-ia para de novo expulsar José de Madri. Evidentemente, a guerra iria continuar e os rapazes franceses seriam recrutados ano após ano, para impor aos espanhóis um governo hostil à sua poderosa igreja, e estranho a seu orgulho e a seu sangue. Os realistas da França, a despeito das manobras de Napoleão para apaziguá-los, tinham reiniciado seus planos para depô-lo; seis de tais conspiradores tinham sido apanhados e fuzilados em 1808; um outro, Armand de Chateaubriand, foi executado em fevereiro de 1809, a despeito dos apelos de seu irmão René, então o mais aclamado escritor da França. Diversos Jacobinos conspiravam visando ao mesmo fim, por opostas razões. Mesmo no governo imperial a insatisfação por Napoleão estava crescendo: Fontane enunciou-a discretamente; Decrès abertamente: "O imperador está louco, completamente louco; atrairá a ruína sobre ele próprio e sobre nós todos."[39]

Fouché, ministro da polícia, tinha ganho cumprimentos de Napoleão por haver descoberto os planos de assassinato, mas estava crescentemente em dúvidas sobre as políticas de seu amo e de seu próprio futuro no inevitável colapso. Mais cedo ou mais tarde, sentia ele, os orgulhosos governos da Áustria e da Prússia, e o governo da Rússia, superficialmente pró-francês, iriam unir-se de novo, ajudados pelo ouro inglês, para montar uma outra ofensiva contra uma França desconfortavelmente dominante. Além disso, Napoleão, em alguma batalha futura, poderia perder sua vida; por que alguma bala não iria pôr-lhe fim da mesma forma que uma bala, não havia muito tempo, tinha acabado com um general postado a seu lado? Não iria sua morte súbita, sem herdeiros, jogar a França num caos que a deixaria inerme contra seus inimigos? Talvez Talleyrand pudesse ser persuadido a juntar-se na preparação de Murat para um trono deixado vacante pela captura ou morte de Napoleão. Em 20 de dezembro de 1808, Fouché e Talleyrand concordaram em que Murat era o homem indicado; e Murat também concordou. Eugênio de Beauharnais veio a saber do plano e o contou a Madame Mère que o fez chegar ao conhecimento de seu filho na Espanha.[40]

Napoleão perdoaria Fouché mais facilmente do que a Talleyrand; a recomendação de Fouché tinha sempre sido do lado da prudência, mas Talleyrand havia recomendado a execução do duque de Enghien e a ocupação da Espanha, e provavelmente tinha parte da responsabilidade pela crescente frieza de Alexandre. Em 24 de janeiro de 1809, vendo Talleyrand no Conselho de Estado, Napoleão deu vazão a seu ressentimento, há muito escondido, numa reprovação pública violenta: "Vós ousais manter que nada sabíeis acerca da morte de Enghien; ousais manter que nada sabíeis acerca da guerra espanhola!... Haveis esquecido que me recomendastes por escrito executar Enghien? Haveis esquecido que em vossas cartas me recomendastes reviver a política de Luís XIV (estabelecer sua própria família no trono da Espanha)?" Então, sacudindo seu punho frente ao rosto de Talleyrand, Napoleão gritou: "Compreendei isto: se houvesse uma revolução, não importa que parte vós tivésseis tomado nela, vós seríeis o primeiro a ser esmagado!... Vós sois a imundície vestida de meias de seda." Isto dito, o imperador apressadamente deixou o aposento. Talleyrand, capengando atrás dele, observou a seus conselheiros: "Que pena que um tão grande homem tenha tão más maneiras!"[41] Na manhã seguinte Napoleão pôs um fim às funções e aos salários de Talleyrand como grande camarista da corte. Em breve, como era seu hábito, ele arrependeu-se de sua explosão, e não fez objeção à continuada presença de Talleyrand na corte. Em 1812 ele ainda diria: "Ele é o mais capaz ministro que eu jamais tive."[42] Talleyrand não perdeu

nenhuma oportunidade de apressar a queda de Napoleão.

A Áustria estava fazendo sua parte. Todo o país, de ricos a pobres, parecia ansioso por uma tentativa de livrar-se da dura paz que Napoleão lhe havia imposto. Unicamente o imperador Francisco I hesitava, protestando que as requisições de dinheiro para o exército estavam arruinando o Estado. Talleyrand mandou-lhe palavras de encorajamento: o Grande Exército estava atolado na Espanha, a opinião pública francesa era fortemente oposta à guerra, a posição de Napoleão era precária.[43] Metternich, até aqui hesitante, argüia que tinha chegado a ocasião da Áustria atacar. Napoleão advertiu o governo austríaco que, se continuasse a armar-se, não teria nehuma outra escolha senão constituir um novo exército, a qualquer custo. Os austríacos continuaram a armar-se. Napoleão apelou a Alexandre para alertá-los; o czar mandou uma palavra de cautela, que poderia ser interpretada como aconselhando uma demora. Napoleão convocou duas divisões da Espanha, chamou 100.000 conscritos, ordenou e recebeu 100.000 soldados da Confederação do Reno, que temia pela sua vida se a Áustria viesse a dominar a França; por volta de abril de 1809, Napoleão tinha 310.000 homens sob seu comando. Uma força separada de 72.000 franceses e 20.000 italianos foi organizada para proteger o vice-rei Eugênio de um exército austríaco mandado à Itália sob o comando do arquiduque Johann. Em 9 de abril o arquiduque Karl Ludwig invadiu a Baviera com 200.000 homens. Em 12 de abril a Inglaterra assinou uma nova aliança com a Áustria, comprometendo-se a novos subsídios. Em 13 de abril Napoleão deixou Paris em direção a Strasbourg, após anunciar a seus aflitos auxiliares do palácio que "em dois meses eu compelirei a Áustria a desarmar-se". Em 17 de abril alcançou seu exército principal em Donauwörth no Danúbio, e deu ordens finais para a disposição de suas forças.

Os franceses venceram alguns encontros menores em Abensberg e Landshut (19 e 20 de abril). Em Eckmühl (22 de abril) o marechal Davout conduziu um irresistível ataque sobre a ala esquerda do arquiduque Karl Ludwig enquanto as tropas do próprio Napoleão assaltavam o centro; após perder 30.000 homens, Karl retirou-se para a Boêmia. Napoleão marchou sobre Viena, onde entrou em 12 de maio, após um difícil e bravamente resistido cruzamento da margem direita do Danúbio, que tinha ali 1.000 metros de largura. Neste ínterim, Karl reorganizou suas forças e trouxe-as de volta para a margem esquerda em Essling. Napoleão tentou recruzar, na esperança de derrotar o arquiduque num encontro definitivo. Mas o Danúbio estava muito cheio, o que carregou algumas das principais pontes; parte do exército francês e muito da munição tiveram de ser deixados para trás; e em 22 de maio, 60.000 homens de Napoleão encontraram-se engajados numa batalha com 115.000 soldados austríacos. Depois de perder 20.000 homens — o bem-amado Lannes entre eles — o imperador ordenou aos remanescentes 40.000 homens que recruzassem o Danúbio, por quaisquer meios que eles pudessem encontrar. Os austríacos haviam perdido 23.000 homens, mas o encontro foi aceito através de toda a Europa como uma desastrosa derrota de Napoleão. A Prússia e a Rússia observavam a seqüência dos acontecimentos interessadamente, prontas, a qualquer novo encorajamento, a pular sobre o agitador aventureiro que por tanto tempo tinha frustrado os senhores do feudalismo.

Na Itália o destino do vice-rei Eugênio era instável com o equilíbrio dos acontecimentos. Sua base em Milão, a despeito de seu benigno governo, tinha se tornado insegura pelo crescente descontentamento do povo com o tratamento que Napoleão dera

ao Papa. Foi consideravelmente perturbado que Eugênio levou seu exército para o leste, ao encontro do arquiduque Johann. Foi derrotado em Tagliamento em 16 de abril, e as coisas teriam ficado ainda piores para ele, se não tivesse Johann, com a notícia da vitória de Napoleão em Eckmühl, feito meia-volta na vã esperança de salvar Viena. Eugênio, arriscando a perda da Itália para reforçar seu pai adotivo, também moveu-se para o norte e alcançou-o a tempo de estar com ele em Wagram.

Após a repulsa em Essling, Napoleão, tendo recebido reforço de tropas e de artilharia, construiu novas pontes através do Danúbio e fortificou consideravelmente, transformada em acampamento e arsenal, a ilha de Lobay, situada no rio, a apenas 100 metros da margem esquerda. Em 4 de julho mandou que seu exército de novo cruzasse. Vendo-se superado em efetivo, Karl Ludwig retirou-se para o norte; Napoleão perseguiu-o e em Wagram 180.000 franceses e aliados encontraram-se com 136.000 austríacos e aliados numa das mais sangrentas batalhas da história. Os austríacos lutaram bem, e em certas ocasiões estiveram próximos da vitória; mas a superioridade de Napoleão em efetivos e tática mudaram o curso dos acontecimentos, e após dois dias (5 e 6 de julho de 1809) de homicídio competitivo, Karl, tendo perdido 50.000 homens, ordenou a retirada. Napoleão tinha perdido 34.000, mas ainda lhe restavam 153.000 homens, enquanto Karl tinha apenas 86.000; as chances eram agora de 2 contra um. O desesperado arquiduque pediu uma trégua que Napoleão satisfeito concedeu.

Ele instalou-se em Schönbrunn com Madame Walewska, e regozijou-se ao saber que ela estava grávida; quem poderia agora dizer que era sua culpa se Josefina não lhe dera um filho? O velho marido de Maria foi suficientemente galante para esquecer sua distinta infidelidade; convidou-a de volta para sua propriedade na Polônia e preparou-se para reconhecer a criança como sua.[44]

As negociações de paz arrastaram-se por três meses, parcialmente porque Karl Ludwig não podia persuadir seu irmão Francisco I que não era possível organizar uma nova resistência, e parcialmente porque o imperador Francisco esperava que a Prússia e a Rússia viriam em sua ajuda. Napoleão ajudou Alexandre a resistir ao apelo oferecendo-lhe parte da Galícia, e prometendo-lhe não restaurar o reino da Polônia; em 1º de setembro o czar informou à Áustria que não estava preparado para romper com a França; os negociadores austríacos ainda resistiram, até que Napoleão apresentou-lhes um ultimato. Em 14 de outubro assinaram o tratado de Schönbrunn, ditado pela França no palácio real de seus velhos inimigos habsburgos. A Áustria cedeu o Innviertel e Salzburgo para a Baviera, que tinha tantas vezes invadido. Parte da Galícia foi para a Rússia, parte para o grão-ducado de Varsóvia, em troca parcial do território tomado pela Áustria nas repartições da Polônia. Fiume, Ístria, Trieste, Veneza e parte da Croácia, a maior parte da Caríntia e Carniola foram tomadas pela França. Ao todo a Áustria perdeu 3.500.000 almas pagadoras de impostos, e teve que pagar uma indenização de 85 milhões de francos. Napoleão considerava que tudo isto lhe era devido, e seis meses mais tarde coroou seus despojos tomando uma arquiduquesa austríaca como sua noiva.

VI. CASAMENTO E POLÍTICA: 1809-11

Napoleão deixou Viena em 15 de outubro de 1809, e chegou a Fontainebleau no dia 26. Explicou a seus parentes íntimos e conselheiros sua decisão de procurar um divórcio.

Foram quase unânimes em aprová-lo, mas ele não pôde reunir coragem para revelar sua intenção a Josefina até 30 de novembro. A despeito de suas diversões extramaritais, que lhe pareciam privilégio legítimo de um guerreiro errante, ele ainda a amava, e a ruptura iria causar-lhe meses de miséria emocional.

Ele conhecia as faltas dela — seus modos preguiçosos, lânguidos, sua toalete relaxada, sua extravagância no modo de vestir e nas jóias, sua incapacidade de dizer não às costureiras que vinham expor-lhe suas mercadorias. "Ela comprava tudo que lhe fosse trazido, não importava a que preço."[45] Suas dívidas repetidamente alcançavam níveis que provocavam tempestades em seu marido; expulsava as vendedoras de seus aposentos, repreendia-a e pagava as dívidas. Concedia-lhe 600.000 francos por ano para suas despesas pessoais, e 120.000 mais para suas caridades; mas sabia que ela era uma gastadeira incorrigível.[46] Perdoava-lhe seu amor pelos diamantes, talvez porque eles a fizessem fascinante a despeito de seus 42 anos. Ela era toda sentimento e nada de intelecto, exceto quanto à sabedoria que a natureza dá às mulheres para manusearem os homens. "Josefina," dizia-lhe ele, "tu tens um excelente coração e uma cabeça fraca."[47] Raramente deixava que falasse de política, e quando ela persistia não dava atenção aos seus pontos de vista. Mas era grato ao sensual calor de seus beijos, à "infalível doçura de sua disposição",[48] e à modéstia e graça com que preenchia suas muitas funções como imperatriz. Ela o amava além da idolatria e ele a amava apenas menos que ao poder. Quando Mme. de Staël acusou-o de não gostar das mulheres, ele retrucou, simplesmente: "Gosto de minha esposa".[49] Antoine Arnault, maravilhava-se com o "domínio exercido pela mais gentil e mais indolente das creoulas sobre o mais voluntarioso e despótico dos homens. Sua determinação, perante a qual todos os homens se encolhiam, não resistia às lágrimas de uma mulher".[50] Como Napoleão disse em Santa Helena: "Eu, em geral, tinha que ceder."[51]

Josefina sabia há muito tempo de seu anseio por um herdeiro de seu sangue, como seu legítimo e indisputado sucessor no governo; conhecia seu medo que, sem uma transmissão tradicional de poder, sua captura, morte ou doença séria iria provocar um louco encontro de facções e generais pela supremacia, e que no caos resultante a poderosa, organizada e próspera França, que ele havia construído, podia desintegrar-se num outro terror — vermelho ou branco — como aquele do qual a havia resgatado em 1799.

Quando finalmente lhe disse que deviam separar-se, ela desmaiou, sincera o bastante para ficar inconsciente por muitos minutos. Napoleão carregou-a para seus aposentos, chamou o seu médico, Jean-Nicolas Corvisart des Marets, e pediu o auxílio de Hortência para acalmar sua mãe. Durante uma semana Josefina recusou-se a consentir; então, em 7 de dezembro, Eugênio chegou da Itália e persuadiu-a. Napoleão confortou-a com toda a espécie de ternura. "Eu sempre te amarei", disse-lhe, "mas a política não tem coração; tem apenas uma cabeça."[52] Ela receberia o título definitivo do castelo e dos terrenos de Malmaison, o título de imperatriz, e uma substancial anuidade. E assegurou aos filhos que ele seria até o fim seu amado pai.

Em 16 de dezembro o Senado, após ouvir os pedidos tanto do imperador quanto da imperatriz pela dissolução de seu casamento, promulgou um decreto de divórcio; e em 12 de janeiro o arcebispo metropolitano de Paris declarou o casamento anulado. Muitos católicos questionaram a validade canônica dessa anulação; a maior parte da França desaprovou a separação; e muitos profetizaram que a partir de então a boa fortuna, que tinha tão regularmente seguido Napoleão, iria procurar outros favoritos.[53]

Tendo prevalecido a política sobre o amor, Napoleão começou a procurar uma companheira que não apenas lhe desse uma promessa de maternidade, mas que trouxesse algumas conexões imperiais proveitosas para a segurança da França e de seu governo. Em 22 de novembro (oito dias antes de pedir a Josefina o divórcio) Napoleão havia instruído Caulencourt, seu embaixador em São Petersburgo, a apresentar pedido oficial a Alexandre da mão de sua irmã de 16 anos, Ana Pavlova. O czar sabia que a mãe, que chamava Napoleão "aquele ateísta", jamais aprovaria uma tal união, mas demorou a responder, esperando obter de Napoleão, como um *quid pro quo*, algumas concessões territoriais na Polônia. Impaciente com as negociações, e temendo uma recusa, Napoleão seguiu a recomendação de Metternich de que a Áustria receberia favoravelmente uma proposta à arquiduquesa Maria Luísa. Cambacérès opôs-se ao plano, predizendo que iria terminar com a aliança da Rússia e conduzir à guerra.[54]

Maria Luísa, então com 18 anos de idade, não era bonita, mas seus olhos azuis, suas faces coradas, seu cabelo castanho, seu temperamento suave e simples gostos, ajustavam-se bem às necessidades de Napoleão; todas as provas garantiam sua presente virgindade e futura fertilidade. Tinha bastante educação, sabia várias línguas, conhecia música, desenho e pintura. Desde sua meninice tinha sido ensinada a odiar o candidato à sua mão como o pior homem da Europa, mas também havia aprendido que uma princesa é um artigo político, cujo gosto a respeito dos homens devia se subordinar ao bem do Estado. Afinal de contas, este famoso e infame monstro deveria ser uma mudança excitante para a enfadonha rotina de uma moça reclusa, aspirando a um mundo mais amplo.

Assim, em 11 de março de 1810, em Viena, ela foi formalmente casada com o ausente Napoleão, representado pelo marechal Berthier. Repetindo a procissão de noivado de Maria Antonieta em 1770, transferiu-se com 83 coches e carruagens, durante 15 dias e noites de cerimônia, até alcançar Compiègne em 27 de março. Napoleão havia combinado encontrar-se com ela ali, mas — curioso ou cortês — adiantou-se para recebê-la na localidade próxima de Courcelles. Ao vê-la... mas deixemo-lo contar a história:

> Desci rapidamente de minha carruagem e beijei Maria Luísa. A pobre criança tinha aprendido de cor um longo discurso, que repetiu para mim, de joelhos. Perguntei a Metternich e ao bispo de Nantes se eu podia passar a noite sob o mesmo teto que Maria Luísa. Eles removeram todas as minhas dúvidas, e asseguraram-me que ela era agora imperatriz e não arquiduquesa... Eu estava separado de seu quarto apenas pela biblioteca. Perguntei-lhe o que lhe disseram ao deixar Vienna. Respondeu-me muito ingenuamente que seu pai e Frau Lazansky haviam-na orientado assim: "Tão logo estejais sozinha com o imperador, deveis fazer absolutamente tudo o que ele vos disser. Deveis concordar com tudo o que ele vos pedir." Ela era uma criança deliciosa.
>
> Monsieu Ségur desejava que eu me mantivesse afastado dela por formalidade, mas como eu já estava certamente casado, tudo estava certo, e eu lhe disse para ir para o inferno.[55]

O par foi unido pelo casamento civil em St.-Cloud em 1º de abril, e, no dia seguinte, por uma cerimônia religiosa no grande salão do Louvre. Quase todos os cardeais recusaram-se a atender a este serviço, baseados em que o papa não havia anulado o casamento com Josefina; Napoleão exilou-os para as províncias. Excetuando isso, estava exuberantemente feliz. Verificou que sua noiva era sensual e socialmente agradável — modesta, obediente, generosa e afável; nunca aprendeu a amá-lo, mas era uma com-

panhia agradável. Como imperatriz não alcançou a popularidade de Josefina, mas era aceita como simbolizando o triunfo da França sobre as realezas hostis da Europa.

Napoleão não esqueceu Josefina. Visitava tão amiúde Malmaison que Maria começou a queixar-se, o que o levou a cessar as visitas; porém mandava a Josefina cartas reconfortantes, quase todas endereçadas a "meu amor".[56] A uma destas ela respondeu de Navarre, na Normandia, em 21 de abril de 1810:

> Mil, mil agradecimentos por não me teres esquecido. Meu filho trouxe-me tua carta. Com que ardor eu a abri!... Não há nela uma palavra que não me haja feito chorar; mas estas lágrimas foram muito doces...
>
> Escrevi-te ao deixar Malmaison, e quantas vezes depois disso desejei escrever-te! Mas sinto as razões de teu silêncio, e temo ser importuna...
>
> Sê feliz, sê feliz como tu desejas; falo de todo o meu coração. Tu me deste minha parcela de felicidade, e uma parcela que eu senti profundamente... *Adieu,* meu amigo. Eu te agradeço tão ternamente quanto sempre te amarei.[57]

Josefina consolava-se com coisas bonitas e como anfitriã. Napoleão lhe dava três milhões de francos por ano; ela gastava quatro; após sua morte em 1814 algumas contas de compras suas não pagas perseguiram-no até Elba.[58] Em Malmaison ela colecionou uma galeria de arte, e entretinha seus convidados sem levar em conta os custos. Convites para suas recepções tinham valor apenas menor do que os de Napoleão. Mme. Tallien — agora a gorda e quarentona princesa de Chimay — vinha, e juntas lembravam-se dos dias quando eram rainhas do Diretório. A condessa Walewska comparecia; era bem recebida, e juntava-se a Josefina para lamentarem seu perdido amor.

A Napoleão foram concedidos dois anos de felicidade e relativa paz. O Tratado de Schönbrunn havia aumentado seu reino, enriquecido seu Tesouro, e estimulado seu apetite. Tinha anexado os Estados Papais (17 de maio de 1809), e tinha restaurado José em seu trono real em Madri. Em janeiro de 1810 a Suécia, há longo tempo inimiga, assinou com a França um tratado de paz e aderiu ao Bloqueio Continental; em junho, com o consentimento que havia solicitado a Napoleão, aceitou Bernadotte como herdeiro aparente do trono sueco. Em dezembro Napoleão absorveu Hamburgo, Bremen, Lübeck, Berg e Oldenburgo no império francês. Sua ansiedade de fechar todos os portos continentais ao comércio inglês fazia-o aos olhos de seu inimigo um conquistador insaciável, acumulando dívidas para com os deuses ciumentos.

Domesticamente, os negócios andavam calmos e confortantes. A França estava próspera e orgulhosa; a única agitação da superfície foi a dispensa final de Fouché por haver excedido a seus poderes. Savary sucedeu-o como Ministro da Polícia, enquanto Fouché retirou-se para Aix-en-Provence a fim de arquitetar a vingança. Os negócios exteriores não andavam tão suaves. A Holanda estava amaldiçoando o embargo das mercadorias britânicas. A Itália, orgulhosa do papado, estava perdendo a paciência com Napoleão; Wellington estava preparando um exército em Portugal para a invasão da Espanha; e além do Reno os estados alemães sob o governo bonapartista estavam-se queixando das imposições e apenas aguardando alguma falha imperial para deixá-los voltar a governantes mais de seu agrado.

Em compensação, Maria Luísa estava esperando criança, e o feliz imperador contava os dias até que isso acontecesse. Quando o grande acontecimento se aproximava, rodeou-o

de toda a cerimônia e solenidade que haviam tradicionalmente aguardado o nascimento de um Bourbon. Foi feito o anúncio de que, se a criança fosse uma filha, Paris ouviria uma salva de 21 tiros; porém se fosse um filho, a salva continuaria até 101. O parto foi extremamente doloroso; o feto resolveu-se vir ao mundo com os pés para a frente. O dr. Corvisart disse a Napoleão que ou a mãe ou a criança teria que ser sacrificada; foi-lhe dito que salvasse a mãe a qualquer custo.[59] Um outro médico usou de instrumentos para inverter o feto; Maria esteve por alguns minutos próximo à morte. Finalmente a criança resolveu aparecer primeiro com a cabeça; tanto a mãe quanto a criança sobreviveram (20 de março de 1811). Os 101 tiros de canhão mandaram sua mensagem por sobre Paris, ecoando através da França; e não havia muitas pessoas na Europa que pudessem negar ao imperador o direito à felicidade. Todos os governantes da Europa Continental enviaram suas congratulações ao orgulhoso pai e àquele que já era chamado o "Rei de Roma".[60] Agora, pela primeira vez em sua carreira, Napoleão podia-se sentir toleravelmente seguro; tinha fundado uma dinastia que, em suas esperanças, seria tão esplêndida e beneficente como qualquer outra na história, e poderia até unificar a Europa.

CAPÍTULO X

O Homem Napoleão

I. FÍSICO

NÃO DEVEMOS imaginá-lo como Gros o pintou em 1796 — bandeira numa das mãos, espada desembainhada na outra, uniforme ornado com faixa colorida e insígnias oficiais, o longo cabelo castanho selvagemente solto ao vento, os olhos, o sobrecenho e os lábios em fixa determinação; isso parece idealizado demais para ser verdade. Dois anos mais jovem do que seu herói de 27 anos, diz-se que Gros o viu plantando aquela bandeira na ponte de Arcole,[1] porém a pintura é provavelmente o produto de ardente idolatria — o homem de arte adorando o homem de feitos. E no entanto, dois anos mais, Guérin pintou Napoleão com essencialmente as mesmas características: o cabelo caindo sobre a testa e sobre os ombros, o sobrecenho arqueado sobre os olhos sombrios e resolutos, o nariz pontiagudo como sua vontade, os lábios fechados como os daqueles que tomam uma resolução. Isso é, no entanto, apenas um aspecto do homem — o marcial. Havia muitas outras disposições que podiam relaxar esses traços, como quando puxava de brincadeira as orelhas de seu secretário, ou seu êxtase paternal sobre o infante "Rei de Roma". Por volta de 1802, havia abandonado seus longos cachos[2] — todos menos um que lhe caía sobre sua testa. Engordou após os 40 anos, e às vezes usava sua barriga para apoiar a mão. Freqüentemente, especialmente quando andava, ele cruzava as mãos às costas; isso tornou-se tão habitual que quase sempre o traía em um baile de máscaras. Durante toda a sua vida suas mãos atraíam a atenção pela perfeição de sua pele e o afilamento de seus dedos; na verdade tinha bastante orgulho de todas suas quatro extremidades. No entanto Las Cases, que pensava nele como num deus, não podia deixar de sorrir daquelas "ridiculamente belas mãos".[3]

Era absurdamente baixo para um general, tendo apenas 1 metro e 68 de altura;[4] o comando tinha que ser por meio de seus olhos. O cardeal Caprara, vindo para negociar a Concordata, usou "um imenso par de óculos verdes" para atenuar o brilho dos olhos de Napoleão. O general Vandamme, temendo seu hipnotismo, confessava: "O diabo daquele homem exerce sobre mim uma fascinação que eu não posso explicar; e em tal grau que, embora eu não tema nem a Deus nem ao diabo, sinto-me pronto a tremer como uma criança quando estou em sua presença, e ele poderia fazer-me passar pelo fundo de uma agulha para jogar-me ao fogo!"[5] A tez do imperador era pálida, abrilhantada, no entanto, por músculos faciais que rapidamente refletiam — se assim o desejasse — cada novo sentimento ou idéia. A cabeça de Napoleão era grande para sua estatura, porém bem conformada; seus ombros eram largos, seu peito bem desenvolvido, sugerindo uma forte constituição. Vestia-se com simplicidade, deixando a elegância para seus marechais; seu complexo chapéu, que se abria como uma panqueca dobrada,

não tinha nenhum adorno a não ser o cocar tricolor. (Um dos chapéus de Napoleão, num leilão em Paris em 23 de abril de 1969, foi comprado por US$ 30,840.[6]) Usualmente vestia um casaco cinzento por sobre o uniforme de coronel de sua guarda. Levava uma caixa de rapé na cintura e ocasionalmente recorria a ela. Preferia culotes até os joelhos e meias de seda a calças. Nunca usava jóias, mas seus sapatos eram forrados de seda e amarrados com fivelas de ouro. No modo de vestir, como em sua filosofia política final, pertencia ao *Ancien Régime*.

Era "escrupulosamente limpo em sua pessoa".[7] Tinha uma paixão por banhos quentes, às vezes banhando-se por duas horas; provavelmente encontrava ali algum alívio para tensões nervosas, dores musculares e uma coceira na pele que havia contraído em Toulon.[8] Usava água-de-colônia no pescoço, no peito e no rosto.[9] Era "excepcionalmente moderado" no comer e beber; diluía seu vinho com água,[10] como os antigos gregos; e usualmente despendia apenas de 10 a 15 minutos com seu almoço. Em campanha comia como a oportunidade o permitisse, e muitas vezes apressadamente; às vezes isso levava-o a ter indigestão e nos momentos críticos, como aconteceu nas batalhas de Borodino e Leipzig.[11] Sofria de prisão de ventre; em 1797 acrescentou a isso hemorróidas, ele alegava haver curado com sanguessugas.[12] "Nunca o vi doente," dizia Méneval, porém ajuntava: "Era apenas ocasionalmente sujeito a vomitar bile, que nunca deixava nenhum efeito posterior... Temera, durante algum tempo, que estivesse afetado por uma doença da bexiga, porque o puro ar das montanhas causava-lhe uma espécie de disúria; mas esse receio verificou-se que não tinha fundamento."[13] No entanto, há consideráveis provas de que no fim de sua vida Napoleão era afligido com inflamação do trato urinário, às vezes levando a dolorosa e inconveniente freqüência de vontade de urinar.[14] Seus nervos extremamente tensos às vezes, como em Mainz em 1806, entravam em colapso com convulsões que parcialmente lembravam crises epilépticas, mas hoje geralmente concorda-se que ele era vítima de epilepsia.[15]

Não há uma concordância igual a respeito do estômago do imperador. "Em toda a minha vida", disse ele a Las Cases em 16 de setembro de 1816, "eu jamais tive uma dor de cabeça ou uma dor de estômago". Méneval o corrobora: "Eu nunca ouvi queixar-se de dores no estômago."[16] No entanto Bourrienne reporta ter mais de uma vez visto Napoleão sofrendo de tais dores no estômago que, "eu tinha que acompanhá-lo". para seu quarto de dormir e fui muitas vezes obrigado a ampará-lo". Em Varsóvia, em 1806, após violentas dores no estômago, ele predisse que morreria da mesma doença que seu pai — isto é, câncer no estômago.[17] Os médicos que o autopsiaram em 1821, concordaram em que ele tinha um estômago doente, aparentemente canceroso. Alguns estudiosos acrescentariam gonorréia e sífilis a seus incômodos e sugerem que algumas conseqüências disso permaneceram com ele até o final.[18]

Recusava-se a tratar seus incômodos com remédios. Como um general acostumado a soldados feridos, admitia a necessidade de cirurgia; porém quanto a drogas ele desconfiava de seus efeitos laterais e preferia, quando doente, jejuar, beber água de cevada, limonada, ou água contendo folhas de laranja, fazer vigorosos exercícios para promover a transpiração e deixar que o corpo cuidasse de curar-se. "Até 1816", reporta Las Cases, "o imperador não tinha lembrança de haver tomado remédio";[19] porém a memória imperial era então suscetível de esquecer-se por conveniência. "Doutor", explicou ao médico do S.S. *Northumberland*, a caminho de Santa Helena, "nosso corpo

é uma máquina que tem por propósito a vida — é organizado para esta finalidade — esta é a sua natureza. Deixe ali a vida a seus próprios cuidados; deixe que ela tome conta de si mesma; isso será melhor do que se vós a paralisais sobrecarregando-a com remédios."[20] Nunca se cansava de brincar com seu médico favorito, Corvisart, acerca da inutilidade dos remédios; finalmente levou-o a concordar que, no balanço final, as drogas haviam feito mais mal do que bem.[21] Ele divertia seu último médico, Francesco Antommarchi, perguntando qual dos dois grupos, o dos generais ou o dos doutores, iria, no Julgamento Final, ser achado responsável pelo maior número de mortes.

A despeito de seus incômodos, encontrava em si próprio um fundo de energia que nunca lhe faltou, até o incêndio de Moscou. Uma indicação para servir sob seu comando não era uma sinecura burocrática, mas quase uma sentença de vagarosa morte; muitos orgulhosos oficiais afastaram-se exaustos após cinco ou seis anos de seguirem a cadência do imperador. Um dos que foram por ele apontados cumprimentava-se por não estar estacionado em Paris: "Ali eu morreria de dedicação antes do fim do mês. Ele já matou Portalis, Crétet, e quase Treilhard, que era duro; não podia mais urinar, nem tampouco os outros."[22] Napoleão admitia uma alta mortalidade entre seus ajudantes. "O homem feliz", dizia ele, "é aquele que se esconde longe de mim, nas profundezas de alguma província."[23] Quando perguntou a Luís Filipe de Ségur o que o povo diria dele após a sua morte, e Ségur replicou que demonstraria um pesar universal, Napoleão corrigiu-o: "De forma alguma; eles vão dizer 'Arre!' num profundo e universal alívio."[24]

Mas desgastava-se como fazia com os outros. A máquina era forte demais para a carroceria. Acumulou um século de eventos em 20 anos porque comprimia uma semana em um dia. Chegava à sua mesa de trabalho às sete horas da manhã e esperava que seu secretário estivesse disponível a qualquer hora; "vamos", dizia a Bourrienne, "vamos trabalhar". [25] "Esteja aqui esta noite à uma da manhã ou às quatro," dizia a Méneval, "e iremos trabalhar juntos."[26] Três ou quatro dias na semana comparecia às reuniões do Conselho de Estado. "Estou sempre trabalhando", dizia ao conselheiro Roederer; "trabalho enquanto estou comendo, trabalho no teatro; no meio da noite eu me acordo e trabalho."

Podia-se supor que esses dias cheios e excitantes seriam pagos por noites sem sono, mas Bourriene assegura-nos que o imperador dormia suficientemente bem — sete horas por noite e "uma pequena soneca após o meio-dia".[27] Gabava-se a Las Cases que podia dormir quando queria, "a qualquer hora, e em qualquer lugar", quando quer que necessitasse de repouso. Explicava que mantinha seus muitos e diferentes assuntos arrumados em sua cabeça ou memória, como num armário com diversas gavetas; "quando desejo afastar-me de um negócio, fecho a gaveta que o contém e abro a gaveta que contém um outro... Se desejo dormir, fecho todas as gavetas e em breve estou adormecido".[28]

II. MENTE

Goethe pensava que a mente de Napoleão era a maior que o mundo já havia produzido.[29] Lorde Acton concordava. Méneval, pasmo pela proximidade do poder e da fama, atribuía a seu patrão "o mais alto intelecto que jamais foi doado a um ser humano".[30] Taine, o mais brilhante e infatigável oponente da idolatria a Napoleão,

maravilhava-se da capacidade do imperador para longo e intenso trabalho mental; "jamais se viu um cérebro tão disciplinado e sob tal controle".[31] Concordemos em que a mente de Napoleão estava entre as mais perceptivas, penetrantes, retentivas, e lógicas mentes jamais vistas em uma pessoa que era predominantemente um homem de ação. Gostava de assinar como "membro do Instituto", e uma vez expressou a Laplace seu pesar em que "a força das circunstâncias o tinham afastado tanto de uma carreira de cientista";[32] naquele momento poderia ter classificado o homem que soma algo ao conhecimento humano acima do homem que soma algo ao poder do homem. Se Napoleão tivesse sido sábio, dizia Anatole France, "teria vivido numa água-furtada e escrito quatro livros"; isto é, teria sido um outro Spinoza.[33] No entanto poderia ter sido perdoado por desprezar os "ideólogos" do Instituto, que erradamente tomavam idéias por realidades, explicavam o universo, e propunham-se a dizer-lhe como governar a França. Sua mente tinha os defeitos de uma imaginação romântica, mas tinha o estímulo realista do contacto diário com a carne e o sangue da vida. Sua atividade mental persistente era parte e escrava de sua ação persistente nos mais altos níveis da ciência de governar.

Em primeiro lugar ele era sensível. Sofria da agudeza de seus sentidos: seus ouvidos multiplicavam os sons, seu nariz multiplicava os odores, seus olhos penetravam a superfície e as aparências e desprezavam o incidental para esclarecer o significativo. Era curioso e fazia milhares de perguntas, lia centenas de livros, estudava mapas e história, visitava fábricas e fazendas; Las Cases ficava espantado com o alcance de seu interesse, o escopo de seu conhecimento acerca dos países e dos séculos. Tinha uma memória que se havia tornado tenaz e seletiva pela intensidade e caráter de seus objetivos; sabia o que esquecer e o que reter. Era ordenado: a unidade e a hierarquia de seus desejos impunham uma ordem esclarecedora e diretora sobre suas idéias, ações, política e governo. Exigia de seus ajudantes relatórios e recomendações compostas não de eloqüentes abstrações, de admiráveis ideais, porém de objetivos definidos, informações factuais, medidas práticas e resultados calculáveis; estudava, verificava e classificava este material à luz de sua experiência e de seus propósitos, e emitia instruções decisivas e precisas. Não se conhece outro governo na história que houvesse trabalhado com tal organizada preparação visando a uma administração de tal modo ordenada. Com Napoleão o êxtase da liberdade seguia a ditadura da ordem.

Projetando suas memórias para antecipar os fatos, tornou-se perito em calcular o resultado das possíveis respostas, e em predizer os planos e movimentos de seus inimigos. "Eu medito muito", dizia. "Se aparento estar preparado para uma oportunidade e pronto para encará-la quando ela vem, é porque pensei sobre o assunto por um longo tempo antes de levá-lo avante... Já antecipei o que quer que possa acontecer. Não é um gênio *(djinn)* que subitamente me revela o que eu devo fazer ou dizer,... mas minha própria reflexão."[34] Desta forma ele preparou em detalhe as campanhas de Marengo e Austerlitz, e predisse não só os resultados, mas o tempo que tomaria para alcançá-los. No auge de sua carreira (1807) tinha a capacidade de evitar que seus desejos obscurecessem sua visão; tentava antecipar as dificuldades, os azares, as surpresas e planejava para fazer-lhes frente. "Quando planejo uma batalha ninguém é mais pusilânime do que eu. Aumento para mim mesmo todos os males possíveis sob as circunstâncias."[35] Sua primeira regra em caso de emergências imprevistas era dar-lhes atenção imediata,

a qualquer hora do dia ou da noite. Deixava instruções permanentes com Bourrienne: "Não me acordeis quando tiverdes boas notícias a comunicar-me; com relação a essas não há pressa. Mas quando trouxerdes más notícias acordai-me imediatamente, pois então não há um momento a perder!"[36] Reconhecia que, a despeito de toda a previsão, poderia ser surpreendido por um acontecimento inesperado, mas orgulhava-se de ter "a coragem das duas horas da madrugada" — a capacidade de pensar claramente e agir prontamente e efetivamente após ter acordado subitamente.[37] Tentava guardar-se contra o azar e repetidamente dizia a si mesmo que "existe somente um passo entre a vitória e o desastre".[38]

Seu julgamento dos homens era usualmente tão penetrante quanto seus cálculos dos acontecimentos. Não confiava em aparências ou declarações; o caráter de uma pessoa, pensava ele, não aparece em seu rosto até que haja envelhecido, e a fala esconde tanto quanto revela. Ele se estudava sem cessar, e, nesta base, presumia que todos os homens e mulheres eram levados a suas ações conscientes e pensamentos pelo interesse próprio. Ele, que era o objeto de tanta devoção (de Desaix, Lannes, Méneval, Las Cases... e daqueles soldados que, ao morrer, gritavam "*Vive l'Empereur!*") não podia conceber uma devoção desinteressada. Atrás de cada palavra e ação deliberada via a incansável motivação do ego — a ambição do homem forte, o medo do homem fraco, a vaidade ou o estratagema da mulher. Procurava descobrir a paixão dominante ou a fragilidade vulnerável de cada pessoa, e jogava com ela para moldar seus desejos imperiais.

A despeito de todos os seus pensamentos antecipados e sua visão, cometeu, quando examinado por nossa visão retrospectiva, uma ampla variedade de erros tanto no julgamento dos homens como no cálculo dos resultados. Deveria ter sabido que Josefina não poderia suportar um mês de castidade e que Maria Luísa não podia prender a Áustria à paz. Pensava haver encantado Alexandre em Tilsit e Erfurt, enquanto o czar, aconselhado por Talleyrand, o estava enganando elegantemente. Foi um erro intensificar a hostilidade inglesa em 1802 estendendo tão audaciosamente seu poder sobre o Piemonte, a Lombardia e a Suíça; um erro pôr seus irmãos em tronos grandes demais para suas cabeças; um erro supor que os estados germânicos na Confederação do Reno submeter-se-iam à soberania francesa quando aparecesse uma oportunidade de afastar-se dela; um erro publicar um documento que o mostrava pensando em conquistar a Turquia; um erro (como ele mais tarde confessou) ter desperdiçado o Grande Exército na Espanha; um erro ter invadido a infindável Rússia ou permanecer ali à medida que se aproximava o inverno. Sendo superior a tantos homens, era sujeito, como dizia, à "natureza das coisas", à surpresa dos acontecimentos, às fraquezas das doenças e às insuficiências de seu poder. "Eu concebi muitos planos", dizia, "mas nunca tive a liberdade de executar um deles. Por mais que mantivesse em minha mão o leme, e com uma forte mão, as ondas eram muito mais fortes. Nunca fui na verdade meu próprio senhor; fui sempre governado pelas circunstâncias."[39]

E pela imaginação. Sua alma era um campo de batalha entre a penetrante observação iluminando a razão e uma imaginação vívida enuviando-a com romance, até com superstição; às vezes divertia-se com agouros e horóscopos.[40] Quando foi para o Egito levou muitos livros de ciência e muitos de sentimento ou fantasia — *La Nouvelle Heloïse* de Rousseau, o *Werther* de Goethe, *Ossian* de Macpherson;[41] mais tarde confessou que havia lido *Werther* sete vezes;[42] e no fim da vida concluía que "a imaginação governa o mundo".[43] Isolado no Egito, alimentava sonhos de conquistar a Índia; lutando

através da Síria, pintava-se conquistando Constantinopla com o seu punhado de homens, e então marchando sobre Viena como um Suleiman ainda mais invencível. À medida que o poder eliminava a cautela de seu sangue, ele ignorava o aviso de Goethe de *Entsagen* — o reconhecimento dos limites; seus sucessos repetidos desafiavam os deuses... violavam o cálculo das limitações; e no fim tornou-se petulante e desesperado, amarrado a uma rocha em pleno mar.

III. CARÁTER

Seu orgulho havia começado com o autocentrismo natural a todos os organismos. Na sua juventude expandiu-se defensivamente no choque de indivíduos e famílias na Córsega, e depois contra a arrogância racial e de classe dos estudantes em Brienne. Não era de modo algum puro egoísmo; permitia-lhe devoção e generosidade para com sua mãe, para com Josefina e seus filhos; amor para com o "Rei de Roma"; e uma impaciente afeição por seus irmãos e irmãs, que também tinham egos a agradar e conservar. Mas à medida que seus sucessos se alargaram, seu poder e suas responsabilidades, seu orgulho e sua auto-absorção cresceram. Tendia a assumir quase todo o crédito pelas vitórias de seus exércitos, mas elogiava, amava e chorou Desaix e Lannes. Finalmente identificou seu país consigo mesmo e seu ego cresceu com as fronteiras de seu país.

Seu orgulho, ou a consciência de sua capacidade, às vezes desciam até a vaidade ou a demonstração de realizações. "Bem, Bourrienne, tu também serás imortal." "Por que, General?" "Tu não és meu secretário?" "Dizei-me o nome do secretário de Alexandre?" "Hum, esta não foi má, Bourrienne."[44] Escrevia ao vice-rei Eugênio (14 de abril de 1806): "Meu povo italiano deve conhecer-me suficientemente bem para não esquecer que tenho mais em meu dedo mínimo do que ele em todos os seus cérebros postos juntos."[45] A letra *N*, que aparecia como um brasão em milhares de lugares, ocasionalmente era enfeitada por um *J*, por Josefina. O imperador sentia que a exibição era um apoio necessário ao governo.

"O poder é minha amante", declarava a Roederer em 1804, quando José estava tentando ser declarado herdeiro; "trabalhei duro demais para sua conquista para permitir que qualquer um a tome de mim ou mesmo a deseje... Duas semanas atrás eu não teria sonhado em tratá-lo injustamente. Agora não posso esquecê-lo. Sorrirei a ele com meus lábios — mas ele dormiu com minha amante."[46] (Aqui fazia injustiça a si próprio; era um amante ciumento, mas era um homem que perdoava.) "Amo o poder como um músico ama seu violino."[47] Assim sua ambição saltava de pulo em pulo: sonhava rivalizar Carlos Magno e unir a Europa Ocidental, forçosamente incluindo os Estados Papais; depois seguir Constantino da França, através de Milão, à captura de Constantinopla, construindo arcos clássicos para comemorar suas vitórias; depois achou a Europa pequena demais, um mero "formigueiro",[48] e propôs-se a rivalizar Alexandre conquistando a Índia. Seria um trabalho duro, para ele próprio e para um exército de um milhão de soldados, mas seria repago em glórias para ele e para eles; e se a morte os surpreendesse no caminho não seria um preço caro demais para pagar. "A morte não é nada; mas viver derrotado e sem glória é morrer diariamente."[49] "Eu vivo apenas para a posteridade."[50] *La gloire* tornou-se sua paixão dominante, tão hipnótica que durante uma década quase toda a França aceitou-a como sua estrela guia.

Perseguiu seus objetivos com uma determinação que nunca se curvava a não ser para pular... até que exauriu o sublime e tornou-se digno de piedade. Sua incansável ambição deu unidade à sua vontade, objetivo e direção a cada dia. Em Brienne, "mesmo quando eu não tinha (tarefas) a fazer, sentia sempre que não tinha tempo a perder".[51] E dizia a Jerônimo em 1805: "O que eu sou devo à força de vontade, ao caráter, à aplicação e à audácia."[52] Ousar era parte de sua estratégia; diversas vezes surpreendeu seus inimigos por uma ação rápida e decisiva, em lugares e horas inesperadas. "Meu alvo é ir diretamente em direção a meu objetivo sem ser parado por nenhuma consideração";[53] levou uma década para aprender o velho adágio que na política uma linha reta é o caminho mais longo entre dois pontos.

Algumas vezes seu julgamento e conduta eram anuviados e pervertidos pela paixão. Seu temperamento era tão irascível quanto ele era baixo de estatura, e mais explosivo tornou-se à medida que seu poder crescia. Tinha o calor e a selvageria da Córsega no sangue e embora usualmente conseguisse reprimir sua ira, aqueles em volta dele, de Josefina, até seu forte guarda-costas Roustam, observavam cada palavra e cada movimento com receio de incorrer em sua cólera. Tornava-se impaciente com a contradição, a demora, a incompetência ou a estupidez. Quando perdia a calma, publicamente censurava um embaixador, praguejava contra o bispo, chutava o filósofo Volney na barriga, ou, *faute de mieux,* dava um pontapé numa acha de lenha na lareira.[54] E no entanto sua zanga arrefecia quase tão rápido quanto se tinha inflamado; às vezes ela era fingida, como um movimento no xadrez da política; na maior parte dos casos, emendava-se um dia ou um minuto após.[55] Era raramente brutal, muitas vezes bondoso, brincalhão, bem-humorado,[56] mas seu senso de humor enfraquecera com durezas da vida e das batalhas; encontrava pouco tempo para as alegrias do lazer, as tagarelices da corte ou o brilho dos salões. Era um homem apressado, com uma hoste de inimigos em sua volta e um império em suas mãos; e é difícil para um homem apressado ser civilizado.

Despendia demasiado de sua energia na conquista de metade da Europa para ter muito tempo livre para os absurdos das relações sexuais. Suspeitava que muitas formas de desejo sexual eram aprendidas de acordo com o ambiente, mais do que hereditárias: "Tudo é convencional entre os homens, mesmo aqueles sentimentos que, podia-se supor, deveriam ser ditados apenas pela natureza."[57] Poderia ter tido um bando de concubinas, de acordo com a mais perfeita tradição Bourbon, mas contentou-se com uma meia dúzia de amantes espaçadas entre campanhas. As mulheres julgavam-se imortais se tivessem-no divertido por uma noite; usualmente tratava do assunto com brutal brevidade, e falava acerca de suas passadas parceiras com mais grosseria do que gratidão.[58] Suas infidelidades causaram a Josefina muitas horas de preocupação e luto; explicava-lhe (se acreditarmos em Mme. de Rémusat) que estes *divertimenti* eram naturais, necessários e costumeiros, e deveriam ser esquecidos por uma esposa compreensiva; ela chorava, ele a confortava, ela o perdoava.[59] Além disso ele era tão bom marido quanto seus cuidados e andanças o permitiam.

Quando Maria Luísa veio para seu lado, ele aceitou a monogamia (tanto quanto sabemos) com nova graça, talvez apenas porque o adultério poderia perder-lhe a Áustria. Sua devoção a ela duplicou quando foi testemunha de sua agonia ao dar-lhe um filho. Ele tinha sempre mostrado carinho pelas crianças; em seu código de leis deu-lhes especial proteção;[60] agora o infante Rei de Roma tornou-se o ídolo e o depositário de suas es-

peranças, cuidadosamente educado para herdar e governar sabiamente uma França que ditava leis para uma Europa unificada. Assim o grande ego aumentou-se com o amor de marido e de pai.

Napoleão era por demais mergulhado na política para ter tempo para amigos; além disso, a amizade implicava numa quase igualdade de dar e receber, e ele achava difícil conceder igualdade sob qualquer forma. Tinha fiéis servidores e pessoas a ele devotadas, algumas das quais dariam suas vidas para sua glória e as suas próprias; apesar disso nenhum pensaria em chamá-lo seu amigo. Eugênio o amava, mas como um filho, mais do que como um amigo. Bourrienne (nunca inteiramente confiável) relata que em 1800 ouviu muitas vezes Napoleão dizer:

> "A amizade é apenas um nome. Eu não amo ninguém. Não amo mesmo meus irmãos. Talvez José um pouco, por hábito e porque é o mais velho; e Duroc (que era o grande marechal do palácio; morto em Bautzen em 1813), eu o amo também... Sei muito bem que não tenho verdadeiros amigos. Enquanto continuar a ser o que sou, poderei ter tantos pretensos amigos quantos me agradem. Deixo a sensibilidade às mulheres; é seu assunto. Mas os homens devem ser firmes de coração e de propósito, ou nada devem a ter com a guerra ou com o governo."[61]

Isto reflete bem o estóico Napoleão, mas não se reconcilia facilmente com a devoção, que durou uma vida, de homens como Desaix, Duroc, Lannes, Las Cases e uma porção de outros. O mesmo Bourrienne atesta que "fora do campo de batalha, Bonaparte tinha um coração bondoso e sensível".[62] E Méneval, que viveu próximo a Napoleão por 13 anos, concorda:

> Eu havia esperado encontrá-lo brusco e de temperamento incerto; em vez disso eu o encontrei paciente, indulgente, fácil de agradar, de modo algum exigente; alegre, com uma alegria às vezes barulhenta e brincalhona, e às vezes de uma bonomia encantadora... Não tive mais medo dele. Fui mantido neste estado de espírito por tudo o que vi de seus modos agradáveis e afeiçoados com Josefina, a assídua devoção de seus oficiais, a bondade de suas relações com os cônsules e os ministros, e sua familiaridade com os soldados.[63]

Aparentemente podia ser duro quando pensava que a política o requeria e suave quando a política o permitia; a política vinha em primeiro lugar. Mandou muitos homens para a cadeia, e no entanto, em centenas de casos, sua bondade ficou registrada, como nos volumes de Frédéric Masson. Tomou providências para melhorar as condições nas cadeias de Bruxelas, mas as condições nas prisões francesas em 1814 eram indignas da eficiência geral de seu governo. Viu milhares de homens mortos no campo de batalha, e continuou procurando outras batalhas; no entanto ouve-se falar que ele muitas vezes parava para confortar ou auxiliar um soldado ferido. Véry Constant "viu-o chorando enquanto tomava seu desjejum depois de regressar da cabeceira do leito do marechal Lannes",[64] mortalmente ferido em Essling em 1809.

Não há dúvidas quanto a sua generosidade nem quanto a sua presteza para esquecer. Repetidamente — e muitas vezes — perdoou Bernadotte e Bourrienne. Quando Carnot e Chénier, após anos de oposição a Napoleão, apelaram para aliviar suas pobrezas, mandou-lhes auxílio imediatamente. Em Santa Helena fabricou desculpas para aqueles

que desertaram em 1813 ou 1815. Apenas os ingleses conquistaram seu duradouro ressentimento por sua duradoura inimizade; nada via senão uma dureza mercenária em Pitt, foi bastante injusto com Sir Hudson Lowe, e achava impossível apreciar Wellington.[65] Há uma considerável justiça em sua auto-estimativa: "Eu me considero um bom homem no coração."[66] Nenhum homem, segundo se diz, é um herói para seu criado de quarto; mas Véry Constant, criado de quarto de Napoleão durante 14 anos, registrou suas memórias em numerosos volumes "repletos de adoração".[67]

Pessoas que haviam sido educadas nas elegantes maneiras do Velho Regime não podiam suportar a brusca objetividade do estilo de Napoleão mover-se e dirigir-se às pessoas. Divertia tais pessoas pela maneira imprópria de comportar-se e a ocasional rudeza de sua fala. Não sabia como pôr as outras pessoas à vontade e parecia não preocupar-se com isso; era muito interessado na substância das coisas para incomodar-se com a forma. "Eu não gosto daquela frase vaga e niveladora *les convenances* (as conveniências)... É um artifício dos tolos para se elevarem ao nível das pessoas inteligentes... 'Bom gosto' é uma outra dessas clássicas expressões que para mim nada significam... O que é chamado 'estilo' bom ou mau, não me afeta. Levo em conta apenas a força do pensamento."[68] Secretamente, no entanto, ele admirava a fácil graça e a sossegada tranqüilidade do fidalgo; aspirava obter a aprovação dos aristocratas que zombavam dele nos salões do Faubourg St.-Germain. À sua maneira, podia ser "fascinante quando desejava ser".[69]

Sua baixa opinião a respeito das mulheres poderia ser devido a seu apressado desprezo por sua sensibilidade. Assim observava a Mme. Charpentier: "Como a senhora parece doente neste vestido vermelho!"[70]... e colocou Mme. de Staël como sua inimiga por sua classificação das mulheres pela fertilidade. Algumas mulheres retrucavam à sua rudeza com feminina sutileza. Quando exclamou a Mme. de Chevreuse: "Puxa! Como vosso cabelo está vermelho!" ela respondeu: "Talvez o seja, *sire,* mas esta é a primeira vez que um homem mo diz."[71] Quando disse a uma famosa beldade: "Madame eu não gosto quando as mulheres se misturam em política," ela retorquiu: "Vós estais certo, general, mas num país onde elas têm as cabeças cortadas é natural que desejem saber por quê."[72] Apesar de tudo, Méneval, que o via quase diariamente, notava "aquele convincente encanto que era tão irresistível em Napoleão".[73]

Ele gostava de falar — às vezes prolixamente, quase sempre sobre assuntos úteis e diretamente ao ponto desejado. Convidava cientistas, artistas, atores e escritores para sua mesa, e surpreendia-os com sua afabilidade, o conhecimento de seus campos, e a aptidão de suas observações. Isabey, o miniaturista; Monge, o matemático; Fontaine, o arquiteto, e Talma, o ator, deixaram reminiscências desses encontros, todos atestando quanto à "graça, amabilidade e alegria" da conversa de Napoleão.[74] Preferia muito mais falar a escrever. Suas idéias avançavam muito mais rapidamente que seus discursos; quando tentava escrevê-los, fazia-o tão rapidamente que ninguém — nem ele próprio — podia depois decifrar seus garranchos.[75] Assim ele costumava ditar, e como 41.000 de suas cartas foram publicadas, e sem dúvida alguns outros milhares foram escritos, nós podemos começar a compreender como a honra de ser seu secretário era uma sentença de trabalhos forçados. Bourrienne, que assumiu o posto em 1797, teve a boa sorte de ser dispensado em 1802 e assim sobreviver até 1834. Supõe-se que juntava-se a Napoleão às sete horas da manhã, trabalhava todo o dia e estava à sua disposição à noite.

Podia falar e escrever várias línguas, conhecia as leis internacionais, e, com seu próprio método de taquigrafia, podia usualmente escrever tão depressa quanto Napoleão ditava.

Méneval, que substituiu Bourrienne em 1802, trabalhava ainda mais arduamente, pois "eu não sabia nenhuma espécie de taquigrafia". Napoleão gostava dele, muitas vezes brincava com ele, mas exauria-o quase diariamente, e depois o mandava tomar um banho.[76] Em Santa Helena o imperador recordava: "Quase matei o pobre Méneval; fui obrigado a aliviá-lo por um período dos deveres de seu posto, e colocá-lo, para recobrar a saúde, junto a Maria Luísa, onde sua posição era uma mera sinecura."[77] Em 1806 Napoleão autorizou-o a contratar um assistente, François Fain, que serviu até o fim e em todas as campanhas. Mesmo assim Méneval estava inteiramente esgotado quando escapou de seu caro déspota em 1813. Foi um desses casos de amor que prosperam sobre a desigualdade reconhecida e não abusada.

IV. O GENERAL

Seu corpo e sua mente, caráter e carreira foram em parte moldados por sua educação militar em Brienne. Ali aprendeu a manter-se preparado em qualquer clima ou lugar; a pensar claramente a qualquer hora do dia ou da noite; a distinguir o fato do desejo; a obedecer sem perguntar como treinamento para comandar sem hesitação; a ver os terrenos como possibilidades para um movimento aberto ou escondido de massas de homens; a antecipar-se às manobras do inimigo e preparar-se para contrariá-las; a esperar o inesperado e a enfrentá-lo sem surpresas; a inspirar as almas individuais dirigindo-se a elas em massa; a anestesiar a dor com a glória, e tornar doce e nobre morrer pelo seu país: tudo isto parecia a Napoleão como a ciência das ciências, uma vez que a vida de uma nação depende — quando outros meios falharam — de sua vontade e capacidade de defender-se no arbitramento final da guerra. "A arte da guerra", declarava ele, "é um imenso estudo, que compreende todos os outros."[78]

Assim cultivava a maioria daquelas ciências que mais iriam contribuir para a ciência da defesa nacional. Lia história para aprender a natureza do homem e o comportamento dos Estados; surpreendia os sábios, mais tarde, por seu conhecimento das antigas Grécia e Roma, da Europa Medieval e Moderna. "Estudava e reestudava" as campanhas de Alexandre, Aníbal, César, Gustavo Adolfo, Turenne, Eugênio de Sabóia, e Frederico, o Grande; "modelai-vos por estes homens", dizia a seus oficiais, "e rejeitai quaisquer máximas contrárias às destes grandes homens".[79]

Da academia militar passou para o acampamento e do acampamento ao comando de um regimento. Talvez devesse a sua estóica mãe a dádiva de comando, e conhecesse seu segredo: que a maior parte das pessoas prefere seguir um comando do que exercê-lo — se o líder de fato comanda. Tinha a coragem de assumir a responsabilidade, e jogar sua carreira repetidamente em seu julgamento; e, com uma ousadia que por muitas vezes ria-se da cautela, passava de um jogo a outro — sempre jogando com o maior número de peões humanos para prêmios mais altos. Perdeu a última aposta, mas somente após haver provado ser o mais capaz general da história.

Sua estratégia militar começava com medidas para conquistar as mentes e os corações dos homens. Interessava-se sobre o passado, o caráter e as esperanças de cada ofi-

cial diretamente sob seu comando. Misturava-se algumas vezes com os soldados rasos, relembrava-lhes suas histórias, inquiria-os acerca de suas famílias e escutava suas queixas. De bom humor caçoava de sua Guarda Imperial, e chamava-os "*les grogneurs*", porque resmungavam muito; mas lutaram por ele até a última morte. Às vezes falava cinicamente do simples soldado de infantaria, como quando em Santa Helena observou que "as tropas são feitas para se deixarem matar";[80] mas adotou, e tomou conta, de todos os filhos dos soldados franceses que morreram em Austerlitz.[81] Mais do que qualquer outra parte da nação francesa seus soldados o amavam — tanto que, no julgamento de Wellington, sua presença no campo de batalha valia por 40.000 homens.[82]

Suas mensagens ao exército eram uma importante parte de sua estratégia. "Na guerra", dizia ele, "o moral e a opinião são mais do que a metade da batalha".[83] Nenhum outro general desde César no Rubicão jamais exerceu uma tal fascinação sobre seus homens. Bourrienne, que escreveu algumas daquelas famosas proclamações ditadas por Napoleão, diz-nos que a tropa em muitos casos, "não podia entender o que Napoleão dizia, mas isto não importava, eles o seguiriam alegremente de pés descalços e sem provisões".[84] Em algumas de suas mensagens lhes explicava seu plano de operações; usualmente eles compreendiam, e suportavam mais pacientemente as longas marchas que os capacitavam a surpreender ou sobrepujar em número o inimigo. "O melhor soldado", dizia, "não é tanto aquele que luta, mas aquele que marcha."[85] Numa proclamação de 1799, disse: "As principais virtudes de um soldado são a constância e a disciplina. O valor vem apenas num segundo lugar".[86] Muitas vezes mostrava-se misericordioso, mas não hesitava em ser severo quando a disciplina estava em perigo. Após suas primeiras vitórias na Itália, quando deliberadamente permitiu a suas tropas alguma pilhagem para fazer face à parcimônia do Diretório com relação a sua alimentação, roupa e pagamentos, impediu tal conduta e reforçou a ordem tão rigorosamente que ela em breve foi obedecida. "Viena, Berlim, Madri e outras cidades", dizia Méneval, "testemunharam a condenação e a execução de soldados pertencentes à própria Guarda Imperial bem como a outros corpos do exército, quando culpados de pilhagem."[87]

Napoleão expressava parte de sua estratégia numa fórmula matemática: "A força de um exército, como a quantidade da força viva na mecânica, é calculada pela massa vezes a velocidade. Uma marcha rápida levanta o moral de um exército e aumenta a sua capacidade para a vitória."[88] Não existe nenhuma prova para atribuir-lhe o aforisma que "um exército viaja sobre o seu estômago" — isto é, sobre os seus suprimentos de comida;[89] seu ponto de vista era mais que vencia com seus pés. Seu moto era "*activité, activité, vitesse*"[90] — ação e velocidade. Conseqüentemente não confiava em fortalezas como defesa; teria rido da Linha Maginot de 1939. "É axiomático", dizia, já em 1793, "que o lado que permanece na retaguarda, atrás de sua linha fortificada, é sempre derrotado"; e repetiu isso em 1816.[91] Observar a ocasião em que o inimigo divide ou alonga o seu exército; usar montanhas e rios para esconder e proteger o movimento de suas tropas; tomar elevações estratégicas das quais a artilharia possa varrer o campo; escolher o campo de batalha que permita as manobras da infantaria, da artilharia e da cavalaria; concentrar as próprias forças — usualmente por marchas rápidas — de forma a confrontar com efetivo superior um segmento do inimigo afastado demais do centro para ser reforçado a tempo: estes eram os elementos da estratégia napoleônica.

O teste final do general está na tática — a disposição de manobra de suas forças para

ou durante a batalha. Napoleão tomava uma posição de onde pudesse fiscalizar o campo da ação tanto quanto sua segurança o permitisse; e uma vez que o plano de operação e seu rápido ajustamento ao desenrolar dos acontecimentos dependia de sua continuada e concentrada atenção, sua segurança era uma consideração de importância, até maior no julgamento de suas tropas do que em sua própria prática; se julgasse necessário, como em Arcole, não hesitava em se expor; e mais de uma vez lemos acerca de homens que foram mortos a seu lado em seu posto de observação. De um tal ponto, através de um corpo de ordenanças montados, ele despachava instruções aos oficiais comandantes da infantaria, da artilharia e da cavalaria; e estes mensageiros apressavam-se a voltar para mantê-lo informado do desenvolvimento dos acontecimentos em todos os segmentos da ação. Na batalha, acreditava ele, os soldados adquiriam seu valor principalmente através de sua posição e de sua maneabilidade. Aqui também o objetivo era a concentração — de uma massa de homens e de pesado fogo sobre um ponto particular, preferivelmente um flanco, do inimigo, na esperança de jogar aquela parte numa desordem que se espalharia. "Em todas as batalhas, chega um momento quando as mais bravas tropas, após haverem feitos os maiores esforços, sentem-se inclinadas a fugir... Dois exércitos são dois corpos que se encontram e tentam assustar um ao outro; um momento de pânico ocorre, e este momento deve ser transformado em vantagem. Quando um homem já esteve presente em muitas ações, distingue um tal momento sem dificuldade."[92] Napoleão era especialmente rápido para tomar vantagem de tal desenvolvimento ou, se seus próprios homens hesitavam, a mandar reforços, ou mudar sua linha de operação no curso de uma batalha; isso valeu-lhe o dia em Marengo. A retirada não estava em seu vocabulário antes de 1812.

Era natural que alguém que havia desenvolvido uma tal capacidade na arte de ser general viesse achar um encanto macabro na guerra. Nós o temos visto elogiando os civis como sendo superiores aos soldados; dava p.ecedência, em sua corte, aos estadistas sobre os marechais; e quando surgia um conflito entre a população civil e os militares, geralmente tomava o lado dos civis.[93] Mas não podia esconder de si próprio e de outros que experimentava no campo de batalha um prazer mais intenso do que qualquer um que lhe vinha da administração. "Há alegria no perigo", dizia, e confessava a Jomini que "amava a excitação da batalha";[94] sentia a maior felicidade quando via massas de homens movendo-se a seu comando em ações que mudavam o mapa e decidiam a história. Encarava suas campanhas como respostas a ataques, mas admitia, de acordo com Bourrienne, que "meu poder depende de minha glória, e minha glória de minhas vitórias. Meu poder cairia se eu não o sustentasse com uma nova glória e novas vitórias. A conquista me fez o que sou, e somente a conquista pode manter-me".[95] Não é possível confiar inteiramente no hostil Bourrienne por essa crítica confissão; mas Las Cases, para quem Napoleão era o êmulo de Deus, citava-o como dizendo (12 de março de 1816), "aspirei ao império do mundo, e para assegurá-lo o poder ilimitado era-me necessário".[96]

Era, como seus inimigos o diziam, um "açougueiro"? Consta que recrutou um total de 2.613.000 franceses para seus exércitos;[97] desses cerca de um milhão morreram a seu serviço.[98] Ficou perturbado pelo morticínio? Sempre o menciona em seus apelos às potências pela paz; e consta que a vista dos cadáveres em Eylau comoveu-o até as lágrimas.[99] No entanto, quando tudo havia acabado, e ele olhava para o assunto passado,

dizia ele a Las Cases: "Comandei batalhas que decidiriam o destino de um exército inteiro e não senti nenhuma emoção. Observei a execução de manobras que iriam custar a vida de muitos dentre nós e meus olhos permaneceram secos."[100] Presumivelmente um general deve conformar-se com o pensamento de que as mortes prematuras desses desarraigados jovens eram deslocamentos insignificantes no espaço e no tempo; não iriam eles ter que atingir um fim de qualquer maneira, obscuramente, menos gloriosamente, sem a anestesia da batalha e a compensação da fama?

Mesmo assim, ele sentia, como muitos eruditos (Ranke, Sorel, Vandal...), que haviam pecado mais contra ele do que ele havia pecado; que havia lutado e matado em defesa própria; que os aliados haviam jurado depô-lo como o "Filho da Revolução" e usurpador do trono Bourbon. Não havia repetidamente proposto a paz e sido repelido? "Conquistei apenas em minha própria defesa. A Europa nunca deixou de guerrear a França e ser contrária a seus princípios e contrária a mim próprio. A coligação nunca cessou de existir, quer secreta ou abertamente."[101] Havia assumido, em sua coroação, um juramento de preservar as "fronteiras naturais" da França; o que diria a França se as houvesse rendido? "As pessoas vulgares não cessaram de atribuir todas as minhas guerras à minha ambição. Mas foram de minha escolha? Não foram sempre determinadas pela inelutável natureza das coisas? — pela luta entre o passado e o futuro?"[102] Sentia-se sempre oprimido após os exuberantes primeiros anos, pelo sentimento de que não importa quantas vitórias ele vencesse, uma derrota decisiva apagaria todas e o deixaria à mercê de seus inimigos. Ele daria a metade do mundo pela paz, mas sob seus próprios termos.

Podemos concluir que até Tilsit (1807) e a invasão da Espanha (1808), Napoleão estava na defensiva, e que daí em diante, numa tentativa de subjugar a Áustria, depois a Prússia, depois a Espanha, depois a Rússia, e de reforçar seu Bloqueio Continental, ele atraiu guerras adicionais sobre uma França exausta e uma Europa ressentida. Embora houvesse provado ser um administrador superlativo, abandonou os cuidados do Estado pela glória e o êxtase da guerra. Havia conquistado a França como um general e como um general ele a perdeu. Seu forte veio a ser sua fatalidade.

V. O GOVERNANTE

Como governante civil, nunca esqueceu inteiramente que havia sido treinado como um general. Os hábitos de liderança permaneciam e desencorajavam, exceto no Conselho de Estado, objeção ou debate. "Desde minha primeira entrada na vida (pública) fui acostumado ao exercício do comando; as circunstâncias e a força de meu caráter eram tais que, tão logo eu possuía poder, não reconhecia ninguém acima de mim e não obedecia a nenhuma lei exceto as criadas por mim."[103] Nós o vimos, em 1800, tornando enfática a forma civil de seu governo — quando os generais estavam confabulando para depô-lo; mas em 1816 argumentava que "em última análise, para governar é necessário ser um militar; só se pode governar de botas e esporas."[104] Assim, com aguda visão dos ideais secretos e contraditórios do povo francês, declarou-se um homem de paz e um gênio de guerra. Daí a relativa democracia do consulado ter-se fundido na monarquia do império, e finalmente no poder absoluto. O último dos códigos napoleônicos — o penal (1810) — é uma reversão à severidade bárbara das penalidades me-

dievais. Apesar de tudo, tornou-se quase tão brilhante no governo quanto na batalha. Predisse que suas realizações na administração iriam sobrepujar em brilho suas vitórias marciais na memória humana e que seus códigos eram um monumento mais duradouro que sua estratégia e sua tática (que são irrelevantes nas guerras atuais). Aspirava a ser tanto o Justiniano quanto o César Augusto de sua época.

Nos 3.680 dias de governo imperial (1804-14), só esteve em Paris durante 955 dias,[105] mas remodelou a França. Quando em casa, e antes de 1808, ele presidia regularmente, duas vezes por semana, ao Conselho de Estado; e então, dizia Las Cases (ele próprio um membro), "nenhum de nós poderia estar ausente por qualquer motivo".[106] Trabalhava duramente; na sua ansiedade para que as coisas se realizassem, às vezes acordava às três da madrugada para começar o seu dia de trabalho. Esperava outro tanto de seus auxiliares administrativos. Deveriam sempre estar prontos para dar-lhe informações precisas e atualizadas sobre qualquer assunto que caísse sob sua jurisdição; e os julgava pela precisão, ordem, prontidão e adequacidade de seus relatórios. Não considerava seus dias terminados enquanto não houvesse lido os memorandos e documentos que quase diariamente vinham a ele dos vários departamentos do governo. Foi provavelmente o mais bem informado governante da história.

Para os principais ministérios, escolhia homens da melhor qualidade como Talleyrand, Gaudin e Fouché, a despeito de seus perturbadores orgulhos; quanto ao restante, e geralmente para os postos administrativos, preferia homens de segunda categoria, que não perguntariam questões ou proporiam medidas de sua própria iniciativa; não tinha tempo ou paciência para tais discussões; preferia seguir em seu próprio julgamento, assumindo a responsabilidade e o risco. Solicitava das pessoas nomeadas juramentos de fidelidade, não somente à França mas a ele próprio; na maior parte dos casos elas prontamente concordavam, sentindo o mesmerismo de sua personalidade e a grandeza de seus desígnios. "Eu provocava a emulação, recompensava todos os méritos, e fazia recuar os limites da glória."[107] Pagou por seu método de selecionar ajudantes, ao ver-se cercado gradualmente por servidores que raramente ousavam questionar seus pontos de vista, de forma que no fim não havia verificação de sua pressa ou de seu orgulho, exceto o poder de seus inimigos estrangeiros. Caulaincourt em 1812 foi uma exceção.

Era severo com seus subordinados: duro para reprová-los e vagaroso para elogiá-los, porém pronto a recompensar um serviço excepcional. Não acreditava em pô-los confiantemente à vontade; alguma incerteza de atitude encorajaria a diligência; não objetava necessariamente quanto a suas ligações, nem mesmo quanto a alguns elementos obscuros de seu passado, pois estes lhe davam uma garantia sobre o seu bom comportamento.[108] Usava seus assistentes até os limites, depois deixava-os aposentar-se com uma generosa pensão e às vezes com um súbito título de nobreza. Alguns não sobreviveram a um tal esgotamento; Villeneuve, derrotado em Trafalgar, matou-se antes de submeter-se a uma reprovação. Napoleão não se comovia durante muito tempo pelos protestos contra sua severidade. "O coração de um estadista deve ficar em sua cabeça";[109] não deve deixar que o sentimento interfira com a política; na operação de um império o indivíduo conta pontos — a não ser que ele seja Napoleão. Talvez exagerasse sua insensibilidade aos encantos pessoais quando dizia: "Eu gosto apenas daquelas pessoas que são úteis para mim e apenas enquanto elas são úteis";[110] continuou a amar Josefina muito tempo após ela haver-se tornado um obstáculo a seus planos. Naturalmente ele

mentia quando necessário, como a maioria de nós; e, como a maioria dos governos, censurava seus boletins de guerra para manter elevado o espírito público. Havia estudado Maquiavel com um lápis na mão; uma cópia anotada do *Príncipe* foi encontrada em sua carruagem em Waterloo. Considerava boa qualquer coisa que favorecesse seus objetivos. Não esperou por Nietzche para levá-lo "além do bem e do mal" no "caminho para o poder"; daí Nietzche havê-lo chamado "aquele *Ens realissimum*", e o único bom produto da Revolução. "Os fortes são bons, os fracos são maus",[111] dizia o imperador. "José", queixava-se ele, "é bom demais para ser um grande homem"; mas o amava.

Aparentada com estes pontos de vista — aprendidos na Córsega e na guerra — estava sua muitas vezes repetida opinião de que os homens só podem ser movidos e só podem ser governados apenas pelo interesse e pelo medo.[112] Assim, ano a ano, estes sentimentos tornaram-se as alavancas de seu governo. Em 1800, ao enviar o general Hédouville para abafar um levante na Vendéia, ele o aconselhou, "como um exemplo salutar, a queimar duas ou três grandes comunas (cidades) escolhidas entre aquelas cuja conduta fosse pior. A experiência havia-lhe ensinado (ao Primeiro Cônsul) que um ato espetacularmente severo é, nas condições que estais encarando, o método mais humano. Apenas a fraqueza é desumana".[113] Instruía pessoas por ele indicadas para juízes a pronunciar sentenças severas. "A arte da política", dizia a Fouché, "consiste em punir rara mas severamente."[114] Não apenas empregava uma grande força de polícia e detetives sob Fouché e Régnier, mas organizou uma polícia secreta adicional cujo dever era ajudar — e espionar — Fouché e Régnier, e relatar ao imperador quaisquer sentimentos antinapoleônicos expressos nos jornais, no teatro, nos salões ou nos livros. "Um príncipe", dizia, "deve suspeitar de tudo".[115] Por volta de 1804 a França era um estado policial. Por volta de 1810 tinha um novo suprimento de pequenas bastilhas — prisões do Estado nas quais transgressores políticos podiam ser detidos por ordem imperial, sem o regular procedimento das cortes.[116] Devemos notar, no entanto, que o imperador tinha momentos de misericórdia. Concedeu muitos perdões, mesmo àqueles que haviam conspirado para matá-lo,[117] e algumas vezes reduzia a severidade de uma penalidade da corte.[118] Para Caulaincourt, em dezembro de 1812, ele refletia:

> "Eles pensam que sou severo, mesmo duro de coração. Tanto melhor — isto torna desnecessário para mim justificar minha reputação. Minha firmeza é tomada por insensibilidade. Eu não me queixo, uma vez que esta noção é responsável pela boa ordem que prevalece... Olhe aqui, Caulaincourt, eu sou humano. Não importa o que o povo diga, e também tenho entranhas (estômago frio), um coração — mas o coração de um soberano. Não me comovo pelas lágrimas de uma duquesa, mas os sofrimentos do povo me tocam."[119]

Inquestionavelmente, era um déspota, muitas vezes esclarecido, muitas vezes apressadamente absoluto. Confessava a Las Cases: "O Estado fui eu próprio."[120] Algo de sua tirania pode ser desculpado como o controle usual pelo governo da economia de uma nação, de seus teatros e das publicações, em tempo de guerra. Napoleão explicava sua onipotência como necessária na difícil transição da licenciosa liberdade da Revolução após 1791 à ordem reconstrutiva do Consulado e do Império. Recordava que Robespierre, bem como Marat, haviam recomendado uma ditadura como necessária para res-

taurar a ordem e a estabilidade numa França que se aproximava da dissolução tanto da família quanto do Estado. Sentia que não havia destruído a democracia; o que havia substituído em 1799 era uma hierarquia de homens corruptos, sem misericórdia e inescrupulosos. Destruíra a liberdade das massas, mas essa liberdade estava destruindo a França com a violência das multidões e a licenciosidade moral, e unicamente a restauração e concentração da autoridade podia devolver a força da França como um país civilizado e independente.

Até 1810 Napoleão podia perdoavelmente sentir que fora fiel ao segundo objetivo da Revolução — igualdade. Ele havia mantido e espalhado a igualdade de todos perante a lei. Havia estabelecido não uma impossível igualdade de capacidade e de méritos, mas uma igualdade de oportunidade para todos os talentos, onde quer que houvessem nascido, para se desenvolverem numa sociedade que oferecia educação, oportunidade econômica e elegibilidade política para todos; talvez esta *carrière ouverte aux talents* (carreira aberta aos talentos) fosse seu mais duradouro presente à França. Quase terminou com a corrupção na vida pública;[121] isto apenas bastaria para imortalizá-lo. Deu a todos o exemplo de um homem que se desgastava na administração quando não era chamado ao campo de batalha. Refez a França.

Por que falhou? Porque sua ambição excedeu a sua capacidade, sua imaginação dominou sua ambição e sua ambição dominou seu corpo, sua mente e seu caráter. Deveria saber que as Potências nunca se contentariam vendo a França governar a metade da Europa. Dentro de uma certa medida, teve sucesso em conduzir a parte alemã da Renânia para fora do feudalismo, entrando no século XIX, mas estava além de suas possibilidades, ou de qualquer outro homem àquela época, congregar numa federação permanente uma área há muito tempo partida em estados, cada um com suas ciumentas tradições, dialetos, costumes, credos e governo. Apenas a listagem desses diferentes domínios, do Reno ao Vístula, de Bruxelas a Nápoles, basta para sentir o problema: reinos ou principados como a Holanda, Hanôver, Westfália, as cidades da Liga Hanseática, Baden, Baviera, Württemberg, Illyria, Veneza, a Lombardia, os Estados Papais, as Duas Sicílias — onde podia achar homens suficientemente fortes para governar estas áreas, para impor-lhes impostos, finalmente para levar seus filhos à guerra contra nações que lhes eram mais próximas do que a França? Como podia forjar uma unidade entre esses 44 departamentos adicionais e os 86 da França, ou entre seus fortes e orgulhosos 16 milhões de habitantes e aqueles fortes e voláteis 26 milhões de franceses? *Talvez* tenha sido magnífico tentá-lo, mas o fracasso era certo. No fim a imaginação derrubou a razão; o colosso poliglota, de pé mas com sua cabeça sem firmeza, retornou a suas diferenças, e a força arraigada do caráter nacional derrotou a força de vontade do grande ditador em direção ao poder.

VI. O FILÓSOFO

E no entanto, quando a imaginação recolhia suas asas, ele podia raciocinar com os mais capazes dos sábios dos Institutos franceses e egípcios. Embora não tivesse imaginado nenhum sistema formal de pensamento para aprisionar um universo que parecia escapar a qualquer fórmula, sua mente realista dava pouco valor aos "ideólogos" que tomavam erradamente idéias por fatos e construíam castelos de cartas sem fundações

na biologia e na história. Após haver experimentado Laplace e outros cientistas em postos administrativos, concluiu: "Não se pode fazer nada com um filósofo."[122] No entanto, encorajava a ciência e recomendava o estudo da história. "Meu filho deve estudar muita história e meditar sobre ela", dizia em Santa Helena," pois é a única filosofia verdadeira".[123]

A religião era um dos campos nos quais os ideólogos haviam flutuado numa película de noções, em vez de procurar firme base na história. Unicamente um indivíduo dedicado à lógica iria incomodar-se por muito tempo com a pergunta — existe Deus? O verdadeiro filósofo, formado na escola da história, iria perguntar: por que a religião, tantas vezes refutada e ridicularizada, sempre sobrevivera e desempenhara um papel tão notável em todas as civilizações? Por que o cético Voltaire dissera que se Deus não existisse seria necessário inventá-lo?

O próprio Napoleão perdera sua fé religiosa na tenra idade de 13 anos. Às vezes desejava tê-la mantido; "imagino que ela deve dar uma grande e verdadeira felicidade".[124] Todos conhecem a história segundo a qual, na viagem ao Egito, ouvindo alguns cientistas discorrerem irreverentemente, ele desafiou-os, apontando para as estrelas: "Vós podeis falar quanto tempo quiserdes, senhores, mas quem fez tudo isso?"[125] É possível citá-lo contra e a favor sobre este assunto e muitos outros, pois mudava de pontos de vista e de atitudes com o tempo, e tendemos a ignorar as datas em que isto acontecia; no entanto que pessoa culta não abandonou aos 50 anos os dogmas nos quais firmemente acreditava em sua juventude, e não irá aos 80 sorrir dos pontos de vista "amadurecidos" de sua idade madura? Geralmente Napoleão retinha a crença numa inteligência por detrás ou no próprio mundo físico,[126] mas negava qualquer conhecimento de seu caráter ou propósito. "Tudo proclama a existência de um Deus", concluía em Santa Helena,[127] mas "dizer de onde eu venho, o que eu sou, ou para onde eu vou, está acima da minha compreensão".[128] Em algumas ocasiões falava como um evolucionista materialista: "Tudo é matéria;[129] ... o homem é apenas um animal mais perfeito e que raciocina melhor."[130] "A alma não é imortal; se fosse, existiria antes de nosso nascimento."[131] "Se eu tivesse que ter uma religião, adoraria o sol, pois é o sol que fertiliza tudo; é o verdadeiro deus da terra."[132] "Acreditaria na religião se ela tivesse existido desde o começo do mundo, mas quando leio Sócrates, Platão, Moisés ou Maomé, não mais acredito. Tudo foi inventado pelos homens."[133]

Mas por que inventaram? Para confortar os pobres, respondia Napoleão, e para impedi-los de matar os ricos. Pois todos os homens nascem desiguais e tornam-se ainda mais desiguais com cada avanço da tecnologia e da especialização; uma civilização deve fazer surgir, desenvolver, usar e premiar as capacidades superiores, e deve persuadir os menos afortunados a aceitarem pacificamente essa desigualdade (de recompensas e de posses como natural e necessária. Como pode isso ser feito? Ensinando aos homens que esta é a vontade de Deus. "Não vejo na religião o mistério da encarnação, mas o mistério da ordem social. A sociedade não pode existir sem a desigualdade de (recompensa e, conseqüentemente) de propriedade, uma desigualdade que não pode ser mantida sem religião... Deve ser possível dizer aos pobres: 'É a vontade de Deus. Deve haver ricos e pobres neste mundo, mas depois, e por toda a eternidade, haverá uma distribuição diferente.'"[134] "A religião introduz no pensamento dos céus uma idéia de equalização que impede que os ricos sejam massacrados pelos pobres."[135]

Se tudo isto é verdade, foi um erro do Iluminismo atacar o cristianismo e da Revolução dificultar a pregação católica. "A anarquia intelectual (moral?) a que estamos submetidos é o resultado da anarquia moral (intelectual?) — a extinção da fé, a negação dos princípios (crenças) que precederam."[136] Talvez por essa razão, e para fins políticos, Napoleão restaurou a Igreja Católica como a "polícia sagrada da nação francesa". Assim a Concordata foi explicada por Louis Bignon, designado no testamento de Napoleão para escrever a história da diplomacia napoleônica.[137] Napoleão não interpretava a nova aliança como obrigando-o ao respeito dos Dez Mandamentos; afastava-se deles de vez em quando, mas pagava aos padres para ensiná-los a uma geração cansada do caos e pronta para retornar à ordem e à disciplina. A maior parte dos pais e dos professores sentia-se satisfeita em ter a ajuda da fé religiosa na educação e treinamento das crianças — para contrariar o natural anarquismo da juventude com um código moral baseado na piedade religiosa e filial, e apresentado como provindo de um Deus onipotente, que observa todos os atos, ameaça punições eternas e oferece eternas recompensas. A maior parte da classe governante agradecia a existência de um processo educacional que iria produzir um público ensinado a aceitar, como natural e inevitável, a desigualdade de capacidade e de posses. À velha aristocracia desculpava-se o polir suas riquezas com maneiras e graças; uma nova aristocracia foi estabelecida; e a Revolução, durante uma geração, calou sua voz e escondeu seus canhões.

Nesta sociedade regenerada, o casamento e a maternidade tinham que ser re-santificados e a propriedade, em vez do amor romântico, tinha que ser restaurada como sua base e objetivos. O amor gerado pela atração física de um rapaz e uma moça é um acidente de hormônios e da proximidade; fundar um casamento duradouro sobre uma condição tão arriscada e transitória é ridículo; é *une sottise faite à deux* — "uma loucura cometida por dois".[138] Muito disso é artificialmente provocado pela literatura romântica; provavelmente desapareceria se os homens fossem analfabetos. "Eu acredito firmemente que (o amor romântico) faz mais mal do que bem e que seria uma bênção... se fosse banido" como um motivo para unir um homem e uma mulher na empresa de uma vida inteira de criar crianças e adquirir e transmitir propriedades. "Dever-se-ia proibir o casamento dos indivíduos que não se conhecessem há mais de seis meses."[139]

Napoleão tinha um ponto de vista maometano do casamento: sua função é produzir uma prole abundante sob condições de liberdade para o homem e proteção para a esposa fiel e obediente. A celebração do casamento, embora sendo civil, deveria ser cerimoniosa e solene, de modo a enfatizar as obrigações assumidas.[140] O casal casado deveria dormir junto; isso "exerce uma singular influência sobre a vida dos casais, garante a posição da esposa e a dependência do marido, e preserva a intimidade e a moralidade";[141] Napoleão seguiu esse velho costume, até que resolveu divorciar-se.

No entanto, mesmo uma esposa fiel não é o suficiente para um homem. "Acho ridículo que o homem não seja capaz de ter mais de uma esposa legítima. Quando ela está grávida é como se o homem não tivesse nenhuma."[142] A poliginia é melhor do que o divórcio ou o adultério. Não deveria haver divórcio após dez anos de casamento. À mulher deveria ser permitido apenas um divórcio e não deveria ser-lhe permitido casar-se novamente até cinco anos após.[143] O adultério da parte do marido não deveria ser base suficiente para um divórcio, a não ser que haja a circunstância adicional de manter o marido sua concubina sob o mesmo teto que a esposa.[144] "Quando um marido come-

tesse um ato de infidelidade para com sua esposa, deveria confessá-lo a ela e arrepender-se de sua ação; e com isto todo o traço da culpa ficaria riscado. A esposa fica zangada, esquece-se, perdoa e reconcilia-se com ele; muitas vezes até ganha com isso. Mas este não é o caso com a infidelidade da esposa. Está muito bem que ela confesse e se arrependa, mas quem sabe se alguma coisa ainda permanece" em sua mente ou em seu útero? "Conseqüentemente ela não deve, e não pode jamais chegar a um entendimento com ele."[145] (Mas Napoleão havia duas vezes perdoado Josefina.)

Guardava-se contra os encantos femininos aderindo ao ponto de vista feminino de Maomé. "Tratamos as mulheres bem demais, e desta forma estragamos tudo. Fizemos tudo errado em elevá-las a nosso nível. Em verdade as nações orientais tiveram mais inteligência e bom senso do que nós ao declarar a esposa como sendo a verdadeira propriedade do marido. De fato a natureza fez a mulher nossa escrava... A mulher é dada ao homem para que possa dar-lhe filhos... Conseqüentemente, é sua propriedade da mesma forma que a árvore de frutos é propriedade do dono do pomar."[146]

Tudo isto é tão primitivo e tão contrário à biologia, onde a fêmea é usualmente o sexo predominante e o macho é um tributário provedor de alimentos (algumas vezes ele próprio engolido), que nós devemos ficar satisfeitos aceitando a garantia de Las Cases que muito disso era uma bravata brincalhona ou o sonho de um militar sobre recrutas sem conta vindos de férteis úteros; mas isto casa-se bem com os pontos de vista de qualquer *condottieri* corso. O código Napoleão insistia no absoluto poder do marido sobre a mulher, e na propriedade sobre ela, como uma necessidade de ordem social. "Sempre pensei", escrevia Napoleão a Josefina em 1807, "que a mulher foi feita para o homem e o homem para seu país, para a família, a glória e a honra".[147] Um dia após o mútuo massacre conhecido como a batalha de Friedland (14 de junho de 1807), Napoleão delineou um programa para uma escola a ser construída em Écouen "para moças que houvessem perdido suas mães, e cuja família fosse pobre demais para educá-las propriamente".

> O que deve ser ensinado às moças em Écouen? Deve-se começar pela religião em toda a sua rigidez... O que desejamos da educação não é que as moças devam pensar, mas crer. A fraqueza do cérebro das mulheres, a instabilidade de suas idéias,... sua necessidade de uma perpétua resignação... tudo isso só pode ser atingido pela religião... Desejo que aquele lugar produza não mulheres cheias de encanto, mas mulheres virtuosas; devem ser atraentes por altos princípios e corações ardentes, não por serem inteligentes ou divertidas... Além disso as moças devem ser ensinadas a escrever, aritmética e francês elementar;... um pouco de história e geografia;... latim não... Devem aprender a fazer todas as espécies de trabalhos de mulheres... Com a única exceção do diretor, todos os homens devem ser excluídos da escola... mesmo a jardinagem deve ser feita por mulheres.[148]

A filosofia política de Napoleão era também sem compromissos. Uma vez que todos os homens nascem desiguais, é inevitável que a maioria de cérebros se encontre numa minoria de homens, que irão governar a maioria com armas ou palavras. Conseqüentemente as utopias de igualdade são os mitos consoladores dos fracos; gritos anarquistas de liberdade das leis e do governo são as ilusões de mentalidades imaturas e autocráticas; e a democracia é um jogo usado pelos fortes para esconder seu governo oligárquico.[149] Na realidade a França tivera que escolher entre uma nobreza hereditária ou

ser governada pela classe dos negociantes. Assim "entre as nações e nas revoluções a aristocracia sempre existe. Quando se tenta livrar-se dela destruindo-se a nobreza, imediatamente se restabelece entre as famílias ricas e poderosas do Terceiro Estado. Destruí-a ali, e ela sobreviverá e encontrará refúgio entre os líderes dos trabalhadores e do povo".[150] "A democracia, se razoável, deveria limitar-se a dar a cada um uma oportunidade igual para competir e obter algo."[151] Napoleão alegava ter atingido isso fazendo *la carrière ouverte aux talents* em todos os campos; mas permitia a muitos fugirem desta regra.

Era um pouco ambíguo acerca das revoluções. Elas libertam as paixões violentas das multidões, uma vez que "os crimes coletivos não incriminam ninguém",[152] e nunca há "uma revolução sem um terror".[153] "Revoluções são a verdadeira causa da regeneração dos costumes públicos",[154] mas em geral (concluía em 1816) "uma revolução é um dos maiores males que podem acontecer à humanidade. É o flagelo da geração pela qual foi provocada; e todas as vantagens a que almeja não podem compensar a miséria com a qual amarga a vida daqueles que nela tomam parte".[155]

Preferia a monarquia a todas as outras formas de governo, indo até a defender o reinado hereditário (isto é, o seu próprio) contra as dúvidas que haviam sido expressas pelo czar Alexandre.[156] "Há mais chances de se chegar a um bom soberano pela hereditariedade que por eleição."[157] O povo sente-se mais feliz sob um tal governo estável do que numa democracia cheia de liberdade na qual a responsabilidade é mandada para o diabo. "Em tempos regulares e tranqüilos, cada indivíduo tem sua parcela de felicidade: o sapateiro em sua oficina sente-se tão contente quanto o rei em seu trono; o soldado não é menos feliz do que o general."[158]

Seu ideal político era uma federação dos estados europeus, ou continentais, governados em suas relações externas de Paris, como a "capital do mundo". Nessa "Associação Européia" todos os estados componentes teriam a mesma moeda, o mesmo sistema de pesos e medidas, e as mesmas leis básicas, sem barreiras políticas para viajar, transportar e comerciar.[159] Quando Napoleão chegou a Moscou em 1812, pensava que apenas uma justa paz com Alexandre permanecia como obstáculo à realização desse sonho. Havia subestimado o poder centrífugo das diferenças nacionais. Mas talvez estivesse certo acreditando que, se a Europa atingisse tal unidade, não seria através de apelos à razão "mas através da imposição de uma força superior continuando ao longo de uma geração. A guerra continuaria então, mas pelo menos ela seria civil.

À medida que se aproximava de seu fim, perguntava-se se tinha sido um agente livre e criador, ou um instrumento inerme de alguma força cósmica. Não era um fatalista, se isso significa alguém acreditar que seu sucesso ou seu fracasso, sua saúde ou sua doença, o caráter de sua vida e o momento de sua morte foram determinados por algum poder oculto, independente do que se decide fazer;[160] nem era claramente um determinista, no sentido de alguém que acredita que toda a ocorrência, incluindo sua própria escolha, idéia ou ato, é determinado pela composição de todas as forças e história do passado. Mas repetidamente falava de um "destino" — uma corrente central de eventos, parcialmente maleável pela vontade humana, mas basicamente irresistível como emanada da natureza inerente das coisas. Às vezes falava de sua vontade como suficientemente forte para dominar ou curvar a corrente — "Sempre fui capaz de impor minha vontade sobre o destino."[161] Incerto demais para ser consistente, dizia também: "De-

pendo dos acontecimentos. Não tenho vontade; aguardo todas as coisas desde seu princípio''[162] — desde seu princípio em suas fontes. ''Quanto maior é um homem'' — isto é, quanto mais alta é sua autoridade — ''menos vontade livre ele pode ter'' — maiores e mais fortes serão as forças que sobre ele agem. ''Dependemos das circunstâncias e dos acontecimentos. Sou o maior dos escravos entre os homens; a natureza das coisas é que manda em mim.''[163] Combinava suas atitudes flutuantes com a orgulhosa concepção de si mesmo como um instrumento do destino — isto é, a natureza das coisas determinando o curso e o término dos acontecimentos. ''O destino me conduz a um objetivo que desconheço. Até aquele objetivo ser atingido sou invulnerável e inatacável'' — como se carregado pela corrente. ''Quando o destino cumprir o seu propósito em mim, uma mosca bastará para destruir-me.''[164] Sentia-se ligado a um destino magnífico, porém perigoso; o orgulho e as circunstâncias guiavam-no; ''o destino deve ser cumprido''.[165]

Como todos nós, ele freqüentemente pensava na morte, e tinha ocasiões em que defendia ou tecia considerações sobre o suicídio. Na juventude sentia que o suicídio era o direito final de cada alma; aos 51 anos acrescentava: ''Se a própria morte não prejudica ninguém.''[166] Não tinha fé na imortalidade. ''Não há imortalidade a não ser na memória que é deixada na mente dos homens... Ter vivido sem glória, sem deixar um traço da própria existência, é como não ter vivido.''[167]

VII. O QUE ERA ELE?

Era ele um francês? Apenas por um acidente de tempo; de outra forma ele não era francês nem de corpo, nem de alma, nem de caráter. Era baixo, e mais tarde gordo; suas feições eram duramente romanas mais do que brilhantemente gaulesas; não tinha a alegria e a graça, o humor e a vivacidade, o refinamento de maneiras de um francês culto; estava disposto a dominar o mundo mais do que a gozá-lo. Tinha alguma dificuldade em falar francês; retinha um acento estrangeiro até 1807;[168] falava italiano fluentemente, e parecia sentir-se mais à vontade em Milão do que em Paris. Em diversas ocasiões expressou seu desgosto pelo caráter francês. ''O imperador'', relatava Las Cases, ''discorria largamente sobre nossa disposição volátil, fútil e mutável. 'Todos os franceses', dizia ele, 'são turbulentos e inclinados a escarnecer... A França gosta demais de mudar para ter um governo duradouro.'''[169]

Falava muitas vezes — com a ênfase de alguém que não está seguro — de seu amor pela França. Ressentia-se de ser chamado ''o Corso''; ''eu desejava ser absolutamente francês''; [170] ''o mais nobre título do mundo é o de haver nascido francês''.[171] Mas em 1809 revelou a Roederer o que definia como seu amor pela França: ''Tenho apenas uma paixão, uma amante, e esta é a França. Durmo com ela. Nunca me foi falsa. Despende seu sangue e seus tesouros comigo. Se eu precisar de 500.000 homens, ela me dá.''[172] Ele a amava como um violinista pode amar seu violino, como um instrumento de resposta imediata a seu toque e a sua vontade. Tanto distendeu as cordas desse instrumento, que elas arrebentaram, quase todas ao mesmo tempo.

Era ele o ''Filho da Revolução''? Assim às vezes o chamavam os aliados; com isso queriam dizer que ele herdara a culpa dos crimes da Revolução, e havia continuado seu repúdio pelos Bourbons. Ele próprio repetidamente dizia que conduzira a Revolução a um fim — não somente seu caos e sua violência, mas suas pretensões a uma democracia.

Era o filho da Revolução ao manter a emancipação dos camponeses, a livre empresa, a igualdade perante a lei, a carreira aberta ao talento, e a decisão de defender as fronteiras naturais. Mas quando se fez cônsul vitalício, depois imperador, quando terminou com a liberdade da palavra e da imprensa, quando fez a igreja católica parceira de seu governo, quando usou novas bastilhas, e favoreceu a velha e a nova aristocracia — então, seguramente, deixou de ser o Filho da Revolução. De muitas formas assim permaneceu nas terras conquistadas; ali terminou com o feudalismo, a inquisição, e o controle da vida pelos padres; ali levou o seu Código e alguns raios da luz do Iluminismo. Porém, depois de assim estruturar esses estados, lhes deu reis.

Era certo, a despeito de sua vontade, chamá-lo, "o Corso"? Apenas por sua lealdade pela família, seu entusiasmo pelo combate, a apaixonada defesa da França contra seus inimigos; mas a ele faltava o espírito corso do feudo, e sua leitura dos *philosophes* afastou-o muito do catolicismo medieval de sua ilha nativa. Era corso no sangue, francês na educação, e italiano em quase tudo.

Sim, após todas as tentativas para responder a essas perguntas, devemos recorrer a Stendhal e Taine, e dizer que Napoleão foi um *condottiere* da Renascença italiana, preservado no modelo e no tipo pelo isolamento, feudos, e guerras da Córsega. Foi César Bórgia, com o dobro de seu talento, e Maquiavel, com a metade de sua cautela e cem vezes a sua vontade. Era um italiano tornado cético por Voltaire, sutil às rusgas e às sobrevivências da Revolução, afiado pelo duelo diário dos intelectos franceses. Todas as qualidades da Renascença italiana nele apareceram: artista e guerreiro, filósofo e déspota; unificado em instintos e propósitos, rápido no pensamento, direto e absorvente na ação, mas incapaz de parar. Com exceção desta falta vital, foi o mais fino mestre da complexidade controlada e da energia coordenada da história. Tocqueville definiu-o bem: foi tão grande quanto um homem pode ser sem ser virtuoso, e tão sábio quanto um homem pode ser sem modéstia. Apesar de tudo, permaneceu dentro dos limites da probabilidade quando predisse que o mundo não veria nada semelhante a ele por muitos séculos.

CAPÍTULO XI

A França de Napoleão

1800-1815

I. A ECONOMIA

EMBORA educado para ser um soldado, Napoleão tinha um sadio sentido das realidades econômicas como sendo o destino das famílias, o subsolo da cultura, a força e a fraqueza de um Estado. Geralmente, a despeito de uma tendência para intervir, ele se alinhava ao lado do livre empreendimento, da competição aberta e da propriedade privada. Dava pouca atenção aos planos socialistas de Charles Fourier e outros para a produção comunal de bens e a distribuição equitativa dos produtos. Sentia-se convencido de que em qualquer sociedade a minoria mais capaz iria em breve governar a maioria, e absorver a maior parte da riqueza; além disso a inspiração de um ideal comunista não podia por muito tempo tomar o lugar das recompensas diferenciais que reconciliam o homem com a labuta; numa franca análise "é a fome que faz o mundo mover-se".[1] Além disso, a propriedade comunal é uma perpétua tentação para o desleixo. "Enquanto que um proprietário individual, com um interesse pessoal em sua propriedade, está sempre inteiramente alerta e leva seus planos a frutificar, o interesse comunal é inerentemente adormecido e improdutivo, porque o empreendimento individual é uma questão de instinto e o empreendimento comunal é um assunto de espírito público, que é raro."[2] Assim abria todas as portas, todas as carreiras, a todos os homens, de qualquer fortuna, ou descendência; e até os últimos anos de seu governo a França gozou de uma prosperidade que levou a paz a todas as classes; não havia desemprego,[3] nem revolta política. "Ninguém está interessado em derrubar um governo no qual todos aqueles que o merecem encontram emprego."[4]

Era um princípio capital com Napoleão que o Estado "cujas finanças são baseadas num bom sistema de agricultura nunca perece".[5] Supervisionando tudo, nada deixando sem fiscalizar, providenciou para que tarifas protetoras, financiamentos confiáveis e transportes bem mantidos por meio de estradas e canais encorajassem os camponeses a trabalharem permanentemente, a adquirirem terras, a cultivarem-nas mais e mais, e a proverem fortes jovens para seus exércitos. Um número exagerado de lavradores franceses eram meeiros ou trabalhadores pagos nas fazendas, mas meio milhão deles, por volta de 1814, eram proprietários dos hectares que semeavam. Uma senhora inglesa, que viajou pela França naquele ano, descreveu os camponeses como gozando de um grau de prosperidade desconhecido para sua classe em qualquer outro lugar da Europa.[6] Esses cultivadores do solo olhavam para Napoleão como uma garantia viva de seus títulos de propriedade e permaneceram leais a ele até que suas terras definharam

com a ausência de seus filhos convocados para o exército.

A indústria também era um interesse capital para Napoleão. Fazia questão de visitar fábricas, de mostrar interesse nos processos e nos produtos, nos artesãos e nos gerentes. Aspirava a levar a ciência para o serviço da indústria. Estabeleceu exposições industriais — em 1801 no Louvre, e em 1806 sobre enormes tendas na Place des Invalides. Organizou a École des Arts et Métiers, e premiou inventores e cientistas. Experiências com propulsão a vapor foram feitas em 1802, com uma desgraciosa máquina a vapor montada em uma barcaça, num canal próximo a Paris; seu sucesso não foi convincente, mas provocou esforços posteriores. Em 1803 Robert Fulton apresentou um plano para aplicar a máquina à navegação; Napoleão entregou-o ao Instituto Nacional, onde, após dois meses de experiências, foi rejeitado como impraticável. A indústria francesa desenvolveu-se mais vagarosamente do que a inglesa, pelo fato de ter menos mercado, menos capital e menos maquinário. No entanto, em 1801, Joseph-Marie e Jacquard exibiu sua nova aparelhagem para tecer; em 1806 o governo francês comprou a invenção e distribuiu-a; a indústria têxtil francesa tornou-se competitiva com a inglesa. A indústria da seda de Lyons, onde em 1800 havia 3.500 teares, empregava 10.720 em 1808;[7] e em 1810 um empresário têxtil empregava 11.000 trabalhadores em suas fábricas.[8] Neste ínterim os químicos franceses continuavam a fazer face ao bloqueio inglês, que impedia a entrada do açúcar, do algodão e do índigo, fazendo açúcar de beterraba, corantes de madeira, e linho superior ao algodão;[9] também transformavam batatas em aguardente.

Napoleão ajudava as indústrias francesas com tarifas protetoras e o Bloqueio Continental, apoiava-as para atravessar dificuldades financeiras com empréstimos a termos fáceis, abria-lhes novos mercados para os produtos franceses pela expansão de seu império e aliviava qualquer enfraquecimento do nível do emprego por extensos trabalhos públicos. Alguns desses eram monumentos à glória de Napoleão e de seus exércitos, como a Coluna Vendôme, a Madeleine, e os triunfais Arcos do Carrousel e de L'Étoile; alguns eram fortificações ou instalações militares, como a fortaleza, dique e porto de Cherburgo; algumas eram estruturas de serviço artisticamente projetadas, como a Bolsa, o Banco de França, os Correios Gerais, o Théâtre de l'Odéon, mesmo as Halles de Blés ou de Vins — os imponentes empórios do milho e dos vinhos (1811). Alguns eram ajuda à agricultura, como a drenagem dos pantanais, alguns ajuda ao transporte e ao comércio. Começou naquela época a abertura de novas ruas em Paris, como as ruas de Rivoli, de Castiglione, de la Paix, e quatro quilômetros de *quais* (cais), como o Quai d'Orsay, ao longo do Sena; mais importante do que isso, 50.000 quilômetros de novas estradas na França, e incontáveis pontes, incluindo as pontes de Austerlitz e de Iena em Paris; junte-se a isso o aprofundamento do leito dos rios e a expansão do magnífico sistema de canais da França. Canais principais foram escavados ligando Paris e Lyons, a Lyons e Estrasburgo e Bordéus. Napoleão caiu antes que dois outros sistemas pudessem ser completados: os canais ligando o Reno com o Danúbio e o Ródano, e Veneza a Gênova.[10]

Aos trabalhadores que cavavam os canais, erigiam os arcos de triunfo e forneciam a mão-de-obra para as fábricas não era permitido entrar em greve e formar uniões para barganhar por melhores condições de trabalho e salários mais elevados. No entanto, o governo de Napoleão providenciava para que os salários se mantivessem à frente dos

preços, que os padeiros, os açougueiros e os fabricantes ficassem sob controle de Estado e que — especialmente em Paris — os artigos necessários para a vida tivessem um suprimento amplo. Até os últimos anos do governo de Napoleão os salários subiam mais do que os preços e o proletariado, participando modestamente da prosperidade geral, e orgulhoso das vitórias de Napoleão, tornou-se mais patriota do que a burguesia. Não dava ouvidos aos liberais burgueses, como Mme. de Staël ou Benjamin Constant, pregando a liberdade.

No entanto havia fontes e vozes de descontentamento. Como a livre empresa progressivamente enriquecia os mais espertos, alguns homens perceberam que a igualdade murchava sob a liberdade, e que um governo de *laissez-faire* permite a concentração da riqueza de forma a excluir a metade da população dos frutos das invenções e dos benefícios da civilização. Em 1808 François-Marie Fourier publicou sua *Théorie des quatre mouvements et des destinées générales* (Teoria dos Quatro Movimentos e dos Destinos Gerais) — o primeiro clássico do socialismo utópico. Propunha que aqueles que estavam insatisfeitos com a organização existente da indústria deveriam unir-se em comunidades cooperativas (*phalanges*), cada qual de cerca de 400 famílias, vivendo juntas num falanstério ou edifício comunal; que todos os membros deveriam despender parte do dia em trabalho na agricultura (organizada coletivamente), parte na indústria doméstica ou de grupo, parte na procura de lazer ou de cultura; que cada indivíduo deveria executar uma variedade de tarefas e deveria mudar ocasionalmente sua ocupação; que cada indivíduo deveria participar igualmente dos produtos ou dos lucros da falange; e que cada falange deveria ter um centro comunitário, uma escola, uma biblioteca, um hotel e um banco. Este plano inspirou idealistas em ambos os hemisférios e Brook Farm, próximo a Boston, foi apenas uma das diversas comunidades utópicas que em breve desapareceram devido ao individualismo natural dos homens.

Napoleão não era muito entusiasta do capitalismo. Chamava os americanos de "meros mercadores", que "põem toda a sua glória em fazer dinheiro".[11] Encorajava o comércio francês pela multiplicação e manutenção de todas as avenidas do transporte e comércio, e pelo suprimento e firmeza da moeda; mas desencorajava-o pelas mil e uma regulamentações do Bloqueio Continental. Finalmente, cedendo às queixas, concedeu (1810-11) licenças para a exportação de certos bens para a Inglaterra, e para a importação de açúcar, de café e outros produtos estrangeiros; cobrava por essas licenças, e uma grande quantidade de favoritismo e de corrupção entrava em sua concessão.[12] Os pequenos comerciantes viviam melhor na França do que os comerciantes por atacado à medida que a indústria crescia; as lojas tinham estoques como nunca antes na França, à medida que a agricultura, a indústria e o transporte cresciam; e nas ruas bem freqüentadas floresciam coloridas lojas; mas as grandes cidades portuárias — Marselha, Bordéus, Nantes, Le Havre, Antuérpia e Amsterdã — estavam em decadência e os comerciantes estavam se voltando contra Napoleão e o seu bloqueio.

Seu maior sucesso como administrador foi nas finanças. É estranho dizer, mas suas guerras até 1812 em geral carreavam para o país mais do que custavam; impunha aos inimigos o ônus de haverem começado a ação, e quando os derrotava cobrava-lhes altos tributos — e obras-primas de velhos mestres pintores — pela lição. Parte dessa colheita mantinha sob seu controle pessoal como um *domaine extraordinaire*. Gabava-se em 1811 de ter 300 milhões de francos-ouro nas *caves des Tuileries*.[13] Usava esse fundo para ali-

viar os apertos do Tesouro, para corrigir movimentos perigosos do mercado de ações, para financiar trabalhos públicos ou melhorias municipais, para recompensar serviços importantes, para distinguir artistas e escritores, para salvar indústrias em dificuldades, para subornar um amigo ou um inimigo e para pagar sua polícia secreta. Sempre sobrava o suficiente para preparar a próxima guerra, e para manter os impostos muito abaixo do nível dos de Luís XVI ou da Revolução.[14]

''Antes de 1789'', diz Taine, ''o camponês proprietário pagava, sobre 100 francos de renda líquida, 14 para o senhor, 14 para o clero, 53 para o Estado, e retinha apenas 18 ou 19 para si; após 1800 ele nada paga de seus 100 francos de renda para o senhor ou o clero; paga pouco para o Estado, apenas 25 francos para a comuna e o *département;* e guarda para seu bolso 70''.[15] Antes de 1789 o trabalhador manual trabalhava de 20 a 39 de seus dias de trabalho por ano para pagar seus impostos; após 1800, de seis a 19 dias. ''Através da quase completa isenção (de impostos) daqueles que não têm propriedade, a carga dos impostos diretos cai quase inteiramente sobre aqueles que têm propriedade.''[16] No entanto, havia muitos impostos indiretos ou sobre vendas, ''extremamente moderados'', que recaíam igualmente sobre todas as pessoas e eram conseqüentemente mais duros sobre os pobres do que sobre os ricos. Ao aproximar-se o fim do regime imperial, os custos da guerra excediam bastante seus resultados; os impostos e os preços subiram e o descontentamento público espalhou-se.

Uma crise nas finanças, em 1805, levou Napoleão a reorganizar o Banco da França, que fora estabelecido em 1800 sob gerência particular. Enquanto estava lutando por sua sobrevivência política em Marengo, um grupo de especuladores, guiados por Gabriel-Julien Ouvrard, assegurou o controle dos suprimentos ao exército. Encontrando dificuldades, apelaram ao banco para obter um considerável empréstimo; para levantar o dinheiro o banco, com a permissão do Tesouro, emitiu suas próprias notas como moeda legal; não tiveram aceitação nas transações financeiras e caíram para 90 por cento de seu valor nominal; a companhia e o banco beiravam a bancarrota. Em seu retorno a Paris, Napoleão salvou o banco com parte das indenizações recebidas da Áustria, mas insistiu em que doravante ficasse "sob o controle do Estado, porém não em demasia". Em 22 de abril de 1806 ele o colocou sob a direção de um governador e dois vice-governadores apontados pelo governo, e 15 regentes escolhidos pelos acionistas. Esse novo Banque de France abriu filiais em Lyons, Rouen, e Lille, e começou uma longa carreira de serviço para a economia e o estado francês. O governo ainda possui apenas uma minoria das ações do banco.

Napoleão tinha pouco respeito pelos homens que vendiam suprimentos para seu exército e seus ministérios. Acreditava que todo contratante aumentava o valor de suas faturas, e que alguns deles ofereciam materiais inferiores a preços de primeira categoria. Instruía seus delegados a verificarem estritamente todas as contas que lhes eram apresentadas; algumas vezes fazia-o ele próprio. "Todos os contratantes", dizia a Bourrienne, "todos os agentes provisores são patifes... Possuem milhões, rolam em insolente luxo, enquanto meus soldados não têm nem pão nem sapatos. Não tolerarei mais isso!"[17] Em Viena, em 1809, recebeu queixas de roupas e equipamentos defeituosos fornecidos a seu exército; ordenou que se fizesse um inquérito, e descobriu que os empreiteiros tiveram grandes lucros indevidos nessas vendas; ordenou uma corte marcial e condenou os trapaceiros à morte. Todas as influências foram postas em jogo para salvá-los, porém Napoleão recusou-se a perdoar, e a sentença foi cumprida.[18]

Em termos gerais, como os críticos hostis concordam,[19] os primeiros 13 anos de go-

verno de Napoleão deram à França a maior prosperidade que jamais havia conhecido. Quando Las Cases, um *émigré* titulado e esquecido, retornou em 1805 de uma volta por 60 *départements*, reportou que, "a França em nenhum período de sua história foi mais poderosa, mais florescente, melhor governada e mais feliz".[20] Em 1813 o conde de Montalivet, ministro do Interior, dizia que esta continuada prosperidade era devida "à supressão do feudalismo, dos títulos, da instituição da mão morta e das ordens monásticas;... à mais igual distribuição da riqueza, à clareza e simplificação das leis".[21] Em 1800 a população da França era aproximadamente de 28 milhões, em 1813 ela era de 30 milhões. Não parece ser um ganho assustador, mas se a mesma razão de crescimento (mesmo descontrolado) tivesse continuado até 1870, o sobrinho de Napoleão teria tido 50 milhões de homens para enfrentar o desafio da Alemanha de Bismarck.

II. OS PROFESSORES

Observamos Napoleão, durante o seu Consulado, tentando dar uma nova ordem e estabilidade à França pós-revolucionária por meio de um Código de Leis Civil, e uma Concordata de paz e cooperação entre seu governo e a religião tradicional de seu povo. A essas forças formativas propôs juntar uma terceira, reorganizando o sistema educacional da França. "De todas as máquinas sociais a escola é provavelmente a mais eficaz, pois exerce três espécies de influência nas jovens vidas que faz desabrochar e dirige: uma através do mestre, outra dos condiscípulos e a última através das regras e regulamentos."[22] Estava convencido de que uma razão para a derrocada da lei e da ordem durante a Revolução foi sua falta de capacidade para estabelecer, em meio aos conflitos de vida e de morte da época, um sistema de educação adequado para substituir aquele que a Igreja havia anteriormente mantido. Esplêndidos planos haviam sido formulados, mas nem tempo nem dinheiro puderam ser poupados para realizá-los; a educação primária fora deixada para os padres e freiras, ou para mestres-escolas leigos, mantidos com salários apenas acima da fome pelos pais ou pelas comunas; a educação secundária sobrevivera apenas nos liceus que davam cursos de ciência e história com pouca atenção à formação do caráter. Napoleão pensava na educação pública em termos políticos: sua função era produzir cidadãos inteligentes mas obedientes. "Ao estabelecer um corpo de professores", dizia com uma candura que não é usual nos governos, "meu objetivo principal é assegurar os meios para dirigir as opiniões políticas e morais... Enquanto alguém cresce sem saber se deve ser republicano ou monarquista, católico ou sem religião, o Estado nunca formará uma nação; repousará em vagas e incertas fundações; estará constantemente exposto à desordem e às mudanças."[23]

Tendo restaurado a Igreja em sua associação com o governo, permitiu a organizações semimonásticas, como os Frères des Écoles Chrétiennes, dispensarem instrução primária, e às freiras ensinarem as moças de recursos; mas recusou-se a deixar os jesuítas entrarem novamente na França. Não obstante, ele os admirava pela sua estrita organização como uma dedicada corporação de professores. "O essencial", escrevia em 16 de fevereiro de 1805, "é um corpo docente como o dos antigos jesuítas."[24] "Quando eu conversava com ele", relembrava Bourrienne, "muitas vezes me dizia que era necessário que todas as escolas, colégios e outros estabelecimentos de instrução pública fossem submetidos à disciplina militar."[25] Numa nota de 1805 Napoleão propunha que "uma ordem de

professores poderia ser formada se todos os gerentes, diretores e professores no império estivessem sob um ou mais chefes, como os gerais, provinciais etc., dos jesuítas", e se a regra fosse que ninguém podia preencher uma posição mais alta na organização a não ser que tivesse passado pelos vários estágios inferiores. Seria desejável, também, que o professor não se casasse, ou que adiasse o casamento "até que tivesse assegurado uma posição e uma renda adequada... para suportar uma família".[26]

Um ano mais tarde (10 de maio de 1806) Antoine-François de Fourcroy, diretor-geral da instrução pública, obteve do Corps Législatif um decreto provisório estabelecendo que "deverá ser organizado, sob o nome de Universidade Imperial, um corpo exclusivamente encarregado do trabalho de ensino através de todo o império". (A Universidade de Paris, fundada *circa* 1150, tinha sido suprimida pela Revolução em 1790.) Esta nova universidade não iria ser meramente uma união das várias faculdades — teologia, lei, medicina, ciência e literatura; deveria ser a única a produzir professores para as escolas secundárias da França, e deveria incluir todos os graduados então vivos e exercendo o ensino. Estes "lycées" deveriam ser estabelecidos em uma ou mais cidades de cada *département*, com um currículo combinando as línguas e a literatura clássicas com a ciência; deveriam ser financiados pela municipalidade, mas todos os professores deveriam ser graduados da universidade; e ninguém seria promovido a um posto mais alto a não ser que tivesse exercido anteriormente todos os postos abaixo deste,[27] e tivesse obedecido a seus superiores como um soldado obedece a um oficial. A fim de persuadir os jovens franceses a entrarem nessa disciplina, Napoleão criou 6.400 bolsas de estudos cujos beneficiários comprometiam-se a dedicar-se à profissão do ensino e prometiam evitar o casamento até a idade de 25 anos. Como sua final recompensa, deveriam "ter claramente diante deles a perspectiva de subir aos mais altos postos do Estado".[28] "Tudo isto", disse Napoleão a Fourcroy, "é apenas o começo; aos poucos iremos fazer mais e melhor."[29]

Ele fez melhor, de seu ponto de vista, restaurando (1810), como um ramo da universidade, a École Normale, onde estudantes selecionados, vivendo em comum sob disciplina militar, recebiam treinamento especial por um prestigioso corpo docente, incluindo mestres como Laplace, Lagrange, Berthollet e Monge. Por volta de 1813 todos os professores colegiais deveriam ser graduados da École Normale; a ciência começou a prevalecer sobre os clássicos no currículo colegial, e a dar o tom intelectual da França educada. A École Polytechnique, estabelecida durante a Revolução, foi transformada em academia militar, onde as ciências físicas tornaram-se servidoras da guerra. Várias universidades provinciais sobreviveram à varredura marcial do imperador, e colégios privados tinham a permissão de operar sob licença e exames periódicos pela universidade. À medida que a atitude autoritária relaxava, permitia-se que conferencistas individuais usassem os salões da universidade para dar cursos especiais, e aos estudantes era permitido cursá-los à sua escolha.

No topo da pirâmide intelectual estava o Institut National de France. A Academia Francesa, suprimida em 1793, tinha sido restaurada em 1795 como a Classe II do novo Instituto. Napoleão orgulhava-se de ser membro do Instituto, mas quando sua seção moral e política, em 1801, teve a presunção de expor como um governo deveria ser conduzido, ordenou ao conde Louis-Philippe de Ségur, de dizer "à Segunda Classe do Instituto que não quero assuntos políticos tratados em suas reuniões".[30] O Instituto

continha então muitos velhos rebeldes fiéis ao Iluminismo e à Revolução, que em particular riam ou choravam da restauração oficial da igreja católica. Cabanis e Destutt de Tracy tinham usado a palavra *ideologia* como o estudo da formação das idéias; Napoleão chamou os psicólogos e filósofos de "ideólogos" por serem homens demasiadamente imersos em idéias e sonhando com a razão para compreenderem e perceberem as realidades da vida e da história. Esses intelectuais, espalhando tais noções através de incontáveis publicações eram, em seu julgamento, obstáculos a um bom governo. "Os homens que escrevem bem e são eloqüentes", dizia ele, "não têm solidez de julgamento."[31] Acautelava seu irmão José, então (18 de julho de 1807) governando Nápoles: "Tu vives demais com pessoas literárias." Quanto aos intelectuais que viviam zumbindo nos salões, dizia ele: "Olho os eruditos e as pessoas inteligentes, da mesma forma que as mulheres coquetes; deve-se conviver com elas e com elas conversar, mas nunca escolher a própria esposa entre elas, ou um ministro entre um desses homens."[32]

Em 23 de janeiro de 1803, reorganizou o Instituto em quatro classes, omitindo a categoria moral e política. A Classe I, à qual ele dava mais valor, estudaria as ciências. Entre seus 60 membros estavam Adrien Legendre, Monge, Biot, Berthollet, Gay-Lussac, Laplace, Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire e Cuvier. A Classe II tinha 40 membros devotados à língua e à literatura da França; substituía a antiga Academia Francesa e voltou a trabalhar no *Dictionnaire*; incluía o velho poeta Delille, o famoso dramaturgo Marie-Joseph de Chénier, o jovem historiador Guizot, o estilista romântico Chateaubriand, os filósofos Volney, Destutt de Tracy e Maine de Biran. A Classe III, com 40 membros, tratava de história antiga e história oriental, literatura e arte; aqui Luís Langlès prosseguia nos seus estudos sobre a Pérsia e a Índia que já haviam levado à formação da École des Langues Orientales (1795); e Jean-Baptiste d'Ansse de Villoison descobriu os comentadores de Alexandria sobre Homero, assim preparando o caminho para o revelador teorema de F. A. Wolf que "Homero" eram muitos homens. A Classe IV — a Academia de Belas-Artes — incluía dez pintores, seis escultores, seis arquitetos, três gravadores, e três compositores; aqui brilhavam David, Ingres e Houdon.

Tirando sua falta de apreço pelos ideólogos, Napoleão apoiava o Instituto de coração, ansioso para fazer dele um embelezamento de seu reino. Cada membro recebia do governo um salário anual de 1.500 francos; cada secretário permanente de uma classe recebia seis mil francos. Em fevereiro e março, cada classe apresentava ao imperador um relatório do trabalho feito em seu departamento. Napoleão estava satisfeito com o resultado total, pois (alegava Méneval) "esta revista geral da literatura, da ciência e da arte, mostrava que a inteligência humana, longe de recuar, não havia parado em sua constante marcha em direção ao progresso".[33] Podemos questionar o adjetivo "constante", porém não há dúvida de que a reorganização da ciência e da erudição sob Napoleão colocou os que a praticavam à frente da inteligência européia durante meio século.

III. OS GUERREIROS

Depois da educação, o recrutamento. A guerra tinha se tornado mais freqüente, mais homicida e mais custosa pela Revolução: o levantamento em massa de 1793 estabelecera a regra de que a guerra não deveria mais ser o esporte dos prínipes usando mercenários, mas uma luta de nações envolvendo todas as classes — embora levasse algum

tempo antes que outros governos seguissem a França permitindo que pessoas comuns se tornassem oficiais, até marechais. Rousseau expusera o princípio de que o serviço universal era um corolário lógico do sufrágio universal: aquele que votasse deveria servir. Enfrentando as monarquias européias numa luta para preservar sua república, a França, que antes de Luís XIV fora uma mistura de orgulhosas regiões sem um espírito nacional unindo o conjunto, foi unida em 1793 por um temor comum. Sua resposta foi nacional e decisiva. Um grande exército, chamando todos os homens, tornou-se necessário; começou o recrutamento; e quando massas de franceses, inspirados como exércitos raramente haviam sido antes, começaram a derrotar os soldados profissionais das monarquias feudais, estes países também começaram a reforçar o recrutamento, e a guerra tornou-se um conflito de massas competindo em um massacre. A glória do nacionalismo substituiu o orgulho das dinastias como a tônica da guerra.

Em 1803, tendo que encarar a rutura da Paz de Amiens, e antecipando a guerra com outra coligação, Napoleão sancionou uma nova lei de recrutamento: todos os homens entre 20 e 25 anos de idade estavam sujeitos ao serviço militar. Muitos eram isentados: homens jovens casados, seminaristas, viúvos ou divorciados com filhos, qualquer um que já tivesse tido um irmão convocado e o mais velho de três órfãos. Além disso, um convocado podia pagar um substituto para tomar seu lugar. A princípio isto pareceu a Napoleão ser injusto; depois ele o permitiu, principalmente baseado em que os estudantes mais avançados deveriam ser liberados para continuar seus estudos a fim de preparar-se para os postos administrativos.[34]

Esta insistência anual de que é *dulce et decorum pro patria mori* era suportada pacientemente pelo povo francês no êxtase das vitórias de Napoleão; porém quando começaram as derrotas (1808), e deixaram milhares de famílias se lamentando, cresceu a resistência, insubmissos e desertores se multiplicaram. Por volta de 1814 Napoleão havia recrutado 2.613.000 franceses para seus exércitos;[35] aproximadamente um milhão desses morreram de feridas ou doenças;[36] junte-se a isso meio milhão alistado ou recrutado de países estrangeiros aliados ou sujeitos à França. Em 1809 Napoleão solicitou ao czar Alexandre que fosse mediador entre a França e a Inglaterra dizendo que uma paz geral permitiria um fim do recrutamento; essa esperança passou. À medida que inimigos derrotados pareciam levantar-se de seus túmulos para novas coligações e campanhas, Napoleão mantinha muitos alistados além de seus cinco anos de permanência de acordo com as leis e chamava classes anuais antes de sua época, até que em 1813 convocou a classe de 1815.[37] Por fim a paciência dos pais franceses esgotou-se, e o grito de "abaixo o recrutamento!" levantou-se por toda a parte na França.

Por estes métodos cresceu a Grande Armée, que era o amor e o orgulho de Napoleão. Incentivava seu espírito dando a cada regimento sua própria colorida bandeira, que algum bravo jovem levaria para a batalha a fim de conduzir e inspirar seus homens; se ele caísse, um outro jovem correria para ele, apanharia a bandeira e a conduziria. Geralmente esta bandeira tornava-se a alma visível do regimento; quase sempre sobrevivia para mostrar seus restos nas paradas de vitória, e finalmente para ser pendurada, como um troféu em farrapos porém sagrado, na igreja dos Invalides. Quase todos os regimentos tinham seu uniforme e nome distintivos, famosos de Brest a Nice, de Antuérpia a Bordéus; granadeiros, hussardos, caçadores, lanceiros, dragões... Acima de tudo isto havia 92.000 homens que constituíam a Guarda Imperial, mantida em protetora reserva em

torno do imperador até que alguma crise clamasse por suas vidas. Qualquer recruta podia subir e tornar-se um membro da Guarda, e mesmo a chegar a empunhar um bastão como um dos 18 marechais da França Napoleônica.

Os resultados das guerras não tinham fim — biológicos, econômicos, políticos e morais. O antigo número de 1.700.000 franceses mortos nessas campanhas[38] foi reduzido por cálculos posteriores a um milhão de homens;[39] mesmo assim essas mortes presumivelmente prematuras podem ter enfraquecido a França por uma geração, até que os úteros das mulheres francesas compensaram a perda. Economicamente, as guerras e o estímulo de portos bloqueados e das necessidades militares aceleraram o crescimento da indústria. Politicamente, reforçaram a unificação dos governos regionais e das lealdades ao governo central. Moralmente, os constantes conflitos habituaram a Europa ao crescimento das guerras e a um código de matança desconhecido desde as invasões dos bárbaros. Nas frentes de batalha, e depois nas capitais, os governantes abandonaram os Dez Mandamentos. "A guerra tudo justifica", Napoleão escrevia ao general Berthier em 1809;[40] "nada jamais foi estabelecido a não ser pela espada";[41] e "em última análise deve haver uma qualidade militar em um governo";[42] sem um exército não há um Estado.

A fim de acostumar o povo francês a essa ética marcial, Napoleão apelava a seu amor pela glória. *La gloire* tornou-se uma febre nacional gerando concórdia e obediência entusiásticas; assim Napoleão poderia dizer que "as guerras da Revolução enobreceram toda a nação francesa".[43] Por dez anos, com o auxílio dos aliados, manteve seu povo neste transe hipnótico. Deixemos Alfred de Musset, que ali estava, descrever o espírito da França em 1810:

> Era neste ar de um céu inteiramente limpo, onde tanta glória brilhava, onde tantas espadas fulguravam, que a juventude desse tempo respirava. Eles bem sabiam que estavam destinados à hecatombe, mas olhavam Murat como invencível, e o imperador tinha sido visto cruzando uma ponte onde tantas balas assobiavam, que eles se perguntavam se ele não era imune à morte. E mesmo se alguém tivesse de morrer, o que importava isso? A morte em si era tão bela, tão nobre, tão ilustre, vestida em sua púrpura manchada pela batalha! Tomava emprestada a cor da esperança; ceifava tantas colheitas maduras que se tornava jovem, e não havia mais velhice. Todos os berços da França, bem como seus túmulos, estavam armados com escudo e broquel; não havia mais velhos, havia defuntos ou semideuses.[44]

Entrementes, na frente de batalha, os soldados de Napoleão roubavam, jogavam, e bebiam para adormecer seus temores; seus generais roubavam de acordo com suas posições; Masséna juntou milhões e Soult não lhe ficou muito atrás. A amável Josefina, o bondoso José, o bravo Luciano, e o tio cardeal Fesch lucraram investindo em firmas que estavam vendendo mercadorias estragadas para as tropas francesas. Napoleão coloria seus boletins de guerra com exageros e dissimulação, sangrava os tesouros das nações derrotadas, apropriava-se de sua arte, e pensava em maneiras de efetivar a regeneração moral da França.

IV. MORAL E COSTUMES

A Revolução, destruindo a autoridade política e dos pais, e dispensando a crença religiosa, tinha liberado os instintos individualísticos do povo francês — moderadamente

nas províncias, catastroficamente na capital; o centro da lei encontrava-se lutando dentro do centro do caos e do crime. Napoleão, ele mesmo sem lei, estava determinado a restaurar a estabilidade à moral e aos costumes como vital para a regeneração da França, para a sanidade e o contentamento do povo, e o sucesso do seu governo. Tornou claro que manteria uma rígida observação sobre todas as relações de negócios dentro ou com o governo, e puniria severamente qualquer desonestidade que fosse detectada. Declarava-se contrário a roupagens indecentes na sociedade ou no palco; repreendeu seu irmão Luciano e sua irmã Elisa por mostrarem muito de sua carne em representações teatrais particulares; e quando, em uma *soirée*, viu-se em frente a Mme. de Staël, que tinha um decote baixo e muito aberto, perguntou-lhe acintosamente: "Presumo que amamentais vossos filhos vós mesma?"[45] Insistiu em que Talleyrand se casasse com sua amante. Mme. Tallien, que dirigira a moral do Diretório pela curva de suas ancas, desapareceu na província; Josefina disse adeus ao adultério, e suas assustadas costureiras cortaram suas contas pela metade. O novo Código dava ao marido poderes quase romanos sobre sua esposa e filhos; a família reassumiu sua função de transformar animais em cidadãos, a qualquer que fosse o custo para a liberdade pessoal.

Os costumes da época perderam algo de seu brilho como o preço parcial da nova disciplina. A alegria inconseqüente dos sexos e das classes sob a Revolução cedeu ao decoro burguês e à fadiga proletária. As barreiras de classe, que tinham classificado e firmado a população nos dias dos Bourbons, deu lugar a uma incansável febre de competição enquanto "carreiras abertas aos talentos" construíam escadas entre todas as camadas,[46] e levavam jovens sem raízes a subirem as escorregadias pirâmides do poder. Feitas tais deduções, Napoleão tinha justificativa ao sentir que sob seu governo a moralidade retornara à França e os costumes tinham ganho de novo algo da cortesia que tinha facilitado e adornado a vida pré-revolucionária entre as classes educadas da França.

Napoleão sentia que, a despeito de todos os esforços para igualar as oportunidades, alguma forma de distinção de classe se desenvolveria inevitavelmente, conseqüência da natural diversidade de capacidade e ambiente. Para impedir que esse resultado fosse apenas uma aristocracia da riqueza, estabeleceu em 1802 a Legião de Honra, composta de homens, escolhidos pelo governo, que se houvessem distinguido por especial desempenho em seus campos de ação — guerra, lei, religião, ciência, erudição, arte,... Ela deveria ser tão democrática como era a vida: todos os homens eram elegíveis, mas as mulheres não. Os membros juravam, ao serem admitidos, apoiar os princípios de liberdade e igualdade; mas em breve eram graduados em classes, de acordo com seu mérito ou influência ou título. Cada um recebia do governo francês um salário anual, 5.000 francos para um "grande oficial", 2.000 para um "comandante", 1.000 para um "oficial", 250 para um "cavaleiro".[47] Para distingui-los, os membros deviam usar uma fita ou uma cruz. Quando alguns conselheiros riram-se de tais "quinquilharias", Napoleão replicou que os homens são mais facilmente levados por condecorações do que pela autoridade ou pela força; "obtém-se tudo dos homens apelando a seu senso de honra".[48]

O imperador deu um outro passo em direção a uma nova aristocracia criando em 1807 a "Nobreza Imperial", conferindo títulos a seus parentes, a seus marechais, a certos oficiais administrativos e a distintos sábios; assim, nos sete anos seguintes, fez 31 duques, 452 condes, 1.500 barões e 1.474 cavaleiros. Talleyrand tornou-se príncipe de Be-

nevento, Fouché tornou-se duque d'Otrante (Otranto); José Bonaparte foi feito subitamente grande-eleitor, Luís Bonaparte foi feito grande-condestável; Murat, comandante de cavalaria, ficou surpreso ao ser feito grande-almirante; o marechal Davout foi crismado duque de Auerstedt; Lannes, duque de Montebello; Savary, duque de Rovigo; Lefebvre, duque de Dantzig. Laplace e Volney tornaram-se condes, e as irmãs de Napoleão desabrocharam em princesas. Cada título era acompanhado de um colorido e distinto uniforme, uma renda anual, às vezes uma propriedade de valor. Além disso — e aqui Napoleão francamente voltava suas costas para a República — na maior parte estes títulos eram tornados hereditários. Sob o ponto de vista de Napoleão, somente com a propriedade transmissível podiam seus novos aristocratas manter sua posição e autoridade, e conseqüentemente servir de apoio para o governante. O próprio imperador a fim de manter-se um passo ou dois à frente da nova aristocracia — que logo pavoneava seus títulos uniformes e poderes — rodeou-se de camerlengos, palafreneiros, prefeitos do palácio e centenas de outros servidores; e Josefina foi equipada com damas de honor cujos títulos vinham dos Bourbons ou anteriores a eles.

Ainda insatisfeito, voltou-se para os sobreviventes da velha nobreza e usou de todos os atrativos para chamá-los à sua corte. Havia chamado muitos deles de volta à França como um golpe contra os ainda revolucionários jacobinos e na esperança de estabelecerem uma continuidade entre a velha França e a nova. Isto parecia impossível, pois os *émigrés* que retornavam desprezavam Napoleão como um usurpador *parvenu*, denunciavam suas políticas, satirizavam suas maneiras, seu aspecto e sua fala, e zombavam de sua nova aristocracia. Gradualmente, no entanto, à medida que subia seu prestígio com suas vitórias, e a França atingia um tal poder e riqueza que nem mesmo Luís XIV havia conquistado para ela, essa atitude soberba curvou-se: os filhos jovens dos *émigrés* prazerosamente aceitaram colocações no serviço do usurpador;[49] *grandes dames* vieram para o serviço de Josefina, e por fim alguns nobres da antiga linhagem — Montmorencys, Montesquious, Ségurs, Gramonts, Noailles, Turennes — juntaram sua aura à corte imperial, e foram recompensados com a restauração parcial de suas propriedades confiscadas. Após o casamento com Maria Luísa a reconciliação parecia completa. Mas muito dela era superficial; os filhos e as filhas mais novos da Revolução não suportavam as maneiras superiores e o prestígio da aristocracia de sangue; o exército, ainda orgulhoso de seus ideais revolucionários, resmungava ao ver seu ídolo trocando mesuras com antigos inimigos; estes desprezavam os altos generais, os nervosos sábios e os ambiciosos Bonapartes, que tiveram a presunção de substituí-los.

A fim de manter esta cova de leões afastada de uma guerra aberta com palavras ou espadas, Napoleão insistia num código de etiqueta. Comissionou alguns especialistas para prepararem, partindo dos melhores modelos Bourbons, um manual de maneiras projetado para atender a qualquer situação com cortesia; assim o fizeram, num volume de 800 páginas;[50] filósofos e granadeiros o estudaram e a corte imperial tornou-se um modelo de vestimentas brilhantes e conversas vazias. Os cortesãos jogavam cartas, porém, como Napoleão proibia o jogo a dinheiro, as cartas perderam o seu valor. Apresentavam-se peças de teatro, concertos, cerimônias formais e suntuosos bailes. Quando a excitação de comparar as vestimentas e os jogos de inteligência declinaram, os membros mais íntimos da corte transferiram-se com o imperador para St.-Cloud, ou Rambouillet, ou o Trianon, ou, ainda mais felizes, para Fontainebleau, onde a forma-

lidade afrouxava suas amarras e a caça aquecia o sangue.

Ninguém ficava tão irritado por esse ritual real como Napoleão, que o evitava tanto quanto possível. "A etiqueta", dizia ele, "é a prisão dos reis."[51] E para Las Cases: "A necessidade me compelia a observar algum grau de formalidade, de adotar um certo sistema de solenidade — numa palavra, a estabelecer a etiqueta. De outra forma, seria bem possível que todo dia me dessem tapinhas nas costas."[52] Quanto a cerimônias, também tinham sua racionalização. "Um governo recentemente estabelecido deve deslumbrar e espantar; no momento em que deixa de brilhar, ele cai."[53] A demonstração é para o poder o que a cerimônia é para a religião."[54] Não é um fato que a religião católica apela mais fortemente para a imaginação pela pompa de suas cerimônias do que pela sublimidade de suas doutrinas? Quando desejais levantar o entusiasmo das massas, deveis apelar para seus olhos."[55]

Como é usual na história, os costumes da corte passaram para baixo, um pouco reduzidos, para a população educada. "Levou apenas 10 ou 12 anos", dizia o ilustrado "Bibliophile Jacob" (Paul Lacroix) "para tornar o *grand monte* do Diretório uma sociedade decente, polida e bem educada."[56] Isso era especialmente verdadeiro em Lyons e Bordéus, para não falar de Paris, onde dizia Mme. de Staël, "tantas pessoas inteligentes se reúnem... e tantas estão tão acostumadas a usar sua inteligência para aumentar os prazeres da conversação".[57] Napoleão, segundo relata Las Cases, "rendia justiça ao delicado tato que distinguia os habitantes da capital francesa; em nenhum outro lugar, dizia ele, podia ser encontrada tanta inteligência ou melhor gosto".[58] Uma centena de cafés reuniam um povo gregário a sentar-se e saborear algo, a trocar notícias e observações, enquanto perante eles o mundo em movimento passava numa parada involuntária, cada animáculo julgando que o mundo rodava em torno dele. Os bons restaurantes haviam desaparecido durante o Terror, tinham reaberto durante o Diretório, e começavam agora o seu reino sob os gostos e as bolsas do povo francês. Foi durante o Consulado e o Império que Anthelme Brillat-Savarin, acumulou os fatos e as lendas que encheram seu clássico de gastronomia, *La Physiologie du goût* (A fisiologia do gosto), que foi impresso apenas um ano (1826) antes de sua morte.

Os estilos da conversação e do vestuário estavam mudando. *Citoyen* e *Citoyenne* estavam sendo substituídos pelos pré-revolucionários *Monsieur* e *Madame*. Homens da moda retornavam aos calções até os joelhos e meias de seda, mas as calças reconquistavam supremacia à medida que o império desaparecia. As senhoras abandonando o *style grecque* do Diretório, retornaram às suas saias e corpetes. O *décolleté* permaneceu generoso com os ombros e os braços descobertos; Napoleão se opunha a esta moda, Josefina a aprovava; seus belos braços e ombros, e farto busto, ganharam.[59]

O imperador dava a sua aprovação a bailes de máscaras, pois ficava satisfeito ao ver a vida social reviver. Não dava importância aos salões que estavam florescendo em Paris. Eles estavam se tornando um refúgio dos políticos, dos escritores, e dos "ideólogos", críticos de seu crescente regime ditatorial. Seus irmãos José e Luciano organizavam freqüentes reuniões onde a conversa era necessariamente favorável ao imperador e em geral hostil a Josefina; Fouché e Talleyrand tinham suas próprias cortes, onde a crítica era polida; os *émigrés* que haviam voltado desancavam todos os Bonapartes nas suas sombrias noitadas do Faubourg St.-Germain; e Mme. de Staël mantinha seu famoso salão como parte de sua guerra de 15 anos contra Napoleão. Mme. de Genlis, voltando à França

após sete anos como uma *émigrée*, devotava seu salão e seus escritos à defesa do imperador contra os Bourbons, jacobinos, Mme. de Staël, e Mme. Récamier.

V. MME. RÉCAMIER

O salão de La Récamier devia seu sucesso à sua atraente beleza e à complacência burguesa de seu marido. Nascida em Lyons em 1777, batizada Jeanne-Françoise-Julie-Adelaïde Bernard, e conhecida por seus amigos como Julie ou Juliette, era dotada de uma beleza de rosto e de corpo que sobreviveram mesmo quando atingiu os 70 anos e ficou cega. Desenvolveu quase todos os encantos do caráter feminino — bondade, simpatia, ternura, gosto, graça, tato... Juntava a isso uma flexibilidade sensual que agitou centenas de homens sem nenhum dano conhecido à sua virgindade. Em 1793, com a idade de 16 anos, casou-se com Jacques-Rose Récamier, que tinha 42 anos mas era um banqueiro. Ficava tão encantado ao contemplar-lhe a beleza, ao ouvi-la cantar, ao observar suas delicadas mãos arrancando sentimento do piano ou da harpa, que a rodeou de todo o conforto, financiou sua carreira como uma *salonnière*, suportou com paternal indulgência suas conquistas, ela mesma jamais conquistada, e aparentemente não insistia em seus direitos de marido.[60]

Em 1798 comprou a casa parisiense de Jacques Necker, na Rue du Mont-Blanc. Durante aquela transação, Juliette, aos 21 anos, encontrou com Mme. de Staël, então com 32 anos; foi apenas um encontro casual, mas deu início a uma amizade duradoura que mesmo a rivalidade no amor não faria terminar. Inspirada pelo sucesso com que a mulher mais velha tinha levado a seu salão os mais preeminentes homens de estado e escritores de seu tempo, Juliette, em 1799, abriu sua nova casa às reuniões periódicas de homens e mulheres preeminentes na vida política, cultural e social de Paris. Luciano Bonaparte, o ministro do Interior, não perdeu tempo em declarar-lhe seu imperecível amor. Ela mostrou suas inflamadas cartas ao marido, que aconselhou-a a tratar Luciano com paciência, sob pena do banco Récamier incorrer na hostilidade da dinastia que se levantava. Napoleão extinguiu o fogo de Luciano, mandando-o como embaixador para a Espanha. Talvez ele próprio tivesse lançado as vistas sobre Juliette como um "petisco para um rei".[61] Mas suas inclinações eram inteiramente outras. A despeito das precauções de seu marido, e da precária posição de seu pai como Diretor Geral dos Correios no governo consular, acolhia em seu salão realistas como Mathieu de Montmorency, generais anti-Napoleão como Bernadotte e Moreau, e outros que se ressentiam dos modos crescentemente imperiais do primeiro cônsul.

Estava nessa época no auge de sua beleza, e os principais pintores alegravam-se que ela posasse para eles. David pintou-a na pose favorita das deusas de então — reclinada num sofá e com as folgadas roupas de uma veste grega que deixavam nus seus braços e seus pés. M. de Récamier sentia que David não havia apanhado o sutil encanto de sua esposa; desafiou a François-Gérard, discípulo de David, a rivalizar seu mestre; Gérard teve tal sucesso, que David nunca o perdoou.[62]

Em 1802 Juliette e sua mãe visitaram a Inglaterra, onde dignitários, como o príncipe de Gales, e belas senhoras, como a duquesa de Devonshire, receberam-na com todas as honras devidas à sua beleza e a seus sentimentos antibonapartistas. Pouco após sua volta à França, seu pai foi preso por ter-se comprometido em negociações secretas entre

os realistas parisienses e os *chouans* rebeldes da Vendéia; foi preso e estava em perigo de ser sentenciado à morte, quando sua filha desesperada persuadiu Bernadotte a procurar Napoleão e interceder pela liberação de M. Bernard. Napoleão consentiu mas demitiu-o de seu posto. "O governo", admitiu Juliette, "tinha perfeitamente o direito de afastá-lo."[63]

Em 1806 seu marido apelou para o Banco da França a fim de salvá-lo da bancarrota pelo empréstimo de um milhão de francos. Os diretores levaram o pedido a Napoleão que, retornando de Marengo, encontrou o próprio banco envolto em dificuldades e proibiu o empréstimo. Récamier vendeu a casa na Rue du Mont-Blanc; Juliette vendeu sua prata e suas jóias e, sem queixar-se, aceitou uma vida mais simples. Mas esteve próximo a um colapso nervoso quando, em 20 de janeiro de 1807, sua mãe morreu. Sabendo disso, Mme. de Staël convidou-a para vir morar com ela algum tempo no castelo de Necker em Coppet, na Suíça. M. Récamier, absorvido numa luta para ganhar de novo a solvência, deu-lhe permissão para ir. A 10 de julho ela chegou a Coppet, e começou o mais amoroso período de sua carreira.

Uma sucessão de pretendentes esperavam-na ali, incluindo o amante de Mme. de Staël, Benjamin Constant. Ela gostava e encorajava suas atenções, segundo consta, guardando sua cidadela todo o tempo. Alguns críticos acusaram-na de tratar impiedosamente os corações dos homens, e Constant escreveu amargamente: "Ela brincou com minha felicidade, com minha vida; que seja amaldiçoada!"[64] Mas Constant também brincava com corações e vidas, e a duquesa d'Abrantès lembrava-se de Juliette como sendo inteiramente sem manchas:

> Não se pode esperar, no futuro, uma mulher assim — uma mulher cuja amizade foi procurada pelas mais notáveis pessoas da época; uma mulher cuja beleza jogou a seus pés todos os homens que olharam para ela; cujo amor foi o objeto de desejo universal, e cuja virtude no entanto permaneceu pura... Em seus dias de alegria e esplendor teve o mérito de estar sempre pronta a sacrificar suas próprias distrações para dispensar consolação... a qualquer amigo aflito. Para o mundo Mme. Récamier é uma mulher célebre; para aqueles que tiveram a felicidade de conhecê-la e apreciá-la, era um ser especial e bem dotado, formado pela natureza em um de seus momentos mais inspirados, como um modelo perfeito.[65]

Em outubro de 1807, Juliette esteve tão próxima a comprometer-se com o príncipe Augusto da Prússia, sobrinho de Frederico, o Grande, que escreveu a seu marido para libertá-la de seu casamento. Récamier lembrou-lhe que havia durante 14 anos compartilhado sua riqueza com ela, e havia atendido a todos os seus desejos; não lhe parecia errado desertá-lo no meio de seus esforços para uma recuperação financeira? Ela voltou a Paris e a seu marido, e o príncipe teve de confortar-se com suas cartas.

Quando Récamier de novo tornou-se rico e Juliette herdou uma fortuna de sua mãe, reabriu o seu *salon* e sua oposição a Napoleão. Em 1811, quando Mme. de Staël estava em desgraça com o imperador, e Mathieu de Montmorency tinha acabado de ser exilado por havê-la visitado, Juliette desafiou a fortuna e, apesar das recomendações de Germaine, insistiu em passar pelo menos um dia com ela em Coppet. Napoleão, perturbado pelas más notícias da Espanha e da Rússia, proibiu que ela se aproximasse mais do que 200 quilômetros de Paris. Após sua primeira abdicação (11 de abril de 1814) ela retornou, reabriu seu *salon*, e entreteve Wellington e outros líderes dos aliados vi-

toriosos. Quando Napoleão retornou de Elba e recapturou a França sem uma luta, ela preparou-se para deixar a capital, mas Hortência prometeu protegê-la e ela permaneceu, temporariamente submissa. Após a segunda abdicação (22 de junho de 1815) ela retomou sua hospitalidade. Chateaubriand, que havia encontrado em 1801, reentrou então em sua vida, e deu-lhe uma segunda juventude num estranho e histórico romance.

VI. OS JUDEUS NA FRANÇA

A emancipação dos judeus europeus aconteceu primeiro na França, porque a França liderou a emancipação do pensamento, e porque o Iluminismo havia acostumado uma crescente proporção de adultos a interpretar a história em termos seculares. A pesquisa bíblica havia revelado Jesus como um amável pregador, crítico dos fariseus, mas leal ao judaísmo; e os próprios evangelhos tinham-no mostrado como alegremente escutado por milhares de judeus, e bem acolhido por milhares quando entrou em Jerusalém. Como podia então um povo inteiro, através de milhares de anos, ser punido pelos crimes de um alto sacerdote e um punhado da acidental ralé que pediu a sua morte? As hostilidades econômicas permaneciam, e alimentavam o natural incômodo da presença de uma fala e modo de vestir estranhos; mas mesmo essa animosidade estava declinando, e Luís XVI não havia encontrado resistência popular quando removeu os impostos que especificamente atingiam os judeus. Mirabeau, num ensaio em que misturava a lógica com o gênio, havia apelado para a completa emancipação dos judeus (1787) e o *abbé* Grégoire tinha ganho um prêmio da Sociedade Real de Ciências e Arte de Metz, em 1789, por seu Tratado *A Regeneração Física, Moral e Política dos Judeus*. Pareceu apenas uma conseqüência lógica da Declaração dos Direitos Humanos, quando a Assembléia Constituinte, em 27 de setembro de 1791, estendeu amplos direitos civis a todos os judeus da França. Os exércitos da Revolução levaram a liberdade política aos judeus da Holanda, em 1796, de Veneza em 1797, de Mainz em 1798; e em breve o Código Napoleão estabelecia-a automaticamente onde quer que alcançassem as conquistas de Bonaparte.

O próprio Napoleão olhava para o problema com o usual desprezo de um soldado pelos negociantes. Parando em Estrasburgo em janeiro de 1806, em seu retorno da campanha de Austerlitz, recebeu apelos para ajudar os camponeses da Alsácia em sua miséria financeira. Subitamente libertados de sua servidão feudal, encontravam-se sem emprego ou terra para dar-lhes um meio de vida. Haviam pedido aos banqueiros locais, na maioria judeus alemães — que lhes emprestassem as somas substanciais de que necessitavam para comprar terras, ferramentas e sementes para estabelecerem-se como camponeses proprietários. Os banqueiros forneceram os fundos, mas a juros que alcançavam a 16 por cento, o que, para os que emprestavam, parecia justificado pelos riscos envolvidos. (Aqueles que hoje na América tomam dinheiro emprestado pagam juros semelhantes.) Acontece que alguns dos camponeses não puderam fazer face a seus pagamentos de juros e amortização. Napoleão foi informado de que, a não ser que ele interferisse, muitos camponeses teriam que encarar a perda de suas terras; foi alertado que toda a Alsácia cristã estava indignada com a situação, e que um ataque aos judeus era iminente.

Chegando a Paris, levou o assunto à consideração de seu Conselho. Alguns membros recomendaram medidas duras, outros apontaram que os judeus de Marselha, Bordéus, Milão e Amsterdam estavam vivendo em paz e respeito em suas comunidades, e não

poderiam ser penalizados por nenhuma revogação geral dos direitos assegurados aos judeus em regiões controladas pela França. Napoleão concordou, mas determinou que os apelos dos credores judeus em certas províncias não podiam ser coletados antes que se passassem um ano.[66] Ao mesmo tempo (30 de maio de 1806) convidou os notáveis entre os judeus de toda a França para um encontro em Paris a fim de considerarem os problemas que afetavam as relações entre cristãos e judeus, e para sugerir meios de espalhar os judeus mais amplamente através da França, e numa maior variedade de ocupações. Incumbia aos prefeitos dos departamentos escolher os notáveis, porém "em geral sua escolha foi bem feita".[67]

Os rabinos e leigos mais respeitados por suas congregações reuniram-se em Paris em julho de 1806, em número de 111, e foi-lhes dado um salão no Hôtel de Ville para suas deliberações. Napoleão, ou seus conselheiros, submeteram à reunião algumas questões sobre as quais o imperador solicitava informações: os judeus são polígamos? Permitem o casamento de judeus com cristãos? Os rabinos alegam ter o direito de conceder divórcios independentemente das autoridades civis? Consideram os judeus a usura legal? Os notáveis formularam respostas calculadas para agradar a Napoleão: a poligamia era proibida nas comunidades judias, e o divórcio só era concedido quando confirmado pelas cortes civis; casamento livre com cristãos era permitido; a usura era contrária à lei mosaica.[68] Napoleão enviou o conde Louis Molé para expressar sua satisfação; e o conde, anteriormente crítico, dirigiu-se aos notáveis com espontânea eloqüência: "Quem não ficaria admirado à vista dessa assembléia de homens esclarecidos selecionados dentre os dirigentes da mais antiga das nações? Se um indivíduo de séculos passados pudesse retornar à vida, e seus olhos caíssem sobre esta cena, não pensaria ter sido transplantado para dentro das paredes da Cidade Santa?"[69] No entanto, acrescentou, o imperador desejava uma sanção religiosa, e que lhe fosse dada segurança com relação aos princípios afirmados por esta assembléia predominantemente leiga; propôs que os notáveis deveriam convocar a Paris, para esses e outros propósitos, o "Grande Sinedrim" — a suprema corte dos rabinos de Israel, o qual, devido à dispersão dos judeus após a destruição do templo de Jerusalém, não se havia reunido desde 66 d.C. Os notáveis sentiram-se satisfeitos em cooperar. No dia 6 de outubro enviaram a todas as sinagogas mais importantes da Europa o convite do imperador para eleger delegados a esta grande "assembléia" (Sinedrim ou sinédrio provém do grego *synedrion*) para considerar os meios de mitigar as dificuldades entre cristãos e judeus, e de facilitar o acesso dos judeus franceses a todos os direitos e vantagens da civilização francesa. Os notáveis fizeram acompanhar esse convite de uma orgulhosa e feliz proclamação:

> Um grande acontecimento está prestes a acontecer, acontecimento que através de uma longa série de séculos nossos pais, e mesmo nós em nosso próprio tempo, não esperávamos ver. O dia 20 de outubro foi fixado como a data para a abertura de um Grande Sinedrim na capital de uma das mais poderosas nações cristãs e sob a proteção do imortal príncipe que a governa. Paris mostrará ao mundo uma cena notável, e este acontecimento para sempre memorável abrirá para os dispersos restos dos descendentes de Abraão um período de libertação e prosperidade.[70]

O Grande Sinedrim não pôde atender a estas entusiásticas expectativas. Oito dias após os convites serem enviados Napoleão e suas tropas combatiam os prussianos em Jena.

Durante todo aquele outono ele permaneceu na Alemanha ou na Polônia, desmembrando a Prússia, criando o grande ducado de Varsóvia, fazendo política ou guerra; durante todo o inverno permaneceu na Polônia reorganizando seu exército, lutando com os russos numa batalha que não teve vencedor, em Eylau, sobrepujando-os em Friedland, e fazendo a paz com o czar Alexandre em Tilsit (1807). Restava-lhe pouco tempo para o Grande Sinedrim.

Este reuniu-se no dia 9 de novembro de 1807. Quarenta e cinco rabinos e 26 leigos reuniram-se em conferência, escutaram discursos e ratificaram as respostas dadas a Napoleão pelos notáveis. Mais tarde ocuparam-se de emitir recomendações para os judeus: terminar com qualquer animosidade para com os cristãos, amar o país deles como se fosse o seu próprio, aceitar o serviço militar em sua defesa, evitar a usura, e entrar mais e mais na agricultura, nas profissões manuais e nas artes. Em março o Sinedrim enviou o seu relatório ao distante Napoleão e entrou em recesso.

Quase um ano depois, em 18 de março de 1808, Napoleão emitiu suas decisões finais. Ratificavam a liberdade religiosa dos judeus e seus plenos direitos políticos em toda a França exceto na Alsácia e na Lorena; ali, durante os próximos 10 anos, certas restrições eram impostas aos banqueiros, para diminuir o número de bancarrotas e de animosidades raciais; as dívidas das mulheres, dos menores e dos soldados foram canceladas; as cortes foram autorizadas a cancelar ou a reduzir os juros de mora no pagamento de juros e a conceder uma moratória para o pagamento; nenhum judeu podia engajar-se no comércio sem uma licença do prefeito; e a continuação da imigração dos judeus para a Alsácia foi proibida.[71] Em 1810 o imperador adicionou uma outra solicitação: que todos os judeus deveriam adotar um nome de família, o que ele esperava iria facilitar a assimilação étnica.

Era uma acomodação imperfeita, mas deve-se ter alguma tolerância para com um governante que insistia em tudo disciplinar, e conseqüentemente encontrava-se o tempo todo inundado de problemas e detalhes. Os judeus da Alsácia sentiram-se injustamente ofendidos pelos regulamentos do imperador; mas a maioria das comunidades judaicas na França e em outros lugares aceitaram-nos como uma tentativa razoável para aliviar uma situação explosiva.[72] Neste ínterim, na constituição que preparou para a Westfália, Napoleão declarava que os judeus daquele novo reino deveriam gozar de todos os direitos da cidadania em completo nivelamento com os outros cidadãos.[73] Na França a crise passou, e os judeus entraram criativamente na literatura, ciência, filosofia, música e arte francesas

CAPÍTULO XII

Napoleão e as Artes

I. MÚSICA

TENDO de gerir um continente, Napoleão não podia encontrar muito tempo livre para a música. É difícil imaginá-lo sentando-se quieto e mudo durante um dos concertos no Théâtre-Feydeau; apesar disso, sabe-se de concertos que eram dados nas Tulherias e que ele demonstrava algum prazer nos recitais íntimos arranjados por Josefina em seus apartamentos.[1] De qualquer forma Sébastien Érard e Ignaz Pleyel estavam fabricando ótimos pianos, e cada casa no *beau monde* tinha um. Muitas anfitriãs organizavam saraus musicais particulares, nos quais, dizem os Goncourts, seus convidados escutavam heroicamente,[2] de vez que preferiam uma animada conversa. Os alemães gostavam da música sem palavras, os franceses viviam das palavras sem música.

Napoleão gostava mais da ópera do que dos concertos; tinha pouco ouvido ou voz para o canto, mas fazia parte do *décor* real que o governante assistisse à ópera ocasionalmente, para meditar e para ser visto. Lamentava que "Paris carecesse... de um teatro de ópera digno de seu alto valor" como capital da civilização;[3] teve de esperar por seu sobrinho e por Charles Garnier (1861-75), que construíram a brilhante jóia que coroa a Avenue de l'Opéra. Mesmo assim, centenas de óperas foram compostas e produzidas durante seu governo. *La Dame Blanche* de François Adrien Boieldieu, mestre da ópera cômica, foi representada mil vezes em 40 anos.[4] A natureza italiana de Napoleão favorecia as óperas italianas, com suas árias melodiosas e seus enredos dramáticos. Entusiasmado com as composições de Giovanni Paisiello, convidou-o a dirigir a Ópera de Paris e o Conservatório de Música. Paisiello veio (1802), aos 65 anos de idade; mas a única ópera que compôs em Paris, *Proserpina* (1803), teve uma recepção morna; conformou-se em escrever Missas e motetos, e em 1804 voltou para a Itália, onde servia a uma audiência mais compreensiva na Nápoles de José Bonaparte e Joachim Murat.

Napoleão teve mais sorte com Gasparo Spontini que veio em 1803, e conseguiu o apoio do imperador no tratamento de assuntos históricos de tal forma que cobrisse de glória o novo império. Sua mais famosa ópera, *La Vestale,* teve dificuldade em encontrar uma companhia para encená-la; Josefina intercedeu, ela foi produzida; sua ênfase teatral "bizarra" e "barulhenta" combinava-se com sua história amorosa para fazê-la um dos mais duradouros sucessos no registro da ópera. Quando Napoleão foi derrubado, Spontini compôs música para celebrar a restauração Bourbon.

Cherubini, que havia dominado a ópera parisiense durante a Revolução, continuou a dominá-la sob Napoleão; no entanto, o imperador preferia música cantável num tom mais ligeiro do que as apresentações majestosas de Cherubini, e deixou ostensivamente de premiá-lo. O compositor aceitou um convite para ir a Viena (julho de 1805), porém Napoleão capturou esta cidade em novembro. Cherubini não se sentiu inteiramente

satisfeito quando foi convidado para dirigir a música nas *soirées* dadas por Napoleão no Palácio de Schönbrunn. Voltou para a França e encontrou hospitalidade no castelo do príncipe de Chimay, que havia tornado Mme. Tallien respeitável, casando-se com ela. Ao voltar de Elba, Napoleão, no meio de todas as suas ocupações, achou tempo para fazer Cherubini cavaleiro da Legião de Honra; mas foi somente sob Luís XVIII que o sombrio italiano recebeu o reconhecimento devido e uma renda confortável. De 1821 a 1841, como diretor do Conservatório de Música de Paris, influenciou uma geração inteira de compositores franceses. Morreu em 1842, com a idade de 82 anos, quase esquecido no descuidado caleidoscópio do tempo.

II. ARTES DIVERSAS

Napoleão quase rivalizou com Luís XIV no patrocínio da arte, pois, como ele, desejava proclamar a glória e a grandeza da França e esperava que os artistas o mantivessem vivo na memória humana. Seu próprio gosto não era o melhor, como convinha a alguém nascido e destinado a ser soldado, porém fazia o que podia para prover os artistas da França com originais históricos e estímulo pessoal. Surrupiou obras-primas não apenas como uma riqueza negociável (como são compradas hoje em dia), e como troféus e testemunhos das vitórias, mas como modelos para os estudantes nos museus da França. Assim a *Venus de Medici* veio do Vaticano, os santos esguios de Correggio, de Parma; *As Bodas de Canã* de Vermeer, de Veneza; *a Descida da Cruz* de Rubens, de Antuérpia; *a Assunção da Virgem* de Murillo, de Madrid...; mesmo os cavalos de bronze de São Marcos empreenderam uma perigosa viagem a Paris. Ao todo, entre 1796 e 1814, Napoleão enviou da Itália para a França 506 obras de arte; dessas 249 foram devolvidas após sua queda, 248 ali permaneceram e 9 se perderam.[5] Através de uma tal pilhagem Paris substituiu Roma como a capital da arte no mundo ocidental. À medida que as conquistas se multiplicavam, os despojos derramavam-se pelas províncias e para recebê-los Napoleão criou museus em Nancy, Lille, Toulouse, Nantes, Ruão, Lyons, Estrasburgo, Bordéus, Marselha, Genebra, Bruxelas, Montpellier, Grenoble, Amiens... Para responsabilizar-se por todas essas coleções, e particularmente sobre o Louvre, Napoleão nomeou Dominique Denon, que o tinha servido em muitas terras, e que nunca esqueceu que o próprio imperador tinha-o resgatado para um lugar seguro numa planície batida pelo fogo do inimigo durante a batalha de Eylau.

Napoleão estabeleceu competições e prêmios substanciais em diversos campos da arte. Renovou o Prix de Rome e restaurou a Academia Francesa em Roma. Convidava artistas à sua mesa, e posava de crítico de arte mesmo durante as campanhas. Dava mais valor àqueles pintores que podiam mais efetivamente comemorar seus feitos, e àqueles arquitetos que podiam ajudá-lo a fazer de Paris a mais bela das cidades, e seu reino o pináculo da história. Comissionou escultores para adornarem 15 novas fontes em suas praças.

Da mesma forma que na pintura, seu gosto na arquitetura inclinava-se pelo clássico; assim admirava o estilo monumental da antiga Roma, e procurava mais a força e a sublimidade do que a graça do relevo ou o encanto do detalhe. Desta forma comissionou Barthélemy Vignon para projetar um Templo da Glória em honra da Grande Armée; recomendou a seus construtores que só usassem mármore, ferro e ouro em sua construção.

A tarefa demonstrou ser tão custosa e difícil que, começada em 1809, permanecia inacabada quando Napoleão caiu. Seus sucessores a completaram (1842) como uma igreja dedicada a Santa Maria Madalena — La Madeleine. A França jamais gostou dela; nem a piedade nem a alegria de Paris está de acordo com aquela fachada desagradável, cujas colunas melhor expressam um exército em avanço do que uma terna pecadora tão penitente de seus favores e tão pródiga em seu amor. — Monumental também é o Palácio da Bolsa que Alexandre-Théodore Brongniart começou em 1808, e que Étienne de La Barre continuou em 1813; nunca, em qualquer outra parte, foi Mammon, o deus da riqueza, tão majestosamente alojado.

Os arquitetos preferidos do reino eram Charles Percier e seu usual companheiro, Pierre-François-Léonard Fontaine. Juntos trabalharam para reunir o Louvre com as Tulherias, a despeito da desigualdade de suas linhas estruturais; para isto construíram a asa norte (Cour Carrée) do Louvre (1806), repararam e renovaram o exterior e ligaram os pisos com enormes escadarias. Projetaram o Arco do Triunfo do Carroussel (1806-08) no estilo e nas proporções do arco de Septimius Severus em Roma. Ainda mais majestoso, o Arc de Triomphe de l'Étoile, no extremo da Avenue des Champs-Elysées, foi começado (1806) por Jean-François Chalgrin, mas apenas saía de suas fundações quando Napoleão caiu; não foi completado senão em 1837, três anos antes que suas cinzas passassem por sob ele em sua triunfal procissão para a tumba no Hôtel des Invalides. Francamente imitando o Arco de Constantino em Roma, ele o sobrepujava — e qualquer outro arco romano — em beleza, em parte devida a seus baixos-relevos em mármore. No lado esquerdo Jean-Pierre Cortot esculpiu a *Coroação de Napoleão*; no lado direito François Rudé, em *Os Marselheses* (1833-36), apanhou o êxtase marcial da Revolução. Este é um dos pontos altos da escultura do século XIX.

Aquela difícil arte, sob Napoleão, descansava nos lauréis que havia ganho antes de sua subida. Houdon sobreviveu até 1828, e fez um busto de Napoleão (hoje no Museu de Dijon) que conquistou para o artista um lugar na Legião de Honra. Ainda lembrando os imperadores romanos — dessa vez o registro escultural das vitórias de Trajano — Napoleão comissionou Jean Baptiste Le Père e Jacques Gondouin para contar a história da campanha de Austerlitz em relevos de bronze a serem colocados placa por placa numa espiral ascendente em uma coluna que iria dominar a Place Vendôme. Assim foi feito (1806-10), e em 1808 Antoine Chauder coroou a coluna com uma estátua de Napoleão feita de canhões capturados do inimigo. Raramente tinha seu orgulho vitorioso subido tão alto.

As artes menores — mobiliário, decoração interior, tapeçaria, trabalhos de agulha, cerâmica, porcelana, vidros, joalheria, gravura, "bibelots" — quase haviam morrido durante a Revolução; elas tinham começado a se recuperar durante o Diretório; floresceram sob Napoleão; Sèvres de novo produzia bela porcelana; o mobiliário assumiu o sólido e vigoroso "estilo Império". As miniaturas nas quais Isabey retratava, com microscópico brilho, as personagens principais da época, estão entre as mais belas de sua espécie na história. Joseph Chinard fez deliciosos bustos em terracota de Josefina e Mme. Récamier; o último é especialmente bonito, com um dos seios nus como uma amostra, e como cabia a uma mulher que resolvera permanecer meio virgem até o final...

III. OS PINTORES

A pintura agora prosperava, pois o país estava progredindo e os patronos podiam pagar. Napoleão pagava bem, pois estava representando para uma galeria de séculos, e esperava prolongar a atenção dela pelos agrados à literatura e à arte. Sua admiração pela Roma de Augusto e pela Paris de Luís XIV inclinavam-no a favorecer as normas clássicas da arte — a linha, a ordem, a lógica, a proporção, o projeto, a razão, o comedimento; mas a agudeza de seus sentidos, o alcance de sua imaginação e a força de suas paixões davam-lhe alguma compreensão do movimento romântico que estava emergindo para liberar o individualismo, o sentimento, a originalidade, a imaginação, o mistério e a cor da escravidão à tradição, à conformidade e à regra. Assim fez do clássico David o pintor de sua corte, mas manteve um canto de seu favor para o sentimento de Gérard, os idílios de Proud'hon, e as cores explosivas de Gros.

Jacques-Louis David agradou-se naturalmente de um patrono que se chamava cônsul, que por algum tempo tolerava um tribunato de oradores populares, e que disfarçava seus decretos como *senatus consulta.* Visitou o triunfante corso pouco após o 18 Brumário. Napoleão conquistou-o imediatamente chamando-o de Apeles francês, mas gentilmente o reprovou por despender tanto talento em história antiga; não havia acontecimentos memoráveis na história moderna — mesmo na história contemporânea? "No entanto", acrescentava, "fazei o que entenderdes; vosso lápis conferirá celebridade a qualquer assunto que escolhais. Para cada pintura histórica que decidirdes realizar, recebereis 100.000 francos."[6] Isto era convincente. David selou o pacto com *Bonaparte Cruzando os Alpes* (1801), que mostrava um elegante guerreiro, com belas pernas, num magnífico cavalo que parecia estar galopando sobre uma encosta de montanhas rochosas — uma das mais brilhantes pinturas da época.

David votara pela execução de Luís XVI; deve ter fechado o cenho quando Napoleão fez-se imperador e restaurou toda a pompa e poder da monarquia. Mas foi assistir à coroação de seu novo patrão; a fascinação daquela cena superou suas opiniões políticas, e após três anos de intermitente devoção, comemorou o acontecimento na obra-prima da pintura daquele período. Quase 100 personagens foram retratados em *A Coroação de Napoleão* (1807), mesmo Madame Mère Letícia, que lá não esteve; na maior parte estão retratados com fidelidade, exceto o cardeal Caprara, que queixou-se de haver David revelado que ele era calvo, pintando-o sem a usual cabeleira postiça. Todos os restantes ficaram satisfeitos. Napoleão, após examinar o quadro durante meia hora, levantou seu chapéu para o artista dizendo: "*C'est bien, très bien, David, je vous salue.*"[7] (Está bom, muito bom, David; eu vos saúdo.)

David não era meramente o pintor oficial da corte; era sem rivais o líder da arte francesa em seu tempo. Todas as pessoas de importância o procuravam para posar para um retrato — Napoleão, Pio VII, Murat, mesmo o cardeal Caprara, com sua peruca.[8] Seus alunos — especialmente Gérard, Gros, Isabey, Ingres — espalharam sua influência mesmo quando se desviavam de seu estilo. Em 1814, visitando o Louvre, os ingleses ficavam surpreendidos ao encontrar artistas jovens copiando não os mestres da Renascença, mas os quadros de David.[9] Um ano mais tarde foi banido pelos Bourbons restaurados. Foi para Bruxelas, onde prosperou pintando retratos. Morreu em 1825, tendo vivido intensamente todos os seus 77 anos.

De seus alunos, deixamos Ingres (1770-1867) para tratar em anos posteriores; cumprimentamos de passagem Gérard e Guérin por seus retratos; permanecemos mais tempo com Antoine-Jean Gros, devido a sua interessante passagem através dos estilos. Já o observamos em Milão, pintando, ou imaginando, *Napoleão na Ponte em Arcole;* aqui, tão rápido, o herdeiro do clássico David estava namorando o romance. Napoleão recompensou a idolatria de Gros com uma comissão militar que permitiu ao jovem artista ver a guerra de mais perto. Como Goya alguns anos mais tarde, viu não tanto a luta como o sofrimento. Em *A Praga de Jafa* (1804) mostra Napoleão tocando as feridas de uma vítima, mas ele também mostra o terror e a desesperança dos homens, das mulheres e das crianças feridos por um destino obsceno e indiscriminado. Na *Batalha de Eylau* (1808), pintou não a batalha, mas o campo semeado com os agonizantes e os mortos. Sentia o calor vivo das cores de Rubens e despejava em suas pinturas uma vitalidade de carne e sangue, que elevou o espírito romântico da França pós-napoleônica. Então, sentindo que havia traído seu banido patrono, tentou recapturar em seu trabalho a calma do estilo clássico. Falhou, e — perdido e esquecido numa época cheia de entusiasmos por Hugo, Berlioz, Géricault e Delacroix — sucumbiu a uma melancolia que lhe secou a seiva e o amor pela vida. Em 25 de junho de 1835, com a idade de 64 anos, saiu de casa, caminhou até Meudon, e afogou-se num tributário do Sena.

Pierre Paul Proud'hon (1758-1823) antecipou o surgimento do romantismo preferindo a beleza ideal à realidade, deusas e deuses, e Correggio a Rafael. Reconhecia em David a primazia da linha mas sentia que sem cor a linha era morta. Era feminino, exceto quanto a seu amor pelas mulheres; sua ternura meditativa e sua sensitividade amorosa podiam perdoar todas as faltas que viessem envoltas numa forma graciosa. Como o mais jovem de 13 filhos, foi perseguido pela pobreza em Cluny e criou-se com dificuldade; no entanto os monges locais viram-no desenhando e pintando, e persuadiram um bispo a financiar os estudos de arte de Pierre em Dijon. Ali fez progressos, porém aos 20 anos casou-se com uma deusa que em breve se transformou numa resmungona megera. Ganhou uma bolsa de estudos, foi para Roma sem sua esposa, cortejou Rafael, depois Leonardo e finalmente rendeu-se a Correggio.

Em 1789 de novo juntou-se a sua esposa, transferiu-se para Paris, e em breve encontrou-se perdido num caos revolucionário que não tinha tempo nem gosto para seus cupidos e psiquês; obstinadamente continuou a pintá-los — com uma amável delicadeza que parecia acariciar a carne com o pincel. Para comprar comida, produzia cabeçalhos de faturas, miniaturas e ilustrações comerciais. Após 10 anos de tal servidão, recebeu do Diretório uma comissão para pintar um quadro — *A Sabedoria Descendo sobre a Terra* — que chamou a atenção do general Bonaparte. Mais tarde o Primeiro Cônsul concentrou-se em David, e pôde apenas fazer favores provisórios a Proud'hon; Josefina, no entanto, posou para ele para o retrato que está no Louvre. Neste ínterim, torturados pela monogamia, ele e sua esposa concordaram em separar-se.

Não foi senão em 1808, quando já tinha 50 anos, que conquistou aclamação. Naquele ano incorporou seus voluptuosos sonhos em *O Rapto de Psiquê*, e equilibrou-os com *Justiça e Vingança Perseguindo o Crime.* Impressionado, Napoleão nomeou-o para a Legião de Honra e deu-lhe um apartamento na Sorbonne. No apartamento ao lado, o pintor, sequioso de amor, encontrou outro artista, Constance Mayer, que se tornou sua amante, sua dona-de-casa e o consolo de sua velhice. Em 1821 Constance, aparen-

temente perturbada por remorsos religiosos, matou-se. O choque acabrunhou Proud'hon. Morreu em 1823, quase sem ser notado na excitação daquele movimento romântico que ele tinha impulsionado, indo de David a Watteau e renovando a adoração francesa pela beleza e a graça.

IV. O TEATRO

Napoleão conhecia bem o drama clássico francês e apenas um pouco menos a literatura dramática da Grécia antiga. Corneille era o seu favorito porque nele, muito mais do que em Racine, encontrava o que sentia ser uma justa compreensão do heroísmo e da nobreza. "Uma boa tragédia", dizia em Santa Helena, "parece-nos melhor a cada dia. A mais alta espécie de tragédia é a escola dos grandes homens; é dever dos soberanos encorajar e disseminar o gosto por ela... Se Corneille houvesse vivido em meu tempo eu o teria feito um príncipe."[10] O imperador não gostava de comédia; não precisava de diversão; Talleyrand tinha pena de M. Rémusat porque, como diretor dos entretenimentos na corte imperial, esperava-se dele que encontrasse alguma diversão para "*cet homme inamusable*" (este homem indivertível).[11] Mas este homem indivertível derramava dinheiro para a comédia francesa e para suas "estrelas"; recebia Talma em sua mesa e Mlle. George em seu leito.

Em 1807 restringiu o número de teatros de Paris a nove e reinstituiu o Théâtre-Français — o lar então e até hoje da Comédie Française — como tendo o direito quase exclusivo de representar o drama clássico. Em 15 de outubro de 1812, no meio das ruínas de Moscou incendiada, encontrou tempo para preparar para o Théatre-Français um código elaborado de regras que ainda o governa até hoje.[12] Assim encorajada, a Comédie Française montou durante o império as mais belas produções do drama clássico na história da França. A fim de suplementar estas atividades, o Théâtre de l'Odéon, construído em 1779 e destruído pelo fogo em 1799, foi reconstruído em 1808 em linhas clássicas por Chalgrin. Um teatro para a corte foi montado nas Tulherias e teatros particulares de considerável excelência foram montados em muitas casas ricas.

Talma, depois de desempenhar seu papel na Revolução, atingiu o seu zênite sob Napoleão. Seu próprio caráter era tão orgulhoso, pessoal e intenso, que devia encontrar dificuldade ao abandoná-lo para assumir qualquer papel. Dominou a sutil arte aprendendo a dominar e coordenar todos os movimentos de seus membros, todos os músculos e características de seu rosto, cada inflexão de sua voz, de modo a adaptar-se e transmitir qualquer sensação, sentimento ou idéia, qualquer espanto, dúvida ou intenção, na personalidade que retratava. Alguns espectadores iam várias vezes vê-lo no mesmo papel para deliciar-se e estudar a fineza de sua arte. Havia descartado o estilo oratório do teatro do Velho Regime; enunciava os versos alexandrinos como se eles fossem prosa sem métrica; rejeitava qualquer espécie ou sentimento antinatural; no entanto podia ser terno como qualquer amante, apaixonado como qualquer criminoso. Mme. de Staël, comovida e quase aterrorizada pela interpretação de Otelo por Talma,[13] escreveu-lhe em 1807: "Vós sois, em vossa carreira, o único no mundo, e ninguém antes de vós alcançou tal grau de perfeição onde a arte se une com a inspiração, a reflexão com a espontaneidade, e a razão com o gênio."[14]

Napoleão também era apaixonado pelo ator trágico. Deu-lhe substanciais somas em

dinheiro, pagou suas dívidas, e freqüentemente convidava-o para o desjejum; nessas ocasiões o imperador podia entregar-se tão inteiramente a discorrer sobre o drama, que mantinha diplomatas e generais esperando-o enquanto explicava os detalhes históricos que deveriam determinar a apresentação de um personagem. Na manhã após haver assistir à *La Mort de Pompée*, disse a Talma: "Não estou inteiramente satisfeito. Vós usais vossos braços em demasia. Os monarcas são menos pródigos em gestos; eles sabem que um movimento é uma ordem e que um olhar é uma morte; assim, são econômicos de movimentos e de olhares." Talma, segundo consta, lucrou com esse conselho.[15] De qualquer forma, permaneceu até o fim de sua vida a maior figura do palco francês.

O teatro tinha também suas rainhas, como observava Napoleão. Mlle. Duchesnois tinha um rosto comum mas um físico perfeito. Por causa disso, como relatava Dumas *père*, "gostava particularmente do papel de Alzira, no qual podia mostrar suas formas quase nuas". Mas também "tinha uma voz contendo notas de tão profunda ternura, tal melodiosa tristeza, que até hoje a maior parte das pessoas que a viram em *Maria Stuart* preferem-na à Mlle. Rachel".[16] Seu forte era a tragédia, na qual quase rivalizava com Talma; era usualmente escolhida para representar com ele. Mlle. George era uma beleza mais frágil, a quem a Comédie deveria hesitar ao escolher para papéis tão exigentes como Clytemnestra na *Iphigénie* de Racine. Sua voz e sua aparência encantaram o Primeiro Cônsul; e como um senhor feudal com o *droit de seigneur*, apelava a ela para uma representação especial de vez em quando.[17] Embora essa ligação acabasse depois de um ano, ela, como Talma, permaneceu devotada a Napoleão através de toda a sua glória e derrota; conseqüentemente ela perdeu seu lugar no Théâtre-Français quando Napoleão caiu, mas voltou mais tarde para participar da excitação do palco romântico.

Napoleão acreditava, com alguma razão, que a Comédie Française tinha em seu reino elevado o palco francês a uma excelência mais alta do que jamais houve antes. Várias vezes, para expor sua qualidade e seu esplendor, pedia à companhia, às expensas do Estado, para vir a Mainz, a Compiègne ou a Fontainebleau, e desempenhar para a corte, ou, como em Erfurt e Dresden, a representar *devant une parterre de rois* — "perante uma platéia de reis".[18] Nem mesmo o Grande Monarca tinha brilhado em tal glória teatral.

CAPÍTULO XIII

Napoleão e a Literatura

I. O CENSOR

NAPOLEÃO estava mais interessado no palco do que na literatura. Anotava cuidadosamente e expressava seu julgamento sobre os programas do Théâtre-Français, e foi em grande parte responsável por ter ele descartado Voltaire e revivido Corneille e Racine. Seu gosto em literatura não era tão respeitável. Lia interessadamente ficção, e levava em suas campanhas muitas novelas, a maior parte românticas. Suas confidências em Santa Helena continham alguma crítica literária, mostravam conhecimento de Homero, Virgílio, Corneille, Racine, La Fontaine, Mme. de Sévigné, Voltaire, Richardson e Rousseau; mas era inteiramente cético quanto a Shakespeare: "É impossível acabar qualquer uma de suas peças; são deploráveis. Nada há nelas que se aproxime de Corneille ou Racine."[1] (As traduções francesas de Shakespeare eram deploravelmente inadequadas.)

Como quase todos os homens de negócios, não tinha nenhum respeito pelos que escreviam sobre economia ou governo; considerava-os fabricantes de frases com pouco senso corretivo da realidade, ou da natureza e limites do homem. Estava certo de conhecer melhor o que o povo francês desejava e deveria ter: eficiência e integridade no governo, moderação nos impostos, liberdade de empreendimento nos negócios, regularidade de previsões, segurança de um emprego compensador na indústria, propriedade para os camponeses e um orgulhoso lugar para a França na parada dos estados; se isto lhe fosse dado, o povo não insistiria em determinar medidas ou preencher lugares, por uma contagem de opiniões após um debate de palavras. Em sua laboriosa perseguição desses fins — e de seu próprio poder ou glória — não tolerava por muito tempo a interferência dos senhores da tribuna ou da pena. Se essa gente pudesse ser aquietada por prêmios, pensões, ou sinecuras políticas, tais sedativos lhes seriam fornecidos; doutra forma os perturbadores da paz consular ou imperial seriam barrados da publicação, tanto em Paris quanto na França. "A liberdade ilimitada da imprensa", escrevia em 1802, "iria em breve restabelecer a anarquia num país onde todos os elementos para uma tal condição já estão presentes."[2]

A fim de fiscalizar a opinião pública, Napoleão — seguindo precedentes do Diretório — ordenou aos encarregados de correio que abrissem a correspondência privada, anotassem as passagens hostis, resselassem os envelopes, e mandassem cópias dos resumos para ele ou para o "Gabinete Negro" no Correio Geral em Paris.[3] Instruiu a seu bibliotecário particular a fazer e trazer-lhe, "diariamente entre cinco e seis horas da tarde", sumários da matéria política nos jornais comuns; "submeter-me cada dez dias uma análise das brochuras ou livros publicados nos dez dias precedentes"; relatar o conteúdo de tendência política de cada peça representada dentro de 48 horas após sua estréia; e

"cada primeiro e sexto dia (da semana de dez dias), entre cinco e seis da tarde, ele me submeterá um boletim sobre os cartazes, placares ou anúncios que sejam dignos de atenção; relatará também qualquer coisa que haja vindo a seu conhecimento, ou que tenha sido feito ou dito, nos vários liceus, assembléias literárias, sermões... que possa ser de interesse sob o ponto de vista da política ou da moral".[4]

No dia 17 de janeiro de 1800 — de novo continuando um costume do Diretório — Napoleão ordenou a supressão de 60 dos 73 jornais então publicados na França. Ao chegar o fim do ano apenas nove sobreviviam, nenhum deles radicalmente críticos. "Três jornais hostis", dizia ele, "são mais temíveis do que mil baionetas."[5] *Le Moniteur universel* defendia regularmente a política do Imperador; algumas vezes Napoleão compunha artigos — até mesmo resenhas de livros — para ele, sem assinar, mas traindo a origem por seu estilo autoritário. Um espirituoso rebatizou esse órgão do governo de *Le Menteur* (mentiroso) *Universel*.[6]

> Desejo que vós escrevais ao editor de *Le Journal des débats, Le Publicist e La Gazette de France* — estes, eu penso, são os jornais mais amplamente lidos — a fim de declarar-lhes que... os tempos revolucionários passaram e que há apenas um único partido na França; que eu jamais tolerarei que jornais digam ou façam algo contra meus interesses; que poderão publicar alguns pequenos artigos com um pouco de veneno, mas que numa bela manhã alguém irá fazê-los fechar suas bocas.[7]

Em 5 de abril de 1800, a censura foi estendida ao teatro. O governo argumentava que as opiniões individualmente expressas, ou em particular, podiam fazer pouco dano, mas que as mesmas opiniões sendo postas na boca de um famoso personagem histórico, e proclamadas de um palco com a força e eloqüência de um ator popular, tinham uma influência explosiva multiplicada pela mútua reverberação de sentimentos — e pela irresponsabilidade dos indivíduos — numa platéia de teatro.[8] A censura excluía de representações públicas quaisquer críticas à monarquia ou quaisquer elogios à democracia. *La Mort de César* foi banida do proscênio porque os espectadores aplaudiam as falas de Brutus contra a ditadura.[9]

Finalmente o Estado assumiu o controle de toda a palavra impressa. "É muito importante que apenas seja permitido imprimir àqueles que têm a confiança do governo. Um homem que se dirige ao público por meio de palavra impressa é como o homem que fala ao público numa assembléia";[10] pode espalhar material inflamável, e deve ser fiscalizado como um incendiário em potencial. Conseqüentemente todos os impressores devem submeter a um censor qualquer manuscrito que hajam aceito, quer antes ou durante o tempo em que o imprimem, e, para assegurar o *imprimatur* do Estado, devem concordar em eliminar a matéria que sofra objeções, ou aceitar substituições propostas pelo governo. Mesmo depois do censor ter dado seu consentimento, e do trabalho ter sido impresso, o ministro da Polícia é autorizado a confiscar, e mesmo a destruir completamente, a edição publicada, não importa que perda isto acarrete para o autor ou para o editor.[11]

Foi nesta prisão da mente que a literatura lutou para sobreviver sob Napoleão. O esforço mais heróico foi feito por uma mulher.

II. MME. DE STAËL: 1799-1817

1. *A Nêmesis de Napoleão*

O Comitê de Segurança Pública a havia banido da França; o Diretório reduzia isso à exclusão de Paris; no dia após sua queda ela apressou-se a voltar para a capital (12 de novembro de 1799), e montou um apartamento na Rue de Grenelle, no elegante Faubourg St.-Germain. O novo governo consular — isto é, Napoleão — não fez nenhum protesto contra sua volta.

Em breve tinha aberto um novo *salon*, em parte porque "a conversa em Paris... tem sido para mim o mais fascinante de todos os prazeres",[12] e também porque estava determinada a desempenhar um papel na direção dos acontecimentos. Não admitia que um tal papel não fosse próprio para uma mulher; parecia-lhe inteiramente próprio se a mulher (como ela) tivesse tanto dinheiro quanto inteligência; e particularmente adequado à herdeira de Jacques Necker, a quem considerava o herói não apreciado da Revolução. Incidentalmente, o governo ainda devia a ele os 20 milhões de francos que lhe havia emprestado em 1789; parte de sua resolução era reaver esta soma para seu pai e para seu patrimônio. Seu ideal (como o dele) era uma monarquia constitucional que permitisse a liberdade da imprensa, do culto e da palavra, e protegesse a propriedade dos ricos contra a inveja dos pobres. Neste sentido ela sentia que era fiel à Revolução, como definida pela Assembléia Nacional de 1789-91. Desprezava os regicidas, e recebia em seu *salon* seus vizinhos titulados do Faubourg, que diariamente rezavam por uma restauração dos Bourbons. No entanto, fazia de centro de suas reuniões Benjamin Constant, que era todo pela república, e que, como membro do Tribunato, havia-se oposto a todos os movimentos de Napoleão, desde o consulado até o poder imperial. Também dava boa acolhida aos irmãos do Primeiro Cônsul, pois também se sentiam desconfortáveis sob seu crescente poder.

Na realidade, a maior parte dos homens de posição na política e no mundo intelectual de Paris em 1800 procurava comparecer a suas *soirées*, ansiosos para conhecerem as últimas tagarelices políticas ou escutar Madame lançar-se numa conversação tal como Paris não havia escutado de uma mulher desde Mme. du Deffand. Mme. de Tessé declarava: "Se eu fosse rainha ordenaria a Mme. de Staël que conversasse comigo a toda a hora."[13] A própria Germaine escrevia que "a necessidade de conversar é sentida por todas as classes na França; a conversação ali não é, como em outras partes, meramente um meio de comunicação;... é um instrumento que adoram tocar."[14]

Ela não se opôs imediatamente a Napoleão; na verdade se acreditarmos em Bourrienne, escreveu-lhe algumas cartas elogiosas no princípio do Consulado, chegando mesmo a oferecer-se para seus serviços.[15] Mas sua resoluta indiferença a suas investidas, a censura que ele ampliava, seu desprezo pelos intelectuais na política, sua concepção das mulheres como geradoras de crianças e encantadores brinquedos, a quem não se podia confiar um pensamento, levaram-na a replicar da mesma forma. Quando ele chamava seus convidados de "ideólogos", ela o chamava de "ideófago"; e à medida que sua ira se esquentava, descrevia-o como "Robespierre a cavalo",[16] ou como o *bourgeois gentilhomme* no trono.[17]

Em 7 de maio de 1800, transferiu sua casa, e uma pequena comitiva de pessoas devotadas, a fim de passarem o verão em Coppet. Napoleão havia deixado Paris no dia

anterior para cruzar os Alpes e encontrar-se com os austríacos em Marengo. Germaine mais tarde confessou: "Não pude evitar o desejo de que Napoleão pudesse ser derrotado, parecendo-me isso a única maneira de parar seu progresso em direção à tirania."[18] No outono daquele ano, cansada de Coppet e do Mont Blanc, voltou para a capital, pois ela vicejava na conversação, e "a conversação francesa não existe em outra parte a não ser em Paris".[19] Em breve reunia um grupo de gênios em seu salão e o assunto predominante era a ditadura de Napoleão. "Ela carrega uma aljava cheia de flechas", queixava-se ele, "eles dizem que ela não fala nem de política nem de mim; mas como, então, acontece que todos que a vêem gostam menos de mim?"[20] "Sua casa", dizia em Santa Helena, "tornou-se bem um arsenal contra mim. As pessoas iam ali para serem sagradas cavaleiros de sua cruzada."[21] No entanto, admitia: "Aquela mulher ensina a pensar pessoas que nunca o fizeram antes, ou que já o tinham esquecido."[22]

Ele sentia que, como um homem que procurava arrancar a França do caos, dando-lhe uma administração eficiente, e nos intervalos levando seus exércitos a vitórias contra coligações hostis, tinha o direito de esperar, e se necessário exigir, alguma unidade de moral do público, alguma coordenação do espírito nacional com a vontade nacional de defender a nova república francesa e suas fronteiras "naturais"; mas esta mulher reunia e unia contra ele tanto os realistas quanto os jacobinos, e confortava seus inimigos. O pai de Germaine concordava com Napoleão; repreendia seus persistentes ataques contra o jovem ditador; alguma ditadura, dizia-lhe, era necessária em tempos de crise ou de guerra.[23] Ela replicou que a liberdade era mais importante que a vitória. Encorajou Bernadotte em sua oposição a Napoleão; escreveu alguns dos discursos que Constant fez no Tribunato contra a usurpação por Napoleão dos poderes do legislativo. Ela e Napoleão eram expansivos e inflamados egoístas, e a França não era suficientemente grande para abrigá-los e mantê-los livres.

Na primavera de 1801 Napoleão escreveu a seu irmão José: "Monsieur de Staël está na mais abjeta miséria, e sua mulher dá jantares e bailes."[24] José transmitiu a censura, Germaine foi aos aposentos de Monsieur na Place de la Concorde e encontrou-o nos últimos estágios da paralisia. Passou a cuidar dele, e em maio de 1802 levou-o quando deixou Paris pela Suíça. Ele morreu a caminho, e foi enterrado no cemitério de Coppet. Naquele ano, cada vez mais excitável, Mme. de Staël começou a tomar ópio.

2. *A Escritora*

Foi a maior escritora européia de seu tempo, e o maior escritor da França, com exceção de Chateaubriand. Havia escrito 15 livros, hoje em dia esquecidos, antes de 1800; naquele ano apresentou um importante trabalho, *De la Littérature*; depois produziu duas novelas — *Delphine* (1803) e *Corinne* (1807) — que a fizeram famosa por toda a Europa; de 1810 a 1813 travou a maior batalha de sua vida para publicar a sua obra-prima, *De l'Allemagne*; ao morrer deixou uma outra obra importante, *Considérations sur... la Révolution française* (Considerações sobre... a Revolução Francesa) e *Les Dix Années d'exil* (Dez Anos de Exílio). Todas essas obras eram substanciais e conscienciosas, algumas atingindo 800 páginas. Mme. de Staël trabalhava duro, era assídua no amor, e escrevia apaixonadamente; lutou até o fim com o homem mais forte de seu tempo e triunfou com tristeza na sua queda

De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales (Da Literatura considerada em suas relações com as instituições sociais) abordava um tema grande e heróico: "Proponho-me a examinar a influência da religião, da moral e das leis sobre a literatura, e a influência da literatura sobre a religião, a moral e as leis." (Não lemos esse livro desde 1925; a maior parte da análise que se segue foi tomada emprestada da brilhante biografia de Herold: *Senhora de uma época*, páginas 205-13.) Ele ainda respira o espírito do século XVIII — liberdade de pensamento, a oposição do indivíduo ao Estado, o progresso do conhecimento e da moral; aqui não há mito sobrenatural, mas fé na divulgação da educação, da ciência e da inteligência. O primeiro pré-requisito do progresso é a liberação da mente do controle político. Com as mentes assim liberadas, a literatura incorporará, espalhará e transmitirá a crescente herança da raça. Não devemos esperar que a arte e a poesia progridam como a ciência e a filosofia, pois dependem principalmente da imaginação, que foi tão ativa e fértil nos tempos passados como o é nos mais recentes. No desenvolvimento de uma civilização, a arte e a poesia precedem a ciência e a filosofia; assim a época de Péricles precedeu a de Aristóteles, a Idade Média precedeu Galileu, a arte de Luís XIV precedeu o Iluminismo intelectual. O progresso da mente não é contínuo; há regressões devidas a perturbações na natureza ou a vicissitudes na política; mas mesmo na Idade Média a ciência e o método científico avançaram e tornaram possível o aparecimento de Copérnico, Galileu, Bacon e Descartes. Em cada época a filosofia representa a acumulação e a substância da herança intelectual. Talvez (divagava a autora) a filosofia em alguma era futura será suficientemente compreensiva e madura para "ser para nós o que a religião cristã foi no passado".[25] Definia *les lumières philosophiques* (o iluminismo filosófico) como "a apreciação das coisas de acordo com a razão")[26] e apenas ao encarar a morte hesitou em sua fé na vida da razão. "O triunfo da luz (*les lumières*) foi sempre favorável à grandeza e ao progresso da humanidade."[27]

Mas, continua (tendo lido Rousseau, bem como Voltaire), o crescimento do intelecto não é suficiente; o conhecimento é apenas um elemento da compreensão. O outro é o sentimento. Deve existir uma sensitividade da alma, bem como dos sentidos. Sem isso a alma seria uma *tabula mortua*, um receptáculo morto de sensações físicas; com ele a alma entra na vida dos outros seres vivos, participa de suas dúvidas e sofrimentos, sente a alma dentro da carne, o Deus atrás do mundo material. Deste ponto de vista a literatura romântica do nevoento norte — Alemanha, Escandinávia, Grã-Bretanha — é tão importante quanto a literatura clássica do ensolarado sul — Grécia e Itália; os poemas de *Ossian* são tão importantes quanto os épicos de Homero, e *Werther* foi o maior livro de seu tempo.

Napoleão (em sua juventude) teria concordado com essas avaliações, mas deve ter sido perturbado pelo ponto de vista da autora quanto às relações entre literatura e governo. As democracias (insistia ela) tendem a submeter os escritores e os artistas ao gosto popular; as aristocracias levam-nos a escrever para uma elite, encorajando o pensamento deliberado e a sobriedade de forma;[28] o absolutismo promove a arte e a ciência, por meio disto impondo-se através do esplendor e do poder, mas desencoraja a filosofia e a historiografia, pois estas conduzem a uma largura e profundidade de pontos de vista perigosas para a ditadura. A democracia estimula a literatura e retarda a arte; a aristocracia impõe o bom gosto, porém franze seu sobrecenho ao entusiasmo e à originalidade; o governo absoluto afoga a liberdade, a inovação e o pensamento. Se a França

pudesse ter um governo constitucional — reconciliando a ordem e a liberdade — poderia combinar o estímulo da democracia com as restrições judiciosas das regras legais.

Tudo considerado, este foi um notável livro para uma mulher de 34 anos de idade e vários milhões de francos. Há erros, sem dúvida, nessas 600 páginas, pois quando a mente procura atingir além de sua capacidade, arrisca-se a sofrer uma queda — embora possa sacudir com isso para o chão algum fruto que se escondia. Madame era um pouco vaga na história e na literatura; pensava que os irlandeses eram alemães, e que Dante era um poeta menor; mas argumentava bravamente em favor de um governo liberal, de um cristianismo razoável, e em seu caminho espalhou centenas de *aperçus* (apreciações). Previu que o desenvolvimento da estatística poderia fazer o governo mais inteligente, e que a educação política poderia ajudar a preparar candidatos para os postos públicos. Observou profeticamente que "o progresso científico torna o progresso moral uma necessidade; pois se o poderio do homem é aumentado, os meios para impedir que abuse do poder devem ser reforçados".[29] "Não existe quase nenhuma idéia do século XVIII que (o livro) não transmita, quase nenhuma idéia do século XX que não contenha em embrião."[30]

Escrevera neste volume a queixa que teve durante toda a vida: "que toda a ordem social... está organizada contra a mulher que deseja elevar-se à reputação de um homem" nos reinos da arte e do pensamento.[31] Mas ela tinha de fazer uma exceção; pois, como ela escreveu 21 anos mais tarde, "na primavera de 1800 publiquei meu trabalho sobre literatura, e o sucesso que fez restaurou-me completamente o favor da sociedade; meu salão encheu-se de novo".[32] Os fracos de coração, que tiveram medo de comparecer a seu salão depois dos ataques de Constant contra a ditadura, voltaram penitentes e aduladores; e o "pequeno caporal" nas Tulherias teve de admitir que havia encontrado um inimigo digno de sua têmpera.

Em agosto de 1802, Jacques Necker enviou ao Cônsul Lebrun *Les Dernières Vues de politique et de finance* — seus últimos pontos de vista sobre política e moeda. Desculpava a ditadura de Napoleão, porém como um mal necessário, presumivelmente temporário; alertava contra a continuada concentração do poder nas mãos dos militares; expressava seu pesar por dependerem as finanças do novo governo tão pesadamente sobre indenizações de guerra; e propunha uma constituição mais liberal da qual Napoleão seria o "guardião". Lebrun mostrou o livro a Napoleão, que, já meio imperial, ressentiu-se da noção de que deveria reduzir o seu poder. Convencido de que Mme. de Staël havia guiado a pena de seu pai, baixou uma ordem expulsando-a de Paris — isto é, com efeito, fechando seu perturbador *salon*. Esqueceu-se de que ela podia escrever tanto quanto falar. Passou o inverno de 1802-03 em Genebra, mas em dezembro tornou-se de novo o assunto das conversações em Paris, publicando uma novela, *Delphine*. Ninguém a lê hoje; todas as pessoas que tinham uma consciência literária ou política leram-na na ocasião, pois era parte da luta viril entre uma mulher e seu tempo.

Delphine era uma rapariga virtuosa que deseja e ao mesmo tempo teme ceder; em outras palavras, ela é Mme. de Staël. Léonce (= Narbonne) é um elegante aristocrata que ama Delphine, porém se afasta porque um rumor a acusa de *affaires*; não pode arriscar sua posição social fazendo-a sua esposa. Casa-se com Matilde de Vernon, cuja mãe é uma calculadora feiticeira que cobre suas mentiras com esperteza; Paris viu nessa senhora Talleyrand, apesar das saias; e Talleyrand vingou-se afirmando que a autora masculina havia disfarçado tanto a ele quanto a ela como mulher. Delphine, rejeitada, retira-se para um

convento, onde a abadessa apressa-a a tomar um voto de castidade por toda a vida. Quando Léonce descobre sua inocência, pensa em divorciar-se de sua irresponsável esposa e cortejar Delphine, mas hesita em arruinar sua carreira violando o código católico de irreparável monogamia. Matilde morre, vítima da conveniência dramática; Léonce persuade Delphine a fugir com ele e render-se à sua paixão; ele a deixa, parte para juntar-se aos *émigrés*, é apanhado e condenado à morte. Delphine, apaixonada por sua crueldade, corre para salvá-lo, porém chega apenas a tempo de vê-lo fuzilado; e também cai morta.

Este absurdo e tipicamente romântico enredo serviu à autora como uma tribuna para discutir a legitimidade do divórcio, o fanatismo do catolicismo (havia herdado o protestantismo), os direitos morais das mulheres contra as vantagens dos homens e a validade da consciência individual contra o código de honra de uma classe. Seus argumentos foram bem recebidos pela *intelligentsia* de Paris, mas não agradaram Napoleão, que estava se voltando para o catolicismo como uma cura para a perturbação mental e moral da França. Em 13 de outubro de 1803 emitiu uma ordem proibindo Mme. de Staël de aproximar-se a menos de 60 quilômetros de Paris.

Ela pensou que era uma boa ocasião para visitar a Alemanha. Havia aprendido alemão suficiente para lê-lo, mas não para falá-lo; por que não experimentar agora a música de Viena, a inteligência de Weimar, e a sociedade real de Berlim? Em 8 de novembro, com o filho Augusto, sua filha Albertina, dois criados e agora seu platônico *cavaliere servente* Constant, cruzou o Reno em Metz entrando na Alemanha.

3. *A Turista*

Sua primeira impressão, em Frankfurt, foi hostil; todos os homens pareciam-lhe gordos, viviam para comer, e comiam para fumar; encontrava dificuldades em respirar quando estavam por perto. Admiravam-se dessa orgulhosa mulher que não podia apreciar a *Gemütlichkeit* de seus cachimbos. A mãe de Goethe escreveu a ele: "Ela me oprimiu como uma mó de moinho. Evitei-a o quanto pude, recusei todos os convites para ir a lugares onde ela deveria estar presente, e respirei mais livremente quando ela partiu."[33]

Germaine, com sua comitiva, apressou-se a ir para Weimar, onde encontrou a atmosfera purificada pela poesia. A cidade era dominada por escritores, artistas, músicos e filósofos; a corte era judiciosa e tolerantemente governada pelo duque Carlos Augusto, sua esposa, a duquesa Luísa, e sua mãe, a duquesa-mãe Ana Amália. Eram pessoas bem educadas; fumavam com moderação e quase todos falavam francês. Além disso, muitos deles haviam lido *Delphine*, muitos mais haviam ouvido falar de sua guerra contra Napoleão; e todos notavam que ela tinha dinheiro e gastava-o. Festejaram-na com jantares, convites para o teatro, danças e bailes; convocaram Schiller para ler-lhe cenas de *Guilherme Tell*; ouviram-na recitar longas passagens de Racine. Goethe, que então se encontrava em Jena, tentou fazer gazeta alegando um resfriado; o duque mandou chamá-lo a Weimar apesar disso; ele veio e conversou com Madame sem sentir-se à vontade. Ficou alarmado pelo seu franco aviso de que pretendia imprimir seu parecer a respeito das observações dele.[34] Ela ficou desapontada ao ver que ele não era mais Werther, tendo mudado de um amante para um pontífice. Ele tentou confundi-la com contradições; "meu obstinado espírito de contradição muitas vezes levava-a ao desespero,

mas era então que se mostrava mais amável, e quando expunha sua agilidade mental e verbal com mais brilhantismo."[35] "Afortunadamente para mim", recordava ela, "Goethe e Wieland falavam francês extremamente bem; Schiller lutava para fazê-lo."[36] Ela escreveu a repeito de Schiller com afeição, de Goethe com respeito; ele e Napoleão foram os únicos homens que ela havia encontrado que fizeram-na compreender suas limitações. Schiller ficou fatigado pela rapidez de seu pensamento e de sua palavra, mas terminou ficando impressionado. "Satanás", escreveu ele a um amigo, "conduziu-me à filósofa francesa que, de todas as criaturas vivas é a mais animada, a mais pronta a uma resposta, a mais fértil em palavras. Mas é também a mais culta, a mais *spirituelle* (espirituosa) das mulheres; e se não fosse realmente interessante eu não teria ficado perturbado em sua presença".[37] Weimar suspirou de alívio quando, após uma estada de três meses, ela partiu para Berlim.

Mme. de Staël achou as brumas de Berlim depressivas após o brilho de Weimar. Os líderes do movimento romântico na Alemanha estavam ausentes ou mortos; os filósofos encerrados em distantes universidades — Hegel em Jena, Schelling em Würzburg; Germaine teve que contentar-se com o rei, a rainha, e August Wilhelm von Schlegel, cujo amplo conhecimento de linguagens e culturas deliciou-a. Contratou-o para ir com ela para Coppet como tutor de seu filho Augusto; ele concordou, e apaixonou-se por ela no pior momento possível.

Em Berlim ela recebeu a notícia de que seu pai estava gravemente doente. Apressou-se a voltar a Coppet, mas antes de chegar soube que havia morrido (9 de abril de 1804). Foi um golpe mais desolador do que qualquer um recebido em seu duelo com Napoleão. Seu pai fora seu ponto de apoio moral, bem como financeiro; em seu ponto de vista, tivera sempre razão, e sempre fora bom; e nem todos os seus amantes juntos podiam tomar o lugar dele. Encontrou conforto escrevendo um idílio de adoração — *O Caráter e a Vida Privada de Monsieur Necker* — e começando a trabalhar em sua obra-prima, *De l'Allemagne*. Herdou a maior parte da fortuna do pai e tinha agora uma renda de 120.000 francos por ano.

Em dezembro foi procurar o sol na Itália. Levou os três filhos — Augusto, Albertina e Alberto — e Schlegel, que agora era também seu tutor, pois ela descobrira quão pobremente era informada acerca da arte italiana. Em Milão juntou-se a eles um tranqüilo Baedeker — Jean-Charles-Léonard de Sismondi, que estava começando a escrever sua erudita *História das Repúblicas Italianas*. Também apaixonou-se por Germaine — ou por sua mente ou sua renda — até que, como Schlegel, descobriu que ela nunca levava a sério um plebeu. Juntos andaram por Parma, Modena, Bolonha e Ancona até Roma. José Bonaparte, sempre gostando dela, dera-lhe cartas de apresentação para a alta sociedade. Ela foi tratada como uma celebridade pala aristocracia, mas achou os príncipes e as princesas menos interessantes que os cardeais cortesãos que, como homens do mundo, conheciam seus livros, sua riqueza e sua luta contra Napoleão, e não ficavam perturbados por sua fé protestante. Foi recebida com uma ovação e com música e poesia improvisada na Accademia dell'Arcadia; usou essa experiência na introdução de *Corinne*.

Em junho de 1805 estava de volta a Coppet, em breve novamente rodeada por amantes, amigos, literatos, diplomatas (o príncipe Esterházy, de Viena, Claude Hochet, do Conselho de Estado de Napoleão), e mesmo um governante — o Eleitor da Baviera. Coppet era agora um salão mais famoso do que qualquer um de Paris. "Acabo de re-

gressar de Coppet'', escrevia Charles-Victor de Bonstetten,'' e me sinto completamente entorpecido... e exausto pelos desregramentos intelectuais. Gasta-se mais gênio em um único dia em Coppet do que em muitos países durante um ano inteiro.''[38] A reunião de pessoas era suficientemente numerosa e talentosa para montar dramas completos; a própria Germaine desempenhava o papel principal em *Andromaque* e *Phèdre*, e alguns dos convivas pensavam que suas representações somente eram superadas pelas rainhas do palco em Paris. Em outras ocasiões havia recitais de música e poesia. Três vezes por dia era posta a mesa, às vezes para 30 convidados; 15 criados eram mantidos ocupados; e nos jardins amantes podiam vagar à vontade e nasciam novas amizades.

Os amantes de Germaine há longo desgastados pelo tempo — Montmorency, Constant, Schlegel, Sismondi — tinham arrefecido consideravelmente, exauridos por seus pedidos de obediência e devoção, e ela estava se aquecendo numa nova paixão por Prosper de Barante. Ele tinha 23 anos, ela 39, mas seu modo de vida em breve cansou-o e ele procurou refúgio na distância e na indecisão que ela satirizava, no Oswald de *Corinne*. A novela, que na época foi famosa, estava quase completa, e exigia um impressor francês com o *imprimatur* da polícia de Napoleão. O pai de Prosper, prefeito do departamento de Leman, assegurou a Fouché que Madame tinha sido "reservada e circunspecta" no ano que passara. Ela recebeu permissão para passar o verão de 1806 em Auxerre, a 200 quilômetros de Paris; ali alugou uma casa de campo; e no outono permitiram-lhe mudar-se para Ruão, onde passou o inverno. Vários de seus amigos foram vê-la, e alguns expressaram a esperança de que Napoleão finalmente encontraria a derrota na árdua campanha que o levara e a seu exército a passarem o inverno no gelado norte.[39] A polícia secreta de Napoleão abria a correspondência de Germaine e informava-o desses sentimentos. A 31 de dezembro ele escreveu furioso a Fouché: "Não deixeis que aquela cadela da Madame de Staël se aproxime de Paris. Eu sei que ela está perto disso."[40] (Secretamente e por pouco tempo ela permaneceu em Paris algum tempo na primavera de 1807). No meio dos preparativos para a batalha de Friedland, Napoleão escreveu a Fouché, em 19 de abril:

> Entre as milhares de coisas a respeito de Mme. de Staël que me vêm às mãos, eis aqui uma carta na qual podeis ver que bela mulher francesa temos ali... É verdadeiramente difícil refrear-se a indignação frente ao espetáculo de todas as metamorfoses pelas quais esta prostituta, e além disso feia, está passando. Não vou dizer-vos que projetos esta ridícula *coterie* já formou no caso de um feliz acidente no qual eu fosse morto, uma vez que um ministro de polícia deveria estar informado acerca disso.

E em 11 de maio de novo a Fouché:

> Esta louca da Madame de Staël escreveu-me uma carta de seis páginas de algaravia... Diz-me que comprou uma propriedade no vale de Montmorency e chega à conclusão que isto dá-lhe o direito de residir em Paris. Repito-vos que deixar uma tal esperança àquela mulher é torturá-la sem propósito. Se eu vos mostrasse a prova detalhada de tudo o que ela fez em sua residência na campanha durante os dois meses em que ali residiu, ficaríeis espantado. Realmente, embora a 500 léguas da França, eu sei melhor o que ali acontece do que sabe o meu Ministro da Polícia.[41]

Assim, em 25 de abril de 1807, Germaine, sem desejá-lo, voltou para Coppet. Constant, a despeito de sua constante inconstância, acompanhou-a durante parte da viagem,

mas separou-se dela para ficar em Dôle com seu pai adoentado. Chegada a Coppet, ela mandou Schlegel dizer a Constant que se mataria se ele não voltasse em breve para ela. Benjamim sabia que esta ameaça clássica era um canto de sereia, não de um cisne, mas veio, e silenciosamente aturou suas reprimendas. Deixara de amá-la havia muito tempo, mas "como pode alguém dizer a verdade a uma pessoa cuja única resposta consiste em engolir ópio?" Em 10 de julho Juliette Récamier veio para uma longa visita; Germaine apaixonou-se por ela e decidiu continuar a viver.

A polícia permitiu a impressão de *Corinne* e sua publicação na primavera de 1807 deu à sua autora um triunfo que a consolou da vitória de Napoleão em Friedland em 14 de junho. As críticas da imprensa do governo eram hostis, mas milhares de leitores ficaram encantados e assim o declaravam. Hoje não nos encantamos por sua forma — um romance estático no qual se espalham desgraciosos e sediços ensaios com um cenário, caráter, religião, maneiras, literatura e arte italianos; e ninguém se entusiasma pelo "rosto másculo" do herói (mais tarde verificou-se ser ele um desfibrado), ou pela "divina inspiração entronizada" nos olhos da heroína.[42] Mas em 1807 a Itália ainda não era um país sobre o qual tanto se escreveu, mais familiar para nós na história e na arte do que a nossa própria terra; o romance estava abrindo suas asas; o romantismo estava lutando para livrar-se do poder dos pais, dos liames econômicos e dos tabus morais; os direitos da mulher estavam começando a ter eco. *Corinne* tinha todas essas fascinações, incorporadas numa bela *improvatrice* que canta poesia espontânea e dedilha uma lira feiticeira. Corinne, em seus primeiros anos, é visivelmente Germaine, com "um xale indiano envolvendo seus lustrosos cabelos negros;... seus braços transcendentemente belos,... seu corpo bastante robusto"; além disso, sua conversação "unia tudo que é natural, fantasioso, justo, sublime, poderoso e doce".[43] É estranho notar que, o nada sentimental imperador, exilado em Santa Helena, pegou o livro e não pôde largá-lo até antes de lê-lo até o fim.[44]

4. *Entendendo a Alemanha*

À tarefa de derrubar Napoleão e gerir um jardim zoológico de gênios e epicuristas, Madame agora ajuntava a delicada empresa de explicar a Alemanha à França. Mesmo enquanto sua recém-nascida *Corinne* estava lutando pela vida contra uma imprensa subjugada, ela estava escondendo em sua secreta personalidade uma audaciosa e maciça obra sobre a terra além do Reno. Para melhor preparar-se, partira em nova excursão à Europa Central.

No dia 30 de novembro de 1807, deixou Coppet com Alberto, Albertina, Schlegel, e seu criado Eugênio (Joseph Uginet). Em Viena ouviu música de Haydn, Gluck e Mozart, mas não deixou nenhuma referência a Beethoven. Durante três das cinco semanas na Áustria, manteve uma amorosa correspondência com um oficial austríaco, Moritz O'Donnell; ofereceu-lhe dinheiro e casamento, perdeu-o, e escreveu a Constant cartas de devoção ilimitada — "Meu coração, minha vida, tudo o que tenho é vosso se vós assim o desejais, e como desejardes";[45] ele contetou-se em tomar-lhe emprestado algum dinheiro. Em Teplitz e Pirna ela conferenciou com Friedrich von Gentz, um ardente publicista anti-Bonaparte; tomando conhecimento destas reuniões, Napoleão concluiu que ela estava tentando perturbar a paz que ele tinha recentemente assinado em

Tilsit em julho. Em Weimar ela não encontrou nem Schiller (que havia morrido em 1805) nem Goethe. Dirigiu-se a Gotha e Frankfurt; então, subitamente adoentada e deprimida, apressou-se a voltar para Coppet.

Talvez este aviso sobre a mortalidade tenha influenciado na sua inclinação em direção ao misticismo; Schlegel contribuiu para isso, mas influência mais forte veio da ascética Julie von Krüdener e do devasso dramaturgo Zacharias Werner, que moraram em Coppet em 1808. Por volta de outubro daquele ano os convidados e a língua eram predominantemente alemães, e as *lumières* do Iluminismo haviam cedido o lugar a uma religião mística. "Não há realidade nesta terra", escrevia Germaine a O'Donnell, "exceto na religião e no poder do amor; todo o resto é ainda mais fugitivo do que a própria vida."[46]

Foi sob esta influência que escreveu *De l'Allemagne*. Por volta de 1810 a obra estava aproximando-se do fim e ela aspirava a ir a Paris para imprimi-la. Escreveu humildemente a Napoleão, dizendo-lhe que "oito anos de exílio e miséria modificam todos os caracteres, e o destino ensina a resignação". Propunha-se ir para os Estados Unidos; solicitava um passaporte e permissão para uma estada transitória em Paris. O passaporte foi concedido, a permissão não.[47] Apesar disso, em abril de 1810, transferiu-se com sua família e Schlegel para Chaumont (próximo a Blois), de onde acompanhou a impressão de seu manuscrito de três volumes em Tours. Em agosto mudou-se para a vizinha cidade de Fossé.

As provas dos dois primeiros volumes foram submetidas por Nicolle, o impressor, aos censores em Paris. Concordaram com a publicação depois de haverem eliminado algumas sentenças sem importância. Nicolle imprimiu 5.000 cópias e mandou cópias por adiantamento a pessoas influentes. A 3 de junho o simpático Fouché foi demitido do Ministério da Polícia, e substituído pelo rigoroso René Savary, duque de Rovigo. Em 25 de setembro, Juliette Récamier trouxe ao censor as provas do volume III, e à rainha Hortense um jogo completo de provas para encaminhar — com uma carta da autora — ao imperador. Savary, aparentemente com aprovação de Napoleão, decidiu que o livro era tão desfavorável à França e seu governante, que a sua distribuição não podia ser permitida. Ordenou ao impressor que suspendesse a publicação e, em 3 de outubro, enviou uma dura nota a Madame de Staël, intimando-a a levar avante a sua intenção, já declarada, de ir para a América. Em 11 de outubro um destacamento de policiais entrou na oficina do impressor, destruiu as chapas de impressão e levou todas as cópias do volume que pôde encontrar; estas mais tarde foram destruídas. Outros agentes pediram o manuscrito; Germaine deu-lhes o original, mas seu filho Augusto secretamente guardou uma cópia. A autora reembolsou o impressor por seus prejuízos e fugiu de volta para Coppet.

Sobre a Alemanha, como foi publicado em 1813, é uma séria tentativa de fazer um levantamento, com brevidade e simpatia, sobre todos os aspectos da civilização alemã na época de Napoleão. Que uma mulher com tantos afazeres e tantos amantes tivesse achado o tempo, a energia e a competência para um tal empreendimento, é uma das maravilhas daquela excitante época. Através do internacionalismo suíço devido à sua ascendência, através do casamento com um barão de Holstein, através da herança protestante e seu ódio a Napoleão, ela estava preparada para dar à Alemanha o benefício de quase qualquer dúvida, ao usar suas virtudes como uma crítica indireta a Napoleão e sua tirania, e a apresentá-la à França como uma cultura rica de sentimentos, de ternura, de religião, e, conseqüentemente, bem própria para corrigir o intelectualismo,

o cinismo e o ceticismo então correntes na França literária.

É estranho que não gostasse de Viena, embora como ela, fosse alegre e triste — alegre com vinho e a conversação, triste com a mortalidade do amor e o crescimento das vitórias de Napoleão. A cidade era católica e sulista com música, arte, e uma fé quase acriançada; ela era protestante e nortista, pesada na alimentação e no sentimento, e afogando-se em filosofia. Aqui não havia um Kant, mas havia Mozart; não havia o ardor da controvérsia, nem os fogos de artifício de genialidade, mas encontrava-se aqui o prazer simples dos amigos e dos amantes, dos pais e dos filhos passeando pelo Prater e observando o Danúbio preguiçosamente fluindo a seu lado.

Mesmo os próprios alemães a desconcertavam; "estufas, cerveja e a fumaça do tabaco rodeiam todas as pessoas comuns com uma atmosfera pesada e quente da qual nunca sentem vontade de fugir."[48] Deplorava a simplicidade monótona do modo de vestir-se alemão, a completa domesticação dos homens, sua prontidão em submeter-se às autoridades. "A separação em classes... é mais distinta na Alemanha do que em qualquer outra parte;... todos obedecem à sua posição social, a seu lugar,... como se fosse um posto estabelecido."[49] Sentia falta, na Alemanha, o daquela fertilização cruzada de aristocratas, autores, artistas, generais e políticos que tinha encontrado na sociedade francesa; aqui "os nobres têm poucas idéias, os homens de letras pouquíssima prática nos negócios";[50] a classe dominante permanece feudal, a classe intelectual perde-se em sonhos inúteis. Aqui Madame citava o famoso epigrama de Jean Paul Richter: "O império dos mares pertence à Inglaterra, o da terra aos franceses e o do ar aos alemães."[51] E acrescentava, com segurança: "A extensão do conhecimento nos tempos modernos serve para enfraquecer o caráter quando ele não é reforçado pelo hábito dos negócios e o exercício da vontade."[52]

Admirava as universidades alemães, que eram então as melhores do mundo. Mas deplorava a língua alemã com suas consoantes maciças, e ressentia-se da extensão e da estrutura da sua sentença, que levava o verbo decisivo para o final e assim tornava difícil qualquer interrupção;[53] as interrupções, dizia, eram a vida da conversação. Encontrava muito pouco na Alemanha do vivaz porém polido debate característico dos *salons* parisienses; isto, pensava, era devido à falta de uma capital nacional que reunisse as inteligências do país,[54] e também ao hábito alemão de afastar as mulheres da mesa do jantar quando os homens se propunham a fumar e conversar. "Em Berlim os homens raramente conversam, exceto um com o outro; a condição militar dá-lhes um alto grau de rudeza, o que os impede de qualquer iniciativa com relação à sociedade das mulheres."[55] Em Weimar, no entanto, as mulheres tinham cultura e eram amadas, os soldados aprimoravam suas maneiras, e o duque compreendia que seus poetas estavam lhe dando um nicho na história. "Os literatos da Alemanha... formam em muitos aspectos a assembléia mais distinta que o mundo iluminado pode apresentar."[56]

Nossa guia teve alguma dificuldade ao apreciar as nuanças da poesia e até da prosa alemã; estava acostumada à claridade francesa e encontrou na profundidade teutônica uma obscuridade erudita. Mas tomou o partido dos alemães na revolta do Romantismo contra os modelos e as restrições clássicas. Definia o estilo clássico como aquele que se baseava nos clássicos das antigas Grécia e Roma; a literatura romântica, por contraste, emergiu da teologia cristã e do sentimento cristão, espalhou suas raízes na poesia dos trovadores, nas legendas da cavalaria, nos mitos e baladas do norte medieval primitivo.

Basicamente, talvez, a divisão repousasse na subordinação clássica da pessoa à realidade e a subordinação romântica da realidade à pessoa.

Por esta razão Mme. de Staël aprovava a filosofia alemã a despeito de sua dificuldade, pois, como ela própria, ela punha o êxtase na pessoa; via na consciência um milagre maior do que todas as revoluções da ciência. Ela rejeitava a psicologia de Locke e Condillac, que reduzia todo o conhecimento a sensações, e assim fazia de todas as idéias os efeitos de objetos externos; isto conduzia inevitavelmente ao materialismo e ao ateísmo. Num dos mais longos capítulos de seu livro ela tentou, com modestas desculpas, estabelecer a essência das *Critiques* de Kant: elas restauravam a mente como um participante ativo na concepção da realidade; a vontade livre como um elemento ativo na determinação das reações, e a consciência moral como um ingrediente básico da moralidade. Por meio desses teoremas, sentia, "Kant havia com não firme separado os diferentes impérios da alma e dos sentidos",[57] e assim havia estabelecido a base filosófica do cristianismo como um eficiente código moral.

Embora tivesse reduzido a frangalhos o sexto mandamento, Madame estava convencida de que nenhuma civilização poderia sobreviver sem moralidade, e nenhum código moral poderia dispensar a crença religiosa. Aplicar a razão à religião, argumentava, é um procedimento traiçoeiro; "a razão não dá felicidade em troca daquilo que ela tira".[58] A religião é "o consolo da miséria, a riqueza do pobre, o futuro dos agonizantes";[59] nisto o imperador e a baronesa concordavam. Assim ela preferia o protestantismo ativo da Alemanha ao pretendido catolicismo das classes superiores francesas; vibrava com os poderosos hinos que ressoavam partindo das gargantas alemãs nos coros, nas igrejas, e nas ruas, e mostrava desagrado pelo costume francês de observar a bolsa de valores e deixar aos pobres o prestar atenção a Deus.[60] Tinha uma boa opinião acerca dos irmãos Morávios. Seu capítulo final era um apelo para um "entusiasmo" místico — um sentido interior de um Deus onipresente.

Em resumo, levando em conta as limitações impostas pelo temperamento e pela época, *Sobre a Alemanha* foi um dos livros notáveis da época, um audacioso salto de *Corinne* para Kant; e Napoleão teria sido prudente ao desarmá-lo com um fraco elogio — como sendo excelente para uma mulher que não tinha simpatias pelos problemas do governo. Ela tinha energicamente desaprovado a censura, mas negar o livro à França seria ilustrar e reforçar seu caso. Tinha em muitas páginas elogiado a Alemanha à custa da França, mas muitas vezes elogiava a França à custa da Alemanha, e centenas de passagens revelavam o seu amor por seu país nativo e proibido. Tinha tratado com leveza os assuntos confusos, mas tivera a intenção de interessar uma ampla audiência na França e conseqüentemente promover a compreensão internacional. Batalhava por uma fértil permuta de culturas, que teria ajudado a união, proposta por Napoleão, da Confederação do Reno com a França. Escrevia com inteligência, às vezes genialmente,[61] adornando suas páginas com esclarecedoras concepções e idéias. Em última análise, revelou a Alemanha à França como Coleridge e Carlyle em breve a revelariam à Inglaterra. "Este livro", disse Goethe, "deve ser considerado como uma poderosa máquina que abriu uma enorme brecha naquela muralha chinesa de antiquados preconceitos que dividia os dois países; de tal forma que, além do Reno e depois além do Canal (nós alemães) tornamo-nos mais bem conhecidos — um fato que não poderia deixar de assegurar-nos uma grande influência sobre toda a Europa Ocidental."[62] Ela era "uma boa européia".

5. *Vitória Imperfeita*

Apenas um outro escritor poderia entender o que significava para Germaine de Staël ter a produção culminante de sua vida e seus pensamentos escondida nos recessos de Coppet, aparentemente tão morta quanto uma criança estrangulada ao nascer. Ela descobriu que sua casa estava rodeada por agentes do imperador, que alguns de seus criados foram subornados para espioná-la, e que qualquer amigo que ousasse visitá-la era marcado para a vingança imperial. Pessoas notáveis, cujas vidas e fortunas foram salvas por ela durante a Revolução, tomavam precaução para não se aproximar dela agora.[63]

Teve dois consolos. Em 1811 encontrou Albert-Jean Rocca, então com cerca de 23 anos de idade, um segundo-tenente ferido em batalha, permanentemente aleijado e sofrendo de tuberculose. Apaixonou-se pela heróica Germaine, que tinha então 45 anos, que não impressionava fisicamente, era moralmente imperfeita, intelectualmente brilhante, e não deixava de ter encanto financeiro. "John", sitiou-a e deu-lhe um filho. Germaine acolheu com prazer o novo amor, como desafiando e retardando a velhice. — O outro consolo foi sua esperança de que, se pudesse ir para a Suécia ou para a Inglaterra, poderia encontrar um editor para sua escondida obra-prima. Mas não podia atingir a Suécia através de nenhum país sob o poder de Napoleão. Resolveu levar seu manuscrito secretamente através da Áustria, passando através da Rússia por São Petersburgo e daí para Estocolmo, onde o Príncipe Bernadotte a ajudaria. Não foi uma fácil tarefa para ela abandonar a casa que tinha tornado famosa e o túmulo de sua mãe, que ela podia agora perdoar, e o de seu pai, que ainda parecia para ela um sábio político e um santo financeiro. — No dia 7 de abril de 1812 ela deu à luz o filho de Rocca, logo mandado a uma ama-de-leite para ficar em segurança. Em 23 de maio de 1812, iludindo todos os espiões, e acompanhada ou seguida por sua filha Albertina, seus dois filhos, seu antigo amante Schlegel e seu novo amante Rocca, partiu para Viena, esperando obter ali um passaporte para a Rússia e então chegar a São Petersburgo onde encontraria um elegante, cavalheiresco e liberal czar. Em 22 de junho, Napoleão, com 500.000 homens, cruzou o Niemen para a Rússia esperando encontrar ali um derrotado e penitente czar.

Germaine contou a história desta viagem em seu livro *Dez Anos de Exílio*. Contemplando agora esta estranha conjunção de vontades e acontecimentos, fica-se maravilhado com a coragem que teve aquela mulher perseguida, através de milhares de obstáculos e um povo supostamente bárbaro, para atingir Zhitomir, na parte russa da Polônia, apenas oito dias à frente das tropas de Napoleão.[64] Ela apressou-se a chegar a Kiev e daí a Moscou, onde, desafiando o destino, demorou-se em visita ao Kremlin, ouvindo música de igreja e visitando os líderes locais na ciência e literatura. Então, um mês antes da chegada de Napoleão, deixou Moscou via Novgorod em direção a São Petersburgo. Em todos os lugares, nas cidades de sua rota, foi recebida como um distinto aliado na guerra contra o invasor. Lisonjeou o czar dizendo-o a esperança do liberalismo europeu. Juntos planejaram fazer de Bernadotte o rei da França.

Em setembro alcançou Estocolmo, onde ajudou a levar Bernadotte para a coligação contra Napoleão.[65] Após uma permanência de oito meses na Suécia, cruzou o mar em direção à Inglaterra. Londres aclamou-a como a primeira mulher da Europa; Byron e outros notáveis vieram apresentar-lhe suas homenagens e ela não teve dificuldades em negociar com o editor de Byron, John Murray, para mostrar ao mundo os volumes há

tanto tempo escondidos, (outubro de 1813). Permaneceu na Inglaterra enquanto os aliados derrotavam Napoleão em Liepzig, marchavam sobre Paris, e colocavam Luís XVIII no trono. Então (a 12 de maio de 1814) apressou-se a atravessar o canal, restabeleceu seu *salon* em Paris depois de dez anos de exílio, e serviu de anfitriã a dignatários de dezenas de países — Alexandre, Wellington, Bernadotte, Canning, Talleyrand, Lafayette. Constant de novo voltou para ela e Madame Récamier de nóvo brilhou. Germaine instou com Alexandre para se recordar de seus pronunciamentos liberais; Alexandre e Talleyrand persuadiram Luís XVIII a "conceder" a seus súditos recapturados uma constituição bicameral, baseado no modelo inglês; por fim Montesquieu teve sua vez. Mas Madame não gostou da palavra "conceder"; ela queria que o rei reconhecesse a soberania do povo. Em julho de 1814 voltou para Coppet, triunfante e orgulhosa, mas sentindo a aproximação da morte.

Suas aventuras, suas batalhas, até mesmo suas vitórias, tinham levado sua espantosa vitalidade próximo à exaustão. Apesar de tudo, ela devotadamente cuidou do moribundo Rocca, preparou o casamento de sua filha com o duque de Broglie, e começou a escrever o seu brilhante canto de cisne, o livro de 600 páginas, *Considérations sur les principaux événements de la Révolution française* (Considerações sobre os Principais Acontecimentos da Revolução Francesa). A primeira parte era uma defesa de Necker em todas as suas políticas; a segunda exorcizava o despotismo de Napoleão. Depois que ele assumiu o governo todos os seus movimentos pareciam para ela um avanço em direção à tirania; e suas guerras eram motivos e desculpas para o absolutismo. Antes de Stendhal, muito antes de Taine, ela compara Napoleão aos "déspotas italianos dos séculos XIV e XV".[66] Ele havia lido e aceito os princípios de governo de Maquiavel, sem sentir um amor comparável por seu país. A França não era realmente a pátria de Napoleão; era seu trampolim. A religião era para ele não a humilde aceitação de um ser supremo, mas um instrumento para a conquista do poder. Homens e mulheres não eram alma, mas ferramentas.[67] Ele não era sanguinário, mas havia sempre ficado indiferente à carnificina da vitória. Tinha a brutalidade de um *condottiere*, nunca as maneiras de um gentil-homem. E este homem vulgar coroado havia feito dele mesmo o juiz e o censor de toda a palavra e pensamento, da imprensa que era o último refúgio da liberdade, e dos salões que eram as cidadelas da mentalidade livre da França. Não era o filho da Revolução; mas se era, era também seu parricida.[68].

Quando ela soube que se estava formando um plano para matar o imperador destronado, apressou-se a notificar seu irmão José, e ofereceu-se para ir a Elba e proteger seu inimigo caído; Napoleão enviou-lhe uma palavra de agradecimento. Quando ele retornou de Elba e retomou a França sem luta, ela não pôde deixar de admirar sua coragem: "Não vou abandonar-me a fazer declarações contra Napoleão. Ele fez o que era natural para a restauração de seu trono, e sua marcha de Cannes a Paris foi uma das maiores concepções de audácia que podem ser citadas na história."[69]

Após Waterloo ela retirou-se afinal da arena política. Não lhe agradou a ocupação da França por tropas estrangeiras, nem a pressa com que a velha nobreza atirou-se a recuperar suas terras, sua riqueza, seu poder. No entanto ficou satisfeita ao receber de Luís XVIII os 20 milhões de francos que eram devidos a Necker ou seus herdeiros por seu empréstimo ao Tesouro francês. Em 10 de outubro de 1816 casou-se em particular com Rocca; em 16 de outubro, embora ambos estivessem doentes, foram a Paris e Germaine reabriu seu *salon*. Foi seu triunfo final. Os nomes mais famosos em Paris vieram

a sua casa: Wellington, da Inglaterra; Blücher e Wilhelm von Humboldt, da Prússia; Canova, da Itália; ali Chateaubriand começou seu idílio com Mme. Récamier. Mas a saúde de Germaine estava fraquejando, e seu desencanto com a Restauração crescia à medida que os realistas procuravam eliminar da vida política da França todos os vestígios da Revolução. Este não fora o seu sonho. Suas *Considérations* definiam o despotismo como a reunião dos poderes executivos e legislativo em uma só pessoa; e insistia em que uma assembléia nacional fosse inteiramente eleita pelo povo soberano.

Não viveu para ver aquele livro publicado. Seu corpo, enfraquecido pelas paixões, envenenado pelas drogas, conseguindo dormir apenas através de crescentes doses de ópio, fracassou em sua tentativa de apoiar sua mente. No dia 21 de fevereiro de 1817, quando estava subindo as escadarias numa recepção dada por um dos ministros de Luís XVIII, desmaiou e caiu paralisada por um insulto cerebral. Durante três meses permaneceu deitada, de costas, incapaz de se mover, mas capaz de falar, e sentindo grandes dores. A seu pedido, sua filha assumiu o papel de anfitriã no *salon*. "Eu fui sempre a mesma, intensa e cheia de amarguras", disse ela a Chateaubriand, "eu amei a Deus, a meu pai e à liberdade".[70] Morreu em 14 de julho de 1817, o aniversário da Bastilha. Ainda não tinha 51 anos de idade; quatro anos depois morreu seu grande inimigo, também sem atingir 52 anos.

Pode-se concordar com Macaulay que "ela foi a maior mulher de seu tempo"[71] e o maior nome na literatura francesa entre Rousseau e Chateaubriand. Seu trabalho tinha maior valor quanto ao objetivo e alcance do que em arte literária, e seu pensamento era mais penetrante do que profundo. Ela participava de muitas das qualidades de seu inimigo predileto: uma personalidade dominante, coragem contra as dificuldades, espírito dominador, orgulho do poder e intolerância contra a dissensão; mas a ela faltava uma mente realística e sua imaginação, como se vê em suas novelas, era romanticamente infantil comparada com o alcance dos sonhos políticos dele. Deixemos que ele a defina da perspectiva de seu isolamento em Santa Helena: "A casa de Mme. de Staël tornou-se um verdadeiro arsenal contra mim. A ela vinham muitas pessoas para serem armadas como seus cavaleiros em sua guerra... E no entanto, ao final das contas, é apenas verdade dizer-se que era uma mulher de grande talento, de grande distinção e de grande força de caráter. Ela será sempre lembrada."[72]

III. BENJAMIN CONSTANT: 1767-1816

Houve dois Constants na tempestuosa vida de Napoleão: Véry Constant, seu criado de quarto, que escreveu acerca da vida privada do grande ditador volumosas memórias que desmentem um velho adágio; e Benjamin Constant de Rebecque, que, nascido na Suíça, educado em uma dúzia de cidades, e finalmente estabelecido na França, sujou de tal maneira sua vida com dívidas sem pagar, amantes abandonadas e acrobacias políticas, que seria dificilmente lucrativo tratar dele aqui, se ele não tivesse se aproximado da história em muitos combates, sido amado até o desespero por mulheres notáveis, e sido capaz de descrever seus defeitos com tal eloqüência, sutileza e imparcialidade, de maneira capaz de ajudar-nos a compreender nossos próprios defeitos.

Fez uma crônica de seus primeiros 20 anos de vida num *Cahier Rouge* ou Caderno de Notas Vermelho; os próximos 20 anos numa curta novela, *Adolphe*; e os anos de 1804

a 1816 num *Journal Intime* (Diário Íntimo) que abrange de Paris a Coppet, até Weimar e até Londres, com interessantes apanhados de história, de literatura, de psicologia e de filosofia. Apenas *Adolphe* foi publicado durante sua vida, (Londres, 1816); o *Journal* permaneceu em manuscrito até 1887, e o *Cahier* até 1907; esses membros espalhados, com milhares de referências contemporâneas, constituem hoje o Constant que conhecemos.

Provinha de uma família titulada suíça-alemã, que podia traçar suas origens por 800 anos. Não precisamos recuar mais do que até seu pai, que, tão ocupado com seus próprios pecados, teve pouco tempo para supervisionar os de seu filho. O barão Arnold-Juste Constant de Rebecque era um oficial de um regimento suíço que servia nos Estados Gerais dos Países Baixos. Era elegante, bem educado e um amigo de Voltaire. No princípio de 1767 casou-se com Henriette de Chandieu, de origem francesa huguenote. Ela com 25 anos, ele com 40. No dia 25 de outubro, em Lausanne, ela deu à luz Benjamin; uma semana mais tarde morreu, a primeira das muitas vítimas de seus desregramentos. O pai confiou o rapaz a vários tutores, descuidadamente escolhidos. Um tentou por meio de pancadas e agrados fazer dele um menino-prodígio em grego. Quando as pancadas puseram em perigo a saúde de Benjamin, foi transferido para um segundo tutor, que o levou a um prostíbulo em Bruxelas. Seu terceiro tutor deu-lhe um bom conhecimento de música e, quanto ao resto, confiou nele para educar-se a si próprio através da leitura. Benjamin lia de oito a dez horas por dia, prejudicando permanentemente seus olhos e sua fé.[73] Passou um ano na Universidade de Erlangen; daí foi transferido para Edimburgo, onde sentiu as agitações finais do Iluminismo escocês; mas ali também aprendeu a jogar, o que se tornou o segundo vício depois do sexo, em sua desordenada vida. Depois de algumas aventuras em Paris e Bruxelas, estabeleceu-se na Suíça, e começou a escrever uma história da religião, visando a demonstrar a superioridade do paganismo sobre o cristianismo.

Passou de mulher a mulher, de cassino a cassino, até que seu pai mandou-o viver (1785) em Paris com a família de Jean-Baptiste Suard, um crítico literário de cultura e boa vontade.

> Fui recebido com aceitação total pelo seu grupo. Minha mentalidade, a que naquele tempo faltavam inteiramente solidez e precisão, sofreu uma modificação divertidamente epigramática; meu conhecimento — que era muito irregular mas superior ao da maior parte dos homens de letras da geração que surgia — e a originalidade do meu caráter, tudo parecia novo e interessante... Quando eu me recordo da espécie de coisas que eu costumava dizer naquele tempo, e do convicto desdém que eu demonstrava por todo o mundo, não compreendo como é que pude ter sido tolerado.[74]

Em 1787 encontrou "a primeira mulher de inteligência superior que eu até então havia conhecido". "Zélide" — isto é Isabella van Tuyll — tinha sido uma difícil *pièce de résistance* nos dias que Boswell passou na Holanda. Rejeitara-o e a outros, para casar-se com o tutor de seu irmão, e com ele vivia num descontentamento resignado, na cidade de Colombier, próximo ao lago de Neuchâtel. Quando Constant a encontrou, ela estava em Paris para publicar sua novela *Caliste*. Estava com 47 anos de idade, mas possuía para o aventureiro de 19 o encanto de uma mulher atraente, de intelecto brilhante e *blasé* a um grau que fazia sua própria orgulhosa sofisticação parecer juvenil como a de um calouro. "Eu ainda recordo com emoção os dias e as noites que juntos passamos,

conversando com inexaurível ardor sobre qualquer assunto possível." Quando ela voltou para Colombier, ele fixou sua residência em Lausanne, bem próximo. Seu marido, erradamente, acreditava que a disparidade de suas idades limitaria Zélide e Constant a uma amizade. Ela dedicou-se zelosamente a educar Benjamin acerca das maldades das mulheres e das mentiras dos homens. "Nós nos embriagávamos um ao outro com nossas pilhérias e nosso desesprezo pela raça humana."[75]

O pai de Benjamin interrompeu esta diversão semi-intelectual enviando-o para Brunswick a fim de servir como funcionário na corte do duque, que em breve iria levar um exército para combater a Revolução Francesa. Entre cerimônias, ele caiu na terna armadilha da baronesa Wilhelmina von Cramm, casou-se com ela (8 de maio de 1789), descobriu que ser marido era mais enfadonho do que vagabundar, concluiu que Minna gostava de "gatos, cachorros, aves, amigos e de um amante" mais do que de seu companheiro legal, e moveu-lhe uma ação de divórcio. Sentindo-se com o coração livre, cultivou uma paixão por Charlotte von Hardenberg, esposa do barão vou Marenholz. Recusando-lhe o consolo do adultério, prometeu casar-se com ele tão logo pudesse divorciar-se do barão. Apavorado pelo pensamento de um outro casamento, Constant fugiu para Lausanne (1793), e Colombier, onde Zélide retomou sua educação. Tinha agora 26 anos de idade, e ela pensava que ele deveria sacrificar o prazer da variedade pelo descanso na unidade: "Se eu conhecesse uma pessoa jovem e forte que vos amasse tanto quanto eu, e que não fosse mais estúpida do que eu, teria a generosidade de dizer-vos para ir para ela!"[76] Para sua surpresa e indignação, ele em breve encontrou uma pessoa jovem e forte.

No dia 28 de setembro de 1794, na estrada entre Lyon e Coppet, Benjamin encontrou Germaine de Staël, com 28 anos, juntou-se a ela em sua carruagem e começou então uma comédia de 15 anos de juras, lágrimas e palavras. Ele jamais havia conhecido uma mulher com inteligência tão rica, vontade tão forte, paixões e sentimentos ainda mais fortes. Contra esses poderes ele era todo fraqueza, pois havia perdido o caráter ao longo de uma juventude dissipada e fragmentada, em campanhas fisiológicas sem dignidade ou conseqüência. Aqui também seu pronto triunfo foi uma derrota, pois embora ela o aceitasse como amante, e permitisse que ele acreditasse que tinha sido o pai de Albertina, persuadiu-o a assinar com ela, em data desconhecida, um juramento de subordinação que, ajudado por seus débitos para com ela, mantinha-o em servidão psicológica, mesmo depois de ambos haverem levado outros companheiros a seus leitos.

> Prometemos consagrar nossas vidas um ao outro; declaramo-nos indissoluvelmente ligados; que sempre participaremos, em todos os assuntos, de um destino comum; que jamais concluiremos qualquer outra aliança; que reforçaremos os laços que agora nos unem tão breve quanto nos for possível.
>
> Declaro que estou assumindo esse compromisso com sinceridade, que nada conheço na terra mais digno desse amor do que Madame de Staël, que fui o mais feliz dos homens durante os quatro meses que passei com ela, e que eu considero como a maior felicidade de minha vida ser capaz de fazê-la feliz em sua juventude, envelhecer em paz a seu lado, e chegar ao fim da minha vida junto com a alma que me compreende, e sem cuja presença a vida nesta terra não teria mais interesse para mim.
>
> BENJAMIN CONSTANT[77]

Seguiu-a a Paris em 1795, unificou seus interesses políticos, apoiou o Diretório, aceitou o *coup d'état* de Napoleão como necessário pelas condições da França, a quem serviu,

e a si mesmo, como porta-voz quando, nomeado por Napoleão, tornou-se um membro do Tribunato. Mas tão logo o Primeiro Cônsul deu sinais de desejar poder obsoluto, os dois amantes fizeram-lhe oposição; ela em seu *salon*, ele em seu primeiro discurso (5 de janeiro de 1800), no qual demandava o direito do Tribunato de discutir sem ser molestado. Conquistou reputação como orador impetuoso, mas foi marcado para ser substituído em uma das limpezas periódicas (1802) do Tribunato. Quando os amantes, apesar de tudo, continuaram a guerra, Napoleão baniu-os de Paris.

Constant foi com Madame para Coppet, já de relações aparentemente reduzidas a uma calma platônica. "Eu preciso de mulheres", dizia a si mesmo, "e Germaine não é sensual."[78] Ofereceu-se para casar-se com ela, que recusou dizendo que isto sacrificaria seu nível e as perspectivas matrimoniais de sua filha. Em setembro de 1802, Madame apaixonou-se por Camille Jordan, e convidou-o a acompanhá-la à Itália, com todas as despesas pagas, prometendo "esquecer tudo convosco, que eu amo profundamente".[79] Jordan recusou. Em abril de 1803, Constant deixou Coppet, instalando-se na propriedade que comprara próximo a Mafliers, cerca de 50 quilômetros de Paris. Afrontada a ira de Napoleão, Germaine transferiu-se no outono com sua família para uma casa de campo em Mafliers. Quando Napoleão mandou que obedecesse à ordem de banimento para 200 quilômetros de Paris, ela preferiu visitar a Alemanha. Constant, ressentindo-se da severidade do Cônsul e tocado pelo pesar de Germaine, decidiu-se a acompanhá-la.

Ajudou-a e a seus filhos nas dificuldades da viagem, alegrou-se quando chegou a Weimar, e estabeleceu-se ali para trabalhar em sua história da religião. Em 22 de janeiro de 1804, iniciou um *Journal Intime* (Diário Íntimo) com uma abertura alegre: "Acabo de chegar em Weimar; conto permanecer aqui algum tempo pois aqui encontrarei bibliotecas, conversações sérias de acordo com o meu gosto, e acima de tudo paz para meu trabalho."[80] Algumas folhas do diário depois desta revelam seu desenvolvimento mental:

> 23 de janeiro: estou trabalhando pouco e mal, mas em compensação vi Goethe! *Finesse*, orgulho, sensitividade física até o ponto de sofrimento; um espírito notável, um belo semblante, uma figura um pouco deteriorada... Depois do jantar conversei com Wieland — uma alma francesa, frio como um filósofo, brilhante como um poeta... Herder é como um leito quente e macio onde uma pessoa tem sonhos agradáveis...
>
> 27 de janeiro: Johannes von Müller (o historiador suíço) explicou-me seu plano para uma história universal... (Com ele) surgiu uma interessante questão: a criação ou a não criação do mundo. De acordo com o que decidirmos sobre esta questão, o curso da raça humana aparecerá diametralmente oposto: se houve criação, deterioração; se não houve criação, melhoria...
>
> 12 de fevereiro: Li novamente o *Fausto* de Goethe (1ª parte). É um escárnio da humanidade e de todos os cientistas. Os alemães acham-no de uma profundidade sem precedentes, mas quanto a mim, eu prefiro o *Candide*...
>
> 26 de fevereiro: Uma visita a Goethe...
>
> 27 de fevereiro: Uma tarde com Schiller...
>
> 28 de fevereiro: Jantar com Schiller e Goethe. Não conheço ninguém no mundo que tenha tanto humor (*gaieté*), refino, força e alcance de espírito como Goethe.
>
> 29 de fevereiro:...Parto amanhã para Leipzig e não deixo Weimar sem tristeza. Passei aqui três meses muito agradavelmente: estudei, vivi com segurança, sofri pouco; não peço mais nada...
>
> 3 de março: Visito o Museu de Leipzig... A biblioteca tem 80.000 volumes... Por que não permaneço aqui para trabalhar?...
>
> 10 de março: Comprei seis luíses (aproximadamente 150 dólares) de livros alemães.[81]

Benjamin deixou Mme. de Staël em Leipzig e dirigiu-se a Lausanne para visitar seus parentes. Chegou a tempo de saber que o pai de Germaine havia morrido — "este bom senhor Necker, tão nobre, tão afetuoso, tão puro. Ele me amava. Quem guiará agora sua filha?"[82] Apressou-se em voltar para a Alemanha, na esperança de dar-lhe a notícia cuidadosamente; estava claro que esta perda a transtornaria. Retornaram a Coppet, onde permaneceram até a recuperação de Germaine.

Ela precisava mais de seus cuidados naqueles dias, quando ele ansiava pela separação, a fim de ver-se livre para seguir sua própria carreira política e pessoal, sem estar ligado aos interesses dela. Sentia que arruinara suas perspectivas políticas ao se tornar um lugar-tenente na guerra de Germaine contra Napoleão. Em abril de 1806 seu diário analisava a doença de sua vontade: "Sinto-me sempre inclinado a romper com Madame de Staël, mas cada vez que assim me sinto, na manhã seguinte encontro-me com disposição contrária. Entretanto, suas impetuosidades e imprudências mantêm-me atormentado e em permanente perigo. Devemos separar-nos... É a minha única oportunidade para uma vida pacífica."[83] Um mês mais tarde seu diário registra: "À noite uma cena terrível — palavras horríveis, sem sentido, atrozes. Ela é louca ou sou eu. Como irá isto terminar?"[84]

Como tantos escritores incapazes de orientar sua vida, refugiou-se contando o seu lado da história num livro de ficção cuidadosamente disfarçado, mas uma nítida confissão. Ressentido com a dominação e as reprovações de Germaine, zangado com suas próprias hesitações e fraca vontade, escreveu, em 15 dias (janeiro de 1807) e em 100 páginas, a primeira novela psicológica do século XIX, mais penetrante e sutil que a maior parte delas e sem misericórdia tanto para o homem como para mulher.

Adolphe acompanhou em ficção a juventude sem destino do escritor, sua fragmentária educação, seus apressados e superficiais amores, sua sede pela leitura — que substituiu sua fé por um cinismo que torturava a falta de significação de sua vida. Levou a odisséia de seus irresponsáveis amores a uma catástrofe climática na história de Ellénore, uma nobre mulher que tinha sacrificado o lar, a honra e o futuro para ser a amante do conde P —. Adolphe observa a maneira como a sociedade — fundamentando sua ordem e estabilidade nas leis e costumes que reprimem os desejos anti-sociais — pune com maledicência e afrontas a mulher (muito menos o homem) que viola essas normas protetoras. Sua piedade por Ellénore jogada ao ostracismo, a admiração por sua coragem, transformam-se facilmente em amor, ou talvez no secreto desejo de mais uma conquista para sustentar seu orgulho. Justamente quando seu ardor está arrefecendo e prestes a ser controlado, entrega-se a ele, deixa o conde e seu dinheiro, aluga um modesto apartamento e tenta viver com as visitas e os rendimentos de Adolphe. Seu interesse pela cidadela que se rendeu declina à medida que a devoção dela aumenta. Ele tenta separar-se; ela o reprova; finalmente brigam e se separam. Ela o deixa e fenece na pobreza e na falta de vontade de viver. Ele junta-se a ela novamente apenas para vê-la morrer em seus braços.

Constant procurou esconder qualquer sinal que revelasse seus personagens fictícios como sendo habitantes de Coppet; fizera sua heroína polonesa e submissa, deixando-a morrer em desespero. Porém todos os que liam o livro e conheciam seu autor identificavam-no como Adolphe e Mme. de Staël como Ellénore. Constant absteve-se durante nove anos de publicá-lo, mas (a vaidade embotando a cautela) leu parte — às vezes tudo — do manuscrito para amigos, e afinal para a própria Germaine, que desmaiou no final.

Constant recebera um ânimo passageiro pelo retorno à sua vida de Charlotte von Hardenberg, divorciada de seu primeiro marido e já se cansando do segundo, o visconde du Tertre; então retomaram a ligação interrompida. Casaram-se no dia 5 de junho de 1808, mas quando Benjamin, para aquietar Mme. de Staël, voltou à sua servidão em Coppet, Charlotte regressou à Alemanha. Então Madame descobriu um novo amante em John Rocca (1811), e Constant sentiu-se novamente livre. Foi viver com Charlotte próximo a Göttingen, e, ajudado pela biblioteca da universidade, renovou seu trabalho sobre a história da religião. Os dois próximos anos foram provavelmente os mais felizes de sua vida.

Mas ele não se dava bem com a felicidade. Quando (janeiro de 1813) ouviu do conde de Narbonne um relato em primeira mão do desastre de Napoleão na Rússia, e pressentiu a proximidade da queda do imperador, sua velha agitação retornou. "Devo sempre ser um espectador?" pergunta em seu diário. Enquanto os aliados vitoriosos empurravam Napoleão de volta para o Reno, Constant foi para Hanôver, onde encontrou Bernadotte, que o persuadiu a escrever um panfleto, *Esprit de conquête* (Espírito da Conquista), atribuindo o colapso da França ao despotismo de Napoleão. Publicado em Hanôver em janeiro de 1814, no auge da invasão aliada na França, o panfleto fê-lo *persona grata* junto aos líderes aliados, e seguiu seus exércitos na entrada de Paris (abril de 1814), na esperança de uma restauração pessoal.

Visitou o renascido *salon* de Mme. de Staël e encontrou-a sem qualquer interesse em sua pessoa. Estando Charlotte ainda na Alemanha, anunciou em seu diário (31 de agosto de 1814) que se apaixonara por Mme. Récamier, cuja estratégia de uma virgindade trêmula e impenetrável há muito tempo ele ridicularizava. Confidenciou ao duque de Broglie que tentara vender sua alma ao diabo em troca do corpo de Juliette Récamier.[85] Por ter sido ardente partidária dos Bourbons, ela temia por sua segurança quando soube que Napoleão havia escapado de Elba e aportado em Cannes. Inspirou Constant a publicar no *Journal de Paris* (6 de março de 1815) um apelo ao povo da França para levantar-se contra "O Usurpador". "Napoleão promete a paz, mas seu próprio nome é um sinal de guerra. Ele promete a vitória; no entanto três vezes — no Egito, na Espanha e na Rússia — ele desertou seus exércitos como um covarde."[86] La Récamier acendera no inflamado Constant um fogo que parecia estar queimando todas as pontes atrás dele. Em 19 de março proclamou no *Journal des débats* que estava pronto a morrer pela restauração do rei. Naquela noite Luís XVIII fugiu para Ghent; no dia seguinte Napoleão entrou em Paris; Constant escondeu-se na embaixada dos Estados Unidos. Napoleão concedeu uma anistia geral; Constant emergiu de seu esconderijo; em 30 de março José Bonaparte assegurou-lhe que o imperador estava inclinado a perdoá-lo. Em 14 de abril Napoleão recebeu-o e pediu-lhe para minutar uma constituição liberal. Napoleão revisou a minuta consideravelmente, e então proclamou-a como a nova carta do governo francês. Constant estava tonto de glória.

A 20 de junho, quando lia *Adolphe* para a rainha Hortência, o duque de Rovigo entrou para dizer a ela que Napoleão fora derrotado em Waterloo dois dias antes. A 8 de julho Luís voltou para as Tulherias; Constant enviou-lhe uma humilde desculpa; o rei, julgando-o ser um volúvel e irresponsável adolescente que escrevia excelente francês, estendeu-lhe um perdão que surpreendeu a todos. Toda Paris evitava Constant e tecia trocadilhos em torno de seu nome. Escreveu a Mme. Récamier perdoando-a por ter arruinado "minha carreira, meu futuro, minha reputação e minha felicidade".[87] Em ou-

tubro ele partiu para Bruxelas, onde reencontrou a paciente Charlotte. No princípio de 1816 atravessaram o Canal para a Inglaterra, onde publicou *Adolphe*. Em setembro voltou com sua esposa para Paris, mergulhou na política e começou uma nova carreira.

IV. CHATEAUBRIAND: 1768-1815

1. *Juventude*

Para seus contemporâneos franceses François-René de Chateaubriand foi o maior escritor de seu tempo — "*les plus illustre* (dizia Sainte-Beuve em 1849) *de nos écrivains modernes*" (o mais ilustre de nossos escritores modernos);[88] e um outro modelo de cultura literária, Émile Faguet, escrevia, por volta de 1887 (esquecendo Voltaire): "Chateaubriand é o maior feito da história da literatura francesa desde a Pléiade" (*c.* 1550);[89] a proximidade empresta encanto à vista. Certamente seu reino sobre as letras francesas só havia sido igualado pelo de Voltaire. Sua subida marcou o triunfo da religião sobre a filosofia, da mesma forma que Voltaire havia marcado o triunfo da filosofia sobre a religião; e ele viveu tempo bastante para ver renascer a falta da fé. É assim que um modo de pensar, apaixonadamente sustentado, desgasta o modo como foi bem recebido, atrai seu oposto, revive novamente ao longo das gerações, através da imoderação da humanidade.

''Minha vida e meu drama'', escreveu, ''são divididos em três atos. De minha primeira juventude até 1800 fui um soldado e um viajante; de 1800 a 1814, sob o Consulado e o Império, devotei-me à literatura; da restauração até os dias presentes (1833) minha vida tem sido política.''[90] Haveria um quarto e último ato (1834-48), no qual o triplo herói seria uma memória viva porém frágil, sustentada por bondosas mulheres, mas esmaecendo na poeira do tempo.

''Meu nome primeiro se escrevia Brien,... depois Briand... Mais ou menos por volta do século XI os Briens deram seu nome a um importante castelo na Bretanha, e esse castelo tornou-se a sede da baronia de Châteaubriand.''[91] Quando a orgulhosa família perdeu quase tudo menos o seu castelo e seu orgulho, o pai foi para a América e fez uma modesta fortuna. Voltando, casou-se com Apolline de Bedée, que lhe deu tantos filhos que ele se retirou para uma sombria introversão, transmitida a seu último filho, o único hoje lembrado. A mãe consolava-se de seus trabalhos e suas doenças com uma intensa piedade. Quatro de seus filhos morreram antes que René nascesse, em 4 de setembro de 1768, em St.-Malo, na costa do Canal. Mais tarde ele notava: ''desde que nasci, não conheço nenhum infortúnio maior do que dar nascimento a um ser humano.''[92] Sua irmã, Lucile, sempre adoentada, misturava seu *mal-de-vie* com o dele numa intimidade tão intensa que os deixaram frios para com o casamento. O nevoeiro que vinha do Canal e as ondas que batiam sobre sua ilha e sua casa acrescentavam algo a seu sombrio espírito, mas tornaram-se importantes em sua memória.

Quando tinha nove anos a família mudou-se para uma propriedade em Combourg, que ostentava um título de conde, e fazia de René um visconde. Então ele foi enviado para uma escola na vila próxima de Dol, ensinado por padres que, a instâncias de sua mãe, inspiraram-lhe a vocação para o sacerdócio. Deram-lhe uma boa base nos clássicos; em breve estava fazendo suas próprias traduções de Homero

e Xenofonte. "No meu terceiro ano em Dol... o acaso pôs em minhas mãos... um volume de Horácio sem cortes. Obtive assim uma visão interior... encantos de uma natureza desconhecida sobre um sexo, no qual eu só tinha visto apenas uma mãe e irmãs... Meu terror das trevas infernais... afetaram-me tanto moral quanto fisicamente. Continuei, em minha inocência, a lutar contra as tempestades de uma paixão prematura e os terrores da superstição."[93] Sua energia sexual, sem nenhum contacto conhecido com o outro sexo, desenvolveu nele a imagem de uma mulher idealizada, à qual tornou-se misticamente devotado com uma intensidade que pode tê-lo afastado de um desenvolvimento normal.

Quando se aproximava o tempo de sua primeira comunhão, temia admitir suas agitações secretas a seu confessor. Quando encontrou coragem para fazê-lo, e o bondoso padre deu-lhe conforto e obsolvição, sentiu "a alegria dos anjos". "No dia seguinte... fui admitido à sublime e comovente cerimônia que eu em vão tentei descrever em *Le Gênie du christianisme*... A Real Presença da Vítima no Sacramento Sagrado no altar era tão manifesta para mim como a presença de minha mãe ao meu lado... Eu sentia como se acendesse uma luz dentro de mim. Tremia de veneração."[94] Três meses mais tarde ele deixou o colégio de Dol. "A memória desses obscuros mestres será sempre cara para mim."[95]

Aquela exaltação diminuiu à medida que suas leituras levantavam perguntas com referência à sua fé. Confessou a seus pais que não sentia vocação para o sacerdócio. Aos 17 anos foi mandado por dois anos para o Collège de Rennes, a fim de preparar-se para admissão na Guarda Naval em Brest. Em 1788, com 20 anos de idade, apresentou-se para exames, mas as perspectivas da vida e da disciplina na armada francesa de tal modo o apavoraram que ele retornou à casa de seus pais em Combourg e, talvez para aquietar as censuras, concordou em entrar no Collège de Dinan e preparar-se para o sacerdócio; "a verdade é que eu estava apenas tentando ganhar tempo, pois não sabia o que desejava".[96] Finalmente alistou-se no exército como oficial comissionado. Foi apresentado a Luís XVI, caçou com ele, e assistiu à tomada da Bastilha. Simpatizava com a Revolução até que, em 1790, ela aboliu todas as classes, títulos e direitos feudais. Quando seu regimento votou a favor de aderir ao exército revolucionário, demitiu-se e — amparado por uma modesta renda que lhe foi deixada pela morte de seu pai — partiu em 4 de abril de 1791 para os Estados Unidos. Anunciou que iria tentar encontrar a passagem para noroeste através do Ártico. "Eu era um ardente livre-pensador naquele tempo."[97]

Chegou a Baltimore em 11 de julho de 1791, dirigiu-se a Filadélfia, jantou com o Presidente Washington, divertiu-o com seus planos grandiosos, viajou para Albany, ali alugou um guia, comprou dois cavalos e cavalgou orgulhosamente em direção ao Oeste. Maravilhou-se com a grandeza do cenário que misturava montanhas, lagos e cursos d'água sob um sol de verão.

Deliciava-se nesses espaços abertos e em sua arte natural como um refúgio da civilização e de seus cuidados. Registrou suas experiências num diário que mais tarde poliu e publicou sob o título *Voyage en Amérique*, e que já mostrava a fragrante beleza de seu estilo:

> *Liberté primitive, je te retrouve enfin! Je passe comme cet oiseau qui vol devant moi, qui se dirige au hazard, et n'est embarrassé qu'au choix des ombrages. Me voilà tel que le Tout-Puissant m'a créé, souverain de la nature, porté triomphant sur les eaux, tandu que les habitants des fleuves accompagnent ma course, que les peuples*

de l'air me chantent leurs hymnes, que les bêtes de la terre me saluent, que les forêts courbent leurs cimes sur mon passage. Est-ce sur le front de l'homme de la société ou sur le mien qu'est gravé le sceau immortel de notre origine? Courez vous enfermer dans vos cités, allez vous soumettre à vos petites lois, gagnez votre pain à la sueur de votre front, ou dévorez le pain du pauvre; égorgez-vous pourun mot, pour maître; doutez de l'existence de Dieu, ou adorez-le sous des formes superstitieuses; moi j'irai errant dans mes solitudes; pas un seul battement de mon coeur ne sera comprimé; pas un seul de mes pensées ne sera enchainée; je serai libre comme la nature; je ne reconnaîtrai de souverain que celui qui alluma la flamme des soleils, et qui, d'un seul coup de sa main, fit rouler tous les mondes. *[98]

Eis aqui todos os acessórios do movimento romântico: liberdade, natureza, amizade para com todas as coisas vivas; desprezo pelas cidades e pela luta do homem contra contra o homem, pelo pão e pelo poder; rejeição do ateísmo e da superstição; adoração de Deus na natureza; fuga a todas as leis exceto a de Deus... Não importava, para a literatura, que Chateaubriand houvesse perdido sua fé religiosa, ou que muitas de suas descrições fossem mais imaginárias do que reais, ou que centenas de inexatidões, exageros ou impossibilidades fossem em breve descobertas em suas *Voyage* pelos críticos franceses ou americanos;[99] aqui estava uma prosa que fazia vibrar todos os corações femininos e muitos masculinos; desde Rousseau ou Bernardin de Saint-Pierre que a prosa francesa nunca tinha sido tão colorida, ou a natureza tão esplêndida, ou a civilização tão absurda. Tudo o que o movimento romântico aguardava agora era uma convincente apresentação do índio americano como o senhor do Eden e da sabedoria, e um panorama da religião como a mãe da moral, da arte e da salvação. Chateaubriand em breve proveria um em *Atala* e *René*, o outro em *O Gênio do Cristianismo*.

O poeta-explorador cavalgou através do estado de Nova Iorque, recebeu hospitalidade de alguns índios Onondaga, dormiu de forma primitiva sobre a mãe-terra próximo ao Niagara, e ouviu o abafado ronco das cataratas. No dia seguinte, hipnotizado junto ao rio que corria apressado para seu fim, "tive um desejo involuntário de me atirar dentro dele".[100] Ansioso para ver as cataratas de baixo, desceu por uma escarpa rochosa, perdeu o equilíbrio, quebrou um braço e foi içado pelos índios. Isto fê-lo perder o entusiasmo e abandonar seu sonho de uma passagem para noroeste; voltou-se para o sul e chegou ao Ohio. Neste ponto sua narrativa torna-se dúbia. Diz que seguiu o rio Ohio até o Mississippi, este até o golfo do México, e então por milhares de milhas e centenas de montanhas até a Flórida. Críticos, comparando distâncias, meios de transporte e tempo disponível acham que a história é incrível, e julgam sua descrição da fauna e da flora completamente incompatível com as paisagens e a vegetação daquelas regiões 100

* "Liberdade primitiva enfim te reencontro! Eu vago como este pássaro que voa diante de mim, que se orienta sem um destino, e que não se embaraça a não ser quanto à escolha das sombras. Eis-me tal como o Todo-Poderoso me criou, soberano da natureza, levado triunfante por sobre as águas, enquanto que os habitantes dos rios acompanham meu caminho, que as criaturas do ar cantam-me seus hinos, que os animais da terra me saudam, que as florestas curvam seus cimos sobre minha passagem. É sobre a testa do homem da sociedade ou sobre a minha que está gravado o selo imortal da sua origem? Correi a encerrar-vos em vossas cidades, ide submeter-vos a vossas leizinhas, ganhai vosso pão com o suor de vosso rosto ou devorai o pão do pobre; matai-vos por uma palavra, por um patrão; duvidai da existência de Deus ou adorai-O sob formas supersticiosas; eu continuarei errante na minha solidão; nenhuma batida de meu coração será comprimida; nem um só de meus pensamentos será encarcerado; eu serei livre como a natureza; não reconhecerei nenhum soberano senão aquele que acendeu a chama dos sóis, e que, de um só golpe de sua mão, fez rolar todos os mundos."

anos após;[101] no entanto um século pode ter mudado drasticamente a vida selvagem, e mesmo, pelo cultivo e pela mineração, o próprio aspecto da terra.

Após uma estada com os índios Seminole, Chateaubriand dirigiu-se para noroeste em direção a Chillicothe, naquilo que é hoje o estado de Illinois. Ali ele viu num jornal inglês notícias da fuga de Luís XVI para Varennes (22 de junho de 1791). Preocupou-se, pois o rei capturado estaria agora diariamente em perigo de vida. "Eu disse a mim mesmo: 'Volta para a França', e abruptamente terminei co minhas viagens."[102] Em 2 de janeiro de 1792 alcançou a França após uma ausência de nove meses. Tinha apenas 23 anos.

2. *Desenvolvimento*

Ele tinha exaurido praticamente todos os seus fundos e permanecia incerto e inseguro num país hostil a viscondes, que se movimentava em direção à guerra e aos massacres de setembro. Suas irmãs recomendaram-lhe que se casasse bem, e encontraram para ele uma noiva com um dote moderado, Celeste Buisson de la Vigne, de 17 anos de idade. Casaram-se em 21 de fevereiro de 1792. A modesta Celeste permaneceu-lhe leal através de todas as suas vicissitudes e amantes, e através de sua década de conflito com Napoleão, que ela admirava; e após muitos anos ele aprendeu a amá-la. Foram viver em Paris, próximo a suas irmãs Lucile e Julie. Parte da fortuna de sua esposa, investida em títulos da Igreja, perdeu-se no confisco da propriedade eclesiástica pelo governo revolucionário; outra parte René jogou fora nos cassinos.

Em 20 de abril a Assembléia Legislativa declarou guerra à Áustria. Os *émigrés* franceses formaram um regimento para aderir a Áustria e derrubar a Revolução. Chateaubriand, embora não muito certo de que desejava isto, sentiu-se ligado a aderir a seus amigos nobres. Deixando a esposa e as irmãs numa Paris que em breve iria aprisionar e massacrar centenas de pessoa da aristocracia, correu para Coblenz, alistou-se no exército *émigré* e participou do abortado cerco de Thionville (1º de setembro de 1792); foi ferido na coxa e teve honrosa dispensa do serviço. Impossibilitado de voltar através da França mobilizada para sua mulher, encaminhou-se, quase sempre a pé, até Ostende, encontrou passagem para a ilha de Jersey, foi tratado ali por um tio e recuperou a saúde; em maio de 1793 cruzou o Canal para a Inglaterra.

Ali enfrentou os caminhos da pobreza e suportou-os bem a despeito "do temperamento doentio ao qual eu era sujeito e das noções românticas de liberdade que eu acariciava".[103] Recusou a pensão oferecida aos nobres *émigrés* pelo governo inglês; sobreviveu ensinando francês particularmente e numa escola de internos. Apaixonou-se por uma aluna, Charlotte Ives; ela retribuiu sua afeição e seus pais propuseram que eles se casassem; ele confessou que já tinha uma esposa. Neste ínterim, sua esposa, sua mãe, e suas irmãs tinham sido aprisionadas na França; seu irmão mais velho, com sua esposa e seu heróico avô Malesherbes, foram guilhotinados (22 de abril de 1794); sua própria esposa e suas irmãs só foram libertadas no fim do Terror, com a queda de Robespierre.

Lucile havia muitas vezes notado sua facilidade com as palavras e tinha-o entusiasmado para tornar-se um escritor. Durante esses anos na Inglaterra ele começou um vasto épico em prosa, *Les Natchez*, em cujas 2.383 páginas derramou seus sonhos românticos e sua idealização do índio americano. Ansioso para alcançar fama como filósofo, pu-

blicou em Londres (1797) um *Essai historique, politique et moral sur les rêvolutions anciennes et modernes* (Ensaio Histórico, Político e Moral sobre as Revoluções Antigas e Modernas). Isto era uma notável proeza para um jovem de 29 anos, pobre de organização, rico em idéias entesouradas. As revoluções, argumentava Chateaubriand, são explosões periódicas, seguindo sempre a mesma curva, desde a rebelião através do caos até a ditadura. Assim os gregos depuseram seus reis, estabeleceram repúblicas e então submeteram-se a Alexandre. Os romanos depuseram seu rei, estabeleceram uma república e então submeterem-se aos Césares;[104] aqui, dois anos antes do 18 brumário, estava a previsão de Chateaubriand sobre Napoleão. A história é um círculo, ou a repetição ampliada do mesmo círculo, com enfeites que fazem o velho parecer novo; o mesmo bem e o mesmo mal sobrevivem nos homens a despeito de tão poderosas modificações. Não há um progresso real; o conhecimento cresce, mas meramente para servir aos instintos que não mudam. A fé do Iluminismo na ''infinita perfectibilidade da humanidade'' é uma ilusão infantil. Apesar disso (uma conclusão que espantou a maior parte dos leitores) o Iluminismo tivera sucesso em solapar o cristianismo; não há probabilidade que a religião de nossa juventude se recupere daquele século de paz política e guerra intelectual. Que religião, então, irá substituir a cristã? Provavelmente nenhuma, (concluía o jovem cético). Perturbações políticas e intelectuais minarão a civilização européia levando-a de volta ao barbarismo do qual ela emergiu; povos hoje em dia selvagens atingirão a civilização, passarão através de sucessivas grandezas e revoluções, e por sua vez de novo mergulharão no barbarismo.[105]

O livro fez com que Chateaubriand se tornasse famoso nos círculos *émigrés*, mas chocou aqueles que sentiam que a aristocracia e a religião devem viver juntas ou morrer divididas. Essas críticas deixaram suas marcas em Chateaubriand, cujos trabalhos posteriores foram em grande parte uma desculpa por esse trabalho; mas logo após ele ficou profundamente comovido por uma carta que lhe foi mandada da França, em 1º de julho de 1798, por sua irmã Julie:

> Meu amigo, acabamos de perder a melhor das mães... Se tu soubesses quantas lágrimas teus erros fizeram nossa honrada mãe verter, e quão deploráveis esses erros parecem a todos que fazem profissão não apenas da piedade, mas da razão — se tu soubesses isto ajudar-te-ia a abrir os olhos e fazer-te desistir de escrever; e se um céu, tocado por nossas orações, vier a permitir a nossa reunião, encontrarás, entre nós, toda a felicidade que se pode provar na terra.[106]

Chateaubriand recebeu esta carta acompanhada por uma outra comunicando-lhe que sua irmã Julie também havia morrido. No prefácio de *Le Génie du christianisme* ele atribui a essas mensagens a mudança completa exposta neste livro: ''Essas duas vozes do túmulo, essa morte servindo para interpretar a morte, foram um golpe para mim; tornei-me cristão... Chorei e acreditei.''

Uma mudança tão súbita e dramática convida à descrença, que, num sentido menos do que literal, pode ter sido sincera. Provavelmente Chateaubriand, no qual o filósofo nunca foi distinto do poeta, atribuiu a um momento, como se a uma figura literária, o processo pelo qual havia passado da descrença a uma visão do cristianismo em primeiro lugar como belo, depois como moralmente beneficente, finalmente como merecedor, a despeito de seus defeitos, da simpatia particular e do apoio público. Ele ficou

comovido, nos últimos anos do século que morria, pelas cartas de seu amigo Louis de Fontanes, descrevendo a desintegração moral que corroía a França e o crescente desejo do povo de voltar a suas igrejas e a seus padres. Em breve, segundo julgava Fontanes, essa sede iria compelir a uma restauração do culto católico.

Chateaubriand resolveu ser a voz daquele movimento. Iria escrever uma defesa do cristianismo não em termos de ciência e filosofia, mas em termos de moral e arte. Não importava que aquelas fascinantes histórias, que nos eram contadas em nossa juventude, fossem lendas mais do que história; elas nos arrebatavam e inspiravam, e de uma certa forma reconciliavam-nos com aqueles mandamentos hebraicos sobre os quais nossa ordem social, e conseqüentemente a civilização cristã, tinham, sido construidas. Não seria o maior dos crimes tirar do povo as crenças que o ajudaram a controlar seus impulsos anti-sociais e a suportar a injustiça, o mal, o sofrimento e a fatalidade da morte? Assim Chateaubriand em suas *Mémoires* finais, expressava tanto suas dúvidas quanto sua fé: "Meu espírito inclina-se a não acreditar em nada, nem mesmo em mim próprio, a desdenhar de tudo — grandeza, misérias, povos e reis; apesar de tudo ele é dominado por um instinto de razão que determina que se submeta a qualquer coisa que seja evidentemente bela: religião, justiça, humanidade, igualdade, liberdade, glória."[107]

No início de 1800, Fontanes convidou Chateaubriand a voltar para a França. Fontanes era *personna grata* do Primeiro Cônsul, e providenciaria para que o jovem *émigré* não fosse incomodado. Napoleão já estava pensando em restaurar o catolicismo. Um bom livro sobre as virtudes do cristianismo poderia ajudá-lo a enfrentar as inevitáveis chacotas dos jacobinos.

Em 16 de maio de 1800 Chateaubriand voltou a reunir-se com sua esposa e Lucile em Paris. Fontanes apresentou-o a um círculo literário que se reunia na casa da frágil porém bela condessa Pauline de Beaumont, filha do conde Armand-Marc de Montmorin, que havia sido ministro das Relações Exteriores sob Luís XVI e depois guilhotinado. Em breve ela tornou-se a amante de Chateaubriand. Foi em sua casa de campo e animado por seus incentivos que ele acabou *Le Génie*. Não julgava que a época fosse favofavel à completa publicação de um livro tão contrário ao ceticismo prevalecente nos círculos intelectuais; mas em 1801 ofereceu a Paris um extrato de 100 páginas de seu livro como um idílio despretencioso entre a virtude cristã e o amor romântico; este tornou Chateaubriand imediatamente o assunto das conversas na França literária, o ídolo das mulheres, e o filho favorito da Igreja revivida.

Intitulou-o *Atala*, ou *Os Amores de Dois Selvagens no Deserto*. A cena inicial passa-se na Louisiana, quando era habitada pelos índios Natchez. O narrador é um velho chefe cego Chactas. Ele conta como em sua juventude foi capturado por uma tribo hostil e sentenciado a ser morto na fogueira, tendo porém sido salvo pela donzela índia Atala. Fugiram juntos através de pantanais e florestas, atravessando montanhas e rios; apaixonaram-se pela força de sua aproximação e através dos perigos de que tinham juntos participado; ele procura, ela recusa a consumação de seu amor, tendo jurado ficar virgem por toda a vida à sua mãe agonizante. Encontram um velho missionário que dá apoio à piedade dela, satirizando o amor como uma forma de embriaguez, e o casamento como um destino pior do que a morte.[108] Dilacerada (como a história) entre a religião e o sexo, Atala resolve seu dilema tomando veneno. Chactas fica desolado, mas o missionário explica-lhe essa bela morte como uma abençoada libertação a vida:

"A despeito dos muitos dias que já passaram por sobre minha cabeça... eu nunca encontrei um homem que não tivesse sido enganado pelos sonhos de felicidade, nem um coração que não tivesse uma ferida escondida. O espírito aparentemente mais sereno parece-se com os poços naturais das savanas da Flórida: sua superfície parece calma e pura, porém quando se olha para o fundo... percebe-se um enorme crocodilo, que o poço nutre com suas águas."[109]

A descrição do funeral de Atala por Chateaubriand — o padre e o pagão misturando suas mãos para cobrir-lhe o corpo com a terra — tornou-se uma passagem famosa na literatura do romance; inspirou também uma das grandes pinturas do período napoleônico — o *Enterro de Atala* — com o qual Girodet-Trioson arrancou lágrimas de metade de Paris em 1808. Mas a tradição clássica era forte demais na França de 1801 para permitir que a história recebesse aclamação total dos críticos. Muitos deles sorriam das passagens retóricas, e do uso antigo do amor, da religião e da morte para animar corações despedaçados ou jovens e da convocação da natureza para servir, em seus vários aspectos, como um *obbligato* para as alegrias e as tristezas humanas. Mas outros aplaudiam — e uma multidão de leitores apreciava — as palavras simples e a calma música do estilo; as formas, os sons e as cores da fauna e da flora; as montanhas, as florestas e os rios que supriam um cenário vivo para a história. O espírito da França estava pronto para escutar uma boa palavra em favor da religião e da castidade. Napoleão planejava a reconciliação com a Igreja. Pareceu-lhe uma boa ocasião para publicar *Le Génie du Christianisme*.

3. O Gênio do Cristianismo

O livro apareceu em cinco volumes em 14 de abril de 1802, na mesma semana em que foi promulgada a Concordata. "Tanto quanto eu posso julgar", escreveu Jules Lemaître em 1865, "o *Génie du Christianisme* foi o maior sucesso na história da literatura francesa".[110] Fontanes acolheu-o com um artigo no *Moniteur* elogiando-o com amáveis superlativos. Uma segunda edição apareceu em 1803, dedicada a Napoleão. A partir daquele momento o escritor sentiu que Napoleão era o único homem de sua época que ele tinha que sobrepujar.

O *génie* do título não queria dizer exatamente gênio, embora quisesse também dizer isso. Significava o caráter distintivo, o espírito criativo inerente da religião que havia criado e nutrido a civilização da Europa pós-clássica. Chateaubriand propôs-se a anular o Iluminismo do século XVIII mostrando no cristianismo uma ternura de tal forma compreensiva das necessidades e das aflições humanas, uma inspiração tão variada da arte e um tão poderoso apoio ao caráter moral e à ordem social, que todas as questões quanto à credibilidade dos dogmas e das tradições da igreja tornnavam-se de menor importância. A verdadeira pergunta deveria ser: é o cristianismo um imensurável, inseparável e indispensável apoio da civilização ocidental?

Uma mentalidade mais lógica do que a de Chateaubriand poderia ter começado com um quadro da deterioração moral, social e política da França revolucionária, que se havia divorciado do cristianismo católico. Mas Chateaubriand era um homem de sentimento e sentimentalismo, e provavelmente estava certo ao supor que a maior parte dos franceses, de qualquer dos sexos, era mais parecida com ele do que com Voltaire e os outros

philosophes, que tão ardentemente haviam trabalhado para "esmagar a infâmia" de uma religião autoritária. Intitulava-se *anti-philosophe*; levava muito mais longe do que Rousseau a reação contra o racionalismo e reprovava Mme. de Staël por defender o Iluminismo. Assim ele começou com um apelo ao sentimento e deixou a razão segui-lo após o sentimento ter aberto o caminho.

Proclamou inicialmente sua crença no mistério fundamental da doutrina católica, a Trindade: Deus como o Pai criador, Deus como o Filho Redentor, Deus como o Espírito Santo iluminador e santificador. Não devemos nos preocupar com a credibilidade; o importante é que, sem uma crença num Deus inteligente, a vida torna-se uma luta impiedosa, o pecado e o fracasso tornam-se imperdoáveis, o casamento torna-se uma instituição fraca e precária, a velhice uma sombria desintegração, a morte uma agonia obscena porém inevitável. Os sacramentos da igreja — batismo, confissão, comunhão, confirmação, matrimônio, extrema-unção e ordenação sacerdotal — transformaram os capítulos de nosso penoso crescimento e ignominiosa decadência em estágios avançados da evolução espiritual, cada um aprofundado com a orientação sacerdotal e a cerimônia solene, valorizando o ínfimo indivíduo pela sua participação numa poderosa e confiante comunidade de crentes, num redentor amável — Cristo — numa Mãe livre de pecado e auxiliadora, num sábio, onipotente, vigilante, punidor, perdoador e premiador Deus. Com esta fé o homem é redimido da maior de todas as maldições — não ter significação num mundo sem significação.

Chateaubriand prossegue contrastando as virtudes recomendadas pelos filósofos pagãos com as ensinadas pelo cristianismo: de um lado a fortaleza, a temperança e a prudência — todas orientadas no sentido do progresso individual; do outro lado a fé, a esperança e a caridade — um credo que enobrecia a vida, reforçava os laços sociais e fazia da morte uma ressurreição. Comparou o ponto de vista dos filósofos sobre a história — como a luta e a derrota dos indivíduos e dos grupos — com o ponto de vista cristão da história — como o esforço do homem para superar o pecado original de sua natureza e atingir uma *caritas* abrangente. É melhor acreditar que os céus proclamam a glória de Deus do que eles sejam acidentais acumulações de rochas e poeiras, permanentes porém sem sentido, belas porém estúpidas. E como podemos contemplar a beleza da maior parte dos pássaros e de muitos dos quadrúpedes sem sentir que alguma divindade esconde-se por trás de seu alegre crescimento e de suas formas encantadoras?

Quanto à moralidade, o assunto parecia a Chateaubriand dolorosamente claro: nosso código moral deve ser sancionado por Deus, ou ele entrará em colapso frente à natureza do homem. Nenhum código de origem confessadamente humana terá em si suficiente autoridade para controlar os instintos anti-sociais do homem; o temor a Deus é o começo da civilização e o amor de Deus é o objetivo da moralidade. Além disso, aquele temor e aquele amor devem ser transmitidos, geração após geração, pelos pais, pelos educadores e pelos padres. Pais que não têm Deus para transmitir, professores sem apoio no credo e na cerimônia religiosa, encontrarão a infinita engenhosidade do egoísmo, da paixão e da ambição mais fortes que suas palavras sem inspiração. Finalmente "não pode haver moralidade se não há um estado futuro";[111] deve haver uma outra vida para compensar as tribulações da virtude na terra.

A civilização européia (julgava Chateaubriand) é quase inteiramente devida à igreja católica — a seu apoio da família e da escola, a sua pregação das virtudes cristãs, a sua

contenção e eliminação das superstições e práticas populares, aos processos cicatrizantes do confessionário, a sua inspiração e encorajamento da literatura e da arte. A Idade Média sabiamente abandonou a busca desorientada da verdade pela criação da beleza e produziu nas catedrais góticas uma arquitetura superior à do Partenon. A literatura pagã tem muitas coisas boas para a mente, muitas armadilhas para a moral. A Bíblia é maior do que Homero, os profetas são mais inspiradores que os filósofos e que ficção pode comparar-se em ternura e influência com a vida e os ensinamentos de Cristo?

Obviamente um livro como *Gênie* podia apelar apenas àqueles que, através dos excessos da Revolução ou das atribulações da vida, estavam emocionalmente prontos para crer. Assim o filósofo Joubert, amigo de Chateaubriand, dizia que ele procurava no catolicismo um refúgio para um mundo revolucionário por demais horrível para ser suportado.[112] Tais leitores poderiam ter sorrido à teleologia infantil que ensinava que "o canto dos pássaros foi criado expressamente para nossos ouvidos... A despeito de nossa crueldade (para com eles), não podem deixar de encantar-nos, uma vez que são obrigados a cumprir os decretos da providência".[113] Mas esses leitores eram de tal modo levados pela elegância e a música de estilo, que suportavam o emprego das Três Graças para explicar a Trindade, ou o medo maltusiano de superpopulação para defender o calibato eclesiástico. Se os argumentos eram algumas vezes fracos, o encanto era grande; a própria natureza ficaria encantada, após algum terremoto, enchente ou furacão, se ela ouvisse a litania de Chateaubriand acerca de seus encantos.

Ele realmente acreditava? De 1801 até tarde em sua vida, segundo consta,[114] deixou de cumprir seu "Dever de Páscoa", de confessar-se e comungar — a demanda mínima da Igreja a seus seguidores. Sismondi relata uma conversação com ele em 1813:

> Chateaubriand observava a decadência universal das religiões, tanto na Europa quanto na Ásia, e comparava esses sintomas de dissolução com os do politeísmo no tempo de Juliano... Concluía disso que as nações da Europa iriam desaparecer ao mesmo tempo que suas religiões. Fiquei espantado em encontrar nele um espírito tão livre... Chateaubriand falava de religião;... ele acreditava nela (a religião) como necessária para sustentar o Estado; e pensa que tanto ele como os outros têm a obrigação de acreditar.[115]

Não é de espantar que, carregando consigo durante 60 anos uma tal carga de dúvida secreta, nunca se tenha recuperado do pessimismo juvenil que descreveu em *René*. Em sua velhice, dizia: "Eu não deveria ter nascido."[116]

4. *René*

O Gênio do Cristianismo foi uma expressão capital do movimento romântico no campo religioso; formulou o retorno da fé e da esperança, senão da caridade; exaltou a poesia e a arte medievais e estimulou a ressurreição da arquitetura gótica na França. Dentro de seus cinco volumes, *O Gênio* originalmente incluía não somente *Atala*, mas até 1805, *René*. Este hino de louvor de 40 páginas ao pessimismo, refletia o desalento dos *émigrés* e a juvenil adoração de Chateaubriand por suas irmãs. Tornou-se a fonte e o padrão de milhares de queixas de melodioso desespero.

René é um jovem aristocrata francês que fugiu da França e juntou-se à tribo de índios natchez, na esperança de esquecer um amor incestuoso. Seu pai adotivo, Chactas, tendo-lhe contado a história de Atala, persuade-o a contar-lhe sua própria história. "Tímido e constrangido perante meu pai, eu encontrava naturalidade e ficava contente apenas com minha irmã Amélia." Quando compreendeu que seu amor por ela estava chegando próximo ao incesto, procurou alívio misturando-se à multidão parisiense — "vasto matagal de homens"; ou sentava-se horas a fio numa igreja pouco freqüentada, pedindo a Deus para libertá-la do crime de seu amor ou dos pesadelos da vida. Procurava a solidão entre as montanhas e os campos, mas em nenhuma parte podia expulsar de seus pensamentos a ternura e a beleza de Amélia. Atormentado pelo desejo de procurá-la e declarar-lhe seu amor, decidiu, coberto de vergonha, matar-se. Amélia adivinhou essa decisão quando soube que ele estava fazendo seu testamento. Apressou-se a ir a Paris, encontrou-o, abraçou-o efusivamente e "cobriu minha testa com beijos". Três meses de camaradagem, de felicidade sem restrições, seguiram-se. Então, assoberbada pelo remorso, ela fugiu para um convento, deixando-lhe uma palavra de conforto e toda a sua fortuna. Foi procurá-la e pediu permissão para lhe falar; ela não quis vê-lo. Quando estava próxima a tomada dos votos, ele conseguiu penetrar na capela, ajoelhou-se ao lado dela e ouviu-a, prostrada perante o altar, implorar: "Deus de misericórdia, permiti que eu nunca me levante deste leito sombrio e cobri com vossos favores o irmão que nunca participou de minha criminosa paixão." Jamais viram de novo um ao outro. Ele retomou seus pensamentos de suicídio, mas decidiu suportar a dor maior da vida. "Descobri", (e esta passagem tornou-se um *locus classicus* do pesar romântico) "uma espécie de satisfação em meu sofrimento; descobri, com um secreto movimento de alegria, que a tristeza não é, como o prazer, um sentimento que se desgasta... Minha melancolia tornou-se uma ocupação que enchia todos os meus momentos; meu coração estava inteira e naturalmente mergulhado no tédio e na miséria."[117] Cansado da civilização, decidiu viver na América a simples vida de uma tribo de índios. Um missionário reprovou-o por sua atitude egoísta, e pediu-lhe para voltar à França e limpar-se por meio de serviços à humanidade. No entanto, "René morreu pouco depois, com Chactas,... no massacre dos franceses e dos índios Natchez na Louisiana".

É uma história bem contada, exceto que os acontecimentos são improváveis e o sentimentalismo é exagerado. Mas o sentimentalismo estava esfomeado havia uma década; o pesar tinha sido perigoso e profundo demais para provocar lágrimas; agora, terminada a revolução e restabelecida a segurança, o sentimento estava livre e as lágrimas podiam rolar. A melancolia de René, fazendo eco à de Werther com intervalo de uma geração, tornou-se uma pose para René de Chateaubriand, ecoou no *Obermann* de Sénancour em 1804, e foi continuada na *Peregrinação de Childe Harold* (1813); Chateaubriand reprovou Byron por não ter-lhe reconhecido sua dívida.[118] O livrinho infectou uma geração com o *mal-de-siècle* — a característica "doença do tempo"; tornou-se o modelo de mil, talvez de cem mil histórias melancólicas (*romans*); seu herói era chamado um "contador de histórias", (*um romancier*); daí talvez o movimento romântico derivou seu nome; de agora em diante, durante meio século, ele iria dominar a literatura e a arte da França.

5. *Chateaubriand e Napoleão*

O Gênio do Cristianismo, dizia Napoleão, "é um trabalho de chumbo e ouro, mas o ouro predomina.... Tudo que é grande e patriótico em seu caráter deve reconher o gênio de Chateaubriand".[119] De sua parte, acolheu bem o livro como um admirável reforço da Concordata. Provocou um encontro com o autor, reconheceu-o como uma aquisição valiosa e indicou-o (1803) primeiro secretário da embaixada francesa em Roma. O escritor registrou este encontro com modéstia e orgulho: "A ele pouco importava que eu não tivesse experiência em negócios públicos, que eu fosse inteiramente alheio à diplomacia prática; acreditava que algumas mentes são capazes de compreender e não têm necessidade de aprendizagem."[120] Em breve sua amante seguiu-o a Roma, onde morreu (5 de novembro), com Chateaubriand a seu lado, após pedir-lhe para voltar à sua esposa.

Ele em breve tornou-se *persona grata* do Papa, e *non grata* do embaixador, o tio de Napoleão, cardeal Fesch, que se queixava de estar o brilhante escritor assumindo autoridade de embaixador. O cardeal não podia permitir isto; pediu para que o livrassem de seu ajudante; Napoleão chamou-o e indicou-o para *chargé-d'affaires* na pequena república suíça de Valais. Chateaubriand foi a Paris para pensar no assunto; mas ao ouvir falar da execução do duque d'Enghien enviou a Napoleão sua renúncia ao serviço diplomático.

> Ousando deixar Bonaparte eu me havia colocado em seu nível, e ele voltou-se contra mim com toda a força de sua perfídia, como eu voltei-me contra ele com toda força de minha lealdade... Às vezes eu era atraído para ele pela admiração que me inspirava, e pela idéia de que eu estava testemunhando uma transformação na sociedade e não uma mera mudança de dinastia; mas nossas respectivas naturezas, antipáticas sob tantos aspectos, sempre levavam a melhor; e, se ele ficaria feliz em fazer-me fuzilar, da mesma forma eu não sentiria grande arrependimento em matá-lo.[121]

Nada de mal aconteceu-lhe imediatamente. Distraiu-se da política, pela doença de sua esposa, (à qual amava entre ligações) e a morte de sua irmã Lucile (1804). Neste ínterim, tinha tomado como amante Delphine de Custine. Em 1806 pensou em substituí-la por Nathalie de Noailles, mas Nathalie condicionou seus favores a fazerem uma viagem aos lugares santos na Palestina.[122] Deixando sua esposa em Veneza, foi a Corfu, Atenas, Smyrna, Constantinopla e Jerusalém; retornou via Alexandria, Cartago e Espanha e chegou a Paris em junho de 1807. Mostrara coragem e vigor nessa árdua excursão e a caminho havia diligentemente reunido material e informações para dois livros que reforçaram sua fama literária: *Les Martyrs de Dioclétien* (Os Mártires de Deocleciano — 1809) e *Itinéraire de Paris à Jérusalem* (Itinerário de Paris a Jerusalém — 1811).

Enquanto preparava esses volumes mantinha sua luta contra Napoleão (que então negociava a paz em Tilsit) mediante um artigo no *Mercure de France* de 4 de julho de 1807. O artigo tratava ostensivamente de Nero e Tácito, mas podia imediatamente ser aplicado a Napoleão e Chateaubriand.

> Quando, no silêncio da abjeção, nenhum sinal pode ser ouvido a não ser o das cadeias de escravos e da voz do delator, quando todos tremem perante o tirano, e é tão perigoso incorrer em seu favor como merecer seu desfavor, aparece o historiador, ao qual a nação confia sua vingança. Nero prospera em vão, pois Tácito já está formado dentro do império; cresce desconhecido ao lado das cinzas de Germânico, e uma justa

> providência já entregou nas mãos de uma obscura criança a glória do dono do mundo. Se o papel de historiador é um belo papel, muitas vezes tem os seus perigos; mas há altares tais como os da honra, que, embora desertados, demandam outros sacrifícios. ...Quando existe uma probabilidade de sucesso não há heroísmo em tentá-lo; ações magnânimas são aquelas cujos resultados previsíveis são a adversidade e a morte. Afinal de contas, que importam os reveses se nosso nome, pronunciado pela posteridade, faz apenas um coração generoso bater dois mil anos após nós termos vivido?[123]

Em seu retorno de Tilsit, Napoleão determinou que o novo Tácito saísse de Paris. O *Mercure* foi alertado para não receber outros artigos de sua pena; Chateaubriand tornou-se um apaixonado defensor da imprensa livre. Retirou-se para uma propriedade que comprara comprado no Vallée-aux-Loups em Châtenay, e devotou-se a preparar *Les Martyrs* (Os Mártires) para publicação. Eliminou do manuscrito aquelas passagens que poderiam ser interpretadas como ofensivas a Napoleão. Naquele ano (1809) seu irmão Armand foi preso por haver transmitido mensagens dos príncipes Bourbons *émigrés* a seus agentes na França. René escreveu a Napoleão pedindo mercê para Armand; Napoleão achou que a carta era por demais orgulhosa e jogou-a no fogo; Armand foi julgado, considerado culpado e executado em 31 de março. René chegou alguns momentos após a execução. Jamais esqueceu a cena: Armand jazendo morto, seu rosto e cabeça espedaçados pelas balas, "um cão de carniceiro lambendo seu sangue e seus miolos".[124] Era a Sexta-Feira da Paixão de 1809.

Chateaubriand enterrou seu pesar na solidão do seu vale e na preparação de suas *Mémoires d'outre-tombe* (Memórias de Além-Túmulo). Começou com essas reminiscências em 1811; trabalhou nelas intermitentemente como um sedativo para as viagens, as ligações amorosas e a política; escreveu sua última página em 1841 e proibiu que fossem publicadas até após sua morte; daí havê-las chamado *Memórias de Além-Túmulo*. São ousadas no pensamento, infantis no sentimento, brilhantes no estilo. Aqui, por exemplo, há o desfile das pessoas nomeadas para cargos públicos por Napoleão apressando-se a jurar sua eterna lealdade a Luís XVIII após o colapso de Napoleão: "O vício entrava apoiando-se no braço do crime (*le vice appuyé sur le bras du crime*) — Monsieur de Talleyrand entrou, apoiado por Monsieur Fouché."[125] Nessas calmas páginas há descrições da natureza que rivalizam com as de *Atala* e *René*; e episódios coloridos, como o incêndio de Moscou.[126] Há excesso de páginas sentimentais:

> A terra é uma mãe encantadora; viemos de seu útero; na infância ela nos aperta contra seus seios, que estão túrgidos de leite e mel; na juventude e na idade madura nos prodigaliza águas frescas, suas colheitas e seus frutos;... Quando morremos ela de novo abre-nos seu seio e joga uma cobertura de grama e flores sobre nossos restos, enquanto secretamente transforma-nos em sua própria substância, para sermos reproduzidos em alguma nova e graciosa forma.[127]

E de vez em quando um rasgo de filosofia, usualmente sombrio: "A história é apenas a repetição dos mesmos fatos aplicados a diversos homens e diversas épocas."[128] Essas *Mémoires d'outre-tombe* constituem o mais durável da obra de Chateaubriand.

Permaneceu sossegado na campanha até 1814, quando o sucesso dos exércitos aliados trouxeram-nos às fronteiras da França. Iria seu avanço, como em 1792, levantar o povo francês a uma heróica resistência? No quinto aniversário da execução de Armand, Chateaubriand publicou um poderoso panfleto *De Buonaparte et des Bourbons*, que foi espa-

lhado através de toda a França à medida que Napoleão recuava, lutando pela vida. O autor assegurava à nação que "o próprio Deus marcha abertamente à testa dos exércitos (aliados) e senta-se no Conselho dos Reis".[129] Ele passava em revista as ofensas de Napoleão, a execução de Enghien e Cadoudal, as "torturas e assassinato de Pichegru", o aprisionamento do Papa...; estas "revelam em Buonaparte" (soletrado da maneira italiana) "uma natureza estranha à França";[130] seus crimes não devem ser atribuídos ao povo francês. Muitos governantes haviam suprimido a liberdade de imprensa e de palavra, mas Napoleão tinha ido mais longe e havia obrigado a imprensa a elogiá-lo custasse o que custasse à verdade. Os tributos que se fazem a ele como administrador não são merecidos. Ele meramente reduziu o despotismo a uma ciência, transformou a taxação em confisco, e o recrutamento em massacre. Somente na campanha russa morreram 243.610 homens após experimentar toda a espécie de sofrimento, enquanto o seu líder bem alimentado e alojado desertava seu exército e fugia para Paris.[131] Quão nobre e humano, por comparação, havia sido Luís XVI! Como Napoleão havia perguntado ao Diretório em 1799: "Que fizestes vós com a França que era tão brilhante quando eu vô-la deixei?" Agora toda a raça humana

> vos acusa , clama por vingança em nome da religião, da moral e da liberdade. Onde não haveis espalhado a desolação? Em que canto do mundo existe uma família tão obscura que escapou à vossa devastação? A Espanha, a Itália, a Áustria, a Alemanha e a Rússia pedem-vos conta dos filhos que matastes, dos acampamentos, das choças, dos castelos, dos templos que incendiastes. A voz do mundo declara-vos o maior criminoso que jamais apareceu sobre a terra,... vós que, no íntimo da civilização, numa idade de iluminismo, desejastes dominar pela espada de Átila e as máximas de Nero. Entregai agora vosso cetro de ferro, descei daquele monte de ruínas do qual vós fizestes um trono. Nós vos expulsamos como expulsastes o Diretório. Ide, se podeis, como vossa única punição, ser testemunha da alegria que vossa queda traz à França, e contemplai, à medida que chorais lágrimas de ódio, o espetáculo da felicidade do povo.

Como substituí-lo agora? Com o rei que vem santificado no seu nascimento, um nobre pelo seu caráter — Luís XVIII, "um príncipe conhecido por seu esclarecimento, sua isenção ao preconceito, seu repúdio à vingança". Ele vem trazendo em sua mão um voto de perdão para todos os seus inimigos. "Como será doce, depois de tantas agitações e infortúnios, descansar sob a paternal autoridade de nosso legítimo soberano!... Franceses, amigos, companheiros de infortúnio, esqueçamos nossas lutas, nossos ódios, nossos erros, para salvar a pátria; beijemo-nos sobre as ruínas de nosso querido país e chamemos para ajudar-nos o herdeiro de Henrique IV e Luís XIV"... *Vive le roi*!"[132] É de admirar que Luís XVIII mais tarde dissesse que essas 50 páginas tinham tido mais valor para ele do que 100.000 soldados?[133]

Deixemos Chateaubriand aqui por enquanto. Ele não estava de modo algum acabado, ainda tinha 34 anos de vida. Iria desempenhar um papel ativo na política da restauração, ainda iria colecionar amantes, terminando afinal nos braços de uma Récamier que estava passando da beleza para a benevolência. Despendia cada vez mais tempo em suas *Mémoires*; e agora que seu inimigo estava enclausurado numa distante ilha aprisionada pelo mar, podia escrever a respeito dele — como o fez ao longo de 456 páginas — de uma forma tornada mais suave pelo tempo e pela vitória. Chateaubriand viveu até 1848, tendo testemunhado três revoluções francesas

CAPÍTULO XIV

A Ciência e a Filosofia sob Napoleão

I. MATEMÁTICA E FÍSICA

PARA a ciência a época de Napoleão foi uma das mais férteis da história. Ele próprio era o primeiro governante moderno com uma educação científica; e provavelmente Alexandre, educado por Aristóteles, não tinha recebido uma base tão completa. Os frades franciscanos que o ensinaram na Escola Militar em Brienne sabiam que a ciência ajuda mais do que a teologia para vencer guerras; transmitiram ao jovem corso toda a matemática, física, química, geologia e geografia que eles sabiam. Chegado ao poder, ele restaurou a prática de Luís XVI de conceder prêmios substanciais para realizações culturais, e revelou seus antecedentes dando a maior parte dos prêmios a cientistas. E seguindo seu precursor, estendeu seus presentes a estrangeiros; assim, em 1801, ele e o Instituto convidaram Alessandro Volta a vir a Paris e demonstrar suas teorias sobre a corrente elétrica. Volta veio e Napoleão compareceu a três de suas conferências, propondo a concessão de uma medalha de ouro ao físico italiano.[1] Em 1808 o prêmio por descobertas eletroquímicas foi concedido a Humphry Davy, que veio a Paris recebê-lo, embora a França e a Inglaterra estivessem em guerra.[2] Periodicamente Napoleão convidava os cientistas do Instituto a terem encontro com ele e relatarem os trabalhos feitos ou o progresso em seus respectivos campos. Numa dessas conferências, em 26 de fevereiro de 1808, Cuvier falou como secretário do Instituto, com quase a clássica eloqüência de um Buffon, e Napoleão pôde sentir que a idade de ouro da prosa francesa havia sido restaurada.

Os franceses excediam-se na ciência pura e fizeram da França a nação mais intelectual e mais cética; os ingleses encorajavam a ciência aplicada e desenvolveram a indústria, o comércio e a riqueza que os fez os protagonistas da história do mundo durante o século XIX. Na primeira década daquele século Lagrange, Legendre, Laplace e Monge lideravam na matemática. Monge desenvolveu uma cálida amizade com Napoleão que durou até a morte. Lamentou a deterioração do cônsul em imperador, mas suportou-a com indulgência e até consentiu ser feito conde de Péluse; talvez fosse um segredo entre eles que Pelusium era uma antiga ruína no Egito. Ressentiu-se quando Napoleão foi banido para Elba, e abertamente regozijou-se com seu dramático retorno. Os restaurados Bourbons ordenaram ao Instituto que expulsasse Monge; o Instituto obedeceu. Quando Monge morreu (1818) seus estudantes da École Polytechnique (que ele tinha ajudado a fundar) desejavam comparecer a seu funeral mas foram proibidos; no dia após o funeral, eles foram todos ao cemitério e colocaram uma coroa sobre o túmulo.

Lazare Carnot foi influenciado por Monge quando estudando na Academia Militar em Mézières. Após servir como "organizador da vitória" no Comitê de Segurança Pública, e escapando com vida do radical *coup d'état* de 4 de setembro de 1797, encon-

trou segurança e sanidade mental na matemática. Em 1803 publicou *Réflexions sur la métaphysique du calcul infinitésimal* (Reflexões sobre a Metafísica do Cálculo Infinitesimal); e dois ensaios posteriores foram a fundação da geometria sintética. — Em 1806 François Mollien fez uma revolução particular introduzindo a escrituração por partidas dobradas no Banco da França. — Em 1812 Jean-Victor Poncelet, um aluno de Monge, alistou-se no grande Exército para a invasão da Rússia, foi capturado, e enfeitou sua prisão formulando, com a idade de 24 anos, os teoremas básicos da projeção geométrica.

A matemática é tanto a mãe quanto o modelo das ciências: começa contando e aspira a chegar às equações. Através de tais afirmações quantitativas a física e a química guiam o engenheiro na reformulação do mundo; e às vezes, como num templo ou numa ponte, elas podem florescer em arte. Joseph Fourier não estava satisfeito em ser o administrador do *département* de Isére (1801); desejava também reduzir a condução do calor a uma fórmula matemática precisa. Em experiências que marcaram época em Grénoble, ele desenvolveu e usou o que hoje se chama "as séries Fourier" de equações diferenciais — ainda vitais para a matemática e um mistério para os historiadores. Anunciou suas descobertas em 1807, porém apresentou uma exposição formal de seus métodos e resultados em *Théorie analytique de la chaleur* (Teoria Analítica do Calor — 1822), que tem sido chamado "um dos mais importantes livros publicados no século XIX".[3] Escreveu Fourier:

> Os efeitos do calor são sujeitos a leis constantes que não podem ser descobertas sem a ajuda da análise matemática. O objetivo da teoria que vamos expor é demonstrar essas leis; ela reduz todas as pesquisas físicas sobre a propagação do calor a problemas de cálculo integral cujos elementos são dados pela experiência.... Essas considerações apresentam um singular exemplo das relações que existem entre a ciência abstrata dos números e as causas naturais.[4]

Mais espetaculares foram as experiências que Joseph-Louis Gay-Lussac fez para medir os efeitos da altitude sobre o magnetismo terrestre e a expansão dos gases. No dia 16 de setembro de 1804 ele subiu num balão a uma altura de 6.900 metros. Seus resultados, relatados ao Instituto de 1805 a 1809, colocaram-no entre os fundadores da meteorologia; e seus estudos posteriores sobre o potássio, o cloro e o cianogênio continuaram o trabalho de Lavoisier e Berthollet ao trazer a química teórica ao serviço da indústria e da vida quotidiana.

A mais impressionante figura da ciência física durante o reinado de Napoleão foi Pierre-Simon Laplace. Não lhe era desconhecido que ele era o mais elegante homem do Senado, para o qual fora indicado após seu insucesso como ministro do Interior. Em 1796 havia apresentado em forma popular, porém em brilhante estilo (*Exposition du système du monde* — [Exposição do Sistema do Mundo]) sua teoria mecânica do universo, e, numa nota casual, sua hipótese nebular sobre as origens cósmicas. Mais vagarosamente, nos cinco volumes de seu *Traité de mécanique céleste* (Tratado de Mecânica Celeste — 1799-1825), convocou os desenvolvimentos da matemática e da física, para a tarefa de submeter o sistema solar — e, por implicação, todos os outros corpos celestes — às leis do movimento e ao princípio da gravitação.

Newton admitira que algumas aparentes irregularidades nos movimentos dos planetas haviam desafiado todas suas tentativas para explicá-las. Por exemplo: a órbita de

Saturno estava, de forma contínua, embora vagarosamente, aumentando, de tal modo que, se não fosse contida, ele iria, no curso de alguns bilhões de anos, perder-se no infinito do espaço; e as órbitas de Júpiter e da Lua estavam vagarosamente encolhendo, de tal forma que, na amplitude do tempo, o grande planeta deverá ser absorvido pelo sol, e a modesta Lua deve ser catastroficamente recebida na terra. Newton havia concluído que o próprio Deus deveria intervir, de vez em quando, para corrigir tais absurdos; mas muitos astrônomos haviam rejeitado essa hipótese desesperada como não se coadunando com as leis da natureza e os princípios da ciência. Laplace propôs-se a mostrar que essas irregularidades eram devidas a influências que se corrigiam a si mesmas periodicamente, e que com um pouco de paciência — no caso de Júpiter 929 anos — ver-se-ia tudo voltando automaticamente à ordem. Concluía que não havia razão para que o sistema solar e estelar não devessem continuar a operar segundo as leis de Newton e Laplace até o final dos tempos.

Era uma concepção majestosa e sombria — que o mundo é uma máquina condenada a traçar os mesmos diagramas no céu por toda a vida. Tinha isso uma imensa influência em promover um ponto de vista mecanicista, da mente bem como da matéria, e participava com o bondoso Darwin no solapamento da teologia cristã; Deus, como Laplace disse a Napoleão, não era de forma alguma necessário. Napoleão pensava que a hipótese era um tanto nebulosa, e o próprio Laplace algumas vezes chegou a duvidar de Laplace. A meio caminho de seu empreendimento estelar, parou para escrever uma *Théorie analytique des probabilités* (Teoria Analítica das Probabilidades — 1812-20) e um *Essai philosophique sur les probabilités* (Ensaio filosófico sobre as Probabilidades — 1814). Aproximando-se o fim de sua vida, relembrava a seus colegas cientistas: "O que sabemos é muito pouco; aquilo que não sabemos é imenso."[5]

II. MEDICINA

Os médicos poderiam ter dito o mesmo com o sincero consentimento de Napoleão. Ele nunca perdeu a esperança de convencer seus médicos que suas drogas haviam feito mais mal do que bem, e que teriam mais mortes a seu débito no Último Julgamento dos que os generais. O Dr. Corvisart, que muito o estimava, ouvia essa brincadeira pacientemente; o Dr. Antommarchi vingou-o e mereceu os escárnios de Napoleão dando-lhe — quando ele estava prestes a morrer — um clister após outro. Que Napoleão apreciava o trabalho dos médicos devotados e competentes é evidente por sua doação de 100.000 francos a Dominique Larrey (1766-1842), o "virtuoso" cirurgião que acompanhou o exército francês no Egito, na Rússia, e em Waterloo, introduziu a "ambulância voadora" para dar pronta ajuda aos feridos, executou 200 amputações num dia em Borodino, e deixou quatro volumes de *Mémoires de chirurgie militaire et campagnes* (Memórias de Cirurgia Militar e Campanhas — 1812-17).[5a]

O imperador não estava errado quando escolheu Jean-Nicolas Corvisart como seu médico particular. O professor de medicina prática no Collège de France era tão cuidadoso em seus diagnósticos quanto era cético dos tratamentos. Foi o primeiro médico francês a adotar a percussão — auscultação do peito — como ajuda para o diagnóstico de doenças do coração ou dos pulmões. Encontrara este método proposto no livro *Inventum novum ex Percussione* (Novos Inventos Sobre a Percussão — 1760), de Leopold Auenbrugger, de Viena; traduziu as 95 páginas da monografia, acrescentou sua própria experiência, e expandiu-a em um livro-texto de 440 páginas.[6] Seu *Essai sur les maladies et les lésions organiques du coeur et des gros vaisseaux* (Ensaio Sobre as Doenças e as Lesões Orgânicas do Coração e dos Grandes Vasos — 1806) estabeleceu-o como um dos fun-

dadores da anatomia patológica. Um ano mais tarde incorporou-se à casa imperial como médico residente. Seu difícil empregador costumava dizer que não tinha fé em medicina mas tinha toda a fé em Corvisart.[7] Quando Napoleão foi para Santa Helena Corvisart retirou-se para a obscuridade rural e morreu fielmente no ano da morte de seu patrão (1821).

Seu pupilo, René-Théophile Laënnec levou avante as experiências sobre auscultação (literalmente: escutar), que na sua primeira tentativa consistia de dois cilindros, cada um colocado a cada lado do corpo do paciente, e o outro lado no ouvido do médico, que estava assim "vendo o peito" (*stethos*) com seu ouvido; assim os sons feitos pelos órgãos internos — como na respiração, na tosse e na digestão — podiam ser ouvidos sem serem confundidos com ruídos irrelevantes. Ajudado por esse instrumento, Laënnec procedeu a investigações cujos resultados apresentou de forma sumária num *Traité de l'auscultation médiate* (Tratado da Auscultação Mediata — 1819); sua segunda edição (1826) foi descrita como "o mais importante tratado dos órgãos torácicos jamais escrito".[8] Sua descrição da pneumonia permaneceu como uma autoridade clássica até o século XX.[9]

A mais importante realização da medicina francesa nesse período foi na humanização dos tratamentos dos loucos. Quando, em 1792, Philippe Pinel foi apontado diretor médico do famoso asilo de loucos que Richelieu havia fundado no subúrbio de Bicêtre, ficou chocado ao ver que os direitos do homem, tão confiantemente declarados pela Revolução, não haviam sido estendidos às pessoas mentalmente perturbadas, que eram confinadas ali ou numa instituição semelhante, a Salpêtrière. A maioria dos internos era mantida acorrentada, do contrário poderiam machucar a si mesmos ou aos outros; muitos eram aquietados por freqüentes sangrias, ou por drogas estupefacientes; qualquer doente admitido — não necessariamente demente, mas talvez um incômodo para os parentes ou para o governo — era jogado naquele inferno e deixado deteriorar, por contágio de corpo e alma. O resultado era uma mixórdia de maníacos cujas extravagâncias, olhares parados ou desesperados gritos, eram ocasionalmente exibidos ao público, por uma modesta taxa de admissão. Pinel foi em pessoa à Convenção solicitar autoridade para tentar um regime mais delicado. Removeu as cadeias, reduziu a um mínimo as sangrias e as drogas, soltou os pacientes ao ar livre e ordenou aos guardas para tratarem os loucos não como criminosos secretos, amaldiçoados por Deus, mas como inválidos, muitas vezes capazes de melhorarem mediante um cuidado paciente. Formulou seus pontos de vista e seu regime num duradouro *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale* (Tratado Médico-filosófico sobre a Alienação Mental — 1801). O título era mais um sinal que Pinel havia atingido, ou que se orientava, para o ideal Hipocrático do médico como combinando o conhecimento de um cientista com a compreensão simpática do filósofo. "Um médico que é amante da sabedoria", dissera Hipócrates, "é igual a Deus."[10]

III. BIOLOGIA

1. *Cuvier (1769-1832)*

O grande Cuvier atingiu o topo de sua classe a despeito de ser protestante numa terra católica. Da mesma forma que tantos outros cientistas na França de Napoleão, foi elevado a alto cargo político, chegando a membro do Conselho de Estado (1814); reteve esse lugar sob os Bourbons restaurados e foi feito presidente do Conselho e par de França em 1830. Quando morreu (1832) foi honrado por toda a Europa como o homem que fundara a paleontologia e a anatomia comparada, e preparara a biologia para transformar a mentalidade da Europa.

Seu pai era oficial de um regimento suíço, que havia recebido uma Ordem de Mérito e aos 50 anos casara-se com uma jovem esposa. Ela cuidava com amorável disciplina do desenvolvimento físico e mental de seu filho Georges-Léopold Chrétien; verificava seu trabalho como estudante, e fazia com que lesse para ela os clássicos da literatura e his-

tória; Cuvier aprendeu a ser eloqüente acerca de moluscos e vermes. Teve a boa sorte de ser admitido na Academia, que Charles Eugene, duque de Württemberg, havia fundado em Stuttgart, onde 80 mestres ensinavam a 400 alunos selecionados. Ali enamorou-se durante algum tempo pelos trabalhos de Linnaeus, porém permanentemente pela *Histoire naturelle* de Buffon.

Tendo-se formado com uma braçada de prêmios, porém sem nenhum patrimônio para financiar instrução posterior, assumiu o lugar de tutor numa família que vivia próximo a Fécamp, no canal da Mancha. Alguns fósseis exumados no local despertaram seu interesse nos estratos geológicos como literais litografias das plantas pré-históricas e da vida animal; e alguns moluscos tirados do mar de tal forma o fascinaram com sua diversidade de órgãos internos e formas externas, que ele propôs uma nova classificação dos organismos de acordo com seu caráter estrutural e variações. Partindo deste começo desenvolveu, mediante uma curiosidade e uma dedicação que jamais se cansava, um conhecimento das formas fósseis e das formas vivas jamais igualado antes dele, e talvez mesmo depois.

Notícias de seus conhecimentos e aplicação chegaram a Paris, conquistaram úteis recomendações de seus futuros rivais Geoffroy Saint-Hilaire e Lamarck, e trouxeram-no, com a idade de 27 anos (1796), ao posto de professor de anatomia comparada no Musée National de Histoire Naturelle. Aos 31 anos publicou um dos clássicos da ciência francesa, *Leçons d'anatomie comparée* (Lições de Anatomia Comparada); aos 33 anos era professor principal no Jardin des Plantes; aos 34 foi feito "secretário perpétuo" (diretor executivo) do departamento de física e ciências naturais do Institut National. Neste ínterim (1802), havia viajado bastante como comissário do Instituto na reorganização da educação secundária.

A despeito de seus deveres como professor e administrador, prosseguia com suas pesquisas, como se resolvido, com alguns colaboradores, a estudar e classificar todas as espécies de plantas ou animais preservadas nos estratos ou vivendo na terra ou no mar. Sua *Histoire naturelle des poissons* (História Natural dos Peixes — 1828-31) descreve 500 espécies de peixes. Sua *Recherches sur les ossements fossiles des quadrupèdes* (Pesquisas Sobre as Ossadas Fósseis dos Quadrúpedes), 1812-25, quase criou a paleontologia dos mamíferos. Esta obra continha a descrição de Cuvier do elefante peludo — chamado por ele de mamute — cujos restos haviam sido encontrados (1802) numa massa de terra permanentemente gelada na Sibéria e tão bem preservados que os cachorros comeram de sua carne descongelada.[11] Num desses volumes, Cuvier explicava seu princípio da "correlação das partes", pelo qual pensava em reconstruir uma espécie extinta pelo estudo de um único osso sobrevivente:

> Todo indivíduo organizado forma um completo sistema próprio, do qual todas as partes correspondem naturalmente e concorrem para produzir um certo propósito definido, por reação recíproca ou por combinação em direção ao mesmo fim. Daí nenhuma dessas partes separadas poderem mudar sua forma sem uma correspondente mudança nas outras partes do mesmo animal; e conseqüentemente cada uma dessas partes tomada separadamente indica todas as outras partes às quais ela pertenceu. Assim... se as vísceras de um animal são organizadas de tal maneira que só são adequadas para digerir carne fresca, é preciso que as mandíbulas sejam construídas de tal forma que se adaptem para devorar a presa; os dentes, para cortar e devorar a carne;

> todo o sistema de membros e órgãos de movimento para persegui-la e alcançá-la; e os órgãos do sentido para descobri-la a distância... Da mesma forma uma garra, um osso da espádua, um côndilo, um osso da perna ou do braço, ou qualquer outro osso considerado separadamente, possibilita-nos descobrir a descrição dos dentes aos quais ele pertenceu; e assim reciprocamente, podemos determinar a forma dos outros ossos a partir dos dentes. Assim, começando suas investigações por um cuidadoso estudo de qualquer osso, uma pessoa que domina suficientemente as leis da estrutura orgânica pode, por assim dizer, reconstruir todo o animal ao qual aquele osso pertenceu.[12]

Em 1817, em outro colossal trabalho, *Le Règne animal distribué d'aprèsson organisation* (O Reino Animal Distribuído de Acordo com sua Organização), Cuvier resumiu sua classificação dos animais em vertebrados, moluscos, articulados e radiados, e propôs-se a explicar as sucessivas camadas de fósseis como devidas à súbita extinção de centenas de espécies por catastróficas convulsões da terra. Quanto à origem das espécies, aceitava o ponto de vista então ortodoxo de que cada espécie fora especificamente criada por Deus; e suas variações tinham sido produzidas pela orientação divina a cada organismo em sua adaptação a seu ambiente; e que essas variações jamais produziram uma nova espécie. Sobre este e outros pontos, Cuvier engajou-se, dois anos antes de sua morte, num famoso debate que pareceu a Goethe o mais importante evento na história da Europa em 1830. Seu oponente nesta discussão foi Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, que construiu seus argumentos sobre a mutabilidade e a origem natural e evolução das espécies baseado no trabalho de um biólogo ainda maior, que havia morrido um ano antes.

2. Lamarck (1744-1829)

É fácil gostar de Lamarck, pois ele lutou contra a pobreza na juventude, contra o universalmente aclamado Cuvier na maturidade, e contra a cegueira e a pobreza na velhice; além disso, deixou atrás de si uma teoria das causas e métodos da evolução muito mais agradável a alguém de amáveis disposições do que a impiedosa seleção natural oferecida pelo bondoso Darwin.

Como a maioria dos franceses, carregava uma enorme lista de nomes: Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck. Era o décimo primeiro filho de um pai marcial, que conseguiu posições militares para todos os seus filhos, exceto o último. Mandou-o para um colégio jesuíta em Amiens, com instruções para prepará-lo para o sacerdócio. Mas Jean-Baptiste... invejava seus irmãos, suas armas e seus cavalos; abandonou o colégio, gastou o dinheiro que tinha num velho cavalo e foi-se para a guerra na Alemanha. Lutou valentemente, mas sua carreira heróica terminou com uma ferida no pescoço, recebida ignominiosamente em exercício no quartel. Foi trabalhar como escriturário num banco, estudou medicina, encontrou-se com Rousseau, desviou-se para a botânica, perseguiu as plantas durante nove anos e publicou em 1778 *Flore Française* (A Flora Francesa). Então, aproximando-se o fim de seus recursos econômicos, aceitou emprego como tutor dos filhos de Buffon, pelo menos para ter a oportunidade de encontrar aquele velho sábio. Quando Buffon morreu (1788) Lamarck assumiu a humilde posição de guardião do herbário no Jardim du Roi — o jardim botânico real em Paris. Em breve a designação "do rei" caiu de moda e, por sugestão de Lamarck, o jardim

foi rebatizado Jardim des Plantes. De vez que continha também uma coleção zoológica, Lamarck deu ao estudo de todas as formas vivas o nome de *biologia*.

À medida que seu interesse extravasava das plantas para os animais, Lamarck, deixando os vertebrados para Cuvier, adotou como seu território as classes inferiores de animais sem espinha dorsal, para os quais inventou a palavra *invertébrés* (invertebrados). Por volta de 1809 tinha chegado a alguns pontos de vista originais que então expôs num *Système des animaux sans vertèbres* (Sistema dos Animais sem Vértebras) e numa *Philosophie zoologique* (Filosofia Zoológica). A despeito da perda de visão, continuava seus estudos e escritos, ajudado por sua filha mais velha e por Pierre-André Latreille. Em 1815-22 publicou suas classificações finais e conclusões numa volumosa *Histoire naturelle des animaux sans vertèbres* (História Natural dos animais sem Vértebras). Depois disso tornou-se totalmente cego e quase sem recursos. Sua vida foi um tributo à sua coragem e sua velhice uma vergonha para seu governo.

Sua "filosofia", ou sumário racional, da zoologia começou com a observação da infindável variedade de misteriosas origens nas formas da vida. Cada indivíduo difere de todos os outros, e dentro de cada espécie podemos encontrar uma tão minuciosa gradação de diferenças que tornam difícil, talvez injusta, dividir uma espécie de seus vizinhos mais semelhantes ou parecidos em forma e operação. A classificação em espécies, concluía Lamarck, (inconscientemente resumindo o "conceitualismo" de Abélard), é um conceito, uma idéia abstrata; na realidade só existem seres ou coisas individuais; e as classes, variedades ou espécies em que elas se agrupam são meramente (embora sem grande valor) ferramentas intelectuais para pensar em objetos semelhantes que são, no entanto, incorrigivelmente únicos.

Como surgiram esses diferentes grupos de plantas ou animais? Lamarck replicava com duas "leis":

> *Primeira lei*: Em todos os animais que não excederam o termo de seu desenvolvimento, o uso mais freqüente e continuado de qualquer órgão gradualmente reforça esse órgão, desenvolve-o e aumenta-o, e dá-lhe uma força proporcional ao período de tempo de tal uso; enquanto que a constante falta de uso de tal órgão perceptivelmente o enfraquece fazendo com que ele fique reduzido, progressivamente diminui suas faculdades e termina por seu desaparecimento.
>
> *Segunda lei*: Tudo o que a natureza fez com que os indivíduos adquirissem ou perdessem, pela influência das circunstâncias às quais sua raça tenha estado exposta por um longo tempo, e conseqüentemente pela freqüência do uso predominante de um tal órgão, ou pela constante falta de uso de tal parte, o indivíduo preserva por hereditariedade e passa aos novos indivíduos que dele descendem, desde que as mudanças assim adquiridas sejam comuns a ambos os sexos, ou àqueles que deram origem a esses indivíduos.[13]

A primeira lei era óbvia: o braço do ferreiro torna-se maior e mais forte pelo uso; o pescoço da girafa alongou-se pelos esforços de encontrar folhas nutritivas em níveis mais altos; a toupeira é cega porque sua vida embaixo da terra torna os olhos desnecessários. Em trabalhos posteriores Lamarck dividiu sua primeira lei em dois elementos complementares: a condição ou desafio ambiental, e o desejo e necessidade do organismo estimulando o esforço em direção a uma resposta de adaptação, como pelo fluxo do sangue ou da seiva ao órgão usado. Aqui Lamarck tentou fazer face a uma difícil pergunta: como

surgem as variações? Cuvier replicava: através da ação direta de Deus. Darwin iria replicar: através das "variações fortuitas", cuja causa é desconhecida. Lamarck replicava: variações surgem através das necessidades do organismo, do desejo e do persistente esforço para atender a uma condição ambiental. Essa explanação casava-se bem com a insistência dos psicólogos contemporâneos que sublinhavam a ação original da vontade.

Porém a segunda lei de Lamarck encontrou milhares de opositores. Alguns pensavam refutá-la apontando para a falta do efeito de hereditariedade na circuncisão dos prepúcios dos judeus e na compressão dos pés dos chineses; estes sofismas naturalmente deixavam de considerar que essas operações eram mutilações externas, de forma alguma envolvendo necessidade ou esforço interno. Algumas outras objeções deixavam de levar em conta o "longo tempo", que, admitidamente, era necessário para que a condição ambiental produzisse uma mudança na "raça". Com essas condições Charles Darwin e Herbert Spencer aceitaram, como um fator na evolução, a possível herança de "caracteres adquiridos" — isto é, hábitos ou trocas orgânicas desenvolvidas após o nascimento. Marx e Engels admitiram uma tal hereditariedade, e confiavam num melhor ambiente para produzir um homem nativamente melhor; e a União Soviética por longo tempo fez do sistema de Lamarck uma parte de seu credo definido. Por volta de 1885 August Weismann assentou um golpe na teoria alegando que "os gérmens do plasma" (células que carregam os caracteres hereditários) são imunes às mudanças no corpo que os envolve, ou somaplasmas, e portanto não podem ser afetados por experiências pós-natais; mas esta alegação foi invalidada quando cromossomas (portadores da hereditariedade) foram encontrados tanto nas células somáticas como nas gérmicas. As experiências não têm sido favoráveis ao ponto de vista de Lamarck;[14] mas ultimamente algumas provas foram produzidas da transmissão lamarckiana no *Paramecium* e outros protozoários.[15] Talvez outros casos positivos fossem achados, caso se pudesse continuar as experiências sobre uma longa sucessão de gerações. Nossos laboratórios sofrem de uma insuficiência de tempo, a natureza não.

IV. O QUE É A MENTE?

A ênfase de Lamarck sobre a necessidade sentida e o conseqüente esforço como fator da resposta orgânica harmonizava-se com o recuo dos psicólogos do Instituto do ponto de vista de ser a mente um mecanismo completamente sem iniciativa de resposta às sensações externas e internas. Esses exploradores internos usavam a palavra "filosofia" como um sumário de suas conclusões; a filosofia não estava ainda inteiramente distinguida da ciência; e, de fato, a filosofia podia ser justamente chamada um resumo da ciência se a ciência pudesse aplicar com sucesso à mente e à consciência seus métodos de hipótese específica, observação cuidadosa, experiências controladas e formulação matemática dos resultados verificados. Esse tempo ainda não havia chegado, e os psicólogos do princípio do século XIX consideravam a si mesmos filósofos por serem homens que tentavam raciocinar acerca de assuntos ainda fora do alcance e dos instrumentos da ciência.

A despeito da oposição de Napoleão, os "ideólogos" continuaram por uma década a dominar a psicologia e a filosofia na forma em que elas eram ensinadas no Instituto. Sua *bête noire* ali era Antoine Destutt de Tracy, o agitador que carregou a tocha do sensacionismo de Condillac durante os anos do Império. Enviado como deputado aos Es-

tados-Gerais em 1789, colaborou na constituição liberal de 1791; mas em 1793, revoltado pela brutalidade da multidão e o terrorismo do "Grande Comitê", retirou-se da política para a filosofia. No subúrbio de Auteuil, aderiu ao encantador círculo que adejava em volta da sempre bela Mme. Helvétius, e ali veio a cair sob a influência radical de Condorcet e Cabanis. Tornou-se membro do Instituto, onde atingiu preeminência em sua Segunda Classe, que se especializava em filosofia e psicologia.

Em 1801 começou, e em 1815 completou, a publicação de seus *Éléments d'idéologie* (Elementos de Ideologia). Definia esse trabalho como o estudo das idéias na base do sensacionismo de Condillac — a doutrina de que todas as idéias são derivadas das sensações. Isto, dizia, pode parecer falso acerca das idéias gerais e abstratas como a virtude, a religião, a beleza, o homem; mas ao tratar de tais idéias nós deveríamos "examinar as idéias elementares das quais elas se originam e recuar até as percepções simples, às sensações, das quais elas emanam".[16] Um tal estudo objetivo, pensava Destutt, poderia deslocar a metafísica e finalizar o reino de Kant. Se não podemos chegar a uma conclusão definitiva por este método, devemos esperar, suspender o julgamento, e renunciar à tentativa de explicar aquilo que realmente não sabemos."[17] Esse duro agnosticismo desagradava o agnóstico Napoleão, que na ocasião estava negociando uma Concordata com a Igreja. Sem desistir, Destutt classificava a ideologia (psicologia) como parte da zoologia. Definia a consciência como a percepção das sensações; o julgamento como uma sensação de relações; a vontade como uma sensação de desejo. Quanto aos idealistas, que argumentavam que as sensações não provam indubitavelmente a existência de um mundo externo, Destutt admitia isso quanto à visão, aos sons, aos odores e ao gosto; mas insistia que devemos certamente concluir pela existência de um mundo externo a partir de nossa sensação de toque, resistência e movimento. Como dissera o Dr. Johnson: nós podemos decidir a questão chutando uma pedra.

Em 1803 Napoleão suprimiu a Segunda Classe do Instituto, e Destutt de Tracy encontrou-se sem um pódio e um impressor. Incapaz de obter permissão para publicar seu *Commentaire sur l'Esprit des Lois de Montesquieu* (Comentário Sobre o "Espírito das Leis" de Montesquieu), enviou o manuscrito a Thomas Jefferson, Presidente dos Estados Unidos. Jefferson fê-lo traduzir e imprimiu-o (1811), sem revelar o nome do autor.[18] Destutt viveu até os 82 anos e celebrizou sua velhice publicando um tratado *De l'Amour* (1826).

Maine de Biran (Marie-François-Pierre Gonthier de Biran), começou sua carreira filosófica fazendo uma exposição do sensacionismo com uma obscuridade que lhe garantiu a fama. "Seu mau estilo", dizia Taine, "fê-lo um grande homem,... se ele não fosse obscuro, não acreditaríamos que fosse profundo."[19] Começou como um soldado e terminou como um místico. Em 1784 juntou-se à Garde du Corps real de Luís XVI, e ajudou a defendê-lo do "monstruoso regimento de mulheres"[20] que sitiou o rei e a rainha em Versalhes, a 5 e 6 de outubro de 1789. Horrorizado pela Revolução, retornou à sua propriedade próximo a Bergerac. Foi eleito para o Corps Législatif em 1809, opôs-se a Napoleão em 1813, e tornou-se tesoureiro da Câmara dos Deputados sob Luís XVIII. Seus escritos eram acessórios de sua carreira política, mas eles o elevaram a reconhecida liderança entre os filósofos franceses de seu tempo.

Atingiu a fama em 1802 ganhando o primeiro prêmio numa competição patrocinada pelo Instituto. Seu ensaio *L'Influence de l'habitude sur les facultés de penser* (A Influência do Hábito Sobre a Faculdade do Pensamento) parecia seguir os pontos de vista sensacionistas de Condillac e mesmo a psicologia fisiológica de Destutt de Tracy. "A natureza da compreensão" escrevia

ele, "não é outra coisa senão a soma dos principais hábitos do órgão central, que deve ser considerado como o sentido universal da percepção";[21] e pensava que se podia "supor na realidade cada impressão como sendo representada pelo correspondente movimento de uma fibra no cérebro".[22] Mas, à medida que prosseguia, afastava-se da noção de que a mente é apenas a soma total das sensações do corpo. Parecia que nos esforços de atenção e de vontade a mente era um fator ativo ou originativo, não reduzível a nenhuma combinação de sensações.

Essa divergência com os ideólogos alargou-se em 1805 com *Mémoire sur la décomposition de la pensée* (Memória Sobre a Decomposição do Pensamento), que soava em harmonia com a restauração da religião por Napoleão. O esforço da vontade, argumentava Maine de Biran, mostra que a alma do homem não é uma reciclagem passiva de sensações; é uma força positiva e cheia de vontades que é a própria essência da personalidade; a vontade e o ego são uma única coisa. (Schopenhauer iria sublinhar este voluntarismo em 1819 e ele iria continuar a aparecer na filosofia francesa e assumir uma brilhante forma em Bergson.) Esta vontade cheia de esforços ajunta-se aos outros fatores que determinam a ação e dão-lhe aquela "livre vontade" sem a qual o homem seria um ridículo autômato. Essa força interna é uma realidade espiritual, não um conglomerado de sensações e memórias. Nada há de material ou de espacial acerca disso. De fato (Maine de Biran prossegue) provavelmente toda a força é da mesma forma imaterial, e somente pode ser compreendida por analogia com uma personalidade cheia de vontade. A partir desse ponto de vista Leibniz estava certo ao descrever o mundo como um recinto e campo de batalha de mônadas, cada uma das quais é um centro de força, de vontade e de individualidade.

Talvez a dupla vida de Maine de Biran, como político e filósofo, acrescida à sua ativa participação em encontros semanais no Instituto com Cuvier, Royer-Collard, Ampère, Guizot, e Victor Cousin, fosse para ele por demais árdua; sua saúde declinou; sua curta vida de 58 anos aproximava-se do fim; transferiu-se de especulações que lhe forçassem o cérebro a uma tranqüilizadora fé religiosa e por fim a um misticismo que o elevou acima deste doloroso mundo. O homem, dizia ele, deveria progredir do estágio animal de sensação, através do estágio humano de vontade livre e consciente até uma absorção na consciência e no amor de Deus

V. O ARGUMENTO DO CONSERVANTISMO

Os *philosophes* do século XVIII haviam enfraquecido o governo francês fazendo perigar a credibilidade e a posição moral da Igreja e apelando para um "despotismo esclarecido" para mitigar os males da ignorância, da incompetência, da corrupção, da opressão, da pobreza e da guerra. Os filósofos franceses da primeira parte do século XIX responderam a estes "sonhadores" defendendo a necessidade da religião, a sabedoria da tradição, a autoridade da família, as vantagens da monarquia legítima e a constante necessidade de manter diques políticos, morais e econômicos contra o sempre crescente mar da ignorância popular, da cupidez, da violência, do barbarismo e da fertilidade.

Dois homens, nesse período, apresentaram com irados detalhes uma acusação ao apelo do século XVIII da fé para a razão e da tradição para o iluminismo. O visconde Louis-Gabriel-Abroise de Bonald nasceu (1754) no conforto de sua classe e foi criado de acordo com uma piedade segura e obediente. Espantado e ameaçado pela Revolução, emigrou para a Alemanha, aderiu por algum tempo ao exército anti-revolucionário do príncipe de Condé, ressentiu-se de sua suicida desordem, e retirou-se para Heidelberg, a fim de continuar a guerra com sua pena disciplinada. Em sua *Théorie du pouvoir politique et religieux* (Teoria do Poder Político e Religioso — 1796), defendeu a monarquia absoluta, a aristocracia hereditária, a autoridade patriarcal na família e a soberania moral e religiosa dos papas sobre todos os reis da cristandade. O Diretório condenou o livro

mas permitiu que ele voltasse à França (1797). Após uma cuidadosa pausa, voltou à sua ofensiva filosófica com um *Essai analytique sur les lois naturelles de l'ordre social* (Ensaio Analítico Sobre as Leis Naturais da Ordem Social — 1800). Napoleão recebeu bem sua defesa da religião como indispensável ao governo. Ofereceu a Bonald um lugar no Conselho de Estado; Bonald recusou, depois aceitou (1806), dizendo que Napoleão fora escolhido por Deus para restaurar a verdadeira fé.[23]

Após a restauração ocupou uma sucessão de funções públicas e publicou uma série de pronunciamentos conservadores, ardentes mas desgraciosos. Opunha-se ao divórcio e aos "direitos das mulheres" como perturbadores da ordem familiar e social, condenava a liberdade de imprensa como uma ameaça a um governo estável, defendia a censura e a pena capital, e propôs punir com a morte a profanação dos vasos sagrados usados nos serviços católicos.[24] Alguns conservadores sorriam ao entusiasmo de sua ortodoxia; mas ele se consolava com sua correspondência com Joseph de Maistre, que, de São Petersburgo, enviava-lhe segurança de completo apoio, e mais tarde publicou volumes que devem ter agradado e enfurecido Bonald pela perfeição de seu conservantismo e pelo brilho de seu estilo.

Maistre nasceu (1753) em Chambéry, onde, 20 anos antes, Mme. de Warens havia ensinado a Rousseau a arte do amor. Como capital do ducado da Sabóia, a cidade estava sujeita aos reis da Sardenha; no entanto, os saboianos usavam o francês como sua língua nativa, e Joseph aprendeu a escrevê-la quase com a verve e a força de Voltaire. Seu pai era presidente do Senado da Sabóia e, ele mesmo, tornou-se um membro em 1787; tinham mais do que razões filosóficas para defenderem o *status quo*. Herdeiro político de seu pai, Joseph era emocionalmente ligado a sua mãe, que lhe transmitiu uma lealdade apaixonada à igreja católica. "Nada", escreveria ele mais tarde, "pode substituir a educação dada por uma mãe."[25] Foi educado por freiras e padres, e depois num colégio jesuíta em Turim; sua afeição por eles também jamais desvaneceu-se. Após um breve flerte com a maçonaria, aceitou completamente o ponto de vista jesuíta de que o Estado deveria ser subordinado à Igreja e a Igreja ao Papa.

Em setembro de 1792, um exército revolucionário francês entrou na Sabóia e em novembro o ducado foi anexado à França. O choque desta súbita transmutação de todos os valores, classes, poderes e credos deixou Maistre com um ódio que escureceu sua disposição de ânimo, extravasou em seus livros, e tornou vivo seu estilo. Fugiu com sua esposa para Lausanne, onde sobrevivia como correspondente oficial de Carlos Emanuel IV, rei da Sardenha. Achava algum conforto em freqüentar o *salon* de Mme. de Staël na vizinha cidade de Coppet; mas os intelectuais que ali encontrava, como Benjamin Constant, pareciam-lhe infectados com o escandaloso ceticismo da França do século XVIII. Mesmo os *émigrés* que se amontoavam em Lausanne eram viciados em Voltaire; Maistre maravilhava-se de sua falta de compreensão do fato de haver o anticatolicismo dos *philosophes* minado toda a estrutura da vida francesa, enfraquecendo o apoio religioso ao código moral, à família e ao Estado. Velho demais para empunhar armas contra a Revolução, resolveu lutar contra os descrentes e os revolucionários com sua pena. Misturava vitríolo com sua tinta e deixou sua marca no século. Apenas Edmund Burke, naquela época, sobrepujava-o na exposição do ponto de vista conservador da vida.

Assim em 1796, por meio de uma impressora de Neuchâtel, publicou *Considérations*

sur la France (Considerações Sobre a França). Admitia que o governo de Luís XVI tinha sido vacilante e incompetente, e que a igreja francesa necessitava de uma renovação moral;[26] mas mudar as formas, as políticas, e os métodos do Estado tão rápida e drasticamente era demonstrar uma ignorância de adolescente quanto às recônditas fundações do governo. Nenhuma política, acreditava ele, poderia sobreviver longo tempo se lhe faltassem raízes na tradição e no tempo, ou apoio na religião e na moral. A Revolução Francesa havia destruído esses apoios ao decapitar o rei e espoliar a Igreja. "Nunca um tão grande crime teve tantos cúmplices... Cada gota do sangue de Luís XVI custará à França torrentes de sangue; talvez quatro milhões de franceses pagarão com suas vidas pelo grande crime nacional de uma insurreição anti-religiosa e antinacional coroada pelo regicídio."[27] Em breve, previu ele, (1796) "quatro ou cinco povos irão dar à França um rei".[28]

Em 1797 o rei Carlos Emanuel convocou Maistre para servi-lo em Turim; mas logo depois Napoleão tomou Turim e o filósofo fugiu para Veneza. Em 1802 foi nomeado plenipotenciário da Sardenha na corte do czar Alexandre I. Na expectativa de que sua missão fosse breve, deixou sua família, mas o serviço de seu rei manteve-o em São Petersburgo até 1817. Tolerou impacientemente esse banimento, e afogou suas mágoas em manuscritos.

Sua produção básica, *Essai sur le principe générateur des constitutions politiques* (Ensaio Sobre o Princípio Gerador das Constituições Políticas — 1810), derivava tais constituições do conflito, no homem, entre os impulsos bons e maus (sociais e anti-sociais), e a necessidade de uma autoridade organizada e duradoura para manter a ordem pública e a sobrevivência do grupo pelo apoio às tendências cooperativas, bem como contra as tendências individualistas. Todos os homens aspiram ao poder e à posse, e, enquanto não forem dominados, são déspotas, criminosos ou violadores em potencial. Alguns santos controlam os apetites terrenos, e uns poucos filósofos podem ter conseguido isso através da razão; mas na maior parte de nós a virtude não pode por si própria dominar nossos instintos inferiores; e deixar que cada indivíduo supostamente adulto julgue todos os assuntos por sua própria razão (fraca devido à inexperiência, e escrava do desejo) é sacrificar a ordem à liberdade. Uma tal liberdade indisciplinada torna-se licenciosidade, e a desordem social ameaça o poder do grupo para unir-se contra o ataque de fora ou a desintegração interna.

Conseqüentemente, sob o ponto de vista de Maistre, o efervescente Iluminismo tinha sido um colossal erro. Comparava ao jovem que, por volta de seus 18 anos, já imaginou ou adotou esquemas para a radical reconstrução da educação, da família, da religião, da sociedade e do governo. Voltaire era um excelente exemplo de uma tal árida onisciência; ele "falou de tudo durante a vida inteira sem uma só vez penetrar abaixo da superfície"; ele era "tão continuamente ocupado em ensinar ao mundo" que "tinha muito raramente tempo para pensar".[29] Se houvesse estudado humildemente a história como um indivíduo transitório procurando instrução na experiência da raça, teria aprendido que o tempo impessoal é melhor professor do que o pensamento pessoal; que a melhor prova de uma idéia é o seu efeito pragmático na vida e na história da humanidade; que instituições arraigadas em séculos de tradição não devem ser rejeitadas sem consideração cuidadosa das perdas contra os ganhos; e que a campanha de *écraser l'infâme* — destruir a autoridade moral da Igreja que havia disciplinado a adolescência e

formado a ordem social da Europa Ocidental — iria acarretar o colapso da moralidade, da família, da sociedade, e do Estado. A Revolução assassina tinha sido o lógico resultado do cego "Iluminismo". "A filosofia é uma força essencialmente destrutiva"; põe toda sua confiança na razão, que é individual, e no intelecto, que é individualista; e a liberação do indivíduo da tradição política e religiosa e de sua autoridade faz perigar o Estado e a própria civilização. "Daí estar a presente geração testemunhando um dos mais dramáticos conflitos que a humanidade jamais viu: a guerra de morte entre o cristianismo e o culto da filosofia."[30]

Uma vez que o indivíduo tem uma vida breve demais para poder testar a sabedoria da tradição, dever-se-ia ensiná-lo a aceitá-la como seu guia até que ele se torne suficientemente idoso para começar a entendê-la; ele, naturalmente, nunca será capaz de compreendê-la inteiramente. Deveria suspeitar de qualquer mudança proposta na constituição ou no código moral. Deveria honrar a autoridade estabelecida como o veredicto da tradição e da experiência racial e conseqüentemente a voz de Deus.[31]

A monarquia — hereditária e absoluta — é a melhor forma de governo, porque incorpora a mais longa e mais ampla tradição, e estimula a ordem, a continuidade, a estabilidade e a força; enquanto que a democracia, com suas freqüentes mudanças de líderes e de idéias, sua periódica exposição de caprichos e à ignorância dos comuns, inclina-se ao descontentamento, à desordem, à experimentação imprudente e a um curto fim. A arte do governo inclui o apaziguamento das massas; o suicídio do governo consiste em obedecer a elas.

Com vagar (1802-16), em sua mais famosa produção, *Les Soirées de Saint Pétersbourg* (As Noites de São Petersburgo — 1821), Maistre expõe alguns aspectos incidentais de sua filosofia. Pensava que a ciência provava a existência de Deus, pois revelava na natureza uma majestosa ordem que implicava uma inteligência cósmica.[32] Não devemos nos perturbar em nossa fé pelos sucessos ocasionais dos maus ou os infortúnios dos bons. Deus permite que o bem e o mal caiam indiferentemente, como o sol e a chuva, sobre o criminoso e sobre o santo, pois Ele reluta em suspender as leis da natureza;[33] em alguns casos, no entanto, Ele pode ser levado pelas orações a mudar a incidência de uma lei.[34] Além disso, a maioria dos males são penalidades por culpas ou pecados; provavelmente cada doença ou dores são punições por alguma mancha em nós mesmos, ou em nossos ancestrais, ou em nossa comunidade.

Se isto é assim, deveríamos defender a punição corporal, a execução para certos crimes, e até as torturas da Inquisição. Devíamos honrar o carrasco público, em vez de fazer dele um pária; seu trabalho é também o trabalho de Deus, vital para a ordem social.[35] A persistência do mal exige a persistência da punição; relaxe-se esta e o crime crescerá. Além disso, "não há punição que não purifique, nenhuma desordem que o Eterno Amor não faça voltar contra o princípio do mal".[36]

"A guerra é divina, uma vez que é uma lei do mundo" — permitida por Deus através de toda a história.[37] Animais selvagens obedecem a esta lei. "Periodicamente um anjo exterminador vem e mata milhares deles."[38] "A humanidade pode ser considerada como uma árvore que uma mão invisível está continuamente podando — muitas vezes em seu benefício... Um grande derramamento de sangue liga-se muitas vezes com uma alta população."[39] "Desde os vermes até o homem cumpre-se a grande lei da violenta destruição dos seres vivos. Toda a terra, bebendo sangue, é meramente um imenso altar

onde todo o ser vivo deve ser imolado, desde tempos imemoriais, sem limites, sem descanso, até a destruição de todas as coisas, até a morte da própria morte."[40]

Quando se objeta que um tal mundo dificilmente leva-nos a adorar seu criador, Maistre responde que devemos adorá-lo de qualquer forma, porque todas as nações e gerações já o adoraram, e uma tradição tão duradoura e universal deve conter alguma verdade além da capacidade da razão humana de entendê-la e refutá-la. No fim, a filosofia, se ama a sabedoria, cederá à religião, e a razão à fé.

Em 1817 o rei da Sardenha, restaurado em seu trono de Turim, chamou Maistre de volta da Rússia; e em 1818 fê-lo magistrado-chefe e conselheiro de Estado. Nesses dois anos o amargo filósofo produziu seu último trabalho, *Du Pape* (Do Papa), publicado logo após sua morte (1821). O livro foi sua resposta inflexível à questão levantada por sua defesa do monarca como a proteção da sociedade contra o individualismo do cidadão: o que aconteceria se também o monarca, como César ou Napoleão, fosse individualista e egoísta como todo cidadão e muito mais apaixonado pelo poder?

Maistre sem hesitar replicava que todos os governantes deviam aceitar subordinação a uma autoridade mais velha, maior e mais sábia do que sua própria: deviam submeter-se, em todos os assuntos de religião e moral, ao veredicto de um pontífice que herdara o poder conferido ao Apóstolo Pedro pelo Filho de Deus. Nessa época (1821), quando os estados da Europa estavam lutando para recuperar-se da brutalidade da Revolução e do despotismo de Napoleão, seus líderes deveriam lembrar-se de como a igreja católica salvara os remanescentes da civilização romana, contendo e domesticando os bárbaros que se multiplicavam; como estabelecera, por intermédio de seus bispos, um sistema de ordem social e educação disciplinada que vagarosamente, durante a era do obscurantismo e a Idade Média, haviam criado uma civilização baseada sobre a concordância dos reis em reconhecer a soberania moral do papa. "As nações jamais foram civilizadas a não ser pela religião", pois apenas o temor de um Deus todo-poderoso e onisciente pode controlar o individualismo do desejo humano. A religião acompanhou o nascimento de todas as civilizações, e a ausência de religião anuncia sua morte.[41] Conseqüentemente os reis da Europa devem de novo aceitar o papa como seu suserano em todos os assuntos morais e espirituais. Devem retirar a educação das mãos dos cientistas, e entregá-la novamente aos padres, pois a ascendência da ciência irá tornar o povo grosseiro e brutalizá-lo,[42] enquanto que a restauração da religião dará paz à nação e à alma.

Mas o que acontecerá se o papa também for egoísta, e procurar orientar cada questão para a vantagem temporal do papado? Maistre tinha uma resposta pronta: uma vez que o papa é guiado por Deus, é infalível quando, em questões de fé ou moral, fala como a cabeça oficial da Igreja fundada por Cristo. Assim, meio século antes da própria Igreja proclamá-lo como parte inseparável da fé católica, Maistre anunciava a infalibilidade do papa. O próprio papa ficou um pouco surpreso e o Vaticano julgou recomendável refrear os "ultramontanhistas", que estavam fazendo apelos embaraçosos para a autoridade política do papado.

Deixando de lado este ponto final, e alguns outros exageros que se podiam dispensar com um sorriso, os conservadores da Europa aplaudiam a defesa irrestrita de Maistre de seus pontos de vista, e chegaram a ele cumprimentos de Chateaubriand, Bonald, Lamennais e Lamartine. O próprio Napoleão concordava com ele num certo número

de itens — a benevolência de Luís XVI, a vileza dos regicídios, os excessos da Revolução, a fragilidade da razão, a presunção dos filósofos, a necessidade da religião, o valor da tradição e da autoridade, a fraqueza da democracia, a desejabilidade da monarquia hereditária e absoluta, os serviços biológicos da guerra...

Quanto aos monarcas inimigos de Napoleão, podiam sentir que na filosofia direta de Maistre repousavam algumas das razões pelas quais eles tinham de desbancar esse *parvenu* corso, esse herdeiro de uma revolução que ameaçava todas as monarquias do mundo. Aparecia assim a doutrina secreta que eles nunca tinham sido capazes — e nunca seriam — de explicar a seus súditos: as razões por que eles, os reis hereditários, imperadores e aristocracias da Europa, tinham aceito os encargos, os perigos e o ritual do governo, enquanto que os Marats, Robespierres e Babeufs haviam-nos acusado de explorar impiedosamente uma comunidade inocente que clamava por direito divino — realmente pelo assassinato e pelo massacre — todos os benefícios da organização social e todos os bens da terra. Aqui estava uma doutrina em torno da qual os legítimos soberanos da Europa podiam reunir-se para restaurar uma antiga ordem em suas próprias terras e povos, até naquela França bárbara, imperdoável, regicida, traidora de Deus, e de Deus esquecida.

LIVRO III

A GRÃ-BRETANHA

1789-1812

CAPÍTULO XV

A Inglaterra em ação

LIDERANDO a oposição à Revolução depois de 1792 — liderando a resistência a Napoleão quando seus outros inimigos entravam em colapso em alianças indesejáveis ou em ruinosas derrotas — aparecia o governo e o povo, as indústrias em expansão e o comércio, a armada e seu Nelson, a mentalidade e a força de vontade da Inglaterra. Não imediatamente, nem todos juntos; no estourar da conflagração, os líderes e vozes influentes estavam incertos e divididos, amendrontados ou inspirados; os poetas e os filósofos respondiam com entusiasmo ao idealismo original da Revolução, ao ardor e à coragem de seus exércitos; mas em breve foram moderados pela zangada eloqüência de Burke, e as notícias do massacre e do terror na utopia; e à medida que os libertadores viravam conquistadores, submetendo a metade da Europa às ambições da França, a Inglaterra via, como dependente do resultado do conflito, aquele balanço das potências continentais sobre o qual a pequena ilha tinha por séculos dependido para sua segurança e liberdade.

Vagarosamente a nação preparou-se. A despeito da rendição de seus aliados, da obstrução de seu comércio, da bancarrota de empresas e financistas, da exaustão de seus trabalhadores, a tentação diária de aceitar os termos daquele brilhante e terrível corso, ocupando o Continente e ameaçando cruzar o Canal com meio milhão de guerreiros que nunca haviam visto derrota — a despeito desse maior desafio à Inglaterra desde 1066, o rei e o Parlamento permaneceram firmes, os nobres e os mercadores pagaram pesados impostos, o homem que tinha apenas seu corpo para dar sofreu o recrutamento no exército ou na armada, os incomparáveis marinheiros da Inglaterra passaram de motins a vitórias; e o amado "rincão da terra" emergiu do desastre e da quase fome de 1810-11 para construir, dentro de meio século, o mais poderoso e civilizado império desde a queda de Roma.

Devemos deixar de lado, por enquanto, o drama e o conflito, para considerar os recursos de terra e o trabalho, ciência, letras e artes, mentalidade, credo e caráter, que tornaram possível essa vitória, essa transformação.

I. UMA REVOLUÇÃO DIFERENTE

A geografia teve algo a ver com isso. O clima não era ideal: o ar quente trazido pela Corrente do Golfo do Atlântico Norte lutava uma guerra sem tréguas com os ventos do Ártico e o conflito depositava freqüentes nevoeiros e chuvas sobre a Irlanda, Escócia e Inglaterra, fazendo o solo fértil, os parques verdes, as árvores majestosas e as ruas úmidas; assim é que uma piada maldosa lamentava que embora o sol nunca se pusesse na comunidade britânica, nunca se levantava na Inglaterra. Napoleão também sucumbiu àquela hipérbole: "Vós não tendes sol na Inglaterra", disse ele a seu médico inglês, Dr. Arnott, que o corrigiu: "Oh!, sim, temos:... em julho e agosto o sol brilha com muito calor na inglaterra."[1] Os nevoeiros de seu *habitat* talvez tenham enevoado a

poesia de Blake e envolvido Turner, e talvez tenham tido participação em fortificar o caráter e as instituições do povo inglês. Sua ilha deu-lhes o caráter insular, mas protegeu-os contra os ventos mutantes da doutrina, os modismos da arte, as manias da revolução e os massacres da guerra que tantas vezes devastava o continente. Continuavam firmes em seu pedaço de terra.

Se sua ilha era pequena, os mares que, tempestuosos ou acariciantes, banhavam suas praias atraíam-nos para aventuras distantes; milhares de caminhos pela água convidavam homens que podiam ficar em pé enquanto seu navio rolava nas ondas. Cem terras distantes estavam esperando, com produtos e mercados, para ajudar a transformar a Inglaterra da agricultura para a indústria, o comércio e as finanças mundiais. Inúmeros arabescos de suas costas ofereciam entradas para os oceanos que procuravam a paz e portos seguros para os navios de todo o mundo. Na própria ilha havia uma dúzia de rios navegáveis e centenas de canais ligando-os entre si. Nenhum inglês estava a mais de 120 quilômetros de um curso d'água que podia levá-lo ao mar.

A Grã-Bretanha enfrentou o desafio geográfico criando e suportando a Revolução Industrial.* Construiu navios mercantes de um tamanho jamais antes conhecido, alguns deles enormes "navios das Índias", para viagens de meio ano à Índia e à China. Amava o mar possessivamente, como uma extensão da Inglaterra, e lutou até a exaustão pelo controle daquela *altera patria* contra os espanhóis, depois os holandeses, agora contra os franceses. Abriu novos caminhos por sobre a água para os continentes e em volta deles, para os recursos e mercados da África, da Índia, do Extremo Oriente, da Austrália, do Pacífico Sul e das duas Américas, mercados esses estranhos ou revoltados, mas ansiosos para comerciar. Apenas a passagem para o Noroeste desafiou esses insaciavelmente curiosos britânicos, e mandou-os de volta para casa, tremendo de frio porém sem sentirem-se derrotados.

Esses navios mercantes, no entanto, e a errante Marinha que os protegia, tinham que ser construídos na maior parte com madeira importada; essas colônias e clientes tinham que ser pagos pelas suas matérias-primas, sua prata e seu ouro, suas especiarias, seus alimentos e frutas exóticas, com os produtos da indústria britânica; esse florescente comércio tinha de ser transportado e financiado pela Revolução Industrial. Gradualmente a Inglaterra, especialmente em sua parte média e norte, e a Escócia, especialmente em sua parte sul, reorganizaram sua vida econômica, retirando uma quantidade cada vez maior da população dos campos e vilas para as cidades e as fábricas, e das vagarosas artes domésticas ou corporativas para amontoados agrupamentos de homens, mulheres e crianças disciplinadas, cujo tempo de trabalho era marcado pelo maquinário, produzindo artigos manufaturados para o mundo.

A repartição do solo ajudou a transição. Já no século XII os espertos ingleses haviam compreendido que podiam usar a terra com mais vantagem em grandes propriedades do que em pequenas. Adquiriram as fazendas individuais e os "comuns" — aqueles campos e bosques comuns onde os camponeses tinham tradicionalmente posto o seu gado a pastar e cortado madeira para combustível; trabalhavam suas propriedades aumentadas com "mão-de-obra" contratada e supervisionada por um capataz. No século XV decidiram que podiam obter mais lucro criando gado, ou, melhor ainda, pondo

* Que tratamos resumidamente no Volume X desta obra, *Rousseau e a Revolução*, capítulo XXVII.

carneiros no pasto, do que arando a terra; pois assim necessitavam menos seres humanos e encontravam mercados ávidos para as carcaças e a lã na fria Inglaterra, que amava a carne, e no estrangeiro. Mais e mais proprietários rurais venderam ou perderam suas fazendas e dirigiram-se para as cidades; a forte classe de pequenos proprietários rurais vagarosamente desapareceu levando com ela parte da força e do orgulho do caráter inglês. Por volta de 1800 havia 15 milhões de almas na Inglaterra e 19 milhões de carneiros; os carneiros, dizia-se, estão devorando os homens. Até hoje em dia, viajando através dos condados da parte média e norte da Inglaterra, fica-se admirado pela raridade das fazendas e de campos lavrados, e do número de terras repartidas, verdes e cercadas, onde os únicos habitantes visíveis são os carneiros que preguiçosamente transformam o capim em lã e recompensam com os dejetos de seu corpo um solo agradecido.

Não devemos exagerar; através de todo esse período (exceto pela crise que quase levou à fome em 1811 causada pelo Bloqueio Continental de Napoleão), a agricultura inglesa crescentemente capitalista e mecanizada, tinha capacidade para alimentar a Inglaterra sem ajuda estrangeira.[2] Tão confiantes estavam os agricultores, que persuadiram o Parlamento a aprovar as chamadas "Leis do Milho" coibindo, com severas tarifas aduaneiras, a importação de grão para competição. ("Milho" naquele tempo significava qualquer grão; na Inglaterra usualmente denotava trigo; na Escócia, aveia.) Mesmo assim, por volta de 1790, a migração em direção às cidades dos camponeses deslocados, ajudada pelos emigrantes empobrecidos da Escócia e da Irlanda, forneciam a força do trabalho que tornou possível a industrialização.

A indústria ainda era na maior parte feita em casa e em oficinas de artífices, mas em sua maioria era determinada por condições locais e localmente consumida; não era organizada para uma produção em grande escala que pudesse suprir mercados variados e expandir-se através das fronteiras. O trabalhador doméstico ou de pequena oficina estava à mercê do intermediário que lhe vendia matéria-prima e comprava o produto; seu pagamento era determinado pela lei da oferta e da procura, e pelos mais esfomeados de seus competidores; em geral sua esposa e seus filhos tinham que trabalhar para ele, do amanhecer ao anoitecer,[3] para manter o lobo afastado de sua porta. Alguma forma mais eficiente tinha que ser encontrada para financiar e organizar a indústria se ela tivesse que enfrentar as necessidades de uma população citadina que se multiplicava, ou encher os porões dos navios mercantes que procuravam bens ou ouro no estrangeiro.

Inspirada por Adam Smith, mas esquecendo seus cautelosos conselhos, a indústria inglesa era impulsionada pela empresa privada, animada pelo motivo do lucro e largamente livre de regulamentação governamental. Obtinha capital de suas próprias rendas, que não gastava, de mercadores prósperos, de donos de terra que acumulavam receitas de agricultura e rendas urbana, e de banqueiros que sabiam como fazer o dinheiro dar cria agarrando-se a ele, e que emprestavam dinheiro a juros mais baixos do que seus competidores franceses. Assim os indivíduos e as associações forneceram fundos para empresários que se propuseram a unir os produtos dos campos e das fazendas com os serviços das máquinas, os trabalhos e as habilidades dos homens, das mulheres e das crianças, numa escala mais larga e com maiores ganhos do que a Inglaterra jamais havia conhecido. Aqueles que proviam o capital fiscalizavam o seu emprego e deram o seu nome ao sistema econômico que iria transformar o mundo ocidental.

Era um jogo arriscado. Um investimento podia ser arruinado por má gerência, flutuações do preço ou de mercado, mudanças na moda, superprodução para consumidores que não tinham capacidade aquisitiva, ou alguma nova invenção que tivesse sido escondida por um competidor. O medo do prejuízo aguçava a ambição pelo ganho. O custo da mão-de-obra tinha que ser mantido o mais baixo possível; prêmios tinham que ser oferecidos para invenções; as máquinas deveriam substituir os homens tanto quanto possível. Precisava-se minerar ou importar ferro para fazer máquinas, navios de ferro, pontes, canhões. O carvão (felizmente abundante na Inglaterra) precisava ser minerado para alimentar as fundições, purificar os minérios, e transformar o ferro em aço, endurecendo-o. Tantas máquinas quanto possível deveriam ser ligadas a uma poderosa fonte de energia; essa fonte podia ser o vento, ou a água, ou animais puxando um moinho ou revolvendo uma engrenagem; mas a melhor fonte de energia seria uma máquina a vapor como aquelas que James Watt havia construído na usina de Matthew Boulton próximo a Birmingham (1774). Se houvesse suficiente capital e uma organização cuidadosa, um enorme número de máquinas podia ser operado por uma ou várias máquinas a vapor; e em cada máquina seria colocado um homem, uma mulher ou uma criança que cuidaria dela durante 12 ou 14 horas por dia por um salário de subsistência. Assim tomou forma o sistema das fábricas.

Em breve milhares de chaminés arrotavam suas fumaças por sobre os centros industriais em crescimento — Manchester, Birmingham, Sheffield, Leeds, Glasgow, Edimburgo. Na Grã-Bretanha de 1750 havia duas cidades com 50.000 habitantes; em 1801 havia oito; em 1851 haveria 29. As estradas começavam a ser pavimentadas para facilitar o trânsito de matérias-primas, combustíveis e produtos para as fábricas, os mercados e os portos. Construíam-se diligências capazes de transportar oito passageiros e andar 16 quilômetros numa hora.[4] Por volta de 1808, Thomas Telford, e por volta de 1811 John McAdam, ambos engenheiros escoceses, inventaram novos modos de capear a superfície das estradas essencialmente como as estradas *macadam*izadas de hoje. Em 1801 George Trevithick construiu a primeira locomotiva a vapor para arrastar um carro de passageiros sobre trilhos. Em 1813 George Stephenson construiu uma melhor; em 1825 ele abriu o primeiro serviço regular de estradas de ferro a vapor — entre Stockton e Darlington. Em 1801 um pequeno navio a vapor começou a operar num canal da Escócia. Em 1807 a fábrica Boulton e Watt construiu um navio de passageiros a vapor segundo o modelo projetado por Robert Fulton, que levou seu navio *Clermont* de Nova Iorque a Albany em agosto daquele ano. Entrementes Londres, Harwich, Newcastle, Bristol, Liverpool, Glasgow estavam desenvolvendo seus portos e suas facilidades para o comércio oceânico; e Nelson, em Abukir e Trafalgar, estava conquistando para a Inglaterra o comando do mar.

Em 1801 o governo fez o primeiro recenseamento científico da Grã-Bretanha (Inglaterra, Gales, e Escócia), para o desespero dos cidadãos que se ressentiam da invasão de sua propriedade como um prelúdio de arregimentação.[5] O total registrado demonstrou a existência de 10.942.646 almas (os Estados Unidos naquela ocasião tinham cerca de 6.000.000). Por volta de 1811 esse número tinha crescido para 12.552.144.[6] Provavelmente esse aumento refletia o incremento no suprimento de alimentos, melhoria nos serviços médicos e um conseqüente declínio na mortalidade de crianças e de velhos. Londres tinha aumentado para 1.009.546 habitantes em 1811, mas a maior e mais signifi-

cante expansão fora na parte industrial, norte e oeste do país. Em 1811 o número de famílias inglesas engajadas na agricultura e pecuária era de 895.998; no comércio e na manufatura 1.128.049; 519.168 em outras ocupações.[7] O governo desencorajara a agricultura pela sanção da divisão de terras; incrementara a indústria pelo favorecimento do livre empreendimento e das tarifas protetoras, e pela proibição aos sindicatos de trabalhadores de se agitarem por melhores salários (1800). Favorecera o comércio pela melhoria das estradas, dos canais e pela construção de uma invencível armada inglesa. Mercadores, fabricantes e financistas adquiriram grande riqueza, e alguns conquistaram ou compraram cadeiras no Parlamento.

O quadro econômico da Grã-Bretanha de 1800 mostrava no topo a existência de uma aristocracia, ainda senhora da economia, embora decadente, através da propriedade da terra; cooperando com ela havia um Parlamento majoritariamente nobre ou de origem aristocrática; aumentando grandemente sua base em volta deles havia uma intimorata e empreendora burguesia de mercadores e fabricantes, que expunham suas novas riquezas e péssimas maneiras, e clamavam por mais poder político; abaixo deles, os profissionais, do mais culto médico ao mais corajoso ou virulento jornalista; abaixo, uma classe de camponeses progressivamente despojados de terras e dependentes de auxílios, mineiros que não viam o sol, removendo ou escavando a terra, "navvies" engajados em turmas móveis encarregadas de nivelar as estradas e abrir canais, e uma massa de mão-de-obra de trabalhadores em fábricas, esfomeados, desorganizados, desmoralizados, escrevendo sua tragédia em céus poluídos.

II. OS DE BAIXO

Revendo de novo as condições dos trabalhadores de fábricas na Grã-Bretanha de 1800, não devemos exagerar sua preeminência no quadro total daquela época. Presumivelmente havia cenas muito mais agradáveis na"Alegre Inglaterra". O trabalho na fábrica propriamente dita não era a principal característica da indústria britânica; a maior parte da produção industrial ainda era executada em residências, rurais ou urbanas, em teares individuais ou tornos, ou por artífices em suas oficinas independentes. O sistema fabril era na maior parte confinado ao processamento de algodão, do linho e de lã. Mesmo assim limitado, seu papel no panorama da época é um dos mais tristes episódios da história inglesa.

As próprias fábricas localizavam-se em zonas pobres, e eram envolvidas por seus próprios esgotos e fumaças. O interior delas era em geral empoeirado e sujo, mal ventilado, e mal iluminado — até 1805, quando aqui e ali foi instalada iluminação a gás. As máquinas eram reguladas com uma velocidade que requeria de seus atencendentes humanos manterem os olhos alerta e as mãos ocupadas durante as 12 ou 14 horas do dia de trabalho; como algumas das invenções mais modernas, a máquina economizava trabalho e desgastava os homens. Uma hora era concedida para o almoço; após isso continuava o serviço, na maior parte dos casos até as oito da noite.[8] A força de trabalho era alimentada na medida das necessidades, a partir de um reservatório humano continuamente reabastecido por camponeses que se deslocavam ou úteros descuidados.

No intervalo entre os partos as mulheres eram preferidas aos homens como trabalha-

dores de fábricas, e as crianças eram preferidas às mulheres, de vez que faziam jus a menor pagamento. Em 1816, de 10.000 empregados em 41 fábricas escocesas, 3.146 eram homens, 6.854 eram mulheres, 4.581 eram menores de 18 anos.[9] Ainda mais barato e amplamente procurado era o trabalho de crianças órfãs ou carentes, enviadas às fábricas pelos administradores do "Poor Relief" (alívio aos pobres). O "Factory Act" (Lei das Fábricas) de 1802 tentou estabelecer um padrão mínimo para o uso de tais "aprendizes", proibindo seu emprego por mais de 12 horas por dia; mas o Parlamento recusou-se a pagar os comissários nomeados para fazer cumprir essa lei.[10] Em geral, o trabalho das crianças nas fábricas inglesas continuou até 1842.[11]

Em 1800 o salário médio de um trabalhador adulto era de 18 xelins por semana (cerca de 23 dólares nos Estados Unidos em 1960); no interior era um terço menos.[12] De um modo geral os salários de uma família eram determinados pela quantia requerida para manter a energia necessária para o trabalho; mas isso levando em conta que a mulher e os filhos também trabalhassem na fábrica.[13] Os empregadores argüíam que os salários tinham de ser mantidos baixos para que os trabalhadores comparecessem ao trabalho; alguns trabalhadores estendiam seus fins de semana por dois ou três dias e quando voltavam podiam ainda estar tontos com o álcool em seu sangue.[14] Unicamente a fome trazia-os de volta às máquinas.

Havia alguns alívios. Certos empregadores pagavam os aluguéis e as despesas de combustíveis de seus empregados. Os preços dos artigos essenciais eram baixos — aproximadamente um terço de sua média na Grã-Bretanha de 1960.[15] Os salários em geral subiam e desciam com os preços até 1793, quando começou a guerra com a França; nessa ocasião todas as classes sofreram em suas rendas, mas como os trabalhadores tinham-se mantido sujeitos a um salário de subsistência, sofreram mais.

Viviam em cidades onde o ar era envenenado, em guetos que provocavam doenças, em casas apinhadas — as vezes úmidos porões — onde a luz do sol era um raro intruso, a iluminação era deficiente, a limpeza uma miragem, as brigas domésticas irritavam os nervos cansados, o isolamento era impossível e o único refúgio para a mulher era a religião, e para o homem o "pub" (bar). A bebedeira era semanal. As casas retiravam a água de poços e bombas públicas; quando nessas faltava água, as mulheres carregavam-na do canal ou rio mais próximo, provavelmente poluída por dejectos industriais, domésticos e humanos.[16] As condições sanitárias eram primitivas, os esgotos raros: "Estou convencido", escrevia Thorold Rogers em 1890 (quando era professor de economia política em Oxford), "de que em nenhum período da história inglesa, para o qual exista um registro autêntico, foi a condição do trabalho manual pior do que nos 40 anos de 1782 a 1821, o período no qual os fabricantes acumularam fortunas rapidamente e no qual a renda (recebimentos) das terras cultiváveis dobrou."[17] Essa condição durou até 1840. Carlyle, que foi criado na Escócia e na Inglaterra entre 1795 e 1840, resumiu a condição dos trabalhadores industriais britânicos nesse período, ao concluir que estavam em melhores condições quando eram servos medievais. O progresso industrial tinha deixado ao proletário uma fatia tão fina da crescente riqueza, que ele estava voltando ao barbarismo nas maneiras, no modo de vestir, nas diversões e no modo de falar. "A civilização faz seus milagres", escrevia Alexis de Tocqueville visitando Manchester, "o homem civilizado voltou a ser quase um selvagem."[18] Honra seja feita a Manchester e a suas cidades irmãs pelos imensos progressos que fizeram desde aqueles amargos dias.

A Lei dos Pobres, pela primeira vez promulgada em 1601, daí em diante muitas vezes reformada, oferecia alguma ajuda aos carentes. Era administrada pelos funcionários da paróquia que usualmente os recolhiam em asilos. Era financiada por uma taxa específica dos proprietários de casas, que se queixavam que seus pagamentos eram desperdiçados em gente que nada fazia, encorajando uma descontrolada fertilidade; submetiam-se ao imposto como uma segurança contra a desordem social. Em muitos distritos, após 1795, a proporção do auxílio foi ajustada para suplementar salários julgados insuficientes à subsistência; alguns empregadores tiraram vantagem disso para manter os salários baixos.

A despeito de tais medíocres ajudas, o descontentamento dos trabalhadores alcançou um ponto perigoso no início do século XIX. Proibidos, até 1824, de se organizarem para lutar por melhor pagamento, eles se organizaram secretamente; proibidos de fazer greve, eles a faziam; derrotados, entravam de novo em greve.[19] Reformadores como Robert Owen alertaram o Parlamento que, a não ser que as condições nas fábricas melhorassem, a violência dispendiosa aumentaria. O descontentamento foi contido pela renovação das hostilidades com a França (1803); aumentou à medida que a guerra se arrastava, e eclodiu em revolta aberta em 1811. Foi liderada não por operários de fábricas, mas por tecelãos que faziam rendas e meias de seda e operavam "bastidores" em suas casas ou em pequenas oficinas em Nottingham ou próximo a esta cidade. Esses homens e mulheres ainda podiam recordar-se da vida ao ar livre nas fazendas e talvez a idealizassem em contraste com o trabalho confinado com seus teares. Ressentiam-se à sua sujeição ao "hosier" (fabricante de meias), que lhes alugava os bastidores, vendia a matéria-prima e comprava seu produto a preços por ele determinado e pelos fornecedores de seu estoque ou seu capital. Mais do que isso, temiam que mesmo seus atuais empregos em breve desaparecessem por causa das fábricas que se espalhavam e de seus múltiplos e poderosos teares. Em sua crescente fúria, resolveram destruir, onde quer que encontrassem, as máquinas que simbolizavam sua servidão.

Um obscuro e talvez legendário indivíduo, chamado Ned ou King Ludd, organizou os irados tecelãos e traçou os planos para seus ataques. No outono de 1811 bandos separados de "Luddites" invadiram um distrito após outro e destruiram todos os bastidores de tecelagem que encontravam. O movimento espalhou-se de Nottinghamshire para Lancashire, Derbyshire, e Leicestershire e continuou durante o ano de 1812. Os destruidores de máquinas abstinham-se de fazer mal a pessoas, exceto no caso de um empregador que ordenou seus homens a atirarem sobre eles; os grevistas procuraram-no e mataram-no. A metade da Inglaterra tremia de medo, lembrando-se da Revolução Francesa. "Neste momento", escreveu Robert Southey, "nada, a não ser o exército, protege-nos da mais terrível de todas as calamidades: uma insurreição dos pobres contra os ricos; e por quanto tempo pode-se depender do exército é uma pergunta que eu dificilmente ouso fazer a mim mesmo... O país está minado por baixo de nossos pés."[20] William Cobbett, um vigoroso jornalista liberal, defendeu os agressores na casa dos Comuns; o poeta Byron pronunciou uma ardorosa oração a seu favor na Casa dos Lordes. O primeiro-ministro, Lorde Liverpool, submeteu ao Parlamento algumas leis severas e enviou um regimento para suprimir a revolta. Os líderes foram cercados e sumariamente condenados num julgamento em massa realizado em York (1813); alguns foram deportados, alguns enforcados. As máquinas se multiplicaram. Nenhum alívio legislativo veio favorecer o trabalho adulto dos ingleses até 1824.

III. A FUNESTA CIÊNCIA

Os economistas davam pouco conforto aos trabalhadores. Thomas Malthus, num *Ensaio Sobre os Princípios da População* (1798), explicava que era inútil aumentar os salários, pois isso levaria a maiores famílias, aumentaria a pressão da população sobre os suprimentos de alimentos, e em breve restauraria a pobreza que deve para sempre resultar da natural desigualdade dos homens.[21] Numa forma revista porém impenitente (1803) de seu famoso ensaio, Malthus expôs suas próprias "leis de ferro dos salários": "Os salários do trabalho serão sempre regulados pela proporção do suprimento (de trabalho) em relação à demanda."[22] Em *Princípios de Economia Política* (1820) ele alertava que a poupança pode ser levada a um excesso, uma vez que reduz o investimento e a produção; defendia as rendas (o retorno dos investimentos em propriedades) como "a recompensa da coragem e da soberania presentes, bem como da força ou da esperteza passadas".[23] E concordava com Voltaire que os luxos dos ricos têm o bom efeito de proverem emprego para os artesãos habilidosos. Num momento liberal recomendava os trabalhos públicos como uma forma de aliviar o desemprego em períodos de produção reduzida.

David Ricardo aceitou os teoremas de seu amigo Malthus e construiu sobre eles seus próprios *Princípios de Economia Política e Taxação* (1817), que permaneceram por meio século o texto clássico daquilo que Carlyle iria chamar de "ciência funesta".[24] Filho de um judeu holandês que prosperara na Bolsa de Londres, foi convertido ao cristianismo unitário, casou-se com uma moça quacre, estabeleceu sua própria firma de corretagem, fez uma fortuna, aposentou-se dos negócios (1815), e escreveu diversos tratados abstrusos, especialmente sobre finanças. Em 1819 foi eleito para a Casa dos Comuns, onde denunciou a corrupção do Parlamento, defendeu o direito de livre reunião, livre palavra, livre comércio, corporações de comércio (*trade unions*), e alertou os capitalistas para se cuidarem, senão os proprietários de terra da Grã-Bretanha, pela sua capacidade de aumentar as rendas, iriam mais cedo ou mais tarde absorver os ganhos da indústria. Em seu memorável tratado argumentava que o aumento nos salários não é jamais real, uma vez que ele em breve será cancelado por um aumento nos preços devido ao custo aumentado da produção; que o salário próprio de um trabalhador é a quantia que ele necessita para subsistir e perpetuar (sem aumentar) sua espécie. Ricardo deixou uma migalha para Marx definindo o valor (não o preço) de um artigo pela quantidade de mão-de-obra requerida para sua produção.

Não era tão funesto quanto sua ciência. Ele e Malthus permaneceram amigos íntimos até o fim, embora muitas vezes discordando em particular e até em opiniões impressas. Quando ambos morreram (Ricardo em 1823, Malthus em 1834), Sir James Mackintosh (uma estrela sobrevivente do iluminismo escocês) dizia deles e de sua fonte comum: "Eu conheci Adam Smith ligeiramente, bem Ricardo e intimamente Malthus. Não é algo a dizer a favor de uma ciência que seus três maiores mestres foram os três melhores homens que eu jamais conheci?"[25]

IV. ROBERT OWEN: 1771-1858

Voltamo-nos com prazer para Robert Owen, o industrial de sucesso que tentou fazer da economia britânica um namoro entre o capitalismo e o socialismo.

Nasceu em Newtown, País de Gales, onde seu pai fora sucessivamente correiro, mestre ferreiro e encarregado dos correios. Robert era um menino fraco, mas aprendeu a cuidar de sua saúde e chegou aos 88 anos. Foi posto a trabalhar com a idade de 9 anos. Aos 10 era aprendiz de um negociante de fazendas em Stamford; aos 14 tornou-se assistente de outro negociante de fazendas em Manchester; aos 19 foi feito gerente de uma das maiores tecelagens de Lancashire, com um salário anual de 300 libras (7.500 dólares?). Ali permaneceu por oito anos conquistando uma reputação de capacidade e integridade. Economizou, estudou, leu com discriminadora avidez e fez estimulantes amizades: com John Dalton e sua química atômica, Robert Fulton e seus navios a vapor, Samuel Coleridge com suas idéias radicais e versos obcecantes. Em 1799, com a idade de 28 anos, comprou de David Dale, para si mesmo e dois sócios, um grupo de tecelagens em New Lanark, próximo a Glasgow, e recebeu como bonificação a filha de Dale, que se tornou sua amante esposa. Deu-lhe sete filhos.

New Lanark era uma cidade de cerca de 2.000 almas, incluindo mais ou menos 500 crianças enviadas pelos asilos de pobres de Glasgow e Edimburgo. Como Owen mais tarde recordava, "a população vivia na preguiça, na pobreza e em quase toda a espécie de crimes; consequêntemente endividada, sem saúde, e na miséria... A ignorância e a má educação dessas pessoas tinham-lhes dado hábitos de embriaguez, roubo, falsidade e falta de higiene,... com grandes preconceitos nacionais, tanto políticos como religiosos, contra todas as tentativas da parte de um estranho para melhorar sua condição".[26] A pequena cidade fabril quase não tinha instalações sanitárias; as casas eram escuras e sujas; o crime parecia um excitante alívio para um trabalho cansativo e o "pub" (bar) era um quente e alegre refúgio da casa, onde só havia brigas. Owen tinha perdido toda a crença no sobrenatural, mas havia-se agarrado tanto mais devotadamente ao idealismo ético de Cristo; e sentia-se repugnado pela combinação da nova servidão industrial com a antiga teologia cristã. Resolveu procurar alguma reconciliação entre o capitalismo bem-sucedido e a moralidade cristã.

Ele se contentava — e alarmava seus sócios — com uma renda de cinco por cento sobre os fundos que havia investido. Aumentou os salários e proibiu o emprego de crianças abaixo de 10 anos de idade. Rejeitava o argumento de Malthus de que um aumento de salário viria aumentar a pressão da população sobre os suprimentos de comida, aumentar os preços, e deixar o salário real inalterado; argumentava que a disponibilidade de coisas comestíveis tiradas do mar, que o aumento do cultivo da terra pela população aumentada e a multiplicação das invenções e da produtividade da mão-de-obra capacitariam a população a comer, crescer e prosperar — se o governo adotasse as reformas que iria propor.[27] Abriu em New Lanark uma loja da companhia que vendia as necessidades básicas da vida praticamente pelo custo. Pacientemente instruiu seus empregados não apenas nas técnicas da produção mas na arte de viver; assegurou-lhes que se eles praticassem consideração e ajuda mútua, gozariam de uma paz e satisfação tal como eles nunca haviam experimentado antes. Parece ter conquistado muitos de seus trabalhadores para os hábitos de ordem, limpeza e sobriedade. Quando seus sócios queixa-

ram-se que estava gastando em caridade e educação dinheiro que poderia ser aplicado para fazer maiores lucros, ele dissolveu a sociedade e formou uma nova firma (1813), cujos membros (um deles Jeremy Bentham) aplaudiam sua experiência e estavam satisfeitos com um retorno de cinco por cento em seu investimento.

As tecelagens de New Lanark adquiriram uma reputação nacional — até internacional. A cidade ficava longe das estradas principais — uma viagem de um dia de carruagem de Glasgow através das montanhas e do nevoeiro; apesar disso milhares de visitantes vieram examinar o incrível fenômeno de uma fábrica operada em obediência a princípios cristãos; 20.000 pessoas assinaram o livro de visitas entre 1815 e 1825. Entre elas estavam incluidos escritores, reformadores, homens de negócio realistas, príncipes como os arquiduques Johann e Maximiliano da Áustria, e em 1815 o grão-duque Nicolau (que em breve seria czar), que aprovou as operações e os resultados e convidou Owen a estabelecer fábricas semelhantes na Rússia.[28]

Após 14 anos de sua experimentação, Owen sentiu-se garantido para proclamá-la ao mundo, pois estava confiante em que a adoção universal de sua experiência daria "felicidade a todos os seres humanos através de todas as gerações que se sucederão".[29] Assim em 1813 publicou o primeiro de quatro ensaios que, sob o título geral de *Uma Nova Visão da Sociedade*, tornou-se um importante clássico na literatura da reforma. Oferecia suas propostas com um espírito não-combativo; assegurava aos governantes e aos industriais da Inglaterra que ele não tinha nenhum desejo — e não acreditava — em qualquer mudança violenta; que seu plano não ameaçava ninguém de perdas; que, de fato, aumentaria os ganhos dos empregadores; e que poderia salvar a Inglaterra de uma revolução.

Começava seu tratado com uma proposição que é quase fundamental para qualquer reforma básica — que o caráter do homem, supostamente fixado por uma antiga e imutável hereditariedade de competição e conflito, é substancialmente moldado através das experiências e das crenças da meninice. "O maior de todos os erros (é) a noção de que os indivíduos formam seus próprios caracteres."[30] Pelo contrário, o caráter de um indivíduo é formado para ele pelas milhares de influências que sobre ele empingem (antes de seu nascimento e) de seu nascimento até sua morte. Owen concluía, com um entusiasmo que rejeitava quaisquer modificações: "Qualquer caráter, do melhor ao pior, do mais ignorante ao mais esclarecido, pode ser dado a qualquer comunidade, mesmo a todo o mundo, aplicando-se certos meios; os quais estão grandemente ao dispor e sob o controle daqueles que possuem o governo das nações."[31] Partindo desse princípio, Owen tirava duas proposições: uma que as classes presentemente possuidoras não eram culpadas por suas práticas e crenças, uma vez que elas também eram o produto de seus ambientes passado e presente; outra, que a reforma deve começar pelas crianças, e com a melhoria e multiplicação das escolas. Todos os esforços devem ser feitos para levar as crianças a compreenderem que, uma vez que nenhum indivíduo é culpado pelo seu caráter ou pela condição da sociedade e da indústria, cada um deve ser transigente com os outros: deve cooperar voluntariamente e deve ser encorajadoramente bondoso. Assim, numa época em que havia muito poucas escolas na Inglaterra para os filhos dos comuns, Owen propunha que "os poderes governantes de todos os países devem estabelecer planos nacionais para a educação, e formação geral do caráter, de seus súditos;... e isto sem... exceção de seita ou partido ou país."[32]

David Dale já tinha feito muito pela educação das crianças em New Lanark. Owen levou isto avante estabelecendo em um de seus edifícios, sua "Nova Instituição" (1816) para a transformação de anjos e bárbaros em cristãos sem teologia. Solicitava sua vinda "quase tão logo que pudessem andar";[33] como Platão, ele temia que seus pais, já formados ou deformados, transmitissem a seus filhos o espírito agressivo e competitivo do regime existente. Cedia às mães que insistiam em que as crianças nos seus tenros anos necessitavam da afeição e do cuidado materno. Usualmente ele os aceitava com a idade de três anos, e deixava, quando o tempo permitia, jogarem e aprenderem ao ar livre. As moças, bem como os rapazes, deviam aprender os três erres (*reading, [w]riting and [a]rithmetic* — leitura, escrita e aritmética), mas deviam também ser instruídos nas artes domésticas. Os rapazes seriam treinados em exercícios militares, mas, como às moças, ser-lhes-ia ensinado a cantar, a dançar e a tocar algum instrumento. Tudo isso seria subordinado à formação do caráter moral, com ênfase na cortesia, bondade e cooperação. Não haveria punições.[34] No fim de cada dia escolar as crianças seriam devolvidas a seus pais. Não lhes seria permitido trabalhar na fábrica antes de terem 10 anos de idade.

Aparentemente não havia instrução religiosa na escola de Owen, nem nas conferências vespertinas oferecidas aos adultos. Como uma criatura do Iluminismo, ele estava convencido que a religião obscurecia a mente da criança com superstições; que a inteligência é a suprema virtude; que a universalização da educação é a única solução para os problemas sociais; e que o progresso, uma vez que tenha essa ajuda, é inevitável e sem limites.[35] Em suas fábricas e em sua escola não havia distinção de raça ou credo; "a caridade e a bondade não admitem exceção".[36] Acreditava que os métodos por ele defendidos eram uma tentativa em direção à ética de Cristo, e antecipava ardosamente a utopia moral que esperava que seus princípios provocassem.

Em seu quarto ensaio (1816), dedicado ao Príncipe Regente, oferecia algumas propostas para legislação. Solicitava ao Parlamento que diminuísse progressivamente a importação de "bebidas espirituosas" (alcoólicas), que aumentasse os impostos sobre seu consumo, e que finalmente acabasse com o licenciamento de bares (*gin-shops*) e cervejarias, de maneira que a embriaguez se tornasse um luxo daqueles tolos que tinham dinheiro. Recomendava a ampliação e o financiamento das escolas elementares para a melhoria moral das gerações futuras. Batia-se por uma "lei das fábricas" que proibisse o emprego de crianças abaixo de dez anos de idade e o trabalho noturno de pessoas abaixo de 18 anos; que regulasse as horas e as condições do trabalho e mantivesse um sistema regular de inspeção das fábricas. Um Departamento do Trabalho governamental deveria periodicamente coletar estatísticas das variações locais no suprimento e na demanda da mão-de-obra, e usar essa informação para aliviar o desemprego.[37] Apelava para a abolição da loteria do estado como um plano ruinoso para "atrair imprudentes e roubar os ignorantes".[38]

Concordava com Malthus em que as Leis dos Pobres — que mantinham os desempregados e os que estavam na miséria em um nível de subsistência apenas a um passo da fome — degradava os que recebiam este alívio e deixava-os apenas propícios à fertilidade e ao crime. Em vez dos asilos de pobres mantidos por esse sistema, Owen propunha (1817) que o Estado deveria estabelecer comunidades, cada uma, com 500 a 1.500 almas, seria organizada por uma auto-sustentável divisão do trabalho, a fim de produzir seu próprio alimento e roupa e manter sua própria escola.[39]

Tendo apelado ao Parlamento com fraco resultado, Owen publicou (1818) uma proclamação "Aos Industriais Ingleses",[40] descrevendo o sucesso de seu sistema em New Lanark, e apelando para que não dessem emprego a crianças de menos de 12 anos de idade. Eles não conseguiam ver como poderiam fazê-lo; e ressentiam-se da análise que Owen fazia da depressão econômica, como conseqüência do aumento da produtividade devido às invenções haverem ultrapassado o poder de compra do povo. Deixaram-no de lado como um visionário ateísta, que não tinha uma real compreensão dos problemas que os empregadores tinham que enfrentar, ou das necessidades humanas que apenas a religião podia satisfazer.

Finalmente Owen voltou-se para os próprios trabalhadores e procurou seu apoio num "Manifesto às Classes Trabalhadoras" (1819). Agradou-os aclamando "o trabalho manual propriamente dirigido", como "a fonte de toda a riqueza e da prosperidade nacional".[41] Mas acautelava que a Inglaterra e suas classes trabalhadoras não estavam prontas para o socialismo; negava qualquer intenção de propor que o governo inglês devesse dar logo emprego direto a toda sua população ativa.[42] Desaconselhava qualquer medida precipitada e rejeitava a revolução como "calculada para gerar e trazer à baila todas as más paixões do ódio e da vingança".[43] No entanto, em seu *Relatório ao Condado de Lanark* (uma corporação de proprietários de terras), em 1820, declarava que o que a Inglaterra agora necessitava não era de reformas em pequenas doses, mas de uma transformação básica da ordem social.[44]

Frustrado na Inglaterra, voltou-se esperançosamente para os Estados Unidos, onde diversas seitas religiosas haviam feito experiências comunistas. Em 1814 um grupo de pietistas germano-americanos havia comprado 120 milhões de metros quadrados ao longo do rio Wabash na parte sudoeste do território de Indiana, e desenvolveram ali uma cidade chamada Harmonia. Por volta de 1825 encaravam a bancarrota. Owen salvou-os e arruinou-se, dando-lhes 40.000 libras pelo terreno e a cidade que rebatizou de Nova Harmonia. Convidou homens e mulheres de boa vontade a juntarem-se a ele e ali estabelecerem uma comunidade cooperativa. Pagou todas as despesas exceto a escola, que foi financiada por William Maclure. Apareceram mil entusiastas, comeram durante um ano às expensas de Owen, vagarosamente se reconciliaram com o trabalho disciplinado, e começaram a discutir acerca de religião e política. Em 1827, tendo perdido a maior parte de suas 40.000 libras,[45] Owen entregou a colônia a Maclure, e voltou para a Inglaterra.

Ele ainda não estava inteiramente liquidado. Liderou um movimento para o desenvolvimento de sindicatos profissionais em corporações, que iriam competir com as empresas privadas na indústria produtiva. O Sindicato Nacional dos Operadores em Construção aceitava contratos para construção. Outros sindicatos se seguiram e, em 1833, Owen organizou-os num Grande Sindicato Nacional Consolidado, que, ele esperava, iria gradualmente suplantar o capitalismo inglês e finalmente substituir o Estado. O Parlamento interveio com leis repressivas, que foram rigorosamente postas em vigor; os bancos recusavam empréstimos; e em 1834 Owen reconheceu-se derrotado.

Sua vida, que tinha sido um tal sucesso na indústria, parecia haver agora alcançado um fracasso quase total. Diferenças religiosas haviam perturbado seu casamento; sua esposa era uma fervorosa calvinista; quando ela descobriu que ele era agnóstico, consumia-se diariamente acerca de sua inevitável danação. Mais tarde ela procurou fazer com

que seu filho Roberto tentasse a conversão de seu pai ao calvinismo; o resultado foi que a fé religiosa do filho sofreu uma considerável diminuição.[46] Após voltar da América, Owen vivia separado de sua mulher, embora permanecendo em termos amigáveis com ela. Acreditava no divórcio, mas não o procurou; sua devoção absorvia-se em sua missão.

Deu ativo encorajamento a diversas comunidades que tentaram praticar seus princípios: em Orbiston na Escócia, Ralahine na Irlanda e Queenwood na Inglaterra. A primeira desintegrou-se em dois anos, a segunda em três e a terceira em seis. Continuou a espalhar suas idéias mediante proclamações e escritos e ainda em vida viu o desenvolvimento de muitas cooperativas de consumidores nas ilhas britânicas. Mantinha-se ativo escrevendo recomendações para reformas a entidades cultas, ao pessoal do governo, à rainha Vitória. Finalmente, em 1853, passou-se para o espiritismo, tornando-se o joguete de vários médiuns, e teve íntimas conversações com Franklin, Jefferson, Skakespeare, Shelley, Napoleão e o profeta Daniel.[47] Em 1858, tendo por longo tempo sobrevivido à sua época e a si próprio, ele voltou a sua nativa Newtown, e morreu ali aos 88 anos de idade.

Era um bom homem, e tão próximo ao altruísmo quanto qualquer pessoa pode ser, com sua convicção. Ele não podia transcender inteiramente a seu ego; tinha seu secreto orgulho no poder, no sucesso e na inteligência; seus empreendimentos dependiam de sua direção pessoal; mas ele estava certo ao assumir que uma cooperação competente requer disciplina e autoridade. O melhor que um homem pode fazer é aumentar o seu ego de modo a incluir seus parentes, seu país, sua espécie, e assim encontrar satisfação numa beneficência que se alarga. Isto, afinal de contas, foi o que fez Robert Owen, e numa escala bravamente expansiva; e isto é suficiente para classificá-lo entre os profetas inspiradores de uma vida melhor.

CAPÍTULO XVI

A Vida Inglesa

I. AS CLASSES

UMA civilização é constituída por um povo ao qual é dada uma ordem social por meio de governo, leis, religião, moral, costumes e educação, e que é deixada suficientemente livre para inventar e experimentar, para desenvolver amizades, caridade e amor, e para criar artes, literatura, ciência e filosofia. Como funcionaram essas formas de ordem e liberdade na Inglaterra de 1789 a 1815, e o que produziram?

Primeiro, a natural diversidade dos homens — em sua herança, oportunidade e capacidade — arrumou-os em classes, cada uma das quais contribuindo com uma participação no suporte da vida corporativa. Não havia castas na Inglaterra, pois um indivíduo de excepcional riqueza ou capacidade podia subir de uma classe para outra, até mesmo chegar a ser um par do reino; e a relação entre pares e camponeses era muitas vezes aquela de um intercâmbio amável, raramente aquela de um brâmane e um intocável. A servidão havia desaparecido, embora apenas uma minoria dos camponeses fosse proprietária da terra que cultivava. Os nobres pagavam impostos como os outros, e algumas vezes (ao contrário de seus semelhantes franceses) engajavam-se no comércio ou na indústria. Apenas o filho mais velho de um nobre participava de sua nobreza; os outros filhos eram legalmente (embora não socialmente) comuns.

Muitas desigualdades não-naturais permaneciam. A concentração da riqueza era excepcionalmente alta. A igualdade perante a lei era anulada pelo custo das disputas legais. Lordes acusados só podiam ser julgados pela Casa dos Lordes (um júri de seus pares); este "privilégio dos pares" sobreviveu até 1841. Pessoas distraídas, que não tivessem ascendência nobre, podiam ser recrutadas à força para a marinha. Os comuns raramente atingiam altos postos na marinha ou no exército, no serviço civil, na universidade ou no judiciário. Uma classe dominante de nobres e fidalgos raramente concedia à massa indistinta qualquer participação na determinação do pessoal ou das políticas do governo.

Talvez a consciência de classe fosse mais aguda na burguesia, que permanecia orgulhosamente pairando por cima dos camponeses e do proletariado e sonhando acerca da nobreza. Dentro da burguesia havia ciumentas camadas: o capitalista industrial olhava de cima para baixo o vizinho que era proprietário de uma loja; Samuel Adams em 1748 havia chamado a Inglaterra "uma criação dos lojistas";[1] Napoleão repetiu-o; isto era dificilmente verdade. O grande mercador que havia conseguido dinheiro por meio de aventuras mantinha-se superior frente aos industriais, e os nababos endinheirados, que haviam dourado seus ganhos coloniais com patriotismo e religião, estavam formando uma classe própria. Como na França, também na Inglaterra ninguém parecia mais contente com o lugar que a providência, a capacidade ou o acaso lhe havia assegurado; todo mundo estava ocupado em subir ou cair; a falta de tranqüilidade da época moderna

havia começado. A luta básica era a do capitalista para substituir o aristocrata no leme do Estado; na França isto levou uma geração; na Inglaterra séculos.

Assim, até 1832, a nobreza era suprema e ria-se de seus desafiantes. Em seu estrito senso consistia ela, em 1801, de 287 pares (homens e mulheres) "temporais", e 26 bispos anglicanos, os quais, como "lordes espirituais" tinham o direito de sentar-se na Casa dos Lordes. Os pares temporais eram classificados, na ordem descendente, em príncipes de sangue real, duques, marqueses, condes, viscondes e barões. A todos esses, exceto os príncipes e os duques, o apelativo lorde podia ser propriamente aplicado; e seus títulos eram transmissíveis geração após geração aos filhos mais velhos. Sua riqueza baseava-se na propriedade de vastas áreas cultivadas por fazendeiros arrendatários ou mão-de-obra alugada, e trazendo rendas tais como a do duque de Newcastle, de 120.000 libras esterlinas, ou a do visconde de Palmerston, mais usual, de 12.000 libras esterlinas por ano.[2] As propriedades combinadas dos duques de Bedford, Norfolk, e Devonshire poderiam cobrir um condado médio.[3] Abaixo desses lordes temporais e espirituais, surgiam na Inglaterra 540 "baronetes" e suas esposas, que tinham direito de fazer antecipar seus nomes cristãos com os títulos "Sir" ou "Lady", e transmitir esses títulos a suas famílias. A seguir vinham 350 cavaleiros e suas esposas, que tinham direito aos mesmos prefixos, mas não a transmiti-los. Abaixo desses vinham 100.000 "squires" ou pequena nobreza — proprietários de terras nascidos em antigas e aceitas famílias, autorizados a usarem um escudo de armas. Todos esses grupos abaixo dos lordes constituíam a pequena nobreza, mas eram geralmente incluídos na aristocracia que governava a Inglaterra.

A aristocracia parecia não sentir que havia qualquer coisa errada no governo da minoria. Seus membros aceitavam com estóica resignação a pobreza dos camponeses, a degradação dos trabalhadores na indústria e a espoliação da Irlanda. A pobreza, acreditavam eles, era a natural e necessária penalidade da incompetência ou da indolência, e não se deveria permitir que teóricos de pernas fracas transformassem a Inglaterra numa democracia apoiando-se num degenerativo subsídio aos pobres. A despeito de sonhadores anarquistas como William Godwin ou Percy Shelley, algum governo é necessário; sem ele o povo torna-se uma multidão perigosa para todos os indivíduos e todas as liberdades. Napoleão não sentia nenhuma inclinação a favor da Inglaterra, no entanto dizia ele em Santa Helena: "Seria um desastre para a Europa se a aristocracia inglesa desaparecesse, se o país fosse entregue a uma turba em Londres."[4] Todo o governo é exercido por uma minoria ou um déspota, e a minoria governante ou é uma aristocracia de berço ou uma plutocracia da riqueza. A democracia, naturalmente, pertence a esse último grupo, pois somente a riqueza pode financiar campanhas ou persuadir o povo a votar pelo candidato da minoria endinheirada. Os homens que são eleitos democraticamente raramente são equipados por nascimento ou por treinamento, a enfrentar com sucesso os problemas do governo, muito menos ainda as relações internacionais. Uma aristocracia de berço é uma escola de estadistas. Alguns de seus graduados podem tornar-se imprestáveis folgazões, mas uma boa porção adquire, pela longa associação com os problemas e pessoal de governo, a habilidade de tratar dos assuntos críticos sem fazer a nação perigar por sua falta de competência. Além disso, uma aristocracia funcionando propriamente conquista para o povo o hábito de obediência e o respeito pela autoridade, que são a base da ordem pública e da segurança.

Tais argumentos, sutilmente fraseados e obscuramente sentidos, parecem ter persuadido a maioria da nação inglesa. Mas não convenciam a burguesia emergente, que ressentia-se do poder da riqueza baseada na terra para controlar os ministros e o Parlamento; tais argumentos eram zangadamente repudiados pela mão-de-obra rebelada; e eram acirradamente questionados por uma *intelligentsia* chocada ao observar os meios pelos quais uma aristocracia que servia a si própria estava governando a Inglaterra e resolvida a revelá-los.

II. O GOVERNO

1. *O Legislativo*

A constituição da Inglaterra é formada por todo o corpo dos atos do Parlamento que não foram anulados e pelas decisões das Cortes que não foram revogadas. De acordo com esses precedentes, a autoridade total do governo reside na coroa (rei ou rainha) e no Parlamento agindo em conjunto; usualmente, desde 1688, o monarca aceitava o que o Parlamento legislava. Nenhum documento escrito limitava o poder do Parlamento de aprovar qualquer lei que agradasse ambas suas câmaras. A câmara superior, a Casa dos Lordes, consistia dos lordes temporais e espirituais, tendo nela assento por direito de nascimento ou tradição, não necessitando de eleição, com o poder de rejeitar qualquer medida votada pela Casa dos Comuns, e servindo como corte suprema nos apelos de decisões judiciais, nos impedimentos do pessoal do governo, e em todas as ações movidas contra seus membros seculares acusados de um crime importante. Era um bastião da aristocracia lutando ações de retaguarda contra uma burguesia que avançava.

A Casa dos Comuns contava com 558 membros: dois de cada uma das universidades de Oxford e Cambridge, um do Trinity College, de Dublin, 45 da Escócia; o resto era escolhido por 40 condados ("shires") e 20 "*boroughs*" (burgos) por eleitores que tinham poderes limitados, por demais variados para serem definidos.[5] As mulheres eram excluídas do eleitorado, bem como os pobres, os católicos romanos, os quacres, os judeus, os agnósticos, e em geral qualquer pessoa que não pudesse jurar obediência às autoridades e às doutrinas da Igreja da Inglaterra. Ao todo, havia 245.000 votantes elegíveis numa Inglaterra de nove milhões de almas. Uma vez que o voto era público, poucos votantes ousavam apoiar qualquer candidato que não fosse aquele indicado pelo principal proprietário de terras; muitos indivíduos eleitores não se incomodavam em votar; e algumas eleições eram decididas por arranjos entre os líderes, sem nenhuma espécie de votação. O número de representantes parlamentares concedido a cada "*borough*" havia sido fixado por tradição, e não levava em consideração o crescimento ou declínio da população do "*borough*"; alguns "*boroughs*", com apenas um punhado de votantes, elegiam um ou mais membros, enquanto que Londres, com seis mil votantes, elegia apenas quatro. Os novos centros industriais eram pobremente representados no Parlamento, quando o eram; Manchester, Birmingham e Sheffield não tinham membros no Parlamento, enquanto o velho condado de Cornwall tinha 48. Devemos acrescentar, no entanto, que em assuntos locais, muitas cidades e vilas retinham considerável autonomia. Assim, a cidade de Londres, através de um sufrágio limitado pela propriedade, escolhia seu próprio governo, e mantinha uma orgulhosa independência do Parlamento.

Cerca de metade dos assentos nos Comuns era preenchida por essas eleições semipopulares; a outra metade era preenchida através de nomeação incontestada pelos proprietários locais ou afastados; e essas nomeações eram, em muitos casos, oferecidas pelos "*boroughs*" para aquele que fizesse a mais alta proposta. "*Boroughs*", ou assentos nas Casas dos Comuns, eram comprados e vendidos tão abertamente como qualquer artigo de comércio; e o próprio rei era às vezes o grande comprador de *boroughs*".[6]

Os membros escolhidos eram imprecisamente divididos entre dois partidos — *tories* e *whigs*. Esses partidos haviam em grande parte esquecido as questões que no passado os dividiram; seus líderes eram em ambos os casos membros de velhas famílias aristocráticas; mas os *whigs* eram mais inclinados a escutar os emergentes e afluentes lordes do comércio e da indústria, enquanto que os *tories* defendiam — e os *whigs* desafiavam — a tradicional "prerrogativa" do poder real. O pomo de discórdia não era uma questão de princípio, mas de poder: que partido formaria o ministério que iria governar, dividiria os empregos lucrativos e supervisionaria a burocracia que se desenvolvia e que dividia os ganhos.

A despeito de sua base aristocrática, o governo britânico era consideravelmente mais democrático, ao fazer suas leis, do que a maior parte dos estados continentais; enquanto nestes (incluindo a França após 1804) o poder supremo era exercido por um imperador ou um rei, na Inglaterra o verdadeiro governante, desde 1688, não era o rei mas o Parlamento; e no Parlamento bicameral a autoridade residia principalmente nos Comuns através do seu "poder da bolsa": nenhum desembolso de fundos públicos podia ser feito sem seu consentimento. Teoricamente o rei podia vetar qualquer medida passada pelo Parlamento; na verdade Jorge III nunca experimentou essa prerrogativa para ver se funcionava. O rei, no entanto, podia dissolver o Parlamento e "apelar para o país" por uma nova eleição; nesse caso os candidatos que ele favorecia e financiava tinham uma boa chance de ganhar assentos, pois o rei nativo (após dois Jorges estrangeiros) tinha se tornado de novo o símbolo da nação, o objeto central da lealdade e do orgulho patrióticos.

2. *O Judiciário*

O judiciário inglês era tão casual, caótico e competente quanto a legislatura. Em primeiro lugar, tinha que administrar um corpo de leis que havia crescido quase que diariamente durante centenas de anos, que havia por longo tempo permanecido sem sistematização, e que era tão brutal em suas penalidades tradicionais que os juízes tinham muitas vezes de emendá-las ou ignorá-las. A lei tinha o ranço de suas origens feudais e de suas emendas cristãs: lordes acusados ainda deviam ser julgados por lordes, e o "benefício do clero" ainda (até 1827) excluía os ministros anglicanos das cortes seculares. Centenas de leis (contra jogo público, diversões noturnas, reuniões não-licenciadas...) permaneciam nos estatutos embora raramente fossem observadas. Algumas melhorias foram feitas nesse período: o número de crimes — cerca de 200 — para os quais, em 1800, a pena de morte era prescrita, foi progressivamente reduzido; e uma contabilidade confiável de disponibilidades e obrigações podia evitar a prisão por dívidas. Mas a lei da bancarrota permanecia tão entravada que os negociantes antes a evi-

tavam como um caminho para uma dupla falência. O ato de *Habeas-Corpus* de 1679, que objetivava acabar a prisão indevida antes do julgamento, havia sido tantas vezes suspenso que perdeu sua força em crises tais como as guerras da Revolução Francesa. As confusões, contradições e barbaridades da lei inglesa continuaram até que Bentham atacou-as com seus persistentes e detalhados apelos por uma reforma.

A captura de criminosos era tornada ainda mais difícil pela raridade de policiamento na cidade, e sua quase total ausência na campanha; os cidadãos eram levados a formar associações voluntárias para proteger suas vidas e propriedades. Mesmo se preso, o criminoso podia protelar ou escapar à prisão, mediante a contratação de advogados que encontrassem ou forjassem razões para apelação, ou escapatórias na lei; "orgulhavam-se os advogados que não havia um único estatuto através de cujas malhas eles não pudessem passar com uma carruagem puxada por seis cavalos".[7]

No mais baixo degrau da profissão legal estavam os procuradores ou solicitadores, que faziam o papel de agentes legais para o cliente, ou pesquisavam e preparavam papéis para os advogados (*barristers*), que eram os únicos admitidos na corte (*bar*). Entre eles o rei, usualmente mediante recomendação do lorde chanceler, escolhia os juízes.

Uma ou duas vezes por ano os juízes das Cortes de Lei Comum visitavam os condados para julgar casos civis ou criminais. Como sua estada em qualquer lugar era curta, a administração da lei — até certo ponto sua criação — em cada condado ou *borough* era deixada a cargo dos "juízes de paz" locais. Esses eram escolhidos pelo governo central dentre os mais ricos proprietários de terras do distrito; não eram pagos, mas face a sua riqueza esperava-se que fossem mantidos incorruptos. Não deixavam de ter preconceitos de classes, e alguns tornaram-se famosos por severas sentenças contra os radicais; mas, em geral, eles proviam uma justa e competente administração local quase igual àquela dos prefeitos da França napoleônica.

A melhor característica da lei inglesa era o direito do acusado ao julgamento por júri. Aparentemente essa instituição dos francos carolíngios tinha vindo para a Inglaterra em sua forma primitiva com a conquista normanda. O tamanho do júri não foi fixado em 12 membros até 1367; e somente até aquela época é que um veredicto unânime era necessário. Os jurados eram escolhidos — usualmente da classe média — de um painel que tinha de 48 a 72 homens, depois de um demorado direito de recusa pelas partes em contenda. Periodicamente os juízes de paz eram assistidos em cada condado por um grande júri, sob cujas recomendações esperava-se que a corte agisse. Nos julgamentos, os jurados ouviam as provas, os discursos dos advogados das partes e o sumário do juiz. Após isso eles se retiravam para um quarto adjacente onde, "a fim de evitar-se intemperança e demora não justificada", eram mantidos sem alimentos, bebida, aquecimento ou velas (a não ser por permissão do juiz) "até que houvessem concordado unanimemente".[8]

3. *O Executivo*

Teoricamente o poder executivo era investido no monarca; na realidade residia em seu gabinete de ministros e esses tinham que ser membros do Parlamento, responsáveis perante ele por suas ações, e dependentes dele para seus recursos. Teoricamente

o rei indicava esses ministros; na prática esperava-se que ele escolhesse como sua cabeça o líder do partido vitorioso nas últimas eleições; e este primeiro-ministro, com outros membros preeminentes em seu partido, indicava para a aprovação formal do rei os secretários dos vários ministérios. Em sua primeira administração (1783-1801), William Pitt desempenhou um duplo papel, como chanceler do erário e primeiro lorde do tesouro; isto é, controlava, sujeito à aprovação parlamentar, tanto a coleta quanto o desembolso das rendas nacionais. No gabinete, bem como no governo em geral, o poder da bolsa era o instrumento principal da disciplina e do governo.

Jorge III não admitia sua subordinação ao Parlamento. Desde sua ascensão em 1760, com a idade de 22 anos, havia procurado reforçar as prerrogativas reais. Mas o custoso colapso de sua liderança na Guerra da Independência da América, e seus repetidos intervalos de insanidade (1765, 1788, 1804, 1810-20), enfraqueceram seu corpo, sua mente e sua vontade, e após 1788 ele permitiu a William Pitt governar exceto quanto a três provisões: a escravidão não seria condenada definitivamente, dos católicos ingleses não seria permitido votarem, e não haveria paz com a França até que Luís XVIII fosse seguramente colocado no trono que lhe pertencia.

Jorge III era um bom homem dentro das limitações de sua visão e de seu credo. Napoleão, em retrospecto quando cativo, descrevia-o como "o homem mais honesto de seus domínios".[9] Distinguia-se de seus predecessores hanoverianos pelo fato de obedecer a todos os mandamentos exceto o quinto, e por não chegar a cumprir a obrigação levítica de "ama teu irmão como a ti mesmo"; mas amava o povo inglês. A despeito de seus defeitos e por causa de seus infortúnios, eles o amavam em contrapartida — por estimar a religião herdada, por amar sua esposa e suas filhas, e por dar à nação o quadro inspirador de uma vida simples e devotada. Seus corações ficaram de seu lado quando, a despeito de seu exemplo, a maioria de seus filhos manchava seus títulos principescos em um caos matrimonial, jogando inconscientemente, sendo audaciosamente extravagantes e de uma visível deterioração de corpo e de caráter. Wellington iria descrevê-los como "as mais amaldiçoadas pedras amarradas no pescoço de qualquer governo, que se possa imaginar".[10]

O mais velho deles, Jorge, príncipe de Gales, era o mais impossível, o maior causador de dificuldades e o mais encantador. Era um homem bonito e sabia disso. Recebera uma boa educação, podia falar francês, alemão e italiano fluentemente, cantava bem, tocava violoncelo, escrevia poesias, mantinha-se em contato com a literatura inglesa contemporânea, contava com Richard Sheridan e Thomas Moore entre os seus mais íntimos amigos, e era um inteligente patrono da arte. Montou em Carlton House um palácio principesco, mobiliou-o elegantemente à custa da nação, favorecia os políticos, rivalizava na bebida com Charles James Fox e, para horror de seu pai, tornou-se o ídolo dos *whigs*. Admirava também os jovens dândis, que desperdiçavam suas fortunas em belas roupas, mulheres, cavalos e cachorros;[11] acompanhava esses ingleses às lutas de boxe, e distanciava-se de todos eles nos gastos e nas dívidas. O Parlamento várias vezes votou 100.000 libras para restaurar sua solvência,[12] pois ninguém poderia dizer quando este bem-humorado patife seria, como rei, o doador generoso de lucrativas sinecuras.

Aos 17 anos ele havia confessado ser "por demais encantado pelas mulheres e pelo vinho". Entre suas primeiras amantes contava-se Mary Robinson, que fascinou-o por sua atuação no papel de Perdita em *Um Conto de Inverno*; por três anos ele a manteve

em injustificável luxo. Depois disso começou uma ligação mais séria com Maria Anne Fitzherbert, duas vezes viúva, católica romana, seis anos mais velha do que ele, e impossivelmente decente; recusou-se a tornar-se sua amante, mas consentiu em casar-se com ele. O Ato de Acordo que dera o trono da Inglaterra à Casa de Hanôver excluía da sucessão qualquer marido ou mulher de um católico romano; e uma lei de 1772 proibia a qualquer membro da família real de menos de 25 anos de idade casar-se sem o consentimento do governante. Apesar disso, o príncipe casou-se com Mrs. Fitzherbert, (1765), pagando a um jovem cura anglicano 500 libras para realizar a cerimônia ilegal; a ilegalidade preservou o direito de sucessão do príncipe. Assumiu esse direito em 1788 quando seu pai mergulhou na insanidade; esperou pacientemente que ele morresse, mas o pai e o filho raramente concordavam.

Eles concordavam, no entanto, que se o rei (na realidade o Parlamento) pagasse as novas dívidas do príncipe (110.000 libras esterlinas), o herdeiro aparente deixaria sua esposa morganática e se casaria com a sobrinha de seu pai, a princesa Carolina de Brunswick. Ele julgou-a desencorajadoramente feia e ela o achou desgostosamente gordo; mas se casaram, em 8 de abril de 1795. Carolina mais tarde asseverou que ele havia passado a noite de núpcias num torpor de bêbado;[13] no entanto ela deu-lhe uma filha, a princesa Charlotte, em 7 de janeiro de 1796. Logo depois ele a deixou e retornou por algum tempo a Mrs. Fitzherbert, que foi aparentemente a única mulher que amou profundamente. (Quando ele morreu uma miniatura com o retrato dela foi encontrada pendurada em seu pescoço.)[14]

Em novembro de 1810 Jorge III, sucumbindo à oposição do Parlamento, à vergonha de seu filho, e ao pesar por sua filha morta Amelia — enlouqueceu definitivamente. Durante nove anos a partir daí o rei da Inglaterra era um lunático esbravejante, em camisa de força, do qual seu povo tinha piedade e ao qual amava; e o regente, assumindo com toda a pompa e poder real, era uma ruína degenerada, gordo, cinqüentão, bondoso, enganado pela mulher e desprezado.

III. RELIGIÃO

O governo e a *intelligentsia* da Inglaterra tinham por essa época chegado a um acordo de cavalheiros acerca da religião. O ataque deístico sobre o credo ortodoxo havia diminuído à medida que os céticos compreenderam que nada tinham para colocar em seu lugar como uma ajuda para a moralidade individual e a paz pública. William Godwin, Robert Owen, Jeremy Bentham, e James Mill eram exemplos sobreviventes da descrença, mas dela não faziam propaganda; Tom Paine era uma exceção. A aristocracia inglesa, que havia encontrado algum encanto no jovem Voltaire, era agora conspicuamente observadora do culto do Sabbatti. "É uma maravilha para as classes inferiores através de toda a Inglaterra", notava o *Registro Anual* de 1798, "ver as avenidas que se dirigem às igrejas cheias de carruagens nos sábados".[15] John Stuart Mill observava em 1838:

> Existe na mentalidade inglesa, tanto na especulação quanto na prática, um recuo altamente salutar de todos os extremos... *Quieta non movere* (não mexa no que está quieto) era a doutrina favorita daqueles tempos;... conseqüentemente, sob a condição de não fazer barulho demais acerca da religião, ou de levá-la demais em consideração,

> a Igreja era apoiada até pelos filósofos como um baluarte contra o fanatismo, um sedativo para o espírito religioso, a fim de impedi-lo de perturbar a harmonia da sociedade ou a tranqüilidade do Estado. O clero do Estabelecimento pensava ter uma boa barganha nesses termos, e seguia suas condições muito fielmente.[16]

A Igreja Estabelecida era oficialmente a "Igreja Unida da Inglaterra e Irlanda". Embora aceitasse os 39 artigos do credo calvinista, mantinha muitas características do ritual católico. Tinha arcebispos e bispos, mas esses usualmente-se, e eram indicados pela coroa. Os párocos locais eram geralmente escolhidos pelos senhores locais (*"squires"*) e ajudavam-nos a manter a ordem social. O clero anglicano reconhecia o rei como sua cabeça e governante e dependia do Estado para coletar em todas as famílias da Inglaterra o dízimo que sustentava a igreja. Burke descrevia a Inglaterra como uma comunidade cristã, na qual a Igreja e o Estado eram "uma e a mesma coisa, sendo partes diferentes integrais do mesmo conjunto"; e John Wilson Croker chamava a abadia de Westminster "uma parte da constituição britânica".[17] A relação parecia-se com a existente entre a igreja católica e o governo da França sob Luís XIV, exceto que quase não havia perseguição por heresia. Segundo a letra da lei, um ateísta era considerado fora de lei e podia ser perseguido como um criminoso. A blasfêmia — qualquer indignidade que ofendesse a Deus em palavras, escritos ou sinais — podia ser punida por 18 períodos de duas horas no pelourinho.[18] Tais leis eram raramente cumpridas.

Às seitas dissidentes — metodistas, presbiterianas, batistas, independentes, congregacionistas, quacres, e initários — permitia-se pregar suas doutrinas sob a condição de se declararem cristãs.[19] Alguns dissidentes sentavam-se na Casa dos Lordes. Os pregadores metodistas reuniam grandes platéias devido à sua assustadora eloqüência. Os trabalhadores oprimidos das cidades, perdendo suas esperanças na terra, retornavam à antiga fé, e com tal ardor que, quando idéias revolucionárias sopraram por sobre o Canal vindas da França, eles resistiram a todos os esforços que lhes sugeriam uma revolta. Em 1792 os líderes do metodismo wesleyano solicitaram de todos os seus fiéis um voto de lealdade e obediência ao rei.[20]

Dentro da própria Igreja Estabelecida a influência dos metodistas inspirou um "Movimento Evangélico": muitos membros do clero mais jovem e leigo resolveram revitalizar o credo anglicano levando a sério o evangelho e devotando-se a uma vida simples, à piedade, à caridade, e à reforma da Igreja. Um deles, William Wilberforce, liderou a campanha inglesa contra a escravatura; uma outra, Hannah More, espalhou um novo fervor cristão por meio de suas conferências, livros e escolas dominicais.

Dois grupos religiosos permaneciam fora do círculo da tolerância total: católicos e judeus. Os protestantes ingleses não haviam esquecido Guy Fawkes e sua tentativa de explodir o Parlamento (1605), nem o namoro dos reis Stuart — Carlos I e II, Jaime II — com as potências católicas, suas amantes e suas idéias; tendiam a olhar os católicos como alguém que dera sua lealdade a um potentado estrangeiro (os papas eram soberanos temporais como governantes dos Estados Papais), e tinham dúvidas sobre como um católico se comportaria num conflito entre um pontífice romano e um rei britânico.

Havia cerca de 60.000 católicos na Inglaterra de 1800. A maior parte era de origem irlandesa, mas alguns eram descendentes de católicos britânicos de antes da Reforma. As leis contra eles foram nessa época bastante amenizadas. Várias emendas entre 1774 e 1796 devolveram-lhes o direito à terra própria, à celebração de seus próprios serviços,

e à transmissão de sua fé por meio de suas próprias escolas; e um juramento, cujos termos eram especialmente escolhidos, garantia sua lealdade ao rei e ao governo sem repudiar o papa. No entanto, não podiam votar nem ser eleitos para o Parlamento.

Ao aproximar-se o fim do século XVIII o movimento em favor da total emancipação dos católicos ingleses parecia às vésperas do sucesso. Protestantes preeminentes — Wesley, Canning, Wilberforce, Lord Grey — o apoiavam. A Revolução Francesa levantou na Inglaterra uma reação contra Voltaire e o Iluminismo, e alguma simpatia por uma religião de tal forma oprimida pelo governo revolucionário. Após 1792 os *émigrés* franceses, incluindo padres e monges católicos, recebiam uma calorosa recepção e ajuda financeira do Estado inglês; aos exilados permitia-se estabelecer mosteiros e seminários. A noção de que uma igreja tão enfraquecida e despojada pudesse ser um perigo para a Inglaterra parecia agora absurda, e numa guerra contra a França aquela igreja poderia ser um valioso aliado. Em 1800 Pitt introduziu uma lei para a emancipação dos católicos na Inglaterra. Os *tories* e os anglicanos da igreja alta opuseram-se, e Jorge III manteve-se resolutamente ao lado deles. Pitt retirou sua moção e abandonou o posto. A emancipação católica na Inglaterra tinha de esperar até 1829.

Ainda mais tardia (1858) foi a remoção das incapacidades civis dos judeus na Inglaterra. Eram cerca de 26.000 em 1800: a maior parte deles em Londres, alguns em cidades provinciais, quase nenhum na campanha. A extensa guerra interrompeu maior imigração, e permitiu aos judeus ingleses ajustarem-se aos costumes britânicos e quebrarem algumas barreiras raciais. A lei ainda lhes tolhia o direito de voto e das funções públicas principais, requerendo um juramento "sobre a fé de um cristão", e a recepção dos sacramentos de acordo com os ritos da Igreja Estabelecida. Exceto quanto a isto, eles eram livres e podiam exercer o culto sem ser perturbados em suas casas e nas sinagogas. Alguns preeminentes judeus aceitaram a conversão ao cristianismo — Sampson Gideon, o banqueiro, David Ricardo, o economista, Isaac Disraeli, o escritor. O último, além de ser o pai do incomparável Benjamin, publicou anonimamente e sem dar muita importância, entre 1791 e 1834, as *Curiosidades da Literatura*, que ainda podem agradar uma mente educada no prazer da leitura.

A longa experiência dos judeus como banqueiros e suas conexões de família através das fronteiras capacitaram-nos a vir em ajuda do governo britânico na Guerra dos Sete Anos e no longo duelo com a França. Os irmãos Benjamin e Abraham Goldsmid ajudaram Pitt a romper o anel de corretores extorsionistas que haviam monopolizado as transações com as emissões do Tesouro. Em 1810 Nathan Rothschild (1777-1836) estabeleceu em Londres um ramo da firma que seu pai, Meyer Amschel Rothschild, havia fundado em Frankfurt-sobre-o-Meno. Nathan pareceu ter sido o mais capaz dos gênios financeiros que distinguiu a família através de diversos séculos e em muitos países. Tornou-se o intermediário favorito do governo britânico em suas relações financeiras com potências estrangeiras; foi ele ou seus agentes que transmitiram da Inglaterra para a Áustria e para a Prússia os subsídios que permitiram a esses Estados lutarem contra Napoleão; e ele desempenhou um papel importante na expansão industrial e comercial da Inglaterra após 1815.[21]

IV. EDUCAÇÃO

A Inglaterra parecia estar resolvida a mostrar como um governo podia manter-se sem mandar suas crianças para a escola. A aristocracia não estava interessada em educação, a não ser para seus próprios filhos. Parecia melhor para o *status quo* que os camponeses e os proletários, e provavelmente também os burgueses, fossem incapazes de ler, especialmente agora que Godwin, Owen, Cobbett, Paine, Coleridge e Shelley estavam imprimindo tantas tolices acerca de aristocracias exploradoras, comunas agrícolas, escravos das fábricas e a necessidade do ateísmo. "Os resolutos advogados do velho sistema", escrevia Godwin em 1793, "têm-se oposto, com uma previsão que não é desprezível, à comunicação do conhecimento como uma inovação das mais alarmantes. Em sua bem conhecida observação — que 'um criado a quem ensinaram a escrever e a ler deixa de ser, a partir de então, a máquina passiva de que eles necessitam' — contém o embrião a partir do qual seria fácil explicar toda a filosofia da sociedade européia."[22] Além disso (argumentavam os escalões superiores), as classes inferiores seriam incapazes de julgar com sabedoria e cautela as noções a ela apresentadas em conferências, jornais ou livros; as idéias seriam explosivas; se houvesse escolaridade em toda a nação, o "monstruoso regimento" das pessoas simples e sonhadores iria tentar destruir os necessários privilégios e poderes das únicas classes que podem preservar a ordem social e a civilização. E os fabricantes, acossados pelos competidores, pressionados pelos investidores, e procurando mão-de-obra barata, não viam nenhum incentivo em ensinar às crianças que trabalhavam os Direitos do Homem e os esplendores da utopia. "Estes princípios", dizia um conservador anônimo citado por Godwin, "irão inevitavelmente fermentar nas mentes das pessoas vulgares,... ou a tentativa de levá-las a uma execução será acompanhada por toda a espécie de calamidades... O conhecimento e o gosto, as melhorias do intelecto, as descobertas dos sábios, a beleza da poesia e da arte são pisoteadas e destruídas pelos bárbaros."[23]

Em 1806 Patrick Colquhoun, antigo magistrado da polícia de Londres, estimava que dois milhões de crianças na Inglaterra e no País de Gales não recebiam qualquer educação; em 1810 Alexander Murray, filósofo, calculava que três quartas partes dos trabalhadores agrícolas eram analfabetas; em 1819 estatísticas oficiais listavam 674.883 crianças comparecendo a escolas na Inglaterra e no País de Gales — a décima quinta parte da população.[24] Quando, em 1796, Pitt propôs que o governo estabelecesse escolas para educação industrial, sua proposta não chegou a ser votada; quando, em 1806, Samuel Whitbread apresentou uma lei para o estabelecimento pelo governo de uma escola em cada paróquia (como já existia na Escócia), foi aprovada pelos Comuns, mas rejeitada pelos Lordes, baseados em que a lei não colocava a educação numa base religiosa.

Os grupos religiosos esforçavam-se para prover uma certa educação para algumas de suas crianças. A Sociedade para Promover o Conhecimento Cristão mantinha "escolas de caridade", mas seu efetivo total de crianças não excedia a 150.000.[25] As escolas de Hannah More eram quase que inteiramente confinadas à instrução religiosa. A Lei dos Pobres abriu "escolas industriais" para 21.600 de suas 194.914 crianças, para habilitá-las a conseguir emprego. Uma coisa que as crianças nas escolas religiosas aprendiam bem era a Bíblia; ela tornou-se sua fé, sua literatura e seu governo, uma preciosa posse no meio dos infortúnios, das injustiças e dos espantos da vida.

Em 1797 o Dr. Andrew Bell, para fazer face a uma carência de professores, estabeleceu um "sistema de monitores", usando os alunos mais velhos como instrutores assistentes nas escolas elementares ligadas ao culto anglicano. Um ano mais tarde Joseph Lancaster introduziu um sistema semelhante baseado em princípios que eram aceitos por todos os cristãos. Os homens da igreja recusavam-se a operar com esse plano que não tinha denominação de seita; Lancaster foi denunciado como deísta, um apóstata, um instrumento de Satã, e Coleridge juntou-se a essa condenação.[26] Em 1810 James Mill, Lorde Brougham, Francis Place, e Samuel Rogers fundaram a Associação Real Lancastriana (Royal Lancastrian Association) para espalhar escolas não-sectárias. Alarmados pelo progresso do plano, os bispos anglicanos organizaram uma sociedade rival intitulada "Sociedade para Educação dos Pobres de acordo com os princípios da Igreja Estabelecida". Não foi senão em 1870 que um sistema de escolas elementares sem denominação foi estabelecida na Inglaterra.

A educação superior era provida, para aqueles que podiam pagá-la, por tutores domésticos, escolas "públicas, conferências e duas universidades. As escolas públicas — Eton, Harrow, Rugby, Winchester, Westminster, e Chartehouse — eram abertas, por meio do pagamento de uma taxa, aos filhos da nobreza e da aristocracia menor, com ocasionalmente inclusão de burgueses importantes. O curso de estudos era primariamente clássico — as línguas e literaturas das antigas Grécia e Roma. Algumas ciências eram acrescentadas ao lado disso, mas os pais desejavam que seus filhos fossem treinados para o governo e para companhias amáveis, e estavam convencidos de que um jovem podia melhor preparar-se para isso por meio da história grega e romana, da literatura e da oratória, do que pela física, química, e poesia inglesa; Milton, no entanto, era admitido como um romano deslocado que escrevia latim quase tão bem quanto inglês.

A disciplina nas escolas públicas era uma mistura de *flogging* e *fagging*, (açoites e trotes). Aqueles que cometiam faltas graves eram açoitados pelos professores; *fagging* era a prestação de serviços braçais pelos rapazes das classes mais atrasadas àqueles das classes superiores: levar recados para eles, engraxar seus sapatos, preparar seu chá, carregar seus botões e bolas de críquete, e suportar seus mandos e maus-tratos em silêncio; a teoria era que uma pessoa deve aprender a obedecer antes de estar em condições de comandar (teoria semelhante prevalecia no exército e na marinha, que também eram organizados na base de *flogging* e *fagging*, obediência silenciosa; nesse sentido as vitórias de Trafalgar e Waterlooo foram obtidas não somente "nos campos de jogo de Eton e Harrow", mas também nas salas e nos quartos das escolas públicas.) Quando um calouro atingia as posições superiores, estava pronto para defender o sistema. Havia alguma democracia nesses viveiros da aristocracia: todos os calouros eram iguais, independentemente de sua riqueza ou ascendência, e todos os diplomatas (se eles não se dedicassem ao comércio) olhavam uns para os outros como iguais — e a todas as outras pessoas como inferiores, não importa quão talentosas fossem.

Saindo de tais escolas, os diplomados — usualmente com a idade de 18 anos — tornavam-se "principiantes" *(undergraduate)* em Oxford ou Cambridge. Essas universidades tinham perdido qualidade em relação a sua excelência na parte final da Idade Média e na Renascença: Gibbon não era o único a lamentar seus dias em Oxford como na maior parte desperdiçados em estudos irrelevantes (embora ele lucrasse muito com o latim e o grego, e na competição entre os estudantes no jogo, na bebida, na freqüência a casas de prostituição e nas lutas na cidade. Para ser admitido requeria-se aceitação da Igreja Estabelecida. A instrução era por meio de tutores (*dons*), cada um dos quais tomava a seu cargo um ou mais alunos, e transmitia-lhes seus conhecimentos por meio de conferências ou aulas particulares. Ali também os clássicos dominavam o currículo mas a matemática, a lei, a filosofia e a história moderna tinham conquistado um lugar, e havia conferências — embora com reduzidas audiências — sobre astronomia, botânica, física e química.

Oxford era *tory*, Cambridge era *whig*. Nesta última, a adesão aos 39 Artigos tinha sido removida como uma condição para a entrada, mas apenas os membros da Igreja da Inglaterra podiam colar grau. A campanha contra a escravidão fora agitada ali desde 1785. As ciências encontravam em Cambridge melhores professores e mais estudantes do que em Oxford, mas ambas as universidades deixavam a desejar comparadas com as alemãs e as francesas. Oxford ensinava filosofia partindo dos trabalhos de Aristóteles;

Cambridge ajuntava Locke, Hartley e Hume. Cambridge produzia professores de renome internacional; Oxford dirigia-se mais para preparar homens de eloqüência e estratégia para o Parlamento, e daí, depois de tentativas e experiência, e com as conexões próprias, para um papel no governo britânico.

V. A MORALIDADE

1. Homem e Mulher

Que espécie de vida moral derivava-se desse governo de classe, essa economia em mutação, essa união do Estado com a Igreja, essa educação tão limitada em conteúdo e abrangência, essa herança nacional outrora reforçada pelo isolamento e agora desafiada pela comunicação, pela revolução e pela guerra?

Os homens e as mulheres não são naturalmente morais, pois seus instintos sociais, que favorecem a cooperação, não são tão fortes quanto seus impulsos individualistas, que servem à própria pessoa; assim estes devem ser enfraquecidos e aqueles reforçados, por meio de leis que expressem a vontade e o poder do grupo, e por meio de um código moral transmitido através da família, da igreja, da escola, da opinião pública, dos costumes e dos tabus. Era inevitável, portanto, a considerável quantidade de crimes na Inglaterra de 1789 a 1815, uma boa porção de desonestidade e uma certa quantidade de sexo antes do casamento. Se acreditarmos em Hogarth e Boswell, casas de tolerância e prostitutas ambulantes proliferavam em Londres e nas cidades industriais. A aristocracia descobrira que as prostitutas eram menos caras do que as amantes. De Lorde Egremont, generoso anfitrião de Turner e outros artistas, "dizia-se que tivera uma série de amantes com as quais gerara muitos filhos... Esse rumor, no entanto, apenas aumentava o calor que seus amigos por ele sentiam."[27] Podemos julgar a moral das classes superiores pela amabilidade com que se ajustavam à moral do príncipe de Gales. "O príncipe cresceu no meio da mais licenciosa aristocracia que a Inglaterra conhecera desde a Idade Média."[28] Pode-se presumir que os camponeses respeitaram o velho código moral, pois a organização da família na agricultura requeria uma forte autoridade do pai e permitia uma vigilância quase inescapável dos jovens pelos mais velhos. O proletariado crescente, no entanto, livrava-se de tais controles, imitava seus exploradores até onde suas rendas o permitiam. "Baixos salários em indústrias exploradoras irregulares tornavam forte a tentação"[29] para as mulheres trabalhadoras de fábricas se venderem por uma pequena adição a seus ínfimos rendimentos.

Até 1929 a idade legal para o casamento era 14 anos para o homem, 12 para a mulher. Normalmente o casamento era mercenário. Um homem ou uma mulher era um parceiro desejável no casamento dependendo de sua renda atual ou em perspectiva; as mães tramavam noite e dia (como nas novelas de Jane Austen) para casar suas filhas com alguém de dinheiro. Casamentos de amor eram ainda excepcionais, embora a literatura os exaltasse. O casamento por acordo era legalmente reconhecido; o casamento formal requeria a presença de um clérigo. As famílias eram grandes, pois os filhos constituíam vantagem econômica, apenas um pouco menos nas fábricas do que nas fazendas. Práticas anticoncepcionais eram primitivas. A tendência do crescimento da população

era crescente, mas era retardada pela mortalidade infantil e senil e a inadequacidade de alimentos, tratamento médico e saúde pública. O adultério era muito praticado. O divórcio podia ser obtido pelo marido ou (após 1801) pela esposa, mas apenas por um ato do Parlamento, que custava tanto que apenas 317 divórcios foram concedidos antes que essa lei fosse liberalizada em 1859. Até 1859 a propriedade móvel da mulher tornava-se propriedade do marido no casamento, e ele automaticamente adquiria qualquer propriedade adicional dessa natureza que coubesse a ela após o casamento. Ela retinha a propriedade de sua terra, mas a renda decorrente pertencia ao marido. Se ela morresse antes dele toda sua propriedade passava para ele.[30]

Há referências de mulheres ricas, mas eram poucas. Pelo costume da vinculação dos bens de raiz, um pai que não tivesse filho vivo podia — em muitos casos assim o fazia — legar suas propriedades a um parente do sexo masculino, deixando suas filhas dependentes de amizade ou cortesia. Era um mundo dos homens.

2. *Mary Wollstonecraft*

O costume havia habituado a maior parte das mulheres inglesas a essa iniqüidade, mas os ventos que agora sopravam da França revolucionária levaram algumas sofredoras a protestar. Mary Wollstonecraft sentiu-os e levantou sua voz num dos mais eficientes apelos jamais feitos para a liberação das mulheres.

Seu pai era um londrino que tentara ser fazendeiro; falhou, perdeu sua fortuna e sua esposa, caiu na bebida e deixou suas três filhas tendo que ganhar seu próprio sustento. Abriram uma escola, foram elogiadas por Samuel Johnson, e faliram. Mary tornou-se governanta, mas foi dispensada depois de um ano, porque "as crianças gostavam mais de sua governanta do que de sua mãe".[31] Neste ínterim ela escreveu vários livros, incluindo, em 1792, com a idade de 33 anos, *Uma Reivindicação dos Direitos da Mulher*.

Ela o dedicou a "M. Talleyrand-Perigord, ex-bispo de Autun", com uma sugestão de que, uma vez que a Assembléia Constituinte havia proclamado os Direitos do Homem, ela estava moralmente obrigada a proclamar uma Declaração dos Direitos da Mulher. Talvez para facilitar sua campanha, assumiu um alto tom moral, professando lealdade ao país, à virtude e a Deus. Falava pouco a respeito do sufrágio das mulheres, pois" como todo o sistema de representação é hoje nesse país apenas um conveniente instrumento para o despotismo, (as mulheres) não precisam queixar-se, pois estão bem representadas pela numerosa classe dos mecânicos que trabalham arduamente, que pagam para o sustento da realeza, quando mal podem dar um pouco de pão para satisfazer as bocas de seus filhos". Apesar disso "eu realmente penso que as mulheres deveriam ter representantes (no Parlamento), em vez de serem governadas sem que nenhuma parcela lhes seja atribuída nas deliberações do governo".[32] Como um exemplo da legislação baseada no sexo, apontava as leis da primogenitura e da vinculação dos bens de raiz. Como o costume ainda era mais cruel do que a lei, pois marcava e punia uma mulher por toda a vida por um momento de afastamento da castidade, "embora os homens preservem sua respeitabilidade durante a indulgência no vício".[33]

Provavelmente alguns leitores ficaram chocados pela declaração de Mary acerca do direito de uma mulher sentir ou confessar satisfação física no coito.[34] Mas alertava a

ambos os sexos que "o amor considerado como um apetite animal não pode por muito tempo alimentar-se a si mesmo sem expirar";[35] realmente, nesse sentido "ele é a mais evanescente de todas as paixões".[36] O amor como uma relação física deve ser gradualmente substituído pela amizade. Isto requer mútuo respeito, e respeito requer que cada parceiro encontre no outro um caráter individual e em desenvolvimento.[37] Portanto, o melhor começo para a liberação da mulher reside no reconhecimento de seus defeitos e o reconhecimento de sua liberdade dependerá da educação de sua mente e de sua conduta.

A *Reivindicação* prosseguia listando alguns defeitos femininos daquela época: a afetação da fraqueza e timidez que alimenta e agrada ao convencimento de superioridade do macho; os hábitos de jogar cartas, de tagarelice, de acreditar em astrologia, de sentimentalidade e literatura vulgar; a absorção no modo de vestir e na auto-admiração.

> A natureza, a música, a poesia e a galanteria, todas tendem a fazer das mulheres criaturas de sensação,... e essa sensação exagerada naturalmente relaxa os outros poderes da mente, e impede que o intelecto atinja aquela soberania que deveria atingir;... pois o exercício da compreensão, à medida que a vida avança, é o único método apontado pela natureza para acalmar as paixões.[38]

Quase todas essas faltas, sentia Mary, eram devidas à desigualdade de educação, e ao sucesso do homem em fazer as mulheres pensarem que (como uma *lady* escritora lhes dissera), "vosso mais doce império é agradar".[39]

Mary ressentia-se dessas frivolidades e artifícios e olhava com inveja para aquelas mulheres francesas que insistiam em ter uma educação, e que aprendiam a escrever cartas que estão entre as mais belas produções da mente francesa. "Na França há compreensivelmente uma difusão mais geral do conhecimento do que em qualquer outra parte do mundo europeu, e atribuo isso em parte ao intercâmbio social que há muito ali subsiste entre os sexos."[40] Uma geração antes de Balzac, Mary Wollstonecraft observava que

> os franceses, que admitem uma participação maior da mente nas suas noções de beleza, dão preferência às mulheres de 30 anos... concordam que as mulheres estão no seu mais perfeito estado quando a vivacidade cede lugar à razão, e àquela majestosa serenidade de caráter que marca a maturidade... Na juventude, até os 20 anos, o corpo cresce; aos 30 anos as partes sólidas estão atingindo um certo grau de densidade, e os músculos flexíveis (da face), crescendo cada dia mais rigidamente, dão caráter à fisionomia — isto é, mostram a operação da mente com a pena de ferro do destino e dizem-nos não só que poderes estão escondidos dentro dela, mas como eles estão sendo empregados.[41]

Os defeitos das mulheres, acreditava Mary, eram quase todos devidos à negação de oportunidade de educação, e ao sucesso do macho em fazer com que as mulheres pensassem de si mesmas como brincadeiras sexuais antes do casamento, e como ornamentos decorativos, escravas obedientes, e máquinas de maternidade após casarem-se. Para dar a ambos os sexos uma oportunidade igual para desenvolver a mente e o corpo, moços e moças — até a época de sua vocação técnica — deveriam ser educados juntos, com o mesmo currículo e, quando possível, com os mesmos ou equivalentes esportes. Todas as mulheres deveriam ser tornadas suficientemente fortes de corpo e competentes intelectualmente para ganharem sua própria subsistência, se necessário,[42]

porém, "o que quer que venha a incapacitar o caráter maternal tira a mulher para fora de sua esfera";[43] mais cedo ou mais tarde as funções biológicas e as diferenças fisiológicas irão impor-se. A alimentação ao seio é boa para a saúde da mulher e pode fazer as famílias menores e mais fortes.[44] O ideal da emancipação da mulher deveria ser a mãe educada, em união de igualdade com seu companheiro.[45]

Tendo conseguido imprimir seu livro, a brilhante e jovem escritora atravessou o Canal para a França, fascinada pelos anos criativos da Revolução, mas exatamente a tempo para assistir aos massacres e ao Terror. Apaixonou-se por um "americano em Paris", o capitão Gilbert Imlay, e concordou em viver com ele uma união não legitimizada. Após havê-la engravidado, Imlay habilitou-se a ausentar-se durante meses, a serviço ou por qualquer outro motivo. Suas cartas pedindo a ele para voltar[46] eram quase tão eloqüentes, e foram tão inúteis, como aquelas de Julie de Lespinasse uma geração antes. Em 1794 deu à luz um filho, mas isso não segurou o pai. Ele ofereceu-se para mandar-lhe uma renda anual para seu sustento, ela recusou, e voltou para a Inglaterra (1795). Tentou afogar-se no Tâmisa mas foi trazida de volta para a vida por solícitos marinheiros.

Um ano mais tarde conheceu William Godwin e tornou-se sua esposa por contrato; nenhum dos dois acreditava no direito do Estado de regular o casamento. No entanto, para a conveniência do filho que esperavam, decidiram submeter-se a uma cerimônia religiosa (29 de março de 1797). Envergonhados de sua legalidade, esconderam de seus amigos radicais o fato de que não mais viviam em pecado. Por algum tempo ela brilhou no círculo rebelde que se reunia em torno do editor Joseph Johnson: Godwin, Thomas Holcroft, Tom Paine, William Wordsworth, e William Blake (que ilustrou alguns de seus escritos). Em 30 de agosto de 1797, no meio de intenso sofrimento, ela deu à luz a futura esposa de Shelley. Dez dias mais tarde morreu.

3. *Moralidade Social*

De uma forma geral, a despeito daquelas vidas firmes e decentes que a história não registra, todas as classes da população inglesa participavam de uma deterioração moral. O jogo era universal; o próprio governo (até 1826) tomava parte nele com uma loteria nacional. O alcoolismo era endêmico, como uma escapatória do frio, dos nevoeiros e das chuvas, da pobreza brutalizante, das questões familiares, das crises políticas, do desespero filosófico; Pitt e Fox, em outras questões tão diferentes, concordavam em favorecer essa anestesia. Permitia-se que as tabernas permanecessem abertas durante as noites de sábado até as onze da manhã de domingo,[47] pois sábado era o dia de pagamento e tinha-se que dar tempo ao *pub* (bar) para colher as primícias dos salários semanais. A classe média bebia mais moderadamente; as classes superiores bebiam pesadamente mas haviam aprendido a suportar seu álcool firmes, como se fossem vasilhas furadas.

Uma indulgência especial permitia a corrupção política em todos os estágios do governo. Em muitos casos, como já foi notado, votos, *boroughs*, nomeações, funções oficiais — em alguns casos até títulos de nobreza — eram comprados e vendidos tão abertamente como ações na bolsa. Jorge III, cujas virtudes eram domésticas, não via nada de mal em despender dinheiro para a procura de votos para o Parlamento ou nele próprio, ou na distribuição de funções públicas para apoio político. Em 1809 ocupavam

tais sinecuras 76 membros do Parlamento (M. P.). Algumas poucas pessoas favorecidas, ligadas por relações familiares ou interesse com os ricos e os poderosos, recebiam enormes salários para nada fazer, enquanto que os homens que na realidade faziam os serviços eram em muitos casos enormemente mal pagos."[48] Os juízes vendiam as posições subordinadas em suas jurisdições, e cobravam de seus ocupantes uma parte das taxas que o público pagava para os serviços oficiais.

O governo podia ser cruel da mesma forma que era venal. Já mencionamos a severidade de seu código penal. O recrutamento forçado de desocupados para servir na marinha era um prelúdio de baixa paga, má comida e disciplina impiedosa.[49] Em diversas ocasiões as tripulações amotinaram-se; uma tal greve bloqueou o porto de Londres por um mês; apesar disso os homens do mar ingleses eram os melhores marinheiros e guerreiros navais da história.

Muitos esforços foram feitos para uma reforma moral. Em 1787 Jorge III proclamou uma condenação do desrespeito aos Sabbatti, da blasfêmia, do alcoolismo, da literatura obscena e dos divertimentos imorais; não se tem notícia de seu efeito. Jeremy Bentham com seu *Catecismo de Reforma Parlamentar* (1809), liderou uma dúzia de discípulos capazes na exposição da venalidade e da incompetência política. A pregação metodista e evangélica tinha algum efeito, que foi duplicado quando a Revolução despertou o medo que uma nação tão moralmente descontrolada pudesse combater com sucesso a invasão francesa ou uma revolta interna. Uma Sociedade para a Supressão do Vício fez uma campanha contra o duelo, os bordéis e a pornografia. Outros reformadores atacaram o trabalho das crianças, o uso de crianças como limpadores de chaminés, os horrores das prisões, a ferocidade do código penal. Uma onda de humanitarismo, saindo em parte da religião, em parte do Iluminismo, espalhou trabalhos de filantropia e caridade.

William Wilberforce foi o mais incansável dos reformadores ingleses. Nascido em Hull (1759), de uma família rica tanto em terras como no comércio, e tendo cursado Cambridge como colega de William Pitt, teve pouca dificuldade para eleger-se para o Parlamento (1774) um ano após Pitt ter-se tornado o primeiro-ministro. Sentindo a influência do movimento evangélico, ajudou a estabelecer a Sociedade para a Reforma dos Costumes (1787). Acima de tudo protestava que uma nação oficialmente cristã ainda tolerasse o comércio dos escravos africanos.

A Inglaterra liderava agora nesse tráfico. Em 1790 navios britânicos transportaram 38.000 escravos para a América, navios franceses 20.000, portugueses 10.000, holandeses 4.000, dinamarqueses 2.000; cada nação contribuía de acordo com sua capacidade naquilo que foi provavelmente a mais criminosa ação da história. De Liverpool e Bristol os navios carregavam bebida alcoólica, armas de fogo, artigos de algodão e diversas ninharias para a " costa dos escravos" da África. Ali, muitas vezes com a ajuda de chefes nativos comprados, os chefes cristãos trocavam sua carga por negros, que eram levados para as Índias Ocidentais, ou para as colônias do sul da América do Norte. Os cativos eram amontoados nos porões dos navios e em muitos casos acorrentados para impedir rebelião ou suicídio. O alimento e a água eram justo o necessário para mantê-los vivos, a ventilação era pobre e as condições sanitárias mínimas. Para reduzir a carga numa severa tempestade podia-se atirar pela borda os escravos doentes; às vezes também aqueles que não estavam doentes, pois cada escravo estava segurado, e podia valer mais do que

vivo! Calcula-se aproximadamente que dos 20 milhões de negros transportados para as Índias Ocidentais britânicas apenas 20 por cento sobreviveram à viagem.[50] Na viagem de volta os navios traziam melaço, que na Inglaterra era destilado para fabricar rum, que seria usado para comprar escravos na próxima viagem.

Os quacres, em ambos os continentes, assumiam a liderança no ataque ao comércio como o primeiro passo para a abolição da escravatura. Uma vintena de escritores ajuntou-se à campanha inglesa: John Locke, Alexander Pope, James Thomson, Richard Savage, William Cowper, e, tão importante quanto esses, Mrs. Aphra Behn, cuja novela *Oroonoko* (1678) havia exposto uma revoltante descrição da economia das Índias Ocidentais. Em 1772 o quacre Granville Sharp conseguiu do conde de Mansfield, primeiro-lorde da Corte de Justiça, um decreto proibindo a importação de escravos para a Inglaterra; qualquer escravo tornava-se automaticamente livre no momento em que colocasse os pés em solo britânico. Em 1786 um outro quacre, Thomas Clarkson, publicou um *Ensaio Sobre a Escravatura e o Comércio da Espécie Humana*, apresentando em impressionante resumo os resultados de quase uma vida inteira de pesquisa. Em 1787 Clarkson, Sharp, Wilberforce, Josiah Wedgwood, e Zachary Macaulay (pai do historiador) formaram a "Sociedade para a Abolição da Escravatura". Em 1789 Wilberforce apresentou aos Comuns um projeto de lei para terminar com o mal; foi derrotado pelos subornos dos comerciantes. Em 1792 Pitt fez um dos seus maiores discursos ao defender medida semelhante; isso também fracassou. Wilberforce tentou novamente em 1798, 1802, 1804, 1805, e foi repetidamente repelido. Coube a Charles James Fox, em seu breve ministério (1806-07) levar o assunto à vitória; o Parlamento cedeu e proibiu qualquer participação de comerciantes britânicos no tráfico de escravos. Wilberforce e "os santos" que o apoiavam sabiam que essa vitória era apenas um princípio; mantiveram a pressão em uma campanha para a emancipação de todos os escravos que ainda existiam em solo britânico. Wilberforce morreu em 1833; um mês mais tarde, em 28 de agosto, a escravidão foi abolida em todos os territórios sob domínio britânico.

VI. OS COSTUMES

Um dos mais impressionantes eventos de 1797 foi o primeiro aparecimento da cartola de seda; aparentemente ela foi usada por um chapeleiro londrino que alegava o direito de nascença dos ingleses de serem únicos. Multidões reuniram-se em torno dele; algumas mulheres, segundo se conta, desmaiaram ao observar tão alarmante coisa. Mas nada há, por mais absurdo que seja, que os costureiros e chapeleiros não possam transformar numa moda imperativa; em breve todos os homens londrinos da classe superior estavam usando cartolas altas em suas cabeças.

Espadas na cintura e cabeleiras postiças na cabeça estavam desaparecendo. As barbas eram cortadas. A maior parte dos homens deixava seu cabelo crescer até os ombros, mas alguns jovens expressavam sua desafiante individualidade cortando seu cabelo curto.[51] As calças estavam vencendo a batalha para vestir as pernas dos homens; por volta de 1785 as calças alcançaram o meio da canela, em 1793 chegaram aos tornozelos. Os cordões dos sapatos estavam desbancando as fivelas e começando seu irritante reino. Os casacos eram longos e agora não mais tinham bordados, porém a arte e as rendas eram esbanjadas nos coletes.

Como na França contemporânea sob o Diretório, o cruzamento do nobre com o comum produziu o *dandy* (almofadinha). George Bryan "Beau" Brummel (1778-1840) especializou-se em enfeitar-se e gastava metade do dia para vestir-se e despir-se. Em Eton, onde os estudantes chamavam-no "Buck", tornou-se amigo íntimo do príncipe de Gales, que acreditava que a roupa era a metade da arte de governar. Tendo herdado 30.000 libras, Brummel empregava alfaiates separados para cada parte de seu corpo e tornou-se o *arbiter elegantiarum* dos homens londrinos. Era bem-humorado e bondoso, e estimava a limpeza, depois das gravatas; mas gostava de jogar ainda mais do que das roupas finas, enterrou-se em dívidas, fugiu para o outro lado do Canal a fim de escapar a seus credores, viveu durante 20 anos em obscura pobreza, mal vestido e morreu, com a idade de 62 anos, num asilo francês para alienados.

As mulheres estavam abandonando as saias rodadas, mas ainda usavam coletes para manter seu colo cheio e elevado. A linha da cintura subiu e um generoso *décolleté* tomava conta do resto. Durante a Regência (1811-20) as modas mudaram drasticamente: abandonaram-se os coletes, deixou-se de usar saias, e as roupas eram suficientemente transparentes para revelar as linhas das coxas e das pernas. Byron pensava que essas revelações embotavam a fascinação da conquista, e, numa rara excursão para dentro da moralidade, queixava-se: "Como a mãe Eva, nossas moças podem vagar imaculadas, pois elas estão nuas e não estão envergonhadas."[52]

Apesar de tudo, havia mais recato no modo de vestir do que na comida. As refeições eram imensas, não tanto devido à glutonice, mas porque o clima encorajava tecidos adiposos como uma ajuda para o calor do corpo. Os pobres dependiam basicamente de pão e queijo, cerveja ou chá, porém nas classes endinheiradas as refeições principais — às vezes durando das nove à meia-noite — podia ter diversos pratos: sopa, peixe, aves, carne, caça, sobremesa, mais os vinhos propriamente adaptados. Depois da sobremesa as senhoras desapareciam, de modo que os homens podiam discutir livremente sobre política, cavalos, e mulheres. Mme. de Staël protestava que essa dicotomia social removia o principal estimulante para o refinamento das maneiras e o desfrute da sociedade. As maneiras à mesa não eram tão elegantes como na França.

Os costumes eram em geral sinceros e grosseiros. A conversa era apimentada com profanidades; o arcebispo de Canterbury queixava-se: "A torrente de profanidade cada dia faz mais rápidos avanços."[53] Lutas a mão livre eram freqüentes nas classes inferiores. O boxe era um esporte favorito, e a luta de profissionais reunia ávidos patrocinadores de todas as camadas sociais. Uma descrição duplamente contemporânea chegou até nós proveniente de Robert Southey (1807):

> Quando uma luta está acertada entre dois lutadores, as notícias são imediatamente comunicadas ao público por meio dos jornais; um parágrafo aparece ocasionalmente dizendo que os rivais estão em treinamento, que exercícios fazem, que dieta seguem — pois alguns deles alimentam-se de bife cru como um preparativo. Neste intervalo os amadores e os jogadores escolhem seu partido, e a situação das apostas aparece também nos jornais; não raramente tudo é um plano preconcebido, de forma que alguns patifes possam explorar uma grande quantidade de tolos.[54]

Grandes multidões, às vezes 20.000 pessoas, reúnem-se para tal fingida violência. Lorde Althorp recomendava o esporte como uma purificação para os instintos agressivos entre

o povo, mas os promotores das lutas viam-no como uma purgação das carteiras.

A gente mais pobre procurava uma catarse amarrando um touro ou um urso a um poste e espicaçando-o com varas ou cães, em alguns casos durante dois ou três dias — até que num momento de misericórdia, liquidavam a vítima ou mandavam-na para o matadouro.[55] A briga de galos continuou como uma diversão até que foi proibida em 1822. O Críquete, que se jogava na Inglaterra desde 1550, submeteu-se a regras formais no século XVIII e oferecia as mais vivas competições no ano esportivo, com pesadas apostas e turbulenta participação de imensas multidões. As corridas de cavalos forneciam outra saída para os jogadores, mas nelas havia também uma velha afeição pelos cavalos, e um amoroso cuidado em criá-los e treiná-los. A caça era o ponto mais alto da moda nos esportes: os caçadores indo para o local da caça em elegantes carruagens, a rápida disparada a cavalo através dos campos e das plantações, por cima de muros, cercas e atravessando cursos d'água atrás dos cachorros que tinham grande prazer no jogo.

Cada classe tinha suas reuniões sociais, desde as casas de café — onde os homens simples tomavam cerveja, fumavam cachimbo, liam os jornais e falavam sobre política e filosofia — até o suntuoso Pavilhão Real em Brighton, onde gente de posses promovia festividades "quase tão alegres no inverno como no verão".[56] Nas reuniões em casa as pessoas jogavam cartas ou outros jogos, ouviam música, ou dançavam. A valsa havia chegado da Alemanha e devia seu nome ao termo *walzen*, isto é, rodopiar. Os moralistas ajudaram a fazê-la popular, marcando-a como uma intimidade pecaminosa. Coleridge, por volta de 1798, queixava-se convincentemente: "Todas as noites de baile eu sou instado para dançar, o que eu *acanhadamente* recuso. Dançam uma dança muito infame chamada valsa. Juntam-se talvez cerca de 20 pares, o homem e sua parceira se abraçam com os braços em volta da cintura, e os joelhos quase se tocando, e então rodopiam e rodopiam... ao som de uma música lasciva."[57]

As classes superiores podiam organizar bailes ou outras festividades em algum dos clubes da moda — Almack'es, White's, Brooks; ali também podia-se jogar com altas apostas, e discutir as últimas interpretações de Mrs. Siddons, as travessuras do príncipe, as novelas de Jane Austen, as gravuras de Blake, as tempestades de Turner, as paisagens de Constable. Entre os *whigs* o pináculo social era Holland House, onde Lady Holland organizava saraus onde se podia encontrar dignatários tais como Lorde Brougham, Filipe, o duque de Orléans, Talleyrand, Metternich, Grattan, Mme. de Staël, Byron, Thomas Moore, ou o mais nobre *whig* de todos eles: Charles James Fox.[58] Nenhum salão na França podia rivalizar com Holland House no fim do século XVIII.

VII. O TEATRO INGLÊS

Ajunte-se a toda esta variada vida a paixão dos ingleses pelo teatro, que ainda os incendeia até hoje. E como até hoje, os dramaturgos eram de menor importância e os atores é que faziam a peça. A inevitável competição com Shakespeare parecia desencorajar a autoria de tragédias; depois dos dias gloriosos de Sheridan e Goldsmith as melhores novas comédias foram esforços mortais, como a de Thomas Holcroft *O Caminho para a Ruína* (1792) e de Elizabeth Inchbald *Votos de Amantes* (1798), as quais aderiam à frágil linha dos sentimentos da classe média mais do que ao viril esforço do riso letal de Johnson

ou ao divertimento filosófico de Shakespeare. Unicamente os atores ainda estavam no topo de sua forma.

Pareciam à primeira vista ser todos de uma família que passava pelo palco desde Roger Kemble, que morreu em 1802, até Henry Kemble, que morreu em 1907. Roger foi o pai de Sarah Kemble, que se tornou Mrs. Siddons; de John Philip Kemble, que juntou-se à companhia de Drury Lane em 1783 e tornou-se seu empresário em 1788; e de Stephen Kemble, que empresariou o teatro de Edimburgo de 1792 a 1800.

Sarah nasceu em 1755, na hospedaria Shoulder-of-Mutton em Brecon, País de Gales, como um incidente na *tournée* da companhia de seu pai. Tão logo pôde representar, deram-lhe um papel; tornou-se uma atriz amadurecida quando tinha 10 anos. Durante sua agitada vida, conseguiu obter considerável educação; tornou-se uma mulher de mente madura e cultivada bem como de excelência profissional e encanto que não tinha idade. Aos 18 anos casou-se com William Siddons, um membro de pouca importância de sua companhia. Dois anos mais tarde Garrick, tendo ouvido falar de seu sucesso na província, enviou um agente para observar seu desempenho. O relatório tendo sido favorável, Garrick ofereceu-lhe um contrato no Drury Lane e ela apareceu ali como Pórcia em 29 de dezembro de 1775. Não se saiu bem, em parte devido ao nervosismo, em parte talvez porque dera à luz recentemente. Era magra, alta, e grave; clássica na fisionomia e no comportamento; e sua voz acostumada a teatros menores não conseguia encher o imenso teatro. Depois de uma temporada desapontadora, voltou para o circuito da província e durante sete anos trabalhou pacientemente para melhorar sua arte. Em 1782 Sheridan, que sucedera Garrick como empresário, persuadiu-a a voltar a Londres. Em 10 de outubro de 1782 ela desempenhou o papel principal na peça centenária de Thomas Southerne, *O Casamento Fatal*; e seu sucesso foi tão completo que a partir daquela noite veio a tornar-se a melhor *tragedienne* da história inglesa. Durante 21 anos dominou o Drury Lane, e por dez anos mais foi a rainha sem concorrente do Covent Garden. Vê-la ali representar Lady Macbeth era a experiência culminante da vida de um amante de teatro. Quando ela se retirou do palco, em 29 de junho de 1812, com a idade de 56 anos, representou aquele papel, e a audiência ficou tão comovida por seu desempenho da cena de sonambulismo que preferiu aplaudi-la durante todo o resto da noite do que deixar que a peça continuasse.[59] Durante 19 anos após este fato ela viveu em quieta aposentadoria, desapontando os faladores locais com sua fidelidade conjugal. Gainsborough triunfou ao pintar seu retrato, e até hoje reina na National Portrait Gallery (Galeria Nacional de Retratos).

Seu irmão John Philip Kemble, nascido também numa hospedaria da província, estava destinado por seus pais a ser um padre católico, talvez de acordo com a teoria popular de que um membro das ordens sagradas ganharia o céu para toda a família. Foi mandado para Douai para estudar em seu colégio católico e seminário; ali recebeu uma boa educação clássica e adquiriu uma solenidade clerical que mais tarde aderia a quase todos os seus papéis. Mas naquele quieto ambiente a excitante carreira de seu pai mantinha uma secreta fascinação para ele. Aos 18 anos (1775) deixou Douai e retornou para a Inglaterra; um ano mais tarde juntou-se a uma troupe teatral; por volta de 1781 estava representando Hamlet em Dublin. Ali durante algum tempo sua irmã Sarah juntou-se a ele e o levou para o Drury Lane.[60] Sua estréia ali como Hamlet (1783) teve apenas um sucesso moderado; o público londrino julgou-o muito sisudo para seu gosto;

e os críticos condenaram-no não só por reduzir como por emendar o texto shakespeariano. Entretanto, quando ele juntou-se a Mrs. Siddons em *Macbeth* (1785), seu desempenho foi consagrado como um evento na história do teatro inglês.

Em 1788 Sheridan, então o principal proprietário do Drury Lane, apontou Kemble como gerente da companhia. Ele continuou a desempenhar os papéis principais, mas o despotismo alegre de Sheridan e a falta de confiança de Kemble em seu tino financeiro faziam que o sensitivo ator não se sentisse bem. Em 1803 aceitou a gerência do teatro do Covent Garden, e comprou a sexta parte do empreendimento por 23.000 libras esterlinas. Em 1808 o edifício foi destruído por um incêndio. Depois de um custoso período de inatividade, Kemble assumiu a gerência do teatro reconstruído; mas quando tentou compensar o inesperadamente alto custo da nova estrutura, aumentando o preço da entrada, os espectadores pararam sua representação com persistentes gritos de "Preços velhos!"; e não lhe permitiram continuar até que ele prometeu restabelecê-los.[61] O duque de Northumberland salvou a companhia com um donativo de 10.000 libras esterlinas. Kemble continuou a lutar, crescentemente desafiado por atores mais jovens. Com um triunfo final em *Coriolano*, quando o mesmo público que o havia vaiado em 1809 sacudiu o teatro com aplausos, ele deixou o palco inglês e entregou sua coroa a Edmund Kean. O estilo clássico de representar desapareceu da Inglaterra com ele, como estava desaparecendo da França com seu amigo Talma; e o movimento romântico triunfou no teatro como o estava fazendo na pintura, na música, na poesia e na prosa.

A vida de Kean incluiu todas as vicissitudes de sua profissão altamente tensa, todos os seus humores e tragédias. Nasceu num bairro pobre londrino em 1787, como resultado de uma aventura noturna entre Aaron (ou Edmund) Kean, um auxiliar de palco e Ann Carey, que ganhava um salário mínimo no palco e na rua. Abandonado por seus pais quando ainda muito criança, foi criado pelo irmão de seu pai, Moses Keand, um ator popular, e mais formalmente pela amante de Moses, Charlotte Tidswell, uma atriz menor no Drury Lane. Ela treinou-o na arte histriônica e seus truques, enquanto Moses fazia-o estudar os papéis shakespearianos; o rapaz aprendeu tudo que podia entreter uma audiência provinciana, desde acrobacia a ventriloquismo e boxe, até Hamlet e Macbeth. Mas possuía a vagabundagem em seu sangue, e muitas vezes fugiu; por fim Charlotte amarrou uma coleira de cachorro em seu pescoço, na qual estava escrito "Teatro Drury Lane". Com a idade de 15 anos ele havia abandonado o colar e lançara-se a uma carreira independente, como um ator para qualquer papel, a 15 xelins por semana.

Durante 10 anos viveu a agitada e exaustiva vida de um ator ambulante, quase sempre pobre e humilhado, porém ardendo na confiança de que poderia representar melhor que qualquer outro homem no palco inglês. Em breve, para esquecer seus trabalhos e tormentos, lançou-se ao álcool para favorecer seu sonho de um nascimento supostamente nobre e suas próximas vitórias. Em 1808 casou-se com Mary Chambers, uma colega de companhia; ela deu-lhe dois filhos, e manteve-se fiel através de todas as suas aventuras com *whisky* e com mulheres. Finalmente, depois de muitos anos de degradantes alternativas entre papéis shakespearianos e imitação de um ágil chimpanzé, recebeu um convite para aparecer tentativamente no Drury Lane.

Para sua estréia (26 de janeiro de 1814) escolheu o difícil papel de Shylock. Derramou em sua interpretação alguns dos ressentimentos que as indignidades da vida tinham nele

acumulado. Quando Shylock diz, com desprezo e sarcasmo, ao mercador veneziano cristão que lhe pede um empréstimo:

> O cão tem dinheiro? É possível
> Que um vira-latas empreste três mil ducados?,

Kean parecia ter-se esquecido de que ele era outra pessoa que não Shylock; e a paixão, a violência com que ele representou aquele papel terminou, quase em duas linhas, com a era clássica da representação na Inglaterra e abriu nos palcos londrinos a era do sentimento, da imaginação e do romance. A platéia, escassa e cética, foi gradualmente arrebatada por esse ator desconhecido, ele próprio arrebatado por sua identidade com o papel. Cena por cena a resposta e o aplauso cresceram, até que, no final, aquela meia-platéia rendeu-se a ele estaticamente. William Hazlitt, o mais capaz crítico da época, apressou-se a sair do teatro para escrever um comentário entusiasmado. Kean, voltando correndo para casa, para sua família, abraçou a esposa e o filho, dizendo: ''Agora, Mary, tu andarás na tua própria carruagem'', e ao menino: ''Meu filho, tu irás para Eton!''[62]

Na segunda representação de Kean em *O Mercador de Veneza*, a casa estava cheia. Após a terceira representação, o então empresário, Samuel Whitbread, deu a Kean o contrato com o qual eles tinham concordado, com uma duração de três anos a oito libras por semana. Kean assinou. Whitbread apanhou o contrato e mudou as oito libras para 20. Chegaria uma época quando um contrato de Kean exigiria 90 libras por noite. Ele representou quase todos os papéis famosos de Shakespeare: Hamlet, Ricardo III, Ricardo II, Henrique V, Macbeth, Otelo, Iago, Romeu. Teve sucesso em todos exceto no último; as delicadas nuances do caráter aristocrático de Romeu faltavam a um ator por demais endurecido e amargurado pelas impiedosas desigualdades da vida.

Quando chegou a sua vez de ver jovens atores esperando impacientemente para tomar seu lugar, ele esbanjava o que ganhava em bebida, alimentava-se da idolatria dos *habitués* das tavernas;[63] aderiu a um movimento secreto para ''a danação de todos os lordes e gentil-homens'', e foi objeto de uma ação de adultério, que teve resultado, com a esposa de um vereador da cidade (1825).[64] Pagou aquilo a que foi condenado e lutou para conquistar de novo seu lugar no teatro, mas sua mente não mais era senhora dos papéis que ele representava e mais de uma vez esqueceu suas linhas. A platéia foi tão impiedosa quanto tinha sido idólatra; gritava insultos a ele, perguntava-lhe por que ele bebia tão desmedidamente. Deixou a Inglaterra, fez uma *tournée* triunfante pela América, juntou outra fortuna, e esbanjou-a. Voltou a Londres, e concordou em representar Otelo, com seu filho no papel de Iago, no Covent Garden (1833). A platéia aclamou Iago, recebeu Otelo silenciosamente. O esforço, sem o apoio dos aplausos, foi demais para Kean; suas forças se esgotaram e ele quase teve um colapso. Após enunciar a linha ''Adeus! A ocupação de Otelo desapareceu'', caiu nos braços de seu filho e sussurrou para ele, ''Charles, eu estou morrendo; fala-lhes por mim''.[65] Foi levado para casa; a esposa que uma vez abandonara cuidou amorosamente dele. Dois meses depois morreu, em 15 de maio de 1833, com apenas 46 anos de idade. A vida destruíra, em sua meia-idade, o maior ator, depois de Garrick, da história inglesa.

VIII. EM RESUMO

Tudo levado em consideração, era uma viril e frutífera Inglaterra. Havia muitos pontos fracos no quadro, como em quase todo o quadro fiel à vida: a classe dos pequenos proprietários rurais desaparecia, o proletariado estava escravizado, a bebida e a jogatina arruinando fortunas e desfazendo lares; o governo francamente um privilégio de classes e a lei feita por alguns homens para outros homens e todas as mulheres. E, no entanto, entre esses erros e crimes, a ciência se desenvolvia, a filosofia ruminava. Constable revelava as paisagens inglesas, Turner imobilizava o sol e a tempestade, e Wordsworth, Coleridge, Byron e Shelley estavam dando à Inglaterra uma festa de poesia inigualada em qualquer outra época desde a primeira Elizabeth. Debaixo de toda essa turbulência havia uma ordem salvadora e uma estabilidade que permitiam muitas liberdades — mais do que em qualquer outro estado europeu, exceto a França, onde a liberdade excessiva cometera suicídio. Havia liberdade de movimento e de viajar exceto durante a guerra, liberdade de culto desde que não se blasfemasse, liberdade de imprensa desde que não houvesse traição, liberdade de opinião desde que não se advogasse uma violenta revolução que iria, de acordo com todos os precedentes, envolver uma década ou mais de espantosa ilegalidade e insegurança.

A opinião pública não era altamente educada; muitas vezes se expressava com cuidado, e respeitava tabus já desgastados; mas tinha coragem de vaiar um príncipe degenerado e aplaudir sua esposa cruelmente abandonada.[66] Expressava-se também em centenas de associações e sociedades dedicadas à educação, à ciência, à filosofia e à reforma. Em assuntos críticos se expressava em assembléias públicas e exercia o direito de petição garantido pela lei inglesa; e quando sentia por demais pesadamente a mão de um estado oligárquico, decidia-se à resistência como a última instância dos pacientes ingleses; mais de uma vez motins justificados espalharam-se pela campanha e pelas ruas das cidades.

O governo era uma aristocracia, mas era pelo menos polida; transmitia bons costumes, limitava as excentricidades, e mantinha padrões de gosto contra barbarismo na arte e superstições na crença; apoiava várias boas causas e conseguia manter seus grandes poetas sem morrer de fome. Houve um rei que às vezes era louco, mas suas unhas haviam sido cortadas, tornara-se irremediavelmente amado, e servia como um símbolo da unidade nacional, um foco para o fervor e o orgulho nacionais; não parecia fazer qualquer sentido matar um milhão de pessoas para depor um mestre de cerimônias tão útil. Após uma cortesia ou duas, um inglês podia atender a sua inclinação e seguir seu caminho, desde que não insistisse em que tivessem direitos iguais os engraxates e os barões para fazerem as leis da terra. "Na Inglaterra", Mme. de Staël notava, "permite-se a originalidade aos indivíduos, tão bem disciplinada está a massa".[67] Era a ordem superimposta que permitia o crescimento da liberdade.

Vejamos essa combinação funcionando na arte, na ciência, na filosofia, na literatura e na arte de governar. Somente então o quadro da vida inglesa no Ano do Senhor de 1800 estará, dentro de nossos limites, justo e completo.

CAPÍTULO XVII

As Artes na Inglaterra

I. OS ARTISTAS

AS PALAVRAS *arte* e *artista* que no tempo das corporações (*guild*) foram aplicadas a qualquer artesanato ou artesão, mudaram sua significação no século XVIII à medida que artesanatos e corporações foram substituídos por indústrias e trabalhadores; agora tais palavras aplicavam-se à prática e àqueles que praticavam música, decoração, cerâmica, desenho, gravura, pintura, escultura e arquitetura. Da mesma forma a palavra *genius*, que significara alguma qualidade inata ou característica, ou algum espírito sobrenatural, agora crescentemente denotava uma habilidade natural transcendente, ou seus possuidores; da mesma forma que *milagre* e *ato da providência*, tornou-se um conveniente substituto para uma explicação natural e específica de uma pessoa ou de um acontecimento inusitado.

A transição para a indústria, o comércio, e a vida urbana trouxe um declínio maior para o patrocínio aristocrático à arte; devemos entretanto observar que homens de fortuna apoiavam Wordsworth e Coleridge e que Lorde Egremont abriu sua casa senhorial em Petworth e Turner, como um refúgio de Londres. Jorge III havia ajudado a estabelecer (1768) a Academia Real de Artes com uma doação de cinco mil libras e uma elegante sede em Somerset House. Seus 40 membros não eram feitos automaticamente imortais como seus modelos franceses, mas eram elevados à nobreza com o título de *squire*, e embora sua nova dignidade não pudesse ser transmitida a seus descendentes, ajudava a melhorar a posição social dos artistas mais importantes na Grã-Bretanha. A Academia organizava classes de anatomia, desenho, pintura, escultura e arquitetura. Inevitavelmente uma instituição apoiada por um monarca conservador tornou-se uma cidadela da tradição e respeitabilidade. Artistas inovadores denunciaram-na e tornaram-se tão numerosos, conquistando tal aclamação que em 1805 alguns nobres e banqueiros financiaram a organização de uma Instituição Britânica para o Desenvolvimento das Belas-Artes, que fazia exposições periódicas, concedia prêmios e provia uma viva competição para a Academia Real. Guiada, estimulada e alimentada por essas forças rivais, a arte britânica produziu excelentes trabalhos em todos os campos.

Não; a música foi uma exceção; não contou com nenhuma composição memorável nesse período. A Inglaterra era agudamente consciente dessa deficiência e compensava-a de certa forma por uma generosa apreciação dos compositores que vinham do Continente; assim deu a Haydn uma calorosa recepção em 1790 e novamente em 1794. A Sociedade Filarmônica Real foi fundada em 1813; sobreviveu à Revolução Industrial, à Revolução Francesa, a dois Napoleões, e a duas Guerras Mundiais, e ainda existe como um elemento de permanência com uma atividade incalculável.

As artes menores floresciam sem muito brilho. Continuavam a produzir móveis ele-

gantes, porém pesados, trabalhos em metal imponentes ou delicados, cerâmicas de uma calma beleza. Benjamin Smith moldou ferro para fazer um candelabro ornamentado, oferecido como presente da cidade de Londres ao duque de Wellington.[1] John Flaxman, além de fazer desenhos clássicos para a cerâmica de Wedgwood, modelou a famosa Taça de Trafalgar para comemorar a vitória de Nelson,[2] e foi tanto o escultor como o arquiteto do maciço monumento a Nelson existente na Catedral de São Paulo.

A escultura, no entanto, era quase uma arte menor na Inglaterra, talvez porque favorecesse uma nudez não congênita com o clima e a moralidade nacionais. Em 1801 Thomas Bruce, sétimo conde de Elgin, enquanto servia como enviado inglês junto à Prta (governo imperial turco), persuadiu as autoridades turcas em Atenas a deixarem remover da Acrópole "quaisquer pedaços de pedra com velhas inscrições ou figuras antigas neles gravadas". Interpretando isto como um lorde, Lorde Elgin removeu o grande frizo do Partenon, e muitos bustos de mármore, e transportou-os, num navio após outro, de 1803 a 1812, para a Inglaterra. Foi denunciado por Byron e por outros como um vândalo voraz, mas foi justificado por um comitê do Parlamento, e os "mármores de Elgin" foram comprados pela nação por 35.000 libras esterlinas (muito menos do que Elgin havia pago por eles), e foram depositados no Museu Britânico.[3]

II. A ARQUITETURA

Estes mármores tiveram certo papel ao apoiarem a onda clássica contra o estilo gótico na guerra dos estilos arquitetônicos; milhares de colunas — dóricas, jônicas, ou coríntias — avançaram para se opor aos esforços amadores de Walpole e Beckford de restaurar os arcos pontudos e as torres ameadas tão caras aos cavaleiros medievais e aos santos. Mesmo nas estruturas seculares as colunas venceram; Somerset House (cerca de 1775), de Sir William Chambers, é um Partenon espalhado, e muitas casas de campo parecem como um peristilo grego guardando um palácio romano; a mansão de Ashridge Park, de James Wyatt (1806-13), serve como um majestoso exemplo dessa espécie. Em 1792 o futuro Sir John Soane, filho de um pedreiro, começou a reconstruir o Banco da Inglaterra por detrás de um pórtico coríntio, combinando o Arco de Constantino com o Templo do Sol ou da Lua.

A ressurreição do gótico, começada por Horace Walpole em Strawberry Hill (1748-73), não pôde sustentar-se contra a avalanche de pilares, abóbadas e frontões. William Beckford foi o herói romântico desse transe medieval. Tendo nascido rico, filho de um pai que por duas vezes se tornou prefeito de Londres, recebeu mais educação do que podia suportar: lições de piano do jovem Mozart, treinamento em arquitetura sob Sir William Chambers, e história por meio do *Grand Tour* (Grande Viagem pela Europa). Em Lausanne comprou a biblioteca de Edward Gibbon. Depois de alguns escândalos bissexuais casou-se com Lady Margaret Gordon, que morreu de parto. Nesse ínterim ele escrevera *Vathek*, a mais poderosa das novelas orientais de mistério que estavam fazendo crescer a onda romântica; publicada em inglês e francês (1786-87), foi muito elogiada por Byron. Ajudado por Wyatt, Beckford, começou em 1796 a construir uma abadia gótica em sua propriedade Fonthill, em Wiltschire, encheu-a com obras de arte e livros, e ali viveu, recluso como um ermitão, de 1807 a 1822. Então vendeu-a e seu colapso pouco após revelou erros básicos na estrutura e no projeto. Morreu em Bath em 1844, com a idade de 85 anos. Seu simpático retrato por John Hoppner (*circa* 1800) preserva seu espírito poético, místico e humano.

John Nash aliviou o peso da arquitetura britânica ajuntando-lhe um pouco da alegria rococó. Bem secundado por Humphry Repton como jardineiro paisagista, projetava propriedades rurais nas quais distribuía casas campestres, chalés rústicos, tambos de leite, nos estilos francês, indiano e chinês. Isto agradava aos entediados nobres e fidalgos menores; Nash enriqueceu, e conseguiu o patrocínio do perdulário príncipe de Gales. Em 1811 recebeu a missão de reconstruir uma milha da Regent Street, desde a Carlton House, do regente, numa ampla curva em direção à campanha. Nash variou as linhas com crescentes e terraços, intercalados com espaços abertos de grama e árvores entre os grupos construtivos, e usou colunas jônicas para dar graça à curva da avenida. (A maior parte desse trabalho foi demolida para ceder mais espaço para edifícios e menos para grama.) Foi um brilhante ensaio em planejamento urbano, mas seu custo chocou uma nação que estava apertando o cinto para derrotar Napoleão.

Apesar de tudo o deliciado regente contratou Nash para restaurar o pavilhão real em Brighton, que tinha sido um refúgio favorito do príncipe e seus amigos. Nash concluiu esse trabalho entre 1815 e 1823 a um custo de 160.000 libras esterlinas. Reconstruiu o pavilhão no estilo indo-mourisco, com cúpulas parecendo tendas, flanqueadas por minaretes. Seu salão de banquetes foi remodelado com um teto convexo e decoração chinesa, incluindo candelabros de lótus e dragões que custaram 4.290 libras esterlinas.[4] A primeira impressão era de um bizarro esplendor; o julgamento final condenava o excesso de ornamentos e o custo.

Em 1820 o regente tornou-se Jorge IV. Em breve comissionou Nash para reconstruir Buckingham House como um palácio real. No meio do desânimo e da quase bancarrota que se haviam seguido à vitória sobre Napoleão, Nash trabalhou e gastou dinheiro até que o real esbanjador morreu (1830). Então o exuberante arquiteto foi convocado pelo novo governo para explicar suas despesas e alguns defeitos constatados na construção. Raramente tinha a Inglaterra sido tão esplêndida, ou tão pobre.

III. DOS CARTUNS A CONSTABLE

Durante os 20 anos de guerra milhares de artistas britânicos tinham lutado para alimentar suas famílias e seus sonhos. Os cartunistas que enchiam a imprensa com desenhos dos acontecimentos não eram os mais humildes entre eles, tanto em pagamento quanto em fama. Napoleão era uma bênção para esses impiedosos gênios, pois suas sátiras diárias do "Pequeno Boney" — ou do "mulato do Mediterrâneo", como o chamava o *Morning Post*[5] — eram injeções de ânimo num cansativo "esforço de guerra", e alfinetadas no orgulho do furioso imperador.

O maior desses alfinetadores era Thomas Rowlandson (1756-1827). Filho de um rico porém especulador comerciante, foi amplamente encorajado em seu talento para o desenho. Após estudar na Royal Academy, matriculou-se na École de l'Académie Royale de Paris, voltou para a Inglaterra e em breve foi aclamado pelos seus desenhos. Subitamente empobrecido pela ruína de seu pai no jogo, foi reanimado por uma tia francesa que lhe mandou 35.000 libras esterlinas. Livre para satirizar os absurdos e as hipocrisias de seu tempo, fazia caricaturas de uma duquesa beijando um açougueiro para obter o seu voto, um gordo pároco recebendo um porco como dízimo de um camponês semi-esfomeado; um grupo de oficiais da marinha atrás de prostitutas em terra. Atirou-se

a desenhar quadros grandes e complexos — *Vauxhall Gardens, Comforts of Bath*, e uma hilariante série, nacionalmente famosa, *As Viagens do Dr. Syntax*. Sua raiva dos políticos, dos fanfarrões, e dos beócios levou-o a exceder o perdoável exagero das caricaturas. Muitos de seus desenhos tinham de ser escoimados de suas obscenidades; sua sátira perdeu toda a piedade que conduziria à cura; seus últimos trabalhos transpiravam desprezo pela raça humana como se jamais houvesse existido uma mãe amorosa ou um homem generoso.

Ainda mais populares eram as caricaturas de James Gillray (1757-1815); as pessoas lutavam nos livreiros para obter as primeiras cópias de seus desenhos.[6] Como Rowlandson, estudou na Academia Real e tornou-se um artista pleno, de viva imaginação e firme traço. Pôs quase toda a sua arte a serviço da guerra: desenhava Napoleão como um pigmeu e Josefina como uma vendedora de peixes; representava Fox, Sheridan e Horne Tooke (que apoiavam a Revolução Francesa) servindo num clube londrino a um vitorioso general revolucionário. Cópias de suas sátiras — de conceito cru, mas de bom acabamento — circulavam através de toda a Europa e ajudaram a destronar Napoleão.[7] Ele morreu 17 dias antes de Waterloo.

Havia muitos bons gravadores naquela geração, mas William Blake superou a todos e sobreviveu às obliterações do tempo. Desenvolveu seus próprios métodos, e tentou mesmo substituir a impressão gravando o texto e a ilustração juntos em chapas de cobre. Mas sua pena excedia sua capacidade de gravador e no fim ele manifestava-se em poesia.

Era um rebelde porque se ressentia de sua pobreza; porque a Academia recusava-se a reconhecer os gravadores como artistas bem como artesãos, ou a admitir seus trabalhos em suas exposições; e porque ele de coração rejeitava sua obrigação de seguir as regras, as tradições e as convenções da arte. "A questão na Inglaterra", declarava (*circa* 1808), "não é se um homem tem talento e jeito, mas se é passivo e político, e um burro virtuoso, obediente às opiniões dos nobres sobre arte. Se assim é, ele é um homem de Deus; se não, deve morrer de fome."[8] Às vezes ele esteve próximo a isso, pois recebia uma ninharia pelos desenhos e as gravuras que na Londres de 1918 alcançaram 110.000 libras esterlinas.[9] Suas 22 chapas ilustrando o Livro de Jó mantiveram-no vivo com duas libras por semana de 1823 a 1825; foram vendidas a J. Pierpont Morgan (1907) por 5.600 libras esterlinas; enumeram-se entre as mais belas gravuras que se conhecem.

Blake era um complexo cruzamento entre pagão e puritano, clássico e romântico. Ficou embevecido pela estatuária de Miguelângelo e pelo teto da Capela Sistina. Também sentia o esplendor de um corpo humano saudável; simbolizou-o numa gravura (1780) intitulada "Dia Alegre" — um jovem com roupas diáfanas, experimentando a alegria de uma vitalidade exuberante. O sexo desempenha apenas modesta parte em sua arte; entra afirmativamente em seus poemas, mas moderadamente em sua vida; tinha uma dedicada e amante esposa, que tornava a fidelidade suportável. Seus desenhos eram a princípio estritamente clássicos, dando mais valor ao traço do que à cor, e à forma do que à fantasia; mas à medida que ele avançava em anos, e em amor pelo Velho Testamento, deixava sua pena vagar entre figuras imaginárias exageradamente vestidas e rostos gastos pelas rugas da vida.[10]

Em seus últimos anos gravou sete placas para uma edição de Dante; em seu leito de morte (1827) fez mais uma gravura de Deus, como "O Ancião dos Dias", criando o mundo. Foi através de sua imaginação quase sobrenatural, bem como através da finura

de seu traço, que se tornou, uma geração após sua morte, o proclamado genitor da escola pré-rafaelista. Ainda o encontraremos.

Entre os pintores a questão vital, às vezes envolvendo o pão e a manteiga, era: até onde devemos conformar-nos com as recomendações e os gostos da Academia? Alguns dos professores davam sua maior aprovação a assuntos históricos, que revelassem personagens famosos em eventos memoráveis. Outros elogiavam o retrato como especulando e revelando o caráter — e como agradando aos notáveis que contribuíam e que desejavam ser preservados em óleo. Muito poucos da fraternidade acadêmica gostavam de pinturas de "gênero", pois essas cheiravam a coisas comuns. A menor de todas as aprovações era dada a pinturas de paisagens; um Constable, que a elas tinha entregue seu coração, teve de trabalhar na obscuridade até seus 53 anos antes que a Academia lhe concedesse seu reconhecimento como membro titular.

Em 1792 *Sir* Joshua Reynolds morreu, e a Academia escolheu como seu presidente um americano domiciliado na Inglaterra. Benjamin West nascera em Springfield, Pennsylvania, em 1738; mostrou um tal talento artístico na juventude que vizinhos generosos mandaram-no para estudar em Filadélfia e depois na Itália. Após absorver a tradição clássica nas galerias e ruínas dali, transferiu-se para Londres (1763), pintou alguns retratos que lhe deram lucro, agradou a várias pessoas, e passou para temas históricos. Sua *Morte de Wolfe* (1771), que havia subtraído o Canadá de Montcalm e da França, chocou a Academia pelo fato de retratar figuras modernas em roupas modernas; mas os mais velhos admitiam que a metade de um continente valia a obediência às calças.

Um outro americano, John Singleton Copley, nascido perto de Boston em 1738, ganhou fama com seus retratos de John Hancock, Samuel Adams, e a família Copley. Em 1775 transferiu-se para Londres, e em breve atingiu o ápice de sua carreira com *A Morte de Chatham* (1779). Para escapar da idealização neoclássica das figuras históricas, pintou a cena com um corajoso realismo, que — embora perturbasse a Academia — efetuou uma revolução na pintura inglesa.

A educação da Academia foi continuada por Johann Heinrich Füssli, de Zurique, que em 1764, com a idade de 23 anos, se tornara Henry Fuseli, de Londres. Encorajado por Reynolds, deixou a Inglaterra em 1770 para oito anos de estudo na Itália. Seu encanto por vôos heterodoxos da imaginação não tinha sido inteiramente curado pelos modelos e normas clássicas. Quando voltou a Londres, perturbou algumas belas adormecidas com o *Pesadelo* (1781), no qual uma bela mulher sonha que é atacada por um terrível monstro (uma cópia desta gravura existia no estúdio de Sigmund Freud.) A despeito dele próprio e de sua veia fantástica, Fuseli tornou-se um professor na Academia, onde suas conferências facilitaram a transição para o Romance e os pré-rafaelistas.

A dificuldade de ganhar a vida pintando a natureza foi ilustrada pelas carreiras de John Hoppner (1758-1810) e John Crome (1768-1821). Hoppner passava fome como um amante das paisagens e depois teve sucesso como pintor de retratos, quase rivalizando com Lawrence na qualidade dos modelos e no que cobrava. Nelson posou para ele; assim o fizeram Wellington, Walter Scott e diversos lordes; o Palácio de St. James exibe muito do legado de Hoppner. — Crome permaneceu em sua nativa Norwich praticamente todos os seus 53 anos. Trabalhou algum tempo como pintor de cartazes; estudou as pinturas de Hobbema e outros mestres holandeses; e aprendeu com eles a

admirar as cenas simples da vida comum. Pobre demais para viajar, procurou seus assuntos no interior rural de Norwich. Aí encontrou a perspectiva que pintou na sua mais bela paisagem, *Mousehold Heath*. A arte e a filosofia de nada mais precisavam.

Sir Thomas Lawrence (1769-1830) seguiu o caminho de rosas do pintor de retratos. Filho de um dono de hospedaria, recebeu pouca educação escolar, pouco treinamento artístico; deve ter desapontado à Academia observar quanto sucesso ele teve sem isso. Tinha uma inclinação quase natural para apanhar rapidamente a imagem exata de uma pessoa e registrá-la — em sua meninice em Bristol com seu lápis, em sua juventude em Bath com pastel; apenas quando mudou-se para Londres (1886) é que começou a trabalhar com óleo. Talvez seu encanto físico e sua disposição feliz abrissem-lhe os corações e as portas. Quando tinha apenas 20 anos, foi comissionado para ir a Windsor e retratar a rainha Charlotte Sophia. Ele o fez tão diplomaticamente (pois ela não tinha nenhuma beleza) que foi eleito como membro associado da Academia com 22 anos, e como membro efetivo aos 25 anos. Centenas de pessoas notáveis disputavam posar para ele. Rejeitava o conselho de Cromwell de pintar as verrugas tanto quanto as covinhas do rosto; não havia dinheiro nas verrugas. Ele melhorava as feições de seus modelos, que não protestavam; e aquilo que faltava de beleza em suas *ladies* ele compensava vestindo-as de tecidos diáfanos, emprestando-lhes belas mãos e fascinantes olhos, e colocando-as em alguma pose dramática. Típico de seu trabalho é a elegante e impressionante figura que ele fez do príncipe regente em 1815. Às vezes, como no *Pinkie* da Galeria Huntington, atingia uma agradável fantasia, mas nota-se a falta em seus retratos de homens do forte caráter que Reynolds achava ou imaginava em seus modelos. Lawrence ganhou muito dinheiro, despendeu generosamente, e tornou-se o ídolo de sua época. Quando morreu um distinto cortejo escoltou-o até São Paulo.

John Constable (1776-1837) insistia em pintar paisagens, e não conseguiu uma noiva antes de ter 40 anos. Seu pai era um moleiro de Sussex que tolerava o talento de seu filho para o desenho e pintura, e financiou-lhe dois anos de estudo em Londres. Mas o desenvolvimento de John era vagaroso; por volta de 1797 ele sentia que não merecia mais ser mantido; voltou para Sussex para trabalhar no moinho de seu pai. Em seu tempo livre continuava a pintar. Enviou alguns de seus trabalhos para a Academia, que lhe ofereceu admissão em sua escola. Assim em 1799 estava de volta a Londres, apoiado por uma mesada paterna, e encorajado por Benjamin West. Um companheiro artista, Richard Reinagle, pintou um interessante retrato dele naquele ano.

Talvez tivesse lido os poemas de Wordsworth acerca dos cenários na região do lago Windermere, pois ele também via Deus em cada folha de árvore. Em 1806 fez uma viagem pelo Distrito dos Lagos, que permitiu-lhe estudar montanhas abraçadas pelo nevoeiro e felizes campos sob tranqüila chuva. Voltou para Londres reforçado em sua resolução de devotar sua arte à natureza. Dizia de suas paisagens que ele esperava "dar a um momento apanhado do tempo que passava uma duradoura e sóbria existência".[11] Nesse ínterim ele recebia encomendas ocasionais que o mantinham alimentado e alojado. Em 1811, por fim, ele produziu sua primeira obra-prima aclamada — *Dedham Vale*, um panorama de Essex sob um sol de meio-dia.

Naquele ano, segundo parece, apaixonou-se por Maria Bickell, que recebeu bem suas atenções; mas seu pai proibiu-a de rebaixar-se a uma renda tão pequena como a que Constable então recebia. Não foi senão cinco anos mais tarde, quando a morte de seu

pai deixou-lhe uma renda razoável, que ele se aventurou a de novo cortejá-la. O pai dela consentiu, e Constable levou sua *bartered bride* (noiva vendida), e lisonjeou-a com um retrato que hoje em dia abrilhanta uma parede da Tate Gallery. Após isso pintou as mais belas paisagens que a arte inglesa já produziu — não tão excitantes quanto as de Turner, mas transmitindo, pelo amoroso detalhe que honra cada folha, a paz e a verde riqueza da campanha inglesa. Naquele feliz período ele submeteu à Academia *Flatford Mill* (O Moinho Flatford — 1817), *The White Horse* (O Cavalo Branco — 1819), *The Hay Wain* (O Carro de Ferro — 1821), *Salisbury Cathedral* (A Catedral de Salisbury — 1823) e *The Cornfield* (O Campo de Milho — 1826). Cada uma dessas é uma obra-prima e atraíram-lhe fracos elogios.

Em 1824 submeteu *The Hay Wain* para exibição no Salão de Paris, e em 1825 *The White Horse* foi mostrado em Lille. Ambos ganharam a medalha de ouro, e os críticos franceses celebraram Constable como um mestre. A Academia Real de Londres, apanhada em falta, finalmente deu-lhe o título de membro efetivo (1829).

Esta honra veio tarde demais para significar muito para ele, pois naquele ano sua mulher morreu, de tuberculose, provavelmente agravada pela poluição londrina. Constable continuou a produzir paisagens admiráveis tais como *Valley Farm* (Fazenda do Vale) e *Waterloo Bridge* (Ponte de Waterloo), mas quase todo o seu trabalho posterior refletia o pesar que o amargurava. Ele usou luto até sua súbita morte.

IV. TURNER: 1775-1851

Joseph Mallord William Turner era tão orgulhoso quanto seu nome, e nunca permitiu que um crítico hostil ou um amor perdido perturbassem sua marcha para uma maestria inquestionada.

Nasceu em 23 de abril de 1775, talvez no mesmo dia e mês que Shakespeare. Seu pai era um barbeiro, cuja barbearia em Maiden Lane, atrás do Convent Garden, era dificilmente um lugar conveniente para o crescimento de um artista de paisagens. De acordo com o biógrafo da época, [12] Maiden Lane era um ''escuro desfiladeiro'', pavimentado com lama, coroado com um tráfego barulhento, e perturbado pelos gritos de vendedores. Em frente à barbearia havia uma hospedaria, Cider Cellar, cujos freqüentadores cantavam numa atonalidade profética. Junte-se a isso que a irmã de William em breve iria morrer e que sua mãe estava enlouquecendo. A natureza e as circunstâncias ajudaram em parte, dando ao rapaz uma conformação e uma vontade fortes, uma mente realística e uma confiança inabalável, as quais juntas resistiram, durante 76 anos, a crises, críticos e germes.

Seu pai via nele sinais de talento mal ajustados a Maiden Lane. Mandou William, aos 10 anos de idade, para viver com um tio — e freqüentar a escola — em Brentwood, Middlesex. Em dois anos o rapaz já tinha produzido desenhos que seu orgulhoso pai pendurava na barbearia, e em volta dela, e oferecia para venda. Um clérigo, freguês da barbearia, recomendou alguns deles a um amigo acadêmico. Em breve permitiram a William fazer uma tentativa na Academia; saiu-se bem; foi aceito como estudante com a idade de 14 anos, e um ano mais tarde permitiram-lhe exibir uma aquarela na exposição.

Por ocasião das férias, durante os anos de 1789 a 92, ele visitava a campanha com seu livro de esboços, indo até Oxford, Bristol e o País de Gales; esses vivos esboços de terra, sol e mar ainda são hoje visíveis no Museu Britânico. Aos 19 anos vendia seus desenhos para as revistas; aos 21 começou a expor suas pinturas a óleo na Academia; aos 24 foi eleito membro associado e aos 27 membro efetivo. Tornado economicamente independente por suas vendas, abriu (1800) um espaçoso estúdio em Hurly Street, 64; e ali o pai veio viver com ele como seu assistente e agente de negócios. Esta amorosa aproximação harmonizava-se bem com a falta de inclinação do artista pelo casamento. Seu físico e seu rosto não eram atraentes, e possuía poucos encantos de maneiras. Era um homem absorvido. Por cerca de meio séculol dominou a arte inglesa e superou os competidores com a fertilidade e o brilho de seu trabalho.

Os biógrafos facilitam a tarefa de compreendê-lo dividindo-o em três períodos: no primeiro (1787-1820) inclina-se para objetos históricos, mas transforma-os em estudos de sol e do mar. Em 1799 estava entre os quatro pintores que, na exposição da Academia, celebravam a destruição por Nelson da frota de Napoleão em Abukir. Em 1802 fez sua primeira viagem ao estrangeiro. Quando o paquete aproximou-se de Calais, verificou-se que as ondas eram por demais altas e violentas para permitir a atracação. Turner e alguns outros passageiros conseguiram chegar à praia num barco a remo. Aí ele tomou de seu caderno de esboços e delineou a complexa cena do navio lutando contra a tempestade; um ano mais tarde exibiu em Londres sua enorme pintura, *Calais Pier* (O Cais de Calais) no qual dá ampla liberdade a seu amor por nuvens escuras, mares zangados e homens bravos. Da França apressou-se a ir para a Suíça, onde fez 400 desenhos de montanhas desafiando o céu. Seus cadernos de esboços tornaram-se sua segunda memória.

Quando retornou a Londres, encontrou os críticos da Academia queixando-se que ele usava as cores muito espessa, desordenada e confusamente, e em combinações que violavam todos os precedentes sadios; que seus métodos viovaram as normas ensinadas pelo falecido Sir Joshua Reynolds de seguir os Velhos Mestres e observar as regras tradicionais. Turner honrava a memória do bondoso ditador, mas obedecia aos ditames de seu próprio caráter. Daí em diante ele foi na arte a mais clara voz da revolta romântica contra os assuntos antigos, regras obsoletas, e do estragulamento da experiência e da imaginação pelo costume e a realidade. Replicou a seus críticos exibindo em seu estúdio *The Shipwreck* (O Naufrágio — 1804) — uma impiedosa visualização do domínio da natureza sobre o homem. Foi aclamado. Um ano mais tarde conquistou os corações britânicos celebrando a vitória de Nelson em Trafalgar. O quadro era uma confusão de navios, dos elementos e de homens; mas assim havia sido a batalha. Apesar disso os críticos enunciaram um espanto largamente sentido: Turner era todo cor, não havia linhas; mesmo a cor parecia ter sido esparramada sem uma forma, e no entanto ela por si atingia o tema; os edifícios e os seres humanos em suas telas eram manchas de obscuridade, pontos denotando insignificância, como se o artista fosse obcecado pela insignificância do homem contra uma natureza enraivecida. Havia agradáveis exceções, como no *The Sun Rising through Mist* (O Sol Nascendo Através da Neblina — 1807); porém em *Hannibal Crossing The Alps* (Aníbal Cruzando os Alpes — 1812) todo o sentido do heroísmo humano parecia perdido no meio das nuvens negras e amarelas que amontoavam-se acima dos soldados encolhidos de medo. Era este selvagem artista um inimigo da raça humana?

Turner continuou seu caminho manuseando seu pincel com força e entusiasmo, aparentemente resolvido a varrer o homem e a vida da superfície da terra, deixando nela apenas o sol, as nuvens, as montanhas e os mares enfurecidos. Ele não era inteiramente um misantropo. Era capaz de cálidas afeições, e desenvolveu uma tranqüila amizade com Sir Thomas Lawrence, seu oposto na prática e na teoria. Mas reconhecia que não havia nenhuma nobreza a não ser a do gênio, e tinha poucas ilusões acerca do homem comum. Amava seu trabalho e sua intimidade, sentindo, como Leonardo, que "se vós estais inteiramente sozinhos, vós sois inteiramente vós mesmos". Não tinha nenhuma fé manifesta em nenhum mundo sobrenatural. Seu Deus era a natureza, a quem dava seu tipo de adoração — não à sua sabedoria e sua beleza, como em Wordsworth, mas à sua pertinácia e energia; e ele sabia que a natureza o absorveria também, como ao homem, a seu próprio tempo. Não se incomodava muito com a moralidade. Tinha uma amante ou duas, mas mantinha-as decentemente reservadas. Fez alguns desenhos de nus de um caráter erótico; estes, caindo nas mãos de Ruskin, foram imediatamente destruídos. Amava o dinheiro, cobrava altos preços e deixou uma fortuna. Era um diamante bruto, um solitário.

Seu período médio (1820-33) começou com uma viagem a Itália, à procura do sol. Durante esses seis meses ele fez 1.500 desenhos; após sua volta à Inglaterra transformou alguns deles em novos ensaios em cor, luz e sombra, como *The Bay of Baiae* (A Baía de Baiae — 1823), onde até as sombras falam. De novo na França (1821), fez aquarelas iluminadas do rio Sena. De 1825 a 1826, vagabundeou através da Bélgica e da Holanda e trouxe para casa vários esboços, alguns dos quais transformaram-se nas pinturas *Cologne* e *Dieppe*, hoje na coleção Frick em Nova Iorque. Ocasionalmente, nos anos 1830, ele gozou da hospitalidade de Lorde Egremont em Petworth; como usualmente, ele se escondia com seu trabalho, mas deu a seu anfitrião um momento de imortalidade com o quadro *The Lak at Sunset* (O Lago ao Pôr-do-Sol).

No período final (1834-45) de sua fertilidade rendeu-se mais e mais ao encanto da luz. Objetos reconhecíveis quase desapareceram; o que permanecia eram fascinantes estudos de cor, radiância e sombra. Ocasionalmente deixava objetos desempenharem um papel principal, como no quadro *The Fighting Têmêraire Towed to Her Last Berth* (O Navio de Guerra Téméraire Rebocado para seu Último Porto — 1839) após muitos canhonaços pela Inglaterra; ou a orgulhosa locomotiva anunciando um século de cavalos-de-ferro em *Rain, Steam, and Speed* (Chuva, Vapor e Velocidade — 1844). Quando as Casas do Parlamento incendiaram-se em 1834, Turner assistiu de perto, fazendo esboços para a pintura que mais tarde fez do espetáculo. Cruzando ao largo de Harwich, o navio em que ele viajava teve que enfrentar uma tormenta de vento e neve; o artista, já idoso, fez-se amarrar ao mastro durante quatro horas, de forma a poder gravar em sua memória os detalhes e o horror da cena;[13] mais tarde ele fundiu-as numa confusa fúria de tinta branca chamada *The Snowstorm* (A Tempestade de Neve — 1842). Em 1843, como um triunfo final, ele pintou *The Sun of Venice Going Out to Sea* (O Sol de Veneza Afundando no Mar).

Seus últimos anos foram ensombreados por um consenso crescente de condenação mitigado por um hino de louvor de um mestre da prosa inglesa. Um crítico menosprezava a pintura *The Snowstorm* como sendo "uma saboeira num tanque de lavar roupa";[14] um outro resumia o período final do artista como o trabalho de "uma visão

doente e de uma mão descontrolada"; e o *Punch* propôs um título geral para qualquer quadro de Turner: "Um tufão soprando sobre um simum, no redemoinho de Maelstrom, na Noruega, com um navio em fogo, um eclipse e o efeito de um arco-íris lunar."[15] Depois de meio século de trabalho, sua grande e brilhante obra parecia ser desprezada e rejeitada pelo impiedoso julgamento do gosto conservador.

Foi então que em maio de 1843 John Ruskin, que tinha 24 anos, publicou o primeiro volume de *Pintores Modernos*, cujos temas persistentes e entusiásticos eram a superioridade de William Turner sobre todos os outros pintores modernos de paisagens e a complexa veracidade dos quadros de Turner como um registro do mundo exterior. Turner não ficou ofendido de ver-se exaltado acima de Claude Lorrain, que tinha sido a inspiração de sua juventude, mas à medida que lia a crítica começou a imaginar se esse elogio não iria prejudicá-lo por sua extensão e excesso. Por algum tempo isso aconteceu; os críticos elogiavam a prosa de Ruskin, mas questionavam seu julgamento e aconselhavam-lhe um ponto de vista mais moderado. Ruskin não era para ser restrito; insistiu de novo e de novo, em volume após volume, na empresa de defender e justificar Turner, até dar ao artista cerca de um terço das duas mil páginas do livro. No fim ele ganhou a batalha e viveu para ver seu ídolo aclamado como um dos mais criativos ampliadores da arte moderna.

Entrementes Turner morreu, em 19 de dezembro de 1851, e foi enterrado em São Paulo. Em seu testamento deixou as obras de arte ainda em seu poder para a nação — 300 pinturas, 300 aquarelas, e 19.000 desenhos — e deixou o dinheiro que ele não havia gasto, 140.000 libras esterlinas, para um fundo destinado a artistas necessitados. (Os parentes que lhe sobreviveram conseguiram anular o testamento e dividiram o dinheiro entre eles próprios e seus advogados.)

Talvez o seu maior legado tenha sido a descoberta pictórica da luz. Nesta mesma geração que ouviu Thomas Young formular a teoria oscilatória da luz, Turner espalhou por toda a Europa pinturas luminosas e aquarelas proclamando que a luz é um objeto, ao mesmo tempo que é um meio, e que ela merece ser representada em suas diversas formas, cores, componentes e efeitos. Isto era o impressionismo antes dos impressionistas; e talvez Manet e Pissarro, quando visitaram Londres em 1870, tivessem visto algumas das espetaculares iluminações de Turner.[16] Sete anos mais tarde Degas, Monet, Pissarro, e Renoir enviaram uma carta a um negociante de arte em Londres dizendo que em seus estudos do "fugitivo fenômeno da luz" eles não tinham esquecido que haviam sido "precedidos nesta trilha pelo grande mestre da escola inglesa, o ilustre Turner"[17]

CAPÍTULO XVIII

A Ciência na Inglaterra

I. AS AVENIDAS DO PROGRESSO

ERA natural que a Inglaterra, tendo liderado a passagem da agricultura para a indústria, favorecesse às ciências que ofereciam possibilidades práticas, deixando os estudos teóricos para os franceses; e era de se esperar que seus filósofos nesse período — Burke, Malthus, Godwin, Bentham, Paine — fossem homens do mundo, encarando os problemas vivos da moralidade, da religião, da população, da revolução e do governo, e abandonando aos professores alemães os altos vôos da lógica, da metafísica, e da "fenomenologia da mente".

A Royal Society (Sociedade Real de Londres para Melhoria do Conhecimento Natural), como foi organizada em 1660, anunciara suas intenções de "fundar um colégio para promover o aprendizado físico-matemático-experimental". Mas ela não se tinha tornado um colégio no sentido de uma organização de professores para a educação secundária da juventude; havia-se desenvolvido num clube restrito de 55 gentis-homens cientistas, encontrando-se periodicamente para consultas, reunindo uma biblioteca de ciência e filosofia, provendo uma audiência especial para comunicações e experiências, concedendo medalhas para contribuições à ciência, e ocasionalmente publicando suas *Philosophical Transactions* (Realizações Filosóficas). A "filosofia" ainda incluía as ciências, que dela estavam brotando uma por uma à medida que substituía a lógica e a teoria com formulações quantitativas e comprovados experimentos. A Royal Society organizou, usualmente com subsídios governamentais, vários empreendimentos científicos e expedições. Em 1780 o governo entregou-lhe elegante sede em Somerset House, onde permaneceu até 1857, quando se transferiu para a sua atual sede de Burlington House, em Piccadilly. Seu presidente de 1778 a 1820, Sir Joseph Banks, gastou grande parte de sua fortuna na promoção da ciência e no patrocínio dos cientistas.

Menos famoso apenas do que a Royal Society e mais dirigido para a educação era o Instituto Real de Londres, estabelecido em 1800 pelo conde Rumford, "para orientar, por meio de cursos regulares, de conferências filosóficas e experiências, a aplicação das novas descobertas na ciência, e para a melhoria das artes e das manufaturas". O Instituto dispunha, em Albermale Street, de um espaçoso auditório onde John Dalton e Sir Humphry Davy pronunciaram conferências em química, Thomas Young sobre a natureza e a propagação da luz, Coleridge sobre literatura, Sir Edwin Landseer sobre arte... Mais específicas eram a Sociedade Lineana, incorporada em 1802 para os assuntos de botânica, a Sociedade Geográfica (1807), e pouco depois sociedades para zoologia, horticultura, química animal e astronomia. Manchester e Birmingham, satisfeitas em aplicarem a ciência às suas indústrias, estabeleceram suas próprias sociedades "filosóficas"; e Bristol estabeleceu um "instituto pneumático" para o estudo dos gases. As Acade-

mias eram formadas para expor a ciência ao público em geral; numa dessas Michael Faraday, de 25 anos de idade (1816), pronunciou uma série de conferências que participaram por meio século como estimulantes da pesquisa elétrica. Geralmente, na educação científica, as comunidades de negócios estavam adiantadas em relação às universidades e muitos avanços importantes na ciência foram feitos por indivíduos independentes, autônomos ou financiados por amigos.

Entregando a matemática aos franceses, a ciência britânica concentrou-se na astronomia, geologia, geografia, física e química. A astronomia foi colocada sob a proteção real e recebia subsídios, como vital para a navegação e controle dos mares. O observatório de Greenwich, com o melhor equipamento que o dinheiro do Parlamento pôde comprar, era geralmente reconhecido como o melhor que havia em sua classe. James Hutton, dois anos antes de sua morte, publicou, em 1795, *Teoria da Terra*, um clássico em geologia: ele resumia a vida aparente de nosso planeta como um processo cíclico uniforme por meio do qual as chuvas desgastam a superfície da terra, os rios sobem com as erosões ou carregam-nas para o mar, as águas e a umidade da terra evaporam-se em nuvens, estas se condensam em chuvas... No outro extremo desta época (1815), William Smith — apelidado "O Smith dos Estratos" — ganhou fama com as 15 imensas folhas de seu *Mapa Geológico da Inglaterra e do País de Gales*. Elas mostravam que os estratos inclinam-se regularmente para leste numa ligeira subida até que atingem a superfície da terra; e esses mapas adiantaram a paleontologia, identificando os estratos de acordo com seus depósitos orgânicos. Pela revelação de tais segredos subterrâneos o governo britânico, em 1831, concedeu-lhe uma anuidade vitalícia de 100 libras esterlinas. Ele morreu em 1839.

Os navegadores britânicos continuavam a explorar os escaninhos e os esconderijos das terras e dos mares. Nos anos de 1791-94 George Vancouver mapeou as costas da Austrália, da Nova Zelândia, Havaí, e da parte noroeste do Pacífico na América; ali ele circunavegou a encantadora ilha que leva o seu nome.

II. FÍSICA: RUMFORD E YOUNG

É difícil atribuir uma nacionalidade a Benjamin Thompson, que nasceu (1753) e foi criado na América, foi feito cavaleiro na Inglaterra, elevado a conde de Rumford na Baviera e que morreu na França (1814). Na Guerra da Independência Americana ele alinhou-se com os ingleses e transferiu-se para Londres (1776). Enviado de volta para servir como secretário britânico na colônia da Geórgia, seu interesse extravasou da política para a ciência e fez pesquisas que lhe asseguraram o lugar de membro da Royal Society. Em 1784, com a permissão do governo britânico, passou a prestar serviços à Baviera, então governada pelo príncipe Maximiliano José. Nos próximos 11 anos, como ministro da Guerra e da Política da Baviera, reorganizou o exército, melhorou as condições das classes trabalhadoras, terminou com a mendicância, e encontrou tempo para contribuir com trabalhos para as *Philosophical Transactions* da Royal Society. O agradecido Maximiliano fê-lo (1791) conde do Sagrado Império Romano; tomou para seu título o nome do lugar de nascimento de sua esposa (hoje Concord) em Massachusetts. Durante um ano na Inglaterra (1795) ele trabalhou para melhorar o aquecimento e os serviços de cozinha do povo, visando a reduzir a poluição doméstica do ar. Depois de mais um ano

de serviço na Baviera, voltou para a Inglaterra e, com Sir Joseph Banks, estabeleceu o Instituto Real. Fundou — e foi o primeiro a receber — a medalha Rumford da Royal Society. Conseguiu fundos para a concessão de uma medalha semelhante pelas academias de artes e ciências na Baviera e na América, e para a bolsa de professorado Rumford na Universidade de Harvard. Depois da morte de sua esposa mudou-se para Paris (1802), comprou uma casa em Auteuil, casou com a viúva de Lavoisier, e permaneceu na França a despeito do reinício da guerra com a Inglaterra. Ativo até o fim, trabalhou até o último ano de sua vida para alimentar com "a sopa Rumford" o populacho francês, que se aproximava do desespero à medida que Napoleão, tirando-lhe todos os seus filhos capazes, marchava para a destruição.

As contribuições de Rumford para a ciência foram muito variadas e ocasionais para serem espetaculares, porém tomadas em conjunto formaram um notável contraponto para uma ativa vida administrativa. Observando a perfuração de um tubo de canhão em Munique, ficou intrigado pelo calor que a operação produzia. Para medi-lo, dispôs um cilindro sólido de metal que rodava com sua cabeça de encontro a uma broca de aço, tudo numa caixa estanque contendo 18.75 libras de água (8,5 quilos). Em duas horas e três quartos a temperatura da água subiu de 60 para 212 graus Fahrenheit (16 para 100 graus centígrados), ponto de fervura. "Seria difícil", recordava-se Rumford mais tarde, "descrever o espanto expresso na fisionomia dos circunstantes ao verem uma tão grande quantidade de água aquecida, na realidade ferver, sem nenhum fogo."[1] Essa experiência provou que o calor não é uma substância mas uma forma de movimento molecular aproximadamente proporcional à quantidade de trabalho feito para produzi-lo. Essa crença há muito tempo era mantida, mas o dispositivo de Rumford forneceu sua primeira prova experimental e um método de medir o equivalente mecânico do calor — isto é, a quantidade do trabalho requerido para aquecer uma libra de água a um grau Fahrenheit.

Thomas Young era quase tão "ondulante e variado" como Rumford e Montaigne Nascido (1773) de pais quacres em Somerset, começou com a religião e depois transferiu sua devoção para a ciência. Com a idade de quatro anos já lera a Bíblia toda duas vezes, e aos 14 anos podia escrever em 14 línguas.[2] Aos 21 foi eleito *fellow* da Royal Society; aos 26 era um médico estabelecido em Londres; aos 28 ensinava física no Instituto Real; e em 1801 começou ali as experiências que confirmaram e desenvolveram o conceito de Huyghens da luz como ondulações de um hipotético éter. Depois de muito debate esse ponto de vista deslocou em geral — embora não universalmente — a teoria de Newton, segundo a qual a luz é a emanação de corpúsculos materias. Young também apresentou a hipótese, mais tarde desenvolvida por Helmholtz, de que a percepção da cor depende da presença na retina de três espécies de fibras nervosas, sensíveis respectivamente ao vermelho, ao violeta e ao verde. Além disso ele foi também o autor das primeiras descrições do astigmatismo, da pressão sangüínea, da atração capilar, e das marés, e participou ativamente (1814) na decifração da Pedra de Rosetta. Ele era, dizia um ilustre historiador da medicina, o "médico mais altamente educado de seu tempo", e, ajuntava Helmholtz, "um dos homens de visão mais clara que jamais existiu".[3]

III. QUÍMICA: DALTON E DAVY

Na mesma década e também no Instituto Real, John Dalton revolucionou a química com sua teoria atômica (1804). Filho de um tecelão quacre, nasceu (1766) em Eaglesfield próximo a Cockermouth, no lado norte daquele enevoado e magnífico Distrito dos Lagos, que em breve abrigaria Wordsworth, Coleridge e Southey. Mais tarde, escrevendo na terceira pessoa, ele apresenta um sumário do início de sua carreira, numa cronologia simples, que não esconde inteiramente a ardente ambição que abriria caminho para suas realizações:

> Quem estas linhas escreve... cursou a escola da vila.. até os 11 anos de idade, período no qual fez um curso de medições, levantamento topográfico, navegação etc.; aos 12 anos começou a ensinar da escola da vila; ...por algum tempo empregou-se na lavoura, cerca de um ano ou mais; mudou-se para Kendal aos 15 anos de idade como assistente num internato, e assim permaneceu por três ou quatro anos; depois assumiu a direção da escola, e lá continuou por oito anos; estando em Kendal empregava suas horas de folga estudando latim, grego, francês, e a matemática com filosofia natural; daí foi transferido para Manchester em 1793 como orientador de matemática e filosofia natural no New College.[4]

Sempre que o tempo e os recursos o permitiam, adiantava observações e experiên cias, apesar de sua cegueira para cores e dos instrumentos grosseiros, muitos feitos por ele mesmo. Entre seus vários interesses encontrava tempo para manter um registro meteorológico desde os seus 21 anos até um dia antes de sua morte.[5] Empregava suas férias quase sempre na pesquisa de fenômenos naquelas mesmas montanhas onde encontramos Wordsworth alguns anos depois; mas enquanto Wordsworth procurava e escutava Deus, Dalton media, por exemplo, as condições atmosféricas em diferentes altitudes — da mesma forma que Pascal um século e meio antes.

Em suas experiências ele aceitou a teoria de Leucipo (*circa* 450 a.C.) e Demócrito (*circa* 400 a.C.), de que toda a matéria consiste em átomos indivisíveis, e prosseguiu suas investigações de acordo com a hipótese de Robert Boyle (1627-91) de que todos os átomos pertencem a um ou outro de certos elementos finais indecomponíveis — hidrogênio, oxigênio, cálcio... Em seu *Um Novo Sistema da Filosofia Química* (1808) Dalton argumentava que o peso de qualquer átomo de um elemento, comparado com o de qualquer átomo de outro elemento, deve ser o mesmo que o peso da massa do primeiro elemento comparada com massa igual do outro. Tomando o peso do átomo do hidrogênio como um, Dalton, após muitas experiências e cálculos, classificou cada um dos outros elementos pelo peso relativo de qualquer um de seus átomos em relação a um átomo de hidrogênio; assim constituiu, para os 30 elementos dele conhecidos, uma tabela de seus pesos atômicos. Em 1967 os químicos já tinham reconhecido 96 elementos. As conclusões de Dalton foram corrigidas por pesquisas posteriores, porém elas — e sua complexa "lei das proporções múltiplas" em todas as combinações dos elementos — provaram ser de imensa ajuda no progresso da ciência no século XIX.

Mais excitantes e variadas foram a vida, a educação e as descobertas de Sir Humphry Davy. Nascido em Penzance (1778) de uma abastada família da classe média, recebeu boa educação e suplementou-a com expedições nas quais combinava geologia, pesca-

rias, esboços e poesia. Sua natureza feliz conquistou-lhe uma boa quantidade de amigos, de Coleridge, Southey e o Dr. Peter Roger — o engenhoso e infatigável compilador do *Tesouro das Palavras e Frases Inglesas* (1852) — até Napoleão. Um dos amigos permitiu-lhe usar gratuitamente um laboratório químico, cujas retortas efervescentes atraíam a inteira dedicação de Davy. Organizou seu próprio laboratório, testou diversos gases respirando-os, persuadiu Coleridge e Southey a aderirem a sua turma de aspiradores de gases e quase matou-se respirando gás de água, um poderoso veneno.

Aos 22 anos publicou um relato de suas experiências sob o título *Pesquisas Químicas e Filosóficas* (1800). Convidado a ir a Londres pelo conde Rumford e Joseph Banks, pronunciou conferências e fez demonstrações sobre as maravilhas da bateria acumuladora (pilha de Volta), trazendo nova fama para o Instituto Real. Usando uma bateria de 250 pares de placas metálicas como agente de eletrólise, decompôs várias substâncias em seus elementos; assim, Davy descobriu e isolou o sódio e o potássio; daí prosseguiu para isolar o bário, o boro, o estrôncio, o cálcio, o magnésio, acrescentando-os à lista dos elementos. Suas realizações estabeleceram a eletroquímica como uma ciência ilimitada em suas possibilidades teóricas e práticas. A notícia de seu trabalho chegou a Napoleão, que enviou em 1806, através de fronteiras em guerra, um prêmio que lhe foi concedido pelo Instituto National. Berthollet, em 1786, explicara a James Watt o poder descorante do cloro; a Inglaterra fora muito vagarosa em usar essa sugestão; Davy renovou-a com eficiência. Com ele a ciência e a indústria desenvolveram aquela mútua estimulação que deveria desempenhar um papel capital na transformação econômica da Grã-Bretanha.

Em 1810, perante uma audiência do Instituto Real, Davy realizou experiências demonstrando o poder de uma corrente elétrica, ao passar de um filamento de carbono para outro, de produzir luz e calor. Ele descreve a operação:

> Quando dois pedaços de carvão de madeira, de cerca de dois e meio centímetros de comprimento e quatro milímetros de diâmetro, eram aproximados um do outro, até mais ou menos um milímetro de distância, produzia-se uma brilhante centelha, e mais da metade do volume do carvão ficava aquecido até o branco; e afastando as pontas uma da outra, uma descarga constante tinha lugar através do ar aquecido, num espaço igual a no mínimo dez centímetros, produzindo o mais brilhante arco ascendente de luz... Quando qualquer substância era introduzida nesse arco, queimava-se instantaneamente; platina fundia-se tão rapidamente nele como se fosse cera numa vela comum; o quartzo, a safira, a magnésia, a cal, todos entravam em fusão.[6]

As potencialidades desse processo de geração de luz e de calor não se desenvolveram até que meios mais baratos de produzir corrente elétrica foram inventados; mas naquele brilhante experimento já estavam o alto-forno elétrico e a transformação da noite em dia para a metade da população da terra.

Em 1813, acompanhado por seu jovem assistente Michael Faraday, e armado com um salvo-conduto assinado por Napoleão, quando quase toda a Europa estava em guerra, Davy viajou através da França e da Itália, visitando laboratórios, fazendo experiências, explorando as propriedades do iodo, e provando que o diamante é uma forma de carbono. Retornando à Inglaterra, estudou as causas das explosões nas minas, e inventou uma lâmpada de segurança para mineiros. Em 1818 o príncipe Regente fê-lo baronete. Em 1820 sucedeu a Banks como presidente da Royal Society. Em 1827, com a saúde precária, abandonou a ciência e dedicou-se a pescar, escrevendo sobre esta arte um livro,

ilustrado com seus próprios desenhos. Em 1829, parcialmente paralisado, foi para Roma a fim de ser uma "ruína entre ruínas",[7] e morreu antes que o ano terminasse. A vida só lhe deu 51 anos, mas ele viveu muitas vidas nesse meio século. Era um grande e bom homem, e uma dessas criaturas redentoras, que devem ser pesadas na balança contra nossa ignorância e nossos erros.

IV. BIOLOGIA: ERASMUS DARWIN

A biologia não tivera ainda tanto sucesso na Inglaterra quanto a física, a química, e a geografia; estas eram interligadas e úteis para a indústria e o comércio; mas a biologia revelava tanto a tragédia quanto o esplendor da vida, e interferia na crença religiosa.

Erasmus Darwin, avô de Charles, já recebeu nossa homenagem no volume *A Era de Voltaire*, mas foi ele uma chama no brilho desta época, uma vez que ela viu a publicação de seus livros *Jardim Botânico* (1792), *Zoonomia* (1794-96), e o *Templo da Natureza* (1803). Esses livros foram todos escritos sob um ponto de vista evolucionário. Concordavam com Lamarck, baseando a teoria na esperança de que hábitos e órgãos adaptados, desenvolvidos, pelo desejo e pelo esforço, se reforçados através de muitas gerações deixam sua marca transmissivelmente nos nervos e na carne. O genial doutor procurou reconciliar a evolução com a religião, sugerindo que toda a vida animal havia começado com "um filamento vivo que a primeira grande Causa havia imbuído de animalidade", deixando-a "para melhorar sua própria atividade inerente e para passar essas melhorias por gerações até a posteridade, num mundo sem fim".[8]

O perene debate entre religião e ciência, embora emudecido nessa época, entrou no até então guardado reino da psicologia, à medida que Hartley e Priestley preparavam uma interpretação fisiológica da associação de idéias e à medida que os anatomistas progressivamente revelavam uma correlação entre o corpo e a mente. Em 1811 Charles Bell publicou *Uma Nova Idéia da Anatomia do Cérebro*, na qual parece provar que partes específicas do sistema nervoso transmitem impressões sensoriais a partes específicas do cérebro, e nervos específicos levam impulsos motores a órgãos específicos de resposta. Os fenômenos de hipnotismo, cada vez mais comuns, pareciam indicar uma transformação fisiológica da sensação em idéia e em ação. Os efeitos do ópio e de outras drogas, induzindo ao sono, afetando os sonhos, estimulando a imaginação e enfraquecendo a vontade (como no caso de Coleridge e De Quincey), lançaram mais uma interrogação sobre a liberdade da vontade, reduzindo-a à soma algébrica de imagens e impulsos consecutivos. E o crescente *status*, disputa científica e posição social da profissão médica, comparados com o *status* reduzido e a reduzida vitalidade do clero anglicano, pareciam refletir a secreta divulgação da indiferença religiosa, da dúvida ou da descrença.

V. MEDICINA: JENNER

A fraternidade médica dificilmente merecia esse nome, pois refletia completamente a tendência para distinção de classes ou graduação. O Royal College of Physicians (Colégio Real de Médicos), orgulhoso de sua criação por Henrique VIII em 1518, limitava a admissão de membros "associados" a cerca de 50 indivíduos que houvessem colado

grau em Oxford ou Cambridge; e a de seus membros "licenciados", a cerca de 50 outros médicos de distinção. Esses 100 homens serviam como uma espécie de Casa dos Lordes para os médicos da Inglaterra. Tinham rendas substanciais, às vezes atingindo a 20.000 libras esterlinas por ano. Não podiam tornar-se pares, mas podiam tornar-se cavaleiros e aspirar ao título de baronete. De um *status* marcadamente inferior era o Royal College of Surgeons (Colégio Real de Cirurgiões), estabelecido em 1800. Abaixo desses ficavam os *accoucheurs* (parteiros masculinos), que se especializavam em retirar os embriões de sua confortável segurança para o mundo da competição. Na base dos curandeiros estavam os farmacêuticos, que forneciam quase que toda a assistência médica disponível nas áreas rurais.

Nenhum desses "colleges" oferecia educação médica exceto conferências ocasionais por famosos médicos. Nem Oxford nem Cambridge tinham uma escola de medicina; estudantes que desejavam ter treinamento universitário em medicina tinham de procurá-lo na Escócia. Doutra forma o treinamento dos doutores ingleses era deixado a cargo das escolas particulares que cresciam na vizinhança dos grandes hospitais contruídos pela filantropia privada. Sir Thomas Bernard despendeu grande parte de sua riqueza reformando o famoso "Foundlings' Hospital" (Hospital dos Enjeitados) no norte de Londres, e participou com outros homens de posses no financiamento, em Londres e outras partes, de clínicas gratuitas para o tratamento do câncer, de oftalmia e de hérnia. Porém as más condições sanitárias da cidade espalhavam as doenças, ou geravam novas, tão rápido quanto a medicina podia curá-las.

Em 1806 Londres registrou um evento singular: passou uma semana inteira sem uma morte causada pela bexiga — aquela doença pustulenta, febril, que marcava os rostos, e que fora uma vez epidêmica na Inglaterra e podia de novo a qualquer hora levantar-se numa praga mortal.

Um modesto médico inglês, Edward Jenner — que gostava de caçar, de botânica, de compor poesias, e de tocar a flauta e o violino — tornou possível a semana milagrosa por uma década de inoculações que finalmente superaram o conservantismo da sociedade britânica. A prevenção da bexiga pela inoculação com vírus enfraquecidos de um ente humano infectado pela bexiga tinha sido praticada pelos antigos chineses; Lady Mary Wortley Montagu verificou que isso era costumeiro em Constantinopla no ano de 1717: em sua volta para a Inglaterra recomendou que o processo fosse ali adotado. Foi experimentado em criminosos, depois em órfãos, com considerável sucesso. Em 1760 os drs. Robert e Daniel Sutton relataram que em 30.000 casos de inoculação contra a bexiga tiveram 1.200 casos fatais. Podia ser encontrado um método mais seguro de impedir a doença?

Jenner foi levado a uma melhor solução ao observar que muitas moças que trabalhavam em estábulos em sua terra natal de Gloucestershire contraíam a bexiga das tetas infectadas das vacas, e que estas mulheres dali em diante ficavam imunes. Ocorreu-lhe que uma imunidade semelhante podia ser estabelecida inoculando com uma vacina (do termo latino *vacca*) feita do vírus de uma vaca infectada com a doença. Em um trabalho publicado em 1798 Jenner relatava o procedimento aventuroso que levou à fundação da medicina e da imunologia experimentais.

> ...Eu escolhi um rapaz de boa saúde, com cerca de oito anos de idade, para o propósito de inoculá-lo com a bexiga das vacas. O material foi tirado de uma ferida na mão

> de uma moça de estábulo, infectada pelas vacas de seu patrão, e inserido no dia 14 de maio de 1796 no braço do menino... No sétimo dia ele queixou-se de incômodos,... e no nono dia ele começou a ter arrepios, perder o apetite e ter uma ligeira dor de cabeça... No dia seguinte ele estava perfeitamente são...
>
> A fim de se verificar se o rapaz, após ter sentido uma influência tão ligeira em seu sistema pelo vírus, estava seguro do contágio da bexiga, ele foi inoculado no dia 1º de julho seguinte com matéria variólica (*variola* é o termo latino para bexiga) tirada diretamente de uma pústula... Não houve nenhuma reação... Vários meses mais tarde, foi de novo inoculado com matéria variólica, mas nenhum efeito sensível se verificou em seu organismo.[9]

Jenner prossegue descrevendo 22 outros casos de um procedimento semelhante com resultados completamente satisfatórios. Enfrentou uma certa condenação, pois isso parecia vivissecção humana; tentou recompensar o menino que consentira na vacinação construindo para ele uma casinha e plantando um jardim de rosas com suas próprias mãos.[10] Em 1802 e 1807 o Parlamento votou a concessão a Jenner de 30.000 libras esterlinas para melhorar e divulgar seu método. No curso do século XIX a bexiga (varíola) quase desapareceu da Europa e da América, ocorrendo apenas em indivíduos não-vacinados. A vacinação foi aplicada a outras doenças e a nova ciência da imunologia participava com outros avanços médicos e com a saúde pública em dar às comunidades modernas tanta saúde quanto permitem as dificuldades da pobreza, a fertilidade da ignorância, a precipitação do apetite e a paciente inventividade da doença.

CAPÍTULO XIX

A Filosofia Inglesa

A CIÊNCIA na Inglaterra de 1789 a 1815 teve pouca influência na filosofia. "A filosofia natural" — isto é, as ciências físicas — podia reconciliar-se com uma teologia liberal, e mesmo a idéia da evolução podia ser domesticada interpretando os seus "dias" da criação como elásticos espaços do desenvolvimento. As classes superiores, agora que seu namoro com Voltaire e os enciclopedistas fora eliminado pela Revolução, passaram a desconfiar das idéias como uma doença infecciosa da juventude; consideravam o culto religioso semanal como um investimento sábio na ordem social e na estabilidade política, e queixavam-se que o primeiro-ministro Pitt não encontrava tempo para ir à igreja. Havia alguns bispos secretamente céticos, mas conhecidos por sua piedade pública. Apesar de tudo o velho conflito continuava. No mesmo ano de 1794, duas vozes opostas o proclamavam: Thomas Paine em *A Idade da Razão* e William Paley em *Um Ponto de Vista sobre as Provas do Cristianismo*. Uma olhada a ambos irá sugerir-nos qual era o temperamento daquele tempo.

I. TOM PAINE E O CRISTIANISMO

"Tom" Paine, como os dois continentes vieram a chamá-lo, era um inglês, nascido de uma família quacre em Thetford, Norfolk, em 1737; emigrou, a conselho de Benjamin Franklin, para a América em 1774 e tomou parte ativa na Revolução Americana. O general Washington creditava ao livreto de Paine *Bom Senso* (janeiro de 1776), haver "produzido uma poderosa mudança na mente de muitos homens".[1] Durante a Guerra da Revolução, como ajudante-de-campo do general Nathanael Greene, produziu uma série de folhetos de propaganda — *A Crise* — para manter elevado o espírito do exército e dos cidadãos rebeldes; um deles começava com uma famosa linha: "Este é o momento para experimentar as almas dos homens." De 1787 a 1802 ele viveu principalmente na Europa, trabalhando para a Revolução Francesa tanto na França quanto na Inglaterra. Arriscou sua cabeça ao votar pela comutação da sentença de Luís XVI de morte para exílio. Em dezembro de 1793, aparentemente sob instigação de Robespierre,[2] a Convenção decretou a expulsão dos seus membros estrangeiros: Anacharsis Cloots e Thomas Paine. Esperando ser preso, Paine escreveu apressadamente o que constitui hoje a primeira parte de sua *A Idade da Razão* e enviou o manuscrito para a América com a seguinte dedicatória:

> A meus amigos e concidadãos dos Estados Unidos da América: ponho o trabalho que junto segue sob vossa proteção. Ele contém minhas opiniões sobre religião. Farme-eis justiça lembrando que eu sempre apoiei teimosamente o direito de cada homem à sua própria opinião, não importa quão diferente ela fosse da minha. Aquele que nega a um outro seu direito faz-se um escravo de si mesmo à sua presente opinião porque exclui o direito de mudá-la.

A mais formidável arma contra o erro de qualquer espécie é a Razão, e eu nunca usei outra, e espero jamais vir a usar.

Vosso afeiçoado amigo e concidadão.

THOS. PAINE
Paris, 27 jan., 1794

A princípio Paine deu uma razão inesperada para justificar o livro: não para destruir a religião, mas para impedir que a decadência de suas formas irracionais minasse a ordem social, "para que no desastre geral da superstição, dos falsos sistemas de governo e da falsa teologia, nós não percamos de vista a moralidade, a humanidade e a parte da teologia que é verdadeira". E ele ajuntava, tranqüilizadoramente: "Eu acredito em um Deus e nada mais; e espero a felicidade após esta vida."[3]

E nesse ponto sacava de sua navalha afiada na filosofia de William de Occam:

> Eu não acredito no credo professado pela igreja dos judeus, pela igreja romana, pela igreja grega, pela igreja turca, pela igreja protestante, nem por nenhuma outra igreja que eu conheço. Minha mente é minha própria igreja. Todas as instituições nacionais de igrejas... parecem a mim não ser outra coisa senão invenções humanas erigidas para aterrorizar e escravizar a humanidade e monopolizar o poder e o lucro.[4]

Ele admirava Cristo como "um virtuoso e amável homem", e "a moralidade que ele pregava e praticava era da espécie mais benevolente"; mas a história de ele ser filho de um Deus era apenas uma variação de um mito comum entre os pagãos.

> Quase todos os homens extraordinários que viveram sob a mitologia pagã eram supostamente filhos de... deuses... As relações dos deuses com as mulheres eram então uma questão de opinião familiar. O Júpiter deles, de acordo com seus relatos, havia coabitado com centenas. Essa história, portanto, nada apresentava de novo, de admirável ou de obsceno; conformava-se com as opiniões que então prevaleciam entre os povos chamados gentios,... e eram apenas esses povos que nelas acreditavam. Os judeus que se mantinham estritamente na crença de um Deus e nada mais, e tinham sempre rejeitado a mitologia pagã, nunca lhe deram crédito.[5]

Assim a mitologia cristã era meramente a mitologia pagã sob uma nova forma.

> A trindade de deuses que a isto se seguiu não era senão uma diminuição da pluralidade anterior, que era de cerca de vinte ou trinta mil; a estátua de Maria sucedeu a de Diana de Éfeso; a deificação de heróis transformou-se na canonização dos santos. Os mitologistas tinham deuses para tudo; os mitologistas cristãos tinham santos para tudo; a igreja se tornara tão cheia deles quanto o panteão tinha sido dos outros... A teoria cristã é nada mais do que a idolatria dos antigos mitologistas acomodada aos propósitos do poder e da renda; e ela ainda permanece a razão e a filosofia para abolir a fraude anfíbia.[6]

Paine então dirigiu o farol da razão sobre o livro do Gênesis e, não tendo paciência com parábolas, caiu severamente sobre a história de Eva e a maçã. Como Milton, era fascinado por Satanás, o primeiro de todos os rebeldes. Aqui estava um anjo que, por tentar depor um monarca, fora jogado no inferno, para ali sofrer até o fim dos tempos. Entretanto ele deve ter escapado desses inestinguíveis fogos uma vez por outra, pois havia chegado até os jardins do Éden, e podia tentar da forma mais sinuosa possível; ele podia

prometer o conhecimento a Eva e a metade do mundo a Cristo. A mitologia cristã — com isto Paine maravilhava-se — fez a Satanás enorme honraria: assumiu que ele podia compelir o Todo-Poderoso a mandar seu filho à terra, para ser crucificado na Judéia a fim de recuperar para ele pelo menos uma parte do planeta que obviamente estava apaixonado por Satanás; e, a despeito da crucificação, o demônio ainda retém todos os reinos não-cristãos, e tem milhares de servidores dentro da própria cristandade.

Tudo isso, dizia nosso duvidoso Thomas, era oferecido a nós da maneira mais solene, sob a palavra do próprio Todo-Poderoso, através de uma série de amanuenses, desde Moisés até São Paulo. Paine a tudo rejeitava, como uma história própria para quartos de crianças e para adultos por demais ocupados com o pão e a manteiga, a doença e a mortalidade, para questionarem as notas promissórias que lhes eram vendidas pelos teólogos. Às mentes mais fortes ele oferecia um deus não feito à semelhança do homem, mas concebido como a vida do universo.

> É apenas na Criação que todas as nossas idéias... de Deus podem ser unidas. A Criação fala com uma linguagem universal;... e esta *palavra de Deus* revela ao homem tudo o que é necessário o homem saber acerca de Deus.
>
> Desejamos contemplar seu poder? Nós o vemos na imensidade da Criação. Desejamos contemplar sua sabedoria? Nós a vemos na imutável ordem pela qual esse compreensível mundo é governado. Desejamos contemplar sua munificiência? Vemo-la no espontaneidade com a qual ele dota a terra. Desejamos contemplar sua misericórdia? Vemo-la no fato de ele não negar essa abundância mesmo àqueles que não lhe são gratos. *In fine*, queremos saber o que é Deus? Não procuremos o livro chamado a Escritura, mas a Escritura chamada a Criação.[7]

Ele esteve preso de 28 de dezembro de 1793 até a queda de Robespierre, em 27 de julho de 1794. Em 4 de novembro "a Convenção, a fim de reparar tanto quanto estava em seu poder a injustiça que eu havia sofrido, convidou-me pública e unanimemente a voltar para a Convenção,... e eu aceitei".[8] No meio do torvelinho da reação termidoreana, ele compôs a segunda parte de *A Idade da Razão*; era devotada a uma laboriosa crítica da Bíblia, e pouco ajuntava àquilo que estudos mais eruditos — muitos deles por clérigos — já haviam exposto. Tanto na Inglaterra quanto na América, seus protestos de crença em Deus perdiam-se em sua apaixonada rejeição da Bíblia, que era cara para o povo e preciosa para o governo, e ele se viu desonrado tanto em seu país nativo quanto em sua terra adotiva. Quando, em 1802, voltou a Nova York (que havia anteriormente recompensado seus serviços ao público americano, dando-lhe uma propriedade de 120 hectares em New Rochelle), teve uma recepção fria, apenas parcialmente compensada pela fiel amizade de Jefferson. Seus últimos sete anos foram enegrecidos pelo vício da embriaguez. Morreu em Nova York em 1809. Dez anos mais tarde William Cobbett removeu para a Inglaterra os ossos de Paine. Ali seu inabalável espírito, através de seus livros, desempenhou um bom papel na longa campanha que produziu o Ato da Reforma de 1832.

Embora Paine fosse um deísta mais do que um ateísta, muitos crentes no cristianismo sentiam que seu deísmo era apenas uma capa polida para a descrença num Deus pessoal. William Paley, reitor de Bishop-Wearmouth, fez uma tão capaz defesa de sua fé em *Um Ponto de Vista sobre as Provas do Cristianismo* (1794), que a leitura desse livro

permaneceu até 1900 uma exigência para a admissão na Universidade de Cambridge. Ainda mais famosa era sua *Teologia Natural* (1802), que procurava provar a existência de uma Suprema Inteligência pela acumulação, por intermédio das próprias ciências, das provas de um desígnio na natureza. Se, argumentava ele, um homem que nunca tivesse visto um relógio examinasse seu mecanismo, ele não aceitaria como coisa natural que algum ser inteligente o havia concebido? Mas não há na natureza centenas de operações indicando o arranjo dos meios para um desejado efeito?

> De um lado nós vemos um poder inteligente arranjando os sistemas planetários;... do outro lado,... provendo o mecanismo apropriado para a abertura e o fechamento dos filamentos das penas num beija-flor... Cada corpo natural organizado, nas provisões que ele contém para sua sustentação e propagação, é testemunha de um cuidado, da parte do Criador, expressamente dirigido àqueles propósitos.[9]

Metade da Inglaterra literata começou a discutir os livros de Paley e seu relógio: Coleridge, Wordsworth e Hazlitt falaram a seu respeito num vivo debate em Keswick. A *Teologia Natural* teve uma longa vida; o próprio grande Darwin estudou-a cuidadosamente,[10] antes de formular sua teoria rival que o ajustamento dos órgãos a fins desejáveis tinha acontecido através da seleção natural. Um século depois de Paley, Henri Bergson eloqüentemente refraseou o argumento teleológico em *L'Évolution créatrice* (A Evolução Criadora), 1906. O debate continua até hoje.

II. GODWIN E A JUSTIÇA

Completamente esquecido hoje, William Godwin (1756-1836) foi o mais influente filósofo inglês de sua geração. "Nenhuma obra em nosso tempo", escreveu Hazlitt por volta de 1823, "deu tamanho golpe na mente filosófica desse país quanto o celebrado *Inquérito Concernente à Justiça Política.*"[11] "Jogai fora vossos livros de química", disse Wordsworth a um jovem estudante, "e lede Godwin acerca da necessidade";[12] e na velhice de Godwin, quando já tinha chegado a duvidar de si mesmo, ele viu suas idéias irradiadas nas asas da poesia por seu genro Shelley. Ele certamente teria sido posto na cadeia não fora o alto preço que cobrava por seu livro.

Seus pais eram devotos calvinistas, dedicados à predestinação, que em Godwin tornou-se determinismo. Seu pai era um ministro não-conformista; ele próprio foi educado para o púlpito e serviu como clérigo em diversas cidades. Quando exercia tal função em Stowmarket foi apresentado por um jovem republicano aos filósofos franceses, que em breve abalaram sua fé. Ele adotou o ateísmo de d'Holbach, embora anos mais tarde graciosamente abrisse um lugar para Deus em seu congestionado volume. Tomou de Helvétius a crença na educação e na razão como os progenitores da utopia; seguiu Rousseau no aceitar a natural bondade dos homens, mas preferia o anarquismo filosófico ao estado onipotente de Rousseau. Abandonou o ministério cristão e passou a ganhar o seu pão com a pena e a tinta. Aderiu a Lorde Stanhope e Thomas Holcroft num clube de "revolucionistas", mas na maior parte do tempo se dedicava a árduo estudo e difícil escrita; e em 1793, com a idade de 37 anos, publicou o mais radical e importante trabalho de seu tempo.

Chamou-o *Inquérito Concernente à Política Social e sua Influência sobre a Virtude e a Felicidade Gerais*. Aparentemente um livro sobre governo, cobria quase todos os pro-

blemas da filosofia, desde a percepção à arte de governar, parando no entanto antes de Deus. Desprezava as fábulas de céu e de inferno como transparentes instrumentos para promover a obediência e facilitar o governo.[13] Condenava os clérigos que juravam a aceitação dos Trinta e Nove Artigos da fé oficial enquanto em particular não os cumpriam.[14] Rejeitavam o livre-arbítrio, e a própria vontade se compreendida como uma faculdade distinta; ela era para ele meramente um termo abstrato para as respostas conscientes a estímulos, situações ou desejos.[15] Desde que as ações são determinadas pela hereditariedade, pela experiência individual e pelas circunstâncias, nós devemos encarar os males que os outros cometem sem zanga ou irritação, e devemos reformar nosso sistema penal de forma a reabilitar mais do que punir; no entanto, pode ser necessário usar elogios, censura e punição para suprir lembranças corretivas para futuras tentações.[16]

O que devíamos elogiar e o que condenar? Aquilo que era moralmente bom e o que era moralmente mau? E o que é bom? De acordo com Helvétius (1758) e Bentham (1789), Godwin definia o bom como aquilo que promove a felicidade individual ou do grupo, e definia a felicidade como um consistente prazer do corpo, da mente ou do sentimento. Essa filosofia ética não é hedonística ou sensual, pois ela classifica os prazeres intelectuais acima daqueles dos sentidos. Não é egoísta, pois reconhece que o indivíduo é parte de um grupo; que o bem do grupo é um pré-requisito da segurança dos indivíduos que o constituem; e que os mais altos entre todos os prazeres são aqueles que o indivíduo pode derivar de contribuir para a felicidade de seus semelhantes. Nossos instintos sociais geram ações altruísticas, e essas ações podem dar-nos um prazer mais agudo e mais duradouro do que qualquer outro deleite do senso ou do intelecto.[17] Ser bom é ser feliz; ser mau é ser miserável. "A moralidade, a ciência da felicidade humana", é "o princípio que liga o indivíduo à espécie e os incentivos que são calculados para modelar nossa conduta da maneira que melhor conduza à vantagem de todos."[18]

A justiça, então, é a regulação da conduta, no indivíduo e no grupo, visando à máxima felicidade ao maior número possível. "O objeto imediato do governo é a segurança do grupo e do indivíduo." Uma vez que o indivíduo deseja tanta liberdade quanto seja compatível com sua segurança, "o estado mais desejável para a humanidade é aquele que mantém a segurança geral com a menor usurpação da independência individual".[19] Assim não há necessidade de sanções governamentais ou religiosas para o casamento; a mútua concordância de dois adultos para viverem juntos deveria ser suficiente; e a união deveria ser dissolúvel conforme fosse o desejo de cada uma das partes.[20] (Esta linha agradou especialmente a Shelley.)

Godwin não gostava de governos. Qualquer que fosse sua forma ou teoria, eles eram na prática a dominação de uma maioria por uma minoria. Repudiava a opinião conservadora de que as massas eram congenitamente inferiores e sempre potencialmente assassinas, e que conseqüentemente tinham que ser governadas pela fábula, pelo terror ou pela força. Como Owen, pensava que a maior parte das inferioridades eram devidas à educação inadequada, a oportunidades estreitas ou a maléficas influências ambientais.[21] Ria-se da igualdade perante a lei, quando todos os dias via-se um transgressor da lei endinheirado libertado por truques legais ou favor judicial da penalidade merecida pelo seu crime.[22] Ele não era um socialista; aceitava a instituição e a transmissão por herança da propriedade,[23] e opunha-se ao controle governamental da produção ou da distribuição;[24] mas insistia em que a propriedade privada devia ser considerada uma obrigação pública,[25] e alertava que a concentração de riqueza convidava à revolução.[26]

Entretanto não tinha gosto por revolução. "Até que o caráter da espécie humana seja essencialmente alterado", qualquer derrubada forçada do sistema existente, qualquer tentativa violenta de redistribuir a riqueza causaria uma crise social "mais injuriosa ao bem-estar comum do que a desigualdade que ela estava tentando remover."[27] "Uma revolução de opinião é o único meio de atingir melhor distribuição de riqueza",[28] e isto requererá um longo e paciente processo de educação através de escolas e de literatura.

Apesar disso, atingir uma educação geral através de um sistema nacional de escolas seria um erro, pois estas seriam instrumentos de um chauvinismo nacional levando à guerra, e de propaganda governamental visando a instilar uma obediência cega.[29] A educação deveria ser deixada à iniciativa privada, deveria sempre dizer a verdade, e deveria habituar o estudante a raciocinar. "A razão não é um princípio independente" ou faculdade, "e não tem a tendência de incitar-nos à ação; sob um ponto de vista prático, é meramente uma comparação e um balanço entre diferentes sentimentos. A razão... é calculada para regular nossa conduta de acordo com o valor comparativo que atribui a diferentes excitações" ou impulsos. "A moralidade não é nada mais senão um cálculo de conseqüência",[30] incluindo as conseqüências para o grupo. "É portanto para a melhoria da razão que nós devemos olhar para melhorar nossa condição social."[31]

O caminho para a utopia através da educação é longo e árduo, mas o homem fez alguns progressos naquele caminho, e não há limite visível para seu posterior avanço. O objetivo é uma humanidade suficientemente instruída e com capacidade de previsão para agir razoável e livremente. O anarquismo é o ideal distante, mas por muitas gerações futuras ele ainda permanecerá um ideal, e a natureza do homem necessitará de alguma forma de governo. Devemos continuar a esperar que, em nossos distantes e redimidos descendentes, a inteligência atingirá um grau de liberdade ordenada.

Deveria haver uma rica fonte de energia intelectual em Godwin, pois em 1794, um ano apenas após haver publicado seu volumoso *Enquiry*, publicou o que muitos julgavam ser a mais importante novela da época, *Caleb Williams*, que mostrava "o espírito e o caráter do governo intrometendo-se em todos os níveis da sociedade". A esta história o autor ajuntou o seu próprio romance vivo: casou-se com Mary Wollstonecraft (1797), adotou sua filha do amor livre Fanny Imlay, e viveu com Mary durante um ano num companheirismo estimulante. "Eu honrava os poderes intelectuais dela", dizia ele, "e a nobre generosidade de suas inclinações; mera ternura não teria sido suficiente para produzir a felicidade que experimentamos."[32] Ela morreu, como nós vimos, pouco após dar à luz Mary Godwin Shelley.

Em 1801 ele casou-se com a Srta. Mary Jane Clairmont, cuja filha (de seu primeiro marido) se tornaria uma das amantes de Byron. Godwin e sua mulher sustentavam sua complexa progênie publicando livros, entre eles os *Contos de Shakespeare* (1807), de Charles e Mary Lamb. Na reação que levou à ruptura de sua amizade com Wordsworth e Coleridge, Godwin teve que enfrentar duros tempos e também ele participou do natural conservantismo da idade vetusta. Shelley, ele próprio em dificuldades, ajudou-o; e em 1833, pela ironia da história, o governo, que ele havia tolerado como um mal necessário, fê-lo um "yeoman usher of the Exchequer" (oficial de justiça do Tesouro Público), com uma modesta pensão que o alimentou até sua morte (1836).

III. MALTHUS E A POPULAÇÃO

O *Enquiry* de Godwin provocou a impressão de um livro muito mais famoso do que o seu próprio; tal fato foi ajudado pela reação inusitada de um filho contra a filosofia liberal de seu pai.

Daniel Malthus (morto em 1800) foi um amável excêntrico, amigo pessoal de David Hume e de Jean-Jacques Rousseau. Ele participava do ceticismo dos escoceses e do pessimismo dos suíços acerca da civilização. Encarregou-se pessoalmente da educação pré-colegial de seu filho, e confiava em que Thomas Malthus (1766-1834) viria a ser um radical obediente à lei, como ele próprio e Godwin. Thomas cursou Cambridge e entrou para o ministério anglicano em 1797. Quando o livro de Godwin apareceu (1793), pai e filho tiveram muitos debates amáveis acerca de seu conteúdo. Thomas não participava do entusiasmo de seu pai acerca do livro. Essa fantasia utópica da razão triunfante, sentia ele, iria ser repetidamente desacreditada pelo simples fato, tão incisivamente declarado no *Eclesiastes*, que quando a reserva de alimento cresce seu benefício é em breve anulado por um aumento da população. Como a fertilidade da terra é limitada, e como não há limites para a mania sexual dos homens, a multiplicação de bocas — através de casamentos precoces, reprodução descontrolada, baixa na mortalidade infantil e senil — em breve consumirá o aumento dos alimentos. O pai não aceitava essa conclusão, mas admirava a força com a qual ele argumentava, e pediu ao filho que escrevesse seus pontos de vista. Thomas assim o fez, e o resultado foi publicado em 1798 como *Um Ensaio sobre o Princípio da População e Como Ele Afeta a Futura Melhoria da Sociedade*

Começava com uma desarmante desculpa aos dois escritores cujo otimismo ele desafiava:

> Não posso duvidar do talento de homens como Godwin e Condorcet... Li algumas de suas especulações sobre a perfectibilidade do homem e da sociedade com grande prazer. Fiquei confortado e deliciado com a encantadora perspectiva que eles apresentam. Ardentemente desejo tão felizes melhoramentos. Mas vejo grandes — e no meu entender insuperáveis — dificuldades no caminho que leva a eles. É meu presente propósito estabelecer estas dificuldades, declarando ao mesmo tempo que, longe de exultar com elas como a causa do triunfo sobre os amigos da inovação, que nada me daria maior prazer do que vê-las completamente superadas.[33]

Malthus tentou colocar seu argumento em forma matemática. Admitindo que a reserva de alimentos aumente aritmeticamente cada 25 anos (de 1 para 2, para 3, para 4, para 5, para 6 etc.), a população, se não for controlada — e admitindo quatro crianças sobreviventes de cada casal — irá crescer geometricamente cada 25 anos (de 1 para 2, para 4, para 8, para 16, para 32...). Nesta proporção, "em dois séculos a relação entre a população e os meios de subsistência seria de 25 para nove; em três séculos de 4.096 para 13; e em 2.000 anos a diferença seria incalculável".[34] A razão pela qual a população não cresceu tão rapidamente é que ela foi limitada tanto pelos controles negativos quanto pelos controles positivos da reprodução. Os controles negativos eram preventivos: o adiamento do casamento pela pobreza ou outras causas; o "vício"(que para Malthus significava sexo extramarital), "paixões contra a natureza" (homossexualidade, sodomia etc.), e os vários meios de evitar a concepção no casamento ou fora dele. Quando

esses fatores negativos não conseguiam manter a população em equilíbrio com o suprimento de comida, a natureza e a história proviam controles positivos operando sobre os indivíduos já existentes: infanticídios, doenças, fome e guerra, dolorosamente equilibrando os nascimentos com as mortes.

Desta sombria análise Malthus tirava conclusões surpreendentes. Primeiro, não há nenhuma conveniência em elevar o salário dos trabalhadores, pois se os salários forem elevados os trabalhadores casarão mais cedo e terão mais filhos; a população irá crescer; as bocas irão crescer mais rapidamente do que o alimento e a pobreza será restabelecida. Da mesma forma é inútil aumentar as "poor rates" (taxas para o cuidado dos desempregados); isto será um incentivo à preguiça e a maiores famílias; de novo as bocas multiplicar-se-ão mais rápido do que os bens; a competição entre os compradores irá permitir aos vendedores aumentar os preços de seus estoques cada vez menores; e em breve os pobres serão tão pobres como antes.[35]

Para completar sua demolição de Godwin, Malthus prossegue considerando o "sonho" do anarquismo filosófico. Se o governo desaparecesse, "todos os homens seriam obrigados a guardar pela força o pouco que possuíssem", como nós fechamos nossas portas e janelas quando faltam a lei e a ordem. "O egoísmo seria triunfante..., e a luta perpétua".[36] Retirando-se todas as restrições do acasalamento e do coito, a reprodução avançaria mais rápido do que a produção, a superpopulação reduziria o quinhão individual de bens e a utopia iria desabar em desesperada competição, espirais crescentes de preços e de salários, inevitável caos e miséria universal.[37] O governo teria de ser restabelecido; a propriedade privada teria de ser protegida para encorajar a produção e o investimento; a violência privada teria de ser suprimida pela força pública. A história retornaria à sua fórmula tradicional: os produtos da natureza divididos pela natureza do homem.

Numa forma revista e muito ampliada do *Ensaio*, Malthus expõe mais clara e incisivamente do que antes os remédios preventivos que podem tornar desnecessárias as curas catastróficas usadas pela natureza e pela história. Propõe a cessação da assistência aos pobres e uma contenção na interferência com a iniciativa privada; a lei da oferta e da demanda deve operar nas relações entre produtores e consumidores, empregadores e empregados. O casamento em tenra idade deve ser desencorajado para manter baixa a natalidade. "Nossa obrigação", é "não casar até ter uma perspectiva razoável de sermos capazes de sustentar nossos filhos."[38] Acima de tudo, os homens devem praticar uma restrição moral antes e depois do casamento. "O intervalo entre a idade da puberdade e... o casamento deve... ser passado em estrita castidade."[39] Dentro do casamento não deve haver nenhuma limitação de filhos de qualquer maneira ou forma. Se estas ou equivalentes regulações não forem observadas, devemos resignar-nos a periódicas reduções da superpopulação pela fome, a peste ou a guerra.

O *Ensaio sobre a População* foi recebido como uma revelação divina pelos elementos conservadores do povo britânico. O Parlamento e os empregadores sentiam-se garantidos em sua resistência às solicitações de liberais como Robert Owen a favor de mitigações legais das "leis" da oferta e da procura. William Pitt retirou a lei que apresentara para aumentar a assistência aos pobres.[40] As medidas já tomadas pelo governo contra os radicais britânicos pareciam justificadas pela opinião de Malthus que esses vendedores de utopia estavam seduzindo almas simples por meio de trágicas ilusões. Os fabricantes

britânicos ficaram reforçados em sua crença de que salários baixos correspondiam a um trabalho disciplinado e obediência. Ricardo fez da teoria malthusiana a fundação de sua "ciência funesta". (Foi após haver lido Malthus que Carlyle deu este nome à ciência da economia.) Agora quase todos os males conseqüentes da Revolução Industrial podiam ser atribuídos à irresponsável fertilidade dos pobres.

Os liberais a princípio foram lançados ao desânimo e à desorganização pelo *Ensaio* de Malthus. Godwin levou 20 anos para preparar uma resposta, e então seu livro *Da População, uma Resposta a Malthus* (1820) foi, em sua maior parte, uma reiteração de suas esperanças, e uma queixa de que Malthus havia convertido, aos milhares, os amigos do progresso em reacionários.[41] William Hazlitt foi uma exceção: em um ensaio sobre Malthus intitulado *O Espírito da Época* (1824), ele atacava o impiedoso ministro com toda a agudeza de seu intelecto. A fertilidade das plantas, pensava ele, podia-se esperar que sobrepujasse a fertilidade das mulheres. "Um grão de milho irá multiplicar-se e propagar-se muito mais rápido do que a espécie humana. Um alqueire ('bushel') de trigo é suficiente para semear um campo; este campo fornecerá semente para 20 outros."[42] Haverá "revoluções verdes".

Escritores posteriores alinharam uma porção de fatos para acalmar os temores malthusianos. Na Europa, na China, na Índia, a população mais do que dobrou após Malthus; no entanto seu povo está melhor alimentado do que antes. Nos Estados Unidos a população dobrou algumas vezes desde 1800; no entanto, a despeito da porcentagem cada vez mais baixa de pessoas necessárias em suas atividades, a agricultura produz mais adequadamente do que antes, e tem uma imensa sobra para exportação. Contrariamente a Malthus, o aumento dos salários não trouxe um aumento, mas um decréscimo na natalidade. O problema não é mais uma deficiência de sementes ou campos, mas uma insuficiência no suprimento de energia não-humana para operar os mecanismos da agricultura e da indústria, das vilas e das cidades.

Sem dúvida a real resposta a Malthus terá sido a prevenção da gravidez — sua aceitação moral, sua ampla disseminação, sua maior eficácia, seu mais baixo custo. A geral secularização do pensamento quebrou as barreiras teológicas com relação ao controle da natalidade. A Revolução Industrial transformou as crianças de um valor econômico positivo, que elas tinham tido nas fazendas, para uma desvantagem econômica que elas se tornaram na cidade, à medida que o trabalho infantil vagarosamente diminuiu, à medida que a educação tornou-se mais cara e que as cidades ficaram superpovoadas. A compreensão espalhou-se: homens e mulheres compreenderam que condições alteradas não mais requeriam grandes famílias. Mesmo a guerra agora demandava inventividade técnica para a competição na destruição material mais do que massas de jovens desfilando em um homicídio competitivo.

Assim a resposta a Malthus veio não das teorias de Godwin, mas dos "neo-malthusianos" e sua propaganda para o controle da natalidade. Em 1822 Francis Place publicou *Ilustrações e Provas do Princípio da População*. Ele aceitava o princípio de Malthus de que a população tende a crescer mais rapidamente do que a reserva de alimentos. A restrição, concordava ele, é necessária, porém não adiando o casamento; era melhor aceitar o controle da natalidade como um substituto moral legítimo para a cega fertilidade da natureza e a destruição por atacado durante as guerras. (Ele próprio teve 15 filhos, dos quais cinco morreram na infância.) Espalhou por toda Londres cartazes im-

pressos a sua própria custa advogando o controle da natalidade; e continuou com essa campanha até sua morte com a idade de 83 anos (1854).

Malthus viveu bastante para sentir a força dos argumentos de Place. Em 1824 contribuiu para a *Enciclopédia Britânica* com um artigo revisando sua teoria, retirando suas assustadoras proporções matemáticas e dando nova ênfase à superpopulação como um fator na luta pela existência. Muitos anos depois Charles Darwin escrevia na sua *Autobiografia*:

> Em outubro de 1838, 15 meses após eu ter começado minha sistemática pesquisa, aconteceu-me ler para divertimento *Malthus sobre a População*; e estando bem preparado para apreciar a luta pela existência... conseqüência do longo hábito de observação dos animais e das plantas, ocorreu-me imediatamente que, sob essas circunstâncias, variações favoráveis tenderiam a ser preservadas, e desfavoráveis a serem destruídas. Um resultado disso seria a formação de uma nova espécie. Aqui finalmente eu tinha me apossado de uma teoria segundo a qual orientar-me.

Assim, após quase uma geração de continuada pesquisa e pensamento, Darwin publicou (1859) *A Origem das Espécies*, o livro de maior influência no século XIX. A "Cadeia das Idéias" adorna a "Grande Cadeia do Ser" e sublinha a história da civilização.

IV. BENTHAM E A LEI

Bentham é uma noz mais dura de roer do que Godwin ou Malthus, pois Godwin oferecia ideais tentadores e Malthus alguns terrores fascinantes, enquanto Jeremy Bentham (1748-1832) escreveu sobre economia, usura, utilidades, leis, justiça e prisões — assuntos dos quais nenhum é muito encantador; além disso, ele próprio era um gigante escondido, infinitamente erudito, ponderando imponderáveis, publicando pouco, reformando tudo, e clamando pelo casamento de dois monstros — a lógica e a lei. No entanto sua influência, crescente através de seus 84 anos, sobrepassou seu tempo e invadiu um século.

Era filho de um rico advogado, que quase o esmagou com educação. Segundo consta, com a idade de três anos ele já havia lido os oito volumes da *História da Inglaterra*, de Paul de Rapin, e tinha começado a estudar latim. (Esta sufocante pedagogia foi passada adiante ao discípulo de Bentham, James Mill, que a usou em seu filho John.) Na Westminster School Jeremy atingiu a excelência ao escrever poesia grega e latina. Em Oxford especializou-se em lógica e colou grau aos 15 anos. Foi estudar leis em Lincoln's, mas o caos dos livros de lei despertaram sua ira e ele resolveu levar a qualquer custo a razão e a ordem à jurisprudência e à legislação britânica. Em dezembro de 1763, com a idade de 15 anos, ouviu um elogio de Sir William Blackstone a respeito da lei inglesa; ficou espantado e indignado por essa adulação cega, que podia apenas retardar a reforma legal. Daquela época em diante, quase até a sua morte, ele pensou em trazer racionalidade, consistência e humanidade para a lei inglesa. "Tenho eu", perguntava-se ele, "gênio para alguma coisa? Que posso produzir?... Qual, das tarefas terrestres, é a mais importante? A legislação. Tenho eu o gênio para a legislação? Dei a mim mesmo a resposta cheio de medo e tremendo: 'Sim.'"[43] Esse *tímido* orgulho pode ser a fonte da realização.

Ele trouxe para a sua tarefa uma mentalidade realística, dedicada à ordem e à razão. Ressentia-se de abstrações opressivas tais como: honra, dever, poder e direito; gostava de subdividi-las em realidades específicas, e de examinar cada parte com uma persistente visão dos fatos. O que, por exemplo, é um direito? É ele "natural" — alguma coisa que nos é devida de nascimento, como a Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa supôs? — ou é meramente uma liberdade individual subordinada ao bem público? O que é igualdade? Existe uma tal coisa exceto como uma abstração matemática? É a desigualdade de capacidade, posses e poder o destino inevitável de cada coisa viva? O que é "bom senso" ou "lei natural"? Todas essas abstrações, na opinião de Bentham, eram "contra-sensos em pernas de pau"[44] passeando como um estorvo pelas universidades, Parlamentos e cortes.

Pode-se imaginar o que um realista de tal impaciência fez à teologia corrente em seu tempo e em seu país. Elè não encontrava nenhum uso para a divindade tradicional em sua tentativa de ver com olhos imparciais o mundo da ciência, da história, da economia, da lei ou do governo.[45] Tentava calar a boca acerca desses assuntos, pois sentia que a igreja anglicana era comparativamente racional e podia ser beneficente; mas o clero sentia sua silenciosa hostilidade, e denunciava seu utilitarismo, bastante justamente, como uma "filosofia sem Deus".[46]

Bentham começou tentando desbancar Blackstone, que era o mais importante encomiasta da Constituição Britânica. Aquela entidade mística parecia a ele como uma colcha de retalhos e um produto antiquado de contingências casuais, compromissos contraditórios, emendas apressadas, inspirações passageiras, encadernados sem nenhuma lógica e baseados em nenhum princípio. Assim (enquanto as colônias americanas estavam ignorando o acordo dos proprietários de terras) Bentham publicou, como uma fagulha de sua forja, sua obra *Um Fragmento sobre o Governo* (1776) — o primeiro golpe daquele "radicalismo filosófico" que iria lutar por meio século antes de conseguir uma meia vitória em 1832.

O desafiante de 28 anos de idade, embora elogiando Blackstone por haver "ensinado a jurisprudência a falar a linguagem dos eruditos e dos gentis-homens", reprovava-o por reduzir a constituição à soberania do rei. Ao contrário, uma constituição sadia deveria distribuir os poderes do reino entre suas diferentes partes e facilitar sua cooperação e mútua restrição. O princípio guia dos legisladores não deve ser a vontade de um superior mas "a maior felicidade para o maior número" daqueles para quem eles legislam; e a prova correta de uma proposta de lei é sua utilidade final.[47] Aqui, no famoso "princípio da utilidade", estava a essência do ensinamento legal e ético de Bentham. Tinha uma notável correlação com a Declaração de Independência que Thomas Jefferson havia publicado naquele mesmo ano; a filosofia e a história abraçavam-se brevemente; e a tradição cristã — mesmo sem que Bentham o quisesse — aquecia e abençoava a união.

O pequeno livro fora escrito no estilo mais inteligível e com um espírito mais atrativo, do que o dos tratados posteriores de Bentham. Nessa ocasião ele despendeu algum tempo viajando. Da Rússia, em 1787, ele enviou para a Inglaterra uma *Defesa dos Juros*. Opunha-se à condenação teológica dos juros; na economia, como na política, devia-se deixar o indivíduo tão livre para usar seu próprio julgamento quanto o bem da comunidade o permitisse. Bentham era um liberal, mas no entendimento do século XVIII dessa palavra como significando um defensor da liberdade; ele concordava com os fi-

siocratas e com Jefferson em que o Estado deve manter no mínimo sua interferência com a liberdade individual. Era um radical — um homem que ia às raízes; mas não era favorável à nacionalização da indústria. Em 1787 não havia muita indústria a nacionalizar...

Em sua volta da Rússia, Bentham preparou para publicação seu principal trabalho: *Os Princípios da Moral e da Legislação* (1789; suas datas de impressão inclinam-se para datas revolucionárias). É um livro difícil, firmemente apoiado em cem definições, mas deixando o leitor não-profissional consideravelmente confuso ao terminar. Mas Bentham estava se propondo a uma tarefa de estourar os miolos: substituir uma ética teológica por uma ética natural; basear a conduta e a lei sobre as necessidades dos grupos e das nações, mais do que na vontade de um executivo ou de uma classe; e liberar a lei e a conduta de decretos religiosos de um lado e sonhos revolucionários de outro. A um homem que empreendia tais tarefas pode-se permitir um ocasional pecado contra a obrigação moral de um escritor de ser claro.

A nova base, tanto da moralidade quanto da lei, deveria ser o princípio da utilidade — a utilidade de um ato para um indivíduo, de um costume para um grupo, de uma lei para um povo, de um acordo internacional para a humanidade. Bentham aceitava que todos os organismos procuram o prazer e fogem à dor. Definia o prazer como qualquer satisfação, a dor como qualquer dissatisfação, do corpo e da mente. A utilidade é a qualidade de produzir prazer e evitar a dor; a felicidade é a continuidade e consistência dos prazeres. A utilidade não precisa ser aplicada inteiramente ao agente individual; ela pode ser parcial ou primariamente para a família, para a comunidade, para o Estado, ou para a humanidade. O indivíduo pode (através de seus instintos sociais) encontrar prazer — ou evitar a dor — subordinando sua satisfação àquela do grupo ao qual ele pertence.[48] Conseqüentemente, a par de seu propósito imediato, o objeto final e o teste final de todas as ações e leis é o grau em que elas contribuem para maior felicidade do maior número. "Eu deixaria claro ao mais íntimo de meus amigos que seus interesses, se entram em competição com aqueles do público, nada representam para mim. Assim eu sirvo a meus amigos — assim gostaria de ser servido por eles."[49]

Bentham não pretendia ser o autor de sua fórmula utilitariana. Declarava, com sua candura usual, que a havia encontrado no livro de Joseph Priestley *Ensaio sobre os Princípios Fundamentais do Governo* (1768). Poderia tê-la encontrado na obra de Francis Hutcheson *Inquérito Concernente ao Bem e ao Mal Moral* (1725), que define o bom cidadão como aquele que promoveu a "maior felicidade do maior número";[50] ou em Beccaria, *Trattato dei delitti e delle pene* (Tratado dos Delitos e das Penas — 1764), que descreve o teste moral e o objetivo como "*la massima felicità divisa nel maggior numero*" (a maior felicidade dividida pelo maior número); ou, mais claramente, em Helvétius *De l'Esprit* (1758): "A utilidade é o princípio de todas as virtudes humanas e a fundação de toda a legislação... Todas as leis deveriam seguir um princípio único, a utilidade do público — isto é, do maior número de pessoas sob o mesmo governo."[51] Bentham estava apenas apresentando de forma quantitativa o comando bíblico "Ama a teu próximo como a ti mesmo".[52]

Sua realização foi aplicar "o princípio da maior felicidade" (sua fórmula final) às leis da Inglaterra. Tinha agora um imperativo moral de clara importância e uma prova pela qual julgar as injunções dos pregadores, as exortações dos professores, os princípios dos

partidos, as leis dos legisladores, os editos dos reis. A lei não deve admitir entidades místicas tais como "direitos", natural, popular ou divino; nem revelações de Deus a Moisés, Maomé ou Cristo; nem punições apenas por vingança. Cada proposta deve responder à questão *Cui bono*? Para o bem de quem será? — para um, ou para poucos, ou para muitos, ou para todos? A lei deve ajustar-se à inerradicável natureza e limitada capacidade dos homens às necessidades práticas da sociedade; deve ser clara, e permitir seu cumprimento prático, interpretação rápida, pronto julgamento judicial e penalidades corretivas e humanas. A esses fins Bentham devotou os últimos dez capítulos de seu livro, e os anos finais de sua vida.

Entrementes aplicava sua régua de medida aos acontecimentos diários. Apoiava a doutrina fisiocrática do *laissez-faire* na indústria e na política. Geralmente o indivíduo é o melhor juiz de sua própria felicidade e deve ser deixado tão livre quanto socialmente praticável para procurar seu próprio caminho; no entanto a sociedade deve encorajar associações voluntárias, cujos membros entregam parte de suas liberdades no esforço unido para uma causa comum. De acordo com os mesmos princípios Bentham argumentava que o governo representativo, com todas as suas faltas e múltipla corrupção, é o melhor.

Os Princípios da Moral e da Legislação recebeu uma aclamação maior do que poderia ser esperado das dificuldades de sua forma e estilo, seu espírito crítico, e sua inclinação fortemente secular. A recepção que teve no estrangeiro foi mais quente do que em casa. A França o traduziu e fez de seu autor um cidadão francês em 1792. Líderes políticos e pensadores corresponderam-se com ele de várias capitais e universidades no continente. Na Inglaterra os *tories* condenavam o utilitarismo como impatriótico, anticristão e materialista. Alguns escritores argüíam que muitas ações — o amor romântico ou o amor dos pais, o sacrifício próprio, a ajuda mútua, não envolvem um cálculo consciente de satisfação egoísta. Os artistas levantavam-se contra o julgamento dos trabalhos de arte de acordo com sua utilidade. Mas todos, exceto aqueles que ocupavam funções públicas, concordavam em que o interesse próprio é a ética e a política de todos os governos, quando o disfarce e a pretensão forem afastados.

Bentham viveu de acordo com sua filosofia, e fez sua existência invariavelmente útil. Na obra *As Razões da Prova Jurídica* (1825), e em outras obras, ele procurou esclarecer velhas leis e casos atuais e teve sucesso ao moderar os bárbaros excessos da lei penal tradicional. Começou em 1827, com a idade de 79 anos, a codificar a lei inglesa, mas a morte o apanhou entre os volumes I e II. Tomou parte no estabelecimento da *Westminster Review* (1823) como um órgão de idéias liberais. Reuniu em volta dele um bando de discípulos que reconheciam seu generoso coração atrás de um áspero exterior. Pierre-Étienne Dumont foi seu apóstolo na França; James Mill, ele próprio um notável pensador, editou um manuscrito do mestre tornando-o legível; John Stuart Mill levantou a causa desde o cálculo até a humanidade.

Liderados por Bentham, esses "radicais filosóficos" lutaram pelo sufrágio dos homens adultos, pelo voto secreto, pela liberdade de comércio, pela saúde pública, pela melhoria das prisões, pela limpeza do judiciário, pela depuração da Casa dos Lordes e o desenvolvimento da lei internacional. Até os anos de 1860 os elementos individualísticos e orientados para a liberdade da filosofia de Bentham foram sublinhados por seus seguidores; daí em diante o socialismo, emboscando-se atrás de "a maior felicidade para

o maior número'', mudou a corrente da reforma do sentido do uso do governo como um agente da vontade pública no ataque aos males públicos.

Ao morrer, Bentham intrigava-se com o problema de fazer seu cadáver do maior uso para o maior número. Ordenou que ele devia ser autopsiado na presença de seus amigos. Assim o foi. Depois o crânio foi cheio e revestido com cera, o esqueleto vestido com as roupas sombrias e habituais de Bentham e colocado em pé numa vitrine de vidro no University College, em Cambridge, onde se encontra até hoje.

CAPÍTULO XX

A Literatura em Transição

I. A IMPRENSA

SE A FRANÇA dominava o palco político nessa era, a Inglaterra liderava na literatura. O que, exceto pela prosa de Chateaubriand, tem a França para comparar-se com Wordsworth, Coleridge, Byron, e Shelley? — isto sem incluir Keats (1795-1821) cujas obras-primas escapam a nosso presente período. Além da época de Elizabeth I, esta foi a mais brilhante florescência em quatro séculos da poesia inglesa.

Até a correspondência podia então ser literatura, pois as cartas de Byron e Coleridge parecem mais contemporâneas para nós do que seus versos. Naqueles dias, quando usualmente era o destinatário que pagava o selo postal, ele requeria substância ou estilo pelo seu selo; mas receber uma carta de tais ebulientes espíritos podia ser um passaporte para a vida após a morte.

Os jornais, todavia, não eram literatura. Normalmente todos eles eram uma folha dobrada em quatro partes. A primeira e a quarta dessas páginas eram tomadas por anúncios, a segunda dedicava-se à política, incluindo um sumário do que se passara no Parlamento na véspera. Londres tinha vários diários: o principal deles era o *Times*, fundado em 1788, que tinha cerca de cinco mil compradores; o *Courier*, com dez mil; o *Morning Post*, órgão dos *whigs*, apresentando "leaders" (artigos) por Coleridge; o *Examiner*, que era a voz dos liberais como Leigh Hunt. Condados ou centros provinciais, cada um tinha seu próprio jornal, às vezes dois, um para aqueles que estavam no governo, outro para os que estavam fora do governo. Havia vários semanários, dos quais o mais popular era o *Political Register* de William Cobbett. E havia diversos periódicos de comentários políticos, sociais e literários. Os mais poderosos destes eram o *Edinburgh Review*, que se publicava de três em três meses, fundado em 1802 por Francis Jeffrey, Henry Brougham e Sydney Smith (não confundir com Sir William Sidney Smith que derrotou Napoleão em Acra), para defender as idéias progressivas; e a revista *Quarterly Review*, estabelecida em 1807 por John Murray, Robert Southey e Walter Scott, para advogar a causa *tory*.

O poder da imprensa era um elemento proeminente na cena britânica. Não era mais um veículo de literatura como nos dias folgados de Addison e Steele; tinha-se tornado um veículo para os anunciadores e um órgão de grupos políticos. Uma vez que os anunciantes pagavam de acordo com a circulação, o editor e os proprietários tinham que considerar a opinião pública, muitas vezes à custa do partido no poder; assim a imprensa satirizava os libertinos filhos do rei a despeito de todos os esforços do governo para resguardá-los. Gradualmente, à medida que avançava o século XIX, a imprensa tornou-se um instrumento e finalmente um constituinte indispensável da democracia em crescimento.

II. LIVROS

Os livros multiplicavam-se à medida que a classe média e o público leitor cresciam. A publicação de livros tornou-se suficientemente lucrativa para ser um negócio independente, separado da venda de livros. Os editores competiam entre si pelos escritores, pagavam-nos melhor, festejavam-nos nos salões literários. Assim, Joseph Johnson recebia socialmente e publicava Godwin, Paine e Blake; Archibald Constable dividia seus débitos com Walter Scott; Thomas Norton Longman ficava com Wordsworth; Joseph Cottle, em Bristol, mantinha Coleridge e Southey; e John Murray, de Londres, mantinha o errante Byron de rédea curta. Nesta ocasião a velha firma de Longman despendeu 300.000 libras publicando uma nova edição (1819) da *Cyclopoedia* de Chambers, em 39 volumes; e a *Encyclopaedia Britannica* publicou três novas edições nesse breve período — a terceira, em 18 volumes, em 1788-99, a quarta, em 20 volumes, em 1810, e a quinta, em 25 volumes, em 1815.

Em vez de *royalties*, os editores pagavam determinadas somas pelos manuscritos e ajuntavam mais alguma coisa se edições posteriores fossem impressas e vendidas; apesar de tudo, muito poucos escritores viviam de suas penas — Thomas Moore confortavelmente, Southey e Hazlitt precariamente, Scott variando da riqueza à ruína. Os editores sucediam os patrícios como patronos da literatura, mas alguns homens de dinheiro ainda estendiam-lhes a mão; assim os Wedgwoods subsidiaram Coleridge, e Raisley Calvert legou 900 libras a Wordsworth. O governo enviava honorários ocasionais aos escritores que se comportavam bem e mantinha um "poeta laureado" com 100 libras; para isto esperava-se dele que compusesse com presteza um poema celebrando uma vitória das forças armadas, ou um nascimento, ou um casamento, ou uma morte.

O crescimento do público leitor era absorvido pelo alto preço dos livros, mas era promovido pelos clubes de livros e bibliotecas que emprestavam livros. As melhores bibliotecas eram as do Ateneu e do Liceu, ambas em Liverpool, uma com oito mil volumes, a outra com 11 mil. Os assinantes pagavam uma taxa anual, que variava de um a dois e meio guinéus, pelo direito de tomar emprestado qualquer livro que estivesse nas prateleiras. Cada cidade tinha sua biblioteca de empréstimo. Algo se perdeu de bom gosto e dos padrões à medida que a literatura espalhou-se da aristocracia para os comuns. A transição da tradição clássica para o sentimento romântico foi alimentada por essa audiência que se espalhava, e pela crescente emancipação do amor entre os jovens, do controle dos pais, dos liames da decência; e um assunto amoroso podia servir para cem enredos. Os temas lacrimejantes de Richardson ganhavam terreno dos saudáveis amantes de Fielding e das viris aventuras de Smollett.

As mulheres predominavam entre os novelistas, com a exceção de Matthew "Monk" Lewis e sua câmara de horrores, *Ambrosio, ou O Monstro* (1795). Perdendo apenas para ele na escola de terror e mistério encontrava-se Mrs. Ann Radcliffe, com sua sucessão de sucessos: *Um Romance Siciliano* (1790), *O Romance da Floresta* (1791) e *Os Mistérios de Udolfo* (1794). Usualmente o público inglês chamava esses livros romances (da palavra francesa *roman*, significando uma história), e mantinha o termo *novel* (novela) para extensivas narrações de acontecimentos naturais na vida ordinária, como no caso de Fielding e Jane Austen; as novelas de Waverley, de Walter Scott, abrangem ambas as definições. Na ficção romântica os autores femininos naturalmente sobressaíam.

Francis (Fanny) Burney, que, aos 26 anos, tinha provocado uma comoção com *Evelina* (1778), partiu daí para brilhar com *Cecilia* (1782), *Camila* (1796) e *O Vagabundo* (1814); e após sua morte (1840) seu *Diário* (1842) encantou uma outra geração.

Ainda mais famosa foi Maria Edgeworth, cujo *O Castelo Rackrent* (1800) e *O Ausente* (1812?) deram de uma forma ficcional, porém realística, tão poderosas descrições das explorações dos irlandeses pelos proprietários de terra ingleses, que a própria Inglaterra sentiu-se movida para corrigir esses males. Unicamente uma outra mulher escritora de sua geração sobrepujou-a, e essa mulher sobrepujou da mesma forma os homens.

III. JANE AUSTEN: 1775-1817

Todas suas aventuras foram por procuração, através de sua pena; e mesmo dessa forma ela necessitou de pouco, uma vez que ela achava fascinação suficiente na vida ordinária das mulheres gentis, porém educadas e sensitivas, como ela própria. Seu pai era o reitor da paróquia de Steventon, em Hampshire. Ela nasceu na casa paroquial e ali morou até os 26 anos de idade. Em 1809 seu irmão Edward deu a sua mãe e suas irmãs uma casa em Chawton. Ali ela viveu até seu último ano de vida, variando sua simples rotina com visitas a seus irmãos e uma estada em Londres. Em maio de 1817 foi para Winchester em busca de tratamento médico e ali, em 18 de junho, morreu, solteira, com 41 anos de idade.

Deu expectativa e significação a sua vida pelo amor fraterno que aquece suas cartas, por seu humor sutil e ligeiramente sardônico, que apanhava os absurdos e as ansiedades escondidas da vida e os retratava sem amargura; e pelo prazer com que desfrutava o cenário rural e a cadência fácil dos dias provinciais. Conheceu o suficiente de Londres para detestá-la; nunca fez uma descrição amável da cidade, considerando-a um cruzamento entre a pobreza suja e a decadência bem-nascida; era um lugar onde mocinhas da província entediadas vinham para ser seduzidas. A mais bela espécie do modo de vida inglês, sentia ela, estava na baixa aristocracia das províncias; em seus lares a disciplina familiar e uma estremecida tradição geravam estabilidade e tranqüilo contentamento. Nesses bolsões de paz raramente ouvia-se falar da Revolução Francesa e Napoleão era um bicho-papão por demais distante para distrair a mente de uma pessoa de assuntos mais urgentes, como encontrar um bom parceiro para uma dança ou para a vida. A religião tinha seu lugar nesses lares, mas mantinha-o, e tinha sido liberada de seus terrores por uma secreta sofisticação, como a que bem podia florescer numa casa paroquial. A Revolução Industrial ainda não tinha chegado à campanha para amargurar as classes e sujar o cenário e o ar. Ouvimos a voz autêntica de Jane Austen em sua comiseração de Fanny Price que teve que passar involuntariamente alguns meses em Londres:

> Foi uma tristeza que Fanny tivesse que perder todos os prazeres da primavera... Ela não sabia antes quanto os começos do progresso da vegetação haviam-na deliciado. Que animação tanto do corpo quanto da mente ela tirara da observação do progresso daquela estação, que não pode, a despeito de seus caprichos, deixar de ser amada, ao ver-se suas belezas crescerem desde as primeiras flores nas partes mais quentes do jardim de sua tia, até a abertura das folhas das plantações de seu tio e da glória de seus bosques.[1]

Foi um tal ambiente — uma casa confortável, um jardim cheio de fragrâncias, um passeio à tarde com as alegres irmãs, uma palavra encorajadora de um pai que elogiava e mascateava seus manuscritos — que pôs nas novelas de Jane Austen um fresco ar de paz, de saúde e de boa vontade, e que dá a seus leitores desapressados uma quieta satisfação dificilmente encontrável em quaisquer outras novelas. Ela havia descoberto que um dia já é *de per se* uma bênção suficiente.

Assim ela escreveu suas seis novelas e esperou pacientemente por aquele público sem pressa. Em 1795, com 20 anos de idade, compôs a primeira forma de *Sentidos e Sensibilidade*, mas não se satisfez, e deixou-a de lado. Nos dois próximos anos trabalhou em *Orgulho e Preconceito*, revisou-a inúmeras vezes para um editor, que a devolveu por achar que não prometia nenhum lucro. De 1798 a 1799 ela colocou em forma final *A Abadia de Northanger*; Richard Crosby comprou-a, mas deixou que ela ficasse sem ser publicada. Então veio um intervalo árido, perturbado pela mudança de residência e possivelmente pelo desencorajamento. Em fevereiro de 1811 começou *Mansfield Park*; e em novembro *Sentido e Sensibilidade*, reescrito, foi impresso. Então, em seus últimos cinco anos veio uma rica colheita: *Orgulho e Preconceito* encontrou um editor em 1813, *Mansfield Park* em 1814, *Emma* em 1816; e em 1817, depois de sua morte, *A Abadia de Northanger* veio à superfície e logo após apareceu *Persuasão*.

Orgulho e Preconceito oferece no princípio um bando de cinco irmãs, todas prontas e ansiosas por um casamento. A Sra. Bennet é uma frívola e tagarela alma, cujas preces matutinas e pensamentos de toda hora são encontrar maridos para sua prole. O Sr. Bennet aprendeu a afastar-se de sua faladora esposa para sua biblioteca, onde as palavras não o alcançam, e abandonou completamente o problema de conseguir cinco dotes de terras ou libras esterlinas. Ele manterá sua casa apenas até sua morte; após isto, ela vai, por vinculação de bem de raiz, para o reverendo Sr. Collins, o ainda solteiro pároco de uma cidade próxima. Se uma daquelas cinco irmãs pudesse laçar aquele homem de Deus!

A mais velha e mais bonita, Jane, concentrara seu objetivo no rico e elegante Sr. Bingley, mas ele parece preferir uma outra candidata, e Jane com dificuldade esconde seu pesar. Elizabeth, seguindo-se a ela na idade, orgulha-se não de seu rosto ou de seu físico, porém de seu caráter independente e de sua autoconfiança; pensa por ela mesma e não vai com facilidade ser posta em leilão; leu muito e pode confrontar-se com qualquer homem num duelo de inteligência ou esperteza, isto sem ser agressivamente intelectual; a escritora francamente a admira. A terceira irmã, Mary, é ainda muito nova, e preocupa-se com o tempo por demais longo que suas predecessoras estão levando para lhe abrirem o caminho. Lídia, a mais jovem, pergunta-se por que uma moça tem que esperar pela fórmula mágica do casamento antes que lhe seja permitido explorar os mistérios do sexo.

A casa anima-se com as notícias de que o Sr. Collins planeja fazer-lhes uma visita. Ele é um homem orgulhosamente cônscio de sua santidade, mas cuidadosamente respeitador das distinções de classe e dos interesses materiais; nele a escritora apresenta uma pintura impiedosa da subserviência de castas nas quais o ministério anglicano inferior havia caído; a sátira parece extrema, mas é tão limpa e definitiva como uma guilhotina.

O jovem reverendo chega, vê que a bela Jane está imunizada e oferece sua mão a Elizabeth, que desmoraliza a família recusando, temerosa de ser aprisionada por suas perfeições. Mary, sentindo que, para a terceira de cinco irmãs, ser a primeira a conseguir

um marido seria um grande feito, deixa cair seus olhos, sorrisos e delicadas atenções sobre o fatal herdeiro da propriedade, enfeitiça-o e leva-o a pedir sua mão ao Sr. e Sra. Bennet.

Tudo parece ir bem, mas Lídia, temendo uma virgindade senil, foge sem casar-se com o impetuoso Sr. Wickham. Toda a família fica manchada por seu pecado e é menosprezada por quase todos os vizinhos. O reverendo Sr. Collins envia uma palavra de reprovação ao Sr. Bennet: "A morte de vossa filha seria uma bênção comparada com isso.... Quem vai ligar-se a uma tal família?"[2] Elizabeth salva a todos atraindo o preconceituoso Sr. Darcy com sua orgulhosa inacessibilidade; ele põe seus milhões a seus pés, compele Wickham a redimir Lídia casando-se com ela e, pela mão mágica da escritora como uma *dea ex machina*, todos os problemas são resolvidos; até o Sr. Bingley descobre que sempre tinha amado Jane.

Mansfield Park é melhor construído; a solução final é prevista quase que desde o princípio e é passo a passo preparada por quase todos os incidentes. Os personagens não são bonecos numa trama, porém almas ganhando seu caminho através da vida e ilustrando com propriedade a observação de Heráclito (que deveria ser o guia de todas as obras de ficção) que "o caráter de um homem é seu destino". Mansfield Park é o elegante domínio de Sir Thomas Bertram, que é um pai muito mais solitário do que o Sr. Bennet. Ele, no entanto, também comete erros surpreendentes: absorvido na procura da riqueza e da honra, deixa que seu filho mais velho se desintegre moral e fisicamente, e permite que sua filha prolongue suas férias numa sociedade londrina onde todas as morais do interior são o objeto de piadas em vez de serem a norma de vida. Lança-se a seu crédito ter adotado em sua família a modesta e sensível Fanny Price, sobrinha empobrecida de sua esposa. O consolo de seu orgulho é seu filho mais moço, Edmund, que se dedica à Igreja, e é descrito como tudo o que um futuro clérigo deveria ser; ele é uma desculpa pelo Sr. Collins. Edmund leva várias centenas de páginas até compreender que sua afeição por Fanny é mais do que um amor fraterno; mas no seu curso vagaroso a crescente atração dos dois é um agradável romance numa história clássica.

Pois mesmo em seus estudos de amor Jane Austen é e foi um clássico — de excelência duradoura e mente sóbria. Numa idade de mistérios udolfianos e castelos walpolianos, ela permaneceu uma observadora realista e racional de seu tempo. Seu estilo é tão casto como o de Dryden; sua piedade tão sem emoção como a de Pope. Seu escopo é estreito, mas sua penetração é profunda. Ela percebe que o aspecto básico da vida é o recrutamento do indivíduo para o serviço da raça; que as crises de governo, os conflitos de poder, mesmo os gritos pela justiça social, não são tão fundamentais quanto os esforços repetidos e inconscientes da juventude para amadurecer, ser usada e consumida. Ela abrange ambos os aspectos — feminino e masculino — do mistério humano com tranqüilidade; seus males estão além de sua possibilidade de curar; seu objetivo além do alcance de sua compreensão. Ela nunca levanta sua voz, mas nós seguimo-la de boa vontade, até onde as corredeiras da vida nos permitem, e podemos ser capturados por sua calma. Hoje em dia não existe nenhuma vila na Inglaterra que não tenha seus adoradores.

IV. WILLIAM BLAKE: 1757-1827

Tendo nascido 18 anos antes dela e durado dez anos mais, William Blake cobriu toda a transição até o romantismo; vivia em mistério, rejeitava a ciência, duvidava de Deus,

adorava Cristo, transformava a Bíblia, imitava os profetas e chamava por uma utopia de santos baixados à terra.

Era filho de um negociante de meias de Londres. Com a idade de quatro anos, assustou-se vendo Deus olhar para ele através de uma janela. Um pouco mais tarde viu anjos pousados numa árvore e o profeta Ezequiel vagando por um campo.[3] Talvez porque sua imaginação se misturasse desregradamente com suas sensações, ele não foi mandado para nenhuma escola até a idade de dez anos; e nessa idade foi enviado para uma escola de desenho no Strand. Aos 15 anos começou um aprendizado de sete anos com o gravador James Basire. Lia muito, incluindo histórias românticas tais como *Relíquias da Poesia Inglesa Antiga* de Percy, e o *Ossian* de Macpherson. Ele próprio escrevia versos e os ilustrava. Aos 22 anos foi aceito como estudante de gravura na Royal Academy, mas rebelou-se contra as regras clássicas de Reynolds; mais tarde lamentava que tivesse despendido o vigor de sua "juventude e gênio sobre o íncubo de Sir Joshua e a quadrilha de espertos cavaleiros que o seguiam".[4] A despeito deles desenvolveu o seu próprio estilo imaginativo de desenho, e foi capaz de sustentar-se com suas aquarelas e gravuras.

Não era sexualmente forte; uma vez expressou a esperança que "o sexo desaparecesse e deixasse de existir".[5] Apesar disso, aos 25 anos, casou-se com Catherine Boucher. Muitas vezes ele a incomodava com seus acessos de cólera e aborrecia-a com suas visões; mas ela reconhecia seu gênio e tomou conta dele fielmente até o fim. Não teve filhos, ao que se sabe, mas gostava de brincar com os filhos de seus amigos. Em 1783 John Flaxman e o reverendo A. S. Mathews pagaram a impressão privada dos primeiros versos de Blake; esses *Esboços Poéticos*, quando reimpressos em 1868, participaram da expansão atrasada de sua fama. Alguns deles, como a rapsódia sem rimas "À Estrela Vespertina", levantaram uma nota original na poesia inglesa.[6]

Como qualquer alma sensível, ele se ressentia da riqueza concentrada da Inglaterra e de sua pobreza em apodrecimento. Juntou-se a Tom Paine, Godwin, Mary Wollstonecraft e outros radicais grupados em volta do editor Joseph Johnson; juntos eles bebiam o forte vinho do Iluminismo francês e cantavam a justiça e a igualdade. Sua aparência assentava bem com seu espírito alérgico a qualquer ordem imposta. Era baixo e entroncado, com uma "fisionomia nobre cheia de expressão e animação. Seu cabelo era de um castanho amarelado, encaracolado e luxuriante; seus cachos, em vez de caírem, ficavam em pé como uma chama enroscada e à distância pareciam radiações o que, com seus olhos em fogo e sua testa larga, sua fisionomia digna e alegre, deve ter feito sua aparência verdadeiramente impressionante."[7]

Em 1784 abriu uma oficina de impressor em Broad Street. Tomou como assistente seu irmão mais jovem, Robert. Foi uma feliz relação, pois cada um deles era devotado ao outro; mas Robert era tuberculoso e sua morte em 1787 aprofundou uma sombria tendência nos modos de William e no elemento místico em seu pensamento. Tinha-se convencido de ter visto a alma de Robert no momento da morte subir através do teto, "batendo palmas de alegria".[8] Ao espírito de Robert ele atribuiu um método de gravar tanto o texto como a ilustração em uma placa única. Quase todos os livros de Blake foram assim gravados e eram vendidos por preços que variavam de alguns xelins a dez guinéus. Conseqüentemente seu público foi extremamente limitado durante sua vida.

Em 1789 ele lançou sua primeira obra-prima, 19 pequenas *Canções da Inocência*. Aparentemente queria significar por "inocência" o período pré-púbico, no qual as mais

agradáveis legendas que são reunidas acerca de Cristo são acreditadas com felicidade, abrilhantando e guiando o crescimento do jovem. No entanto, Blake tinha 32 anos quando os poemas apareceram, e nós sentimos neles que a experiência já estava chorando a morte da inocência. Devemos recordar-nos de suas famosas linhas, de forma a contrastá-las com as linhas endereçadas a um tigre cinco anos mais tarde.

Pequena ovelhinha, quem te criou?
Sabes tu quem te criou?
Quem a vida te deu, para te mandar
Pelos prados e junto ao regato pastar;
Quem te deu este vestido de lã deliciosa,
A roupa mais macia, quente e lustrosa;
  Pequena ovelhinha, quem te criou?
  Sabes tu quem te criou?

Pequena ovelhinha, vou dizer-te,
Pequena ovelhinha, vou dizer-te;
Ele é conhecido pelo teu nome,
Pois a si mesmo chama-se de Ovelha;
Ele é manso e ele é meigo;
E transforma-se numa criancinha;
Eu sou uma criança e tu uma ovelhinha,
E ambos somos chamados pelo seu nome.
  Pequena ovelhinha, que Deus te abençoe.
  Pequena ovelhinha, que Deus te abençoe.

Talvez ainda mais bonito seja seu próximo poema "O Pequeno Negrinho", no qual uma criança negra admira-se por que Deus escureceu sua pele e sonha com o tempo em que crianças pretas e brancas brincavam juntas sem a sombra da cor atravessando seus jogos. E, dois poemas mais tarde, "O Limpador de Chaminés" imagina um anjo descendo para libertar todos os limpadores de chaminés da capa de fuligem na qual eles trabalham e dormem. "Quinta-Feira Santa" termina com um alerta: "Então deveis ser piedosos, pois senão estareis expulsando um anjo de vossa porta."

Cinco anos se passam, os anos nos quais a Revolução Francesa explodiu, queimou-se brilhantemente com o idealismo (1791), e então se transformou no massacre e no terror (1792-94). Em 1789, de acordo com uma informação, Blake usava publicamente o capacete vermelho da Revolução e aderiu a Paine no ataque à Igreja Estabelecida. Excitado até a confusão, ele deixa a forma de baladas, para aderir às "profecias", fazendo eco a Jeremias e a Oséias, proclamações ameaçadoras dirigidas a um mundo pecador. Essas não são uma leitura recomendada para aqueles que se ressentem de obscuridade propositada, mas notamos de passagem que em *O Casamento do Céu com o Inferno* (uma sátira de Swedenborg) Blake equipara esses reinos com inocência e experiência. Alguns dos "Provérbios do Inferno" sugerem um radicalismo temporariamente vegetariano, whitmaniano, freudiano e nietzschiano:

Toda a comida sadia colhe-se sem rede ou armadilha...
O mais sublime ato é criar alguém à sua semelhança...
O orgulho do pavão é a glória de Deus... A nudez das mulheres é

obra de Deus...
É melhor matar uma criança em seu berço do que alimentar os maus desejos...
Deus somente age e existe naquilo que existiu nos Homens...
Todas as divindades moram no coração do homem...
O culto de Deus consiste em honrar suas dádivas a outros homens...
e mais amar o melhor dos homens. Aqueles que invejam ou
caluniam os grandes homens odeiam a Deus, pois não há outro Deus.

Em *Canções da Experiência* (1794) o poeta contradiz suas *Canções da Inocência* com odes de dúvida e condenação.

Tigre, tigre, cujos olhos brilham como fogo
À noite nas florestas,
Que mãos ou que olhos imortais
Criaram tua pavorosa simetria?

E que poder e que arte
Puderam criar a energia de teu coração?
E quando este começou a bater,
Quem criou tuas terríveis garras?

Quando as estrelas despejam seus raios de luz
E a chuva molha os céus com suas lágrimas,
Sorriu ao ver-te quem te criou?
Quem criou as ovelhas criou-te também?

Enquanto que em *Canções da Inocência* "Um Pequeno Menino Perdido" é resgatado por Deus e trazido de volta com alegria para sua casa, uma correspondente canção de experiência conta-nos de um rapaz queimado pelos sacerdotes por reconhecer que não tem fé religiosa. Em *Inocência* "Quinta-Feira Santa" descreve a catedral de São Paulo cheia de felizes crianças cantando hinos; "Quinta-Feira Santa", em *Experiência*, pergunta:

É justo contemplar-se
Numa terra rica e fértil
Crianças à miséria reduzidas,
Alimentadas por fria e avarenta mão?
É aquele trêmulo grito uma canção?
Pode ele ser um canto de alegria?
Com tantas crianças na pobreza?
É uma terra de miséria.

Contra tais males a revolução não parecia mais uma cura válida; pois "a mão de ferro esmagou a cabeça do tirano e tornou-se um tirano em seu lugar".[9] Desapontado com a violenta revolta, Blake procurou consolação no que lhe restava de crença religiosa. Ele agora desconfiava da ciência como serva do materialismo, a ferramenta dos espertos contra os inocentes, do poder contra a simplicidade. "A arte é a Árvore da Vida, a Ciência é a Árvore da Morte; Deus é Jesus."[10]

Depois de 1818 Blake escreveu muito pouca poesia, encontrava poucos leitores e vivia de sua arte de gravador. Às vezes, pelos seus 60 anos, chegou a ficar tão pobre que teve

que fazer gravuras de propaganda para a cerâmica de Wedgwood. Em 1819 encontrou em John Linnell um patrono que o salvou, comissionando-o para ilustrar o Livro de Jó e a *Divina Comédia* de Dante. Estava trabalhando nessa tarefa final quando lhe sobreveio a morte (1827). Nenhuma pedra marcou seu túmulo, mas um século mais tarde uma tabuleta foi erigida no local de seu sepultamento; e em 1957 um busto de bronze de autoria de Sir Jacob Epstein foi colocado na abadia de Westminster.

Por ocasião de sua morte a transição para o romantismo estava completa. Havia começado timidamente, exatamente no auge do classicismo, com as *Estações* de Thomson (1730), as *Odes* de Collins (1747), *Clarissa Harlowe* de Richardson (1747), *Elegia* de Gray (1751), *Julie, ou La Nouvelle Héloïse* (Júlia, ou a Nova Heloísa) de Rousseau, (1761), *Fingal* de Macpherson (1762), *O Castelo de Otranto* de Walpole (1764), *Relíquias da Antiga Poesia Inglesa* de Percy (1768), baladas escocesas e alemãs, as notáveis falsificações de Chatterton (1769), o *Werther* de Goethe (1774). Em verdade tinha havido românticos em todas as épocas, em todas as casas, em todas as raparigas e em todos os jovens; o classicismo era uma estrutura precária de regras e restrições sobrepostas aos impulsos e às paixões que corriam como um fogo líquido no sangue.

Então veio a Revolução Francesa, e mesmo seu colapso trouxe a liberação. Velhas formas da lei e da ordem perderam seu prestígio e sua força; o sentimento, a imaginação, a aspiração, os velhos impulsos de violência em palavras e atos foram libertados; a juventude atiçou o fogo da poesia e da arte por baixo de todas as regras literárias, todas as proibições morais, todos os credos restringentes, todos os Estados eriçados de leis. Em 1798 Wordsworth e Coleridge juntamente escreveram os poemas e prefácios das *Baladas Líricas*; Burns e Scott cantavam o amor, a revolta e a guerra na Escócia; os exércitos de Napoleão estavam destruindo as antigas doutrinas mais rápido do que a Revolução poderia espalhar seus sonhos. Em todas as partes a literatura havia-se tornado a voz da liberdade em revolta. Raramente tinha o futuro surgido tão aberto, a esperança tão sem limites ou o mundo tão jovem.

CAPÍTULO XXI

Os Poetas do Distrito dos Lagos

1770-1850

I. A AMBIÊNCIA

NÓS reunimos aqui Wordsworth, Coleridge e Southey num capítulo estranho e confluente, não porque tenham estabelecido uma escola — eles não o fizeram; nem porque tenham mostrado nenhuma colaboração espiritual em seus caracteres ou trabalho. Os mágicos versos de Coleridge eram embrulhados em mistério, estranhas almas e segredos, enquanto que a poesia cheia de prosa de Wordsworth tratava com satisfação de homens comuns, mulheres, crianças e coisas. Coleridge viveu e morreu um romântico — uma criatura de sentimentos, de imaginações, de esperanças e temores; Wordsworth, exceto por um interlúdio romântico na França e um pronunciamento rebelde em 1798, era tão clássico quanto Crabbe, e conservadoramente calmo. Quanto a Southey, sua poesia foi romântica enquanto compensou financeiramente; sua prosa era restrita e digna de Dryden; sua política amadurecida apreciava o *status quo*; e sua vida de estabilidade marital e generosas amizades equilibravam seguramente os vagares emocionais, filosóficos, financeiros e geográficos do colega poeta com o qual ele tinha certa vez sonhado de uma utopia comunal nas praias de Susquehanna.

Esses homens constituíram uma escola apenas considerando-se que moraram durante muitos anos no Distrito dos Lagos do noroeste da Inglaterra — a brumosa, chuvosa e mística reunião de montanhas cobertas de nuvens com ''meres'' (lagos) prateados, que faz da área de Kendal, através de Windermere, Ambleside, Rydal Water, Grasmere, Derwentwater, e Keswick até Cockermouth uma das mais belas regiões de nosso planeta. Não há uma imponente majestade — as montanhas mais altas alcançam apenas mil metros; não é conveniente para tuberculosos — chove quase diariamente; mas as brumas abraçam as montanhas amorosamente, o sol desponta quase todos os dias e os habitantes ali acostumados suportam as variações do tempo por causa da paz das vilas, da folhagem sempre verde, das flores abundantes, felizes com o orvalho, e dos espíritos do louco Coleridge e do tranqüilo Wordsworth ecoando através de suas montanhas. Ali em Cockermouth nasceu Wordsworth, e em Grasmere morreu; ali em Keswick Coleridge viveu intermitentemente, e Southey por 40 anos; ali, por diversos períodos, moraram De Quincey, Arnold of Rugby e Ruskin; ali, por breve espaço, Scott e Shelley, Carlyle e Keats vieram provar dos jardins do Éden e lembrar-se daqueles que ali foram laureados.

II. WORDSWORTH: 1770-97

Sua mãe, nascida Ann Cookson, era filha de um negociante de linhos em Penrith. Seu pai, John Wordsworth, era um advogado, próspero como agente de negócios de Sir James Lowther. Em sua confortável casa em Cockermouth, John e Ann criaram cinco filhos: Richard, que se tornou advogado e cuidava das finanças do poeta; William e Dorothy, com os quais nós vamos ocupar-nos aqui; John, que foi para o mar e morreu num naufrágio, e Christopher, que se tornou um homem de conhecimentos e chegou a ser diretor do Trinity College, em Cambridge. Por motivos hoje esquecidos, William não foi batizado até o nascimento de Dorothy em 1711, um ano após ele; irmão e irmã foram batizados no mesmo dia como se com isto ficasse sancionado, abençoando seu amor por toda a vida.

Dorothy, mais do que qualquer de seus irmãos, tornou-se a amiga de infância de William. Participava de sua fascinação pela variada natureza que os rodeava. Ele era vivo e sensível, ela mais ainda, mais rápida em apreender as formas e as cores da vegetação, as expressões e os aromas das árvores, as preguiçosas mudanças de posição das nuvens, a lua benignamente deixando cair sua luz prateada sobre os lagos. "Ela me deu olhos, ele me deu ouvidos", diria o poeta de sua irmã. Ela domou seus instintos de caçador, de perseguir e matar; insistiu em que ele jamais ferisse nenhum ser vivo.[1]

Quando ela tinha sete anos, tiveram que suportar a desolação da morte da mãe. O pai, aturdido, recusou-se a casar novamente; mergulhou em seu trabalho e mandou seus filhos para viverem com parentes. Dorothy foi para uma tia em Halifax, Yorkshire, e agora só podia ver William em suas férias. Ele foi mandado em 1779 para uma boa escola em Hawkshead, próximo ao lago Windermere; ali estudou os clássicos gregos e latinos, e começou, como dizia, a "tecer versos".

Mas os bosques e as águas da vizinhança parecem ter representado um papel maior do que seus livros na formação de seu estilo e caráter. Não era anti-social; tomava parte com os outros rapazes nos jogos da mocidade e muitas vezes aderia a uma barulhenta noite na hospedaria local; mas muitas vezes passeava sozinho nas montanhas, ou ao longo das margens de Esthwaite Water ou do Lago Windermere. De vez em quando, sem preocupar-se com o tempo e gostando de seus caprichos, vagava longe demais para estar seguro, e experimentava os temores que podem acometer um jovem quando invade os esconderijos apropriados da vida "inferior"; mas gradualmente veio a sentir um espírito escondido no crescimento das plantas, nas brincadeiras e lutas dos animais, no orgulho das montanhas, nos sorrisos e carrancas do céu caleidoscópico. Todas essas vozes do campo e da floresta, dos picos e das nuvens, pareciam falar-lhe em sua própria linguagem, por demais secreta e sutil para palavras, porém sentidas por ele como uma segurança de que a incrível multidão multiforme de coisas em volta dele não era um mecanismo sem esperanças de matéria, mas a moldura de um Deus maior e mais próximo do que a distante, silenciosa e informe deidade de suas orações. Desenvolveu uma disposição de ânimo de sombria interioridade, bem como de uma externa adoração.

Em 1783 o pai morreu subitamente. Seus negócios desordenados conduziram a uma longa e custosa disputa, e as 4.700 libras que lhe eram devidas por Sir James Lowther

foram por tanto tempo retidas que o legado disponível, que importava em 600 libras para cada um dos filhos, ficou muito aquém de poder prover-lhes a continuição de sua educação.[2] O irmão Richard, no entanto, encontrou meios de fazer com que William terminasse Hawkshead.

Em outubro de 1787, Wordsworth "subiu" para Cambridge e entrou no Colégio St. John. Um de seus tios persuadira o diretor do colégio a dar ao jovem uma bolsa escolar, na esperança de que ele se preparasse para receber ordens sagradas na igreja anglicana — e assim deixasse de ser uma carga financeira para seus parentes. Em vez de fazer os cursos que o levariam ao ministério, ele lia para seu próprio prazer — especializando-se em Chaucer, Spenser, Shakespeare e Milton — e protestava contra o comparecimento obrigatório à capela duas vezes por dia; aparentemente suas leituras haviam apagado parte de sua herdada fé. Muito dela, no entanto, deve ter permanecido, pois ele achava Voltaire insípido.

Em julho de 1790 persuadiu um colega de classe galês, Robert Jones, a juntar com ele suas economias, num total de 20 libras esterlinas, e fazerem juntos uma excursão a pé pelo Continente. Chegaram até o lago de Como, voltaram para leste em direção à Suíça, acabou-se seu dinheiro e apressaram-se a voltar para a Inglaterra e Cambridge, a tempo de aplacar o ódio de seus financiadores. Wordsworth compensou o ano em que ele havia negligenciado Dorothy, despendendo com ela as férias de Natal em Fornsett Rectory, próximo a Norwich. "Nós costumávamos passear todas as manhãs cerca de duas horas", escrevia ela a Jane Pollard, e "cada tarde íamos para o jardim às quatro horas... para andar para cima e para baixo até as seis horas da tarde... Ah! Jane! Eu nunca pensava no frio quando ele estava comigo".[3] Ela tinha esperanças de que ele se tornasse um clérigo e que lhe fosse permitido ser sua dona-de-casa.

Quando graduou-se em Cambridge (janeiro de 1791) ele desapontou muitas esperanças indo para Londres, "onde viveu quatro meses numa obscuridade que permanece quase completa".[4] Em maio partiu com Jones para uma excursão a pé através do País de Gales; subiram ao Monte Snowdon (400 metros) para ver o nascer do sol. Em 27 de novembro, sozinho, cruzou de novo para a França.

A Revolução estava em sua mais bela fase: uma constituição liberal havia sido formulada, a Declaração dos Direitos do Homem tinha sido proclamada para o mundo; como podia qualquer jovem sensível, ainda principiante em filosofia, resistir àquela chamada para a justiça e a irmandade universal? Era muito difícil para um pobre estudante, que havia conhecido algumas ofensas de senhores titulados (Sir James Lowther) condenar aqueles franceses que, como ele colocaria em seu *Prelude* autobiográfico.

...levantavam algo para ver
De uma República onde todos agora
Estavam igualados; onde todos éramos irmãos,
Na honra, como em uma comunidade,
Homens de saber e fidalgos; onde, além disso,
A oportunidade abria-se para todos
E a riqueza e os títulos eram menos estimados
Que o talento, o valor e o trabalho industrioso.[5]

Chegado à França, ficou inflamado pelo ardor da nação espontaneamente levantando-se em armas para enfrentar a ameaça do duque de Brunswick de suprimir a Revolução, e, se Paris resistisse a ele, de queimá-la inteiramente. Tornou-se amigo de um oficial do exército revolucionário, Michel de Beaupuis, o qual, "pelo nascimento emulava-se com os mais nobres" mas agora sentia-se obrigado a defender a França contra os invasores. Essa dedicação isenta de classes levou Wordsworth a considerar como ele próprio poderia ser útil para a causa. Mas sentia-se fraco demais para pegar em armas e sabia pouco francês para servir numa posição civil ou política. Estabeleceu-se em Orléans para estudar a língua, tão enfeitiçante nos lábios de uma mulher, tão incrivelmente enganadora na ortografia.

Ele achava a língua mais encantadora, mas amplamente supérflua, em Annette Vallon, uma jovem de coração ardente e ardente sangue, que deu-lhe não apenas instrução mas a ela própria. Em retorno ele só podia dar-lhe sua semente juvenil. Tinha 21 anos, ela 25; quando apareceu o resultado, Annette julgava que ela merecia um anel nupcial, mas William tinha dúvidas: poderia ele, que sabia mais latim do que francês, sobreviver como um marido na França; ou poderia ela, como uma pagã católica, sobreviver na puritana Inglaterra?

Em 29 de outubro de 1792, deixou-a em Orléans e mudou-se para Paris. Antes de partir assinou um papel autorizando M. Dufour a representá-lo como o pai ausente no batismo da criança que Annette esperava.[6] Esta nasceu no dia 15 de dezembro e chamou-se Caroline.

Nessa ocasião Wordsworth, em Paris, estava mergulhado na Revolução. Assistia a reuniões do clube jacobino, visitava a Assembléia Legislativa, fazia amigos entre os girondinos. A febre do dia caiu sobre ele; sentia-se no centro dos acontecimentos que sacudiam o mundo e que faziam a história:

> Era uma bênção viver naquela madrugada;
> Mas então ser jovem era o próprio Paraíso![7]

Então chegou-lhe uma carta do irmão Ricardo recusando-se a mandar-lhe mais dinheiro e insistindo na sua imediata volta. Como a Revolução não oferecia meios de sustentá-lo, ele cruzou para Londres e tentou descongelar as artérias congeladas das finanças familiares. O irmão Ricardo permaneceu amavelmente firme. O tio William Cookson, reitor de Fornsett e hospedeiro de Dorothy, fechou sua bolsa e suas portas para o jovem cuja educação havia sido paga como um prelúdio de serviços sacerdotais, mas que agora parecia haver-se transformado num desorientado jacobino.

William ficou dolorosamente ferido; havia adotado a poesia como uma profissão e sentia-se intitulado, como um consagrado devoto de uma musa ao apoio fraternal e avuncular. Desafiadoramente, associou-se aos radicais que freqüentavam a livraria de Johnson e continuou seu apoio público à Revolução. Nas últimas 50 linhas de *Esboços Descritivos*, que escreveu e publicou em 1793, elogiava a Revolução não como a liberação de apenas uma nação mas potencialmente de toda a humanidade; e em particular, como ele postumamente confessou, regozijava-se com as vitórias francesas, mesmo "quando milhares de ingleses eram abatidos, deixados sem glória no campo de batalha".[8] Em 1º de fevereiro de 1793, a França declarou guerra à Inglaterra; em março chegou uma

carta para Wordsworth de Annette pedindo-lhe para voltar para ela, mas o Canal estava fechado para viagens de civis. Ele não a esqueceu, o pensamento dela queimava sua consciência; velo-emos nove anos mais tarde tentando fazer alguma compensação. Durante esses anos Annette tornou-se uma ardente realista e William vagarosamente descobriu as virtudes da constituição britânica.

Sua fé na Revolução desvaneceu-se quando o Terror guilhotinou os girondinos que ele havia admirado (1794). Por essa época ficara muito impressionado com a obra de Godwin *Inquérito Concernente à Justiça Política*; a obra encorajava seu radicalismo, mas alertava contra revoluções que se alimentavam dos revolucionários. Em 1795 encontrou o próprio Godwin e ficou encantado; sete vezes naquele ano visitou o famoso filósofo em sua casa. Mesmo quando ele próprio se tornou um ardente conservador, permaneceu amigo de Godwin até que a morte interveio (1836).

Uma adicional inclinação à sobriedade sobreveio quando, em 1795, Raisley Calvet legou a Wordsworth 900 libras. Precipitadamente o poeta emprestou 300 libras desse legado a seu imprevidente amigo Basil Montagu, e 200 ao amigo íntimo de Montagu, Charles Douglas — em ambos os casos por meio de hipotecas que supostamente pagariam dez por cento. Wordsworth calculava que as cinqüenta libras por ano de juros (o que era pago muito irregularmente), mais as remanescentes 400, não seriam suficientes, mesmo com a anuidade de 20 libras de Dorothy, para financiar o sonho de sua irmã de uma pequena casa de campo, onde pudesse viver num modesto condomínio de poesia e amor. Mas justamente então um outro amigo, John Pinney, de Bristol, ofereceu-lhes, mobiliada e gratuitamente, sua casa em Racedown, Dorset. Assim, em 26 de setembro de 1795, Wordsworth e Dorothy estabeleceram ali seu lar e ali permaneceram até junho de 1797, em inesperado conforto e felicidade.

Podemos imaginá-lo, agora com 25 anos, de estatura média, magro e ligeiramente curvado; seu cabelo ralo e maltratado caía-lhe em volta do pescoço e das orelhas; seus olhos escuros e sombrios olhavam para baixo por sobre um nariz inquiridor e ligeiramente agressivo; suas calças de xadrez como a dos pastores, seu casaco solto de cor castanha, com um lenço negro servindo de gravata. Ele era fraco de corpo, forte de energia, de espírito e de vontade; podia andar mais do que o mais forte de seus convidados, e com seus próprios braços e um machado podia manter seu fogão e lareira queimando com madeira cortada ou apanhada nos bosques. Era tão sensível como um poeta, tão nervoso como uma mulher; sofria de dores de cabeça, especialmente quando escrevia. Era muitas vezes carrancudo, inclinado à hipocondria, facilmente levado às lágrimas; uma vez pensou em matar-se[9] — mas esta é uma bravata universal. Era ganancioso, orgulhoso, egoísta, seguro de sua superior sensibilidade e compreensão e, exceto quanto aquela descuidada semente deixada na França, de excelente moral. Mas era modesto perante a natureza, comportando-se como seu escravo e seu porta-voz para benefício da humanidade.

Dorothy era o seu oposto: pequena e frágil, devendo seu rosto queimado a muitos passeios ao sol, altruisticamente absorvida — ou egoisticamente deleitada — em servir a seu irmão, nunca duvidando de seu gênio, mantendo seu abrigo limpo e quente para ele, cuidando dele em suas doenças, procurando as mais sutis belezas e maravilhas na natureza, com o que ele chamava de "os faróis de teus olhos selvagens",[10] e anotando essas percepções em seu diário para sua recordação e futuro uso por ele. Ela dava-lhe

os ouvidos e as mãos bem como os olhos; nunca (visivelmente) se cansava de ouvi-lo recitar seus versos, ou de copiá-los de forma a torná-los legíveis. Ele a amava em retorno, profundamente, mas sem uma paixão proibida, como o mais caro e o menos exigente de seus acólitos, como um delicado e precioso apêndice dele próprio.

Para transformarem sua casa numa família e ajuntarem 50 libras a sua renda anual, tomaram a seus cuidados o pequeno Basil, de três anos de idade, filho de Basil Montagu, e regozijaram-se ao ver seu jovem tutelado "metamorfoseado de uma planta trêmula, meio esfomeada, em um robusto e destemido rapaz".[11] Na primavera de 1797 a amiga de Dorothy, Mary Hutchinson, veio de Penrith para ficar com eles até 5 de junho; e em 6 de junho, respondendo no seu próprio modo exuberante a um convite que lhe foi mandado por Wordsworth, um jovem de 25 anos, cheio de poesia, pulou por sobre o muro, correu pelo campo e entrou energicamente nas vidas de William e Dorothy Wordsworth. Era Coleridge.

III. COLERIDGE: 1772-94

Ele é o mais interessante de nosso conglomerado, o mais variado em seus talentos, encantos, fraquezas, idéias e defeitos. Corre a escala do idealismo aos desastres no amor e na moral, na literatura e na filosofia. Plagiou tantos autores quantos ele inspirou. Nenhuma parte alíquota de um capítulo pode fazer-lhe justiça.

Samuel Taylor Coleridge nasceu em 21 de outubro de 1772, o décimo e último filho de John Coleridge, mestre-escola e depois vigário em Ottery St. Mary, Devonshire, um matemático avançado, um erudito em linguagens clássicas e orientais, autor de uma *Gramática Crítica Latina*. "S.T.C.", como o filho iria assinar-se mais tarde, tropeçava nessa erudição herdada, e aliviava-se espalhando palavras latinas ou gregas em quase cada parágrafo.

De seu terceiro a seu sétimo ano recordava-se mais tarde.

> Tornei-me irritadiço e tímido, e um mexeriqueiro; os colegas expulsavam-me dos jogos e estavam sempre me atormentando; daí o fato de eu não ter prazer em jogos de garotos e ler incessantemente. Aos seis anos eu havia lido Belisario, Robinson Crusoé,... e as Mil e Uma Noites... era perseguido por espectros;... tornara-me um sonhador, e adquirira uma indisposição para toda a atividade corporal; era irritado e desordenadamente apaixonado, relaxado,... odiado pelos rapazes;... — pelo fato de poder ler e soletrar, e ter... uma memória e uma compreensão que haviam sido forçadas a uma madureza quase antinatural, eu era elogiado e admirado por todas as mulheres velhas. Assim tornei-me muito vaidoso,... e antes de ter os oito anos de idade eu já era um *tipo*. Sensibilidade, imaginação, vaidade, indolência e sentimentos de profundo e amargo desprezo por todos aqueles que atravessavam a órbita de minha compreensão eram já então preeminentes.[12]

A morte de seu pai (1779), a quem amara apaixonadamente, foi um golpe perturbador para Samuel. Dois anos mais tarde foi enviado para prosseguir sua educação no Christ's Hospital, que mantinha uma escola de caridade em Londres. A comida era ruim, a disciplina severa; mais tarde em sua vida falava dos ignominiosos castigos que caíam com dobrada dureza sobre um rapaz que sentia que havia sido esquecido por sua fa-

mília. Queriam que ele fosse um clérigo; aspirava a ser um sapateiro. Em 1830 (época em que sua memória tinha se tornado especialmente inconfiável) conta-nos de um castigo "justo" que sofreu:

> Quando eu tinha uns 13 anos, fui a um sapateiro e pedi-lhe para adotar-me como aprendiz. Ele, sendo um homem honesto, imediatamente levou-me a Bowyer (diretor da escola), que ficou enraivecido, atirou-me ao chão e... perguntou-me por que eu tinha feito um papel tão idiota. Ao que eu respondi que eu tinha um grande desejo de ser um sapateiro, e odiava a idéia de me tornar um clérigo. "Por quê?" disse ele — "Porque, para dizer-vos a verdade, senhor", disse eu, "eu não tenho fé". Por essa resposta e sem mais preâmbulos, Bowyer deu-me uma surra.[13]

Obviamente ele havia provado de algum fruto proibido, talvez da biblioteca circulante de King Street. Ali, mais tarde relatava em seu monumental estilo,

> Eu li todos os livros do catálogo, inclusive os não-encadernados, quer os entendesse ou não... correndo todos os riscos para dar uma fugida e apanhar os dois volumes a que eu tinha direito cada dia. Conceba-se o que eu devia ter sido aos 14 anos; tinha uma contínua febre. Tudo o que eu fazia era, com os olhos fechados para todos os objetos do presente, enrodilhar-me num canto ensolarado e ler, ler, ler.[14]

É claro que há algum exagero vaidoso nisso. De qualquer forma ele saiu-se tão bem na escola do Christ's Hospital que sua família conseguiu que ele fosse aceito como um "sizar" (um bolsista que trabalhava e estudava) no Colégio de Jesus, Cambridge (1791). Ali ele tentou as mais altas matemáticas e o grego mais difícil. "Estou lendo Píndaro e compondo versos gregos como um cão danado... Nas minhas horas de folga traduzo Anacreonte... Estou aprendendo a tocar violino."[15]

Como sempre em Coleridge devemos deixar uma margem para a hipérbole. De qualquer maneira ele negligenciou de sua saúde e caiu doente (1793) com febre reumática. Encontrou alívio para a dor tomando ópio. Era nesta época um anódino comum, porém Coleridge adquiriu o hábito de usá-lo. Seu progresso escolástico atrasou-se e ele passou a ter mais interesse pelos assuntos correntes. No entanto ultrapassou a mesada que lhe era mandada por sua família, endividou-se, foi acossado pelos seus credores e, num esforço desesperado para escapar-lhes, abandonou subitamente Cambridge e (dezembro de 1793) alistou-se no exército que estava sendo formado para combater a França. Seu irmão George comprou a baixa de Samuel por 40 guinéus, e persuadiu-o a voltar para Cambridge. Ele conseguiu completar o curso em 1794, porém sem graduar-se. Isso em nada o perturbou, pois nesse intervalo havia descoberto a utopia.

Havia-se preparado para isso perdendo sua fé religiosa; o céu e a utopia são baldes presos à mesma corda no poço da esperança. A Revolução Francesa o havia agitado, como agitara todos os jovens literatos e moços sem dinheiro na Inglaterra. Então, na primavera de 1794, chegou-lhe a notícia de seu amigo Robert Allen, de Oxford, que vários estudantes dali estavam ansiosos para reformar as instituições britânicas e seu destino. Um estudante, relatava Allen, era especialmente brilhante e havia escrito versos celebrando a revolta social; poderia Coleridge vir a Oxford e encontrar-se com esses jovens? Em junho de 1794, Coleridge foi.

IV. SOUTHEY: 1774-1803

Da tríade dos poetas do Distrito dos Lagos, Robert Southey era o pior dos poetas e o melhor dos homens. Nasceu em Bristol, filho de um fabricante de roupas, mas sua rica tia, Elizabeth Tyler, muitas vezes tomou-o emprestado daquele ambiente mercantil para ser polido na gentil sociedade de Bath. Aos 14 anos foi mandado para a prestigiosa Westminster School em Londres, onde, sem dúvida às escondidas, leu Voltaire, Rousseau, Gibbon, e o *Werther* de Goethe, e escreveu alguma poesia épica e prosa rebelde. Seu ataque sobre a punição corporal na revista da escola chamada *O Flagelante*, enfureceu o diretor, que se sentiu desarmado. Robert foi expulso exatamente quando se aproximava sua graduação, mas de certa forma foi admitido no colégio Balliol, Oxford, em dezembro de 1792. Ali continuou suas operações secretas — escrevendo um épico, *Joana D'Arc*, no qual elogiava a Revolução Francesa. Engajava-se num drama em versos acerca de Wat Tyler, o revolucionário inglês de 1831, na ocasião em que Coleridge chegou.

O homem mais velho encontrou o mais jovem com o ânimo abatido, pois Robespierre havia mandado os mais fortes líderes da Revolução — Danton, e Desmoulins — para a guilhotina; será que os Direitos do Homem estavam terminando num homicídio competitivo? Coleridge confortou-o: a Europa, explicou ele, estava decadente, desgastada pela história; porém quase todas as semanas partia da cidade natal de Southey, Bristol, um navio para a espaçosa, fértil e republicana América. Por que não poderiam Coleridge e Southey organizar um grupo de fortes moços e moças inglesas, casarem-se sadiamente, e emigrar com eles para a Pennsylvania para ali estabelecer uma colônia comunal nas amáveis praias do impoluto rio Susquehanna? Tudo que era preciso era que cada homem contribuísse com 125 libras esterlinas para um fundo comum. Cada casal teria o mesmo direito de voto no governo da colônia, e assim Coleridge apelidou-a uma "pantisocracia".

Para levantarem sua própria participação no custo do empreendimento, os dois "pais fundadores" juntaram-se para escrever um drama em verso, *A Queda de Robespierre*; foi publicado, porém não teve venda. Southey vendeu *Joana d'Arc* para Cottle, em Bristol, por 50 guinéus. Os formados sem grau faziam conferências em Bristol e ganharam o suficiente para levar Southey ao ponto de propor casamento; Edith Fricker aceitou-o e eles se casaram (14 de novembro de 1795). A irmã de Edith, Mary, já tinha aceito Robert Lovell e a "pantisocracia". Agora, dizia Southey, tornava-se extremamente desejável que Coleridge amasse e casasse com a terceira irmã, Sara.

Quando Elizabeth Tyler deserdou-o, como perdido para a nobreza por seu baixo casamento e idéias subversivas, Southey aceitou um convite para visitar Lisboa como companheiro de um tio que era capelão na embaixada britânica ali. A viagem alargou as fronteiras do jovem "sábio"; viajou pela Espanha bem como por Portugal; quando voltou à Inglaterra (maio de 1796) descobriu que amava sua pátria e a pantisocracia esvaneceu-se com sua juventude. Estudou leis, encontrou trabalho como jornalista e tempo para escrever mais épicos, que foram esquecidos, e algumas famosas baladas, como "A Batalha de Blenheim,". Em 1803, de posse de uma amável anuidade de 160 libras esterlinas, estabeleceu-se em Greta Hall, Keswick, dificilmente suspeitando que ali ficaria até o fim de sua vida.

V. COLERIDGE: 1794-97

Era um cruzamento entre nervos vivos e uma vontade hesitante. Amava Mary Evans de Londres, mas encolhia-se com a idéia de mantê-la no estilo que ela desejava; ela gostava de seu espírito rico e ebuliente, mas não tinha fé em sua capacidade de ganhar a vida. Afastou-se, e ele se conformou com Sara Fricker, que, simples e sem dinheiro, podia cuidar da casa e criar crianças, mas não inspirar odes.

Para financiar seu casamento em perspectiva e seu sonho constante, ele fez mais conferências em Bristol cobrando um xelim pela admissão (janeiro a junho de 1795). Essas *Conciones ad Populum* eram audaciosamente radicais: denunciavam a Igreja Estabelecida como a serva dos reis e não conhecendo outro senhor senão o senhor da herdade. Condenavam a guerra com a França como uma tentativa de suprimir a Revolução e fazer recuar o curso da história. Desculpavam o Terror como uma resposta à "guerra de Pitt", e denunciava os "Gag Bills" como esforços governamentais para silenciar a vontade do público. As conferências atraíam pequenas embora entusiásticas audiências, porém com o que assim conseguiu juntar Coleridge levou Sara Fricker ao altar (4 de outubro de 1795).

Nesse mesmo outono ele pela primeira vez encontrou Wordsworth. William era apenas dois anos mais velho que Samuel, mas tinha tido experiência na Revolução; tinha visto a utopia em pessoa. Participava com o mais moço do receio de uma restauração Bourbon, mas não podia interessar-se na Pennsylvania; o campo de batalha das idéias era na Europa; e quanto ao esplendor de Susquehanna, por que não ficar satisfeito com a glória dos lagos ingleses? Coleridge ficou apenas meio convencido, mas anotou em sua agenda que devia observar o crescimento desse William e talvez aprender dele como enfrentar as corredeiras da vida.

Encheu muitas folhas com anotações dos livros e das almas com que ele entrou em contato. Lia amplamente, avidamente, e numa dúzia de campos, acerca dos homens, dos animais, das plantas, das ciências, das religiões, das filosofias, das nações, das literaturas, das artes. Era uma das mais esfomeadas, mais absorventes e mais retentivas mentes das quais nós temos notícia. Sua memória tornou-se um depósito do qual ele retirava, até o fim de sua vida, imagens, idéias, frases, argumentos, e mesmo parágrafos inteiros. Demasiadas vezes deixava de mencionar ou amavelmente esquecia a fonte de sua informação e descuidadamente misturava suas próprias idéias com artigos alheios tomados emprestados. No fim, o peso de suas memórias e sua variedade, impossível de controlar, eram grandes demais para uma mente casada com a liberdade e divorciada da ordem. O depósito quase veio abaixo sob o que continha.

Talvez para aliviar sua memória, ou para alimentar sua esposa, ele teve a idéia de imprimir e vender uma revista quase inteiramente escrita por ele próprio. Procurou seus conhecidos e recrutou os que ouviam suas conferências como assinantes potenciais e espalhou um "Prospectus: que todos conheçam a VERDADE e que a VERDADE nos faça LIVRES. Na sexta-feira, quinto dia do mês de fevereiro de 1796, será publicado o número 1 (preço quatro *pence*) de uma miscelânea, que será publicada a cada oito dias, sob o nome de *A Sentinela* por S.T. Coleridge, autor das Conferências para o Povo."[16] Aqui em letras de imprensa, como em suas conferências, ele falava como um radical que queimava todas as pontes contra a guerra, a escravatura, o amordaçamento da imprensa,

e especialmente contra o imposto de consumo, que caía cruelmente sobre o homem comum.[17] Mas não recomendava o sufrágio adulto universal, de homens ou mulheres. "Nós devemos ser ousados na declaração da verdade política somente entre aqueles cujas mentes são suscetíveis de raciocinar, e nunca para a multidão que, ignorante e necessitada, irá necessariamente agir de acordo com o impulso de suas paixões inflamadas."[18] — Coleridge verificou que era insuportável encher 32 páginas cada oito dias com sua própria pena; crescentemente elas dependiam de pedaços alheios nem sempre reconhecidos. Alguns leitores cuidadosos protestaram. A circulação caiu, as dívidas subiram. Após dez números, *A Sentinela* morreu.

Em 1º de setembro de 1796, nasceu o primeiro filho de Coleridge. Ele chamou-o David Hartley, em homenagem ao protagonista inglês da psicologia associacionista. Aqui estava um encantador rostinho, mas outra boca a alimentar. Entrementes ele próprio estava sentindo aflições no coração e nos pulmões e estava dependendo mais e mais do ópio para aliviar a dor. Estava chegando ao fim de seus recursos quando um amigo liberal, Thomas Poole, ofereceu-lhe, pela renda nominal de sete libras por ano, uma pequena casa próxima à sua própria, em Nether Stowey, na vizinhança de Bridgewater. Em 31 de dezembro de 1796, Coleridge, Sara e David mudaram-se para lá. Sara tornou o lugar confortável e limpo. "S.T.C." trabalhava no jardim que ficava ao lado, ajudava a cuidar das galinhas e dos porcos de Poole, e escrevia memorável porém não-negociável poesia.

Foi por volta dessa época, de acordo com uma memória sempre rica e adornada, que "Kubla Khan" foi concebido, e escrito em sua maior parte, como num sonho milagroso:

> No verão de 1797 o Autor, então mal de saúde, havia se retirado para uma fazenda isolada entre Porlock e Linton... Em conseqüência de uma pequena indisposição foi-lhe prescrito um anódino por efeito do qual ele adormeceu em sua cadeira no momento em que estava lendo... em *A Peregrinação de Purchas*: "Neste lugar o Khan Kubla determinou que fosse construído um palácio e um majestoso jardim em volta dele. E assim dez milhas de fértil campo foram cercadas por uma muralha." O Autor continuou durante cerca de três horas num sono profundo, pelo menos dos sentidos externos, durante cujo tempo ele tem a vívida confiança que não pode ter composto menos do que 200 a 300 linhas,... sem nenhuma sensação ou consciência de esforço. Ao acordar pareceu-lhe ter uma distinta lembrança do conjunto, e tomando de sua pena, tinta e papel, instantânea e avidamente escreveu as linhas que aqui são preservadas.

Este famoso prefácio tem sido interpretado como uma fábula com a qual Coleridge enganou a si e aos outros para aceitarem a imaculada concepção e a curta duração de "Kubla Klan". No entanto, não é desconhecido o fato que um escritor, depois de engendrar frases durante o dia, continua a fazê-lo em um sonho; mas quase sempre estas jóias mergulham na inconsciência quando a pessoa que dorme acorda. Talvez neste caso o ópio induziu não apenas ao sonho mas à ilusão de que a composição era parte do sonho. De qualquer forma Coleridge, com sua característica habilidade para rimas e frases, transformou a prosa de Purchas numa das mais tentadoras obras incompletas da literatura inglesa.

Talvez um acontecimento muito mais importante do que o "Kubla" para Coleridge no ano de 1797, tenha sido um convite para visitar os Wordsworth em Racedown. Ele

desculpou-se junto a Sara e David e partiu para vencer a pé quase todas as milhas que separavam as propriedades. Avistou seu objetivo no dia 6 de junho e correu excitadamente cruzando um campo até a porta de seu irmão poeta. Quando William e Dorothy abriram-na, e com ela seus corações para ele, uma nova época começou para essas três vidas e uma das mais frutificantes colaborações na história da literatura.

VI. UMA TRÍADE: 1797-98

Coleridge estava então no auge de seu encanto. Todo o seu corpo, a despeito de suas dores e venenos secretos, correspondia aos vívidos interesses de sua mente. Seu belo rosto — boca sensual, nariz belamente formado, olhos cinzentos que brilhavam com vivacidade e curiosidade, seu cabelo negro descuidadamente enrolando-se por sobre seu pescoço e suas orelhas — tornava-o muito atraente, especialmente para Dorothy. Não levou muito tempo para que ela por ele se apaixonasse em seu modo acanhado, sempre mantendo William indisputável em seu pedestal. Coleridge foi colhido de surpresa por seu tipo miúdo, no entanto atraído para ela por sua tranqüila simpatia; ali estava uma espécie de amiga que iria aceitá-lo com todas as suas faltas, e iria desculpar sua desorientação para ver seus sentimentos ardentes, suas fantasias estranhamente recônditas, sua fé abalada e espantada, o amendrontado mal-estar de um poeta perdido entre fábricas e guerras. A princípio, no entanto, ele quase não via essa tímida fada, sendo envolvido inteiramente por seu irmão.

Aqui, compreendia ele, neste homem com uma calma e grave fisionomia, alta testa, olhos meditativos, estava um poeta real e vivo, sensível a todas as vibrações das coisas e das almas, desprezando o rodamoinho econômico, quietamente fazendo a tarefa de sua vida o encontrar palavras adequadas e evocativas para suas visões interiores e seus sonhos. Coleridge, que *naquela ocasião* — com *O Velho Marinheiro* já crescendo dentro dele — era o maior poeta dos dois, sentiu a dedicação nesse homem, invejou-lhe sua liberdade de dar-se totalmente à poesia e deve ter cismado se uma irmã não era melhor do que uma esposa. "Eu me sinto *um homenzinho ao lado dele*", escrevia, pouco após sua chegada; "e no entanto não penso ser um homem menor do que eu antigamente pensava de mim mesmo. William é um homem muito grande, o único homem ao qual em todas as ocasiões e em todas as qualidades eu me sinto inferior."[19]

Assim começaram três semanas de mútua estimulação. Cada um deles lia seu poema para o outro. Wordsworth lia mais, Coleridge falava mais. "Sua conversação", escreveu Dorothy, "ressumbra alma, mente e espírito. Além disso, ele é tão benevolente, de tão bom temperamento e tão alegre. Seus olhos... traduzem cada emoção de sua animada mente."[20]

Usualmente uma tal história de amor triangular esfria após três semanas, mas então Coleridge, não querendo deixá-la terminar, pediu a William e Dorothy para acompanhá-lo a Nether Stowey de forma a retribuir algo de sua hospitalidade. Eles assim o fizeram, esperando voltar a Racedown em breve; mas o amigo Poole, sabendo que seu contrato em breve expirava e que não poderia ser renovado, encontrou para eles uma elegante casa de campo mobiliada, por 23 libras esterlinas por ano, em Alfoxden, a sete quilômetros de Coleridge; ali William e Dorothy estabeleceram-se com conforto e encontraram inspiração durante os próximos 15 meses.

Nesse feliz período houve muitos caminhares entre um e o outro núcleo dessa elipse poética: às vezes os dois homens, às vezes Coleridge e Dorothy, às vezes os três. Havia uma tripla comunicação de sentimentos, observações e idéias: Wordsworth encorajava Coleridge a deixar que a imaginação fosse sua guia; Coleridge aumentava a intimidade de Wordsworth com os filósofos, e desafiava-o a escrever um épico. Anos mais tarde, em *O Prelúdio*, Wordsworth lembrava-se de seu errante amigo, dos "flutuantes espíritos / Que eram nossa ocupação diária quando pela primeira vez / Nós esbanjávamos nosso tempo em selvagem Poesia".[21] Dorothy unia-os e era seu catalisador; ela animava-os com seus elogios e atenta escuta, desafiava-os com a agudeza profundidade de sua percepção, e unia-os como sua noiva espiritual. Eles eram, dizia Coleridge, três pessoas em uma alma.[22]

Tanto Wordsworth como Coleridge devem ter visto o diário que Dorothy começou em Alfoxden a partir de 20 de janeiro de 1798. Devem ter ficado espantados com uma linha em sua segunda página: "O zumbido dos insetos, aquele barulho que não é barulho e que vive no ar do verão." Mas Sara Coleridge ficaria ainda mais chocada com as referências de 3 a 12 de fevereiro:

> 3 de fevereiro: Passeei com Coleridge pelas montanhas...
> 4 de fevereiro: Percorri quase a metade do caminho até Stowey com Coleridge...
> 5 de fevereiro: Fui a Stowey com Coleridge...
> 11 de fevereiro: Passeei com Coleridge nas proximidades de Stowey...
> 12 de fevereiro: Passeei sozinha até Stowey. Voltei à noite com Coleridge.[23]

Sara não se sentia feliz com esse romance ambulante. Ele parecia sexualmente inocente, mas onde iria acabar?

VII. *BALADAS LÍRICAS*: 1798

Outro estimulante apareceu para Coleridge em janeiro de 1798: Josiah e Thomas Wedgwood — filhos e herdeiros de Josiah Wedgwood (1730-95) cuja cerâmica tinha se tornado famosa por toda a Europa — ofereceram ao quase mendigo poeta uma anuidade de 150 libras esterlinas (3.750 dólares) sob a condição que ele se devotasse inteiramente à poesia e à filosofia. Coleridge agradeceu o donativo numa carta de 17 de fevereiro e começou, num êxtase de criação, a completar *As Rimas do Velho Marinheiro*.

Armado com esta prova de sua potencialidade, propôs a Wordsworth que deveriam juntar seus novos poemas em volumes colaborativos, que iriam ganhar-lhe suficiente dinheiro para financiar uma viagem à Alemanha. Tinha esperança de que, em um ano na Alemanha, aprenderia o suficiente da língua e da cultura para permitir-lhe ler no original, e compreender, aquelas obras-primas que, de Kant a Goethe, tinham dado à Alemanha uma liderança inquestionável na filosofia européia, e haviam-na levado pelo menos a rivalizar com a Inglaterra e a França na literatura. Wordsworth não tinha entusiasmo acerca da Alemanha, mas a França e o norte da Itália estavam controlados pela Revolução; ele concordou com o plano de Coleridge.

Em abril de 1798, eles convidaram o editor Cottle a vir de Bristol para ouvir seus últimos versos. Ele veio, ouviu, e adiantou 30 libras pelos direitos de publicação. Dese-

java publicar também os nomes dos autores, mas Coleridge recusou. "O nome de Wordsworth", disse ele a Cottle, "nada representa e o meu cheira mal."[24]

Dezoito anos depois, Coleridge explicava a teoria que justificava a colaboração:

> Concordamos que minhas tentativas deveriam ser dirigidas a pessoas e personagens sobrenaturais, ou pelo menos românticos;... Mr. Wordsworth, por outro lado, proporia a ele mesmo como seu objetivo dar o encanto da novidade às coisas cotidianas, e excitar um sentimento análogo ao sobrenatural, despertando a atenção da mente para a letargia do costume, e dirigindo-a ao encanto e às maravilhas do mundo que nos confronta... Com isso em vista, eu escrevi "O Velho Marinheiro" e estava preparando, entre outras peças, "The Dark Lady" e "Christabel", nas quais eu teria mais proximamente realizado meu ideal.[25]

Provavelmente a teoria tomou forma após os poemas haverem sido escritos; da mesma forma quanto à explicação de Wordsworth que serviu de prefácio à primeira edição:

> A maioria dos poemas que se seguem devem ser considerados como experimentos. Eles foram escritos principalmente com a intenção de verificar até onde a língua usada nas classes média e inferior da sociedade adapta-se ao propósito do prazer poético. Leitores acostumados à ostentação e à fútil fraseologia de muitos escritores modernos, se persistirem na leitura desse livro até sua conclusão, irão talvez freqüentemente ter que lutar com sentimentos de estranheza e embaraço; eles olharão em volta procurando a poesia, e serão levados a perguntar por que espécie de cortesia permitiu-se a essas tentativas assumirem aquele título. É desejável que tais leitores... não permitam que a palavra solitária *poesia*, uma palavra de significação muito disputada, permaneça no caminho de sua satisfação...
>
> Leitores de julgamento superior poderão desaprovar o estilo no qual muitas dessas peças foram executadas... Parecer-lhes-á que, desejando evitar os defeitos prevalescentes hoje em dia, o escritor às vezes desceu baixo demais, e que muitas das expressões são por demais familiares e não têm suficiente dignidade. Acredita-se que, quanto mais o leitor for familiarizado com nossos escritores mais antigos,... menos queixas dessa espécie ele terá a fazer.[26]

Assuntos prosaicos interferiam com sua poesia: o proprietário da casa de Alfoxden notificou os Wordsworth que seu arrendamento não podia ser renovado além de 30 de junho de 1798. Em 25 de junho William e Dorothy foram a Bristol para negociar com Cottle. Em 10 de julho eles tomaram a balsa para atravessar o rio Severn, e caminharam 16 quilômetros adentro do País de Gales até Tintern Abbey. Próximo a esta "belíssima ruína", e ao voltar para Bristol, Wordsworth compôs o primeiro bosquejo do poema que foi ajuntado como a peça de conclusão das *Baladas Líricas*.

O pequeno livro foi publicado no dia 4 de outubro de 1798, 19 dias após os anônimos autores terem embarcado para a Alemanha. O título cabia-lhe bem: as principais contribuições de Coleridge eram descendentes em linha reta das velhas baladas inglesas — contos em versos musicais — e a maior parte das contribuições de Wordsworth eram poemas simples, sobre a vida simples, na linguagem quase monossilábica dos camponeses ingleses. O livro abria com *As Rimas do Velho Marinheiro*; este poema ocupava 15 das 117 páginas; era o maior de todos e talvez o melhor, embora a Inglaterra levasse muito tempo a compreender isso, e Wordsworth nunca o compreendesse.

As *Rimas* tinham na realidade muitos defeitos, mas não se deve exagerar entre eles

o absurdo da história; Coleridge havia entrado no reino do mistério e da imaginação, no qual qualquer coisa pode acontecer e importantes acontecimentos podem decorrer de incidentes triviais. Tinha que depender da imaginação, pois nunca tinha estado no mar,[27] e tinha que tomar emprestado de livros de viagens os termos e os hábitos marítimos. Apesar de tudo, apanhou a aura mística das velhas legendas, o ritmo de marcha das velhas baladas; e o velho marinheiro leva-nos com ele quase até o fim. É, sabidamente, um dos maiores poemas líricos da literatura inglesa.

As contribuições de Wordsworth eram na maior parte exemplos da sabedoria que ele encontrava nas almas simples. Alguns desses poemas, como "O Menino Idiota" e "Simon Lee" foram hilariantemente satirizados pelos críticos; mas quem de nós não simpatizaria com o paciente amor de uma mãe por sua inofensiva criatura fraca da cabeça? (Uma linha daquele simples poema fala "a verde grama, vós quase podeis ouvi-la crescer";[28] teria isto sido roubado de Dorothy?) Então, após demorar-se com seus tipos campestres, Wordsworth conclui o livro com a meditativa poesia "Linhas Compostas Algumas Milhas Adiante de Tintern Abbey". Aqui ele dá suprema expressão a seu sentimento de que a natureza e Deus (*Deus sive Natura*, de Spinoza) são uma única coisa, falando não apenas através dos milagres do crescimento, mas também através daquelas terríveis e (para a curta visão dos homens) aparentemente destrutivas forças que Turner estava na ocasião cultuando na pintura. Aqui ele expressa suas perambulações pelos bosques e pelos campos, seus passeios de barco nos plácidos lagos, sua escalada de maciços rochedos, até milhares de gritos ou sussurros de milhares de formas de vida, mesmo de um mundo supostamente inanimado —

> A eles posso ter devido... aquele abençoado ânimo,
> Pelo qual a carga do mistério,
> Pelo qual o pesado e cansativo fardo
> Deste mundo incompreensível,
> É aliviado...
> Quando com os olhos aquietados pelo poder
> Da harmonia e o profundo poder da alegria,
> Olhamos para dentro da vida das coisas.[29]

E então ele atinge sua mais bela profissão de fé:

> Eu aprendi
> A observar a Natureza, não como quando era
> Irrefletido jovem, mas amiúde ouvindo
> A quieta e triste música da humanidade,
> Nem áspera nem dissonante, embora poderosa bastante
> Para castigar e dominar. E eu senti
> Uma presença, que alegremente me perturba,
> De elevados pensamentos: uma sublime sensação
> De algo muito mais profundamente entranhado
> Cuja moradia é a luz de sóis poentes,
> E o oceano sem fim, e o ar cheio de vida,
> E o céu azul, e a mente do homem;
> Uma força e um espírito que impelem
> Todos os seres pensantes, todos os objetos de todos os pensamentos,
> E faz parte de todas as coisas. Portanto eu ainda sou

Um amante dos prados e dos bosques,
E das montanhas; e... reconheço,
Na natureza e na linguagem dos sentidos,
O guia, o guardião de meu coração, e alma
De todo meu ser moral.[30]

Dorothy também havia atingido esse balsâmico e unificante credo e julgava que ele não era inconsistente com sua fé cristã. Ao término de seu hino, Wordsworth ajuntou um louvor a ela como sua alma irmã, e roga-lhe que permaneça até o fim

Alegremente cremos que tudo o que nós vemos
Está cheio de bênçãos. Deixa portanto que a lua
Em teu solitário passeio sobre ti derrame sua luz;
E que os ventos da brumosa montanha possam livres
Afagar-te o rosto;... e que, passados os anos,
Quando amadurecerem estes selvagens êxtases
Em um sóbrio prazer, quando tua mente
For uma mansão para todas as belas formas,
Que tua memória seja como um lugar de repouso
Para todos esses doces sons e harmonias...[31]

As *Baladas Líricas* não foram recebidas favoravelmente. "Ninguém gostou delas", relata Mrs. Coleridge — uma esposa perdoavelmente invejosa da musa de seu marido. Os críticos estavam tão ocupados expondo os defeitos em *O Marinheiro* e sentimentos vagos nas baladas de Wordsworth, que nenhum deles parece haver reconhecido *O Marinheiro* como uma futura obrigação em todas as antologias, embora alguns notassem o devoto panteísmo de "Tintern Abbey". O livrinho vendeu 500 cópias em dois anos, e Coleridge atribui algumas dessas vendas a um marinheiro que pensava, por causa da palavra *Rimas*, que o volume fosse um livro de canções navais. Wordsworth atribuía a demora das vendas à inclusão do *Velho Marinheiro*.

Em 1799, enquanto Coleridge estava na Alemanha, Wordsworth preparou uma segunda edição das *Baladas*. Em 24 de junho ele escreveu a Cottle: "Do que eu compreendo, parece que *The Ancyent Marinere* tem sido em geral um prejuízo para todo o volume. (Isto pode ter sido verdade.)... Se o volume tiver uma segunda edição eu poria em seu lugar algumas pequenas coisas que mais provavelmente atenderão ao gosto comum."[32] *O Marinheiro* reapareceu na segunda edição com uma nota (desarmante?) de Wordsworth admitindo seus defeitos, mas apontando para suas qualidades.

Essa edição (janeiro de 1801) continha um novo poema de Wordsworth, "Michael" — uma história contada com vagar, em versos brancos, de um pastor de 84 anos de idade, leal a seu trabalho, firme em sua moral, amado em sua vila, e de seu filho, que se mudou para a cidade e se tornou dissoluto e degenerado. Um novo prefácio por Wordsworth anunciava em detalhes e em sentenças hoje famosas sua teoria da poesia: qualquer objeto ou idéia pode gerar uma poesia se ela estiver baseada em sentimentos e tiver alguma significação; e qualquer linguagem ou estilo pode ser poético se transmitir tal sentimento e significação. "A poesia é o transbordamento espontâneo de sentimentos poderosos; ela origina-se da emoção recolhida em tranqüilidade";[33] o próprio artista deve ter controlado sua emoção antes de poder dar-lhe forma. Mas tais emoções não se limitam aos literatos ou à elite; podem aparecer no camponês analfabeto bem como

no homem culto ou no lorde; e talvez com maior pureza e claridade na alma mais simples. Nem precisa sua expressão de um vocabulário especial poético ou de um estilo; o melhor estilo é o mais simples, as melhores palavras são aquelas menos coloridas com pretensão ou pompa. Idealmente o poeta deveria falar na linguagem do homem comum; mas mesmo palavras eruditas podem ser poéticas se elas transmitem o sentimento e a força moral.

Pois no fim é a importância moral que conta em todas as artes. De que serve nossa própria habilidade com o som ou com a forma se não for para procurar uma aceitação mais rápida de um pensamento esclarecedor, consolador ou enobrecedor? "Um grande poeta tem a obrigação, até certo ponto, de melhorar os sentimentos dos homens,... de torná-los mais sãos, mais puros, mais permanentes, em resumo, mais de acordo com a natureza — isto é, com a natureza eterna e o grande espírito das coisas. Ele tem a obrigação de seguir *à frente* dos homens, ocasionalmente, bem como a seu lado."[34] O poeta ideal, ou o pintor, ou o escultor, é o filósofo que veste de sabedoria a arte, revelando a significação através da forma.

Este prefácio teve um papel na história, pois ajudou a terminar com a linguagem fantasiosa, os preconceitos de classe, as referências clássicas, os adornos mitológicos que tinham muitas vezes permeado a poesia e a oratória da idade augusta inglesa. Ele foi uma declaração dos direitos do sentimento e — no estilo menos romântico possível — deu novas boas-vindas ao romance. Wordsworth, ele próprio, tinha uma forma e um modelo clássico, era dado a pensamentos e regras; ele provia a tranqüilidade das reminiscências enquanto Coleridge trazia a emoção e a imaginação. Foi uma excelente colaboração.

VIII. OS LETRADOS VIAJANTES: 1798-99

Não esperando para ver seu livro publicado, e ajudados por um presente adicional a Coleridge de Josiah Wedgwood e um adiantamento a Wordsworth por seu irmão Richard, os dois poetas e Dorothy embarcaram em 15 de setembro de 1798, de Yarmouth com destino a Hamburgo. Ali, depois de uma visita sem inspiração ao velho poeta Klopstock, eles se separaram: Coleridge foi estudar na Universidade de Göttingen e Wordsworth e Dorothy tomaram uma diligência para a "cidade livre imperial" de Goslar, nas encostas norte das montanhas Harz. Ali, contrariamente a seus planos mas imobilizados pelo frio, os Wordsworth permaneceram quatro meses. Passeavam pelas ruas, colocavam lenhas na lareira, escreviam ou copiavam poesia. Aquecendo-se com memórias, Wordsworth compôs o primeiro livro de *O Prelúdio*, seu épico autobiográfico. Então subitamente compreendendo quanto eles amavam a Inglaterra, partiram a pé, no frio 23 de fevereiro de 1799, para dizer adeus a Coleridge em Göttingen, e então apressaram-se a atravessar o tempestuoso Mar do Norte até Yarmouth e daí até Sockburn sobre o Tees, onde Mary Hutchinson esperava tranqüilamente por William para com ela casar-se.

Neste ínterim Coleridge fez o possível, em Göttingen, para tornar-se um alemão. Aprendeu a língua e enrolou-se na filosofia alemã. E não podendo encontrar uma explicação mental na filosofia do materialismo, ele abandonou a associação mecanística

de Hartley e adotou o idealismo de Kant e a teologia de Schelling, que apresentavam a natureza e a mente como dois aspectos de Deus. Assistiu ou leu as conferências de August Wilhelm von Schlegel sobre Shakespeare, e tirou delas muitas das idéias para suas próprias conferências mais tarde sobre o drama elizabetano. Bêbado com idéias e abstrações perdeu seu antigo encanto pelos sentimentos e imagens e abandonou a poesia pela filosofia. "O poeta em mim morreu", dizia ele, "esqueci como construir uma rima."[35] Tornou-se o portador da filosofia alemã para a Inglaterra.

Em julho de 1799 deixou a Alemanha e retornou a Nether Stowey. Mas um ano de ausência de sua esposa havia embotado o casamento. Sara Coleridge não era mais um romance, e tanto o marido quanto a esposa estavam sombrios pela morte recente de seu segundo filho, Berkeley. Em outubro, irrequieto, ele foi para o norte a fim de encontrar Wordsworth em Sockburn. Nessa visita manteve por demasiado tempo em suas mãos as de Sara Hutchinson, irmã de Mary; alguma corrente mística passou da mulher para o homem, e Coleridge mergulhou em seu terceiro infeliz amor. Esta Sara, consciente de suas obrigações para com a outra de mesmo nome, deu a ele afeição, mas nada mais. Após dois anos de fazer-lhe inutilmente a corte, ele resignou-se à derrota e escreveu uma tocante ode, "Desalento", que foi como que o último clarão de sua poesia.

Acompanhou Wordsworth num passeio a pé pelo Distrito dos Lagos, ambos procurando uma casa. Em Keswick ele pensou que havia encontrado uma, mas uma oferta de emprego no *Morning Post* desviou-o para Londres. Entrementes Wordsworth havia alugado uma casa de campo, 20 quilômetros mais ao sul, em Grasmere. Voltou a Sockburn e obteve o consentimento de Dorothy para a mudança; e em 17 de dezembro de 1799, irmão e irmã começaram seu longo percurso, a maior parte dele a pé, de Sockburn para Grasmere, por muitos quilômetros de estradas endurecidas e cheias de obstáculos devido ao inverno. Em 21 de dezembro fizeram seu lar naquilo que Wordsworth chamou "O Fim do Mundo", e que mais tarde chamaria Dove Cottage (Morada das Pombas). Ali viveram os mais duros e mais felizes anos de suas vidas.

IX. IDÍLIO EM GRASMERE: 1800-03

De 14 de maio de 1800 a 16 de janeiro de 1803, Dorothy manteve seu "Diário de Grasmere". Por meio dessas 150 páginas nós podemos ver a vida diária de irmão e irmã, e mais tarde, brevemente, de irmão, irmã e esposa. O clima de Grasmere não era favorável à saúde: chuva ou neve caía quase todos os dias, e o frio do inverno — até mesmo com neve — podia reaparecer em junho ou julho.[36] Dias ensolarados eram êxtases, e a ocasional saída da lua era uma revelação transfigurante. A casa era aquecida com carvão na estufa e no fogão, mas algumas vezes, notava Dorothy, "eu não podia dormir tremendo de frio". Eles suportavam o tempo estoicamente, gratos pela primavera e pela usual gentileza da chuva; "choveu muito suave e docemente" ocorre repetidamente no jornal. "Às vezes Grasmere parecia tão bela, que meu coração quase se derretia."[37]

Eles faziam muitos passeios juntos ou separados, às vezes dois quilômetros até Ambleside para buscar o correio, às vezes uma jornada de meio dia até Keswick após Coleridge haver se estabelecido ali. Wordsworth parecia contente com sua irmã-noiva, chamando-a

Querida companheira de meu solitário caminho,
Minha esperança, minha alegria, minha irmã, minha amiga,
Ou algo ainda mais caro, se a razão conhece
Um mais caro pensamento, ou se no coração
Existe mais caro um nome.

E até 1802 (no ano em que se casou) ele se referia a ela como ''meu amor''.[38] Ela contentava-se em chamá-lo ''doce irmão''.[39]

Ela agora tinha uma renda de 40 libras, ele de 70; isto (ajuntado a alguma coisa que pingava de suas publicações) chegava a cerca de 140 libras (3.500 dólares), que era sua renda anual. Eles tinham um ou dois criados, pois a pobreza era tão geral que muitas mulheres sem marido estavam dispostas a trabalhar pelo quarto e a comida. O poeta e a irmã vestiam-se simplesmente: Dorothy em roupas usualmente feitas por ela mesma, até os sapatos;[40] William vestia-se como um camponês, ou em roupas usadas que lhe eram mandadas por seus amigos.[41] Mas eles tinham uma horta e às vezes apanhavam peixes no lago. Além disso, conforme registra o diário, ''eu fiz tortas'',[42] ''pão e tortas'',[43] ''tortas e bolos''.[44] William era mimado.

Mas ele também trabalhava. Durante parte de cada dia normal ele compunha, usualmente em seus passeios solitários, dos quais ele retornava para ditar algumas linhas a Dorothy. Também cortava madeira; cavava a terra e plantava na horta; e ''William abriu um caminho para o necessário'',[45] — isto é, através da neve para uma privada externa. Acrescente-se a isso que Dorothy fazia cerveja,[46] e ''nós tomamos emprestado algumas garrafas para engarrafar o rum''.[47] A despeito dos vegetais, William sofria de hemorróidas,[48] e (após 1805) de fraqueza da vista e insônia; muitas noites Dorothy tinha de ler para fazê-lo dormir.[49]

Estes dias bucólicos foram subitamente perturbados por problemas de dinheiro e pelo casamento. Em 24 de maio de 1802, Sir James Lowther, conde de Lonsdale, morreu, deixando sua propriedade e título para seu sobrinho, Sir William Lowther, que providenciou para o pagamento do dinheiro devido por Sir James aos herdeiros de John Wordsworth Senior. Aparentemente quatro mil libras foram divididas entre os filhos. Embora as partes de William e Dorothy não fossem pagas até 1803, William sentiu que suas razoáveis expectativas davam-lhe o direito de oferecer afinal sua mão a Mary Hutchinson.

Mas a memória de Annette Vallon incomodava sua consciência. Não devia ele esclarecer sua relação com ela antes de pedir a Mary que o aceitasse? Em 9 de julho de 1802, ele e Dorothy foram de carro e a pé até a atual casa de Mary em Gallow Hill. Em 26 de julho deixaram Gallow Hill de coche para Londres. Ali, entusiasmado pela majestade da cidade vista de manhã cedo de Westminster Bridge, Wordsworth compôs um de seus memoráveis sonetos — ''A terra nada tem a mostrar de mais bonito.''[50] Dali eles foram para Dover, tomaram o paquete para cruzar o canal, e em 31 de julho encontraram Annette e sua filha de nove anos de idade, Caroline, esperando por eles em Calais.

Não sabemos a que acordo eles chegaram; sabemos apenas que 14 anos mais tarde, quando Caroline se casou, Wordsworth, então próspero, deu-lhe uma anuidade de 30 libras (750 dólares?). Os quatro permaneceram em Calais durante quatro semanas, passeando à beira-mar em aparente acordo. Wordsworth teceu um outro excelente soneto

— "É uma bela tarde, calma e livre, / A hora sagrada é quieta como uma freira / — Imóvel em adoração" —, o qual terminava com uma bênção para Caroline. Em 29 de agosto Wordsworth e Dorothy partiram para Dover e Londres. Aparentemente não tinha pressa, pois não foi senão no dia 24 de setembro que o irmão e a irmã chegaram de volta a Gallow Hill.

Em 4 de outubro de 1802 William e Mary casaram-se. A noiva não recebeu presentes, pois seus parentes desaprovavam que ela se casasse com um "vagabundo".[51] Dorothy, que apenas recentemente havia escrito em seu diário acerca de William, chamando-o de "meu amado", não teve ânimo para assistir à cerimônia. "Seus sentimentos estavam tensos até um ponto quase incontrolável."[52] Subiu para seu quarto e permaneceu "quase insensível" até que Sara Hutchinson chamou-a para dizer-lhe que "eles estão vindo" de volta da igreja. "Isto", escreveu ela em seu jornal naquela tarde, "forçou-me a sair de meu leito onde eu estava e a mover-me não sei como,... mais rápido do que minha força podia carregar-me, até que eu encontrei meu amado William e caí em seus braços. Ele e John Hutchinson levaram-me para casa, e ali eu fiquei para receber minha querida Mary."

Naquele mesmo dia, numa carruagem, o poeta, sua esposa e sua irmã começaram a longa viagem para Grasmere. Dorothy gradualmente adaptou-se ao *ménage à trois*, e em breve aprendeu a amar Mary como uma irmã e uma confidente. Além disso, Mary trouxe para a casa sua própria renda de 20 libras por ano. Quando o pagamento de Lowther finalmente chegou, permitiu à família atingir um conforto burguês. William tornou-se um ardente patriota e alistou-se nos voluntários de Grasmere para defesa doméstica da Inglaterra contra Napoleão.

Ao idílio de Grasmere pertencem alguns dos versos mais belos de Wordsworth ("A Uma Borboleta"); o magnífico soneto a Milton; a ode "Resolução e Independência", censurando sua própria melancolia e (entre 1803 e 1806) a mais famosa de suas composições — "Indícios da Imortalidade a Partir de Lembranças da Mais Tenra Idade". Raramente uma fantasia filosófica foi tão belamente expressa.

Começa com uma sombria nota acerca do enfraquecimento de sua visão: "Volte-me eu para onde queira/de noite ou de dia/as coisas que eu via agora não posso mais ver." Ele faz disso o símbolo de nossas visões idealistas evanescendo-se com nossa juventude — "Onde estão elas agora, a glória e o sonho?" — e ele pergunta-se se não podem os frágeis milagres que nós somos ao nascer ter vindo de uma mansão no céu cuja lembrança abrilhanta nossa criancice e desaparece à medida que crescemos:

Nascer é apenas dormir e esquecer;
A alma que conosco surge, a estrela de nossa vida,
Em outra parte teve seu ocaso,
E de longe veio;
Não inteiramente esquecida,
E não completamente nua,
Mas conosco trazendo nuvens de glória viemos
De Deus, que é a nossa casa;
O céu nos rodeia em nossa infância!
Sombras da casa-prisão começam a adensar-se
Sobre o Rapaz que cresce,

Mas ele espreita a luz e donde ela vem,
E observa-a em sua alegria;...
Por fim o Homem percebe quando ela morre,
E mistura-se com a luz comum do dia.

Então o poeta saúda a criança como

Tu que és o melhor Filósofo, mas que ainda manténs
Tua herança...
Tu, sobre cuja cabeça a Imortalidade
Paira como o Dia...

Mas mesmo nós adultos temos alguma vaga consciência daquele horizonte perdido —

Vazias apreensões de uma criatura
Movendo-se em mundos que não compreende...
Nossas almas avistam aquele mar imortal
Que para cá nos trouxe,
E podem num momento para lá levar-nos,
E ver as crianças que chegam à praia,
E ouvir as poderosas vagas rolando sem parar.

Isto é antropologia ideológica: a criança, ainda um animal, regozija-se nos seus movimentos animais, em seus membros, em sua liberdade; ressente-se de toda a roupa, de qualquer proibição e restrição; intimamente almejando pela liberdade da vida animal e pelo movimento nos campos e nos bosques, nos mares ou no ar, e vagarosamente, ressentidamente, perdendo essa liberdade à medida que a criança se torna adulta, e que o jovem se submete à civilização. Mas Wordsworth não desejava nada disso; ele estava lembrando-se de Pitágoras e esperando encontrar nele alguma ponte para voltar ao credo de sua criancice. O homem que envelhece procura o seio de seus sentimentos como o de sua vida.

X. AMOR, TRABALHO E ÓPIO: 1800-10

Em abril de 1800, tendo completado seu compromisso com o *Morning Post*, Coleridge veio a Grasmere para uma estada de três semanas com os Wordsworth. Dorothy disse-lhe que havia achado um agradável refúgio para ele e sua família numa grande casa chamada Greta Hall, a cerca de cinco quilômetros de Keswick. Coleridge ali foi, viu o lugar no esplendor do verão, encontrou em um dos quartos uma biblioteca de 500 volumes, muitos deles de seu agrado, e entusiasticamente assinou o contrato. Em agosto de 1800 levou sua esposa Sara e seu filho Hartley de Nether Stowey para sua nova casa. Ali, em 14 de setembro, Sara deu à luz um outro menino, que eles chamaram Derwent em homenagem a um lago e um rio próximos. Em breve o inverno revelou-lhes seu erro: o frio e a chuva agravaram as tendências de Coleridge para a asma e a febre reumática, e a separação geográfica dos parentes dela aprofundou a melancolia de sua esposa, tantas vezes deixada sozinha pelas perambulações de corpo e mente de seu marido.

Freqüentemente ele a deixava para caminhar os cinco quilômetros até Keswick e mais

vinte até Grasmere para gozar do estímulo da conversação de Wordsworth e das afeiçoadas atenções de Dorothy; e apenas menos amiúde Wordsworth e Dorothy caminhavam para o norte para abrilhantar os dias de Coleridge. Em novembro de 1800 Sara, Hutchinson veio de Gallow Hill para uma permanência de vários meses com Mary, William e Dorothy em Dove Cottage; e então Coleridge voltou a cortejá-la. Com uma simplicidade cruel e não-intencional ele confessou a sua esposa o amor pela segunda Sara e pediu-lhe permissão para amá-las ambas. Dia a dia ela se retraía dele para seus cuidados de mãe, e ele para suas cismas e seus livros.

Ele tentou completar a história-balada "Christabel", que havia começado em 1797; mas não encontrava nele "o belo frenesi", e deixou a história inacabada. Scott e Byron elogiaram-na em sua forma manuscrita, e podem ter tirado dela algumas idéias temáticas, métricas e formais; finalmente (1816), a pedido de Byron, Murray imprimiu-a. É uma relíquia obcecante de um encanto desaparecido.

Depois de um ano em Greta Hall, Coleridge, sua saúde e seus recursos exauridos, sentiu que não poderia sobreviver a um outro inverno nos Lagos. Ficou contente ao receber um convite para juntar-se à redação do *Morning Post* como escritor de editoriais. No dia 6 de outubro de 1801 foi a Grasmere dizer adeus; no dia 9 Dorothy e Mary caminharam com ele até Greta Hall; no dia 10 partiu para Londres e Mary e Dorothy voltaram a pé para Grasmere. Dorothy escreveu em seu diário: "C. teve um belo dia para sua viagem. Tudo o que eu via e cada som que eu ouvia lembrava-me dele, queridíssimo amigo... Eu estava melancólica e não podia conversar, mas afinal aliviei meu coração chorando — choro nervoso, segundo diz William. Não é assim. Oh! quantas, quantas razões eu tenho para lembrar-me dele."[53]

Chegado a Londres Coleridge trabalhou muito, escrevendo "leaders" (artigos principais do jornal), nos quais seu crescente conservantismo acertava bem com a política do *Post*, o órgão principal dos semiliberais *whigs* — contra o ministério, porém a favor da propriedade. Ele condenava a escravatura e os "*boroughs* podres" (que regularmente enviavam os *tories* para o Parlamento), denunciava o governo por haver rejeitado a oferta de paz de Napoleão (1800), e quase arruinou Pitt com uma impiedosa análise do primeiro-ministro como estadista e como homem. No entanto defendia a propriedade privada como a base necessária de uma sociedade progressiva e organizada, e argumentava que o melhor governo é aquele que faz "o poder de cada homem proporcional à sua propriedade".[54] Escrevia vigorosamente e com eficiência; a circulação do *Post* subiu substancialmente durante sua permanência ali.[55] Mas aquele ano de febril trabalho contribuiu para a ruína de sua saúde. Quando retornou a Greta Hall (1802) encontrava-se física e moralmente exausto — seu corpo estava doente, como marido ele estava alienado, como amante rejeitado e sua força de vontade era escrava do ópio.

Coleridge começou a tomar essa droga já em 1791, quando tinha 19 anos.[56] Usava-a para aquietar-lhe os nervos, para reduzir a dor, para trazer-lhe sono, para retardar — ou esconder dele próprio — a deterioração de seu coração e de seus pulmões, talvez para resigná-lo à derrota. E quando o sono que lhe fugia por fim chegava, ele se transformava numa hospedaria de sonhos pavorosos aos quais ele se refere em "As Dores do Sono" (1803):

> a diabólica multidão
> de formas e pensamentos que me atormentavam;...

> Desejo com asco estranhamente misturados,
> em selvagens ou odiosos objetos fixados;
> Fantásticas paixões, enlouquecedora disputa!
> E a tudo cobrindo a vergonha e o medo.[57]

Seus livros de notas falam de um povo imaginário habitando a lua "exatamente como o povo deste mundo em tudo, exceto que na verdade eles comem com seus traseiros e defecam com suas bocas;... não se beijam muito".[58] Como a maioria de nós ele tinha sonhos de pavor, mas em seu caso tão vívidos que muitas vezes acordava toda a casa com seus gritos.[59]

Talvez que suas doenças e as drogas, embora algumas vezes confundindo seu pensamento e enfraquecendo sua vontade, abrissem-lhe áreas e panoramas de percepção e imaginação fechadas a mentes normais. De qualquer forma a abrangência de seu conhecimento não foi ultrapassada por ninguém em sua geração, deixando Wordsworth, a esse respeito, muito para trás. Ele humilhava-se perante Wordsworth, mas Wordsworth raramente podia falar acerca de outra coisa que não fosse seus poemas, enquanto que a conversa de Coleridge, mesmo em sua decadência, tinha um alcance, uma vivacidade e um interesse que impressionaram Carlyle, e poderiam até silenciar Mme. de Staël. O que o impressionava em Wordsworth era a concentração de propósito e a firmeza de vontade do homem mais velho; Coleridge cada vez mais substituía a vontade pelo desejo e a realidade pela imaginação.

Ele maravilhava-se com sua modéstia, mas era intensamente consciente de si mesmo, julgava-se (mas nisto como Wordsworth e todos nós) o mais interessante de todos os assuntos e era secreta e agressivamente orgulhoso. Chamava a atenção para a sua honestidade, seu austero código moral, sua indiferença por dinheiro ou fama; porém aspirava a distinções, cometia plágios com contentamento,[60] tomava dinheiro emprestado e esquecia, abandonou sua mulher e seus filhos, e permitia que seus amigos os sustentassem. Talvez o ópio enfraquecesse sua capacidade sexual e permitisse-lhe confundir o desempenho com a fantasia.

Em abril de 1814, procurando reduzir sua asma e sua febre reumática com o ar e o sol do Mediterrâneo, aceitou um empréstimo de 100 libras de Wordsworth[61] e partiu para Malta, que era então um crucial e disputado bastião do poderio inglês. Levou com ele uma onça (28 gramas) de ópio cru e nove onças (250 gramas) de láudano. Durante a viagem, no dia 13 de maio, ele escreveu em seu livro de notas uma desesperada oração:

> Oh! meu amado Deus! dai-me força de alma para fazer uma tentativa completa — se eu chegar a Malta/ a despeito de todos os horrores, de passar um mês sem estimular a natureza... Eu sou uma criatura amável e de bom coração e não posso fazer o mal sem impunidade, mas oh! eu sou muito, muito fraco — desde minha infância que o sou e existo apenas para o momento! Tende piedade de mim, tende piedade de mim, Pai e Deus![62]

Durante quase um ano pareceu recuperar seu autocontrole. Em julho foi nomeado secretário particular de Sir Alexander Ball, governador de Malta, e em janeiro de 1805 foi promovido ao posto mais responsável de secretário público. Trabalhava intensamente e revelava surpreendentes poderes de julgamento e aplicação. Então, depois de um ano de serviço, sentiu-se tão exausto que recaiu no hábito das drogas. Deixou Malta, viajou

pela Sicília e pela Itália e retornou à Inglaterra (1806). Por essa época ele estava mais do que nunca dependente do ópio, regulando sua ação soporífica com álcool.

Em 26 de outubro de 1806 encontrou-se com os Wordsworth numa hospedaria em Kendal. "Nunca", escreveu Dorothy naquela data, "senti um tal choque como com a primeira vista dele"; tão gordo que "seus olhos estão perdidos" em seu rosto inchado, e apenas um brilho momentâneo aparece do que era antigamente a "divina expressão de seu semblante".[63] Ele prosseguiu até Keswick e tentou separar-se da esposa, que recusou. Então ele a deixou, levando seu filho Derwent, de seis anos de idade. Transferiu para a esposa a anuidade que recebia de Wedgwood,[64] mas Josiah Wedgwood a suprimiu — em 1813. Southey, residindo em Greta Hall desde 1803, assumiu o encargo de sua cunhada. Coleridge consolou-se nessa crise pelo presente de 100 libras esterlinas que lhe foram mandadas anonimamente por De Quincey, seu colega no vício de drogas, e pelas conferências que pronunciou na Royal Institution em 1808, 1809 e 1810.

Neste ano de 1810 terminou a grande amizade. Sua base tinha sido a mútua inspiração na poesia, cessando ao secar a fonte poética em Coleridge devido ao enfraquecimento físico, ao sono produzido pelo ópio, ao afastamento conjugal e a seu envolvimento com a filosofia. Wordsworth encorajara a troca de Musas, sugerindo a Coleridge que seu gênio favorecia a prosa. Coleridge ficara ofendido ao saber que todos os três Wordsworth haviam acautelado Sara Hutchinson contra encorajar suas tentativas. A divergência tornou-se um abismo quando, numa carta de 31 de maio de 1809, Wordsworth advertiu Poole para não se envolverzz muito pesadamente com a nova revista de Coleridge (1809-10), *O Amigo*. "Como um dos mais próximos e caros amigos de Coleridge", Wordsworth escreveu:

> Eu vos dou como minha mais decidida opinião, formada a partir de provas que se vêm reforçando durante anos, que Coleridge não irá nem poderá executar nada que seja de importante benefício quer para ele, quer para sua família, quer para a humanidade. Nem seus talentos, nem seu gênio, poderosos como eles são, nem seu vasto saber, de nada lhe servem; eles todos são frustrados por um desarranjo de sua constituição intelectual e moral. Efetivamente não tem nenhuma espécie de poder voluntário da mente, nem é capaz de agir sob qualquer *restrição* do dever ou da obrigação moral.[65]

Isto é impiedoso e extremado, mas Wordsworth dissera isto tudo a Coleridge numa carta algumas semanas antes.[66] A situação tornou-se pior quando, de acordo com Coleridge, Basil Montagu lhe disse que Wordsworth havia-lhe recomendado não deixar que Coleridge se alojasse com ele, uma vez que Coleridge, devido à bebida pesada e por outros motivos, havia-se tornado "um incômodo" em Grasmere.[67] Wosdsworth mais tarde (1812) assegurou a Coleridge que Montagu o havia interpretado mal. Coleridge fingiu que aceitava a explicação, mas os laços quebrados não podiam ser reparados, e a histórica amizade morreu.

XI. COLERIDGE FILÓSOFO: 1808-17

Talvez tenhamos exagerado o colapso de Coleridge; devemos notar que, entre 1808 e 1815, ele pronunciava conferências — em Bristol e na Royal Institution em Londres — tantas vezes prejudicadas pela confusão de pensamento e expressão, mas que impressionavam ouvintes tais como Charles Lamb, Lorde Byron, Samuel Rogers, Thomas Moore, e Leigh Hunt; como se por algum espontâneo *esprit de corps*, esses e outros escribas viessem apoiar seu combalido companheiro. Henry Crabb Robinson, que contava com uma dúzia de notáveis ingleses e alemães entre seus amigos, descrevia a terceira das conferências de Londres como "excelente e muito alemã". "Na quarta", relata ele, "a maneira de tratar o assunto era muito alemã e por demais abstrata para a platéia, que era restrita."[68] A acumulação de fatos, idéias e preconceitos em Coleridge era farta demais para permitir que chegasse a seu anunciado objetivo; desviava-se enormemente do tema, mas sempre inspirado. Charles Lamb, que o resumiu numa frase famosa como um "arcanjo um pouco avariado",[69] concluiu que era "bastante estarmos próximo ao bafo e ao sopro de seu gênio para não mais possuirmos nossas almas em sossego".[70]

Durante os anos de 1815-17, quando Coleridge estava de novo chegando próximo a um colapso, derramou suas envelhecidas conclusões em outro livro. Em *Teoria da Vida* (1815), demonstrou um surpreendente conhecimento da ciência, especialmente da química, que conheceu através de sua amizade com Humphry Davy; mas rejeitava todas as tentativas de explicar a mente em termos físico-químicos. Chamava de "absurda a noção de (Erasmus) Darwin... de haver o homem evoluído desde o estado de um orangotango".[71]

Em *O Manual do Estadista* (1816), ofereceu a Bíblia como "o melhor guia para o pensamento e a previsão política".

> A história descobre que os grandes acontecimentos, mesmo as mais importantes mudanças nas relações comerciais do mundo,... tiveram sua origem não nas combinações de estadistas ou nas visões práticas de homens de negócios, mas nos cubículos de teoristas desinteressados, nas visões de gênios reclusos... Todas as revoluções que marcaram época no mundo cristão, as revoluções de religião, e com elas os hábitos civis, sociais e domésticos das nações envolvidas, coincidiram com a subida e a queda de sistemas metafísicos.[72]

(Parece que ele andou pensando acerca do resultado dos pensamentos de Cristo, Copérnico, Gutenberg, Newton, Voltaire, Rousseau.) Após um rápido sumário dos fatores que levaram à Revolução Francesa, Coleridge concluiu que a voz do povo não é a voz de Deus; que o povo pensa em termos apaixonadamente absolutos, e não se lhe pode entregar o poder;[73] e que o melhor caminho para a reforma é através da consciência e da ação de uma minoria educada e dona de propriedade.[74] Em geral o melhor guia para a ação correta, na política como em qualquer outro assunto, é a Bíblia, pois contém todas as importantes verdades da história e da filosofia. "Das classes trabalhadoras não se pede mais do que isso", e "isso mesmo talvez nem sempre seja desejado... Mas vós,... como homens que vos moveis nas mais altas classes da sociedade", devíeis também saber história, filosofia e teologia. O antídoto para a falsa qualidade de estadista é a história como "a reunião do presente com o passado, e o hábito de consideradamente assimilar os eventos de nossa própria época com aqueles dos tempos passados".[75]

Em *Um Sermão Leigo* (1817), continuava com esse apelo às "classes mais altas e médias" como os melhores veículos para uma sadia reforma e como guardiães contra os "sofistas e incendiários da história revolucionária".[76] Mas o livro reconhecia alguns males atuais: o aumento temerário da dívida nacional, uma classe de camponeses mergulhando no pauperismo, o trabalho das crianças nas fábricas. Coleridge chamava a atenção para "a loucura, a presunção e a extravagância que se seguiram à nossa prosperidade recente e sem precedentes; as práticas cegas e as paixões cegantes da especulação no mundo comercial, com o perigo das tolas ostentações e dos vícios sensuais". Lamentava a inclinação da nova economia dos negócios, as periódicas exaltações e depressões que conduziam a colapsos e sofrimento geral.[77]

Coleridge recomendava algumas reformas básicas. "Nossos fabricantes devem consentir na regulamentação",[78] especialmente do trabalho das crianças. O Estado deve reconhecer como seus "fins positivos: 1. Tornar os meios de subsistência mais fáceis de se obter para todos os indivíduos. 2. Assegurar a todos os seus membros a esperança de melhorar sua própria condição e a de seus filhos. 3. O desenvolvimento daquelas faculdades que são essenciais à sua condição humana; isto é, a seu ser racional e moral."[79] Clamava por uma organização dos líderes de todas as profissões para estudarem o problema social na perspectiva da filosofia, e para oferecerem recomendações à comunidade; e esta "igreja nacional deveria ser financiada pelo Estado".[80]

Coleridge termina seu *Sermão Leigo* admitindo aos teólogos que nenhuma sabedoria puramente leiga ou secular pode resolver os problemas da humanidade; somente uma religião sobrenatural e um código moral proveniente de Deus pode represar a inerente cupidez do homem.[81] O mal está tão entranhado em nós que a "inteligência humana... sozinha" é "inadequada para a tarefa de restabelecer a saúde da vontade".[82] Apelava por um humilde retorno à religião e à inteira fé em Cristo como o Deus que morreu para redimir a humanidade.[83]

De 1815 a 1816 Coleridge compôs ou ditou certos "Esboços de Minha Vida Literária e Opiniões" para serem usados em sua projetada autobiografia. Este volume nunca foi completado, e Coleridge publicou os esboços em 1817 como *Biografia Literária*, que é hoje nossa fonte mais segura acerca do pensamento de Coleridge sobre filosofia e literatura. É notavelmente coerente e clara, considerando que a maior parte dela foi produzida durante sua dependência como viciado em ópio, seus débitos acumulados e sua incapacidade para prover a educação de seus filhos.

Começou repudiando a psicologia associacionista que em certa ocasião o havia fascinado; rejeitou a noção de que todo pensamento é um produto mecânico de sensações; estas, mantinha ele agora, dão-nos meramente as matérias-primas que o ego — a personalidade que recorda, compara e tem continuidade — remodela na imaginação criativa, no pensamento com propósito e na ação consciente. Toda nossa experiência, consciente ou não, é registrada na memória, que se transforma no armazém do qual a mente, conscientemente ou não, retira o material para a interpretação da experiência presente e para a iluminação das escolhas presentes. Aqui, evidente, Coleridge estava seguindo Kant. Seus dez meses na Alemanha não o haviam transformado apenas de um poeta em um filósofo, mas de um spinozista e determinista em um kantiano de livre vontade. Aqui ele reconhece completamente seu débito. "Os escritos do ilustre sábio de Königsberg,... mais do que qualquer outro trabalho, imediatamente revigoraram e disciplinaram minha compreensão."[84]

De Kant Coleridge continuou até Fichte, com a sua exaltação do ego como a única realidade diretamente conhecida; Hegel, com seu contraste e união da natureza com o ego, e até Schelling, com a subordinação da natureza à mente como os dois lados de uma realidade, na qual, no entanto, a natureza age inconscientemente, enquanto que a mente pode agir conscientemente e alcançar sua mais alta expressão nas criações conscientes do gênio. Coleridge tomava emprestado livremente de Schelling, e muitas vezes negligenciava mencionar suas fontes;[85] mas confessava seus débitos em geral, e ajuntava: "Para mim será uma felicidade e uma suficiente honra se eu tiver sucesso em tornar o próprio sistema (de Schelling) inteligível para meus conterrâneos."[86]

Os últimos 11 capítulos da *Biografia* ofereciam uma discussão filosófica da literatura como sendo um produto da imaginação. Distinguia fantasia de imaginação: a fantasia é como imaginar uma sereia; a imaginação (que Coleridge escrevia com letra maiúscula) é a unificação consciente de partes em um novo todo, como no enredo de uma novela, na organização de um livro, na produção de uma obra de arte, ou no moldar as ciências em um sistema de filosofia. Esta concepção tornou-se a ferramenta para a compreensão e a crítica de qualquer poema, livro, pintura, sinfonia, estátua, edifício: em que proporção o produto tem ou carece de estrutura — da tessitura das partes relevantes num conjunto consistente e significativo? Nessas páginas Coleridge ofereceu uma base filosófica para o movimento romântico na literatura e na arte.

Completou sua complexa *Biografia* com uma aguda crítica da filosofia e da prática da poesia por parte de Wordsworth. É verdade que a mais alta filosofia da vida pode ser encontrada nos hábitos e nos pensamentos dos homens mais simples? É a linguagem de tais homens o melhor meio para a poesia? Não há uma diferença básica entre poesia e prosa? Sobre todos esses pontos o poeta, tornado crítico, diferia com cortesia, porém aguda e eficientemente. Por fim, conclui sua obra com uma homenagem consoladora ao sábio de Grasmere como o maior poeta desde Milton.[87]

XII. WORDSWORTH: CLÍMAX, 1804-14

Após algumas peregrinações menores, os Wordsworth transferiram-se (1808) de Dove Cottage finalmente para uma casa maior na localidade próxima de Allan Bank. Ali o poeta desabrochou como jardineiro, rodeando a casa com plantas e flores que vicejavam nas chuvas de Grasmere. Em 1813, a família mudou-se para uma propriedade modesta em Rydal Mount, Ambleside, menos de dois quilômetros ao sul de Grasmere. Eram agora prósperos, com vários criados e alguns amigos aristocratas. Neste ano Lorde Lonsdale conseguiu que Wordsworth fosse designado como distribuidor de selos para o condado de Westmoreland; este posto, que ele manteve até 1842, dava ao poeta 200 libras adicionais por ano. Livre de preocupação econômica, despendia mais tempo em seu jardim, fazendo-o um paraíso de rododendros e outras plantas que ali até hoje florescem. De sua janela, no segundo andar, tinha uma inspiradora vista de Rydal Water (isto é, do lago), a três e meio quilômetros de distância.

Enquanto isso (1805), ele completou *O Prelúdio*, começado em 1798; "todos os dias", notava Dorothy, ele "nos traz novas delícias" desse poema quando regressa de seu passeio matinal.[88] Ela e Sara Hutchinson eram mantidas ocupadas, recebendo seus ditados;

Wordsworth havia aprendido a pensar em versos brancos. Deu como subtítulo ao pachorrento épico "O Crescimetno da Mente de Um Poeta"; tinha a intenção de ser uma autobiografia mental e como que um prelúdio para *A Excursão*, na qual exporia com detalhes a filosofia atingida naquele crescimento. Deu ao registro uma crescente intimidade, repetidamente endereçando suas memórias a Coleridge. Desculpava-se pelo egoísmo superficial do poema; era, confessava ele, "uma coisa sem precedentes que um homem fale tanto sobre si mesmo".[89] Talvez por essa razão ele o manteve sem publicar durante sua vida.

É bastante tolerável se tomado em pequenas doses. As mais agradáveis são as cenas de sua criancice (Livros I e II), seus passeios solitários pelos bosques, quando lhe parece ouvir nas vozes dos animais, no barulho produzido pelas árvores, e mesmo no eco das rochas e das montanhas, a voz de um Deus escondido e multiforme. Assim, quando ele se sentava

> Solitário, no alto da montanha,
> Aos primeiros albores da manhã...
> Quantas vezes nessas horas uma tão suave calma
> Sobre minh'alma se espalhava, que os olhos do corpo
> Inteiramente se fechavam; e o que eu via
> Parecia como algo dentro de mim, um sonho,
> Uma projeção da mente...
> Nessas ocasiões
> Eu via bênçãos como um mar...
> em torno de mim espalhar-se...
> Percebia a sensação do Ser a propagar-se com inefável beatitude
> Sobre tudo o que se move e tudo o que quieto parece,
> Sobre tudo isso, perdido além do alcance do pensamento
> E do humano conhecimento, aos humanos olhos
> Invisível e, no entanto, em seu coração vivo;
> Sobre tudo o que pula e corre, e grita e canta,
> Ou as asas bate no ar animado; sobre tudo o que
> Por baixo das ondas, ou nas próprias ondas, desliza,
> E na enorme profundeza das águas. Não era de admirar
> O alto arrebatamento, a grande alegria que eu sentia
> Comungando desta forma, através da terra e do céu,
> Com todas as formas da criação, como se olhasse
> Para o que ainda não foi criado...

(Pode haver aqui uma falha ou um retrocesso; a última linha sugere uma divisão da realidade entre a Criação e seu Criador; havíamos suposto que, na visão panteística de Wordsworth, Deus e a natureza, como em Spinoza, eram uma coisa só.)

Em Cambridge (Livro III) ele algumas vezes aderia às brincadeiras e correrias dos estudantes, mas ficava perturbado pela imprudência e superficialidade indisciplinada da vida dos calouros; tinha mais prazer nos clássicos ingleses ou em andar de barco no rio Cam. Durante as férias (Livro IV) ele voltava a seus lugares primitivos, comia na mesa da família, dormia em seu leito costumeiro...

> Naquele modesto leito, onde deitado ouvia o vento
> A bramir e a chuva a açoitar; onde tantas vezes

> Permanecia desperto nas noites de verão, a observar
> A lua esplendidamente repousada entre a folhagem
> De um grande freixo que próximo a casa se erguia;
> Observava-a com os olhos fixos enquanto ela,
> Nos escuros cimos das árvores que se moviam, para lá e para cá,
> A cada impulso da brisa se balançava.

Em Cockermouth ele podia passear com seu velho cachorro que o deixava compor versos em voz alta, e não pensava por causa disso que ele "era louco da cabeça".

> Ah! preciso dizer-te, caro amigo, que meu coração
> Estava cheio até a borda; não fazia votos, mas estes
> Eram então para mim feitos,... que eu devesse ser...
> Um dedicado espírito,

vivendo para a poesia.

Agradável, também, foi aquela furtiva viagem através do Canal (Livro VI) para sentir a feliz loucura da França revoltada, a exaltação dos Alpes, e então, ao voltar, para ver o "monstruoso formigueiro" chamado Londres, com o velho Burke entoando no Parlamento as virtudes da tradição e "com alto desdém fulminando a teoria que começava"; observar a multidão se divertindo em Vauxhall ou rezando na igreja de São Paulo; ver ou ouvir as multidões transitando em várias raças, faces, vestimentas e modos de falar; o barulho do tráfego, o sorriso das prostitutas, os gritos dos vendedores, os apelos das floristas, a serenata esperançosa dos cantores de rua, os artistas esboçando com giz quadros nas pedras, "o par de macacos nas costas de um camelo" — tudo isso o poeta sentia tão fortemente quanto os bosques, mas não gostava, e fugia (Livro VIII) para cenas mais calmas, onde o amor da natureza, que tudo abraçava, podia ensiná-lo a compreender e perdoar.

Então de novo retornava para a França (Livro IX), onde o velho despotismo e a antiga miséria pareciam ter justificado e enobrecido a revolta, e mesmo um britânico podia ajuntar-se a seu selvagem êxtase (Livro XI).

> Não apenas seletos sítios mas toda a terra
> Vestia-se da beleza da promessa...
> Em que temperamento essa perspectiva não despertava
> Uma inesperada felicidade?

Deste alto enlevo a França desceu para o crime, e Wordsworth para a prosa em poema.

> Mas agora, por sua vez opressores se tornando,
> Os franceses mudaram uma guerra em defesa própria
> Numa de conquista, perdendo de vista
> Tudo aquilo por que haviam lutado...

Vagarosa e hesitantemente, o poeta leva seu *Prelúdio* a um final (Livro XIV), chamando seu amigo para voltar (de Malta) e juntar-se a ele a fim de conquistar a humanidade de volta da guerra e da revolução, para o amor à natureza e à humanidade. E ficou descontente com seu poema,[90] sabendo que havia espaçosos desertos em volta dos oásis. Tinha confessadamente visto pouca diferença entre a poesia e a prosa, e muitas vezes

misturava-as na firme e cansativa marcha de seus versos brancos. Ele havia feito da "emoção lembrada na tranqüilidade" a essência da poesia, mas uma emoção tranqüilizada através de catorze cantos torna-se um canto de ninar irresistível. Geralmente o caráter de um épico é a descrição de uma grande ou nobre ação; e o pensamento é uma coisa por demais privada para ser um épico. Mesmo assim, o *Prelúdio* deixa o leitor resoluto com um sentido de saudável aceitação que sobrevive à realidade. Wordsworth, às vezes tão acriançado quanto numa rima infantil, dá-nos a sensação de limpeza, com a frescura dos bosques e dos campos, e convida-nos, como os imperturbáveis montes, a suportar as tempestades silenciosamente e sobreviver.

Antes de partir para a Alemanha em 1798, Wordsworth iniciara *O Recluso*, baseado na teoria de que apenas um homem que tivesse conhecido a vida, e depois se houvesse retirado dela, podia julgá-la com justiça. Coleridge aconselhou-o a desenvolver isso como uma completa e final exposição de sua filosofia. Mais especificamente Coleridge sugeriu: "Desejo que escrevais um poema em versos brancos, endereçado àqueles que, em conseqüência do completo fracasso da Revolução Francesa, abandonaram as esperanças na melhoria da humanidade, e estão mergulhando num egoísmo quase epicurista."[91] Eles concordavam em que o pináculo da literatura seria um feliz casamento da filosofia com a poesia.

Considerando melhor o assunto, Wordsworth sentiu que não estava pronto para enfrentar esse desafio. Fizera considerável progresso com *O Prelúdio*, que se propunha a ser a história de seu desenvolvimento mental; como poderia, antes de completá-lo, escrever uma exposição de seus pontos de vista? Pôs de lado *O Recluso* e continuou *O Prelúdio* até o seu fim aparente. Então verificou que sua energia e confiança estavam desmaiando, e a passagem daquele que fora uma vez o exuberante Coleridge para fora de sua vida removeu a inspiração vívida que certa ocasião o animara. Nesta posição de esvaído vigor e próspera e fácil vida, escreveu *A Excursão*.

Começa bem, com uma descrição — aparentemente tirada do abandonado *Recluso* — da casa arruinada e rústica onde vive o "Vagabundo". Esta réplica de Wordsworth leva o excursionista ao Solitário, que lhe diz como perdeu sua fé religiosa, cansou-se da civilização, e retirou-se para a paz das montanhas. O Vagabundo oferece a religião como a única cura para o desespero; o conhecimento é bom, mas aumenta o nosso poder mais do que a nossa felicidade. Então ele é levado ao Pastor, que propõe que a simples fé e a unidade da família camponesa são mais sábias do que a tentativa do filósofo de substituir essa sabedoria da idade pelas teias do argumento intelectual. O Vagabundo devora a vida artificial das cidades e os males da Revolução Industrial; advoga a educação universal, e profetiza seus "gloriosos efeitos". O Pastor, no entanto, ao qual é dada a última palavra, entoa um hino a um Deus pessoal.

A Excursão, Sendo uma Porção do Recluso, um Poema, foi publicada em 1814, custando dois guinéus a cópia. (Seu suposto prefácio, *O Prelúdio*, não foi publicado até 1850.) Wordsworth pediu a seus vizinhos, os Clarksons, que o ajudassem a vender o livro entre seus amigos quacres, "que têm recursos e gostam de livros instrutivos"; deu uma cópia ao novelista Charles Lloyd com o entendimento de que o livro não deveria ser emprestado a ninguém que tivesse condições de comprá-lo; e recusou-se a emprestá-lo a uma rica viúva, que considerava dois guinéus um preço alto demais para "parte de um trabalho".[92] Oito meses após sua publicação, apenas 300 cópias foram vendidas.

As críticas variaram. Lorde Jeffrey, na edição de novembro de 1814 da *Edinburgh Review*, condenou o poema com um começo de mau augúrio: "Isto nunca terá sucesso." Hazlitt, após elogiar "deliciosas passagens, tanto de descrição natural como de inspirada reflexão", achou que o poema em conjunto era "longo e elaborado", repetindo "as mesmas conclusões até que elas se tornam chatas e insípidas".[93] E Coleridge, que tinha apelado por uma obra-prima, viu em *A Excursão* "prolixidade, repetição, e um redemoinho, em vez de uma progressão do pensamento".[94] Mas em seu posterior *Conversa em Torno da Mesa*, Coleridge elogiou os livros I e II ("A Cabana Abandonada") como "um dos mais belos poemas de nossa língua".[95] Shelley não gostou de *A Excursão* porque marcava a rendição de Wordsworth de um panteísmo naturalista a uma concepção mais ortodoxa de Deus; mas Keats encontrou muitas inspirações no poema e classificava Wordsworth, tudo levado em conta, acima de Byron.[96] O tempo concordou com Keats.

XIII. O SÁBIO DE HIGHGATE: 1816-34

Em abril de 1816 Coleridge, aproximando-se de um colapso físico e mental com a idade de 43 anos, foi admitido como paciente do Dr. James Gillman, de Highgate, Londres. Coleridge estava então consumindo meio litro de láudano por dia. Southey, mais ou menos nessa época, descrevia-o como "quase tão grande como uma casa"; seu corpo abandonado e curvado, seu rosto pálido, redondo e flácido, sua respiração entrecortada, suas mãos tão trêmulas que ele dificilmente podia levar um copo aos lábios.[97] Tinha alguns amigos leais como Lamb, De Quincey, e Crabb Robinson, mas raramente via a esposa e os filhos, vivia principalmente de pensões ou dádivas, e estava perdendo seu último encanto pela vida. Talvez o jovem médico tivesse ouvido que Byron e Walter Scott classificaram este homem alquebrado como o maior homem de letras da Inglaterra;[98] de qualquer forma, percebeu que Coleridge só podia ser salvo por uma vigilância e cuidado constantes e profissionais. Com o consentimento de sua esposa o Dr. Gillman levou Coleridge para a sua casa, alimentou-o, tratou-o, confortou-o e curou-o, e o manteve até a morte.

A reabilitação da mente de Coleridge foi espantosa. O doutor de tal forma se maravilhou com o alcance e o conhecimento de seu paciente, a riqueza de suas idéias e o brilho de sua conversação, que abriu suas portas a um crescente círculo de homens jovens e velhos com os quais o "arcanjo avariado" conversava à vontade, raramente com total claridade e ordem lógica, mas sempre com infalível gênio, propósito e efeito. Fragmentos dessas conversações, preservadas sob o título de *Conversas em Torno da Mesa*, ainda despertam interesse: "Cada homem nasce ou aristotélico ou platônico." "Ou nós temos uma alma imortal, ou não temos; se não a temos somos animais, o maior e mais sábio dos animais, pode ser, mas ainda assim verdadeiros animais."[99]

Não ficava satisfeito em estar entre os primeiros e mais sábios dos animais. À medida que se aproximava da morte, procurava o conforto na religião e, como se para assegurar-se de sua barganha, abraçou-a na sua forma mais ortodoxa disponível, através da Igreja da Inglaterra, o pilar da estabilidade e da moralidade inglesas; e esperançosamente desejou a ela uma vida eterna: *Esto perpetua!* No ensaio *Sobre a Constituição da Igreja*

e do Estado (1830), apresenta-os como duas formas mutuamente necessárias da unidade nacional, cada uma protegendo e ajudando a outra.[100] Ele (e Wordsworth) opunha-se à emancipação política dos católicos ingleses, baseado em que o crescimento do "papismo" faria perigar o Estado, desenvolvendo um conflito de lealdade entre patriotismo e religião.

Aproveitou-se integralmente da vantagem do conservantismo natural da idade avançada. Em 1818 havia apoiado Robert Owen e Sir Robert Peel em suas campanhas para restrição ao trabalho de crianças, mas em 1831 se opôs ao "Reform Bill" que iria quebrar o predomínio dos *tories* no Parlamento. Manifestou-se contra a abolição da escravatura nas Índias Ocidentais.[101] Ele que, mais do que a maior parte dos filósofos, tinha estudado e ajudado a ciência, rejeitava a idéia da evolução, preferindo "a história que eu encontro na minha Bíblia".[102] No final, seu intelecto capaz de grande alcance cedeu às doenças tanto do corpo quanto da vontade, e caiu num medo tímido de qualquer inovação tanto na política quanto na crença.

Faltava-lhe firme paciência para atingir unidade construtiva em seu trabalho. Na *Biografia Literária* (1817), havia anunciado sua intenção de escrever uma *opus magnum* — a *Logosophia* — que seria o sumário, o ponto mais alto e a reconciliação da ciência, da filosofia e da religião; mas tudo o que o corpo e a alma permitiram-lhe contribuir para esse empreendimento foi uma mistura de fragmentos elaborados, caóticos e obscuros. Eis a que ponto chegou a mente que De Quincey descrevera como "a mais capaz,... a mais sutil, e a mais compreensiva... que jamais existiu entre os homens".[103]

Em julho de 1834 Coleridge começou seu adeus à vida. "Estou morrendo, mas sem esperança de uma rápida libertação... Hooker desejou viver para acabar sua Política Eclesiástica,... da mesma forma eu esperava que vida e força me restassem para completar minha filosofia. Pois, como Deus pode ouvir-me, o desejo original continuado e que sustenta meu coração é o de exaltar a glória de seu nome; e, o que é a mesma coisa em outras palavras, promover a melhoria da humanidade. Mas *visum aliter Deo* (Deus viu de outra forma), e sua vontade será feita."[104] Coleridge morreu em 25 de julho de 1834, com a idade de 62 anos. Wordsworth ficou chocado pelo desaparecimento do "mais maravilhoso homem que eu jamais conheci"; e Lamb, o melhor de todos os amigos, disse: "Seu grande e querido espírito me acompanha."[105]

XIV. À MARGEM

Charles Lamb (1775-1834) foi um dos vários espíritos de escol cujas principais publicações têm lugar depois de 1815, mas que em nosso período entraram intimamente nas vidas dos poetas dos Lagos. Lamb era o mais íntimo dos amigos londrinos de Coleridge. Eles se conheceram como escolares em Christ's Hospital. Ali, a incurável gagueira de Lamb impedia-o de conquistar honras escolares; abandonou a escola aos 14 anos para sustentar-se, aos 17 tornou-se um contador na East India House, onde permaneceu até que se aposentou com uma pensão, aos 50 anos.

Havia uma tendência hereditária de insanidade em sua família; ele próprio passou seis semanas em um asilo (1795-96); em 1796 sua irmã Mary Ann (1764-1847), num acesso de loucura, matou sua mãe. Por diversos períodos Mary havia sido internada, mas na maior parte do tempo Lamb, renunciando ao casamento, manteve-a consigo até sua

morte. Ela recuperou-se suficientemente para colaborar com ele quando escreveu *Contos de Shakespeare* (1807). Seu único produto próprio foi os *Ensaios de Elia* (1820-25) cujo estilo cordial, modéstia e arte revelam um dos mais amáveis caracteres daquela época, que não era das mais indulgentes.

Em junho de 1797, ainda abalado pela tragédia do ano anterior, aceitou um convite de Coleridge para visitá-lo em Nether Stowey. Como uma pessoa que gaguejava, dificilmente ousava falar quando se encontrava perante os dois poetas — Wordsworth e Coleridge — em rival volubilidade. Cinco anos mais tarde ele e sua irmã visitaram a família de Coleridge em Greta Hall. "Recebeu-nos com toda hospitalidade do mundo."[106] Embora ele próprio permanecesse um cético até o fim, nunca permitiu que as diversões teológicas de Coleridge interferissem com uma afeição e uma admiração que resistia a qualquer desencorajamento.

A National Portrait Gallery contém um comovente retrato de Lamb por seu amigo William Hazlitt (1778-1830), o mais vivo e mais aguçado crítico literário de sua época. Hazlitt visitou Coleridge em 1798, e também em Greta Hall, em 1803. Nessa segunda ocasião, Wordsworth juntou-se a eles, e os três resolveram-se a determinar se Deus existia. William Paley, como já vimos, havia recentemente defendido a afirmativa com o argumento teleológico; Hazlitt contrariava-o; Wordsworth tomou uma posição intermediária, afirmando que Deus não era externo ao universo, guiando-o do lado de fora, mas tão inerente a ele quanto a vida e a mente. Naquela visita Hazlitt incorreu na ira dos vizinhos ao seduzir uma escolar; temendo a prisão, ou algo pior, fugiu para Grasmere, onde Wordsworth deu-lhe alojamento por uma noite e na manhã seguinte emprestou-lhe dinheiro para pagar a passagem de diligência para Londres.

Quando Coleridge e Wordsworth voltaram-se contra a Revolução, e denunciaram Napoleão em versos candentes, Hazlitt classificou-os de vira-casacas e escreveu um livro em quatro volumes, *A Vida de Napoleão Bonaparte* (1828-30) esposando o ponto de vista de Napoleão. Entretanto, havia feito sua reputação como crítico com suas conferências (1820) sobre o drama elizabetano e seus retratos contemporâneos em *O Espírito da Época* (1825); Wordsworth não gostou de seu satírico ataque sobre "a escola camponesa" da literatura.[107]

O velho poeta gostava mais de Thomas De Quincey (1785-1859) que lhe ofereceu sempre uma continuada admiração. Thomas era ele mesmo um gênio, que iria alarmar a Inglaterra em 1821 com as *Confissões de um Tomador de Ópio Inglês*. Começando como um prodígio, falando o grego clássico fluentemente aos 15 anos, fugindo da escola e de Oxford como vagarosos demais para seu ritmo, deve ter surpreendido a si mesmo por haver-se deliciado com a simplicidade despretensiosa das *Baladas Líricas*. Em maio de 1803 escreveu a Wordsworth uma carta em termos tais que deve ter virado a cabeça do poeta solitário:

> Não tenho outro motivo para solicitar vossa amizade do que aquele (penso eu) que todo homem que tenha lido e sentido as "Baladas Líricas" tem em comum comigo. O conjunto completo de prazer que eu recebi de oito ou nove poetas, que eu tive a capacidade de ler desde que o mundo começou, fica infinitamente longe daquilo que esses dois volumes sozinhos me ofereceram;... que vosso nome está para sempre comigo ligado às amáveis cenas da natureza... Que direito tenho a aspirar a uma ami-

> zade com uma pessoa tal como vós, brilhando (como o faz) com um gênio tão selvagem e tão magnificente?

Ele acrescentava que Wordsworth nunca encontraria ninguém "mais pronto... a sacrificar mesmo sua vida onde quer que haja uma oportunidade de promover vosso interesse e vossa felicidade".

A resposta de Wordsworth foi um modelo de bondoso conselho. "Minha amizade", escreveu ele, "não está em meu poder dar; isto é uma dádiva que nenhum homem pode fazer... Uma sadia e sã amizade resulta de seu crescimento no tempo e nas circunstâncias; desabrochará como uma flor selvagem quando estes a favorecerem; e quando eles não o fizerem, é em vão que se procura por ela." Tentou impedir o jovem de procurar uma correspondênia regular: "Eu sou o mais preguiçoso e impotente escritor de cartas do mundo." Mas acrescentava: "Ficarei na realidade muito feliz de ver-vos em Grasmere."[108]

A despeito de seu ardor, De Quincey deixou que três anos se passassem antes de aceitar o convite. Então, ao ver aproximar-se a casa de Wordsworth, perdeu a coragem, e, como o peregrino da fábula ao aproximar-se de Roma, voltou, julgando-se indigno da visita. Porém mais tarde, em 1807, em Bristol, Coleridge aceitou a oferta dele de acompanhar a Sra. Coleridge e suas crianças a Keswick. No caminho pararam em Dove Cottage, e então finalmente De Quincey viu Wordsworth sem aparatos, como Browning em breve veria Shelley. "Como no brilho de um relâmpago eu vi emergir a figura de um homem alto que estendeu sua mão e saudou-me com as mais cordiais expressões de boas-vindas."[109]

XV. SOUTHEY: 1803-43

Enquanto isso, em Greta Hall e Londres, Southey, com sua pena industriosa mas sem inspiração, sustentava sua mulher Edith, suas cinco filhas (nascidas entre 1804 e 1812), e um filho profundamente idolatrado que morreu em 1816 com a idade de 10 anos. Após o deslocamento de Coleridge para Malta, Southey assumiu a responsabilidade pela Sra. Coleridge e seus filhos. Até Wordsworth às vezes apoiava-se nele: quando o irmão de William, John, perdeu-se no mar (1805), a notícia lançou a família de Grasmere em tal desespero que Wordsworth mandou uma mensagem a Southey pedindo-lhe para vir ajudá-lo a confortar Dorothy e Mary. Ele veio, e "foi tão terno e bondoso", escreveu Dorothy, "que eu o amei imediatamente; chorou conosco em nossa tristeza, e por causa disso eu penso que devo amá-lo sempre".[110]

A vaidade enganou-o por algum tempo; ele compôs um épico após outro, todos fracassos; os tempos eram seus próprios épicos. Resignou-se a escrever prosa e deu-se melhor. Em 1807 publicou *Cartas da Inglaterra: por Don Manuel Alvarez Espriella*, e pôs na boca desse imaginário espanhol uma forte denúncia do trabalho das crianças e de outras condições nas fábricas inglesas. Por exemplo,

> Aventurei-me a inquirir a respeito da moral do povo que era conduzido desta monstruosa maneira, e descobri... que em conseqüência de amontoar de tal forma um tal número de pessoas de ambos os sexos, inteiramente sem instrução sobre os mais co-

> muns princípios da moral e da religião, elas se tornavam tão debochadas e depravadas como seres humanos sob a influência de tais circunstâncias inevitavelmente se tornam: os homens bêbados, as mulheres dissolutas. Não importa quão altos fossem os salários que eles ganhassem, eram por demais imprevidentes para pôr de lado um pouco para o caso de necessidade; e que, embora a paróquia não tivesse os recursos para manter as crianças, tinha que prover durante as doenças que eram provocadas por esse modo de vida ou na prematura incapacidade ou idade avançada.[111]

A conclusão desse aristocrata sobre a economia inglesa era que "no comércio, ainda mais do que na guerra, tanto os homens como os animais são considerados principalmente como máquinas, e sacrificados com o mínimo escrúpulo".[112]

Southey descobriu em breve que não podia viver à custa de sua pena, muito menos suportar seus dependentes, especialmente em tempo de guerra, a não ser que adotasse uma linha mais conservadora. Essa mudança se tornou possível por uma pensão governamental de 160 libras por ano (1807) e por um convite para contribuir regularmente com artigos para a *Quarterly Review*, revista *tory*. Em 1813 melhorou sua posição, tanto como escritor quanto como patriota, pela impressão de sua *Vida de Nelson* — uma narrativa clara e vigorosa baseada em laboriosa pesquisa e escrita num estilo do século XVIII, tão simples, claro e aprazível que leva o leitor ao longo da leitura a despeito das obstruções da natural predileção do escritor em favor de seu herói e sua pátria. O envolvimento de Nelson com Emma Hamilton é reduzido de uma década a um parágrafo.

Byron, Shelley e Hazlitt lamentavam quando Southey pareceu abaixar o conceito da poesia aceitando uma láurea da Inglaterra. Essa distinção caíra de prestígio quando Pitt (1790) deu-a a Henry Pye, um obscuro juiz de paz. Por ocasião da morte de Pye, o governo ofereceu a posição a Walter Scott, que a recusou e recomendou Southey como um trabalhador que a merecia. Southey aceitou-a e foi recompensado com um aumento de sua pensão para 300 libras por ano. Wordsworth, que deveria ter sido o indicado, observou elegantemente: "Southey tem um pequeno mundo dependendo de seu trabalho."[113]

Byron, que mais tarde iria condenar Southey ao descrédito e esquecimento, falou bem dele após o encontro que teve com ele em Holland House, em setembro de 1813: "O bardo de melhor aspecto que eu vejo há muito tempo."[114] E disse a Thomas Moore: "Para ter as espáduas e a cabeça daquele poeta eu quase teria escrito seus versos sáficos. Ele é certamente uma pessoa impressionante para olhar-se, um homem de talento... Suas maneiras são suaves... sua prosa é perfeita."[115] Mas a evidente ansiedade de Southey de agradar as pessoas de recursos ou de influência levaram Byron a uma guerra aberta contra ele em 1818. O mais cruel de todos os golpes veio quando um grupo de rebeldes conseguiu o manuscrito do drama radical de Southey, *Wat Tyler* (que havia escrito em 1794 e deixado sem publicar), e com alegria publicou-o em 1817.

Southey retirou-se para Greta Hall, com sua biblioteca e sua esposa, que tinha mais de uma vez chegado próximo à loucura. Em 1834 sua mente cedeu e em 1837 ela morreu. O próprio Southey desistiu da batalha em 1843; e então, quase que por consenso universal e contra seus próprios protestos, Wordsworth foi feito poeta laureado.

XVI. EPÍLOGO DE WORDSWORTH: 1815-50

A poesia é uma coisa que pertence à juventude e Wordsworth, tendo vivido até os 80 anos, morreu como poeta por volta de 1807 quando, com a idade de 37 anos, compôs *A Corça Branca de Rylstone*. Naquela ocasião Walter Scott havia publicado *A Balada do Último Menestrel* (1805); Wordsworth invejou seu estilo corrente e usou a métrica para sua própria balada — uma narrativa acerca das guerras religiosas do norte da Inglaterra no décimo segundo ano do reinado de Elizabeth I. Quase uma família inteira — pai e oito filhos — foi eliminada em uma campanha. Emily, a irmã que sobreviveu, despende o resto de sua vida lamentando-se; uma corça branca vem diariamente confortá-la e acompanha-a na sua visita dos sábados ao mais jovem dos irmãos no cemitério da igreja de Bolton. Quando Emily morre a corça continua, sozinha, essas visitas semanais de Rylstone a Bolton e descansa sossegada ao lado do túmulo até que o serviço do sábado na igreja termine; então quietamente volta através dos bosques e dos riachos a seu retiro favorito em Rylstone. É uma bela lenda, dita graciosa e melodiosamente.

Este foi o último triunfo da arte de Wordsworth. Além de alguns sonetos que criava à menor provocação, nada mais fez pela poesia. Aparentando fisicamente ter 50 anos, ele tinha tudo de um sábio: alto e majestoso, embrulhado em quentes vestimentas contra o incalculável frio, o cabelo rareando e descuidadamente despenteado, a cabeça curvada, os olhos graves em contemplação, como os de alguém que tendo visto Shelley e Byron passar da infância através do êxtase até a morte, agora calmamente aguardava sua vez, confiante em que deixaria um monumento mais duradouro do que utopias apaixonadas ou rimas sardônicas.

Wordsworth tinha os defeitos de suas virtudes, porque é preciso muito egoísmo para pregar à humanidade. "Milton é seu maior ídolo", escrevia Hazlitt, "e ele às vezes ousa comparar-se a Milton."[116] Ele aceitava o elogio como inevitável, e ressentia-se da crítica como ingratidão. Adorava recitar sua própria poesia, o que foi ironicamente notado por Emerson, que o visitou em 1833; mas ele dissera em um prefácio de 1815 que seus poemas foram escritos para serem lidos em voz alta; e de fato tinham música tanto quanto significação, e uma poesia lírica merece uma lira.

Naturalmente tornou-se conservador à medida que envelhecia. Era um privilégio — talvez um dever dos anos; se Byron e Shelley não reconheceram isto, foi talvez devido ao fato de haverem morrido na demência precoce da juventude. A deterioração da Revolução Francesa, de constituição para dissolução, deu a Wordsworth alguma desculpa para ser cauteloso; e a brutalidade da Revolução Industrial pareceu justificar seu sentimento de que algo íntegro e belo havia desaparecido da Inglaterra com a substituição dos rústicos camponeses pela mão-de-obra das fábricas. Em 1805 e mais tarde, por presentes ou por compra, havia se tornado dono de várias modestas propriedades; e, como um possuidor dono de terras, prontamente simpatizava com o "interesse dos proprietários" como o cimento da ordem econômica e estabilidade social. Daí se opor ao movimento da reforma por achá-lo um plano dos fabricantes para reduzir o custo do milho, e conseqüentemente do trabalho, repelindo essas "Corn Laws" que impediam, com altas tarifas alfandegárias, a importação do grão estrangeiro.

Ele, que fora durante muitos anos um admirador de Godwin, agora lhe rejeitava o

livre individualismo baseado em que indivíduos só podem sobreviver através de uma unidade comunal mantida pelo respeito geral à tradição, à propriedade e à lei. Após 1815, apoiou o governo em todas as suas medidas repressivas, e foi marcado como um apóstata da causa da liberdade. Manteve sua posição e respondeu com seu diagnóstico final da época: "O mundo está ficando louco com a noção de que seus males devem ser aliviados com mudanças políticas, remédios políticos, panacéias políticas, enquanto que os grandes males — a civilização, a escravidão, a miséria — permanecem enterrados no coração e nada, a não ser a virtude e a religião, pode removê-los."[117]

Assim apelava ao povo inglês para apoiar a Igreja da Inglaterra. Versejou uma parte da história inglesa em 47 "Sonetos Eclesiásticos" (1821), que são enfadonhos com seus heróis esquecidos e que às vezes surpreendem por sua excelência. De acordo com Henry Crabb Robinson, "Wordsworth dizia que derramaria seu sangue, se necessário, para defender a Igreja Estabelecida. E não ficava desconcertado pelo riso que se levantava contra ele pelo fato de haver antes confessado que não sabia quando havia ido a uma igreja em seu próprio país."[118]

Não se constata que ele tivesse procurado conforto na religião quando o mundo de amor em sua volta começou a ruir. Em 1829 Dorothy sofreu um severo ataque de cálculos, que permanentemente enfraqueceu sua saúde e seu espírito. Ataques posteriores danificaram seu sistema nervoso; depois de 1835 ela perdeu o uso de suas pernas e sua memória falhava exceto quanto a acontecimentos de um passado distante e aos poemas de seu irmão, os quais ela ainda podia recitar. Durante os próximos 20 anos permaneceu em casa, completamente inválida e quietamente alienada, sentada silenciosamente em sua cadeira próxima ao fogo, esperando pacientemente pela morte. Em 1835 Sara Hutchinson morreu e Wordsworth ficou com sua esposa Mary para tomar conta de sua irmã e de seus filhos. Em 1837 ele ainda teve disposição suficiente para empreender com o onipresente Robinson uma viagem de seis meses pela França e pela Itália. Em Paris encontrou-se de novo com Annette Vallon e sua filha Caroline, agora bem casada.

Wordsworth morreu em 23 de abril de 1850, e foi enterrado entre seus vizinhos no cemitério de Grasmere. Dorothy ainda durou cinco anos mais, pacientemente cuidada por Mary, que estava agora quase cega. A própria Mary morreu em 1859 com a idade de 89 anos, após uma longa vida de deveres fielmente cumpridos. Devia haver algo em Wordsworth maior do que a sua poesia, para haver conquistado o amor duradouro de tais mulheres. Elas também, e outras como elas em milhões de casas, devem ser lembradas como uma parte do quadro formado pela Inglaterra.

CAPÍTULO XXII

Os Poetas Rebeldes

1788-1824*

I. A ESTIRPE MANCHADA: 1066-1809

A FIM de compreender Byron deveríamos conhecer com uma certa extensão a história e o caráter dos ancestrais cujo sangue corria como uma febre intermitente em suas veias. Uma parte daquele sangue, como seu nome, pode ter vindo da França, onde vários Birons são lembrados pela história; o próprio Byron mencionava orgulhosamente no *Don Juan* (Canto X, linha 36), um suposto progenitor, Radulfus de Burun, como tendo vindo para a Inglaterra com Guilherme, o conquistador. No século XII os Buruns tornaram-se Byrons. Um tal Sir John Byron serviu a Henrique VIII tão bem que, ao serem dissolvidos os mosteiros, o rei transferiu-lhe por uma soma nominal a abadia (fundada por volta de 1170) e as terras do "finado mosteiro e prioria de Newstede... em nosso condado de Nottingham".[1] Uma sucessão baronial de Byron daí em diante desempenhou pequenos papéis na história inglesa, apoiando os reis Stuarts, seguindo Carlos II ao exílio, entregando a abadia de Newsteade e ganhando-a de volta por ocasião da Restauração.

O tio-avô do poeta, William, o quinto Lorde Byron (1722-98), elegante e desregrado, serviu na Marinha; conquistou o nome de "Wicked Lord" (lorde malvado) pelo fato de viver como um devasso na abadia; desperdiçou a maior parte de sua riqueza, matou seu parente William Chaworth, num duelo improvisado num quarto escuro de uma taberna, foi mandado para a Torre acusado de assassinato; julgado pela Casa dos Lordes (1765), foi declarado "não culpado de assassinato, mas culpado de homicídio culposo"; retirou-se para a abadia, e viveu ali em sombrio isolamento até sua morte.

Seu irmão, John Byron (1723-86), tornou-se guarda-marinha, foi vítima de naufrágio do seu navio e publicou uma *Narrative* da qual seu neto tomou a vigorosa cena de naufrágio em *Don Juan*. Como comandante do *Dolphin* John fez uma circunavegação do globo. Finalmente retirou-se para uma casa no oeste da Inglaterra, onde era conhecido como o "amante náutico" porque tinha tido uma esposa ou uma amante em cada porto.

Seu filho mais velho, o capitão John Byron (1756-91), pai do poeta, acumulou tais diabruras em seus 35 anos que ele era chamado "Jack, o Louco". Após servir nas colônias americanas ele despendeu algum tempo em Londres fazendo com que suas amantes pagassem suas dívidas. Em 1778 fugiu com a marquesa de Carmarthen; o marquês seu marido divorciou-se dela. O capitão Byron casou-se com ela e desfrutou de sua renda.

---

*Este capítulo inteiro muito deve ao livro de Leslie Marchand *Byron* (Nova York, 1957), uma obra-prima de erudição imparcial

Ela lhe deu três filhos, dos quais uma, Augusta Leigh, tornou-se a meia-irmã do poeta e algumas vezes sua amante.

Em 1784 morreu a ex-*lady* Carmarthen. Um ano mais tarde o galhardo viúvo casou-se com uma moça escocesa de 20 anos e 23 mil libras — Catherine Gordon of Gight, desgraciosa mas ferozmente orgulhosa, com uma linha de ancestrais recuando até Jaime I da Escócia. Quando deu à luz o poeta ela transmitiu-lhe outra linhagem de hereditariedade distinta e ardente: de origem francesa, de caráter tempestuoso, com uma inclinação para o roubo, o assassinato e a conquista de inimizades. A própria mãe era uma mistura de amor selvagem e ódio. Essas qualidades ela esbanjou sobre seu marido, o qual desperdiçou sua fortuna e depois desertou-a; mais tarde o mesmo aconteceu com seu único filho, que ela mimou com afeição, machucou com disciplina, e do qual afastou-se com tais epítetos como "fedelho aleijado". Dizia Childe Harold (isto é, Byron): "Eu devia ter sabido que fruto iria brotar de uma tal semente."[2]

George Gordon Byron nasceu em Londres em 22 de janeiro de 1788. Seu pé direito ficou deformado ao nascer por uma torção para dentro da sola e uma tensão para dentro do calcanhar. A deformidade poderia ter sido curada por massagens diárias no pé, mas a mãe não tinha nem a paciência nem a coragem para um tratamento que pareceria para a criança intencionalmente cruel; nem os médicos estavam inclinados a recomendá-lo. Quando ele atingiu a idade de oito anos o pé aleijado tinha melhorado tanto que o rapaz podia usar um sapato comum por sobre um sapato interno próprio para equilibrar e diminuir a distorção. Na vida diária e nos esportes ele tornou-se ágil apesar desse pé, mas não podia atravessar uma sala sem uma dolorosa consciência de sua manqueira. Quando ele era moço perdia a cabeça a qualquer menção de seu defeito; este participou do aguçamento de sua sensibilidade e de seu temperamento, mas provavelmente incentivou-o às suas vitórias — na natação, no cortejar as mulheres e na poesia — as quais podiam distrair a atenção de sua deformidade.

Em 1789 a mãe mudou-se com seu filho para Aberdeen. Um ano mais tarde o marido fugiu para a França, onde morreu em 1791, dissoluto e empobrecido. Deixada apenas com um fragmento de sua fortuna, a Sra. Byron esforçou-se para dar a seu filho uma educação digna de um lorde. Ela o descreve amorosamente, quando ele tinha seis anos, "como um belo rapaz que caminha e corre tão bem como qualquer outra criança".[3] Aos sete ele entrou para a escola primária de Aberdeen, onde recebeu uma boa base em latim. Através da mais extensa educação e muitas viagens pela Grécia, Asia Menor e Itália, ele tornou-se tão familiarizado com a literatura latina e grega que apenas uma pessoa erudita na antiguidade clássica pode entender as citações e as alusões históricas que emergem através das brincadeiras de *Don Juan*. Byron amava a história — isenta de nacionalismo e de mitologia — como a única verdade acerca do homem; Shelley a ignorava, sendo ligado a um ideal que não se casa bem com a história.

Em 1798 o tio-avô de Byron, o "lorde malvado", morreu em Newstead, deixando ao rapaz de 10 anos de idade seu título baronil, a abadia, seus 1.300 hectares, e suas dívidas. Estas eram tão grandes que restou apenas uma renda suficiente para a viúva transferir-se de Aberdeen para a abadia e ali viver num conforto de classe média. Enviou o filho para uma escola em Dulwich e, em 1801, para a famosa escola "pública" de Harrow, a 20 quilômetros de Londres. Ali ele resistiu aos serviços de "fagging" (trote

de calouros), usualmente requeridos dos mais jovens pelos estudantes mais antigos, e quando ele próprio já um estudante de classe superior usava um "fag" (calouro) fazia-o com uma cortesia bastante revolucionária. Foi um aluno difícil, quebrava a disciplina, cometia travessuras e negligenciava os estudos que lhe eram atribuídos; mas lia muito, muitas vezes bons livros, chegando até Bacon, Locke, Hume, e Berkeley. Aparentemente perdeu ali sua fé religiosa pois um colega de estudos chamava-o de "danado ateísta".[4]

Aos 17 anos entrou no Trinity College, em Cambridge. Ali alugou uma residência espaçosa, com criados, um cachorro e um urso como companheiros de quarto. Freqüentava as prostitutas locais e os médicos, e ocasionalmente procurava serviços especializados em Londres. Numas férias em Brighton (1808) ele manteve com ele uma rapariga disfarçada em rapaz; porém, com a devida imparcialidade, ele desenvolveu em Cambridage o que descreveu como sendo uma "violenta, porém *pura*, paixão e amor" por um belo jovem.[5] Também por sua exuberância, generosidade e encanto, ele fez várias amizades duradouras; a melhor delas com John Cam Hobhouse, o qual, sendo dois anos mais velho que ele, contribuía com algum bom senso momentâneo e cautela para a vida muitas vezes desregrada de Byron. Pois o jovem poeta parecia inclinado a arruinar-se com uma liberdade moral que não iria esperar pela inteligência para substituir as proibições da fé religiosa perdida.

Em junho de 1807, com a idade de 19 anos, ele publicou um volume de poemas — *Horas de Lazer por George Gordon, Lorde Byron, um Menor*. Ele dirigiu-se a Londres para procurar críticas favoráveis ao livro. A *Edinburgh Review* de janeiro de 1808 recebeu o livro com um comentário sarcástico sobre o título como sendo uma pose, e sobre a assinatura como uma desculpa; por que não havia o par adolescente esperando por algum tempo decente para apresentar alguma espécie de maturidade?

Byron atingiu sua maioridade em 22 de janeiro de 1809. Pagou as dívidas que mais o apertavam e incorreu em outras jogando. Assumiu sua cadeira na Casa dos Lordes e sofreu devido ao silêncio recomendado aos novatos; porém três dias mais tarde ele arrasou os críticos de seus livros com um artigo intitulado *Bardos Ingleses e Críticos Escoceses*, uma inteligente e cortante sátira, imitando e quase rivalizando a *Dunciad*, de Pope. Ridicularizava o sentimental movimento romântico (do qual em breve ele seria um líder e um deus), e clamava por um retorno ao vigor masculino e ao estilo clássico da idade augusta da Inglaterra:

> Tu deves acreditar em Milton, Dryden, Pope;
> Não deves exaltar Wordsworth, Coleridge, Southey...
> Em Horácio aprendemos: "Homero às vezes cochila";
> Sem ele sentimos que Wordsworth às vezes acorda...[6]

Então, após receber seu grau de M.A. (Master of Arts) em Cambridge, de tornar-se amigo de pugilistas, de praticar esgrima e de fazer um curso adicional na vida noturna de Londres, partiu com Hobhause em 2 de julho de 1809, para Lisboa e outros pontos a leste.

II. A GRANDE VIAGEM: BYRON, 1809-11

Ela não foi tradicionalmente grande: a Inglaterra estava em guerra e Napoleão controlava a França, a Bélgica, a Holanda, a Alemanha e a Itália; assim Byron despendeu a maior parte dos dois anos de sua viagem na Albânia, na Grécia e na Turquia, com considerável efeito sobre sua política, seus pontos de vista sobre as mulheres e casamento, e sua morte. Partiu deixando 13.000 libras esterlinas de dívidas e levou quatro criados com ele. Encontrou Lisboa empobrecida ao extremo pela guerra peninsular; todos os nativos pareciam-lhe hostis e Byron levava duas pistolas onde quer que fosse. Seu grupo viajou a cavalo para Sevilha e Cádiz e dali, em uma fragata inglesa, para Gibraltar (onde ele dispensou todos os seus criados, exceto seu criado de quarto habitual, William Fletcher), donde dirigiu-se para Malta. Ali (de 1º a 18 de setembro de 1809), ele apaixonou-se pela Srta. Spencer Smith, e tão conspicuamente que um capitão inglês comentou acerca de sua precipitação. Byron enviou-lhe um desafio com um floreio adicional: "Como o navio no qual eu devo embarcar deve velejar com a primeira mudança do vento, quanto mais cedo nosso negócio for decidido melhor. Amanhã às seis será a melhor hora." O capitão enviou-lhe suas desculpas.

No dia 19 de setembro, Byron e Hobhouse deixaram Malta no brigue *Spider*. Uma viagem a vela de uma semana levou-os a Patras. Ali eles foram rapidamente à terrea apenas para pôr os pés em solo grego, mas na mesma tarde reembarcaram no *Spider* e continuaram, passando por Missolonghi e a Ítaca de Penélope, indo desembarcar em Preveza, perto de Actium, tão fatal para Antônio e Cleópatra. Dali eles se transferiram para o norte a cavalo, através do Épiro em direção à Albânia, de cuja capital o terrível turco Ali Paxá governava a Albânia e o Épiro com a espada e em grande estilo. Ele concedeu a Byron todas as honras judiciosamente devidas a um lorde inglês; pois (disse ele ao poeta) sabia que ele era de linhagem aristocrática por suas pequenas mãos e orelhas.

Em 23 de outubro Byron e sua companhia regressaram, e no dia 27 alcançaram Janina, capital do Épiro. Ali ele começou a registrar as impressões de sua viagem em seu livro autobiográfico *A Peregrinação de Childe Harold*. No dia 3 de novembro o grupo viajou para o sul através da moderna Aetólia, escoltado (por ordem do Paxá) por um bando de mercenários albaneses, todos eles conhecidos por sua habilidade no assassinato e no roubo. Eles se apaixonaram por seu novo patrão, parcialmente porque ele parecia não ter medo da morte. Quando Byron caiu com uma febre, eles ameaçaram matar o médico se seu paciente morresse; o doutor fugiu, e Byron recuperou-se. Em 21 de novembro o grupo embarcou num navio de Missolonghi para Patras; ali, com uma nova guarda, eles prosseguiram a cavalo através do Peloponeso e de Ática, viram Delfos e Tebas, e entraram em Atenas no dia de Natal de 1809.

Deve ter sido para os dois peregrinos um dia de alegria misturada com tristeza. As evidências da antiga grandeza e da moderna decadência, e a aparentemente humilde aceitação do domínio turco por um povo que uma vez havia sido orgulhoso, e agora estava reduzido de forte em astucioso, contentando-se com os negócios e as conversas do dia, divertiram Hobhouse, mas entristeceram Byron, que encarnava o espírito de independência e de orgulho da raça. O poeta fez Childe Harold gritar por revolta, e pensava como poderia ele ajudar esses herdeiros de grandeza a serem livres.

De qualquer forma suas mulheres eram belas, com seus olhos escuros e incendiados,

e sua graça submissa. Byron e Hobhouse foram alojados e servidos pela viúva Macri, que tinha três filhas, todas elas de menos de 15 anos. O jovem libertino aprendeu a sentir por elas afeição e se regozijava com sua inocência. Aparentemente foi Tereza, que tinha 12 anos, quem ensinou a melodia de boas-vindas *Zoê mou sas agapo* — "Vida de minha vida, eu te amo." Baseado nesta terna frase ele escreveu sua famosa canção: "Donzela de Atenas, aqui nós partimos,/Dá-me, oh! dá-me de volta meu coração!"

No dia 19 de janeiro de 1810, Byron e Hobhouse partiram, com um criado, um guia e dois homens para cuidarem dos cavalos, a fim de visitarem uma das mais inspiradoras regiões da Grécia. A viagem tomou-lhes quatro dias, porém o fim justificava os meios: eles chegaram às colunas que restam do templo de Poseidon, erigido, no passado heróico, em cima do Promontório de Sunium (cabo Colonna) para avisar aos marinheiros que eles haviam avistado a Grécia. Foi para lembrar aquela perfeição em ruínas e o mar Egeu aparentemente liso muito embaixo, que Byron compôs "A Ilha da Grécia", mais tarde inserido no terceiro canto de *Don Juan*. De Sunium era apenas um dia a cavalo até Maratona, onde o poeta comoveu-se com sentimentos que em breve tomaram forma em famosas linhas:

> Das montanhas avista-se Maratona,
>   E de Maratona o mar se avista;
> Sozinho ali por uma hora cismei,
>   Com a Grécia de novo livre sonhei;
> Pois sobre o túmulo dos persas a pisar
>   Não podia escravo me considerar.

Em 5 de março Byron e Hobhouse deixaram Atenas num navio inglês, o *Pylades* com destino a Smyrna. Forçados a esperarem ali por um mês, o poeta completou o Canto II de *Childe Harold*. Uma excursão de três dias a Éfeso revelou as ruínas de uma cidade que havia vivido através de três zênites — grego, cristão e maometano. "A decadência de três religiões", observou Hobhouse, "é aqui apresentada em uma única visão."[7]

Em 11 de abril eles embarcaram na fragata *Salsette* com destino a Constantinopla. Ventos contrários e obstruções diplomáticas mantiveram o navio ancorado durante 15 dias no lado asiático do Dardanelos. Byron e Hobhouse passearam na planície de Troad esperando que ela cobrisse o Ilium de Homero, mas Schliemann ainda não havia nascido. Em 15 de abril Byron e um oficial naval inglês, o tenente William Ekenhead, fizeram-se transferir para o outro lado europeu, atravessando o Helesponto, e então tentaram nadar de volta; mas a força da correnteza e a frialdade da água foram demais para eles. Em 3 de maio eles tentaram de novo, cruzando de Sestos na Turquia Européia para Abydos na Asia Menor; Ekenhead cumpriu o feito em 65 minutos, Byron em 70. Naquele ponto o canal tem apenas 1,8 quilômetros de largura, mas a corrente forçou os novos Leandros a nadarem mais do que sete quilômetros.[8]

Os turistas alcançaram Constantinopla em 12 de maio, admiraram as mesquitas, e partiram em 14 de julho. Em 17 de julho seu navio ancorou no porto de Zea, na ilha de Keos, onde eles se separaram; Hobhouse continuou em direção a Londres, Byron e Fletcher mudaram-se para um navio que se destinava a Patras. De novo cruzaram por terra para Atenas. Ali Byron recomeçou sua longa pesquisa sobre as diferenças femininas; ele blasonava de suas conquistas, adquiriu gonorréia, e adotou a melancolia como

uma carreira. Em 26 de novembro, ele escrevia a Hobhouse: "Eu agora vi o mundo... eu experimentei todas as sortes de prazeres;... nada mais tenho a esperar e posso começar a considerar a maneira mais interessante de sair desta vida... Gostaria de encontrar um pouco da cicuta de Sócrates."[9] Em janeiro de 1811 ele alugou alojamento para ele e alguns criados num mosteiro dos capuchinhos aos pés da Acrópole, e sonhou com a paz monástica.

Em 22 de abril deixou Atenas pela última vez, permaneceu um mês em Malta, e daí prosseguiu para a Inglaterra. Ali chegou em 14 de junho dois anos e 12 dias após havê-la deixado. Enquanto se ocupava com a renovação de seus contactos em Londres, recebeu a notícia que sua mãe havia morrido, com a idade de 46 anos. Apressou-se a ir à abadia de Newstead e passou uma noite sentado no escuro ao lado de seu cadáver. Quando uma criada pediu-lhe para retirar-se para seu quarto ele recusou-se dizendo: "Eu só tive uma amiga no mundo e ela se foi!" Ele havia dito a mesma coisa num epitáfio para seu cão terra-nova Boatswain, que havia morrido em novembro de 1808, e que tinha sido enterrado na cripta do jardim da abadia:

> Para marcar o que resta dos amigos erige-se esta lousa;
> Eu nunca tive senão um — e aqui ele repousa.

Em agosto de 1811, Byron redigiu um testamento dando a abadia a seu primo George Byron, especificando presentes para seus criados, e deixando instruções para seu enterro: "Desejo que meu corpo seja enterrado na cripta do jardim de Newstead, sem qualquer cerimônia ou serviço fúnebre de qualquer espécie e que nenhuma inscrição, salvo meu nome e idade, seja escrita na lousa do túmulo; e é meu desejo que meu fiel cão não seja removido do citado túmulo."[10] Tendo tomado providências quanto à sua morte, partiu para conquistar Londres.

III. O LEÃO DE LONDRES: BYRON, 1811-14

Ele fazia amigos com facilidade, pois era atraente em sua pessoa e em suas maneiras, fascinante na conversação, amplamente informado sobre literatura e história, e mais fiel a seus amigos do que a suas amantes. Alugou aposentos no número oito de St. Jame's Street, onde recebeu Thomas Moore, Thomas Campbell, Samuel Rogers, Hobhouse...; e eles por sua vez deram-lhe as boas-vindas. Através de Rogers e Moore entrou no famoso círculo de Holland House. Ali encontrou Richard Brinsley Sheridan, que estava declinando em influência política mas que não tinha perdido o brilho de sua conversação. "Quando ele falava", Byron relembrava, "nós escutávamos sem um bocejo, das seis horas da tarde até a uma da madrugada... Pobre companheiro! Ele embebedava-se completamente e em pouco tempo. Ocasionalmente cabia a mim levá-lo para casa."[11]

Estimulado por esses inteligentes *whigs*, Byron adotou a causa dos quebradores de bastidores "luddite" de Nottinghamshire, seu próprio condado. Em 20 de fevereiro de 1812, os Comuns passaram uma lei condenando qualquer quebrador de bastidores capturado à morte. A proposta foi levada à Casa dos Lordes e em 27 de fevereiro Byron levantou-se para falar contra ela. Ele havia escrito seu discurso com antecedência, em

excelente inglês, e começou com o tom de modéstia esperado de um discurso inaugural. Admitia que alguns trabalhadores tinham sido culpados de violência envolvendo consideráveis perdas de propriedade, que as máquinas inutilizadas poderiam, após algum tempo, ter sido uma bênção para a economia nacional; mas ao mesmo tempo elas tinham deixado desempregados centenas de homens que tinham, durante muito tempo e com muito trabalho, adquirido uma habilidade subitamente tornada inútil para eles sustentarem suas famílias; eles estavam agora reduzidos à pobreza a à caridade e seu desespero e amargura podia ser avaliado por sua violência. À medida que prosseguia o jovem orador perdia a cautela e o apoio atacando a guerra como a fonte de miséria sem precedentes entre os trabalhadores ingleses. Os lordes franziram o sobrolho e aprovaram a proposta dos Comuns. Em 21 de abril, Byron fez um segundo discurso, denunciando o governo inglês na Irlanda, e clamando pela emancipação dos católicos em todo o império britânico; os lordes elogiaram sua eloqüência, rejeitaram seu apelo, e classificaram-no como um inocente político, inútil para seu partido. Ele abandonou a política e decidiu-se a lutar por sua causa através da poesia.

Doze dias após esse discurso inaugural os dois primeiros cantos de *Childe Harold's Pilgrimage* eram oferecidos ao público. Seu sucesso quase sem precedentes — a primeira edição (500 cópias) vendeu-se em três dias — encorajaram o autor a acreditar que ele havia achado um meio de comunicação mais durável que os discursos forenses. Nessa ocasião ele fez a exuberante observação: "Acordei uma manhã e descobri que era famoso."[12] Mesmo seus velhos inimigos da *Edinburgh Review* elogiaram-no e, em sinal de gratidão, ele enviou uma desculpa a Jeffrey por havê-lo ferido em seu *Os Bardos Ingleses e os Críticos Escoceses*.

Quase todas as portas estavam agora abertas para ele; quase todas as anfitriãs proeminentes convidavam-no; uma dúzia de mulheres, excitadas pelo seu belo rosto, adejavam em volta dele, esperando enredar o jovem leão com seus variados encantos. Elas não eram repelidas por sua reputação de voracidade sexual, e seu título de lorde fazia-o um prêmio precioso para aquelas que não conheciam suas dívidas. Gozava de suas atenções, sendo prontamente excitado por suas misteriosas radiações. "Existe", dizia, "algo em mim que amolece com muita facilidade em presença de uma mulher — alguma influência estranha, mesmo se eu não estou apaixonado por ela — da qual eu não posso dar conta, pois não tenho uma alta opinião a respeito de sexo."[13] A despeito de sua inteligência cética, sucumbiu repetidamente ao magneto que cada mulher de boa saúde representa para todo homem de boa saúde.

Uma de suas primeiras conquistadoras foi Lady Caroline Lamb (1785-1828). Filha do terceiro conde de Bessborough, ela casou-se aos 20 anos, com William Lamb, filho de lorde e Lady Melbourne. Após haver lido *Childe Harold's Pilgrimage* ela resolveu encontrar-se com o autor; mas ao ser apresentada a ele, amedrontou-se e rapidamente afastou-se dele como "perigoso para conhecer". A rejeição estimulou-o; quando eles de novo se encontraram "ele pediu permissão para me ver". Ele veio; ela era três anos mais velha e já era mãe, mas enfeitou-se e perfumou-se, e era herdeira de uma grande fortuna. Ele veio de novo, quase todos os dias; seu marido, ocupado com seus próprios negócios, aceitou-o como o equivalente inglês de um *cavaliere servente* italiano. Ela ficou mais e mais atraída por ele; foi a seu quarto, abertamente ou vestida como um pajem; escreveu-lhe apaixonadamente cartas amorosas. Durante algum tempo a temperatura dele subiu com a dela, até que ele propôs fugir com ela·[14] porém quando a mãe dela

e seu marido levaram-na para a Irlanda (setembro de 1812) ele prontamente resignou-se e em breve estava envolto em uma ligação com Lady Oxford.

No meio de tais exaltações Byron mantinha alguma estabilidade, escrevendo rapidamente, em versos fluentes, uma série de contos orientais de aventura, violência e amor. Eles não pretendiam ser grandiosos; eram imagens românticas, ecoando as viagens do poeta na Albânia, em Épiro e na Grécia; requeriam pouco pensamento do escritor e nenhum do leitor, e vendiam excitantemente bem. Primeiro veio *The Giaour*, em março de 1813; em breve, em dezembro, *A Noiva de Abydos*, da qual 6.000 cópias foram vendidas em um mês; ainda melhor *O Corsário* (janeiro de 1814) que superou todos os precedentes vendendo 10.000 cópias no dia de sua publicação; então vieram *Lara* (1815) e *O Cerco de Corinto* (18167). O editor coletou seus guinéiu e ofereceu uma parte a Byron que, orgulhoso como um lorde, recusou-se a receber pagamento por seus poemas.

Ao mesmo tempo em que compunha essas histórias de audaciosos bandidos, o autor estava se cansando com a sua vida em desacordo com a lei. Não podia continuar a ser um conquistador até que arruinasse sua saúde, sua boa acolhida e seus recursos financeiros. Ele e Hobhouse haviam jurado desprezar o casamento como uma prisão do espírito bem como da carne; agora ele imaginava se talvez o casamento não seria uma ancoragem para desejos que, se fossem deixados soltos, podiam perturbar não só ao indivíduo como à própria sociedade. Ele sentia que poderia ser persuadido a render sua liberdade pela estabilidade calma ou por uma renda mais segura do que a sua abadia em ruínas podia prover.

Annabella Milbanke parecia preencher todos os seus requisitos. Ela tinha beleza e educação e era a única herdeira de uma substancial fortuna. Quando pela primeira vez a encontrou, 25 de março de 1812, em casa de sua tia, Lady Melbourne, ele teve uma impressão favorável: "Seus traços são pequenos e femininos, embora não regulares; ela tem a mais bela cútis imaginável. Seu corpo é perfeito para sua altura e há uma simplicidade, uma recatada modéstia em volta dela que... me interessaram enormemente."[15] Ele não falou com ela, pois cada qual esperava que o outro tomasse a iniciativa. Mas ela também estava interessada, pois em seu diário e suas cartas, ela despendeu algum tempo analisando o caráter dele: "aspereza de espírito,... dissimulador, a violência de seu desprezo... Sincero e independente... Diz-se que ele é um infiel, e eu acho que isto é provável pelo caráter geral de sua mente. Seu poema (*Childe Harold's*) é suficiente prova que ele pode ter sentimentos nobres, mas ele desencorajou sua própria bondade".[16] Esta era uma frase inteligente; talvez tenha ocorrido a ela o pensamento de quão interessante, embora perigoso, seria tentar salvar este homem sensitivo de seus próprios sentidos, liberar suas virtudes envergonhadas e, incidentalmente, capturar o jovem leão de Londres de todas essas mulheres que estavam alucinadas por sua escandalosa reputação.

Passaram-se os meses, durante os quais Lady Caroline Lamb manteve-se no palco. Então aquela chama foi arrefecida pelo Canal Irlandês; e em 13 de setembro de 1812, Byron escreveu a Lady Melbourne uma estranha carta que abriu uma fatal direção à sua vida: "Eu era, sou e serei, terno, dedicado a ... alguém a quem eu nunca disse muito, mas a quem eu nunca perdi de vista;... alguém com quem eu desejaria casar-me, se esse assunto (Lamb) não tivesse intervindo... A mulher a que eu me refiro é Miss Milbanke... Eu nunca vi uma mulher a quem eu tanto estimasse."[17] Lady Melbourne, muito satis-

feita, confiou a sua sobrinha a confissão de Byron, e perguntou-lhe se ela consideraria uma proposta. Em 12 de oububro Miss Milbanke enviou uma resposta digna de Talleyrand:

> Acreditando que ele nunca será o objeto daquela forte afeição que me faria feliz na vida doméstica, eu o enganaria por qualquer passo que pudesse, mesmo indiretamente, confirmar suas presentes intenções. De acordo com minhas limitadas observações de sua conduta, eu estou predisposta a acreditar em vosso forte testemunho a seu favor, e de boa vontade atribuo mais aos defeitos de meus próprios sentimentos do que àqueles de seu caráter que eu não esteja inclinada a retribuir sua dedicação. Após esta declaração, que eu faço com real pesar com a idéia que ela vai causar-lhe dor, devo deixar nossos futuros entendimentos ao julgamento dele. Não tenho razão para afastar-me de um conhecimento que me honra, e é capaz de trazer-me tanto prazer intelectual, exceto pelo medo de involuntariamente enganá-lo.[18]

Byron, que não tinha sentido nenhuma atração básica por essa letrada e conscienciosa *lady*, aceitou a recusa amavelmente e prontamente encontrou conforto nos braços da condessa de Oxford, depois nos de Lady Frances Webster, e, concomitantemente, nos de sua meia-irmã Augusta Leigh. Nascida em 1783, ela era mais velha que seu meio-irmão cinco anos. Nessa ocasião (1813) ela estava casada há seis anos com seu primo-irmão, o coronel George Leigh, e tinha três filhos. Nesta oportunidade ela veio a Londres, de sua casa em Six Mile Botton, Cambridgeshire, a fim de pedir o auxílio financeiro de Byron para dificuldades causadas pelas perdas de seu marido nos prados de corridas de cavalos e suas prolongadas ausências. Byron não pôde dar-lhe muito, pois sua renda era precária, mas ele a entreteve com sua amável conversação e descobriu que ela era uma mulher.

Tinha ela 30 anos; não era inteiramente a *femme de trente ans* que Balzac elogiava, pois faltava-lhe base intelectual e vivacidade; mas ela era afetiva, acomodatícia, talvez um pouco espantada pela fama de seu irmão e inclinada a dar-lhe o que quer que ele lhe pedisse. Sua longa separação dele, acrescida da negligência de seu marido, deixou-a emocionalmente livre. Byron, que havia descartado arrojadamente qualquer tabu moral que não atendesse ao teste de sua jovem razão, perguntava-se por que ele não poderia ligar-se à sua irmã, como os faraós haviam feito. O que aconteceu mais tarde indica que ele nessa ocasião, ou mais cedo, teve relações sexuais com Augusta.[19] Em agosto desse ano de 1813 ele pensou em levá-la com ele numa viagem ao Mediterrâneo.[20] Esse plano não deu certo, mas em janeiro ele levou-a a Newstead Abbey. Quando, em 15 de abril de 1814, Augusta deu à luz uma filha, Byron escreveu a Lady Melbourne, que "se for um macaco, a culpa será minha"; a própria criança, Medora Leigh, veio a acreditar que era filha dele.[21] Em maio ele enviou a Augusta três mil libras para liquidar as dívidas de seu marido; em julho esteve com ela em Hastings; em agosto levou-a para sua abadia.

Enquanto ele estava se envolvendo cada vez mais profundamente com sua meia-irmã, Miss Milbanke enviava-lhe cartas cuja crescente cordialidade levou-o a escrever em seu diário, na data de 1º de dezembro de 1813:

> Ontem recebi uma carta muito bonita de Annabella, que respondi. Que situação e que amizade esquisita é a nossa! — Sem uma centelha de amor de ambos os lados... Ela é uma mulher muito superior e muito pouco estragada, o que é estranho numa

> herdeira — uma moça de 20 anos — uma futura par do reino por seu próprio direito — filha única, e uma *savante*, que sempre fez o que bem entendeu. Ela é uma poetisa, uma matemática, uma metafísica e no entanto, apesar de tudo, muito boa, generosa e gentil, com muito pouca pretensão. Qualquer outra cabeça viraria com suas qualidades e um décimo das vantagens que ela tem.[22]

Como se ela tivesse lido esse espantoso tributo, suas cartas em 1814 tornaram-se crescentemente ternas, assegurando-lhe que ela tinha o seu coração livre, pedindo-lhe o seu retrato e assinando "afeiçoadamente". Derretendo-se com seu calor epistolar, escreveu-lhe em 10 de agosto: "Eu sempre te amei e ainda te amo". Ela respondeu que não estava preparada para o casamento, estando absorvida pela filosofia, a poesia e a história.[23] Respondendo a este desafio ele mandou-lhe, em 9 de setembro, uma segunda proposta, bastante despida de paixão, como num jogo de xadrez; se ela de novo recusasse ele planejava partir com Hobhouse para a Itália. Ela aceitou.

Ele aproximou-se de seu destino com duas alternativas: medo de que estivesse perdendo a liberdade à qual se havia acostumado nas amizades, no sexo e nas idéias; esperança de que o casamento o libertaria de uma envolvente teia de perigosas e degradantes alianças. Explicava a seus amigos: "Eu preciso, naturalmente, reformar-me, reformar-me inteiramente... Ela é uma pessoa tão boa." E à sua noiva: "Eu desejo ser bom... eu serei aquilo que te agradar fazer de mim."[24] Ela aceitou sua tarefa piamente. A Emily Milner, ela escreveu em 4 de outubro de 1814:

> Não é no grande mundo que o verdadeiro caráter de Lorde Byron deve ser procurado; mas pergunta àqueles mais próximos a ele — aos infelizes que ele consolou, aos pobres que ele abençoou, aos dependentes para os quais ele tem sido o melhor dos patrões. Por seu desânimo eu temo também ser responsável nos últimos dois anos. Tenho uma calma e profunda certeza — e confiança em Deus e no homem.[25]

Quando chegou a hora de Byron visitar a família de Annabella em Seaham, (próximo a Durham) e pedi-la em casamento, faltou-lhe a coragem. Demorou-se a caminho na casa de Augusta, e dali escreveu uma carta à noiva, retirando o compromisso. Augusta persuadiu-o a destruir a carta,[26] e aceitar o casamento como um laço salvador. Em 29 de outubro, prosseguiu para Seaham junto com Hobhouse, que anotou em seu diário: "Nunca vi um amante com menos pressa." O noivo julgou a família da noiva cordial, usou de suas melhores maneiras para agradá-los, e, em 2 de janeiro de 1815, conduziu-a ao altar.

IV PROVAÇÃO PELO CASAMENTO: BYRON, 1815-16

Depois da cerimônia eles viajaram num triste dia de inverno para uma lua-de-mel em Halnaby Hall, num subúrbio de Durham. Ele tinha quase 27 anos, ela 23. Ele tinha tido oito ou mais anos de sexo irresponsável e quase promíscuo, e quase raramente havia associado o coito com amor. De acordo com o relato de Moore, de uma passagem que ele viu nas memórias de Byron (queimadas em 1824), o marido não esperou pela noite para levar avante a consumação do casamento; "*tomou* Lady Byron no sofá antes do jantar no dia de seu casamento".[27] Depois do jantar, se nós pudemos confiar em sua lembrança, perguntou-lhe se ela tinha intenção de dormir no mesmo leito com ele, e

acrescentou: "Odeio dormir com qualquer mulher, mas podes escolher o que quiseres."[28] Ele adaptou-se a ela, mas mais tarde disse a Hobhouse que, naquela primeira noite "ele foi tomado por um súbito ataque de melancolia e deixou o leito". No dia seguinte (alega a esposa) "repeliu-me ao encontrar-me e murmurou palavras de frustrada ironia: 'Agora é muito tarde; o mal está feito e não pode ser desfeito.'"[29] Entregaram-lhe uma carta de Augusta Leigh; leu a Annabella o cabeçalho: "Queridíssimo, primeiro e melhor de todos os seres humanos."[30] De acordo com a lembrança de sua esposa, ele queixou-se "que se eu houvesse me casado com ele dois anos antes, eu teria poupado a ele aquilo que ele jamais pôde perdoar. Disse-me que poderia contar-me, mas era o segredo de uma outra pessoa... Eu perguntei... se __________ (Augusta) sabia disso. Ele pareceu-me aterrorizado."[31] No entanto, Annabella parece não ter tido nenhuma suspeita de Augusta nessa época.

Após três semanas em Halnaby Hall, os recém-casados voltaram para Seaham para uma estada com a família Milbanke, Byron ajustou-se e tornou-se popular com todo mundo, inclusive com sua esposa. Depois de seis semanas dessa vida começou a sentir a falta da excitação de Londres e das vozes de seus amigos. Annabella concordou. Em Londres instalaram-se em luxuosos aposentos em Piccadilly Terrace número 13. No dia após sua chegada, Hobhouse veio visitá-los e Byron recuperou seu bom humor. "Durante dez dias", relata a esposa, "foi mais bondoso do que eu jamais tinha visto."[32] Talvez por gratidão, ou temendo a solidão, ela convidou Augusta a passar algum tempo com eles. Augusta veio em abril de 1815, e permaneceu até junho. Em 20 de junho George Ticknor, o historiador americano da literatura espanhola, visitou o novo lar e fez um relato bastante favorável do comportamento de Byron. Naquela ocasião apareceu um tio de Annabella que alegremente transmitiu-lhes a notícia de que Napoleão acabara de ser derrotado em Waterloo. "Fico tremendamente aborrecido com isso", disse Byron.

Voltou a escrever poesia. Em abril de 1815 juntou-se a dois compositores judeus para publicar *Melodias Hebraicas*, para as quais eles haviam escrito as músicas e ele as palavras. A colaboração, a despeito do preço de um guinéu, em breve vendeu 10.000 cópias. Murray fez uma edição apenas dos poemas, e isso também encontrou uma ampla venda. Em outubro Byron terminou *O Cerco de Corinto*; Lady Byron fez a cópia limpa para o impressor. "Annabella", disse Byron a Lady Blessington, "teve um grau de autocontrole que eu nunca vi igualado... Isto produziu um efeito oposto em mim."[33]

Ele tinha alguma desculpa para sua irritabilidade. Pensando que havia vendido Newstead Abbey, tinha adquirido uma residência cara para ele e sua esposa, e tinha gasto generosamente para mobiliá-la; mas a venda não se realizou e Byron encontrou-se literalmente assediado. Em novembro de 1815, um bailio entrou no apartamento, colocou etiquetas em alguns dos móveis e ameaçou passar ali a noite até que Byron pagasse suas contas. Os ricos pais de Annabella, sentia Byron, deveriam ter contribuido mais generosamente para as despesas do novo casal.

Seus aborrecimentos manchavam mesmo seus intervalos de ternura com amargura e tristeza. "Se qualquer mulher pudesse ter tornado o casamento suportável para mim", disse ele a sua esposa, "tu o poderias." Mas a seguir dizia: "Eu penso que tu vais continuar a amar-me até que eu te bata." Quando ela expressava confiança e fé que ele aprenderia a amá-la, ele repetia: "Agora é tarde demais. Se tu me tivesses aceito dois anos antes... Porém é meu destino arruinar tudo aquilo de que me aproximo."[34] Tendo

aceito um lugar na comissão diretora do teatro Drury Lane, ele juntou-se a Sheridan e a outros na bebida e levou uma das atrizes para seu leito.[35] Annabella apelou a Augusta para vir de novo e ajudá-la a dominar o marido; Augusta veio (15 de novembro de 1815), reprovou seu irmão, e encontrou-se ligada a Annabella como vítima de sua raiva. "Augusta estava cheia de pena por sua cunhada."[36]

Durante a maior parte daqueles difíceis meses, Lady Byron estava grávida. Em 10 de dezembro de 1815 ela deu à luz uma filha que foi chamada Augusta Ada — mais tarde apenas Ada. Byron regozijou-se e tornou-se carinhosamente ligado à criança e, de passagem, à mãe. "Minha esposa," dizia ele a Hobhouse, naquele mês, "é a própria perfeição — a melhor criatura viva. Mas lembra o que te digo — não te cases."[37] Pouco após o nascimento de Ada suas fúrias retornaram. Num de seus acessos jogou na lareira um precioso relógio que usava desde menino, e em seguida despedaçou-o com um ferro da lareira.[38] Em 3 de janeiro de 1816, de acordo com o relato de Annabella a seu pai, Byron veio a seu quarto e falou com "considerável violência" de seus casos com as mulheres do teatro. Em 8 de janeiro ela consultou o Dr. Matthew Baillie com respeito à sanidade mental de Byron; ele veio, observou o poeta que se mantinha enclausurado, porém evitou dar uma opinião.

Aparentemente Byron consentiu que Annabella fosse, com a filha, passar uma temporada com sua mãe, Lady Milbanke, nascida Noel, na propriedade dos Noel, em Kirkby, Leicestershire. Cedo, na manhã de 15 de janeiro, ela partiu com Ada enquanto Byron ainda dormia. Em Wotburn ela parou para mandar-lhe uma estranha mensagem exortatória, porém compreensiva:

> CARÍSSIMO B: O nenê está bem e é a melhor das viajantes. Espero que estejas *bem*, e lembres de minhas preces e pedidos. Não te entregues à abominável mania de fazer versos, nem ao álcool, nem a nada nem a ninguém que não seja *legal* ou *correto*. Embora *eu* desobedeça ao escrever-te, diz-me qualquer coisa acerca de *tua* obediência em Kirkby. Ada manda-te seu amor, e eu o meu.
>
> PIP[39]

De Kirkby escreveu-lhe de novo, bem-humorada e afetuosamente, contando-lhe que seus pais tinham vontade de vê-lo. No mesmo dia ela escreveu a Augusta (que ainda estava com Byron) com a recomendação de Lady Milbanke de que ela deveria diluir o láudano (ópio) de Byron com três quartas partes de água.

Gradualmente, e depois inteiramente, Annabella disse a seus pais como Byron a havia tratado. Chocados, insistiram em sua completa separação do marido. Lady Milbanke apressou-se a ir a Londres para consultar um médico que havia observado o comportamento de Byron; se ela pudesse provar que Byron era louco, o casamento poderia ser anulado sem o consentimento de Byron. O examinador relatou que não havia visto sinais de insanidade no poeta, mas tinha ouvido falar de uns algumas colapsos nervosos, como por exemplo quando Byron foi acometido por um ataque de convulsões em seu entusiasmo acerca da atuação de Edmund Kean. Annabella acautelou sua mãe a não envolver Augusta Leigh no assunto, pois Augusta tinha sido "a mais confiável das amigas para mim... Eu temo muito que ela possa ser suposta a causa da separação por muitos, e isto seria uma cruel injustiça".[40]

Em 2 de fevereiro de 1816 o pai de Annabella, Sir Ralph Milbank, enviou a Byron uma proposta para uma separação pacífica. O poeta replicou cortesmente que não via razão pela qual sua esposa, que havia tão recentemente lhe mandado mensagens afeiçoadas, tivesse mudado tão completamente de opinião. Escreveu a Annabella pergun-

tando-lhe se ela concordava livremente com a ação de seu pai. Ela ficou comovida "em desespero e agonia" pela carta dele, mas seus pais recusaram-se a deixá-la responder. Augusta ajuntou seu próprio apelo para uma reconsideração, ao qual Annabella retrucou: "Eu lembrarei apenas a lorde Byron sua jurada e insuperável aversão pela vida de casado e o desejo e determinação que ele expressou, desde o seu começo, de livrar-se dessa sujeição por achá-la totalmente insuportável."[41]

Em 12 de fevereiro Hobhouse foi visitar Byron. A caminho ele escutou o falatório que circulava nos círculos sociais e literários de Londres, levando a crer que Byron tinha sido brutal e infiel a sua esposa. A seguir alguns itens do diário de Hobhouse daquele dia:

> Encontrei Mrs. L(eigh) e George B(yron, o primo do poeta), e deles vim a saber o que eu temo ser a verdade: que Byron é culpado de muito grande tirania — ameaças, fúrias, negligências — e mesmo de reais injúrias, como dizendo à sua esposa que ele estava *vivendo* com outra mulher... passando chave nas portas, — mostrando pistolas... de tudo o que ela (Lady Byron) parece acreditar que ele foi culpado — mas eles o perdoam — como? dizendo que ele é louco... Enquanto eu escutava essas coisas Mrs. L saiu e trouxe notícias de que seu irmão estava chorando amargamente em seu quarto de dormir — pobre, pobre amigo...
>
> Eu julgo agora meu dever dizer a Byron que mudei de opinião... Quando eu lhe disse o que havia escutado na rua aquele dia, ele ficou atônito — ele tinha escutado que havia sido acusado de crueldade, bebedeira e infidelidade — eu convenci-o a reconhecer muito daquilo que me disseram de manhã — ficou tremendamente agitado, disse que estava arruinado e iria estourar os miolos... Às vezes ele diz "e ela uma certa ocasião amou-me", em outras ocasiões ele fica alegre de livrar-se de uma tal mulher — disse-me que se nós viajássemos para o estrangeiro ele se separaria imediatamente.[42]

Mais ou menos nessa ocasião Byron recebeu uma conta de duas mil libras, correspondente ao coche que comprara para ele e sua esposa. Não pôde saldar a dívida, pois só tinha 150 libras disponíveis; no entanto, com sua característica e arrojada generosidade, em 16 de fevereiro de 1816, enviou 100 libras a Coleridge.

No dia 22 de fevereiro Annabella veio a Londres e deu ao Dr. Stephen Lushington um relato que, no julgamento dele, tornava a separação necessária. Naquela semana o falatório público mencionava Mrs. Leigh e acusava Byron de sodomia. Ele percebeu que qualquer outra recusa de uma separação quieta iria provocar uma ação na justiça na qual Augusta seria irrevogavelmente arruinada. Em 9 de março deu seu consentimento, e ofereceu-se a abrir mão de todos os direitos à fortuna de sua mulher, que rendia para o casal mil libras por ano; ela concordou que a metade dessa soma devia ser paga anualmente a ele. Prometeu publicamente renovar sua amizade com Augusta, manteve essa promessa e não procurou o divórcio.

Pouco após a separação Byron compôs um poema — "Que sejas feliz e se for para sempre, / ainda assim que sejas feliz" — e mandou-o para ela. Um grupo de seus amigos — Hobhouse, Scrope Davies, Leigh Hunt, Samuel Rogers, Lorde Holland, Benjamin Constant — foram visitá-lo em seus aposentos para fazê-lo esquecer o colapso de seu casamento. Sozinha e sem ser convidada, a enteada de Godwin, "Claire" Clairmont, trouxe-lhe uma palavra de admiração de um poeta rival, Percy Shelley, e ofereceu sua pessoa como um bálsamo para suas feridas. Ele aceitou a oferta abrindo com isso uma longa concatenação de novos pesares. No dia 25 de abril de 1816, com três criados e um médico pessoal, ele viajou para Ostende, para nunca mais ver de novo a Inglaterra.

V. A JUVENTUDE DE SHELLEY: 1792-1811

Percy elogiava o seu avô, Sir Bysshe Shelley, por ter "agido muito bem para com três esposas", além disso "ele é um ateísta completo que constrói todas suas esperanças no aniquilamento".[43] Sir Bysshe devia seu inusitado nome "cristão" ao nome de solteira de sua avó. Ele tinha uma longa descendência, a qual (como a de Byron) recuava até a conquista normanda; naquela distinta linha um Shelley tinha sido enforcado por haver apoiado Ricardo II, um outro por haver tomado parte numa conjuração para matar Elizabeth I. Sir Bisshe fugiu com sua segunda esposa, enterrou-a e fugiu com uma terceira, que era descendente de Sir Philip Sidney. A fortuna dela aumentou a de seu marido, e ajudou-o a obter um título de baronete em 1806. Ele chegou aos 83 anos de idade, com o que muito aborreceu seus filhos. O mais velho deles era Timothy Shelley, que cursou Oxford e entrou para o Parlamento, onde votava de acordo com a suave linha liberal dos *whigs*; em 1791 casou-se com Elizabeth Pilfold, uma mulher de grande beleza, de muito temperamento e algum agnosticismo,[44] qualidades essas que reapareceram em seu filho mais velho.

Percy Bysshe Shelley nasceu em 4 de agosto de 1792, na propriedade da família conhecida como Field Place — uma enorme casa e propriedade próxima a Horsham, em Sussex. Quatro irmãs nasceram mais tarde, e muito mais tarde um irmão. Percy foi criado na companhia íntima de suas irmãs; ele pode ter adquirido delas alguns de seus hábitos de ternura, excitabilidade e imaginação; e pela mais velha delas ele desenvolveu uma intensa afeição.

Em Eton ele sofreu as agonias do orgulho injuriado devido ao "fagging" (trote de calouros). Não ligava para a maior parte dos esportes, exceto o remo; por fatalidade nunca aprendeu a nadar. Em breve era proficiente em latim, e transformava os veteranos que o atormentavam em amigos ajudando-os em suas lições. Suas leituras extracurriculares incluíam muitas histórias de mistério e terror mas ele também admirava o materialismo de *De rerum natura* de Lucrécio, a ciência da *História Natural* de Plínio, o otimismo da obra de Condorcet *Esquema de um Quadro do Progresso da Mente Humana*, e o anarquismo filosófico de Godwin em *Inquérito a Respeito da Justiça Política*. Esse livro, escreveu ele mais tarde, "abriu minha mente a pontos de vista mais frescos e mais extensos; influenciou materialmente meu caráter; eu saí de sua leitura mais sábio, mais prudente e melhor... Reconheci que tinha deveres a executar".[45]

Durante as férias ele apaixonou-se, aos 16 anos de idade, por uma prima, Harriet Grove, que visitava muitas vezes Field Place. Eles iniciaram uma correspondência cujo ardor levou-os em 1809 a mútuas juras de eterna fidelidade. Mas ele confessou-lhe suas dúvidas acerca de Deus; ela mostrou essa carta agnóstica a seu pai, o qual aconselhou-a a mandar Percy passear. Quando, em janeiro de 1811, Harriet transferiu suas juras de casamento a William Helyer, Shelley escreveu a seu amigo Thomas Jefferson Hogg uma carta digna dos mais selvagens heróis de Byron: "Ela não é mais minha, ela me odeia como uma deísta, o que ela era antes. Oh! cristandade, quando perdoarei eu esta mais severa de tuas perseguições, que Deus (se existe um Deus) me destrua!... Está errado o suicídio? Eu dormi com uma pistola carregada e algum veneno na noite passada, mas não morri."[46]

Entrementes (1810) ele havia passado de Eton para o University College, Oxford. Ele ali evitou, exceto por uma noite ou duas de experiências,[47] a dissipação sexual que pa-

recia à maior parte dos jovens estudantes um caminho necessário para a maturidade. Ele escutava, de vez em quando, as conferências dos professores, que se mantinham apenas um passo à frente dele no latim e no grego; em breve ele estava compondo poesia latina e nunca esqueceu Ésquilo. Sua habitação era desorganizada, desarrumada, com livros e manuscritos espalhados, e a parafernália de um cientista amador; numa experiência ele quase fez explodir o seu quarto. Confiava em que a ciência iria refazer o mundo e o homem. Não ligava para a história, tendo aceito o parecer de Voltaire e Gibbon que ela era principalmente o registro dos crimes e das tolices da humanidade; apesar disso ele lia esses dois céticos com grande apreciação. Pensava que havia encontrado uma resposta para o enigma do universo em Lucrécio e nos *philosophes*: o universo seria uma coreografia de átomos seguindo leis necessárias. Então descobriu Spinoza, e interpretou-o como um monístico dualista que via a matéria e a mente como dois aspectos de uma substância divina — algo como uma mente em toda a matéria e algo como a matéria vestindo toda a mente.

Shelley lia apaixonadamente. Seu colega de classe Hogg descrevia-o como "tendo um livro nas mãos a toda hora; lendo... na mesa, no leito e especialmente durante os passeios... não somente em Oxford... em High Street, mesmo nas mais movimentadas artérias de Londres... Eu nunca vi olhos que devorassem as páginas mais vorazmente".[48] Comer para ele parecia um desperdício de tempo se não fosse acompanhado pela leitura; e a comida mais simples era a melhor, porque era a que menos distraía da digestão de idéias. Ele ainda não era um vegetariano, mas um pouco de pão num bolso e passas de uvas no outro parecia para ele uma refeição bem balanceada. Entretanto gostava de doces, saboreava mel no pão de gengibre, e gostava de temperar a água que bebia com vinho.[49]

Shelley é representado para nós, em seus dias de Oxford, como um rapaz alto, magro, ligeiramente curvado, um feixe de nervos, teorias e discussões; descuidado em sua roupa e seu cabelo; a camisa sem colarinho aberta na garganta; o rosto quase femininamente bonito; os olhos brilhantes mas inquietos; as maneiras estranhas mas corteses. Ele tinha um organismo de poeta, sensível na ponta de cada nervo, quente com sentimentos não reprimidos, receptivo a um caos de idéias mas alérgico à história. Tinha o código moral de um poeta, sublinhando naturalmente a liberdade individual e suspeitoso de restrições sociais. Admiráveis, relata Hogg, eram as noites no quarto de Shelley, quando eles liam filosofia e poesia um para o outro, demoliam leis e credos, trocavam certezas até duas horas da madrugada, e concordavam em um ponto acima de qualquer outro — que não havia um Deus.

Sobre este assunto os jovens rebeldes inventaram um trabalho em colaboração que eles chamaram *A Necessidade do Ateísmo*. Este termo era então proscrito na sociedade polida; os fidalgos céticos chamavam-se a si mesmos de deístas e falavam respeitosamente de Deus como sendo um espírito impossível de conhecer, inerente na natureza como sua vida e sua alma. Shelley mais tarde aderiria a este ponto de vista; mas na sua brava e imprudente juventude os escritores preferiam chamar-se a si mesmos ateístas, como um desafio a um tabu e um modo de chamar a atenção. O argumento do ensaio era que nem nossos sentidos, nem a razão, nem a história revelam um Deus. Os sentidos revelam apenas matéria em movimento de acordo com certas leis. A razão rejeita a idéia de um criador que tira o universo do nada. A história não oferece nenhum exemplo da

ação divina, nem de uma pessoa divina aparecendo na terra. Os escritores não assinaram seus nomes, mas na página de título atribuíram a obra a "Devido à deficiência de provas, Um Ateísta."

O jornal *Oxford University and City Herald* de 9 de fevereiro de 1811, continha um anúncio do panfleto. Apareceu em 13 de fevereiro e Shelley imediatamente colocou cópias dele na vitrine ou no balcão de uma livraria em Oxford. O reverendo John Walker, professor do New College, viu a exposição e ordenou ao livreiro que destruísse todas as cópias do panfleto em seu poder; assim foi feito. Nesse ínterim Shelley havia mandado cópias a muitos bispos e a diversos dignatários da Universidade.[50] Um deles levou o panfleto ao deão e *fellows* do University College. Esses convocaram Shelley para comparecer perante eles no dia 25 de março. Ele compareceu, foi lhe mostrado o panfleto, e perguntado se ele era o autor. Shelley recusou-se a responder e fez um apelo a favor da liberdade de pensamento e da imprensa. Foi-lhe determinado que deixasse Oxford na manhã seguinte; ouvindo isso Hogg confessou-se co-autor e pediu igual punição, o que lhe foi concedido. Naquela tarde um boletim do colégio anunciava que Shelley e Hogg estavam sendo expulsos "pela contumácia em recusar-se a responder certas perguntas que lhes foram propostas". Em particular, o deão enviou uma mensagem a Shelley dizendo que se lhe fosse difícil abandonar a escola com um aviso tão curto, um pedido para uma demora de alguns dias seria concedido. A mensagem foi ignorada. No dia 26 de março Shelley e Hogg partiram orgulhosamente, sentados em cima da diligência para Londres.

VI. A PRIMEIRA FUGA: SHELLEY, 1811-12

Alojaram-se em Poland Street número 15. O pai de Shelley, que estava na cidade para uma sessão do Parlamento, veio ter com eles ali e apelou para que eles renunciassem a seus pontos de vista. Encontrando Shelley inamovível, pediu-lhe para afastar-se de Hogg como uma má influência, para voltar para a casa da família e ali ficar "subordinado a uma pessoa que eu designarei para atender a vossa instrução e educação". Shelley recusou. O pai partiu zangado e desesperado; ele reconhecia a capacidade de Shelley e havia aspirado a um lugar honroso no Parlamento para ele. Hogg partiu para estudar leis em York. Em breve os recursos financeiros de Shelley acabaram; suas irmãs, que então estudavam na escola de Mrs. Fenning, no distrito de Claphan de Londres, mandaram-lhe dinheiro de suas mesadas. Em maio seu pai abrandou-se e concordou em dar-lhe 200 libras por ano.

Entre as colegas de estudo de suas irmãs em Clapham estava Harriet Westbrook, de 16 anos, filha de um próspero proprietário de uma taverna em Grosvenor Square. Quando foi apresentada a Percy ela ficou encantada por sua ascendência, a fluência de sua linguagem, a amplitude de seus estudos, a diabólica fascinação de seus pontos de vista. Ela logo concordou que Deus estava morto e que as leis eram incômodos desnecessários. Leu com profundos tremores os textos rebeldes que ele lhe emprestava e os clássicos traduzidos, revelando uma civilização que nunca tinha ouvido falar em Cristo. Convidou-o a ir a sua casa. "Eu passo a maior parte de meu tempo na residência de Miss Westbrook", escrevia Shelley a Hogg em maio de 1811. "Ela está lendo o *Dictionnaire philosophique* de Voltaire."[51] Quando suas colegas de escola descobriram

que seu estranho amigo era um ateísta, começaram a boicotá-la, como se ela já cheirasse ao inferno. Quando apanharam-na com uma carta dele, ela foi expulsa.

No princípio de agosto, Shelley relatava a Hogg: "Seu pai persegue-a do modo mais horrível, tentando compeli-la a ir para a escola. Ela pediu meu conselho; a resistência seria a resposta, e ao mesmo tempo eu tentei modificar Mr. Westbrook porém em vão! E em conseqüência de meu conselho ela conlocou-se sob minha proteção."[52] Mais tarde ele relembrava o resultado: "Ela evidentemente tornou-se afeiçoada a mim, e temia que eu não correspondesse a sua afeição... Foi-me impossível evitar que ficasse muito afetado e prometi unir meu destino ao dela."[53] Aparentemente fez-lhe uma proposta de união de amor livre que ela recusou; propôs-lhe casamento e ela concordou. Seu pai recusou consentimento. Em 25 de agosto o casal fugiu, tomou a diligência para Edimburgo e ali casaram-se pelos ritos da igreja escocesa (28 de agosto de 1811). O pai dela cedeu ao *fait accompli* e deu-lhe uma anuidade de 200 libras. Sua irmã mais velha, Eliza, veio viver com ela em York e (Shelley confessando-se muito fraco em assuntos práticos) encarregou-se dos fundos da nova família. "Eliza", relatava ele, "mantém as nossas reservas de dinheiro, por motivo de segurança, em algum buraco ou algum canto de sua roupa", e "dá-nos aquilo de que precisamos."[54] Shelley não estava inteiramente satisfeito com o patrocínio de Eliza, mas confortava-se com a docilidade de Harriet. "Minha esposa", escreveria mais tarde a Godwin, "é a parceira de meus pensamentos e meus sentimentos."[55]

Harriet e Eliza, com Hogg por perto, ficaram em York enquanto Shelley foi a Londres para tentar amolecer seu pai. Mr. Shelley tinha suspendido a sua pensão ao ter conhecimento da fuga; na ocasião renovou-a, mas proibiu a seu filho de jamais entrar na casa da família. Retornando a York, Shelley descobriu que seu caro amigo Hogg havia tentado seduzir Harriet. Ela nada disse disso a seu marido mas Hogg confessou, foi perdoado e partiu. Em novembro o trio mudou-se para Keswick, onde Shelley veio a conhecer Southey. "Eis aqui", escrevia Southey (4 de janeiro de 1812) "um homem que age sobre mim como o meu próprio espírito agiria. Ele é exatamente o que eu era em 1794... Eu lhe disse que a única diferença entre nós dois é que ele tem 19 anos e eu 37."[56] Shelley verificou que Southey era amável e generoso, e lia com prazer a poesia do homem mais velho. Alguns dias mais tarde ele escrevia: "Eu não tenho tanta consideração por Southey como eu tinha. Devo confessar que ao vê-lo junto com sua família... ele aparece da forma mais amável... Como ele é corrompido pelo mundo, contaminado pelos costumes; toca-me o coração quando eu penso o que ele poderia ter sido."[57]

Shelley encontrou algum bálsamo na leitura de *Justiça Política* de Godwin. Quando soube que esse filósofo, que havia sido famoso, vivia agora na pobreza e na obscuridade, escreveu-lhe uma carta de adoração:

> Eu havia incluído vosso nome na lista dos honrados mortos. Eu lamentava que a glória de vosso gênio tivesse desaparecido dessa nossa terra. Não é assim. Vós ainda viveis e, firmemente acredito, continuais planejando o bem-estar da humanidade. Eu apenas entrei na cena das operações humanas, no entanto meus sentimentos e meus objetivos correspondem aos vossos... eu sou jovem; sou entusiasmado pela causa da filosofia e da verdade... Quando for a Londres irei procurar-vos. Estou convencido que posso apresentar-me a vós em tais termos que vós não me julgareis indigno de vossa amizade...
>
> "Adieu." Esperarei ansiosamente vossa resposta.[58]

A resposta de Godwin desapareceu; mas podemos julgar de seu teor por sua carta de março de 1812: "Tanto quanto eu posso penetrar em vosso caráter, concebo-o como exibindo uma extraordinária reunião de amáveis qualidades, não sem consideráveis defeitos. Os defeitos surgem e sempre surgiram principalmente dessa fonte — que vós sois ainda muito jovem e que sob alguns aspectos essenciais vós não percebeis isto suficientemente." Ele recomendou a Shelley não publicar todas suas ebulições e, se publicasse alguma, não colocar seu nome por baixo. "A vida do homem que faz isso (publica e assina) será uma série de retratações."[59]

Shelley já tinha praticado esta restrição mantendo em manuscrito, ou em algumas cópias impressas particularmente, sua primeira importante composição — *Queen Mab* (Rainha Mab). "Isto foi escrito por mim na idade de 18 anos, — ouso dizer com um espírito suficientemente destemperado — mas... não era destinado à publicação."[60] Em 1810 ainda estava inflamado com os *philosophes* franceses; colocou como prefácio do poema o zangado mote de Voltaire *Écrasez l'infâme!* e tomou emprestadas muitas idéias da obra de Volney *Les Ruines, ou Méditations sur les révolutions des empires* (As ruínas, ou Meditações sobre as Revoluções dos Impérios, 1791).

No início do poema a donzela Ianthe está adormecida. Num sonho a fada-rainha Mab desce a ela do céu, leva-a para as estrelas, e pede-lhe que contemple daquela perspectiva o passado, o presente e o futuro, da terra. Uma sucessão de impérios desfilam perante ela — o Egito, Palmira, a Judéia, a Grécia, Roma... Pulando para o presente, a Rainha Mab apresenta o quadro de um rei (obviamente o príncipe Regente) o qual é "um escravo dos mais baixos apetites";[61] ela admira-se que nenhum dos desgraçados que morrem de fome enquanto ele goza de seus festins "levanta um braço para enxotá-lo do trono"; e ajunta um veredito hoje famoso:

> O homem
> De alma virtuosa não manda nem obedece.
> O poder, como uma devastadora pestilência,
> Polui o que quer que ele toque.[62]

A Rainha também não gosta do comércio e de Adam Smith: "A harmonia e a felicidade do homem cedem à riqueza das nações"; "todas as coisas são vendidas, mesmo o amor".[63] Ela descreve a queima de um ateu na fogueira; isto amedronta Ianthe; a Rainha conforta-a assegurando: "Não existe Deus."[64] Ashverus, o judeu errante, entra e censura o Deus do Gênesis por haver punido bilhões de homens, mulheres e crianças, através de milhares de anos, pelo incompreensível pecado de uma mulher.[65] (Byron pode ter encontrado sugestões aqui para seu *Caim*; Shelley havia mandado a ele uma cópia de impressão privada.) Finalmente a Rainha pinta um futuro rosado: o amor não aprisionado pela lei, as prisões vazias e desnecessárias, a prostituição desaparecida, as mortes sem dor. Então ela pede a Ianthe que volte à terra, pregue o evangelho do amor universal e tenha uma fé indescorajável na sua vitória. Ianthe acorda. — É um poema vigoroso, a despeito de seu pensamento juvenil e do estilo algumas vezes bombástico; de qualquer forma um notável produto para um rapaz de 18 anos. Quando, sem o consentimento do poeta, *Queen Mab* foi publicado em 1821, os radicais da Inglaterra deram-lhe as boas-vindas como sua acusação e seu sonho. Dentro de 20 anos 14 edições haviam sido publicadas por firmas piratas.[66]

Após uma estada (de fevereiro a março de 1812) na Irlanda, onde, com heróica imparcialidade, ele trabalhou tanto pelas causas católicas quanto pelas causas proletárias, Shelley e Harriet transferiram-se para o País de Gales. Oprimidos pela pobreza dali foram para Londres a fim de levantar fundos para obras de caridade galesas. Ele aproveitou a oportunidade para apresentar seus respeitos a Godwin; este ficou tão satisfeito com ele que as duas famílias freqüentemente se visitavam. Após curtas viagens de volta à Irlanda e ao País de Gales, o jovem casal instalou-se em Londres. Ali em 24 de março de 1814, para assegurar a legitimidade de qualquer filho ou herdeiro que pudessem vir a ter, Shelley e Harriet casaram-se novamente, agora de acordo com o rito da Igreja da Inglaterra. Algum tempo antes, na data do aniversário dela ele havia-lhe endereçado uma renovação poética de suas juras:

> Harriet! Que a noite dissolva todos os laços mortais;
> Mas os nossos não serão mortais!...
> Virtude e Amor! Ânimo indobrável,
> Liberdade, Devoção e Pureza!
> Que a vida meu espírito a ti consagra.[67]

VII. A SEGUNDA FUGA: SHELLEY, 1812-16

Durante todas as suas peregrinações, Shelley parece nunca haver pensado em ganhar seu próprio sustento. Talvez ele compartilhasse com o ponto de vista de Wordsworth que um poeta dedicado devia ser dispensado de trabalhos e preocupações que poderiam afogar a poesia em seu sangue. Ele não via nenhuma contradição entre a propaganda que fazia a favor de direitos iguais em uma república e seus esforços para participar da riqueza que seu avô havia legado a seu pai. Juntava algo à anuidade que seu pai lhe dava vendendo "post-obits" a emprestadores de dinheiro; assim, em 1813 assumiu um compromisso de 2.000 libras de sua esperada herança por 600 libras à vista.

Talvez os emprestadores de dinheiro ficassem encorajados por seu físico fraco e suas usuais doenças. Uma dor constante de seu lado esquerdo (segundo relataria sua segunda esposa) "tornava seus nervos tensos a um nível de sensibilidade que fazia com que sua visão da vida fosse diferente daquela de um homem que gozasse de sensações saudáveis. Perfeitamente gentil e comedido de maneiras, ele sofria de uma grande irritação, ou melhor, excitação, e sua capacidade de resistência estava quase sempre por um fio".[68]

Shelley julgou que poderia aliviar suas dores por meio de uma dieta vegetariana. Confirmou-se nessa esperança pelas experiências descritas no livro de John Newton *Retorno à Natureza, ou Defesa de um Regime Vegetariano* (1811). Por volta de 1812 ele e Harriet eram vegetarianos convictos. Em 1813 estava tão entusiasmado acerca do que ela chamava de "sistema pitagórico"[69] que interpolou em suas notas para *Queen Mab* um apelo a todo o mundo:

> Por tudo o que é sagrado em nossas esperanças pela raça humana, eu conjuro aqueles que amam a felicidade e a verdade a fazerem uma tentativa honesta com o sistema vegetariano!... Não há doença do corpo ou da mente que a adoção de uma dieta ve-

> getariana e água pura não tenham infalivelmente mitigado onde quer que a experiência tenha sido tentada. A debilidade é gradualmente convertida em energia, a doença em saúde.[70]

Em *Recomendação de Uma Dieta Natural* (1813) ele atribuía os impulsos maus dos homens e a maior parte das guerras a uma dieta de carne, e apelava para um retorno do comércio e da indústria de volta para a agricultura:

> Num sistema natural de dieta nós não precisaríamos de especiarias da Índia, nem de vinhos de Portugal, Espanha, França ou Madeira... O espírito da nação, que deve tomar a liderança nessa grande reforma, iria insensivelmente tornar-se agrícola; o comércio com todos os seus vícios, egoísmo e corrupção, iria gradualmente declinar; hábitos mais naturais produziriam maneiras mais gentis.[71]

Uma estranha concatenação de circunstâncias levou-o de seu vegetarianismo à ruptura de seu primeiro casamento. Devido a sua admiração por John Newton veio a conhecer a cunhada de Newton, Mrs. Joseph Boynton, uma vegetariana, uma republicana, encantadora a despeito de seus cabelos brancos e capaz de uma conversação educada em duas línguas. Em junho de 1813 Harriet havia dado à luz uma bela menina, que Shelley chamou Ianthe; naquele verão ele mudou-se com elas e sua irmã para Bracknell, um agradável lugar, a 50 quilômetros de Londres. E pouco tempo após Mrs. Boynton alugou uma casa ali e reuniu em volta dela um círculo de *émigrés* franceses e radicais ingleses cujos pontos de vista sobre o governo e sobre a dieta agradavam a Shelley. Mais e mais freqüentemente ele deixava Harriet e Ianthe com Eliza, e ia gozar da companhia de Mrs. Boynton, de seus amigos e da sua filha casada.

Diversas sombras haviam-se interposto em suas relações com a esposa. Ele parece ter sentido um certo retardo no crescimento intelectual dela: ela se tornara crescentemente absorvida em sua filha, e descuidada acerca da política, e ao mesmo tempo havia adquirido um gosto pelos confortos da vida e roupas caras; em parte por causa dela ele havia comprado uma custosa carruagem. Nesta crítica situação de seus negócios (26 de maio de 1813) ele recebeu um aviso de seu pai que, a não ser que ele se retratasse de seu ateísmo e se desculpasse ao deão de seu colégio em Oxford, o pai o deserdaria e terminaria com toda a ajuda financeira. Na expectativa de um substancial legado ao atingir a idade adulta (4 de agosto de 1813) Shelley tinha contraído dívidas que hipotecavam seu futuro. Harriet e Eliza entraram em pânico e, obviamente perguntavam-se se Paris não valia uma missa. Shelley recusou retratar-se e continuou a frenqüentar os serões de Mrs. Boynton. Godwin mandou dizer-lhe que estava arriscado a ser preso por seus credores, deixando ver a Shelley que precisava de ajuda. Em junho de 1814 Harriet mudou-se com sua filha para Bath, aparentemente esperando que seu marido fosse em breve encontrá-la ali. Shelley foi para Londres, alugou aposentos em Fleet Street, tentou levantar dinheiro para Godwin, e quase diariamente jantava na casa do filósofo em Skinner Street. Ali ele encontrou Mary Godwin.

Mary era a criança por ocasião de cujo nascimento, há 17 anos, a talentosa mas infortunada lutadora pelos direitos da mulher Mary Wollstonecraft tinha perdido sua vida. A fresca juventude de Mary, sua mente alerta, seu rosto pálido e pensativo, a admiração confessada por Shelley, foram demais para o poeta que era ainda um rapaz de 21 anos. De novo a piedade misturou-se com o desejo. Ele tinha muitas vezes ouvido falar de

Mary Wollstonecraft e seu notável livro; aqui estava a filha dela que, infeliz sob a tutela de uma madrasta dura, ia muitas vezes sentar-se sozinha sobre o túmulo de sua mãe. Aqui — sentia Shelley — com sua dupla herança de sensibilidade e intelecto, estava uma mente em um espírito mais belo do que o de Harriet. Dentro de uma semana ele estava envolvido no paroxismo de uma paixão tal como lhe parecia jamais haver experimentado antes. Em 6 de junho ele pediu a Godwin a mão de sua filha. O atônito filósofo denunciou seu acólito como "licencioso", proibiu-o de freqüentar sua casa e pôs Mary sob a custódia de sua madrasta.[72]

Um pouco depois disso Thomas Love Peacock encontrou o poeta quase delirante em seu quarto de Fleet Street. "Nada que eu jamais haja lido em contos ou na história poderia apresentar uma imagem mais violenta de uma súbita, impetuosa, irresistível... paixão do que aquela na qual eu o encontrei sofrendo, quando, a seu pedido, eu vim da campanha para visitá-lo... Seus olhos estavam injetados de sangue, seu cabelo e suas vestes em desordem. Ele apanhou um frasco de láudano e disse: 'Eu nunca me separo disto.'"[73]

A despeito de todos os obstáculos, Shelley conseguiu encontrar-se com Mary no túmulo de sua mãe. Ele reduziu a resistência dela dizendo-lhe que Harriet tinha sido infiel a ele com um certo Mr. Ryan.[74] Continuou durante algum tempo a negar a legitimidade do filho de que Harriet agora estava grávida (mais tarde ele admitiu que era seu próprio); ela negou essa acusação e os amigos de Shelley, Peacock, Hogg, Trelawny, e seu editor Hookham apoiaram-na; Godwin mais tarde rejeitou-a.[75]

Shelley escreveu a Harriet (ainda em Bath) e pediu-lhe para vir a Londres. Ela veio (14 de julho de 1814) e foi recebida na casa do pai dela. O poeta visitou-a ali e encontrou-a assustadoramente doente. Pediu-lhe para conceder-lhe uma separação; ela recusou. Ao voltar a seus aposentos, ele escreveu-lhe uma carta febril na qual imaginava uma espécie de concordância:

CARÍSSIMA AMIGA:

Exausto como estou com nossa entrevista, e seguro de ver-te de novo amanhã às 12 horas, eu não posso deixar de escrever-te agora.

Estou mais calmo e mais feliz pelas afirmações que me fizeste...

Por isso, querida Harriet, do mais íntimo de minha alma eu te agradeço. Esta é talvez a maior das muitas bênçãos que eu recebi, e ainda estou destinado a receber, de tuas mãos. Eu olhava a própria luz do dia e olhava meu próprio ser com um horror profundo e insuportável. Vivia na esperança de consolo e felicidade de tua parte e não fui enganado.

Repito (acredita-me pois sou sincero) que meu apego a ti permanece inalterado: concebo que ele adquiriu um caráter mais profundo e mais duradouro, que agora está menos exposto do que nunca às flutuações da fantasia ou do capricho. Nossa ligação não foi de paixão ou de impulso; a amizade foi sua base e nessa base ela aumentou e reforçou-se. Eu não me reprovo pelo fato de tu jamais haveres enchido meu coração com uma paixão inteiramente satisfatória...

Não posso eu ser mais do que um amigo? Oh! muito mais irmão, pai de tua filha, tão querida quanto ela é para ambos...

Se tu desejas sacar algum dinheiro dos banqueiros antes que eu te veja, Hookham te dará um cheque.

"Adieu". Traz-me minha doce filha. Eu sempre a amarei, tu podes estar segura.

Teu mais afeiçoado
P. B. SHELLEY[76]

Harriet dá a sua própria impressão numa carta de 20 de novembro de 1814 a Catherine Nugent:

> ...Mary estava disposta a seduzi-lo... Agitou sua imaginação, falando-lhe de sua mãe e indo ao túmulo dela todos os dias, até que afinal lhe disse que estava morrendo de amor por ele... Por que (perguntava Mary) nós não podemos todos viver juntos? Eu como irmã dele, ela como sua esposa? Ele teve a loucura de acreditar que isso era possível, e mandou-me buscar quando eu estava morando em Bath. Podes supor como eu me senti ao descobrir tudo. Fiquei acamada durante 15 dias após isso; nada podia fazer por mim mesma. Ele pediu-me para viver... Eis-me aqui, minha querida amiga, esperando para trazer outro filho para este mísero mundo. A partir do mês que vem deverei dar à luz. Ele não estará perto de mim.
>
> H. Shelley[77]

Godwin dá alguns detalhes do assunto numa carta de 27 de agosto de 1814, a John Taylor:

> Eu tinha a mais completa confiança nele (Shelley); sabia-o suscetível dos mais nobres sentimentos; era um homem casado e tinha vivido feliz com sua esposa durante três anos... No domingo, 26 de junho, ele acompanhou Mary e sua irmã Jane Clairmont, à tumba da mãe de Mary... Parece que ali ocorreu a ele a ímpia idéia de seduzi-la, com isto traindo-me, e desertando sua esposa... Na quarta-feira, 6 de julho,... ele teve a loucura de expor seus planos a mim e pedir meu consentimento. Eu adverti-o de sua imprudência,... e com tanto efeito que pelo momento ele prometeu desistir de seu amor licencioso... Ambos enganaram-me. Na noite do dia 27, Mary e sua irmã Jane fugiram de minha casa; e na manhã seguinte eu encontrei uma carta informando-me o que eles haviam feito.[78]

Jane Clairmont era apenas meia-irmã de Mary, sendo filha da segunda Mrs. Godwin, e de um ex-marido. Originalmente chamada Clara Mary Jane, ela preferia ser chamada Clara, e tornou-se Clare ou Claire. Nascida em 27 de abril de 1798, ela tinha agora 16 anos de idade, e era bastante conscientemente núbil. Talentosa e generosa, sensível e orgulhosa, ela impacientava-se sob a autoridade de uma mãe preocupada e irritável e de um padrasto por demais ocupado e às vésperas da falência para dar-lhe qualquer espécie de amor. Ela apelou a Mary e Shelley para levá-la com eles. Eles assim o fizeram e no dia 28 de julho de 1814 os três fugiram de Londres para Dover e daí para a França.

Em 20 de agosto os viajantes chegaram a Lucerna. Ali Shelley não encontrou nenhuma mensagem para ele e nenhum dinheiro vindo de Londres; tinha em sua bolsa apenas 28 libras esterlinas. Tristemente disse a suas camaradas de viagem que precisava voltar a Londres e arrumar suas finanças. De navio e carruagem dirigiram-se para o norte, e no dia 13 de setembro de 1814 estavam de novo em Londres. Ele passou os próximos vinte meses escondendo-se de seus credores, e levantando novos empréstimos para alimentar a ele, a Mary, a Claire, e a Godwin, que ainda recusava-se a vê-lo porém recebia bem suas remessas de dinheiro. Entrementes Harriet deu à luz o segundo filho, Charles; Mary deu à luz a seu primeiro, William; e Claire pulou para o leito de Byron. Finalmente o avô do poeta morreu deixando ao pai de Shelley, agora Sir Timothy Shelley, propriedades no valor de 80 mil libras. Shelley era agora o herdeiro aparente, mas não era assim reconhecido por seu pai. Ele ofereceu-se a resignar a seus direitos em troca de uma anuidade para toda a vida de mil libras; assim foi concordado e Shelley destinou 200 libras por ano para Harriet. Em 4 de maio de 1816, ele, Mary, William, e Claire partiram de novo para

Dover e para a França. Nove dias antes deles, Byron tinha "batido a poeira da Inglaterra de seus pés".

VIII. FÉRIAS NA SUÍÇA: BYRON E SHELLEY, 1816

Ambos os poetas, independentemente, haviam escolhido a Suíça como seu refúgio, e Genebra como seu centro de operações. O grupo de Shelley chegou a 15 de maio e alojou-se no subúrbio de Sécheron. Byron e sua comitiva tomaram em Ostende um suntuoso coche que ele mandara construir, a um custo de 500 libras, no modelo que havia sido usado por Napoleão e capturado em Genapse como parte dos troféus de Waterloo; tinha um leito, uma biblioteca e todas as facilidades para comer. Byron fez uma *tournée* especial no terreno e do que restou daquela batalha; e provavelmente em Bruxelas, naquela tarde, compôs as estâncias 21 a 28 que seriam especialmente lembradas no Canto III do *Childe Harold's Pilgrimage*.

Mais tarde, em 25 de maio, ele registrou-se no Hôtel d'Angleterre, dois quilômetros ao norte do centro de Genebra. O registro de entrada do hotel exigia que ele declarasse sua idade, ele escreveu "100". Claire Clairmont, que tinha estado ansiosamente verificando as chegadas, verificou isso e mandou-lhe uma nota apiedando-se de sua idade e sugerindo um encontro. No dia 27 de maio ele encontrou por acaso Shelley, Mary e Claire num atracadouro de barcos; este foi o primeiro encontro dos poetas. Byron havia lido *Queen Mab*, tinha elogiado sua poesia, mas tinha ficado polidamente silencioso acerca de sua política; era demais esperar-se de um jovem de 24 anos que entendesse as virtudes da aristocracia — embora eles pudessem ter concordado na conveniência da herança. Shelley até o fim considerou Byron seu superior em poesia.

Em 4 de julho ele alugou uma casa em Montallegre, a quatro quilômetros de Genebra, na margem sul do lago Genebra. Em 7 de julho Byron alugou a vila Diodati, a dez minutos a pé da residência de Shelley. Eles juntaram-se para alugar um pequeno barco a vela e as duas famílias muitas vezes juntas saíam para velejar pelo lago ou reunir-se numa noite de discussão na Villa Diodati. Ali, em 14 de junho, Byron sugeriu que cada um deles escrevesse uma história de fantasmas. Eles tentaram; todos confessaram seu fracasso, exceto Mary que, com a idade de 19 anos, produziu uma das mais famosas novelas do século XIX — *Frankenstein*, ou *O Moderno Prometeu*; ela foi publicada em 1818 com um prefácio de Shelley. Entre muitas outras características notáveis, ela apresentava dois problemas que ainda são de interesse básico: pode a ciência criar a vida? E pode ela impedir seu poder de produzir o mal tanto quanto o bem?

Byron havia sugerido que ele e Shelley fizessem uma circunavegação do lago em seu modesto barco, parando em lugares históricos, especialmente aqueles que se haviam tornado famosos pela obra de Rousseau, *Julie, ou La Nouvelle Heloïse*. Shelley concordou, embora ele ainda não tivesse aprendido a nadar. Eles partiram, com dois marinheiros, em 22 de junho, e levaram dois dias para chegar a Meillerie (na Sabóia). Ali demoraram no lugar onde, na novela, Saint-Preux banido da presença de Julie tinha supostamente escrito seu nome nas rochas. Continuando sua viagem os poetas tiveram de enfrentar uma súbita tempestade. As ondas repetidamente cobriam a proa do barco, ameaçando virá-lo. Byron mais tarde relembrava a cena: "Eu tirei meu casaco, fi-lo tirar

o dele, dizendo-lhe o que eu pensava... eu poderia salvá-lo se ele não lutasse quando eu o segurasse... Ele respondeu-me com a maior frieza que não pensava em ser salvo, que eu teria bastante que fazer para salvar-me eu mesmo, e pediu-me para não se incomodar com ele.''[79]

A tempestade acalmou-se, os poetas chegaram a terra e descansaram, e na manhã seguinte visitaram Chillon e o castelo onde François de Bonnevard havia sido aprisionado (1530-36) pelo duque de Lausanne. Em Clarens — Shelley levando nas mãos a novela de Rousseau como um guia — os poetas andaram por sobre o terreno que havia se tornado memorável como um santuário do romantismo francês. Em 27 de junho eles aportaram em Ouchy, que era o porto de Lausanne; naquela noite Byron escreveu *O Prisioneiro de Chillon* e esboçou as estrofes sobre Rousseau em *Childe Harold*. Em 28 de junho os poetas visitaram a casa em Lausanne onde Gibbon havia escrito *O Declínio e a Queda do Império Romano*. Em 1º de junho os viajantes estavam de novo de volta a Montallègre e Diodati. Durante as próximas duas semanas Byron escreveu um terceiro canto de *Childe Harold's Pilgrimage* e Claire Clairmont copiou-o para ele, conhecendo então um dos poucos felizes momentos de sua vida.

Era seu destino trazer com ela a infelicidade. Sua aberta devoção a Byron provocou o falatório dos suíços a um ponto em que ele machucava: os dois poetas, segundo acusavam, estavam vivendo em relações promíscuas com as duas irmãs. Algumas almas imaginativas chamavam Byron e Shelley de demônios encarnados; e uma *lady* inglesa viajando pela Suíça, desmaiou quando Byron apareceu no *salon* de Mme. de Staël em Coppet.[80] Talvez este falatório tenha tido parte na determinação de Byron de terminar suas relações com Claire. Ele pediu a Shelley que não a deixasse vir mais à Villa Diodati. Claire, que agora estava grávida de três meses de um filho de Byron, apelou para que lhe fosse permitida mais uma visita, mas foi dissuadida.

Em 24 de julho, Shelley levou Claire e Mary numa viagem até Chamonix, na Sabóia. Naquele dia eles não conseguiram — mas tiveram sucesso no dia seguinte — alcançar o Mer-de-Glace. Retornando à Suíça, eles pararam no mosteiro de Montenvers. Sob sua assinatura no livro de visitas, irritado pelas piedosas declarações que precediam a sua, ele escreveu em grego: ''*Eimi philanthropus demokratikos t'atheos te* —'' (eu sou um amante da humanidade, um democrata e um ateu.)[81] Quando Byron, pouco tempo após, parou no mesmo lugar, raspou a palavra ''atheos'', temendo que isto pudesse ser usado contra Shelley na Inglaterra. Assim de fato foi.[82]

Em 29 de agosto, Shelley, Mary e Claire partiram para a Inglaterra. Byron deu a Shelley o manuscrito de *O Prisioneiro de Chillon* e os Cantos III e IV de *Childe Harold* para entregar ao editor John Murray. O próprio Shelley, ocupado com Mary e Claire, trouxe apenas o ''Hino à Beleza Intelectual'', e a ode ''Mount Blanc: Linhas Escritas no Vale de Chamouni (Chamonix).'' Esta ode é quase tão confusa quanto os ribeirinhos gelados que escorregam montanha abaixo até o Mer-de-Glace. Shelley teve tantas impressões e tão diversas que não foi capaz de dar-lhes nenhuma expressão clara; e enquanto que durante algum tempo ele pensava nas imponentes massas como expressando o deus Natureza de Wordsworth, mais tarde recaia no sentimento de uma fria imensidão desdenhosamente silenciosa perante todos os julgamentos humanos.

O ''Hino à Beleza Intelectual'' mostra também alguma influência de Wordsworth, mas as ''idéias de imortalidade'' de Shelley em breve feneceram. Ele admira-se de como

há escuridão da mesma forma que há luz, mal da mesma forma que há bem; sonha que o homem ainda pode ser salvo por um aprofundamento e alargamento de seu senso estético, e a perseguição da beleza no pensamento e ação bem como na carne e na forma:

> Jurei que dedicaria minhas energias
> A ti e aos teus — não cumpri meus votos?
> ...jamais a alegria minha mente iluminou
> Sem ligar-se à esperança que tu livrarias
> Este mundo de sua negra escravidão,
> Que tu, oh majestosa beleza,
> Possas dar o que estas palavras não podem expressar.[83]

Afinal as tentativas de Wordsworth, Byron e Shelley para encontrarem um amigo benevolente na natureza fracassaram perante sua calma neutralidade. Wordsworth rendeu-se à Igreja da Inglaterra, Byron e Shelley renderam-se ao desespero.

IX. DECADÊNCIA EM VENEZA: BYRON, 1816-18

Em setembro de 1816 Hobhouse veio da Inglaterra e juntou-se a Byron numa longa excursão pelos Alpes Suíços. Em outubro eles cruzaram para a Itália. Foram bem recebidos em Milão; os educados italianos honraram Byron como o maior poeta vivo inglês, e apreciavam seu evidente desgosto pelo domínio austríaco da Lombardia. Ele alugou um camarote no La Scala. Stendhal viu-o ali e descreveu-o extaticamente: "Eu fiquei assombrado por seus olhos... Nunca em minha vida vi nada tão belo ou mais expressivo. Mesmo hoje, quando penso na expressão que um grande pintor poderia dar a um gênio, esta sublime cabeça aparece imediatamente em frente a mim. Nunca esquecerei a divina expressão de sua face; era a serena aparência do poder e do gênio."[84]

O poeta e seu amigo chegaram a Veneza em 16 de novembro de 1816. Hobhouse deixou-o depois de uma apressada visita e logo foi para Roma. Byron alugou aposentos numa rua transversal à Piazza San Marco, e fez da esposa de seu hospedeiro, Marianna Segati, sua amante. Mesmo assim ele encontrou tempo para completar *Manfred* (setembro de 1818) e para começar *Don Juan*, no qual ele passa de tristes, românticas e auto-indulgentes meditações a uma sátira alegre, bem humorada e realista.

Manfred, naturalmente, é de novo Byron, agora disfarçado como um misantropo melancólico num castelo gótico. Sentindo "uma forte maldição sobre minha alma" e meditando sobre seus pecados, ele convoca as feiticeiras de seus esconderijos alpinos e pede-lhes um dom — o esquecimento. Elas lhe respondem que o esquecimento só vem com a morte. Ele sobe ao pico da Jungfrau e vê no tronco de um pinheiro queimado pelo raio um símbolo dele mesmo — "um desgraçado tronco numa rocha amaldiçoada, que apenas transmite um sentimento de decadência". Ele procura morrer pulando de um despenhadeiro, um caçador o impede, leva-o para uma cabana de montanha, oferece-lhe um quente vinho, e pergunta-lhe a razão de seu desespero. Manfredo, tomando o vinho por sangue, replica em palavras que podem ser tomadas como um confissão de incesto:

Digo que é sangue! A pura e cálida corrente
Que nas veias de meus pais correu, e nas nossas
Quando éramos jovens, e tínhamos coração,
E amávamo-nos um ao outro como não nos devíamos amar;
E que foi derramado; mas que ainda se eleva
Colorindo as nuvens que do céu me separam.

Ele inveja a liberdade do caçador e sua vida saudável

Enobrecido pelo perigo, embora inocente; esperando
Uma velhice alegre e um tranqüilo túmulo,
Com uma cruz e uma coroa sobre a verde grama
E o amor de teus netos por epitáfio;
Isto imagino — e então olho para dentro de mim —
E não mais importa — minh'alma perdida já está.

Ele dá ouro para o caçador e parte. Usando de sua ciência oculta ele convoca Astarte, na qual ele vê a figura de seu amor proibido. Seu apelo a ela para perdoá-lo — "Astarte, minha amada, fala-me!" — é um dos altos vôos da paixão e do sentimento byroniano. Da mesma forma que os grandes criminosos da terra dos Lugnagianos das aventuras de Gulliver, ele foi condenado à imortalidade e pensa que esta é a maior penalidade possível; pede-lhe, de acordo com seu poder místico, que lhe dê a dádiva da morte. Ela consola-o: "Manfred, amanhã acaba tua vida terrena." Uma feiticeira que assiste aplaude a coragem dele: "Ele dominou-se, e faz sua tortura tributária de sua vontade. Se ele fosse um de nós seria um maravilhoso espírito." O Satanás de Milton pode ter deixado aqui um de seus muitos ecos nos trabalhos de Byron. — Ao abade que, na noite seguinte, procura conquistá-lo de novo para Cristo, Manfred responde que é tarde demais e acrescenta:

Há uma espécie
De mortais na terra que velhos se tornam
Em sua juventude, e morrem antes da idade madura
Sem a violência de uma morte na guerra.

E quando Manfred parte para seu último encontro, o abade lamenta:

Esta deveria ter sido uma nobre criatura;
Tinha ele toda a energia que o teria feito
Bela moldura de gloriosos elementos
Se fossem sabiamente misturados.

Como se desafiando o mundo a pensar que suas mais escuras suspeitas a respeito dele estavam agora confessadas, Byron mandou *Manfred* para a Inglaterra e Murray publicou-o em 16 de junho de 1817. Uma semana mais tarde uma revista de Londres clamava por um fim a toda simpatia por Byron, o qual "pintou Manfred com suas próprias características pessoais... Manfred exilou-se da sociedade, e em que poderemos basear nossa compaixão pelo exilado? Simplesmente a confissão de um dos mais revoltantes crimes. Ele cometeu incesto!"[85]

Em 17 de abril de 1817, Byron deixou Veneza para passar um mês com Hobhouse

em Roma. Seu pé impediu-o de fazer a *tournée* dos museus, mas ele viu as maciças relíquias da Roma clássica e visitou Pompéia. "Eu sou uma ruína entre ruínas", dizia Childe Harold.[86] Em 28 de maio ele estava de volta em Veneza.

No mês de dezembro conseguiu, após muitas tentativas, vender a abadia de Newstead e suas terras por 94.500 libras esterlinas; instruiu seu banqueiro londrino, Douglas Kinnaird, a pagar todas suas dívidas, e a mandar-lhe 3.300 libras por ano das rendas do que restasse; além disso ele agora concordava em receber pagamento por seus poemas. Enriquecido, ele comprou o suntuoso palácio Mocenigo no Grande Canal. Equipou-o com 14 criados, dois macacos, dois mastifes e uma nova amante — Margarita Cogni, orgulhosa esposa de um banqueiro local. Ele não era monógamo; alardeava ter tido 200 mulheres, em série, enquanto em Veneza.[87] Em 20 de janeiro de 1817 informava Kinnaird que "às noites eu às vezes saio e quase sempre me divirto copulando"; e em 9 de maio de 1818 ele escrevia a seu banqueiro: "Eu tenho um mundo de prostitutas".[88] Pelo meio do verão ele havia caído da divindade descrita por Stendhal dois anos antes; estava gordo, seu cabelo estava se tornando grisalho e ele parecia mais velho do que seus 30 anos. Shelley ficou chocado ao assim encontrá-lo quando de novo se viram.

X. SHELLEY *PATER FAMILIAS*: 1816-18

Em 8 de setembro de 1816, Shelley, Mary, seu filho William, sua *nurse* suíça Elise Foggi, e Claire Clairmont chegaram à Inglaterra. Todos, menos Shelley, foram para Bath; ele apressou-se a ir para Londres, esperando ali encontrar 500 libras de seu pai. Não encontrou dinheiro algum, e teve que deixar de cumprir sua promessa de dar 300 libras a seu desesperado sogro. Godwin ficou zangado; Shelley fugiu para sua companheira ilegal em Bath.

Ali, em 26 de setembro e 3 de outubro, Mary recebeu ternas cartas de sua meia-irmã Fanny Godwin. Nascida na França em 1794, Fanny era a filha "natural" do capitão Imlay e Mary Wollstonecraft. Ela tinha sido adotada por Godwin ao casar-se com sua mãe. A despeito da bondade dele, ela tinha sido infeliz sob o involuntário cuidado de sua segunda esposa, Mrs. Clairmont. Suas cartas revelam uma alma gentil, suportando bravamente o infortúnio, sem queixar-se de ninguém e timidamente ansiosa por agradar. Mary tinha se comportado em relação a ela como uma irmã, mas após Mary e Claire viajarem com Shelley, Fanny não tinha nenhuma proteção contra sua madrasta. Quando os fujões voltaram à Inglaterra, suas finanças precárias não os encorajavam a juntar Fanny a seu grupo. Em 12 de outubro Shelley trouxe a Mary e Claire a notícia de que Fanny tinha ido para Swansea, se fechado num quarto de hotel, e se matado com ópio.

As Fúrias não tinham nenhuma piedade de Shelley. Ao voltar à Inglaterra ele inquirira acerca de sua esposa, à qual ele ainda estava legalmente ligado. Soube que ela estava vivendo com seu pai, e recebendo regularmente 400 libras por ano. Em novembro ele procurou visitá-la, mas disseram-lhe que ela havia desaparecido. Em 12 de dezembro de 1816, o *Times* publicou que seu corpo havia sido recuperado dois dias antes, no lago Serpentine, em Hyde Park.

Ansioso para obter a custódia de sua prole com Harriet — sua filha Ianthe e seu filho Carlos — Shelley apressou-se a legalizar por meio de um casamento sua união com Mary

(30 de dezembro de 1816). Durante três meses seu apelo pelas crianças arrastou-se na corte do lorde chanceler. Mary assegurou-lhe que ela ficaria "muito feliz em receber aqueles queridos tesouros", — os filhos de Harriet — a seus cuidados. Mas o pai de Harriet e sua irmã contestaram o pedido de Shelley baseados em que ele era um reconhecido ateísta, que não acreditava em casamento legal, que havia desertado sua esposa e fugido com uma mulher solteira; um tal homem não era provável que pudesse educar as crianças de uma maneira conveniente para a vida na Inglaterra. A corte não aceitou o argumento sob o ponto de vista teológico, mas reconheceu os outros e decidiu contra Shelley (março de 1817). No entanto, a escolha dos pais adotivos por ele foi sancionada pela corte e ele concordou em contribuir com 100 libras por ano para sua manutenção.

Enquanto seu marido estava em litígio em Londres, Mary cuidava de Claire Clairmont, a qual, apenas com 19 anos, deu à luz (12 de janeiro de 1817) a uma filha que afinal chamou-se Allegra. As cartas de Claire para Byron após haver deixado a Suíça não tinham sido respondidas, embora as de Shelley o fossem; e o pensamento de que Byron jamais reconheceria a criança levava a mãe ao desespero. Shelley pediu a Byron que lhe desse instruções, cuidando de fazê-lo ver a beleza de Allegra. Byron concordou em ficar com a criança e tomar conta dela, se ela lhe fosse trazida. Mary complicou o assunto (setembro de 1817) dando à luz sua segunda filha que foi batizada Clara Everina. Mãe e filha não passavam bem e em breve todos os adultos concordaram que a família necessitava era do calor, do céu e das frutas da Itália. Em 11 de março de 1818 cruzaram para a França, e começaram a longa viagem, em carruagens *mal-de-mer* até Milão.

Dali Shelley enviou a Byron um convite para vir e ver Allegra. Temendo que isto levasse a uma renovação de sua ligação com Claire, Byron recusou. Em vez disso, sugeria ele, a *nurse* da criança poderia levá-la a Veneza, e se o plano de adoção fosse satisfatório, a mãe teria liberdade de visitar Allegra de vez em quando. Claire consentiu relutantemente. Byron achou a pequena menina tão bonita e amável que levou-a para seu palácio; mas Allegra ficou tão assustada por seus animais e concubinas, que Byron em breve pagou a Richard Hoppner e sua esposa para levarem a criança para sua casa.

Ouvindo isto, Shelley e Claire (deixando Mary e suas crianças em Lucca) foram para Veneza, onde encontraram Allegra razoavelmente bem tratada. Byron recebeu Shelley cordialmente, levou-o a um passeio de gôndola até o Lido, e convidou a ele e sua família, com Claire e Allegra, a ficarem por tanto tempo quanto quisessem na *villa* de Byron, I Cappuccini, em Este. Mary veio de Lucca com suas crianças, mas Clara Everina ficou doente na viagem e morreu em Veneza (24 de setembro de 1818). Em 29 de outubro, após terem ficado um mês em I Cappuccini, eles disseram adeus a Allegra e partiram para o sul em direção a Roma.

XI. O APOGEU DE SHELLEY, 1819-21

Entre sua chegada a Roma (1819) e sua reunião com Byron em Pisa (1821) os grandes acontecimentos na vida de Shelley foram seus poemas. Tinha havido relâmpagos de grande beleza antes, como aqui e ali em *Queen Mab*, e ultimamente como em "Ozymandias" (1817) — um soneto de compacto pensamento e arrebatadora força. Às "Li-

nhas Escritas nos Montes Euganei" (1818) falta tal concentração de pensamento e forma cinzelada; e as "Linhas Escritas em Desalento Próximo a Nápoles" (1818) são por demais autopiedosas para merecerem condolências; um homem não deve andar com seus pesares expostos. Agora, porém, em três anos, aparecem *Prometeu Liberado*, "Ode ao Vento Oeste", "A uma Cotovia", "A Nuvem", *Epipsychidion* e *Adonais*. Nós passamos daí a *Os Cenci* (1819), no qual Shelley com algum sucesso tenta rivalizar John Webster e outros dramaturgos dos períodos de Elizabeth e Jacob numa escura e sangrenta história de incesto e assassínio.

Prometeu Liberado, de acordo com o prefácio do autor, foi escrito em cima das Termas de Caracala em Roma, em 1820. Ele havia desafiado os elizabetanos com *Os Cenci*; agora ele arriscava o maior golpe de sua ambição desafiando os gregos. Em *Prometeu Acorrentado*, Ésquilo havia mostrado o "preciente" como um titã rebelde acorrentado a uma rocha no Cáucaso por haver revelado à humanidade por demais acerca da árvore do conhecimento. Na parte restante perdida da trilogia, de acordo com a tradição, Zeus tinha se compadecido e livrara Prometeu da rocha, e da águia que sob o comando divino tinha continuamente picado o fígado do herói, como a dúvida pica as certezas de um rebelde. O "drama lírico" (como ele o chamava) de Shelley mostra Zeus como um rabugento velho Bourbon, cruelmente responsável pelos infortúnios da humanidade e seu mau comportamento na terra; Prometeu ataca-o com todo o ardor de um calouro de Oxford chamando os bispos para o serviço de Deus. Então o titã arrepende-se da intensidade de sua maldição: "Eu não desejo que nenhuma criatura viva sofra dor."[89] Ele retorna à sua tarefa escolhida — trazer sabedoria e amor para toda a humanidade. O Espírito da Terra, regozijando-se, saúda-o: "Tu és mais do que Deus, sendo sábio e bondoso."[90]

Durante o Ato I as falas são suportáveis, e os versos dos espíritos que participam do drama trovejam com energia elementar, brilham com metáforas ambrosianas, e deixam-se levar por melodiosas rimas. Mas discursos, teológicos ou ateológicos, não são o relâmpago da poesia; as odes tornam-se odiosas, e os versos perdem seu apelo quando caem sobre o leitor em profusa confusão; uma beleza que não termina torna-se um aborrecimento. Uma parte por demais extensa da poesia de Shelley é a emoção lembrada *sem* tranqüilidade. Sentimos algo de fraqueza nesses versos, sentimentos em demasia para muito pouco espaço; demasiadas maneiras e linhas falando de corações e de flores ("eu sou como uma gota de orvalho que morre", diz o Espírito da Terra[91]). É um estilo que pode adornar uma poesia lírica mas que torna vagaroso um drama — o qual pelo seu próprio nome deve ser cheio de ação; um "drama lírico" é uma contradição de termos.

Por contraste, a "ode ao Vento Oeste" (1819) entusiasma-nos do princípio ao fim, pois sua poderosa inspiração é comprimida em 70 linhas. Aqui a riqueza das linhas de Shelley não tem tempo de saturar; a emoção não se dilui, porém fica centralizada numa idéia — que o inverno de nosso descontentamento pode esperançosamente ser seguido por alguma primavera de crescimento. Esta metáfora tão empregada ocorre repetidamente em Shelley; ela o sustém quando seu mundo de esperanças e sonhos parece cair em ruínas ante o ataque da experiência. Ele rezava para que suas idéias, como folhas caídas levadas pelo vento, pudessem ser preservadas e espalhadas através "do gracioso encanto de seu verso". Isso de fato aconteceu.

A ode em causa, que toca os pináculos da poesia, foi "concebida e na maior parte escrita", segundo diz-nos Shelley, "num bosque que margeia o Arno próximo a Florença, e num dia quando aquele vento tempestuoso... estava coletando as névoas que descem com as chuva outonais".[92] Por que havia ele abandonado Roma? Porque ele ou tinha que esconder-se ou que enfrentar a proximidade dos turistas ingleses, os quais pensavam nele não como um grande poeta, mas como um adúltero ateu. Ele e Mary sentiram mais fortemente a morte de seu filho William (7 de junho de 1819), com apenas 4 anos de idade. Nenhum dos pais jamais se recuperou inteiramente com a perda de ambos os seus filhos num período de nove meses. Cabelos grisalhos apareceram entre os cabelos castanhos de Shelley embora ele tivesse apenas 27 anos.

Após haver enterrado William no cemitério inglês em Roma, a família transferiu-se para o norte, para Livorno, em inglês Leghorn. Vagando ali por um jardim, Shelley sentiu-se ferido, como qualquer poeta poderia sentir-se, com o vôo assustado dos pássaros a sua aproximação. Um especialmente o fascinou pelo seu canto à medida que subia para o céu. Voltando a seu quarto ele compôs a primeira versão de "A uma Cotovia", com seus obcecantes e meditativos hexâmetros. Aquelas leves estrofes não ofendem com suas rimas, pois cada linha é aquecida pelo sentimento e repleta de pensamentos.

Em 2 de outubro de 1819 os Shelleys mudaram-se para Florença, onde Mary deu à luz seu terceiro filho, logo chamado Percy. Em Florença Claire Clairmont encontrou emprego como governanta e afinal liberou Shelley de tomar conta dela. Em 29 de outubro de 1820 ele transferiu-se com sua família para o Hotel Tre Palazzi em Pisa, onde ele teve talvez a sua mais estranha aventura.

A despeito de suas repetidas doenças ele não havia perdido a sua sensibilidade para a gravitação sexual; e quando ele encontrou uma mulher não somente bela mas fortunada, a dupla atração tomou conta dele. Emilia Viviani era uma moça de família importante, que tinha sido contra a sua vontade colocada num convento próximo a Pisa, até que um marido financeiramente conveniente pudesse ser encontrado para ela. Shelley, Mary e Claire foram vê-la algumas vezes, e todos ficaram encantados por seus traços clássicos, suas maneiras modestas, e sua confiante simplicidade. O poeta idealizava, fazia-a objeto de seus sonhos acordados e escreveu alguns deles em *Epipsychidion* ("A uma alma sem par"?) o qual foi publicado sob um pseudônimo em 1821. Algumas linhas são surpreendentes:

> Nunca pensei antes da morte encontrar
> Tão perfeita visão de juventude. Emily,
> Te amo; embora o mundo por mesquinho nome
> Irá esconder este amor de sua desvaliosa vergonha.
> Ah, se fôssemos gêmeos, filhos da mesma mãe!
> Ou, que o nome que meu coração a outra deu
> Pudesse ser um laço de irmãos para ti e para ela,
> Juntando dois raios de luz numa só eternidade!
> Entretanto, se um fosse legal e o outro verdadeiro,
> Estes nomes, embora caros, não podíamos pintar como devido,
> Quão desesperadamente eu te pertenço. Ai de mim!
> Não sou teu: sou parte *de ti*.

E depois, de êxtase em êxtase:

Esposa! Irmã! Anjo! Farol de meu destino
Cujo curso tem sido tão sem estrelas!
Oh tarde demais amada! Ou cedo demais por mim adorada!
Pois nos campos da imortalidade
Meu espírito deveria primeiro ter adorado o teu,
Divina presença numa divina paisagem.

É claro que o jovem de 28 anos estava numa condição que favorecia a idealização; nossas leis e moral não podem regular inteiramente nossas glândulas; e se uma pessoa é um gênio ou um poeta ele deve encontrar alguma saída e alívio na ação ou na arte. Neste caso a doença foi curada ou redimida por um poema que oscila entre o absurdo e a excelência:

Chegou o dia e tu comigo fugirás...
Um navio no porto já espera
E o vento já desce das montanhas

para levá-los a uma ilha no azul Egeu:

É uma ilha que dorme entre o Céu, o Ar, a Terra e o Mar
E que repousa em serena tranqüilidade...
Minhas são a ilha e a casa, e eu jurei
Que tu serás a senhora dessa solidão.

Ali ela seria o seu amor e ele o dela:

Nossos hálitos se misturarão, nossos peitos unidos,
E nossas veias junto pulsando; e nossos lábios,
Com outra eloqüência que a da palavra, eclipsarão
A alma que entre eles queima, e os poços
Que fervem nas mais íntimas células de nossos seres,
As fontes de nossa mais profunda vida irão
Confundir-se na dourada pureza da Paixão...
Eu ofego, mergulho, tremo, expiro![93]

Pode isto chamar-se o "simples Shelley"? Pobre Mary, deixada a cuidar de seu bebê Percy e de seus próprios sonhos, não reparou nessas efusões por algum tempo. Aos poucos a visão desapareceu; Emilia casou-se e (de acordo com Mary) fez o marido levar "um inferno de vida";[94] Shelley arrependeu-se de seu melodioso pecado, e Mary cuidou de sua desolação com maternal compreensão.

Shelley entusiasmou-se para fazer melhor poesia quando soube que Keats havia falecido (23 de fevereiro de 1821). Ele talvez não tivesse gostado muito de *Endymion*, mas a "crítica selvagem" com a qual a *Quarterly Review* havia recebido a maior obra de Keats de tal maneira o zangou que ele apelou à sua musa comum para inspirar-lhe uma conveniente nênia. Em 11 de junho ele escreveu a seus editores em Londres: "'Adonais' está acabado e vós em breve o recebereis. Ele se adapta pouco à popularidade, mas é talvez a menos imperfeita de minhas composições."[95] Havia escolhido para sua forma as difíceis estrofes de Spenser, tão recentemente usadas como uma melhor fonte de rimas por Byron em *Childe Harold's Pilgrimage*; e Shelley trabalhou no réquiem com todo

o cuidado de um escultor cinzelando o monumento funerário para um amigo; mas as demandas do modelo rígido deram a algumas das 55 estrofes um ar de artificialidade que uma arte menos apressada talvez houvesse escondido. O tema atribuía por demais apressadamente a uma crítica literária a razão da morte de Keats, e aquele que o pranteava pedia que "a maldição de Caim caia sobre a cabeça daquele que trespassou teu inocente peito";[96] porém a autópsia de Keats mostrou que ele tinha morrido de tuberculose aguda.

Nas estrofes finais Shelley dá as boas-vindas à sua própria morte como uma abençoada reunião com os mortos que não morrem:

> Aquele que é único fica; os que são muitos mudam e passam;
> A luz dos Céus para sempre brilha; as sombras da terra se vão;
> A vida, como uma abóbada de vidro multicolorido,
> Mancha a branca radiação da Eternidade,
> Até que a morte fá-la em estilhaços. Morre,
> Se tu queres estar com aquilo que procuras!..
>
> Por que retardar-te, por que voltar, por que escolher-te, meu Coração?
> Tuas esperanças já se foram; já se despediram
> De todas as coisas daqui; deves agora partir!...
> É Adonais que chama! Ó, apressa-te! Não deixes
> Que a Vida aparte o que a Morte pode unir...
>
> Estou sendo levado para a escuridão, impiedosamente, para longe,
> Enquanto que, brilhando através do mais íntimo véu dos Céus,
> Como uma estrela a alma de Adonais
> Acena-me da morada onde vive o Eterno.[97]

Keats poderia ter respondido com suas inesquecíveis linhas:

> Agora mais que nunca parece doce morrer
> À meia noite sem dor expirar
> Enquanto tu liberas tua alma
> Num êxtase sem igual![98]

XII. AMOR E REVOLUÇÃO: BYRON, 1818-21

Shelley reteve diferentes recordações de Byron em seu último encontro: suas finas maneiras, sua simples conversação, seus generosos impulsos e seu aparente contentamento com uma degradante promiscuidade de companheiros e cortesãos. "As mulheres italianas com as quais ele se liga são talvez as mais desprezíveis entre todas as que existem sob a lua... Byron familiariza-se com a classe mais baixa dessas mulheres, pessoas que seus gondoleiros apanham nas ruas. Ele permite que pais e mães barganhem com ele por suas filhas... Mas que ele é um grande poeta eu penso que sua oração ao oceano o prova."[99] Byron estava bem certo de seu abandono da moral e dos gostos ingleses; o código inglês o havia tornado um fora da lei, e ele por sua vez o rejeitava. Apesar disso, ele disse a um amigo em 1819: "Eu estava desgostoso e cansado com a vida que levava em Veneza e de bom grado voltaria minhas costas a ela."[100] Ele teve nisso sucesso, com

a ajuda, a paciência e a devoção de Teresa Guiccioli.

Eles se encontraram pela primeira vez quando ela, vindo de Ravena, visitou Veneza em abril de 1819. Ela tinha 19 anos, era *petite*, bonita, vaidosa, educada em convento, de coração quente e apaixonada. Seu marido, o conde Alessandro Guiccioli, de 58 anos, havia tido dois casamentos anteriores e ficava muitas vezes imerso em seus negócios. Era precisamente para uma tal situação que o atual código de moral das classes superiores italianas permitia que uma mulher tivesse um *cavaliere servente* — um cavalheiro servidor, que estivesse sempre a seu chamado para admirá-la, diverti-la ou acompanhá-la, e ser recompensado com um beijo em sua mão ou algo mais se eles fossem discretos e o marido estivesse preocupado ou cansado. Havia um perigo moderado de duelo, mas algumas vezes o marido apreciava a ajuda e ausentava-se durante algum tempo. Assim a condessa sentiu-se livre para ser atraida pelo belo rosto do inglês, sua brilhante conversação e seu encantador modo de andar capengando. Ou em suas palavras mais tarde:

> Seu rosto nobre e esquisitamente belo, o tom de sua voz, suas maneiras, os milhares de encantos que o rodeiam, faziam-no tão diferente e tão superior a qualquer um que eu jamais houvesse visto que era impossível que ele não deixasse em mim a mais profunda das impressões. A partir daquela noite, durante toda a minha subseqüente estada em Veneza, nós nos encontramos todos os dias.[101]

Esses dias de temerária felicidade terminaram quando o conde levou Teresa de volta para Ravena. Byron mandou-lhe algumas notas cheias de promessas, como em 22 de abril de 1819: "Asseguro-te que serás minha última paixão. Antes que eu te conhecesse eu sentia interesse em muitas mulheres, mas nunca em uma só. Agora eu amo *a ti*; não há nenhuma outra mulher no mundo para mim." Tanto quanto sabemos ele manteve sua jura.

Em 1º de junho, em sua "pesada carruagem napolêonica", ele deixou Veneza em direção a Ravena, como um turista a procura dos restos de Dante. Teresa recebeu-o; o conde foi complacente; Byron escreveu a um amigo: "Eles amam um bocado por aqui, e assassinam um pouco."[102] Foi-lhe permitido levar Teresa para La Mira (doze quilômetros ao sul de Veneza) onde ele tinha uma *villa*: ali seus amores progrediram sem ser atrapalhados nem pelas hemorróidas de Teresa.[103] Allegra juntou-se a eles ali e fez com que o grupo se tornasse respeitável. Tom Moore apareceu, e recebeu então de Byron o manuscrito de "Minha Vida e Aventuras", que causaria tão grande comoção após a morte do autor.

De La Mira Byron levou Teresa a Veneza onde ela viveu com ele em seu palácio Mocenigo. Ali o pai foi buscá-la e — proibindo a Byron de segui-los — levou-a de volta a Ravena. Ao chegar, Teresa caiu tão convincentemente doente que o conde apressadamente mandou buscar seu amante. Byron veio (24 de dezembro de 1819), e, após alguma hesitação, estabeleceu-se como um inquilino pagante no terceiro andar do palácio do conde. Trouxe com ele para suas novas acomodações dois gatos, seis cachorros, um texugo, um falcão, um corvo domesticado, um macaco e uma raposa. No meio desta vida de dedicações variadas ele escreveu mais uma parte do *Don Juan*, algumas peças retóricas e impossíveis de levar ao palco sobre os doges venezianos, um drama mais apresentável a respeito de Sardanapalo e, em julho de 1821, *Caim: Um Mistério*, que completou a abominação de seu nome na Inglaterra.

A cena de abertura mostra Adão e Eva, Caim e sua irmã-mulher Adah, Abel e sua irmã-mulher Zillah, preparando-se para oferecer sacrifícios e orações a Jeová. Caim faz a seus pais algumas das perguntas que haviam intrigado Byron em seus dias escolares: por que Deus inventara a morte? Se Eva tinha comido da árvore do conhecimento, por que tinha Deus plantado essa árvore proibida tão ostensivamente no jardim do paraíso? E por que deveria ser o desejo do conhecimento contado como um pecado? Por que, como punição para a modesta refeição de Eva, tinha o Onipotente decretado o trabalho como o destino e a morte como a sorte de todas as coisas vivas? O que é a morte? (Ninguém a viu ainda.) Caim é deixado rebeldemente meditando enquanto o resto vai às suas tarefas do dia. Lúcifer (o portador da luz) aparece, domina o palco como em Milton, e chama-se orgulhosamente uma daquelas

Almas que ousam encarar o Onipotente tirano
Em sua imortal face e dizer-lhe
Que não é bom o mal que faz.

Adah retorna e implora a Caim para juntar-se a seus parentes no campo; ele havia negligenciado sua parte do trabalho diário; ela o havia feito por ele, e agora convida-o para uma hora de amor e descanso. Lúcifer censura-a descrevendo o amor como uma isca para a reprodução e prevê os séculos de labuta, lutas, sofrimento e morte esperando as multidões que deverão sua existência ao útero dela... Caim e Abel preparam seus altares; Abel sacrifica o melhor de seu rebanho; Caim oferece frutas, porém em vez de uma oração pergunta de novo por que o Onipotente permitiu o mal. O cordeiro sacrificado por Abel é consumido numa chama brilhante que ascende para o céu; o altar de Caim é derrubado por um forte vento que espalha suas frutas pela poeira. Furioso, ele tenta demolir o altar de Abel, Abel resiste, Caim o fere e Abel morre. Adão reprova Eva como a fonte primária do pecado; Eva amaldiçoa Caim; Adah pede por ele: "Não o amaldiçoe, mãe, pois ele é meu irmão / e meu prometido." Adão diz a Caim para deixá-los e jamais voltar; Adah acompanha Caim ao ser banido. Uma vez que Abel morreu sem ter filhos, toda a humanidade (concluiu Byron) é descendente de Caim e leva sua marca nos instintos secretos que encontram sua satisfação na violência, no assassinato e na guerra.

Caim parece às vezes um ensaio desafiante, feito por um escolar ateísta que não leu o Eclesiastes; e no entanto, em outras ocasiões, o drama sobe a uma altura quase miltoniana. Walter Scott, ao qual o *Mystery* foi dedicado, elogiou-o; da mesma forma que Goethe, perdendo por um momento sua perspectiva olímpica, dele disse: "Sua beleza é tal como nós não veremos pela segunda vez no mundo."[104] Na Inglaterra sua publicação enfrentou um furor de crítica e de horror: aqui, assim parecia, estava outro Caim, mas um criminoso pior — matando a fé que havia sustentado milhares de gerações. Murray advertiu a Byron que ele estava perdendo rapidamente leitores para seus trabalhos.

O retrato da fiel esposa de Caim, Adah, dá outra prova dos elementos ternos do caráter de Byron; mas seu tratamento de Allegra e de sua mãe mostram uma faceta mais dura. A criança, que havia sido feliz, agora com quatro anos de idade, estava entristecida pela distância que a separava de ambos os pais; e sentia que os Hoppners estavam se cansando dela; Byron mandou buscá-la para Ravena; entretanto era difícil para ele pedir-lhe para viver com ele e seu jardim zoológico no palácio do homem que estava se tornando visivelmente desconfortável com seus chifres. Após muito pensar, ele a pôs

num convento em Bagnacavallo, a 20 quilômetros de Ravena (1º de março de 1821). Ali, ele supunha, ela encontraria companhia, não o incomodaria e receberia alguma educação. Que esta fosse católica não o perturbava; pelo contrário, ele achava que seria uma tragédia para a moça crescer sem uma religião, numa Itália onde todas as mulheres eram católicas piedosas, mesmo em seus amores. Afinal de contas, se se deve ser um cristão, é melhor ir até o fim, aceitar o credo dos apóstolos, a missa e os santos, tornando-se católico. "É meu desejo", escreveu ele em 3 de abril de 1821, "que Allegra seja uma católica romana, que eu julgo ser a melhor das religiões."[105] Quando Allegra estivesse pronta para casar-se, ele daria a ela uma fortuna de quatro mil libras, e ela não teria dificuldade de encontrar um marido.

Isso era muito conveniente para Byron, mas quando as notícias chegaram a Claire Clairmont ela protestou apaixonadamente, e pediu a Shelley que obtivesse a criança de volta para ela. Shelley assumiu o compromisso de ir a Ravena e ver como estava Allegra. Ele ali chegou em 6 de agosto de 1821 e foi cordialmente recebido por Byron. Escreveu então a sua mulher: "Lorde Byron está muito bem, e ficou encantado em me ver. Ele... recuperou completamente sua saúde e vive uma vida totalmente ao contrário daquela que levava em Veneza."[106] Byron disse-lhe que as condições políticas em breve o compeliriam a mudar-se para Florença ou Pisa; ele levaria Allegra com ele e assim ela estaria mais perto de sua mãe. Shelley ficou contente com isso e voltou sua atenção para algo que mais imediatamente o afetava.

Shelley ficou desorientado ao tomar conhecimento que a *nurse* de Allegra, Elise (que ele tinha despedido de seu serviço em 1821), havia dito aos Hoppners que ele tinha tido relações sexuais secretas com a mãe de Allegra; que Claire em Florença tinha dado à luz um filho dele, o qual ele havia prontamente colocado num orfanato; além disso, que Shelley e Claire haviam tratado Mary de maneira vergonhosa, até mesmo chegando a bater-lhe. O atônito poeta escreveu imediatamente a Mary (7 de agosto) pedindo-lhe para escrever aos Hoppners negando essas histórias; Mary assim o fez, mas mandou a carta a Shelley para que ele a aprovasse; ele a mostrou a Byron e aparentemente confiou em que ele a levaria a Hoppner. Shelley ficou desapontado ao descobrir que Byron havia tomado conhecimento dos rumores e tinha aparentemente acreditado neles. A famosa amizade começou a arrefecer, e mais ainda esfriou quando Byron mudou-se de Ravena para Pisa deixando Allegra em seu convento.

Esta mudança foi o resultado de misturar amor com revolução. Em julho de 1820, o pai de Teresa, conde Ruggero Gamba, havia conseguido da Cúria Papal um decreto concedendo a ela a separação de seu marido, com pagamentos regulares de pensão por parte dele, sob a condição que ela vivesse com seus pais. Ela agiu de acordo com isso e Byron, ainda vivendo no palácio Guiccioli, tornou-se um freqüente visitante da família Gamba. Ficou deliciado ao descobrir que Gamba e seu filho Pietro eram líderes dos carbonários, uma organização secreta que tramava derrubar o domínio austríaco no norte da Itália, o governo papal no meio do país, e o domínio Bourbon em Nápoles sob o "reinado das Duas Sicílias" — isto é, o sul da Itália e a Sicília. Byron, em "A Profecia de Dante" (1819), já havia apelado ao povo italiano para levantar-se e liberar-se do jugo Habsburgo ou Bourbon. Por volta de 1820 espiões austríacos suspeitavam-no de pagar armas para serem entregues aos carbonários; e um cartaz realista pregado numa parede em Ravena apelava para seu assassinato.[107] Em 24 de fevereiro de 1821 a

insurreição carbonária fracassou; seus líderes fugiram daquelas partes da Itália sob o domínio austríaco, papal ou dos Bourbons. O conde Gamba e seu filho foram para Pisa; a conselho de Byron, Teresa em breve ali os seguiu; e em 1º de novembro de 1821 Byron chegou ali e instalou-se na Casa Lanfranchi sobre o Arno, onde Shelley já havia alugado aposentos para ele. Agora ia chegar o teste final de sua amizade.

XIII. CONTRASTES

Os dois poetas haviam chegado a seu completo desenvolvimento. O mais velho ainda tinha alguns cantos de *Don Juan* para compor; estes são tão amargos em sua hostilidade à Inglaterra que mesmo um gosto gaulês acha-os imoderados. *A Visão do Julgamento* (outubro de 1821), é também impiedosamente satírica, mas a anterior *Visão do Julgamento* de Southey (abril de 1821) havia provocado retaliações por ter chamado Byron de líder da escola "satânica" na poesia inglesa; Byron estraçalha-o com gosto e habilidade. Nestas composições finais ele afasta-se da melancolia de autopiedade do *Childe Harold* para uma pose mais clássica da razão e humor no julgamento de todos — mas a moderação ainda lhe escapava. Suas cartas — especialmente aquelas a Murray — mostram um temperamento mais maduro, pois ali seu gênio cáustico era temperado com um auto-escrutínio crítico, como se ele tivesse descoberto que a modéstia abre uma porta para a sabedoria.

Ele era modesto acerca de sua poesia. "Eu de forma alguma classifico a poesia ou os poetas muito alto na escala do intelecto. Isto pode parecer afetação, mas é minha real opinião... Eu prefiro os talentos de ação — da guerra, ou do senado, ou mesmo da ciência — a todas as especulações desses meros sonhadores."[108] Ele elogiava Shelley como homem, mas julgava que grande parte de seus versos eram infantis fantasias. Ele ansiava por ser avaliado como homem mais do que como poeta. Era cuidadosamente consciente de sua aparência. Preferia andar de carruagem do que a pé, pois seu pé direito distraia a atenção de seu belo rosto. Dieteticamente sua vida era uma alternação entre comer até ficar obeso e fazer dieta até se debilitar; assim em 1806, com seus um metro e setenta e dois centímetros, pesava 88 quilos; por volta de 1812 ele tinha caído para 62 quilos; em 1818 tinha inchado de novo até 91 quilos. Orgulhava-se de suas façanhas sexuais e mandava relatórios matemáticos delas para seus amigos. Era um homem de emoções; muitas vezes perdia sua paciência ou autocontrole, sua inteligência era brilhante mas irregular; "no momento em que Byron reflete", dizia Goethe, "ele é uma criança".[109]

Em religião ele começou como calvinista; em *Childe Harold* ele falava do papado com o vigor dos velhos protestantes, como "a prostituta da Babilônia".[110] Durante seus 20 anos ele leu filosofia, gostava de Spinoza, preferia Hume e declarava: "Eu nada nego, mas duvido de tudo."[111] Em 1801 ele escrevia a um amigo que se convertera: "Eu não quero saber de nada a respeito de tua imortalidade"; dez anos mais tarde escrevia ele: "Da imortalidade da alma parece a mim que pode haver poucas dúvidas."[112] Na Itália acostumou-se com o clima e com o povo e começou a pensar como um católico; quando os sinos tocavam o Ângelus ele aspirava a participar da paz que por um momento parecia dominar todas as almas nativas; "eu muitas vezes desejei que houvesse nascido católico".[113] Quando se aproximava o fim (1823) ele falava como na meninice da predestinação e de Deus.[114]

Tendo perdido na adolescência sua crença religiosa, e não tendo encontrado apoio moral na literatura ou na filosofia, ele não tinha um ponto de apoio de onde oferecer resistência às sensações, emoções ou desejos que o agitavam. Sua livre e ágil inteligência encontrava razões persuasivas para ceder, ou seu temperamento não dava à razão tempo para expor a sabedoria das restrições sociais. Aparentemente ele dominou suas inclinações homossexuais e satisfê-las com afetuosas e fiéis amizades; mas cedeu aos encantos da sua irmã e em *Childe Harold* ele audaciosamente confessa seu amor por

um suave seio
Ao qual o seu estava ligado por laços mais fortes
Do que a Igreja pode ligar.[115]

Condenado pela sociedade inglesa por haver excedido suas indulgências permitidas, ou deixar de escondê-las com graça, ele declarou guerra à "hipocrisia" e "*pruderie*" inglesas. Ele satirizava as classes superiores, como sendo "formadas de duas poderosas tribos, os Chatos e os Chateados." Condenava a exploração do trabalho pelos proprietários de fábricas e algumas vezes apelava pela revolução:

"Deus salve o Rei!" e os reis,
Pois se ele não o fizer duvido que *os homens* o façam.
Penso escutar um passarinho cantando
Que o povo aos poucos será o mais forte e a multidão
Afinal cansará de imitar a Jó...
Contente eu diria: "Que vergonha"
Se eu não tivesse percebido que somente a revolução
Pode salvar a terra da poluição do inferno.[116]

Entretanto, pensando bem, ele não sentia atração pela democracia. Desconfiava das multidões e temia que uma revolução trouxesse uma ditadura pior que a do rei ou do Parlamento. Via alguma virtude no governo por uma aristocracia de nascimento, e aspirava por uma aristocracia purgada, razoável, educada e competente. Jamais esqueceu que ele próprio era um lorde; prontamente evitava qualquer tentativa de familiaridade equalitária; sabia que nas relações sociais a distância traz encanto ao ponto de vista.

Sua opinião sobre Napoleão mudava com os acontecimentos. Até que Napoleão coroou-se imperador e rodeou-se de títulos, Byron via-o como um excelente compromisso entre os reis e as multidões. Mesmo com suas criancices e aquelas questionáveis invasões da Espanha e da Rússia, Byron rezava para que Napoleão vencesse as monarquias continentais. Censurou o imperador derrotado por não se haver matado em vez de abdicar; porém quando Napoleão retornou de Elba, o poeta de novo rezou por sua vitória contra os aliados. Seis anos mais tarde, ao ouvir acerca da morte de Napoleão, ele lamentou: "Sua derrota foi uma pancada na cabeça para mim. Desde aquele período nós temos sido os escravos dos tolos."[117]

Ele era uma intrigante mistura de defeitos e virtudes. Quando raivoso podia ser grosseiro e cruel; normalmente era cortês, ponderado e generoso. Socorria imprudentemente os amigos necessitados; a Robert Dallas transferiu direitos autorais que valiam mil libras; outras mil libras evitaram que Francis Hodgson fosse à bancarrota. Teresa Guiccioli, que o viu quase diariamente durante quatro anos, descreveu-o quase como um anjo num livro de 900 páginas.[118] Ele, muito mais do que Coleridge, era um "arcanjo

avariado'', levando em sua carne os defeitos de seus ancestrais, ilustrando-os e redimindo-os com uma audácia de conduta, uma profusão de versos e uma força de rebeldes pensamentos que assombraram o velho Goethe e levaram-no a chamá-lo ''o maior (gênio) literário de nosso século''.[119]

Em comparação Shelley era ''o anjo ineficiente'' da frase histórica. Não tão ineficiente; quem poderia dizer que as folhas espalhadas pelo encanto de seus versos não depositaram algumas das sementes que deram origem à tolerância religiosa, à liberação das mulheres, às vitórias da ciência na tecnologia e na filosofia, à extensão do direito de votar e à reforma do parlamento que fez do século XIX um ''maravilhoso século''?

E ele foi um anjo bastante humano. Tinha um corpo, e cedeu a suas demandas pelo menos com dois raptos, para não falar de Emilia Viviani. Era magro, atribulado por doenças, e com uma persistente dor nas costas. Naturalmente era excepcionalmente sensível — mesmo mais do que Byron — aos estímulos internos e externos. Recorde-se sua carta a Claire Clairmont, de 16 de janeiro de 1821: ''Perguntas-me onde eu encontro meus prazeres. O vento, a luz, o ar, o cheiro de uma flor, afetam-me com violentas emoções.''[120]

Como todos nós, ele gostava muito dele mesmo. Confessava a Godwin (28 de janeiro de 1812): ''Meu egoísmo parece inexaurível.''[121] Ao ligar-se a Mary Godwin, e pedir a sua esposa que se resignasse a um papel de irmã, ele contentou seus desejos como qualquer outro mortal, e revelou mais a respeito dele ao explicar que Harriet atendia menos do que Mary a sua filosofia e a seus ideais. Era modesto acerca de sua poesia, classificando-a abaixo da de Byron. Nas amizades ele era fiel e atencioso até o fim. Byron, ao relatar a morte de Shelley a Murray, escreveu: ''Vós todos estáveis brutalmente enganados acerca de Shelley, que foi, sem exceção, o melhor e menos egoísta dos homens que eu jamais conheci. Jamais conheci um outro que não fosse um animal comparado a ele.''[122] Hogg relatava que o poeta era errático, que esquecia encontros e promessas, e facilmente caía em meditação esquecido do tempo e do lugar.[123] Em geral julgava-se que não era prático, mas não era facilmente convencido em assuntos de dinheiro e não cedeu seus direitos hereditários sem uma longa luta.

Era por demais tenso para ser um pensador bastante racional, e não tinha suficiente senso de humor para questionar suas próprias idéias. Sua constante atração era a imaginação; a realidade parecia tão enfadonha e grosseira, comparada com as coisas melhores que podiam ser concebidas, que ele tendia a refugiar-se da realidade nos Campos Elíseos de seus sonhos acordados. Propunha-se a acabar com os reis, os advogados e os padres; a converter ao vegetarianismo um mundo que ainda se encontrava no estágio de caçador, e a libertar o amor entre os sexos de todos os empecilhos da lei. Não via obstáculos a nada disso na natureza do homem ou no passado biológico dele, ''Shelley acreditava'', dizia sua amante viúva, ''que à humanidade basta querer para não haver mal nenhum... Ele entretinha esta opinião... com fervente entusiasmo.''[124] Quase ignorava a história, exceto para idealizar os gregos, e entre estes ele ignorava os escravos.

Nós temos uma tendência a exagerar a simplicidade de Shelley, porque esquecemos que a morte nunca deixou-o amadurecer. Devido a seu prematuro fim, Byron e Shelley chegaram até nós como poetas românticos, como verdadeiros deuses do movimento romântico na Inglaterra. Se eles tivessem vivido até os 60 anos eles provavelmente ter-se-

iam tornado cidadãos conservadores, e talvez chegado a nós com um lugar mais humilde na história do que suas prematuras mortes românticas lhes asseguraram.

De fato, ao atingir 28 anos, Shelley já tinha arrefecido em uma respeitável moderação. Em 1820 ele escreveu um substancial ensaio chamado *Uma Visão Filosófica da Reforma*, que foi publicado um ano mais tarde. "Os poetas e os filósofos", anunciava ele, "são os legisladores não reconhecidos do mundo":[125] os poetas porque eles são as vozes da imaginação que, entre muitos absurdos, concebem novas idéias que a seu tempo levam os homens a fazer experiências e progredir; os filósofos porque eles levam aos problemas sociais o hábito do raciocínio claro e da perspectiva dos anos. Como Byron e qualquer outro espírito humano da época, Shelley revoltava-se pela condição dos trabalhadores das fábricas na Inglaterra, e pelas frias receitas de Malthus para controlar a população, mas concordava em que os salários fossem ditados pela lei da oferta e da procura — isto é pelo número de pessoas desempregadas competindo pelos empregados disponíveis.[126] Denunciava tanto o protestantismo quanto o catolicismo por terem falhado na aplicação do espírito de Cristo às relações entre ricos e pobres.[127] Ele propunha eliminar por meio de um imposto sobre os ricos a dívida nacional, cujos juros anuais requeriam a imposição de pesados tributos ao público em geral.[128] Apontava que o aumento de população entre 1689 e 1819 havia mudado a proporção de votantes e não votantes, deixando a eleição do parlamento a uma minoria ainda menos significativa, praticamente tirando o direito de voto do povo.[129] Ele perdoava a aristocracia rural porque esta tinha raízes na lei e no tempo, e (talvez com os olhos nos futuros Shelleys) admitia uma moderada transmissão da riqueza; mas desprezava a crescente plutocracia de fabricantes, mercadores, e financistas.[130] Repudiava a indiferença dos governos à moralidade, preconizada por Maquiavel: "As políticas são sadias apenas quando conduzidas pelos princípios da moralidade. Elas são, de fato, a moralidade das nações."[131] Ele clamava por "uma república governada por uma assembléia" mas, como seu mentor Godwin, aconselhava contra revoluções violentas.[132] Defendeu a Revolução Francesa, elogiou Napoleão como cônsul, repudiou Napoleão como imperador e deplorou a derrota dos franceses em Waterloo.

A *Defesa da Poesia* de Shelley, escrita em 1821, não encontrou um editor até 1840. Aqui o poeta auto-exilado, agora omitindo os filósofos, exaltava os poetas como "os supremos legisladores do mundo".[133] Ele havia expressado esta confortável opinião em seu prefácio ao *Prometeu Liberado*. "Os grandes escritores de nossa época são, temos razão para supor, os companheiros e predecessores de algumas mudanças não imaginadas em nossa condição social ou nas opiniões que as cimentam. A nuvem da mente está descarregando os relâmpagos que colecionou, e o equilíbrio entre as instituições e as opiniões está agora sendo restaurado ou próximo a ser restaurado."[134] Juntava ele agora: "Esta nossa era será uma era memorável em realizações intelectuais, pois nós vivemos entre tais filósofos (Kant, Fichte, Hegel, Schelling — e Godwin) e poetas (Goethe, Schiller, Wordsworth, Coleridge, Byron, Shelley) que sobrepujam sem comparação quaisquer outros que apareceram desde a última luta pela liberdade civil e religiosa"(1642).[135]

Por contraste Shelley subestimava o papel que a ciência estava começando a assumir na remodelação das idéias e das instituições. Ele advertia contra deixar-se que o progresso da ciência, que meramente melhora nossas ferramentas, ultrapassasse o desenvolvimento da literatura e da filosofia, que levam em conta nossos propósitos;[136] assim

"o exercício consumado da faculdade de calcular" enriquecia ainda mais aqueles mais espertos e aumentava a concentração da riqueza e do poder.[137]

O descontantamento de Shelley com as finanças de seu segundo sogro espalhou-se à filosofia de Godwin. Tendo redescoberto Platão (ele havia traduzido o *Symposium* e o *Ion*), ele passou de uma interpretação naturalística a uma interpretação espiritual da natureza e da vida. Ele agora duvidava da competência universal da razão, e tinha perdido o seu entusiasmo pelo ateímo. Aproximando-se dos 30 anos, deixou de atacar a religião supernatural; pensava ele agora muito como o jovem Wordsworth, que a natureza era a forma externa de uma alma interior que a impregnava. Poderia até haver uma espécie de mortalidade: a força vital em um indivíduo passa, por ocasião de sua morte, a uma outra forma, mas nunca morre.[138]

XIV. CANTO PISANO: 1821-22

Quando Byron chegou a Pisa ele tinha quase ultrapassado sua história sexual, exceto por uma lembrança idealizadora, como nos episódios de Haidee no *Don Juan*. Em Pisa Teresa Guiccioli vivia com Byron, porém com uma intimidade decrescente; ele passava a maior parte de seu tempo com seus amigos e com Shelley. Ele combinava jantares semanais com eles onde as discussões eram livres. Shelley comparecia, mantinha seu ponto de vista polidamente, porém firmemente, nas discussões, mas ia-se embora antes que a bebida começasse a ser demais. Teresa tentava dar algum sentido à sua quieta vida, tornando-se amiga de Mary Shelley, e lendo história para manter-se atualizada com os interesses intelectuais de Mary. Byron desaprovava os estudos de Teresa, preferindo as mulheres cuja inteligência fosse modestamente subordinada a seus encantos.

Ele havia quase esquecido Allegra. A mãe dela pediu a Mary Shelley que viesse a Florença para juntar-se com ela num plano para irem a Ravena, raptarem a menina e levarem-na para um clima mais saudável e uma vida mais ampla. Shelley recusou-se a permitir isto. Chegaram então as notícias que, em 20 de abril de 1822, Allegra, com cinco anos de idade, tinha morrido de malária em seu convento. O acontecimento compartilhou do arrefecimento da amizade de Shelley com Byron. No começo dessa primavera ele havia escrito a Leigh Hunt: "Certas disposições particulares do caráter de lorde Byron tornam uma amizade íntima e exclusiva com ele, da qual eu desfruto,... intolerável para mim. Isto, meu melhor amigo, eu te confesso, confiando em ti."[139]

Shelley tentava esconder seu mal-estar pois havia persuadido Byron a convidar Hunt a vir a Pisa e editar uma nova revista, *O Liberal*, que Byron e Shelley planejavam lançar em contrapartida à conservadora *Quarterly Review*. Byron mandou ao falido Hunt duzentos e cinqüenta libras; Hunt e a família partiram de Londres, com a esperança de chegar a Leghoru em 1º de julho de 1822. Shelley prometeu encontrá-lo ali.

Extermamente os primeiros seis meses daquele fatal ano foram uma agradável época para os dois poetas. Andavam a cavalo quase diariamente e comparavam sua pontaria num clube de atiradores; Shelley quase igualava a precisão de pontaria de Byron. "Minha saúde", escrevia ele a Peacock, "está melhor; meus cuidados mais leves; e embora nada possa curar a doença da minha bolsa, ela se arrasta numa sorte de vida na morte, muito como seu dono, e parece, como a bolsa de Fortunatus, sempre vazia, no entanto jamais inteiramente exaurida."[140] Em janeiro a sogra de Byron morreu, deixando-lhe (a des-

peito de sua separação de sua esposa) propriedades que lhe garantiram uma renda adicional de 3.000 libras por ano. De novo endinheirado, encomendou a construção para ele, em Leghorn, de um confortável iate, designou John Trelawny seu comandante, deu-lhe o nome de *Bolivar* em honra do revolucionário sul-americano, e convidou Shelley e seus novos amigos Edward Williams e Thomas Medwin para juntar-se a ele e à família Gamba numa viagem de iate no próximo verão. Shelley e Williams eram sócios de um barco a vela meno. de 25 metros de comprimento, dois metros e quarenta de boca, que seria construído para eles por 80 libras. Trelawny chamou-o *Don Juan*, Mary rebatizou-o *Ariel*.[14]

Antecipando um verão de iatismo, Byron alugou a Villa Dupuy, próximo a Leghorn. Shelley e Williams arrendaram para suas famílias a Casa Magni próximo a Lerici, nas praias da baía de Spezia, cerca de 70 quilômetros ao norte de Leghorn. Em 26 de abril de 1822, os Shelleys e os Williams transferiram suas famílias para a Casa Magni e ali aguardaram a entrega de seu barco.

XV IMOLAÇÃO: SHELLEY, 1822

Somente um transe poético poderia ter escolhido um lugar tão solitário ou um ambiente tão selvagem para umas férias. A Casa Magni era suficientemente grande para duas famílias, porém não era mobiliada, e estava e aproximando da desintegração. Era rodeada em três lados pela floresta, e na frente pelo mar, cujas ondas às vezes chegavam-lhe à porta. "Furacões e chuvaradas saudaram nossa chegada," recordava-se mais tarde Mary Shelley e "as pessoas do local eram mais selvagens do que ele. Se nós tivéssemos naufragado numa ilha dos mares do Sul, nós dificilmente poderíamos sentir-nos mais afastados da civilização e do conforto".[142]

Em 12 de maio, o *Ariel* chegou de Gênova. Williams que tinha estado na marinha, e Shelley, que ainda não tinha aprendido a nadar, ficaram encantados com o barco e passaram muitas tardes velejando ao longo da costa. Raramente Shelley tinha estado tão feliz e tão bem disposto. Às vezes as mulheres juntavam-se a eles, mas Mary estava de novo grávida, freqüentemente indisposta e infeliz porque seu marido não a deixava ver as queixosas cartas de seu pai.[143]

Em casa ou no barco Shelley escreveu seu último poema "O Triunfo da Vida", que foi interrompido na linha 544 por sua última viagem. Não há triunfo nele, pois o poema descreve uma procissão de vários tipos humanos, todos fracassados e decadentes, apressando-se para a morte. Na linha 82 a sombra de Rousseau se levanta para explicar a estupidez da civilização; ele mostra as famosas figuras da história — Platão, César, Constantino, Voltaire, Napoleão — apanhadas na mesma luca corrida pela riqueza ou pelo poder; e recomenda como única escapatória um retorno à vida simples e natural.

Quando ainda não tinha 30 anos, Shelley, pensando em suicídio em 18 de junho de 1822, escrevia a Trelawny:

> Se tu encontrares alguma pessoa com conhecimento científico capaz de preparar ácido prússico, ou óleo de essência de amêndoas amargas, eu consideraria grande bondade tua se tu me conseguisses uma pequena quantidade... Eu pagaria qualquer preço

> por esses remédios... Não preciso dizer-te que não tenho nenhuma intenção de suicídio presentemente, mas confesso-te que seria um conforto para mim ter em minha posse aquela chave dourada para a câmara do descanso perpétuo.[144]

Talvez para ajudar sua esposa adoentada, Shelley havia convidado Claire Clairmont a vir de Florença e passar o verão na Casa Magni. Ela veio no princípio de junho, a tempo de ajudar Mary durante um aborto quase fatal. Em 22 de junho Shelley, próximo a um colapso nervoso, teve um pesadelo tão terrível que correu de seu quarto até o de Mary gritando.

Em 1º de julho chegou-lhes a notícia que Leigh Hunt e sua família haviam chegado a Gênova, e estavam-se preparando para viajar num navio de transporte local para juntar-se a Byron em Leghorn. Shelley, ansioso para dar as boas-vindas a seu fiel amigo, facilitar a recepção de Byron a ele e para reforçar o decrescente interesse de seu parceiro na nova revista, decidiu viajar imediatamente com Williams no *Ariel* para Leghorn. Mary teve uma premonição do desastre. "Eu chamei Shelley de volta, duas ou três vezes... Chorei amargamente quando ele partiu."[145]

O *Ariel* deixou a Casa Magni ao meio dia de 1º de julho, e chegou a Leghorn em segurança às nove daquela noite. Shelley recebeu Hunt alegremente, mas ficou deprimido ao saber que as autoridades toscanas haviam determinado aos Gambas que deixassem seu território imediatamente, e que Byron, decidido a seguir Teresa, estava planejando deixar Leghorn em breve para juntar-se a ela em Gênova. Apesar disso, Byron concordou em honrar seu entendimento com Hunt e deixar que os Hunts ocupassem os aposentos da Casa Lanfranchi em Pisa. Shelley acompanhou-os a Pisa, aguardou que eles estivessem instalados, e voltou a Leghorn no dia 7 de julho.

Passou a manhã de segunda-feira, 8 de julho, fazendo compras para sua família em Casa Magni. Williams recomendou-lhe que se apressasse para pegarem um vento favorável que então soprava em direção a Lerici. O capitão Robert do *Bolivar* predisse que haveria uma tempestade aquela tarde, e recomendou-lhes adiar a viagem por um dia; Williams achava que deviam partir imediatamente e Shelley concordou; à uma e meia daquela tarde o *Ariel* fez-se de vela de Leghorn com Shelley, Williams e um jovem marinheiro, Charles Vivian.

Cerca de seis e meia da tarde uma pesada tempestade, com trovões, vento e chuva, caiu na baía de Spezia e centenas de barcos apressaram-se a correr para o porto. Na Casa Magni a tempestade foi tão severa que as três mulheres, que ali esperavam ansiosamente, confortavam-se com a conclusão de que os dois maridos estivessem aguardando o fim da tempestade em Leghorn. Assim passaram-se a terça-feira, a quarta-feira e a quinta-feira. "A real angústia daqueles momentos", escrevia mais tarde Mary, "transcende todas as ficções que a mais brilhante imaginação jamais retratou. Nossa reclusão, a natureza selvagem dos habitantes da vila que ficava próxima, e nossa imediata vizinhança com o mar agitado combinavam para imbuir de estranho horror nossos dias de incerteza."[146] Na sexta-feira chegou uma carta de Hunt para Shelley, incluindo linhas que trouxeram o terror às mulheres que esperavam: "É favor dizer-nos como chegaste à casa, pois segundo consta pegaste mau tempo após a partida na segunda-feira, e nós estamos ansiosos." Jane Williams e Mary viajaram o dia inteiro para Pisa. Por volta de meia-noite chegaram à Casa Lanfranchi, encontraram ali Byron e Hunt, e foram asseguradas que

Shelley e Williams tinham deixado Leghorn na segunda-feira. Elas viajaram de novo durante toda a noite e chegaram a Leghorn às duas da manhã do sábado, 13 de julho. Ali Trelawny e Roberts tentaram acalmá-las com a possibilidade que o *Ariel* tivesse sido levado pelo vento para a Córsega ou Elba. Byron encarregou Roberts de usar o *Bolivar* para procurar o mar e a costa entre Leghorn e Lerici. Trelawny acompanhou Mary e Jane numa inútil procura ao longo da costa por sinais ou notícias dos homens desaparecidos. Ali ficou com as mulheres aflitas em Casa Magni até 18 de julho, após o que partiu para fazer novas indagações. Em 19 de julho voltou a elas e revelou-lhes, tão gentilmente quanto pôde, que os corpos de seus maridos tinham dado à costa próximo a Viarreggio no dia 17 ou 18. (Por volta de 30 de julho o corpo mutilado de Charles Vivian foi encontrado a 100 quilômetros para o norte e enterrado na praia.) Trelawny levou Mary e Jane para Pisa onde Byron ofereceu-lhes aposentos na Casa Lanfranchi, mas elas hospedaram-se nas proximidades. Mary escreveu a uma amiga: "Lorde Byron é muito atencioso para mim, e veio com a Guiccioli ver-nos muitas vezes."[147]

Os corpos já haviam sido enterrados nas areias pelos naturais do local. A lei toscana proibia que tais corpos enterrados fossem exumados para serem enterrados em outro lugar; mas Trelawny sabia que Mrs. Shelley desejava que os restos de Shelley fossem enterrados próximo aos de seu filho William em Roma. Ele persuadiu as autoridades toscanas a permitir a exumação sob a condição de que os restos fossem queimados na praia. Os corpos haviam sido mutilados ou destruidos e era quase impossível reconhecê-los, mas numa jaqueta foi encontrado num bolso um volume de Sófocles e um volume de Keats no outro bolso.[148]

Em 15 de agosto, Byron, Hunt e Trelawny, com um oficial de saúde pública e um oficial inglês, capitão Shenley, assistiram quando uma equipe de soldados queimou os restos de Williams. No próximo dia, num lugar em frente a Elba, os restos de Shelley foram exumados e queimados na presença de Byron, Hunt, Trelawny, e alguns habitantes de uma vila próxima. Trelawny jogou nas chamas incenso, vinho e óleo, e pronunciou palavras de encantamento, encomendando as cinzas "à natureza que ele adorava".[149] Byron, incapaz de suportar o espetáculo até o fim, nadou até o *Bolivar*. Após três horas quase todo o corpo tinha queimado exceto o coração, Trelawny, com o risco de queimar a mão, arrancou o coração do fogo. Uma urna contendo as cinzas foi levada para Roma e enterrada num novo cemitério próximo ao antigo cemitério protestante no qual estavam os restos do filho William. O coração de Shelley foi dado por Trelawny a Hunt e por este a Mary. Por ocasião de sua morte em 1851 as cinzas do coração foram encontradas junto com sua cópia do *Adonais*.

XVI. TRANSFIGURAÇÃO: BYRON, 1822-24

Em setembro de 1822, Byron e os Gambas mudaram-se de Pisa para Albaro, um subúrbio de Gênova. As várias mudanças do corpo, da mente, e dos hábitos que ele tinha sofrido desde que deixara a Inglaterra, tinham-no fatigado e ele estava começando a cansar-se até do incansável amor de Teresa. Seus olhos argutos e sardônico espírito tinham removido os véus da vida, e aparentemente não deixavam nenhuma realidade que pudesse animá-lo ao idealismo ou à devoção. Ele era o mais famoso poeta vivo, mas

não se sentia orgulhoso de sua poesia. As febris queixas de *Childe Harold* pareciam-lhe agora indignas de um homem, e o livre cinismo de *Don Juan* deixavam o leitor e o autor nus num mundo desiludido. "Um homem", sentia ele agora, "deveria fazer algo mais para a humanidade do que escrever versos."[150] Em Gênova ele perguntou a seu médico qual era "o melhor e mais rápido dos venenos?"[151]

A Grécia oferecia-lhe uma morte redentora. Ela havia caído sob o jugo dos turcos em 1465 e havia se tornado sonolenta sob a dominação estrangeira. Byron, em *Childe Harold* (Canto II, linhas 73-84), havia apelado a ela para revoltar-se: "Escravos hereditários! Não sabeis vós que quem quer tornar-se livre deve desfechar o golpe?" A Grécia tinha se revoltado em 1821, mas não tendo armas, não tendo dinheiro e não tendo união; ela clamava pela ajuda das nações às quais ela havia transmitido sua rica herança. Havia enviado uma comissão a Londres para procurar fundos e um representante deste a Gênova com um desafio a Byron para usar parte de sua riqueza em favor da revolução que ele havia procurado inspirar. Em 7 de abril de 1823, ele disse aos emissários que estava ao dispor do Governo Provisório Grego.

Byron transformou-se; era agora todo ação. O cinismo deu lugar à dedicação; a poesia foi deixada de lado; o romance deixou as rimas pela resolução. Após pôr de lado alguns fundos para os Hunts e principalmente para Teresa, devotou o restante de sua fortuna à revolução grega. Instruiu seus agentes em Londres a vender tudo o que fosse dele na Inglaterra e que pudesse produzir dinheiro, e enviar para ele o resultado. Vendeu o *Bolivar* pela metade de seu custo, e afretou um barco inglês, o *Hercules*, para levá-lo, com Pietro Gamba e Trelawny, à Grécia com alguns canhões, munição e suprimentos médicos para mil homens durante dois anos. Teresa Guiccioli lutou para mantê-lo com ela; ele resistiu-lhe afeiçoadamente e teve o consolo de saber que ela e seus pais haviam recebido permissão para retornar a seu lar em Ravena. Disse ele a Lady Blessington: "Tenho um pressentimento que morrerei na Grécia. Espero que seja em ação, pois este seria um bom fim para uma existência muito triste."[152]

Em 16 de julho de 1823 o *Hercules* deixou Gênova rumo à Grécia. Depois de exasperantes demoras ele ancorou (3 de agosto) em Argostólion, o porto da Cefalônia, a maior das ilhas do Mar Jônio. E isto ainda ficava a cinqüenta milhas da Grécia, mas Byron foi forçado a demorar-se ali meses; tinha esperado juntar-se em Missolonghi ao mais entusiasmado dos líderes gregos; mas Marco Bozzaris havia sido morto em ação, Missolonghi estava nas mãos dos turcos, e os navios de guerra turcos controlavam todos os acessos ocidentais à Grécia. No princípio de dezembro o príncipe Alexandros Mavrokordatos recapturou Missolonghi e no dia 29 Byron deixou Cefalônia. O coronel Leicester Stanhope, agente da comissão grega que estava levantando fundos na Inglaterra para ajudar a revolução, escreveu de Missolonghi: "Todos estão na expectativa da chegada de Lorde Byron como estariam da chegada do Messias."[153] Após várias aventuras e demoras, o jovem salvador chegou a Missolonghi em 4 de janeiro de 1824 e recebeu uma alegre recepção do príncipe e do povo, que cheiravam seu ouro.

Mavrokordatos comissionou-o a pagar, provisionar e comandar um grupo de 600 suliotas — bárbaros belicosos em parte gregos, em parte albaneses. Ele não ficou entusiasmado por sua aparência, pois sabia que os revolucionários gregos estavam divididos em facções rivais sob líderes mais políticos do que marciais. Apesar disso ficou

feliz em ter recebido um papel ativo, e não demorou a dispensar-lhes ajuda; somente a Mavrokordatos ele dava cerca de duas mil libras por semana para manter os missolonghianos alimentados e animados. Entrementes vivia numa vila ao norte da cidade e próxima da praia, ''às margens'', dizia Trelawny, ''do mais pavoroso pantanal que eu jamais vi''. Os suliotas eram desordeiros e rebeldes, mais ansiosos para receberem o dinheiro dele do que seu comando; as esperanças do jovem Lochinvar por ação marcial tiveram que esperar até que a ordem e a moral tivessem sido restabelecidas. Trelawny, que nunca tinha sido bom para esperar, foi procurar aventuras em outro lugar. Apenas Pietro Gamba permaneceu próximo a Byron, observando ansiosamente à medida que o via decaindo devido ao calor, ao aborrecimento e ao ar empestado de malária.

Em 15 de fevereiro, ao visitar o coronel Stanhope, Byron subitamente empalideceu e caiu ao chão em convulsões, inconsciente e espumando pela boca. Recobrou a consciência e foi levado a sua vila. Os médicos reuniram-se em volta dele e aplicaram-lhe sanguessugas para dar-lhe uma sangria; quando estas foram removidas a sangria não parava, e Byron desmaiou devido à perda de sangue. Em 18 de fevereiro seus suliotas de novo se rebelaram ameaçando invadir a sua vila e matar todos os estrangeiros que ali se encontravam. Ele levantou-se de seu leito e acalmou-os, mas sua esperança de conduzi-los contra os turcos em Lepanto diminuiu, e com isso seu sonho de uma morte heróica. Confortou-se com uma carta de Augusta Leigh na qual ela mandava-lhe um retrato de sua filha Ada e a descrição de Annabella dos hábitos e temperamentos da menina. Seus olhos iluminaram-se com momentânea felicidade. Tudo o que era normal tinha-lhe sido negado.

Em 9 de abril ele saiu a cavalo com Pietro; foram apanhados por uma pesada chuva ao regressar e Byron naquela noite teve arrepios e febre. No dia 11 sua febre piorou; ele ficou no leito, sentiu que suas forças esgotavam-se e reconheceu que estava morrendo. Às vezes, nesses últimos dez dias ele pensava na religião, mas ''para dizer a verdade'' observava ele, ''eu acho da mesma maneira difícil saber o que acreditar neste mundo e aquilo em que não acreditar. Há tantas razões plausíveis para induzir-me a morrer como um fanático, como já existiram para fazer-me viver até aqui como um livre-pensador''.[154] O Dr. Julius Millingen, seu médico principal, registrou:

> É com infinito pesar que eu devo declarar que embora eu raramente tivesse deixado a cabeceira de Lorde Byron durante a última parte de sua doença, eu não o ouvi fazer nenhuma, mesmo a menor, menção à religião. Num certo momento eu o ouvi dizer: ''Devo pedir misericórdia?'' Após uma longa pausa acrescentou: ''Vamos, vamos, nada de fraquezas! Sejamos um homem até o fim.''

O mesmo médico refere que ele dizia: ''Que meu corpo não seja enviado para a Inglaterra; deixai que meus ossos aqui apodreçam. Anterrai-me em qualquer canto, sem pompa nem cerimônias.''[155]

Em 15 de abril, depois de uma outra convulsão, ele permitiu que os médicos de novo o sangrassem. Eles retiraram cerca de um litro de sangue, e duas horas mais tarde a mesma quantidade. Morreu em 19 de abril de 1824. A autópsia, normalmente incompetente, revelou uremia — a acumulação venenosa no sangue de elementos que deveriam ter

sido eliminados pela urina. Não havia sinais de sífilis, mas muitos sinais de que repetidas sangrias e fortes purgativos tinham sido a causa final da morte. O cérebro era um dos maiores dos quais havia notícia — 710 gramas acima do nível superior para homens normais.[156] Talvez que anos de excessos sexuais e períodos alternados de comidas pesadas e regimes imprudentes tivessem enfraquecido os recursos do corpo contra o cansaço, a ansiedade e os miasmas do ar.

A notícia de sua morte não chegou a Londres senão em 14 de maio. Hobhouse levou-a a Augusta Leigh: os dois choraram juntos. Hobhouse então voltou-se para o problema das memórias secretas de Byron. Moore havia vendido estas por dois mil guinéus a Murray, que sentia-se tentado a mandá-las para a impressão a despeito da recomendação de seu principal conselheiro, William Gifford, que (segundo as palavras de Hobhouse) elas seriam "próprias apenas para uma casa de prostituição, e condenariam Lorde Byron a uma eterna infâmia se fossem publicadas".[157] Murray e Hobhouse propuseram-se a destruir o manuscrito. Moore protestou, mas concordou em que Mrs. Leigh decidisse; ela pediu que ele fosse queimado; assim foi feito. Moore devolveu os dois mil guinéus a Murray.

O velho criado de Byron, Fletcher, insistia em que seu patrão, um pouco antes de morrer, havia expressado seu desejo de ser enterrado na Inglaterra. As autoridades e o povo grego protestaram, mas tiveram que contentar-se com partes das vísceras removidas antes do embalsamamento. O corpo conservado em 650 litros de álcool chegou a Londres em 29 de junho. Foi feito um pedido às autoridas da Abadia de Westminster para permitir que o corpo fosse enterrado ali, no Canto dos Poetas; a permissão foi negada. Em 9 e 10 de julho foi permitido ao público que visse o que restava no caixão; muitas pessoas compareceram, muito poucas de importância; mas alguns dignatários pemitiram que suas carruagens vazias tomassem parte na procissão que carregou o corpo de Londres, de 12 a 15 de julho, a Nottingham. De uma janela Claire Clairmont e Mary Shelley viram o funeral passar. Mais adiante ele passou por uma carruagem aberta na qual viajava Caroline Lamb; seu marido, que cavalgava adiante dela, soube do nome do morto mas não o revelou à sua esposa até alguns dias após; em 16 de julho o poeta foi enterrado no túmulo de seus ancestrais, ao lado de sua mãe, na igreja paroquial de Hucknall Torkard, uma vila próxima à abadia de Newstead.

XVII. SOBREVIVENTES

De todos aqueles que tinham tomado parte no drama de Byron, a maioria sobreviveu o bastante para penetrar na próxima época da história. O primeiro a morrer foi Pietro Gamba; após ter escoltado o corpo de seu herói a Londres, ele voltou à Grécia, permaneceu fiel à revolução, e ali morreu de febre em 1827. — Lady Caroline Lamb ficou "muito doente" quando seu marido lhe disse que o corpo de Byron havia passado por ela; ela o havia satirizado numa novela, *Glenarvon* (1816), mas agora dizia: "Estou muito arrependida de jamais haver pronunciado uma palavra contra ele."[158] Sobreviveu-o menos do que quatro anos. Augusta Leigh, pelo testamento de Byron, herdou quase tudo (cerca de cem mil libras) o que remanesceu de sua fortuna. Gastou a maior parte disto pagando as dívidas de jogo de seu marido e seus filhos, e morreu na pobreza em 1852.[159] — Lady Byron manteve até o fim alguma ternura pelo homem cujos demô-

nios hereditários haviam amaldiçoado seu casamento; "enquanto eu viver", escreveu ela, "minha maior dificuldade será provavelmente não lembrá-lo por demais bondosamente".[160] "Não posso eu ser acreditada quando, após tudo o que eu dei a conhecer, disser que havia naquele peito um ser mais alto,... alguém que ele estava sempre desafiando mas que nunca poderia destruir?"[161] Sua filha Adha, em cujo desenvolvimento Byron havia depositado tantas esperanças, casou-se com o segundo conde de Lovelace, perdeu uma fortuna jogando nos cavalos, foi salva do desastre financeiro por sua mãe, perdeu a esperança e a saúde, e morreu, como seu pai, com a idade de 36 anos (1852); Lady Byron, tentando encher sua vida solitária com serviços sociais, morreu em 1860.

John Cam Hobhouse entrou no Parlamento como um radical, chegou a ser secretário da guerra (1832-33), tornou-se um barão e morreu em 1869 com a idade de 83 anos. Teresa Guiccioli, após a morte de Byron, retornou a seu marido, mas em breve solicitou e obteve uma segunda separação. Ela teve breves ligações com o amigo aleijado de Byron, Henry Fox, e com o admirador de Byron, o poeta francês Lamartine. Escorregando com graça ligeira de pretendente a pretendente, casou-se aos 47 anos com o rico e amável marquês de Boissy, o qual (de acordo com uma tradição ligeiramente preconceituosa) orgulhosamente apresentava-a "minha esposa, a antiga amante de Byron". Quando o marquês morreu, ela dedicou-se ao espiritualismo, falava com os espíritos de Byron e de seu falecido marido, e relatava que "eles agora estão juntos e são os melhores dos amigos".[162] Morreu em 1873, aos 72 anos de idade, após escrever diversos livros retratando Byron como um gentil-homem quase sem defeitos e um fidalgo. — Claire Clairmont morreu em 1879, com a idade de 81 anos, levando até o fim uma visão de Byron como "a mais simples composição de vaidade, tolice e toda a espécie de fraqueza miserável que jamais se encontraram num ser humano".[163]

Mary Shelley, a despeito de algumas ofensas, mantinha um ponto de vista mais favorável de "Albé" (como seus íntimos haviam apelidado Byron); quando ela soube de sua morte escreveu: "Albé — o caro, caprichoso e fascinante Albé — deixou este mundo deserto! Que Deus permita que eu morra jovem!"[164] Ela despendeu uma grande parte de seus remanescentes 27 anos editando trabalhos de seu marido com amor e cuidado e com sua própria quieta eloqüência.

Leigh Hunt, que havia ousado elogiar a poesia de Shelley, quando quase todos os críticos condenavam-na como o capricho de uma adolescência inacabada, permaneceu fiel a seu juvenil radicalismo, escreveu recordações hostis de Byron e durou até 1859. Thomas Jefferson Hogg, após sobreviver a várias paixões, casou-se com a viúva de Williams, Jane, e viveu com ela os últimos 35 anos de sua vida. O mais notável desses membros de uma geração mais jovem foi Edward John Trelawny, que entrou na vida de Shelley em Pisa, quando ambos aproximavam-se de seus 30 anos. Shelley estava aproximando-se de seu fim, Trelawny ainda tinha 59 anos para viver. Mas já então este "cavaleiro errante,... moreno, elegante e de bigodes" (como Hunt descreveu-o) tinha tido tantas aventuras em tantos países, que suas reminiscências nunca cansavam seus novos amigos. Embora Byron o houvesse feito mestre de suas cavalariças e do navio *Bolivar*, foi Shelley, "este moço de maneiras suaves e imberbe", a quem este homem de ação mais aprendeu a amar. Após ter Byron chegado em segurança e ficar imobilizado em Missolonghi, ele partiu para procurar seu próprio destino, esperando morrer pela causa da Grécia. Viu

a Grécia liberada, resumiu suas peregrinações, viveu até 1881, e foi enterrado no túmulo que ele havia comprado em 1822, ao lado das cinzas de Shelley, no cemitério inglês em Roma.

CAPÍTULO XXIII

Os Vizinhos da Inglaterra

1789-1815

I. OS ESCOCESES

OS ESCOCESES estavam sob o domínio britânico desde a união de 1807, gozando de liberdade e de movimento de comércio dentro da ilha, mas nunca reconciliados a serem governados por um Parlamento distante, em cuja Casa dos Comuns as 1.800.000 almas da Escócia eram representadas por 45 delegados contra 513 que representavam os 10.164.000 da população da Inglaterra e do País de Gales. Dos membros escoceses, 15 eram apontados por conselhos das cidades que se perpetuavam e eram corruptos, cujos membros eram escolhidos por um total de 1.220 eleitores em todos os "boroughs". Os restantes 30 eram eleitos pelos condados rurais numa votação limitada aos proprietários de terras influentes; assim o condado de Bute, com 14.000 habitantes, tinha 21 votantes, e todos os condados juntos tinham 2.405.[1] A maior parte dos candidatos de sucesso havia sido selecionada pelos grandes nobres de velhas e amplas propriedades. O feudalismo havia sido abolido em toda a Escócia em 1748 mas a pobreza permanecia, uma vez que a ambição e desigualdade estão na estrutura do homem. Na realidade, a Escócia, como a Inglaterra, aceitava esta forma de governo representativo como a melhor que podia ser estabelecida para um povo apegadamente amarrado à tradição, e por demais perseguido pelas necessidades diárias para adquirir o conhecimento e a experiência necessárias a fim de votar inteligentemente sobre os assuntos nacionais.

A religião era mais forte que o Estado. O sábado era um dia de sombrio culto e de lembrança do pecado; o clero pregava a queda de Adão, um demônio pessoal e um deus vingativo; e as congregações eram mais apegadas à doutrina e à moral do que seus pastores. David Deans, em *O Coração de Midlothian*, declara-se seguro que uma moça que vai a um baile irá para o inferno.[2]

Apesar de tudo, a Escócia estava em muitos aspectos à frente da Inglaterra. Tinha um sistema nacional de escolas realmente públicas: cada paróquia era obrigada a manter uma escola onde rapazes e moças juntos eram ensinados a ler e aprendiam aritmética. Para esta instrução os pais pagavam, por estudante, dois xelins por trimestre; e por mais dois xelins o estudante adquiria luzes de latim. Os filhos dos pobres eram pagos pela paróquia; e quando a paróquia era por demais dispersa para reunir todas as suas crianças, um mestre itinerante levava alguma educação a cada local por sua vez. Os professores eram estritamente sujeitos ao clero paroquial, e esperava-se que ajudassem a transmitir uma teologia aterrorizante, pois os mais velhos haviam descoberto que o calvinismo era uma maneira econômica de instalar um policial em cada alma. Um grande número de

espíritos, que não se assutaram, sobreviveram para produzir o Iluminismo Escocês, na geração que antecedeu à Revolução Francesa e a continuá-lo, embora um pouco diminuído, na era de Napoleão.

A Escócia orgulhava-se de suas universidades: St. Andrews (fundada em 1410), Glasgow (1451), Aberdeen (1494), e Edimburgo (1583). Essas consideravam-se superiores em muitos aspectos a Oxford e Cambridge, e alguns modernos sábios admitiam essa opinião;[3] na instrução médica a Universidade de Edimburgo era a líder reconhecida.[4] A *Edinburgh Review*, fundada em 1802, era admitidamente por todos o mais brilhante periódico na Grã-Bretanha e o bravo advogado liberal Thomas Erskine (1750-1823) brilhava mais que quase todos os outros advogados que exerciam sua profissão nos tribunais londrinos. Deve ser reconhecido, no entanto, que quando se tratava de suprimir a liberdade de pensamento — especialmente quando este favorecia a França revolucionária — nenhum jurista inglês podia rivalizar com os escoceses. Doutra forma o clima intelectual de Edimburgo e Glasgow continuava a favorecer a liberdade que havia protegido David Hume, William Robertson, James Boswell, Robert Burns e Adam Smith. Segundo consta, não somente os estudantes mas toda a *intelligentsia* de Edimburgo podia ser vista tomando notas nas conferências de Dugald Stewart sobre filosofia.

Stewart já está hoje quase esquecido fora da Escócia; mas um dos mais majestosos monumentos em Edimburgo é um pequeno templo clássico erigido em sua memória. Ele seguiu-se a Thomas Reid em submeter as conclusões céticas de Hume e a psicologia mecanística de David Hartley ao escrutínio do "senso comum".[5] Ele rejeitava a metafísica como uma tentativa vã da mente de sondar sua própria natureza; somente o barão Munchausen era capaz de puxar-se para cima pelos laços de suas botas. Em vez da metafísica Stewart propunha a psicologia indutiva, à qual praticaria observações pacientes e precisas dos processos mentais sem pretender explicar a própria mente. Stewart era um homem de inteligência e estilo, que deu provas de perspicácia, de sonhos fantasiosos e de uma faculdade poética. Seu país ainda era uma fonte de amáveis canções e algumas das mais ternas melodias que aqueceram nossa juventude vieram dos vales e das encostas da Escócia.

James Mill — embora ele tenha empaturrado seu filho com educação — era um homem de boa vontade e inteligência aberta. Filho de um sapateiro, ele conquistou o prêmio de grego na Universidade de Edimburgo. Após sua graduação transferiu-se para Londres, viveu perigosamente como jornalista, casou-se e teve um filho que batizou com o nome de seu amigo John Stuart, membro do Parlamento. Entre 1806 e 1818 escreveu uma *História da Índia Inglesa* que continha uma crítica tão convincentemente documentada do desgoverno, que a obra provocou reformas importantes no governo da Índia.

Entrementes (1808) encontrou-se com Jeremy Bentham e entusiasticamente aceitou a proposta utilitarista que os costumes éticos, políticos e seus conceitos devem ser julgados de acordo com sua capacidade para promover a felicidade da humanidade. Transbordando de energias e de idéias, Mill fez-se o apóstolo de Bentham para os ingleses. Para as quarta (1810), quinta (1815) e sexta (1820) edições da *Encyclopaedia Britanica* (ela mesma um empreendimento escocês) ele escreveu artigos — sobre governo, jurisprudência, reforma das prisões, educação e liberdade de imprensa — que, republicados,

tiveram ampla circulação e influência. Esses ensaios e sua contribuição para a *Westminster Review,* tornaram-se uma força no movimento que levou ao Ato da Reforma em 1832. Sobre uma tal liderança os radicais britânicos voltaram-se de uma revolução total a uma reforma progressiva, através de um governo baseado num direito de voto mais amplo e numa filosofia utilitarista. Em *Elementos de Economia Política* (1821) Mill alertava contra deixar-se a população crescer mais rápido do que o capital, e propunha impostos sobre o ''incremento não-justificado'' — o crescimento no valor da terra sem trabalho nela aplicado. Numa *Análise dos Fenômenos da Mente Humana* (1829), ele procurou explicar todas as operações mentais através da associação de idéias. Em 1835, um ano antes de sua morte, ele publicou *Fragmento sobre Mackintosh.*

Sir James Mackintosh continuou a educação escocesa da Inglaterra. Após haver adquirido as ferramentas do pensamento nas universidades de Aberdeen e Edimburgo, ele migrou para Londres (1788). Em breve ele ficou entusiasmado com a notícia de que um levante popular havia capturado a Bastilha; em 1790 ressentiu-se da hostilidade do livro de Edmund Burke *Reflexões sobre a Revolução Francesa*; e em 1791 ele responde àquela histórica diatribe com *Vindiciae Gallicae*, uma vingança da democracia gaulesa. O filósofo de 26 anos via, nos primeiros ensaios do cataclismo, a nobre voz e o fruto da filosofia humanitária; enquanto que as monarquias ameaçadas não eram, como Burke supunha, a sabedoria testada da tradição e da experiência, mas o caótico resíduo de instituições fortuitas, acontecimentos imprevistos e remendos.

> Todos os governos que hoje existem no mundo (exceto o dos Estados Unidos da América) foram formados fortuitamente... Não se deve certamente presumir que esses governos fortuitos tivessem ultrapassado os trabalhos do intelecto... É chegada a hora em que os homens deveriam aprender a não tolerar nada antigo que a razão não respeite e a não se encolher de nenhuma novidade à qual a razão conduza. Já é hora que os poderes humanos... marquem o começo de uma nova era na história, dando nascimento à arte da melhoria do governo e de aumentar a felicidade civil do homem.[6]

À medida que a Revolução declinava de seus ideais dos filósofos para a caótica tirania de homens aterrorizados, Mackintosh reviu seus teoremas e ajustou-se às forças sociais que sobre ele impingiam. Suas conferências sobre ''As Leis da Natureza e das Nações'' (1799) discorriam, de uma maneira que seria agradável a Burke, sobre como a organização social pode gerar — no desenvolvimento dos indivíduos — hábitos de ação e julgamentos da consciência que adquirem toda a aparência de serem inatos; de tal forma que o adulto, através da civilização, é o produto não da natureza, mas também da educação. — Em seus últimos anos de vida Mackintosh escreveu, baseado em pesquisas originais e documentos, uma *História da Revolução na Inglaterra* (1832).

Nós podemos julgar desses exemplos, que a civilização escocesa não estava repousando sobre as suas glórias passadas, na virada do século XVIII para o XIX. A agricultura prosperava, especialmente nas Lowlands (partes baixas da Escócia); ali também as fábricas têxteis estavam ativas e Robert Owen estava abrindo novas visões para a cooperação humana. Glasgow orgulhava-se de seus cientistas e Edimburgo pululava com advogados, doutores e clérigos no ápice de seu tempo. Na arte, Sir Henry Raeburn pintava retratos que fizeram dele o Reynolds da Escócia. Na literatura Bowsell estava publicando (1791) aquela inexaurível fonte de delícias *A Vida de Samuel Johnson*; e em Abbotsford, sobre

o Tweed, servindo de mediador entre antigos inimigos, cantando melodiosas baladas e escrevendo novelas universalmente famosas para pagar dívidas que apenas parcialmente eram suas próprias, estava o mais brilhante e o mais fidalgo de todos os escoceses.

Walter Scott era por temperamento bem capacitado para ser o líder da florescência romântica na literatura britânica, pois ele gostava de pensar de si mesmo como descendente dos chefes escoceses da fronteira, cujos feudos e guerras haviam provido o material entusiasmante das baladas que o haviam alimentado em sua criancice. Seus ancestrais imediatos, no entanto, eram um advogado de Edimburgo e a filha de um professor de medicina na Universidade de Edimburgo. Ele ali nasceu em 1771, um entre 12 filhos, seis dos quais, de acordo com o costume daquela época, morreram em tenra idade. Quando tinha 18 meses ele foi atacado por poliomielite, que deixou permanentemente aleijada sua perna direita. O defeito semelhante de Byron talvez tenha ajudado Scott a manter uma indescorajável amizade com o poeta mais jovem através de todas as divergências de moral e de crença.

Após haver freqüentado o Old College de Edimburgo, Scott começou cinco anos de aprendizado de lei sob a orientação de seu pai, e em 1792 foi admitido como advogado nos tribunais escoceses. Seu casamento com Charlotte Charpentier (1797) e um legado de seu pai (1799) deram-lhe uma renda confortável. Ele era social e agradável e conquistou muitos amigos influentes, através dos quais, em 1806, foi indicado "clerk of session" (secretário das sessões) em Edimburgo. Os emolumentos dessa função, e algumas doações de parentes, permitiram-lhe negligenciar e por fim abandonar sua prática da lei, a fim de dedicar-se a seu gosto pela literatura.

Um encontro casual com Robert Burns, uma predileção pela obra de Thomas Percy *Relíquias da Antiga Poesia Inglesa*, e o conhecimento dos poetas líricos — especialmente *Lenore* de Gottfried Bürger — reavivaram seu interesse da adolescência pelas velhas baladas inglesas. Em 1802-03 ele produziu, em três volumes, *A Arte dos Menestréis da Fronteira da Escócia*. Estimulado por estes alegres contos, tentou fazê-los ele mesmo e em 1805 publicou *A Balada do Último Menestrel*. Sua venda foi um marco nos anais da poesia inglesa. Quando foi para Londres em 1807 tornou-se ali o senhor dos salões. Decidiu-se a fazer da literatura sua profissão e quase seu negócio, e começou um perigoso investimento de seu tempo e de seu dinheiro na composição, na impressão e na publicação.

Nas coplas rimadas octossilábicas de *Christabel*, de Coleridge, ele encontrou um fácil meio para narrativas comoventes e românticas de amor e de guerra, de mistério e do sobrenatural, na legenda e na história escocesa. Explorou esse novo campo com *Marmion* (1808), *A Senhora do Lago*, (1810), *Rokeby* (1813), e o *Senhor das Ilhas* (1815). Ele não se julgava um grande poeta; escrevia para entreter o público e para obter algum lucro, não para entreter as musas que, afinal de contas, já estavam cansadas de épicos e hexâmetros. Seus leitores seguiam-no, com a respiração suspensa, de cavaleiro a bela dama, a heróicas batalhas; e cantavam com entusiasmo os cantos entremeados como "Ó, o jovem Lonchivar veio do oeste, ao longo de toda a extensa fronteira seu cavalo era o melhor".[7] Então, em 1813, Byron publicou *The Giaour* e *a Noiva de Abidos*, e em 1814 *O Corsário* e *Lara*. Scott verificou que seu público estava deixando os romances da fronteira pelos mistérios orientais e misantropos desesperados; reconheceu que o jovem lorde da abadia de Newstead podia rimar melhor e vencer o bardo de Abbotsford; e

em 1814, com *Waverley*, ele voltou-se da poesia para a prosa e encontrou um novo filão.

Isto foi extremamente oportuno. Em 1802 ele havia emprestado dinheiro a James Ballantyne, um impressor de Kelso, para transferir sua máquina de imprimir para Edimburgo; em 1805 ele tornou-se sócio particular da firma de James e John Ballantyne; e daí em diante ele fez com que suas composições, por quem quer que fossem editadas, fossem impressas na impressora de Ballantyne. Com seus ganhos e lucros Scott comprou em 1811 a propriedade de Abbotsford (próximo a Melrose), expandiu-a de 40 hectares para 300, e substituiu a velha casa da fazenda por um castelo custosamente mobiliado e belamente decorado; é um dos lugares mais visitados da Escócia. Mas em 1813 a firma de Ballantyne quase foi à falência, parcialmente devido a ter publicado, com prejuízo, vários projetos editados por Scott. Ele dedicou-se a restaurar a solvência dos Ballantynes com um empréstimo de seus ricos amigos e com os resultados de seus escritos. Por volta de 1817 a firma estava de novo solvente, e Scott mergulhou numa das mais famosas séries de novelas na história literária.

Waverley foi publicada anonimamente em 1814 e rendeu-lhe cerca de 2.000 libras — a maior parte das quais foi em breve gasta em Abbotsford. Scott escondeu sua autoria, achando que seria um pouco impróprio para um escrivão da corte de justiça escrever ficção para venda. Sua pena movia-se quase tão rapidamente na prosa como ela o havia feito no verso. Em seis semanas ele escreveu *Guy Mannering* (1815); em 1816 *O Antiquário*; em 1816-19 (sob o título geral de *Histórias do Meu Senhorio*) ele apresentou um encantador panorama de cenas escocesas — *A Antiga Mortalidade O Coração de Midlothian, A Noiva de Lamermoor* e *a Lenda de Montrose* de uma dessas Donizetti fez outra fortuna Scott viajava bastante pela Escócia Inglaterra e pelas ilhas vizinhas· intitulava se um antiquário mais do que um novelista, e tinha a capacidade de dar às suas novelas uma cor local e um sabor dialético que deliciava seus admiradores escoceses *Ivanhoé, O Mosteiro* e *The Abbot* — todas de 1820 — adotaram a Inglaterra medieval como seu cenário não tão inteiramente realística como os contos escoceses haviam feito Em 1825 Scott aventurou-se no oriente medieval, e em *O Talismã* apresentou uma imagem tão lisongeira de Saladino que os piedosos escoceses começaram a duvidar da integridade da ortodoxia do escritor. Quando perguntaram a George Eliot o que pela primeira vez havia abalado sua fé cristã, ela respondeu: "Walter Scott" [8]

Aqueles de nós que se deliciaram com as 'Waverley Novels" na juventude, estamos agora por demais envolvidos na febre de nossa moderna época para apreciá-las hoje; mas mesmo um mergulho apressado numa delas — digamos *O Coração de Midlothian* — renova nossa sensação de que o homem que podia produzir um tal livro cada ano durante uma década deve ter sido uma das maravilhas de seu tempo. Nós o apreciamos desempenhando o papel de barão feudal em Abbotsford (ele foi feito cavaleiro em 1820), mas mesmo assim recebendo todas as pessoas com bondade e simplicidade, era o mais famoso escritor de sua época — conhecido de Edinburgh a São Petersburgo (onde Puskin reverenciava-o), mas ria-se de coração quando ouvia-se comparado a Shakespeare Seus poemas e novelas foram potentes fatores no movimento romântico, embora ele alimentasse poucas ilusões românticas Participava em fazer reviver o interesse nos costumes medievais, apesar disso apelava aos escoceses para porem de lado sua idealização e seu violento passado feudal e ajustarem-se àquela união que estava vagarosamente juntando dois povos em um Em sua velhice ele aquecia-se com um patriotismo *tory* que não ad

mitia nenhum defeito na constituição britânica.

Enquanto isso, seus impressores, os Ballantynes, e seu editor, Archibald Constable, estavam ambos chegando à falência. Em 1826 eles entregaram o que lhes restava à corte, e Sir Walter, como sócio, tornou-se responsável pelas dívidas dos Ballantynes. Agora por fim a Europa descobria que o autor das Novelas de Waverley era o senhor de Abbotsford. A corte permitiu que ele mantivesse sua casa e alguns hectares e seu salário oficial de escrivão da corte de justiça, mas todas suas outras propriedades foram confiscadas. Ele ainda podia viver confortavelmente, e continuou a produzir novela após novela, na esperança de que seus ganhos pudessem anular suas dívidas. Em 1827 produziu uma trabalhosa *Vida de Napoleão* que um crítico chamou de "uma blasfêmia em dez volumes". Ela retirava do corso quase todas as virtudes porém agradava a alma britânica, e moderadamente reduziu as dívidas do escritor.

A qualidade do que ele produziu daí em diante reflete sua pressa e insegurança. Em 1830-31 ele sofreu diversos derrames. Recuperou-se e o governo destacou uma fragata para levá-lo a fazer um cruzeiro sob o céu do Mediterrâneo, mas novos ataques o inutilizaram e ele foi trazido às pressas de forma que pudesse morrer em sua amada Abbotsford (1832). Um outro editor, Robert Cadell, assumiu sua dívida remanescente (7.000 libras) e os direitos autorais, e fez uma fortuna com essa combinação, pois as novelas de Walter Scott permaneceram populares até o fim do século. Wordsworth julgava-o "o maior espírito de sua geração".[9]

II. OS IRLANDESES

A Irlanda em 1800 tinha aproximadamente 4.550.000 almas, das quais 3.150.000 eram católicas romanas, 500.000 eram protestantes episcopais, e 900.000 (principalmente no Ulster) pertenciam a seiras protestantes dissidentes. Os católicos receberam o direito de voto em 1793 e então tornaram-se elegíveis para a maior parte das funções do serviço civil; mas ainda estavam impedidos de atingir os pontos mais altos das câmaras de justiça e do parlamento irlandês; efetivamente permitia-se aos católicos escolher entre os candidatos protestantes para governar a Irlanda católica. O rei e seus ministros apontavam um lorde lugar-tenente protestante, ou vice-rei, como o principal executivo do governo na Irlanda e permitiam-lhe que ele governasse a burocracia — e em considerável medida o parlamento irlandês — através do suborno e da distribuição ou venda de patrocínio.[10]

Até 1793 todo o solo da Irlanda era propriedade dos protestantes ingleses ou irlandeses. Após 1793 foi permitido a um pequeno número de católicos comprar terras; o restante eram fazendeiros arrendatários que cuidavam de pequenas áreas ou trabalhadores em fazendas ou fábricas. As rendas e os dízimos eram coletados com dura regularidade, resultando daí que a maior parte dos fazendeiros irlandeses viviam numa desesperada pobreza. Eles eram pobres e totalmente despidos de incentivos para comprar a nova maquinaria que estava multiplicando os produtos rurais na Inglaterra; a agricultura irlandesa permanecia estática. "Os maiores proprietários de terra viviam ausentes, morando na Inglaterra, os quais retiravam o que podiam da Irlanda, sem melhorar sua capacidade produtiva."[11] Nos distritos industriais de Dublin a pobreza era ainda pior do que na campanha. A indústria irlandesa era afogada por altos impostos que impe-

diam a importação do algodão cru e por regulamentos comerciais que, em grande proporção, impediam que os produtos irlandeses, exceto o linho, competissem com os produtos ingleses dentro do império.[12] Shelley, observando a condição dos operários das fábricas em Dublin em 1812 escreveu: "Eu não tinha uma concepção das profundidades da miséria humana até agora."[13]

Os católicos irlandeses, como toda a população, pagavam dízimos para sustentar a Igreja Protestante Estabeleciada na Irlanda, mas além disso mantinham com contribuições voluntárias seu clero católico, que havia sido despojado de sua anterior riqueza. A igreja romana naturalmente apoiava o movimento irlandês pela independência, e conseqüentemente conquistou a lealdade da população católica. Ali o rebelde social era usualmente um conservador religioso; e liberais como Thomas dar e, embora pudessem ser amigos de céticos como Byron, nunca se afastaram abertamente da ortodoxia católica.

Foi um protestante que, na segunda metade do século XVIII, liderou a revolta contra a exploração da Irlanda. Henry Grattan (1746-1820) pertencia à escola de dois outros irlandeses — Burke e Sheridan; ele acreditava no poder da razão expressada com eloqüência. Com essa arma ele conseguiu algumas limitadas porém significantes vitórias: a anulação do *Test Act*, que exigia a submissão à Igreja da Inglaterra como um pré-requisito para ser membro do parlamento; a remoção das restrições mais estranguladoras sobre o comércio irlandês; e o reconhecimento que (como ele delicadamente dizia) somente o rei da Inglaterra, com o consentimento do parlamento da Irlanda, pode legislar para a Irlanda — isto é, os atos do parlamento irlandês não precisam mais obter a aprovação do parlamento da Grã-Bretanha. No entanto, quando Grattan tentou conquistar para os católicos irlandeses a elegibilidade plena para o parlamento irlandês, ele fracassou; a Irlanda continuou um país católico governado por um governo protestante.

Theobald Wolfe Tone (1763-98) continuou a batalha. Um graduado, como Grattan, do Trinity College de Dublin, ele foi para Londres estudar leis. Ao voltar ajudou a organizar a Sociedade dos Irlandeses Unidos (1791), cujo objetivo era a cooperação dos protestantes e católicos na procura de uma reforma social e política. Lutando com paixão e energia, Tone conseguiu fazer uma convenção católica, cujo programa de ação de tal forma assustou o parlamento irlandês que ele passou o Relief Act de 1793, estendendo o direito de voto aos católicos.

Tone não estava satisfeito. Em 1794 ele entrou em negociações com William Jackson, que secretamente representava o Comitê de Segurança Pública, então governando a França em guerra com a Inglaterra. Jackson foi descoberto e preso; Tone fugiu para os Estados Unidos e dali para a França. Ali ele persuadiu Lazare Carnot, do Comitê, que sancionasse uma invasão francesa da Irlanda. O general Lazare Hoche recebeu o comando, fez de Tone seu ajudante-geral e partiu para a Irlanda no dia 15 de dezembro de 1796, com 46 navios e 14.000 homens. A expedição teve de enfrentar uma tempestade ao largo da costa inglesa e foi quase totalmente destruída. Tone sobreviveu e acompanhou uma força expedicionária menor que objetivava ajudar a Irlanda. Esta foi capturada pelos ingleses; Tone foi sentenciado à forca mas escapou ao laço cortando sua garganta na cadeia (novembro de 1798).

Neste ínterim o ressentimento irlandês do domínio inglês havia-se transformado numa revolta total. Pitt, o primeiro-ministro inglês, pensava aquietar o movimento por meio

de conciliação. Permitiu que o duque de Portland, *home secretary* (secretário de interior incluindo negócios irlandeses) apontasse como lorde-*lieutenant* (vice-rei) William Wentworth, segundo conde Fitzwilliam, o qual confessava francamente sua simpatia pelos irlandeses. Após três meses de serviço (janeiro a março de 1795), nos quais ele fez mais concessões aos católicos do que Pitt julgava prudente, foi convocado de volta, e a resistência irlandesa tornou-se guerra aberta. Durante algum tempo os protestantes irlandeses juntaram-se aos católicos no ataque ao domínio estrangeiro; mas em Ulster, onde os protestantes estavam em maioria, eles em breve mudaram da cooperação para a oposição, temendo que o sucesso da rebelião levasse o Ulster ao domínio católico. Em setembro de 1795 os protestantes de Ulster formaram a Orange Society, e aderiram aos "Peep-of-Day Boys" queimando ou destruindo casas católicas e capelas; centenas de católicos fugiram do Ulster, temendo o massacre. Mais e mais protestantes abandonavam os United Irishmen. Os católicos remanescentes tomaram armas, capturaram o controle de diversos condados e avançaram sobre cidadelas do governo em Dublin. Grattan, no parlamento irlandês, pensou em conquistar a paz propondo a elegibilidade dos católicos ao parlamento; isto foi rejeitado por enorme maioria, pois envolvia (já que os católicos tinham agora direito de voto) a próxima transformação do parlamento irlandês num poder católico. O general inglês pediu e recebeu reforços, e declarou a lei marcial; durante semanas aquela que uma vez tinha sido uma alegre capital, tornou-se em um inferno de ódio e morte. Pela contagem dos cadáveres a vitória ficou com o governo; no outono de 1798 a rebelião havia sido suprimida.

Pitt sabia que a supressão não era a solução e que o descontentamento restante na Irlanda havia se tornado um perigo vital para a Inglaterra. Em 1800 a Inglaterra já tinha sete anos de guerra com a França, durante os quais ela havia lucrado com o caos produzido na França pela Revolução. Agora, entretanto, Napoleão estava repondo ordem na França e poder em seus exércitos; estava construindo uma frota que iria em breve desafiar o controle inglês dos mares. Uma Irlanda descontente, sempre às vésperas da revolta, era um convite diário a Napoleão para conduzir suas tropas através do Canal e, católicos com católicos — organizar a maior parte da Irlanda numa força hostil nos flancos da Inglaterra. De alguma forma, sentia Pitt, devia-se encontrar algum meio para trazer o povo irlandês a uma segura união com os ingleses sob um parlamento e um rei. Se isso pudesse ser feito, Pitt propunha-se a dar o direito pleno de voto — voto e elegibilidade para as funções — a todos os homens adultos católicos, não somente na Irlanda, mas por toda a Inglaterra, Escócia e País de Gales; a admitir os católicos a um único parlamento unido em Londres; e a prover salários governamentais para os ministros das seitas dissidentes bem como aos padres católicos, da mesma forma que ao clero da Igreja Estabelecida.[14] Por meio de um tal arranjo a religião podia tornar-se não um fermento revolucionário, mas uma força de união nacional e de contentamento público.

Este plano de um estadista, que precedeu de um ano à Concordata de Napoleão com a Igreja Católica, encontrou variada oposição. Os católicos irlandeses suspeitavam-no de ser um disfarce para a continuação do domínio da Irlanda pela Inglaterra; os protestantes irlandeses objetavam que ele poderia torná-los sujeitos ao domínio — talvez à vingança e à expropriação — dos católicos irlandeses vitoriosos; e o Parlamento irlandês não estava disposto a morrer. Pitt esperava que, a longo prazo, a união com a Inglaterra, envolvendo o livre comércio com todas as partes do império, iria afinal beneficiar

a economia irlandesa e reunir os irlandeses como os escoceses haviam se reconciliado. A maioria católica na Irlanda podia ser compensada e controlada pela maioria protes tante na Inglaterra. Por um generoso emprego de dinheiro, sinecuras e títulos nobiliár quicos,[15] e o apoio dos comerciantes irlandeses, o parlamento irlandês foi persuadido a votar sua própria morte (1º de agosto de 1800). Daí em diante, até 1921, a Irlanda seria governada pelo parlamento inglês, no qual ela seria representada por quatro pares espirituais e 28 pares temporais na Casa dos Lordes, e cem membros nos Comuns.

O aparente sucesso de Pitt foi obscurecido por sua incapacidade de obter a aprovação do rei para seu projeto. Quando ele propôs levar avante sua suposta promessa de completa emancipação política aos católicos no novo "Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda", Jorge III recusou-se a consentir, baseado em que o voto de sua coroação obrigava-o a proteger a Igreja Estabelecida na Inglaterra. Quando Pitt fez pressão sobre ele, o rei deu sinais de recair em estado de insanidade mental. Pitt cedeu, e, sentindo-se desprestigiado, resignou ao ministério do rei (3 de fevereiro de 1801). A emancipação dos católicos foi arquivada e teve de esperar até 1829.

A maioria dos líderes irlandeses concluiu que eles haviam sido enganados e que Pitt nunca tinha tido a intenção de cumprir sua promessa. A resistência à União, considerada na realidade uma anexação, deu lugar à violência. Em 1803 Robert Emmer liderou uma revolta desesperada, que fê-lo uma das mais amadas figuras na história e na canção irlandesas. Nascera em Dublin (1778) como o filho mais moço de um médico do lorde-lieutenant (vice-rei). Quando estudante no Trinity College ele estava se aproximando da formatura com honras quando retirou seu nome da lista de alunos, em protesto contra a inquisição oficial sobre seus pontos de vista políticos. Juntou-se aos Irlandeses Unidos, onde seu irmão mais velho, Thomas, era secretário do conselho supremo. Thomas era contrário à violência revolucionária, mas Robert foi à França, conseguiu ter acesso a Napoleão, e apelou por uma outra tentativa francesa na Irlanda. Não tendo sido capaz de persuadir Napoleão, Emmer voltou a Dublin, reuniu armas e aliados, e planejou um ataque ao castelo de Dublin. Quando soube que o governo havia descoberto sua trama e ordenado sua prisão, ele formou uma força improvisada de 160 homens e marchou em direção ao castelo. A caminho eles encontraram Lorde Kilwarden, presidente da corte de justiça da Irlanda; a multidão excitada e incontrolada matou-o e a seu sobrinho quando os encontraram. Compreendendo que seu esforço agora iria falhar, Emmet fugiu e escondeu-se por algum tempo entre as montanhas Wicklow. Arriscou-se a ser descoberto mudando-se para perto da casa de sua noiva, Sarah Curran, filha de John Philpot Curran, defensor protestante das causas católicas. Robert foi descoberto, capturado, julgado por traição e sentenciado à morte. Sua fala ao juri é um dos clássicos da eloqüência irlandesa:

> Eu tenho apenas um pedido a fazer ao partir do mundo. é a caridade do seu silêncio. Que nenhum homem escreva meu epitáfio; pois como nenhum homem que conhece os meus motivos ousa agora vingá-los, que não se deixe que o preconceito ou a ignorância os denigram. Que eu e meus motivos descansemos na obscuridade e na paz, que minha tumba permaneça sem nenhuma inscrição, e que minha memória fique no esquecimento, até que outros tempos e outros homens possam fazer justiça a meu caráter. Quando meu país puder tomar seu lugar entre as nações do mundo, então, e não antes disso, que seja escrito meu epitáfio.[16]

CAPÍTULO XXIV

Pitt, Nelson, e Napoleão

1789-1812

I. PITT E A REVOLUÇÃO

WILLIAM Pitt II havia entrado para o governo em 1783 como ministro e primeiro lorde do tesouro. Ele, que era a pessoa que coletava e despendia o dinheiro do reino, seria o senhor das ilhas e o mecenas das coligações.

Havia desfrutado de quase todas as vantagens de que podia gozar um inglês. Vinha de uma família proeminente e absorvera a política mundial, as altas finanças e as boas maneiras, por meio da conversação e da *entourage* de seu brilhante pai, o conde de Chatham. Tinha tido a melhor educação particular, grande parte dela diretamente de seu próprio pai. Entrou para o parlamento aos 21 anos de idade e encarregou-se da Inglaterra aos 24. Dominava a oposição por sua orgulhosa reserva, suas qualidades intelectuais, a lógica — mais do que a paixão — de sua oratória, a firmeza e penetração de seus olhos, o conhecimento e a manipulação das finanças públicas. Havia lido e admirava a obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*; aceitava a filosofia de Smith da livre empresa e do livre comércio. Ele, o aristocrata, apoiava as aspirações da burguesia mercantil e industrial em ascensão a uma maior representação no parlamento e no estabelecimento da política; com a fluida riqueza da burguesia ele lutou contra Napoleão, enquanto que a aristocracia, com sua riqueza e terras imóveis, contribuia com conselhos, com diplomacia e com protocolo. Estabeleceu um fundo de amortização para pagamento da dívida nacional e teve sucesso em reduzir essa dívida até que a guerra levou cada xelim que podia ser extraído da nação. Tentou bravamente porém em vão eliminar os "*boroughs* podres", embora ele os houvesse usado em sua ascensão. Apoiou um projeto que transferia para o júri popular a decisão em casos de acusação de calúnia, isto é, ele protegia a imprensa quando ela expunha a má conduta dos membros do governo. Apoiou Wilberforce em sua longa campanha contra o comércio de escravos. Napoleão derrotou-o e quebrou seu ânimo, mas foi a Inglaterra que ele havia reorganizado, financiado e inspirado que derrotou Napoleão.

O rei inglês era para ele um problema quase tanto quanto o cônsul francês. Jorge III seguiu as recomendações de Pitt em quase tudo exceto quanto à emancipação dos católicos; mas o decrépito monarca estava sujeito a qualquer momento a recair na insanidade — como aconteceu em 1788-89; e quando tais colapsos surgiam, o príncipe de Gales sempre adejava próximo ao trono — o príncipe que era o ídolo dos *whigs* e o amigo de Charles James Fox, o qual concordava com Pitt apenas em gostar mais de vinho do que de qualquer outra coisa. Durante um certo tempo Jorge III esteve prestes a morrer

(1787); recuperou-se mas permaneceu fraco e hesitante; e daí em diante submeteu-se em geral, atônito, à orientação de Pitt.

Quando o jovem estadista tomou as rédeas do governo, a Inglaterra estava apenas começando a recuperar-se da desastrosa guerra com suas colônias americanas. A Inglaterra parecia militarmente arruinada face a uma França, na bancarrota porém vitoriosa, uma Espanha próspera e esclarecida sob Carlos III, e uma Rússia que ampliava suas fronteiras sob Catarina II, organizava enormes exércitos, engolia a metade da Polônia, e conspirava para dividir a Turquia Européia entre ela e José II da Áustria. Nessa ocasião a segurança da Inglaterra dependia de duas condições: seu controle sobre os mares e o equilíbrio do poder político na Europa Continental; se qualquer um dos lados desse equilíbrio se tornasse preponderante, ele podia impor-se à Inglaterra, simplesmente fechando os mercados continentais às mercadorias inglesas. A morte de José II (1790) aliviou a ameaça com o leste; Catarina II hesitava; e Pitt estava quase a voltar-se dos assuntos estrangeiros para os assuntos domésticos quando a Revolução Francesa anunciou que ela tinha vindo para ditar uma constituição às monarquias ou destruí-las. Dia a dia notícias espantosas cruzavam o Canal: a Bastilha havia sido invadida por uma multidão de cidadãos; os direitos feudais haviam sido eliminados; a propriedade da Igreja tinha sido confiscada por um Estado ímpio; uma horda de mulheres tinha marchado sobre Versalhes e havia forçado Luís XVI e Maria Antonieta a virem viver em Paris, sob a vigilância popular.

A princípio Pitt não ficou tão perturbado quanto seus amigos das classes superiores. Afinal de contas, a Inglaterra já tinha uma constituição que um grande número de famosos franceses havia elogiado e invejado. Uma pequena perturbação na França seria bem recebida: a Inglaterra poderia então trabalhar em paz em seus problemas internos enquanto a França desorganizava e depois reconstituía sua vida política.[1] Enquanto os aristocratas tremiam, os homens de letras ingleses se regozijavam — Godwin, Wordsworth, Coleridge, Southey, Cowper, Burns. Em 4 de novembro de 1789, uma "Sociedade para Comemorar a Revolução" (de 1688), ficou tão entusiasmada com um pregador unitário, Richard Price, que ela enviou uma mensagem de congratulações para a Assembléia Nacional em Paris, expressando a esperança que "o glorioso exemplo dado na França" possa encorajar outras nações a firmarem os "inalienáveis direitos da humanidade".[2] A mensagem estava assinada em nome da Sociedade por seu presidente, o terceiro conde de Stanhope, cunhado de William Pitt. A mensagem de Price, circulando como um panfleto por toda a Inglaterra, quase clamava por uma revolução:

> Ficai encorajados, vós todos amigos da liberdade e escritores que a defendeis! Os tempos são auspiciosos, vossos trabalhos não foram em vão. Observai os reinos, que por vós foram admoestados, levantarem-se de seu sono, quebrarem suas cadeias e clamarem justiça de seus opressores! Observai a luz que vós haveis acendido — depois de liberar a América — refletir-se na França e ali transformar-se numa fogueira que transforma o despotismo em cinzas, aquece e ilumina a Europa!
>
> Tremei vós todos opressores do mundo! Ficai avisados vós todos que apoiais os governos e as hierarquias escravizadores!... Vós não podeis mais manter o mundo na escuridão... Restaurai os direitos da humanidade e consenti na correção dos abusos, antes que eles e vós sejais destruídos juntos.[3]

Isso era mais do que Edmund Burke podia engolir. Ele não era mais o fogoso orador que havia defendido a causa das colônias americanas perante o parlamento; ele tinha agora 60 anos, havia se hipotecado em uma grande propriedade e voltado novamente à religião de sua juventude. Em 9 de fevereiro de 1790, na Casa dos Comuns, ele começou um debate que veio a terminar sua velha amizade com Charles James Fox:

> Nosso perigo atual vem... da anarquia: o perigo de ser levado através da admiração da fraude e da violência bem-sucedida, à imitação dos excessos de uma democracia irracional, sem princípios, proscrevente, confiscadora, assaltante, feroz, sangrenta e tirânica. Do lado da religião o perigo não vem mais da intolerância, mas sim do ateísmo — um vício sujo e antinatural, um inimigo de toda a dignidade e consolação da humanidade, o qual parece ter sido na França, por um longo tempo, incorporado numa facção acreditada e quase declarada.[4]

Em novembro de 1790 Burke publicou suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa*. Deu-lhes a forma de uma carta a um "gentil-homem em Paris" — uma carta com 365 páginas. Nela ele denunciava o Dr. Price e a Sociedade para Comemorar a Revolução: os clérigos, dizia ele, deviam cuidar de seu próprio negócio, o qual é pregar as virtudes cristãs e não advogar reformas políticas; as virtudes alcançam o cerne do assunto, que são as tendências malignas da natureza humana; as reformas mudam apenas as formas superficiais do mal, pois elas não infligem nenhuma mudança na natureza do homem. O sufrágio universal é uma fraude que usa uma ilusão; contar os votos não afetará a distribuição e as decisões do poder. A ordem social é indispensável à segurança individual, mas ela não pode sobreviver se cada indivíduo tiver a liberdade de violar qualquer lei que não lhe agrade. Uma aristocracia é desejável, pois ela permite que a nação seja governada por mentes treinadas e selecionadas. A monarquia é boa porque dá uma unidade psicológica e uma continuidade histórica que ajuda na difícil reconciliação da ordem com a liberdade.

Dois meses após essa histórica explosão Burke publicou uma *Carta a um Membro da Assembléia Nacional* da França. Nesta — e ainda mais integralmente numa *Carta a um Nobre Lorde* (1796) — ele oferecia uma base filosófica para o conservantismo. Nenhum indivíduo, por mais brilhante e bem informado que seja, pode, no espaço de sua vida, adquirir o conhecimento e a sabedoria que lhe garantam arrogar-se em juiz das tradições complexas, sutis e persistentes que incorporam a experiência e o julgamento da comunidade, da nação ou da raça após milhares de experiências no grande laboratório chamado história. A civilização seria impossível "se a prática de todos os desejos morais e as fundações da sociedade, dependessem de ter suas razões tornadas claras e demonstradas a cada indivíduo".[5] Desta forma a religião só com grande dificuldade pode ser explicada aos jovens que adquiriram um pouco de conhecimento, e está se deliciando com seu raciocínio liberado; não antes que ele tenha tido muita experiência da natureza humana e tenha visto o poder dos instintos primitivos, irá ele apreciar o serviço da religião, ajudando a sociedade a controlar o individualismo inato dos homens. "Se descobríssemos nossa nudez (liberando nossos instintos), desprezando a religião cristã, que tem sido... uma grande fonte da civilização entre nós... nós confessamo-nos apreensivos... que alguma insólita, perniciosa e degradante superstição iria tomar o lugar dela."[6] Da mesma forma é difícil explicar a um jovem que começou há pouco a racio-

cinar e que tem inveja dos bens de seu vizinho, que um homem de excepcional habilidade não se submeterá a um longo e custoso treinamento para adquirir uma habilidade socialmente útil, ou forçar-se a praticá-la, a não ser que lhe seja permitido manter uma porção de seus ganhos como um presente para seus filhos. Além disso, a sociedade humana não é meramente uma associação de pessoas no espaço, é também uma sucessão de pessoas no tempo — de pessoas mortas, viventes ou ainda não nascidas, numa continuidade de carne e sangue através de gerações. Esta continuidade está mais profundamente dentro de nós do que nossa associação a um determinado lugar da terra; ela pode persistir mesmo que haja migrações através das fronteiras. Como pode esclarecer-se isso a rapazes que estão explodindo com ambição individual e orgulho de calouros, audaciosamente prontos a cortar os laços familiares ou as limitações morais?

A missa de réquiem de Burke por um mundo agonizante foi recebida com gratidão e agrado pelos líderes conservadores ingleses; e homens de julgamento amadurecido aceitaram as três publicações como uma distinta contribuição para a filosofia social e política. Coleridge, em seu último quartel de vida, ficou tão entusiasmado com elas como quanto outrora ele se havia alegrado com a Revolução. "Eu não posso conceber", escrevia ele em 1820, "um tempo ou um estado de coisas nos quais os escritos de Burke não tenham o mais alto valor... Neles não há uma palavra que eu pudesse juntar ou retirar."[7]

Dois britânicos, entre muitos, vieram em defesa da Revolução; *Sir* James Mackintosh com *Vindiciae Gallicae* e Thomas Paine com *Os Direitos do Homem* — ambos em 1791. A Revolução tinha então apenas dois anos de idade, mas já havia feito o seu trabalho básico — havia dado à França uma constituição liberal, terminara os privilégios feudais, estabelecera a liberdade de palavra, de imprensa e de reunião, e apropriara-se da riqueza da Igreja para salvar um estado na bancarrota; os excessos destrutivos da Revolução ainda não haviam chegado. Nestas circunstâncias, Mackintosh poderia replicar a Burke que a Revolução era um protesto legítimo contra um governo injusto e incompetente. Paine podia argumentar que a nenhuma tradição dever-se-ia permitir negar todos os esforços da reforma, e que os direitos proclamados pela Revolução eram o próprio estatuto de um estado moderno.

Mas Paine foi muito além. Ele pediu a substituição da monarquia e da aristocracia por uma república; um imposto de renda de tal forma progressivo que iria redistribuir a riqueza concentrada e a usaria para eliminar o desemprego e a pobreza, prover educação para todas as crianças e uma pensão para os velhos. E reafirmava os direitos do homem em termos de Rousseau:

> 1. Os homens nasceram, e continuam sempre, livres e iguais com respeito a seus direitos. As distinções civis, portanto, só podem ser fundadas na utilidade pública.
> 2. O fim de todas as associações políticas é a preservação dos naturais e imprescritíveis direitos do homem; estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
> 3. A Nação é essencialmente a fonte de toda a soberania; nenhum ***indivíduo***, ou ***nenhum corpo de homens*** pode ser investido de qualquer autoridade que não derive expressamente da nação.[8]

Os Direitos do Homem venderam 50.000 cópias em poucas semanas; isto pode indicar a força do movimento radical na Inglaterra de 1791. Sociedades mais ou menos

radicais floresceram: a Sociedade para Informação Constitucional, a Sociedade de Correspondência de Londres, Os Amigos Escoceses do Povo, a Sociedade para Comemorar a Revolução. Algumas destas enviaram cumprimentos à Revolução Francesa. Duas delas ajudaram a dar ao livro de Paine uma enorme distribuição.

Pitt observou o problema e ficou perturbado. Em particular ele ficara impressionado pelo livro de Paine: "Paine não é um tolo", disse ele a sua sobrinha, "talvez ele esteja certo; mas se eu fizesse o que ele deseja, teria amanhã em minhas mãos milhares de bandidos e a cidade de Londres incendiada."[9] Deu ordem para a prisão de Paine; Paine fugiu para a França, foi julgado *in absencia* e declarado culpado de traição (dezembro de 1792).

Os ingleses tinham muitas razões para não seguir a França na Revolução. Eles tinham tido o seu 1789 em 1642. Tinham tido sua revolta intelectual antes dos franceses: a erosão deísta da crença ortodoxa havia precedido o Iluminismo francês, e tinha sido absorvida na eqüanimidade inglesa ao tempo em que Voltaire chegou a Inglaterra em 1726. O movimento metodista transformou algum descontentamento em piedade. A igreja anglicana era comparativamente liberal, e não tinha adquirido suficiente riqueza para despertar a inveja e a hostilidade dos leigos. O feudalismo havia desaparecido; não havia direitos feudais; vários camponeses eram proprietários da terra que lavravam. A classe média já tinha entrado no Parlamento e adquirido uma voz ativa na política nacional; o primeiro-ministro muitas vezes apoiava seus reclamos. Os trabalhadores eram maltratados pelos empregadores e legisladores e alguns se rebelavam violentamente, porém podia-se depender do exército para suprimir as rebeliões e do judiciário para enforcar seus líderes. Quando a Inglaterra e a França entraram em guerra, o patriotismo transformou o ódio de classes em entusiasmo nacionalista. A revolução descaiu numa reforma que se alongou por todo o século XIX.

Neste ínterim a Revolução Francesa havia passado da legislação aos Massacres de Setembro; seu exército havia derrotado os prussianos e os austríacos em Valmy (20 de setembro de 1792); e a febre revolucionária havia se espalhado para a Renânia alemã. Os cidadãos de Mainz e Darmstadt, tendo derrubado o governo feudal e estabelecido um governo popular, e temendo invasão e punição pelas tropas monárquicas, haviam enviado emissários à França pedindo proteção. Depois de algum debate, o governo francês promulgou (19 de novembro de 1792) o mais revolucionário de todos os seus decretos:

> A Convenção Nacional declara, em nome da Nação Francesa, que ela oferecerá sua fraternidade e ajuda a todos os povos que desejam recobrar sua liberdade, e encarrega o poder executivo de dar aos generais as ordens necessárias para levar ajuda a esses povos e defender os cidadãos que tenham sido, ou possam ser, perturbados pela causa da liberdade.[10]

Esse generoso e audacioso anúncio deixou nervosas todas as monarquias européias. O governo da Grã-Bretanha ficou ainda mais alarmado pelo avanço das tropas francesas para dentro da Bélgica, e os reclamos da França sobre a Holanda para a abertura do rio Scheldt a todo o comércio. Esse rio navegável de 450 quilômetros de extensão nasce no leste da França, serpenteia através da Bélgica (passando próximo a Antuérpia) até a Holanda, onde ele se divide em dois estuários e desagua no mar do Norte. A Holanda, por uma permissão da Paz de Westfália (1648), havia fechado ambos os estuários a todo

o comércio. Esse rio navegável de 450 quilômetros de extensão nasce no leste da França, serpenteia através da Bélgica (passando próximo a Antuérpia) até a Holanda, onde ele se divide em dois estuários e desagua no mar do Norte. A Holanda, por uma permissão da Paz de Westfália (1648), havia fechado ambos os estuários a todo o comércio, exceto aquele que ela própria escolhesse, o que favorecia a Inglaterra e excluía a Bélgica; assim Antuérpia declinou e Amsterdam floresceu. Em 27 de novembro de 1792 o governo francês notificou a Inglaterra de sua resolução de abrir a força as saídas do Sheldt. Pitt replicou que a Inglaterra estava presa por um tratado de 1788 a proteger a Holanda contra qualquer ataque estrangeiro. Além disso, uma vez que o Reno também desaguava no Mar do Norte através dos estuários holandeses, o controle da Holanda pela França significaria o controle das bocas do Reno, e, conseqüentemente, do acesso do comércio britânico à Alemanha Central pelo Reno. Em 31 de dezembro de 1792, o governo inglês notificou a França que

> a Inglaterra nunca consentirá que a França se arrogue o poder de anular, a seu bel-prazer, e sob a pretensão de um suposto direito natural do qual ela se faz o único juiz, o sistema político da Europa, estabelecido por solenes tratados e garantido pelo consentimento de todas as Potências. Este governo, aderindo às máximas que ele tem seguido por mais de um século, jamais verá com indiferença a França fazer-se, quer diretamente ou indiretamente, a soberana dos Países Baixos, ou o árbitro geral dos direitos e das liberdades na Europa.[11]

Em 21 de janeiro de 1793, o governo francês decapitou Luís XVI. As notícias disso chegaram a Londres no dia 23, chocando Jorge III, e, pouco após, a maior parte do povo britânico. Em 24 de janeiro o governo inglês ordenou ao ministro francês, marquês François-Bernard de Chauvelin, que deixasse o reino. A 1º de fevereiro a França declarou guerra à Inglaterra e à Holanda.

Jorge III deu as boas-vindas à guerra, acreditando que ela unificaria a nação. Pitt lamentou-a, mas dedicou a ela todas suas energias. Abriu as negociações que levaram à Primeira Coligação (1793): Inglaterra, Portugal, Espanha, Sardenha, Nápoles, Áustria, Prússia e Rússia. Baixou elevados impostos a todas as classes e grupos do reino, e enviou repetidamente subsídios a seus aliados. Apertou a legislação contra qualquer propaganda defendendo a França ou a Revolução. Suspendeu a liberdade de imprensa e (1794) a lei de *habeas-corpus*, que assegurava o direito de cada pessoa presa a ter um julgamento rápido ou imediata libertação; suspeitos políticos podiam agora ser presos sem julgamento; a França fez o mesmo. Após uma demonstração antibélica na qual uma pedra foi jogada no rei, a lei de Seditious Meetings (Reuniões Sediciosas), de 1796, proibia reuniões de mais de 50 pessoas, exceto mediante licença e controle do governo. Críticos da Constituição Britânica estavam sujeitos a sete anos de exílio em Botany Bay, na Austrália. Radicais proeminentes — John Horne Tooke, filólogo, John Thelwall, amigo de Coleridge, e o sapateiro Thomas Hardy, fundador da Sociedade Correspondente de Londres — foram julgados, acusados de traição (maio de 1794), defendidos por Thomas Erskine, e absolvidos.

Esses julgamentos revelavam o pânico que havia atingido as classes superiores na Inglaterra, quando elas se viram fazendo face a uma outra revolução, num espaço de tempo tão pequeno após a custosa revolta das colônias americanas. O milenário mundo de reis

e aristocracias parecia estar em colapso, sitiado por camponeses queimando castelos feudais e títulos de nobreza, e por multidões urbanas aprisionando a família real e cortando centenas de nobres cabeças. Tudo isso, sentiam muitos britânicos, era o resultado dos filósofos ateus franceses, e de seus imitadores ingleses, Godwin e Paine. A qualquer hora agora as tropas sem Deus francesas iriam tomar a Holanda e a Renânia; e em um ano ou dois elas poderiam tentar invadir a Inglaterra. Como poderia a Inglaterra, com apenas 15 milhões de homens, e sem um exército permanente, derrotar na guerra uma França com 28 milhões de homens e um exército já orgulhoso com suas vitórias?

Pitt sabia de tudo isto, mas ele pensava em termos de dinheiro mais do que em termos de homens; homens podiam ser comprados por dinheiro, senão na Inglaterra, pelo menos na Áustria, na Prússia e na Rússia; e a Inglaterra tinha dinheiro, que lhe vinha cada dia do comércio, da indústria, das terras, das colônias, dos empréstimos, dos impostos sobre todos os artigos de consumo, sobre toda forma de renda. Essas rendas equipariam um pequeno exército para defesa contra uma improvável invasão; elas manteriam as fábricas inglesas ativas, sua imprensa patriótica e seus caricaturistas no auge de sua forma; tais rendas podiam pagar por novos exércitos, providos por aliados que não tinham dinheiro e que tinham bastante homens. Acima de tudo, elas podiam construir e tripular navios em número suficiente, com suficiente armamento, para controlar os oceanos, bloquear todos os portos franceses, capturar qualquer navio francês no mar, anexar ao império britânico qualquer colônia francesa. Todos os meses a marinha estava crescendo, com fortes navios e homens disciplinados e incomparáveis marinheiros. E ela tinha um dos maiores almirantes da história.

II. NELSON: 1758-1804

Os Nelsons eram originalmente Nielsens, de tronco *viking* da Inglaterra do leste; talvez Horácio tivesse navios em seu sangue. Ele nasceu em 29 de setembro de 1758, em Burnham Thorpe, Norfolk, próximo ao mar. Seu pai era o reitor da paróquia. Sua mãe era aparentada com Robert Walpole, primeiro-ministro. Seu irmão, capitão Maurice Suckling, foi designado em 1770 comandante do H. M. S. (navio de Sua Majestade) *Raisonnable*, na expectativa de uma guerra com a Espanha. Horácio, com doze anos de idade, pediu e obteve permissão para servir sob o comando de seu irmão; daí em diante a escola do rapaz foi o mar.

Ele não era fisicamente forte; ficava muitas vezes doente; mas estava resolvido a aproveitar qualquer oportunidade para instruir-se, desenvolver-se e honrar a carreira. Serviu em vários navios, numa variedade de missões, repetidamente arriscando sua vida; foi promovido passo a passo, e aos 20 anos nomeado capitão da fragata *Hinchinbrook*. Era tão vaidoso quanto era competente, e nunca duvidou que algum dia alcançaria o topo de sua carreira e da fama. Custava tanto a obedecer a seus superiores, quanto eles a recompensarem-no por seus serviços; mas deu um braço, depois um olho, depois sua vida pela Inglaterra, e podia-se dar ao luxo de ter um orgulho tão alto quanto o seu monumento.

Sensível a toda visão e contacto, ele prontamente rendia-se à beleza, à graça e à ternura das mulheres. Em 1782, em Québec, como capitão do *Albemarle*, esteve a pique

de abandonar seu posto, a custo de sua carreira, para voltar à cidade com uma proposta de casamento a uma mulher que lhe havia dado seu calor na noite anterior; um amigo resoluto barrou-lhe o caminho e chamou-o de volta a seu dever e a seu destino.[12] Em 1787, como capitão do cruzador *Boreas*, ele demorou-se em Antígua, nas Índias Ocidentais, e casou-se com Mrs. Frances Nisbet, uma bela e jovem viúva, que tinha um tio rico. Trouxe-a para a Inglaterra, instalou-a numa pequena mas confortável propriedade, e passou um feliz interlúdio de guerra com ela no interior. Quando tornou-se provável a guerra com a França, ele foi feito capitão (1793) do *Agamemnon* — um dos navios mais altamente categorizados da armada, com instruções para juntar-se à frota de lorde Hood no Mediterrâneo, e incidentalmente levar uma nota a Sir William Hamilton, ministro britânico na corte de Nápoles. Ele entregou a mensagem, e encontrou-se com Lady Hamilton.

Amy Lyon, nascida em 1761, filha de um ferreiro galês, tinha na juventude ganho o pão com seu corpo e tivera dois filhos ilegítimos quando tinha apenas 19 anos. Naquele ano ela aquietou-se como a amante do *honorable* Charles Greville, segundo filho do conde de Warwick. Ele rebatizou-a Emma Hart, ensinou-lhe as artes de ser senhora — a cantar, a dançar, a tocar cravo, a entrar numa sala com graça, a trocar pedaços de conversação e a servir o chá. Quando ele havia remodelado tudo, exceto sua alma, levou-a a George Romney, que pintou 30 retratos dela. Quando Greville encontrou a oportunidade de casar-se com uma herdeira, ele teve de encontrar um outro leito para a sua bela dama, que agora havia aprendido a amá-lo. Felizmente seu tio, Sir William Hamilton, que era um viúvo sem filhos, estava então na Inglaterra. Ele era rico, um meio-irmão de Jorge III, um *fellow* da Royal Society, um colecionador importante de relíquias de herculano e arte clássica; agradou-se de Emma e concordou em aliviá-la das mãos de seu sobrinho. Após voltar a Nápoles enviou a Emma um convite para vir ali encontrar-se com ele, junto com sua mãe, e ali completar sua educação musical. Ela aceitou, sob a condição de que Charles Greville em breve a seguiria. Ele lá não foi.

Sir William deu a ela e a sua mãe quatro aposentos na legação britânica. Confortou-a com luxos e admiração cheia de tato; tratou de sua instrução musical e da língua italiana; pagava suas costureiras sem queixar-se. Ela escrevia cartas apaixonadas a Greville pedindo-lhe que viesse; ele aconselhava-a a "agradar a Sir William"; as cartas dele ficaram mais raras, mais curtas e cessaram. Ela tornou-se a amante de Sir William, pois gostava do amor somente menos do que do luxo. Além disso, ela se comportava modesta e discretamente, fazia caridade, tornou-se favorita entre as religiosas, o rei e a rainha. Posou para retratos seus por Raphael Mengs, Angélica Kauffmann, Mme. Vigée-Lebrun. Satisfeito com ela, Sir William fê-la sua esposa (1791). Quando a França declarou guerra à Inglaterra ela tornou-se uma ativa e apaixonada patriota e trabalhou para manter Nápoles na coligação com a Inglaterra.

No verão de 1794 Nelson recebeu ordens para sitiar Calvi, um porto marítimo da Córsega, então em poder dos franceses. Ele capturou a fortaleza, mas durante a batalha um tiro do inimigo caindo próximo a ele jogou areia no seu olho direito. A ferida cicatrizou sem desfigurá-lo, mas o olho ficou permanentemente cego.

A vitória pouco significou na perspectiva dos acontecimentos, pois seu curso nos próximos dois anos foi fortemente contra a Inglaterra. Napoleão entrou na Itália, espalhou os exércitos sardos e austríacos, e compeliu os governos da Sardenha, da Áustria e de

Nápoles a deixarem a Primeira Coligação e aceitarem termos de paz com a França. Em outubro de 1796 a Espanha, zangada pelas ações inglesas nas Índias Ocidentais, declarou guerra à Inglaterra. Com a frota espanhola pronta a juntar-se aos franceses no Mediterrâneo, o mar tornou-se inseguro para os ingleses. Em 14 de fevereiro de 1797 uma força britânica de 15 navios sob o comando do almirante Sir John Jervis, então comandante da frota do Mediterrâneo, caiu sob uma armada espanhola de 27 navios a cerca de 50 quilômetros do cabo de São Vicente, no ponto extremo sudoeste da costa de Portugal. Nelson, comandando o H. M. S. *Captain*, dirigiu este e outros navios para atacarem a retaguarda da flotilha inimiga e ele próprio foi com seus homens na abordagem e captura do *San Josef* e depois na do *San Nicolas*. Os navios espanhóis, pobremente armados e mal tripulados, com homens sem treinamento nos canhões, renderam-se um após outro, dando aos ingleses uma vitória tão completa que Jervis foi feito conde de St. Vincent e Nelson foi feito cavaleiro da ordem do Banho. A marinha inglesa era de novo senhora do Mediterrâneo.

Em julho de 1797, Nelson — agora um contra-almirante — foi mandado capturar Santa Cruz, numa das ilhas Canárias. A cidade havia sido pesadamente fortificada pelos espanhóis, por ser estrategicamente vital para a proteção de seu comércio com as Américas. Ela ofereceu uma inesperadamente forte resistência, ajudada por um mar bravio que tornava os barcos de assaltos ingleses quase incontroláveis; alguns deles arrebentaram-se nos rochedos, outros foram avariados pelos canhões espanhóis; o ataque falhou. O próprio Nelson recebeu um tiro no cotovelo direito; o braço foi amputado incompetentemente, e Nelson foi mandado para casa para recuperar-se, aos cuidados de sua esposa.

Ele tremia ao pensar que o almirantado poderia listá-lo — com apenas um braço e um olho — como permanentemente incapacitado. Pediu uma nova comissão. Em abril de 1798 foi designado como contra-almirante para o H. M. S. *Vanguard*, com ordens para juntar-se à frota de Lorde St. Vincent próximo a Gibraltar. Em 2 de maio foi-lhe dado o comando de dois navios de linha e de cinco fragatas, com instruções para manter vigilância ao largo de Toulon, onde Napoleão estava preparando uma misteriosa expedição sob o abrigo das fortalezas do porto. Em 20 de maio o esquadrão de Nelson ficou tão gravemente danificado por uma tempestade que ele teve que retirar-se para Gibraltar a fim de sofrer reparos. Quando os navios voltaram à sua vigília Nelson foi informado que a flotilha francesa, sob a coberta da escuridão, havia deixado Toulon e se dirigido para leste, para um destino não conhecido. Ele levantou velas em sua perseguição, passou muito tempo seguindo falsas pistas, acabaram seus suprimentos e teve que abrigar-se em Palermo para receber provisões e recondicionar sua frota. Isto lhe foi permitido através da intercessão de Lady Hamilton com o governo de Nápoles, o qual, estando então em paz com a França, havia hesitado em permitir esta violação de sua neutralidade.

Seus navios de novo em boa ordem, Nelson levou-os de volta à procura da frota de Napoleão. Encontrou-a finalmente em Abukir, próximo a Alexandria. Agora de novo ele arriscou tudo. Na noite de 31 de julho de 1798, ele ordenou a seus oficiais que colocassem todos os seus navios prontos para a batalha ao amanhecer do dia. "Nesta hora amanhã", disse ele, "eu terei ganho um lugar de par do reino ou a abadia de Westminster" — o túmulo de um herói.[13] Na batalha ele se expôs como usualmente. Um fragmento de um tiro atingiu-o na testa; ele foi levado para baixo da coberta na expec-

tativa de morrer, mas a ferida verificou-se ser superficial e, em breve, com uma atadura na cabeça, Nelson estava de volta no tombadilho e ali permaneceu até que a vitória britânica foi completa.

Com o perigoso "Pequeno Caporal" aparentemente engarrafado, Pitt estava apto a formar uma Segunda Coligação com a Rússia, Turquia, Áustria, Portugal e Nápoles. A rainha de Nápoles, Maria Carolina, irmã da guilhotinada Maria Antonieta, feliz em ver mais uma vez seu caótico reino engajado do lado da dinastia habsburgo e da igreja católica, juntou-se a seu dengoso rei Ferdinando IV para preparar uma recepção real para a frota vitoriosa porém danificada de Nelson, que ancorou no porto de Nápoles em 22 de setembro de 1798. Lady Hamilton, vendo o almirante ferido, precipitou-se para dar-lhe as boas-vindas e ele desmaiou em seus braços.[14] Ela e o marido levaram-no para sua legação, o palácio Sassa, e tudo fizeram para seu conforto. Emma não fez nenhum esforço para esconder sua inclinação por ele, e o faminto herói entusiasmou-se com ela, seus sorrisos e cuidados. Ele tinha 40 anos, ela 37; não era mais uma beleza esplendorosa, mas ainda mantinha algum encanto e alimentou o inglês com a adulação que havia se tornado para ele, depois das batalhas, o vinho da vida. Sir William, agora com 58 anos, em dificuldades financeiras e absorvido na arte e na política, aceitou a situação filosoficamente, e pode até ter-se sentido aliviado. Na primavera de 1799 Nelson estava financiando grande parte das despesas de Emma. O almirantado britânico, após dispensar-lhe as maiores honras e substanciais somas de dinheiro, e permitindo-lhe um merecido repouso, pediu-lhe para ir em ajuda de outros almirantes; ele se desculpou baseado em que era mais importante para ele permanecer e proteger Nápoles de uma revolução que se espalhava.

Pelo final de 1799 Hamilton foi substituido por Arthur Paget como ministro britânico em Nápoles. Em 24 de abril de 1800, Sir William e Emma deixaram Nápoles dirigindo-se a Leghorn, onde foi encontrá-los Nelson; daí eles viajaram por terra para o Canal, atravessando o Canal para a Inglaterra. Toda Londres o festejou, porém a opinião pública condenava seu continuado apego à esposa de um outro homem. Mrs. Nelson veio para reclamar seu marido, e pediu-lhe que ele se desembaraçasse de Emma; quando ele recusou ela o deixou. Em 30 de janeiro de 1801 Emma, na propriedade de Sir William, deu à luz uma filha que ela batizou Horatia Nelson Thompson, presumivelmente um produto do "toque de Nelson". Naquele mês Nelson que havia no intervalo se tornado vice-almirante, partiu para seu novo compromisso — capturar ou destruir a frota dinamarquesa; ali nós o veremos. Em seu retorno e durante a Paz de Amiens, ele viveu em sua propriedade em Merton, no Surrey, com os Hamiltons como seus convidados. Em 6 de abril de 1803 morreu Sir William, nos braços de sua esposa e segurando a mão de Nelson. Daí em diante, com uma herança de 800 libras por ano, ela viveu com Nelson em Merton, até que ele foi chamado para sua maior vitória e sua morte.

III. TRAFALGAR: 1805

Quando Pitt resignou a seu primeiro ministério (3 de fevereiro de 1801) ele prontamente apoiou a indicação de seu amigo Henry Addington como seu sucessor. Addington participava do desgosto de Pitt pela guerra. Ele notava a impopularidade da guerra no

país, especialmente entre os exportadores; viu quão prontamente a Áustria havia dissolvido a segunda Coligação após sua derrota em Marengo; não via sentido em desperdiçar subsídios com aliados tão frouxos; resolveu terminar a guerra tão logo o decoro o permitisse. Em 27 de março de 1802 seus agentes assinaram com Napoleão a Paz de Amiens. Durante 14 meses os canhões permaneceram silenciosos; mas a expansão do poder de Napoleão na Itália e na Suíça, e a recusa da Inglaterra a abandonar Malta, deram fim a este intervalo lúcido e as hostilidades recomeçaram em 20 de maio de 1803. Addington comissionou Nelson para comandar e preparar uma frota cuja missão era simples: localizar a principal armada francesa e destruí-la até seu último navio. Enquanto isso acontecia, Napoleão enchia com homens e material bélico vastos acampamentos, portos e arsenais em Boulogne, Calais, Dunquerque, e Ostende, e estava construindo centenas de barcos destinados a transferir suas legiões para o outro lado do Canal, à conquista da Inglaterra. Addington lutou para enfrentar este desafio, mas ele vacilava mais do que comandava, enquanto que a organização da defesa civil doméstica caía em um caos. Quando aqueles do seu partido que o apoiavam diminuíram de 270 para 107 ele fez saber de sua vontade para resignar; e em 10 de maio de 1804 Pitt começou seu segundo ministério.

Ele tratou imediatamente de formar uma Terceira Coligação (1805) com a Rússia, Áustria, e Suécia, e deu-lhes subsídios levantados em parte por um aumento de 25 por cento nos impostos. Napoleão respondeu determinando que seu exército do Canal marchasse através da França e desse à Áustria outra lição; e a seu vice-almirante, Pierre de Villeneuve, ele mandou instruções para preparar os melhores navios da marinha francesa para enfrentarem Nelson numa batalha que terminasse o controle britânico dos mares.

A nau capitânia de Nelson, o *Victory*, tinha 703 homens, com uma idade média de 22 anos; alguns deles tinham 12 ou 13 anos, uns poucos 10 anos de idade. Cerca da metade deles havia sido capturado por grupos de recrutamento; muitos eram réus condenados ao serviço naval como penalidade por seus crimes. Seu pagamento era mínimo, mas eles compartilhavam, de acordo com sua posição e seu comportamento, no lucro que se realizasse de barco capturado ou depósitos. Licenças para ir a terra eram raras, devido ao medo de deserções; para atender às necessidades dos homens carregamentos de prostitutas eram trazidos para bordo; em Brest, numa manhã, 309 mulheres estavam a bordo com 307 homens.[15] Os recrutados em breve aprendiam através de uma dura disciplina a ajustar-se à sua condição, e usualmente a orgulhar-se de seu trabalho e de sua coragem. Nelson, segundo consta, era popular com seus homens, porque ele nunca punia, exceto quando havia uma necessidade óbvia e com visível pesar; porque ele conhecia a profissão de marinheiro e raramente errava na tática ou no comando; porque ele próprio enfrentava os canhões do inimigo; e porque ele fazia que seus homens acreditassem que eles nunca falhariam a ele e à Inglaterra e nunca seriam derrotados. Este era o "toque de Nelson" que fazia com que esses homens condenados o amassem.[16]

Em 8 de julho de 1803 ele reuniu seus 11 navios no Mediterrâneo, ao largo de Toulon, em cujo amplo porto Villeneuve e sua frota encontravam proteção dos canhões das fortalezas. O almirante francês havia recentemente recebido novas ordens de Napoleão: escapar de Toulon, forçar a passagem de Gibraltar, navegar para as Índias Ocidentais, juntar-se ali a um outro esquadrão francês e atacar as forças inglesas onde quer que elas

fossem encontradas. Enquanto os navios de Nelson abasteciam-se de água num porto da Sardenha, Villeneuve escapou de Toulon (30 de março de 1805), e fez-se a plenas velas para a América. Nelson perseguiu-o com certo atraso e alcançou Barbados em 4 de junho. Sabendo disso, Villeneuve rumou de volta através do Atlântico, e conseguiu unir-se em La Coruna com um esquadrão espanhol de 14 navios sob o comando do almirante Federico de Gravina.

Uma revisão das ordens de Napoleão determinava que ele fosse para o norte, ali se juntasse com outra força francesa em Brest, e tentasse assumir o controle do Canal, antes que Nelson pudesse vir das Índias Ocidentais. Mas os navios de Villeneuve, após o seu cruzeiro ao Caribe, não estavam em condições de enfrentar uma batalha. Em 13 de agosto ele levou sua frota aumentada numa corrida para o sul, rumo ao bem equipado e bem fortificado porto de Cádiz e ali começou a recondicionar seus navios e seus homens. Pelo final de agosto um esquadrão inglês sob o vice-almirante Cuthbert Collingwood assumiu a tarefa de vigiar Villeneuve. Nelson, após completar sua comédia de cruzeiros de Atlântico, pensava que ele bem como seus homens precisavam de reparos e descanso, e foram-lhe permitidas algumas semanas com sua amante em Merton. Em 28 de setembro ele e seus navios juntaram-se a Collingwood ao largo de Cádiz e esperaram impacientemente que os franceses saíssem e lutassem.

Napoleão de novo mudou suas instruções: Villeneuve deveria abandonar Cádiz, tentar iludir as tropas inglesas, e ir cooperar com José Bonaparte no controle francês de Nápoles. Em 19 e 20 de outubro o relutante almirante levou seus 33 navios para fora de Cádiz e dirigiu-se para Gibraltar. No dia 20 Nelson avistou-os e imediatamente ordenou que seus 27 navios limpassem os tombadilhos para a batalha. Naquela noite ele começou uma carta, que terminou na manhã seguinte, para Lady Hamilton:

> Minha muito amada Emma, querida amiga de meu coração, foi içado o sinal que as tropas combinadas do inimigo estão saindo do porto. Nós temos muito pouco vento e não temos esperança de vê-los antes de amanhã. Que o Deus das Batalhas coroe minhas tentativas com sucesso; aconteça o que acontecer eu cuidarei para que meu nome seja sempre o mais caro para ti e Horatia, ambas por mim amadas tanto como minha própria vida... Que o Deus Todo-Poderoso nos dê sucesso sobre esses camaradas e permita-nos atingir a paz.[17]

E em seu diário, no dia da batalha, ele escreveu:

> ...Que o Grande Deus... dê a meu país, e para o benefício da Europa em geral, uma grande e gloriosa vitória, e que nenhuma má conduta em qualquer pessoa possa manchá-la; e que a humanidade após a vitória seja a característica dominante na frota inglesa. Quanto a mim,... entrego minha vida àquele que me fez; e que sua bênção baixe sobre minhas tentativas para servir a meu país com fidelidade. Entrego-me a Ele e à justa causa que é confiada a mim defender. Amém, Amém, Amém.[18]

As armadas rivais encontraram-se em 21 de outubro de 1805, próximo ao cabo Trafalgar, na costa da Espanha, um pouco ao sul de Cádiz. Villeneuve, de sua nau capitânia *Bucentaure*, sinalizou a seus navios para formarem em uma linha única de norte para o sul, seu lado de bombordo para o inimigo que se aproximava; os navios, imperfeitamente manejados, tinham apenas conseguido completar esta manobra quando se

encontraram sendo alvo das forças britânicas que avançavam em direção de nordeste numa linha dupla. Às 11:35 da manhã, Nelson, de sua capitânia *Victory*, enviou por meio de sinal luminoso através de toda sua frota o famoso sinal "A Inglaterra espera que cada um cumpra o seu dever". Às 11:50 o almirante Collingwood, comandando 15 navios, iniciou o ataque ordenando que sua nau capitânia, o *Royal Sovereign*, velejasse diretamente através do espaço aberto entre o primeiro e o segundo navio de guerra do almirante Gravina, o *Santa Ana* e o *Fougueux*. Por meio desta manobra seus homens ficavam em posição de disparar descargas de todas as peças de um lado dos navios contra ambos os navios espanhóis, os quais não podiam retribuir o fogo, — os navios de guerra eram projetados naquela época com poucos ou nenhum canhão à proa e à ré. Os artilheiros ingleses tinham uma vantagem adicional: eles podiam disparar seus canhões com pistolas de pederneira (pistolas cujos gatilhos tinham uma pederneira que lançava uma fagulha); esse método era duas vezes mais rápido do que a maneira francesa de disparar os canhões por meio de fósforos, que eram vagarosos; e o fogo podia ser melhor sincronizado com o balanço do navio.[19] O restante do esquadrão de Collingwood seguiu seu exemplo furando as linhas do inimigo e depois voltando e concentrando seu ataque sobre os navios de Gravina, cujo moral era baixo. Na parte norte da batalha os franceses enfrentaram bravamente a fúria do ataque de Nelson; alguns deles gritavam, "*Vive l'Empereur*!" ao morrerem; apesar disso, como em Abukir, o superior treinamento e habilidade das tripulações inglesas, tanto em manobra como em artilharia, ganharam o dia.

Mas a questão foi decidida quando um atirador no mastro superior do *Redoutable* disparou um tiro fatal em Nelson. O almirante não somente havia-se exposto como usualmente; ele havia dobrado seu perigo recusando-se a remover de seu peito as condecorações de honra que a Inglaterra lhe havia conferido. A bala atravessou seu peito e despedaçou-lhe a espinha. Seu devotado ajudante, capitão Thomas Masterman Hardy, carregou-o para baixo, onde o dr. Beatty confirmou a convicção de Nelson que lhe restavam apenas algumas poucas horas de vida. Ele permaneceu consciente por mais quatros horas, o suficiente para saber que sua frota tinha ganho uma vitória completa, que 19 dos navios inimigos haviam se rendido e nenhum dos ingleses. Suas quase últimas palavras foram "Toma conta de minha cara Lady Hamilton, Hardy; toma conta da pobre Lady Hamilton." E depois, "Beija-me, Hardy. Agora estou satisfeito. Graças a Deus, cumpri meu dever".[20]

Todos os navios de Nelson, ancorados a comando de Nelson em seu leito de morte, sobreviveram ao furacão que ele havia previsto e chegaram à Inglaterra a tempo de permitir que suas tripulações participassem das celebrações nacionais de sua vitória. O corpo do herói, imerso em álcool para evitar a decomposição, foi levado de pé num caixão para a Inglaterra, onde recebeu o mais esplêndido funeral de que se tem memória. O capitão Hardy entregou a Lady Hamilton a carta de despedida de seu amante morto. Ela guardava-a como sua única consolação. Ao pé da carta ela escreveu:

> Oh miserável e desgraçada Emma,
> Oh glorioso e feliz Nelson.

Seu testamento deixava toda a sua propriedade e recompensas do governo para sua esposa, exceto a casa de Merton que ficava com Emma Hamilton. Preocupado que isto

— e a anuidade que ela recebia de seu marido — não pudessem mantê-la confortavelmente, ele escreveu um codicilo em seu testamento no dia da batalha: "Eu deixo Emma, Lady Hamilton, como um legado a meu rei e meu país, para que eles lhe dêem ampla provisão para manter sua posição durante toda a vida"; e durante sua agonia, como relatado pelo dr. Scott, ele pediu que seu país deveria também tomar contar de "minha filha Horatia".[21] O rei e o país ignoraram esses pedidos. Emma foi presa por dívidas em 1813; em breve libertada, fugiu para a França para escapar a seus credores. Morreu na pobreza em Calais, em 20 de janeiro de 1815.

O almirante Gravina, depois de uma honrosa resistência, fugiu com sua nau capitânia para a Espanha, mas tão severamente ferido que morreu alguns meses mais tarde. Villeneuve não havia comandado com prudência, mas havia lutado bravamente expondo-se tão ousadamente como Nelson; ele rendeu seu navio somente após haverem morrido quase todos os seus homens. Foi levado para a Inglaterra, liberado e partiu para a França. Não querendo encarar Napoleão, matou-se num hotel em Rennes, a 22 de abril de 1806. Em sua última carta desculpava-se junto a sua esposa por havê-la desertado, e agradecia o destino por não deixar nenhum filho que "ficasse sobrecarregado com o meu nome".[22]

Trafalgar foi uma das "batalhas decisivas da história". Decidiu por um século o domínio britânico dos mares. Acabou com a oportunidade de Napoleão de se livrar do cordão de isolamento que a frota britânica havia passado em torno de suas costas. Forçou-o a desistir de toda a idéia de invadir a Inglaterra. Significava isto que ele devia lutar batalhas terrestres cada vez mais custosas e cada vez levando a outras batalhas. Ele pensava que cancelaria Trafalgar com sua enorme vitória em Austerlitz (2 de dezembro de 1805); mas esta levou-o a Iena, Eylau, Friedland, Wagram, Borodino, Leipzig, Waterloo. O poder marítimo venceria.

Mesmo assim, Pitt, que tinha enfrentado centenas de crises para rejubilar-se com Trafalgar, concordava com Napoleão em pensar que Austerlitz havia compensado e cancelado a vitória de Nelson. Cansado por uma sucessão de crises em assuntos domésticos bem como estrangeiros, ele retirou-se de Londres para um repouso em Bath. Ali recebeu a notícia que a Áustria, o *pivot* de suas coligações, havia de novo entrado em colapso. O choque deu o toque final a suas doenças físicas que eram amortecidas e duplicadas pelo álcool. Em 9 de janeiro de 1806 foi levado para sua casa em Putney. Ali, em 23 de janeiro de 1806, ele morreu, com a idade de 47 anos, depois de ter sido primeiro-ministro da Grã-Bretanha durante quase toda sua vida adulta. Nesses 19 anos ele havia ajudado a guiar seu país à supremacia industrial, comercial e marítima, e havia reformado seu sistema financeiro com maestria; mas tinha falhado em castigar ou confinar a Revolução Francesa ou a impedir a perigosa expansão da autoridade de Napoleão na Europa. O balanço continental de poder, tão precioso para a Inglaterra, estava desaparecendo, e liberdades domésticas de palavras, de reunião e de imprensa, tão duramente conquistadas, tinham sido perdidas durante toda uma guerra que agora já durava doze anos e não dava sinal de terminar.

IV. A INGLATERRA MARCA PASSO: 1806-12

O escopo de nosso quadro não nos permite descrever em detalhes os quatro ministérios que sucederam o de Pitt. Com exceção de um ano de Fox, suas energias dirigiram-se

a problemas pessoais e partidários mais do que a problemas do Estado e de política, e seu resultado total, internacionalmente, foi mais a mesma coisa para chegar ao mesmo resultado: a descida da prosperidade à miséria, e do empreendimento à procrastinação.

O breve "Ministério de Todos os Talentos" (1806-07) foi abrilhantado pelos esforços de Charles James Fox, como secretário de relações exteriores, para negociar uma paz com a França. Sua carreira pouco firme havia sido marcada por um paciente liberalismo e sua capacidade de aceitar a Revolução Francesa, e mesmo Napoleão, entre as toleráveis excentricidades da história. Infortunadamente ele assumiu o poder quando sua resistência física e de sua mente já sofriam com sua imprudente inclinação pela comida e pela bebida. Ele aproximou-se elegantemente das negociações enviando uma mensagem a Talleyrand (16 de fevereiro de 1806) informando que um patriota britânico havia vindo ao Foreign Office com um plano para o assassinato de Napoleão e juntando a garantia de que o tresloucado estava sendo cuidadosamente observado. O imperador apreciou o gesto, porém estava tão entusiasmado com seu triunfo sobre a Áustria e a Inglaterra tão exaltada pela vitória de Nelson em Trafalgar, que nenhum dos dois faria as concessões requeridas como um preparativo para a paz. Fox teve maior sucesso com sua proposta ao Parlamento para terminar com o tráfico dos escravos; após uma geração de esforços por Wilberforce e centenas de outros, a medida tornou-se lei (março de 1807). Nessa ocasião Fox já havia morrido (13 de setembro de 1806), com a idade de 56 anos, e a política britânica caiu numa rotina de esperançosa inércia.

Isto, no entanto, dificilmente seria a palavra justa para as figuras dominantes do ministério (1807-09) de William Cavendish Bentinck, duque de Portland. George Canning, ministro das relações exteriores, enviou uma frota para bombardear Copenhague (1807); e Robert Stewart, visconde de Castlereagh, secretário da guerra, enviou uma desastrosa expedição a Walcheren numa tentativa de capturar Antuérpia (1809). Os dois ministros, iguais em habilidade e paixão, discutiram cada um o empreendimento do outro e enfrentaram-se em um duelo que resultou num arranhão em Canning. Duplamente manchada pela comédia interna e pela tragédia externa, o ministério Portland resignou.

Spencer Perceval, como ministro (1809-12), teve o duplo infortúnio de ver a Inglaterra atingir o seu nadir no século XIX e de ser assassinado por seus sofrimentos. No outono de 1810 o bloqueio continental de Napoleão havia de tal forma ferido a indústria e o comércio britânico que milhares de ingleses estavam desempregados e milhões à beira da miséria. O desassossego havia-se transformado em violência revolucionária; os tecelãos de Luddite começaram a quebrar as máquinas em 1811. Em 1810 as exportações britânicas para o norte da Europa haviam somado 7.700.000 libras esterlinas; em 1811 elas importaram em 1.500.000 libras esterlinas.[23] Em 1811 a Inglaterra estava escorregando para uma segunda guerra com a América; como parte do custo disso suas exportações para os Estados Unidos diminuíram em 11.300.000 libras para 1.870.000 libras em 1811. Entrementes os impostos cresciam para todos os ingleses até que, por volta de 1814, sua carga ameaçava o colapso do sistema financeiro britânico, e o crédito de sua moeda no estrangeiro. Os ingleses famintos gritavam por um abaixamento dos direitos de importação de grãos; os ingleses na agricultura se opunham a uma tal medida porque ela reduziria o preço de seu produto; Napoleão facilitou a crise na Inglaterra (1810-11) vendendo licenças de exportação para produtores franceses de grão; ele

precisava de dinheiro para suas campanhas. Quando o Grande Exército partiu para a Rússia em 1812, a Inglaterra sabia que uma vitória de Napoleão significaria um fechamento mais rígido de todos os portos continentais às mercadorias britânicas, e o mais completo controle por parte de Napoleão dos embarques continentais para a Inglaterra. Toda a Inglaterra observava e se preocupava.

Exceto Jorge III. Ele foi poupado de saber desses acontecimentos por sua queda final na surdez, cegueira e insanidade. A morte de sua filha preferida, Amelia, em novembro de 1810, foi o último golpe, quebrando todas as conexões entre sua mente e a realidade; agora tinha o privilégio de viver num mundo próprio, no qual não havia colônias rebeldes, Foxes no ministério, Napoleões destituídos de maneiras e assassinos. Ele deve ter encontrado alguma satisfação nessa condição, pois em outros aspectos sua saúde melhorou; continuou a viver por dez anos mais, falando alegremente, sem nenhum cuidado de lógica ou de gramática, no meio de todos os confortos e serviços, e durante uma depressão pós-guerra pior do que aquela de 1810-12. Sua popularidade cresceu com sua doença. Seu povo esfomeado tinha piedade dele, e imaginava, de acordo com velhos mitos, se ele não havia sido tocado e possuído por Deus.

Em 11 de maio de 1812, na antecâmara da Casa dos Comuns, o primeiro-ministro Perceval foi ferido mortalmente por um corretor arruinado, John Bellingham, que sentia que seus empreendimentos comerciais haviam sido arruinados pela política do governo. Em junho, sob o conde de Liverpool, foi formado um novo gabinete, o qual por milagres de tato e circunstâncias, durou até 1827. Naquele mesmo mês de junho os Estados Unidos declararam guerra à Inglaterra, e 500.000 homens de Napoleão cruzaram o Niemen para dentro da Rússia

CAPÍTULO XXV

A Península Ibérica*

I. PORTUGAL: 1789-1808

AS NOTÍCIAS da Revolução Francesa chegaram a um Portugal que estava lutando para voltar à sossegada ordem da Idade Média, após a violenta e escandalosa tentativa do marquês de Pombal para equipará-lo, em cultura e na lei, com a França de Luís XV e a Espanha de Carlos III. Os Pirineus obstruíam o fluxo das idéias entre a França e a península; o movimento das idéias da Espanha era impedido pelas repetidas tentativas da Espanha de engolir o estado-irmão; e em ambos os países os agentes da Inquisição assomavam como leões no portão de um palácio para repelir qualquer palavra ou pensamento que pudesse questionar o antigo credo.

Na base da escala social perfilavam-se outros guardiões do passado: a gente comum, simples e na maior parte analfabeta — camponeses, artífices, comerciantes, soldados — que estavam apegadamente habituados à fé que lhes havia sido transmitida, confortados por suas lendas, com grande respeito pelos seus milagres e emocionados por seu ritual. No topo estavam os barões feudais, modelos de maneiras e proprietários do solo; uma rainha tímida, débil mental, Maria Francisca, e seu filho João, regente (1799) e depois (1816-26) rei; todos confiavelmente protetores da Igreja como o apoio indispensável da moral privada, da ordem social, e da monarquia absoluta por direito divino.

No meio dessas diversas sentinelas movia-se furtivamente uma pequena minoria — estudantes, maçons, cientistas, poetas, homens de negócios, alguns funcionários públicos, mesmo um nobre ou dois — que estavam cansados do despotismo do passado, namoravam furtivamente a filosofia, e sonhavam com um governo representativo, livre comércio, livre liberdade de assembléia, imprensa livre, pensamento livre, e uma participação estimuladora na área internacional do pensamento.

A essa tímida minoria, a esses membros assustados dos comuns, a esses espantados dignatários e inquisidores, as notícias da Revolução Francesa, embora esmaecidas pela demora em chegarem, vieram como uma revelação animadora e aterrorizadora. Alguns espíritos arrojados regozijaram-se abertamente; as lojas maçônicas em Portugal celebraram o acontecimento, o embaixador português em Paris, que talvez houvesse lido Rousseau e houvesse ouvido falar de Mirabeau, aplaudiu a Assembléia Nacional Francesa; o ministro português dos negócios exteriores permitiu que o jornal oficial saudasse a Queda da Bastilha; cópias da Constituição Revolucionária de 1791 foram vendidas pelos livreiros franceses em Portugal.[1]

---

*O nome de península, Ibérica foi dado pelos antigos gregos à região ao longo do rio Iberus (hoje Ebro) e foi subseqüentemente estendida a toda a península espanhola-portuguesa.

Mas quando Luís XVI foi deposto pelo levante de Paris (1792), a rainha Maria sentiu seu trono tremer, e entregou o governo a seu filho. O futuro João VI voltou-se furioso contra os liberais de Portugal e encorajou seu intendente de polícia a prender ou expulsar ou manter sob estrita vigilância todos os franco-maçons, todos os estrangeiros importantes, todos os escritores que advogavam a reforma política. Francisco da Silva, líder dos liberais, foi aprisionado; nobres liberais foram banidos da corte: Manuel du Bocage (1765-1805), o mais importante poeta português da época, que havia escrito um poderoso soneto contra o despotismo, foi encarcerado em 1797, e manteve-se na prisão traduzindo Ovídio e Virgílio.[2] Em 1793, enfurecido pela execução de Luís XVI, o governo português seguiu a Espanha numa guerra santa contra a França, e enviou uma esquadra para juntar-se à frota britânica no Mediterrâneo. Em breve a Espanha negociou uma paz em separado (1795); Portugal solicitou um arranjo semelhante, mas a França recusou, alegando que Portugal era efetivamente uma colônia e um aliado da Inglaterra. A luta alimentou-se a fogo lento, até que Napoleão, após haver conquistado a metade da Europa, voltou-se para o pequeno Estado que estava recusando aderir a seu Bloqueio Continental da Inglaterra.

Por detrás da situação política e militar de Portugal, estava a precária estrutura de sua vida econômica. Da mesma forma que na Espanha, a riqueza da nação dependia da importação de metais preciosos de suas colônias; o ouro e a prata, em vez de produtos domésticos, destinavam-se a pagar pelos artigos importados, para dourar o trono, enriquecer os ricos e comprar objetos de luxo e escravos. Não surgiu uma classe média para desenvolver os recursos naturais, com uma agricultura progressiva e uma indústria tecnológica. Quando o comando dos mares passou à Inglaterra, o suprimento do ouro tornou-se dependente de escapar da esquadra britânica ou de entrar em acordo com o governo britânico. A Espanha decidiu-se pela luta, e quase exauriu seus recursos para construir uma esquadra, excelente em tudo menos na eficácia náutica e na moral. Quando aquela esquadra, relutantemente junta à dos franceses, foi derrotada em Trafalgar, a Espanha tornou-se dependente da França; e Portugal, para evitar a absorção pela França e a Espanha, tornou-se dependente da Inglaterra. Ingleses empreendedores preencheram importantes postos em Portugal, abriam ou geriam as fábricas ali. As mercadorias inglesas dominavam o comércio importador de Portugal, e os ingleses concordaram em beber vinho de Oporto ("o porto", a cidade do Porto).

A situação irritou e provocou Napoleão. Ela desafiava seu plano de levar a Inglaterra à paz, excluindo seus produtos dos mercados continentais; dava-lhe uma desculpa para conquistar Portugal; um Portugal conquistado poderia compartilhar com a França da sujeição da Espanha à política francesa; e uma Espanha sob controle podia prover outro trono para outro Bonaparte. Assim, como nós vimos, Napoleão persuadiu o governo espanhol a juntar-se com a França na invasão de Portugal; a família real portuguesa fugiu num navio inglês para o Brasil; e em 30 de novembro de 1807 Junot conduziu um exército franco-espanhol, quase sem resistência, até Lisboa. Os líderes liberais em Portugal juntaram-se alegremente ao novo governo, esperando que Napoleão anexasse seu país e lhe desse instituições representativas.[3] Junot condescendia com esses homens, secretamente ria-se deles, e anunciou (1º de fevereiro de 1808) "que a Casa de Bragança cessou de reinar", e cada vez mais comportava-se como um rei.

II. ESPANHA: 1808

A Espanha ainda estava na Idade Média, e preferia ser assim. Era um país intoxicado por Deus, que abarrotava suas sombrias catedrais, fazia devotas peregrinações a santuários sagrados, multiplicava o número de monges, confortava-se com indulgências e absolvições, temia e reverenciava a Inquisição, ajoelhava-se quando a hóstia consagrada era levada em reverentes procissões através das ruas, e estimava acima de qualquer outra coisa a fé que trazia Deus para dentro de cada casa, disciplinava as crianças, guardava a virgindade e oferecia o paraíso ao fim da pesada prova chamada vida. Uma geração mais tarde George Borrow verificou que "a ignorância das massas é tão grande", pelo menos em Léon, "que amuletos impressos contra Satanás e suas hostes, e contra qualquer espécie de infortúnio, são publicamente vendidos nas lojas e têm uma grande demanda".[4] Napoleão, ainda um filho do Iluminismo, embora assinando concordatas com a Igreja, concluía que "os camponeses espanhóis têm uma participação ainda menor na civilização da Europa do que os russos".[5] Mas o camponês espanhol, como atestou Byron, podia ser "tão orgulhoso como o mais nobre dos duques".[6]

A educação era quase confinada à burguesia e à nobreza; a alfabetização era uma distinção; mesmo os *hidalgos* raramente liam um livro. A classe governante não confiava na imprensa;[7] e de qualquer forma a alfabetização generalizada não era necessária na economia existente na Espanha. Algumas cidades industriais como Cádiz e Sevilha, eram relativamente prósperas e Byron, em 1809, julgava Cádiz a "mais bela cidade da Europa".[8] Alguns centros industriais prosperavam; Toledo ainda era famosa por suas espadas.[9] Mas o país era tão montanhoso que apenas um terço do solo podia ser lucrativamente cultivado; e as estradas e canais eram tão poucos, tão difíceis de manter e mal mantidos, tão obstruídos com taxações provinciais ou feudais, que o milho podia ser importado mais barato do que produzido domesticamente.[10] Desencorajados por um difícil solo, os camponeses preferiam o orgulho de um lazer conspícuo do que os precários frutos do amanho da terra; e os citadinos encontravam mais prazer no contrabando do que nos trabalhos mal pagos. Em geral sobre toda a cena econômica pairava o encargo dos impostos crescendo mais rápido do que as rendas, e exigidos por uma burocracia que se expandia, uma polícia que em tudo se metia, e um governo em degeneração.

A despeito destas dificuldades, o alto espírito da nação sobrevivia, apoiado pelas tradições de Fernando e Isabel, de Filipe II, de Velásquez e Murillo, pela ampliação e riqueza potencial do império espanhol na América e no Extremo Oriente. A arte espanhola gozava de uma reputação que rivalizava com a italiana e a holandesa. Naquele tempo a nação reunia seus tesouros de pintura e escultura no museu do Prado, construído em Madrid (1785-1819) por Juan de Villanueva, seus sucessores e ajudantes. Ali entre suas maiores glórias encontram-se as amedrontadoras obras-primas do supremo pintor daquela época, Francisco José de Goya y Lucientes (1746-1828). Acerca de Goya, veja o nosso volume X, *Rousseau e a Revolução*; aquele volume, que então pensáramos ser o último da série, acompanhou Goya e Goethe até seu fim, enquanto que naturalmente eles pertenceram e abrangeram a época de Napoleão, a quem ambos admiravam durante sua ascensão e sua queda. Vicente López y Portaña trouxe Goya até nós num retrato intransigente, inteiramente de acordo com o poderoso e sombrio espírito que mostrou a guerra

em toda a sua crua selvageria, que amava seu país e desprezava seu rei.

A literatura espanhola — até que a Guerra Civil e as guerras estrangeiras consumiram a nação — florescia sob o duplo impulso da erudição católica e do Iluminismo francês. Um padre jesuíta, Juan Francisco de Masdeu, editou, em fascículos, de 1783 a 1805, uma erudita *Historia crítica de España y de la cultura española*, que conseguia apresentar uma história integral tecendo a história cultural no registro geral de uma civilização. Juan Antonio Llorente, que tinha sido secretário geral da Inquisição espanhola de 1789 a 1801, recebeu de José Bonaparte (1809) a comissão de escrever uma história daquela instituição; ele julgou mais seguro fazer isto em Paris, e em francês, (1817-18). O florescimento da prosa e da poesia, que havia adornado a época de Carlos III, não estava inteiramente fanado na ocasião de sua morte: Gaspar Melchor de Jovellanos (1744-1811) continuava a ser a voz do liberalismo na educação e no governo; Leandro Fernandez de Morantín (1760-1828) ainda dominava o palco com comédias que conquistaram-lhe o título de Molière espanhol. Durante a Guerra da Liberação (1808-14) Manuel José Quintana e o padre Juan Nicasio Gallego produziram apaixonadas poesias para estimular a revolta contra os franceses.

Até que aquela luta os separou, a maior parte dos principais escritores tinha sido levada às idéias francesas de liberdade intelectual e política; eles e os maçons eram *afrancesados*; deploravam a emasculação monárquica das *cortes* provinciais que certa ocasião haviam mantido a Espanha viva em todas as suas partes; festejavam a Revolução Francesa e davam as boas-vindas a Napoleão como um desafio à Espanha para livrar-se de uma aristocracia feudal, uma igreja medieval e um governo incompetente. Deixemos que um magistral historiador espanhol cante um poderoso canto fúnebre a uma dinastia agonizante:

> Em 1808, quando a monarquia dos Bourbons estava trabalhando para sua própria destruição, a situação política e social da Espanha podia ser resumida como segue: Uma aristocracia, especialmente de cortesãos que tinham perdido o respeito pelos reis; políticos podres, governados por animosidades pessoais e medos recíprocos; absoluta falta de patriotismo entre as classes superiores, que subordinavam tudo o mais às paixões e à ambição; a delirante esperança das massas que se centralizava num príncipe — Ferdinando — que já se havia demonstrado tanto falso como vingativo; e finalmente a profunda influência, nos círculos intelectuais, das idéias dos enciclopedistas e da Revolução Francesa.[12]

Num capítulo anterior, descrevemos, do ponto de vista de Napoleão, o colapso da monarquia espanhola: Carlos IV (que reinou de 1788 a 1808) permitiu a sua esposa Maria Luísa e a seu amante Godoy tomarem o governo de suas mãos; o principe Ferdinando, seu herdeiro aparente, manobrou seu pai fazendo-o abdicar; os godoyistas lutavam contra os fernandistas; Madrid e suas vizinhanças estavam num caos. Napoleão viu na confusão uma oportunidade de submeter toda a península ao domínio francês e à segurança dentro do Bloqueio Continental. Enviou Murat e um segundo exército francês para a Espanha com instruções para manter a ordem. Murat entrou em Madrid a 23 de março de 1808 e suprimiu uma insurreição popular no histórico *Dos de Mayo* — o segundo dia de maio. Entrementes Napoleão havia convidado tanto Carlos IV quanto Ferdinando para encontrar-se com ele em Bayonne, na França, próximo à fronteira espanhola. Ele assustou o príncipe e forçou-o a restituir o trono a seu pai; então persuadiu ao pai a abdicar em

favor de pessoa apontada por Napoleão, com a condição que o catolicismo fosse reconhecido e protegido como a religião nacional. Napoleão convidou seu irmão José a vir para ser o rei da Espanha. José, sem desejá-lo, veio e recebeu de Napoleão uma nova constituição para a Espanha, concedendo muito do que os liberais espanhóis haviam esperado, mas solicitando-lhes que fizessem sua paz com uma igreja regenerada. José assumiu tristemente sua nova responsabilidade e Napoleão voltou a Paris, feliz com sua absorção da Espanha.

Ele não havia contado com as massas espanholas e com Wellington.

III. ARTHUR WELLESLEY: 1769-1807

Ele não receberia o título de Wellington até 1809; até 1798 ele era Wesley, embora bastante afastado do metodismo. Nasceu em Dublin em 1º de maio de 1769 (105 dias antes de Napoleão), sendo o quinto filho de Garret Wesley, primeiro conde de Mornington, proprietário inglês de uma terra ao norte da capital irlandesa. Foi mandado para Eton com a idade de 12 anos, mas foi chamado de volta à casa após "três inglórios anos".[13] Não há nenhuma indicação que ele tenha tido mais sucesso nos esportes do que nos estudos, e ele mais tarde negou a autoria da observação hoje anônima que "a batalha de Waterloo fora vencida nos campos de jogos de Eton".[14] Saiu-se melhor com preceptores, mas sua mãe ainda se queixava: "Juro por Deus que não sei o que fazer com o meu estranho filho Arthur."[15] Desta forma ele foi entregue ao exército e foi mandado, com a idade de 17 anos, à Academie Royale de l' Equitation em Angers, onde os filhos dos nobres aprendiam matemática, alguns toques de humanidades, e muito das artes de cavalgar e de esgrima, úteis aos oficiais.

Quando recebeu suas esporas, ele foi indicado — através da influência da família ou mediante simples compra — para ser ajudante-de-campo do lorde-lieutenant da Irlanda e para uma cadeira na Casa dos Comuns irlandesa como representante do *borough* de Trim. Em 1799 foi promovido a tenente-coronel e comandou três regimentos na invasão de Flandres pelo duque de York. Voltou para casa daquela abortada aventura tão desgostoso com a guerra, com a lama e com a incompetência titulada, que pensou em abandonar o exército pela vida civil. Preferia o violino ao quartel, sofreu uma sucessão de doenças, e impressionou seu irmão Mornington como tão isento de capacidade que muito não se poderia esperar dele.[16] Um retrato dele, aos 26 anos de idade, por John Hoppner, dá-lhe a aparência de um poeta, tão elegante quanto Byron. Como Byron, ele propôs casamento a uma nobre senhora, foi rejeitado e passou incontinentemente a conquistas. Em 1796 foi para Índia, como coronel subordinado a seu irmão Richard, o qual, agora marquês Wellesley, tornara-se governador de Madras, depois de Bengala, e ajuntara alguns principados indianos ao império britânico. Arthur Wellesley (como o futuro duque agora soletrava seu nome) ganhou algumas lucrativas vitórias nessas campanhas e foi tornado cavaleiro em 1804. Retornando à Inglaterra conquistou um assento no Parlamento britânico, propôs casamento de novo a Cathey Pakenham, foi aceito (1806), e viveu sem felicidade com ela até que aprenderam a viver a maior parte do tempo separados. Ela lhe deu dois filhos.

Ele continuou a subir de posto a posto, agora não tanto pela compra, como por ter

adquirido uma reputação de análise cuidadosa e execução competente. William Pitt, aproximando-se da morte, marcou-o como um homem que "expõe todas as dificuldades antes de aceitar qualquer serviço, mas nenhuma após havê-lo aceito".[17] Em 1807 ele tornou-se primeiro-secretário da Irlanda no ministério do duque de Portland; em 1808 foi promovido a tenente-general; em julho foi comissionado para comandar 13.500 soldados e expulsar Junot e os franceses de Portugal.

Em 1º de agosto aportou com os seus homens na baía de Mondego, a 160 quilômetros ao norte de Lisboa. Ali recebeu cerca de 5.000 aliados portugueses e uma carta do ministério da guerra prometendo-lhe outros 15.000 homens numa data próxima, porém ajuntando que Sir Hew Dalrymple, com a idade de 58 anos, iria acompanhar esses reforços e assumir o comando supremo de toda a expedição. Wellesley já havia projetado sua campanha e não gostava de subordinação. Decidiu não esperar por esses 15.000 homens porém marchar para o norte com seus 18.500 e procurar uma batalha que decidiria da sorte de Junot e da sua própria. Junot, que havia permitido a seu exército deteriorar-se por todos os prazeres de uma capital, conduziu seus 13.000 homens para fora da cidade, e sofreu uma custosa derrota em Vimeiro, próximo a Lisboa (21 de agosto de 1808). Dalrymple chegou depois da batalha, assumiu o comando, sustou a perseguição e negociou com Junot a Convenção de Sintra (3 de setembro) pela qual Junot entregava todas as cidades e fortalezas que os franceses haviam ocupado em Portugal, porém obtinha consentimento para a retirada sem oposição de suas forças sobreviventes; os ingleses concordaram em prover navios para aqueles que desejassem retornar à França. Wellesley assinou o documento, sentindo que a liberação de Portugal mediante uma única batalha justificava algumas cortesias inglesas.

Esta foi a convenção que Wordsworth e Byron, concordando nesta ocasião e raramente após isso, denunciaram como sendo de uma incrível estupidez; aqueles franceses liberados, se fossem capazes de caminhar, em breve seriam recrutados para lutar contra a Inglaterra ou seus aliados. Wellesley foi convocado a Londres para responder a uma corte de inquérito. Ele não ficou inteiramente triste por ter de partir; não lhe agradava a perspectiva de servir sob Dalrymple; e — incrível como possa parecer — ele odiava a guerra. "Podeis confiar em minha palavra", diria ele após muitas vitórias, "que se vós tivésseis visto um dia de guerra, vós rogaríeis ao Deus todo-poderoso que não vísseis nunca de novo uma outra hora de guerra."[18] Ele parece ter convencido a corte de inquérito que a Convenção de Sintra, tendo afastado qualquer resistência posterior, havia poupado milhares de vidas britânicas e aliadas. Após isso ele retirou-se para a Irlanda e esperou por uma melhor oportunidade para servir a seu país e a seu bom nome.

IV. A 3ª GUERRA PENINSULAR: (1808-12)

José Bonaparte, rei da Espanha, estava em múltiplas dificuldades. Ele trabalhava para ganhar uma aceitação mais ampla do que aquela que lhe fora dada por um punhado de liberais. Estes favoreciam medidas confiscatórias contra a abastada Igreja, mas José, já prejudicado por sua reputação de agnóstico, sabia que qualquer movimento contra o clero iria ainda mais inflamar a resistência a seu governo alienígena. Os exércitos espanhóis, que Napoleão havia derrotado, tinham se reagrupado em divisões dispersas,

sem disciplina, porém entusiastas; a ação de guerrilhas dos camponeses contra os usurpadores continuava anualmente entre as épocas do plantio e da colheita. O exército francês na Espanha tinha que se dividir em forças separadas, sob o comando de generais ciumentos, num caos de campanhas que desafiava os esforços de Napoleão para coordená-los de Paris. Napoleão aprendeu, disse Karl Marx, que "se o Estado espanhol estava morto, a sociedade espanhola estava cheia de vida, e cada parte dela estava exuberante em seu poder de resistência... O centro da resistência espanhola não estava em lugar nenhum e estava em toda parte."[19] Após o colapso de um importante exército francês em Bailém, uma grande parte da aristocracia espanhola juntou-se à revolução, afastando a hostilidade popular deles próprios para os invasores. O ativo apoio da revolta pelo clero ajudou a afastar o movimento das idéias liberais; pelo contrário, o sucesso da Guerra de Liberação reforçou a Igreja e a Inquisição.[20] Alguns elementos liberais sobreviviam nas juntas provinciais; estas estavam enviando delegados para as cortes nacionais em Cádiz; e estas estavam escrevendo uma nova constituição. A península Ibérica estava fremente de insurreição, esperança e piedade, enquanto José sonhava com Nápoles, Napoleão lutava na Áustria, e Wellesley-Wellington — um homem extremamente moderno — estava se preparando para vir da Inglaterra e ajudar a restaurar a Espanha medieval.

Sir John Moore, antes de sua morte em La Coruna (16 de janeiro de 1809) tinha recomendado ao governo britânico que não fizesse mais tentativas para controlar Portugal. Os franceses, pensava ele, iriam mais cedo ou mais tarde, levar adiante a ordem de Napoleão de fazer Portugal um vassalo da França; e como iria a Inglaterra encontrar transportes e aprovisionar soldados em número suficiente para fazer face ao exército de 100.000 soldados amadurecidos que então se encontrava na Espanha? Porém Sir Arthur Wellesley, irrequieto na irlanda, disse ao ministério da guerra que se lhe fosse dado o comando indiviso de 20 a 30 mil soldados britânicos, e reforços nativos, ele assumiria a responsabilidade de manter Portugal contra qualquer exército francês que não excedesse a 100.000 homens.[21] O governo acreditou em sua palavra e a 22 de abril de 1809 ele chegou a Lisboa com 25.000 ingleses, que mais tarde ele descreveria como sendo a escória da guerra,... um bando de patifes,... uma turba que só se alistara para beber e que só podia ser controlada com chicote;"[22] mas eles podiam lutar vigorosamente quando tinham que encarar uma escolha entre matar ou morrer.

Antecipando a chegada de Wellesley, o marechal Soult tinha marchado com 23.000 franceses — sem dúvida eles próprios pobres diabos mais familiarizados com as tavernas do que com os salões — para o sul pela costa até o Porto; enquanto que do leste um outro exército francês, sob o marechal Claude Victor, estava avançando ao longo do Tejo. Wellesley, que havia estudado cuidadosamente as campanhas de Napoleão, resolveu atacar Soult antes que os dois marechais pudessem juntar suas forças num ataque a Lisboa, então em mãos dos ingleses. Tendo juntado a seus 25.000 homens cerca de mais 15.000 portugueses sob o comando de William Carr Beresford (que viria a ser o visconde de Beresford), ele levou-os a um ponto no rio Douro em frente à cidade do Porto. Em 12 de maio de 1809 cruzou o rio, e atacou o exército de Soult pela retaguarda numa batalha que levou os franceses a uma retirada desordenada tendo perdido seis mil homens e toda sua artilharia. Wellesley não os perseguiu, pois ele tinha que apressar-se em direção ao sul para atacar Victor; Victor porém, informado do desastre de Soult, recuou

para Talavera onde recebeu de José reforços que aumentaram seu exército para 46.000 homens. Contra estes Wellesley tinha 36.000 britânicos e 36.000 espanhóis. As massas hostis encontraram-se em Talavera em 28 de julho de 1809; os soldados espanhóis em breve deram-se por satisfeitos e abandonaram o campo de batalha; apesar disso, Wellesley resistiu a repetidos ataques franceses até que Victor retirou-se com uma perda de 7.000 homens e 17 canhões. Os ingleses haviam sofrido 5.000 perdas, porém mantiveram o campo. O governo inglês deu a Wellesley o crédito por seu corajoso comando e fê-lo visconde de Wellington.

No entanto seu apoio no ministério da guerra estava enfraquecendo. A vitória de Napoleão em Wagram (1809) e seu casamento com a filha do imperador austríaco (março de 1810), havia terminado com a fidelidade austríaca à Inglaterra; a Rússia ainda era um aliado da França e 138.000 soldados adicionais franceses estavam agora disponíveis para o serviço na Espanha. O marechal André Masséna, com 65.000 homens, estava planejando levá-los da Espanha para a conquista definitiva de Portugal. O governo inglês informou a Wellington que, se o governo francês de novo invadisse a Espanha, ele teria desculpas se retirasse seu exército para a Inglaterra.[23]

Este foi um momento crucial na carreira de Wellington. A retirada, embora permitida, iria manchar sua reputação, a não ser que alguma grande vitória futura, com a qual não se podia contar, pudesse dar encanto mesmo a suas derrotas. Ele decidiu arriscar seus homens, sua carreira e sua vida em mais um lançamento dos dados. Neste intervalo ele havia feito seus homens construírem, partindo do Tejo através de Torres Vedras até o mar, uma linha de fortificações a 40 quilômetros de sua base em Lisboa.

Masséna começou sua campanha capturando o baluarte espanhol de Ciudad Rodrigo, e então cruzou para Portugal com 60.000 homens. Wellington, comandando 52.000 aliados (isto é, ingleses, espanhóis, e portugueses), encontrou-o em Bussaco (ao norte de Coimbra) em 27 de setembro de 1810. Na batalha perdeu 1.250 homens entre mortos e feridos; Masséna perdeu 4.600. Apesar disso Wellington, sentindo que não podia, como Masséna, confiar em reforços, retirou-se para as fortificações de Torres Vedras, ordenou uma política de "terra arrasada" à medida que seu exército se retirava, e esperou que o exército de Masséna ficasse esfomeado e desaparecesse. Assim aconteceu. Em 5 de março de 1811, Masséna levou seus esfomeados homens de volta para a Espanha e transferiu seu comando a Auguste Marmont.

Após um inverno de descanso e de treinamento de seus homens, Wellington tomou a iniciativa, marchou para dentro da Espanha, e com 50.000 homens atacou os 48.000 de Marmont próximo a Salamanca, em 22 de julho de 1812. Aqui a operação total custou aos franceses 14.000 mortos, aos aliados 4.700; Marmont desistiu. Em 21 de julho o rei José, com 15.000 soldados, havia deixado Madrid para ir em socorro de Marmont; a caminho ele soube da derrota de Marmont. Não ousando voltar à capital ele conduziu seu exército para Valência para juntar-se a uma força francesa maior que ali se encontrava sob o comando do marechal Suchet. Foi seguido numa pressa caótica por sua corte e funcionários, e por cerca de 10.000 *afrancesados*. Em 12 de agosto Wellington entrou em Madrid, e foi recebido alegremente por uma população que havia permanecido imune aos encantos franceses e à constituição de Napoleão. "Encontro-me entre um povo louco de alegria", Wellington escreveu a um amigo. "Deus permita que a minha boa fortuna continue e eu possa ser o instrumento de assegurar sua independência."[24]

Deus hesitou. Marmont reorganizou seu exército atrás das fortificações de Burgos; Wellington ali o sitiou; José marchou de Valencia com 90.000 homens para enfrentar os aliados, Wellington retirou-se (18 de outubro de 1812) passando por Salamanca até Ciudad Rodrigo e perdendo seis mil homens no caminho. José reentrou em Madrid para desgosto amargo do populacho e deleite da classe média. Nesta ocasião Napoleão estava tremendo de frio em Moscou e a Espanha, como o resto da Europa, aguardava o resultado de sua jogada por um continente.

V. RESULTADOS

Mesmo neste intervalo de repouso da guerra peninsular, alguns resultados haviam tomado forma. Geograficamente, o maior resultado havia sido que as colônias sul-americanas da Espanha e de Portugal haviam se liberado da sua enfraquecida mãe pátria, e haviam começado sua própria vigorosa e característica carreira. Toda a Espanha ao sul do Tejo tinha ficado limpa de tropas francesas. Militarmente, Wellington havia provado que a França não podia tomar Portugal — e provavelmente não podia manter a Espanha — sem o risco de perder todas as suas conquistas a leste do Reno. Socialmente, a resistência popular embora caótica tinha registrado uma vitória para os camponeses e a Igreja. Politicamente, as *juntas* provinciais tinham recuperado algo de seu velho poder de governo local; cada uma havia montado seu próprio exército, cunhado seu próprio dinheiro, formado sua própria política — mesmo, em alguns casos, assinando uma paz separada com a Inglaterra. E, mais significativo que tudo, as *juntas* tinham mandado delegados às *Cortes* nacionais, com instruções para formularem uma nova constituição para uma nova Espanha.

As *Cortes* supremas, fugindo dos exércitos franceses, haviam-se reunido primeiro na ilha de León em 1810; quando os franceses se retiraram, elas se moveram para Cádiz e ali, em 19 de março de 1812, promulgaram uma orgulhosa constituição liberal. Uma vez que a maior parte dos delegados eram bons católicos, o artigo XII declarava que "a religião da nação espanhola é e será perpetuamente a católica, apostólica, e romana, a única religião verdadeira. A nação a protege por sábias e justas leis e proíbe o exercício de alguma outra (religião) qualquer que ela seja"; todavia a constituição abolia o tribunal da Inquisição e restringia o número de comunidades religiosas. Em quase todos os outros assuntos as Cortes aceitavam a liderança dos 184 delegados das classes médias. A maior parte desses chamavam a si mesmos de "liberais" — a primeira vez que se conhece o termo usado como uma desgnição política. Sob sua liderança a constituição de 1812 rivalizava com a constituição de 1791 da França revolucionária.

Ela aceitava a monarquia espanhola, e reconhecia o ausente Ferdinando VII como o rei de direito; entretanto colocava a soberania não no rei mas na nação, agindo através de seus delegados eleitos. O rei deveria ser um governante constitucional, obediente às leis, criando novas leis e firmando tratados apenas em conjunto com as Cortes nacionais, as quais seriam constituídas por uma única câmara. Novas Cortes seriam escolhidas a cada dois anos, pelos homens adultos da nação, através de três estágios de eleição: paroquial, distrital e provincial. As leis deveriam ser uniformes por toda a Espanha; todos os cidadãos seriam iguais perante a lei; e o judiciário seria independente tanto das Cortes quanto do rei. A constituição exigia a abolição da tortura, da escravidão, das cortes feu-

dais e dos direitos senhoriais. As imprensa seria livre, exceto em questões de religião. Terras comunais não cultivadas seriam distribuídas aos pobres.

Sob as circunstâncias — que incluíam as tradições religiosas da Espanha — era uma brava e progressiva constituição. Agora, segundo parecia, a Espanha entraria no século XIX.

CAPÍTULO XXVI

A Itália e seus Conquistadores

1789-1813

I. O MAPA EM 1789

NESTE período a Itália não era uma nação, mas um campo de batalha. Dividida entre regiões e dialetos ciumentamente separados, o país era por demais fragmentado para manter-se unido contra um ataque estrangeiro, e (ao norte de Nápoles) por demais abençoado com sol e um solo fértil, com bastante água, — benéficos cursos d'água correndo dos Alpes ou dos Apeninos — para pôr-se em armas repetidamente pela diferença entre coletores de impostos nativos ou estrangeiros.

A maior parte da Itália havia caído sobre o domínio ou a influência da dinastia Habsburgo austríaca pelo tratado de Utrecht (1713), o qual designava Milão, Mântua, Nápoles, Sardenha e suas dependências como feudo do imperador Carlos VI. No canto noroeste da península a Sabóia e o Piemonte eram governados pelos reis da Sardenha. Em 1734 o "reino das Duas Sicílias", com seus focos em Nápoles e Palermo, era transferido dos Habsburgos para os Bourbons por um hábil guerreiro e governante que se tornou Carlos III da Espanha. Antes de passar à Espanha ele legou o reino de Nápoles a seu filho Ferdinando IV, que se casou com a arquiduquesa Maria Carolina; e o domínio dela sobre seu marido levou todo o reino de Nápoles à influência austríaca. Quando a imperatriz Maria Teresa morreu (1780), seus filhos governavam a Lombardia, a Toscana e Modena; suas filhas estavam casadas respectivamente com os governantes de Nápoles e Parma; e a Sabóia, Piemonte e Sardenha tinham caído sob o protetorado austríaco. As únicas regiões independentes da Itália eram então Veneza, Lucca, San Marino e Gênova. Nesta divisão da Itália entre os Habsburgos austríacos no norte e os Bourbons espanhóis no sul, os estados papais remanesciam papais unicamente porque as dinastias rivais que os rodeavam com ardor possessivo eram restritas por seu mútuo ciúme e por aquela piedade católica fazia a Itália unida.

O domínio austríaco no norte da Itália era excelente em termos de sua época. Na Lombardia os proprietários feudais e eclesiásticos eram taxados e seus privilégios haviam sido consideravelmente reduzidos; cem mosteiros haviam sido fechados e suas rendas devotadas à educação ou caridade; sob a erudita influência da obra de Cesare Beccaria *Dei delitti e delle pene* (Dos delitos e suas penalidades), 1764, o procedimento judicial foi reformado, a tortura foi abolida e a lei criminal tornou-se mais humana. Na Toscana, entre 1765 e 1790, o grão-duque Leopoldo deu ao antigo território dos Médicis "talvez o melhor governo da Europa".[1] Florença, sua capital, permaneceu uma cidadela de civilização através de todas as flutuações do poder e das idéias.

Veneza, rica, corrupta e bela, estava agora (1789) visivelmente aproximando-se de seu fim como um Estado soberano. Seu império oriental havia há muito tempo sido perdido para os turcos, mas seu domínio ainda era reconhecido entre os Alpes e Pádua, e entre Trieste e Brescia. Formalmente uma república, na realidade uma fechada aristocracia, seu governo havia se tornado inquieto, opressivo e incompetente. Tinha os melhores espiões na cristandade mas não tinha exército. Havia se tornado o campo de recreação da Europa, dedicada ao prazer, e confiando em que seus cortesãos mantivessem seus inimigos amáveis para com ela. Apanhada entre a Áustria no norte e a Lombardia austríaca no oeste, ela estava claramente destinada a ser absorvida pela Áustria tão logo a França cessasse de protegê-la.

Ao sul da Toscana e do Pó, os Estados Papais começavam seu sinuoso contorno com a Romagna e suas "legações" — Ferrara, Bolonha e Ravena, cada uma administrada por um legado papal; então em direção ao sul com as "marches", ou terras de fronteiras próximas ao Adriático — Rimini, Ancona e Urbini; depois através dos Apeninos e a Umbria — Perugia e Spoleto; e através do Lácio — Orvieto e Viterbo, até Roma. Toda essa histórica região estava sob os papas, de acordo com as "doações" feitas à Igreja por Pepino, rei dos francos, em 754, e por Carlos Magno, em 774. Depois de uma decisiva vitória no Concílio de Trento (1545-63), os papas haviam aumentado sua autoridade sobre os bispos como os reis contemporâneos estavam fazendo com os senhores feudais; o poder é centrípeto.

Mas pouco tempo após isso o papado entrou numa vagarosa decadência, à medida que os avanços da ciência e as investidas da filosofia deixavam a Igreja com um apoio perigosamente reduzido das classes influentes na Europa Ocidental; e ela estava encontrando aberta oposição não apenas dos governantes protestantes mas de igual forma dos soberanos católicos como José II da Áustria e Ferdinando IV de Nápoles. Mesmo nos estados da Igreja uma crescente minoria de secretos céticos enfraquecia o domínio do clero sobre o povo. A Cúria ou corte papal (escrevia José II em 1768) "tornou-se quase um objeto de desprezo. Internamente, seu povo existe na mais profunda miséria, profundamente deprimido, enquanto que suas finanças externas estão em total desordem e descrédito." José, que era descrente, podia ter tido prevenção, mas o embaixador veneziano relatava em 1783 que "os negócios internos do estado pontifício estão na maior anarquia; é um declínio progressivo e o governo diariamente perde sua força e sua autoridade."[2] A despeito de sua pobreza, e da infecção da malária no ar do verão, o povo de Roma tornava a vida tolerável aproveitando-se inteiramente da indulgência que a Igreja concedia a seus contínuos amores e festas carnavalescas; e o próprio clero relaxava sob o sol italiano.

Ambos os papas deste período crítico foram homens piedosos e honrados. Pio VI (pontífice de 1775 a 99), a despeito de suas árduas viagens a Viena, não conseguiu conquistar a obediência de José II da Áustria; e sua cultura e gentileza não impediram que ele perdesse Avignon para a França e morresse prisioneiro do Diretório. Pio VII (pontífice de 1800 a 23) fez o que pôde para restaurar o catolicismo na França, sofreu um longo período de prisão sob Napoleão e viveu para triunfar humildemente sobre o imperador caído (1814).

Ao sul dos Estados Papais os Bourbons espanhóis enriqueciam com a prosperidade de Gaeta, Capua, Caserta, Nápoles, Capri e Sorrento. Mas ali cessava a prosperidade

italiana. Cidades como Pescara, Aquila, Foggia, Bari, Brindisi, Taranto, e Crotone lembravam Milo, César, Frederico II (imperador do Sacro Império Romano, *stupor mundi*), e mesmo Pitágoras; mas elas eram escaldadas por um sol imoderado, despojadas por meio de impostos e confortadas apenas por seu credo. Daí o coletor de impostos cruzava de Reggio Calabria para Messina na Sicília ("de Scylla a Charybdis"); e ali também as cidades dignificavam sua pobreza com as memórias dos fenícios, dos gregos, dos cartagineses, dos romanos, dos vândalos, dos muçulmanos, dos normandos, dos espanhóis, até que os coletores de impostos paravam em Palermo e atendiam às necessidades dos reis e das rainhas, dos príncipes mercadores, dos bandidos e dos santos. Tal era o colorido reino que Ferdinando IV, de oito anos de idade, herdou em 1759. Ele desenvolveu-se e transformou-se num belo atleta, que preferia o prazer e os esportes às cargas do poder, e deixava na maior parte o governo à sua esposa Maria Carolina.

Sob a orientação de seu primeiro-ministro e amante, Sir John Acton, Maria orientava a política napolitana de pró-Espanha para pró-Áustria e, em 1791, para pró-Inglaterra. Entrementes os barões feudais arrancavam toda a espécie de impostos de uma classe camponesa exausta; a corrupção reinava na corte, na burocracia e no judiciário; os impostos eram altos e incidiam principalmente sobre as classes mais baixas; a populaça da cidade era barbarizada pela pobreza, habituada ao crime e mantida sob controle por uma polícia numerosa e por um clero obscurantista, perito em milagres. Numa capela da catedral as relíquias de São Januário sangravam todos os anos. Como usualmente, a Igreja era clemente com os pecados da carne; afinal de contas estes eram os únicos luxos permitidos aos pobres; e nos dias de carnaval o sexto mandamento era olhado como uma imposição indesejável sobre a natureza humana.

Apesar de tudo a rainha tinha ciúmes de Catarina II da Rússia, que tinha tantos filósofos a seu dispor ou a seus joelhos. Assim ela patrocinava artistas, sábios e professores capazes; e embora ela provavelmente não o soubesse, Nápoles tinha "mais homens educados e mulheres de idéias modernas do que qualquer outra cidade na Itália".[3] Muitos desses homens seguiram com silenciosa esperança as notícias que vinham de Paris de que o povo havia invadido e tomado a Bastilha.

II. A ITÁLIA E A REVOLUÇÃO FRANCESA

Um impressionante punhado de liberais havia preparado as classes educadas da Itália para algumas das transformações básicas da França. Beccaria e Parini em Milão, Tanucci, Genovesi e Filangieri em Nápoles, Caraccioli na Sicília, já tinham trabalhado, em prosa e verso, na legislação e na filosofia, por algumas das medidas que agora estavam sendo aprovadas por uma Assembléia Nacional Francesa, aparentemente comprometida com a razão e a moderação. Na Toscana o grão-duque Leopoldo festejou a Revolução como prometendo preciosas reformas em todos os países da Europa.[4]

Quando Napoleão, como filho e general da Revolução, invadiu a Itália (1796), como se fora um selvagem vento do oeste, e expulsou os exércitos da Sardenha e da Áustria do Piemonte e da Lombardia, quase toda a população deu-lhe as boas-vindas como um italiano conduzindo tropas francesas para a liberação da Itália. Por algum tempo, a despeito de insurreições locais em Pavia, Gênova e Verona, ele pôde dispor dos estados e principados italianos, como se eles houvessem caído em suas mãos como presentes in-

condicionais. Assim, em julho e agosto de 1797, ele empacotou Milão, Modena, Reggio Emilia, Bolonha e uma fatia da Suíça numa mistura chamada a República Cisalpina, e deu-lhe uma constituição como a da França revolucionária.

O liberalismo de seu governo inicial no norte da Itália aquietou por algum tempo os sonhos locais de liberdade. Os líderes nativos, amolecidos com sinecuras e dignidades, reconheciam que num continente dividido entre lobos, um ou outro dos lobos podia ser aceito como protetor; e era melhor um que falasse excelente italiano e que compensasse a taxação e os roubos de objetos de arte com leis esclarecidas. Mas a legislação da Revolução, que avançava contra a Igreja católica na França, conteve esta simpatia italiana; sua religião era mais preciosa para a população italiana do que uma liberdade política que perseguia padres e cheirava aos massacres de setembro.

Em 13 de janeiro de 1792, em Roma, um agente diplomático da França foi atacado por uma turba e tratado de modo tão violento que morreu no dia seguinte. Isto criou uma nova crise para o papa Pio VI, que já havia sofrido por causa do Edito de Tolerância (1781) de José II da Áustria. Agora ele se encontrava face a face com a expropriação pela Revolução da propriedade da Igreja na França, e com a Constituição Civil do Clero (12 de julho de 1790). Educado em uma completa ortodoxia e confiante respeito pela tradição, Pio denunciou a Revolução e apoiou os reis desafiados em seus esforços para suprimi-la. Na Paz de Tolentino (19 de fevereiro de 1797) ele foi compelido pelas vitórias e ameaças de Napoleão a ceder à França os enclaves papais de Avignon e Venaissin, e à nova República Cisalpina as cidades-estado de Ferrara, Bolonha e Ravena.

Em dezembro de 1797 uma multidão romana matou o general francês Léonard Duphot. O general Louis Berthier, que havia sucedido a Napoleão (então no Egito) no comando do exército da Itália, aproveitou a oportunidade para invadir Roma e estabelecer uma República Romana sob o domínio francês. Pio VI protestou, foi preso, resistiu, e foi transferido de um lugar para outro até que morreu em Valence, como prisioneiro do Diretório, em 29 de agosto de 1799. Observadores inocentes da história imaginavam que o papado havia chegado a um fim.[5]

A situação ofereceu a Ferdinando IV de Nápoles uma tripla oportunidade: testar o novo exército que tinha sido organizado para ele por Sir John Acton, provar-se um leal súdito da Igreja e pegar uma fatia do território papal como honorários. O almirante Nelson, que então permanecia em Nápoles escravizado a Emma Hamilton, concordou em ajudar, desembarcando uma força naval em Leghorn. O rei deu o comando de seu exército ao general austríaco Karl Mack, e marchou com ele para a fácil conquista de Roma (29 de novembro de 1798). Os regimentos franceses ali deixados decidiram que eles não eram páreo para todo o exército napolitano e prontamente evacuaram a cidade.

Enquanto os cardeais espalhados estavam escolhendo o novo papa em Veneza, as tropas de Ferdinando retiraram amostras da arte e das "belas" de Roma. Entrementes um brilhante general, Jean-Étienne Championnet, veio do norte com um novo exército francês, levou-o à vitória sobre as desordenadas tropas de Mack em Civita Castellana (15 de dezembro de 1798), perseguiu-as até Nápoles, tomou aquela cidade para alegria de sua *intelligentsia*, e estabeleceu ali a República Partenopeana (23 de janeiro de 1799). Ferdinando e sua rainha, Sir William Hamilton e sua Madame Bovary, fugiram para Palermo na nau capitânia de Nelson, *Vanguard*.

A nova república durou menos do que cinco meses. Championnet e muitos de seus

homens foram convocados a voltarem para o norte para repelir os austríacos; ele morreu nessa campanha (1800). O cardeal Fabrizzio Ruffo, ajudado pelo capitão inglês Edward Foote, organizou um novo exército para Ferdinando, e recapturou Nápoles com a ajuda da população, que olhava para a guarnição francesa como legítimos e amaldiçoados ateus. Os franceses, com a assistência do almirante napolitano, Francesco Caracciolo, refugiaram-se em dois dos fortes do porto. O cardeal Ruffo e o capitão Foote ofereceram-lhes livre partida para a França se eles se rendessem. Eles concordaram, mas antes que o pacto pudesse ser levado avante, Nelson e sua armada, trazendo a bordo a comitiva real, chegou de Palermo; Nelson assumiu o comando e, sob os protestos do cardeal, voltou seus canhões para as fortalezas.[6] Os franceses renderam-se incondicionalmente. Caracciolo foi preso quando tentava partir de navio; foi rapidamente julgado perante uma corte militar no navio de Nelson e enforcado no mastro principal de sua nau capitânia, *La Minerva* (29 de junho de 1799). O rei e a rainha, reempossados no governo, aprisionaram centenas de liberais e condenaram à morte seus líderes.

III. A ITÁLIA SOB NAPOLEÃO: 1800-12

Durante nove meses após seu retorno do Egito, Napoleão devotou-se a reconciliar a nação francesa à sua definição de uma política de verdade, à medida que plebiscitos periódicos previsivelmente aprovavam um despotismo esclarecido. A França estava se cansando de liberdade democrática exatamente quando os liberais italianos, inquietos sob o domínio austríaco restabelecido, ansiavam por ela. Quando aquele brilhante italiano que se havia tornado francês viria de novo para a Itália, chutaria esses austríacos e daria à Itália um governo italiano?

O esperto cônsul custou a decidir-se, pois uma preparação cuidadosa era o primeiro princípio de sua estratégia. Quando afinal ele veio foi por uma investida ainda mais brilhante do que o ataque de 1796: uma subida e descida dos Alpes, dividindo os austríacos em dois, atacando seu exército principal pela retaguarda, cercando-o e mantendo-o e a seu velho comandante prisioneiros, até que o lobo austríaco rendeu à raposa francesa todas suas possessões italianas a oeste de Veneza (1801); Napoleão arrumou os seus ganhos em algo muito parecido com a configuração que ele havia feito em 1797. À República Cisalpina, centralizada em torno de Milão, e à República Ligúria, em Gênova, foram dadas relativa independência com governantes italianos sob um protetorado francês. Os Estados Papais foram, por enquanto, deixados sem perturbação. Estavam sendo preparadas concordatas com a Igreja, e Napoleão havia deixado de ser um maometano. Por um tratado de 18 de março de 1801 Ferdinando IV de Nápoles concordou em fechar os portos napolitanos aos navios ingleses; Nelson não pôde impedi-lo, pois ele estava ocupado atacando Copenhague (2 de abril de 1801). Os italianos sentiam uma bela mão italiana por detrás do que acontecia e com isso alegravam-se.

Então, a mão fechou-se no aperto do poder. Em janeiro de 1802 uma delegação de 454 delegados da República Cisalpina encontrou-se em Lyons adotou uma nova constituição preparada por Napoleão e aceitou a inspirada proposta de Talleyrand de eleger Napoleão presidente da nova República Italiana. Após haver-se feito imperador dos franceses (1804), o título de presidente da Itália parecia incongruentemente modesto; assim,

em 26 de maio de 1805, Napoleão recebeu em Milão a velha e reverenciada Coroa de Ferro dos reis lombardos, e tornou-se soberano da Itália (norte). Introduziu o Código Napoleão, igualou as oportunidades educacionais, tirando das províncias mais ricas para ajudar as mais pobres e prometeu manter "o meu povo da Itália... o menos pesadamente taxado de todas as nações da Europa". Ao partir, deixou com eles como seu vice-rei e um compromisso de solicitude, seu amado enteado Eugênio de Beauharnais.

Durante os próximos oito anos o novo reinado (especialmente a Lombardia) gozou de uma prosperidade geral e de uma vigorosa vida política que por muito tempo seria abençoada na memória italiana. O governo não tinha pretensões a ser uma democracia; Napoleão não tinha fé na capacidade da populaça, ali ou em qualquer outro lugar, de escolher sabiamente seus líderes e sua política. Em vez disso, recomendara a Eugênio reunir em volta dele os administradores mais experimentados e competentes. Estes o serviram com entusiasmo e habilidade. Organizaram uma burocracia competente; iniciaram a construção de extensos serviços públicos — estradas, canais, parques, casas e escolas; reformaram as condições sanitárias, as prisões e o código penal; promoveram a alfabetização e animavam a música e a arte. Os impostos subiram de 82 milhões de francos em 1805 a 144 milhões em 1812, porém parte disso refletia a inflação da moeda para financiar a guerra, e parte era uma redistribuição da riqueza concentrada para o bem público.

Neste ínterim o imperador continuava a napoleonizar a Itália. Em setembro de 1802 anexou o Piemonte à França. Em junho de 1805 encantou o governo de Gênova que pediu-lhe a incorporação de sua República Ligúria ao império francês. Em setembro de 1805 absorveu os ducados de Parma, Piacenza e Guastalla. Em dezembro de 1805, após quase haver aniquilado o exército austríaco em Austerlitz, persuadiu o imperador Francisco II a entregar Veneza ao novo reino de Eugênio. Veneza ficou tão grata com esta parcial compensação da desastrosa negociação dela em 1797 por Napoleão, que, quando ele visitou a cidade em 1807, esta excedeu-se em festividades.[7] Em maio de 1808, ele tomou o grão-ducado da Toscana, onde a administração austríaca tinha sido a melhor. Sua irmã Elisa havia governado Lucca tão bem que Napoleão transferiu-a para a Toscana, onde, sob seu sábio e conciliador governo, Florença tornou-se o paraíso das letras e das artes, reminiscente de seus dias dos Médicis.

Em 30 de março de 1806, Napoleão proclamou seu irmão José rei de Nápoles, e mandou-o com tropas francesas expulsar o incontrolável Ferdinando IV e sua exigente rainha. O imperador parece ter reservado as tarefas mais difíceis para o cordato José, e ter julgado sua excecução com pequena consideração das dificuldades envolvidas. José era um homem de cultura, que gostava da companhia dos homens educados e das mulheres cuja educação não houvesse arruinado seu encanto.[8] Com um tal *modus vivendi*, sentia Napoleão, um homem não podia jamais sucessivamente governar um reino; por que apontá-lo então? Porque o imperador tinha mais reinos do que irmãos, e sentia que não podia confiar em ninguém a não ser em seus parentes íntimos.

José foi prontamente aceito como rei de Nápoles pelos líderes da classe média, inquietos sob o feudalismo; mas a população rejeitou-o como um usurpador e um infiel, e José teve que forrar-se de severas medidas para subjugar sua resistência. A rainha havia levado para a Sicília todos os fundos do banco estatal; uma frota britânica bloqueava

o porto e estrangulava o comércio marítimo; e as tropas francesas, vitoriosas porém mal pagas, eram perigosamente insubordinadas. José apelou a seu irmão para uma certa quantidade de moeda negociável; Napoleão aconselhou-o a fazer com que Nápoles pagasse por sua liberação. José negociou um empréstimo com os banqueiros holandeses, e baixou um imposto sobre todas as rendas, de nobres ou plebeus, de clérigos ou leigos. Trouxe de Paris o conde Pierre-Louis Roederer, um dos economistas favoritos de Napoleão, para encarregar-se do fisco; e em breve as finanças do estado estavam em boa ordem; outros experientes administradores estabeleceram uma escola livre em cada comuna no reino e um colégio em cada província. O feudalismo foi abolido; as terras da Igreja foram nacionalizadas e vendidas aos camponeses e a uma crescente classe média. As leis foram harmonizadas sob uma variante do código napoleônico. O judiciário foi expurgado, os processos foram acelerados, as prisões e o código penal foram reformados.[9]

José estava quase alcançando o sucesso e a aprovação pública quando foi subitamente convocado para um trono e uma tarefa ainda mais difícil e perigosa — ser rei da Espanha (10 de junho de 1808). Em seu lugar Napoleão, tendo esgotado seus irmãos, colocou como rei de Nápoles, Joachim Murat, que era seu cunhado pelo casamento com Caroline Bonaparte.

Murat é lembrado principalmente pela sua maneira espetacular de vestir-se e sua intemerata iniciativa na batalha; honremo-lo por sua reconstrução do governo napolitano. Ele era um homem com todas as virtudes dos camponeses, exceto a paciência, preparado para tarefas hercúleas mais do que para uma esperta diplomacia ou a habilidade política de um estadista; um esposo amante entre rápidas tempestades e fiel a seu imperial cunhado até que ele o julgou louco. Podemos entender sua queixa de que o Bloqueio Continental exigido por Napoleão estava arruinando a vida econômica de Nápoles. Apesar de tudo, talvez por causa de sua impaciência, ele e seus ajudantes realizaram muito em seu reino de quatro anos. Completaram a reforma dos impostos, estabeleceram o banco nacional, pagaram a dívida nacional (na maior parte através da venda de propriedades eclesiásticas), aboliram as tarifas de tráfego interno, e financiaram substanciais serviços públicos. Em conjunto, as administrações de José e Murat, durando menos do que oito anos, transformaram a vida política, econômica e social de Nápoles tão fundamentalmente que, quando Ferdinando IV foi restaurado no trono em 1815, ele aceitou quase todas as reformas que os franceses haviam feito.

Mais cara do que todas essas realizações ao coração de Joachim era o exército de 60.000 homens que ele havia organizado e treinado, e com o qual ele esperava unir a Itália para ser seu primeiro rei. Daquele sonho e do sol da Itália ele foi subitamente retirado, em 1812, para juntar-se a seu cunhado na conquista da Rússia.

IV. IMPERADOR E PAPA

Napoleão sentia que ele havia dado substanciais passos para transformar a Itália de uma expressão geográfica em uma nação organizando a República Cisalpina no norte e o reino de Nápoles no sul. Mas os austríacos, durante sua ausência no Egito, haviam dado fim à República Romana estabelecida pelos franceses apenas um ano antes; o papado havia recuperado sua capital histórica e a maior parte dos Estados Papais; e em 13 de março de 1800 um conclave de cardeais havia eleito um novo pontífice, Pio VII,

para o qual quase todos os católicos olhavam na esperança de uma firme defesa do "poder temporal" — as posses territoriais — dos papas.

Napoleão julgou que Pio foi razoável nas negociações das concordatas em Paris e em Roma e ao abençoar sua assunção de poderes imperiais. Porém estes Estados Papais (embora não, como certa vez se pensava, doados à Igreja pela suposta "doação de Constantino") tinham sido dados ao papa Estevão II em 754 por Pepino, o Breve, rei dos francos. Carlos Magno em 774 confirmou esta doação de Pepino, porém "interferiu no governo dos Estados Papais" e "considerou-se ele mesmo a cabeça da cristandade, a quem o papa tinha de escutar mesmo em assuntos teológicos".[10] Napoleão havia desenvolvido idéias semelhantes. Ele estava decidido a evitar o bloqueio inglês da França com um Bloqueio Continental contra a entrada de mercadorias britânicas; mas a Cúria Papal, ou a corte administrativa dos papas, insistia em manter os portos dos Estados Papais abertos a todo o comércio. Além disso, esses estados constituíam uma barreira decisiva entre o norte e o sul da Itália. Nessa ocasião o desejo de unificar a Itália debaixo de sua própria mão havia se tornado uma paixão dominante em Napoleão; "este", dizia ele a José, "é o principal e constante objetivo de minha política".[11] De acordo com tal política tropas francesas haviam ocupado Ancona (1797), um porto estratégico no Adriático que comandava uma estrada principal entre o norte e o sul da Itália. Agora, em 13 de novembro de 1805, quando Napoleão estava se preparando para enfrentar a Áustria e a Rússia na batalha, Pio VII, instigado por uma audácia não característica de sua Cúria, enviou a Napoleão um surpreendente desafio: "Sentimo-nos no dever de pedir a Vossa Majestade a evacuação de Ancona; e se tal pedido for recusado não sabemos como podemos reconciliar tal recusa com a manutenção de relações amigáveis com o ministro de Vossa Majestade."[12] Ressentindo-se fortemente da ocasião desse ultimato, que ele recebeu em Viena nas vésperas de Austerlitz, Napoleão respondeu ao papa com um contradesafio: "Vossa Santidade é o soberano de Roma, mas eu sou seu imperador."[13] Tendo falado como Carlos Magno, ele avançou como César e arrasou os austríacos e os russos em Austerlitz.

Um ano mais tarde (novembro de 1806), tendo destruído o exército prussiano em Jena, Napoleão enviou de Berlim ao papa uma solicitação no sentido de que os ingleses fossem expulsos de Roma, e que os Estados Papais aderissem à "Confederação Italiana"; pois, dizia ele, não podia tolerar, "entre seu reino da Itália e seu reino de Nápoles", a existência de "portos e fortalezas que no evento de uma guerra pudessem ser ocupadas pelos ingleses e comprometer a segurança de seus estados e de seus povos."[14] Pio teve um prazo até fevereiro de 1807 para obedecer; ele recusou-se, e permitiu ao ministro britânico permanecer em Roma. Em seu triunfante retorno de Tilsit Napoleão de novo pediu a expulsão dos agentes ingleses em Roma, Pio de novo recusou. Em 30 de agosto Napoleão ameaçou ocupar as fronteiras papais. Amedrontado, Pio concordou em fechar seus portos aos ingleses. Napoleão então solicitou que o papa fizesse causa comum com ele contra os inimigos da França. Pio recusou. Em 10 de janeiro de 1808, Napoleão ordenou ao general Miollis (que então comandava uma divisão francesa em Florença) que marchasse sobre Roma.

A partir daquele dia os acontecimentos desenrolaram-se em mais um conflito histórico entre a Igreja e o Estado. Em 2 de fevereiro Miollis e suas tropas tomaram Civitavecchia; no dia seguinte entraram em Roma e renderam o Quirinal — o monte em que

se situava o palácio papal e os escritórios da Cúria. Daquele dia até março de 1814, Pio VII foi um prisioneiro da França. Em 2 de abril de 1808, Napoleão ordenou a anexação dos Estados Papais ao reino da Itália. Agora existia um corredor aberto entre o reino de Nápoles e o reino da Itália — entre José e Eugênio.

Decorreu um ano, durante o qual Napoleão esteve ocupado com a Espanha. Em 17 de maio de 1809, de Viena novamente ocupada, Napoleão proclamou a absorção dos Estados Papais no império francês, e o fim do poder temporal dos papas. Em 10 de junho o papa excomungou Napoleão. Em 6 de junho, o general Radet levou algumas tropas francesas até a câmara de audiências do papa e deu-lhe uma escolha de abdicação ou exílio. Pio, levando consigo apenas seu breviário e um crucifixo, seguiu seus captores até uma carruagem que o esperava, a qual o levou ao longo da costa italiana passando por Gênova até Savona. Ali ele foi mantido em cortês prisão até que Napoleão, — após dar a público um suposto plano para raptar o pontífice para a Inglaterra — transferiu-o para Fontainebleau (junho de 1812). Em 13 de fevereiro de 1813 Pio assinou um novo contrato com Napoleão; a 24 de março ele anulou sua assinatura. Em sua palacial prisão ele vivia simplesmente, até remendando sua própria camisa.[15] Permaneceu ali durante todos os acontecimentos de 1812, 1813, até que, em 21 de janeiro de 1814, Napoleão, temendo ser aprisionado ele próprio, mandou o papa de volta para Savona. Em abril os aliados, tendo tomado Paris e derrotado Napoleão, mandaram dizer ao papa que ele estava livre. Em 24 de maio, Pio VII, esgotado por sofrimentos físicos e mentais, entrou novamente em Roma. Quase toda a população recebeu-o com fervor e aclamações. Jovens romanos competiam pelo privilégio de substituir os cavalos e puxar sua carruagem até o Quirinal.[16]

Em seu breve controle dos Estados Papais, a administração francesa de Napoleão, ajudada pelos liberais da terra, transformou a cena política e econômica com um vigor e uma velocidade que talvez tenham sido penosos. Terminaram com o feudalismo e a inquisição; fecharam mais de 500 casas religiosas, dando uma liberdade incômoda a 5.852 monges e freiras. Funcionários corruptos foram dispensados, introduziu-se a contabilidade pública, as estradas foram reparadas e policiadas; o banditismo foi quase eliminado. As estradas foram limpas e iluminadas; um quarto dos pantanais do Aro Pontino foram drenados e postos em cultivo. A liberdade religiosa foi proclamada; os judeus saíam livremente de seu gueto. As lojas maçônicas floresciam. Os hospitais se multiplicavam; melhoraram as prisões; escolas foram construídas e equipadas; uma nova universidade foi aberta em Perugia. A escavação de restos clássicos foi continuada e Canova ficou encarregado de um museu que reunia os achados. Mas os impostos eram coletados com uma insistência inusitada, e os homens eram recrutados para o exército nacional. Os mercadores queixavam-se das restrições que eram impostas ao comércio com a Inglaterra. A maioria da população franzia o cenho com a súbita transformação de suas instituições tradicionais e o escandaloso tratamento de um papa que mesmo os ateístas haviam aprendido a amar. "O populacho volvia os olhos para trás com arrependimento, para o suave e indolente governo do papa."[17]

Analisada em conjunto, a prisão de Pio VII por Napoleão foi um espantoso erro para um governante tão astuto. As concordatas e a coroação tinham levado ao cônsul e ao imperador uma esperançosa reconciliação com os católicos através de toda a Europa, e mesmo uma aceitação formal de seu governo por quase todos os reis da Europa; mas

seu posterior tratamento do papa afastou praticamente todos os católicos e muitos protestantes. O papado ficou reforçado pela tentativa de Napoleão de fazê-lo seu instrumento político. A igreja católica francesa, que até aquela época havia sido "galicana" — isto é, antipapal — agora prestava sua reverência e lealdade ao papa. Os jesuítas, que haviam sido expulsos por um papa politicamente intimidado, foram restaurados por toda a cristandade pelo gentil mas resoluto Pio VII em 1814. O poder temporal do papado foi renovado naquele ano e seu poder espiritual foi aumentado pela quieta resistência do papa aprisionado. O próprio Napoleão, entre abdicações, admitiu seu mau julgamento de Pio VII. "Eu sempre acreditei que o papa fosse um homem de caráter muito fraco... Tratei-o duramente. Enganei-me. Estava cego."[18] Pio, por outro lado, nunca havia subestimado Napoleão, de muitas formas o havia admirado, e mostrou uma certa ternura por ele quando seu antigo carcereiro tornou-se por sua vez prisioneiro. Quando a mãe de Napoleão queixou-se ao papa que os ingleses estavam maltratando seu filho em Santa Helena, Pio pediu ao Cardeal Consalvi que intercedesse em favor de seu inimigo caído.[19] O papa viveu mais dois anos que o imperador. Morreu em 1823 murmurando em seu delírio: "Savona, Fontainebleau."[20]

V. POR DETRÁS DAS BATALHAS

As batalhas são os fogos de artifício técnico do drama histórico; atrás delas estão os amores e os ódios dos homens e das mulheres; as labutas e os jogos da vida econômica, as derrotas e os triunfos da ciência, da literatura e da arte, o desesperado anseio da fé religiosa.

Os italianos podem ter sido amantes apressados; mas eles atendiam vigorosamente à propagação da espécie, e de tal forma povoaram a península dourada com seus semelhantes que uma função das batalhas era reduzir as multidões que se acumulavam. A Igreja desencorajava os casais sem filhos mais do que o adultério, pois assim ela podia desarmar a dissensão com a multiplicação. Sorria a Eros, e não lançava nenhum manto puritano sobre as alegrias do carnaval. As moças eram quase sempre virgens, pois o casamento vinha cedo e a vigilância pré-marital era severa; mas após o casamento — uma vez que este era usualmente uma união de propriedades — uma mulher podia tomar um *cavaliere servente*, ou mesmo um amante, e ainda assim ser respeitada; se ela usasse dois ou três amantes, dizia-se que ela era "um pouco rebelde". Isto, no entanto, é o testemunho de Byron,[21] que gostava de acreditar que toda mulher era conquistável. Talvez ele quisesse falar apenas de Veneza, onde Vênus parecia estar especialmente à vontade; porém Stendhal dá um quadro semelhante de Milão, em sua *Chartreuse de Parme* (A Cartuxa de Parma).

A despeito dessa fácil moral, a vida dos milaneses em 1805 parecia insípida para Mme. de Rémusat que se queixava "da absoluta inexistência de vida familiar — os maridos eram estranhos a suas mulheres, deixando-as aos cuidados de um *cavaliere servente*";[22] e Mme. de Staël, que brilhava nas discussões de ambos os sexos, sentia-se desgostosa com o que ela considerava a superficialidade da conversação dominada pelos homens; "os italianos", pensava ela, "encolhem-se de cansaço só em pensar".[23] Os italianos poderiam lembrá-la que a Igreja franzia o cenho a qualquer pensamento audível; e a grande maioria deles concordava com o papa que a religião era um crédito

estabelecido e que as rendas transalpinas eram uma instituição benéfica na Itália. Mesmo assim, havia muito pensamento livre, tranqüilo,entre a minoria educada[24],e considerável heresia política. Alfieri pôde enunciar rapsódias sobre a Revolução Francesa até que ela confiscou sua propriedade; e centenas de italianos aplaudiram as notícias da queda da Bastilha. A Itália tinha sociedades para ambos os sexos de elegantes ensinamentos, como a Accademia dell'Arcadia; e aquela uma vez famosa congregação de homens e mulheres eruditos, a Accademia della Crusca, foi reconstituída em 1812. Em 1800 uma mulher, Clotilda Tambroni, ensinava grego na Universidade de Bolonha.

Naquela e em outras universidades italianas floresciam a ciência e a medicina. Em 1791, na Universidade de Bolonha, Luigi Galvani (1737-98) mostrou que se o músculo da perna de rã for ligado a um pedaço de ferro e seu nervo a um pedaço de cobre, uma corrente elétrica é gerada e faz com que o músculo se contraia. Em 1795, na Universidade de Pavia, Alessandro Volta (1745-1827) inventou a "pilha voltáica" ou bateria de armazenamento, que de tal forma espantou a Europa que ele foi chamado a Paris em 1801 para demonstrá-la no Instituto; e em 7 de novembro, perante uma audiência que incluía Napoleão, ele leu um trabalho: "Sobre a Identidade do Fluido Elétrico com o Fluido Galvânico." Em 1807 Luigi Rolando publicou suas memoráveis pesquisas sobre a anatomia do cérebro. "A Itália sem pensamentos" estava ensinando à Europa uma revolução maior do que os franceses.

O teatro italiano definhou porque os italianos achavam muito natural transformar a fala em canções e o drama em ópera. O povo acorria aos espetáculos simples no estilo da *commedia dell'arte*; os espíritos mais maduros iam assistir a dramas tais como aqueles em que Vittorio Alfieri (1749-1803) havia proclamado seu ódio à tirania e seu anseio pela liberação da Itália do jugo estrangeiro. Quase todas suas peças antedatam a Revolução Francesa;[25] mas seu apaixonado tratado *Della tirannide*, escrito em 1777, publicado em Baden em 1787 e afinal na Itália em 1800, tornou-se um dos clássicos da filosofia e da prosa italiana. Finalmente em *Misogallo* (1799), próximo ao fim de sua atribulada vida, ele apelou ao povo italiano para levantar-se, derrubar todo o domínio estrangeiro e tornar-se uma nação unida. Aqui o *Risorgimento* de Mazzini e Garibaldi encontra sua primeira voz clara.

O ardor extrovertido, a linguagem melodiosa e a inclinação musical dos italianos, levavam-nos à poesia. Esta breve época, mesmo após render Alfieri ao passado e Leopardi ao futuro, teve centenas de poetas subindo o Parnaso. O mais feliz deles foi Vicenzo Monti (1754-1828), que tinha uma boa palavra a dizer a cada assunto promissor. *La Bassevilliana* (1793) defendia a religião contra a Revolução Francesa e conquistou-lhe a aceitação na corte papal; em *Il Bardo della Selva Nera* (O Bardo da Selva Negra, 1806), ele glorificou a liberação da Itália por Napoleão e foi indicado pelo conquistador para ser professor na Universidade de Pavia; após a queda de Napoleão ele descobriu e proclamou os defeitos dos franceses e as virtudes dos austríacos. Durante todos esses pulos ele continuava a elogiar *La bellezza dell'universo*. Superava estes vôos com sua tradução da *Ilíada* (1810); não sabia o grego mas meramente versificou uma versão em prosa, de forma que Foscolo chamava-o *gran traduttor dei traduttore d'Omero (grande tradutor dos tradutores de Homero).*

Ugo Foscolo (1778-1827) foi um poeta maior e um homem mais triste. Sendo um poeta ele era mais paixão sensual do que pensamento organizado; cedia a seus desejos,

passava de um romance para outro, de um país ou de um evangelho para outro, e acabou com um anseio pelos velhos sonhos. Porém durante todas suas fases ele era um paciente artesão, procurando a forma perfeita para seus versos, mesmo quando descartando, como ornamentos especiosos, não somente a rima como o ritmo, e procurando a perfeição numa língua que tinha uma música toda própria.

Nasceu entre dois mundos, na ilha do mar Jônico de Zante, entre a Grécia e a Itália, de uma semente italiana num útero grego. Após 15 anos em Zante, mudou-se para Veneza, provou suas frágeis belezas, apaixonou-se por seu decadente encanto e aprendeu a odiar as vizinhas garras da Áustria. Regozijou-se quando Napoleão veio como uma torrente de Nice até Mântua; saudou o herói de Arcole como *Buonaparte Liberatore*; porém quando o salvador sem princípios entregou Veneza à Áustria, ele voltou-se contra Napoleão numa novela romântica *Le ultime lettere di Iacopo Ortis* (1798) — as últimas cartas de um Werther veneziano que reconta, em cartas para um amigo, a dupla perda de sua *inamorata* para um rival e de sua amada Veneza para um bicho-papão teutônico.

Quando os austríacos lançaram-se à reconquista do norte da Itália, Foscolo juntou-se ao exército francês, lutou bravamente em Bolonha, Florença, Milão, e serviu como capitão nas forças que Napoleão preparava para a invasão da Inglaterra. Quando aquele sonho acabou, Foscolo abandonou a baioneta pela pena, retornou à Itália e publicou seu melhor trabalho, *I sepolcri* (Os Sepulcros, 1807). Nestas 300 páginas, classicamente polidas e romanticamente emocionais, ele defende as inscrições nas tumbas como as inspiradoras lembranças dos grandes homens; presta homenagem à igreja da Santa Croce em Florença, por preservar cuidadosamente os restos de Maquiavel, Miguelângelo e Galileu; pergunta como um povo que através de muitos séculos produziu tantos heróis do pensamento e da ação, tantas obras-primas de filosofia, poesia e arte, pode ficar contente com patrões estrangeiros; e exalta a herança dos grandes homens como sua real imortalidade, e como a alma e a vida espiritual da nação e da raça.

Quando, em 1814-15, os austríacos tornaram-se de novo senhores do norte da Itátia, Foscolo exilou-se para a Suíça, e daí passou à Inglaterra. Vivia de dar lições e escrever artigos e morreu em grande pobreza em 1827. Em 1871 seus restos foram trazidos da Inglaterra para Florença e enterrados em Santa Croce, numa Itália finalmente livre.

''Na Itália'', dizia Byron (que de qualquer forma a amava), ''um homem deve ser um *cicisoeo* (um cavaleiro servente) ou um cantor de duetos, ou um conhecedor de óperas, ou nada.''[26] A ópera italiana, gerada especialmente em Veneza e Nápoles, ainda dominava os palcos da Europa, após um breve desafio por Gluck e Mozart; em breve (1815) as atraentes melodias de Rossini e suas tempestuosas árias iriam roubar o palco mesmo em Viena. Piccini, após sua luta com Gluck em Paris, retornou a Nápoles e foi colocado em prisão domiciliar por simpatizar com a Revolução Francesa; após a conquista da Itália por Napoleão, ele foi de novo convidado a ir para a França (1798), mas morreu ali dois anos mais tarde. Paisiello, compositor e maestro, triunfou em São Petersburgo, em Viena, em Paris, e em Nápoles sob Ferdinando IV, depois sob José, e depois sob Murat. Domenico Cimarosa sucedeu a Antonio Salieri como *Kapellmeister* em Viena, e produziu ali a mais famosa de suas óperas, *Il matrimonio segreto* (O Casamento Secreto, 1792). Em 1793 foi chamado de volta a Nápoles como *maestro dica-*

pella por Ferdinando; quando os franceses tomaram Nápoles, ele os recebeu alegremente; quando Ferdinando foi restaurado, sentenciou o compositor à morte, mas foi induzido a comutar a pena em exílio. Cimarosa dirigiu-se para São Petersburgo, mas morreu a caminho, em Veneza (1801). Entrementes Muzio Clementi estava compondo e executando música pianística em várias capitais, e preparando o compêndio que se tornaria famoso, *Gradus ad Parnassum* (1817), para instrução de jovens pianistas em toda a parte.

Niccolò Paganini (1782-1840) começou em Gênova em 1797 sua longa carreira como violinista de concerto. Amando seu violino mais apaixonada e fielmente do que amou qualquer das muitas mulheres que sucumbiram à sua música, ele desenvolveu as possibilidades do instrumento a complexidades sem precedentes de composição e execução. Compôs 24 *capricci*, que assombravam com a excentricidade de seu desenvolvimento. Elisa Bonaparte Bacciocchi designou-o diretor musical em Piombino (1805), mas isto não pôde por muito tempo mantê-lo afastado das *tournées* onde seus concertos certamente proporcionavam-lhe grandes audiências e agradável compensação financeira. Em 1833 ele passou a viver em Paris. Deu 20.000 francos a Berlioz que estava lutando com a pobreza, e encorajou-o a compor *Harold in Italy*; o árduo trabalho e seus concertos levaram Paganini à exaustão. Ele decidiu abandonar a excitação de uma capital, que estava cheia de gênios e borbulhando com a revolução. Morreu em Nice em 1840, deixando — além dos seus *capricci* — oito concertos e numerosas sonatas para desafiarem os *virtuosi* violinistas do século que se aproximava. A arte do violino somente agora recupera-se de suas extravagantes travessuras.

VI ANTÔNIO CANOVA. 1757-1822

A Itália na época de Napoleão estava por demais absorvida na guerra e na política, por demais pobre de espírito público ou filantropia privada, para gerar uma arte, e particularmente uma arquitetura como a que havia exaltado a Itália quando toda a Europa estava enviando "os vinténs de Pedro" para os papas, e Florença, Veneza, Milão, bem como Roma e Nápoles, eram ricas e se governavam. Algumas estruturas importantes foram construídas: O Arco della Pace em Milão, de Luigi Cagnola (1806-33); o Teatro la Fenice em Veneza, de Antonio Selva (1792); o Palácio Braschi em Roma, de Cosimo Morelli (1795), com sua majestosa escadaria; e a imponente fachada do Teatro San Carlo em Nápoles, de Antonio Niccolini (1810-12). Não houve nenhuma pintura que se tornasse notável, porém os escultores italianos estavam inspirados pelas escavações em Herculano de forma a descartar as excentricidades do barroco e a exuberância do rococó e a procurar a graça, a calma e a linha simples da estatuária clássica. Um desses escultores deixou-nos trabalhos que ainda captam os olhares, tentam o toque e permanecem na memória.

Antônio Canova nasceu em Possagno, ao pé dos Alpes venezianos. Tanto seu pai como seu avô eram escultores, especializados em altares e monumentos religiosos. Quando o pai morreu (1760), o avô levou Antônio para sua casa e mais tarde para seu estúdio A boa vontade do rapaz para trabalhar e sua ânsia de estudar chamaram a atenção de Giovanni Falier, um patrício de Arsolo. Falier forneceu os fundos para os estudos de Antônio em Veneza, e foi premiado com a primeira notável produção do jovem, *Orfeu e Eurídice.*[27] Em 1779, com a aprovação de Falier, ele dirigiu-se a Roma. Daquele

centro ele estudou os remanescentes da arte antiga. Mais e mais ele foi levado à interpretação de Winckelmann segundo o qual a escultura grega tinha o objetivo de representar a beleza ideal através da forma e da linha perfeita. Dedicou-se a reviver o estilo clássico.

Seus amigos em Veneza persuadiram o governo a mandar-lhe uma anuidade de 300 ducados durante os três anos seguintes. Isto nem o estragou nem impediu que ele prosseguisse. Ele imitava francamente os modelos clássicos e algumas vezes parecia igualá-los; assim seus *Perseu* e *O Pugilista,* ambos executados em 1800, eram os únicos trabalhos modernos julgados dignos de serem colocados no Belvedere do Vaticano ao lado de produções mundialmente aclamadas da antiguidade clássica.[28] Seu *Teseu Matando o Centauro* (1805) — um colossal grupo de mármore, que se encontra hoje naqueles que foram os jardins imperiais de Viena — podia facilmente ser tomado por uma obra-prima antiga, não fora pelo exagero dos músculos e da fúria. Canova atingia o máximo da perfeição em modelos mais suaves, adaptados ao seu caráter, como na *Hebe*, da Galeria Nacional em Berlim; nesta escultura a filha de Zeus e Hera é a deusa da juventude, apanhada na graça móvel de oferecer vinho aos deuses.

Neste ativo ano de 1805 Canova começou a mais famosa de suas estátuas — a *Venus Victrix*, da Galleria Borghese em Roma. Ele persuadiu Paulina Borghese, irmã de Napoleão, a posar para esta figura sensual. Ela tinha então 25 anos de idade, na perfeição de sua forma. Mas, segundo consta[29], o artista usou apenas o rosto de seu modelo; para as vestes e os membros ele usou de sua imaginação, seus sonhos e suas memórias. Ele terminou o trabalho em dois anos e então expô-lo ao julgamento do público e de seus pares. Eles maravilharam-se com sua orgulhosa beleza e cuidadoso acabamento; aqui não havia apenas uma mera imitação de alguma antiga obra de arte, mas uma mulher viva de seu tempo, e, no julgamento de seu irmão, a mais bela de todas. Canova transformou-a em um presente para as gerações futuras.

Em 1802 Napoleão solicitou a Canova que viesse de Roma para Paris. O papa Pio VII, que acabara de assinar uma concordata com o cônsul, recomendou a Canova que fosse, pelo menos como mais um conquistador italiano da França. Dos vários bustos que o escultor fez de Napoleão, o mais agradável encontra-se no modesto Musée Napoléon em Cap d'Antibes; ali o jovem guerreiro é um verdadeiro Aristóteles em meditação. Sem nenhuma razão, mais famosa é a estátua de corpo inteiro que Canova fez dele de gesso e depois esculpiu em um bloco de mármore de Carrara em seu retorno a Roma. Ela foi mandada para Paris em 1811 e colocada no Louvre; mas Napoleão objetou a isso, segundo consta, porque a Vitória Alada, colocada em sua mão direita parecia estar fugindo dele. A estátua foi colocada num depósito fora das vistas do público. Em 1816 o governo britânico comprou-a e presenteou-a a Wellington; ela está hoje, com seus três metros e trinta de altura, aos pés da escadaria do palácio londrino de Wellington, Apsley House. Canova veio de novo a Paris em 1811 para fazer uma estátua sentada de Maria Luísa. O resultado não foi promissor, mas Napoleão deu ao artista que partia fundos para reparar a catedral de Florença e para financiar a Academia de São Lucas (para artistas), em Roma. Após a queda de Napoleão Canova foi feito chefe da comissão apontada pelo papa para restituir a seus proprietários originais os trabalhos de arte que haviam sido mandados a Paris pelos generais franceses.

Ele ocupava o posto mais alto entre os escultores italianos de seu tempo, e foi sobre-

pujado na Europa apenas pelo então venerado Houdon (1741-1828). Byron, que se sentia mais em casa na Itália do que na França, pensava que "a Europa — o mundo — só tem um Canova",[30] e "da mesma forma que os grandes de antanho Canova o é hoje".[31] Parte de sua aclamação deve ter sido devida à onda neoclássica que o levou, como David — ambos ajudados por Napoleão — a reconhecer a liderança em sua arte. Mas a Europa não podia por muito tempo contentar-se em imitar ou duplicar a arte da antiguidade. Em breve o movimento romântico subordinou as linhas e as formas à cor e ao sentimento, e a fama de Canova esmaeceu.

Não será irrelevante ajuntar que Canova era um bom homem, conhecido por sua modéstia, piedade e caridade, e capaz de apreciar seus competidores. Trabalhava arduamente e sofria com o ar empestado de malária de Roma, e com o esforço de esculpir monumentos maciços. No verão de 1821 ele deixou Roma e procurou um ar mais limpo e uma vida mais quieta em sua nativa Possagno. Ali, em 13 de outubro de 1822, ele morreu, com a idade de 64 anos, lamentado por toda a Itália educada.

VII. *VALE ITERUM ITALIA*

Qual foi a soma algébrica do bem e do mal feitos pela França à Itália nessa época? A uma nação que estava entorpecida na lassidão pelo domínio estrangeiro, a França trouxe um grito de alerta e o exemplo de uma nação que se levantava em fúria e que chegava à liberdade por sua própria vontade e ação. Ela trouxe um novo e desafiador espírito nas relações entre os cidadãos e o Estado. Ela trouxe um Código Napoleão severo, porém construtivo e definido, promovendo a ordem, a unidade e a igualdade legal num povo há muito dividido pelas classes e alérgico a leis. Napoleão e seus laboriosos administradores melhoraram e limparam os processos do governo, apressaram sua execução, multiplicaram os trabalhos públicos, adornaram as cidades abrindo bulevares e parques, limparam as estradas, os pantanais e os canais, estabeleceram escolas, acabando com a Inquisição, encorajando a agricultura e a indústria, a ciência, a literatura e a arte. A religião do povo ficou protegida pelo novo regime, mas perdeu o poder de suprimir a inconformidade, e foi obrigada a contribuir para as despesas do Estado. Estranhamente, foi o cético Napoleão que destacou fundos para completar a catedral de Milão. Todo o processo legal foi acelerado e reformado; a tortura foi posta fora da lei, o latim não era mais requerido nas cortes. Neste período (1789-1813), José e Murat em Nápoles, Eugênio em Milão, foram bênçãos para seus reinos, e teriam sido amados se fossem italianos.

O outro lado do quadro era o recrutamento, a imposição de impostos e a perícia nos roubos. Napoleão pôs um fim ao banditismo, mas apropriava-se de obras de artes com tal apreciação como talvez elas tivessem deixado de receber numa Itália saturada com obras-primas. Sob o ponto de vista de Napoleão o recrutamento era o mais racional e equitativo método de proteger as nações novas contra as desordens domésticas e o domínio estrangeiro. "Os italianos", dizia ele, "devem lembrar-se que as armas são o principal apoio de um Estado. É chegada a época dos jovens que vivem inertes nas grandes cidades cessarem de temer as fadigas e os perigos da guerra." Provavelmente o recrutamento teria sido aceito como um mal necessário se os conscritos italianos não verificassem que se esperava deles irem a qualquer parte para proteger os interesses de Napoleão ou

da França; dessa forma, seis mil deles foram transferidos para o Canal inglês em 1803, para servirem numa problemática invasão da Inglaterra; oito mil deles[32] foram arrancados de seu brilhante e nativo sol para experimentar as planícies, as neves e os cossacos da Rússia.

Também não concordavam os italianos com o patriotismo dos impostos. Aqui também o trabalho da Itália era usado não somente para proteger, governar e embelezar a Itália, mas também para ajudar Napoleão a atender às despesas de seus precários impérios em expansão. De Eugênio esperava-se que conquistasse o amor de seus súditos ao mesmo tempo que ele roubava seus bolsos; os impostos em seu pequeno reino subiram de 82 milhões de francos em 1805 para 144 milhões em 1812. Os italianos ajuntavam que tais impostos poderiam ser mais facilmente suportados se o Bloqueio Continental do imperador não tivesse privado a indústria italiana de seu mercado inglês, enquanto as tarifas de importação e exportação que favoreciam a França estavam prejudicando o comércio italiano com a França e com a Alemanha.

Desta forma, mesmo antes de retornarem os austríacos, os italianos haviam-se cansado do protetorado de Napoleão. Eles sentiam que estavam não apenas perdendo grandes obras de arte, mas também estava sendo drenada a riqueza que eles estavam criando a fim de que a França pudesse invadir a Inglaterra e conquistar a Rússia. Este não era o sonho que seus poetas haviam sonhado. Admitiam que os funcionários do papa haviam permitido entrar na administração dos Estados Papais um alto grau de corrupção, mas não gostaram do rude tratamento de Pio VII pelos oficiais franceses, nem de seu longo aprisionamento a mando de Napoleão. Por fim eles perderam o amor mesmo pelo amável Eugênio, pois fora através de suas mãos que muitos dos editos menos desejáveis de Napoleão haviam sido impostos; e quando, após Leipzig, Napoleão estava em perigo de uma completa derrota (1813), eles recusaram-se a apoiar os esforços de Eugênio para mandar-lhe ajuda. O esforço para liberar a Itália por meio de armas estrangeiras e governo estrangeiro falhou; a liberação aguardou o desenvolvimento da unidade nacional através da literatura, da arte de governar e das armas nativas.

O próprio Napoleão, entre seus muitos cálculos errados, havia previsto essa dificuldade. Em 1805 — o ano de sua coroação como rei da Itália — ele disse a Bourrienne:

> A união da Itália com a França pode ser apenas temporária, mas é necessária a fim de acostumar as nações (estados) da Itália a viver sob leis comuns. Os genoveses, os piemonteses, os venezianos, os milaneses, os habitantes da Toscana, os romanos, os napolitanos, odeiam-se uns aos outros... No entanto Roma é, de acordo com as lembranças a ela ligadas, a capital natural da Itália. Para assim fazê-la, no entanto, é necessário que o poder do papa seja confinado a limites puramente espirituais. Eu não posso agora pensar nisso, mas irei refletir sobre isso doravante... Todos esses pequenos estados irão insensivelmente tornar-se acostumados às mesmas leis; e quando os costumes tiverem sido assimilados, e as inimizades extintas, haverá uma Itália, e eu dar-lhe-ei sua independência. Mas para isto eu preciso de 20 anos, e quem pode contar com o futuro?[33]

Nós não podemos confiar sempre em Bourrienne, mas Las Cases refere que Napoleão falou da mesma forma em Santa Helena: "Eu plantei nos corações dos italianos princípios que jamais poderão ser arrancados. Mais cedo ou mais tarde sua regeneração será cumprida."[34] Assim foi.

CAPÍTULO XXVII

A Áustria

1780-1812

I. DÉSPOTAS ESCLARECIDOS: 1780-92

EM 1789 a Áustria era um dos maiores estados da Europa, orgulhosa de sua história, de sua cultura e de seu poderio, com um império muito mais vasto do que seu nome. Este nome, derivado de *Auster*, o vento do sul, transmitia com justiça o sentido de seu povo. Teutonicamente rijo, mas de natureza amável e bem-humorado, compartilhando com felicidade da *joie de vivre* e loucura musical da Itália. Tinha sido uma nação celta quando, um pouco antes de Cristo, os romanos a conquistaram, e parece haver retido, após dois milênios, algo da vivacidade e do gênio celta. Em Vindobona (que se tornou Viena e depois Wien) os romanos construíram um posto avançado de sua civilização contra os invasores bárbaros; ali Marco Aurélio, entre pensamentos dourados, reteve os marcomanos no ano de 170 d.C.; ali Carlos Magno colocou o Marco Leste, ou limite leste, de seu reino; ali em 955 Oto, o Grande, estabeleceu seu Österreich ou reino do Leste, contra os magiares; e ali em 1278 Rudolf de Habsburgo estabeleceu o domínio de uma dinastia que continuou até 1918. De 1618 a 1648 o vento sul soprou fortemente católico, liderando a velha fé contra a nova em 30 anos de guerra; e esta fé fortificou-se quando, em 1683, Viena serviu pela segunda vez como um baluarte da cristandade, rechaçando de volta para seu país os turcos. Entrementes a monarquia Habsburgo espalhava o domínio da Áustria sobre os ducados adjacentes da Stíria, Caríntia, Carniola e o Tirol; sobre a Boêmia (Theco Eslováquia), Transilvânia, (Romênia), Hungria, Galícia Polonesa, Lombardia e os Países Baixos Espanhóis (a Bélgica). Este era o disperso reino que a Europa conhecia como o Império Austríaco, quando, em 1797, Napoleão pela primeira vez bateu às portas de Viena.

A dinastia Habsburgo chegou a seu pináculo no reino de Maria Teresa (que reinou de 1740 a 1780), aquela voluntariosa e maravilhosa matriarca que rivalizou com Catarina II e Frederico, o Grande, entre os monarcas de seu tempo. Ela perdeu a Silésia para as garras maquiavélicas de Frederico, mas após isso, com seu povo e seus aliados, lutou contra ele até um impasse de exaustão. Sobrevivendo àquele conflito ela viveu o suficiente para colocar cinco de seus dezesseis filhos sobre tronos: José em Viena, Leopoldo na Toscana, Maria Amalia em Parma, Maria Carolina em Nápoles, Maria Antonieta na França. Com relutância ela transmitiu seu reino a seu filho mais velho, pois ela não confiava em seu agnosticismo e em suas reformas, e previu que seu povo, inamovivelmente apaixonado por ela, seria infeliz com qualquer perturbação de suas crenças e costumes tradicionais.

Seu julgamento parece justificado pelas dificuldades que desnortearam a José, que partilhou do trono com ela de 1765 a 1780 e depois sentou-se nele por mais dez anos. Ele chocou a aristocracia libertando os servos, e chocou a população fortemente católica por seu namoro com Voltaire, por permitir o culto protestante e por hostilizar Pio VI. Sem o apoio da burocracia que o envolovia, ele teve que confessar, em seus últimos dias, que os camponeses, subitamente separados de seus senhores feudais, tinham transformado em um desastre sua liberdade; que ele havia perturbado a economia; que havia levado as classes superiores na Hungria e nos Países Baixos austríacos à revolta, ameaçando a própria existência do império. Seus propósitos eram benevolentes mas seu método era governar por inumeráveis decretos que ditavam o objetivo sem preparar os meios. Frederico, o Grande, dele dizia: "Ele invariavelmente dá o segundo passo antes de dar o primeiro."[1] Morreu em 20 de fevereiro de 1790, arrependido de seu procedimento impetuoso e lamentando o conservadorismo popular que estimava por demais os hábitos para tolerar reformas.

Seu irmão Leopoldo compartilhava de seus objetivos mas evitou sua pressa. Embora tivesse apenas 18 anos quando feito grão-duque da Toscana (1765), ele temperou seu poder com cautela, reuniu em volta dele italianos maduros (por exemplo, Cesare Beccaria), familiarizados com o povo, com as necessidades e as possibilidades do ducado e, com sua ajuda, deu a seu histórico reinado um governo que era a inveja da Europa. Quando a morte de seu irmão elevou-o à posição imperial, ele havia tido 25 anos de experiência. Moderou algumas das reformas de José e cancelou outras, mas reconheceu amplamente a obrigação de um "déspota esclarecido" de aumentar as oportunidades econômicas e de educação de seu povo. Retirou o exército austríaco do ataque mal planejado por José à Turquia e, com uma parte dele, persuadiu a Bélgica a retornar à suserania austríaca. Pacificou os nobres húngaros reconhecendo a autoridade nacional de sua dieta e de sua constituição. Aplacou os boêmios restituindo a Praga a coroa dos antigos reis da Boêmia, e aceitando sua coroação na catedral de São Vito. Ele sabia que no governo a substância pode ser retirada se a forma for mantida.

Neste ínterim resistiu à tentativa dos *émigrés* franceses e dos reis europeus para envolvê-lo na guerra com a França revolucionária. Sentia os apuros de sua irmã mais moça, Maria Antonieta, mas temia que uma guerra com a França significaria a perda para ele da ainda não reconciliada Bélgica. Apesar disso, quando a fuga de Luís XVI e Maria Antonieta foi barrada em Varennes, e eles foram levados de volta para Paris para viver em diário perigo de suas vidas, Leopoldo propôs a seus colegas monarcas que tomassem uma ação em conjunto para controlar a Revolução. Frederico Guilherme II da Prússia encontrou-se com Leopoldo em Pillnitz, e assinou com ele uma declaração (27 de agosto de 1791) ameaçando a intervenção na França. Luís XVI fez com que isso se tornasse inviável ao aceitar a constituição revolucionária (13 de setembro). Mas a desordem continuava e crescia, de novo fazendo perigar o rei e a rainha; Leopoldo ordenou a mobilização do exército austríaco; a Assembléia francesa pediu uma explicação; Leopoldo morreu (1º de março de 1792) antes que essa mensagem chegasse. Seu filho e sucessor, o imperador Francisco II, com a idade de 24 anos, rejeitou o ultimato e em 20 de abril a França declarou a guerra.

II. FRANCISCO II

Sua história tem sido contada do lado francês; como a viram e sentiram os austríacos? Eles ouviam falar de sua arquiduquesa — cuja beleza tinha levado Edmund Burke a um delírio de eloqüência — sendo desprezada pelos parisienses como "L'Autrichienne", sendo efetivamente aprisionada nas Tulherias pela multidão e então deposta e aprisionada pela Assembléia. Ouviram falar dos Massacres de Setembro, e como a cabeça cortada da princesa de Lamballe tinha desfilado numa procissão, espetada numa vara, à vista da rainha que a tinha amado. Ouviram falar dela, de cabelos brancos, desfilando cativa sobre uma carreta, atravessando uma multidão que a insultava, para morrer na guilhotina. Nada mais era necessário para fazer o povo da Áustria juntar-se ao jovem imperador que deveria liderá-los na guerra contra aqueles assassinos franceses. Não importava que ele tivesse uma mentalidade medíocre, um déspota confuso embora benevolente, escolhendo generais incompetentes, perdendo batalha após batalha, entregando parte após parte do corpo da Áustria, e deixando sua capital à mercê e ao dispor do conquistador. Estas derrotas fizeram os austríacos amarem a Francisco ainda mais; ele parecia-lhes ser seu governante apontado por direito divino, pela consagração papal, e pela legitimidade sem disputa de sua descendência real; e ele os estava defendendo tão bem quanto podia contra bárbaros assassinos e depois contra um demônio corso. Seu repúdio de todas as medidas liberais deixadas por seu tio e seu pai, a restauração dos direitos feudais e da *corvée*, sua rejeição de qualquer movimento que se fizesse da autocracia em direção a um governo constitucional — tudo isso parecia esquecido quando, após Austerlitz e Pressburg, ele reentrou em sua capital batido e despojado. Foi aclamado com selvagem devoção por seu povo.[2] Em todos os acumulados acontecimentos dos próximos oito anos, o povo via somente o triunfo dos maus e a escandalosa humilhação de um governante enviado por Deus, que, tão certamente quanto existia Deus, seria na época própria vingado dos inimigos da Áustria, e restaurado em seu pleno direito de nascença a suas posses e a seu poderio.

III. METTERNICH

O homem que o guiou ao cumprimento desse destino nasceu em Coblenz, no Reno, em 15 de maio de 1773, e foi batizado com o nome de Klemens Wenzel Lothar von Metternich. Era o filho mais velho do príncipe Franz Georg Karl von Metternich, representante da Áustria nas cortes dos príncipes-arcebispos eleitores de Trier, Mainz e Colônia. O rapaz recebeu os dois primeiros nomes dos primeiros destes dois governantes eclesiásticos, e nunca esqueceu suas conexões e lealdades religiosas durante sua juventude voltaireana e seus ministérios maquiavélicos. Foi-lhe dado também o nome de Lothar para lembrar à Europa que um seu ancestral assim chamado havia governado Trier no século XVII. Às vezes ele ajuntava "Winneburg Beilstein" para indicar as propriedades que haviam pertencido à família por oito séculos e cujos 194 km² proviam base para a nobre preposição *von*. Obviamente ele não havia sido feito para amar ou conduzir revoluções.

Recebeu a educação normal de sua posição de um preceptor, que o iniciou no Iluminismo francês,[3] e depois na universidade de Estrasburgo. Quando esta instituição sentiu

alguns tremores com a queda da Bastilha, Klemens foi transferido para a universidade de Mainz, onde estudou lei, como a ciência da propriedade e dos precedentes. Em 1794 os franceses tomaram Coblenz, que era um ninho de agitados *émigrés*, e quase todas as propriedades de Metternich foram "nacionalizadas". A família encontrou refúgio e conforto em Viena. Alto, atlético, elegante, Klemens cortejou e conquistou Eleonore von Kaunitz, rica neta do estadista que havia casado a Áustria dos Habsburgos com a França dos Bourbons. Como se herdando de sua noiva as artes diplomáticas de cortesia sem compromisso e de apropriação graciosa com justiça, ele em breve estava preparado para os estratagemas e as pilhagens.

Em 1801, com a idade de 28 anos, foi nomeado ministro na corte da Saxônia. Ali ele encontrou-se com Friedrich von Gentz, que se tornou seu mentor e porta-voz pelos próximos 30 anos, armando-o com os mais convincentes argumentos em favor do *status quo ante* revolução. Fiel aos costumes do *ancein règime*, ele tomou uma amante, Katharina Bagration, de 18 anos de idade, filha de um general russo que nós encontraremos de novo. Em 1802 ela deu à luz uma filha para Klemens, que foi reconhecida por sua esposa como sendo dele.[4] Impressionada por seu progresso, Viena promoveu-o (1803) à embaixada austríaca em Berlim. Durante seus três anos na Prússia, encontrou-se com o czar Alexandre I, e firmou com ele uma amizade que durou até que eles tivessem derrubado Napoleão. Isto, entretanto, não estava na visão de Bonaparte, quando, após Austerlitz, ele pediu ao governo austríaco para mandar-lhe um "Kaunitz" como embaixador na França. O conde Philipp von Stadion, então chefiando o ministério das Relações Exteriores, enviou-lhe Metternich. O jovem de 33 anos, Kaunitz por casamento, chegou a Paris em 2 de agosto de 1806.

Começa agora uma batalha de gênios, que durou nove anos, entre a diplomacia e guerra, na qual o diplomata venceu pela cooperação do general. Para espairecer dos encontros com os penetrantes olhos de Napoleão — e verificando que sua ilustre esposa era intelectualmente sem estímulos e fisicamente *toujours la même* — Metternich divertia-se com Mme. Laure Junot, esposa do então governador de Paris. Mas ele não esquecia que esperava-se que ele sondasse a mente de Napoleão, descobrisse seus objetivos e explorasse todas as possibilidades de guiá-los de forma favorável à Austria. Os dois homens admiravam um ao outro. Napoleão, escrevia Metternich a Goethe em 1806, "é o único homem da Europa que tem força de vontade e age".[5] E Napoleão encontrava em Metternich um intelecto tão penetrante quanto o seu próprio.[6] Durante esse tempo o austríaco aprendeu muito estudando Talleyrand.

Metternich despendeu cerca de três anos como embaixador em Paris. Viu com escondida satisfação a Grande Armée apanhada numa armadilha na Espanha. Tentou, e não conseguiu esconder de Napoleão, o rearmamento da Áustria para outra tentativa de destroná-lo. Deixou Paris em 25 de maio de 1809, juntou-se a Francisco II na frente de batalha, e testemunhou a derrota austríaca em Wagram. Stadion, sua aventura marcial frustrada, resignou a sua liderança da política. Francisco ofereceu o posto a Metternich e em 8 de outubro de 1809, Metternich, com 36 anos de idade, começou sua carreira de 39 anos como ministro da Casa Imperial e dos Assuntos Estrangeiros.

Em janeiro de 1810 o general Junot encontrou na escrivaninha de sua esposa algumas cartas de amor de Metternich. Ele quase a estrangulou, e jurou que desafiaria o intrometido ministro a encontrar-se com ele num duelo em Mainz. Napoleão acabou com

a rixa despachando o general e sua esposa para a Espanha. A história aparentemente não causou danos à reputação de Metternich, nem a seu casamento, nem a sua posição no governo austríaco. Ele participou dos arranjos do casamento de Napoleão com a arquiduquesa austríaca Maria Luísa. Ficou deliciado ao saber que esse súbito *rapprochement* entre a França e a Áustria havia aborrecido a Rússia. Observava a tensão que crescia entre esses núcleos opostos das forças européias. Esperava e planejava que um enfraquecimento de ambos os impérios permitiria à Áustria reganhar as terras que ela havia perdido e o alto lugar que ela tinha ocupado no conflitante concerto das potências.

IV. VIENA

Atrás dos muros da guerra vivia o pacífico e amável povo de Viena, uma razoavelmente tolerante mistura de alemães, húngaros, tchecos, eslovacos, croatas, morávios, franceses, italianos, poloneses e russos — 190.000 almas. A grande maioria era católica romana, e, quando podiam, cultuavam o santo patrono da cidade na igreja de Santo Estêvão. As ruas eram na maior parte estreitas, mas havia alguns espaçosos e bem movimentados bulevares. Um conjunto de majestosos edifícios rodeava o palacial Schönbrunn, que abrigava o imperador, sua família e os principais escritórios do governo. O Danúbio "azul" passava ao longo dos limites da cidade, levando o comércio e o prazer em amável confusão. Numa suave inclinação em direção ao rio, o parque chamado Prater (o prado) dava aos velhos e aos jovens um local para passeios de carruagem ou a pé. E logo por fora dos portões da cidade o Wienerwald, ou bosques de Viena, eram convite a esses felizes passeadores, que amavam árvores e encontros, o cheiro da folhagem, o canto e o chilreado de seus alados residentes.

Em resumo os vienenses eram um povo dócil e bem-comportado, inteiramente diferente dos parisienses que, com ou sem revolução, viviam excitados, ressentiam-se do casamento, odiavam seus nobres, suspeitavam de seu rei e duvidavam de Deus. Aqui também havia nobres, mas eles dançavam e faziam música em seus palácios, respeitavam os pedestres, não eram *snobs* e morriam galantemente, embora sem grande eficiência, perante os sérios guerreiros de Napoleão. A consciência de classe era mais notada na classe média superior, que estava fazendo fortunas com o suprimento ao exército, ou emprestando dinheiro aos aristocratas empobrecidos pelo feudalismo sem estímulo, ou para um Estado que estava sempre lutando e perdendo guerras.

Estava começando a formar-se um proletariado. Por volta de 1810 havia mais de 100 fábricas dentro ou próximo a Viena, empregando ao todo uns 27.000 homens e mulheres, quase todos com salários que eram suficientes para mantê-los vivos e se multiplicando.[7] Já em 1811 havia queixas que as refinarias de óleo e as fábricas de produtos químicos estavam poluindo o ar.[8] O comércio estava se desenvolvendo, ajudado pelo acesso ao Adriático em Trieste, e pelo Danúbio que banhava cem cidades além de Budapeste e alcançava o mar Negro. Após 1806 a tentativa de Napoleão de excluir as mercadorias inglesas do continente, e o controle francês da Itália, prejudicaram o comércio e a indústria austríacas e deixaram centenas de famílias sem emprego e na penúria.

As finanças eram em sua maior parte geridas pelos judeus que, excluídos da agricultura e da maior parte das indústrias, tornaram-se peritos no manuseio do dinheiro. Alguns banqueiros judeus na Áustria rivalizavam com os Esterházys no esplendor de seus

estabelecimentos; alguns tornaram-se amigos queridos dos imperadores; alguns foram honrados como salvadores do Estado. José II deu título de nobreza a certos banqueiros judeus como apreciação pelo seu patriotismo. O imperador gostava especialmente de visitar a resisdência do financista Nathan von Arnstein, onde ele podia discu tir literatura e música com a bela esposa do banqueiro. Esta era a versátil e culta Fanny Itzig, que mantinha um dos mais preferidos *salons* em Viena.[9]

O governo era administrado pela nobreza com mediana competência e exígua honestidade. Jeremy Bentham, numa carta de 7 de julho de 1817, lamentava esta "enorme podridão moral do Estado austríaco", e desesperava-se de encontrar "uma pessoa honrada". Nenhum comum podia subir a um posto de comando nos serviços do exército ou no governo; conseqüentemente havia pouco estímulo aos soldados ou aos burocratas para esforçarem-se ou arriscarem-se por causa de promoções. As fileiras do exército eram preenchidas por ineptos voluntários, ou pelo recrutamento por meio de uma loteria, ou forçando-se a entrada nele de mendigos, radicais ou criminosos;[10] 10 não é de admirar que esses exércitos austríacos fossem periodicamente batidos pelas legiões francesas nas quais qualquer soldado raso podia chegar ao comando, e até mesmo juntar-se ao bando de duques de Napoleão.

A ordem social era mantida pelo exército, a polícia e a crença religiosa. Os governantes Habsburgos rejeitaram a Reforma, permaneceram leais à igreja católica e defendiam seu clero bem treinado para dirigir as escolas, censurar a imprensa, e educar toda criança cristã em um credo que santificava a monarquia hereditária como um direito divino e confortava a pobreza e as desgraças com os consolos e as promessas da fé. Grandes templos como Stefanskirche e Karlskirche ofereciam um solene ritual com cantos e incensos e rezas coletivas, exaltados pelas missas que protestantes como Bach e céticos como Beethoven estavam prontos a prover. As procissões religiosas traziam periodicamente o drama para as ruas, renovando a memória pública dos mártires e dos santos e celebrando a misericordiosa mediação da rainha de Viena, a Virgem-Mãe. À parte do temor disciplinar do inferno, e alguns desagradáveis quadros de torturas santificadas, era uma religião tão confortadora quanto qualquer outra jamais oferecida à humanidade.

A educação primária e secundária era deixada à Igreja. As universidades de Viena, Ingolstadt e Innsbruck eram dirigidas por eruditos docentes jesuítas. A imprensa era estritamente controlada; toda a obra de Voltaire era retida nas fronteiras da nação ou às portas da cidade. Livre pensadores eram raridade. Algumas lojas franco-maçônicas haviam sobrevivido à tentativa de Maria Teresa de destruí-las, mas elas se limitavam a um moderado anticlericalismo que mesmo um bom católico podia permitir, e um programa de reforma social que um imperador poderia endossar. Assim Mozart, que era um firme católico, era franco-maçom; e José II aderiu à ordem secreta, aprovou os princípios da reforma e fez de alguns deles leis. Uma sociedade secreta mais radical, os *Illuminati* — que Adam Weishaupt, um ex-jesuíta havia fundado em Ingolstadt em 1776 — sobreviveu, mas em completa decadência. Leopoldo II renovou a proibição de sua mãe de todas as sociedades secretas.

A Igreja cumpria bem a tarefa de treinar o povo no patriotismo, na caridade, na ordem social e na restrição sexual. Mme. de Staël relatava em 1804: "Vós jamais encontrais um mendigo... Os estabelecimentos de caridade são regulados com grande ordem e liberalidade. Tudo leva a marca de um governo patriarcal, sábio e religioso."[11] A moral

sexual era regularmente firme entre os comuns, mas livre nas classes superiores onde os maridos tinham concubinas, e as esposas tinham amantes. Beethoven, segundo informa Thayer, protestava contra "a prática, que não era rara na Viena de seu tempo, de viver com uma mulher solteira como sua esposa".[12] Mas a união familiar era usual e a autoridade dos pais era mantida. As maneiras eram cordiais e davam pouca recepção a sentimentos revolucionários. Beethoven escrevia em 2 de agosto de 1794: "É minha crença que enquanto os austríacos tiverem sua cerveja escura e suas salsichas não se revoltarão."[13]

Um vienense típico preferia ser entretido do que reformado. Ele prontamente gastava seus *kreuzers* ou *groschen* (vinténs) em simples divertimentos, tais como ver Niklos Roger, o "espanhol incombustível", que alegava ser imune ao fogo.[14] Se ele pudesse despender um pouco mais ele talvez jogasse bilhar ou boliche. Cafés abundavam em Viena e seus arredores — assim chamados por causa do café que na época rivalizava com a cerveja como a bebida favorita. Estes eram os clubes dos pobres; os vienenses de um *status* superior iam para os *Bierhallen*, (cervejarias), que tinham jardins e belos aposentos; os ricos podiam perder seu dinheiro em salas de jogos ou ir a um baile de máscaras — talvez na Redoutensaal, onde centenas de pares podiam dançar ao mesmo tempo. Mesmo antes do dias de Johann Strauss (1804-49) os homens e as mulheres de Viena viviam para dançar. O restrito e majestoso minueto estava cedendo lugar à valsa; naquele tempo, com esta dança, o homem podia gozar do contacto elétrico com sua separada metade e levá-la aos rodopios excitantes que haviam dado à dança seu nome. A igreja protestou, e perdoou.

V. AS ARTES

O teatro florescia em Viena em todas as categorias, desde pequenas peças de dois vinténs em palcos improvisados até os dramas clássicos em ambiente e decoração suntuosa. A mais antiga casa de teatro regular era o Kärntnerthor, que havia sido construída pela municipalidade em 1708; nela o ator-escritor Joseph Anton Stranitsky (morto em 1726), elaborando sobre o tipo italiano do *arlecchino* (arlequim), criou e desenvolveu o caráter de Hanswurst, ou João Salsichão, o hilariante bufão no qual os alemães do norte e do sul satirizavam seus próprios e bem amados absurdos. Em 1776 José II patrocinou e financiou o Burgtheater, cuja fachada clássica prometia as melhores peças antigas e modernas. O mais suntuoso de todos era o Theater-ander-Wien (sobre O rio Wien), construído em 1793 por Johann Emanuel Schikaneder, que escreveu o libreto — e desempenhou o papel de Papageno — na ópera de Mozart *A Flauta Mágica* (1791). Ele equipou seu teatro com toda a espécie de artifícios mecânicos para mudança de cenários conhecidos na ocasião; maravilhava suas audiências com espetáculos dramáticos que sobrepujavam a realidade; e conquistou para sua casa de espetáculos a distinção de apresentar a estréia do *Fidelio* de Beethoven.

Apenas uma arte então rivalizava com o drama em Viena. Não era a arquitetura, pois a Áustria havia acabado por volta de 1789 sua época dourada do barroco. Não era a literatura, pois a Igreja pesava por demais nas asas dos gênios, e a idade de Grillparzer (1791-1872) ainda não havia chegado. Em Viena Mme. de Staël relatava, "o povo lê pouco";[15] e em algumas cidades naquela época um jornal diário supria as necessidades

literárias; e ambos o *Wiener Zeitung* e o *Wiener Zeitschrift* eram excelentes.

Naturalmente a arte suprema de Viena era a música. Na Áustria e na Alemanha — como cabia a um povo que amava a casa como a fonte e a cidadela da civilização — a música era mais uma arte doméstica e de amadores do que uma exibição pública por profissionais. Quase todas as famílias educadas tinham instrumentos musicais, e algumas podiam oferecer um quarteto. De vez em quando era organizado um concerto para assinantes que pagavam com antecedência, mas concertos abertos ao público em geral, mediante pagamento de uma entrada, eram raros. Mesmo assim, Viena estava apinhada de músicos, fazendo morrer de fome uns aos outros por seu número.

Como sobreviviam eles? A maior parte aceitando convites para exibições em casas particulares, ou dedicando suas composições — com ou sem um pagamento previamente arranjado — a ricos nobres, clérigos ou homens de negócios. O amor, a prática e o patrocínio da música tinham sido uma tradição dos governantes Habsburgos há dois séculos; eles foram ativamente continuados nesse período por José II, Leopoldo II e o filho mais moço de Leopoldo, o arquiduque Rodolfo (1788-1831), que foi ao mesmo tempo aluno e patrocinador de Beethoven. A família Esterházy produziu uma sucessão de gerações apoiando a música; já vimos o príncipe Miklós József Esterházy (1714-90) conservando Haydn por 30 anos como maestro da orquestra mantida no Schloss Esterházy, a "Versalhes da Hungria". Seu neto, o príncipe Miklós Nicolaus Esterházy (1765-1833), contratou Beethoven para compor música para a orquestra da família. O príncipe Karl Lichnowsky (1753-1814) tornou-se íntimo amigo e patrocinador de Beethoven, e por algum tempo alojou-o em seu palácio. O príncipe Jose Franz Lobkowitz, de uma velha família boêmia, compartilhou com o arquiduque Rodolfo e o conde Kinsky a honra de subsidiar Beethoven até sua morte. A estes devemos acrescentar o barão Gottfried van Swieten (1734-1803), que ajudou os músicos não tanto com dinheiro mas com sua energia e habilidade em conseguir-lhes contratos e patrocinadores; ele abriu Londres a Haydn e recebeu a dedicatória da Primeira Sinfonia de Beethoven; e fundou em Viena a Musikalische Gesellschaft — 25 nobres comprometeram-se a ajudar a fazer desaparecer os vazios entre compositores, editores de música e audiências. Foi em parte devido a tais homens que o mais desagradável compositor da história sobreviveu para fazer dele próprio o indisputado mestre da música do século XIX.

CAPÍTULO XXVIII

Beethoven

1770-1827

I. JUVENTUDE EM BONN: 1770-92

BEETHOVEN nasceu em 16 de dezembro de 1770. Bonn era a sede do príncipe-arcebispo-eleitor de Colônia, um daqueles principados da Renânia que, antes de Napoleão os "secularizar", eram governados por arcebispos católicos, insinuantemente seculares, e inclinados a apoiar artistas que se comportavam bem. Uma considerável parte das 9.560 almas de Bonn dependiam do eleitor. O avô de Beethoven era baixo-cantante no coro do eleitor; seu pai Johann van Beethoven era ali tenor. A família, de origem holandesa, tinha vindo de uma pequena vila próxima a Louvain. E a preposição holandesa *van* indicava o lugar de origem e não, como o alemão *von* ou o francês *de*, título de nobreza e de propriedade. O avô e o pai eram inclinados a exceder-se na bebida e algo disso passou para o compositor.

No ano de 1767 Johann van Beethoven casou-se com uma jovem viúva, Maria Magdalena Keverich Laym, filha de um cozinheiro em Ehrensbreitstein. Ela veio a ser uma mãe muito amada por seu famoso filho, devido a seu doce coração e suaves maneiras. Deu a seu esposo sete filhos, quatro dos quais morreram na infância. Os sobreviventes foram os irmãos Ludwig, Caspar Karl (1774-1815), e Nikolaus Johann (1776-1848).

O salário do pai, de 300 florins como "tenorista da corte eleitoral" era aparentemente sua única renda. A família vivia num quarteirão pobre de Bonn, e o ambiente e as associações do jovem Beethoven não eram de molde a fazê-lo um gentil-homem; ele permaneceu um rebelde de casca dura até o fim. Esperando melhorar a renda familiar, desenvolvendo seu filho como uma criança prodígio, o pai de Beethoven induziu ou compeliu o menino de quatro anos a praticar no cravo ou no violino muitas horas por dia, eventualmente até de noite. Aparentemente o rapaz não tinha uma inclinação espontânea pela música,[1] e (de acordo com diversas testemunhas) tinha que ser convencido por uma severa disciplina que algumas vezes trazia-lhe lágrimas aos olhos. A tortura teve sucesso, e o rapaz veio a amar a arte que lhe havia custado tantas dolorosas horas. Com a idade de oito anos, em companhia de outro aluno, ele foi exibido num concerto público, em 26 de março de 1778, cujos resultados financeiros não foram registrados. De qualquer forma o concerto encorajou o pai a contratar professores que conduzissem Ludwig às mais altas sutilezas da música.

Além disso ele recebeu muito pouca educação formal. Consta que freqüentou uma escola onde adquiriu o latim suficiente para temperar algumas de suas cartas com bem humoradas invenções latinas. Aprendeu bastante francês (que era o esperanto daquela

época) para escrevê-lo inteligivelmente. Nunca aprendeu a soletrar corretamente em nenhuma língua, e raramente incomodava-se com a pontuação. Mas leu alguns bons livros, que variavam desde as novelas de Scott até a poesia persa, e copiou em seus livros de notas migalhas de sabedoria de suas leituras. Seu único esporte eram seus dedos; amava improvisar e nessa atividade apenas Abt Vogler podia-se comparar com ele.

Em 1784 o filho mais moço de Maria Teresa, Maximiliano Francisco, foi nomeado eleitor de Colônia e estabeleceu residência em Bonn. Ele era um homem bondoso, entusiasta da comida e da música; tornou-se o "homem mais gordo da Europa",[2] mas reuniu uma orquestra de 31 peças. Beethoven, com a idade de 14 anos, tocava a viola naquele conjunto, e foi também indicado como "organista substituto da corte" com um salário de 150 *gulden* (750 dólares?), por ano.[3] Um relatório ao eleitor em 1785, descreve-o como de boa capacidade,... de um comportamento bom e sossegado, e pobre".[4]

A despeito de algumas provas de aventuras sexuais, um exame post-mortem de Beethoven revela várias desordens internas que o *Dicionário de Música e Músicos, de Grove*, descreve como "mais provavelmente o resultado de afecções sifilíticas em um período inicial de sua vida". Thayer, biógrafo por excelência de Beethoven, coloca o assunto polidamente: "Beethoven não havia escapado às penalidades comuns de transgressão das leis da estrita pureza."[5] O assunto ainda hoje é debatido. O bom comportamento e a crescente competência do jovem levou-o a receber do eleitor (1787) permissão e fundos para uma viagem a Viena, a fim de instruir-se em composição musical. Tão logo ele chegou foi recebido por Mozart, que ouviu-o tocar e elogiou-o com desapontante moderação, aparentemente pensando que a peça que ele tocara havia sido longamente ensaiada. Suspeitando desse pensamento, Beethoven pediu a Mozart que lhe desse, no piano, um tema para variações. Mozart ficou assombrado com a fertilidade de invenção e segurança do toque do jovem e disse a seus amigos: "Ficai com os olhos nele, algum dia ele dará ao mundo algo para se falar";[6] mas esta história tem um ar por demais familiar. Mozart parece ter dado ao jovem algumas lições, mas a morte do pai de Mozart, Leopold (28 de maio de 1787), e as notícias que a mãe de Beethoven estava agonizante, cortaram este relacionamento. Ludwig apressou-se a voltar para Bonn e estava na cabeceira do leito de sua mãe quando ela morreu (17 de julho).

O pai, cuja voz de tenor há muito tempo decaíra, escreveu ao eleitor, descrevendo sua extrema pobreza e pedindo-lhe ajuda. Nenhuma resposta existe registrada, mas um outro cantor no coro veio em seu socorro. Em 1788 o próprio Ludwig aumentou a renda da família dando lições de piano a Eleonore von Breuning e a seu irmão Lorenz. A mãe deles, viúva, culta e rica, recebeu o jovem professor no mesmo pé de igualdade de seus filhos e as amizades que assim se formaram ajudaram de certa forma a aparar as arestas vivas do caráter de Beethoven.

De ajuda foi também a bondade do conde Ferdinand von Waldstein (1762-1823), que era ele próprio um bom músico, e amigo íntimo do eleitor. Tendo conhecimento da pobreza de Beethoven, ele mandava-lhe ocasionalmente presentes de dinheiro, dando a entender que provinham do eleitor. Beethoven mais tarde dedicou a ele a sonata para piano Opus 53, em dó Maior, que leva seu nome.

Ludwig precisava agora de mais ajuda do que nunca, pois seu desalentado pai havia-se rendido ao álcool, e tinha com dificuldade sido salvo da prisão como perturbador

da ordem pública. Em 1789 Beethoven, que ainda não tinha 19 anos, tomou a si a responsabilidade de seus irmãos mais jovens e tornou-se o chefe legal da família. Um decreto do eleitor (20 de novembro), determinava que os serviços de Johann van Beethoven fossem dispensados e que a metade de seu salário anual de 200 *reichstalers* deveria ser-lhe paga e a outra metade a seu filho mais velho. Beethoven continuou a ganhar uma pequena soma como principal pianista e segundo organista da orquestra do eleitor.

Em 1790, inflamado com um triunfo em Londres, Franz Joseph Haydn parou em Bonn em viagem para sua casa em Viena. Beethoven apresentou-lhe uma cantata que havia composto recentemente; Haydn elogiou-a. Provavelmente algo disso chegou aos ouvidos do eleitor; ele escutou favoravelmente as sugestões para permitir ao jovem que fosse para Viena estudar com Haydn, continuando a receber por alguns meses seu salário como músico na orquestra do eleitor. Provavelmente havia sido o conde von Waldstein que tinha conseguido esta dádiva para seu jovem amigo. Ele escreveu no álbum de Ludwig uma nota de adeus: "Caro Beethoven, estás viajando para Viena em cumprimento a um desejo há longo tempo acariciado. O gênio inspirador de Mozart (que havia morrido em 5 de dezembro de 1791), ainda está chorando e se lamentando da morte de seu favorito... Trabalha arduamente e recebe o espírito de Mozart das mãos de Haydn. Teu verdadeiro amigo Waldstein."

Beethoven deixou Bonn, pai, família e amigos por volta de 1º de novembro de 1792. Pouco tempo após as tropas revolucionárias francesas ocuparam Bonn e o eleitor fugiu para Mainz. Beethoven jamais viu de novo Bonn.

II. PROGRESSO E TRAGÉDIA: 1792-1802

Chegado a Viena, ele encontrou a cidade fervilhante de músicos competindo por patrocinadores, audiências e editores, olhando de soslaio para cada novo recém-chegado e não encontrando nenhuma beleza no jovem que chegava de Bonn. Ele era baixo, troncudo, de tez escura (Anton Esterházy chamava-o "o mouro"), com marcas de varíola, os dentes superiores ultrapassando os inferiores, o nariz largo e achatado, os olhos profundos e desafiadores, uma cabeça "que parecia uma bala", usando uma peruca e a preposição *van*. Ele não era destinado à popularidade, quer com o público, quer com seus competidores, mas raramente se encontrava sem um amigo que o socorresse.

Em breve chegaram notícias de que seu pai havia morrido (18 de dezembro de 1792). Tendo se verificado algumas dificuldades acerca da participação de Beethoven na pequena anuidade de seu pai, ele solicitou ao eleitor que ela fosse mantida; o eleitor respondeu duplicando-a e ajuntando: "Ele além disso deverá receber três medidas de grão (trigo)... para a educação de seus irmãos" (Karl e Johann, que se haviam mudado para Viena).[7] Beethoven, agradecido, tomou alguma boas resoluções. Num álbum de um amigo em 22 de maio de 1793, escreveu usando as palavras de Schiller no *Don Carlos:* "Eu não estou mal — meu defeito é ter o sangue quente — meu crime é ser jovem... Embora emoções que selvagemente afloram possam trair o meu coração, apesar disso o meu coração é bom." Ele resolveu-se a "fazer o bem onde fosse possível, a amar a liberdade acima de tudo, a nunca negar a verdade, mesmo perante o trono".[8]

Mantinha suas despesas num estóico mínimo: em dezembro de 1792, 14 florins (35

dólares?) para aluguel; 6 florins para o aluguel de um piano; "para comer, de cada vez, 12 kreuzer" (seis centavos); "refeições com vinho, 6 1/2 florins" (16,25 dólares??). Um outro memorando lista "Haidn" como custando-lhe várias vezes dois *groschen* (alguns centavos); aparentemente Haydn estava cobrando pouco por suas lições. Durante algum tempo o estudante aceitou as correções com humildade. Mas à medida que as lições continuavam, Haydn considerava impossível aceitar os desvios registrados por Beethoven das regras ortodoxas de composição. Pelo fim de 1793, Beethoven abandonou seu envelhecido mestre e ia três vezes por semana estudar contraponto com um homem mais famoso como professor do que como compositor: Johann George Albrechtsberger. Ao mesmo tempo, três vezes por semana, ele estudava violino com Ignaz Schuppanzigh. Em 1795, tendo aprendido tudo que ele julgava necessário de Albrechtsberger, ele apelou a Antônio Salieri, então diretor da Ópera de Viena, para instruí-lo na composição para a voz. Salieri nada cobrava para alunos pobres; Beethoven apresentou-se como tal e foi aceito. Todos os quatro professores acima acharam-no um aluno difícil, cheio de idéias próprias, e ressentindo o formalismo da teoria musical que lhe era apresentada. Podemos imaginar os tremores que induziam no "papa Haydn" (que viveu até 1809) as irregularidades e sonoridades das composições de Beethoven.

A despeito de — possivelmente por causa de — seus desvios dos caminhos já muito trilhados, as execuções de Beethoven conquistaram-lhe, por volta de 1794, uma reputação como o mais interessante pianista de Viena. O piano havia ganho sua batalha com o cravo; Johann Christian Bach em 1768 havia começado a execução de solos de piano na Inglaterra; Mozart adotou-o, Haydn seguiu-lhe o exemplo em 1780, Muzio Clementi estava compondo concertos definitivamente escritos para o piano e sua nova flexibilidade entre o piano e o forte, entre o staccato e o sostenuto. Beethoven fez amplo uso das potencialidades do piano e de suas próprias, especialmente em suas improvisações, onde nenhuma anotação impressa limitava seu estilo. Ferdinand Ries, aluno tanto de Beethoven como de Haydn, mais tarde declarava: "Jamais ouvi nenhum artista chegar de forma alguma próximo das alturas que Beethoven atingira neste ramo da execução musical. A riqueza de idéias que se apresentavam a ele, os caprichos aos quais ele se rendia, a variedade do tratamento, as dificuldades, eram inexauríveis."[9]

Foi como um pianista que os patronos da música primeiro o apreciaram. Num concerto à noite na residência do barão Van Swieten, depois do programa haver sido completado, o anfitrião (relata o biógrafo Schindler) "deteve Beethoven e persuadiu-o a acrescentar algumas fugas de Bach como um presente da noite".[10] O príncipe Karl Lichnowsky — que era o principal músico amador em Viena — de tal maneira gostava de Beethoven que regularmente o contratava para seus serões musicais às sextas-feiras, e durante algum tempo teve-o como hóspede em sua casa. Beethoven, no entanto, não podia ajustar-se aos horários de refeições do príncipe, e preferia um hotel próximo. O mais entusiástico dos patronos titulados do compositor foi o príncipe Lobkowitz, um excelente violinista, que gastava quase todas as suas rendas em músicas ou com os músicos; durante anos ele ajudou Beethoven, a despeito de disputas, e aceitava de bom grado a insistência de Beethoven em ser tratado como socialmente igual. As senhoras desses prestimosos nobres apreciavam sua orgulhosa independência, tomavam lições e repreensões dele, e permitiam que o pobre solteirão lhes fizesse a corte em cartas.[11] Elas e seus senhores aceitavam suas dedicatórias e recompensavam-no moderadamente.

Até então sua fama era unicamente como pianista, e como tal ela alcançou Praga e Berlim, que ele visitou como virtuose em 1796. Entrementes ele compunha. Em 21 de outubro de 1795 publicou, como seu Opus I, *Três Grandes Trios*, acerca dos quais Johann Cramer, após executá-los, anunciava: "Este é o homem que vem consolar-nos pela perda de Mozart."[12] Estimulado por um tal elogio, Beethoven escreveu em seu livro de notas: "Coragem! A despeito de todas as fraquezas do corpo, meu espírito irá dominar... Este ano irá determinar o homem completo. Nada permanecerá sem ser feito."[13]

Em 1797 Napoleão, sem ser visto, apareceu pela primeira vez na vida de Beethoven. O jovem general, tendo expulsado os austríacos da Lombardia, havia conduzido seu exército por sobre os Alpes e aproximava-se de Viena. A surpresa capital improvisava defesas tanto quanto podia com canhões e hinos; foi então que Haydn escreveu o hino nacional da Áustria — "Gott erhalte Franz den kaiser, unsern guten kaiser Franz"; e Beethoven escreveu a música para outro canto de guerra — "Ein grosses deutsches Volk sind wir" (Um grande povo alemão somos nós). Essas inspiradas composições mais tarde equivaleriam a muitos regimentos, mas elas não comoveram Napoleão, que impôs uma paz humilhante.

Um ano mais tarde o general Bernadotte veio a Viena como novo embaixador francês e chocou os cidadãos hasteando de seu balcão a bandeira tricolor da Revolução Francesa. Beethoven, que havia expressado francamente idéias republicanas, declarou de público sua admiração por Bonaparte, e foi muitas vezes visto nas recepções do embaixador.[14] Aparentemente foi Bernadotte que sugeriu a Beethoven a idéia de uma composição em honra de Napoleão.[15]

Procurando explorar serviços mais próximos, Ludwig em 1799 dedicou seu Opus 13, "Grande Sonata Patética", ao príncipe Lichnowsky, em gratidão pelos favores recebidos ou que esperava receber. O príncipe respondeu (1800) colocando 600 *gulden* à disposição de Beethoven "até que eu obtenha uma nomeação conveniente".[16] Esta sonata começava com simplicidade, como se numa humilde filiação a Mozart; depois prosseguia numa difícil complicação, que mais tarde pareceria simples ao lado da quase agressiva complexidade e potência das sonatas Hammerklavier ou da "Apassionata". Da mesma forma fáceis para os olhos e para as mãos eram a Primeira Sinfonia (1800) e a "Sonata ao Luar" em dó menor (1801). Beethoven não deu a esta última seu famoso nome, mas chamou-a "Sonata quase fantasia". Aparentemente ele não tinha tido a intenção de fazer uma canção de amor. É verdade que ele a dedicou à condessa Giulia Guicciardi, que estava entre as muitas intocáveis deusas de seus sonhos, mas tinha sido escrita para outra ocasião, inteiramente sem relacionamento com essa divindade.[17]

Ao ano de 1802 pertence um dos mais estranhos e mais comoventes documentos da história da música. Trata-se do secreto "Testamento de Heiligenstadt" — que não seria visto por outros olhos até que foi encontrado nos papéis de Beethoven após sua morte — o qual é inteligível apenas mediante uma franca confrontação com seu caráter. Tinha havido muitas agradáveis qualidades no caráter de Beethoven em sua juventude, uma leveza de espírito, um fundo de humor, uma devoção aos estudos, uma disposição para ajudar; e muitos de seus amigos de Bonn, seu professor Christian Gottlob Neefe, sua aluna Eleonore von Breuning, seu patrono o conde von Waldstein, permaneceram devotados a ele a despeito de sua crescente amargura contra a vida. Em Viena, no entanto, ele abandonou um amigo após o outro até que ficou inteiramente sozinho. Quando

souberam que ele estava morrendo os amigos voltaram a ele e fizeram o que podiam para aliviar suas dores.

O ambiente dos primeiros anos de sua vida marcou-o para sempre; ele jamais pôde esquecer e nunca perdoou a trabalhosa e ansiosa pobreza, ou a humilhação de ver seu pai render-se ao fracasso e à bebida. Ele próprio, à medida que os anos o amarguravam, cedia mais e mais à amnésia do vinho.[18] Em Viena sua estatura (1,62 metros) convidava a piadas, e seu rosto em nada ajudava. Seu cabelo era grosso, despenteado, eriçado; sua barba pesada espalhava-se até seus olhos profundos, e às vezes ele deixava que ela crescesse mais de um centímetro antes de barbear-se.[19] "Oh meu Deus!" exclamava ele em 1819, "que desgraça é para uma pessoa ter um rosto tão fatídico como o meu!"[20]

Essas desvantagens físicas eram provavelmente um incentivo para suas realizações, mas, após os primeiros poucos anos em Viena, elas não o animavam para caprichar em seu modo de vestir, em seu corpo, em seus aposentos e em suas maneiras. "Eu sou um camarada sujo", escrevia ele (22 de abril de 1801); "talvez o único toque de gênio que eu possuo é que as minhas coisas nem sempre estão em muito boa ordem." Ganhava o suficiente para ter criados mas em breve brigava com eles, e raramente os mantinha longo tempo. Era brusco com seus inferiores; com aqueles de alto nascimento era às vezes obsequioso, muitas vezes orgulhoso, até arrogante. Era impiedoso na avaliação de seus rivais e estes o recompensavam com sua antipatia quase unânime. Era severo com seus alunos, mas ensinava alguns deles sem cobrar.[21]

Era um misantropo, julgando todos os homens basicamente mesquinhos, mas carinhosamente perdoando seu difícil sobrinho Karl, e amando cada uma de suas belas discípulas. Deu à natureza a afeição inquestionável que ele não pôde oferecer à humanidade. Freqüentemente caía em hábitos melancólicos, mas também da mesma forma freqüentemente tinha ataques de ruidosa alegria, com ou sem vinho. Tinha um senso de humor muitas vezes sem consideração (por exemplo as Cart 14, 22, 25, 30[22]), fazia trocadilhos em todas as oportunidades e inventava às vezes apelidos ofensivos para seus amigos. Podia rir-se mais facilmente do que podia sorrir.

Tentou, durante vários atribulados anos, esconder do mundo a aflição que lhe amargava a vida. Numa carta de 29 de junho de 1801, revelou-a a um amigo de sua juventude, Franz Wegeler:

> Durante os últimos três anos a minha audição está se tornando cada vez mais fraca Essa dificuldade é supostamente causada pela condição de meu abdômen, o qual já estava arruinado mesmo antes de eu deixar Bonn, mas tornou-se pior em Viena, onde eu tenho sido constantemente atacado de diarréia, e tenho sofrido constantemente em conseqüência de uma extraordinária falta de ânimo... Esta era minha condição até o outono do ano passado e às vezes eu meu desesperava...
>
> Devo confessar-te que levo uma vida desgraçada. Por quase dois anos eu deixei de comparecer a quaisquer reuniões sociais, exatamente porque acho impossível dizer às pessoas: sou surdo. Se eu tivesse qualquer uma outra profissão, eu poderia conviver com a enfermidade; mas na minha profissão é uma terrível calamidade. Somente os céus sabem o que vai acontecer comigo. Eu já amaldiçoei meu Criador e minha existência... Peço-te não dizeres nada a respeito de minha condição a ninguém, nem mesmo a Lorchen (Eleonore von Breuning).

Aparentemente esperando lucrar com seus banhos sulfurosos, Beethoven passou parte

de 1802 em Heiligenstadt, uma pequena vila perto de Göttingen. Vagando pelos bosques vizinhos viu, perto dele, um pastor tocando uma flauta. Como ele não escutava nenhum som, compreendeu que agora só os mais altos sons de uma orquestra o alcançariam. Ele já havia começado a dirigir, bem como a executar e a compor; e as conseqüências dessa flauta do pastor que ele não escutava lançaram-no ao desespero. Foi para seu quarto e compôs em 6 de outubro de 1802 o que é conhecido como o "Testamento de Heiligenstadt", um testamento espiritual e uma *apologia pro vita sua* (desculpa pela sua vida). Embora o houvesse dedicado a "A meus irmãos Carl e — Beethoven", ele escondeu cuidadosamente o documento de todos os olhos, exceto dos próprios. O documento é aqui transcrito em suas linhas essenciais:

> Ó vós homens que pensais e dizeis que eu sou malevolente, teimoso ou misantropo, quanto mal vós me fazeis, vós que não sabeis a causa secreta de eu assim parecer. Desde minha criancice meu coração e minha mente eram dispostos aos gentis sentimentos da boa vontade, eu estava mesmo sempre ansioso para cumprir grandes feitos, mas refleti agora que por seis anos eu tenho sido um caso sem esperanças, agravado por médicos insensíveis,... finalmente compelido a encarar a perspectiva de uma *doença duradoura*... tendo nascido com o temperamento ardente e vivaz, mesmo suscetível às diversões da sociedade, eu cedo fui compelido a isolar-me, a viver em solidão, quando em certas ocasiões eu tentei esquecer isto tudo. Oh! quão duramente eu fui repelido pela duplamente triste experiência de meu mau ouvido, e mesmo assim era impossível dizer às pessoas que falassem mais alto, que gritassem, pois eu sou surdo. Ah! como poderia eu admitir uma enfermidade em *um sentido* que deveria ser mais perfeito em mim do que nos outros... Oh! não posso fazê-lo; perdoai-me, portanto, quando me virdes recuar nas ocasiões em que eu deveria alegremente misturar-me convosco... Que humilhação eu sentia quando uma pessoa estava ao meu lado e ouvia uma flauta à distância e *eu nada ouvia*... Tais incidentes levaram-me a beira do desespero; mais um pouco e eu teria posto um fim à minha vida — unicamente a arte foi que me impediu; ah! pareceu-me impossível deixar o mundo até que eu houvesse produzido tudo aquilo que me sinto chamado para produzir... Ó Ser Divino que olhas para o mais íntimo da minha alma, e que sabes, tu que sabes que o amor dos homens e o desejo de fazer o bem ali residem. Ó homens, quando algum dia lerdes essas palavras, refleti que me fizestes mal!... Vós, meus irmãos Carl e — tão logo eu estiver morto, se o Dr. Schmid ainda estiver vivo, pedi-lhe em meu nome para descrever meu mal e anexar este documento à história da minha doença, de forma que, tanto quanto for possível, o mundo se reconcilie comigo após minha morte. Ao mesmo tempo, declaro-vos aos dois herdeiros de minha pequena fortuna... É meu desejo que vossas vidas sejam melhores e mais livres de cuidados do que a que eu tive, recomendai a *virtude* a vossos filhos, pois apenas ela pode dar a felicidade, não o dinheiro, falo com experiência, foi a virtude que me sustentou na minha miséria, a ela além de minha arte eu devo o fato de não ter terminado minha vida como um suicida — Adeus e meu amor a vós dois — com alegria eu me apresso em direção à morte.

Na margem ele escreveu: "A ser lido e executado após a minha morte."[23]

Não era uma nota de suicídio; era ao mesmo tempo desesperada e resoluta. Beethoven propunha-se a aceitar e superar sua desgraça, e levar a outros ouvidos que não os seus toda a música que permanecia silenciosa dentro dele. Quase imediatamente — ainda em Heiligenstadt em novembro de 1802 — ele compôs sua Segunda Sinfonia, em ré, onde não há uma nota de queixa ou pesar. Apenas um ano após seu grito das profundidades ele compôs sua Terceira Sinfonia, a *Eroica*, e entrou com ela em seu segundo e mais criativo período.

III. OS ANOS HERÓICOS: 1803-09

Os eruditos musicólogos que se arrastaram por essas hesitantes páginas dividem a carreira produtiva de Beethoven em três períodos: 1792-1802: 1803-16;1817-24. No primeiro ele trabalhou diligentemente no simples e plácido estilo de Mozart e Haydn. No segundo período ele fez maiores exigências dos executantes quanto a tempo, destreza e força; explorou contrastes de humor, da ternura ao vigor; deu rédeas a sua inventividade nas variações e a sua inclinação para a improvisação, mas submeteu estas à lógica da afiliação e do desenvolvimento; mudou o sexo da sonata e da sinfonia, de um sentimento feminino e delicado a uma afirmação masculina e de vontade. Como se para sinalizar a mudança, Beethoven substituiu então o minueto do terceiro movimento por um *scherzo*, fazendo travessuras com as notas, rindo-se na face do destino. Agora ele encontrava na música uma resposta ao infortúnio: podia absorver-se na criação de música, que faria da morte de seu corpo um incidente passageiro numa vida extensa. "Quando eu estou tocando e compondo, minha aflição... incomoda-me menos."[24] Ele não mais podia ouvir suas melodias com seus ouvidos físicos, mas podia ouvi-las com seus olhos, com a secreta habilidade de um músico de transferir sons imaginados em pontos e linhas de tinta, e depois escutá-los, sem som, partindo das páginas impressas.

Quase todos os trabalhos deste período tornaram-se clássicos, aparecendo durante sucessivas gerações nos repertórios orquestrais. A "Sonata a Kreutzer", Opus 47, composta em 1803 para o violinista George Bridgetower, foi dedicada a Rodolphe Kreutzer, professor de violino no Conservatório de Música de Paris; Beethoven o havia encontrado em Viena em 1798. Kreutzer julgou a peça estranha a seu estilo e seu modo, e parece jamais havê-la tocado publicamente.

Beethoven classificava como a melhor de suas sinfonias a *Eroica*,[25] composta em 1803-04. Todo o mundo conhece a história de sua dedicatória original a Napoleão. A despeito de seus amigos titulados, e suas judiciosas dedicatórias, Beethoven permaneceu até o fim de sua vida um resoluto republicano; e aplaudiu a tomada e reconstituição do governo francês por Bonaparte, em 1799-1800, como um movimento em direção a um governo responsável. Em 1802 no entanto, ele expressou seu pesar por Napoleão haver assinado uma concordata com a Igreja. "Agora", escreveu ele, "tudo está retornando aos velhos caminhos."[26] Quanto à dedicatória, deixemos que uma testemunha visual, Ferdinand Ries, conte a história:

> Nessa sinfonia Beethoven tinha Bonaparte em mente, porém como ele era quando Primeiro Cônsul. Beethoven estimava-o grandemente naquele tempo e o comparava aos maiores cônsules romanos. Eu, bem como vários de seus amigos mais íntimos, vimos uma cópia da partitura (da *Eroica*) deixada sobre sua mesa com a palavra "Buonaparte" no topo extremo dà página de título, e no extremo inferior "Luigi van Beethoven" porém nenhuma outra palavra... Eu fui o primeiro a comunicar-lhe que Napoleão se havia proclamado imperador; ao saber disso ele enraiveceu-se e exclamou: "Ele então não é nada mais do que um ordinário ser humano? Agora ele vai pisotear sobre todos os direitos do homem e obedecer apenas a sua ambição; ele vai exaltar-se sobre todos os outros, tornar-se um tirano." Beethoven foi à mesa, apanhou a página de título por cima, rasgou-a em dois e atirou-a no chão. A primeira página foi reescrita e somente então a sinfonia recebeu o título "Sinfonia Eroica".[27]

Quando a sinfonia foi publicada (1805) ela levava o título *Sinfonia eroica per festeggiare il sovvenira d'un gran uomo* — "Sinfonia heróica para celebrar a memória de um grande homem".[28]

Ela teve sua primeira audição pública em 7 de abril de 1805 no Theater-an-der-Wien. Beethoven regeu-a a despeito de sua dificuldade de audição. Seu estilo de reger estava de acordo com seu caráter — excitável, exigente, "o mais extravagante. Num pianíssimo ele agachava-se de maneira que ficava escondido pela estante; e então, à medida que o crescendo aumentava, ele levantava-se gradualmente batendo compasso todo o tempo, até que no fortíssimo ele pulava no ar, com seus braços abertos como se desejasse flutuar nas nuvens."[29] A sinfonia foi criticada por suas "estranhas modulações e violentas transições,... indesejável originalidade", e excessiva duração; os críticos recomendaram a Beethoven que voltasse a seu estilo primitivo e mais simples.[30] Beethoven franziu os sobrolhos, resmungou e continuou a trabalhar.

Dando outra oportunidade à fortuna, ele tentou a ópera; em 20 de novembro de 1805, regeu a estréia de *Leonore*. Mas as tropas de Napoleão haviam ocupado Viena a 13 de novembro; o imperador Francisco e os principais nobres haviam fugido; os cidadãos não estavam dispostos a ópera; o espetáculo foi um ressoante fracasso, a despeito do aplauso dos oficiais franceses na escassa audiência. Disseram a Beethoven que sua ópera era longa demais e confusamente arranjada. Ele encurtou-a e reviu-a, e ofereceu-a uma segunda vez em 29 de março de 1806; de novo ela falhou. Oito anos mais tarde, quando a cidade vibrava com o Congresso de Viena, a ópera, rebatizada *Fidelio*, teve uma terceira tentativa e conseguiu um moderado sucesso. O modo de composição de Beethoven haviase habituado aos instrumentos de maior amplitude e flexibilidade do que a voz humana; os cantores, embora ansiosos por quebrarem novas barreiras, simplesmente não podiam cantar algumas passagens por demais altas, e no final se rebelaram. A ópera é ocasionalmente levada à cena hoje em dia, carregada nas asas da fama do compositor, e com revisões que ele não pôde mais rever.

Desta difícil e incompensada experiência ele passou a uma obra-prima após a outra. Em 1805 ele apresentou o Concerto para Piano em sol, Nº 4, Opus 58, que perde apenas para o quinto na admiração dos virtuosos. Celebrou o ano de 1806 com a Sonata em fá menor, Opus 57, mais tarde batizada "Apassionata", e ajuntou três quartetos, Opus 59, dedicados ao conde Andreas Razumovsky, embaixador russo em Viena. Em março de 1807 os amigos de Beethoven, provavelmente para consolá-lo pelo fracasso de sua ópera, organizaram um concerto beneficente em favor dele; neste ele regeu as sinfonias Número Um, Dois e Três (a *Eroica)*, e sua nova sinfonia Número Quatro, em si bemol, Opus 60. Não se sabe como a audiência se comportou com essa sobrecarga.

Em 1806 o príncipe Miklós Nicolaus Esterházy comissionou Beethoven para compor uma missa para o dia do santo do nome de sua esposa. Beethoven foi para o castelo Esterházy em Eisenstadt na Hungria, e ali apresentou sua Missa em dó, Opus 86, em 13 de setembro de 1807. Depois da apresentação, o príncipe perguntou: "Mas, meu caro Beethoven, o que é isso que você fez de novo?" Beethoven interpretou a pergunta como expressando insatisfação e deixou o castelo antes do término do convite.

Ele assinalou o ano de 1808 com duas Sinfonias agora conhecidas por todo o mundo: a sinfonia Nº 5 em dó menor, e a Sexta ou *Sinfonia Pastoral* em fá. Parecem ter sido compostas ao mesmo tempo durante diversos anos, em alternativas de disposição, entre

a tristeza da Quinta e a alegria da Sexta; apropriadamente elas tiveram sua estréia juntas em 22 de dezembro de 1808. Repetições freqüentes diminuíram seu encanto mesmo para os velhos amantes da música. Nós não mais nos comovemos com "o destino batendo à porta", ou os pássaros chilreando nas árvores; mas talvez o desmaio de nosso encanto seja devido à falta de educação musical, que poderia ter-nos equipado para seguir com apreciação e prazer a lógica dos contrastes temáticos e desenvolvimentos, a cooperação do contraponto, a alegre rivalidade dos diferentes instrumentos, o diálogo das madeiras e das cordas, o humor de cada movimento, a estrutura e a direção do conjunto. As mentalidades são moldadas diferentemente — algumas para os sentimentos, outras para as idéias; deve ter sido tão duro para Hegel compreender Beethoven como para Beethoven — ou qualquer outra pessoa — compreender Hegel.

Em 1808-09 ele compôs o concerto para piano Nº 5 em mi bemol, Opus 73, conhecido como "O Imperador". De todos os seus trabalhos este é o mais amável, o mais duradouramente belo, aquele do qual nós nunca nos cansamos; por mais que o tenhamos ouvido nós ficamos emocionados além de palavras por sua esfuziante vivacidade, sua alegre inventividade, suas inexauríveis fontes de sentimento e de delícia. Neste concerto um homem emergindo triunfantemente de um aparente desastre escreveu uma ode de alegria muito mais convincente do que os estentóricos coros da Nona Sinfonia.

Talvez a felicidade do "Concerto Imperador" e da *Sinfonia Pastoral* refletissem a crescente prosperidade de Beethoven. Em 1804 ele havia sido contratado como professor de piano pelo arquiduque Rudolf, filho mais jovem do imperador Francisco; assim começou uma amizade que muitas vezes ajudou o crescentemente discreto republicano. Em 1808 ele recebeu uma lisonjeira oferta de Jerônimo Bonaparte, rei da Westphalia, para ali servir como *Kapellmeister* no coro real e orquestra de Cassel. Beethoven concordou em exercer o posto com um salário de 600 ducados de ouro por ano; aparentemente ele ainda tinha alguma fé em seus ouvidos que morriam. Quando espalhou-se a notícia que ele estava negociando com Cassel, seus amigos protestaram contra o que eles chamavam de deslealdade com Viena; ele respondeu que havia trabalhado por 16 anos sem conseguir uma posição segura. Em 26 de fevereiro de 1809 o arquiduque mandou-lhe um contrato formal pelo qual, em retorno pela permanência de Beethoven em Viena, ser-lhe-ia garantido uma soma de 4.000 florins, dos quais Rudolf pagaria 1.500, o príncipe Lobkowitz 700 e o conde Kinsky 1.800; além disso Beethoven podia ficar com o que ganhasse. Ele aceitou e permaneceu. Naquele ano de 1809 faleceu o "papa" Haydn e Beethoven herdou sua coroa.

IV. O AMANTE

Tendo conseguido a estabilidade econômica, ele retornou a sua busca de uma vida inteira por uma esposa. Ele era um homem ardentemente sexual. Presumivelmente ele encontrava uma variedade de soluções,[31] mas tinha há muito tempo sentido a necessidade de uma companheira permanente. Em Bonn, de acordo com seu amigo Wegeler, ele estava "sempre amando". Em 1801 ele mencionou a Wegeler uma "doce e querida moça que me ama e a quem eu amo". Supõe-se geralmente que esta tenha sido sua aluna de 17 anos de idade, a condessa Giulia Guicciardi; ela, no entanto, casou-se com o conde Gallenberg. Em 1805 Beethoven centralizou suas esperanças na viúva con-

dessa Josephine von Deym, a quem ele enviou uma apaixonada declaração:

> Prometo-vos solenemente nesta carta que, em breve tempo, eu me apresentarei parante vós mais digno de mim mesmo e de vós — oh! se vós apenas désseis algum valor a isso — quero dizer basear minha felicidade em vosso amor... Ó amada Josephine! não é o desejo pelo outro sexo que me leva a aproximar-me de vós, *sois apenas vós*, todo o vosso ser, com todas as vossas qualidades individuais — foi isto que atraiu a minha vista — isto que conquistou todos os meus sentimentos — toda a minha capacidade emocional — para vós... Vós me dais a esperança de que vosso *coração* por longo tempo baterá por mim — o meu pode apenas — cessar — de bater por vós — quando — ele não mais bater.[32]

Aparentemente essa senhora voltou-se para outras perspectivas. Dois anos mais tarde Beethoven ainda estava apelando para ser admitido em sua presença; ela não respondia.

Em março de 1807 ele prestou tão devotas atenções a Mme. Marie Bigot, que seu marido protestou. Beethoven mandou uma carta a "Cara Maria, caro Bigot", uma carta de desculpas declarando: "É um dos meus mais importantes princípios nunca ter nenhuma outra relação com a esposa de um outro homem do que aquela de amizade."[33]

Em 14 de março de 1809, esperando estar em Friburgo, ele escreveu ao barão von Gleichenstein:

> Agora podeis ajudar-me a procurar uma esposa. Na verdade, vós podeis encontrar alguma bela moça em F —, que pudesse talvez de vez em quando conceder um suspiro às minhas harmonias... Se encontrardes uma, por favor, estabelecei a conexão por adiantamento. — Mas ela deve ser bela, pois para mim é impossível amar qualquer coisa que não seja belo — ou de outra forma eu teria que amar a mim mesmo.[34]

Mas isso era presumivelmente uma das brincadeiras de Beethoven.

Mais sério foi seu caso com Therese Malfatti. Ela era uma de suas alunas, filha de um importante médico. Uma carta para ela de 8 de maio de 1810 tem o ar de um cortejador aceito. Em 2 de maio Beethoven enviara um pedido urgente a Wegeler, que então se encontrava em Coblenz, para ir a Bonn, localizar e mandar-lhe o certificado batismal do compositor, pois "disseram que eu era mais velho do que sou". Wegeler assim o fez. Beethoven não acusou o recebimento, e em julho Stephan von Breuning escreveu a Wegeler: "Eu creio que seu projeto de casamento não deu certo, e por este motivo ele não mais sente o ardente desejo de agradecer-vos por vosso incômodo." Até o seu quadragésimo ano ele insistia em que havia nascido em 1772; o certificado de batismo dá como ano de seu nascimento 1770.

Após sua morte três cartas foram encontradas em uma gaveta fechada, que estão entre as mais ternas e ardentes cartas de amor da história. Elas nunca foram enviadas. Como não têm nenhum nome, nenhum ano e nenhum endereço, elas permanecem um mistério e em torno delas produziu-se uma lenda literária. A primeira carta, datada "6 de julho pela manhã", fala de uma apressada viagem de três dias de Beethoven, de Viena ao encontro de uma mulher em um lugar não designado na Hungria. Algumas frases:

> Meu anjo, meu tudo, meu próprio ser... Nosso amor não pode durar exceto por meio de sacrifícios — exceto não demandando tudo — não podes mudar aquela parte de ti que não é inteiramente minha e eu não sou inteiramente teu. Ó por Deus! Olha

> as belezas da natureza e conforta-te com aquilo que deve ser — o amor demanda tudo... Nós em breve nos veremos um ao outro... Meu coração está cheio de muitas coisas para dizer-te. — Ah! há momentos em que eu sinto que a palavra nada é afinal de contas — anima-te — permanece fiel a mim, meu único tesouro, meu tudo, como eu sou teu...
>
> Fielmente teu
> Ludwig

A segunda carta, muito mais breve, é datada "Noite, Segunda-feira, 6 de julho", e termina dizendo: "Oh meu Deus! tão perto e tão longe! Nosso amor não é verdadeiramente um edifício celestial — firme como a abóbada celeste." A terceira carta:

> Bom dia, a 7 de julho
>
> Embora ainda na cama meus pensamentos vão para ti, *Meine unsterbliche Geliebte* (minha imortal amada), agora e sempre alegremente, às vezes tristemente, esperando saber se o destino vai ou não ouvir-nos. Eu só posso viver inteiramente contigo ou de nenhuma outra forma — se eu estou resolvido a vagar por tanto tempo longe de ti até que eu possa voar para teus braços e dizer que eu estou realmente em casa, enviar-te minha alma enrolada em ti para o país dos espíritos... Oh Deus! por que é necessário separar-se de alguém que se ama tanto e no entanto minha vida em W(ien-Viena) é agora uma vida arruinada —, teu amor faz de mim ao mesmo tempo o mais feliz e o mais infeliz dos homens — na minha idade eu necessito de uma vida firme e sossegada... Acalma-te, apenas por uma calma consideração de nossa existência nós podemos atingir o propósito de viver juntos — acalma-te — ama-me — hoje — ontem, — que saudades lacrimosas sinto de ti — minha vida — meu tudo — adeus — oh! continua a amar-me — nunca julgues mal o mais fiel coração de teu amado L.
>
> Sempre teu, sempre minha, sempre um do outro.[35]

Quem era ela? Ninguém o sabe. Os sabichões estão divididos, principalmente entre a condessa Guicciardi-Gallenberg e a condessa Therese von Brunswig; nada menos do que uma condessa poderia interessá-lo. Aparentemente a senhora era casada; se assim era, Beethoven, ao cortejá-la, estava esquecendo o excelente princípio que ele havia professado junto aos Bigots... No entanto as cartas não foram mandadas; não houve nenhum prejuízo e a música pode ter lucrado.

V. BEETHOVEN E GOETHE: 1809-12

Em 1809 a Áustria estava de novo em guerra com a França. No mês de maio balas de canhão franceses estavam caindo em Viena; a corte e a nobreza fugiram; Beethoven procurou refúgio num porão. A cidade se rendeu, os vitoriosos taxaram o povo comum com um décimo da renda anual, os mais ricos com um terço. Beethoven pagou, porém, de uma distância segura, sacudiu seu punho a um gaulês em patrulha e gritou; "Se eu, como general, soubesse tanto de estratégia quanto eu, como compositor, sei acerca do contraponto, eu daria a vocês algo que fazer!"[36]

Fora disso, o período entre 1809 e 1815 mostra Beethoven de relativo bom humor. Nesses anos ele muitas vezes visitava o lar de Franz Brentano, próspero comerciante e patrono da arte da música, o qual de vez em quando ajudava Ludwing com um empréstimo. A esposa de Franz, Antonie, por vezes estava recolhida a seu quarto, doente;

mais do que uma vez, durante tais períodos, Beethoven vinha sossegadamente, tocava o piano, e então partia sem uma palavra, tendo falado com ela em sua própria linguagem. Numa tal ocasião ele foi surpreendido, enquanto tocava, por mãos que descansavam em seus ombros. Voltando-se encontrou uma jovem mulher (então de 25 anos) bela, seus olhos brilhando com prazer ao ouvir sua música — mesmo ao ouvi-lo cantar, com sua própria música, os famosos versos de Goethe acerca da Itália, "Kennst du das Land" (Conheces o país...). Ela era Elisabeth — "Bettina" — Brentano, irmã de Franz, e de Clemens Brentano, que nós encontraremos como um famoso escritor alemão. Ela mais tarde iria escrever um número de livros de grande sucesso, apresentando biografia e ficção numa mistura hoje indeslindável. Ela é nossa única autoridade para a história acima contada e para o episódio acontecido mais tarde durante o qual, numa reunião na casa de Franz, ela ouviu Beethoven conversar não apenas profundamente, mas com uma ordem e elegância que geralmente não lhe eram atribuídas, embora às vezes aparecessem em suas cartas. Em 28 de maio de 1810 ela escreveu entusiasticamente acerca dele a Goethe, a quem ela conhecia não meramente através de relações de vizinhança com sua família em Frankfurt, mas por meio de uma visita que ela lhe fez em Weimar. Alguns trechos desta famosa carta:

> Quando eu vi a pessoa que vou mencionar-vos agora, esqueci todo o mundo... É de Beethoven que eu desejo agora falar-vos e que me fez esquecer todo o mundo e vós... Ele está muito adiante da cultura da humanidade. Será que nós jamais o alcançaremos? — Eu duvido, mas desejo que ele viva até que... o enigma que envolve sua alma esteja inteiramente desvendado,... então certamente ele colocará a chave de seu celestial conhecimento em nossas mãos...
>
> Ele próprio disse: "Quando eu abro meus olhos preciso suspirar, pois o que eu vejo é contrário a minha religião, e eu devo desprezar o mundo que não sabe que a música é uma revelação mais alta do que a filosofia e a sabedoria, o vinho que inspira alguém para novos processos geradores, e eu sou o Baco que faz este glorioso vinho para a humanidade e que a faz espiritualmente bêbada... Eu nada temo por minha música — ela não pode encontrar um mau destino. Aqueles que a compreendem serão liberados por ela de todas as misérias que os outros arrastam pela vida com eles...
>
> "A música é o mediador entre a vida intelectual e a vida sensual. Eu gostaria de conversar com Goethe acerca disso — será que ele me entenderia?... Falai a Goethe a meu respeito... Pedi-lhe para ouvir minhas sinfonias, e ele irá dizer que eu estou certo ao declarar que a música é a única entrada incorpórea para o mundo mais alto do conhecimento."

Bettina transmitiu a Goethe esses arroubos de Beethoven e acrescentou: "Alegrai-me agora com uma rápida resposta que irá mostrar a Beethoven que vós o apreciais." Goethe respondeu em 6 de junho de 1810:

> Vossa carta, bem amada criança de meu coração, chegou a mim numa ocasião feliz. Vós tivestes grandes dificuldades para descrever-me uma grande e bela natureza em suas realizações e suas aspirações... Eu não sinto desejo de contradizer o que eu compreendo de vossa apressada explosão; pelo contrário, eu preferiria no momento admitir uma concordância entre minha natureza e aquela que é reconhecível nessas muitas manifestações. A mente ordinária humana pode, talvez, encontrar contradições nela; porém perante aquilo que é dito por uma pessoa possuída por um tal demônio, um leigo ordinário deve ficar em reverência... Dai a Beethoven minha saudação do fundo

do coração e dizei-lhe que eu de boa vontade faria sacrifícios para conhecê-lo... Vós podeis persuadi-lo a fazer uma viagem a Karlsbad, onde eu vou quase todos os anos, e teria o maior prazer em escutá-lo e aprender com ele.[37]

Beethoven não pôde ir a Karlsbad, mas os dois supremos artistas de seu tempo encontraram-se em Teplitz (uma estação de águas na Boêmia) em julho de 1812. Goethe visitou o lugar onde ali se hospedou Beethoven, e deu sua primeira impressão numa carta a sua esposa: "Jamais encontrei um artista mais concentrado, enérgico e sincero. Posso bem compreender quão singular deve ser sua atitude para com o mundo."[38] De 21 a 23 de julho ele passou as noites com Beethoven, o qual, segundo ele relatou, "tocava deliciosamente". É familiar a história de como em um de seus passeios juntos,

aproximaram-se deles, com toda a corte, a imperatriz (da Áustria) e os duques. Beethoven disse: "Segurai meu braço, eles devem abrir passagem para nós, não nós para eles." Goethe era de uma opinião diferente, e a situação tornou-se penosa para ele; largou o braço de Beethoven e tomou posição ao lado, de chapéu na mão, enquanto Beethoven com os braços cruzados passou direto por entre os duques e apenas inclinou seu chapéu ligeiramente quando estes saíram para o lado para deixá-lo passar e todos o cumprimentaram agradavelmente; no outro lado ele parou e esperou por Goethe, que havia permitido que a companhia passasse por onde ele estava com a cabeça inclinada. "Bem", disse Beethoven, "eu esperei por vós porque eu vos honro e respeito como vós mereceis, mas vós haveis feito àqueles que passaram demasiada honraria."[39]

Este foi o relato de Beethoven, de acordo com Bettina, a qual acrescenta: "Depois disso Beethoven veio apressadamente para nós e contou-nos tudo." Nós não temos a versão de Goethe. Talvez devamos ser céticos também acerca da história — de modo variado e inconsistentemente relatada — que, quando Goethe expressava aborrecimento pelas interrupções em sua conversação pelos cumprimentos dos que passavam, Beethoven respondeu-lhe: "Não deixeis que isto incomode a Vossa Excelência, talvez os cumprimentos sejam dirigidos a mim."[40]

Dúbias como elas parecem, ambas as histórias harmonizam-se com as autênticas expressões com as quais os dois gênios resumiram seus encontros. A 9 de agosto Beethoven escreveu a seus editores de Leipzig, Breitkopf e Härtel: "Goethe é por demais apegado à atmosfera da corte, muito mais do que convém a um poeta." A 2 de setembro Goethe escreveu a Karl Zelter:

Travei conhecimento com Beethoven em Teplitz. Seu talento espantou-me. Infortunadamente ele tem uma personalidade inteiramente indomável, não é de todo errado em julgar a humanidade como sendo detestável, mas é alguém que não a faz mais apreciável com sua atitude quer para os outros quer para si mesmo. Ele merece muito ser desculpado, por outro lado, e deve merecer muita piedade, pois sua audição o está abandonando, o que, talvez, prejudique a parte musical de sua natureza, menos do que a parte social. Tem uma natureza lacônica, e irá tornar-se duplamente assim devido a essa deficiência.[41]

VI. AS ÚLTIMAS VITÓRIAS: 1811-24

Onde quer que ele fosse ele compunha. Em 1811 Beethoven deu a forma final ao Opus 97 em si bemol, um trio para piano, violino e violoncelo e dedicou-o ao arquiduque Rudolf — donde seu nome. É um de seus mais brilhantes, mais claros e mais lindos trabalhos, menos confuso pela profusão de sons, quase como uma estátua em sua forma orgânica. Sua última aparição como executante foi ao piano, numa apresentação deste clássico, em abril de 1814. Ele estava agora tão surdo que havia perdido o ajustamento preciso da mão e da pressão nos pedais de acordo com a intenção musical; alguns dos *fortissimi* fizeram desaparecer as cordas enquanto que alguns *pianissimi* foram inaudíveis.

Em maio de 1812, enquanto Napoleão estava reunindo meio milhão de homens para morrerem na Rússia, Beethoven publicou sua Sétima Sinfonia, a qual, menos executada, parece ter-se desgastado menos do que a Quinta ou a Sexta. Aqui aparece um sombrio canto fúnebre pela grandeza perdida, as esperanças despedaçadas e aqui também existe ternura pelos amores fanados porém queridos, e um desafio à compreensão e à paz. Como sua Marcha Fúnebre foi uma involuntária "Ouverture 1812" para o desastre de Napoleão em Moscou, da mesma forma sua estréia, em 8 de dezembro de 1813, foi contemporânea com o colapso do poderio de Napoleão na Alemanha e na Espanha. A entusiástica recepção dessa sinfonia alegrou por algum tempo o pessimista que envelhecia, que continuava a produzir obras-primas que, para ele, tinham que ser como aquelas da urna grega de Keats, "canções sem tonalidade".

A Oitava Sinfonia, escrita em outubro de 1812, executada pela primeira vez em 27 de outubro de 1814, não foi tão bem recebida; o mestre estava mais despreocupado e havia decidido ser brincalhão; ela não se coadunava bem com o espírito de uma nação observando seus destinos diariamente dependente das fortunas da guerra. Mas hoje nós podemos deliciar-nos com o alegre e jocoso *scherzando*, cuja obstinada pontuação aparentemente caricaturava uma recente invenção, o metrônomo.

Das composições de Beethoven a de mais sucesso foi "Die Schlacht von Vittoria", (A Batalha de Vittoria), estreada em Viena em 8 de dezembro de 1813, para celebrar a batalha na qual Wellington havia definitivamente destruído o poder francês na Espanha. As notícias trouxeram tardia satisfação à capital austríaca que tinha sido repetidas vezes humilhada pelo aparentemente invencível corso. Agora pela primeira vez Beethoven tornou-se de fato famoso em sua cidade de adoção. A música, segundo se sabe, dificilmente merecia ser um triunfo: *die Schlacht war schlecht* (a batalha foi ruim). Seu assunto e sucesso tornaram Beethoven popular com os dignatários que, em 1814, compareceram ao Congresso de Viena. Seu compositor perdoavelmente aproveitou a oportunidade para organizar um concerto de benefício para si mesmo; a corte imperial, resplandecente com a vitória, ofereceu-lhe para esse fim seu espaçoso Redoutensaal; Beethoven enviou convites pessoais aos notáveis do Congresso; seis mil pessoas compareceram; e Beethoven com isso teve a possibilidade de guardar uma substancial soma para usar em seu futuro e no de seu sobrinho.

Em 11 de novembro de 1815 seu irmão Karl morreu, após fazer a doação de uma pequena soma a Ludwig e apontá-lo como co-guardião, junto com a viúva, de seu filho de oito anos de idade, Karl. De 1815 até 1826 Beethoven disputou, em cartas e nas cortes,

um aceso combate com a viúva Theresia pelo controle dos movimentos de Karl, sua educação e sua alma. Theresia havia trazido ao irmão mais velho Karl um dote e uma casa, mas havia caído em adultério; confessou-o a seu marido, que a perdoou. Beethoven jamais a perdoou e considerava-a incapaz de guiar o desenvolvimento de Karl. Não iremos seguir essa querela em sua cansativa extensão e sórdidos detalhes. Em 1826 Karl, disputado pela mãe e pelo tio, tentou matar-se. Beethoven finalmente reconheceu a falha do rigor de seu amor pelo sobrinho. Karl recuperou-se, alistou-se no exército e tomou conta de si próprio razoavelmente bem.

Com o ano de 1817 Beethoven passou ao período final de sua vida criativa. Há longo tempo um revolucionário em sua política privada, ele agora fazia guerra aberta contra as normas clássicas, recebia de braços abertos o movimento romântico na música, e dava à sonata e à sinfonia uma estrutura mais solta, que subordinava as velhas regras a uma crescente liberdade de expressão emocional e pessoal. Algo do bravo espírito que havia falado na França por meio de Rousseau e da Revolução, na Alemanha pelo "Sturm und Drang" (tempestade e ímpeto), nos sofrimentos de *Werther* do jovem Goethe e no *Die Räuber* (O Salteador) do jovem Schiller, depois nos poemas de Tieck e Novalis, na prosa dos Schlegels, na filosofia de Fichte e Schelling — algo de tudo isso desceu até Beethoven e encontrou rico solo em seu emocionalismo natural e orgulho individualístico. Um velho sistema de leis, convenções e restrições desapareceu na arte como na política, deixando o indivíduo resoluto livre para expressar ou encarnar seus sentidos e desejos num alegre explodir das velhas regras, liames e formas. Beethoven desprezava as massas como asnos, os nobres como impostores, suas convenções e cortesias como irrelevantes para a criação artística; recusava-se a ser aprisionado em modelos imaginados pelos mortos, até por mortos bem melodiosos como Bach e Handel, Haydn e Mozart e Gluck. Fez sua própria revolução, até mesmo seu próprio terror, e fez sua "Ode à alegria" uma declaração de independência mesmo na expectativa da morte.

As três sonatas Hammerklavier formam uma ponte entre o segundo e o terceiro períodos. Mesmo seu nome era uma revolta. Alguns zangados teutões, cansados do domínio italiano na língua e nas rendas da música, tinham proposto usar palavras alemães em vez de italianas para as notações musicais e os instrumentos. Assim o majestoso *pianoforte* deveria deixar de lado aquela palavra italiana que significava *baixo* e *forte* e ser chamado *Hammerklavier*, uma vez que os sons eram produzidos por pequenos martelos que feriam as cordas. Beethoven prontamente aceitou a idéia e escreveu a Sigmund Steiner, fabricante de instrumentos musicais, em 13 de janeiro de 1817: "Em vez de *pianoforte Hammerklavier* — o que resolve o assunto de uma vez por todas."[42]

A mais notável das Sonatas Hammerklavier é a segunda, Opus 106 em si bemol, escrita em 1818-19 como uma "Grosse Sonata für das Hammerklavier" (Grande sonata para o piano). Beethoven disse a Czerny que ela deveria permanecer como sua maior peça para o piano, e este julgamento tem sido confirmado pelos pianistas a cada geração que se sucedeu. Parece expressar uma sombria resignação com a velhice, com a doença e com a escura solidão, e no entanto é o triunfo da arte sobre o desespero.

Foi como mais uma rejeição de um tal desalento que Beethoven escreveu a Nona Sinfonia. Ele começou a trabalhar nela em 1818, ao mesmo tempo que na *Missa Solemnis*, a qual deveria ser executada na posse do arquiduque Rudolf como arcebispo de Olmütz. A Missa foi acabada em primeiro lugar, em 1823, três anos atrasada em relação à cerimônia.

Ansioso para juntar algo à pequena fortuna que ele havia acumulado como um refúgio para a velhice e um legado a seu sobrinho Karl, Beethoven concebeu a idéia de vender assinaturas para cópias pré-publicadas de sua Missa. Enviou convites para este fim aos soberanos da Europa, pedindo a cada um 50 ducados de ouro.[43] As aceitações vieram vagarosamente, mas por volta de 1825 já haviam chegado 10: dos governantes da Rússia, Prússia, França, Saxônia, Toscana, dos príncipes Golitsyn e Radziwill, e da Associação Caecília de Frankfurt.

A *Missa Solemnis* é aceita em geral, como tendo justificado sua longa gestação e a estranha barganha de sua partitura final. Não há nela traços das blasfêmias ocasionais que interromperam a fé católica herdada por Beethoven. Cada momento da liturgia é interpretado por música que com ela concorda, e através de toda ela é audível a desesperada fé do homem agonizante, escrita por ele no manuscrito da partitura original, no início do Credo: "Deus acima de tudo — Deus nunca me abandonou."[44] A música é por demais potente para ser uma expressão da humildade cristã; mas a dedicada concentração de cada parte e cada frase, e a contínua majestade do conjunto, faz da *Missa Solemnis* a oferta própria e final de um espírito de grandes defeitos a um Deus incompreensível.

Em fevereiro de 1824, ele completou a Nona Sinfonia. Aqui a luta para expressar sua final filosofia — a alegre aceitação do destino do homem — quebrou todos os estorvos da ordem clássica, e o impetuoso monarca deixa que o orgulho do seu poder eleve-o a maciças exultações que sacrificaram o velho deus da ordem ao jovem deus da liberdade. Na profusão de altares despedaçados os temas que deveriam permanecer como pilares do edifício desapareceram de todo exceto da visão esotérica; as frases parecem indevidamente insistentes e repetidas; um momento ocasional de ternura ou calma é sobrepujado por um súbito fortíssimo jogado como se raivosamente contra um mundo louco e irresponsável. Não é bem assim, replica um grande sábio da música; existe, nesta aparente mistura de riquezas, "uma extrema simplicidade de formas que sublinha uma elaboração de detalhes que podem a princípio parecer espantosos até que se compreende que eles são puramente a expressão, até suas conclusões lógicas, de algumas idéias tão simples e naturais como a própria forma".[45]

Talvez o mestre tenha abandonado deliberadamente o esforço clássico para dar forma duradoura a beleza mortal ou a velada significação. Ele confessa sua rendição, e alegra-se na irregular riqueza de sua imaginação e nos profusos recursos de sua arte. No final ele recaptura algum gosto pelo desafio jovem e entroniza em música aquela ode de Schiller que não era realmente dedicada à pura alegria, porém à alegre guerra contra o despotismo e a desumanidade —

Enfrentando reis com varonil espírito,
 Embora isso nos custe dinheiro e sangue!
Nada coroando exceto o mais nobre mérito;
 Morte a toda a estirpe do Mentiroso!

Com suas obras-primas culminantes agora completas, Beethoven ansiava por uma oportunidade para apresentá-las ao público. Mas Rossini havia de tal forma cativado a Áustria em 1823, e as platéias vienenses estavam agora tão enamoradas da melodia italiana, que nenhum empresário local ousava arriscar uma fortuna em duas composi-

ções tão difíceis como a *Missa solemnis* e a *Sinfonia Coral*. Um empresário berlinense ofereceu-se para apresentá-las; Beethoven estava para concordar quando uma combinação de amantes da música, liderada pela família Lichnowsky, alarmada com o pensamento do principal compositor de Viena ser forçado a ir a uma capital rival para a estréia de seus últimos e mais prestigiosos trabalhos, concordou em subscrever sua produção no Teatro Kärntnerthor. Após duras negociações de ambos os lados, o concerto foi realizado em 7 de maio de 1824, perante uma casa lotada, e com um programa estóico: uma ouverture (a "Consagração da Casa"), quatro partes da *Missa solemnis*, e a Nona Sinfonia com um estentórico coro alemão para coroar o conjunto. Os cantores, incapazes de alcançar as mais altas notas da partitura, omitiram-nas.[46] A Missa foi recebida solenemente, a sinfonia com aplausos entusiásticos. Beethoven, que estava de pé no pódio com suas costas para a platéia não ouvia os aplausos e tiveram que virá-lo para ele ver.[47]

VII. *COMOEDIA FINITA*: 1824-27

Ele querelou com Schindler e outros amigos acerca da pequena participação (420 florins), que eles lhe deram dos 2.200 obtidos no concerto; acusou-os de estarem trapaceando com ele; eles o abandonaram, e ele ficou solitário exceto pela ocasional presença de seu sobrinho, cuja tentativa de suicídio (1826) encheu a taça de amarguras do inspirado urso. Foi nesses anos que ele escreveu os últimos cinco de seus 16 quartetos.

A centelha para esses trabalhos tinha vindo em 1823 com uma oferta do príncipe Nikolai Golitsyn para pagar "qualquer soma que fosse pedida" por um, dois ou três quartetos a serem a ele dedicados. Beethoven concordou, por 50 ducados cada um. Esses três (Opp. 127, 130 e 132), e Opp. 131 e 135, constituem os últimos quartetos, cuja misteriosa estranheza assegurou-lhes sua fama. O Opus 130 foi tocado em particular em 1826 para delícia dos que o escutaram, exceto que os executantes julgaram que o quarto movimento estava além de suas possibilidades; Beethoven escreveu um final mais simples. O movimento rejeitado é hoje conhecido como "Grosse Fugue", Opus 133, que uma autoridade em Beethoven bravamente interpreta como expressando a filosofia final do compositor: a vida e a realidade são compostas de opostos inseparáveis — O bem e o mal, a alegria e a tristeza, a saúde e a doença, o nascimento e a morte; e a sabedoria deverá ajustar-se a eles como a inescapável essência da vida. O mais elogiado dos cinco, e considerado por Beethoven como sendo seu maior quarteto, é o Opus 131 em dó sustenido menor, terminado em 7 de agosto de 1826; aqui, segundo se diz, "a visão mística é sustentada da maneira mais perfeita".[48] Quando de novo o ouvimos recentemente, pareceu-nos um longo e misterioso lamento, o triste gemido de um animal mortalmente ferido. Último dos cinco, o Opus 135, tem um motivo para seu movimento final: *Muss es sein* (Deve ser assim?), e dá a resposta: *Es muss sein* (Deve sê-lo).

Em 2 de dezembro de 1826, atacado por uma tosse convulsa, Beethoven pediu a presença de um doutor. Dois de seus antigos médicos recusaram-se a vir.[49] Um terceiro, o doutor Wawruch, veio e diagnosticou pneumonia. Beethoven recolheu-se ao leito. Seu irmão Johann veio dar-lhe assistência. Seu sobrinho Karl, com a bênção de Beethoven, deixou-o por estar sendo chamado para o exército. Em 11 de janeiro o Dr. Wawruch foi assistido pelo Dr. Malfatti. Prescreveram um ponche gelado para ajudar

o paciente a dormir; Beethoven gostou do álcool que havia nele e "abusou da receita".[50] Desenvolveu-se edema e icterícia; a urina ficou retida no corpo de Beethoven em vez de ser excretada; duas vezes tiveram que usar a sonda para liberar o fluido; ele comparava-se a um *geyser*.

Resolvido a não usar as ações de banco — que totalizavam 10.000 florins — as quais ele havia escondido para Karl, e tendo de encarar despesas que cresciam rapidamente, Beethoven escreveu em 6 de março de 1827 a Sir George Smart, de Londres:

> O que vai acontecer comigo? De que vou eu viver até que de novo recupere minha força perdida e possa de novo ganhar minha vida por meio da minha pena?... Peço-vos para exercer toda a vossa influência e induzir a Sociedade Filarmônica a levar avante sua anterior decisão de dar um concerto em meu benefício. Não tenho forças para dizer mais nada.[51]

A sociedade mandou-lhe cem libras esterlinas como adiantamento da receita do proposto concerto.

Em 16 de março os médicos concordavam que Beethoven não viveria por muito tempo. Eles e seu irmão Johann pediram seu consentimento para convocar um padre. "Eu assim desejo", ele respondeu. Suas lutas ocasionais com Deus tinham sido esquecidas; sua carta de 14 de março mostra-o pronto a aceitar o que quer que "Deus em sua divina sabedoria" pudesse decretar.[52] Em 23 de março ele recebeu os últimos sacramentos, aparentemente de modo dócil; seu irmão mais tarde relatou que o agonizante havia-lhe dito, "agradeço-te por esse último serviço".[53] Pouco após a cerimônia, Beethoven disse a Schindler, "*Comoedia finita est*" — referindo-se aparentemente não ao serviço religioso, mas à própria vida;[54] a frase era usada no teatro clássico romano para anunciar o fim da peça.

Ele morreu em 26 de março de 1827, após três meses de sofrimentos. Poucos momentos antes de sua morte, a luz de um relâmpago iluminou o quarto, seguida pelo forte estrondo do trovão. Acordado, Beethoven levantou seu braço direito e sacudiu seu punho fechado aparentemente à tempestade. Pouco tempo após terminou sua agonia. Nós jamais saberemos o que significou aquele último gesto.

A autópsia revelou o complexo das desordens internas que tinham escurecido sua vida e seu temperamento. O fígado estava reduzido e doente. As artérias dos ouvidos entupidas com partículas de gordura e os nervos auditivos degenerados. "As dores de cabeça, indigestão, cólica e icterícia, das quais ele freqüentemente se queixava, e a profunda depressão que permite entender tantas de suas cartas, seriam a seqüência natural de uma inflamação crônica do fígado e dos desarranjos digestivos nos quais ela daria origem."[55] Provavelmente seu amor pelos passeios ao ar livre moderavam esses incômodos e deram-lhe as horas menos dolorosas de sua vida.

A seu funeral compareceram 30.000 pessoas. O pianista Hummel e o violinista Kreutzer estavam entre os que lhe carregaram o caixão; Schubert, Czerny, e Grillparzer entre os que portavam archotes. A tampa do túmulo levava apenas o nome Beethoven e as datas de seu nascimento e morte.

CAPÍTULO XXIX

A Alemanha e Napoleão

1786-1811

I. O SAGRADO IMPÉRIO ROMANO: 1800

Na opinião do patriota prussiano, porém grande historiador, Heinrich von Treitschke, "nunca desde o tempo de Lutero a Alemanha ocupara uma posição tão brilhante no mundo europeu como então (1800), quando os maiores heróis e poetas da época pertenciam à nossa nação".[1] Nós podemos classificar Frederico vitorioso abaixo de Napoleão derrotado, mas é fora de dúvida que as luzes de Goethe e de Schiller brilham sem rival na poesia e na prosa, de Edinburgh até Roma; e os filósofos alemães, de Kant, através de Fichte, Schelling e Hegel até Schopenhauer, assombraram as mentes européias de Londres a São Petersburgo. Era a segunda renascença alemã.

Como a Itália no século XVI, a Alemanha não era uma nação, se isso significa um povo vivendo sob o mesmo governo e as mesmas leis. A Alemanha em 1800 era um frouxo encadeamento de cerca de 250 "estados", cada um com suas próprias leis e impostos, muitos deles com seus próprios exércitos, sua moeda, sua religião, seus costumes e seus modos de vestir, e alguns falando um dialeto ininteligível para metade do mundo alemão. No entanto sua linguagem escrita era a mesma, e dava a seus escritores um terço do continente como sua potencial audiência.

Devemos notar, de passagem, que a relativa independência dos estados individuais, como na Itália da Renascença, permitia uma diversidade não estereotipada, uma rivalidade estimulante, uma liberdade de caráter, experiências e pensamentos, que poderiam ter sido esmagadas, na capital centralizante de um grande estado, pelo peso de sua compacta massa. As velhas cidades da Alemanha, ainda tão atrativamente únicas, não teriam perdido sua vitalidade e seu caráter se elas tivessem sido submetidas a Berlim, politicamente e culturalmente, como as cidades da França foram, ou são, a Paris? E se essas partes da Alemanha tivessem formado uma única nação, não teria este coração da Europa, rico em materiais e homens, dominado irresistivelmente a Europa?

Somente de uma maneira estavam os estados alemães limitados em sua independência: eles aceitavam ser membros daquele "Sagrado Império Romano" que tinha começado em 800 com a coroação papal de Carlos Magno — conhecido para os alemães como o seu próprio Frankish Karl der Grosse. Em 1800 esse império incluía uma deslumbrante variedade de estados alemães. Os mais importantes eram nove "estados eleitorais" que elegiam o imperador: a Áustria, a Prússia, a Baviera, a Saxônia, Brunswick-Lüneburg, Colônia, Mainz, Hanover e Trier (Treves). Seguiam-se 27 "estados espirituais" governados por prelados católicos, como se lembrando o governo episcopal das cidades no

agonizante império romano do oeste, mil anos antes. O arcebispado de Salzburg (onde Mozart morria de aborrecimento), e os bispados de Münster, Liège, Würzburgo, Bamberg, Osnabrück, Paderborn, Augsburgo, Hildesheim, Fulda, Speyer, Regensburgo (Ratisbona), Constance, Worms, Lübeck... Príncipes leigos governavam 37 estados incluindo Hesse-Cassel, Aesse-Darmstadt, Holstein, Württemberg (com Stuttgart), Sachsen-(Saxe-), Weimar (com Goethe), Sachsen-Gotha (com seu "déspota iluminado", o duque Ernest II), Braunschweig- (Brunswick-) Wolfenbüttel, Baden (incluindo Baden-Baden, Karlsruhe)... Cincoenta cidades eram *Reichstädte*, livres e autogovernadas "cidades do império": Hamburgo, Colônia, Frankfurt-am-Main, Bremen, Worms, Speyer, Nuremberg (Nürnberg), Ulm... Destas e de outras partes da Alemanha provinham eleitores "cavaleiros imperiais" e outros representantes, ao Reichstag, ou Dieta Imperial, que se reunia em Regensburgo, quando convocada pelo seu imperador. Em 1792 os eleitores escolheram Francisco II da Áustria como chefe do Sagrado Império Romano e coroaram-no numa suntuosa cerimônia que atraiu os notáveis de todas as partes da Alemanha a Frankfurt-am-Main. Ele veio a ser o último de uma longa linhagem.

Por volta de 1800 esta, que havia sido impressionante e em geral benéfica instituição, tinha perdido quase toda sua eficiência e utilidade. Era uma relíquia do feudalismo; cada segmento tinha sido governado por um lorde (senhor) da terra, sujeito a um poder central; esse poder central havia sido enfraquecido pelo crescimento dos estados membros em população, riqueza, secularismo e força militar. A unidade religiosa do "sagrado" império tinha tido um fim pela Reforma, a Guerra dos Trinta Anos, e a Guerra dos Sete Anos, de 1756-63; o norte da Alemanha, em 1800, era protestante, o sul da Alemanha era católico, e a Alemanha do oeste tinha perdido parte de sua piedade para o Iluminismo francês e o *Aufklärung* dos dias de Lessing. O nacionalismo, grande ou pequeno, crescia à medida que a religião declinava, porque algum credo — político ou social — deve manter uma sociedade unida contra o egoísmo centrífugo das almas que a constituem.

A polarização da Alemanha entre o norte protestante, liderado pela Prússia, e o sul católico, liderado pela Áustria, teve funestos resultados no fracasso desses dois povos em se unirem contra Napoleão em Austerlitz em 1805 ou em Jena em 1806. Muito antes desses golpes, a própria Áustria já chegara a ignorar a Dieta Imperial, e outros estados seguiram a liderança austríaca.[2] Em 1788 apenas 14 príncipes de uma centena elegível, apenas oito de 50 chefes de cidades elegíveis, obedeceram à convocação para uma Dieta Imperial;[3] as decisões tornaram-se impossíveis. Pelos Tratados de Campoformio (1797) e Lunéville (1801) Napoleão compeliu a Áustria a reconhecer o domínio francês da margem esquerda, ou oeste, do Reno; assim uma rica porção do Sagrado Império Romano — incluindo as cidades de Speyer, Mannheim, Worms, Mainz, Bingen, Trier, Coblenz, Aachen, Bonn e Colônia — passaram ao domínio francês. Por volta de 1801 concorda-se em geral que o Sagrado Império Romano, como Voltaire dissera, não era nem sagrado, nem romano, nem um império; que nenhum estado importante reconhecia sua autoridade ou a autoridade do Papa; que alguma nova forma de ordem ou cooperação entre o caos teria de ser inventada, aceita ou imposta. Napoleão aceitou o desafio.

II. A CONFEDERAÇÃO DO RENO: 1806

O grande rio era uma galeria de maravilhas cênicas e memórias históricas, algumas vezes arquiteturalmente consagradas. Mas ele era também uma viva bênção para a economia, fornecendo água a um solo que correspondia, ligando cada cidade com uma dúzia de outras, rivalizando sua cultura e comerciando suas mercadorias. O feudalismo aqui havia perdido sua utilidade e suas garras à medida que o comércio e a indústria povoaram as margens do rio. Mas dentro desta fluente prosperidade quatro problemas incomodavam: a lassidão epicurista entre os governantes, a corrupção na burocracia, uma concentração de riqueza dilaceradora e uma fragmentação militar que atraía os conquistadores.

O caminho para uma nova organização dos estados renanos estava aberto pela promessa da Áustria e da França de recompensar com novas propriedades aqueles notáveis alemães que tivessem perdido suas terras através do reconhecimento da soberania francesa sobre a margem esquerda do Reno. O clamor por uma reabilitação daqueles que haviam sido despojados levou à convocação pela França e a Áustria do Congresso de Rastatt (16 de dezembro de 1797). Naquele congresso alguns príncipes irreverentes propuseram que os principados eclesiásticos fossem "secularizados" — isto é, em termos claros, transferidos dos príncipes reinantes para os leigos queixosos. Incapaz de concordar, o Congresso submeteu o assunto à próxima Dieta do Sagrado Império Romano. O assunto permaneceu pendente até que Napoleão voltou do Egito, assumiu o poder na França, derrotou a Áustria em Marengo, e chegou a um acordo com a Áustria, a Prússia e a Rússia, pelo qual uma deputação da Dieta Imperial promulgou, em 25 de fevereiro de 1803, um decreto esmagadoramente intitulado *Rei chsdeputationshauptschluss*, sumariamente reformulando o mapa e os governos da Europa Ocidental. Quase todos os bispos governantes foram destituídos. A Prússia aceitou com eqüanimidade a redução do governo episcopal; a Áustria podia ter-se queixado, mas ela estava impotente.

Os novos governantes compreenderam que a Áustria não teria vontade, bem como não seria capaz de dar-lhes proteção militar; eles não podiam (na maior parte católicos) esperar proteção da Prússia protestante. Um após outro os estados reformulados voltaram-se para Napoleão, que era militarmente superior e oficialmente católico. Em Munique, em 30 de dezembro de 1805, Karl Theodor von Dalberg, arcebispo-eleitor de Mainz, encontrando-se com Napoleão recém-chegado da vitória em Austerlitz, convidou-o a aceitar a liderança dos principados reorganizados. O ocupado imperador levou meio ano para chegar a uma decisão. Ele compreendia que a nação francesa assumir o protetorado sobre um terço da Alemanha era convidar a inimizade do restante, bem como uma reavivada hostilidade da Inglaterra e da Rússia. Em 12 de julho de 1806, a Baviera, Württemberg, Baden, Hesse-Darmstadt, Nassau, Berg, e muitos outros estados uniram-se num "Rheinbund", ou Confederação do Reno; em 1º de agosto Napoleão concordou em assumir seu protetorado. Enquanto os constituintes mais importantes retivessem a independência nos assuntos internos, eles concordavam em submeter sua política externa ao julgamento de Napoleão, e a colocar substanciais, forças militares sob seu comando.[4] Notificaram Francisco II e a Dieta Imperial que eles não eram mais membros do Reich. Em 6 de agosto Francisco declarou oficialmente dissolvido o Sagrado Império Romano e renunciou ao título imperial, permanecendo imperador da Áustria.

A glória dos Habsburgos esmaeceu e um novo Carlos Magno, governando da França, assumiu a autoridade sobre a Alemanha Ocidental.

A Confederação conferiu benefícios vitais e exigiu compensações fatais. Trouxe o Código Napoleão (com a abolição dos direitos feudais e dos impostos eclesiásticos), liberdade de culto religioso, igualdade perante a lei, o sistema francês de administração de prefeituras, centralizado porém competente, e um judiciário treinado, mais difícil de ser comprado do que anteriormente. A falha básica na estrutura estava em que ela se apoiava numa potência estrangeira, e só podia durar enquanto essa proteção estrangeira pesasse mais do que seus custos domésticos. Quando Napoleão convocou os filhos de alemães para lutarem contra os austríacos em 1809, o protetorado ficou tenso; quando ele levou milhares de filhos de alemães para lutar na Rússia em 1812, e exigiu pesado apoio financeiro para sua campanha, o protetorado ficou parecendo uma carga global que superava seus benefícios no varejo; quando os alemães da Confederação foram recrutados para lutar contra os alemães da Prússia em 1813, a Confederação esperava apenas um revés francês importante para derrubar toda a frágil estrutura sobre a cabeça do exausto corso.

Entrementes tinha sido um triunfo para Napoleão haver conseguido uma dupla segurança para a nova fronteira da França. O terreno a oeste do Reno tinha sido incorporado à França, e as ricas terras do lado leste, que alcançavam até o Elba, estavam agora aliadas e dependentes da França. E embora a Confederação se desintegrasse após a derrota de Napoleão em Leipzig em 1813, ela deixou uma recordação para Bismarck, da mesma forma que a unificação italiana por Napoleão deixou uma inspiração para Mazzini, Garibaldi e Cavour.

III. AS PROVÍNCIAS ALEMÃS DE NAPOLEÃO

Ao norte de Colônia havia duas ricas regiões que, embora se tornassem membros do Rheinbund, pertenciam completamente a Napoleão pelos processos da guerra, e eram governadas por ele ou seus parentes: o grão-ducado de Berg, por seu cunhado Joachim Murat, e o reino da Westfália, por seu irmão Jerônimo. Quando Murat foi promovido para Nápoles (1808) Napoleão governou o ducado por meio de comissários. Ano a ano ele introduziu métodos franceses de administração, impostos e leis. O feudalismo, do qual só restavam vestígios, terminou, a indústria e o comércio desenvolveram-se até que a região tornou-se um próspero centro de mineração e metalurgia.

A Westfália era mais variada e de maiores dimensões. Seus limites a oeste eram o ducado de Cleves (ponto de origem da quarta esposa de Henrique VIII), dali ela se desenvolvia para leste através de Münster, Hildesheim, Brunswick e Wolfenbüttel até Magdeburg; de Paderborn até Cassel (a capital), e através os rios Ruhr, Ems e Lippe até o Saale e o Elba.

Jerônimo Bonaparte, feito rei em 1807, tinha então 23 anos de idade, e estava mais interessado nos prazeres do que no poder. Napoleão, esperando que as responsabilidades o amadurecessem e o firmassem, enviava-lhe cartas e excelentes conselhos, realísticos embora humanos; mas isto era contrariado por exigências financeiras e Jerônimo achava difícil satisfazer as exigências de seu irmão quanto a rendas e seu próprio prazer em ter uma corte e um estilo de vida exuberante. Mesmo assim ele cooperou com efi-

ciência na introdução das reformas que Napoleão usualmente trazia com ele no período criativo de suas conquistas. Uma das máximas de Napoleão era que "os homens são impotentes para determinar o futuro; apenas as instituições fixam os destinos das nações".[5] Assim ele deu à Westfália um código de leis, uma administração eficiente e comparativamente honesta, liberdade religiosa, um judiciário competente, um sistema de júri, igualdade perante a lei, uniformidade na aplicação de impostos, e um sistema de auditagem periódica de todas as operações governamentais. Uma assembléia nacional deveria ser eleita por meio de um sufrágio limitado; 15 dos 100 delegados deveriam ser escolhidos entre os comerciantes e os fabricantes, 15 entre os sábios e outras pessoas que se houvessem distinguido. A assembléia não tinha o poder de iniciar legislação, mas podia criticar as medidas a ela submetidas pelo conselho do Estado e seus conselhos eram muitas vezes aceitos.

As reformas econômicas eram básicas. O feudalismo agora terminara. A livre empresa deveria abrir todos os campos à ambição de cada pessoa. Os caminhos e os canais navegáveis eram mantidos e melhorados; os impostos internos foram abolidos; pesos e medidas foram tornados uniformes através de todo o reino. Um decreto de 24 de março de 1808 tornou todas as comunas responsáveis por seus pobres, cabendo-lhes prover emprego ou sustento.[6] Os pagadores de impostos queixaram-se.

Culturalmente a Westfália era o mais progressivo dos estados alemães. Ela havia nutrido uma vida intelectual desde — e até antes — que a biblioteca monástica de Fulda alimentava a Renascença com manuscritos clássicos; Hildesheim tinha tido Leibniz e Wolfenbüttel tinha tido Lessing. Agora o rei Jerônimo tinha como seu bibliotecário Jacob Grimm, que nós encontraremos como fundador da filologia teutônica. Em 1807, a convite de Napoleão, Johannes von Müller, o principal historiador da época, deixou seu posto como historiógrafo real em Berlim para vir à Westfália como Secretário de Estado e (1808-09) Diretor Geral da Educação Pública. A Westfália tinha então cinco universidades, que sob Jerônimo foram reorganizadas em três: Göttingen, Halle e Marburg. Duas dessas eram famosas por toda a Europa; nós já vimos Coleridge indo direto de Nether Stowey para Göttingen, e voltar para a Inglaterra um ano mais tarde tonto com as idéias alemãs.

Contra esses benefícios dois males pesavam fortemente: os impostos e o recrutamento. Napoleão exigia de cada um dos estados que dele dependiam uma substancial contribuição para seu governo, para sua corte cada vez mais extravagante, e para as despesas de seus exércitos. Seu argumento era simples: se a Áustria ou algum outro poder reacionário o derrotasse ou de qualquer forma o derrubasse, as bênçãos que ele havia trazido consigo seriam perdidas. Pela mesma razão, os estados sob sua proteção deveriam compartilhar com a França da obrigação de prover fortes filhos para o treinamento militar e, se necessário, o sacrifício da vida. Até 1813 os súditos de Jerônimo aceitaram esse dreno virilmente; afinal de contas nos exércitos de Napoleão o chicote era desconhecido, a promoção era por mérito, qualquer soldado podia tornar-se um oficial, até um marechal. Porém por volta de 1813 a Westfália tinha mandado 8.000 jovens para servir Napoleão na Espanha, 16.000 para servi-lo na Rússia; da Espanha apenas 800 retornaram, da Rússia 2.000.

A nordeste da Westfália ficava o eleitorado de Hanôver. Em 1714 seu eleitor havia se tornado o rei Jorge I da Inglaterra e Hanôver uma dependência inglesa. O eleitor atual

era Jorge III, que havia estabelecido como ponto de patriotismo não afastar-se da Inglaterra; assim ele deixava que os grandes proprietários de terra de Hanôver governassem a província para o benefício da mais exclusiva aristocracia da Alemanha. Todos os postos de valor... eram monopolizados pelos nobres... que cuidavam para que "nenhum dos encargos dos impostos caíssem sobre eles próprios", e que "o burguês e o camponês contribuíssem com a maior parte". O feudalismo sobrevivia, amolecido por uma relação quase familiar entre patrão e empregado. O governo local era incrivelmente honesto.[7].

Em 1803, quando de novo entrando em guerra com Espanha, Napoleão ordenou que suas tropas e seus administradores assumissem o controle de Hanôver para guardar-se contra possíveis desembarques de tropas inglesas, e para impedir de entrarem na região as mercadorias inglesas. Os franceses encontraram pouca resistência. Em 1807 Napoleão, ocupado com assuntos mais importantes, anexou Hanôver à Westfália e entregou-o aos artifícios de taxação do rei Jerônimo. Os hanoverianos rezavam pelo retorno da Inglaterra.

Por contraste com Hanôver, os países hanseáticos — Hamburgo, Bremen, Lübeck — eram paraísos de prosperidade e orgulho. A Liga (Hanseática) propriamente dita há muito deixara de existir, mas o declínio de Antuerpia e Amsterdam sobre o controle francês, havia transferido muito do seu comércio para Hamburgo. Situada na boca do Elba, a cidade, orgulhando-se em 1800 de uma população de 115.000 almas, parecia destinada para o comércio marítimo e para o rápido reembarque de bens importados. Era governada pelos seus principais mercadores e financistas, mas com um grau de capacidade e justiça que fazia seu monopólio suportável. Napoleão tinha ânsias de trazer essas cidades mercantis sob seu domínio, para alistá-las no embargo das exportações britânicas e para ajudá-lo, com seus empréstimos, a financiar suas guerras. Mandou Bourrienne e outros com a missão de pararem o fluxo de mercadorias inglesas para Hamburgo; o ávido ex-secretário enriqueceu fechando não um mas ambos os olhos. Finalmente Napoleão trouxe a grande cidade sob seu domínio (1800), e de tal forma perseguiu seus cidadãos que eles formaram sociedades secretas para assassiná-lo e diariamente confabulavam acerca de sua queda.

IV. A SAXÔNIA

A leste da Westfália e ao sul da Prússia ficava um estado alemão, conhecido por seus cidadãos como Sachsen, pelos franceses como Saxe, que em certa época ia da Boêmia até o Báltico, e havia deixado seu nome em vários *sexes* na Inglaterra. Recentemente tinha sido devastado pela Guerra dos Sete Anos, mas agora estava satisfeito em ser um próspero eleitorado espalhando-se para a esquerda e para a direita do Elba, da cidade de Lutero, Wittenberg, até Dresden, a Paris da Alemanha.

Sob o longo governo de Frederico Augusto III como eleitor (1768-1806) e como o rei Frederico Augusto I (1806-27) o país, abençoado pelo Elba como sua mãe e nutriz, em breve recuperou sua prosperidade. Dresden de novo rejubilou-se com sua arquitetura rococó, suas largas avenidas e belas pontes, sua *Madonna Sistina* e cerâmica de Meissen. O jovem governante, embora jamais destacando-se como estadista, administrava seu

reino judiciosamente, gastava suas rendas cuidadosamente, pagava as dívidas nacionais, e desenvolveu em Freiberg uma famosa Escola de Minas. A cidade rival de Dresden, Leipzig, recomeçou sua feira anual de livros, onde editores de todas as partes da Europa ofereciam suas últimas mercadorias, e a florescente literatura alemã liderava a parada intelectual.

Frederico Augusto, "o Justo", juntou-se à Prússia e à Áustria numa tentativa de disciplinar a Revolução Francesa, e compartilhou do revés de Valmy em 1792. Ficou bastante aborrecido com a execução de seu primo Luís XVI, mas aderiu voluntariamente às negociações de paz com a França em 1795. Quando Napoleão subiu ao poder, Frederico manteve-se em bons termos com ele e Napoleão respeitou-o como um déspota esclarecido, amado por seu povo. Entretanto, quando o exército de Napoleão em 1806 estava se aproximando de Jena, Frederico foi apanhado entre o mar e o rochedo: Napoleão alertou-o para não deixar que as tropas prussianas passassem através da Saxônia; a Prússia insistiu e invadiu o país; o eleitor cedeu e deixou que seu pequeno exército se juntasse aos prussianos. Napoleão, vitorioso, tratou Frederico Augusto com comparativa clemência: exigiu uma indenização de 25 milhões de francos, recomendou-lhe que mudasse seu título para rei da Saxônia, colocou-o à testa do grão-ducado de Varsóvia e compeliu a Prússia a ceder à Saxônia o "Círculo de Cottbus", na margem oeste do rio Spree. A Prússia ficou assim imprensada entre a Polônia a norte e leste, a Westphalia a oeste e a Saxônia ao sul, todas comprometidas com Napoleão. Parecia apenas uma questão de tempo até que a Prússia tivesse de seguir o resto da Alemanha na vassalagem à França de Bonaparte.

V. A PRÚSSIA: O LEGADO DE FREDERICO: 1786-87

Por ocasião da morte de Frederico II, o Grande, o reino da Prússia consistia do eleitorado de Brandemburgo; dos ducados da Silésia e da Pomerânia Exterior; das províncias da Prússia Oriental — com Königsberg, Friedland e Memel — e da Prússia Ocidental, tomada da Polônia em 1772; e de diversos enclaves na Alemanha Ocidental, incluindo a Frísia Oriental, Münster e Essen. Após a morte de Frederico a Prússia anexou a região de Thorn e Dantzig na segunda repartição da Polônia (1792); Varsóvia e o coração da Polônia na terceira repartição (1795); Ansbach, Bayreuth e Mansfeld em 1791; Neuchâtel, na Suíça, em 1797. A Prússia parecia resolvida a absorver todo o norte da Alemanha quando Napoleão aliviou-a dessa tarefa.

O homem que havia tornado possível essa expansão do poder prussiano foi o pai de Frederico, o Grande. Frederico Guilherme I, além de haver disciplinado seu filho e seu povo a suportarem o sofrimento silenciosamente, havia-lhes deixado o melhor exército da cristandade e uma nação rigidamente organizada, com educação universal, impostos universais e serviço militar universal; a Prússia havia se tornado um petisco para um rei marcial. Toda a Europa, toda a Alemanha, toda a Prússia, tremiam à vista desse monarca que engolia homens, com seus dominadores oficiais Junker, seus granadeiros de um metro e oitenta de altura. "Não cresças demais", diziam as mães acautelando seus filhos, "ou os recrutadores te levarão".[8]

A este exército e este Estado, Frederico,o Grande (que reinou de 1740 a 1786), ajuntou

um gênio pessoal afiado por Voltaire, e um estoicismo arraigado em suas origens. Ele levou a Prússia, de um pequeno reino que rivalizava com a Saxônia e a Baviera, a uma potência igual à Áustria no mundo alemão, e que permanecia como a mais forte barreira à persistente pressão dos férteis eslavos para alcançarem sua velha fronteira no Elba. Internamente ele construiu um judiciário famoso por sua integridade e um corpo de administradores que gradualmente substituíram a nobreza como o governo oficial do Estado. Estabeleceu a liberdade de fala, de imprensa e de credo, e sob sua proteção "o sistema escolar alemão substituiu o profundo sono espiritual da educação dos padres".[9] Ele era o único homem de seu tempo que podia superar intelectualmente a Voltaire e ensinar a Napoleão. "O grande Frederico", dizia Napoleão em 1797, "é o herói que eu gosto de consultar em tudo, na guerra e na administração; estudei seus princípios no meio do campo de batalha e suas cartas familiares são para mim lições de filosofia."[10]

Houve algumas falhas em suas realizações. Ele não encontrou tempo, em suas campanhas, para trazer o feudalismo prussiano a um nível mais humano, como havia alcançado nos estados da Renânia; e suas guerras tinham deixado seu povo numa condição de pobreza e exaustão que foram parcialmente responsáveis pelo declínio da Prússia após sua morte. Frederico Guilherme II (que reinou de 1786 a 97), alterando os gostos de seu tio, que havia morrido sem herdeiros, era mais amante de mulheres e da arte do que do governo e da guerra. Suplementou sua primeira esposa com uma amante que lhe deu cinco filhos; divorciou-se de sua esposa em 1769 e casou-se com Friederike Louise de Hesse-Darmstadt, que lhe deu sete filhos; e durante esse casamento ele persuadiu os pregadores da corte a deixá-lo contrair união morganática com Julie von Voss (1787), que morreu dois anos mais tarde, e depois com a condessa Sophie Dönhoff (1790) que lhe deu um filho. Ele encontrava tempo para tocar violoncelo, recebia com agrado as visitas de Mozart e Beethoven, estabeleceu uma academia de música e um teatro nacional. Financiou e promulgou (1794) um novo código de leis contendo muitos elementos liberais. Assumindo uma modificação religiosa, ele permitiu que seu favorito, o racionalista reformado[11] Johann von Wöllner, publicasse (1788) um *Religionsedikt* que terminava com a tolerância religiosa e estabelecia uma censura que afastou muitos escritores de Berlim.

Sua política externa é digna de defesa. Ele recusou-se a continuar a posição agressiva de seu predecessor; escarnecendo de um século de precedentes, ele procurou a amizade com a Áustria como um importante passo para a unidade e segurança alemãs. Não gostava da Revolução Francesa, estando satisfeito com a monarquia (da mesma forma que estava seu povo), e enviou algumas tropas para juntar-se na derrota em Valmy (1792); mas ficou satisfeito em trazer de volta para casa os sobreviventes a fim de ajudá-lo na segunda repartição da Polônia. Em 1795 assinou a paz de Basiléia com a França, a qual deu-lhe mão livre para tomar Varsóvia na terceira repartição.

A despeito dessas aquisições ele havia deixado que seu país declinasse em riqueza e poder. Já em 1789 Mirabeau, após uma longa estada em Berlim, escrevia profeticamente: "A monarquia prussiana é constituída de tal forma que ela não poderá enfrentar nenhuma calamidade."[12] O exército tornou-se relaxado na disciplina, insolente e orgulhoso; a burocracia havia amolecido na corrupção e na intriga; as finanças do Estado estavam em desordem e próximas à insolvência.[13] "Apenas a incisiva demonstração da

guerra podia mostrar a essa cega geração o apodrecimento interno que... paralisava toda a atividade pela mágica do antigo renome."[14]

VI. O COLAPSO DA PRÚSSIA: 1797-1807

Morreu então o amoroso rei e o cuidado de seu doente Estado incumbiu a seu filho Frederico Guilherme III, que carregou o fardo através de Napoleão e Metternich até 1840. Todos se admiravam como ele pôde durar tanto tempo sendo fraco de vontade e benigno nos sentimentos. Ele tinha todas as virtudes que a um bom cidadão se recomenda desenvolver ou professar: cooperação, justiça, bondade, modéstia, fidelidade marital, e amor pela paz. Ele libertou os servos do domínio real. Em 1793 casou-se com Luise (Louise) de Macklenburg-Strelitz, de 17 anos, bela, apaixonadamente patriótica e em breve o ídolo da nação; ela permaneceu a principal fonte de sua felicidade, para a qual ele parecia convidar todas as calamidades.

O novo século trouxe-lhe uma crise após a outra. Em 1803 os franceses tomaram Hanôver, cuja neutralidade tinha sido garantida pela Prússia; os jovens oficiais do exército prussiano clamavam pelo menos com uma rutura de relações, senão uma guerra, com a França; Frederico Guilherme manteve sua paz. Tropas francesas fecharam as bocas do Weser e do Elba, prejudicando o comércio prussiano; Frederico aconselhou paciência. A rainha Louise lutava pela guerra; vestida com o uniforme do regimento que levava seu nome, ela aparecia nas paradas a cavalo, e atiçava o fogo de um exército que nunca havia sido derrotado; o príncipe Louis Ferdinand, primo do rei, aspirava por uma oportunidade de mostrar sua têmpera; o idoso duque de Brunswick oferecia-se para comandar o exército prussiano; o general Blücher, que seria o herói de Waterloo, apoiava-o; Frederico Guilherme resistiu-lhes sossegadamente. Em 1805 a Áustria, desafiando a Napoleão, procurou a ajuda da Prússia; o rei disse que não estava pronto.

Mas quando os franceses, a caminho de Austerlitz, marcharam através da cidade prussiana de Bayreuth, a paciência de Frederico Guilherme esgotou-se. Convidou Alexandre da Rússia para uma conferência em Potsdam; ali os dois juraram sobre o túmulo de Frederico, o Grande, de resistirem juntos a Napoleão, e irem em auxílio da Áustria. As tropas de Alexandre marcharam para o sul e sofreram uma derrota. Quando o exército da Prússia ficou mobilizado a batalha tinha acabado e Alexandre fugira para a Rússia. Napoleão deu a Frederico Guilherme uma clemente porém comprometedora paz (15 de dezembro de 1805; 15 de fevereiro de 1806): a Prússia deveria ceder Neuchâtel, Cleves e Ansbach para a França, e receberia de volta Hanôver. Ansioso por esse prêmio há muito ambicionado, Frederico Guilherme concordou em fechar todos os portos prussianos às mercadorias inglesas, e assinou uma aliança defensiva-ofensiva com a França. A Inglaterra declarou guerra à Prússia.

Napoleão, desafiando Nêmesis, prosseguiu com a formação da Confederação do Reno, a qual envolvia algumas províncias prussianas na Alemanha Ocidental. Tendo escutado que Napoleão estava secretamente oferecendo Hanôver à Inglaterra, Frederico Guilherme entrou numa aliança secreta com a Rússia (julho de 1806), para defesa contra a França. Em 1º de agosto Napoleão tomou toda a Alemanha Ocidental sob seu protetorado. Em 9 de agosto Frederico Guilherme mobilizou parte de seu exército; em 4 de setembro

reabriu os portos prussianos às mercadorias inglesas; em 13 de setembro ele ordenou a suas tropas que invadissem a Saxônia. Juntando-se com as forças saxônias seus generais, sob o comando do duque de Brunswick, comandavam 200.000 homens. Furioso com o que ele considerava uma violação de dois tratados e de uma aliança, Napoleão ordenou que seus exércitos, já estacionados na Alemanha, convergissem para a frente e flanqueassem os aliados. Ele próprio apressadamente dirigiu-se para a frente e supervisionou a aniquilação dos prussianos e dos saxônios em Jena e Auerstedt no mesmo dia, 14 de outubro de 1806.

Essa história tem sido contada do ponto de vista da França. Do ponto de vista da Prússia ela foi uma das mais escuras tragédias de sua história. Frederico Guilherme, com seu governo e sua família, fugiu para a Prússia oriental e tentou governar de Memel. Napoleão, da câmara do rei em Berlim, mandava ordens para um continente e proclamava o Bloqueio Continental. Suas tropas expulsaram os prussianos da Polônia, derrotaram os russos em Friedland, e escoltaram Napoleão a Tilsit, onde ele fez a paz com Alexandre. Ali Frederico Guilherme teve conhecimento dos termos finais sob os quais seria permitido à Prússia continuar a existir. Ela deveria ceder à França todas as terras prussianas a oeste do Elba, e devia devolveu à Polônia todos os territórios que a Prússia furtara nas três repartições. Deveria aceitar e pagar pela ocupação da Prússia por soldados franceses até que ela tivesse completado o pagamento de 160 milhões de francos como uma indenização de guerra. Por este tratado, assinado em 9 de julho de 1807, a Prússia perdeu quarenta e nove por cento de seu território anterior, e 5.250.000 de sua população anterior de 9.750.000. Nos anos de 1806-08 o custo das forças de ocupação e os pagamentos da indenização consumiram todas as rendas da Prússia.[15] Havia alguns alemães que, olhando para o Estado arruinado, prediziam que ele jamais desempenharia um papel importante na história da Alemanha.

VII. A PRÚSSIA RENASCIDA: 1807-12

Há um osso duro de roer no caráter alemão, firmado por séculos de árdua sobrevivência entre povos estrangeiros e marciais — que eles podem suportar a derrota orgulhosamente e aguardar o tempo próprio para responder. E havia então homens como Stein e Hardenberg, Scharnhorst e Gneisenau, que nunca deixavam passar um dia sem pensar em como a Prússia poderia ser redimida. Aqueles milhões de servos, subjugados sem esperanças sob antigas escravaturas, que energias poderiam eles despejar na economia prussiana se fossem libertados de suas cadeias humilhantes e fossem recebidos na livre empresa, nos campos e nas cidades? E aquelas cidades, agora inquietas sob o jugo de nobres que desprezavam o comércio e governavam a nação de uma capital central distante, que vigorosa iniciativa poderiam elas desenvolver na indústria, nos negócios e nas finanças, sob o estímulo e as experiências da liberdade? A França revolucionária havia liberado seus servos e prosperava, mas ela havia mantido as cidades sob a tutela política de Paris; por que não superar o conquistador e liberar as cidades bem como os servos?

Assim pensava Freiherr Heinrich Friedrich Karl vom und zum Stein, "em e na rocha", a ancestral cidade de sua família no rio Lahn, que corria para o Reno acima de Coblenz.

Ele não era um barão mas um *freiherr*, um homem livre, pertencente ao Reichsrittershaft, ou Cavalaria Imperial, comprometida a defender seu domínio e seu reino. Nasceu (a 26 de outubro de 1757) não "em e na rocha", mas na cidade próxima de Nassau, filho de um camerlengo do eleitor de Mainz. Aos 16 anos entrou na faculdade de leis e política da universidade de Göttingen. Ali ele leu Montesquieu, seguiu-o na admiração da constituição britânica e resolveu tornar-se um grande homem. Cumpriu seus anos de aprendizado legal nas cortes de lei do Sagrado Império Romano em Wetzlar e na Dieta Imperial em Regensburgo.

Em 1780 entrou para o serviço civil prussiano e trabalhou na administração das manufaturas e minas da Westfália. Por volta de 1796 havia adquirido uma posição proeminente na administração econômica de todas as províncias ao longo do Reno. Sua capacidade de trabalho e o sucesso de suas propostas, ganharam-lhe um apelo para ir para Berlim em 1804 e ali servir como ministro do estado do comércio. Dentro de um mês ele foi designado para auxiliar no ministério das finanças. Quando chegaram as notícias que Napoleão havia esmigalhado o exército prussiano em Jena, Stein conseguiu remover para Memel o conteúdo do tesouro prussiano; com esses fundos Frederico Guilherme III foi capaz de financiar seu governo no exílio. Talvez a excitação e os desastres da guerra tenham afiado a têmpera do rei e de seus ministros; em 3 de janeiro de 1807 Frederico Guilherme III dispensou Stein, como "um funcionário refratário, insolente, obstinado e desobediente, que, orgulhoso de seu gênio e de seus talentos,... age de acordo com sua paixão, com seu ódio e rancor pessoal".[16] Stein voltou para seu lar em Nassau. Seis meses mais tarde, tendo escutado que Napoleão recomendara Stein como administrador, o rei ofereceu a Stein o ministério dos negócios interiores.

Era precisamente neste posto que o irascível Freiherr podia da melhor maneira impor reformas capazes de liberar as energias do povo prussiano. Em 4 de outubro de 1807 ele estava em seu novo posto; por volta de 9 de outubro havia preparado para o rei a proclamação pela qual milhões de camponeses e centenas de liberais prussianos haviam há longo tempo almejado. O artigo I era aparentemente modesto, declarando o direito de "todos os habitantes de nossos estados" de comprarem e serem donos de terras; mas este direito tinha até então sido recusado aos camponeses. O artigo II permitia que todo prussiano se engajasse em qualquer indústria ou negócio legal; assim, como sob Napoleão, as carreiras estavam abertas aos talentos de qualquer que fosse a origem, e as barreiras de classe removidas da economia. O artigo X proibia qualquer nova escravidão, e o artigo XII declarava que "a partir de Martinmas (festa de São Martinho, 11 de novembro) cessa a condição de vilãos em todos os nossos estados... Haverá apenas pessoas livres".[17] Muitos nobres resistiram ao edito, e ele não foi inteiramente cumprido senão a partir de 1811.

Stein e seus associados liberais trabalharam durante o ano de 1808 para libertar as cidades da Prússia do governo dos barões feudais, ou oficiais do exército reformados, ou comissários de impostos com poderes quase sem limites. Em 19 de novembro de 1808 o rei, de novo um decidido reformador, promulgou uma "Ordenação Municipal" pela qual as cidades deveriam ser governadas por uma assembléia local que escolheria seus próprios funcionários; exceto que nas cidades grandes o burgomestre seria indicado pelo rei entre três homens escolhidos pela assembléia. Assim começou a saudável vida política local que se desenvolveu na notável excelência da administração municipal alemã.

Stein não estava sozinho na recriação da Prússia. Gerhard von Scharnhorst (1755-1813), o conde August Neithardt von Gneisenau (1760-1831), e o príncipe Karl von Hardenberg (1750-1822), trabalharam em conjunto para reconstruir o exército prussiano, usando de vários artifícios para fugir às restrições de Napoleão. O progresso dessa operação foi tal que Stein, em 15 de agosto de 1808, escreveu a um oficial prussiano uma carta que caiu nas mãos dos franceses e foi impressa no *Moniteur* de 8 de setembro. Em parte ela dizia:

> O desespero cresce cada dia na Alemanha; nós devemos alimentá-lo e trabalhá-lo junto ao povo. Eu gostaria muito que nós pudéssemos fazer contatos com Hesse e a Westfália, e que nos preparássemos para certos eventos; que procurássemos manter relações com homens de energia e boa vontade, e que pudéssemos colocar tais pessoas em contato com outras... Os assuntos da Espanha deixam uma impressão muito viva; eles provam o que nós há muito deveríamos suspeitar. Seria útil noticiar esses acontecimentos prudentemente. Aqui nós pensamos que a guerra entre a França e a Áustria é inevitável. Esse conflito decidirá o destino da Europa.[18]

Napoleão, pronto para partir para uma importante campanha na Espanha, ordenou a Frederico Guilherme que dispensasse Stein. O rei, ainda em Memel, custou a cumprir essa ordem, até que foi avisado que os franceses manteriam sua ocupação do território prussiano até que ele obedecesse. Em 24 de novembro de 1808, Stein foi de novo dispensado; e em 16 de dezembro, de Madrid, Napoleão promulgou um decreto colocando-o fora de lei, confiscando todos os seus bens, e ordenando sua prisão onde quer que fosse encontrado em território controlado pelos franceses. Stein escapou para a Boêmia.

Sua perda para a Prússia foi compensada pela designação (1810) de Hardenberg como Chanceler — com efeito primeiro-ministro. Ele antes havia tomado parte no governo, tinha reorganizado o Ministério das Finanças, tinha negociado a paz de 1795, tinha compartilhado da responsabilidade pelo desastre de 1806, e tinha sido dispensado por insistência de Napoleão (1807). Agora, com a idade de 60 anos, enquanto Napoleão estava amavelmente absorvido com sua nova imperatriz, Hardenberg convenceu o rei a voltar-se para uma monarquia constitucional, persuadindo-o a convocar em primeiro lugar uma assembléia de notáveis (1811), e depois (1812) uma Assembléia Representativa da Nação, com poderes consultivos, como um controle e um apoio para o rei. Admirador dos *philosophes* franceses, Hardenberg secularizou a propriedade da igreja, insistiu na igualdade civil para os judeus (11 de março de 1812), baixou um imposto de propriedade sobre os nobres e um imposto de lucro sobre os homens de negócios, terminou com os obstrusivos monopólios dos *guilds* (corporações), e estabeleceu a liberdade de empresa e de comércio.

A rápida reconstrução da Prússia entre 1807 e 1812 revelou um fundo de reserva de força no caráter alemão. Sob os olhos hostis dos franceses e sob um dos mais fracos reis prussianos, homens como Stein e Hardenberg, nenhum dos dois um nobre, propuseram-se a reconstruir uma nação derrotada, ocupada e a bancarrota, e em seis anos levaram-na ao poderio e orgulho que a fizeram, em 1813, a líder natural da Guerra da Liberação. Todas as classes aderiram a esse esforço: os nobres prontificaram-se a comandar o exército, os camponeses aceitaram o recrutamento, os comerciantes cederam muito

de seus lucros para o Estado, os homens e as mulheres de letras e de conhecimentos espalharam através de toda a Alemanha o apelo para a liberdade da imprensa, do pensamento, e do culto; e em 1807, numa Berlim policiada pelas tropas francesas, Fichte pronunciou aquelas famosas *Mensagens à Nação Germânica*, que apelavam a uma disciplinada minoria para liderar o povo prussiano na limpeza moral e na renovação nacional. Em Königsberg, em junho de 1808, alguns professores universitários organizaram uma "União Moral e Científica", que veio a tornar-se conhecida como Tugenbund, ou "Liga da Virtude", dedicada à liberação da Prússia.

Neste ínterim Stein vagava no exílio e na pobreza, diariamente em perigo de ser capturado ou fuzilado. Em maio de 1812 Alexandre I convidou-o a viver na corte imperial em São Petersburgo. Para ali ele foi, e ali aguardou, com seu anfitrião, que Napoleão chegasse.

CAPÍTULO XXX

O Povo Alemão

1789-1812

I. A ECONOMIA

OS ALEMÃES de 1800 eram um povo com consciência de classe, aceitando a divisão de classes como um sistema de ordem social e organização econômica; e raro era o homem que adquiria um título de nobreza exceto pelo nascimento. "Na Alemanha", notava Mme. de Staël, "todos mantêm sua posição social, seu lugar na sociedade, como se este fosse seu posto estabelecido."[1] Isso não era tanto assim ao longo do Reno e entre os graduados das universidades, mas em geral os alemães eram um povo mais paciente do que os franceses. Não foi senão em 1848 que eles alcançaram seu 1789.

A influência da Revolução Francesa foi excitante na literatura, diminuta na indústria. A Alemanha tinha ricos recursos naturais, mas a persistência do feudalismo, e o poder dos barões feudais nos estados centrais e orientais, tornou vagarosa a subida de uma classe de comerciantes e fabricantes, que podia ter sido estimulada por uma economia livre e sem classes, a fim de aplicar na indústria o carvão e os metais que jaziam abundantemente no solo. O comércio era ajudado por magníficos rios, — o Reno, o Weser, o Elba, o Saale, o Main, o Spree, o Oder; mas a fragmentação dos estados mantinha as estradas de pequena extensão, poucas e pobres, e nessas havia assaltantes e pedágios feudais. O comércio era prejudicado por regulamentos de *guilds* (corporações), impostos altos e a diversidade geográfica das medidas, dos pesos, das moedas e das leis.

A indústria alemã até 1807 tinha que enfrentar a competição das mercadorias britânicas, produzidas pela maquinaria mais moderna; a Inglaterra gozava de uma geração de prioridade na Revolução Industrial e proibia a exportação de sua nova tecnologia ou de seus peritos técnicos.[2] A dupla face do deus da guerra, criando indústrias para alimentar, vestir e matar os homens, nutria as economias nacionais; depois de 1806 o Bloqueio Continental, mais ou menos excluindo as mercadorias inglesas, ajudou as indústrias do continente a crescerem. A mineração e a metalurgia desenvolveram-se na Alemanha Ocidental, especialmente em Düsseldorf e Essen. Em Essen, em 1810, Friedrich Krupp (1787-1826) começou o complexo de usinas metalúrgicas que armariam a Alemanha por um século.

A despeito de tais números o empreendedor era menosprezado pelos nobres e pelo rei como um aproveitador em potencial, e a nenhum mercador ou fabricante permitia-se casar na nobreza ou comprar uma propriedade feudal. Financistas — huguenotes, judeus, ou outros — tinham permissão de emprestar dinheiro para a nobreza ou para o rei, mas quando (1810) eles propuseram que a Prússia imitasse a Inglaterra e a França

e estabelecesse um banco nacional, emitisse papéis do governo com baixos juros, e assim deixasse que a dívida pública ajudasse a financiar o Estado, o rei concordou com os nobres que tal procedimento poria o reino à mercê dos banqueiros. A Prússia rejeitou o controle da nação por aqueles que geriam o capital, e escolheu de preferência ser mandada por uma casta militar e uma aristocracia Junker.

II. CRENTES E DUVIDOSOS

A Alemanha ainda estava religiosamente dividida como na Guerra dos Trinta Anos; e sob muitas formas as guerras de Frederico, o Grande, com a Áustria e a França foram reproduções daquela prolongada tragédia. Se Frederico tivesse perdido, o protestantismo poderia ter desaparecido da Prússia como ele desapareceu da Boêmia de Huss após 1620.

À medida que o clero protestante apossava-se das propriedades dos bispos católicos no norte protestante, ele se tornava dependente da proteção militar pelos príncipes protestantes, e reconhecia-os como a cabeça da igreja protestante em seus reinos; assim o agnóstico Frederico era a cabeça da igreja prussiana. Nos estados católicos — Áustria, Boêmia e praticamente toda a Confederação do Reno — os bispos, se eles próprios não eram governantes, necessitavam de proteção similar, e caíam na subserviência do poder civil; muitos deles prestavam pouca atenção aos pronunciamentos papais, mas a maior parte deles lia regularmente de seu púlpito os decretos das autoridades civis que os protegiam; assim, nos estados napoleônicos alemães, os bispos — protestantes ou católicos — liam de seus púlpitos as ordens administrativas e os boletins militares de Napoleão.[3]

Essa sujeição da Igreja teve efeitos diversos, quase contraditórios: o pietismo e o racionalismo. Havia muitas famílias alemãs que tinham tradição de uma piedade religiosa mais forte do que a política e mais profunda do que a ritual; encontravam mais inspiração nas orações familiares do que na eloqüência do púlpito ou na teologia tradicional. Cada vez mais negligenciavam as igrejas e praticavam suas devoções em grupos esotéricos privados e intensos. Ainda mais fervente era um orgulhoso punhado de místicos que acalentavam as tradições de videntes como Jakob Böhme, e alegavam ter visto — ou procuravam ver — Deus face a face, e terem experimentado aparições que haviam dissolvido os mais profundos e mais amargos problemas da vida. Especialmente impressionantes, se não por outro motivo pelo menos por ter suportado com silente heroísmo séculos de perseguição, eram os monges e freiras da Irmandade da Morávia enclausurados e sem votos, os quais, banidos da Boêmia católica, espalharam-se através da Alemanha protestante e afetaram profundamente sua vida religiosa. Mme. de Staël encontrou-se com alguns deles e ficou impressionada com sua castidade pré-marital, sua compartilhação dos bens, e o epitáfio escolhido para cada um de seus mortos: "Ele nasceu em tal dia, e em tal dia voltou a seu país nativo."[4] A baronesa Julie (Barbara Juliane) von Krüdener (1764-1824), que era a mística favorita de Mme. de Staël, aderiu ao credo dos morávios, e pregava-o tão encantadoramente que a rainha Louise da Prússia — e, por algum tempo, o czar Alexandre da Rússia — caíram sob sua influência, exceto quanto a compartilhar das riquezas.

Antípodas dos místicos eram os céticos que haviam respirado os ventos do Iluminismo francês. Lessing havia libertado o *Aufklärung* alemão, exumando e publicando parcialmente os *Fragmente eines Ungenannten* (1774-78) (Fragmentos de Um Anônimo), no

qual Hermann Reimarus havia expressado suas dúvidas acerca da validade histórica dos evangelhos. Naturalmente tinha havido céticos em todas as gerações, mas a maior parte deles havia achado que o silêncio é de ouro, e a infecção havia sido controlada pelo fogo do inferno e pela polícia. Mas agora ela havia encontrado seu caminho nas lojas maçônicas e nas lojas dos Rosa-cruzes, nas universidades e até nos mosteiros. Em 1781 a *Crítica da Razão Pura* de Kant levou a Alemanha educada a um tumulto, explicando as dificuldades de uma teologia racional. Durante uma geração após ele a filosofia alemã trabalhou para refutar ou esconder as dúvidas de Kant, e alguns sutis tecelões de teias de aranha, como Friedrich Schleimacher, alcançaram renome internacional. De acordo com Mirabeau (que visitou a Alemanha três vezes entre 1786 e 1788) quase todo o clero prussiano protestante tinha naquela ocasião abandonado secretamente sua ortodoxia e viera a pensar que Jesus era um místico amável que havia proclamado a aproximação do fim do mundo. Em 1800 um observador apressado relatava que a religião havia morrido na Alemanha e que "não está mais na moda ser cristão".[5] Georg Lichtenberg (1742-99) predisse que "chegará o dia em que toda a crença em Deus será como os fantasmas dos contos infantis".[6]

Tais relatórios eram emocionalmente exagerados. A dúvida religiosa afetava poucos professores e alguns alunos, mas ela dificilmente tocava as massas alemãs. O credo cristão continuava a apelar para o sentimento da dependência dos homens de poderes supersensíveis, e a propensão que tinham até as pessoas educadas de pedir a ajuda sobrenatural. As congregações protestantes aqueciam seus corações com poderosos hinos. A igreja católica continuava a oferecer abrigo para o milagre, o mito, o mistério, a música e a arte, e um porto final para os espíritos exauridos por anos de navegação intelectual entre as tempestades e os escolhos da filosofia e do sexo; assim eruditos sábios como Friedrich von Schlegel, brilhantes judias como as filhas de Moses Mendelssohn, procuraram afinal o calor uterino da mãe igreja. A fé sempre recupera, e a dúvida permanece.

III. OS JUDEUS ALEMÃES

A fé deve ter enfraquecido, pois cresceu a tolerância. À medida que o conhecimento crescia ele pulava por sobre as cercas com as quais os credos haviam preservado sua inocência. Tornara-se impossível para um cristão educado odiar um judeu moderno por causa de uma crucifixão política há 18 séculos; e talvez ele houvesse lido no evangelho de São Mateus (XXI, 8), como uma multidão de judeus havia forrado com folhas de palmeiras o caminho do amado pregador quando ele entrou em Jerusalém alguns dias antes de sua morte. De qualquer forma os judeus na Áustria foram liberados por José II, na Renânia pela Revolução ou Napoleão, e na Prússia por Hardenberg. Eles saíram alegremente dos guetos, adotaram o modo de vestir, a língua e os hábitos de suas épocas e lugares, tornaram-se capazes trabalhadores, cidadãos leais, devotados professores e criativos cientistas. O anti-semitismo permaneceu entre os iletrados, porém nos meios letrados ele perdeu sua aura religiosa e tinha de alimentar-se de rivalidades econômicas e intelectuais, e nos hábitos do gueto que permaneciam como vestígios entre os pobres que lutavam pela vida.

Em Frankfurt, no tempo de Goethe, a hostilidade entre os cristãos e os judeus havia

sido especialmente forte, e sobreviveu mais tempo por causa da burguesia ali governante, que sentia o vigor da competição judia no comércio e nas finanças. Vivendo quietamente entre eles estava Meyer Amschel Rothschild (1743-1812), que estava fundando a maior casa bancária da história, emprestando a príncipes empobrecidos tais como os *landgraves* de Hesse-Cassel, ou servindo como um dos agentes ingleses no subsídio aos reis desafiados em sua luta contra Napoleão. Apesar de tudo foi Napoleão quem em 1810 insistiu em aplicar aos judeus de Frankfurt a ampla liberdade garantida pelo Código Napoleão.[7]

Marcus Herz (1747-1803), veio a personificar o florescimento das finanças judias na busca e patrocínio das ciências e das artes. Nascido em Berlim, ele emigrou em 1762 para Königsberg, onde Kant e outros liberais haviam forçado a universidade a admitir judeus. Herz alistou-se como estudante de medicina, mas assistia às conferências de Kant quase tantas vezes quanto os cursos de medicina, e seu apaixonado interesse pela filosofia fê-lo o aluno favorito de Kant.[8] Formando-se em medicina, ele transferiu-se para Berlim, e em breve adquiriu reputação não somente como médico mas também por suas conferências sobre filosofia. Seus discursos e demonstrações em física atraíam uma distinta audiência que incluía o futuro rei Frederico Guilherme III.

A vida de Marcus foi ao mesmo tempo abrilhantada e atormentada por seu casamento com Henrietta de Lemos, uma das mais belas mulheres de seu tempo. Ela fez de sua casa um *salon* que rivalizava com os melhores de Paris. Estendia sua hospitalidade a outras belezas judias, incluindo a filha de Moses Mendelssohn Brendel — mais tarde Dorothea — e Rachel Levin, que seria a esposa do autor e diplomata Varnhagen von Esse. Pessoas notáveis cristãs bem como judias reuniam-se em torno dessas três graças, e os cristãos ficavam deliciados ao verificar que elas tinham mentalidade bem como corpos, e que eram fascinantemente aventurosas. Mirabeau assistiu a essas reuniões para discutir política com Marcus, e mais freqüentemente para ponderar sobre assuntos mais sutis com Henrietta. Ela correspondia à admiração que lhe era oferecida pelos notáveis cristãos, e caiu em ''ambíguas relações'' com Wilhelm von Humboldt, o educador, e depois com Friedrich Schleiermacher, o pregador filosófico. Entrementes ela encorajava Dorothea — que haviase casado com Simon Veit e lhe dado dois filhos — a deixar seu marido e seu lar e ir viver com Friedrich von Schlegel, primeiro como sua amante e depois como sua esposa.

Assim a livre mistura de judeus e cristãos teve um duplo efeito dissolvente: enfraqueceu a fé dos cristãos quando eles descobriram que Cristo e seus 12 apóstolos tinham a intenção de que sua religião fosse uma reforma do judaísmo, fiel ao templo e ao código mosaico; e enfraqueceu a fé dos judeus que viram que a fidelidade ao judaísmo podia ser uma severa desvantagem na procura de companhia e posições. Em ambos os casos o declínio da fé religiosa erodiu o código moral.

IV. A MORAL

O código moral tinha-se baseado na crença em um Deus bom e terrível, que encorajava qualquer apelo humilde, observava todos os atos e pensamentos de todas as almas, nada esquecia e jamais abdicava do direito e do poder de julgar, punir ou perdoar, um deus de amor e de vingança, dono, em sua forma medieval, do céu e do inferno. Este

credo sombrio e talvez indispensável ainda sobrevivia entre as massas e ajudava o clero, os Junkers, os generais, e os *patres familias* a controlarem seus rebanhos, suas tropas e seus lares. Guerras periódicas, competição comercial e a necessidade de uma disciplina familiar requeriam a formação de hábitos de obediência e aplicação nos jovens, de encantadora modéstia e artes domésticas nas moças, de paciente dedicação na esposa, de dura capacidade de comando no marido e no pai.

O homem comum alemão era basicamente bem-humorado, pelo menos na taverna; mas ele achava prudente afetar um ar solene perante a esposa, os filhos, os competidores e os empregados. Trabalhava duro e requeria o mesmo daqueles que estavam sob sua responsabilidade. Honrava as tradições como o poço da sabedoria e o pilar da autoridade; os velhos costumes capacitavam-no a enfrentar suas tarefas diárias e contactos com confortável economia de pensamento. Mantinha sua religião como uma herança sagrada e agradecia-lhe sua ajuda no treinamento de seus filhos para a cortesia, o sistema e a firmeza. Repudiava a Revolução que havia desorganizado a França e o *Sturm und Drang* da juventude alemã, como a desorganizada dissolução de relações estabelecidas, vitais para a ordem e a sanidade do lar e do Estado. Mantinha sua esposa e filhos em subordinação mas podia ser humano e amável em seus modos caseiros, e trabalhava sem queixar-se para atender a suas necessidades de corpo e alma.

Sua esposa aceitava a situação sem muita resistência, pois ela concordava que uma família grande num país inseguro, rodeado por inimigos potenciais, exigia uma mão forte e firme. Em casa, sujeita ao marido e à lei, ela era aceita como a autoridade guia, e era quase sempre recompensada com o perene amor de seus filhos. Ficava satisfeita de ser "a justificada mãe das crianças",[9] consumida na conquista do solo e na continuidade da raça.

Mas havia outras vozes. Em 1774 Theodore von Hippel, antecipando por 18 anos Mary Wollstonecraft, publicou *Sobre o Casamento*, uma defesa masculina da liberação das mulheres. Ele objetava ao voto de obediência da noiva; o casamento deveria ser uma parceria, não uma sujeição. Pleiteava a ampla emancipação da mulher — não somente pelo voto mas também pela elegibilidade para as funções públicas, mesmo as mais altas; chamava a atenção para algumas grandes mulheres governantes de sua época — Cristina da Suécia, Catarina da Rússia, Maria Teresa da Áustria. Se a ampla emancipação não for transformada em lei, os "direitos do Homem" deveriam ser mais honestamente chamados "direitos dos Homens."[10]

A Alemanha não o escutou, porém — sob o estímulo da Revolução Francesa e da divulgação da literatura radical na Alemanha — o fim do século XVIII e o princípio do século XIX viram uma tal quantidade de mulheres emancipadas como somente nosso tempo pode emular em números, e somente a França do século XVIII pode competir em brilho, e nada pode superar em diabólicas atividades. O movimento romântico na literatura, que era um eco dos trovadores medievais, idealizava a mulher não mais como uma mãe à semelhança de Demétria, nem como uma virgem como Maria, mas como um buquê intoxicante de beleza física e vivacidade intelectual, com um toque de escândalo para completar a atração. Já observamos Henrietta Herz e Dorothea Mendelssohn; ajunte-se Caroline Michaelis (filha de um orientalista de Göttingen) que, como uma viúva revolucionária, casou-se com August von Schlegel, divorciou-se dele e casou-se com o filósofo Schelling. Acresça-se a elas Therese Forster, que rivalizava com

seu marido em ardor republicano, deixou-o para viver com um diplomata saxônio, e escreveu uma novela política, *A Família Seldorf*, a qual causou grande emoção na Renânia; em poder intelectual, escreveu Wilhelm von Humboldt, "ela foi uma ds mais notáveis mulheres de seu tempo".[11] Acrescente-se Rachel Levin Varnhagen von Ense, cujo *salon* era freqüentado por diplomatas e intelectuais em Berlim. Junte-se Bettina von Arnim, que nós vimos adejando em volta de Beethoven e Goethe. E aquelas cultas mulheres, não inteiramente revolucionárias, que superavam o brilho de Goethe em Weimar: a duquesa Luise, Charlotte von Kalb, Charlotte von Stein.

Nas cidades maiores da Alemanha essa liberação das mulheres foi naturalmente acompanhada por um afrouxamento das restrições morais. O rei Frederico Guilherme II havia criado a moda de amantes, e no reino seguinte o príncipe Luis Ferdinando superou-o. Os casamentos de amor multiplicavam-se à medida que os mais jovens abandonavam o encanto da propriedade pelo êxtase do romance. Goethe, envelhecendo, olhava de Weimar com desconfiança a alegre vida dos escalões superiores da sociedade em Berlim. Mas ele adotava a nova moralidade quando ia às águas em Carlsbad. Ali as mulheres exibiam-se orgulhosamente nas novas modas que Mesdames de Tallien e de Beauharnais haviam lançado em Paris em 1795.

A imoralidade política competia com a complacência sexual. O suborno era um instrumento favorito da diplomacia e uma ambiciosa venalidade lubrificava a burocracia tanto nos estados católicos como nos protestantes. Os negócios parece que eram mais honestos do que a política; a burguesia, mesmo quando se casava com mulheres de costumes fáceis, mantinha-se à parte das distrações às margens do rio Spree. Nesse intervalo, no entanto, as universidades estavam despejando na vida alemã e na moral alemã o perturbante catabolismo de uma juventude parcialmente educada.

V. A EDUCAÇÃO

A educação tornou-se agora a principal preocupação e realização na Alemanha, comparando-se com aquele interesse pela guerra, que se excitava pelo levante das mentes e dos corpos contra Napoleão. As *Mensagens à Nação Germânica*, de Fichte (1807)[12], embora escutadas por poucos, expressavam a convicção crescente da época: unicamente uma reforma da educação em todos os níveis poderia levantar a Alemanha do desafio do prazer para uma devoção mais firme às necessidades do Estado naqueles anos em que uma rápida rendição e uma humilhação nacional quase haviam quebrado o espírito germânico. Em 1809 Wilhelm von Humboldt (1767-1835) foi indicado ministro prussiano da educação. Dedicou-se com eficiência a sua tarefa, e sob sua liderança o sistema educacional germânico começou uma renovação que em breve fê-lo o melhor da Europa. Estudantes vinham de dezenas de países para estudar nas universidades de Göttingen, Heidelberg, Jena e Berlim. A educação estendia-se a todas as classes, e alargava seus assuntos e objetivos; e embora a religião fosse enfatizada como um apoio do caráter, os instrutores de leis faziam do nacionalismo a nova religião das escolas alemãs — da mesma forma como Napoleão o havia feito a nova divindade nas escolas da França.

As universidades da Alemanha precisavam e tiveram uma vigorosa reformulação, pois muitas delas estavam sofrendo da negligência que em geral acompanha a velhice. Heidelberg havia sido fundada em 1386, Colônia em 1388, Erfurt em 1379, Leipzig em

1409, Rostok em 1419, Mainz em 1476, Tübingen em 1477, Wittenberg em 1502. Todas elas agora estavam passando apertos e necessidades. A universidade de Königsberg, iniciada em 1544, florescia com Immanuel Kant. A universidade de Jena, estabelecida em 1588, tornou-se a capital cultural da Alemanha, com Schiller, Fichte, Schelling, Hegel, os irmãos Schlegel e o poeta Hölderlin; ali o corpo docente quase rivalizava com os estudantes no apoio à Revolução Francesa. A universidade de Halle (1604) era "a primeira universidade moderna" em três sentidos: ela dedicava-se à liberdade do pensamento e do ensino e não exigia compromisso de ortodoxia religiosa de seus docentes; abria espaço para a ciência e a filosofia modernas; e tornou-se um centro de erudição original e uma oficina de trabalhos de pesquisa científica.[13] A universidade de Göttingen, fundada recentemente, em 1736, tinha por volta de 1800 se tornado "a maior escola da Europa",[14] rivalizada apenas pela universidade de Leiden na Holanda. "Todo o norte da Alemanha", dizia Mme. de Staël, quando por ali viajava em 1804, "está repleto com as mais eruditas universidades da Europa."[15]

Wilhelm von Humboldt, o Francis Bacon desse renascimento do conhecimento, era uma das maiores mentes emancipadas da época. Embora nascido na nobreza, ele a descrevia como sendo "certa vez um mal necessário e agora um mal desnecessário". Concluía do estudo da história que quase todas as instituições, por mais deficientes e destrutivas que se houvessem tornado, tinham sido uma vez benéficas. "O que manteve a liberdade viva na Idade Média? O sistema de feudos. O que preservou as ciências nos séculos dominados pelos bárbaros? Os mosteiros."[16] Isto ele escreveu na idade de 24 anos. Um ano mais tarde (1792) ele julgou com profética visão a nova constituição inaugurada pela França (1791); ela continha, pensava ele, muitas admiráveis propostas, mas o povo francês, excitado e apaixonado, seria incapaz de viver de acordo com ela, e iria transformar seu país num caos. Uma geração após, andando com um filólogo amigo pelo campo de batalha de Leipzig, onde Napoleão havia enfrentado o desastre em 1813, ele observava: "Reinos e impérios, como nós aqui vemos, perecem; mas um belo poema dura para sempre."[17] Talvez ele estivesse pensando em Píndaro, cujos poemas traduzira de seu grego excepcionalmente difícil.

Humboldt fracassou como um diplomata, porque estava tão entusiasmado pela revolução das idéias que não podia concentrar-se nas coisas efêmeras da política. Sentindo-se desconfortável no palco das funções públicas, ele retirou-se para uma vida quase que solitária de estudos. Era fascinado pela filologia e seguia as aventuras das palavras à medida que elas viajavam de um país para o outro. Não tinha fé em usar-se o governo para resolver o problema social, pois as leis seriam frustradas pela imutável natureza do homem. Concluía que a melhor esperança para o homem jazia no desenvolvimento de uma minoria cuja dedicação social pudesse servir como um farol para os jovens, mesmo numa geração desanimada.

Assim, na idade de 42 anos, ele abandonou seu retraimento para servir como ministro da educação; e em 1810 o governo comissionou-o para organizar a universidade de Berlim. Ali ele efetuou uma modificação que influenciou as universidades européias e americanas até nossos próprios dias: os professores passaram a ser escolhidos não tanto por sua capacidade de ensinar, mas por sua reputação ou inclinação para pesquisa original em ciência ou em cultura. A Academia de Ciências de Berlim (fundada em 1711), o observatório nacional, o jardim botânico, o museu e a biblioteca foram incorporados

à nova universidade. Dela provieram Fichte, o filósofo, Schleiermacher, o teólogo, Savigny, o jurista, e Freidrich August Wolf (1759-1824), o clássico erudito cujo *Prolegomena ad Homerum* (1759) havia assombrado os helenistas com a esclarecedora sugestão que "Homero" não tinha sido um poeta mas uma sucessão de cantores gradualmente produzindo a *Ilíada* e a *Odisséia*. Na universidade de Berlim, Barthold Georg Niebuhr (1776-1831) pronunciou as conferências que vieram a constituir sua pioneira *História de Roma* (*Römische Geschichte*, 1811-32). Ele surpreendeu o mundo erudito rejeitando os capítulos iniciais de Tito Lívio como não sendo história e sim lenda. — Daí em diante, na erudição clássica, na filologia, na historiografia, bem como na filosofia, a Alemanha liderou o mundo. Sua supremacia na ciência ainda não havia chegado.

VI. A CIÊNCIA

Ela havia sido retardada na Alemanha por sua ligação quase que Siamesa com a filosofia. Durante a maior parte desse período ela era olhada como uma parte da filosofia e era incluída nela, ao mesmo tempo que a erudição clássica e a historiografia, sob o termo *Wissenschaftslehre*, o estudo do conhecimento. Essa associação com a filosofia prejudicou a ciência, pois a filosofia alemã era então um exercício de lógica teórica pairando orgulhosamente por cima da pesquisa ou verificação pela experiência.

Dois homens especialmente trouxeram honras científicas para a Alemanha nesse período — Karl Friedrich Gauss (1777-1855) e Alexander von Humboldt (1769-1859). Gauss nascera numa casa de camponeses em Brunswick, de um pai que era jardineiro, pedreiro e que cuidava de um canal; e que desaprovava a educação como um passaporte para o inferno.[18] A mãe de Karl no entanto, notava seu encanto e talento com os números, fez economias e guardou dinheiro para mandá-lo para a escola e depois para o *Gymnasium*. Ali seu rápido progresso na matemática levou seu professor a conseguir-lhe uma audiência com o duque Charles William Ferdinand de Brunswick; o duque ficou impressionado e pagou pelo ensino do rapaz durante um curso de três anos no Colegium Carolinum de Brunswick. Dali Karl Friedrich passou para a universidade de Göttingen (1795). Após ali haver passado um ano, sua mãe, inteiramente incapaz de compreender o trabalho e o manuseio de seu filho com números e diagramas, perguntou a um professor se Karl teria algum futuro. A resposta foi: "Ele será o maior matemático da Europa."[19] Antes que a mãe tivesse morrido ela poderia ter ouvido Laplace afirmar que Gauss já havia cumprido aquela predição. Ele hoje em dia equipara-se com Arquimedes e Newton.[20]

Nós não pretenderemos compreender, muito menos explicar, as descobertas — na teoria dos números, nos números imaginários, nos resíduos quadrados, nos métodos dos mínimos quadrados, no cálculo infinitesimal — pelas quais Gauss transformou a matemática do que ela tinha sido no tempo de Newton até quase uma nova ciência, que se tornou a ferramenta dos milagres científicos de nossa época. Ele próprio fez frutificar sua matemática em meia dúzia de campos. Suas observações da órbita de Ceres (o primeiro planetóide, descoberto em 1º de janeiro de 1801) levou-o a formular um novo e rápido método de determinar as órbitas planetárias. Fez pesquisas que colocaram a teoria do magnetismo e da eletricidade numa base matemática. Ele foi um peso e uma bênção para todos os cientistas que acreditam que nada é ciência enquanto não puder ser expresso em termos matemáticos.

Era uma pessoa tão interessante quanto seu trabalho. Ao mesmo tempo que reformulava uma ciência ele permanecia um modelo de modéstia. Não tinha nenhuma pressa em publicar suas descobertas, de tal forma que o crédito para elas não lhe veio senão após a morte. Trouxe sua velha mãe para viver com ele e sua família, e nos quatro últimos de seus 97 anos, quando ela estava totalmente cega, ele servia-lhe de enfermeiro e não permitia que mais ninguém tomasse conta dela.[21]

O outro herói da ciência alemã nesta época foi Alexandre von Humboldt, o irmão mais moço de Wilhelm. Após formar-se por Göttingen, ele entrou na academia de minas de Freiberg e distinguiu-se por seus estudos da vegetação subterrânea. Como diretor de minas em Bayreuth, ele descobriu os efeitos do magnetismo terrestre sobre os depósitos rochosos, fundou uma escola de minas e melhorou as condições de trabalho nas minas. Estudou as formações montanhosas com H.-B. de Saussure na Suíça, e os fenômenos elétricos com Alessandro Volta em Pavia. Em 1796 iniciou, por acidente, uma longa viagem de descobertas científicas (que rivaliza com a viagem de Darwin no *Beagle*) cujos resultados fizeram-no, de acordo com um comentário contemporâneo, "o mais famoso homem da Europa depois de Napoleão".[22]

Com seu amigo botânico Aimé Bonpland, ele partiu de Marselha na esperança de juntar-se a Napoleão no Egito; as circunstâncias desviaram-nos para Madrid, onde o inesperado patrocínio do primeiro-ministro encorajou-os a explorar a América espanhola. Para ali viajaram em 1799, e fizeram uma parada de seis dias em Tenerife, a maior das ilhas Canárias; ali subiram a seu pico (3.720 metros), e testemunharam uma chuva de meteoros, que levou Humboldt a estudar a periodicidade de tais fenômenos. Em 1800, partindo de Caracas, na Venezuela, eles passaram quatro meses estudando a vida vegetal e animal das savanas e florestas tropicais ao longo do Orenoco, até que chegaram às fontes comuns tanto daquele rio quanto do Amazonas. Em 1801 eles abriram caminho através dos Andes, de Cartagena (um porto marítimo na Colômbia) a Bogotá e Quito, e escalaram o monte Chimborazo (5.762 metros), estabelecendo um recorde mundial que se manteve durante os próximos 36 anos. Viajando ao longo da costa do Pacífico até Lima, Humboldt mediu a temperatura da corrente oceânica que hoje leva o seu nome. Observou a passagem do planeta Mercúrio pelo meridiano. Fez um estudo químico do guano, viu suas possibilidades como fertilizante, e enviou algum desse excremento de aves marítimas para a Europa, a fim de prosseguir com as análises; assim começou uma das mais ricas exportações da América do Sul. Os infatigáveis pesquisadores, tendo chegado quase até o Chile, voltaram de novo para o norte, passaram um ano no México e algum tempo nos Estados Unidos, e voltaram a pôr os pés em solo europeu em 1804. Foi uma das mais férteis viagens científicas da história.

Humboldt permaneceu durante quase três anos em Berlim, estudando a massa de suas observações e escrevendo seu livro *Ansichten der Natur* (Aspectos da Natureza, 1807). Um ano mais tarde transferiu-se para Paris para estar perto dos registros e da ajuda científica. Ali permaneceu por 19 anos, gozando da amizade dos principais sábios franceses e da vida e da literatura dos salões; foi um dos "bons europeus" de Nietzche. Testemunhou com a calma de um geólogo aqueles distúrbios superficiais conhecidos como a subida e a queda dos estados. Acompanhou Frederico Guilherme III na visita dos reis vitoriosos a Londres em 1814, mas estava precipuamente ocupado em desenvolver as velhas ciências ou em criar novas.

Descobriu (1804) que a força magnética da terra decresce em intensidade dos pólos para o equador. Enriqueceu a geologia com seus estudos da origem ígnea de certas rochas, da formação das montanhas, da distribuição geográfica dos vulcões. Forneceu as primeiras indicações para as leis que governam as perturbações atmosféricas, e dessa forma lançou luz sobre a origem e a direção das tempestades tropicais. Fez estudos clássicos das correntes de ar e das correntes nos oceanos. Foi o primeiro (1817) a estabelecer para a geografia as linhas isotermas, que unem os lugares com a mesma temperatura média anual a despeito de suas diferenças em latitude; os cartógrafos se surpreenderam ao ver, no mapa de Humboldt, que Londres, embora tão ao norte quanto o Labrador, tinha a mesma temperatura média que Cincinnati, que está tão ao sul quanto Lisboa. Seu *Essai sur la géographie des plantes* (Ensaio sobre a Geografia das Plantas) deu início à ciência da biogeografia — o estudo da distribuição das plantas e como elas são afetadas pelas condições físicas do terreno. Estas e centenas de outras contribuições, de aparência modesta porém de ampla e duradoura influência, foram publicadas em 30 volumes de 1805 a 1834, sob o título de *Voyages de Humboldt et Bonplant aux régions equinoxiales du nouveau continent* (Viagens de Humboldt e Bonplant às Regiões Equinociais do Novo Continente).

Finalmente, tendo gasto sua fortuna em seu trabalho, Humboldt aceitou um posto assalariado como camareiro na corte prussiana (1827). Pouco após sua redomesticação ele pronunciou em Berlim as conferências públicas que mais tarde formaram a substância de sua obra em muitos volumes *Kosmos* (1845-62), que estava entre os mais famosos livros do conhecimento europeu. O prefácio expressa-se com a modéstia de uma mente madura:

> Na noite de uma vida ativa que se aproxima eu ofereço ao público germânico um trabalho cuja imagem indefinida vem flutuando em minha mente por cerca de meio século. Freqüentemente tenho olhado para seu término como impraticável, mas, por mais que eu tenha estado disposto a abandonar a tarefa, eu a tenho retomado de novo, embora talvez imprudentemente... O principal impulso pelo qual fui guiado foi o intenso esforço para compreender os fenômenos dos objetos físicos em sua geral ligação, e o de representar a natureza como um grande conjunto movido e animado pelas forças interiores.[23]

Quando traduzido para o inglês em 1849, o livro atingiu quase 2.000 páginas, abrangendo astronomia, geologia, meteorologia e geografia, e revelando um mundo físico vivo de surpresas, embora governado pelas leis da matemática e as regularidades da física e da química. Apesar de tudo, o quadro geral é o de uma vasta cena desempenhada não por um mecanismo inanimado, mas pela inexaurível vitalidade, expansão e inventividade de sua própria vida.

A vitalidade do próprio Humboldt era inspiradora. Mal ele se havia estabelecido em Berlim quando aceitou um apelo do czar Nicolau I para liderar uma expedição científica à Ásia Central (1829). Passou meio ano reunindo dados meteorológicos e estudando a formação das montanhas, e no meio do caminho descobriu minas de diamantes nos Urais. De volta a Berlim, usou sua posição como camareiro para melhorar o sistema educacional e ajudar artistas e cientistas. Estava trabalhando no volume V do *Kosmos* quando a morte o surpreendeu em seu nonagésimo ano. A Prússia deu-lhe um funeral solene.

VII. A ARTE

Na Alemanha a época não era favorável nem para a ciência nem para a arte. A guerra, presente ou esperada, consumia entusiasmo, emoção e riqueza. O patrocínio privado da arte era raro e tímido. Galerias públicas em Leipzig, Stuttgart, Frankfurt, e especialmente Dresden e Berlim, exibiam obras-primas mas Napoleão encaminhava-as para o Louvre.

Apesar de tudo a arte alemã produziu alguns trabalhos memoráveis no meio dessas perturbações. Enquanto Paris dançava no caos, Berlim arrojadamente construía a Porta de Brandenburgo. Karl Gotthard Langhans (1731-1808) projetou-a com colunas dóricas aneladas e deu-lhe um solene frontão triangular como se quisesse anunciar a morte do barroco e do rococó; mas, principalmente, a majestosa estrutura proclamava o poderio dos Hohenzollerns, e sua resolução de que nenhum inimigo entraria em Berlim. Napoleão entrou em 1806 e os russos em 1945.

A escultura ia bem. Era essencialmente uma arte clássica, dependendo das linhas e (desde a antiguidade) evitando a cor; estranhas a seu espírito eram a irregularidade do barroco e a jovialidade do rococó. Johann von Dannecker cinzelou uma *Sappho*, e Catullus a *Moça com o Pássaro*, para o museu de Stuttgart, uma *Ariadne* para o museu Bethmann em Frankfurt e um famoso busto de Schiller para a biblioteca de Weimar. Johann Gottfried Schadow (1764-1850), após estudar com Canova em Roma, voltou à sua nativa Berlim e em 1793 chamou a atenção da capital colocando no topo da porta de Brandenburg uma *Quadriga* esculpida de quatro cavalos guiados por uma Vitória Alada numa carruagem romana. Para Stettin ele esculpiu uma estátua de mármore de Frederico, o Grande, de pé, vestido marcialmente, fuzilando os inimigos com os olhos, mas com dois grossos volumes a seus pés para atestar seu trabalho como escritor; sua flauta foi esquecida. Mais terno é o par das *Princesas Luise e Friederike* (1797), meio afogadas nas roupagens, mas movendo-se sossegadamente, de braços dados, para a exaltação e o pesar. A rainha inspirou artistas por sua beleza, por seu apaixonado patriotismo e por sua morte. Heinrich Gentz (1766-1811) dedicou a ela um sombrio mausoléu em Charlottenburg, e para seu lugar de descanso Christian Rauch (1777-1857) esculpiu-lhe um túmulo digno de seu corpo e de sua alma.

A pintura alemã ainda estava sofrendo da anemia do neoclassicismo, tentando viver das cinzas de Herculano e Pompéia, dos tratados de Lessing e Winckelmann, das pálidas faces de Mengs e David, e dos sonhos românticos de Angélica Kauffmann e de incontáveis Tischbeins. Mas essa descoloração importada não tinha raízes onde se nutrir na história ou no caráter alemão; os pintores alemães daquela época davam de ombros ao neoclassicismo, retornavam ao cristianismo, muito antes da Reforma e sua hostilidade ou indiferença à arte, e — muito antes que os pré-rafaelitas ingleses — escutaram vozes como as de William Wackenroder e Friedrich Schlegel, apelando-lhes para recuarem de Rafael até a arte medieval, que havia pintado, esculpido e composto na simplicidade e na felicidade de uma fé inquestionada. Assim surgiu a escola de pintura conhecida como os Nazarenos.

Seu líder era Johann Friedrich Overbeck, (1789-1869). Nascido em Lübeck, carregou com ele durante 80 anos a pesada seriedade das velhas famílias de mercadores e as invasoras névoas que vinham do mar Báltico. Enviado a Viena para estudar arte, ele não se

nutriu no neoclassicismo com que ali o alimentavam. Em 1809 ele e seu amigo Franz Pforr fundaram a "Irmandade Lucana (de São Lucas)", comprometida com a revitalização da arte, dedicando-a à fé renovada, como ela havia existido nos dias de Albrecht Dürer (1471-1528). Em 1819 eles emigraram para Roma, procurando estudar Perugino e outros pintores do século XV. Ali a eles se juntaram em 1811 Peter von Cornelius (1783-1867) e mais tarde Philipp Veit, Wilhelm von Schadow-Godenhaus e Julius Schnorr von Carolsfeld.

Eles viviam como santos vegetarianos no mosteiro abandonado de São Isidoro, no monte Píncio. "Nós levávamos uma vida verdadeiramente monástica", recordava mais tarde Overbeck. "De manhã trabalhávamos juntos; ao meio-dia alternavamo-nos para cozinhar nossa comida, que era composta apenas de sopa e um pudim, ou algum gostoso vegetal." Alternavam-se posando um para o outro. Não davam muita importância a São Pedro por conter muita arte "pagã", e preferiam ir às velhas igrejas e aos claustros de São João de Latrão e São Paulo extramuros. Viajaram até Orvieto para estudar Signorelli, a Sienna para estudar Duccio e Simone Martini, e acima de tudo a Florença e Fiésole para estudar Fra Angélico. Resolveram evitar pintar retratos e qualquer pintura que servisse para ornamentos, e restaurar o propósito pré-rafaelita de pintar como um encorajamento da piedade cristã e um patriotismo cimentado com o credo cristão.

Oportunidade especial veio em 1816, quando o cônsul prussiano em Roma, J. S. Bartholdy, comissionou-os para decorar sua vila com afrescos da história de José e seus irmãos. Os "Nazarenos" haviam lamentado a substituição de afrescos pela pintura em tela e a óleo; na ocasião estudaram química para preparar superfícies próprias para receberem cores que durassem; e tiveram tanto sucesso que seus afrescos, removidos de Roma e instalados na Galeria Nacional de Berlim, assumiram a posição de uma das mais orgulhosas riquezas da capital prussiana. Mas o velho Goethe, ouvindo falar desses êxtases, condenou-os como imitações do estilo italiano do século XIV, da mesma forma que os neoclássicos imitavam a arte pagã. Os Nazarenos ignoraram essa crítica, mas tranqüilamente abandonaram a cena à medida que a ciência, a erudição e a filosofia vagarosamente erodiam a antiga fé.

VIII. A MÚSICA

A música era o orgulho da Alemanha na prosperidade e seu consolo na desolação. Quando Mme. de Staël chegou a Weimar em 1803, verificou que a música era quase uma parte diária da vida de uma família educada. Muitas cidades tinham companhias de ópera, e, desde Gluck, procuravam depender cada vez menos de trabalhos e árias italianas. Mannheim e Leipzig tinham orquestras famosas por toda a Europa. A música instrumental estava subindo na competição pública com a ópera. A Alemanha tinha grandes violinistas como Louis Spohr (1784-1859), célebres pianistas como Johann Hummel (1778-1837). O rei Frederico Guilherme II tocava violoncelo tão bem que tomava parte em quartetos, às vezes em orquestras, e o príncipe Louis Ferdinand era um pianista tão capaz que somente sua descedência real impedia-o de rivalizar com Beethoven e Hummel.[24]

A Alemanha tinha também um professor de música renomado em toda a Europa como mestre, compositor e virtuoso de quase todos os intrumentos: O Abt (isto é, abade) Georg

Joseph Vogler (1749-1814). Ele a princípio ganhou fama como organista e pianista, aprendeu violino sem um professor, e desenvolveu um novo sistema de acionamento das cordas pelos dedos, bem adaptado a seus enormes dedos. Enviado à Itália para estudar composição com o padre Martini, ele rebelou-se contra um professor após o outro, voltou-se para a religião, foi aclamado em Roma. Retornando à Alemanha, fundou uma escola de música em Mannheim, depois em Darmstadt, finalmente em Estocolmo. Rejeitava os laboriosos métodos de composição ensinados pelos mestres italianos e prometia uma perfeição mais rápida. Mozart e alguns outros acreditavam-no um charlatão, mas posterior consideração reconheceu sua alta categoria, não como compositor, mas como professor, executante construtor de órgãos e como homem. Ele excursionou pela Europa como organista, atraindo enormes audiências, ganhando enormes somas, e melhorando os órgãos. Transformou o estilo de tocar o órgão, e ganhou uma competição com Beethoven sobre improvisação.[25] Foi o honrado professor de uma dezena de famosos alunos, incluindo Weber e Meyerbeer. Quando morreu eles o lamentaram como se houvesse perdido um pai. Em 13 de maio de 1814, Weber escreveu: "No dia 6 nosso amado mestre Vogler foi subitamente arrancado de nós pela morte... Ele viverá para sempre em nossos corações."[26]

Carl Maria von Weber (1786-1826) foi um dos muitos filhos de Franz Anton von Weber, que se casou duas vezes. Das irmãs ou sobrinhas de Anton duas já apareceram neste volume: Aloysia como o primeiro amor de Mozart e uma famosa cantora, e Constanze, que se tornou a esposa de Mozart. Os filhos Fritz e Edmund estudaram com Joseph Haydn, mas o filho Carl prometia tão pouco que Fritz lhe disse: "Carl, tu podes tornar-te o que quer que tu queiras, mas um músico tu nunca serás."[27] Carl dedicou-se à pintura. Mas durante as viagens de Franz Anton como diretor de uma troupe dramática e musical, na maior parte constituída por seus filhos, o aprendizado de música foi retomado por Carl por meio de um devotado professor, Joseph Heusckkel, com quem o rapaz rapidamente desenvolveu um talento que espantou e recompensou seu pai. Por volta de 1800, com a idade de 14 anos, Carl compunha e dava recitais públicos. Durante essa época, no entanto, a febril pressa de correr de uma cidade para outra teve algum efeito sobre o caráter de Carl: ele tornou-se inquieto, nervoso, excitável e mutável. Ficou tão fascinado pela litografia inventada por seu amigo Aloys Senefelder, que durante algum tempo negligenciou a composição musical e foi com seu pai para Freiberg, na Saxônia, para tentar a litografia numa escala comercial. Então, no princípio de 1803, encontrou-se com o Abt Vogler, de novo entusiasmou-se, tornou-se aluno de Vogler, e aceitou uma rigorosa rotina de estudo e prática. A confiança de Vogler nele animou-o. Nessa ocasião ele se desenvolveu tão rapidamente que, mediante recomendação de Vogler, foi convidado para servir como *Kapellmeister* em Breslau (1804). Tinha apenas 17 anos de idade mas aceitou, e levou com ele seu enfermo pai para a capital da Silésia.

O jovem não estava preparado para um posto que requeria não apenas variadas habilidades musicais, mas tirocínio no manuseio dos homens e das mulheres de todos os temperamentos. Fez amigos devotados e dedicados inimigos. Gastava em demasia, censurava a incompetência de forma brutal, e bebia imoderadamente. Tomando um copo de ácido nítrico como sendo vinho, ele bebeu parte dele antes de descobrir que estava bebendo fogo. Sua garganta e cordas vocais ficaram permanentemente prejudicadas;

não mais podia cantar e com dificuldade podia falar. Perdeu sua posição após um ano; sustentava-se, e a seu pai e uma tia, dando lições. Estava quase na miséria quando o duque Eugen de Württemberg ofereceu aos três aposentos no Schloss Karlsruhe na Silésia (1806). Porém o desmantelamento do território prussiano e suas finanças arruinaram o duque, e Weber, para alimentar seu trio, teve que esquecer da música por um período e servir como secretário, em Stuttgart, ao duque Ludwig de Württemberg. Esse duque era um fidalgo sonhador, dissipado e desonesto, e Carl deteriorou-se sob sua influência. Teve uma ligação apaixonada com a cantora Margarethe Lang e perdeu suas economias e sua saúde juntamente com ela. Foi salvo dessa libertinagem por uma família judia de Berlim — os Beers, que eram os pais de Meyerbeer. O casamento tornou-o mais sóbrio, mas não restituiu sua saúde.

Weber ganhou fama durante a Guerra da Liberação por haver musicado os cantos marciais de Karl Theodor Körner. Após a guerra ele aderiu a uma outra campanha — contra a ópera italiana: compôs *Der Freischütz* (O Franco-Atirador, 1821) como uma declaração de independência contra o invasor e vitorioso Rossini. Ela foi representada pela primeira vez em 18 de junho de 1821, aniversário de Waterloo; foi levada às nuvens nas asas do patriotismo; nunca uma ópera alemã havia tido tanto sucesso. Seu tema era derivado do *Gespensterbuch* (Histórias de Fantasmas), e brincava com as fadas que protegiam o "franco-atirador"; a Alemanha, nesses dias de Grimm, servia-se amplamente das fadas; em breve (1826) Mendelssohn apresentaria a ouverture de seu *Sonho de Uma Noite de Verão*. A ópera de Weber marcou a vitória do romantismo na música alemã.

Ele tinha esperanças de continuar seu sucesso com *Euryanthe*, que teve sua estréia em Viena em 1823; mas Rossini havia acabado de conquistar Viena e a música mais sutil de Weber não conseguia encantar. O fracasso, combinado com uma saúde que se deteriorava, de tal forma o deprimiu que, por quase dois anos, ele deixou de compor música. Então Charles Kemble, gerente do teatro Covent Garden, ofereceu-lhe mil libras esterlinas para escrever uma ópera para a peça de Wieland *Oberon*, e para vir a Londres regê-la. Weber trabalhou corajosamente nessa tarefa, e estudou inglês com tanta aplicação que, quando chegou a Londres, podia não somente ler mas também falar. Na *première* (28 de maio de 1825) *Oberon* foi um enorme sucesso, que o feliz autor descreveu naquela mesma noite a sua esposa:

> Obtive esta noite o maior sucesso de minha vida... Quando entrei para reger a orquestra, a casa, que estava cheia até o teto, rompeu numa torrente de aplausos, chapéus e lenços foram jogados para o alto. No fim da representação eu fui chamado ao palco... Tudo correu excelentemente; todos em volta de mim estavam satisfeitos.[28]

Mas representações posteriores não foram tão bem recebidas, e um concerto em benefício de Weber, em 26 de maio de 1826, foi um triste fracasso. Alguns dias mais tarde o deprimido e exausto compositor recolheu-se ao leito, atingido por uma tuberculose aguda e em 5 de junho morreu, longe do lar e da família. Os românticos morrem jovens, pois em 40 anos eles vivem o que outros vivem em 70.

IX. O TEATRO

Quase todas as cidades alemãs tinham um teatro, pois os homens, perseguidos pelos fatos durante o dia, relaxavam-se com a imaginação à noite. Algumas cidades, — Mannheim, Hamburgo, Mainz, Frankfurt, Weimar, Bonn, Leipzig, Berlim — tinham companhias teatrais residentes; outras dependiam de *troupes* viajantes e improvisavam um palco para uma visita ocasional. O teatro de Mannheim tinha a melhor reputação por seus atores e suas representações, Berlim a melhor pelas receitas dos espetáculos e salários, Weimar pelo teatro de arte clássica.

Weimar em 1789 tinha uma população de 6.200 pessoas, grande parte dela ocupada em cuidar do governo e de sua *entourage* aristocrática. Durante algum tempo o povo da cidade sustentava uma companhia de atores, mas por volta de 1790 essa iniciativa tinha morrido de inanição. O duque Charles Augustus assumiu de novo o empreendimento, fez o teatro parte da corte, persuadiu o conselheiro Goethe a assumir a gerência e os cortesãos a representarem todos os papéis menos os principais; para esses eles traziam um artista principal, homem ou mulher do firmamento de "estrelas" flutuantes que os rodeavam. Assim o grande Iffland veio a Weimar e o orgulhoso Korona Schröter (1751-1802), cuja voz, aspecto físico e olhos encantadores quase afastaram Goethe de Charlotte von Stein. O poeta-estadista-filósofo não era ele próprio um mau ator, quando desempenhava o papel do frágil Orestes frente à Efigênia de Mlle. Schröter. E surpreendia como cômico, mesmo em papéis burlescos.[29] Ele ensaiava os atores com um estilo gaulês de falar, quase declamando; tinha o defeito da monotonia mas a virtude da clareza. O duque apoiava fortemente esta política e ameaçava reprovar imediatamente, do camarote ducal, qualquer falha de articulação.

O teatro de Weimar assumiu um repertório ambicioso, que vinha desde Sófocles e Terêncio, até Shakespeare, Calderón, Corneille, Racine e Voltaire, até mesmo aos dramas contemporâneos de Friedrich e Auguste Wilhelm von Schlegel, e alcançando um orgulhoso triunfo com a peça *Wallenstein* de Schiller (1798). Schiller veio de Jena para viver em Weimar e à instância de Goethe tornou-se membro do corpo gerencial da companhia. Na época (1800) o pequeno teatro transformou Weimar no objetivo de milhares de alemães amantes do drama. Após a morte de Schiller (1805) Goethe perdeu o interesse no teatro; e quando o duque, pressionado por sua então amante, insistiu em que a companhia apresentasse um interlúdio dramático tendo um cão como estrela, Goethe resignou a seu posto de gerente e o teatro de Weimar desapareceu da história.

Dois atores dominavam o palco alemão nessa época: August Wilhelm Iffland (1759-1814) tinha triunfos paralelos aos de Talma, e Ludwig Devrient (1784-32) repetia a carreira e a tragédia de Edmund Kean. Nascido em Hanôver, aos 18 anos de idade, Iffland, apesar da proibição dos pais, abandonou a casa para aderir a uma companhia teatral em Gotha. Apenas dois anos mais tarde ele estreava em Mannheim na peça *Die Räuber* (O Salteador), de Schiller. Esse período radical cedeu à prosperidade e à simpatia com os *émigrés* franceses; em breve tornou-se um ídolo dos conservadores. Após uma carreira árdua que cobriu quase toda a Alemanha, Iffland aceitou o convite de Goethe para ir a Weimar (1796), e agradou sua audiência cortesã com comédias da classe média; mas não se saiu tão bem com papéis trágicos como Wallenstein ou Lear. Compôs diversas peças cujo humor e sentimento conquistaram o aplauso popular. Em 1798

atingiu o objetivo de sua ambição — foi feito gerente do teatro nacional em Berlim.

Pouco antes de sua morte ele contratou um ator, Ludwig Devrient, que trouxe para o palco alemão todo o sentimento e a tragédia do período romântico. Seu sobrenome francês era parte de sua herança huguenote; era o último de três filhos de um tapeceiro de Berlim em dois casamentos. Sua mãe morreu quando ele era menino deixando-o miserável numa casa cheia de gente; ele encolheu-se em uma sombria solidão consolado apenas por seu belo rosto e cabelo escuro como um corvo. Fugiu da escola e da casa mas foi apanhado e devolvido a seu pai. Todas as tentativas foram feitas para fazer dele um negociante de fazendas, mas Ludwig mostrou-se tão exasperadamente incompetente que lhe foi permitido seguir sua própria inclinação. Em 1804, com a idade de 20 anos, juntou-se a uma *troupe* teatral em Leipzig, na qual lhe deram um pequeno papel, do qual ele foi subitamente levado ao papel principal por uma doença da "estrela". Achando que o papel de um bêbado vagabundo estava de acordo com o seu gosto, ele o fez tão bem que parecia perpetuamente condenado à carreira de um ator viajante que amava a bebida no palco e fora dele. Finalmente, em 1809, em Breslau, ele encontrou-se, não no papel de Falstaff, mas no de Karl Moor, na radical peça de Schiller. Neste papel ele derramou tudo o que havia aprendido da maldade dos homens, da opressão e do ódio. Deixou que o chefe dos bandidos tomasse posse dele e nele encontrasse uma saída em cada movimento de seu corpo, na móbil variedade das expressões faciais e no brilho dos zangados olhos; Breslau não havia jamais visto algo tão vivo e tão poderoso; apenas Edmund Kean, naquela época de grandes atores, podia atingir tais alturas e profundidades da arte histriônica. Todos os papéis trágicos estavam agora à disposição de Devrient, bastando solicitá-los. Ele desempenhou o papel de Lear entregando-se de tal forma àquela frágil mistura de sabedoria e loucura que uma noite ele desmaiou no meio da peça e teve de ser levado para casa ou para sua taverna favorita.

Em 1814, Iffland, com 55 anos de idade, veio a Breslau, representou junto com Devrient, sentiu sua força e habilidade, e convidou-o a aderir ao Teatro Nacional. "O único lugar que é digno de vós é Berlim. Aquele lugar — sinto-o muitíssimo bem, em breve estará vacante. Está reservado para vós."[30] Em setembro, Iffland morreu; na primavera seguinte Devrient tomou seu lugar. Ali ele gastou-se representando, vivia da fama e do vinho, despendia felizes horas trocando histórias com E. T. A. Hoffmann numa taverna próxima ao teatro. Em 1828, vítima de seu renome, aceitou um desafio para representar em Viena. Voltou a Berlim uma ruína nervosa; morreu em 30 de dezembro de 1832, com a idade de 48 anos. Três sobrinhos brilhantes, todos portando seu nome, levaram sua arte até o fim do século.

X. OS DRAMATURGOS

Depois da magistral tradução de Shakespeare por August Wilhelm von Schlegel (1798) o palco alemão oferecia um novo lar para as peças elizabetanas. Dramaturgos do país, entre Lessing e Kleist, usualmente visavam a atingir o denominador comum da classe média; e seus sucessos populares eram perdidos nos entulhos do tempo. Zacharias Werner conseguiu colocar seu passável misticismo nos palcos. August von Kotzebue (1761-1819) agradou a uma geração com suas peças, e superou a Goethe e Schiller mesmo em Weimar; ele agora é uma memória que desapareceu exceto por seu assassinato. Mas a Alemanha recorda-se

de Heinrich Wilhelm von Kleist com piedade do homem e respeito por sua dor.

Nascido (1777) em Frankfurt-an-der-Oder, ele era quase eslavo em temperamento bem como pela geografia. Como um bom alemão passou sete anos no exército, porém mais tarde lamentava esses anos como desperdiçados. Estudou ciências, literatura e filosofia na universidade local, e perdeu sua fé tanto na religião como na ciência. Propôs casamento à filha de um general, mas intimidou-se com o pensamento de casar-se. Fugiu para Paris e daí para a Suíça onde brincou com a fantasia de comprar uma fazenda e deixar a disciplina das estações acalmar a instabilidade de uma mente cheia de idéias. Voltando para a literatura escreveu, porém nunca acabou, uma tragédia histórica, *Robert Guiskard*; e em 1808 levou ao palco em Weimar uma comédia, *Der zerbrochene Krug* (O Jarro Quebrado), que uma geração posterior classificou como um clássico permanente. Passando algum tempo em Weimar (1802-03), ele conquistou o amável encorajamento do bom e velho agnóstico Christoph Wieland, o qual, após ouvir pedaços do *Guiskard*, disse ao jovem dramaturgo que ele tinha nele os "espíritos de Ésquilo, Sófocles e Shakespeare",[31] e que o gênio de Kleist estava destinado a "preencher o vazio, no desenvolvimento do drama alemão, que nem Schiller nem Goethe haviam conseguido preencher".[32] Isso foi o bastante para destruir o jovem Sófocles de 25 anos.

Kleist foi viver em Paris, sentiu sua febre, e refletia desesperadamente sobre o ceticismo inerente à filosofia idealista alemã: se nós sabemos apenas tão pouco do mundo quanto o que vem a nossa consciência após haver sido transformado por nossos meios de percepção, então nunca poderemos encontrar a verdade. Apenas uma coisa é certa: filósofos, cientistas, poetas, santos, mendigos, lunáticos, todos estão destinados a serem em breve poeira, ou uma memória que aos poucos vai desaparecendo em alguns mortais. Kleist perdeu a coragem de encarar, aceitar e gozar da realidade, mesmo tão precariamente conhecida. Concluiu que seu gênio era ilusão, que seus livros e manuscritos eram vaidades. Num momento de ódio e desespero queimou todos os manuscritos que tinha com ele, e tentou alistar-se no exército que Napoleão estava formando no Canal. Em 26 de outubro de 1803 escreveu a sua irmã, que talvez ele amasse além do que constituía o tabu:

> O que eu vou dizer-te talvez te custe a vida; mas eu devo, eu devo fazê-lo. Eu examinei de novo cuidadosamente, rejeitei e queimei o meu trabalho; e agora chegou o fim. Os céus me negam a fama, o maior dos bens terrestres; como uma criança caprichosa, eu jogo perante ela todo o resto. Não posso mostrar-me digno de tua amizade e sem tua amizade não posso viver; escolho a morte. Acalma-te, sublime criatura! Irei morrer a bela morte da batalha; deixei a capital desse país, estou vagando por sua costa norte, e entrarei no serviço militar francês; em breve esse exército embarcará para Inglaterra; a destruição de todos nós aguarda-nos no mar. Exulto na perspectiva desse glorioso túmulo. Tu, minha amada, serás meu último pensamento.[33]

Seu plano de tornar-se um soldado alemão no exército francês levantou suspeitas. Foi expulso da França por insistência do embaixador prussiano. Pouco tempo após a França declarou guerra à Prússia. Em 1806 Napoleão destruiu o exército prussiano, quase todo o estado prussiano. Kleist procurou refúgio em Dresden, mas os soldados franceses ali o prenderam como suspeito de espionagem; ele passou seis meses na prisão. Voltando a Dresden, juntou-se a um grupo patriótico de escritores e artistas e colaborou com Adam Müller na edição de um periódico para o qual ele contribuiu com alguns de seus mais belos ensaios.

Em 1808 publicou um drama trágico, *Penthesilea*. Sua heroína é uma rainha das amazonas, que, depois da morte de Heitor, vem juntar-se aos desesperados troianos contra os gregos em Tróia; ela decide-se a matar Aquiles, é vencida por ele, por ele apaixona-se e então (seguindo a lei das mulheres amazonas segundo a qual cada uma deve provar a si mesma superando seu amante na batalha) fere Aquiles com uma flecha, solta seus cães sobre ele, junta-se a eles para despedaçá-lo, bebe seu sangue e cai morta. A peça é um eco da loucura báquica que Eurípedes contou em *As Bacantes* — um lado da mitologia e do caráter grego que não foi enfatizada pelos helenistas antes de Nietzche.

Sem dúvida a raiva provocada pelo impiedoso desmembramento da Prússia tinha levado o poeta a abandonar seus próprios votos e fazê-lo uma das vozes conclamando a Alemanha para a Guerra da Liberação. Pelos fins de 1808 ele produziu uma peça, *Die Hermannsschlacht*, (A Batalha do Guerreiro), a qual, contando a história das vitórias de Armínio sobre as legiões romanas no ano 6 a.C., procurava levantar a coragem dos alemães no conflito aparentemente desesperado com Napoleão. Aqui de novo o fervor do patriotismo de Kleist levou-o a excessos neuróticos: a esposa de Germano, Thusnelda, atrai o general alemão Ventídio a uma relação com ela e leva-o ao abraço fatal de um urso selvagem.

Os anos de 1809-10 foram o apogeu do gênio de Kleist. Seu drama poético *Das Käthchen von Heilbronn* (A cabana de Heilbronn) foi levado ao palco com sucesso em Hamburgo, Viena e Graz; e os dois volumes de contos que ele publicou em 1810 marcaram-no como talvez o melhor estilista de prosa da época de Goethe. Daí em diante seu espírito decaiu, talvez devido à alteração de sua saúde. Uma certa afinidade estranha no sofrimento levou-o a relacionar-se, finalmente a ter um romance de amor, com uma mulher incuravelmente doente, Henriette Vogel. Suas cartas para ela revelam uma mente à beira da insanidade: "Minha Jette, meu tudo, meu castelo, meus prados, resumo da minha vida, meu casamento, batismo de meus filhos, minha tragédia, minha fama, meu anjo da guarda, meu querubim e meu serafim!" Ela respondia dizendo que, se ele a amasse, deveria matá-la. Em 21 de novembro de 1811, às margens do Wansee, próximo a Potsdam, ele feriu-a fatalmente e depois matou-se.

Nele a rendição romântica ao sentimento alcança o seu ponto mais alto de intensidade descontrolada, em poder de imaginação e em brilho de estilo. Ele parece por vezes ser mais francês do que alemão, antípoda de Goethe e irmão de Baudelaire, ou, melhor ainda, de Rimbaud. Ele quase justificava o julgamento pouco simpático de Goethe: "O clássico é saudável, o romântico é doentio." Vejamos.

CAPÍTULO XXXI

A Literatura Alemã

1789-1815

I. REVOLUÇÃO E REAÇÃO

A LITERATURA alemã da época de Napoleão foi afetada pela natural rebeldia da juventude, pelas ondas que ainda permaneciam de *Sturm und Drang*, pelos ecos da poesia inglesa romântica e das novelas de Richardson, pela tradição clássica de Lessing e do falecido Goethe, pela bem-sucedida revolta das colônias americanas, pelas heresias do Iluminismo francês, acima de tudo pelo impacto diário da Revolução Francesa, e, aproximando-se o fim, pelo drama da subida e queda de Napoleão. Muitos alemães educados haviam lido — alguns em francês — os trabalhos de Voltaire, Diderot e Rousseau, e um número menor havia sentido as estocadas de Helvétius, d'Holbach, e La Mettrie. Os *philosophes* franceses haviam ajudado a formar governantes como Frederico o Grande, José II da Áustria, o dugue Carlos Frederico de Brunswick, e o duque Carlos Augusto de Saxe-Weimar; e, se tivesse sido apenas através desses homens, aqueles escritores teriam deixado sua marca na civilização alemã. A Revolução Francesa parecia, a princípio, um desenvolvimento lógico da filosofia iluminista: um feliz fim para o feudalismo e os privilégios de classe, uma vigorosa proclamação dos direitos humanos universais, uma revigorante liberação da palavra, da imprensa, do culto e do pensamento. Essas idéias — muitas delas desenvolvidas independentemente na Alemanha — cruzavam o Reno nas asas das notícias, ou com os exércitos da Revolução e espalhavam-se para o coração da Europa, até a distante Königsberg.

Assim os modeladores da mente alemã, e os que faziam a literatura alemã, receberam bem a Revolução Francesa nos seus três primeiros anos. Fidalgos franco-maçons, místicos rosa-cruzes, orgulhosos *illuminati*, saudaram-na como a aurora da idade de ouro, que eles por tanto tempo e tão ardentemente haviam esperado. Os camponeses ensaiaram revoltas contra os senhores feudais, "os cavaleiros imperiais", e os governantes episcopais de Trier e Speyer.[1] A burguesa cidade de Hamburgo aplaudiu a revolução como um levante de homens de negócios contra arrogantes aristocratas. Klopstock, o velho poeta domiciliado em Hamburgo, leu os seus poemas num festival de liberdade, e chorou de alegria sobre suas linhas. Sábios, jornalistas, poetas e filósofos cantavam *a capella* hinos de elogios. Johann Voss, tradutor de Homero; Johannes von Müller, historiador; Friedrich von Gentz, diplomata sem posto; Friedrich Hölderlin, poeta; Friedrich Schleiermacher, teólogo; os filósofos de Kant a Hegel — todos cantavam litanias à Revolução. "É glorioso", escrevia Georg Forster (que havia acompanhado o capitão Cook em sua viagem à volta do mundo), "ver o que a filosofia fez amadurecer no cérebro e realizou na nação."[2] Em todos os lugares, mesmo nas fileiras da realeza (como o prín-

cipe Henry, irmão sobrevivente de Frederico, o Grande), a Alemanha, por um período estático, entoou hinos de louvor à França revolucionária. Nesse êxtase a Alemanha literária, após haver hibernado por tanto tempo devido às lutas religiosas, juntando a revolução às vitórias de Frederico, alçou-se em 30 anos (1770-1800) a um tal vigor, diversidade e brilho, que podia rivalizar com as literaturas amadurecidas da Inglaterra e da França. E aquela ressurreição, assustadora em seu progresso, veio a desempenhar sua parte no levantamento da Alemanha para se desfazer do jugo da França, e entrar no século mais rico de sua história política, industrial, científica e filosófica.

Naturalmente este alegre intervalo não durou. Chegaram as notícias do assalto sobre as Tulherias, dos Massacres de Setembro e do Terror, do aprisionamento e execução do rei e da rainha. Depois veio a ocupação francesa dos estados alemães, os saques, que cada vez mais se elevavam, de dinheiro e de homens para pagamento da proteção imperial e o custo da guerra para espalhar a liberdade. Ano a ano o fervor alemão pela Revolução se desvanecia, e um a um seus defensores (excetuando-se Kant) tornaram-se desiludidos céticos, e alguns deles irados inimigos.

II. WEIMAR

Os homens que constituíam uma constelação de gênios na corte de Weimar serviram como o apoio intelectual para as mentalidades alemãs durante o desordenado impacto da Revolução e de Napoleão. O duque Carlos Augusto era ele próprio uma volátil mistura de talentos e de comportamento. Havia herdado o ducado com a idade de um ano e tornou-se seu real governante aos 18 (1775). Devia sua educação geral a um preceptor, e posterior instrução às responsabilidades da administração, aos caprichos de uma amante, aos perigos da guerra e da caça. O *salon* de sua mãe não foi a menos importante de suas escolas. Ali ele encontrou poetas, generais, cientistas, filósofos, religiosos e homens de negócio, junto com algumas das mais cultas e mais desnaturadas mulheres da Alemanha, que temperavam sua sabedoria ancestral com gênio e encanto, e contavam como perdido o dia em que elas não se tivessem aquecido com algum discreto *amour*. "Ah, aqui nós temos mulheres!" relatava Jean Paul Richter. "Tudo aqui é revolucionariamente ousado; o fato de uma mulher ser casada nada significa."[3]

Em 1772 a duquesa (ela própria um modelo de alegres virtudes) convidou o erudito poeta e novelista Christoph Wieland para vir ser o preceptor de seus filhos Carlos Augusto e Konstantin. Ele cumpriu seus deveres com modéstia e competência e permaneceu em Weimar até sua morte. Tinha 56 anos quando veio a Revolução; deu-lhe as boas-vindas, porém em "Oração Cosmopolita", de outubro de 1789, ele pedia à Assembléia Nacional Francesa que se cuidasse contra o governo das multidões:

> A nação está sofrendo da febre da liberdade, que faz com que os parisienses — o povo mais polido do mundo, — tenha sede de sangue dos aristocratas... Quando esse povo, mais cedo ou mais tarde, voltar à razão, não verá ele que está sendo conduzido como um tolo por 1.200 pequenos tiranos, em vez de estar sendo governado por um rei?... No entanto, vós não podeis estar mais profundamente convencidos do que eu que vossa nação está errada ao suportar um tal desgoverno por tanto tempo; que a melhor forma de governo é a separação e o equilíbrio do executivo, do legislativo e do judiciário; que cada povo tem o direito, que não se lhe pode negar, de tanta liber-

> dade quanta possa coexistir com a ordem; e que cada um deve ser taxado em proporção à sua renda.[4]

Em 1791 Wieland escreveu que nunca havia esperado que seu sonho de justiça política fosse tão proximamente realizado como na pessoa de Luís XVI.[5] A execução do rei em janeiro de 1792 voltou-o contra a Revolução; o Terror deixou-o doente. Mais tarde naquele ano ele publicou "Palavras da Estação" onde ele chegou a algumas modestas conclusões: "Deve-se continuar a pregar até que os homens escutem que a humanidade pode ser mais feliz, unicamente tornando-se mais razoável e mais moral... A reforma deve começar não com as constituições mas com os indivíduos. As condições de felicidade estão em nossas próprias mãos."[6]

Johann Gottfried von Herder — o último do quarteto de Weimar a estabelecer-se ali e o primeiro a morrer — recomendava a Revolução até que a rainha foi guilhotinada; daí em diante ele renunciou à Revolução como um aborto cruel dos ideais humanos. Em seus anos finais ele recuperou a esperança; a despeito de sua demência precoce a Revolução, sentia ele, marcava um avanço, que apenas era superado pela Reforma na história da Europa moderna; ela terminaria com a propriedade feudal dos corpos como a Reforma havia terminado com o poder papal sobre as almas; agora os homens dariam menos importância ao nascimento e à camada social; a capacidade, onde quer que nascesse, teria a liberdade de desenvolver-se e criar. Este avanço, no entanto, iria custar muito à Europa e Herder estava contente porque a experiência tinha sido feita na França em vez de sê-lo em sua amada Alemanha, onde os homens não pegavam fogo e queimavam tão facilmente mas onde o trabalho sossegado e os estudos pacientes guiariam o crescimento da juventude com uma luz suave porém firme e que se espalhava.

Friedrich Schiller, a alma romântica carinhosamente guardada pelos três clássicos — tinha vindo a Weimar (1795) após excitantes aventuras no drama, na poesia, na história e na filosofia. Romanticamente imaginativo, dolorosamente sensível, ele havia encontrado pouco a amar na Württemberg de sua juventude. Respondeu à opressão adorando Rousseau e escrevendo uma peça revolucionária. Karl Moor, herói de *Die Räuber* (O Salteador, 1781), denunciou a exploração do homem pelo homem de uma forma que não deixou nada a Marx para ajuntar se não a erudição. Ainda mais revolucionária foi a terceira peça de Schiller, *Kabale und Liebe* (Cabala e Amor, 1784); expunha a corrupção, a extravagância e o duro domínio do privilégio imerecido e elogiava a firme, paciente e produtiva vida da burguesia alemã. No melhor de seus dramas pré-revolucionários, *Don Carlos* (1787), Schiller, agora com 28 anos de idade, apelava menos para o ódio dos pobres do que para alguma potencial nobreza do poder; pôs na boca do marquês Posa linhas que convocavam Filipe II a ser o "pai do povo", a "deixar que a felicidade flua de vossa cornucópia", a deixar "que a mente dos homens amadureça em vosso vasto império, e tornar-se entre milhares de reis um rei de verdade".[7]

Passando da juventude à idade mediana, Schiller naturalmente passou do radicalismo para o liberalismo. Descobriu a antiga Grécia e ficou impressionado pelos seus dramaturgos. Leu Kant e obscureceu sua poesia com filosofia. Em 1787 visitou Weimar, ficou excitado com suas mulheres e foi acalmado por Wieland e Herder. (Goethe então estava na Itália.) Em 1788 publicou *Geschichte des Abfalls der Vereinigten Niederlande* (História da Revolta dos Países-Baixos Unidos), e temperou sua filosofia com história.

Em 1789, mediante uma recomendação de Goethe para o duque de Saxe-Weimar, Schiller foi nomeado professor de história em Viena. Em outubro daquele ano ele escrevia a um amigo: "É um fraco ideal escrever para uma única nação; e para um filósofo uma tal barreira é intolerável... O historiador só pode entusiasmar-se por uma nação enquanto ela for um elemento essencial no progresso da civilização."[8]

Quando as notícias da Revolução chegaram a Jena encontraram Schiller gozando da prosperidade da meia-idade quanto a sua renda e seu futuro, de aceitação pelo público e de tolerante compreensão. Sua correspondência com Goethe, através de intervalo de 20 quilômetros no espaço e dez anos na idade, tinha ajudado o poeta que havia em Goethe a sobreviver ao prosaísmo da administração e às cautelas da prosperidade, e tinha ajudado Schiller a compreender que a natureza humana mudara muito pouco na história para tornar as revoluções políticas lucrativas para os pobres. Ele simpatizava com o rei e a rainha capturados em Versalhes em 1789, presos em Varennes em 1791, e retirados de sua prisão-palácio em 1792. Pouco tempo mais tarde a convenção revolucionária unanimemente conferiu a "*le sieur Gilles*" o título de *citoyen français*. Uma semana mais tarde os Massacres de Setembro anunciavam a soberania da multidão armada. Em dezembro Luís XVI foi levado a julgamento. Schiller começou a escrever um panfleto em sua defesa; antes que o tivesse terminado o rei havia sido guilhotinado.

Goethe sorria das vicissitudes da fé política de seu amigo, mas ele próprio já havia muito se afastara das certezas de sua juventude. Havia tido um amplo contacto com mulheres doces e amargas, antes de ser convidado em 1775, com a idade de 26 anos, a deixar Frankfurt e viver em Weimar como poeta oficial do duque Carlos Augusto e seu camarada em ambas as formas de aventuras amorosas. Durante os próximos 12 anos ele absorveu realidades políticas e econômicas e amadureceu substancialmente; o romântico autor dos *Die Leiden des jungen Werthers* (Os Lamentos do Jovem Werther, 1774) desapareceu no conselheiro privado que via uma nova época na história da Europa tomar forma em Valmy, em 1792. A desordenada deterioração da revolução naquele ano levou-o a concluir que uma reforma vagarosa sob "déspotas esclarecidos" tocados pela filosofia — e sob governantes locais de educação e boa vontade como seu próprio duque de Weimar — custaria menos ao povo que um súbito cataclismo no qual as precárias bases e hábitos da ordem social poderiam desabar numa década de paixão e violência. Um de seus *Epigramas Venezianos* havia expressado esse temor já em 1790:

> Que nossos governantes recebam acauteladores avisos do infortúnio da França,
> Mas vós, homens de pouca importância, deveis receber um aviso ainda maior.
> Os grandes homens podem ser destruídos, mas quem dará ao povo proteção
> Quando as multidões selvagens se tornarem tiranas de todos nós?

Ele aplaudiu quando Napoleão terminou o caos da Revolução, assumindo o poder e estabelecendo uma constituição que permitia ao povo desfrutar de um plebiscito ocasional, sem demasiada interferência em um governo decisivo e competente. Seu apreço pelo corso não diminuiu pela lisonjeadora recepção que Napoleão lhe deu em Erfurt, 1807; e o relato daquela entrevista teve considerável participação em conferir ao poeta-conselheiro uma reputação internacional.

Alguns tremores românticos persistiam por baixo do desenvolvimento de sua firmeza de julgamento e de gosto clássico. *Fausto*, Parte I, (1808), era uma história de amor,

bem como uma "moralidade" medieval; e *Afinidades Eletivas* parecia justificar o grito crescente das novas gerações pelo casamento por atração mútua mais do que pelas finanças dos pais ou obrigações legais. O conselheiro tornado filósofo, continuou a aproximar-se de jovens mulheres, mesmo após haver atingido os 70 anos. Mas seus estudos da arte antiga na Itália, o interesse que desenvolveu pela ciência, a leitura de Spinoza e seu declinante vigor físico, levavam-no a um julgamento não apressado e a uma visão de grande amplitude. A mudança foi pronunciada em sua autobiografia (1811), que olhava para seu herói com notável objetividade. A Alemanha romântica — agitada pelos emocionais Wackenroder e Novalis, os Schlegels, profetas do amor livre, o insano Hölderlin, e Kleist, que havia matado por misericórdia e se suicidado — ressentiu-se da crescente crítica de Goethe à Revolução Francesa, e dificilmente notou que ele criticava também a classe dominante. Durante a guerra alemã de liberação, foi-lhe difícil odiar Napoleão e os franceses. Ele explicava a Eckermann:

> Como poderia eu para quem a cultura e o barbarismo são as únicas coisas importantes, odiar uma nação que está entre as mais cultas da terra e à qual eu devo uma parte importante da cultura que possuo? Há uma ocasião em que o ódio nacional desvanece-se por completo, quando uma pessoa situa-se por algum tempo acima das nações e sente a prosperidade ou o infortúnio de um povo vizinho como se fosse de seu próprio povo.[9]

Sua geração na Alemanha nunca o perdoou e raramente o lia. Ela classificava Schiller acima dele, [10] e preferia Kotzebue a ambos.[11] As peças de Goethe eram raramente representadas em Weimar e seus editores deploravam a fraca venda de seus trabalhos selecionados. Apesar disso, um inglês, Lorde Byron, em 1820, dedicou *Marino Faliero* a ele, como sendo "longe a principal personalidade literária que existiu na Europa desde a morte de Voltaire".[12] Ele não podia tolerar a leitura de Kant, mas foi o mais sábio homem de seu tempo.

III. A CENA LITERÁRIA

A Alemanha estava ativa, como jamais antes, escrevendo, imprimindo, e publicando jornais, periódicos e livros. Em 1796 Aloys Senefelder, em Munique, descobriu o processo chamado mais tarde litografia, quando escreveu a lista da lavanderia de sua mãe arranhando-a sobre uma pedra; ocorreu-lhe que palavras e desenhos, em várias cores, podiam ser gravados ou impressos, em posição inversa como num espelho, sobre uma pedra lisa ou placa de metal, da qual inumeráveis cópias podiam ser impressas. Daí surgiu um oceano de gravuras, de Goya e Hiroshige até Currier, Ives e Picasso.

Os jornais eram muitos, pequenos, partidários e censurados. O *Allgemeine Zeitung*, fundado em Tübingen em 1798, transferiu-se para Stuttgart, para Ulm, para Augsburg, depois para Munique, a fim de escapar à polícia local. O *Kölnische Zeitung*, estabelecido em 1804, teve uma carreira mais sossegada, sendo patrioticamente católico e depois napoleônico. Berlim, Viena, Leipzig, Frankfurt, Nuremberg tinham jornais que antedatavam a Revolução e ainda circulam hoje. Os periódicos abundavam; nós já fizemos referência a um dos melhores, o *Allgemeine Musikalische Zeitung*, publicado em Leipzig pela firma de Breitkopf e Härtel, desde uma revolução até a outra, de 1795

a 1849. O mais brilhante de todos era o *Athenäum*, fundado pelos irmãos Schlegel em 1798. Os editores eram numerosos; a exposição anual de seus produtos na feira do livro de Leipzig era o evento literário do ano.

Uma classe especial de escritores, vagamente classificada como publicistas, ganhavam grande influência por sua discussão vigorosamente partidária, porém bem informada, dos assuntos básicos da época. Friedrich von Gentz (1764-1832) saudou a queda da Bastilha, mas arrefeceu quando encontrou-se com a mente cética de Wilhelm vom Humboldt, leu e traduziu o livro de Burke *Reflexões sobre a Revolução Francesa.* Tendo progredido no serviço civil prussiano até ser conselheiro no ministério da guerra, ele liderou uma campanha literária contra idéias tais como os direitos do homem, liberdade e igualdade, soberania do povo e liberdade de imprensa. Não ficou apaziguado quando Napoleão domesticou a Revolução. Atacou Napoleão como um militarista cujas conquistas estavam destruindo o balanço do poder, do qual, no ponto de vista da maior parte dos diplomatas, a paz, a ordem e a saúde da Europa dependiam. Tornou-se a mais eloqüente das vozes convocando o rei da Prússia a liderar uma cruzada contra Napoleão. E quando Frederico Guilherme III hesitou, Gentz passou ao serviço da Áustria (1802). Depois de Napoleão ter sobrepujado os austríacos em Austerlitz, Gentz refugiou-se na Boêmia, mas em 1809 estava de volta em Viena, promovendo a nova guerra contra Napoleão. Serviu como secretário e ajudante de Metternich no Congresso de Viena, e apoiou-o na diplomacia pós-guerra de esmagar qualquer movimento liberal. Continuou a viver velho e doente durante as revoltas de 1830, e morreu convencido de que havia servido bem aos interesses da humanidade.

Joseph von Görres era um espírito mais sensível, meio italiano e todo emoção, dificilmente preparado para uma dura arena povoada pelos gladiadores da pena. Nascido católico, deixou a igreja para apoiar a Revolução; ajudou a conquista francesa da margem esquerda do Reno e aplaudiu quando Napoleão transformou o Sagrado Império Romano no Rheinbund. Saudou a ocupação francesa de Roma com o grito "Roma está livre". Mas a arrogância das tropas francesas, as exigências dos administradores franceses, provocaram o ressentimento do jovem revolucionário. Em 1798 fundou um frágil jornal, *Das rothes Blatt* (A Folha Vermelha), que era a voz de um republicano que amava a Revolução mas que não confiava nos franceses. Reconhecia na tomada do governo francês por Napoleão o fim da Revolução, e no próprio Napoleão um perigoso apetite pelo poder. Von Görres casou-se e tirou umas férias da política. Quando a Alemanha levantou-se para a sua Guerra da Liberação, Görres aderiu à campanha com um jornal, o *Rheinische Merkur*, porém quando, após a retirada de Napoleão, os vitoriosos recomendavam a reação política onde quer que pudessem, Görres atacou-os tão vigorosamente que teve de refugiar-se na Suíça, onde viveu em extrema pobreza. Todas as outras luzes tendo-se apagado para ele, retornou em triste arrependimento para a igreja católica (1824). Ludwig I da Baviera tirou-o da indigência, indicando-o como professor de história em Munique. Ali, escrevendo sua obra em quatro volumes, *Christliche Mystik* (A Mística Cristã, 1836-42), ele distraía-se durante seus dias com imaginativa erudição e amargava suas noites com visões satânicas. Trinta e quatro anos após sua morte foi estabelecida a Görres Gesellschaft (1876) para continuar suas pesquisas sobre a história da igreja cristã.

A literatura em prosa era dominada pelos românticos, mas um escritor destacou-se

entre eles e permaneceu indefinível e único. Jean Paul Richter começou a vida em Bayreuth, em 1763. Adotou seus nomes cristãos de um avô, Johann Paul Kuhn; até 1793 ele era simplesmente Hans. Seu pai era um mestre-escola e organista que se tornou pastor de uma igreja em Joditz sobre o Saale. Ali Hans passou os primeiros 13 anos de sua vida numa felicidade da qual nunca se esqueceu; aquele simples lugar na campanha marcou suas maneiras através de todos os aborrecimentos econômicos e tempestades teológicas. Quando a família mudou-se para Schwarzenbach, no mesmo sossegado rio, ele gozava da biblioteca de um clérigo vizinho que reconhecia as possibilidades do rapaz mas não suas dúvidas. Ali morreu o pai de Richter (1779), deixando sua numerosa prole com minguados recursos. Aos 20 anos Hans entrou na escola de teologia em Leipzig, mas suas leituras haviam enfraquecido sua fé; em breve desistiu e desafiou a fortuna decidindo-se a viver por meio de sua pena. Conseguiu ser publicado em 1783, quando tinha 20 anos, e depois somente em 1789; em ambos os casos com um tipo de sátira que misturava a simpatia com um gênio cáustico. Em 1793 publicou *Die unsichtabare Loge* (O Alojamento Invisível) sob o pseudônimo de "Jean Paul", que era derivado de seu amor por Rousseau. O livro agradou a um pequeno público, que cresceu com sua sentimental novela *Hesperus* (1795). Charlotte von Kalb, amiga de Schiller, convidou o promissor escritor a Weimar e ficou tão agradada dele que se tornou sua amante.[13] Ali ele começou sua novela em quatro volumes *Titan* (1800-03), cujo herói real era a Revolução Francesa.

Richter defendeu-a apaixonadamente em seus anos formativos, mas acusou Marat de corrompê-la, transformando-a no governo da plebe, e elogiava Charlotte Corday como outra Joana d'Arc. Deu as boas-vindas à tomada de poder por Napoleão como uma necessária restauração da ordem; não podia deixar de admirar esse jovem de 30 anos, que nada tinha senão uma vontade de ferro e olhos de águia, com os quais fazia baixar a alta estatura de seus subordinados. Oito anos mais tarde, Richter estava inteiramente disposto a ver toda a Europa unida por esse homem, que podia reunir um continente em sua mente e em sua mão, e legislar para a França de Berlim e de Moscou. Porém em seu coração Jean Paul permanecia um republicano, vendo em cada vitória militar a semente de outra guerra. Apiedava-se dos jovens conscritos e das famílias enlutadas e argumentava que "somente o povo deve decidir a guerra, pois somente ele prova de seus amargos frutos". Ele dirigiu um de seus mais afiados dardos aos governantes que vendiam seus soldados para potentados estrangeiros. Lutava pela liberdade de censura, para que algum poder fora do governo pudesse ser livre para expor os defeitos daquele governo e explorar as possibilidades do progresso.[14]

Em 1801, com a idade de 38 anos, Jean Paul casou-se, e em 1804 instalou-se em Bayreuth. Após algumas vivas experiências escreveu um livro sobre a educação, *Levana*, um dos clássicos da pedagogia libertária. A seguir publicou uma série de novelas e ensaios, alguns dos quais foram admiravelmente traduzidos por Carlyle. Sua mistura de sátira realística e sentimento romântico conquistaram-lhe um público leitor maior do que o de Goethe e Schiller. Morreu em 1825, deixando inacabado um ensaio sobre a imortalidade da alma; havia chegado a ocasião de explorar este assunto por experiência própria. Sua reputação como um dos principais autores alemães sobreviveu na Europa até a metade do século XIX; e depois que ele morreu ela migrou para a América onde Longfellow era um de seus leitores devotados. Dificilmente qualquer pessoa, mesmo na Ale-

manha, o lê hoje, mas quase todos os alemães recordam-se de seu famoso epigrama que lança um dardo contra a filosofia alemã e resume a época de Napoleão mais brevemente do que este livro: "A providência deu aos ingleses o império do mar, aos franceses o da terra, e aos alemães o do ar."[15]

Dois outros escritores de ficção conquistaram grande público. Ernst Theodor Wilhelm Hoffmann (1776-1822) — o qual em 1813, extasiando-se com Mozart, mudou "Wilhelm" para "Amadeus" — foi um dos mais peculiares e versáteis de todos os alemães: Pintava quadros, compunha e regia música, escreveu e colocou no palco uma ópera (*Undine*), praticava lei, e escrevia histórias de mistério e romance que inspiraram os *Contos de Hoffmann*, de Jacques Offenbach (1881). Peculiar na vida, se não tanto nas letras, foi Adelbert von Chamisso (1781-1838). Nascido da nobreza francesa, ele fugiu da Revolução, recebeu a maior parte de sua educação escolar na Alemanha, alistou-se em um regimento prussiano e lutou na batalha de Jena. Em 1813, perseguido pela falta de uma pátria e por sua lealdade dividida na Guerra da Liberação, ele escreveu, como uma alegoria, *Peter Schlemihls wundersame Geschichte* (A Maravilhosa História de Peter Schlemihl), a bizarra história de um homem que havia vendido sua sombra a Satanás. Como um botânico de reputação estabelecida ele acompanhou a viagem científica em volta do mundo de Otto von Kotzebue (1815-18); registrou suas descobertas num livro que foi famoso, *Reise um die Welt* (Viagem pelo mundo). Dividiu o restante de sua vida entre servir como curador no jardim botânico de Berlim e escrever poesia romântica. Heinrich Heine elogiava seus poemas e Robert Schumann musicou a seqüência poética de Chamisso *Frauenliebe Und-leben* (A Vida e os Amores das Mulheres).

Proliferavam os poetas, muitos deles ainda amados pelo povo alemão, mas adornando suas palavras com uma música e um sentimento difíceis de transmitir para outra língua, outra terra, ou outra época. Digno de piedade entre eles foi Friedrich Hölderlin (1770-1843), cuja sensibilidade poética provou ser por demais aguda para sua sanidade mental. Enviado a Tübingen para estudar para o ministério religioso, ele desenvolveu uma estimulante amizade com Georg Hegel, que então estava questionando a cristandade. Notícias da Revolução Francesa excitaram o jovem com visões da felicidade humana. Leu Rousseau, compôs um "Hino à Liberdade", e em 1792, às vésperas do fim do século que morria, ele pensava ver uma maravilhosa alvorada de justiça e nobreza. Quando estourou a guerra escreveu a sua irmã: "Reza pelos franceses, os campeões dos direitos humanos." Quando a Revolução naufragou em sangue, ele agarrou-se desesperadamente a seus sonhos:

> Meu amor é pela raça humana — não, naturalmente, pela raça corrupta, servil e preguiçosa que muitas vezes nós encontramos. Eu amo as grandes e belas possibilidades, mesmo num povo corrupto. Eu amo a raça dos séculos que estão por vir... Vivemos numa época em que tudo trabalha no sentido de uma melhoria. Estas sementes do iluminismo, esses silenciosos desejos e anseios para uma educação da raça,... irão produzir gloriosos frutos. Este é o sagrado objetivo de meu desejo e de minha objetividade, — plantar as sementes que irão germinar em outra geração.[16]

O passado também dava lugar a sonhos. Como seu contemporâneo Keats, Hölderlin apaixonou-se pelos heróis e divindades da Grécia clássica e começou um épico em prosa,

Hyperion, acerca de um revolucionário grego. Conseguiu ir para Jena, estudou com Fichte, aprendeu a reverenciar Kant e encontrou-se com os deuses de Weimar, quando eles também estavam-se helenizando. Schiller conseguiu um lugar para ele como preceptor de um filho de Charlotte von Kalb. Em 1796 ele encontrou um melhor emprego como preceptor na casa do banqueiro J. F. Gothard em Frankfurt-am-Main. Apaixonou-se pela esposa do banqueiro, que de tal modo apreciava seus versos que ele foi despedido e forçado a deixar a cidade. O êxtase e o exílio acarretaram-lhe uma espécie de desarranjo mental. No entanto, nessa época (1799), Hölderlin escreveu um fragmento, *Der Tod des Empedokles* (A Morte de Empédocles) que está entre as obras-primas do verso alemão. Durante diversos anos ele vagou de cidade em cidade à procura de pão e de temas. Pediu a Schiller para recomendá-lo para uma cadeira de conferências sobre literatura grega, mas Schiller achava que ele era por demais instável para uma cátedra de professor. Quando era preceptor em Bordeus, Hölderlin recebeu a notícia de que Mme. Gothard havia morrido; ele abandonou seu emprego e viajou a pé através da França até a Alemanha, onde amigos, vendo que ele estava mentalmente perturbado, sem possibilidade de cura, tomaram conta dele (1802). Viveu até 1843, seus poemas há muito esquecidos mesmo por ele próprio. Foram restituídos à atenção pública em 1890; Rainer Maria Rilke e Stefan Georg aclamaram-no; e agora os *cognoscenti* situam-no apenas abaixo de Goethe e Schiller.

Muitos outros cantavam. Karl Theodor Körner (1791-1813), filho de Christian Gottfried Körner, que tanto havia ajudado a Schiller,[17] atirou-se com a pena e a espada na Guerra de Liberação contra Napoleão, levantou os alemães com seu apelo às armas e morreu em batalha em 26 de agosto de 1813. Ernst Moritz Arndt (1769-1860) viveu durante três revoluções em seus 91 anos. Conseguiu a abolição do feudalismo na Pomerânia, descrevendo-o realisticamente em *Ver suche einer Geschichte* (Ensaios sobre a História, 1803); e em *Die Geist der Zeit* (O Espírito do Tempo, 1806), emitiu um grito tão potente contra Napoleão que foi forçado a refugiar-se do vitorioso de Jena na Suécia. Em 1812 foi chamado a St. Petersburgo por Stein para ajudar a agitar o povo russo a expulsar os invasores franceses. Após 1815, na Prússia, ele lutou para conter a reação conservadora e foi durante algum tempo aprisionado. Em 1848 foi eleito para a assembléia nacional em Frankfurt. Quando aquela revolução também vacilou, ele voltou sua musa para assuntos piedosos. Joseph von Eichendorff (1788-1857), um nobre católico, escreveu versos simples, que podem ainda comover, como "Auf meines Kindes Tod" (Sobre a Morte de Meu Filho); aqui até um estrangeiro cético pode sentir a música, participar dos sentimentos e invejar a esperança:

Von fern die Uhren schlagen *Es is schon tiefe Nacht* *Die Lampe breunt so düster,* *Dein Bettlein ist gemacht.*	Ao longe soam as horas Tão cedo já caiu a noite; Brilha tão fraca a lâmpada E teu pequeno leito já está feito.
Die Winde nur noch gehen *Wehklagend um das Haus* *Wir sitzen einsam drinne,* *Und lauschen oft hinaus.*	Apenas o vento circula Gemendo em volta da casa; Sozinhos aqui esperamos E os sons de fora escutamos

Es ist als müsstest leise *Du klopfen an die Tur,* *Du hätt dich nur verirret,* *Und kämst nun müd zurück.*	Como se tu gentilmente Bater à porta tentasses, Como se apenas perdido te houvesses E agora cansado voltasses.
Wir armen, armen Toren! *Wir irren ja im Graus* *Des Dunkels noch verloren—* *Du fändst dich langst nach Haus.*	Pobres de nós, pobres coitados! Perdidos, sim, com medo Da escuridão — sem esperanças. Tu há muito tua casa encontraste

IV. O ÊXTASE ROMÂNTICO

Os mais brilhantes escritores desse apogeu alemão foram aqueles que alertaram seu tempo com gritos em favor de emancipar o instinto da razão, o sentimento do intelecto, a juventude da idade, e o indivíduo da família e do Estado. Poucos de nós os lemos hoje, mas em sua geração eles foram línguas de fogo incinerando filosofias secas como palhas, e convenções sociais que aprisionavam os seres em sua expansão, em suas necessidades e desejos, pelos tabus, pelos mandamentos e pela lei.

A origem da revolta era o natural ressentimento com o qual qualquer adolescente de vitalidade recebe as restrições que lhe são impostas pelos pais, irmãos, irmãs, professores, pregadores, policiais, gramáticos, lógicos e moralistas. Não tinha o filósofo Fichte provado que a realidade básica de cada um de nós é o nosso próprio consciente intelectual? Se é assim, o universo não tem significação para nenhum de nós exceto em seus efeitos sobre cada um, e cada um de nós pode justamente pôr em julgamento a tradição, questionar cada proibição, cada lei ou credo, e exigir que mostrem a razão por que devam ser obedecidos. Uma pessoa pode, por temor, submeter-se aos mandamentos promulgados e mantidos por Deus, ou por um homem de Deus, investido da divindade; mas o que tinha acontecido com Deus agora que Diderot, d'Alembert, Helvétius, d'Holbach, La Mettrie, haviam-no reduzido às leis impessoais do universo?

Ao orgulhoso e liberador Iluminismo tinha-se juntado agora a Revolução. As divisões de classe estavam a derreter-se; aqueles senhores que certa ocasião haviam ditado as leis e exigido obediência, estavam agora em apressada fuga, não deixando nenhuma barreira entre as classes, nenhum vestígio de tradição para apoiar as leis; agora cada homem tinha a liberdade de competir por qualquer lugar ou poder, arriscando-se à guilhotina; as carreiras estavam abertas aos talentos. Nunca antes na história conhecida da civilização tinha o indivíduo sido tão livre — livre para escolher sua ocupação, seu empreendimento, seu companheiro ou companheira, sua religião, seu governo, seu código moral. Se nada existe a não ser entidades individuais, o que são o Estado, o exército, a Igreja, a universidade, senão conspirações de indivíduos privilegiados para assustarem e controlarem, formarem e desformarem, estabelecerem regras e impostos, juntarem os restantes para o holocausto da guerra? Raro é o gênio que pode realizar-se sob tais restrições. E no entanto não vale um gênio mais do que uma dúzia de pedagogos, generais, pontífices, reis e centenas de multidões?

No entanto, na nova luta aberta para todos, entre as almas liberadas havia muitos espíritos sensíveis que achavam que a razão havia cobrado um preço alto demais pela liberação. Havia sido a "razão" que tinha atacado a velha religião, com suas santas le-

gendas, com suas flagrantes cerimônias e comovente música, sua Madona mediadora e seu Cristo salvador; havia sido a "razão" que substituíra essa exaltada visão por uma melancólica procissão de massas de matéria movendo-se sem destino em direção à sua destruição; e tinha sido a "razão" que substituíra o quadro de homens e mulheres vivendo em contacto diário com a divindade, para um quadro de massas dos dois sexos de matéria movendo-se diariamente mais próximo, automática e estupidamente, de uma dolorosa, degradante e eterna morte. A imaginação tem seus direitos, embora mesmo sem a sanção dos silogismos; e nós podemos mais pronta e justamente pensar de nós mesmos como almas dominando a matéria, do que como máquinas operando as almas. O sentimento tem seus direitos, e atinge mais profundamente do que o intelecto; pobres errantes e maravilhados Jean-Jacques que podem ter sentido mais sabiamente do que pensava a brilhante impiedade de Ferney.

A Alemanha tinha conhecido e escutado tanto a Rousseau como a Voltaire, e estava escolhendo Rousseau. Havia lido e sentido *Émile* e *Héloïse,* e preferia-os ao *Dicionário Filosófico* e ao *Candide*. Seguia a Lessing ao colocar o romântico Shakespeare acima do clássico Racine; assimilava mais prontamente *Clarissa Harlowe, Tristram Shandy* e o "Ossiam" de Macpherson, do que os *Philosophes* e as *salonnières* da França. Rejeitava as regras que Boileau havia estabelecido como as leis do estilo clássico; ressentia-se da ênfase sobre a claridade e a moderação; estas não casavam bem com o entusiasmo e o movimento em direção ao oriente e ao infinito.

O romantismo alemão respeitava a verdade se esta pudesse ser encontrada, mas era suspeitoso da "verdade científica" que escurecia a face da vida. Mantinha um cálido lugar em sua memória para os mitos, fábulas e contos de fadas que Clemens Brentano (1778-1842) e Achim von Arnim (1781-1831) estavam reunindo em *Des Knaben Wunderhorn* (A Maravilhosa Corneta do Menino, 1805-08), e que os irmãos Grimm (Jacob, 1785-1863, e Wilhelm, 1786-1859) estavam reunindo para seus *Kinder-und Hausmärchen* (Histórias de Fadas para as Crianças, 1812); estes ecos da meninice da nação e dos indivíduos eram parte da boa alma germânica, talvez de seu próprio ente "subconsciente".

Se esta herança da imaginação recuava para trás da Revolução até o catolicismo medieval, o espírito do romance iria segui-la às velhas catedrais bolorentas, e à inquestionável fé dos alegres artesãos que as haviam levantado; às rezas e aos cantos, sinos e procissões que haviam trazido a divindade diariamente para dentro da vida humana, e que integravam os cansados indivíduos harmonizando-os com o grupo; aos santos cujas vidas constituíam um épico sagrado no calendário cristão; à Virgem Mãe que havia santificado a prudente inocência das donzelas e a dedicação das matronas à família, à nação e à raça. Tudo isso, naturalmente, era um esmaecimento entusiástico das crenças e dos terrores medievais, de hereges caçados e almas penadas; mas havia trazido muitos românticos alemães ao máximo de seu fervor e alguns deles, em exaustão e penitência, ao pé do altar e para dentro do quente amplexo da Madre Igreja.

V. AS VOZES DO SENTIMENTO

O romantismo alemão afetou quase todas as fases da vida da nação; a música em Beethoven, Weber e Felix Mendelssohn; a novela em Hoffmann e Tieck; a filosofia em Fichte

e Schelling; a religião em Schleiermacher e centenas de conversões tais como as de Friedrich Schlegel e Dorothea Mendelssohn. Cinco homens em particular lideraram o movimento na literatura alemã; e devemos comemorar junto com eles as mulheres românticas que os seduziram ou com eles compartilharam, de um modo livre ou convencional, e numa companhia intelectual que chocava as modestas matronas de Frankfurt até o Oder.

Estremecendo próximo às origens do movimento estava Wilhelm Heinrich Wackenroder (1773-98), frágil e retraído, sentindo-se mal com a realidade e com a razão, confortado com a religião, feliz com a arte. No poder de concepção e execução do artista ele via uma faculdade quase divina de criação. Colocava em frases sua nova religião em ensaios cheios de adoração sobre Leonardo, Rafael, Miguelângelo, Dürer... Nas universidades de Göttingen e Erlangen ele encontrou o apoio de Ludwig Tieck; este entusiástico companheiro de estudos propôs um alegre título para os estudos de seu amigo: *Herzensergiessungen eines kunstliebenden Klosterbruders* (Extravasamento do Coração de um Irmão Cristão Amante da Arte). Assim batizado, o livro encontrou um editor em 1797. Wackenroder ridicularizava o racionalismo de Lessing e o classicismo de Winckelmann quase tanto quanto a impermeabilidade dos burgueses alemães à exaltação artística, e convocava sua época para recapturar a irmandade medieval do artista e do artífice sob seu nome comum de artesão. A febre tifóide acabou com a vida de Wackenroder com a idade de 24 anos.

Seu amigo Tieck (1773-1853) jogou durante 80 anos o arriscado jogo do sentimento contra a razão, da imaginação contra a realidade. Junto com Wackenroder ele estudou o drama elizabetano e a arte medieval, e regozijou-se com a queda da Bastilha. Ao contrário de Wackenroder, ele tinha senso de humor e uma propensão para a brincadeira; sentia que a vida era um jogo disputado pelos deuses, com reis e rainhas, bispos e cavaleiros, castelos e catedrais, e humildes peões. Retornando à sua nativa Berlim após seus dias de universidade publicou em 1795-96 uma novela em três volumes, *Die Geschichte des Herrn William Lovell* (A História do Senhor William Lovell), escrita na forma richardsoniana de carta, e descrevendo em sensuais detalhes as perambulações sexuais e intelectuais de um jovem que havia esvaziado a ética cristã com a teologia cristã e que concluíra com a epistemologia fichteana que se o indivíduo é a única realidade diretamente conhecida para nós, ele devia ser o senhor de sua moral e o doutor de suas leis:

> Todas as coisas existem somente porque eu penso nelas; a virtude existe somente porque eu penso nela... Na verdade a sensualidade é o grande segredo de nossa existência. A poesia, a arte, mesmo a religião são a sensualidade em disfarce. Os trabalhos de um escultor, as figuras do poeta, as pinturas perante as quais a devoção se ajoelha, não são outra coisa senão introduções ao prazer sensual.
>
> Tenho piedade dos tolos que estão sempre deblaterando contra a depravação de nossos sentidos. Infelizes cegos, eles oferecem sacrifícios a uma deidade impotente, cujas dádivas não podem satisfazer um coração humano... Não! Eu dediquei-me ao serviço de uma divindade mais alta, perante a qual toda a natureza viva baixa a cabeça, que reúne nela todos os sentimentos, que é êxtase, amor, tudo... Foi somente nos braços de Louise que eu vim a conhecer o que é o amor; a memória de Amélia aparece para mim como numa distância indefinida e enevoada.[18]

Aqui, 85 anos antes dos *Irmãos Karamazov* (1880), está a fatal previsão de Ivan Karamazov acerca do século amoral que iria seguir-se à sua época: "Se não existe Deus, tudo é permitido." No entanto Lovell voltou-se para a religião antes de sua morte: "O mais audacioso livre-pensador", explica ele, "no final torna-se um crente."[19] No seu caso, exatamente a tempo, pois um pouco após esta confissão Lovell é morto em um duelo.

O livro era a jactância de um jovem liberado antes de atingir a idade da razão. Em 1797 ele publicou um conto, "Der blonde Eckhert", (O Louro Eckhert), o qual conquistou a admiração dos irmãos Schlegel. A seu convite ele mudou-se para Jena, que era agora a cidadela do romantismo; Tieck, no entanto, deixou-a em 1801 para viver na propriedade de um amigo em Frankfurt-an-der-Oder. Devotou-se por algum tempo a traduzir as peças elizabetanas; depois a editar, com brilhantes críticas, os trabalhos de seus contemporâneos Novalis e Kleist. Seguindo os passos de Lessing ele preencheu, por 17 anos (1825-42), o posto que o colocava num pelourinho de *Dramaturg* — crítico dramático e diretor — do Teatro de Dresden; os francos ensaios que ali produziu conquistaram-lhe alguns inimigos, mas também um renome nacional que só era superado pelos de Goethe e August von Schlegel no campo da critica literária. Em 1842 o rei Frederico Guilherme IV (que nunca havia ouvido falar de Lovell) convidou-o a ir a Berlim; Tieck (que há muito já havia deixado para trás Lovell) aceitou, e despendeu seus anos restantes como um pilar da literatura na capital prussiana.

Novalis (1772-1801) não teve tantos anos para se recuperar das idéias de sua juventude. Ele tinha, para a literatura, a incerta vantagem de um nascimento nobre: seu pai, diretor das usinas de sal na Saxônia, era primo do príncipe Karl von Hardenberg, que fazia parte do ministério da Prússia. O nome real do poeta era Freiherr Georg Friedrich Philipp von Hardenberg: ele usava "Novalis" como um pseudônimo, mas este havia sido o nome real de seus ancestrais no século XIII. Sua família pertencia à comunidade Herrnhut de pietistas; ele aderiu à sua forte inclinação religiosa, mas para o fim da vida procurou uma reconciliação do catolicismo com o protestantismo como um passo em direção à unidade européia. Aos 19 anos entrou na universidade de Jena, cultivou uma forte amizade por Tieck, Schiller e Friedrich von Schlegel, e provavelmente assistiu a alguns dos cursos de Fichte que estavam espalhando centelhas de Jena a Weimar.

Após um ano da Universidade de Wittenberg ele seguiu a seu pai nos negócios em Arnstadt, na Turíngia. Na cidade próxima de Grüningen ele encontrou-se com Sophie von Kuhn, cuja beleza de formas e caráter de tal maneira o impressionou que ele pediu-lhe a mão em casamento a seus pais. Em 1795 ele e Sophie estavam formalmente noivos, embora ela tivesse apenas 14 anos. Pouco após ela adoeceu de uma incurável doença do fígado; duas operações ainda mais a enfraqueceram e em 1797 ela morreu. Novalis nunca se recuperou desse *Liebestod.* Seu mais famoso poema, seis *Hymnen an die Nacht* (Hinos à noite, 1800), foram sombrias memórias de Sophia. Em 1798 ele tornou-se noivo de Julie von Charpentier, mas esse noivado também não chegou a consumar-se em casamento; a tuberculose havia se juntado com o pesar para consumir o poeta e em 25 de março de 1801 Novalis morria, com a idade de 28 anos.

Novalis deixou para a posteridade uma novela, *Heinrich von Ofterdingen* (1798-1800), que dava intensa expressão ao anseio pela paz religiosa. Ele havia certa vez elogiado o *Wilhelm Meister* de Goethe como uma descrição realística porém completa do desenvolvimento de um homem; agora ele a condenava como idealizando um

ajustamento prosaico a tarefas terrestres. O herói de sua própria novela era apresentado como um caráter histórico, o verdadeiro autor do *Nibelungenlied*, um Galahad devotado à perseguição de uma flor azul simbolizando a transformação da morte numa abertura para a compreensão infinita. "É a flor azul que eu aspiro a ver", diz Heinrich; "ela está constantemente em minha mente e eu não posso imaginar nem pensar em outra coisa."[20] Aqui, e no ensaio que então foi famoso sobre o "Cristianismo na Europa", Novalis idealizava a Idade Média (chegava até a defender a Inquisição) como tendo realizado a recorrente aspiração da Europa — a unidade política sob uma única fé religiosa. Era (julgava ele) sábio e correto que a Igreja resistisse ao crescimento da ciência materialista e da filosofia secular; nesta perspectiva o Iluminismo era um trágico recuo para a alma européia. Quando a morte lhe acenou, Novalis rejeitou todos os objetivos e delícias terrenas e sonhava com uma vida futura na qual não haveria nem doença nem pesar e o amor jamais cessaria.

VI. OS IRMÃOS SCHLEGEL

August Wilhelm von Schlegel (1767-1845) e Friedrich von Schlegel (1772-1829) constituíram uma notável irmandade: diferentes no temperamento e no amor, divergindo nos estudos e no credo, e unidos afinal no sânscrito e na filologia. Nascidos em Hanôver, filhos de um pastor protestante, eles tornaram-se teólogos na puberdade e hereges aos 20 anos. Em Göttingen, August Wilhelm encantava-se no estudo das transmigrações das palavras com as leituras e a personalidade de Christian Heyne, tradutor de Virgílio, e nas legendas elizabetanas de Gottfried Bürger, tradutor de Shakespeare e autor da balada *Lenore*.[21] A mesma universidade recebeu Friedrich von Schlegel cinco anos após seu irmão; ele começou como um estudante de leis, daí afastou-se para a literatura, a arte e a filosofia. Amadureceu rapidamente, juntou-se a seu irmão em Jena em 1796, e participou com ele da fundação do *Athenäum*, o qual por dois anos (1798-1800) foi o porta-voz e a estrela-guia do movimento romântico na Alemanha. Novalis e Schleiermacher contribuíram; Tieck veio juntar-se a eles; Fichte e Schelling acrescentaram-lhe suas filosofias; e o brilhante círculo foi completado por algumas mulheres talentosas e brilhantemente livres.

Friedrich von Schlegel era o marcador da cadência intelectual do grupo, pelo menos porque ele se movia mais rápido do que os outros, adotando e descartando idéias. Em 1799 ele publicou uma novela, *Lucinde*, que se tornou uma bandeira vermelha liderando o ataque sobre os credos senis e os tabus perturbadores. Teoricamente ela era (como a *Defence*, de Shelley) um apelo pelo direito da poesia como intérprete e guia da vida. Quão prudente, por exemplo, é o desprezo do poeta quanto à perseguição das riquezas? "Por que esta constante luta e competição sem descanso ou repouso? O trabalho e a aplicação são os anjos da morte."[22] O herói proclama também "o divino evangelho da alegria e do amor", com o que ele quer significar a alegria de amar sem os laços do casamento. Quando Friedrich tentou visitar seu irmão que então ensinava em Göttingen (1800), as autoridades de Hanôver enviaram uma preocupada ordem ao reitor da universidade: "Se o irmão do professor, Friedrich Schlegel, notório pela imoral tendência de seus escritos, vier a Göttingen, com o propósito de permanecer ali qualquer tempo, isso não deve ser permitido; vós tereis a bondade de intimá-lo a abandonar a cidade."[23]

A mulher que tinha sido a inspiração de Schlegel para *Lucinde* era Caroline Michaelis. Nascida em 1763, ela se casara com um professor universitário (1784), fora infeliz com ele, liberara-se por sua morte, e desfrutara durante alguns anos dos prazeres de uma viúva celebrada tanto por sua inteligência quanto por sua beleza. August von Schlegel, enquanto estudante em Göttingen, apaixonou-se por ela e propôs-lhe casamento. Ela recusou-o por ser quatro anos mais moço do que ela. Quando ele partiu para ser preceptor em Amsterdam, (1791) ela teve uma série de aventuras numa das quais ela foi surpreendida com a gravidez. Juntou-se a um grupo revolucionário em Mainz, foi presa e libertada por seus pais, e foi para Leipzig para dar à luz. Ali August von Schlegel apareceu, de novo propôs-lhe casamento, com ela casou-se (1796), adotou seu filho e foram para Jena.

Em Jena sua educação, sua vivacidade, sua inteligente conversa, fizeram-na a anfitriã favorita dos liberais. Wilhelm von Humboldt chamava-a a mais inteligente mulher que ele jamais conhecera.[24] Goethe e Herder vieram de Weimar para sentar-se à sua mesa e gozar de sua companhia.[25] Friedrich von Schlegel, que então estava vivendo com seu irmão, por sua vez apaixonou-se por ela. Fê-la a Lucinde de sua novela, e erigiu-lhe tantos hinos de louvor que sua paixão ficou sufocada pelas palavras. Entrementes, August, cuja paixão havia se reduzido ao cavalheirismo, partiu para fazer conferências em Berlim (1801). Ali ele teve uma relação com Sophie Bernhardi, que se divorciou de seu marido para viver com seu novo amor. Retornando a Jena, August encontrou Caroline enamorada de Schelling e amavelmente concordou com o divórcio. Caroline casou-se com Schelling (1804) e com ele permaneceu até morrer (1809). Schelling, embora de novo se casasse, sentiu sua influência durante muitos anos. "Mesmo se ela não tivesse sido para mim o que ela foi, eu lamentaria o ser humano, lamentaria que esse modelo de perfeição intelectual não mais exista, lamentaria que essa rara mulher que, à força da alma masculina e ao mais vivo intelecto, unia o mais terno, mais feminino e o mais amoroso dos corações."[26]

Da mesma forma notável foi Dorothea von Schelegel (1763-1839), nascida Brendel Mendelssohn. Para agradar a seu famoso pai, ela casou-se em 1783 com o banqueiro Simon Veit. Deu-lhe um filho, Philipp Veit, que se tornou um proeminente pintor na geração seguinte. Tendo muito dinheiro, ela perdeu o interesse nele, aventurou-se no campo ainda mais incerto da filosofia, e tornou-se uma luminária intelectual no *salon* de Rachel Varnhagen em Berlim. Ali encontrou-a Friedrich von Schlegel, que imediatamente por ela apaixonou-se; e ela, que era enamorada de idéias, achou-o transbordante delas. Ele tinha então 25 anos, ela 32; mas o volátil autor ficou cativado pelos complexos encantos dessa *femme de trente ans* e mais alguns. Ela não era impressionantemente bonita, mas dava-lhe uma constante apreciação de sua mente, podia acompanhá-lo compreensivamente em suas explorações filosóficas e filológicas, e oferecia-lhe uma devoção que sobreviveu a todas as brigas até a sua morte. Seu marido, sentindo que ela estava perdida para ele, deu-lhe o divórcio (1798). Ela viveu satisfeita numa união não oficial com Schlegel, acompanhou-o a Paris em 1802, aceitou o batismo, recebeu o novo nome de Dorothea e tornou-se a esposa legal de Friedrich em 1804.

O irmão August tinha nessa ocasião se tornado o mais famoso conferencista do continente e tinha feito progressos com a notável tradução de Shakespeare, que em breve fez o grande poeta da era elizabetana quase tão popular na Alemanha quanto na Ingla-

terra. Embora August tenha sido chamado "o fundador da escola romântica na Alemanha",[27] ele tinha muitas qualidades da mentalidade e do caráter clássico: a ordem, a claridade, a moderação, a proporção e uma firme marcha em direção a um objetivo definido. Suas conferências "Sobre a Literatura Dramática", proferidas em várias cidades e durante vários anos, contêm todas essas qualidades; e as conferências sobre Shakespeare abundam em comentários esclarecedores, algumas vezes bravamente críticas de seu amado bardo. Essas conferências, escreveu William Hazlitt, em 1817, "constituem de longe o melhor relato das peças de teatro que até aqui apareceu... Confessamos um pouco de ciúme... que tenha sido reservado a um crítico estrangeiro dar as razões pela fé que nós ingleses temos por Shakespeare".[28]

Mme. de Staël, viajando pela Alemanha à procura de material para um livro, persuadiu August (1804), por 12.000 francos por ano, a ir para Coppet como preceptor de seus filhos, e uma enciclopédia de referências para ela própria. Mais tarde eles viajaram com ela, pela Itália, França e Áustria, voltando a Coppet e ali permanecendo até 1811, quando as autoridades suíças, obedecendo a Napoleão, ordenaram que ela abandonasse a Suíça. Ele foi para Viena, e ficou surpreso ao encontrar seu irmão fazendo conferências ali sobre a Idade Média como a era de ouro da fé e da unidade européias.

Viena era a capital católica da Alemanha e Friedrich e Dorothea tinham sido convertidos ao catolicismo em 1808. Anos atrás ela havia dito: "Estas pinturas (de santos) e a música católica de tal forma me tocam que eu estou decidida, se tornar-me cristã, a ser católica."[29] Friedrich von Schlegel atribuía sua própria conversão a uma "*prédilection d'artiste*", e de muitas formas o catolicismo — tão hospitaleiro para a imaginação, o sentimento e a beleza — parecia o aliado natural e completo do sentimento romântico. O racionalista, esbofeteado pelo mistério e humilhado pela mortalidade, cansou-se de raciocinar. O individualista, isolado na insegurança de si próprio, voltou-se para a Igreja como um abrigo comunal e um lar confortador. Assim Friedrich von Schlegel, o mais brilhante dos racionalistas, o mais ardente dos jovens individualistas, o mais audacioso dos rebeldes, voltou-se agora de novo de Voltaire para Lutero e Calvino, para a Europa medieval e sua Igreja onipotente. Lamentava a substituição de inspiradores mitos pela desoladora ciência e declarava que "a mais profunda falta e deficiência de toda a arte moderna é o fato de os artistas não terem mitologia".[30]

Talvez seu respeito pela mitologia tivesse se alargado por sua pesquisas em literatura e mitos da antiga Índia. Começadas em Paris em 1802, essas pesquisas haviam culminado num erudito e fecundo tratado *Über die Sprache und Weisheit der Inder* (Sobre a Linguagem e a Sabedoria dos Hindus, 1808), o qual compartilhou no estabelecimento da filologia comparada das línguas indo-européias. Presumivelmente Friedrich discutiu esse aspecto de sua vida quando seu irmão com ele juntou-se por algum tempo na Viena de 1811. August, recordando-se de seu trabalho com Christian Heyne em filologia, retomou seu interesse naquele campo; e a contribuição combinada dos irmãos aos estudos do sânscrito foi o mais sólido e duradouro resultado de suas vidas.

Friedrich já havia conquistado um importante lugar na vida cultural e política de Viena. Havia conquistado um posto de secretário no governo austríaco e havia ajudado a escrever a "bomba" antinapoleônica que o arquiduque Karl Ludwig tinha prenunciado como parte da campanha de 1809. Em 1810 e 1812, proferiu em Viena notáveis conferências sobre a história e a literatura européias; nesses discursos ele expôs suas teo-

rias de crítica literária e erudição e forneceu uma análise clássica do romantismo. Em 1820 tornou-se editor do jornal católico de direita, *Concordia*; seu repúdio, neste jornal, das crenças que ele havia tão firmemente defendido em seus dias de Jena, levaram a um permanente afastamento de seu irmão. Ele deu o curso final de conferências em Dresden em 1828, e ali morreu no ano seguinte. Dorothea cultivou sua memória, e seguiu-o em pensamentos e ações até sua morte em 1839.

August sobreviveu a ambos. Em maio de 1812 ele de novo reuniu-se a Mme. de Staël; guiou-a através da Áustria e da Rússia até St. Petersburgo, e foi com ela até Estocolmo. Ali, por meio da influência de Madame, ele foi nomeado secretário de Bernadotte, príncipe herdeiro da Suécia, e acompanhou-o na campanha de 1813 contra Napoleão. Por seus serviços ele foi feito nobre pelo governo sueco. Em 1814 de novo juntou-se a Mme. de Staël em Coppet, até que a morte dela os separou. Então, sua notável devoção por Mme de Staël tendo sido cumprida, aceitou uma posição de professor de literatura na universidade de Bonn (1818). Retomou seus estudos de sânscrito, montou uma impressora de sânscrito, editou e publicou o texto do *Bhagavad-Gita* e do *Ramayana*, e trabalhou durante dez anos numa *Indische Bibliothek*, ou biblioteca de literatura hindu. Morreu em 1845, com a idade de 78 anos, deixando atrás dele um tesouro de Shakespeare trabalhosamente transferido para o alemão, e em suas conferências uma messe de memórias literárias e idéias, das quais serviu-se Coleridge para sua penetração na filosofia alemã. Foi uma vida proveitosa.

CAPÍTULO XXXII

A Filosofia Alemã

1789-1815

NOSSA aproximação da filosofia idealística de Kant e seus sucessores encontra dificuldade na atual preferência do emprego da palavra *ideal* para expressar excelência moral, e pelo hábito que temos, numa era de ciência e indústria, de pensar nas coisas percebidas e raramente no próprio processo de percepção. Atitudes opostas competiam na filosofia grega, onde Demócrito tomava os átomos como seu ponto de partida e Platão tomava as idéias. Na filosofia moderna Bacon dava a maior importância ao conhecimento do mundo, Descartes começava com o ser pensante. Hobbes reduzia tudo à matéria, Berkeley à mente. Kant deu à filosofia alemã seu caráter distintivo, argumentando que sua tarefa primária é o estudo do processo pelo qual nós formamos as idéias. Ele admitia a realidade dos objetos externos, mas insistia em que nós nunca podemos saber o que eles são objetivamente, uma vez que nós os conhecemos apenas como transformados em nossas idéias pelos órgãos e processos de percepção. O "idealismo" filosófico é, portanto, a teoria de que nada é conhecido para nós exceto as idéias e que, conseqüentemente, a matéria é uma forma da mente. De acordo com Charles Singer, historiador da ciência: "A consciência é o último ponto de referência, a coisa tomada como aceita; como se fosse o juiz perante o qual a ciência deve expor sua narrativa da experiência dos fenômenos. Esta narrativa e apenas isto é o papel da ciência."[1]

I. FICHTE: 1762-1814

1. O Radical

Aqui, como tantas vezes na história literária, o homem demonstrou ser mais interessante que seus livros. Estes sofrem erosão pelo fluxo da moda nas idéias e nas formas, mas o estudo de uma alma procurando seu caminho através do labirinto da vida é uma lição viva de filosofia, um quadro sempre se movendo da experiência moldando o caráter e transformando o pensamento.

Johann Gottlieb Fichte acumulou uma brava variedade de experiências em seus 52 anos. Seu pai era um saxônio, tecelão de fitas; sua mãe rezava para que seu filho fosse um pastor; ele concordou, e depois de freqüentar por algum tempo a escola local foi mandado para Jena para estudar teologia. Quanto mais ele estudava, mais se maravilhava e mais duvidava. Um pregador da aldeia deu-lhe uma *Refutação dos erros de Spinoza;* Fichte ficou encantado com os erros,[2] e decidiu que ele não estava inclinado para ser pastor. Apesar disso graduou-se na faculdade de teologia. Quase sem dinheiro, viajou

a pé de Jena a Zurique para conquistar um lugar de preceptor. Ali apaixonou-se por Johanna Maria Rahn e noivou formalmente com ela; mas concordaram em adiar o casamento até que ele estivesse financeiramente adulto.

Ele mudou-se para Leipzig, conseguiu um lugar de preceptor, leu a *Crítica da Razão Pura*, de Kant, e ficou fascinado. Conseguiu chegar até Königsberg e presenteou Kant com uma *Versuch einer Kritik aller Offenbarung* (Ensaio Dirigido a uma Crítica de Toda a Revelação, 1792). O velho filósofo recusou o pedido de Fichte de um empréstimo, mas ajudou a encontrar um editor para seu tratado. O editor negligenciou declarar o nome do autor; quando um crítico atribuiu o ensaio a Kant, este desvendou o nome do autor e elogiou o livro; Fichte foi imediatamente recebido na não muito "serena irmandade dos filósofos".[3] Ele não se saiu tão bem com os teólogos, pois o argumento de seu tratado era que, embora a revelação não provasse a existência de Deus, nós devíamos atribuir nosso código moral a Deus, se aquele código tivesse que ser aceito e obedecido pela humanidade.

Com uma recomendação de Kant, Fichte encontrou um emprego remunerado como preceptor em Dantzig. Sua noiva concordou então em juntar suas economias à sua renda e nessa base eles se casaram em 1793. Além disso ele marcou esse ano pela publicação anônima de dois vigorosos ensaios. Na *Restauração da Liberdade de Pensamento pelos Príncipes da Europa* ele começou elogiando alguns governantes esclarecidos, e censurando os príncipes que obstruíam o progresso da mente humana; lamentava a onda de repressão que havia se seguido à morte de Frederico, o Grande. Uma reforma é melhor do que uma revolução, pois uma revolução pode jogar de volta o homem no barbarismo; e no entanto uma revolução bem-sucedida pode avançar a humanidade em meio século o que uma reforma poderia fazer em mil anos. Na ocasião Fichte dirigia-se a seus leitores — numa época em que o feudalismo ainda estava ativo através da maior parte da Alemanha — da seguinte forma:

> Não odiai a vossos príncipes mas a vós mesmos. Uma das fontes de vossa miséria é vossa exagerada estima por esses personagens cujas mentes estão torcidas por uma educação enervante, pela indulgência e pela superstição... Estes são os homens que são exortados a suprimir a liberdade de pensamento... Gritai bem alto a vossos príncipes que vós jamais permitireis que vossa liberdade de pensamento seja surripiada de vós...
>
> A Era do Obscurantismo (Idade Média) já passou,.. quando vos diziam em nome de Deus que vós éreis rebanhos de gado colocados na terra para alimentar-se e reproduzir-se, para servir a uma dúzia de mortais de alta posição, e para ser sua propriedade. Vós não sois a propriedade deles, nem mesmo a propriedade de Deus, mas a vossa própria... Vós deveis agora perguntar ao príncipe que deseja governar-vos: Com que direito? Se ele responde: Por herança, vós perguntareis: Como foi que o primeiro de vossa linhagem obteve esse direito? .. O príncipe deriva todo o seu poder do povo.[4]

O segundo ensaio, *Ensaio Visando à Correção do Julgamento Público a Respeito da Revolução Francesa*, era ainda mais radical. Os privilégios feudais não deviam ser hereditários; eles existem por consentimento do Estado e deveriam ser acabados de acordo com a conveniência do Estado. Da mesma forma a propriedade eclesiástica; ela existe devido à permissão e à proteção do Estado; e pode ser nacionalizada quando as necessi-

dades e a vontade da nação assim o decretarem. A Assembléia Nacional Francesa fez isto, e tinha justificativa. Aqui termina este fragmento.

Apenas observando que estes pronunciamentos eram publicados anonimamente pode-se compreender como Fichte conseguiu um convite (dezembro de 1793) para a cátedra de filosofia em Jena. O duque Carlos Augusto era ainda o benevolente senhor de Weimar e Jena, e Goethe, que supervisionava o corpo docente da universidade, ainda não havia decidido que a Revolução Francesa era uma doença romântica.[5] Assim Fichte começou seus cursos em Jena na Páscoa de 1794. Ele era um professor persuasivo, um brilhante orador, que podia pôr sentimento em sua filosofia e fazer da metafísica a senhora de tudo; mas seu temperamento impetuoso era completamente não professoral e provocava turbulência intelectual.

Cinco de suas primeiras conferências foram publicadas em 1794 sob o título *Einige Vorlesungen über die Bestimmung des Gelehrtes* (Algumas Conferências Sobre as Vocações dos Professores). Sua tese, que o Estado irá em algum agradável futuro desaparecer e deixar os homens realmente livres, era quase tão anarquista quanto o *Inquérito Referente à Justiça Política*, publicado um ano antes:

> A sociedade política não é de forma alguma parte do propósito absoluto da vida humana, mas é somente um meio que possibilita a formação de uma sociedade per feita. O Estado constantemente tende em direção à sua própria aniquilação, uma vez que o objetivo final de todo governo é tornar-se ele próprio supérfluo. Nós podemos ter que esperar por séculos, mas um dia todas as combinações políticas vão tornar-se desnecessárias.[6]

A esta perspectiva — tornada digerível pelos príncipes devido a sua distância — Fichte juntou um outro ponto de vista de Pisgah: "O objetivo último da sociedade é a perfeita igualdade de todos seus membros." Isto era um eco ressoante de Jean-Jacques, e Fichte não negava seu parentesco: "Que a paz esteja com as cinzas de Rousseau, e bênçãos com sua memória; pois ele acendeu fogos em muitas almas."[7] Os rebeldes românticos que iriam reunir-se em Jena em 1796 deram as boas-vindas a esta convocação para a utopia: "O maior metafísico hoje vivo", escrevia Friedrich von Schlegel a seu irmão, "é um escritor popular. Poderás vê-lo em seu famoso livro sobre a Revolução. Contrasta a contagiosa eloqüência de suas 'Conferências sobre o Professor' com as declamações de Schiller. Cada traço na vida pública de Fichte parece dizer: 'Este é um homem.'"[8]

2. *O Filósofo*

O que era esta metafísica que de tal forma encantava os românticos? Sua tese central era que o indivíduo, o ego autoconsciente — cuja essência é a vontade e cuja vontade é livre — é o centro e o resumo de toda a realidade. Nada poderia agradar mais aos românticos. Mas o assunto não era tão simples como a *Lucinde* de Friedrich von Schlegel. O próprio Fichte, após publicar seu *Grundlage der gesamten Wissenschaftslehre* (Fundação de Toda a Ciência do Conhecimento, 1794) julgou necessário clarificá-lo, *post factum* (1797), por uma *Zweite Einleitung* (Segunda Introdução), e por uma *Neue Dars-*

tellung (Nova Apresentação), cada uma das quais juntava novos absurdos. A palavra-chave necessitava ela mesma de uma chave: *Wissenschaftslehre* significava um estudo da haste ou do tronco do conhecimento — isto é, da mente — ou, para colocá-lo numa palavra proibida, epistemologia.

Fichte começa por dividir os filósofos em dois grupos: os "dogmatistas" ou "realistas", que confiam em que os objetos existem independentemente da mente; e os "idealistas", que acreditam que toda a experiência e todos os "fatos" são percepções mentais, e que conseqüentemente toda a realidade, até onde nós podemos entendê-la, é parte de uma mente perceptiva. Ele objeta ao realismo porque ele é logicamente levado a um determinismo mecanístico, que torna a conciência supérflua e mina a responsabilidade e a moralidade — daí a liberdade da vontade estar entre a mais imediata e tenaz de nossas convicções. Fichte objeta além disso que nenhuma filosofia que começa com a matéria pode explicar a consciência, que é manifestamente imaterial. Mas os principais problemas da filosofia referem-se a esta misteriosa realidade chamada consciência.

Assim Fichte começa com o ser consciente — o Ego, *Ich*, ou Eu. Ele reconhece a existência de um mundo externo, mas apenas como chega ao nosso conhecimento através de nossas percepções. Estas, pelo mesmo processo — a interpretação das sensações através da memória e do propósito — transforma o objeto numa parte da mente. (Assim uma palavra como um som é inteiramente diferente daquela palavra como interpretada pela experiência, pelo contexto e pelo objetivo; e uma tempestade, que para a mera sensação é uma mistura confusa e sem significação de mensagens caindo sobre vários sentidos, torna-se na percepção — através da memória, da circunstância e do desejo — um estímulo para uma ação propositada.) Fichte conclui que devemos admitir um objeto externo ou "não-ego" como a causa de nossas sensações externas, mas que o "objeto", como interpretado pela percepção, a memória e a vontade, é uma construção da mente. Desse ponto de vista tanto o sujeito quanto o objeto são parte do Ego e nada fora do Ego pode jamais ser conhecido.

Tudo isto é apenas um aspecto da filosofia de Fichte. Por trás da entidade perceptiva está a entidade que deseja, que quer. O Ego é um sistema de impulsos; sua própria natureza é a tendência ou o impulso. "Todo o sistema de nossas idéias depende de nossos impulsos e de nossa vontade.[9]" (Aqui Fichte aproxima-se da tese de Spinoza que "o desejo é a própria essência do homem", e leva ao ponto de vista de Schopenhauer que "o mundo é a vontade e a idéia".) Esta vontade irrequieta não é parte do mundo objetivo que parece escravo do determinismo mecanístico; daí a vontade ser livre. Esta liberdade é a essência do homem, pois ela o faz um agente moral responsável capaz de obedecer livremente a uma lei moral.

À medida que prossegue, Fichte desenvolve a admiração de Kant pela ordem moral e astronômica em uma nova teologia que imagina uma lei moral governando e apoiando o universo, bem como o caráter e as comunidades dos homens. Finalmente, ele identifica esta ordem moral do universo — cada parte, por assim dizer, cumprindo seus deveres e portanto mantendo o conjunto — com Deus.[10] O objetivo e o dever do homem livre é viver em harmonia com esta ordem moral divina. A ordem moral cósmica não é uma pessoa mas um processo, principalmente visível no desenvolvimento moral da humanidade.[11] A "vocação do homem" é viver em harmonia com esta ordem divina. — Tudo isto novamente lembra Spinoza; mas em uma outra modalidade Fichte sugere Hegel: o ser individual ou a alma é mortal,[12] mas ela participa da imortalidade daquela

totalidade de seres conscientes que é o Ego Absoluto, Idéia, ou Alma.

Na filosofia de Fichte sente-se o ansioso tentear de um homem que perdeu a fé religiosa que lhe foi transmitida, mas que está lutando a fim de encontrar para ele próprio e seus leitores ou alunos, um caminho intermediário entre a crença e a dúvida. Em 1798 ele encarou de novo o problema em *Über den Grund unseres Glaubens an eine göttliche Weltsregierung* (Sobre a Base de Nosso Conhecimento num Governo Divino do Mundo); ele reafirma sua concepção de Deus como a ordem moral impessoal do mundo, mas admite que alguns pudessem atribuir uma personalidade a esta deidade, a fim de tornar vivo seu conceito ou devoção. No entanto ele ajunta que conceber Deus como um tirano, de cujo favor futuros prazeres dependem, é adorar um ídolo; e que aqueles que o adoram deviam ser chamados ateístas.

Um crítico anônimo denunciou o tratado como não-religioso; outros juntaram-se ao ataque; o governo da Saxônia confiscou todas as cópias disponíveis do ensaio de Fichte e apresentou uma queixa ao governo de Weimar por permitir que o ateísmo fosse ensinado dentro de sua jurisdição. O *comitê* educacional de Weimar tentou apaziguar o assunto com uma polida resposta aos saxônios, porém Fichte, que não era pacifista, publicou dois panfletos em defesa pública de seu livro (1799), um deles um direto *Appellation an das Publikum* (Apelo ao Público). O *comitê* de Weimar tomou este *Apelo ao Público* como um desafio ao seu tratamento do assunto e o boato chegou a Fichte que o *comitê* iria pedir ao senado da universidade impor-lhe uma censura pública. Argumentando que isto violaria a liberdade acadêmica, Fichte escreveu ao Conselheiro Privado Voight, de Weimar, que se tal censura fosse publicada ele resignaria a seu posto; e ajuntou que vários outros professores haviam concordado nesse caso a resignar com ele. O *comitê* de Weimar (com a concordância de Schiller e Goethe) enviou uma nova mensagem ao senado da universidade, expressando seu desejo de que ele censurasse Fichte; então, aceitando a ameaça e o desafio de Fichte, o *comitê* demitiu-o. Duas petições foram submetidas pelos estudantes em favor de uma anulação deste edito; elas foram ignoradas.[13]

Em julho de 1799 Fichte e sua esposa mudaram-se para Berlim, onde ele foi calorosamente recebido por Friedrich von Schlegel, Schleiermacher e outros do círculo romântico, que sentiam o sabor romântico da imaginação de Fichte, e o heróico Egoísmo de sua filosofia. Para economizar no custo de uma residência em separado, Fichte (contra a vontade de sua esposa) aceitou o convite de Schlegel para viver com ele e Brendel Mendelssohn Veit. O volátil filósofo gostou do arranjo e propunha-se a aumentá-lo. "Se meu plano tiver sucesso", escrevia ele, "os Schlegels, os Schellings e nós mesmos iremos formar uma família, alugar uma casa maior e ter somente um cozinheiro."[14] O plano não foi levado avante, pois Caroline von Schlegel não se deu bem com Brendel; o individualismo é a serpente em qualquer paraíso socialista.

Fichte, no entanto, manteve uma cor socialista até o final. Em 1800 ele publicou um ensaio, *Der geschlossene Handelsstaat* (O Estado Comercial Fechado), no qual ele argumentava que o comércio exterior e as manipulações da moeda capacitavam as nações mais ricas a drenar as nações mais pobres de suas riquezas metálicas; conseqüentemente o governo deveria controlar todo o comércio exterior e ter a posse de toda a reserva ouro negociável e da moeda. Armado com este poder, o Estado poderia garantir a cada indivíduo um salário que lhe permitisse viver e uma participação equitativa no produto na-

cional; em retorno o indivíduo deveria ceder ao Estado o poder de fixar os preços e de determinar o local e o caráter de seu trabalho.[15]

Estranhamente contemporâneo com esse radical pronunciamento foi um trabalho religioso, *Die Bestimmung des Menschen* (A Vocação do Homem), 1800, que descrevia Deus como a ordem moral do universo, e elevava-se a um êxtase de adoração:

> Nossa fé,... nossa fé no dever, é unicamente a fé n'Ele, em Sua razão e em Sua verdade... Esta Vontade eterna é seguramente a Criadora do Mundo... Nós somos eternos porque Ele é eterno.
>
> Sublime e viva Vontade! que não é chamada por nenhum nome e compreendida por nenhum pensamento!... Tu és melhor conhecida para a mente de uma criança devotada e simples...
>
> Eu escondo minha face perante Ti e ponho minha mão sobre minha boca... Como Tu existes, e pareces existir por Ti próprio, eu nunca poderei saber... Tu despertas em mim o conhecimento de meu dever, de minha vocação no mundo de seres razoáveis; como, eu não sei, nem preciso saber... Na contemplação dessas Tuas relações comigo... eu descansarei em calma bem-aventurança.[16]

Aparentemente dependente de conferências públicas e de sua publicação para seu sustento, Fichte moveu-se mais e mais em direção à piedade cristã e ao patriotismo alemão. Em 1805 foi convocado para a cátedra de filosofia da universidade de Erlangen. Estava construindo para ele ali uma nova reputação, quando a entrada do exército de Napoleão na Alemanha (1806) compeliu-o a procurar um lugar mais seguro. Ele cruzou para a Prússia Oriental e por algum tempo ensinou em Königsberg. Em breve a proximidade das tropas de Napoleão na vizinha Friedland obrigaram-no a mudar-se — desta vez para Copenhague. Em agosto de 1807, cansado de estar longe de casa, ele voltou para Berlim. Ali deixou de lado a filosofia e dedicou suas energias à ajuda da restauração do orgulho e do espírito de um povo despedaçado e humilhado.

3. *O Patriota*

Aos domingos, de 13 de dezembro de 1807 a 20 de março de 1808, no anfiteatro da Academia de Berlim, Fichte pronunciava conferências que mais tarde foram publicadas como *Reden an die deutsche Nation* (Orações à Nação Alemã). Elas constituíam um apaixonado apelo a seu povo para reconquistar seu auto-respeito e coragem, e para tomar medidas para elevar-se da desolação que havia caído sobre ele pela vaidade do arrastar dos sabres da casta militar prussiana, da desumana paz de Tilsit, e do brutal desmembramento do reino da Prússia pelo vitorioso corso. Entrementes os soldados franceses policiavam a capital capturada e espiões franceses verificavam cada discurso que era pronunciado.

Estas *Orações à Nação Alemã* são a mais viva parte do legado de Fichte e ainda estão quentes com o sentimento do filósofo que se transformara em patriota. Elas põem de lado o jogo intelectual da lógica teórica e encaram as amargas realidades do mais negro ano da Prússia. Ele não falava apenas para a Prússia, mas para todos os alemães; e embora seus vários principados dificilmente constituíssem uma nação, eles usavam a mesma língua e necessitavam do mesmo estímulo. Procurou trazer-lhes alguma unidade

relembrando-lhes a história alemã, de famosas vitórias — e realizações na arte de governar, na religião, na literatura e na arte; e pela rejeição do desesperado materialismo que ele alegava encontrar-se na vida e na teoria inglesa, e o desnudamento religioso do iluminismo francês e da Revolução. Falava com razoável orgulho das cidades mercantis da velha Alemanha — a Nuremberg de Albert Dürer, a Augsburgo dos Fuggers, dos burgueses da Liga Hanseática que viajavam em torno do mundo. As presentes derrotas, dizia Fichte a suas classes e a seu país, devem ser vistas na perspectiva de um brilhante passado; esse aprisionamento de uma nação por uma outra, não podia durar; o povo alemão tinha, em seu caráter nacional, os recursos de mente e de vontade que iriam fazer terminar este presente nadir.

Como? Fichte respondia: por uma completa reforma da educação; por sua extensão a cada criança alemã pelo financiamento do governo e a obrigatoriedade; e pela transformação de seu sucesso comercial em realização moral. Não se devia falar mais de revolução; existe unicamente uma revolução e esta é a do esclarecimento da mente e da limpeza do caráter. A capacidade das crianças deve ser desenvolvida pelo método de Pestalozzi; e elas devem ser dirigidas para os objetivos nacionais determinados pelo Estado. O Estado deve ser liderado por homens educados e dedicados; não deve sê-lo pelo poder de um exército, mas pela direção e implementação da vontade nacional. Cada cidadão deve ser um escravo do Estado, e o Estado deve ser o escravo de todos. "Até agora, de longe a maior parte da renda do Estado... tem sido despendida mantendo um exército permanente"; e a educação das crianças tem sido deixada a cargo dos clérigos que "usam Deus como um meio de cada um introduzir-se em outros mundos após o desaparecimento do corpo mortal... Uma tal religião... deve efetivamente ser enterrada junto com todo o seu passado."[17] Ela deve ser substituída por uma religião de consciência moral baseada num sentido de educação de responsabilidade comunal.

Para produzir esse novo tipo de homem, Fichte acredita, os alunos devem ser "separados da sociedade adulta" e "formar uma comunidade separada e auto-suficiente.... Exercícios físicos,... amanho da terra, e profissões de várias espécies, em aditamento ao desenvolvimento da mente pelo ensino, são incluídas nessa comunidade."[18]

> Assim isolados das corrupções do passado agonizante, os alunos, pelo trabalho e pelo estudo, devem ser estimulados a criar uma imagem da ordem social da humanidade como ela deve ser, simplesmente de acordo com as leis da razão. Um aluno é de tal maneira imbuído de um ardente amor por uma tal ordem das coisas, que será totalmente impossível para ele não desejá-la, e não trabalhar com toda a sua força para promovê-la quando for libertado da orientação da educação.[19]

É um esplêndido sonho, lembrando a república de Platão, e antecipando os profetas socialistas que iriam agitar as esperanças dos séculos seguintes. Teve pouca influência em seu tempo, e pouca participação (embora isto tenha sido exagerado) no levantamento do ardor nacional contra Napoleão.[20] Mas Fichte estava pensando em algo maior do que a expulsão dos franceses da Prússia; ele estava tentando encontrar um modo de melhorar o caráter humano que, pelo bem ou pelo mal, foi responsável por grande parte da história. De qualquer maneira era um sonho nobre, por demais confiante, talvez, no poder da educação sobre a hereditariedade, e tristemente aberto a um conceito errado e a um mau emprego pelos regimes autoritários; mas dizia Fichte, "como eu só

desejo viver para esta esperança,... eu não posso deixar de esperar... que eu irei convencer alguns alemães... que somente a educação é que nos pode salvar''.[21]

As provações de sua fuga de Erlangen para Königsberg e daí para Copenhague e para Berlim haviam-no enfraquecido permanentemente. Pouco tempo após haver completado suas *Orações à Nação Alemã,* sua saúde decaiu. Ele foi para Teplitz e recuperou-se parcialmente. Em 1810 foi feito reitor da nova universidade de Berlim. Quando a Prússia iniciou sua Guerra de Liberação, Fichte incutiu em seus estudantes um tal fervor patriótico que quase todos eles se alistaram.[22] A esposa de Fichte apresentou-se voluntariamente para servir como enfermeira; ela aparentemente apanhou uma febre fatal; ele tomava conta dela durante o dia e fazia conferências na universidade à noite; acabou contraindo a doença; ela sobreviveu, ele morreu, no dia 27 de janeiro de 1814. Cinco anos mais tarde ela foi enterrada ao seu lado, naquele belo antigo costume de enterro que permitia aos amantes e aos companheiros ficarem de novo juntos, mesmo que só fossem cabelos e ossos — simbolizando terem sido e serem agora de novo um só.

II. SCHELLING: 1775-1854

Embora reconhecesse a existência de um mundo externo, a filosofia de Fichte, evitava-o de toda a forma possível, exceto quando purificado pela percepção. Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling, a despeito de sua aristocrática preposição, prontamente aceitava a natureza e unia-a com a mente num condomínio que constituía Deus.

Ele era o filho de um pastor luterano de posses em Württemberg, havia sido destinado para o ministério, e estudado na faculdade de teologia de Tübingen. Ali, ele, Hölderlin, e Hegel formaram um vigoroso trio de radicais escolásticos, celebrando a Revolução Francesa, redefinindo a divindade, e fazendo novas misturas filosóficas de Spinoza, Kant e Fichte. Schelling acrescentou um poema intitulado ''O Credo de um Epicurista''.[23] Podia-se com segurança prever dessas aventuras na juventude uma idade provecta respeitavelmente conservadora.

Como Fichte e Hegel, ele serviu durante alguns anos como preceptor. Seu ensaio, *O Eu como Princípio da Filosofia*, publicado em 1795, quando ele tinha 20 anos, chamou a atenção de Fichte e trouxe a Schelling, com 23 anos, um convite para ensinar filosofia em Jena. Ele contentou-se durante algum tempo em descrever-se como um seguidor de Fichte, e aceitar a mente como a única realidade. Mas em Jena, e mais tarde em Berlim, ele juntou-se aos românticos e deu ao corpo um êxtase passageiro:

> Eu não posso mais suportá-lo; eu devo viver uma vez mais, devo deixar meus sentidos em ampla liberdade — esses sentidos dos quais eu tenho sido quase privado, pelas grandes e transcendentes teorias às quais eles têm feito seu máximo para converter-me. Mas eu também devo agora confessar como meu coração pula, e meu quente sangue corre através de minhas veias... Não tenho nenhuma outra religião senão essa: que eu amo um joelho bem-feito, um seio belo e túrgido, uma cintura delgada, flores com os odores mais doces, ampla satisfação de todos os meus desejos, a conquista de tudo que o doce amor pode pedir. Se eu for obrigado a ter uma religião (embora eu

> possa viver muito felizmente sem ela), então ela deve ser a católica, tal como ela era nos velhos dias, quando os padres e os leigos viviam juntos,... e na própria casa de Deus havia diariamente sonhos.[24]

Era de esperar que um tão ardente amante da tangível realidade iria perturbar o nimbo idealístico que rodeava Fichte em Jena, e que permaneceu após sua partida para Berlim. Em *Erste Entwurf eines Systems der Naturphilosophie* (Primeiro Esquema de um Sistema da Filosofia Natural, 1799), e em *System des transzendentalen Idealismus* (Sistema do Idealismo Transcendental, 1800), Schelling define o principal problema da filosofia como o aparente impasse entre a matéria e a mente; parece impossível pensar que uma produza a outra; e ele concluía (em mais um retorno a Spinoza) que a melhor escapatória para o dilema é pensar na mente e na matéria como dois atributos de uma realidade complexa porém unificada. "Toda a filosofia absolutista, que é baseada na razão pura, é, ou tornar-se-á, spinoziana." Mas esta filosofia, pensava Schelling, era tão rigidamente lógica que perdia a vitalidade. "Uma concepção dinâmica da natureza deve necessariamente produzir uma mudança essencial nas vistas do spinozismo... Em sua rigidez o spinozismo pode ser olhado, à semelhança da estátua de Pigmalião, como necessitado de receber uma alma."[25] Mas Spinoza já havia feito isto em três palavras: *Omnia quodammodo animata* (todas as coisa de alguma forma têm vida) — literalmente, "almas" (*Ethics*, II, 13 scholium).

Para tornar este monismo dualístico mais concebível, Schelling propôs pensar na força ou energia como a essência íntima tanto da matéria quanto da mente. Em nenhum dos casos sabemos o que é essa força, mas uma vez que nós a vemos tomando na natureza formas progressivamente mais sutis — do mistério do movimento comunicado, através da atração e repulsão das partículas, da sensitividade das plantas, ou da ação de apalpar e agarrar dos pseudopés da ameba, até a vivaz inteligência do chimpanzé e a razão consciente do homem, nós podemos concluir que a realidade básica, o único Deus onipresente, não é a matéria nem a mente por si mesmas, mas sua união num incrível panorama de formas e poderes. Aqui Schelling estava escrevendo poesia bem como filosofia. E tanto Wordsworth quanto Coleridge julgavam-no um espírito amigo lutando para construir uma nova fé para almas soterradas pela ciência e ansiando por Deus.

Em 1803 ele deixou Jena para lecionar na universidade recentemente aberta de Würzburgo. Continuou a escrever tratados filosóficos, mas faltava-lhes o vigor de sua *Naturphilosophie.* Em 1809 sua estimulante esposa Caroline morreu, e parece ter levado com ela a metade da vitalidade dele. Schelling casou-se novamente (1812) e continuou a escrever incontinentemente, mas nada mais publicou após 1809. Além disso, nessa ocasião, Hegel havia se tornado o indisputável Napoleão da filosofia.

Nos seus anos de declínio, Schelling encontrou conforto no misticismo e em explicações transcendentais para as aparentes contradições entre um Deus amável e uma natureza "de dentes e garras vermelhas", e entre o determinismo da ciência e a livre vontade aparentemente necessária para a responsabilidade moral. Ele adotou de Jakob Böhme (1575-1624) a idéia de que o próprio Deus é um campo de batalha entre o bem e o mal, de tal forma que a natureza oscila entre a luta pela ordem e o relaxamento no caos; e no homem também existe algo basicamente irracional.[26] No final (Schelling prometia a seus leitores) todo o mal será dominado, e a Sabedoria Divina vencerá, transformando mesmo as tolices e os crimes da humanidade em bem.[27]

Ele teve então o longo desconsolo de ver Hegel reunir todas as coroas da filosofia, e ainda sobrevivê-lo 23 anos, enquanto os "jovens hegelianos" dividiam os remanescentes dialéticos de seu mestre entre o comunismo e a reação. Em 1841 o rei Frederico Guilherme IV chamou Schelling para a cadeira de filosofia da universidade de Berlim, na esperança de que seu conservadorismo sustasse a maré radical. Mas Schelling não podia prender a atenção de sua audiência, e encontrou-se perdido e na dúvida pelo ímpeto dos acontecimentos desde a filosofia até a revolução.

Mesmo assim, Wordsworth já tinha posto o vitalismo panteístico de Schelling em majestosos versos, [28] e Coleridge havia-lhe atribuído, com certas exceções, "a realização, e as mais importantes vitórias, da revolução (Kantiana) na filosofia." [29] Meio século após a morte de Schelling, Henri Bergson, renovador do vitalismo, chamava Schelling "um dos maiores filósofos de todos os tempos".[30] Hegel teria objetado.

III. HEGEL: 1770-1831

Lendo Kant, escrevia Schopenhauer por volta de 1816, "o público foi compelido a verificar que o que é obscuro não é sempre sem significação". Fichte e Schelling, pensava ele, tiraram indevida vantagem do sucesso de Kant com a obscuridade. Porém (Schopenhauer continuava)

> o cúmulo do absurdo em expor pura insensatez, em juntar massas de palavras extravagantes e sem sentido, de uma forma que antigamente só se tinha notícia acontecer nos hospícios, foi finalmente alcançado por Hegel, e tornou-se o instrumento da mais bela mistificação que jamais teve lugar, com o resultado que aparecerá fabuloso para a posteridade, e permanecerá como um monumento da estupidez alemã.[31]

1. *O Progresso do Cético*

Georg Wilhelm Friedrich Hegel estava vivo e em plena florescência quando o canto fúnebre acima foi publicado (1818); ele ainda sobreviveu por mais 13 anos. Provinha de uma família da classe média de Stuttgart mergulhada no misticismo e na piedade. A propriedade da família foi hipotecada para enviar Georg para estudar teologia no seminário de Tübingen (1788-93). Hölderlin, o poeta, estava lá, e Schelling veio em 1790; juntos eles deploravam a ingorância de seus professores e aplaudiam as vitórias da França revolucionária. Hegel desenvolveu uma atração especial pelo drama grego, e seu elogio ao patriotismo grego ensombreava sua própria e final filosofia política:

> Para o grego a idéia de sua pátria, do Estado, era a invisível e mais alta realidade pela qual ele labutava... Em comparação com essa idéia sua própria individualidade era como nada; era *sua* permanência, a continuação de *sua* vida, que ele procurava... Desejar ou rezar pela permanência ou pela vida eterna para ele mesmo como indivíduo não podia ocorrer-lhe.[32]

Depois de formar-se pelo seminário, com um diploma em teologia, Hegel desapontou seus pais, recusando-se a entrar para o ministério religioso. Começou a ganhar sua vida

servindo como preceptor em Bern, na casa de um patrício que tinha uma importante biblioteca; ali, e mais tarde em Frankfurt, ele leu Tucídides, Machiavelli, Hobbes, Spinoza, Leibniz, Montesquieu, Locke, Voltaire, Hume, Kant, Fichte; como poderia sua adoentada fé cristã resistir a uma tal falange de incrédulos? A natural rebeldia de uma juventude vigorosa regalava-se nesta festa pagã.

No ano de 1796 ele escreveu uma *Vida de Jesus* (Das Leben Jesu) que permaneceu sem ser publicada até 1905. Era em parte uma antecipação de *Das Leben Jesu* (1835), com a qual David Strauss, um seguidor de Hegel, lançou um maciço ataque à história de Cristo como narrada nos Evangelhos. Hegel descrevia Jesus como o filho de José e Maria; rejeitava os milagres atribuídos a Cristo, ou explicava-os naturalmente; pintava Cristo defendendo a consciência individual contra as regras dos sacerdotes; terminava com o enterro do rebelde crucificado e nada dizia de sua ressurreição. E fornecia uma definição de Deus que ele manteve até o fim: "A razão pura, incapaz de qualquer limitação, é a própria divindade."[33]

Em 1799 o pai de Hegel morreu, deixando-lhe 3.154 florins. Ele escreveu a Schelling pedindo-lhe conselhos para encontrar uma cidade com uma boa biblioteca e *ein guttes Bier.*[34] Schelling recomendou Jena e ofereceu-se a compartilhar de seu domicílio com ele. Hegel ali chegou em 1801, e foi-lhe permitido fazer conferências na universidade como *Privatdozent* (livre-docente), remunerado somente por seus alunos, que eram em número de 11. Após três anos de tal servidão foi nomeado *professor extraordinarius;* e um ano mais tarde, mediante a intervenção de Goethe, ele recebeu seu primeiro estipêndio, de cem táleres. Nunca se tornou um professor popular, mas em Jena, como mais tarde em Berlim, ele inspirou em vários estudantes uma amizade especial que penetrava a áspera superfície de sua linguagem, até o arcano vigor de seu pensamento.

Em 1801 ele começou, mas deixou inacabado e não publicado, um ensaio de significação *Kritik der Verfassung Deutschlands* (Sobre a Constituição da Alemanha), publicado em 1893. Relanceando os olhos sobre a Alemanha, ele se reportava aos pequenos principados que haviam dividido a Itália da Renascença e abriram-na para a conquista estrangeira; e lembrava-se do apelo de Machiavelli por um forte príncipe que forjasse essas peças espalhadas em uma nação. Ele não tinha nenhuma fé no Sagrado Império Romano e previu seu próximo colapso. "A Alemanha não é mais um estado... Um grupo de seres humanos só pode denominar-se um estado se ele for cimentado pela defesa comum da totalidade de sua propriedade." Ele clamava pela unificação da Alemanha, porém ajuntava: "Um tal acontecimento jamais foi o fruto da reflexão, porém apenas da força... A multidão comum do povo alemão... deve ser reunida em uma massa pela força de um conquistador."[35]

Presumivelmente ele não tinha nenhuma idéia de convocar Napoleão, mas quando, em 1805, Napoleão derrotou tanto os austríacos quanto os russos em Austerlitz, Hegel pode ter começado a cismar se este homem não estaria destinado a unificar não somente a Alemanha mas toda a Europa. Quando, no ano seguinte, o exército francês estava se aproximando de Jena e o futuro da Europa parecia estar em jogo, Hegel viu Napoleão cavalgando através de Jena (13 de outubro de 1806), e escreveu a seu amigo Niethammer:

> Eu vi o imperador — aquela "alma do mundo" — a cavalo num reconhecimento da cidade. É verdadeiramente uma maravilhosa sensação ver um tal indivíduo, aqui

> concentrado em um único ponto, montado em um único cavalo, no entanto atingindo todo o mundo e governando-o... Fazer tal progresso de quinta-feira até segunda-feira, é possível somente para aquele extraordinário homem, ao qual é impossível não admirar... E agora desejemos boa fortuna para o exército francês.[36]

No dia seguinte o exército francês impôs-se; e alguns soldados franceses, iludindo a vigilância daquela "alma do mundo", começaram a pilhar a cidade. Um grupo entrou no quarto alugado de Hegel. Vendo a cruz da Legião de Honra na túnica de um cabo, o filósofo expressou a esperança de que um homem tão distinto trataria um simples sábio alemão com honra. Os invasores contentaram-se com uma garrafa de vinho, mas a continuação da pilhagem assustou Hegel e fê-lo refugiar-se no escritório do vice-presidente da universidade.

Em 5 de fevereiro de 1807, Christina Burkhardt, esposa do senhorio de Hegel, deu à luz um rapaz que o distraído professor reconheceu como um de seus trabalhos anônimos. Como o duque de Saxe-Weimar estava com dificuldade para financiar o corpo docente de Jena, Hegel pensou que seria uma boa ocasião para tentar uma outra cidade, uma outra mulher e uma outra tarefa. Em 20 de fevereiro ele deixou Jena para tornar-se editor do *Bamberger Zeitung*. No meio do tumulto publicou (1807) *Phänomenologie des Geistes* (A Fenomenologia dos Espíritos). Ninguém parece haver suspeitado que esta iria ser mais tarde classificada como sua obra-prima, e como a mais difícil e fecunda contribuição à filosofia entre Kant e Schopenhauer.

Irritado pela censura governamental a seu jornal, Hegel deixou Bamberg (1808) para tornar-se diretor de um *Gymnasium* em Nuremberg. Trabalhou conscientemente neste novo campo, ensinando bem como dirigindo, mas aspirava por um lugar seguro e mais próprio para ele numa distinta universidade que fosse solvente. Em 16 de setembro de 1811, com a idade de 41 anos, casou-se com Marie von Tucher, de 20 anos de idade, filha de um senador de Nuremberg. Pouco tempo após Christina Burkhardt surpreendeu o casal com uma visita na qual ela ofereceu-lhes o filho de Hegel, de quatro anos, Ludwig. A esposa enfrentou bravamente a situação, adotando o menino em sua família.

Sonhando com um posto em Berlim, Hegel aceitou em 1816 um convite da universidade de Heidelberg para ser o seu primeiro professor de filosofia. Sua classe começou com cinco estudantes, mas aumentou até 20 antes do final do turno. Ali ele publicou (1817) sua *Enciclopédia de Ciências Filosóficas*. Este livro agradou tanto a *intelligentsia* como o governo de Berlim, muito mais do que a sua *Logik*, que havia aparecido ali em 1812. Em breve o ministro prussiano da educação convidou-o a vir para a Prússia preencher a cátedra de filosofia, que havia sido deixada vacante desde a morte de Fichte (1814). Hegel, agora com a idade de 47 anos, barganhou até que a remuneração que lhe foi finalmente oferecida compensou sua longa espera. Além do salário anual de 2.000 táleres ele pediu algo para compensar pelos altos custos dos aluguéis e dos preços das coisas em Berlim, pela mobília que ele havia comprado, e que agora teria que vender com prejuízo, pelo custo da viagem até Berlim com sua esposa e seus filhos; além disso, ele gostaria de receber uma "certa quantidade de mantimentos".[37] Tudo isto tendo-lhe sido concedido, Hegel começou, em 22 de outubro de 1818, sua longa carreira na universidade de Berlim que terminaria com sua morte. Nesses 13 anos, suas conferências, notoriamente insípidas, mas na realidade significativas, atraíam audiências cada vez maiores, até que vinham estudantes de quase todos os países da Europa — e mesmo

de mais longe — para ouvi-lo. Foi então que ele deu forma e ordem ao mais completo e influente sistema de pensamento na história da Europa pós-Kant.

2. *A Lógica como Metafísica*

Ele começa com a lógica, não em nosso senso moderno, como as regras de raciocínio, mas no antigo e clássico sentido como o *ratio*, ou fundamento lógico, ou significação e operação básica de qualquer coisa, como da maneira como se emprega em *geologia, biologia,* ou *psicologia*, como o significado e a operação da terra, da vida e da mente. Assim, para Hegel, a lógica estuda a significação e a operação de qualquer coisa. Geralmente ele deixa as operações para a ciência, da mesma forma que a ciência deixa o significado para a filosofia. Propõe-se a analisar não as palavras no raciocínio, mas a razão e a lógica nas realidades. Para a fonte e o resumo dessas razões ele dará o nome de Deus, semelhante à forma como os antigos místicos identificavam a divindade com o Logos — a razão e a sabedoria do mundo. O Quarto Evangelho começa com ''No princípio havia o Logos''. São Jerônimo traduziu *Logos* como *verbum*; os eruditos do rei James traduziram como *Palavra*; teriam feito melhor se houvessem traduzido como *Razão*.

A mente perceptiva atribuiu significação específica aos objetos, estudando seu relacionamento, no espaço e no tempo, com outros objetos lembrados ou percebidos. Kant havia dado a tais relações o nome de categorias, e havia listado 12, a saber: unidade, pluralidade e totalidade; realidade, negação e limitação; causa e efeito; existência e não existência, contingência e necessidade. Hegel ajunta muitas mais; ser determinante, limite, multiplicidade, atração e repulsão, parecença e diferença... Cada objeto em nossa experiência é uma complexa rede de tais relações; esta mesa, por exemplo, tem um lugar específico, uma idade, uma forma, uma resistência, uma cor, um cheiro, uma beleza; sem tais relações específicas, a mesa seria meramente uma confusão de sensações obscuras e separadas; com elas as sensações tornam-se uma percepção unificada. Esta percepção, iluminada pela memória e dirigida por um propósito, torna-se uma idéia. Daí, para cada um de nós, o mundo compor-se de nossas sensações — externas ou internas — coordenadas pelas categorias em percepções e idéias, misturadas com nossas memórias e manipuladas por nossas vontades.

As categorias não são coisas, são modos e instrumentos da compreensão, dando forma e significado às sensações. Elas constituem os princíipios lógios, a estrutura e a razão de cada sentimento, pensamento ou coisa experimentada. Juntas elas constituem a lógica, a razão, o Logos do universo, conforme concebido por Hegel.

A mais simples e a mais universal das categorias por meio da qual nós podemos procurar compreender a nossa experiência é o puro Ser (*Sein*) — ser como aplicado a todos os objetos ou idéias sem particularização. A universalidade desta categoria básica é sua fatalidade: não dispondo de nenhuma forma distinta ou marca, ela não pode representar nenhum objeto ou idéia existente. Daí o conceito do Ser puro é efetivamente equivalente à sua categoria oposta — o Não-Ser ou o Nada (*Nichts*). Aqui eles misturam-se prontamente; aquilo que não existia é juntado ao Ser, e priva-o de sua indeterminação ou pureza; Ser e Não-Ser torna-se algo, embora negativo. Este misterioso A Ser (*Werden*) é a terceira categoria, a mais útil de todas, uma vez oue sem ela nada po-

deria ser concebido como acontecendo ou tomando forma. Todas as categorias subseqüentes fluem de combinações semelhantes de idéias aparentemente contraditórias.

Esta prestidigitação hegeliana produzindo o mundo (como Adão e Eva) por meio de uma conjunção, relembra a idéia medieval de que Deus criou o mundo do nada. Mas Hegel protesta que suas categorias não são coisas; elas são meio de conceber as coisas, de fazer com que seu comportamento seja inteligível, muitas vezes previsível, algumas vezes controlado.

Ele pede-nos para permitirmos alguma modificação no princípio da contradição (tão sagrado na velha lógica) — que A não pode ser não-A. Muito bem; mas A pode *tornar-se* não-A como a água pode tornar-se gelo ou vapor. Toda a realidade, como concebida por Hegel, é um processo de tornar-se; não é um mundo parmenideano estático do Ser, mas um mundo heraclitiano fluido do tornar-se; todas as coisas fluem. Em Hegel toda a realidade, todos os pensamentos e coisas, toda a história, religião, filosofia, estão em constante evolução; não por uma natural seleção de variações, mas pelo desenvolvimento e resolução das contradições internas, e o avanço para um estágio mais complexo.

Esta é a famosa dialética (literalmente a arte de conversação) hegeliana, formalmente fichteana, da tese, antítese e síntese: uma idéia ou situação potencialmente contém seu oposto, desenvolve-o, luta contra ele, depois une-se com ele para tomar outra forma transitória. Uma discussão lógica deveria seguir a estrutura dialética de exposição, oposição e reconciliação. Sensíveis de*libera*ções — o pesar das idéias e dos desejos na balança (*libera*) da experiência — faria da mesma forma. A interrupção, como insistia Mme. de Staël, é a vida da conversação — mas ela é mortal se a contradição não é pertinente e resoluta. A oposição absorvida é o segredo da sabedoria e a perfeição da vitória. Uma verdadeira síntese não rejeita nem a afirmativa nem a negativa, mas encontra lugar para os elementos de cada uma. Karl Marx, um discípulo de Hegel, pensava que o capitalismo contém a semente do socialismo; que as formas rivais da organização econômica devem chocar-se numa guerra de morte e que o socialismo prevalecerá. Um hegeliano mais consistente teria predito a união de ambos, como acontece na Europa ocidental de hoje.

Hegel era o mais aplicado dos hegelianos. Ele propôs-se a "deduzir" as categorias — como cada uma delas resulta necessariamente da resolução das contradições de suas predecessoras. Ele organizava seus argumentos, tentava dividir cada um de seus trabalhos, numa forma triádica. Aplicava sua dialética às realidades bem como às idéias: o processo repetitivo da contradição, do conflito e da síntese, aparece na política, na economia, na filosofia e na história. Ele era um realista no sentido medieval; o universal é mais real do que qualquer uma das partes que ele contém. O homem inclui todos os outros homens, brevemente vivos ou permanentemente mortos; o Estado é mais real, mais importante e de mais longa vida do que qualquer de seus cidadãos; a beleza tem um poder imortal, produz muitos desastres e muitas rimas, embora Pauline Bonaparte esteja morta e talvez Afrodite jamais tenha vivido. Finalmente o compulsivo filósofo levava sua parada de categorias até a mais real, inclusiva e poderosa de todas elas — a Idéia Absoluta que é o universo de todas as coisas e pensamentos, a Razão, estrutura ou lei que sustenta o cosmos, o Logos que coroa e governa o conjunto.

3. *A Mente*

A *Phänomenologie des Geistes* (Fenomenologia do Espírito) foi escrita em Jena enquanto a Grande Armée aproximava-se da cidade; foi publicada em 1807, quando a impiedosa devastação da Prússia pelos filhos da Revolução Francesa parecia provar que em algum lugar, naquele histórico caminhar da monarquia através do terror para a monarquia, a mente do homem havia perdido o caminho para a liberdade. Hegel propunha-se a estudar a mente do homem em seus vários fenômenos, tais como sensação, percepção, sentimento, consciência, memória, imaginação, desejo, vontade, autoconsciência e razão; talvez no fim desse longo caminho ele iria encontrar o segredo da liberdade. Sem assustar-se com um tal programa, ele iria também estudar a mente humana nas comunidades e no Estado, na arte e na religião, e na filosofia. O produto desse desafio foi sua obra-prima, eloqüente e obscura, desafiadora e desencorajadora, e prenhe de influências sobre Marx e Kierkegaard, Heidegger e Sartre.

A dificuldade começa com a palavra *Geist*, que espalha uma nuvem de ambigüidade sobre espírito e mente e alma e mente. Nós em geral traduziremos *Geist* como *mente*, mas em alguns contextos seria melhor traduzir como *espírito*, como em *Zeitgeist* (espírito da época). *Geist* como mente não é uma substância separada ou entidade por detrás das atividades psicológicas; são essas próprias atividades. Não existem "faculdades" separadas; existem apenas as reais operações pelas quais a experiência é transformada em ação ou pensamento.

Numa de suas muitas definições de *geist*, Hegel identifica-o com a consciência.[38] A consciência, sem dúvida, é o mistério dos mistérios, porque, como o órgão para interpretar a experiência, ela não pode interpretar a si mesma. No entanto, a consciência é o mais imediato, bem como o mais notável fato por nós conhecido. A matéria, que pode ser o lado de fora da mente, parece menos misteriosa, embora menos diretamente conhecida. Hegel concorda com Fichte que nós conhecemos os objetos apenas quando eles se tornam parte de nós como coisas que são percebidas; mas ele nunca questiona a existência de um mundo exterior. Quando o objeto percebido é um outro indivíduo aparentemente provido de uma mente, a consciência torna-se autoconsciente por oposição; então o conscientemente pessoal Ego nasce, e torna-se desconfortavelmente consciente de que a competição é a essência da vida. Então, diz nosso duro filósofo, "cada homem" (potencialmente, finalmente, e poucas vezes conscientemente) "procura a destruição e a morte do outro",[39] até que um dos dois aceite a subordinação,[40] ou morra.

Entrementes o Ego está-se alimentando da experiência como se consciente de que ele deve armar-se e reforçar-se para as provações da vida. Todo este complexo processo pelo qual o Ego transforma sensações em percepções, acumula-as na memória e transforma-as em idéias, é usado para iluminar, colorir e servir os desejos que constituem a vontade. O Ego é um foco, uma sucessão e uma combinação de desejos; preceitos, idéias, lembranças, deliberações, como pernas e braços, são as ferramentas do ser ou do Ego procurando a sobrevivência, o prazer ou o poder. Se o desejo é uma paixão, ela é dessa forma reforçada, para o bem ou para o mal; ela não deve ser condenada indiscriminadamente porque "nada de grande no mundo já foi conseguido sem paixão".[41] Pode levar à dor, mas isso não tem importância se contribui para o resultado desejado. A vida não é feita para a felicidade, mas para a realização.[42]

É a vontade (isto é, os nossos desejos) livre? Sim, mas não no sentido de liberdade da causalidade ou da lei; é livre na proporção em que concorda com as leis e a lógica da realidade; uma vontade livre é uma que é iluminada pela compreensão e guiada pela razão. A única liberação real, para a nação ou o indivíduo, é através do crescimento da inteligência; e a inteligência é o conhecimento coordenado e utilizado. A mais alta liberdade é a que existe no conhecimento das categorias e de suas operações nos processos básicos da natureza, e em sua união e harmonia com a Idéia Absoluta que é Deus.

Há três maneiras pelas quais todo o homem pode atingir esse cume do conhecimento da compreensão e da liberdade: através da arte, da religião e da filosofia. Resumidamente em *Phänomenologie*, mais amplamente em sua obra póstuma *Vorlesungen über Aesthetik* (Introdução à Estética), Hegel tentou trazer a natureza e a história da arte às fórmulas triádicas de seu sistema. Incidentalmente ele revelou um surpreendente conhecimento de arquitetura, escultura, pintura e música, e uma detalhada familiaridade com as coleções de arte de Berlim, Dresden, Viena, Paris e dos Países Baixos. A arte, sentia ele, era uma tentativa da mente — por intuição (isto é, percepção direta, intensa e persistente) mais do que pela razão — de representar a significação espiritual através de um meio sensorial. Distinguia ele três épocas maiores na arte: (1) — a Oriental, na qual a arquitetura procurava apoiar a vida espiritual e mística através de maciços templos, como no Egito e na Índia; (2) a Clássica Greco-Romana, transmitindo as idéias de razão, de equilíbrio e de harmonia, mediante formas esculturais perfeitas e (3) a Cristã Romântica, que procurou através da pintura, da música e da poesia, expressar as emoções e os anseios da alma moderna. Nesse terceiro estágio Hegel encontrava algumas sementes de degeneração, e sugeria que o maior dos períodos da arte estava chegando a um fim.

A religião perturbava-o e era para ele um enigma em seus últimos anos pois ele reconhecia sua função histórica na moldação do caráter e no apoio da ordem social, mas era por demais apegado à razão para apreciar os cegos caminhos da teologia, os êxtases do sofrimento dos santos, o medo e a adoração de um Deus pessoal.[43] Ele lutou para reconciliar o credo cristão com a dialética hegeliana, mas seu coração não estava totalmente dedicado a esse esforço,[44] e seus mais influentes seguidores interpretavam seu Deus como a lei impessoal ou a Razão do universo, e a imortalidade como os remanescentes — talvez eternos — efeitos dos momentos de cada alma na terra.

No fim de sua *Phänomenologie* ele revelou seu verdadeiro amor — a filosofia. Seu ideal não era o santo, mas o sábio. Em seu entusiasmo ele não reconhecia limites para a futura expansão da compreensão humana. "A natureza do universo não tem poder que possa permanentemente resistir ao corajoso esforço da inteligência; ela deve afinal abrir-se; ela deve revelar toda sua profundidade e riqueza ao espírito."[45] Mas muito antes dessa culminação, a filosofia terá percebido que o mundo real não é o mundo que nós tocamos ou vemos, mas as relações e as regularidades que lhe dão ordem e nobreza, as leis não escritas que movem o sol e as estrelas, e que constituem a mente impessoal do mundo. A esta Idéia Absoluta ou Razão cósmica, o filósofo terá que dedicar sua lealdade; nela ele encontrará seu culto, sua liberdade e sossegado contentamento.

4. *A Moralidade, a Lei e o Estado*

Em 1821 Hegel publicou um outro importante trabalho — *Grundlinien der Philosophie des Rechts* (Linhas Básicas da Filosofia do Direito). Recht — direito — é uma palavra majestosa em alemão, cobrindo tanto a moral e a lei, como apoios afins da família, do Estado e da civilização. Hegel tratou de todas essas coisas num volume magistral que teve permanente influência sobre seu povo.

O filósofo estava agora entrando em sua sexta década. Ele havia se acostumado com a estabilidade e conforto; estava aspirando a algum posto governamental;[46] cedia prontamente ao natural conservantismo da época. Além disso, a situação política mudara drasticamente desde que ele havia festejado a França e admirado Napoleão: a Prússia levantara-se em armas e fúria contra Napoleão que fugia da Rússia, havia lutado com Blücher e derrotado o usurpador; e agora a Prússia se restabelecia numa base do tempo do rei Frederico, de um exército vitorioso e uma monarquia feudal, como bastiões de estabilidade no meio de um povo reduzido pelos custos da vitória a uma desesperada pobreza, desordem social, esperanças e temores de uma revolução.

Em 1816 Jakob Fries, então ocupando a cátedra de filosofia da universidade de Viena, publicou um tratado, *Von Deutschen Bund und Deutscher Staatsverfassung* (Sobre a Confederação Germânica e a Constituição Política da Alemanha), no qual ele delineava um programa de reformas que assustou os governos alemães e levou-os aos duros decretos do congresso de Karlsbad (1819). Fries foi dispensado de sua cátedra e declarado fora da lei pela polícia.[47]

Hegel gastou a metade do prefácio de seu livro denunciando Fries como um simplório perigoso, e condenando-o como "a quintessência da baixeza de pensamento" o ponto de vista de Fries segundo o qual "num povo governado por um espírito comunal genuíno, a vida para o desempenho de todos os negócios públicos viria de baixo, do próprio povo". "De acordo com um ponto de vista dessa espécie", protestou Hegel, "o mundo da ética deveria render-se ao acidente subjetivo da opinião e do capricho. Pelo simples remédio familiar de atribuir ao sentimento o trabalho... da razão e do intelecto, todas as dificuldades de uma visão interna racional, e do conhecimento dirigido ao pensamento especulativo, são naturalmente poupadas."[48] O zangado professor despejou seu desprezo sobre os filósofos de esquina que construíam estados perfeitos cada noite a partir dos rosados sonhos da imaturidade.[49] Contra tais desejos e pensamentos irreais, ele proclamava como a base realística de sua filosofia (política bem como metafísica) o princípio que "o que é racional é verdadeiro, e o que é verdadeiro é racional".[50] (É o que a lógica dos acontecimentos faz que seja; o que, dadas as circunstâncias, tinha que ser.) Os liberais da Alemanha denunciaram o autor como um que procurava uma colocação, ou "filósofo laureado" de um governo reacionário. Ele prosseguiu.

A civilização necessita tanto da moralidade quanto da lei, uma vez que ela significa viver como um cidadão (*civis*), e portanto numa comunidade; e uma comunidade não pode sobreviver a não ser que ela limite a liberdade, a fim de prover proteção. A moralidade deve ser um laço comum, não uma preferência individual. A liberdade sob a lei é uma força construtiva; a liberdade *da* lei é impossível na natureza e destrutiva na sociedade, como em algumas fases da Revolução Francesa. As restrições impostas à liberdade individual pela moralidade dos costumes — o julgamento ético desenvolvido na

evolução de uma comunidade — são as mais antigas e as mais amplas, as medidas mais duradouras e de maior alcance adotadas por ela para sua continuação e crescimento. Uma vez que tais regulações são transmitidas principalmente pela família, a escola e a Igreja, essas instituições são básicas na sociedade, e constituem seus órgãos vitais.

Conseqüentemente é tolice deixar uma família ser fundada por um casamento de amor. O desejo sexual tem sua sabedoria biológica para a continuação da espécie e da comunidade; mas ele não tem sabedoria social para apoiar uma parceria de uma vida inteira na gerência da propriedade e na educação das crianças.[51] O casamento deve ser monógamo e o divórcio dificultado. A propriedade da família deve ser mantida em comum, mas gerida pelo marido.[52] "A mulher tem o seu destino substantivo na família, e o ser imbuída de devoção familiar é a forma ética de sua mente."[53]

A educação não deve (como em Pestalozzi e Fichte) fazer fetiches da liberdade e da brincadeira; a disciplina é a coluna mestra do caráter. "A punição das crianças não se destina propriamente a fazer justiça; seu objetivo é impedi-las de exercer uma liberdade que ainda está sendo formada, e chamar a atenção do universo para sua consciência e sua vontade."[54]

Da mesma forma não se deve fazer um fetiche da igualdade. Nós somos iguais unicamente no sentido de que cada um de nós é uma alma e não deve ser um instrumento para outra pessoa, mas nós somos obviamente desiguais na capacidade física e mental. O melhor sistema econômico é aquele no qual a capacidade superior é estimulada a desenvolver-se, e é deixada relativamente livre para transmudar novas idéias em realidades produtivas. A propriedade deve ser de posse privada da família, pois sem essa distinta recompensa a capacidade superior não seria treinada ou se exerceria.

Para o propósito da civilização — de transformar selvagens em cidadãos — a religião é um instrumento ideal, pois ela relaciona o indivíduo com o todo.

> Uma vez que a religião é um fator integrante do Estado, implantando um sentido de unidade no mais profundo da mente dos homens, o Estado deveria até exigir que todos os cidadãos pertencessem a uma Igreja. *Uma* igreja é tudo que pode ser dito, porque — uma vez que o conteúdo da fé de um homem depende de suas idéias particulares — o Estado não pode interferir com isso.[55]

As igrejas deveriam ser separadas do Estado, mas deveriam encarar o Estado como "um culto consumado", no qual o objetivo religioso da unificação do indivíduo com a totalidade é tão proximamente efetivado quanto é possível sobre a terra.[56]

O Estado, então, é a mais alta realização do homem. É o órgão da comunidade para a proteção e o desenvolvimento do povo. Tem a difícil tarefa de reconciliar a ordem social com o natural individualismo dos homens e os ciumentos conflitos dos grupos internos. A lei é a liberdade do homem civilizado, pois ela o libera de muitas injustiças e perigos em troca de sua concordância de não inflingi-los a outros cidadãos. "O Estado é a realidade da liberdade concreta."[57] Para desta forma transformar o caos numa liberdade ordenada, o Estado deve ter autoridade e, algumas vezes, deve usar a força; a polícia será necessária, e, numa crise, também o recrutamento; mas se o Estado for bem gerido ele pode ser chamado a organização da razão. Neste sentido nós podemos dizer do Estado, como do universo, que "o racional é real, e o real é racional". Não é utópico, mas a utopia é irreal.

Foi esta uma idealização do Estado prussiano de 1820? Não completamente. Em desacordo com aquele regime, ele assumiu o completo sucesso das reformas de Stein e Hardenberg. Apelou para uma monarquia limitada, governo constitucional, liberdade de culto e emancipação dos judeus. Condenou o despotismo, que é definido como "qualquer estado de coisas onde a lei haja desaparecido, e onde a vontade particular como tal, quer seja a de um monarca ou a da plebe (oclocracia), conta como lei e toma o lugar da lei; enquanto que é precisamente num governo legal e constitucional que deve encontrar-se a soberania no momento da idealidade".[58] Hegel rejeitava inteiramente a democracia: o cidadão ordinário não está preparado para escolher governantes competentes, ou para determinar uma política nacional. O filósofo aceitava a constituição revolucionária francesa de 1791, que apelava para uma monarquia constitucional, na qual o povo votava para uma assembléia nacional, mas não para o governante. Uma monarquia eletiva é "a pior de todas as instituições".[59] Desta forma Hegel recomendava um governo composto de uma legislatura bicameral eleita pelos senhores de propriedades; um gabinete de ministros executivos e administrativos; e um monarca hereditário tendo "a vontade e o poder da decisão final".[60] "O desenvolvimento de um Estado em uma monarquia constitucional é a realização do mundo moderno."[61]

Seria injusto chamar esta filosofia de reacionária. Ela estava inteiramente em linha com o conservantismo racional de Montaigne e Voltaire, Burke e Macaulay, Benjamin Constant aconselhando Napoleão, e Tocqueville após estudar os governos francês e americano. Deixava algum espaço para a liberdade individual de pensamento e para a tolerância religiosa. Devemos analisá-lo no contexto do local e do tempo: devemos imaginar-nos no redemoinho da Europa pós-napoleônica — com sua bancarrota e depressão e seus governos reacionários pensando restaurar o *Ancien Régime* — para compreender a reação de um pensador por demais avançado em anos para ter pensamentos aventurosos, por demais confortavelmente estabelecido para alegrar-se com o êxtase da revolução, ou arriscar-se à substituição de um velho governo por teóricos inexperientes ou o governo da multidão. Foi o prefácio apressado, não o livro cuidadosamente organizado e pensado, que foi indigno de um filósofo. O velho estava assustado pela eloqüência de Fries e a excitada recepção que ele teve; ele chamou a polícia; e não estava arrependido "que o governo tenha por fim dirigido sua atenção para esta espécie de filosofia".[62] Não é próprio da idade aventurar-se, mas preservar-se.

5. *A História*

Os estudantes de Hegel devem tê-lo amado, pois após sua morte debruçaram-se sobre suas notas, ajuntaram seus próprios registros das conferências dele, arranjaram o resultado em uma certa ordem razoável e editaram-no sob seu nome. Assim apareceram quatro livros póstumos: *Estética, Filosofia da Religião, Filosofia da História,* e *História da Filosofia.* Estes são os mais inteligíveis de seus trabalhos, talvez porque menos obscurecidos pela complexidade de seu pensamento e de seu espírito.

"O único pensamento que a filosofia traz com ela para a contemplação da história é o simples conceito da Razão: que a Razão (a lógica e a lei dos acontecimentos) é a Soberana do Mundo; que conseqüentemente a história do mundo apresenta-nos um processo racional."[63] Aqui também o que era real era racional — era o único resultado

lógico e necessário de seus antecedentes. Hegel muitas vezes falava de sua Razão Soberana em termos religiosos mas ele a define unindo Spinoza e Newton: " A Razão é a *substância* do universo, isto é, aquilo pelo qual e no qual toda a realidade tem sua existência e subsistência"; e por outro lado ela é "a Infinita Energia do Universo"; isto é, as categorias da *Logik* são os meios básicos para compreender as relações operativas que constituem o "infinito complexo das coisas, sua inteira Essência e Verdade."[64]Se as operações da História são uma expressão da Razão — das leis inerentes à natureza das coisas — deve haver algum método no aparente capricho dos acontecimentos. Hegel vê método tanto no processo quanto no resultado. O processo da razão na história, como na lógica, é dialético; cada estágio ou condição (tese) contém contradição (antítese), a qual luta para compor uma síntese. Assim o despotismo tentou suprimir a sede humana pela liberdade; esta sede estourou numa revolta; sua síntese foi a monarquia constitucional. Existe, então, um desígnio geral ou total atrás do curso da história? Não, se isto significa um poder consciente supremo que guia todas as causas e efeitos para um determinado objetivo; sim, na medida em que a alargada corrente dos acontecimentos, ao passo que a civilização avança, é movida pela totalidade do *Geist* ou Mente para trazer o homem cada vez mais próximo de seu objetivo absorvente, que é a liberdade através da razão. Não a liberdade da lei — embora se pudesse conceber que essa poderia ocorrer se a inteligência atingisse seu completo desenvolvimento — mas a liberdade por meio da lei; assim a evolução do Estado pode ser um benefício para a liberdade. Esse progresso em direção à liberdade não é contínuo, pois na dialética da história há contradições que precisam ser resolvidas, oposições a serem transformadas em fusão, diversidades centrífugas a serem levadas a um centro de unificação pelo caráter da época ou pelo trabalho de homens excepcionais.

Essas duas forças — o tempo e o gênio — são os engenheiros da história, e quando elas trabalham juntas são irresistíveis. Hegel — inspirando Carlyle — acreditava nos heróis e no culto dos heróis. Os gênios não são necessariamente virtuosos, embora seja um erro pensar que eles são individualistas egoístas; Napoleão não era um mero conquistador pelo prazer da conquista; ele era, conscientemente ou não, o agente da maior necessidade da Europa pela união e por leis consistentes. Porém, o gênio é incapaz a não ser que, conscientemente ou não, ele encarne e sirva ao *Zeitgeist*, o Espírito dos Tempos. "Tais indivíduos tinham uma visão interior das necessidades de seu tempo — *o que estava maduro para desenvolver-se*. Esta era a própria verdade para a sua época, para o seu mundo; as próximas espécies a aparecer, por assim dizer, e que já estavam formadas no útero do tempo."[65] Se um gênio nasce numa tal ocasião (como Galileu, Franklin, ou James Watt), ele será uma força a favor do crescimento, mesmo que ele traga a miséria para uma geração inteira. O gênio não é destinado a distribuir felicidade. "A história do mundo não é o teatro da felicidade. Períodos de felicidade são páginas em branco nela, pois eles são períodos de harmonia, quando a antítese está em estado jacente,"[66] e a história dorme.

O principal obstáculo para interpretar a história como progresso é o fato que as civilizações podem morrer ou desaparecer inteiramente. Mas Hegel não era homem para deixar tais incidentes perturbarem sua dialética. Ele dividia o passado do homem (como já foi dito antes) em três períodos: o Oriental, o Greco-Romano e o Cristão, e enxergava algum progresso em sua sucessão: o Oriente deu liberdade a um homem como o

governante absoluto; a antiguidade clássica deu liberdade a uma classe usando escravos; o mundo cristão, dando a cada pessoa uma alma, procurou libertar a todos. Encontrou resistência no tráfico de escravos, mas esse conflito foi resolvido com a Revolução Francesa. Neste ponto (1822 mais ou menos) Hegel irrompeu num surpreendente hino de louvor àquele levante ou a seus dois primeiros anos:

> A condição política da França não apresentava nada além de uma confusa massa de privilégios, contrariando inteiramente o Pensamento e a Razão, com a maior corrupção da moral e dos espíritos. A modificação foi necessariamente violenta, porque o trabalho de transformação não foi assumido pelo governo (foi oposto pela corte, pelo clero e pela nobreza)... A idéia de Direito impôs sua autoridade, e a velha estrutura de injustiça não podia oferecer resistência a seu ataque. Foi uma gloriosa aurora mental. Todos os seres pensantes compartilharam daquele júbilo. O entusiasmo espiritual encheu o mundo.[67]

A violência da multidão escureceu aquela aurora, mas após o sangue haver sido lavado remanesceu um substancial progresso; e Hegel era ainda suficientemente cosmopolita para reconhecer que a Revolução Francesa havia trazido substanciais benefícios a grande parte da Alemanha, — o Código Napoleão, a abolição dos privilégios feudais, o alargamento da liberdade, o acréscimo do direito à propriedade...[68] Em resumo, a análise de Hegel da Revolução Francesa nas páginas finais da *Filosofia da História*, prova que o assustado conservador não havia repudiado inteiramente os ideais de sua juventude.

Ele considerava uma falta capital da Revolução haver ela feito um inimigo da Religião. "A religião é o mais alto e o mais racional trabalho da Razão. É absurdo sustentar que os padres criaram a religião para o povo como uma fraude em seu próprio benefício."[69] Conseqüentemente é "tolo pretender inventar e pôr em prática constituições políticas independentemente de religião".[70] "A religião é a esfera na qual a nação se entrega à definição daquilo que ela considera a Verdade... O conceito de Deus conseqüentemente constitui a base geral do caráter de um povo."[71]

Em contrapartida, "a forma que a perfeita encarnação do espírito assume (é) o Estado". [72] Inteiramente desenvolvido, o Estado se torna "a base e o centro dos outros elementos concretos da vida de um povo — da Arte, da Lei, da Moral, da Religião e da Ciência".[73] Apoiado e justificado pela religião o Estado torna-se divino.

Aspirando a produzir um sistema de filosofia unificado por uma fórmula básica de explicação, Hegel aplicou sua dialética a um campo após outro. À sua filosofia da História seus estudantes, após sua morte, adicionaram sua *História da Filosofia*. Os famosos antigos sistemas de análise universal, neste ponto de vista, seguiam uma seqüência basicamente correspondente à evolução das categorias na *Logik*. Parmênides dava a maior importância ao Ser e à estabilidade; Heráclito sublinhava o Vir a Ser, o desenvolvimento, a mudança. Demócrito via a matéria objetiva, Platão via a idéia subjetiva; Aristóteles fornecia a síntese. Cada sistema, como cada categoria e cada geração, incluía — e acrescentava algo — a seus predecessores, de tal forma que uma completa compreensão do último sistema compreenderia todos esses. "O que cada geração trouxe à frente como conhecimento e criação espiritual, a próxima geração herda. Esta herança constitui sua alma, sua substância espiritual."[74] Uma vez que a filosofia de Hegel foi a última na grande cadeia das imaginações filosóficas, ela incluía (sob o ponto de vista de seu autor)

todas as idéias básicas e os valores de todos os principais sistemas precedentes, e era sua culminação histórica e teórica.[75]

6. *Morte e Retorno*

Sua época, durante algum tempo, quase o aceitou de acordo com sua própria estimativa. Suas classes cresceram, a despeito de seu temperamento azedo e de seu espírito abstruso; homens proeminentes — Cousin e Michelet da França, Heiberg da Dinamarca — vieram de longe para vê-lo fazer o balanço do universo com suas categorias. Recebeu honrarias em Paris em 1827, e também do velho Goethe em seu retorno para casa. Em 1830 suas certezas foram sacudidas pelo espalhar de movimentos radicais e agitação revolucionária; ele denunciou-as, e em 1831 fez cruzar o Canal um apelo para a derrota do Reform Bill (Lei da Reforma), que marcou a subida da democracia na Inglaterra. Ele refraseava sua filosofia cada vez mais em termos aceitáveis aos pastores protestantes.

Tendo ainda apenas 61 anos de idade e aparentemente em pleno vigor, Hegel foi vitimado por uma epidemia de cólera e morreu em Berlim, em 14 de novembro de 1831. Foi enterrado, como ele havia desejado, ao lado do túmulo de Fichte e, como se em testemunho à sua cautelosa obscuridade, seus estudantes dividiram-se em dois grupos antípodas: a "Direita hegeliana", liderada por Johann Erdmann, Kuno Fischer, e Karl Rosenkranz; e a "Esquerda hegeliana" — Ludwig Feuerbach, David Strauss, Bruno Bauer e Karl Marx. A "Direita" dominou quanto à cultura, mas declinou à medida que "a mais alta crítica" da Bíblia crescia; a "Esquerda" expandia-se em ataques à ortodoxia religiosa e política. A "Esquerda" interpretava a identificação de Deus com a Razão de Hegel, como significando que a natureza, o homem e a história estão sujeitos a leis invariáveis e impessoais. Feuerbach citava Hegel como tendo dito: "O homem só conhece Deus enquanto Deus conhece a si mesmo dentro do homem";[76] isto é, a Razão do universo torna-se consciente apenas no homem; unicamente o homem pode pensar nas leis cósmicas. Marx, que conhecia Hegel principalmente através dos escritos do mestre, transformou o movimento dialético das categorias na interpretação econômica da história, na qual a luta de classes substituiu os heróis como o principal agente do progresso; e o socialismo tornou-se a síntese marxista do capitalismo e de suas contradições internas.

A reputação de Hegel perdeu um pouco o brilho à medida que as paixões sarcásticas de Schopenhauer varriam o campo filosófico. Os filósofos da história perdiam-se com o avanço da cultura histórica. O hegelianismo parecia morto na Alemanha, mas ele tinha surgido para uma nova vida na Grã-Bretanha, com John e Edward Caird, T. H. Green, J. M. E. McTaggart, e Bernard Bosanquet. Quando morreu na Inglaterra ele de novo surgiu nos Estados Unidos. Talvez os ecos da adoração de Hegel pelo Estado tenham ajudado a pavimentar o caminho para Bismarck e Hitler. Da mesma forma Sören Kierkegaard, Karl Jaspers, Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre encontraram na *Phänomenologie des Geistes* uma nota viril de competição humana num mundo aparentemente despido de orientação divina, e Hegel tornou-se o pai adotivo do Existencialismo.

Em resumo, esta época de Goethe, Beethoven e Hegel foi um dos pontos mais altos na história da Alemanha. Ela tinha alcançado ou se aproximado de tais pontos culmi-

nantes antes, como na Renascença e na Reforma; mas a Guerra dos Trinta Anos havia despedaçado a vida econômica e intelectual do povo, e havia obscurecido a alma da Alemanha quase levando-a ao desespero durante cem anos. Vagarosamente o nativo vigor de sua raça, a paciência estóica de suas mulheres, a habilidade de seus artífices, a iniciativa de seus comerciantes, e o poder e a profundidade de sua música, prepararam-na para receber e transformar a seu próprio gosto e caráter tais influências estrangeiras como Shakespeare e os poetas românticos da Inglaterra, o Iluminismo e a Revolução da França. Ela moderou Voltaire em Goethe e Wieland, Rousseau em Schiller e Richter; ela respondeu a Napoleão com uma Guerra de Libertação, e aplainou o caminho para as múltiplas realizações de seu povo no século XIX.

A civilização é uma colaboração bem como uma rivalidade; conseqüentemente é bom que cada nação tenha a sua própria cultura, governo, economia, modo de vestir e canções. Foram necessárias muitas formas distintas de organização e expressão para fazer o espírito europeu tão sutil e diverso, e fazer a Europa de hoje uma infinita fascinação e uma inexaurível herança.

CAPÍTULO XXXIII

Giro pela Europa

1789-1812

I. SUÍÇA

ESTA abençoada terra sentiu os tremores do levante francês com toda a intimidade de um vizinho. Os liberais suíços deram as boas-vindas à Revolução como um convite à liberdade — Johannes von Müller (1752-1809), o mais famoso dos historiadores da época, sentenciou que o 14 de julho de 1789 foi o melhor dia na história da Europa desde a queda do Império Romano. Quando os jacobinos dominaram, ele escreveu a um amigo: "Sem dúvida tu compartilhas com o meu pesar de ver que na Assembléia Nacional a eloqüência é mais eficiente do que o bom senso, e podes talvez compreender que, devido a seu desejo de tornar-se livres demais, eles não vão tornar-se de forma alguma livres. No entanto haverá sempre algo a mostrar, pois estas idéias estão alojadas em todos os corações."[1]

Frédéric-César de La Harpe, que havia voltado em 1796 à sua nativa Suíça após haver vacinado o czarevich Alexandre com o liberalismo, juntou-se a Peter Ochs e a outros rebeldes suíços para formar o Clube Helvético, que lutava para derrubar as oligarquias que governavam os cantões. Napoleão, atravessando o país após sua primeira campanha italiana, notou essas fagulhas, e recomendou ao Diretório que ele encontraria muitos aliados se resolvesse agir contra as atividades anti-revolucionárias dos *émigrés* franceses que estavam sendo acolhidos e ajudados pela aristocracia suíça. O Diretório viu o valor estratégico da Suíça no conflito entre a França e os príncipes alemães; mandou um exército invadir os cantões, anexou Genebra, depôs os oligarcas e, com o entusiástico apoio dos revolucionários nativos, estabeleceu a República Helvética sob o protetorado francês (1798).

O novo governo dividiu-se entre "patriotas" jacobinos, moderados e federalistas. Eles brigaram e armaram *coups d'état* rivais, até que temendo o caos e a guerra, pediram a Napoleão (então cônsul) que lhes desse uma nova constituição. Em 1801 Napoleão mandou-lhes a "Constituição de Malmaison", a qual, "a despeito de suas imperfeições, era a melhor que o país podia esperar naquela ocasião",[2] embora mantivesse a Suíça sob a tutela francesa. Após várias lutas internas os federalistas derrubaram o governo republicano, organizaram um novo exército e propuseram-se a renovar a oligarquia. Napoleão interveio, e mandou um exército de 30.000 homens para restabelecer o controle francês sobre a Suíça. Os partidos em conflito de novo pediram a Napoleão para mediar. Ele formulou um "Ato de Mediação", que todas as facções principais aceitaram. Com ele terminou a República Helvética, e iniciou-se a Confederação Suíça, es-

sencialmente como ela hoje existe, exceto quanto à contínua obrigação de contribuir com uma cota anual de homens para o exército francês. A despeito desta carga ela era uma boa constituição,[3] e os cantões deram a Napoleão o título de Restaurador da Liberdade.

A Suíça, apesar de seu magnífico cenário, constituía apenas um pequeno teatro e uma pequena audiência para os gênios, e diversos de seus escritores, artistas e cientistas procuravam a amplidão e o estímulo de terras maiores. Johann Füssli foi para a Inglaterra pintar; Augustin de Candolle (1778-1841) foi para a França, onde fez progredir a descrição e a classificação das plantas. Johann Pestalozzi (1746-1827) permaneceu na Suíça e chamou a atenção da Europa por suas experiências sobre educação. Em 1805 ele fundou em Yverdun um internato escolar, que operava segundo o princípio que, pelo menos para os jovens, as idéias só têm significado quando ligadas a objetos concretos, e que a educação das crianças funciona melhor através das atividades de grupos e de recitativos. A escola atraía professores visitantes de dezenas de países e influenciou a educação primária na Europa e nos Estados Unidos. Fichte fê-la um dos elementos de seu plano para o rejuvenescimento nacional.

Johannes von Müller despendeu 22 anos (1786-1808) preparando seu volumoso *Geschichten Schweitzerischer Eidgenossenschaft*, e, mesmo assim, levou esta *História da Confederação Suíça* apenas até 1489; mas ela permanece até hoje um clássico tanto na substância quanto no estilo. A excelência desse trabalho angariou-lhe o título de Tácito suíço; sua idealização dos cantões medievais compartilhava com as vitórias marciais na formação do orgulho nacional; e sua história do legendário Guilherme Tell deu a Schiller o esboço de uma famosa peça teatral. Em 1810, com a idade de 58 anos, Müller começou uma história geral: *Vier und zwanzig Bücher allgemeiner Geschchten* (Vinte e Quatro Livros de História Geral). Atraído para a Alemanha devido a seus leitores, ele serviu ao eleitor em Mainz, transferiu-se para a chancelaria imperial na Áustria, e terminou como diretor de educação na Westphália de Jérôme Bonaparte. Quando ele morreu Mme. de Staël escreveu a seu respeito: "Não é possível conceber como a cabeça de um homem pudesse conter um tal mundo de fatos e datas... Parece que mais do que um homem foi retirado de nosso meio."[4]

Superado apenas por ele em trabalhos historiográficos foi um dos *cavalieri servente* de Madame, Jean-Charles-Léonard de Sismondi (1773-1842). Nascido em Genebra, ele fugiu para a Inglaterra para escapar à violência revolucionária, depois para a Itália, e depois de volta para uma reacalmada Genebra. Conheceu Germaine em 1803, acompanhou-a à Itália, e mais tarde freqüentou o seu *salon* na cidade próxima de Coppet. Neste ínterim ele escrevia prodigiosamente, embora com conscienciosa erudição. Sua obra de 16 volumes, *Histoire des républiques italiennes au moyen âge* (História das Repúblicas Italianas na Idade Média, 1809-18), teve influência na inspiração de Manzoni, Mazzini, Cavour e outros líderes do *Risorgimento*. No período de 23 anos ele trabalhou nos 31 volumes de sua *Histoire des français* (História dos Franceses, 1821-44), que durante certo tempo rivalizava em aclamação a Michelet.

Visitou de novo a Inglaterra em 1818, e ficou comovido pela impiedade de sua economia, que o levou a escrever e publicar (1819) um livro notavelmente profético, *Nouveaux Principes d'économie politique* (Novos Princípios de Economia Política). A causa básica da depressão inglesa, argumentava ele, era o atraso do poder de compra público

com relação à produção que estava rapidamente crescendo com as invenções; e este vácuo, argumentava ele, era devido principalmente à baixa paga dos trabalhadores. Crises similares de subconsumo voltariam enquanto o sistema econômico permanecesse sem mudanças.

As recomendações de Sismondi eram alarmantemente radicais. O bem-estar da população deveria ser o objetivo principal do governo. As leis contra as uniões de trabalhadores deveriam ser eliminadas. Os trabalhadores deveriam ser protegidos contra o desemprego e a exploração. Os interesses da nação ou da humanidade não deveriam ser sacrificados "às ações simultâneas de toda a cupidez;... os ricos deveriam ser protegidos contra sua própria ganância". A despeito desse marxismo pré-marxista, Sismondi rejeitava o socialismo (que então era chamado de comunismo); ele iria colocar tanto o poder econômico como o poder político nas mesmas mãos e iria sacrificar a liberdade individual a um Estado onipotente.[5]

II. SUÉCIA

A Suécia podia dar boas-vindas à Revolução Francesa, pelo menos em seus estágios iniciais, pois durante todo o "Iluminismo Sueco" do século XVIII, os suecos pensavam ter estado afinados com o francês, e o próprio rei Gustavo III (que reinou de 1771 a 1792), era um filho dos *Illuminati* franceses e um admirador de Voltaire. Mas Gustavo não obedecia à democracia; ele considerava que uma forte monarquia, tanto em seu país como em outros, era a única alternativa contra o governo de uma aristocracia de proprietários rurais ciumentos de seus tradicionais privilégios. Considerava os Estados-Gerais franceses (maio de 1779) como uma aparentada reunião de proprietários de terras e, no conflito que se desenvolveu entre a assembléia e Luís XVI, ele sentiu que havia uma ameaça básica para todos os reis. Desta forma o liberal e esclarecido Gustavo ofereceu-se como líder da Primeira Coligação contra a Revolução. Enquanto ele se ocupava com planos para salvar Luís XVI, alguns nobres suecos planejavam seu assassinato. Em 16 de março de 1792, foi ferido a bala; em 26 de março morreu e a Suécia entrou num período de desordem política que continuou até 1810.

O reinado de Gustavo IV (1792-1809) foi desafortunado. Ele aderiu à Terceira Coligação contra a França (1805), o que deu a Napoleão uma desculpa para ocupar a Pomerânia e Stralsund — últimas possessões suecas no continente. Em 1808 um exército russo atravessou o golfo de Bothnia por sobre o gelo e ameaçou Estocolmo; a Suécia foi compelida a ceder a Finlândia como preço da paz. O Riksdag (Parlamento) depôs Gustavo IV, restaurou o poder da aristocracia e escolheu o tio do rei, então com 61 anos de idade, como um controlável Carlos XIII (reinou de 1809-18). Como Carlos não tinha filhos, um herdeiro para o trono tinha de ser escolhido. O Riksdag pediu a Napoleão que deixasse um dos seus mais capazes marechais, Jean-Baptiste Bernadotte, aceitar a eleição como príncipe-herdeiro. Napoleão consentiu, provavelmente com a esperança de que a esposa de Bernadotte — que tinha sido certa ocasião noiva de Napoleão, e era cunhada de José Bonaparte — fosse uma influência pró-franceses na Suécia. Assim foi que Bernadotte, em 1810, tornou-se Carlos João, príncipe-herdeiro.

Dentro deste esquema de governo a mentalidade sueca continuou a acompanhar a marcha da educação, da ciência, da literatura e da arte. As universidades de Uppsala, Ábo e Lund estavam entre as melhores da Europa. Jöns Jakob Berzelius (1779-1848) foi um dos fundadores da química moderna. Mediante o cuidadoso exame de cerca de dois mil compostos, ele chegou a uma tábua de pesos atômicos muito mais precisa do que a de Dalton, e diferindo apenas em valores mínimos da tabela que foi estabelecida internacionalmente em 1917.[6] Isolou muitos elementos químicos pela primeira vez. Fez a revisão do sistema de Lavoisier de nomenclatura química. Executou estudos clássicos na ação química da eletricidade e desenvolveu o sistema dualístico que estuda os elementos como eletricamente positivos ou negativos nas combinações químicas. O livro-texto que ele publicou em 1808, e o *Jahresbericht* (Relatório Anual) que ele começou a publicar em 1810, tornaram-se o evangelho dos químicos durante uma geração.

Havia tantos poetas que eles se dividiam em duas escolas rivais: os "fosforistas", que derivavam seu nome de uma revista *Phosphorus*, e importavam os elementos mais místicos do romantismo alemão; e os "góticos" que dedilhavam suas liras em temas heróicos.

Esaias Tegnér começou sua carreira como um "gótico", mas à medida que ele se desenvolvia de tal forma aumentou seu objetivo que parecia resumir todas as escolas da poesia sueca. Nascido em 1782, ele tinha apenas sete anos de idade quando o maior "fosforista" de todos — a Revolução Francesa — espalhou sua luz e seu calor pela Europa; e tinha apenas ainda 33 anos quando Napoleão partiu para Santa Helena. Tegnér viveu ainda 31 anos mais, mas já tinha alcançado eminência quando, em 1811, a Academia Real Sueca deu-lhe o prêmio por seu poema *Svea* no qual censurava seus contemporâneos por seu fracasso em manterem os hábitos de seus ancestrais. Aderiu à "união gótica" e ridicularizou os "fosforistas" como frágeis românticos. Com a idade de 30 anos tornou-se professor de grego na universidade de Lund; com 42 anos foi feito bispo de Växjö; e aos 43 anos (1825) publicou o mais célebre poema da literatura sueca.

Frithjofs Saga é uma série de lendas tiradas de um velho ciclo de baladas nórdicas. Alguns críticos[7] julgavam que este épico era por demais retórico — o poeta não podia livrar-se dos hábitos episcopais; mas o esplendor dos versos conduzia o trabalho a uma aceitação entusiástica, mesmo no estrangeiro; por volta de 1888 havia 21 traduções em inglês, 19 em alemão.

Tegnér parece ter-se gasto neste poema; após havê-lo produzido sua saúde declinou. Ele ainda escreveu alguns poemas ocasionais, um deles dedicado a uma mulher casada de Växjö. Originalmente um liberal, ele passou-se para um conservantismo dogmático e engajou-se em cálidas controvérsias com a minoria liberal do Riksdag. Um derrame cerebral em 1840 foi seguido por perturbações mentais, durante as quais ele continuou a escrever boa poesia. Morreu em Växjö em 1846.

Durante este tempo, enquanto o rei Carlos XIII continuava cronicamente doente, o príncipe-herdeiro Carlos João atuava como regente e assumia as responsabilidades do governo. Ele em breve teve de fazer uma escolha entre lealdades — a seu país nativo ou à terra que ele adotara. Uma vez que os estados são tão egoístas como os cidadãos que os compõem e, estendem tentáculos, chamados exércitos, para apanharem objetos que lhes agradam, o governo sueco olhava com muito agrado para a vizinha Noruega, sobre a qual naquele tempo, e desde 1397, a Dinamarca alegava ter direitos proprietários. O príncipe-herdeiro sugeriu a Napoleão que os franceses consentissem na absorção

da Noruega, que isto iria reforçar a amizade entre a Suécia e a França; Napoleão recusou, pois a Dinamarca era um de seus mais fiéis aliados. Em janeiro de 1812 Napoleão de novo tomou a Pomerânia sueca, baseado em que ela havia permitido a exportação de mercadorias inglesas, violando seu Bloqueio Continental. O príncipe Carlos João voltou-se para a Rússia, que também estava ignorando o embargo; a Rússia aprovou a absorção da Noruega pela Suécia; a Suécia confirmou a absorção da Finlândia pela Rússia. Em abril de 1812 a Suécia assinou uma aliança com a Rússia e abriu seus portos ao comércio inglês.

Esta era a situação na Suécia na ocasião em que Napoleão reunia reis em Dresden em sua marcha para Moscou.

III. DINAMARCA

As notícias de que a Bastilha havia caído não excitaram indevidamente os dinamarqueses que já tinham, em 1772, abolido a servidão e a tortura judicial, reformado as leis, as cortes e a polícia, limpado o serviço civil de corrupção e empreguismo, proclamado a tolerância para todas as religiões, e encorajado a literatura e a arte. Os dinamarqueses olhavam para sua família real como um pilar de estabilidade nos conflitos de classe e nos fluxos da política; e quando Luís XVI — que, como seus próprios reis, havia apoiado medidas liberais — foi atacado pela população parisiense, e sentenciado à morte pela assembléia revolucionária, os dinamarqueses concordaram com seu rei que eles não desejavam tais êxtases. Napoleão foi em breve perdoado por haver mandado fazer alto à Revolução e restaurado a ordem na França. A Dinamarca recusou-se a aderir à coalizão contra Bonaparte.

Ao contrário, o governo dinamarquês desafiou as pretensões do almirantado britânico com respeito ao direito de seus capitães navais de abordarem, a fim de procurarem contrabando, qualquer navio que se dirigisse para a França. Por diversas ocasiões, em 1799 e 1800, capitães ingleses haviam abordado navios dinamarqueses, e um comandante havia capturado e mantido num porto britânico sete navios dinamarqueses que resistiram a ele. Em agosto de 1800, o czar Paulo I convidou os reis da Prússia, Suécia e Dinamarca, a juntarem-se a ele numa Segunda Liga de Neutralidade Armada, dedicada a resistir à busca pelos ingleses de navios neutros; a Primeira Liga de Neutralidade Armada, fundada em 1780, tinha entrado em colapso em 1793. De 16 a 18 de dezembro de 1800, os quatro poderes bálticos assinaram uma declaração dos princípios que concordavam em defender:

> (1) que todos os navios neutros podem navegar livremente de porto a porto nas costas das nações em guerra; (2) que as mercadorias pertencentes aos súditos dos poderes beligerantes, com exceção de contrabando, são livres (de busca quando carregadas) em navios neutros;... (5) a declaração do oficial comandante do navio ou dos navios das marinhas real ou imperial... que seu comboio não tem contrabando a bordo deve ser suficiente para impedir qualquer busca.[8]

Napoleão expressou seu prazer com essa declaração. Paulo I convidou a França a juntar-se à Rússia, em uma invasão a Índia, visando a acabar com o domínio britânico ali.[9] A Inglaterra sentiu que a disputa havia chegado a um ponto crítico, pois as armadas

combinadas dos poderes neutros e a França podiam terminar com o controle britânico dos mares; e aquele controle parecia a única barreira à invasão da Inglaterra por Napoleão. O governo inglês concluiu que ou a armada dinamarquesa ou a russa tinham que ser capturadas ou destruídas; os dinamarqueses de preferência, pois um ataque antecipado à Rússia deixaria a frota britânica em perigo de ataque pela retaguarda.

Em 12 de março de 1801, uma frota britânica sob o comando de Sir Hyde Parker deixou Yarmouth com instruções de ir a Copenhague, exigir que a Dinamarca se retirasse da Liga de Neutralidade Armada e, se ela recusasse, tomar ou destruir a armada dinamarquesa. O vice-almirante Horatio Nelson, com a idade de 42 anos, segundo em comando, indignava-se em estar subordinado ao almirante Parker, que, com 62 anos, mostrava uma disposição cautelosa, estranha ao temperamento de Nelson.

Eles alcançaram a costa ocidental da Jutlândia em 17 de março, velejaram cuidadosamente para o norte e em torno da península de Skagerak, e daí para o sul entrando na grande baía de Kattegat até a ilha Sjaelland, e depois passando pelo apertado estreito entre Hälsingborg na Suécia e Helsingör na Dinamarca (o Elsinore do Hamlet), onde eles foram bombardeados pelas baterias do castelo Kronborg. A frota britânica sobreviveu, e deslocou-se para o sul em direção ao "Sound", para o mais apertado de todos os estreitos, onde Copenhague parecia impossível de alcançar, protegida pelos fortes e pela armada dinamarquesa — 17 navios arranjados de norte para o sul, cada um deles armado com 20 a 64 canhões.

O almirante Parker decidiu que seus navios maiores, de calado maior do que o de Nelson, não podiam entrar nesse apertado estreito sem o perigo de encalharem e serem destruídos. Nelson, tendo se transferido com sua bandeira do *St. George* para o *Elephant*, liderou 21 navios mais ligeiros para dentro do estreito, e estacionou-os diretamente opostos aos navios dinamarqueses e aos fortes. A batalha (2 de abril de 1801) foi travada numa distância tão curta que quase todos os tiros implicavam em destruição ou morte. Os dinamarqueses lutaram com sua bravura usual, os ingleses com sua usual disciplina e treinada precisão de fogo. Quase todos os navios engajados na batalha chegaram a estar perto de ser destruídos. A posição de Nelson parecia tão crítica que o almirante Parker enviou-lhe sua famosa mensagem "Sinal nº 39" para desengajar-se e retirar-se para o Sound. Uma história inglesa diz que Nelson olhou para o sinal colocando deliberadamente a luneta em seu olho cego; de qualquer forma ele mais tarde jurou que nunca vira o sinal de retirada. Continuou a lutar.

A "grande jogada"[10] teve sucesso; os navios dinamarqueses foram um após outro postos fora de combate ou afundados. Nelson ofereceu uma trégua; ela foi aceita; e Nelson, assumindo a responsabilidade (como Napoleão) pela diplomacia como pela guerra, foi à terra discutir os termos de paz com o regente dinamarquês, o príncipe-herdeiro Frederick. O príncipe havia recebido a notícia que o czar Paulo I tinha sido assassinado (23 de março de 1801); a liga de Neutralidade Armada estava caindo aos pedaços. Frederico concordou em retirar-se dela. O governo inglês confirmou as negociações de Nelson e ele voltou para outro triunfo. Repousou em suas honras até que a nação o chamou (1805) para salvar, em Trafalgar, o controle britânico dos mares.

A Dinamarca sobreviveu, e a Inglaterra juntou-se ao resto da Europa no respeito por ela. Durante os próximos seis anos o pequeno reino lutou para manter sua neutralidade entre as nações — a Grã-Bretanha e a Rússia — que controlavam os mares vizinhos, e

os exércitos franceses, que patrulhavam as terras limítrofes da precária península. Geralmente os dinamarqueses inclinavam-se a favor de Napoleão, mas ressentiam sua repetida exigência de uma parcialidade mais decidida. Após a Paz de Tilsit ele enviou ao governo dinamarquês uma mensagem insistindo em sua completa exclusão do comércio britânico e na cooperação de sua nova armada com os franceses.

Agora, como em 1801, o governo britânico pegou o pião na unha, e enviou uma enorme frota com 27.000 soldados às águas dinamarquesas (26 de julho de 1807), alegando as mais pacíficas intenções. Porém George Canning, ministro das relações exteriores, persuadiu seu governo que Napoleão estava planejando usar a esquadra dinamarquesa como parte de uma frota que tentaria um desembarque na Escócia ou na Irlanda.[11] Em 28 de julho Canning instruiu o representante inglês na Dinamarca que informasse ao príncipe-herdeiro dinamarquês que era essencial para a segurança da Grã-Bretanha que a Dinamarca se aliasse com a Inglaterra e pusesse sua armada a sua disposição. O príncipe recusou, e preparou-se para resistir. Os navios ingleses então sitiaram Sjaelland e tropas britânicas fecharam o cerco em volta de Copenhague; a cidade foi sujeita a bombardeio por terra e por mar (2 a 5 de setembro de 1807), com tal "terrível efeito" que em 7 de setembro os dinamarqueses entregaram à Inglaterra toda a sua frota — 18 navios de linha, 10 fragatas e 42 vasos menores.[12] A Dinamarca continuou a lutar, e daí em diante, até 1813, alinhou-se com a França.

Entre as guerras — e muitas vezes por elas inspirados — os dinamarqueses fizeram significativas contribuições para a ciência, para a cultura, para a literatura e a arte. Hans Christian Oersted (1777-1851) descobriu que uma agulha magnética montada em cima de um pino voltava-se em ângulo reto em direção a um objeto pelo qual passasse uma corrente elétrica; a palavra *oersted* entrou em todas as línguas européias e americanas para significar a unidade de força de um campo magnético. Oersted fundou a ciência do eletronagnetismo durante 30 anos de experiências.

Nikolai Grundtvig conseguiu, em seus 89 anos, ser um teólogo liberal, um bispo, um filósofo, um historiador, um inovador da educação, um descobridor de novas veredas no estudo de lendas nórdicas e da literatura anglo-saxônica, o autor de um poema épico e de canções e hinos que ainda são amados na Escandinávia.

A Dinamarca nesta época dramática tinha um ativo teatro cujas comédias serviam para dar alfinetadas e atormentar as pretensões sociais; assim Peter Andreas Heiberg (1758-1841) ridicularizava as distinções de classe em *De Vonner og de Vanner* (Dos Vons e dos Vans), e angariou tantos inimigos que teve de procurar sua segurança em Paris, onde serviu no Ministério das Relações Exteriores sob Talleyrand. Deixou para a posteridade um filho, Johan Ludvig Heiberg (1791-1860), que dominou o teatro dinamarquês na era seguinte.

A literatura dinamarquesa produziu na época pelo menos dois poetas cujo renome sobrepujou as barreiras da nação e da língua: Jens Immanuel Baggesen (1764-1826) tinha o duplo dom de ter um caráter atraente e um estilo gracioso. Encantado por seus primeiros versos, o duque de Augustenburg pagou as visitas do jovem à Alemanha e à Suíça. Jens encontrou-se com Wieland, Schiller, Herder e Klopstock; sentiu os anseios românticos de Rousseau e regozijou-se com a Revolução Francesa. Mergulhou na corrente kantiana que então nutria a filosofia alemã e ajuntou o nome de Kant ao seu próprio. Colocou suas perambulações de corpo e espírito em *Labyrinthen eller Digtervandringer* (Labirintos de um Poeta Vagante, 1792), que quase rivaliza com Laurence Sterne em humor e sentimento. De volta à Dinamarca, ele escapou à excitação de Weimar e de Paris. De 1800 a 1808 viveu na França observando Napoleão transformar a liberdade

em ordem e a república em império. Em 1807 publicou um vigoroso poema, *Gjengen-geren og han selv* (O Espírito e Ele Próprio), no qual examina com inteligência e penetração sua hesitação entre os ideais clássicos da ordem, da verdade e da moderação, e a exaltação romântica da liberdade, da imaginação e do desejo. Em 1811 recebeu o cargo de professor na universidade de Kiel. Dois anos mais tarde engajou-se numa guerra desgastante com o maior dos poetas dinamarqueses.

Adam Gottlob Oehlenschläger (1779-1850) teve uma juventude inusitadamente feliz. Seu pai era um guardião de um palácio suburbano; o rapaz tinha o jardim para brincar, os salões para sua galeria de arte, a biblioteca para sua escola. Sua imaginação estimulava-o a tornar-se um ator, mas seu amigo Hans Christian Oersted levou-o para a universidade de Copenhague. Ele lá estava durante o bombardeio da frota e da capital em 1801, e sentiu a influência do filósofo norueguês Henrik Steffens. Finalmente, alcançou sua própria realização em *Digte* (Poemas, 1802), que estabeleceu o movimento romântico na literatura dinamarquesa.

Continuou em sua campanha com *Poetiske Skriften* (1803), um ciclo de poemas comparando a vida de Cristo com as mudanças anuais da natureza. A Igreja Estabelecida condenou o livro como panteísmo herético, mas o governo dinamarquês concedeu-lhe uma pensão para viajar pela Alemanha, Itália e França. Encontrou-se com Goethe e talvez por seu exemplo aprendeu a controlar sua subjetividade e sentimento romântico. Em *Nordiske Digte* (Poemas do Norte, 1807) ele voltou-se para a mitologia escandinava com um épico celebrando as jornadas do deus Thor, e com um drama sobre Haakon Jarl, que governou a Noruega de 970 a 995 e lutou uma batalha perdida contra a expansão do cristianismo. Quando Oehlenschläger voltou a Copenhague (1809) foi recebido como o maior poeta da Dinamarca.

Aproveitou-se da vantagem de sua popularidade para publicar uma sucessão de trabalhos apressadamente escritos. Jens Baggesen publicamente condenou-os como produções negligentes e inferiores. Isto inflamou uma controvérsia na qual Oehlenschläger tomou pequena parte; seus amigos, no entanto, defenderam-no ardorosamente e desafiaram a Baggesen para um duelo na forma de uma disputa em latim. Entrementes Oehlenschläger publicava *Helge* e *Den lille Hyrdedreng*; Baggesen ficou tão satisfeito com esses poemas que recebeu bem a volta do "velho Adam".[13] Em 1829 Oehlenschläger foi coroado com louros em Lund por Esaias Tegnér. Em 4 de novembro de 1849, seu septuagésimo aniversário, ele foi aclamado pelos poetas contemporâneos como "o Adão de nosso Parnaso".

Na arte a Dinamarca ofereceu à Europa um escultor que, em seu auge, não tinha outro rival vivo a não ser Canova. Bertel Thorwaldsen (1770-1844) ganhou uma bolsa escolar na Academia de Copenhague; em 1897 estabeleceu-se em Roma, uma Roma que ainda estava rendida ao evangelho de Winckelmann de ser a escultura helênica o ideal da arte. Chamou a atenção de Canova e seguiu-o esculpindo estátuas de divindades pagãs e de celebridades contemporâneas com pose ou trajes de gregos ou romanos; assim em 1817 ele modelou um busto nu de Byron, como um grave Antinous. Sucedeu a Canova como líder da escola neoclássica de escultura, e sua fama espalhou-se para tão longe que, quando em 1819 ele deixou Roma para um estágio em Copenhague, sua passagem através de Viena, Berlim e Varsóvia foi quase uma procissão triunfal.[14] Nessa ocasião

(1819) ele fez o modelo do qual Lucas Ahorn esculpiu em arenito a maciça escultura *Leão de Lucerna*, comemorando o heroísmo da guarda suíça que morreu defendendo Luís XVI em 1792. Copenhague queixou-se quando ele de novo partiu para Roma, mas em 1838 orgulhosamente celebrou seu retorno. Nesta época ele já tinha esculpido sua carreira em direção à fortuna, parte da qual ele deu para sustentar um museu que expunha seus trabalhos. Um dos mais importantes entre esses é a estátua que ele deixou de si próprio, não inteiramente clássica, em sua honesta obesidade. Morreu em 1844, e foi enterrado no jardim de seu museu.

IV. POLÔNIA

Basicamente enfraquecida pelo orgulhoso individualismo de sua nobreza e pela estagnação econômica devido à persistente servidão, a Polônia tinha sido capaz de resistir a três divisões (1772, 1793, 1795-96) que a tinham partilhado entre a Rússia, a Prússia e a Áustria. Deixou de ser um Estado, mas continuou a ser uma cultura rica de literatura e arte, e um povo apaixonadamente resolvido a tornar-se livre. Os poloneses eram quase todos eslavos, exceto por um bolsão de alemães no oeste, e por uma minoria de judeus em Varsóvia e no leste. Eram católicos romanos fervorosos e dogmáticos porque aquela religião os havia apoiado em seus sofrimentos, inspirara-os em suas esperanças, e havia preservado a ordem social no meio da ruína de seu Estado. Assim eles condenavam a heresia como traição e seu patriotismo era intolerante. Somente os mais bem-educados e aqueles de vida mais folgada entre eles podiam sentir qualquer afinidade com os judeus que estavam subindo no comércio e nas profissões — muito menos ainda com aqueles judeus mais pobres que, portando as marcas e as misérias dos guetos, não podiam acreditar que aquele em cujo nome eles haviam sido perseguidos fosse o Messias prometido.

Tanto os cristãos quanto os judeus maravilharam-se com a humilhação da Áustria e da Rússia por Napoleão em Austerlitz, mais ainda com as vitórias dele sobre os prussianos em Jena e Auerstedt; e agora, em 1806, ele estava postado em Berlim, enviando ordens para metade do mundo. Napoleão havia castigado aqueles que despojaram a Polônia; estava a caminho para lutar com a Rússia; não poderia ele, de passagem, declarar a Polônia livre, dar-lhe um rei e uma constituição, e a promessa de sua poderosa proteção? Uma delegação de líderes poloneses foi apelar a ele; ele mandou-os de volta com polidas afirmações que ele os ajudaria agora tanto quanto podia, mas que a liberação da Polônia tinha de esperar os resultados de sua próxima confrontação com a Rússia.

Kosciusko, o mais perseverante dos patriotas poloneses, alertou seus compatriotas para não depositarem suas esperanças em Napoleão. "Ele só pensa nele próprio. Odeia todas as grandes nacionalidades e ainda mais o espírito de independência. Ele é um tirano, e seu único objetivo é satisfazer sua própria ambição." Quando Napoleão mandou perguntar o que Kosciusko desejava, o líder polonês respondeu: um governo como o da Inglaterra, a liberdade para os servos, e uma Polônia dominando de Dantzig até a Hungria, de Riga até Odessa.[15]

Neste ínterim, os poloneses haviam organizado um pequeno exército, e expulsaram os prussianos de Varsóvia. Quando Napoleão entrou na capital em 19 de dezembro de 1806 a população deu-lhe uma vibrante e alegre recepção; soldados poloneses junta-

ram-se a seu exército, ansiosos para lutarem sob seu comando contra a Rússia, como uma legião polonesa já havia lutado por ele na Itália. Talvez o imperador apreciasse ainda mais a beleza e a graça das mulheres polonesas. Mme. Walewska, que a princípio se entregou a ele como um sacrifício patriótico, apaixonou-se profundamente por ele e permaneceu com ele durante o severo inverno que quase destruiu seu exército em Eylau; depois ela voltou para Varsóvia, de onde ele seguiu para derrotar os russos em Friedland.

Na Paz de Tilsit (9 de julho de 1807), ele compeliu Frederico Guilherme III a abandonar as aspirações da Prússia com relação à Polônia Central. O Artigo IV do tratado reconhecia que o novo grão-ducado de Varsóvia era um estado independente a ser governado pelo rei da Saxônia. Em 22 de julho, Napoleão deu ao ducado uma constituição baseada na francesa, estabelecendo a igualdade perante a lei, a tolerância religiosa, recrutamento, impostos mais altos e censura à imprensa. A igreja católica foi colocada sob a autoridade do Estado, mas o Estado aceitava e protegia a fé católica como a religião do povo polonês. A constituição dava amplos direitos aos judeus, mas requeria autorização do Estado para seus casamentos e aquisição de terras.[16] Napoleão, prevendo uma guerra de morte com Alexandre, temperou a constituição polonesa, de forma a assegurar o apoio polonês.

Neste assunto seu cálculo foi amplamente justificado. Quando a grande batalha chegou, todas as classes na Polônia apoiaram Napoleão até que, em 1814, ele não mais as podia proteger. As legiões polonesas em seus vários exércitos lutaram por ele até seu último alento. Quando, voltando da Rússia, no maior desastre militar da história, muitos poloneses afogavam-se no colapso de uma ponte sobre o Berezina, e alguns deles gritavam "*Vive l'Empereur!*" (Viva o Imperador) à medida que mergulhavam para a morte.

V. A TURQUIA NA EUROPA

Os dias das realizações otomanas no governo, na literatura e na arte haviam passado, mas os turcos em 1789 ainda mantinham influência, embora frouxamente, sobre o Egito, o Oriente Próximo até o Eufrates, a Ásia Menor e a Armênia, a Grécia, a Bulgária, a Albânia, a Sérvia e aqueles principados do Danúbio, Wallachia e Moldávia (hoje a România), que estavam entre os disputados petiscos entregues por Napoleão (que não os possuía) a Alexandre na Paz de Tilsit. Os sultãos, enfraquecidos pela estagnação econômica e a decadência moral, permitiam aos paxás governarem e sangrarem as províncias com muito pouca interferência de Constantinopla; já observamos, com Byron, o governo de mão forte de Ali Paxá na Albânia (1788-1822). Ali Paxá excedeu-se tramando contra a Porta (governo turco); o sultão Mahmud II mandou assassiná-lo.

Os sérvios lutavam pela independência. Quando seu popular paxá foi assassinado por janízaros, um patriota sérvio, Karageorge, tentou (1804) fundar uma república, com uma assembléia eleita que escolheria um senado; em 1808 o Senado elegeu Karageorge príncipe hereditário. O sultão Mahmud enviou um respeitável exército para Belgrado a fim de acabar com a nova república (1813); Karageorge e milhares de seus seguidores fugiram para a Áustria. Uma segunda revolta sob o comando do príncipe Milos Obrenovich, induziu o sultão a aceitar um compromisso (1815), pelo qual garantia-se aos sérvios liberdade de religião, de educação e de comércio. Milos reforçou o seu governo com uma mistura de política e de assassinatos, fez executar seu rival Karageorge e obteve do sultão um reconhecimento de seu governo hereditário. Por volta de 1830 a Sérvia era efetivamente um Estado independente.

A Grécia caíra em poder dos turcos em 1452 e estava há tanto tempo sob o governo dos otomanos que havia esquecido seu antigo orgulho. A conquista pelos "francos" e a imigração de eslavos misturara o sangue, as memórias raciais e os dialetos, afastando a fala popular "demótica" substancialmente do grego dos dias de Platão. Apesar disso as pessoas cultas, os poetas e os patriotas haviam preservado algumas lembranças da Grécia clássica, e dos 11 séculos (395-1452) durante os quais os gregos haviam governado o império bizantino e continuado a enriquecer a cultura, a filosofia e a arte. Notícias da Revolução Francesa acenderam essas memórias e fizeram muitos gregos pensar, com o "Childe Harold" de Byron, por que a Grécia não podia ser de novo livre. Rhigas Pheraios (1757?-98), um walaquiano nascido na Tessália e vivendo em Viena, escreveu e divulgou uma adaptação grega da "Marselhesa", e organizou a *hetairia*, ou irmandade dedicada a levar os gregos e os turcos a uma união comum de liberdade e igualdade. Ele foi para a Grécia em 1797 com "12 arcas cheias de proclamações",[17] foi capturado em Trieste e executado em Belgrado. Outra *hetairia* foi formada em Odessa, espalhou-se pela Grécia, e participou no preparo da mentalidade grega para a revolta. Adamantios Koraës (1748-1833), um grego de Smyrna, estabeleceu-se em Paris em 1788, e devotou-se à "purificação" da fala grega corrente em mais próxima harmonia com as normas antigas. Regozijou-se com a Revolução Francesa e, em poemas e trechos anônimos, bem como em suas edições dos clássicos gregos, espalhou suas idéias republicanas e anticlericais — embora alertasse que a Revolução poderia ser prematura. Ela veio em 1821, e em 1830 a Grécia estava livre.

O governo turco, tanto quanto se pode julgar através da névoa do tempo e do espaço, da lenda e dos preconceitos, não era efetivamente mais opressivo dos que os governos da Europa antes de 1800. Byron ficou chocado (21 de maio de 1810) ao ver as cabeças cortadas de criminosos expostas de ambos os lados das portas de entrada do Serralho, mas pode-se presumir que o governo revolucionário francês havia guilhotinado mais homens e mulheres do que os sultões tinham jamais decapitado no mesmo tempo. A maioria da riqueza estava nas mãos de uma pequena minoria — como em todos os lugares. Os turcos eram um povo filosófico e poético, bem como guerreiro; eles aceitavam o destino de cada dia como a vontade de Alá, que não podia ser mudada por resmungos, e consideravam uma mulher bonita, devidamente disciplinada e perfumada, como mais preciosa do que qualquer outra coisa a não ser o ouro. Gostavam da poligamia quando podiam pagar por ela; por que motivo não deveria o homem mais capaz ser aquele que mais procriava? Tinham pouca necessidade de prostitutas, mas proviam casas de tolerância para os cristãos. Ainda estavam produzindo boa literatura e arte; abundavam os poetas; as mesquitas brilhavam; Istambul talvez fosse, em 1800, a mais bela cidade da Europa.

Politicamente a posição da Turquia era perigosa. Sua economia e seu exército estavam desorganizados, enquanto os recursos materiais e o poderio militar de seus inimigos crescia. Sua capital era o ponto mais estratégico do mapa; toda a Europa cristã ambicionava aquela pérola. Catarina, a Grande, havia estendido as garras da Rússia até o mar Negro, havia tomado a Criméia dos tártaros, e, com a bênção de Voltaire, estava sonhando em coroar seu neto Constantino em Constantinopla.

Esta era a situação quando Selim III, com a idade de 27 anos, tornou-se sultão (1789). Havia recebido uma boa educação, estabelecido uma íntima amizade com o embaixador

francês, e enviara um agente para a França para relatar-lhe o que havia sobre as políticas ocidentais européias, suas idéias e seus métodos. Decidira que, a não ser que as instituições turcas fossem basicamente reformadas, seu país não poderia conter seus inimigos além das fronteiras. Fez a paz com Catarina em Jassy (1792), reconheceu a soberania russa sobre a Criméia e os rios Dniester e Bug. Depois, dedicou-se a dar ao império otomano uma "nova organização" (Nizam-i-Jadid) — baseada na eleição popular de prefeitos e deputados. Com a ajuda de oficiais e peritos da Europa ocidental, ele estabeleceu escolas de navegação e de engenharia e gradualmente formou um novo exército. Seus planos para uma revanche contra a Rússia foram abortados pela conquista do Egito por Napoleão e pelo ataque à cidade turca de Acra. Juntou-se à Inglaterra e à Rússia na guerra contra a França (1798). A paz foi restaurada em 1802, mas a guerra havia sido custosa e impopular; os governadores locais e os funcionários venais rebelaram-se contra a nova constituição; Selim deixou-se ser deposto (1807), mas apesar disso foi assassinado. Após um ano de caos seu partido de novo subiu, e seu sobrinho Mahmud II começou, em 1808, um sultanato de 31 anos.

Os poderes rivais da cristandade tentaram controlar as políticas da Porta (governo imperial turco) pelo dinheiro ou pela força. A Turquia sobreviveu como um Estado porque nenhum deles podia tolerar que um dos outros controlasse o Bósforo. Em 1806 Alexandre I enviou tropas para a Moldávia e a Waláquia para apossar-se dessas províncias para a Rússia. O embaixador de Napoleão na Porta recomendou a Selim que resistisse; a Turquia declarou guerra à Rússia. Em Tilsit, em 1807, Napoleão procurou arranjar a paz. A trégua resultante foi repetidamente violada, até que Alexandre, convencido de que tinha de lutar contra Napoleão, decidiu-se a retirar seu exército da frente sul. Em 28 de maio de 1812, um dia antes de Napoleão deixar Dresden para juntar-se às forças que reunira na Polônia, a Rússia assinou com a Turquia a paz de Bucarest, abandonando todas as suas pretensões aos principados do Danúbio. Agora Alexandre podia reunir todos os seus batalhões para enfrentar os 400.000 homens — franceses e outros — que estavam-se preparando para cruzar o Niemen para dentro da Rússia.

CAPÍTULO XXXIV

A RÚSSIA

1796-1812

I. O MEIO

"A FRANÇA e a Áustria", escrevia Talleyrand em 1816, "... seriam as potências mais fortes da Europa se durante o último século um outro poder não tivesse surgido no norte, cujo terrível e rápido progresso faz com que se tema que as numerosas invasões pelas quais ela já se distinguiu sejam apenas o prelúdio de ainda maiores conquistas, que terminarão absorvendo tudo o mais."[1]

O espaço pode fazer a história. Passai os olhos por um mapa do mundo, desde Kaliningrad (que no tempo de Kant se chamava Königsberg), no Báltico, até o Kamchatka no Pacífico; depois do Oceano Ártico até o Mar Cáspio, os Himalaias, a Mongólia, a China e o Japão; tudo entre esses limites é a Rússia. Que o mapa fale; ou ouçamos Mme. de Staël, viajando de Viena para São Petersburgo, em 1812:

> Há tantos espaços na Rússia que tudo neles se perde, mesmo os castelos, mesmo a população. Poder-se-ía supor que se estava viajando através de um país do qual o povo tivesse recentemente partido... A Ucrânia é um país muito fértil, mas de nenhuma maneira agradável... Vê-se enormes planícies de trigo que parecem ser cultivadas por mãos invisíveis, tão raras são as habitações e os habitantes.[2]

Os habitantes amontoavam-se em vilas espalhadas, porque ainda não tinha morrido a lembrança dos tártaros que haviam devastado o país, matando sadicamente; tinham-se ido, mas poderiam vir outros semelhantes a eles; e haviam deixado algo de sua violência nos costumes russos, temperados pelo trabalho e pela disciplina. A seleção natural havia sido impiedosa, e favorecera aqueles homens que haviam passado fome e trabalhado incansavelmente pela conquista da terra e das mulheres. Pedro, o Grande, fizera alguns deles soldados ou navegadores; seus sucessores trouxeram aventureiros alemães e espertos tchecos para ajudá-los a povoar as planícies. Catarina, a Grande, havia empurrado os exércitos que cresciam, e os generais que se embebedavam, cada vez mais para o sul, expulsando os tártaros e os turcos na frente deles, conquistando a Criméia, e triunfantemente navegando no Mar Negro. Sob Alexandre I a expansão continuou; os russos estabeleceram-se no Alaska, montaram um forte próximo a São Francisco e uma colônia na Califórnia.[3]

O duro clima da Rússia Européia — desprotegida por florestas ou montanhas contra o frio do Ártico e o calor tropical — tornou o povo endurecido, pronto a fazer o impossível se lhe dessem pão e tempo. Podiam ser cruéis, pois a vida havia sido cruel com eles;

podiam torturar prisioneiros e massacrar judeus. Mas essas barbaridades surgiam em parte derivadas de sua própria experiência, e lembrança de insegurança e hostilidade; elas não estavam irrevogavelmente em seu sangue, pois a crescente segurança da vida comunal organizada fazia-os mais gentis, mais piedosos, admirando-se, como um milhão de Karamazovs, por que eles tinham matado ou pecado. Olhavam com uma tolerante melancolia para um mundo violento e incompreensível.

A religião acalmava seu espanto e domava sua violência. Os padres desempenhavam ali — como os padres católicos romanos haviam feito nos primeiros estágios das comunidades européias ocidentais, — o papel de "braço espiritual", reforçando as forças da lei com os poderes secretos e variados do mito para mistificar e explicar, aterrorizar ou consolar. Os czars sabiam quão vital esses mitos eram para a ordem social, o trabalho paciente e o heroísmo de auto-sacrifício na guerra e na paz. Eles pagavam bem o clero mais alto e o suficiente ao clero inferior para mantê-lo vivo e patriota. Protegiam a dissensão religiosa se ela permanecesse leal ao Estado e se mantivesse em paz; Catarina II e Alexandre I fechavam um olho às lojas maçônicas que cautelosamente propunham reformas políticas.

Os nobres russos arrogavam-se e usavam de todos os direitos feudais e controlavam quase todos os elementos na vida de seus servos. O senhor feudal podia vender seus servos ou arrendá-los para trabalhar em fábricas na cidade. Podia aprisioná-los, e puni-los com varas ou chicote, ou o *Knout* (uma corda provida de nós), podia entregá-los ao governo para trabalho ou prisão na Sibéria.[4] Havia algumas mitigações: a venda de um servo separado de sua família era rara; alguns nobres contribuíam para a educação dos servos, usualmente para trabalhos técnicos na propriedade do dono, às vezes para um uso mais amplo; assim ouve-se falar (cerca de 1800) de um servo que geria uma empresa têxtil empregando 500 teares — mas a maior parte desses localizava-se nas casas das vastas propriedades da família Sheremetev. Um recenseamento na Rússia em 1783 registrava uma população total de 25.677.058; destes 12.838.529 eram homens, 6.678.238 eram servos de proprietários rurais particulares — isto é (incluindo uma mulher para cada homem), mais do que a metade da população. A servidão na Rússia atingiu seu clímax nesta época; tornou-se pior no reinado da grande Catarina, e Alexandre I abandonou suas tentativas iniciais para aliviá-la.[5]

O mesmo recenseamento registrava que a população da Rússia era 94,5 por cento rural, mas isto incluía camponeses que trabalhavam e viviam nas cidades. As cidades cresciam vagarosamente, tendo somente 1.301.000 habitantes em 1796.[6] O comércio era ativo e progressista, especialmente ao longo da costa e dos grandes canais; Odessa já era um ativo centro de comércio marítimo. A indústria crescia mais vagarosamente nas cidades fabris, pois grande parte dela era praticada em oficinas e residências rurais. A luta de classes era muito menor entre o proletariado e seus empregados do que entre comerciantes que progrediam, queixando-se dos impostos e da nobreza, que era isenta deles.

As diferenças de classe eram acentuadas e definidas por lei; no entanto, elas tornaram-se indefinidas à medida que a economia crescia e a educação se espalhava. Os governantes russos antes de Pedro, o Grande, usualmente franziam o cenho acerca das escolas, julgando que elas abriam avenidas para o radicalismo e a impiedade da Europa Ocidental; Pedro, admirando o ocidente, estabeleceu escolas de navegação e engenharia para os filhos dos nobres, "escolas diocesanas" para preparar padres, e 42 escolas ele-

mentares abertas a todas as classes, menos aos servos, e orientadas para a tecnologia. Em 1795 P. A. Shuvalov fundou a Universidade de Moscou, com dois *gymnasia*, um para os nobres, um para os comuns livres. Catarina, inspirada pelos *philosophes* franceses, espalhou amplamente escolas e advogava a educação das mulheres. Permitiu a existência de firmas editoras particulares; 84 por cento dos livros publicados na Rússia no século XVIII foram-no durante seu reinado. Por volta de 1800 a Rússia já havia desenvolvido uma *intelligentsia* que seria em breve um fator na história política da nação. E em 1800 vários comerciantes ou filhos de comerciantes haviam conquistado posição de influência, até mesmo na corte.

A despeito da teologia do fogo e dos terrores do inferno dos bispos e dos *papas*, ou padres locais, o nível da moral e dos costumes era geralmente mais baixo do que na Europa Ocidental, exceto numa minoria na corte. Quase todos os russos eram no fundo bondosos e hospitaleiros, talvez por verem os outros como pessoas sofredoras num mundo duro; mas o barbarismo fervia a fogo lento nas almas, recordando os tempos em que a questão era matar ou ser morto. A embriaguez era o alívio usual da realidade, mesmo entre a nobreza, e a precária vida dos escritores levou vários deles ao vício do alcoolismo e a uma morte prematura.[7] Os ardis, a mentira e os pequenos roubos eram comuns na plebe, pois qualquer truque parecia permissível contra cruéis patrões, mercadores desonestos e cobradores de impostos inquisitivos. As mulheres eram quase tão rijas quanto os homens, trabalhavam tão duramente quanto eles, lutavam tão denodamente e, quando um acidente assim o permitia, governavam tão bem quanto eles; que czar, depois de Pedro, governou com tanto sucesso quanto Catarina II? O adultério crescia com a renda. A limpeza física era uma exceção e especialmente difícil no inverno; por outro lado, poucos povos foram tão favoráveis a banhos quentes e violentas massagens. A venalidade campeava do servo ao nobre, do funcionário inferior ao ministro imperial. "Em nenhum outro país", escrevia o embaixador francês em 1820, "a corrupção é tão generalizada. Ela é, de certa forma, organizada, e não existe talvez nem um único funcionário do governo que não tenha um preço para ser comprado."[8]

Sob Catarina, a corte alcançou um grau de conforto e refinamento secundado apenas por Versailles sob Luís XV e Luís XVI, embora em alguns casos o barbarismo se escondesse atrás das cortesias. Na corte de Catarina a língua era a francesa, e as idéias, exceto as efêmeras, eram aquelas da aristocracia francesa. Nobres franceses, como o príncipe de Ligne, sentiam-se tão à vontade em São Petersburgo quanto em Paris. A literatura francesa circulava amplamente na capital do norte; a ópera italiana era ali cantada e aplaudida tanto quanto em Veneza ou Viena; e as mulheres russas de posses e de *pedigree* mantinham suas cabeças e suas cabeleiras tão altas, e agradavam seus homens de forma tão variada, quanto as duquesas do *Ancien Régime*. Nada nas festividades sociais ao longo do Sena sobrepujava o esplendor das reuniões que, no suntuoso palácio sobre o Neva, viam o sol do verão deitar-se num céu da tarde como se não quisesse abandonar a cena.[9]

II. PAULO I: 1796-1801

No pináculo desse esplendor da corte estava um louco. Paulo (Pavel Petrovitch) era filho de Catarina II, porém o gênio havia pulado uma geração e deixou a Paulo pouco

mais do que soturnas suspeitas e a demência do poder absoluto.

Ele tinha oito anos de idade quando soube que seu pai, o czar Pedro III, havia sido assassinado com a conivência de Aleksei Orlov, irmão de Grigori Orlov, o atual amante de sua mãe. Paulo jamais recuperou-se dessa revelação. No curso normal da sucessão, ele deveria ter herdado o trono de seu pai; Catarina passou-lhe à frente e assumiu o poder total. A primeira esposa de Paulo, com seu conhecimento, conspirava para destronar Catarina e fazer de Paulo czar; Catarina descobriu a conspiração e forçou Paulo e sua esposa a confessarem. A imperatriz reconheceu-o como herdeiro de sua autoridade, mas ele nunca se sentiu seguro, pois poderia também ser eliminado antes que chegasse seu tempo. Sua esposa vivia em constante pavor, e morreu ao dar à luz uma criança morta.

Sua segunda esposa, Maria Feodorovna, deu-lhe um filho (1777), Alexandre, que Catarina durante algum tempo pensou em nomear seu sucessor, deixando de lado Paulo. Ela nunca transformou essa idéia em ação, mas Paulo adivinhava-a, o que o deixava suspeitoso de seu filho. Em 1783 Catarina deu a Paulo uma propriedade em Gatchina, a 50 quilômetros de São Petersburgo; ali ele treinava seu próprio regimento, fazia manobras com ele, seguindo o exemplo de seu pai, no estilo de passo de ganso de Frederico, o Grande. Catarina, temendo que ele estivesse planejando outra tentativa para substituí-la, enviou espiões para observá-lo. Paulo, de sua parte, empregou espiões para observar os espiões dela. Tinha alucinações de encontrar à noite o espírito de seu ancestral Pedro I, o Grande. Sua mente já estava a ponto de perder o juízo quando, em 1796, depois de 42 anos de infelicidade, ele chegou afinal ao trono, que há longo tempo havia considerado ser seu de próprio direito.

Numa maré de bons sentimentos, ele promulgou alguns editos benevolentes. Liberou diversas vítimas dos temores senis de Catarina — Novikov e Radishchev, pensadores radicais, Kosciusko e outros que haviam lutado pela independência da Polônia. Ficou tão horrorizado pelas condições do hospital de Moscou que ordenou sua renovação e reorganização (1797), resultando disso que o novo hospital de Moscou tornou-se um dos melhores da Europa.[10] Reformou e estabilizou a moeda, baixou as tarifas alfandegárias que vinham afogando o comércio exterior, e abriu novos canais para o comércio interno.

No entanto enviava uma série de comandos para suas tropas acerca de polir os botões, reparar os uniformes, e empoar as perucas; a seus súditos prescrevendo o modo de vestir e proibindo, sob a ameaça de severas penalidades, vestimentas ou estilos de vestir que houvessem sido introduzidos na Europa após a Revolução Francesa.[11] Em 1800 proibiu a importação de livros publicados no estrangeiro e desencorajou a impressão de novos livros na Rússia. Restringiu a autocracia dos nobres, mas transferiu para proprietários de terras particulares 530.000 servos que haviam previamente desfrutado de condições mais fáceis como servos do Estado. Sancionou a severa punição de servos rebeldes — "tanto quanto seu proprietário desejar".[12] Suas tropas, que lhe haviam sido devotadas, ressentiam-se de sua incansável vigilância e dominante disciplina.

Sua política estrangeira era incalculavelmente versátil. Cancelou os planos de Catarina de enviar 40.000 soldados contra a França revolucionária. Ressentiu-se da apropriação por Napoleão de Malta e do Egito, e aliou a Rússia com a Turquia e a Inglaterra contra ele; persuadiu ao sultão que permitisse que os navios de guerra russos passassem através do Bósforo e dos Dardanelos; sua esquadra tomou as ilhas do Mar Jônio e desembarcou tropas no reino de Nápoles para ajudar a expulsar os franceses. Porém quando a Grã-

Bretanha recusou-se a entregar-lhe Malta, por haver ele sido eleito grão-mestre dos cavaleiros de Malta, Paulo retirou-se da coligação contra a França e tomou-se de amores por Napoleão. Quando Napoleão respondeu com gestos de boa-vontade, Paulo proibiu todo o comércio com a Inglaterra e apropriou-se de todas as mercadorias inglesas nos depósitos russos. Discutiu com Napoleão uma expedição franco-russa para expulsar a Inglaterra da Índia. Seus acessos de raiva multiplicavam-se à medida que os negócios estrangeiros ignoravam seus desejos e à medida que a concordância doméstica desaparecia perante a profusão de suas exigências. Punia severamente as menores ofensas, banindo de Moscou nobres que haviam questionado suas políticas, e enviando para a Sibéria oficiais do exército relutantes em obedecer. Seu filho Alexandre havia sido muitas vezes o objeto da ira e dos insultos pessoais de Paulo.[13]

Um número cada vez maior de nobres e de oficiais aderia a uma conspiração para destroná-lo. O general Levin Bennigsen conseguiu a adesão do conde Nikita Panin, ministro das relações exteriores, e conquistaram para seu plano o conde Peter von Pahlen, que comandava os soldados e a polícia da cidade. Eles pediram e finalmente obtiveram o consentimento de Alexandre, com a condição de que nenhuma ofensa física fosse feita a seu pai; concordaram com isso sabendo que um *fait accompli* é um argumento convincente. Às duas horas da manhã de 24 de março de 1801, Pahlen levou os conspiradores e um bando de oficiais ao palácio Mikhailovsky, onde dominaram os guardas, rodearam o imperador que resistia e o estrangularam. Poucas horas após notificaram Alexandre que ele era agora o czar da Rússia.

III. A EDUCAÇÃO DE UM IMPERADOR

É difícil para as mentes imersas durante anos na história de um cometa chamado Napoleão compreender que Alexandre I (Aleksandr Pavlovich, 1777-1825) era tão amado na Rússia quanto Bonaparte na França; que, da mesma forma que seu amigo e inimigo, ele foi criado no Iluminismo francês, e temperava sua autocracia com idéias liberais; que ele conseguiu o que o maior general *moderno* (pois nós devemos respeitar o homônimo do czar) tinha tentado e não conseguira fazer — levar seu exército, através do continente, de sua própria capital até a de seu inimigo e derrotá-lo; e que na hora do triunfo ele se comportou com moderação e modéstia e, no meio de tantos generais e gênios, provou ser o mais fidalgo deles todos. Poderia este modelo de perfeição ter vindo da Rússia? Sim, porém após uma longa imersão, por um suíço, na literatura e na filosofia da França.

Sua educação mereceria um outro Xenofonte, para incluí-la em uma segunda *Cyropaedeia* acerca da juventude e do treinamento de um rei. Muitos elementos conflitantes a confundiram. Primeiro, sua solícita porém ausente e ocupada avó, a própria grande Catarina, que o havia afastado de sua mãe, e transferido a ele, antes de perdê-los, os princípios do despotismo esclarecido misturados com trechos de seus autores então favoritos — Voltaire, Rousseau e Diderot. Provavelmente por sugestão dela haviam-lhe ensinado desde sua meninice a dormir com cobertas ligeiras e as janelas inteiramente abertas, e sobre um colchão de couro marroquino estofado com feno.[14] Ele tornou-se quase imune às intempéries e gozava de "extraordinária saúde e vitalidade"; mas morreu com a idade de 48 anos.

Em 1784 Catarina trouxe da Suíça como principal preceptor de Alexandre Frédéric-César de La Harpe (1754-1838), um entusiástico devoto dos *philosophes* e mais tarde da Revolução. Durante nove anos de dedicados serviços, ele iniciou Alexandre na história e na literatura da França. O príncipe aprendeu a falar francês perfeitamente e quase a pensar como um francês (Napoleão falava francês imperfeitamente e pensava como um italiano da Renascença). Uma ama já havia ensinado inglês a Alexandre, e agora Mikhail Muraviov instruía-o na língua e literatura da antiga Grécia. O conde J. M. Saltykov transmitiu-lhe os costumes da autocracia imperial. Havia preceptores especiais para matemática, física e geografia. E o arcipreste Somborsky transmitiu-lhe as éticas da cristandade resumindo-as no princípio de que cada um deve "achar em todo ser humano seu vizinho, a fim de cumprir a lei de Deus".[15] Talvez devamos acrescentar a esta lista de professores de Alexandre, Luise Elisabeth de Baden-Durlach, que, em 1793, a pedido de Catarina, casou-se com ele, então com 16 anos, e — agora com o nome de Elizaveta Alekseevna — presumivelmente ensinou-lhe o comportamento certo de um homem com uma mulher.

Era uma educação apropriada para fazê-lo um sábio e um gentil-homem, mais dificilmente um "autocrata de todas as Rússias". Quando o progresso da Revolução Francesa assustou Catarina e levou-a a afastar-se de Voltaire e Diderot, ela dispensou La Harpe (1794), que voltou para a Suíça e ali liderou a revolução. Alexandre verificou que as realidades na corte e em Gatchina eram confusamente diferentes das disputas da filosofia e dos ideais de Rousseau. Desanimado pela complexidade dos problemas que enfrentava o governo, e talvez sentindo falta do otimismo de La Harpe e lamentando a morte de sua avó, ele escrevia em 1796 a seu amigo íntimo, conde Kochubey, o seguinte:

> Estou profundamente desgostoso com a minha situação. É por demais brilhante para o meu caráter, que se adapta muito melhor a uma vida de paz e quietude. A vida da corte não é para mim; sinto-me miserável na companhia de tais pessoas... Ao mesmo tempo, elas ocupam os mais altos postos do império. Em uma palavra, meu caro amigo, eu estou consciente de que não nasci para a alta posição que agora ocupo, e menos ainda para aquela que me aguarda no futuro, e jurei a mim mesmo renunciar a ela de qualquer maneira... Os negócios do Estado estão em completa desordem; o suborno e o desvio de fundos públicos estão em toda parte; todos os departamentos são mal administrados... Não obstante isto tudo o império tende somente no sentido de expandir-se. É possível, assim, para mim administrar o Estado, ainda mais reformá-lo e abolir os males há muito existentes? Em minha mente isto está além do poder de um gênio, para não falar de um homem com a capacidade comum como eu próprio.
>
> Tomando tudo isto em consideração, eu cheguei à decisão acima mencionada. Meu plano consiste em abdicar (não posso dizer quando), e estabelecer-me com minha esposa às margens do Reno para viver a vida de um cidadão particular, devotar meu tempo à companhia dos meus amigos e ao estudo da natureza.[16]

A fortuna deu-lhe cinco anos para ajustar-se aos requisitos da situação. Aprendeu a apreciar os elementos constitutivos da vida russa: o idealismo e a devoção inspirados pelo cristianismo, a presteza na ajuda mútua, a coragem e a resistência que haviam sido desenvolvidas nas guerras com os tártaros e os turcos, o poder e a profundidade da imaginação eslava, que iria em breve criar uma literatura profunda e útil, e o silencioso orgulho que emergia da consciência do espaço e do tempo russos. Quando, em 24 de março de

1801, Alexandre, poeta e futuro recluso, foi estupidamente desafiado pela oportunidade, ele encontrou em suas raízes e sonhos a compreensão e o caráter para convocar seu povo para a grandeza, e fazer da Rússia o árbitro da Europa.

IV. O JOVEM CZAR: 1801-04

Alexandre não dispensou imediatamente Panin ou Pahlen, que haviam tramado a morte de seu pai; ele temia seu poder e não estava seguro de sua própria inocência; necessitava de Pahlen e sua polícia para manter Moscou sossegada e de Panin para lidar com a Inglaterra, cuja armada, após haver destruído a frota dinamarquesa, estava ameaçando fazer o mesmo com a russa. A Inglaterra foi apaziguada; a Segunda Liga de Neutralidade Armada entrou em colapso. Pahlen foi demitido em junho, Panin resignou em setembro de 1801.

No primeiro dia de seu reinado Alexandre ordenou a libertação de milhares de prisioneiros políticos. Prontamente dispensou os homens que haviam servido a Paulo como conselheiros ou como agentes de suas medidas terroristas. Em 30 de março ele reuniu "12 altos funcionários entre aqueles de que menos se desconfiava",[17] e formou com eles um "conselho permanente" para assessorá-lo na administração e na legislação. Chamou para seu lado, alguns de seu banimento, os mais liberais dos nobres: o conde Viktor Kochubey como ministro do interior, Nikolai Novosiltsow como secretário de estado, o conde Pavel Stroganov como ministro da instrução pública, e, como ministro das relações exteriores, o príncipe Adam Jerzy Czartoryski, um patriota polonês reconciliado com a soberania russa. Estes e outros chefes de departamento, em conjunto, constituíam um comitê de ministros, servindo como outro conselho consultivo. Ainda como um outro consultor, Alexandre chamou de novo La Harpe da Suíça (novembro de 1801) para ajudá-lo a formular e coordenar suas políticas. Sob esta estrutura executiva havia um senado de nobres com poderes legislativos e judiciais, cujos *ukases* ou decretos (correspondentes ao *senatus consulta* sob Napoleão) tinham a força de lei, a não ser que fossem vetados pelo czar. A administração provincial continuava a ser por meio de indicação do governo central.

Tudo isto parece-se com a constituição imperial sob Napoleão, exceto pela falta de uma câmara inferior eleita pelo povo e a continuação de uma servidão inteiramente despida dos direitos políticos. Os consultores de Alexandre, em seus primeiros anos de governo, eram homens liberais e bem-educados mas (na frase de Napoleão) eram "sujeitos à natureza das coisas". Neste contexto "direitos" pareciam ser fantasiosas abstrações face às necessidades — de ordem econômica e política, de produção e distribuição, defesa e sobrevivência — numa nação composta de 90 por cento de fortes camponeses analfabetos que não se podia esperar que pensassem além de suas vilas. Alexandre era sujeito a uma poderosa nobreza quase auto-sustentada, por sua organização e pelo governo local, da agricultura, do judiciário, da polícia e da indústria rural. A servidão estava tão profundamente arraigada no tempo e no *status*, que o czar não ousava atacá-la com medo de perturbar a ordem social e perder seu trono. Alexandre recebia queixas que lhe eram enviadas pelos camponeses, e em "muitos casos ele infligiu severas punições aos proprietários culpados"[18], mas ele não podia basear em tais casos um programa de liberação. Sessenta anos iriam se passar antes que Alexandre II (dois anos antes da

Proclamação de Emancipação de Lincoln) conseguisse libertar os servos da Rússia. Napoleão, retornando derrotado da Rússia em 1812, não achava defeitos em seu vitorioso inimigo a esse respeito. "Alexandre", dizia ele a Caulaincourt, "tem uma visão por demais liberal e por demais democrática para seus russos;... aquela nação necessita de uma mão forte. Ele seria mais adaptável aos parisienses... Galante para com as mulheres, lisonjeador para com os homens... Sua bela presença e extrema cortesia são muito agradáveis."[19] Esta apreciação de Alexandre, por alguém que o conhecia bem e tinha poucas razões para amá-lo, contrasta com a imagem do czar, em algumas histórias francesas recentes, como tendo sido insincero em seu liberalismo, e cobrindo com elegantes frases uma política externa de traições e fraudes. Vide Georges Lefebvre, *Napoleon*, I, 199-200; Louis Madelin, *O Consulado e o Império*, I, 349-50. Nossa narrativa aceita seu liberalismo inicial como sincero.

Dentro dos limites impostos, Alexandre fez alguns progressos. Conseguiu libertar 47.153 camponeses. Ordenou que as leis fossem reduzidas quanto ao sistema, à consistência e à clareza. "Baseando-se o bem-estar de nosso povo na uniformidade de nossas leis", dizia a sua prescrição explanatória, "e acreditando que várias medidas podem levar a nossa terra felizes tempos, mas que somente a lei pode confirmar estes para sempre, eu tentei, desde o primeiro dia de meu reinado, investigar as condições deste departamento do Estado."[20] A acusação, o julgamento e a punição deveriam seguir um processo definido e prescrito; ofensas políticas deveriam ser julgadas perante cortes ordinárias, não perante tribunais secretos. Novos regulamentos aboliram a polícia secreta, proibiram a tortura (Paulo a havia proibido, mas ela havia continuado durante seu reinado) e permitiam aos russos livres que se movimentassem no país, fossem ao estrangeiro, e, aos estrangeiros, que entrassem na Rússia com mais liberdade. Doze mil exilados foram convidados a retornar. A censura da imprensa permaneceu, mas foi colocada sob o ministério da educação, com um polido pedido para que ela fosse complacente com os escritores.[21] O embargo na importação de livros estrangeiros foi suspenso, mas revistas estrangeiras permaneceram sob proibição. Um estatuto de 1804 estabeleceu liberdade acadêmica para os conselhos universitários.

Alexandre compreendia que nenhuma reforma podia prosperar a não ser que fosse apoiada e compreendida por uma larga proporção do povo. Em 1802 ele deu ao ministério da educação, ajudado por Novosiltsov, Czartoryski e Mikhail Muraviov, a tarefa de organizar um novo sistema de educação pública. O estatuto de 26 de janeiro de 1803 dividiu a Rússia em seis regiões, e exigia pelo menos uma universidade em cada região, uma escola secundária em cada *gubernyia*, ou província, pelo menos uma escola local em cada sede de condado e uma escola primária para cada duas paróquias. Às existentes universidades de Moscou, Vilna e Dorpat, juntaram-se as universidades de São Petersburgo, Kharkow e Kazan. Entrementes os nobres mantinham preceptores e escolas particulares para seus filhos, e os rabinos ortodoxos pediam aos pais judeus que boicotassem as escolas do Estado como engenhosos artifícios para minar a fé judaica.[22]

V. OS JUDEUS SOB ALEXANDRE

Catarina II havia melhorado consideravelmente a condição dos judeus dentro do "Pale of Settlement" (Limites do Estabelecimento) — isto é, aquelas regiões da Rússia nas

quais permitia-se que os judeus se estabelecessem. Em 1800 este *Pale* incluía todo o território russo anteriormente pertencendo à Polônia, e a maior parte do sul da Rússia incluindo Kiev, Chernigov, Ekaterinoslav e a Criméia. Fora deste *Pale* nenhum judeu podia qualificar-se para ter domicílio permanente. Dentro dele os judeus, que somavam 900.000 em 1804,[23] gozariam de todos os direitos civis, incluindo elegibilidade para função pública, com uma exceção: aqueles que desejassem alistar-se nas classes mercantis ou de negócios nas cidades tinham que pagar uma taxa que era o dobro daquela imposta a outros homens de negócio, os quais alegavam que a competição dos judeus, se não fosse contida, arruina-los-ia;[24] assim os mercadores de Moscou (1790) tinham apresentado uma queixa contra os judeus que vendiam "mercadorias estrangeiras baixando os preços corretos a valores inferiores, assim fringindo sérios prejuízos ao comércio local."[25] Ao mesmo tempo sua competição também era ressentida pelos donos de tavernas rurais, e todos os esforços eram feitos pelo governo para mantê-los fora das vilas e confiná-los às cidades. Em 1795 Catarina ordenou que os judeus deveriam ser registrados (e adquirir direitos civis) apenas nas cidades.

Em novembro de 1802 Alexandre nomeou um "*comitê* para o melhoramento dos judeus" a fim de estudar seus problemas e submeter recomendações. O *comitê* convidou os *Kahals* — os conselhos administrativos através dos quais as comunidades judaicas se governavam e fixavam impostos — para mandar deputados a São Petersburgo em consulta com o governo acerca das necessidades dos judeus. O *comitê* submeteu suas recomendações a esses deputados; estes, após muita discussão, pediram um prazo de seis meses, o que lhes habilitaria a obter autoridade mais específica e instruções de seus *Kahals*. O *comitê*, em vez disso, mandou suas recomendações diretamente para os *Kahals*. Estes objetaram às propostas do *comitê* de excluir os judeus da propriedade da terra e da venda de bebidas alcoólicas, e pediram que essas medidas fossem adiadas por 20 anos para dar tempo a difíceis ajustamentos econômicos. O *comitê* refugou e, em 9 de dezembro de 1804, o governo russo, com a sanção do czar Alexandre, promulgou a "Constituição Judaica de 1804".

Era ao mesmo tempo uma carta de direitos e um edito de confinamento urbano. Os direitos eram substanciais. Às crianças judias assegurava acesso livre a todas as escolas públicas, *gymnasia*, e universidades no império russo. Os judeus poderiam estabelecer suas próprias escolas, mas uma das três línguas — russo, polonês ou alemão — deveria ser ali ensinada e usada nos documentos legais. Cada comunidade podia eleger seus rabinos e Kahal; mas o rabino nunca podia promover a excomunhão e o Kahal era responsável pelo recolhimento de todos os impostos cobrados pelo Estado. Convidava-se os judeus a engajarem-se na agricultura, comprando terras desocupadas em regiões específicas do *Pale*; ou instalando-se em terras da coroa, onde durante os primeiros poucos anos eles seriam isentos de taxas do Estado.

No entanto, a partir de 1º de janeiro de 1808, "a nenhum judeu, em qualquer vila ou vilarejo, será permitido reter quaisquer arrendamentos de terras, manter tavernas, bares ou hospedarias,... ou vender vinho nas vilas, ou mesmo viver nelas sob qualquer que seja o pretexto."[26] Isto significava o deslocamento de 60.000 famílias judias de seus lares nas vilas. Centenas de petições chegaram a São Petersburgo, solicitando o adiamento dessa evacuação em massa, e muitos cristãos aderiram ao apelo. O conde Kochubey lembrou a Alexandre que Napoleão estava planejando reunir em Paris, em

fevereiro de 1807, um *Sanhedrin* de rabinos de toda a Europa Ocidental, a fim de formular as medidas para a ampla concessão de direitos políticos para os judeus. Alexandre ordenou que o debatido programa fosse adiado. Suas reuniões com Napoleão em Tilsit (1807) e Erfurt (1808) podem ter revivido sua ambição de impressionar o ocidente como um déspota inteiramente esclarecido. Em 1809 ele informava a seu governo que o plano de evacuação era impraticável porque "os judeus, devido à sua condição miserável, não tinham meios que os capacitassem, após deixarem suas presentes moradas, a estabelecer-se e encontrar uma casa em novos lugares, enquanto, ao mesmo tempo, o governo é da mesma forma incapaz de colocá-los todos em novos domicílios".[27] Quando a invasão da Rússia pelos franceses tornou-se iminente, Alexandre cumprimentou-se por ter mantido seus cidadãos judeus a seu favor, e leais ao Estado.

VI. A ARTE RUSSA

O príncipe de Ligne, que conhecia todas as pessoas e todas as coisas de importância da Europa de seu tempo, descrevia São Petersburgo, por volta de 1787, como a "mais bela cidade do mundo".[28] Em 1812 Mme. de Staël julgava-a ser "uma das mais belas cidades do mundo".[29] Pedro I, ciumento de Paris, começara a adornar sua recém-nascida capital; Catarina, a Grande, consolava os amantes que descartava com palácios mais duradouros que seu amor; e Alexandre I continuou a guarda real de colunas clássicas alinhadas com imponência ao longo do Neva. Era o período neoclássico na Europa, e tanto o czar quanto a czarina, ambos esquecendo as formas russas e recordando-se de Roma, mandavam buscar da França e da Itália arquitetos e escultores para que o orgulho eslavo com a arte clássica fosse mantido.

O palácio de inverno, começado em 1755 por Bartolomeo Rastrelli, e completado em 1817 por Giacomo Quarenghi e C. J. Rossi, era a mais impressionante casa real da Europa, fazendo Versalhes pequena e excedendo-a em beleza: 27 quilômetros de corredores, 2.500 aposentos, inúmeras colunas de mármore, milhares de famosas pinturas; nos andares de baixo, 2.000 empregados e, numa ala, galinhas, patos, bodes e leitões,[30] num pátio revestido com palha.

Alexandre I, especialmente após haver-se encontrado com Napoleão em Tilsit, encontrava estímulo em rivalizá-lo, não apenas no alcance de seu poderio, mas na grandeza de sua capital. Importou arquitetos franceses e italianos, para apoiar, com sua experiência anterior e capacidade, o zelo e a energia dos construtores nativos. Os artistas ocidentais permaneciam presos aos modelos clássicos, mas eles foram além de Roma e suas ruínas até o sul da Itália e a tais sobrevivências gregas como o templo de Hera em Paestum (Paese, próximo a Salerno); estas eram tão velhas como o Partenon e quase tão belas; e a masculina forma de suas colunas dóricas dava um ânimo novo ao êxtase neoclássico da Rússia.

Mas a característica distintiva do "estilo imperial" de Alexandre foi a gradual emergência da arquitetura russa da tutela latina. Enquanto que os construtores principais do reinado de Catarina II (1762-96) foram três italianos — Bartolomeo Rastrelli, Antonio Rinaldi, e Giacomo Quarenghi — os principais arquitetos sob Alexandre I foram Thomas de Thomon, Andrei Voronykhin, e Adrian Zakharov, três russos sob a influência francesa,[31] e um italiano, Carlo Rossi, que teve projeção na última parte do reinado de Alexandre.

Em 1801 Alexandre comissionou Thomas para desenhar e construir uma bolsa de valores para adornar as atividades da crescente classe de comerciantes e financistas de São Petersburgo. O ambicioso arquiteto ergueu um imenso templo inspirado nos de Paestum, que competia com a contemporânea Bolsa (1808-27) de Alexandre Brongniart em Paris. — A obra-prima de Voronykhin é a Kazansky Sobor — a catedral dedicada a Nossa Senhora de Kazan, construída às margens do Neva de 1801 a 1811; sua bela colunata semicircular e abóbada em três lances recua francamente até às obras-primas de Bernini e Miguelângelo, ou, mais proximamente, ao Panthéon de Soufflot em Paris. — Ainda mais altamente admirável é o Almirantado, um complexo de 450 metros de colunas, cariátedes, frisos e torre em fina agulha, desenhado para a armada russa. Rivalizando com esse santuário aparecem os escritórios do Estado-Maior, levantados por Rossi na Praça do Palácio, pouco tempo após a morte de Alexandre.

A mando de Nicolau I, Ricard de Monferrand coroou a era alexandrina da Rússia, com uma alta e monolítica coluna (talvez lembrando a coluna Vendôme em Paris) como um duradouro tributo ao czar que havia conquistado a França, mas jamais havia cessado de reverenciar sua arte.

Os escultores russos também se sentavam aos pés dos artistas franceses que, por sua vez, haviam se ajoelhado aos pés dos artistas romanos, os quais haviam-se inspirado na conquistada Grécia. Antes de Catarina II, que se orientava para o ocidente, a influência da religião bizantina, largamente oriental e temerosa do corpo humano como um instrumento de Satã, tinha levado os russos a evitar a maior parte das esculturas de formas arredondadas; e apenas vagarosamente, com o vigoroso paganismo do Iluminismo emergindo com Catarina, tinha esse tabu cedido na eterna guerra e oscilação entre a religião e o sexo. Étienne-Maurice Falconet, atraído da França por Catarina em 1766, esculpiu e entalhou na Rússia até 1778, e, em sua memorável estátua de Pedro, o Grande, não só levantou um cavalo e um homem de bronze no ar, mas assentou um golpe a favor do direito da arte de enviar sua mensagem sem restrições ou censuras, a não ser sua concepção da beleza, da realidade e do poder.

Entrementes Nicolas-François Gillet viera em 1758 para ensinar escultura na Academia de Belas-Artes, que tinha sido aberta em São Petersburgo um ano antes. Um de seus alunos, F. F. Shchedrin, foi enviado a Paris para refinar seu cinzel; saiu-se tão bem que sua *Venus* rivalizava com o modelo francês, a *Baigneuse*, de seu mestre, Gabriel d'Allegrain. Foi Shchedrin que esculpiu as cariátides para o portal principal do almirantado de Zakharov. — O último entre os famosos alunos de Gillet, Ivan Markos, trabalhou por algum tempo com Canova e Thorwaldsen em Roma, e ajuntou a seu clássico idealismo algo da emoção romântica que estava substituindo a idade neoclássica; os críticos queixavam-se que ele fazia o mármore chorar, e que seu trabalho assentava bem apenas nos cemitérios.[32] Os cemitérios de Leningrado ainda mostram sua arte.

A pintura russa havia sofrido uma transformação básica devido à influência francesa na Academia de Belas-Artes. Até 1750 a arte tinha sido quase inteiramente religiosa, consistindo principalmente de ícones pintados a têmpera ou afrescos sobre madeira. As inclinações francesas de Catarina II, e sua importação de artistas e pintores franceses e italianos, em breve levaram os russos à emulação; passaram da madeira para a tela, dos

afrescos para o óleo, e dos assuntos religiosos para os seculares — "histórias", retratos, paisagens, e, por último, pinturas de gênero.

Quatro pintores atingiram a excelência sob Paulo e Alexandre. Vladimir Borovikovsky, talvez aceitando uma sugestão de Mme. Vigée-Lebrun (que pintou em São Petersburgo em 1800), encontrou atraentes modelos entre as jovens mulheres da corte, com seus alegres ou meditativos olhos, seus orgulhosos bustos e suas roupas folgadas;[33] mas ele também apanhou a madura Catarina num momento de simplicidade e inocência, dificilmente esperado de uma ninfomaníaca real; e deixou, de um modo brusco, um desencorajador retrato de *Uma Mulher Desconhecida com um Adorno na Cabeça,*[34] que é provavelmente Mme. de Staël circulando pela Europa para escapar a Napoleão.

Feodor Alekseev, enviado a Veneza para tornar-se um decorador, voltou para tornar-se um dos mais notáveis pintores de paisagens da Rússia. Em 1800 ele fez em Moscou uma série de pinturas e desenhos que permanecem nosso melhor guia quanto à aparência daquela cidade antes que os patriotas incendiários de Rostopchin queimassem um terço dela sob o nariz de Napoleão.

Sylvester Shchedrin, filho do escultor acima mencionado, amava a natureza mais do que as mulheres como inspirações de seu pincel. Despachado para a Itália em 1818 para estudar arte, ele apaixonou-se com o sol, com as baías, as praias e os bosques de Nápoles e de Sorrento; e mandou para casa paisagens que devem ter feito São Petersburgo duplamente fria.

Orest Adamovich Kiprensky (1782-1836) esteve próximo à grandeza entre os pintores russos de seu tempo. Filho ilegítimo de uma mulher escrava, foi adotado por seu marido, foi libertado, e conseguiu chegar, ajudado por acidentes, à Academia de Belas-Artes. Um de seus primeiros e melhores retratos, é o de seu pai adotivo, pintado em 1804, quando o artista tinha apenas 22 anos; parece incrível que uma pessoa tão jovem tenha alcançado tanto a compreensão quanto a maestria para ver e colocar num retrato a força do corpo e do caráter que fizeram Suvorov e Kutuzov, e que levaram os russos vitoriosos de Moscou a Paris em 1812-13. Inteiramente diferente é o retrato por Kiprensky (1827) do poeta Pushkin, — elegante, sensível, interrogador, com uma dúzia de obras-primas em sua cabeça. Da mesma maneira especial é o retrato de tamanho natural (1809) do oficial de cavalaria Evgraf Davidov — flamante uniforme, atitude orgulhosa, uma mão na espada como a suprema lei. E em 1813, num mundo inteiramente diferente, o retrato do jovem Aleksandr Pavlovich Bakunin — que não tinha nenhuma relação conhecida com Mikhail Aleksandrovich Bakunin que, uma geração mais tarde, atormentou Karl Marx com diferentes proposições absolutas e fundou o movimento niilista na Rússia. O próprio Kiprensky era algo rebelde, simpatizava com o levante "dezembrista" de 1825, foi marcado como um rebelde social, e procurou segurança em Florença, onde a galeria dos Uffizi havia-lhe pedido que fizesse um auto-retrato. Morreu na Itália em 1836, deixando para gerações posteriores de russos reconhecerem-no como o maior pintor russo de seu tempo.

VII. A LITERATURA RUSSA

A literatura russa tinha florescido e decaído sob Catarina, a Grande. Raramente havia um governante mostrado uma rendição tão entusiástica a uma cultura estrangeira, ou

feito uma conquista tão visível de seus líderes vivos, como o seu caso amoroso com o Iluminismo, e sua direta convocação de Voltaire, Diderot, e Friedrich Melchior von Grimm como eloqüentes defensores da Rússia na França e na Alemanha. Mas então veio a Revolução, todos os tronos tremeram, e os deuses do Iluminismo foram descartados como padrinhos da guilhotina. A corte russa ainda falava o francês do século XVIII, mas os escritores russos proclamavam a beleza da língua russa, e alguns, de acordo com Mme. de Staël, ''aplicavam os epítetos de *surdo* e *mudo* às pessoas que ignoravam a língua russa''.[35] Levantou-se uma tremenda querela, que se transformou em duelo nacional, entre os admiradores dos modelos estrangeiros na literatura e na vida e aqueles que apoiavam a moral, os costumes, os assuntos, a fala e os estilos nativos. Este espírito ''eslavófilo'' era uma compreensível e necessária autocompreensão da mente e do caráter nacional; ele abriu o caminho para a torrente de gênios literários russos no século XIX. Derivou considerável estímulo das guerras de Alexandre e Napoleão.

O próprio Alexandre simbolizava o conflito em seu próprio espírito e história. Ele era altamente sensível à beleza na natureza e na arte, nas mulheres e em si próprio. Reconhecia na arte o duplo milagre da permanência que ela dava à beleza ou ao caráter passageiros, e a iluminada significação que ela retirava da realidade indiscriminada. A influência de La Harpe e de uma corte francófila fizeram do neto da alemã Catarina um gentil-homem que rivalizava com qualquer gaulês em maneiras e educação. Ele naturalmente apoiava os esforços de Karamzin e outros para importar as graças e as sutilezas francesas para a sala e as maneiras russas. Sua amizade com Napoleão (1807-10) apoiava essa inclinação para o ocidente; seu conflito com Napoleão (1811-15) tocou em suas raízes russas e levou-o a simpatizar com Aleksandr Shiskov e os eslavófilos. Em cada uma dessas posições o czar encorajava os escritores por meio de pensões, sinecuras, decorações ou presentes. Autorizava a impressão pelo governo de importantes contribuições à literatura, à ciência e à história. Subsidiava traduções de Adam Smith, Bentham, Beccaria, e Montesquieu. Quando soube que Karamzin desejava escrever uma história da Rússia, mas temia morrer de fome durante a elaboração da obra, Alexandre deu-lhe uma anuidade de dois mil rublos e ordenou ao Tesouro que financiasse a publicação de seus volumes.[36]

Nikolai Mikhailovich Karamzin (1766-1826) era o filho de um proprietário de terras tártaro na província de Simbirsk, no Volga inferior. Recebeu uma boa educação, aprendeu alemão e francês, e foi bem equipado para seus 18 meses de viagem pela Alemanha, Suíça, França e Inglaterra. Voltando à Rússia, fundou uma revista mensal, a *Moskovsky zhurnal*, cujo conteúdo mais atrativo eram suas próprias *Cartas de um Viajante Russo*. Seu estilo leve e gracioso, descrevendo não apenas os objetos vistos mas os sentimentos que se levantavam em volta dele, revelava a influência de Rousseau e a tendência russa para a emocionalidade. Karamzin penetrou mais ainda na linha romântica em sua novela *Pobre Lisa* (1792): uma moça camponesa, seduzida e abandonada, comete suicídio. Embora a história não pretendesse ser mais do que ficção, o local onde Lisa afogou-se tornou-se um sítio de peregrinação para os jovens russos.[37]

Karamzin deixou sua marca em quase todos os campos literários. Seus poemas, desavergonhadamente românticos, encontravam uma enorme audiência. Como um crítico ele chocava os eslavófilos importando termos franceses ou ingleses para substituir aquilo que parecia, a seus ouvidos viajados, grosseiro, impreciso ou cacofônico nos termos

ou nas frases russas. Shiskov denunciou-o como um traidor de seu país. Karamzin resistiu ao ataque e venceu: ele purificou e aumentou a língua russa, reconciliou-a com a música, e transmitiu um instrumento mais puro e mais afiado a Pushkin e Lermontov.

Karamzin convencia por outra razão: ele praticava o que pregava nos 12 volumes que constituem a primeira verdadeira *História da Rússia*. A ajuda financeira do governo capacitou-o a dar quase todas as horas do dia para a tarefa. Tomou emprestado judiciosamente das crônicas primitivas, aqueceu seus frios fatos com emoção, e deu graça à longa história com um estilo claro e fluente. Quando os primeiros oito volumes apareceram (1816-18) numa edição de três mil exemplares, eles foram vendidos em 25 dias. Ela não podia rivalizar com as histórias de Voltaire, Hume ou Gibbon; era francamente patriota e via a monarquia absoluta como o governo próprio para um povo que lutava pela vida contra um clima inclemente e bárbaros invasores, e que era forçado a criar a lei à medida que crescia. Mas o livro provou ser uma preciosa mina para os poetas e novelistas das gerações que se sucederam; aqui, por exemplo, Pushkin encontrou a história de Boris Godunov. Partilhou modestamente da expulsão de Napoleão de Moscou levantando o espírito russo para desempenhar sua brilhante e singular parte na literatura e na música do século XIX.

Ivan Andreevich Krylov (1769-1844) foi o Esopo, como Karamzin foi o Heródoto desta primavera alexandrina. Filho de um pobre oficial do exército, ele pode ter tirado dos acampamentos militares algo da espirituosa fala e da verve satírica que aguçava suas comédias até que elas tiravam sangue do *status quo*. Quando este *status quo* silenciou-o ele retirou-se da literatura para atividades mais práticas — preceptor, secretário, jogador de cartas profissional, jogador... Então, em 1809, ele publicou um livro de fábulas que pôs toda a Rússia alfabetizada a rir-se de toda a humanidade exceto do próprio leitor. Algumas dessas histórias, como em geral são as fábulas, lembravam fabulistas mais antigos, notavelmente La Fontaine. A maior parte delas — através da boca de leões, elefantes, corvos e outros filósofos — expunham a sabedoria popular em linguagem popular, expressa em cadenciados versos jâmbicos, de qualquer comprimento conveniente. Krylov havia redescoberto o segredo dos grandes fabulistas — que a única sabedoria inteligível é a do camponês, e que sua arte é encontrar o ego atrás da falsa aparência. Krylov expunha os vícios, a estupidez, a vileza e a venalidade dos homens, e julgava que a sátira era um educador tão bom quanto um mês na cadeia. Uma vez que somente um leitor excepcional podia pensar que a história era acerca dele próprio, o público comprava o pequeno volume ansiosamente — quarenta mil cópias em dez anos, numa terra em que a capacidade de ler era uma orgulhosa distinção. Krylov explorou essa veia publicando mais nove volumes de fábulas entre 1809 e 1843. O governo, grato pelo geral conservantismo de Krylov, deu-lhe um lugar de apoio na biblioteca pública. Ele o manteve, preguiçoso e cortês, até que um dia, quando tinha 75 anos, comeu perdizes demais e morreu.[38]

VIII. ALEXANDRE E NAPOLEÃO: 1805-12

Eles chegaram ao poder quase que ao mesmo tempo, e ambos pela violência: Napoleão em 9 de novembro de 1799, Alexandre em 24 de março de 1801. A proximidade

deles no tempo superou sua separação no espaço: como duas forças opostas numa célula eles se expandiram em poder até que rasgaram a Europa, primeiro em Austerlitz com a guerra, depois em Tilsit com a paz. Foram rivais na Turquia, porque cada um deles pensava em dominar o continente, tendo Constantinopla como sua chave; ambos alternaram-se cortejando a Polônia porque ela era uma ponte estratégica entre o leste e o oeste; a guerra de 1812-13 foi travada para decidir qual dos dois iria tornar-se senhor da Europa e talvez conquistar a Índia.

Alexandre, um jovem de 24 anos, encarando em 1801 uma mistura de potências velhas na chicana, hesitava em sua política externa, porém repetidamente aumentava seu domínio. Alternava entre a guerra e a paz com a Turquia, anexou a Geórgia em 1801, o Alaska em 1803; aliou a Rússia com a Prússia em 1802, com a Áustria em 1804, com a Inglaterra em 1805. Em 1804 seu ministro para relações exteriores preparou para ele um plano de repartição do Império Otomano.[39] Admirou o trabalho de Napoleão como cônsul, denunciou-o pela sumária execução do duque d'Enghien, juntou-se à Áustria e à Prússia numa guerra desastrosa contra o usurpador (1805-06), encontrou-se com ele e o beijou em Tilsit (1807), e concordou com ele que a metade da Europa era suficiente para cada um dos dois até novo aviso.

Ambos deixaram Tilsit confiantes de que tinham ganho uma grande vitória diplomática. Napoleão havia persuadido o czar a abandonar a Inglaterra e tomar a França como seu aliado, fazendo respeitar o Bloqueio Continental contra as mercadorias inglesas. Alexandre, deixado sem defesas pela destruição de seu exército principal em Friedland, tinha salvo seu país de uma ruinosa invasão mediante o abandono de um aliado por um mais forte e assegurando liberdade de ação com a Suécia e a Turquia. O exército e a capital de Napoleão aplaudiram seu triunfo militar e diplomático. Alexandre, ao voltar a São Petersburgo, encontrou quase todos — a família, a nobreza, o clero, os comerciantes e o populacho — chocados porque ele havia assinado uma paz humilhante com um surgente bandido ateu. Alguns escritores — como F. N. Glinka e o conde Feodor Rostopchin (o futuro governador de Moscou) — publicaram artigos explicando que a paz de Tilsit era apenas uma trégua e que a guerra contra Napoleão seria retomada numa oportunidade conveniente, e levada adiante até sua final destruição.[40]

A classe dos negociantes aderiu à condenação da paz, uma vez que ela significava para eles o apoio da Rússia ao Bloqueio Continental. A venda dos produtos russos na Inglaterra e a importação de mercadorias inglesas para a Rússia, tinham sido elementos vitais para sua prosperidade. A proibição de um tal comércio arruinaria muitos deles, e perturbaria a economia nacional. E, de fato, o governo russo esteve próximo à bancarrota em 1810.

Alexandre perdeu a confiança e endureceu o seu governo. Restaurou a censura da fala e da imprensa, e abandonou seus planos de reforma. Seus ministros liberais — Kochubey, Czartoryski, Novosiltsov — resignaram, e dois deles deixaram a Rússia. Então, em 1809, numa tentativa final de livrar-se da corrente de conservantismo que se estava levantando em volta dele, Alexandre tomou como seu assessor favorito um reformador quase audacioso que propôs que o czar se submetesse a um governo constitucional.

O conde Mikhail Mikhailovich Speransky havia vindo ao mundo em 1772, filho de um padre de aldeia. Desenvolveu inclinação pelas ciências e chegou a ser professor de matemática e física num seminário em São Petersburgo, quando seu trabalho chamou

a atenção do czarevich Alexandre. Em 1802 foi designado para o ministério do interior, então sob as ordens do reformador Kochubey. Ali ele demonstrou uma tal capacidade para árduos trabalhos e relatórios inteligíveis, que o czar entregou-lhe a direção da codificação das leis russas. Quando Alexandre partiu para seu segundo encontro com Napoleão em 1808, ele levou Speransky com ele como "a única mente clara da Rússia".[41] Uma história incerta relata que quando Alexandre perguntou-lhe o que ele pensava dos estados que então se encontravam sob o controle de Napoleão, Speransky deu-lhe a resposta precisa: "Nós temos melhores homens, mas eles têm melhores instituições."[42] Retornando a São Petersburgo, o czar deu a seu novo favorito mais e mais poder até que eles se encontraram contemplando uma reconstrução geral do governo russo.

Speransky queria acabar com a servidão, mas confessava que isso não poderia ser feito em 1809. No entanto, talvez recordando-se de um movimento semelhante feito por Stein na Prússia, ele propôs um decreto preparatório permitindo que todas as classes comprassem terras. O próximo passo, sugeria ele, seria a eleição por todos os proprietários de terras em cada *volost* (cidade), de uma *duma* (conselho) local, a qual controlaria as finanças da cidade, nomearia os funcionários locais e elegeria delegados — submetendo recomendações — para uma *duma* distrital; essa apontaria os funcionários distritais, proporia as políticas distritais e enviaria delegados e recomendações para uma *duma* provincial, que, por sua vez enviaria delegados e recomendações para uma *duma* nacional em São Petersburgo. Apenas o czar teria autoridade de estabelecer leis, mas a *duma* nacional teria o direito de sugerir leis para sua consideração. Entre as *dumas* e os governantes um conselho consultivo, nomeado por ele, ajuda-lo-ia na administração e na legislação.

Alexandre deu ao plano uma aprovação geral, mas foi tolhido por outros poderes do Estado. A nobreza sentia-se em perigo, ela não confiava em Speransky, que era um comum, acusava-o de parcialidade para com os judeus[43] e de admiração por Napoleão, e insinuava a Alexandre que seu ambicioso ministro estava procurando ser o poder por trás do trono. A burocracia juntou-se ao ataque, grandemente porque Speransky havia persuadido o czar a promulgar um decreto (6 de agosto de 1809) requerendo um grau universitário ou a passagem por um estrito exame, para a elegibilidade aos mais altos postos administrativos. Alexandre ficou suficientemente influenciado para admitir que a situação internacional não permitia experiências substanciais no governo.

Suas relações com a França tinham azedado pelo casamento de Napoleão com uma arquiduquesa austríaca e sua ocupação (22 de janeiro de 1811) do ducado de Oldenburg, cujo duque era sogro da irmã do czar. Napoleão explicou que o duque havia recusado fechar seus portos às mercadorias inglesas, e que lhe havia oferecido uma compensação.[44] Alexandre não gostou do estabelecimento por Napoleão de um grão-ducado de Varsóvia, tão próximo a um território que anteriormente havia sido ocupado pela Rússia; ele temia que a qualquer hora Napoleão reviveria um reino da Polônia hostil à Rússia. Decidiu assim que, para assegurar a unidade de seu país por trás dele, ele devia fazer concessões à nobreza e aos comerciantes.

Sabia que mercadorias inglesas — ou mercadorias das colônias inglesas — estavam sendo introduzidas na Rússia com papéis forjados por comerciantes ou funcionários russos, certificando que o material era americano e conseqüentemente permissível; Ale-

xandre permitiu que isso continuasse; e parte desse material passava através da Rússia para a Prússia e outros países.[45] Napoleão, por intermédio do ministro russo em Paris, enviou um zangado protesto ao czar. Alexandre, por um decreto de 31 de dezembro de 1810, sancionou a entrada de mercadorias coloniais britânicas, baixando a tarifa que as gravava, e aumentou a tarifa nas mercadorias vindas da França. Em fevereiro de 1811 Napoleão mandou-lhe uma carta queixosa: "Vossa Majestade não tem mais nenhuma amizade por mim; aos olhos da Inglaterra e da Europa nossa aliança não mais existe."[46] Alexandre não respondeu, mas mobilizou 240.000 soldados em vários pontos de sua fronteira ocidental.[47] De acordo com Caulaincourt, ele havia desde maio de 1811 se resignado à guerra: "É possível, e mesmo provável, que Napoleão nos derrote, mas isto não vai trazer-lhe a paz... Nós temos vastos espaços para onde recuar... Nós deixaremos o nosso clima, o nosso inverno, lutar a nossa guerra... Eu me retirei para o Kamchatka, mas não cederei nenhuma de minhas possessões."[48]

Ele concordava agora com os diplomatas ingleses em São Petersburgo e com Stein e outros refugiados prussianos em sua corte, que há longo tempo o propósito de Napoleão era submeter toda a Europa a seu domínio. Para unificar a nação, Alexandre abandonou as reformas, e as propostas para reformas, que o estavam alienando das famílias mais influentes; mesmo o povo comum não estava pronto para tais reformas. Em 29 de março de 1812, ele demitiu Speransky não somente de suas funções, mas da corte e de São Petersburgo, e dava cada vez mais ouvidos ao conservador conde Aleksei Arakcheev. Em abril assinou um tratado com a Suécia, concordando em favorecer a aspiração sueca à Noruega. Enviou ordens secretas a seus representantes no sul para fazerem a paz com a Turquia, mesmo à custa de rendição de todas as aspirações russas na Moldávia e na Valáquia; todos os exércitos russos deviam tornar-se disponíveis para a defesa contra Napoleão. A Turquia assinou a paz a 8 de maio.

Alexandre sabia que estava arriscando tudo, mas ele havia se voltado mais e mais para a religião como um apoio nesses dias de tensão e decisões. Rezava e lia diariamente a Bíblia; encontrava conforto e força em sentir que sua causa era justa e que receberia a ajuda divina. Via agora a Napoleão como o princípio e a incorporação do mal, como um anarquista louco pelo poder, marchando insaciavelmente de um poder para outro maior. Apenas ele, Alexandre, apoiado por um povo intoxicado por Deus e um imenso território que lhe foi dado por Deus, podia parar esse demônio avassalador, salvar a independência e a velha ordem da Europa, e fazer as nações retornarem de Voltaire para Cristo.

Em 21 de abril de 1812 ele deixou São Petersburgo, acompanhado pelos líderes de seu governo e escoltado pelas rezas de seu povo, e viajou para o sul até Vilna, capital da Lituânia russa. Ali chegou em 26 de abril; e ali com um de seus exércitos esperou por Napoleão.

CAPÍTULO XXXV

A Moscou

1811-12

I. O BLOQUEIO CONTINENTAL

A CAUSA direta da guerra franco-russa de 1812 foi a recusa da Rússia de continuar a observar o Bloqueio Continental, declarado pelo decreto de Berlim de Napoleão em 21 de novembro de 1806. Este decreto constituía o plano de Napoleão para fechar todos os portos e costas do continente europeu contra a entrada de mercadorias britânicas. Seu propósito era forçar a Grã-Bretanha a terminar o bloqueio que ela havia declarado (16 de maio de 1806) de todos os portos controlados pelos franceses, de Brest até o Elba; terminar a interferência britânica com o comércio marítimo francês; assegurar a restauração das colônias francesas capturadas pela Grã-Bretanha e acabar com o financiamento britânico dos estados continentais em suas guerras contra a França.

Como estava funcionando o Bloqueio Continental? Por volta de 1810 ele tinha levado a Inglaterra a uma severa depressão econômica. Nos dois primeiros anos (1806-08) depois do decreto de Berlim de Napoleão, as exportações britânicas haviam caído de 40.800.000 para 35.200.000; as importações de algodão cru haviam caído noventa e cinco por cento. Como resultado disto o preço doméstico do grão subira de 65 para 94 xelins por "quarter" (12,5 quilos) em um pouco mais do que um ano (1807-08). Ao mesmo tempo o comércio exterior enfraquecido acarretava diminuição de salários, espalhava desemprego e dava lugar a violentas greves. A Inglaterra necessitava do ferro da Suécia para sua indústria e de madeira da Rússia para seus navios; a guerra com a Suécia e a aliança da Rússia com a França (1807) haviam fechado estas fontes. A Inglaterra lutava para contrabalançar tais desvantagens protegendo as saídas de comércio que lhe restavam; suas exportações para Portugal, Espanha e a Turquia subiram 400 por cento entre 1805 e 1811; daí decorreu a custosa invasão da Península por Napoleão.

As coisas pioravam na Inglaterra à medida que o bloqueio continuava; suas exportações para o norte da Europa declinaram 20 por cento entre 1810-11. Sua balança de comércio desfavorável deu origem a uma alta nos pagamentos em ouro para a Europa e levou o valor internacional da libra esterlina a um ponto tão baixo que Grenville e Grey, líderes da oposição, clamavam pela paz a qualquer preço.[1] Em 1811, um ano antes da guerra de Napoleão com a Rússia, seu Bloqueio Continental havia atingido o máximo efeito na Grã-Bretanha.

Comparado com o efeito sobre a Inglaterra, os dois bloqueios implicavam em substancial vantagem para a França. Suas cidades portos — Le Havre, Nantes, Bordéus, Mar-

selha — estavam em tal decadência que os últimos dois começaram a apelar por uma volta dos Bourbons,[2] mas o comércio interno beneficiava-se da exclusão da competição britânica, o influxo de ouro, a abundância de capital, e os subsídios fornecidos por um governo de homens de negócio que enriqueciam seu tesouro com os ganhos da guerra. Os negócios franceses lucravam ainda mais devido a esses fatores, e devido ao acesso melhorado aos mercados continentais sob o controle de Napoleão. A tecelagem mecânica quadruplicou de 1806 a 1810, acelerando a Revolução Industrial na França. Amplo emprego e estabilidade política dentro das fronteiras expandidas deram à indústria um tal estímulo que, se a França tivesse vencido as guerras napoleônicas, ela poderia ter alcançado a Inglaterra no volume da produção e do comércio mundial.

O bloqueio favorecia a indústria e o comércio domésticos, mas era danoso para o comércio exterior, no "Sistema Continental" de estados sujeito a Napoleão. As cidades hanseáticas — Amsterdam, Hamburgo, Bremen, Lübeck — naturalmente sofriam com o duplo bloqueio; mas a Suíça, o norte da Itália e as comunidades renanas prosperavam com a expansão ilimitada das instituições napoleônicas. Mais para leste, onde a indústria estava menos desenvolvida, o bloqueio, impedindo a venda dos produtos do solo da região para a Inglaterra, era uma carga que gerava um descontentamento crescente. Isto, naturalmente, era especialmente verdadeiro na Rússia.

A fraqueza básica do Bloqueio Continental era que ele tinha um curso contrário à demanda humana de liberdade para explorar qualquer via de lucros. Os portos e cidades costeiras da Europa tinham abundância de homens que estavam dispostos a arriscar suas vidas contrabandeando para o Continente mercadorias britânicas que eram tornadas duplamente atraentes pela proibição. De forma contrária os fabricantes do Continente, que tinham gozado de saídas para o exterior de seus produtos, queixavam-se que tinham que sacrificar os mercados britânicos. Na Holanda o ressentimento das grandes famílias de comerciantes de tal maneira impressionou o rei Luís Bonaparte que ele escreveu ao czar Alexandre uma carta "sobrepujando em azedume contra Napoleão os mais impiedosos panfletos".[3]

Contra a crescente oposição Napoleão usava 200.000 postos de alfândegas, milhares de agentes reconhecíveis ou disfarçados, e um número sem conta de soldados para detetar violações do bloqueio, prender, punir e confiscar. Em 1812 a corte da alfândega de Hamburgo promulgou em 18 dias 127 sentenças, algumas de morte; essas, no entanto, eram raramente, quiçá jamais, levadas adiante. Os bens confiscados eram vendidos para o tesouro francês, alguns eram queimados em fogueiras públicas que deixavam desesperados quase todos os observadores.

Em parte para moderar a hostilidade, aumentar a renda, ou diminuir a escassez, Napoleão, como já se relatou há bastante tempo, começou em 1809 a vender licenças, usualmente por 1.000 francos, para importar mercadorias britânicas julgadas necessárias à indústria ou à moral francesa, ou para exportar para a Inglaterra mercadorias que eram pagas em café, açúcar ou ouro. A Inglaterra já tinha emitido licenças semelhantes, — 44.346 delas entre 1807 e 1812 — para superar os embargos britânicos.[4] Em comparação, Napoleão havia emitido apenas 494 licenças até 25 de novembro de 1811;[5] mas Alexandre fazia notar que, enquanto Napoleão demandava estrita exclusão das mercadorias inglesas da Rússia, fazia vista grossa a sua entrada na França.

Em resumo, o Bloqueio Continental, a despeito de sua generalizada impopularidade,

e das dificuldades e erros de seu cumprimento, parecia, em 1810, estar tendo sucesso. A Inglaterra estava à beira da bancarrota, até mesmo de uma revolução pedindo a paz; os estados aliados com a França estavam resmungando, mas submissos; e a França, a despeito do dreno humano e financeiro da guerra peninsular, estava tão próspera como talvez nunca antes. O francês tinha pouca liberdade, mas tinha francos e sua parte alíquota da França vitoriosa e seu incomparável imperador.

II. A FRANÇA EM DEPRESSÃO: 1811

Então subitamente, como se alguma força do mal estivesse coordenando as catástrofes, toda a economia de múltiplas facetas pareceu cair aos pedaços e afundar num redemoinho de falências bancárias, interrupções de mercados, fechamento de fábricas, desempregos, greves, pobreza, motins, e ameaça de fome — exatamente quando o milagroso imperador estava planejando levantar de novo dinheiro, tropas e moral para uma luta de vida e morte contra uma distante, desconhecida e imensa Rússia.

As causas de uma depressão recente são difíceis de explicar; como iremos nós analisar as causas daquela depressão de 1811 na França, que foi aparentemente mais severa do que qualquer outra crise de que o mais velho entre nós possa se lembrar? Um culto historiador[6] atribuía a duas fontes principais: (1) a incapacidade de indústria têxtil francesa de assegurar-se da matéria-prima e do capital necessários e (2) a falência de uma firma bancária em Lübeck. As tecelagens francesas dependiam da importação de algodão cru para seus teares; a política protecionista do governo francês havia colocado uma alta tarifa em tais importações; o suprimento caiu e o preço subiu; as tecelagens francesas não podiam pagar esse preço por todo o material necessário para manter a totalidade de seus teares ocupados; não podiam pagar os crescentes juros que eram cobrados pelos bancos franceses para empréstimos de capital; os proprietários de teares sentiram-se forçados a dispensar um número cada vez maior de empregados. A falência do banco de Lübeck, em breve seguida por semelhantes bancarrotas em Hamburgo e Amsterdam, afetaram firmas parisienses; falências de bancos na França subiram de 17 em outubro de 1810, a 41 em novembro, e a 61 em janeiro de 1811. A escassez de empréstimos bancários e seu alto custo forçou uma firma comercial após outra a reduzir seus empregados, até mesmo a suspender operações; em breve as ruas das cidades francesas estavam cheias de trabalhadores sem emprego, procurando vender todas as suas posses ou mendingando pão; alguns cometiam suicídio.[7] Bandos de desempregados, no departamento de Nord, invadiram fazendas e tomaram os cereais; nas cidades atacavam mercados e armazéns; nas estradas e nos rios paravam e pilhavam os transportes que levavam alimentos; o caos de 1793 parecia haver retornado.

Napoleão decretou severas punições para os crimes contra a ordem pública, enviou soldados para conter greves violentas, e organizou distribuição gratuita de alimentos. Por um decreto de 28 de agosto mandou 500.000 ''hundredweights'' (2.500 toneladas métricas) de trigo e 30.000 sacos de farinha para centros críticos de desastre. Entrementes interrompeu o Bloqueio Continental para permitir a importação de cereal estrangeiro; subiu as tarifas de produtos estrangeiros competindo com as indústrias francesas; providenciou empréstimos governamentais para permitir que as firmas retomassem o em-

prego e a produção. Em maio de 1812, seguindo precedentes revolucionários, decretou um preço "maximum" para o trigo; isto não deu resultados, pois os agricultores não levavam seus produtos ao mercado até que recebessem o preço que desejavam. A caridade privada ajudou o governo a evitar um levante nacional, o conde Rumford, cientista anglo-americano que então vivia na França, organizou as "soupes de Rumfort", feitas principalmente de feijões e ervilhas, que não somente forneciam proteínas vegetais, mas que abrandavam a reclamação pelo pão.

Esta crise econômica, surgindo no meio das preparações para sua invasão da Rússia, foi um teste para os nervos de Napoleão, e pode ter participado no enfraquecimento de sua confiança e resolução. Mas sua boa fortuna ainda não o desertou. A safra de 1812 prometia e realmente foi abundante; o pão tornou-se mais barato; os desempregados podiam afinal comer. Os bancos reabriram ou foram substituídos por outros; empréstimos eram feitos; o capital, aquele produtor invisível e indispensável, reassumiu seu papel nas fábricas; salários podiam ser pagos para a produção de mercadorias que poderiam levar meio ano para chegar a um consumidor; os mercados estavam de novo supridos. Agora Napoleão podia dedicar-se a uma guerra para reforçar um bloqueio que já tinha sido condenado pelo comportamento das nações e a natureza do homem.

III. PREFÁCIO PARA A GUERRA: 1811-12

Os adversários imperiais preparavam-se para o combate com movimentos diplomáticos, acumulações militares e movimentos em massa de homens. Cada um deles tentava persuadir o outro de que era um devoto da paz. Napoleão escolheu como seu embaixador Armand de Caulaincourt, um homem cuja nobreza era mais do que meramente genealógica. Chegado a São Petersburgo (novembro de 1807), Caulaincourt ficou impressionado com a transformação de Alexandre; do tímido e jovem governante que vira em 1801, o czar havia se tornado um modelo de bela aparência, graciosas maneiras e amável conversação. Alexandre dizia-se um admirador de Napoleão, ainda dedicado aos acordos feitos em Tilsit — se a eles fossem acrescentados alguns pequenos ajustes que o brilhante imperador dos franceses deveria achar razoáveis.

A Polônia os dividia. Napoleão tinha estabelecido o grão-ducado de Varsóvia (1807) sob o protetorado francês; Alexandre contra-atacou acenando aos nobres poloneses com uma oferta para restaurar toda a Polônia de antes da repartição como um reino internamente autônomo, mas reconhecendo o czar da Rússia como seu rei e mestre em suas relações externas. Cartas contendo esta oferta caíram nas mãos de Napoleão e enfureceram-no.[8] Ele chamou de volta a Caulaincourt (fevereiro de 1811), e substituiu-o, como embaixador francês na Rússia, por Jacques Law, o futuro marquês de Lauriston.

Naquele mês Alexandre instou com a Áustria para juntar-se a ele num ataque às forças de Napoleão na Polônia, oferecendo a ela, como um lucro incidental, a metade da Moldávia e toda a Valáquia;[9] a Áustria recusou. Napoleão em Santa Helena lançou alguma luz sobre a sua política polonesa: "Eu jamais declararia guerra à Rússia, simplesmente para servir aos interesses da nobreza da Polônia"; e quanto a libertar os servos, "nunca pude esquecer que quando falei aos servos poloneses acerca da liberdade, eles responderam: 'Certamente nós gostaríamos muito de tê-la; mas quem irá alimentar-nos, vestir-nos e alojar-nos?'"[10] — isto é, eles afundariam sem qualquer esperança em qualquer súbita mudança que fosse feita.

Caulaincourt, cumulado de presentes pelo czar, chegou a Paris em 5 de junho de 1811. Tentou longamente convencer Napoleão das intenções pacíficas de Alexandre, e alertou-o que uma invasão francesa da Rússia seria condenada à derrota pelo clima e pelo espaço. Napoleão concluiu que Caulaincourt, violando o procedimento diplomático correto, havia se apaixonado pelo czar.[11] Abandonando a solução pacífica, e suspeitando das tentativas da Rússia de seduzir a Prússia e a Áustria,[12] Napoleão reuniu tropas na Prússia ou próximo a ela, e amedrontou Frederico Guilherme III de modo a fazê-lo assinar uma aliança com a França (5 de março de 1812); essa aliança obrigava a Prússia a prover 20.000 soldados para a invasão francesa da Rússia, e a alimentar os exércitos franceses quando passassem através da Prússia; o custo dos alimentos deveria ser subtraído das indenizações que ainda eram devidas pela Prússia à França.[13] Em 14 de março a Áustria entrou numa aliança da mesma forma forçada com a França. Em abril Napoleão propôs ao sultão uma aliança pela qual a Turquia expandiria seu conflito com a Rússia numa guerra santa e cooperaria com a França numa marcha simultânea sobre Moscou; em caso de sucesso a Porta (governo imperial turco) reganharia os principados do Danúbio e ficar-lhe-ia assegurado amplo controle da Criméia e do Mar Negro. Lembrando-se que Napoleão havia combatido os turcos no Egito e na Síria, e que havia, em Tilsit, oferecido a Alexandre mão livre contra a Turquia, o sultão rejeitou a proposta, e assinou a paz com a Rússia (28 de maio de 1812). Em 5 de abril Alexandre assinou um pacto de mútua ajuda com a Suécia; em 18 de abril ofereceu paz e aliança com a Grã-Bretanha. Em 29 de maio declarou todos os portos russos abertos aos navios de todas as nações; isto, com efeito, significava retirar-se do Bloqueio Continental e declarar guerra à França.

Ao mesmo tempo que este duelo diplomático, desenvolvia-se uma das mais maciças preparações militares da história. A tarefa de Alexandre era menor e mais simples do que a de Napoleão; tinha apenas um país para mobilizar em força e em sentimento. O sentimento quase absorvia tudo: a Mãe Rússia levantava-se espontaneamente contra as hordas de bárbaros que estavam sendo organizadas contra elas por um selvagem infiel. O fervor patriótico, que havia condenado a paz de Tilsit, foi transformado em um apoio religioso ao czar. Onde quer que ele fosse, homens e mulheres simples reuniam-se em volta dele, beijavam seu cavalo ou suas botas. Assim reforçado, ele aumentou seus exércitos, ordenou-lhes que se preparassem para a guerra e estacionou 200.000 homens ao longo do Dvina e do Dnieper, os grandes rios que dividem a parte russa da Rússia e das províncias lituanas e polonesas adquiridas na repartição desse país.[14]

A mobilização de Napoleão era mais complexa. Ele tinha que encarar a dificuldade inicial de que 300.000 soldados e uma dúzia de generais franceses estavam presos na Espanha, e que talvez ainda maior número viesse a ser necessário para impedir que Wellington marchasse através da península e por sobre os Pirineus, invadindo a França. Ele havia alimentado esperanças de voltar à Espanha e repetir suas vitórias de 1809; agora ele tinha que escolher entre perder a Espanha, Portugal e o bloqueio ou perder a aliança com a Rússia e o bloqueio. "Eu sabia melhor do que ninguém que a Espanha era um câncer que nos corroía e que tinha de ser sarado antes que nós pudéssemos entrar numa tão terrível guerra, na qual a primeira batalha seria travada a 2.500 quilômetros da minha fronteira."[15]

Ele havia começado seus preparativos militares em 1810, reforçando em segredo a guar-

nição francesa de Dantzig, e aumentando, da maneira mais imperceptível que podia, os contingentes franceses que policiavam a Prússia. Em janeiro de 1811 ele chamou ao serviço militar os conscritos do ano, e distribuiu-os ao longo da costa alemã, ao longo do Elba até o Oder, para guardar-se de um ataque de flanco da Rússia pelo mar Na primavera ele determinou aos príncipes da Confederação Renana que preparassem suas cotas comprometidas de soldados para o serviço ativo. Em agosto ele começou um cuidadoso estudo do terreno russo, e fixou-se em junho como o melhor mês para uma invasão.[16] Em dezembro ele preparou uma rede de espiões para trabalhar dentro ou em torno da Rússia.[17]

Em fevereiro de 1812 ambos os lados haviam completado sua mobilização. O recrutamento francês havia revelado um forte declínio na popularidade do exército: dos 300.000 homens convocados, 80.000 não apareceram e milhares destes tinham que ser caçados como pessoas fora da lei.[18] Muitos dos recrutas desertavam, ou transformavam-se em soldados contra a vontade, que seriam perigosamente inconfiáveis numa crise. Em campanhas anteriores, os novos convocados teriam recebido orgulhoso exemplo e encorajamento avuncular dos veteranos da guarda imperial; mas agora a maior parte dos membros daquela irmandade de batalha estava morta, ou na Espanha, ou velhos demais para serem heróis exceto na reminiscência. Nem tinham os recrutas a inspiração de uma nação unida e entusiasta por trás deles. Napoleão apelou a eles e as seus súditos para verem o empreendimento como uma guerra sacra da civilização ocidental contra a crescente onda de barbarismo eslavo;[19] mas os céticos franceses haviam escutado tais histórias antes, e de qualquer forma a Rússia estava distante demais para assustá-los. Ele tentou animar seus generais, mas quase todos eles, fora de sua escuta, eram contra essa nova guerra, como um convite à tragédia. Muitos deles haviam se tornado ricos por sua generosidade e desejavam que ele os deixasse gozar disso em paz.

Alguns de seus ajudantes foram suficientemente bravos para transmitir-lhe frente a frente suas dúvidas. Caulaincourt, embora sempre leal, e servindo-o até 1814 como seu grande-palafreneiro, ou mestre dos cavalos, alertava-o que a guerra com a Rússia seria desastrosa, ousando mesmo dizer-lhe que ele se tinha entregue a todas essas dificuldades "para satisfazer sua maior paixão", a guerra.[20] Fouché, supostamente banido da presença imperial por causa de suas incuráveis intrigas, mas chamado para perto dele, para mantê-lo à vista ou na coleira, disse a Napoleão (se ainda se pode acreditar em Fouché) que era climaticamente impossível derrotar a Rússia, e que ele estava sendo desorientado em seu sonho de domínio universal.[21] Napoleão explicou que seu sonho era apenas fundar os Estados Unidos da Europa, dar ao continente um código legal moderno, uma moeda, um sistema de pesos e medidas, uma corte de apelação — tudo sob um chapéu de três bicos. E este imenso exército, sem precedentes, que ele tanto trabalhara para reunir e equipar, como poderia ele mandar agora para casa e caminhar durante o resto de seus dias com o rabo entre as pernas?

Era verdadeiramente um imenso exército: 680.000 homens, incluindo 100.000 de cavalaria, sem contar com os funcionários políticos, criados e mulheres que o serviam. Do total, menos da metade eram franceses; o resto eram contingentes requisitados da Itália, da Ilíria, da Áustria, da Alemanha e da Polônia. Havia meia centena de generais — Lefebvre, Davout, Oudinot, Ney, Murat, Victor, Augereau, Eugênio de Beauharnais, e o príncipe Józef Antoni Poniatowski, sobrinho do último rei-cavaleiro da Po-

lônia. Todas essas forças estavam reunidas em exércitos separados, em vários pontos no caminho da Rússia, cada general com instruções específicas relativas a quando e onde levar suas tropas.

A tarefa de equipar e aprovisionar uma tal multidão tinha requerido mais gênio, paciência e dinheiro do que para reuni-la. Na verdade, ambos os estágios iniciais e finais do empreendimento foram vitalmente afetados por condições logísticas; a campanha não podia ser iniciada até que o solo houvesse produzido capim suficiente para alimentar os cavalos; sua ruína foi quase completa quando os russos capturaram as provisões que os esfomeados franceses ao retornar esperavam encontrar em Smolensk. Napoleão tentou prever tudo, menos o desastre. Ele providenciou depósitos de materiais de guerra, partes mecânicas para reparos, alimentos, roupas, remédios, em Wesel, Colônia, Bonn, Coblenz, Mainz e outros pontos nas rotas de seus exércitos convergentes; e suprimentos semelhantes deveriam seguir, em centenas de veículos de transportes, os avanços dos invasores na Rússia. Napoleão sabia onde comprar e o que pagar; ele conhecia as tramóias dos contratantes e estava pronto para entregar a um esquadrão de fuzilamento o negociante que sabidamente cobrasse preços exagerados a seus exércitos ou lhes vendesse bens de segunda categoria.

Como pagou ele por todos esses suprimentos, por seu transporte e armazenamento e os homens que os usaram? Ele criou impostos, levantou empréstimos, tomou emprestado do Banco da França e de bancos particulares; retirou milhões de seu tesouro particular; de 380 milhões de francos em ouro armazenados nos porões das Tulherias. Impedia a extravagância onde quer que pudesse; repreendia sua divorciada e amada Josefina por gastar como uma imperatriz e elogiava a imperatriz Maria Luísa por suas economias.[22] Resumindo tudo, diria ele mais tarde, "a campanha da Rússia... foi a melhor, a mais engenhosa, a mais sabiamente conduzida e a mais metódica de todas as campanhas que eu comandei".[23]

Estava ele em condições de comandá-la? Provavelmente melhor do que qualquer um de seus contemporâneos, mas menos capaz do que o empreendimento requeria. Aos 43 anos de idade, ele já estava por demais velho para a vida nos acampamentos e os deveres da batalha. Podemos presumir que ele estava sofrendo das doenças que o prejudicaram em Borodino e Waterloo: dores no estômago, freqüência e dificuldade em urinar e hemorróidas. Embora ainda, em particular, um homem bondoso e justiceiro, um bom marido de Maria Luísa, e um pai amante de seu filho, ele havia se tornado, após oito anos de poder imperial, impaciente, ditatorial, facilmente irritado e dado a sobrestimar seu poder mental e político. Havia muitas exceções: ele suportava as críticas de Caulaincourt com bom humor, e perdoou muitos custosos erros de seus irmãos e generais. Tinha momentos de realismo acerca dele próprio. "No meio de suas meditações", diz-nos seu secretário, "eu muitas vezes ouvi Napoleão caracterizar sua posição com essa expressão: 'o arco está por demais tenso.'"[24] Mas ele havia sido tão raramente derrotado que não podia alcançar tal perspectiva e conhecer autolimitação. "Apesar de tudo", dizia ele a Narbonne, "este longo caminho (para Moscou) é o caminho para a Índia."[25]

Assim em 9 de maio de 1812, deixou St. Cloud, dirigindo-se finalmente a Moscou. Tudo em sua vida tinha sido um jogo, e este era o maior de todos eles.

IV. O CAMINHO PARA MOSCOU: 26 DE JUNHO A 14 DE SETEMBRO, 1812

Maria Luísa persuadira-o a deixar que ela o acompanhasse até Dresden, e a convidar seus parentes a encontrá-los ali, de forma que pudesse estar mais uma vez, embora brevemente, com sua família. Napoleão concordou e julgou prudente convidar também Frederico Guilherme da Prússia e diversos outros membros da realeza e notáveis. De Mainz para leste, sua passagem através da Renânia tornou-se uma procissão triunfante à medida que os governantes locais vinham para receber seu suserano; eles juntavam-se a seu cortejo à medida que ele avançava para a Saxônia. Alguns quilômetros a oeste de Dresden eles foram recebidos pelo rei Frederico Augusto, que os escoltou até sua capital. Chegaram à cidade uma hora antes da meia-noite de 16 de maio. As ruas pelas quais eles passaram estavam cheias de povo levando tochas e gritando-lhes as boas-vindas; ouviam-se salvas de artilharia e os sinos das igrejas tocavam.[26]

Em 18 de maio Metternich chegou com o imperador e a imperatriz da Áustria; a imperatriz era a terceira esposa de Francisco II, Maria Ludovica de Modena; Maria Luísa era filha de sua segunda esposa, Maria Teresa de Nápoles que havia morrido em 1807. Maria Luísa beijou seu pai com visível emoção; sua felicidade estava toldada por sua premonição de que o ano seria prenhe de infortúnios. Logo após, chegaram o rei e o príncipe-herdeiro da Prússia provavelmente sentindo-se desconfortáveis no meio da aparente *entente cordiale* entre os inimigos históricos de seu país; no entanto o czar Alexandre tinha a secreta segurança de que tanto a Prússia quanto a Áustria estavam rezando pela derrota de Napoleão.[27] O rei Frederico Augusto, como hospedeiro, aliviou suas tensões políticas com ópera, drama, caçadas, fogos de artifício, bailes, e recepções, nas quais os governantes da Alemanha prestaram homenagens a Napoleão que, aparentemente modesto, brilhou durante 12 dias no zênite de sua curva.

Em 28 de maio ele partiu para juntar-se a um de seus exércitos em Thorn sobre o Vístula. Havia enviado ordens a seus generais para encontrarem-se com ele nas barrancas do rio Niemen, o qual separava o grão-ducado de Varsóvia da Rússia. Ele próprio para lá seguiu em uma carruagem equipada com um lampião, uma mesa, materiais para escrever, mapas e livros. Cada noite durante a marcha esse equipamento era transferido para uma barraca, onde ele preparava e transmitia a seus secretários as ordens que deveriam ser enviadas a seus generais para as operações da manhã seguinte. Seu antigo secretário Méneval, seu novo secretário, François Fain, e seu criado Véry Constant acompanharam-no em toda a marcha até Moscou e na volta. Ele alcançou o Niemen em 23 de junho, fez um reconhecimento e não viu sinal da presença do inimigo no outro lado. Três pontões foram logo montados e nos dias 24 a 26 de junho cerca de 200.000 homens cruzaram para a cidade de Kovno (hoje Kaunas). Quase que ao mesmo tempo um outro exército francês, de cerca de 200.000 homens, cruzava o mesmo rio muito para baixo em Tilsit (hoje Sovetsk),[28] onde Napoleão e Alexandre, cinco anos antes, haviam jurado amizade até a morte.

Alexandre estava agora em Vilna, a 90 quilômetros a sudeste de Kovno. Diversos exércitos esperavam seu comando: ao norte 150.000 homens sob o comando do príncipe Mikhail Barclay de Tolly, de descendência escocesa; para o sul, 60.000 homens sob o comando do príncipe Pyotr Bagration, um georgiano, e a leste 40.000 sob o comando do general Aleksandr Tormasov. Esses exércitos não poderiam enfrentar os 400.000 sol-

dados de Napoleão; mas, numa retirada ordenada, podiam consumir, destruir, ou carregar com eles todas as provisões usáveis, e deixar muito pouco para a pilhagem dos invasores. Um outro exército russo, de 60.000 homens, liberado pela paz com a Turquia, estava marchando vindo do sul, sob o comando do general Paul Chichagov; mas eles estavam a vários dias de distância.

Em 24 de junho Alexandre foi o hóspede de honra de um *bal champêtre* na propriedade do conde Levin Bennigsen, que havia lutado com Napoleão sem vencedores em Eylau, em 1807. Durante as festividades um mensageiro trouxe ao czar a notícia de que os franceses estavam cruzando o Niemen para dentro da Rússia. Alexandre escondeu a notícia até que a festa tivesse terminado. Voltando a seu quartel-general ele mandou ordens a seus exércitos locais que se unissem, se possível, mas que de qualquer forma se retirassem para o interior do país. Os franceses haviam chegado mais cedo do que eram esperados; as forças russas não podiam unir-se mas retiraram-se em boa ordem.

Em 26 de junho o czar enviou a Napoleão uma oferta para reabrir as negociações, mas somente sob a condição de que os franceses deixassem imediatamente a Rússia. Depositando muito pouca esperança em sua própria proposta, ele deixou Vilna com o exército de Barclay de Tolly em direção a Vitebsk. Ali, devido à persistente sugestão de seus oficiais que ele não estava em condições de determinar a estratégia militar, Alexandre partiu para Moscou e apelou aos cidadãos para sacrificarem dinheiro e sangue no apoio contra sua pátria invadida. Eles responderam com fervor e ele voltou encorajado para São Petersburgo.

Em 27 de junho Napoleão e seu principal exército começaram sua longa caminhada — 900 quilômetros — de Kovno a Moscou. Mesmo aqueles primeiros dias na Rússia foram um sacrifício: os dias eram quentes, as noites frias, uma pesada chuva encharcava tudo. Cada soldado carregava com ele comida para cinco dias, mas para poupar ou aumentar seu suprimento, eles pilhavam os campos e as cabanas da campanha, sem atender à proibição do imperador. O exército atingiu Vilna no dia 28 de junho, e saqueou o quanto pôde antes que Napoleão chegasse. Ele chegou esperando ser recebido como um libertador; alguns poloneses e lituanos assim o receberam; mas outros encaravam-no num silêncio zangado, ressentindo-se dos roubos.[29] Uma deputação pediu-lhe para pleitear a restauração da monarquia polonesa; ele não se comprometeu, temendo indispor-se com os prussianos e os austríacos no governo ou com seu exército; solicitou aos pedintes que adiassem o assunto até sua vitoriosa volta de Moscou.

Tivera a esperança de alcançar e destruir um dos exércitos do czar em Vilna, mas Barclay e seus homens haviam escapado para Vitebsk e as forças de Napoleão estavam por demais cansadas para persegui-los. Duas semanas foram despendidas restaurando sua ordem e seu ânimo. Sucessivos desapontamentos irritavam o temperamento do imperador. Ele havia mandado seu irmão Jerônimo, com um exército bastante grande, perseguir Bagration no sul; Jerônimo não tinha conseguido alcançar sua presa, retornara ao principal exército francês, foi reprovado por Napoleão pelo procedimento dilatório e liderança frouxa, resignou a seu comando e retirou-se para sua corte na Westfália.[30]

Em 16 de julho Napoleão conduziu seu exército reaprovisionado para fora de Vilna numa marcha de 400 quilômetros para nordeste até Vitebsk. Ele havia planejado encontrar-se ali com Barclay de Tolly, mas aquele esperto escocês já se tinha adiantado a caminho para Smolensk. Napoleão não pôde persegui-lo mais longe, pois havia or-

denado que os reforços e suprimentos alcançassem-no em Vitebsk, e estes estavam atrasados. Alguns de seus generais aconselharam-no a acampar ali para o inverno em vez de tentar chegar a Moscou e voltar antes que as neves chegassem. Napoleão respondeu que Vitebsk não tinha uma situação que permitisse fortificação e defesa convenientes; que a região era muito pouco cultivada para alimentar seu exército; que qualquer demora antes de chegar a Moscou, ou a uma batalha decisiva, daria à Rússia tempo para formar e equipar mais exércitos para hostilizar os franceses em sua marcha ou bloqueá-los em Vitebsk; nada a não ser a captura da cidade sagrada russa e sua antiga capital obrigaria Alexandre a ceder.

Depois de 15 dias em Vitebsk ele conduziu seu exército para fora da cidade, em 13 de agosto, na esperança de apanhar Barclay em Smolensk. Este era o populoso centro de uma fértil região, favorecida por sua situação sobre o Dnieper para o comércio e a indústria, e tão bem fortificada que Barclay e Bagration, tendo reunido ali suas forças, haviam decidido manter sua posição e pelo menos fazer parar o avanço de Napoleão.

Os franceses chegaram em 16 de agosto, exaustos por suas longas marchas e reduzidos pela morte ou deserção a 160.000 homens.[31] Apesar de tudo seu ataque foi violento e eficiente; na noite de 17 de agosto, quer tenha sido pelo desespero dos russos ou pela artilharia dos franceses, a cidade estava incendiada, para grande delícia estética e marcial de Napoleão. "Não pensais que esta é uma bela vista?" perguntou ele a seu mestre-palafreneiro. "Horrível, *Sire*", respondeu Caulaincourt. Napoleão retrucou: "Ora! Lembra-te do que disse um imperador romano: 'O cadáver de um inimigo sempre cheira bem.'"[32] Em 18 de agosto o imperador enviou a Maret, ministro de relações exteriores, um relatório para levantar o moral de Paris: "Nós capturamos Smolensk sem perda de um homem."[33] Uma estimativa posterior, por um historiador inglês, registra que os franceses perderam de oito a nove mil homens, os russos seis mil.[34] As perdas francesas eram irrecuperáveis; os exércitos russos retiravam-se para cidades amigas e uma reserva de homens recrutáveis.

Em 20 de julho o czar Alexandre, levado pelos pontos de vista divididos e táticas diversas dos generais russos, decidiu que suas forças armadas necessitavam de um comando unido. Apontou para aquela posição Mikhail Ilarionovich Kutuzov (1745-1813), que tinha ganho a reputação de um general autoritário e bem-sucedido durante muitas campanhas. Ele tinha 67 anos de idade, era preguiçoso e sedentário, tão gordo que tinha de ser carregado no acampamento ou no campo de batalha em uma carruagem; havia perdido um olho em batalha e o outro era doente; era ligeiramente libidinoso e louco por mulheres; mas havia aprendido a arte da guerra em 50 anos de ação; e toda a Rússia havia solicitado sua designação. Ele desapontou a quase todos, incluindo a Napoleão, evitando a batalha, e ordenando o prosseguimento da retirada.

Napoleão teve a tentação de abandonar a caça, fazer de Smolensk uma fortaleza no centro da Rússia, ali passar o inverno, e manter uma linha armada de comunicações com a Europa ocidental. Porém agora se encontrava numa situação completamente inesperada: seu exército estava tão desordenado pelas facções raciais e a queda da disciplina, que ele se sentia mais seguro marchando, onde o medo de um ataque compelia à coesão. "Este exército", disse ao general Sébastiani, "agora não pode parar;... somente o movimento o mantém unido. Pode-se andar para a frente à sua testa, mas não fazê-lo parar ou recuar."[35] Assim, um pouco após a meia-noite do dia 25 de agosto, apenas uma se-

mana após sua captura, ele e suas tropas deixaram Smolensk na estrada quente e poeirenta para Viazma, Gzhatsk... e Moscou — a três semanas de distância. Murat e sua cavalaria marchavam à sua frente, levantando o moral pela alegre audácia com que ele e seus cavaleiros revidavam qualquer ataque da retaguarda dos russos, em retirada. Napoleão mais tarde descreveu-o:

> Ele era bravo apenas na presença do inimigo; nessas condições o mais bravo homem do mundo. Sua impetuosa coragem levava-o para o meio do perigo. Ali ele se colocava, adornado de ouro e penas que subiam acima de sua cabeça como a torre de uma igreja. Continuamente escapava, como se por milagre, pois era facilmente reconhecido por seu modo de vestir. Era um alvo regular para o inimigo, e os cossacos costumavam admirá-lo devido a sua assombrosa bravura.[36]

Em 5 de setembro, quando se aproximavam da cidade de Borodino (ainda a 120 quilômetros de Moscou), a vanguarda francesa, atingindo o topo de um morro, viu na planície adiante deles um quadro que os alegrou e os entristeceu: centenas de russos completando redutos, dentro dos quais a artilharia podia ser escondida, e mais além, nos campos, próximo à confluência dos rios Kalacha e Moskva, milhares de soldados; aparentemente Kutuzov decidira resistir.

Durante todo o dia 6 de setembro as hostes rivais preparam-se para a batalha. Naquela fria e úmida noite quase ninguém dormiu. Às duas horas da manhã Napoleão enviou a seu exército uma proclamação, para ser lida e traduzida às várias divisões: "Soldados! Contemplai a batalha que há tanto tempo desejáveis. Agora a vitória depende de vós. É indispensável, ela nos dará abundância, bons quartéis no inverno, e um pronto retorno a nossa pátria."[37] Naquela noite, por ordem de Kutuzov, os padres que acompanhavam seu exército levaram pelo acampamento um ícone da "Virgem Negra" que fora salva do incêndio de Smolensk; os soldados ajoelhavam-se, faziam o sinal-da-cruz, e respondiam com fervor à repetida oração dos padres "*Gospodi pomilui* — O Senhor tenha piedade", e Kutuzov ajoelhou-se para beijar o ícone.[38]

Mais ou menos na mesma ocasião um correio trazia a Napoleão uma carta de Maria Luísa, com um recente retrato de seu filho de um ano de idade. Ao mesmo tempo traziam-lhe a notícia de que seu exército tinha sofrido uma crítica derrota por Wellington em Salamanca. Ele passou a maior parte da noite dando instruções a seus oficiais para as táticas do dia seguinte. Deve ter sido difícil para ele dormir, pois sua habitual disúria o incomodava; sua urina estava alarmantemente descolorida, suas pernas inchadas com edema, seu pulso fraco e freqüentemente falhando.[39] A despeito desses desconfortos, ele cansou três cavalos no primeiro dia da batalha, cavalgando de um lado de seu exército para o outro.[40]

Napoleão tinha 130.000 homens cansados sob seu comando, Kutuzov 112.000; os franceses tinham 587 canhões, os russos 640. Durante todo o dia 7 de setembro esses milhares de homens, furiosos, odientos, matando, morrendo, lutaram com seus oponentes com heroísmo e tenacidade igual de ambas as partes, como se sentissem que o destino da Europa dependia deles. Bagration perdeu sua vida no comando de uma carga russa; Caulaincourt, nesta guerra que ele procurara impedir, perdeu um amado irmão; Eugênio, Davout e Murat encararam a morte centenas de vezes: Ney, naquele

campo de batalha, recebeu de Napoleão o importante título de príncipe do Moskva. A vitória passou com aparente indiferença de um lado para o outro durante todo o dia. Quando caiu a noite os russos vagarosamente cederam o terreno; os franceses permaneceram donos do campo, mas Napoleão reconhecia que a vitória estava longe e incerta. Kutuzov mandou a Alexandre um orgulhoso relatório que permitiu que as catedrais de São Petersburgo e Moscou entoassem um Te Deum a seu Deus. Os franceses haviam perdido 30.000 homens entre mortos e feridos, os russos 50.000.[41]

A princípio, no dia 8 de setembro, Kutuzov pensou em recomeçar a batalha, mas à medida que os números de suas perdas chegavam a ele, sentiu que não podia submeter os sobreviventes a um outro dia de um tal morticínio. Retomou sua política de retirada, e daí em diante manteve-a até o fim. No dia 13 de setembro ordenou a evacuação de Moscou, e no dia 14 partiu sombriamente em direção a novas incertezas.

Naquele dia Napoleão e seus 95.000 sobreviventes [42] alcançaram as portas de Moscou, após uma marcha de 83 dias a partir de Kovno. Uma mensagem do general Miloradovich, comandante da guarnição de Moscou, pedia um cessar-fogo enquanto levava seus homens para fora da cidade; foi-lhe concedido. Napoleão esperava que os notáveis da cidade se apresentassem a ele e pedissem sua proteção; nenhum veio. Quando entrou na cidade observou que nenhum de seus habitantes ali permanecia exceto "alguns milhares de pessoas pertencentes às classes inferiores".[43] Algumas prostitutas haviam permanecido, esperando receber dinheiro, e em breve concordando em receber alimento e abrigo. Napoleão trouxera com ele um carregamento de notas bancárias russas falsificadas; os russos recusaram-se a recebê-las; as notas tiveram que ser queimadas.[44] Os vitoriosos vasculharam a cidade, pilharam os palácios, saquearam as propriedades dos arredores; encheram-se de vinho e dos produtos dos saques; estes últimos estavam destinados a ser abandonados um após outro, na retirada.

Em 15 de setembro Napoleão instalou-se no Kremlin e esperou que Alexandre apelasse pela paz. Naquela noite Moscou começou a queimar.

V. O INCÊNDIO DE MOSCOU: 15 A 19 DE SETEMBRO DE 1812

Napoleão maravilhava-se com a beleza da cidade desertada. "Sob qualquer ponto de vista", disse ele a Las Cases, "ela pode ser comparada a qualquer das capitais da Europa; de fato ela sobrepuja a maior parte delas."[45] Era a maior cidade da Rússia, sua Cidada Santa, ou capital espiritual, com 340 igrejas colorindo o céu com suas cúpulas arredondadas. A maior parte dessas igrejas sobreviveu ao incêndio, por serem construídas de pedra; as residências eram quase todas de madeira — 11.000 delas foram destruídas, incluindo 6.000 construídas de materiais "a prova de fogo".

Alguns incêndios foram vistos pelos franceses que entravam e que correram para extingui-los, mas novos incêndios surgiam e espalhavam-se tão rapidamente que transformaram a noite do dia 15 de setembro em dia, acordaram com sua luz os criados que zelavam pelo sono de Napoleão e estes o chamaram; ele ordenou que os bombeiros do exército entrassem em ação e logo voltou para o leito. Na manhã do dia 16 Murat e Eugênio, temendo que uma fagulha pudesse inflamar os paióis de pólvora que o exército havia depositado no Kremlin, pediram a Napoleão para deixar a cidade. Depois de muita

resistência ele cavalgou na companhia deles para um palácio suburbano, seguido por carros que levavam os registros e material bélico. O fogo aplacou-se no dia 18 de setembro, após destruir dois terços de Moscou e Napoleão voltou para o Kremlin.

Quem fora responsável? As autoridades da cidade, antes de partir, haviam libertado os prisioneiros,[46] e esses podem ter iniciado os primeiros incêndios no curso de sua pilhagem. Alguns soldados franceses podem ter sido da mesma forma pouco cuidadosos em seu saque.[47] Muitos relatórios foram trazidos a Napoleão no dia 16 de setembro informando que indivíduos portando tochas estavam espalhados por toda Moscou, deliberadamente iniciando incêndios; ele ordenou que os incendiários capturados fossem fuzilados ou enforcados; suas ordens foram cumpridas. Um incendiário, um policial militar russo, apanhado pondo fogo num torreão do Kremlin, alegou que estava agindo sob ordens. Foi entrevistado por Napoleão, levado para o pátio e morto.[48] Vários russos aprisionados alegaram que o governador da cidade, conde Rostopchin, ao partir, havia-lhes dado ordens para que a cidade fosse queimada.[49]

No dia 20 de setembro Napoleão escreveu a Alexandre:

> A orgulhosa e bela cidade de Moscou não mais existe. Rostopchin fê-la queimar Quatrocentos incendiários foram aprisionados no ato; todos eles declararam que puseram fogo ao lugar por ordem do Governador, o Diretor de Polícia. Foram fuzilados. Três em cada quatro casas foram inteiramente queimadas... Um tal ato é tão inútil quanto atroz. Era sua intenção privar-nos de provisões? Estas estavam em porões que o fogo não pôde atingir. Além disso que mesquinho objetivo para destruir o trabalho de séculos e uma das mais belas cidades do mundo! Não posso acreditar que vós, com vossos princípios, vossos sentimentos e vossas idéias do que é correto, tenhais autorizado excessos tão indignos de um soberano justo e de uma grande nação.
>
> Eu fiz a guerra a Vossa Majestade sem nenhum sentimento hostil. Uma única carta vossa, antes ou após a última batalha, teria parado qualquer avanço e eu teria de bom grado cedido a vantagem de ocupar Moscou. Se Vossa Majestade ainda retém algo de vossos antigos sentimentos por mim, dareis a devida consideração a esta carta. De qualquer forma não podeis deixar de concordar que eu estava certo ao relatar-vos o que está acontecendo em Moscou.[50]

Alexandre não respondeu a esta carta, mas respondeu ao oficial russo que tinha sido encarregado de anunciar-lhe o incêndio de Moscou. O czar perguntou se o acontecimento havia ferido o moral do exército de Kutuzov. O oficial respondeu que o único medo do exército era de que o czar fizesse a paz com Napoleão. Alexandre, segundo consta, replicou: "Dizei a meus bravos homens que quando eu estiver reduzido a um único soldado eu me colocarei à testa de minha nobreza e de meus camponeses. E se for o destino que minha dinastia deva deixar de reinar, eu deixarei minha barba crescer até o peito e irei comer batatas na Sibéria de preferência a assinar a vergonha do meu país e de meus bons súditos."[51]

O povo da Rússia aplaudiu sua resolução, pois a captura e o incêndio de Moscou chocou-o até o mais profundo de sua fé religiosa. Os russos reverenciavam Moscou como a cidadela do seu credo; consideravam Napoleão como um ateu inescrupuloso, e acreditavam que seus selvagens estrangeiros haviam queimado a cidade sagrada. Achavam que Alexandre era culpado por haver aceito a amizade de um tal homem. Em certas horas eles temiam que esse demônio vivo tomasse também São Petersburgo e assassinasse milhões deles. Alguns membros da nobreza, pensando que a qualquer momento

Napoleão podia convocar seus escravos para libertá-los, eram favoráveis a um compromisso para que ele saísse da Rússia; mas a maioria da *entourage* de Alexandre aconselhava-o à resistência. O grupo estrangeiro em volta dele — Stein, Arndt, Mme. de Staël, e uma dúzia de *émigrés* — diariamente apelava para ele; e à medida que a luta continuava, ele via-se como o líder não só de seu país como de toda a Europa, da cristandade, da civilização. Recusou-se a responder a qualquer uma das três mensagens que lhe foram mandadas de Moscou por Napoleão oferecendo a paz. À medida que a aristocracia russa via semana após semana passar sem nenhuma ação ulterior de Napoleão, ela começou a entender a sabedoria da mortal inação de Kutuzov, e ajustou-se para uma longa guerra. De novo os palácios da capital brilhavam com condessas em roupas cheias de jóias, e oficiais em orgulhosos uniformes, movendo-se confiantemente em majestosas danças, ao som de uma música que nunca havia sentido a Revolução.

Depois que o fogo foi extinto, Napoleão ordenou a seus homens que cuidassem dos feridos, ou dos sobreviventes sem recursos, qualquer que fosse sua origem étnica,[52] e tomou todas as providências para a estocagem e consumo ordenado dos alimentos deixados pelos cidadãos que haviam partido. Respondia às mensagens ou às perguntas que lhe eram trazidas por correios dos países que lhe estavam sujeitos; mais tarde orgulhava-se de dizer que durante sua estada em Moscou nenhum de seus correios — e eles eram na média um por dia — havia sido interceptado pelo inimigo em sua rota.[53] Reorganizou e reequipou seu exército e tentou mantê-lo em forma por freqüentes exercícios; mas a animação havia desaparecido de tais paradas. Ele fez com que artistas e músicos franceses que tinham sido domiciliados em Moscou dessem concertos e representações,[54] e encontrou tempo para preparar uma ordem detalhada para a reorganização e operação da Comédie-Française em Paris.

Passou-se um mês e não veio nenhuma palavra de Alexandre. "Eu bato sempre os russos", queixava-se Napoleão, "mas isto não me leva a lugar nenhum."[55] Setembro acabou e o frio veio com outubro; em breve o inverno russo chegaria. Finalmente, tendo perdido a esperança de qualquer resposta do czar, ou de qualquer desafio de Kutuzov, e compreendendo que a cada dia sua situação tornava-se pior, rendeu-se a uma amarga decisão: voltar com as mãos vazias, ou com alguns troféus consoladores, para Smolensk, Vilna, Varsóvia... Paris. Que vitória poderia jamais apagar a vergonha dessa derrota?

VI. O CAMINHO DE VOLTA: 19 DE OUTUBRO A 28 DE NOVEMBRO DE 1812

Uma esperança lhe restava: Kutuzov havia acumulado provisões em Kaluga, a 145 quilômetros a sudoeste de Moscou. Napoleão pensou em marchar para ali e forçar o astuto general a bater-se por aqueles depósitos; se os franceses tivessem uma vitória decisiva, os nobres russos poderiam compelir Alexandre a apelar pela paz. Além disso, Kaluga estava num outro caminho para Smolensk do que aquele pelo qual os invasores tinham vindo; poupava-lhes a dor de passar por Borodino, onde tantos de seus camaradas haviam morrido. A ordem foi dada: preparar-se para evacuar.

Assim, no dia 19 de outubro, o exército de Napoleão — 50.000 soldados, 50.000 não-combatentes — começou a escoar-se de Moscou. Carros de bagagens continham provisões para 20 dias; dentro deste tempo eles podiam chegar a Smolensk, onde suprimentos frescos haviam sido encomendados para eles.[56] Outras carruagens transportavam os

doentes ou feridos, alguns pesados troféus, e o suprimento de ouro de Napoleão que cada vez mais diminuía.

Em Maloyaroslavets, 40 quilômetros ao norte de Kaluga, os franceses entraram em contacto com o exército de Kutuzov. Seguiu-se uma violenta ação (24 de outubro) que forçou os russos a recuarem para trás de suas defesas em Kaluga. Napoleão decidiu que seu exército não estava equipado para um longo sítio. Relutantemente determinou a seus homens que tomassem a estrada por Borovsk e Mozhaisk até Borodino; daí em diante ele retomaria o caminho que haviam seguido no verão de suas esperanças. Agora, no entanto, aquele demônio de Kutuzov trouxe seu exército para marchar numa estrada paralela a deles, mantendo-se esquivamente fora da vista, mas mandando, de quando em vez, destacamentos de cavalaria de selvagens cossacos para atormentar os flancos dos franceses; e os camponeses atiravam com satisfação naqueles que se afastavam para longe demais da linha e marcha, cujo comprimento atingia a 100 quilômetros.[57]

Napoleão estava bem protegido, mas apenas de perigo imediato. Correios traziam-lhe, em marcha, novas da ativa dissensão que ameaçava seu governo em Paris e das rebeliões que surgiam nos países a ele sujeitos. Em 26 de outubro, uma semana após sair de Moscou, ele perguntou a Caulaincourt se ele, Napoleão, não devia partir imediatamente para Paris, a fim de encarar e controlar o descontentamento levantado por sua derrota, e formar um novo exército para defender as forças francesas deixadas na Prússia e na Áustria. Caulaincourt aconselhou-o a partir.[58] Em 6 de novembro chegou a notícia que Claude-François de Malet, um general do exército francês, havia derrubado o governo de França em 22 de outubro, e conseguido o apoio de preeminentes indivíduos, porém que havia sido deposto e fuzilado a 29 de outubro. Napoleão resolveu-se a ir.

À medida que a retirada progredia o tempo piorava. No dia 29 de outubro caiu neve; em breve ela iria formar uma coberta permanente, que era bela mas cegava, e que se transformava com o frio da noite em gelo, no qual muitos cavalos de tiro escorregavam e caíam. Alguns estavam por demais exaustos para de novo levantar-se e tinham que ser abandonados; mais adiante nessa marcha tais vítimas eram comidas pelas tropas esfomeadas. A maior parte dos oficiais mantinha suas montadas vivas por meio de cuidados e de cobertas. O imperador viajava a maior parte do tempo em sua carruagem com o marechal Berthier, mas duas ou três vezes por dia, ou até mais amiúde, de acordo com Méneval, ele caminhava com o resto da tropa.[59]

Em 13 de novembro o exército, ora reduzido a um total de 50.000 homens, começou a entrar em Smolensk. Os soldados ficaram furiosos ao verificarem que a maior parte da comida e da roupa que Napoleão havia ordenado tinha-se perdido devido a assaltos dos cossacos e desvios no próprio local; assim uma tropa de mil bois marcados para consumo pelo exército tinha sido vendida a negociantes que os haviam vendido a qualquer comprador.[60] Os soldados lutaram pelos suprimentos remanescentes e tomaram à força o que quer que eles pudessem lançar as mãos nos mercados.

Napoleão havia nutrido a esperança de dar a seus homens um longo repouso em Smolensk, mas chegou-lhe a notícia de que Kutuzov aproximava-se com 80.000 russos que não estavam mais dispostos a recuar. Contra esses Napoleão só podia contar com cerca de 25.000 de seus homens em condições de lutar,[61] No dia 14 de novembro ele conduziu parte de suas forças para fora da cidade, no caminho para Krasnoe, por uma rota para Vilna diferente daquela que eles haviam tomado no verão. Davout deveria segui-lo

no dia 15, Ney no dia 16. A estrada era montanhosa e coberta de gelo; os cavalos, que não estavam ferrados propriamente para o inverno russo, escorregavam nas subidas dos morros; após diversas tentativas centenas deles resistiam a todos os esforços para levantá-los e aceitavam a morte como uma das mercês da vida; e muitos dos homens tomavam a mesma decisão. "Ao longo de todo o caminho", recordava-se um veterano, "nós éramos forçados a passar por sobre os mortos ou os agonizantes."[62] Na descida desses morros congelados ninguém ousava vir a cavalo ou mesmo caminhar; todos, inclusive o imperador, desciam-nos sentados, como alguns deles haviam feito no cruzamento dos Alpes para Marengo doze anos atrás. Estes foram dias que contaram como anos no envelhecimento do chefe e dos homens. Foi aparentemente nesta ocasião que Napoleão persuadiu o dr. Yvan a dar-lhe um frasco de veneno para levar com ele no caso de ser capturado ou se por outra razão desejasse terminar com sua vida.

Alcançaram Krasnoe a 15 de novembro mas não puderam repousar; Kutuzov aproximava-se com uma força muito maior. Napoleão determinou a seus homens que marchassem para Orsha. Eugênio ia à frente, lutando com bandos irregulares; seguiam-se o imperador e Davout. Alcançaram Orsha após mais seis dias de marcha sobre o gelo; e ali eles esperaram ansiosamente que Ney trouxesse a terça parte das forças francesas.

Ney era a estrela brilhante do exército nessa época, como tinha sido em Borodino. Como comandante da retaguarda ele tinha conduzido seus sete mil homens em uma dúzia de batalhas a fim de proteger a retirada contra os ataques pelas tropas de Kutuzov. Ele e sua divisão entraram em Smolensk tarde, no dia 15 de novembro e ficaram chocados ao descobrir quão pouco alimento havia sido deixado ali pelas divisões que partiram sob o comando de Napoleão e Davout. Conseguiram sobreviver e apressaram-se a chegar em Krasnoe. Ali eles encontraram não Napoleão, como prometido, mas Kutuzov, bloqueando sua passagem com terríveis barragens de artilharia. Sob a coberta da noite (de 18 para 19 de novembro) Ney guiou suas tropas ao longo de um riacho gelado até o rio Dnieper, cruzou-o com alguma perda de homens e cavalos, e abriu caminho através dos cossacos e por sobre pantanais congelados para chegar a Orsha no dia 20 de novembro. Ali Napoleão e as divisões que os aguardavam deram as boas-vindas aos famintos heróis com elogios e alimento. Napoleão abraçou Ney, chamou-o "o mais bravo dos bravos", e mais tarde disse: "Eu tenho 400 milhões em ouro nos subterrâneos das Tulherias: de bom grado daria todo ele para ver de novo o marechal Ney."[63]

A fim de distanciar-se das massas mais vagarosas de Kutuzov, os franceses apressaram-se durante quatro dias de marcha para chegar a seu próximo obstáculo, o rio Berezina. Quando eles o alcançaram (25 de novembro), descobriram que o general Chichagov tinha vindo do sul com 24.000 homens e que uma outra força russa, de 34.000 homens, sob o marechal Ludwig Wittgenstein, apressava-se do norte para apanhar os franceses entre dois fogos, justo quando eles estavam em tal desordem que seus líderes desesperavam-se de salvá-los da destruição.

Nem todas as notícias eram ruins. Napoleão em breve soube que duas forças amigas vinham em sua ajuda. Uma divisão de poloneses sob o general Jan Henryk Dombrowski, embora com uma desvantagem de efetivo de três para um, havia enfrentado Chichagov e retardado o avanço russo; e em 23 de novembro uma força francesa de 23.000 homens sob o marechal Oudinot tinha surpreendido Chichagov, capturado um de seus batalhões e posto em fuga o restante, através de uma ponte em Borisov, para a margem di-

reita ou ocidental do Berezina, que aí corre para sudoeste. Os russos, no entanto, haviam destruído a ponte, a única que atravessava o rio naquela localidade.

Notícias dessas operações chegaram a Napoleão quando suas cansadas hostes — agora de 25.000 soldados e 24.000 não-combatentes, aproximavam-se do rio que, segundo eles esperavam, iria deter a continuação da perseguição de Kutuzov. Ele também havia perdido homens, por deserção, doença, ou morte; apenas 27.000 remanesciam dos 97.000 que haviam partido com ele de Kaluga; e agora eles estavam a 64 quilômetros atrás da retaguarda de Napoleão. Ainda havia tempo de cruzar o rio se ele pudesse ser cruzado.

Recuperando a esperança, Napoleão enviou um destacamento sob o marechal Victor para dirigir-se ao norte e deter Wittgenstein; e um outro sob Ney para juntar-se com Oudinot e impedir que Chichagov cruzasse o rio. Desde que havia cruzado o Niemen, Napoleão havia mantido como parte de seu estado-maior, os engenheiros que ali haviam construído as pontes, em junho; agora ele pediu-lhes que encontrassem um lugar no Berezina onde pudessem montar dois pontões. Eles encontraram um tal lugar em Studenki, a 14 quilômetros ao norte de Borisov. Junto com seus assistentes trabalharam durante dois dias nas águas geladas. Blocos de gelo flutuante batiam repetidamente neles e diversos deles se afogaram; mas a uma hora da tarde do dia 26 uma ponte estava pronta e o exército começou a cruzá-la; às quatro horas por outra ponte atravessava a artilharia e outras cargas pesadas. Napoleão e seus generais esperaram até que a maior parte dos soldados houvesse alcançado a margem ocidental; então eles cruzaram, deixando uma força sob o comando de Victor para proteger cerca de 8.000 não-combatentes que ainda tinham que cruzar. Antes que esta operação final pudesse ser levada a cabo, os russos juntaram-se num ataque ao longo de ambos os lados do rio; foram repelidos por Victor, Oudinot e Ney. Napoleão organizou o cruzamento e a resistência tão bem quanto pôde na confusão de milhares de homens lutando para sobreviver. Duas vezes uma ponte quebrou; centenas se afogaram; enquanto isto acontecia, a artilharia de Wittgenstein chovia balas de canhões sobre os últimos milhares que se amontoavam para cruzar a ponte. No dia 29 de novembro, para demorar a perseguição de seus homens pelas forças de Wittgenstein e Kutuzov, que estava chegando, Napoleão ordenou a seus sapadores que destruíssem ambas as pontes, deixando centenas de não-combatentes ainda implorando por uma chance de cruzá-la. Tudo levado em conta, a fuga através do Berezina foi o mais heróico episódio de seis meses de custosas fantasias e cálculos errados por um dos maiores generais da história.

A tragédia continuou à medida que os sobreviventes retomavam sua marcha para o oeste. A temperatura de novo caiu abaixo de zero graus, mas isto tinha uma vantagem — permitia que se passasse por sobre os pantanais congelados, encurtando a distância até Vilna. Tendo desaparecido o medo dos cossacos e dos camponeses hostis, multiplicavam-se os desertores e a disciplina desaparecia.

Napoleão viu que ele agora era de pouco uso para o que restava. Escutou com agrado o conselho de Murat para voltar a Paris, sem o que a França de novo sucumbiria à revolução. Na próxima parada principal, Molodechno, ele recebeu mais detalhes da história de Malet. Este usurpador tinha sido eliminado, mas a facilidade com que ele se havia imposto sobre os funcionários indicava um governo frouxo, perdendo fé em um Napo-

leão por tanto tempo ausente, aparentemente derrotado, quiçá morto. Jacobinos e realistas, Fouché e Talleyrand, estavam tramando para depô-lo.

Para reafirmar-se e tranqüilizar o povo francês, ele despachou de Smorgonie, em 5 de dezembro, o Boletim número 29, que diferia dos que o precediam por quase dizer a verdade. Os franceses, dizia ele, venceram todas as batalhas, tomaram todas as cidades ao longo de sua marcha, dominaram Moscou; no entanto, o impiedoso inverno russo arruinou este grande empreendimento, e infligiu dor e morte aos civilizados franceses acostumados a um clima civilizado. O boletim admitia a perda de 50.000 homens, mas orgulhosamente contava a história da fuga de Ney de Kutuzov e apresentava o cruzamento do Berezina de uma forma heróica mais do que sob seu aspecto trágico. A mensagem concluía, como se numa ameaça para seus inimigos: "A saúde de Sua Majestade nunca esteve melhor."

No entanto, ele estava profundamente preocupado. Disse a Caulaincourt: "Só das Tulherias eu posso manter meu domínio sobre a Europa."[64] Murat, Eugênio e Davout concordavam com ele. Napoleão transferiu sua autoridade sobre o exército em marcha ao rei Murat, e disse-lhe para esperar provisões e reforços em Vilna. Tarde da noite de 5 de dezembro ele deixou Smorgonie em direção a Paris.

A caravana, reduzida a 35.000 soldados, partiu no dia seguinte para Vilna, a 74 quilômetros de distância. Agora a temperatura havia caído a 34 graus abaixo de zero e o vento, segundo contou um sobrevivente, cortava a carne e os ossos.[65] Chegados a Vilna (8 de dezembro), os soldados famintos atiraram-se, numa primitiva desordem, sobre os suprimentos que os aguardava e muita comida perdeu-se na confusão. A seguir retomaram sua marcha e a 13 de dezembro, em Kovno, cruzaram com um efetivo de 30.000 homens, o mesmo Niemen que havia visto 400.000 homens, ali e em Tilsit, cruzá-lo em junho. Em Posen, Murat, por sua vez preocupado com seu trono, resignou ao comando entregando-o a Eugênio (16 de janeiro de 1813), e apressou-se a cruzar a Europa em direção a Nápoles. Eugênio, então com 30 anos de idade, jovem mas experiente, encarregou-se do restante do exército e levou-o pacientemente, dia após dia, até as margens do Elba onde aguardou as ordens de seu pai adotivo.

Napoleão partiu de Smorgonie na primeira de três carruagens, cada uma delas montada num trenó e puxada por dois cavalos. Um dos veículos levava amigos e ajudantes do imperador, outro levava uma escolta de lanceiros poloneses. Napoleão viajava com Caulaincourt que havia arranjado as mudas de cavalos e com o general Wonsovicz, que agia como intérprete. A ele Napoleão entregou duas pistolas dizendo: "Em caso de verdadeiro perigo, mate-me antes que eu seja aprisionado."[66] Temendo a captura ou o assassinato, ele se disfarçou trocando de roupa com Caulaincourt. "Na passagem através da Polônia", recorda Caulaincourt, "era sempre eu o viajante mais importante, e o imperador era simplesmente meu secretário."[67]

A viagem para Paris foi contínua, noite e dia. A parada mais longa foi em Varsóvia, onde Napoleão surpreendeu o representante francês, o *abbé* de Pradt, com uma observação que é hoje proverbial: "Do sublime ao ridículo só há um passo."[68] Ele desejava fazer uma outra visita — à condessa Walewska; mas Caulaincourt dissuadiu-o[69], talvez lembrando a ele que seu sogro também era um imperador. Na viagem de Varsóvia para Dresden, diz Caulaincourt, Napoleão "elogiava constantemente a imperatriz Maria

Luísa, falando-lhe acerca de sua vida doméstica com um sentimento e uma simplicidade que fazia bem escutar''.

Em Dresden Napoleão e Caulaincourt abandonaram seu trenó e sua escolta polonesa, e transferiram-se para a carruagem fechada do embaixador francês. Chegaram a Paris tarde, no dia 18 de dezembro, após 13 dias de viagem quase contínua. Napoleão foi direto para as Tulherias, deu-se a conhecer aos guardas do palácio, e enviou uma mensagem para anunciar-se a sua esposa; pouco antes da meia-noite ele "correu para o quarto de dormir da imperatriz e estreitou-a em seus braços".[70] Despachou um mensageiro para Josefina, assegurando-lhe que seu filho estava em segurança, e seu coração aqueceu-se com a vista do infante de cabelos encaracolados que ele havia intitulado rei de Roma.

CAPÍTULO XXXVI

A Elba

1813-14

I. A BERLIM

TODA a Europa parecia retornar às suas divisões do século XVIII à medida que Napoleão corria por sobre suas neves e através de suas cidades para fortificar seu abalado trono; cada velha fronteira tornou-se uma fenda no edifício sem base do poder estrangeiro. Os milaneses, lamentando os filhos que haviam sido chamados para servir a Napoleão na Rússia e não haviam retornado, preparavam-se para destronar o amável Eugênio, vice-rei ausente de um rei ausente; os romanos, amantes do paciente papa, que ainda estava mofando no cativeiro de Fontainebleau, rezavam pelo seu retorno à Sé Apostólica; os príncipes napolitanos e o populacho aguardavam o momento em que o ambicioso Murat, escorregando de seu ego, iria cair frente a um Bourbon ungido e legítimo. A Áustria, desmembrada pela guerra e humilhada por uma dura paz, esperava ansiosamente que Metternich a liberasse, por meio de alguma *finesse* diplomática, de sua forçada aliança com seu tradicional inimigo. Os estados confederados ao longo do Reno sonhavam com uma prosperidade que não tivesse de ser paga com a entrega de seus filhos a um gênio estrangeiro e incontrolável. A Prússia, privada da metade de seus territórios e de seus recursos por seu antigo inimigo, que agora era seu indesejável aliado, via seu espoliador destruído por uma colossal calamidade: aqui afinal estava a oportunidade pela qual há longo tempo rezavam; agora eles se lembravam do apelo de Fichte e ouviam o chamado do exilado Stein para expulsar aquelas tropas francesas que os estavam patrulhando, e aqueles coletores franceses de indenizações que os estavam sangrando, e a levantar-se livres e fortes, como sob Frederico, para tornar-se o bastião da liberdade alemã.

Por trás dessas rebeliões aparentadas estava a supreendente notícia de que a Rússia não somente havia derrotado o supostamente invencível corso, não somente havia expulsado o exército francês de seu solo, mas o estava perseguindo além das fronteiras para dentro do grão-ducado de Varsóvia, e estava apelando para o coração da Europa para juntar-se a ela numa guerra sagrada para derrubar o usurpador que havia feito da França o agente de sua tirania continental.

Em 18 de dezembro de 1812 — o dia em que o derrotado Napoleão havia chegado a Paris — Alexandre deixou São Petersburgo. No dia 23 chegou a Vilna e participou com Kutuzov e seu exército da celebração da vitória. Aquele exército também havia sofrido na marcha durante a qual acossara e mordera os franceses em retirada; 100.000 homens tinham morrido, 50.000 tinham sido feridos, 50.000 haviam desertado ou se perderam.[1] Alexandre elogiou publicamente seu general, mas em particular questionou

sua liderança. "Tudo que ele fez contra o inimigo", disse a sir Robert Wilson (se nós podemos acreditar em sir Robert), "foi o que ele não podia evitar fazer, sendo levado a isto pela força das circunstâncias. Ele foi vitorioso apesar dele mesmo... Eu não deixarei mais o exército porque não desejo abandoná-lo aos perigos de um tal comando."[2] Apesar disto ele conferiu ao cansado guerreiro a mais alta condecoração russa — a Grande Cruz da Ordem de São Jorge.

Convencido, pelo cumprimento de suas predições, que ele era de alguma forma inspirado por Deus, e que podia continuar com todas as forças da Providência por trás dele, Alexandre passou por cima das hesitações de seu general, tomou o comando supremo de seus exércitos unidos, e ordenou-lhes que marchassem para a fronteira ocidental. Evitando Kovno, que estava do outro lado da ainda hostil Polônia, ele continuou ao longo do Niemen até Tauroggen, onde o general Johann Yorck von Wartenburg, comandando uma força de prussianos, permitiu que os russos cruzassem o rio para a Prússia Oriental (30 de dezembro de 1812). Stein, que havia acompanhado Alexandre de São Petersburgo, instou com ele a continuar, na expectativa de que o povo da Prússia o receberia bem. O czar proclamou a anistia a todos os prussianos que haviam lutado contra ele, e apelou ao rei e ao povo da Prússia a com ele juntar-se em sua cruzada. Frederico Guilherme III, espremido entre a águia francesa e o urso russo recusou-se a aprovar a ação de Yorck e retirou-se de Berlim para Breslau. Alexandre avançou através da Prússia Oriental e foi alegremente recebido pelo povo com gritos de: "Viva Alexandre! Vivam os cossacos!"[3]

Aproximando-se da fronteira entre a Prússia Oriental e a Polônia, o imperador mandou uma mensagem para os líderes poloneses prometendo-lhes anistia, uma constituição e um reino, com o czar da Rússia como rei. Aparentemente por um entendimento secreto entre a Rússia e a Áustria, o príncipe Karl Philipp von Schwarzenberg, comandando as tropas austríacas em Varsóvia, retirou-as para a Galícia. As autoridades polonesas vieram dar as boas-vindas a Alexandre, e no dia 7 de fevereiro de 1813 ele entrou na capital sem resistência. O "grão-ducado de Varsóvia" chegou assim a esta prematura morte, e a Polônia inteira tornou-se uma dependência da Rússia. A Prússia tinha tido a esperança de recuperar aquela parte da Polônia que ela havia possuído em 1795; Alexandre apressou-se a assegurar a Frederico Guilherme III que um equivalente aceitável em breve seria achado para sua parte perdida. Entrementes ele de novo pedia ao rei e ao povo da Prússia que a ele se juntassem contra Napoleão.

Os prussianos há muito vinham esperando por um tal apelo. Eles eram um povo orgulhoso que ainda se lembrava de Frederico. O espírito de nacionalismo havia se intensificado pela rápida expansão da França e o bem-sucedido levante da Espanha. As classes médias protestavam ardentemente contra o Bloqueio Continental e os altos impostos que tinham que pagar para as idenizações aos franceses. Os cristãos da Prússia amavam suas igrejas e eram ciumentos de seu credo, mas nenhuma das seitas confiava em Napoleão, que o julgavam em segredo ateu, e uniam-se em condenar seu tratamento do papa. A *Tugenbund*, ou União da Virtude, apelava a todos os alemães para juntar-se em defesa de sua *Vaterland* comum. O rei da Prússia permitiu que seus ministros reconstruíssem e expandissem o exército prussiano sob o pretexto de defender a Prússia contra a invasão de Alexandre. Os russos tinham tomado Marienburg em janeiro; em 11 de março marcharam sem resistência sobre Berlim. Forçado a uma decisão, o rei amante da paz, de

Breslau, emitiu o manifesto "An Mein Volk" (Ao meu povo), em 17 de março, um comovente apelo para levantar-se em armas contra Napoleão:

> ... Brandemburgueses, prussianos, silesianos, pomeranianos, lituanos! Vós sabeis tudo que tendes suportado nos últimos sete anos; vós conheceis o triste destino que vos aguarda se nós não terminarmos essa guerra por um fim honroso. Pensai nos tempos do passado, do Grande Eleitor, do grande Frederico! Lembrai-vos das bênçãos pelas quais vossos antepassados lutaram sob sua liderança, e que pagaram com seu sangue — a liberdade de consciência, a honra nacional, a independência, o comércio, a indústria e a instrução. Olhai para o grande exemplo de nossos poderosos aliados, os russos; olhai para os espanhóis, os portugueses. Vide o testemunho dos heróicos suíços e do povo dos Países Baixos...
>
> Esta é a luta final, a luta decisiva; dela depende nossa independência, nossa prosperidade, nossa existência. Não há outra alternativa senão uma paz honrosa ou um fim heróico...
>
> Podemos confiantemente esperar o resultado. Deus e nosso firme propósito trarão a vitória a nossa causa, e com ela uma paz segura e gloriosa e o retorno de tempos mais felizes.

Todas as classes se levantaram com o apelo do rei. O clero — especialmente o protestante — proclamou uma guerra santa contra o infiel. Os professores — Fichte e Schleirmacher entre eles — dispensaram seus estudantes dizendo que a época pedia não estudos mas ação. Hegel permaneceu acima "da batalha", mas Goethe deu suas bênçãos a um regimento que o saudou de passagem[4]. Os poetas — Schenkendorf, Uhland, Rückert — puseram em versos o sentimento do rei e do povo, ou puseram de lado suas penas e pegaram em mosquetões e nas espadas; e alguns deles, como Theodor Körner, morreram em ação. Ernst Moritz Arndt, voltando do exílio na Rússia, ajudou a levantar e armar o espírito alemão, com sua canção "Was ist das Deutschen Vaterland?" (O que é a pátria alemã?). Nesta "Guerra de Liberação" uma nova Alemanha nascia.

No entanto nenhuma nação, quando sua existência está à prova, pode depender de voluntários. Assim, no dia de seu apelo ao povo, Frederico Guilherme III ordenou o recrutamento de todos os homens entre 17 e 40 anos de idade, sem permitir substitutos. Quando começou a primavera de 1813, a Prússia tinha 60.000 homens treinados e prontos para o serviço. Dos diversos exércitos que tinham voltado da Rússia, cerca de 50.000 homens estavam em condições de entrar em ação. Com esses 110.000 soldados[5] Alexandre e Frederico Guilherme entraram na campanha que iria decidir a sorte de Napoleão e a estrutura da Europa.

Eles compreendiam que isso não seria suficiente e procuraram aliados que pudessem contribuir com homens e fundos. A Áustria por enquanto escolheu permanecer fiel a sua aliança com a França; ela temia ser a primeira a sofrer represálias se aderisse à nova coligação; e Francisco II lembrava-se que tinha uma filha no trono francês. O príncipe Bernadotte havia prometido a Alexandre 30.000 homens,[6] mas ele havia empregado a maioria desses na conquista da Noruega. A Inglaterra, ao terminar o mês de abril, comprometeu-se com dois milhões de libras esterlinas para a nova campanha. A Prússia abriu seus portos às mercadorias inglesas, e em breve estas estavam chegando em boa quantidade para serem armazenadas no Elba.

Kutuzov morreu na Silésia no dia 28 de abril, ainda recomendando aos russos para voltarem para casa. Alexandre convocou Barclay de Tolly para suceder a Kutuzov no

comando direto do exército russo, mas manteve em próprias mãos o comando supremo. Agora ele se lançava a cumprir em direção a oeste tudo o que Napoleão havia esperado conseguir em direção ao leste: invadir o território do inimigo, derrotar seus exércitos, capturar sua capital, forçá-lo a abdicar e compeli-lo à paz.

II. A PRAGA

Entrementes Napoleão estava lutando pela sobrevivência numa França que não estava mais fascinada pelas suas vitórias. Quase cada família no país tinha agora que ceder um outro filho ou irmão. As classes médias haviam dado as boas-vindas a Napoleão como seu protetor, mas agora ele era mais monárquico do que os Bourbons e estava cortejando os realistas, que planejavam depo-lo. Os padres não confiavam nele; os generais rezavam pela paz. Ele próprio estava cansado da guerra. Barrigudo, atormentado pelas doenças, consciente de sua idade, com sua mente menos ágil, sua vontade hesitante, ele não podia mais tirar do elixir da vitória a animação pelo combate ou o apetite pelo governo. Como podia esse cansado homem encontrar nessa cansada nação os recursos humanos exigidos pela crescente ofensiva de seus inimigos?

O orgulho deu-lhe sua última energia. Aquele infiel czar, aquele elegante dançarino bancando o general; aquele amedrontado fracote atrelando o exército do grande Frederico a uma horda de cossacos; aquele marechal francês traidor propondo liderar o exército sueco contra a sua pátria nativa — todos eles nunca iriam igualar-se com a alegre coragem e a ágil inteligência do soldado francês, a apaixonada força de uma nação desafiada a defender suas fronteiras naturais, duramente conquistadas, e que guardavam a mais bela civilização da Europa. "De agora em diante", disse Napoleão em dezembro de 1812, num desesperado apelo para o orgulho racial, "a Europa só tem um inimigo — o colosso russo."[7]

Assim ele aumentou os impostos, negociou empréstimos, e sacou de seu tesouro no porão. Deu ordens para pôr a "classe" de conscritos de 1813 em serviço ativo, determinar que a classe de 1814 fosse treinada, preparar para o serviço estrangeiro as "coortes" ou milícias que ele havia comprometido a envolver-se apenas com assuntos domésticos, e negociar contratos para munição, roupas, armas, cavalos, alimento. Tomou providências para que aos novos recrutas fossem ensinadas as artes e as disciplinas das manobras, das marchas e das batalhas; para que esses batalhões treinados fossem estacionados em determinados acampamentos; que eles fossem mantidos prontos para reunir-se a um comando, em um determinado lugar, numa certa hora. Pelos meados de abril de 1813 ele havia organizado um exército de 225.000 homens. Designou Maria Luísa regente, durante sua ausência na frente de batalha; deu-lhe seu experimentado e cansado secretário, Méneval; e deixou Paris no dia 15 de abril para encontrar-se com seus exércitos em Main e no Elba.

Eugênio marchou para o sul com os remanescentes salvos do desastre russo, reforçados com tropas chamadas de seus quartéis na Alemanha. O general Bertrand veio do sul. Com esses homens leais conduzindo suas alas esquerda e direita, Napoleão marchou para a frente com o seu Exército do Main, e em 2 de maio, em Lützen, próximo a Leipzig, encontrou-se com um exército aliado sob o comando do general russo Wittgenstein e sob as vistas do czar e do rei. Os franceses nesta ocasião contavam com 150.000 homens,

os russos com 58.000 e os prussianos com 45.000. Talvez para encorajar seus recrutas, o imperador, saboreando mais uma vez as emoções do combate, arriscou-se repetidamente na frente da batalha; "este foi provavelmente o dia entre todos os de sua carreira", escreveu o marechal Marmont, "no qual ele correu os mais diretos perigos no campo de batalha".[8] Os aliados reconheceram a derrota, e se retiraram para Meissen e Dresden. Mas os franceses vitoriosos haviam perdido 20.000 homens — 8.000 a mais que seus inimigos.[9] Napoleão ficou em parte consolado pela decisão de Frederico Augusto I, rei da Saxônia — preocupado vizinho da esfomeada Prússia — de juntar seu exército de 10.000 homens aos franceses. Em 9 de maio sua capital, Dresden, tornou-se o quartel-general de Napoleão entre campanhas.

Temendo que a Áustria aderisse aos aliados tentando recapturar o norte da Itália, Napoleão enviou Eugênio para Milão a fim de reconstruir ali seu exército e manter sob suas vistas os revolucionários italianos. Ele próprio deixou Dresden em 18 de maio, esperando obter uma vitória mais decisiva sobre os aliados, que se haviam reagrupado em Bautzen, 48 quilômetros a leste de Dresden. Despachou Ney para marchar em semicírculo em volta deles e atacá-los pela retaguarda, enquanto ele próprio conduziria seu exército principal num ataque frontal. Ney levou muito tempo a executar essa manobra e chegou ao campo de batalha tarde demais para impedir que os aliados, derrotados por Napoleão, se retirassem para a Silésia, após perderem 15.000 homens. Napoleão avançou sobre o Oder, libertou a guarnição francesa de Glogau, e ajuntou seus homens a seu exército. Roger de Damas, um *émigré*, escreveu zangado: "O império francês enfrentou a crise e emergiu triunfante."[10]

Nesse momento, quando ele poderia ter-se movido ao longo do Oder, libertado outras guarnições, e acrescentado seus homens treinados a seu exército, Napoleão deu ouvidos a Metternich, que lhe oferecia a mediação da Áustria para conseguir a paz. Berthier, entre os generais franceses, Caulaincourt em nome de seus diplomatas, apressaram-no a aceitar, temendo uma longa guerra entre uma coligação unida, com infindáveis recursos, e uma França dividida e exaurida. Napoleão suspeitava de um truque, mas esperava que um armistício lhe desse tempo para reunir outra colheita de conscritos e reforços para sua cavalaria; e temia que uma recusa levaria a Áustria para o campo aliado. Foi negociado um armistício em Pleisswitz (4 de junho) por dois meses, mais tarde prolongado até 10 de agosto. Napoleão retirou suas tropas para Dresden, baixou instruções para o reabastecimento de seus batalhões, e foi para Mainz passar algum tempo com Maria Luísa; talvez ela pudesse persuadir seu pai a manter uma aliança da qual ela era uma garantia. Entrementes Metternich aumentava e aprovisionava o exército austríaco, alegando temor dos aliados.

Estes empregaram bem o tempo do armistício. Receberam bem a Bernadotte, que agora comprometia seu exército de 25.000 homens à causa. Com ele veio Moreau, o qual, condenado por amigável associação com os que conspiravam para a morte de Napoleão, tinha sido permitido emigrar para a América; agora oferecia seus serviços aos aliados como uma pessoa que conhecia os segredos da estratégia de Napoleão. Ele batia-se por uma regra: evitar a batalha quando Napoleão está comandando, procurá-la quando ele está afastado. Os aliados ficaram mais satisfeitos com Lorde Cathcart, o qual, em 15 de junho, deu-lhes um subsídio de quatro milhões de libras, em contrapartida por um compromisso de não fazerem paz com Napoleão sem o consentimento da Inglaterra.[11]

Em 27 de junho os aliados, aceitando a mediação da Áustria, concordaram que todas as três partes deveriam enviar negociadores a Praga para arranjarem os termos de paz. Napoleão enviou Narbonne e Caulaincourt, esperando que a amizade de Alexandre pelo último, fiscalizada pelo primeiro, inclinaria o czar a algumas concessões. De qualquer forma os termos oferecidos a Napoleão através de Caulaincourt e Metternich eram o que podia ser considerado razóavel em vista de sua derrota na Rússia e na Polônia e da revolta na Prússia. Pediram-lhe que entregasse todo o território que ele havia tomado da Prússia, e todas as pretensões sobre o ducado de Varsóvia, as cidades-estados hanseáticas, a Pomerânia, Hanôver, a Ilíria e a Confederação do Reno. Ele poderia ir de volta para a França com suas fronteiras naturais ainda preservadas, seu trono e sua dinastia ainda intocáveis. Havia uma séria falha na proposta: a Inglaterra havia se reservado o direito de fazer exigências adicionais e nenhuma paz podia ser assinada sem seu consentimento.

Napoleão enviou a Praga um pedido para a confirmação oficial pelos aliados desses termos. Essa confirmação chegou a ele em 9 de agosto, com uma advertência de Metternich de que o congresso e o armistício expirariam à meia-noite do dia 10 de agosto; e que a aceitação de Napoleão deveria ser recebida antes desta hora. Napoleão enviou uma aceitação condicional que não chegou a Praga antes que Metternich houvesse declarado o congresso e o armistício terminados. Em 11 de agosto a Áustria juntou-se à coligação contra a França e a guerra recomeçou.

III. AO RENO

Assim aumentados e financiados, os aliados tinham agora cerca de 492.000 homens em armas, com 1.383 canhões; Napoleão, tendo recebido um contingente da Dinamarca e os novos conscritos que ele estava esperando, tinha 440.000 soldados e 1.200 peças de artilharia. Os aliados formavam três exércitos: um "Exército do Norte", sob Bernadotte, centrado em Berlim; um "Exército da Silésia", sob o comando do impetuoso e destemido Blücher, que ficava nas vizinhanças de Breslau; e o maior dos três, o "Exército da Boêmia", sob as ordens do príncipe von Schwarzenberg, centralizado em Praga. Juntos eles formavam um meio círculo que cobria Napoleão em Dresden; separadamente cada um dos três tinha a liberdade de procurar seu próprio caminho até Paris. Contra esses Napoleão opunha um "Exército da Esquerda", sob Oudinot, que tinha o objetivo de segurar Bernadotte; um "Exército do Centro", sob o comando de Ney, para vigiar Blücher; e um "Exército da Direita", sob seu próprio comando, para guardar os caminhos pelos quais Schwarzenberg podia invadir com uma avalanche de homens da Boêmia. Havia desencorajamento e defeitos aparentemente inevitáveis na posição francesa: Napoleão não podia usar seu belo esquema italiano de concentrar toda sua força sobre cada um dos inimigos por sua vez, visto que isso deixaria aberto o caminho de Paris para os outros; dois de seus exércitos tinham que agir sem contar com o estímulo de sua presença e a rápida versatilidade de seu gênio tático.

Em 12 de agosto Blücher abriu a campanha do outono de 1813 movendo-se para oeste de Breslau a fim de atacar as divisões de Ney em Katzbach, na Saxônia. Os homens de Ney foram apanhados adormecidos, talvez literalmente, e fugiram em pânico. Napoleão veio apressadamente de Görlitz com sua Guarda Imperial e a cavalaria de Murat,

reagrupou as tropas de Ney e conduziu-as a uma vitória que custou a Blücher 6.000 homens.[12] Mas ao mesmo tempo Schwarzenberg conduziu seus 200.000 homens para o norte numa tentativa de ocupar o quartel-general francês em Dresden. Napoleão voltou para trás de sua perseguição a Blücher, conduziu 100.000 homens por 200 quilômetros em quatro dias, e encontrou os austríacos ocupando quase todas as alturas em volta da capital saxônica. Em 26 de agosto o exército francês, liderado pela Velha Guarda e a Jovem Guarda, gritando "*Vive l'Empereur!*" rompeu as linhas inimigas e lutou tão ferozmente — Murat conduzindo sua cavalaria com a sua velha audácia — que, após dois dias de combate, Schwarzenberg ordenou uma retirada, deixando 6.000 de seus homens no campo entre mortos, feridos e capturados. O próprio Napoleão havia comandado algumas baterias no mais aceso do combate.[13]

Alexandre, de uma elevação exposta, havia observado o conflito com seu novo favorito, Moreau, a seu lado. Uma bala de canhão despedaçou ambas as pernas de Moreau; alguns dias mais tarde ele morreu nos braços do czar mas exclamando: "Eu, Moreau, ferido por um tiro francês e morrendo entre os inimigos da França!"[14]

Vandamme perseguiu os austríacos em retirada, não foi seguido e apoiado por Napoleão (que havia sido atingido por violentas dores gástricas), caiu numa armadilha e rendeu seus 7.000 homens a uma das divisões de Schwarzenberg (28 de agosto). Pouco tempo após Ney perdeu 15.000 homens num encontro em Dennewitz (6 de setembro). Napoleão lamentou ver sua vitória de Dresden assim anulada. Enviou ordens ao senado para chamar às armas 120.000 conscritos da classe de 1814 e 160.000 da classe de 1815. Estes eram jovens que necessitariam de muitos meses de treinamento. Ao mesmo tempo 60.000 soldados russos, endurecidos por uma campanha na Polônia, ajuntavam-se ao exército de Alexandre; e em 8 de outubro o exército bávaro, que anteriormente apoiava a Napoleão, juntou-se a seus inimigos.

Assim reforçados, os aliados agora objetivavam capturar Leipzig e decidir a guerra numa batalha na qual suas forças unidas deveriam prevalecer sobre qualquer estratégia napoleônica. Em outubro 160.000 homens — comandados por Blücher, Bennigsen, Bernadotte, Schwarzenberg, Eugen de Württemberg e outros generais — convergiram sobre a cidade. Napoleão trouxe seus exércitos do norte, do centro e do sul, ao todo 115.000 homens, sob o comando de Marmont, Alexandre Macdonald, Augereau, Bertrand, Kellermann, Victor, Murat, Ney e o príncipe Józef Poniatowski. Raramente tinham tantos gênios militares, ou de tantas nacionalidades, se encontrado em qualquer campo de batalha; isto, como os alemães chamaram, foi o Völkerschlacht — a Batalha (literalmente o morticínio) das Nações.

Napoleão instalou-se numa posição exposta na retaguarda de suas forças e dirigiu seus movimentos durante os três dias da ação (16 a 19 de outubro de 1813). De acordo com o seu próprio relato,[15] os franceses mantiveram-se com vantagem até o dia 18 de outubro, quando as tropas da Saxônia bandearam-se para os aliados e então voltaram seus canhões contra os franceses, os quais, surpresos e confusos, começaram a perder terreno. No dia seguinte os contingentes da Confederação do Reno bandearam-se para os aliados. Vendo que seus homens, aparentemente com sua munição a esgotar-se,[16] estavam sofrendo enormes perdas, Napoleão ordenou sua retirada através dos rios Pleisse e Elster. A maior parte deles conseguiu atravessar, mas um nervoso engenheiro explodiu uma ponte sobre o Elster quando os franceses estavam a cruzá-la; muitos foram afogados,

inclusive o galante Poniatowski, que lutara tão bem que Napoleão o havia feito marechal no campo de batalha. Apenas 60.000 dos 115.000 homens que haviam lutado por Napoleão em Leipzig atingiram o rio Saale; milhares caíram prisioneiros e 120.000 tropas francesas deixadas nas fortalezas alemães estavam perdidas para a França. Aqueles dos franceses em retirada que alcançaram o Saale receberam comida, roupa e suprimentos. Eles abriram seu caminho para o oeste até o Main em Hanau; ali atacaram e bateram uma força de austríacos e de bávaros; e a 2 de novembro, após duas semanas de fuga, alcançaram o Reno em Mainz e cruzaram o rio para dentro da França.

IV. AO PONTO DE RUPTURA

Napoleão parecia arruinado, sem possibilidades de recuperação. Sem contar com os soldados franceses agora imobilizados na Alemanha, seu exército consistia de 60.000 soldados derrotados e exaustos, amontoados próximo ao Reno, "uma massa de desgarrados, sem armas, sem roupas, trazendo com eles o germe da febre tifóide, com a qual eles infectavam todos os lugares através dos quais passavam".[17] De todos os lados vinham notícias desencorajadoras. Na Itália Eugênio tinha, com um grande esforço, reunido uma força de 36.000 homens, mas agora estava sendo confrontado com 60.000 soldados austríacos do outro lado do Adige. Em Nápoles Murat conspirava para salvar seu trono passando-se para os aliados. Na Holanda uma revolta doméstica, ajudada por uma divisão prussiana sob Bülow, derrubou o governo francês (novembro de 1813); tropas inglesas assumiram o controle do Scheldt; a casa de Orange foi restaurada. Jerônimo havia fugido da Westphalia. Da Espanha o triunfante Wellington cruzou o Bidassoa para dentro da França (7 de outubro); em dezembro ele sitiou Bayonne.

A própria França parecia estar caindo aos pedaços. A perda da Espanha, a interrupção do comércio com a Alemanha e a Itália, haviam deflagrado uma crise econômica, com as fábricas fechando e os bancos falindo. Em outubro o fechamento da casa bancária de Jabach iniciou uma série de bancarrotas. O mercado de ações caiu de 80 em janeiro de 1813 a 47 em dezembro. Milhares de desempregados vagavam pelas ruas, ou escondiam sua pobreza em casa, ou alistavam-se ao exército para comer. O povo comum rebelava-se contra novas conscrições; a classe média protestava contra impostos mais altos; os realistas clamavam por Luís XVIII; todas as classes pediam paz.

Napoleão chegou a Paris em 9 de novembro, e recebeu as boas-vindas de sua infeliz rainha e de seu contente filho. Começou a tratar de levantar um novo exército de 300.000 homens como a primeira necessidade quer para a guerra quer para a paz. Enviou engenheiros para reparar as estradas para as novas frentes de batalha, restaurar as muralhas das cidades, construir fortalezas, preparar-se para cortar os diques ou demolir as pontes se fosse necessário para retardar o avanço dos invasores. Requisitou cavalos para a cavalaria, ordenou canhões às fundições, armas e munições para a infantaria; e à medida que as rendas públicas caíam por causa da pobreza e da resistência aos impostos, ele cada vez retirava mais de seu tesouro nos porões das Tulherias. A nação observava admirada e atemorizada, admirando sua resiliência e seus recursos, temendo um outro ano de guerra.

Os aliados, hesitando do outro lado do Reno e perante o inverno, enviaram-lhe de Frankfurt, em 9 de novembro, uma oferta de paz informal e não assinada: a França re-

teria suas fronteiras naturais — o Reno, os Alpes, os Pirineus — mas tinha que abandonar toda pretensão a qualquer coisa além disso.[18] Em 2 de dezembro Napoleão respondeu através de Caulaincourt, ministro das relações exteriores, dando seu consentimento oficial. Todavia a revolução na Holanda terminou com o controle francês das bocas do Reno; os aliados ajudaram esta revolução e retiraram sua aceitação das fronteiras naturais da França.[19] Em vez disso eles lançaram (5 de dezembro) a "Declaração de Frankfurt": "As Potências Aliadas não estão fazendo guerra à França. Os soberanos desejam que a França seja grande, forte e feliz... As Potências confirmam que o império francês está na posse de uma extensão de território que ele não possuía sob seus reis."[20]

Não havia necessidade de muita coisa para separar o povo de seu imperador. O Senado e o Legislativo estavam em revolta aberta contra ele, exigindo uma constituição com garantias de liberdade. Em 21 de dezembro os aliados cruzaram o Reno invadindo a França. Em 29 de dezembro o Senado enviou a Napoleão sua garantia de lealdade e apoio. Mas no mesmo dia Lainé, membro dos realistas de Bordéus, leu no Legislativo um relatório criticando os "erros" e "excessos" da administração imperial, elogiando o "feliz governo dos Bourbons" e congratulando-se com os aliados por seu "desejo de manter-nos dentro dos limites de nosso próprio território e de reprimir uma ambiciosa atividade que pelos últimos 20 anos tem sido tão fatal para todos os povos da Europa".[21] O Legislativo votou, por 223 a 31, que o relatório de Lainé fosse impresso. Naquela tarde Napoleão mandou que a sessão fosse encerrada.

Em 1º de janeiro de 1814 o Legislativo mandou-lhe uma delegação para apresentar-lhe cumprimentos de Ano-Bom. Ele replicou com uma explosão de ira e fadiga acumuladas:

> "Quando nós temos de expulsar os inimigos de dentro das nossas fronteiras, não é certamente a ocasião para pedir-me uma constituição. Vós não sois os representantes da nação, vós sois meramente os deputados que para cá foram mandados pelos departamentos... Eu sozinho sou o representante do povo. Afinal de contas, o que é o trono? Quatro peças de madeira dourada cobertas com veludo? Não! O trono é um homem, e este homem sou eu. Sou eu que posso salvar a França e não vós! Se eu fosse escutar-vos eu renderia ao inimigo mais do que ele está pedindo. Vós tereis a paz em três meses, ou eu perecerei."[22]

Após os chocados delegados haverem saído, Napoleão mandou buscar alguns senadores escolhidos, explicou-lhes sua política e suas negociações para a paz, e concluiu com uma humilde confissão, como se estivesse perante o julgamento da história:

> "Eu não temo reconhecer que fiz a guerrra longamente demais. Eu havia concebido vastos programas; desejava assegurar para a França o império do mundo. Estava errado; esses projetos não eram proporcionais à força numérica de nossa população. Eu teria tido a obrigação de colocar a todos em armas; e agora percebo que o progresso da sociedade e o bem-estar moral e social de um Estado não são compatíveis com a transformação de um povo inteiro numa nação de soldados.
>
> Eu deveria expiar o erro que cometi ao confiar demais em minha boa fortuna; e eu o expiarei. Farei a paz. Fá-la-ei nos termos que as circunstâncias pedem, e esta paz será mortificante somente para mim. Fui eu que enganei a mim mesmo; sou eu que devo sofrer, não a França. Ela não cometeu nenhum erro; ela derramou seu sangue

por mim; ela não me recusou nenhum sacrifício...

Podeis ir, então, senhores, anunciar a vossos departamentos que eu estou prestes a concluir uma paz, que eu não mais pedirei o sangue dos franceses para meus empreendimentos, para mim próprio,... mas para a França, e para manter a integridade de suas fronteiras. Dizei-lhes que eu peço apenas os meios de repelir um inimigo estrangeiro de nossa terra nativa. Dizei-lhes que a Alsácia, o Franche-Conté, a Navarra e Béarn, estão sendo invadidos. Dizei-lhes que eu apelo aos franceses para virem em socorro da liberdade.''[23]

Em 21 de janeiro ele ordenou a seus agentes que libertassem o papa Pio VII de Fontainebleau e tomou providências para sua volta para a Itália. Em 23 de janeiro reuniu nas Tulherias os oficiais da Guarda Nacional, apresentou-lhes a imperatriz e o ''rei de Roma'' (um belo menino que ainda não tinha três anos), e confiou-os aos cuidados da Guarda. De novo apontou Maria Luísa regente durante sua ausência, desta vez com seu irmão José como tenente-general do império e administrador pela imperatriz. No dia 24 foi notificado que Murat havia-se passado para os aliados e que estava marchando de Nápoles com 80.000 homens para ajudar a expulsar Eugênio da Itália. Naquele dia Napoleão disse adeus a sua esposa e a seu filho, que ele jamais veria de novo, e deixou Paris para juntar-se a seu exército reconstituído e enfrentar os invasores da França.

V. A PARIS

Eles de novo avançavam em linhas convergentes, desta vez com seus olhos em Paris. Schwarzenberg literalmente roubou a vez dos franceses cruzando o Reno em Basiléia com 160.000 homens, violando a neutralidade suíça com a satisfeita conivência dos oligarcas de Berna; movendo-se rapidamente através dos cantões, tomando Genebra, que não foi defendida, surgiu na França 160 quilômetros mais a oeste do que os franceses haviam esperado; e apressou-se para o norte em direção a Nancy na esperança de juntar-se a Blücher ou entrar em ligação com ele ali. Napoleão tinha ordenado aos exércitos franceses para acabarem com suas campanhas locais na Itália e no sudeste da França e marcharem para o norte a fim de interceptarem Schwarzenberg ou pelo menos retardarem seu avanço; porém Eugênio estava preso pelos austríacos, e Soult tinha suas mãos cheias com Wellington.

Entrementes Blücher, com seu ''Exército da Silésia'', ainda com 60.000 homens, cruzou o Reno em Mainz, Mannheim e Coblenz, e avançou quase sem oposição até Nancy, cujos governantes e população receberam-no e as suas tropas prussianas como libertadoras da tirania napoleônica.[24] Bernadotte, tendo perdido sua esperança de ser escolhido para suceder a Bonaparte, havia deixado os aliados após Leipzig e derrotara os dinamarqueses, que tiveram que ceder a Noruega à Suécia (14 de janeiro de 1814); feito isto, ele e seu exército juntaram-se a Blücher na sua marcha sobre Paris.

As forças francesas que Napoleão tinha deixado no leste da França não ousavam enfrentar nem Blücher, nem Schwarzenberg. Ney retirou-se para oeste de Nancy, Mortier para oeste de Langres, Marmont para oeste de Metz, e aguardaram a chegada do imperador.

Napoleão trouxe com ele, para seu novo quartel-general em Châlons-sur-Marne (a apenas 150 quilômetros de Paris), cerca de 60.000 recrutas; juntando esses aos 60.000

sobreviventes de Leipzig sob o comando de Ney, Marmont e Mortier, ele tinha um total de 120.000 homens com os quais tinha de fazer parar Blücher e Schwarzenberg, com um total de 220.000. Ele estava limitado a uma política de impedir que os exércitos aliados se reunissem, evitar uma confrontação com Schwarzenberg, e reter ou retardar seu avanço sobre Paris por meio de pequenas vitórias alcançadas sobre divisões aliadas apanhadas desatentas ou bastante afastadas de seu comando central para serem atacadas sem engajar as forças principais. A campanha de 1814 foi uma das mais brilhantes de Napoleão em estratégia, porém também — por causa da falta de reforços — uma das mais custosas em erros. Blücher também cometeu muitos erros, mas ele foi o mais indômito e cheio de recursos de todos aqueles generais que então ou mais tarde se opuseram a Napoleão. Schwarzenberg era mais cauteloso, em parte por temperamento, em parte porque levava o czar Alexandre e o imperador Francisco II em sua companhia.

Algumas vitórias iniciais deram a Napoleão uma confiança indevida. Ele apanhou os homens de Blücher comendo ou dormindo em Brienne (29 de janeiro de 1814), derrotou-os, e quase capturou o próprio Blücher. Eles se retiraram, e Napoleão era por demais esperto para segui-los, pois seu próprio exército tinha perdido 4.000 homens, e ele também tinha escapado por pouco: um prussiano aproximava-se dele com a espada desembainhada quando o general Gourgeaud atirou no atrevido e matou-o. Napoleão lamentou o dano que a batalha tinha feito à cidade e a sua famosa escola, onde ele havia recebido sua educação científica e seu treinamento militar; prometeu restaurá-las depois que os invasores tivessem saído da França.[25]

Ele tinha pouco tempo para reminiscências; Schwarzenberg havia acorrido para apoiar Blücher e subitamente os 46.000 soldados vitoriosos de Napoleão encontraram-se quase cercados por 100.000 austríacos, prussianos e russos em La Rothière (1 de fevereiro). Napoleão não tinha outra escolha senão lutar; assim ele ordenou e comandou a luta em pessoa. A batalha foi quase igual, mas perdas iguais eram desastrosas para os franceses, e o imperador levou-os em retirada para Troyes. Blücher, inquieto com o cauteloso avanço de Schwarzenberg, separou-se dele e decidiu seguir seu próprio caminho e escolher sua velocidade em direção a Paris, pelo Marne, enquanto os austríacos prosseguiam ao longo do Sena. Os oficiais aliados estavam tão confiantes na vitória que assumiram o compromisso de encontrar-se no Palais-Royal na semana próxima.[26]

Após dar a seu desgastado exército uma semana de repouso, Napoleão entregou parte dele a Victor e Oudinot para reterem Schwarzenberg, e ele próprio marchou com 60.000 homens através dos pantanais de St.-Gond como um atalho para Champaubert. Ali eles apanharam a retaguarda de Blücher, e Marmont levou os franceses a uma vitória decisiva (10 de fevereiro). Continuando para diante eles encontraram um dia mais tarde uma outra porção do exército de Blücher em Montmirail; Napoleão e Blücher estavam ambos presentes, mas Marmont foi de novo o herói. Em 14 de fevereiro as forças principais encontraram-se num combate maior em Vauchamps, e Napoleão guiou seu exército, agora mais confiante, à vitória. Em quatro dias Blücher tinha perdido 30.000 homens.[27] Napoleão enviou 8.000 prisioneiros para serem mostrados numa parada em Paris a fim de restaurar o moral de seus cidadãos.[28]

No entanto, Schwarzenberg tinha nesse ínterim feito recuar a Oudinet e Victor quase até Fontainebleau; um ataque de larga escala poderia ter levado o exército austro-russo e seus dois imperadores a um dia de marcha de Paris. Chocado pelo relato dessa des-

vantagem, que cancelava todas suas vitórias, Napoleão, deixando Marmont pelo menos para hostilizar Blücher, correu para o sul com 70.000 homens, apanhou um exército aliado sob o comando de Wittgenstein em Montereau, derrotou-o (18 de fevereiro), tomou posição em Nangis, e mandou Victor e Oudinot para atacarem Schwarzenberg pelo flanco e pela retaguarda. Sentindo-se em perigo por três lados, o general austríaco julgou a ocasião oportuna para sugerir um armistício a Napoleão. O imperador replicou que ele concordaria com o cessar-fogo unicamente se isto obrigasse os aliados à oferta que haviam feito em Frankfurt — de deixar à França suas fronteiras naturais. Os aliados, insultados pela proposta de que deveriam retirar-se para o outro lado do Reno, terminaram as negociações e, em desafio, no dia 9 de março, em Chaumont, confirmaram sua aliança por 20 anos. Schwarzenberg retirou-se para Troyes, ainda comandando 100.000 homens.

Napoleão, com 40.000, perseguiu-o cautelosamente. Nesse ínterim soube que Blücher estava reconstruindo suas forças, e estava de novo abrindo caminho para Paris com 50.000 homens. Deixando Oudinot, MacDonald e Étienne-Maurice Gérard para hostilizar Schwarzenberg, marchou com seus homens de volta do Sena para o Marne, e juntou-se com Marmont e Mortier na esperança de fazer uma armadilha para Blücher no rio Aisne, onde a única escapatória dos prussianos seria por uma ponte para Soissons. Mas dois outros exércitos aliados, de 50.000 homens, desceram do norte, em direção a Soissons, e obrigaram seu comandante a entregar a cidade e a ponte. As forças de Blücher cruzaram a ponte, queimaram-na, e uniram-se com seus salvadores, num total de 100.000 soldados. Napoleão perseguia-os com 50.000 soldados, lutou com eles sem decisão para ambos em Cranne, e foi derrotado por eles, num selvagem conflito de dois dias em Laon (9 e 10 de março).

Não ajudou muito quando, em 13 de março, encontrando um outro exército prussiano de posse de Reims, Napoleão expulsou os invasores e recebeu uma calorosa acolhida da população. Então, deixando Marmont e Mortier para enfrentarem Blücher, ele marchou de um inimigo para o outro, e em Arcis-sur-Aube, em 20 de março, numa loucura de fúria, ele lançou seus remanescentes 20.000 homens contra o exército de Schwarzenberg, que ainda contava com 90.000 homens. Depois de dois dias de um massacre heróico, ele reconheceu a derrota e cruzou o Aube para encontrar um lugar em que seu exército esgotado pudesse descansar.

Napoleão estava de novo no fim da linha. Sua exaustão de corpo e de nervos revelavam-se em seu temperamento agitado, suas zangadas queixas dos oficiais que haviam arriscado a vida por ele em guerra após guerra. Estes alertaram que ele não podia esperar que o alcançassem reforços de uma nação que tinha sido sangrada até a apatia e estava cansada de *la gloire*. O governo que ele havia deixado em Paris — mesmo seu irmão José — estava a mandar-lhe apelos para fazer a paz a qualquer preço.

Em seu desespero decidiu-se a arriscar tudo em mais um lance de estratégia imaginativa. Deixaria seus melhores generais para deterem o avanço aliado tão bem quanto pudessem; ele próprio, com uma modesta força, marcharia para o leste, libertaria os soldados franceses que estavam presos nas fortalezas alemãs ao longo do Reno, juntaria essas tropas veteranas a seus sacrificados regimentos, cortaria as linhas de comunicação e de suprimentos dos aliados, atacaria sua retaguarda e os forçaria a estancar sua marcha; assim Paris, de novo inspirada por sua coragem, poderia construir suas defesas e desa-

fiar os invasores. Num momento de mais bom senso, ele enviou instruções a José que, se a rendição fosse iminente, o governo, com Maria Luísa e o rei de Roma, deveriam ser removidos para algum lugar seguro, além do Loire, onde todas as forças francesas disponíveis poderiam ser reunidas para uma última resistência.

Enquanto Napoleão levava seus intrigados sobreviventes para leste, os aliados quebravam dia a dia a resistência oferecida pelos restos do exército francês e chegavam mais perto do fim de sua longa jornada. Francisco II ficou para trás em Dijon, não desejando participar da humilhação de sua filha. Frederico Guilherme III, usualmente tão manso, sentiu que ele podia justamente vingar-se da destruição do seu exército, do desmembramento de seu país e de seus anos de exílio de sua capital. Alexandre, orgulhoso e tenso, não tendo nenhum prazer no massacre diário, viu-se preenchendo a jura, que havia feito em Vilna, de limpar a Rússia da vergonha de Moscou e de livrar a Europa da loucura do corso pelo poder.

Em 25 de março Marmont e Mortier fizeram uma desesperada tentativa de parar os aliados em La Fére-Champenoise, a 160 quilômetros de Paris. Com uma desvantagem de dois para um, eles lutaram com uma tal despreocupação da morte, que o próprio Alexandre, penetrando na *melée*, determinou que o massacre desigual terminasse, gritando "*Je veux sauver ces braves!*"; e depois do combate terminado os vitoriosos restituíram aos generais derrotados seus cavalos e suas espadas.[29] Marmont e Mortier retiraram-se para Paris a fim de preparar a defesa da capital.

Blücher e Schwarzenberg atingiram os arredores de Paris em 29 de março. O som de seus canhões, e a vista dos camponeses que fugiam para a cidade, criaram o pânico entre os cidadãos, e tremores entre os 12.000 homens da milícia, a maior parte deles armado somente de chuços — que agora eram chamados a ajudar o que restava do exército e guarnecer os fortes e os montes da capital. José havia há muito pedido que a imperatriz-regente deixasse a cidade como Napoleão havia ordenado e então ela obedeceu; mas "L'Aiglon" resistiu até que ficou assustado pelo barulho da batalha que se aproximava.

Em 30 de março 70.000 dos invasores começaram o ataque final. Marmont e Mortier com 25.000 homens, defenderam tão bem como podiam uma cidade que o orgulhoso imperador nunca havia pensado em fortificar. Velhos soldados de Les Invalides, estudantes da École Polytechnique, trabalhadores e outros voluntários aderiram à defesa. José observava a resistência até que viu que ela era inútil e podia levar a um bombardeio de destruição de uma cidade que era estimada tanto por seus habitantes ricos como pelos pobres. Embora Alexandre pudesse comportar-se com comiseração e caridade, os cossacos podiam fugir ao controle, e Blücher não era homem de impedir que as coortes prussianas tomassem total vingança. Assim José transferiu sua autoridade para os marechais e partiu para juntar-se com Maria Luísa e o governo francês em Blois, no Loire. Marmont, depois de um dia de sangrenta resistência, não via mais sentido em continuá-la e assinou a capitulação da cidade às duas horas da manhã do dia 31 de março de 1814.

Naquela manhã, mais tarde, Alexandre, Frederico Guilherme III e Schwarzenberg, à testa de 50.000 soldados, fizeram sua entrada formal em Paris. O povo recebeu-os com silenciosa hostilidade, mas o czar os amaciou com uma cortesia desencorajadora e repetidas saudações.[30] Quando a cerimônia terminou ele procurou Talleyrand na Rue St.-Florentin e pediu-lhe seu conselho sobre como organizar uma mudança ordenada do

governo francês. Concordaram em que o Senado devia de novo reunir-se, que devia preparar uma constituição e apontar um governo provisório. O Senado reuniu-se em 1º de abril, compôs uma constituição garantindo as liberdades fundamentais, apontou um governo provisório e escolheu Talleyrand como seu presidente. Em 2 de abril o Senado declarou Napoleão deposto.

VI. À PAZ

Napoleão estava em St.-Duzier, a 240 quilômetros de Paris, quando lhe chegaram as notícias (27 de março) de que os aliados investiam contra a capital. Partiu com seu exército na manhã seguinte e naquela tarde recebeu uma mensagem mais urgente: "A presença do imperador é necessária se ele deseja impedir que sua capital seja entregue ao inimigo. Não há um momento a perder." Napoleão deixou seu exército em Troyes e atravessou os quilômetros restantes a cavalo apesar de todos os seus incômodos. Aproximando-se de Paris (31 de março), disse a Caulaincourt: "Vou colocar-me à testa da guarda nacional e do exército; nós vamos restabelecer as coisas." Ficou chocado ao ser informado que era tarde demais, a capitulação havia sido assinada pela manhã. Enviou Caulaincourt a Paris na esperança de que este "russo" pudesse persuadir Alexandre a um entendimento para uma solução. Temendo ser preso se entrasse na cidade, o imperador foi para Fontainebleau. Ali, naquela noite, recebeu um recado de Caulaincourt: "Fui repelido."[31] Em 2 de abril Napoleão recebeu a notícia de que havia sido deposto. Pensou por um momento quão agradável seria se cedesse. "Eu não estou preso ao trono; nasci um soldado, posso sem queixa tornar-me um cidadão." Mas a chegada de seu exército, que ainda contava com 50.000 homens,[32] reacendeu as esperanças de sua natureza; mandou que o exército acampasse ao longo do rio Essone (um tributário do Sena) e estivesse pronto para ordens posteriores. A esse acampamento Marmont conduziu os sobreviventes das tropas que haviam defendido Paris.

No dia 3 de abril Napoleão passou em revista a Guarda Imperial no pátio do palácio em Fontainebleau. Ele lhes disse: "Ofereci ao imperador Alexandre uma paz conquistada com grandes sacrifícios... Ele recusou... Em alguns dias irei atacá-lo em Paris. Conto convosco." A princípio eles nada responderam, mas quando ele perguntou-lhes: "Estou certo?" eles responderam: "*Vive l'Empereur! À Paris!*" e a banda dos granadeiros atacou os velhos temas revolucionários, "Le Chant du Départ" e "La Marsellaise".

Os generais estavam céticos. Em conferência privada com eles Napoleão encontrou-os opostos a uma restauração dos Bourbons, mas frios diante de uma tentativa de expulsar os aliados de Paris. No dia 4 de abril os marechais Ney, Oudinot, Moncey e Lefebvre entraram em seus aposentos sem serem convidados e disseram-lhe que, uma vez que o Senado o havia deposto, eles não podiam segui-lo num ataque às forças aliadas e ao governo provisório. Ele respondeu-lhes que comandaria o exército sem eles. Ney retorquiu: "O exército obedecerá a seus líderes." Napoleão perguntou-lhes o que desejavam que ele fizesse. Ney e Oudinot responderam-lhe: "Abdique." Napoleão escreveu uma abdicação condicional, deixando o trono para seu filho sob a regência de Maria Luísa. Enviou Caulaincourt, MacDonald e Ney a Paris para apresentar sua oferta. No caminho eles pararam no campo de Essone para consultar Marmont, e ficaram surpreendidos ao saber que ele tinha estado negociando particularmente com Schwarzenberg os termos

da rendição. Naquela noite (4-5 de abril) Marmont conduziu seus 11.000 homens para fora dos limites da cidade, aceitando inteiramente os suaves termos de Schwarzenberg. Em 5 de abril os líderes aliados notificaram Caulaincourt que não haveria negociações ulteriores com Napoleão até que ele houvesse abdicado incondicionalmente. Entrementes eles enviaram tropas para cercar Fontainebleau e impedir sua fuga.

Alexandre amenizou essas severidades protegendo Paris da pilhagem e fazendo visitas de cortesia a Maria Luísa, Josefina e Hortência. O russo era o mais civilizado dos conquistadores. Persuadiu seus colegas a com ele assinarem o "Tratado de Fontainebleau", que oferecia a Napoleão uma ilha no Mediterrâneo como uma espaçosa prisão, abrilhantada pelo sol italiano e por uma pensão francesa. O texto essencial dizia:

> Sua Majestade o imperador Napoleão de uma parte, e suas Majestades o imperador da Áustria, o imperador de todas as Rússias, e o rei da Prússia, estipulando em seus próprios nomes e naqueles de todos os seus aliados por outra parte...
>
> Artigo I. Sua Majestade o Imperador Napoleão renuncia em seu próprio nome, no de seus sucessores e dependentes, bem como no de todos os membros de sua família, todos os direitos de soberania e domínio tanto no império francês como... em qualquer outro país.
>
> Artigo II. Suas Majestades o Imperador Napoleão e a Imperatriz Maria Luísa reterão seus títulos e posição que serão desfrutados durante suas vidas. A mãe, os irmãos, as irmãs, sobrinhos e sobrinhas do imperador também reterão, onde quer que residam, os títulos de príncipes da família imperial.
>
> Artigo III. A Ilha de Elba, adotada por Sua Majestade o Imperador Napoleão como seu lugar de residência, formará durante sua vida um principado independente que será possuído por ele com total soberania e propriedade.
>
> Além disso será concedida, em plena propriedade do imperador Napoleão, uma renda anual de dois milhões de francos, a ser lançada no grande livro da França, dos quais um milhão será em reversão para a imperatriz.[33]

Napoleão assinou este documento em 13 de abril e, na mesma data, sua primeira abdicação; os aliados então assinaram o tratado. Ele tinha esperado que a Córsega fosse sua ilha de exílio, mas sabia que esta, um verdadeiro incubador de revoltas, não lhe seria concedida, e Elba tinha sido sua própria segunda escolha.[34] A Maria Luísa não foi permitido ir com ele; ela havia tentado reunir-se a ele em Fontainebleau, mas os aliados proibiram, e Napoleão também a desencorajara.[35] Em 27 de abril, contra sua vontade, ela e seu filho deixaram Rambouillet em direção a Viena.

Talvez Napoleão a tivesse dissuadido de procurá-lo, porque ele havia decidido matar-se. Como já foi notado antes, em seu retorno da Rússia tinha-lhe sido dado um frasco de veneno pelo dr. Yvan. Na noite de 12 para 13 de abril ele engoliu seu conteúdo. Aparentemente o veneno havia perdido a eficácia; Napoleão sofreu um pouco mas salvou-se, muito para sua vergonha. Desculpou sua intenção de continuar a viver com o propósito de escrever uma autobiografia na qual apresentaria seu lado da história e celebraria os feitos dos "*mes braves*".[36]

Em 16 de abril ele escreveu uma nota de despedida a Josefina: "Nunca te esqueças daquele que nunca te esqueceu e que nunca te esquecerá."[37] Ela morreu um mês mais tarde, a 29 de maio. Em 19 de abril, ele disse adeus a seu criado de quarto Constant e a seu guarda-costas mameluco Roustam. No dia 20 ele disse *les adieux* aos soldados da Velha Guarda que haviam permanecido com ele até o fim:

> "Soldados, eu vos dou adeus. Por 20 anos que nós estivemos juntos, vossa conduta jamais deixou-me nada a desejar. Eu vos encontrei sempre no caminho para a glória... Convosco e com os bravos homens que ainda me são fiéis, eu poderia ter levado avante uma guerra civil, mas a França seria infelicitada. Sêde fiéis pois a vosso novo rei, obedientes a vossos novos comandantes, e não deserteis nosso amado país.
>
> Não lamenteis minha sorte. Eu serei feliz ao saber que vós o sois. Eu poderia ter morrido;... se eu consinto em viver é ainda para promover vossa glória. Eu escreverei as grandes coisas que nós fizemos.
>
> Não posso abraçar-vos a todos, mas abraço vosso general. Vinde, general Petit, que eu vos aperte de encontro a meu coração. Trazei-me a Águia (o estandarte da Guarda) para que eu possa abraçá-la também. Ah, querida Águia, que esse beijo que eu te dou encontre um eco na posteridade mais longínqua! Adeus, meus filhos; os melhores desejos de meu coração estarão sempre convosco. Não me esqueçais!"[38]

Quatrocentos membros da Guarda optaram por acompanhá-lo a Elba.

Ele subiu numa carruagem com o general Bertrand, que ficaria com ele até o fim Por questões de segurança foi acompanhado por quatro oficiais aliados — russo, prussiano, austríaco e inglês; e, para proteção, por uma pequena escolta de soldados franceses.[39] Ele necessitava de proteção ao passar através da Provence, onde a população, fortemente católica e parcialmente realista, lançou-lhe insultos à sua passagem. Em Orgon, perto de Arles, ele viu-se enforcado em efígie e foi ameaçado por uma multidão; a turba ordenou-lhe que dissesse "*Vive le Roi!*" e ele obedeceu, da mesma forma que Luís XVI, num caso contrário, havia feito. Daí em diante, por motivo de segurança, ele se disfarçou com um uniforme e uma capa que lhe foram emprestadas por oficiais austríacos e russos. Seu moral levantou-se em 26 de abril, ao encontrar sua irmã Pauline esperando por ele em Le Luc. Ela havia abandonado a Riviera Francesa, e um convite para ir para Roma, para ficar numa pequena fazenda. "O Imperador passará em breve por aqui", escreveu ela a Felice Bacciocchi, "e eu desejo vê-lo e oferecer-lhe minha simpatia... Não o amei porque era um soberano, mas porque era meu irmão."[40] Recusou-se a abraçá-lo em seu humilhante disfarce; ele o abandonou e por quatro horas teve o consolo de sua devoção.

No dia 27 prosseguiu para Fréjus. Ali, em 28 de abril, foi recebido com uma salva de 21 tiros, a bordo do navio britânico *Undaunted*, e partiu para Elba. Durante os próximos nove meses, ele provaria as cicatrizantes simplicidades da paz.

CAPÍTULO XXXVII

A Waterloo

1814-15

I. LUÍS XVIII

ELE ERA o quarto filho — da mesma forma que Luís XVI tinha sido o terceiro — do delfim Luís, filho de Luís XV. Até 1791, quando já tinha 36 anos, ele aparentemente estava contente de ser o conde de Provence, elegante, genial, apreciando e apoiando a literatura, e contribuindo com elegante conversação para o *salon* de sua amante.[1] Quando Luís XVI tentou escapar da França (1791) o conde também tentou, teve sucesso, e juntou-se a seu irmão mais moço, o conde d'Artois, em Bruxelas. Quando Luís XVII, definhando na prisão e no luto, morreu com a idade de 10 anos (1795), o conde de Provence, como o próximo legítimo herdeiro do trono da França, assumiu o título de Luís XVIII e considerou-se como o rei da França durante todos os anos da Revolução e de Napoleão. À medida que a influência destes cresciam, Luís teve de mudar seu domicílio várias vezes: da Alemanha para a Rússia, para a Polônia, para a Rússia, para a Inglaterra (1811). Ali ele era apoiado pelo governo e adquiriu respeito pela constituição britânica.

Em 14 de abril de 1814, o senado francês, presidido por Talleyrand, promulgou a seguinte resolução:

> De conformidade com a proposição do Governo Provisório, e o relatório de um *comitê* especial de sete membros, o Senado resigna ao governo provisório da França em favor de sua Alteza Real o conde d'Artois, com o título de Tenente-Geral do Reino até que Louis-Stanislaus-Xavier, chamado para o trono da França, tenha aceito a carta constitucional.[2]

A constituição formulada pelo Senado estabelecia a anistia para os revolucionários, a proibição de direitos feudais e títulos eclesiásticos, a confirmação das compras feitas de propriedade "nacional" (conquistada à Igreja e aos *émigrés*), a manutenção de uma Câmara dos Deputados e de uma Casa dos Pares, e o respeito à liberdade civil e à soberania do povo.

Agradado por este convite, perturbado pelas suas condições, Luís pediu tempo para pensar. Em 24 de abril ele deixou a Inglaterra em direção à França. De St.-Ouen, em 2 de maio, ele anunciou que respeitaria a maior parte da constituição proposta, mas tinha que rejeitar a soberania do povo como inconsistente com a sua hereditariedade de rei pela graça de Deus. Propôs-se a "outorgar" à França e ao Senado uma "carta" em vez de uma constituição. O senado seria uma Câmara de Pares escolhida pelo rei;

o Corpo Legislativo seria uma Câmara de Deputados eleita pelos votantes que pagassem 300 francos ou mais por ano de impostos diretos; e estas duas câmaras controlariam as rendas e as despesas do governo. Encantadas pelo poder sobre o erário, as duas câmaras aceitaram a carta, o rei comprometeu-se a cooperar, e começou a restauração Bourbon (4 de junho de 1814).

No meio dessa mudança de guarda as Potências Aliadas, pelo "Primeiro Tratado de Paris" (30 de maio de 1814), reduziram a França a suas fronteiras de 1792, e lhe deram Chambéry, Annecy, Mulhouse e Montbéliard. A França entregou importantes colônias à Inglaterra e à Espanha, reconheceu o domínio austríaco no norte da Itália, e concordou por antecipação com quaisquer decisões que o Congresso de Viena viesse a tomar acerca dos territórios tomados pela França desde 1792.

Estabelecido nas Tulherias, Luís XVIII sentia que tinha o direito de repousar e gozar da restituição de sua propriedade. Ele falava de 1814, como o "décimo nono ano de meu reino". Ele estava agora com 59 anos de idade, de bom gênio e cortês, preguiçoso e lento, gordo e sofrendo de gota, nada tinha de um rei. Resignou-se a um governo constitucional e complacentemente ajustou-se aos votos, à oratória, às facções e a uma imprensa mais livre que sob o Diretório ou sob Napoleão. Salões para a discussão de literatura e de política floresciam. Mme. de Staël, triunfante, voltou as suas reuniões de Paris e entretinha reis.

Mais geralmente apreciado pelo povo era o sucesso econômico do novo regime. Luís teve o bom senso de deixar inalterados o Código Napoleão, o judiciário, a burocracia, e a estrutura da economia. Como Napoleão tinha tido a sorte de encontrar para o vital ministério das finanças um homem da alta competência e integridade de François Mollien, da mesma forma Luís XVIII encontrou para as mesmas funções o barão Joseph-Dominique Louis, que atendeu prontamente a todas as obrigações do Tesouro e resistiu a todas as tentações de chicana fiscal.

A corte do rei simbolizava seus esforços para adoçar a transição dos dois regimes. Houve, no primeiro ano do reinado, poucas retaliações contra aqueles que haviam servido a Napoleão; os marechais do imperador, excetuando Davout, misturavam-se livremente com realistas de linhagem na corte Bourbon. Membros da nobreza inferior, como M. e Mme. de Rémusat, que tinham sido favoritos com Napoleão, acorreram a adorar o trono novamente preenchido. O epigrama de Talleyrand que os Bourbons haviam "nada esquecido e nada aprendido" poderia bem ter sido verdade da parte do conde d'Artois — de boas maneiras e boa aparência, mas tolamente orgulhoso; mas não podia ser justamente aplicado a Luís XVIII. O próprio Napoleão, em Santa Helena, testemunhou acerca da rapidez com a qual a maior parte do povo francês havia aceito o *ancien régime nouveau*, como se recaindo prontamente nos velhos hábitos, estabelecidos por um tempo longo demais para terem sido completamente esquecidos.

Não obstante, havia alguns elementos de discórdia e descontentamento. A Igreja repudiava a Concordata e insistia na restauração de seu poder de antes da Revolução, especialmente sobre a educação. Foi obtido do rei um decreto que exigia a estrita observância religiosa dos domingos e dos dias santos; todas as lojas, exceto as dos farmacêuticos e dos que vendiam ervas, deviam fechar de manhã até a noite, e nenhum trabalho pago ou transporte a negócios era permitido.[3] Tornou-se perigoso não professar o catolicismo.

O mais perigoso de tudo era a demanda aparentemente razoável da Igreja que toda a propriedade confiscada durante a Revolução fosse a ela restituída. Esta demanda não podia ser aceita sem uma revolta das centenas de milhares de camponeses e membros da classe média que haviam comprado tal propriedade do Estado. O medo que esses compradores tinham de que pudessem vir a ser despojados, na totalidade ou em parte, levou muitos camponeses e alguns sólidos burgueses a pensarem que poderiam receber de bom grado uma volta de Napoleão, se ele estivesse curado da guerra.

Uma minoria ainda ativa da população acalentava os princípios da Revolução e trabalhava, embora clandestinamente, para sua ressurreição. Severamente reprimidos pelo novo regime, estes "jacobinos" brincavam com a esperança de que um Napoleão retornado poderia ser forçado, a fim de destronar os Bourbons, a ser de novo o Filho da Revolução. No exército eles fizeram muitos convertidos a esta esperança. Os marechais estavam cativados pela amabilidade do rei, mas a classe dos oficiais — vendo suas visões de promoção desaparecer à medida que a nobreza reassumia seu velho monopólio dos postos mais altos — ansiava por um retorno aos dias em que o bastão de marechal podia ser conseguido no campo e no dia da batalha. Luís XVIII, ansioso para equilibrar o orçamento, havia desmobilizado 18.000 oficiais e 300.000 soldados; quase todos esses homens dispensados, lutando para encontrar um lugar na economia, idealizavam em sua lembrança o imperador que havia distribuído tanto a glória como a morte, e que havia feito até a morte parecer gloriosa.

O descontentamento do exército era a mais forte das forças que abria a porta para o retorno do fascinante filho pródigo. Junte-se a isso uma classe camponesa temendo ser despojada de sua propriedade ou a restauração dos direitos feudais; os fabricantes sofrendo do influxo das mercadorias inglesas; o desconforto de todos, exceto os católicos ortodoxos, sobre o domínio crescente do clero; a dispensa pelo rei de ambas as câmaras no fim de 1814 — que não deveriam de novo reunir-se senão em maio; e um secreto anseio dos pobres pela excitação e esplendor da França napoleônica: essas eram fracas e incertas aragens da sorte, mas a notícia delas, chegadas a Elba, levantou o moral do gladiador aprisionado, ferido mas não morto.

II. O CONGRESSO DE VIENA: SETEMBRO DE 1814 A JUNHO DE 1815

Foi a mais distinta reunião política na história da Europa. Seus membros dominantes eram naturalmente os principais vencedores na guerra das nações: Rússia, Prússia, Áustria e Grã-Bretanha; mas havia também delegados da Suécia, Dinamarca, Espanha, Portugal, do Papado, da Baviera, da Saxônia, do Württemberg...; e tinha-se também que contar com a França derrotada, se não por outro motivo pelo menos por ser ela representada pelo voluntarioso Talleyrand. O que aconteceu naquele congresso ilustraria dois princípios não inteiramente contrários: que os canhões falam mais alto do que as palavras, e que a força física é raramente vitoriosa a não ser que seja manipulada pelo poder mental.

A Rússia era representada em primeiro lugar pelo czar Alexandre I, que tinha o maior exército e o maior encanto. Com a ajuda do conde Andreas Razumovsky (patrono de Beethoven) e do conde Karl Robert Nesselrode ele propôs que a Rússia recebesse toda

a Polônia, como uma recompensa por ter liderado os aliados em sua hesitação sobre o Niemen e o Spree até a vitória no Sena; e o príncipe Czartoryski, representando a Polônia com a permissão de Alexandre, apoiou a proposta na esperança de que a reunificação da Polônia pudesse ser um passo em direção a sua independência.

A Prússia era representada formalmente pelo rei Frederico Guilherme III, mais ativamente pelo príncipe von Hardenberg, com Wilhelm von Humboldt como seu filósofo assistente. Eles demandavam uma recompensa justa pela liderança marcial do ''Vorwärts'' Blücher e o sacrifício de vidas prussianas. Alexandre concordou e — condicionada à retirada pela Prússia de suas pretensões sobre sua antiga parte da Polônia — ofereceu a Frederico Guilherme toda a Saxônia, cujo rei (então prisioneiro em Berlim) merecia esse despojamento por haver cedido o exército saxônio a Napoleão; e Freiherr von Stein pensava que isto era uma solução de cavalheiros.

A Áustria julgava que sua declaração em favor dos aliados havia decidido a guerra, e que ela devia receber uma porção generosa do banquete dos vitoriosos. A exclusão da Áustria da partilha da Polônia era intolerável; e a apropriação da Saxônia pela Prússia jogaria completamente fora de proporção o balanço europeu de poder entre o norte e o sul. Metternich desenvolveu toda sua paciência e tortuosa sutileza para impedir que a Áustria fosse reduzida a uma potência de segunda classe. O imperador Francisco II ajudou seu ministro de relações exteriores, amolecendo seus convidados com entretenimentos. Seu tesouro havia emergido da guerra com um pé na bancarrota; ele arriscou o que restava intoxicando seus convidados com vinho e champanhe, e entorpecendo-os com banquetes de Neanderthal. Os salões dos palácios imperiais brilhavam quase todas as noites com exuberantes festas. Atores e atrizes, cantores e *virtuoses* eram contratados para encantar os potentados e suas comitivas; Beethoven sacudia a cidade com ''Die Schlacht von Vittoria''. Belas mulheres usavam fortunas em cima de seus vestidos, por sobre seus cabelos e mostravam tudo o que podiam de seus encantos secretos quanto um decente respeito pelo cardeal Consalvi o permitia. Amantes estavam à disposição dos titulares que as procuravam e as cortesãs supriam as necessidades das pessoas notáveis de menor importância. O disse-que-disse da cidade tinha dificuldade em manter-se a par dos amores do czar.[4]

Alexandre vencia as mulheres e perdia a guerra diplomática. Metternich procurava aliados contra ele entre os delegados das potências menores. Argumentava que o princípio da legitimidade proibia a espoliação de um reino tal como a Rússia e a Prússia haviam proposto para a Saxônia. Eles concordavam, mas como podiam eles falar de princípios com uma Rússia que tinha 500.000 soldados aquartelados em sua fronteira ocidental? Metternich apelou a Lorde Castlereagh, o qual falava pela Inglaterra: não seria incômodo para a Inglaterra uma Rússia que avançava pela Polônia aliada com uma Prússia inchada pela Saxônia? O que faria isso ao equilíbrio de poder leste-oeste? Castlereagh desculpava-se; a Inglaterra estava em guerra com os Estados Unidos e não podia arriscar-se a uma confrontação com a Rússia.

Assim Metternich voltou-se como último recurso para Talleyrand. Ele havia deixado os franceses zangados, por ter excluído a França, junto com as potências menores, das conferências privadas dos "Quatro Grandes", e deferido para 1º de novembro de 1814 a primeira assembléia-geral de todos os estados membros. Talleyrand fez causa comum com outras delegações excluídas e em breve foi aceito como seu porta-voz. Assim fortificado,

ele começou a falar da França como ainda uma potência de primeira classe, pronta a levantar e a suprir um exército de 300.000 homens. Metternich, que poderia ter visto nisso uma ameaça, viu aí uma possível promessa. Solicitou a ajuda de Talleyrand contra a Rússia; Talleyrand assegurou-se do consentimento de Luís XVIII; os dois diplomatas conseguiram trazer para seu lado Castlereagh, agora que a paz havia sido feita com a América. Em 3 de janeiro de 1815, a França, a Áustria, e a Grã-Bretanha formaram a Tríplice Aliança para ajuda mútua na manutenção do equilíbrio do poder. Tendo que encarar esse novo consórcio, a Rússia retirou sua pretensão sobre toda a Polônia; e a Prússia, tendo ganho de novo Thorn e Posen, concordou em ficar com apenas dois quintos da Saxônia. Talleyrand recebeu a maior parte do crédito, e orgulhava-se de que sua diplomacia havia transformado a França de um mendigo batido novamente em uma potência maior.

Após quase nove meses de barganhas, os dignatários reunidos, pelo "Ato do Congresso de Viena", datado de 8 de junho de 1815, redistribuíram o solo da Europa de acordo com o velho princípio de que aos vitoriosos pertencem os despojos — se os vitoriosos ainda forem suficientemente fortes para tomá-los. A Grã-Bretanha ficou com Malta como seu posto de sentinela no Mediterrâneo central; ela estabeleceu seu protetorado sobre as ilhas do mar Jônio como guardas sobre o Adriático ou o Mediterrâneo oriental; devolveu algumas e manteve outras das colônias francesas e holandesas que ela havia tomado durante a guerra (notavelmente o Ceilão e o Cabo da Boa Esperança). Recuperou o controle de Hanôver, e negociou uma íntima compreensão com o novo reino dos Países-Baixos, que agora englobava tanto a "Holanda" como a "Bélgica", e portanto as bocas do Reno.

A Polônia sofreu uma nova repartição, com alguma melhoria. A Prússia recebeu as regiões em volta de Posen e Danzig. A Áustria recebeu a Galícia. A Rússia recebeu o grão-ducado de Varsóvia, que foi transformado no reino da Polônia, tendo o czar como seu rei, e com uma constituição liberal.

A Prússia saiu da guerra com ganhos que a prepararam para Bismarck: além dos dois quintos da Saxônia ela recebeu a Pomerânia e Rügen da Suécia, e a maior parte da Westphalia; Neuchâtel da Suíça; e uma influência predominante na Confederação Germânica que agora substituía a Confederação do Reno de Napoleão. A Saxônia reteve três quintos de seu antigo território e recuperou seu rei. A Áustria ajuntou a suas terras anteriores ao Congresso, Salzburg, a Ilíria, a Dalmácia, o Tirol, e o "reino Lombardo-Veneziano" no norte da Itália. Os Estados Papais foram devolvidos ao papado; a Toscana voltou ao domínio dos Habsburgos-Bourbons. Finalmente, num cumprimento ao cristianismo, o Congresso condenou o comércio de escravos.

Durante dezembro e janeiro de 1814-15, o Congresso considerou propostas para outras negociações com Napoleão. Seguramente (sugeriram alguns delegados) este excitável homem não permaneceria contente sendo o soberano da pequena Elba. E aquela ilha era desconfortavelmente próxima da Itália e da França. Que diabruras poderia ele armar se fugisse? Várias propostas foram mandadas ao Congresso para enviar uma força para Elba, prender Napoleão e deportá-lo para um lugar mais afastado e mais seguro. Talleyrand e Castlereagh assim pensavam; o czar Alexandre objetou a isso e o assunto ficou neste pé.[5]

O Congresso aproximava-se de seu final quando, cedo, na manhã de 7 de março, Metternich foi acordado por uma mensagem marcada urgente. Era do cônsul austríaco em Gênova e informava ao ministro que Napoleão havia escapado de Elba. Os delegados, notificados, concordaram em adiar o término do Congresso e permanecer em Viena até que alguma ação unida pudesse ser combinada. No dia 11 de março vieram mais notícias de que Napoleão havia desembarcado próximo a Antibes. No dia 13 de março o congresso, através de seu "Comitê dos Oito" lançou uma proclamação contra Napoleão declarando-o fora da lei e que qualquer pessoa podia matá-lo sem receio ou embaraço com a lei. O Congresso tinha completado seus programas, mas — embora os delegados agora estivessem dispersados — ele permaneceu tecnicamente em sessão até 19 de junho, quando foi notificado que Napoleão havia sido derrotado em Waterloo no dia anterior. O Congresso então declarou-se oficialmente encerrado.

III. ELBA

Napoleão chegou a Portoferraio, na ilha de Elba, no dia 3 de maio de 1814. Desembarcou na manhã seguinte entre entusiásticas aclamações da população da cidade, que pensava que ele estava trazendo milhões de francos para ali gastar; oito dias antes eles o haviam enforcado em efígie como um homem loucamente apaixonado pela guerra.[6] Escoltaram-no até o palácio do governador, que agora tomaria uma dignidade imperial. Durante os nove meses seguintes ele seria o imperador de 223 quilômetros quadrados e 12.000 almas. Ele rodeou-se (em parte porque talvez acreditava que a pompa é a metade do poder) com todos os atavios da majestade — uniformes, guarda real, camareiros, criadagem, músicos, 100 cavalos, 27 carruagens.[7] Em 26 de maio 400 membros de sua Velha Guarda vieram para servi-lo, como o núcleo de um exército em miniatura. Cerca de 200 voluntários chegaram da França, outros da Itália ou da Córsega; ao todo ele em breve tinha cerca de 1.600 homens prontos para lutarem contra qualquer tentativa de incomodar o odiado e amado imperador. Para maior inviolabilidade, ele fortificou o porto e organizou uma frota — um brigue (o *Inconstant*) e quatro pequenos navios, todos armados.

Como financiou ele tudo isso — e os trabalhos públicos e empreendimentos com os quais ele fez melhorias na ilha? O Tratado de Fontainebleau havia-lhe prometido uma anuidade da França, mas ela não lhe foi paga.[8] No entanto Napoleão havia trazido com ele 3.400.000 francos em prata e ouro, e recolhia 400.000 liras anualmente em impostos e outros rendimentos. Após meio ano começou a indagar-se como é que iria atender as suas despesas se ali permanecesse mais do que um ano.

Durante algum tempo sentia-se razoavelmente feliz, considerando seu modo expansivo. Em 9 de maio ele escreveu a Maria Luísa: "Cheguei aqui há 15 dias. Arrumaram-me uma bela residência... Minha saúde é perfeita, a terra é agradável. Sinto falta de notícias tuas, e a segurança de que estás bem... Adeus minha amada, dá um beijo em meu filho."[9]

Outro filho, com sua mãe, a fiel condessa Walewska, estava entre seus primeiros visitantes. Os marinheiros e os cidadãos tomaram-na pela imperatriz e deram-lhe uma recepção real. Napoleão ficou perturbado, uma vez que alimentava a esperança de que sua esposa e o "rei de Roma" se juntassem a ele na ilha. Distraiu-se durante um dia ou dois nos braços de Walewska,[10] e então amavelmente despediu-a por motivos de Estado. Talvez Maria Luísa haja recebido algum relato exagerado acerca desses dois dias.[11]

Em outubro sua mãe e sua irmã Pauline vieram ficar com ele. Pauline ofereceu-lhe suas jóias e pediu-lhe perdão pela deslealdade de Murat. Madame Mère deu-lhe cuidado e conforto maternais e ofereceu-lhe todas suas economias. Ela e Pauline ficaram com ele embora sentissem duramente a falta da quente vitalidade da vida italiana.

Podemos imaginar quão aborrecido ele estava, após os primeiros poucos meses, com o diminuto objetivo e ambiente que a pequena ilha podia dar a seu caráter e a seus sonhos. Ele tentava escapar ao tédio mediante atividade física, mas quase diariamente notícias de terra firme acrescentavam algo a sua inquietação. Méneval, que estava servindo a Maria Luísa em Viena, informou-o acerca da discussão no Congresso de Viena acerca de removê-lo para uma distância mais segura,[12] e ajuntou que o Congresso iria provavelmente terminar por volta de 20 de fevereiro. Outros informantes contavam-lhe do descontentamento no exército, dos temores dos camponeses, das agitações dos jacobinos e da obrigatoriedade do culto católico. Em fevereiro de 1815 Hugues Maret, duque de Bassano, enviou-lhe uma mensagem por intermédio de Fleury de Chaboulon, confirmando todos esses relatórios.[13]

Excitado por essas notícias, e animado com as esperanças de um fim mais nobre do que a morte por inanição contou a sua mãe sua tentação de escapar e pediu seu conselho. Ela suspeitou que se o deixasse partir agora nunca mais o veria novamente. "Deixa-me", disse ela, "ser mãe por algum tempo e depois eu te darei minha opinião." Mas ela sabia que ele já havia decidido a última jogada. "Vai meu filho", disse-lhe ela, "e completa teu destino."[14]

Ele sentia que precisava agir rapidamente. Um pouco mais de tempo e não teria meios próprios para pagar aqueles milhares de franceses que o estavam servindo e precisavam ser mantidos. As condições haviam-se desenvolvido favoravelmente a uma tentativa de retomar seu trono, defendê-lo e transmiti-lo a seu filho, tão belo como Adonis, que ele treinaria para ser rei. Os aliados estavam desmanchando seu Congresso e indo para casa com suas tropas; talvez, separadamente, eles estivessem abertos a um apelo pela paz. As noites ainda eram longas; na escuridão da noite sua pequena frota poderia escapar à observação e ele estaria de novo no solo da França.

Napoleão preparou-se tão discretamente quanto possível, mas com sua visão usual e rigor. Ordenou à Guarda Imperial e a 800 granadeiros — 1.100 homens ao todo — que juntassem seus pertences e estivessem nas docas na tarde de 26 de fevereiro para uma viagem de vários dias até um destino não-declarado. Apesar disso eles entenderam que se destinariam à França, e com isso se alegraram.

Na noite marcada ele abraçou sua mãe e sua irmã (que em breve iriam ter com amigos na Itália), juntou seu pequeno regimento, embarcou com ele no *Inconstant* e em cinco outros navios, e tranqüilamente partiu na escuridão. Os ventos não os favoreceram, às vezes deixando a impotente frota parada na calmaria, às vezes levando-a próximo demais das costas; eles temiam ser reconhecidos, parados e ignominiosamente aprisionados. Durante três dias eles se moveram em direção ao norte, ao longo da costa italiana, depois para oeste passando por Gênova e a Riviera Francesa. Em caminho os homens que sabiam escrever fizeram centenas de cópias de uma proclamação composta por Napoleão, para ser distribuída na França:

FRANCESES:

Eu ouvi, em meu exílio, vossas lamentações e vossas preces: vós ansiais pelo governo que haveis escolhido, o qual é o legal. Cruzei o mar e estou vindo para reclamar meus direitos que são os vossos. Ao exército: vossas posses, vossos postos, vossa glória, a propriedade, o posto e a glória de vossos filhos, não têm maiores inimigos que aqueles príncipes que os estrangeiros impuseram sobre vós.... A vitória marchará a toda velocidade; a águia, com as cores nacionais, voará de torre em torre até a torre da Notre Dame. Vós sereis os libertadores de vosso país.[15]

IV. A INCRÍVEL JORNADA: 1-20 DE MARÇO DE 1815

A pequena armada, levando "César e sua fortuna", avistou Cap d'Antibes na madrugada de 1º de março. Pouco após o meio dia, no golfo Juan, os 1.100 homens começaram a desembarcar, alguns pulando na água rasa e vadeando até a praia. Napoleão, o último a desembarcar, ordenou que se fizesse um bivaque numa plantação de oliveiras entre o mar e o caminho de Antibes a Cannes. Enviou um pequeno grupo a Cannes para comprar cavalos e provisões e pagar em dinheiro; ele havia trazido 800.000 francos de ouro de Elba. Mandou que outro grupo fosse a Antibes e persuadisse sua guarnição a aderir a eles; seu comandante recusou-se e aprisionou os mensageiros. Napoleão negou-se a ir tentar libertá-los; ele estava resolvido a chegar a Paris sem dar um tiro.

Não recebeu boas-vindas em Antibes. Os transeuntes, ao ouvirem dizer que o homenzinho que estudava mapas em uma mesa ao ar livre era o imperador, não manifestavam nenhum entusiasmo. A região havia sido duramente atingida pelas guerras, as conscrições, e o duplo bloqueio; não tinha nenhum apetite para mais da mesma dieta. O prefeito de Antibes veio examinar os invasores e disse a Napoleão: "Nós estávamos começando a sentir-nos felizes e tranqüilos; vós ireis perturbar tudo." Napoleão, lembrando-se disso em Santa Helena, disse a Gourgaud: "Vós não podeis imaginar quanto essa observação me comoveu, nem a dor que ela me causou."[16] Um correio que passava em parte tranqüilizou-o: o exército e o povo comum, relatava ele, estavam a favor de Napoleão, de Paris a Cannes, mas o povo da Provence era contra ele.

Napoleão sabia bem disso, recordando sua amarga experiência em Orgon há 11 meses, e essas lembranças determinaram agora a escolha de seu caminho para Paris. Em vez de seguir, com o risco de encontros sangrentos, as estradas batidas e na maior parte planas de Cannes a Toulon, Marseille, e Avignon a Paris, ele escolheu a rota montanhosa de Cannes a Grasse, Digne, Grenoble e Lyons. A região sul de Grenoble era pouco populosa, as guarnições eram pequenas e notoriamente contra os Bourbons. Os passos de montanha ainda estavam cobertos de neve; os homens da velha guarda e os granadeiros iriam resmungar mas nunca o desertariam.

Assim, pela meia-noite de 1º para 2 de março, os 1.100 homens puseram-se a caminho na estrada para Cannes. Cerca de 60 deles tinham podido comprar cavalos, mas, para manter-se parelhos e por amizade com os restantes, caminhavam ao lado de suas montadas carregadas de bagagens. Napoleão usualmente viajava numa carruagem. No centro da procissão alguns homens da guarda fiscalizavam o ouro de Napoleão. Valentes corsos formavam a retaguarda.[17]

Em Grasse eles deixaram seus canhões como sendo um problema grave demais para estradas de montanha bloqueadas pelo gelo. Os veteranos de Napoleão, habituados a

ganhar guerras com suas pernas, marcavam uma boa cadência para o resto. No dia 5 de março eles chegaram a Gap, tendo caminhado (a maior parte deles) 240 quilômetros em quatro dias. Em La Mure, a 32 quilômetros ao sul de Grenoble, eles encontraram o seu primeiro desafio sério.

O comandante da Quinta Divisão do Exército, estacionada em Grenoble, tinha recebido ordens de Paris para prender Napoleão, e tinha enviado um batalhão de 500 homens para deter os rebeldes que se aproximavam. Quando as colunas opostas se aproximavam uma da outra, Napoleão ordenou que seus defensores baixassem suas armas. Deu um passo à frente deles e encaminhou-se em direção aos soldados que se aproximavam. Chegando perto parou e a eles se dirigiu: "Soldados do Quinto Exército, sou vosso imperador; reconheceis-me?" Abriu seu casacão militar e disse: "Se há entre vós um soldado que gostaria de matar seu imperador, aqui estou eu (*mevoilà*)." Quase todos os homens do batalhão baixaram suas armas e gritaram, "*Vive l'Empereur!*" O batalhão saiu de forma, e os soldados contentes reuniram-se em volta de Napoleão, procurando tocá-lo. Ele falou-lhes com afeição, voltou para seu grupo e lhes disse: "Tudo está arranjado; em dez dias estaremos nas Tulherias."[18]

Naquela tarde eles se aproximaram de Grenoble. Centenas de camponeses e proletários vieram dar-lhes as boas-vindas. Quando descobriram que uma das portas da cidade estava fechada, eles a derrubaram para deixar que o pequeno exército entrasse. Dizendo a seus exaustos homens que procurassem um bom repouso até o meio-dia seguinte, ele próprio foi para a hospedaria dos Trois Dauphins. O prefeito, os funcionários municipais, mesmo os comandantes militares, vieram cumprimentá-lo. Na manhã seguinte ele recebeu uma delegação maior, que lhe pediu para comprometer-se com um governo constitucional. Ele sabia que Grenoble estivera nas primeiras linhas da Revolução e que nunca havia perdido sua sede pela liberdade. Dirigiu-se a eles em termos que repudiavam seu passado absolutismo e que prometiam uma reforma. Reconheceu que havia assumido um poder excessivo e que havia permitido que suas guerras, originalmente defensivas, se tornassem guerras de conquistas, quase exaurindo a França. Comprometeu-se a dar à França um governo representativo, leal aos princípios de 1789 e 1792. Agora, disse-lhes ele, sua mais cara esperança era preparar o seu filho para ser o valioso e liberal líder de uma França esclarecida.[19]

Naquela tarde (8 de março), determinou a seus seguidores que retomassem sua marcha; ficaria mais um dia em Grenoble para dar diretivas àquelas cidades que estavam aceitando sua liderança; mas prometeu juntar-se a seu bando em tempo de ajudá-los a conquistar pacíficas vitórias. Em 10 de março ele alcançou-o e conduziu-o até Lyons.

Nesta altura as notícias da fuga de Napoleão já haviam chegado a Luís XVIII. A princípio ele não ficou alarmado, sentindo-se confiante em que o criminoso em breve seria detido. Mas, quando a marcha continuou e Napoleão aproximou-se de Grenoble, conhecida por sua hostilidade aos Bourbons, Luís lançou no dia 7 de março uma proclamação exortando todos os cidadãos a ajudarem a prender esse incômodo criminoso e levá-lo a uma corte militar para julgamento e execução; ao mesmo tempo decretando a mesma punição para todos os que os ajudassem. O rei chamou Ney de sua reforma e pediu-lhe que liderasse uma força contra Napoleão. Ney concordou, mas a história de que ele comprometeu-se a trazer Napoleão de volta numa jaula de ferro é provavelmente uma fábula.[20] Ney apressou-se em direção ao sul, assumiu o comando de um batalhão em

Besançon, e chamou os generais de Bourmont e Lecourbe para juntar-se a ele com suas forças em Lons-le-Saunier (a noroeste de Genebra). Aos 6.000 soldados assim reunidos ele fez um fogoso discurso para despertar sua coragem. "Compreende-se", disse ele, "que o homem de Elba tenha tentado esse louco empreendimento, pois isto será o último ato da *Napoléonade*."[21] Não teve grande resposta de seus homens.

Naquele dia, 10 de março, Lyons estava aclamando Napoleão. Os fabricantes dali tinham geralmente prosperado sobre o Bloqueio Continental, que abrira toda a Europa exceto a Inglaterra aos produtos de Lyons, e eles não tinham nenhuma estima pelos *émigrés*, que estavam voltando para a cidade e se comportando como se nunca tivesse havido uma Revolução. Nesse ressentimento concordavam seus empregados, por motivos próprios; muitos deles eram ardentes jacobinos, parte de uma corrente subterrânea que agora vinha à superfície para dar as boas-vindas a Napoleão, na esperança de que ele os conduzisse de volta a 1789. Os camponeses do interior tremiam por suas terras não abençoadas, e esperavam que Napoleão aquietasse a campanha dos padres pela restauração dos domínios eclesiásticos nacionalizados e redistribuídos. E os soldados da guarnição estavam ansiosos para recolocar o cocar vermelho em suas baionetas.

Assim Lyons abriu suas portas, os realistas fugiram, a burguesia sorriu, os trabalhadores e os soldados o aclamaram quando Napoleão conduziu seu regimento para dentro da cidade. Os funcionários municipais, os juízes, mesmo alguns líderes militares, vieram oferecer sua adesão; ele replicou prometendo-lhes um governo constitucional e uma política de paz. A guarnição toda, exceto os oficiais nobres, juntou-se a seu crescente exército quando ele retomou sua marcha para Paris. Napoleão agora tinha 12.000 soldados para lutar por ele mas ainda esperava vencer sem dar um tiro. Escreveu a Maria Luísa prometendo estar em Paris a 20 de março, o terceiro aniversário do nascimento de seu filho, dizendo-lhe quão feliz ela o faria se pudesse em breve juntar-se a ele em Paris. Escreveu a Ney uma nota tão cordial como se nunca tivesse havido uma nuvem em sua amizade; convidou-o para um encontro em Châlons, e prometeu recebê-lo como após a batalha de Borodino — como o "príncipe de Moskva".

Em 14 de março, ainda em Lons-le-Saunier, Ney reuniu suas tropas e leu-lhes a proclamação que iria custar-lhe a vida: "Soldados, a causa dos Bourbons está para sempre perdida. A dinastia legítima que a França adotou está para subir novamente ao trono. É o imperador Napoleão, nosso soberano, que de agora em diante reinará sobre nosso glorioso país." Os soldados sacudiram a terra com seus repetidos gritos de "*Vive l'Empereur! Vive le maréchal Ney!*"[22] Ele ofereceu-se para guiá-los até juntar-se às forças de Napoleão; eles concordaram; e Napoleão encontrou-os em Auxerre em 17 de março. No dia 18 Napoleão recebeu Ney, e sua velha amizade foi renovada. Ninguém ousaria, daí em diante, impedir a marcha até Paris.

Na noite do dia 17, Luís XVIII, com paramentos reais, apareceu perante as câmaras combinadas no Palais-Bourbon, e anunciou sua determinação de resistir a Napoleão. "Eu trabalhei", disse ele, "pela felicidade de meu povo. Poderia eu, aos 60 anos, terminar melhor os meus dias do que morrendo em sua defesa?" Determinou a mobilização de todas as forças leais. Alguns responderam, mas na maioria eram as tropas da casa real; o exército regular custou a responder e nenhum líder competente apareceu para comandá-los ou inspirá-los. Os realistas começaram novamente a emigrar.

O *salon* de Mme. de Staël estava cheio de boatos e ela também pensou em fugir. No

dia 19 de março, o *Journal des débats* publicou um artigo de seu intermitente amante Benjamin Constant reafirmando seu apoio a Luís XVIII e ao governo constitucional; naquela noite Constant procurou um esconderijo.

O próprio Luís, sempre relutante em mover-se, demorou a partida até que lhe chegou a notícia, no dia 19 de março, que Napoleão havia chegado a Fontainebleau e poderia ser esperado em Paris no dia seguinte. Às onze da noite Luís e sua família saíram das Tulherias e dirigiram-se para Lille. Aquela cidade era fortemente realista, mas sem dúvida o rei pensava, de vez em quando, em um irmão que havia partido em uma viagem semelhante em 1791 e havia sido trazido de volta prisioneiro do povo.

Em 20 de março um grupo de entusiásticos bonapartistas, sabendo que as Tulherias estavam livres do rei e dos soldados da casa real, entrou no palácio numa alegre improvisação e preparou a câmara real para receber Napoleão. Durante todo aquele dia seu exército, sempre aumentando, marchava em direção a seu objetivo. O próprio Napoleão permaneceu em Fontainebleau até as duas da tarde, ditando mensagens e instruções, e presumivelmente divagando acerca do palácio que havia visto tanta história, inclusive uma abdicação que agora ia ser cancelada e vingada. Chegou a Paris às nove da noite, acompanhado por Bertrand e Caulaincourt. Atravessaram a cidade quase sem serem notados até alcançarem as Tulherias. Ali uma multidão de parentes e amigos deu-lhe as boas-vindas com enorme efusão, carregando-o nos ombros pelas escadas acima. Ele submeteu-se a um abraço após outro, até que parou frente a eles, exausto e estupefato mas feliz até as lágrimas. Veio Hortência, ele reprovou-a por haver aceito favores de Alexandre; ela defendeu-se; ele cedeu, tomou-a em seus braços e disse: "Eu sou um bom pai; tu o sabes... E estiveste presente na morte da pobre Josefina. Entre nossos muitos infortúnios sua morte feriu-me o coração."[23]

Assim terminou a incrível jornada: 1.200 quilômetros de Cannes a Paris, em 20 dias, cumpridos a pé pela maior parte de seus companheiros; e cumprida a promessa de que nenhum tiro seria disparado nessa reconquista da França. Agora, para a tarefa de restaurar a paz e a unidade internas, formar um novo governo e preparar-se para enfrentar 500.000 soldados que se reuniam, da Rússia, da Prússia, da Áustria e da Inglaterra, para mandá-lo de volta para sua ilha ou para uma ainda mais distante, ou para uma esquadra de fuzilamento.

Todo fim é um princípio, e neste 20 de março de 1815 Napoleão Bonaparte começou os seus Cem Dias.

V. RECONSTRUINDO

A tarefa de restaurar um governo, um exército e uma vontade nacional foi tornada triplamente difícil pela ilegalidade de sua posição, a unidade de seus inimigos estrangeiros e a desunião de seu povo.

Ele havia de novo, como em 1799, tomado à força — ou pela ameaça da força — um governo legalmente estabelecido. Era bem verdade que ele estava retomando pela força uma autoridade que lhe fora retirada pela força das armas; mas ele formalmente rendera seu poder por sua abdicação, e o Senado havia oferecido o trono a Luís XVIII, que o aceitara como seu direito legal, e que agora não o havia entregue. Aos olhos dos aliados — e de uma considerável parte do povo francês — ele era um usurpador.

Seus inimigos estrangeiros estavam agora mais firmemente unidos contra eles do que em suas maciças campanhas de 1813-14. As muitas nações representadas no Congresso de Viena tinham sido unânimes em marcá-lo como um proscrito. Não somente haviam a Rússia, a Prússia, a Aústria, e a Inglaterra se comprometido, cada uma delas, com 150.000 soldados, para a nova campanha a fim de removê-lo do cenário europeu; a Suécia, a nova Confederação Germânica, e mesmo a pequena Suíça, tinham prometido contribuir para formar a muralha de carne e dinheiro que estava sendo levantada para imobilizá-lo.

Napoleão enviou-lhes humildes ofertas para negociar um entendimento sem sangue; eles não lhe deram resposta. Ele apelou a seu sogro, o imperador Francisco II da Áustria, para interceder por ele junto aos outros aliados — nenhuma resposta recebeu. Escreveu a sua esposa solicitando sua ajuda para convencer seu pai; aparentemente a mensagem nunca chegou a ela. No dia 25 de março, os aliados unidos proclamaram que eles não estavam fazendo guerra contra a França, mas que nunca fariam a paz com Napoleão Bonaparte porque senão ele iria de novo levar a França — voluntariamente ou não — a outra guerra que perturbaria as fundações da ordem européia.

A França não estava de forma alguma unida contra os aliados unidos. Milhares de realistas ali permaneciam para lutar por sua causa e organizar a defesa do rei ausente. Em 22 de março centenas deles receberam-no em Lille, em sua fuga de Paris, e entristeceram-se quando ele prosseguiu para Ghent, onde seria de novo protegido pelo poderio inglês. No sul da França os realistas eram suficientemente fortes para controlarem Bordéus e Marelha. No oeste a Vendéia, profundamente católica, havia de novo se levantado em armas contra Napoleão, que eles consideravam um perseguidor ateu de seu papa, um cripto-jacobino aliado dos regicidas,[24] e um obstinado protetor da propriedade roubada da Igreja. Em maio de 1815 ele enviou 20.000 soldados para aquietar essa apaixonada insurreição. Muitas vezes, mais tarde, ele lamentaria que esse número de soldados talvez houvesse vencido Waterloo.[25]

Contra seus inimigos internos ele podia reunir alguns elementos de apoio público que não eram de todo agradáveis a seus pontos de vista e a seu caráter. O mais agradável era o exército, o qual (exceto em Bordéus e na Vendéia) era a ele devotado como o organizador e o premiador da vitória. As camadas inferiores da nação — camponeses, proletários e o populacho das cidades — estavam prontas para seguir sua liderança, mas esperavam que ele pudesse evitar a guerra, e não lhe davam mais a adoração que o havia feito ousado e orgulhoso. Ainda restavam muitos jacobinos nas cidades, prontos a esquecer sua hostilidade contra ele se ele se declarasse leal à Revolução. Ele aceitava seu apoio, mas não se comprometia em sua guerra contra os comerciantes e os padres.

Admirava a classe média como a base da ordem social e moral que, desde os Massacres de Setembro, tinha-se tornado o centro de sua filosofia política. Mas ela não lhe oferecia seu apoio ou seus filhos. Ela dava valor à liberdade do empreendimento, do comércio e da imprensa, mas não do voto ou da fala pública; temia os radicais, e desejava limitar o direito de voto aos proprietários. Havia eleito a câmara dos deputados, e estava resolvida a proteger o direito daquele corpo para controlar o poder e as políticas do rei ou do imperador. E aquela crescente parcela da burguesia — a *intelligentsia* dos jornalistas, escritores, cientistas e filósofos — estava deixando completamente claro que lutaria com todas suas armas contra qualquer tentativa de Napoleão de restabelecer o poder imperial.

O herói desafiado estava ele próprio dividido, tanto no seu propósito, quanto em sua vontade. Ele ainda trabalhava duro, anotando tudo, dando ordens, às vezes ditando 150 cartas num dia.[26] Mas seu próprio estado de alerta enfraquecia-o, pois revelava-lhe quão pouco ele podia confiar em seus novos generais, ou nas câmaras, ou na nação, ou mesmo nele próprio. As doenças que seis anos mais tarde iriam matá-lo, já o estavam enfraquecendo; as hemorróidas o irritavam e o humilhavam. Ele não podia trabalhar mais por tanto tempo como em seus brilhantes dias de Marengo e Austerlitz. Havia perdido algo da velha clareza de sua mente e firmeza de propósito, de sua velha e vivaz confiança na vitória. Ele havia começado a duvidar de sua "estrela".[27]

Na própria noite em que chegou a Parias escolheu um novo ministério, pois precisava de sua ajuda imediata. Regozijou-se ao saber que Lazare Carnot (o "organizador da vitória" durante a Revolução) estava pronto a servi-lo contra seus inimigos; achou que ele — com a idade de 62 anos — estava velho demais para a batalha, mas fê-lo ministro do interior, como uma pessoa em que todos podiam confiar. Dificilmente por essa mesma razão escolheu como ministro da polícia a Joseph Fouché, agora com 56 anos, suspeito e temido por todos, que manobrava uma rede particular de espiões e mantinha relações secretas com quase todas as facções; provavelmente o apressado governante deu-lhe sua velha função para mantê-lo sob observação; e ninguém podia questionar a habilidade de Fouché. Na maior parte das complicações que se seguiram, ele manteve a mais clara visão e a mais flexível moralidade. "O imperador a meus olhos", escreveria ele em suas *Memoirs*, "não era nada mais do que um ator ultrapassado, cujos desempenhos não podiam ser de novo encenados."[28] Mesmo quando ainda servia a Napoleão, ele predisse, por volta de fins de março: "Ele não durará mais do que três meses."[29]

O próximo passo era organizar um exército. Luís XVIII não sentira necessidade de nenhuma força armada exceto para a ordem interna; conseqüentemente ele tinha acabado com o recrutamento e reduzido seu poderio militar a 160.000 homens. Napoleão reestabeleceu a conscrição em junho, mas estes felizes jovens ainda não estavam mobilizados quando Waterloo terminou a guerra. Ele apelou à Guarda Nacional para que se preparasse para o serviço integral — inclusive no estrangeiro; muitos recusaram, 150.000 obedeceram. Somando estes e alguns voluntários do exército existente, ele pôde reunir em junho, 300.000 homens. Estacionou a maior parte deles nos departamentos do norte, e determinou-lhes que aguardassem novas ordens. Entrementes ele repetia seus feitos de 1813 e 1814 levantando e distribuindo provisões e material bélico para o novo exército. Secretamente importou canhões de seu favorito inimigo, a Inglaterra.[30] Não podia usar todos os seus antigos marechais, pois alguns deles haviam se comprometido com Luís XVIII; mas ele ainda tinha Ney, Davout, Soult, Grouchy, Vandamme. Estudava mapas de estradas e terrenos e relatórios de movimentos inimigos e planejou todos os principais aspectos da futura campanha. Em tal espécie de planejamento ele era o melhor e isto fazia-o sentir-se mais feliz.

Encontrava menos conforto em sua terceira tarefa — conquistar o apoio público a despeito de sua tomada de governo. Quase todos os elementos, exceto os realistas, pediam que ele se comprometesse com uma constituição que protegesse a liberdade da palavra e da imprensa e o fizesse responsável a um parlamento eleito. Isto irritava dolorosamente

sua natureza pois ele há muito se acostumara ao poder absoluto e sentia que um ditador capaz e bem-intencionado como ele era melhor para um país do que um *parlement* de palavrório e uma contagem de votos, quer de eleitores ou de deputados. Não obstante, num gesto de conciliação, ele mandou vir Benjamin Constant (6 de abril) e pediu-lhe para redigir uma constituição que aplacasse os liberais sem algemar a monarquia. Ele sabia que Constant havia escrito violentamente contra ele, mas reconhecia nele um virtuoso estilista e uma mente flexível. Constant veio, incerto de seu destino, e ficou aliviado ao descobrir que tudo o que o imperador lhe pediu era que ele improvisasse uma constituição que satisfizesse tanto a Napoleão quanto a Mme. de Staël. Trabalhou por uma semana, expondo diariamente o que fazia a seu empregador. Em 14 de abril apresentou o resultado ao Conselho de Estado.

Propunha uma monarquia constitucional, na qual a cabeça hereditária do Estado teria amplos poderes executivos, mas seria responsável perante uma câmara de pares nomeada pelo governante e uma câmara legislativa de (600) representantes, eleitos pelo povo por meio de assembléias intermediárias. Cláusulas específicas aboliam a censura do Estado e garantiam a liberdade do culto e da imprensa. Desta forma bastante tradicional o imperador e seu escriba sentiam que haviam reunido os encantos da democracia, da aristocracia e da monarquia.

Após isso tudo haver sido aceito por Napoleão, ele insistiu que a nova constituição deveria ser apresentada ao povo não como um repúdio de seu governo passado, mas como um "Acte Additionel" confirmando liberdades que (argumentava Napoleão) já tinham existido durante o império. Constant e seus conselheiros liberais protestaram mas cederam. No dia 23 de abril o Acte Additionel foi submetido a um plebiscito de todos os votantes registrados. Os realistas recusaram-se a votar; muitos outros se abstiveram. O resultado da votação foi 1.552.450 a favor, 4.800 contra. Napoleão ordenou que no dia 26 de maio o povo deveria reunir-se no Champ-de-Mars, em uma maciça e formal cerimônia chamada Champ de Mai, para celebrar a adoção da constituição, o começo de uma nova era, a bênção e a partida das tropas. A assembléia, adiada para 1º de junho, mostrou Napoleão numa pose real: veio vestido em suas roupas de imperador, em sua carruagem da coroação puxada por quatro cavalos, e precedido por seus irmãos como príncipes do império. O povo ali reunido não ficou agradado por este perfume de um passado morto. O que havia acontecido com a nova constituição?

A nação recebeu-a com algum ceticismo e muita indiferença; aparentemente muitos duvidavam de sua sinceridade e de sua duração. O próprio Napoleão deu testemunhos contraditórios sobre este ponto. De acordo com Las Cases, o imperador sentia que a dúvida de sua sinceridade era injustificada:

> Eu voltei de Elba um novo homem. Eles não podiam acreditar; eles não podiam imaginar que um homem pudesse ter suficiente força mental para alterar seu caráter ou para dobrar-se ao poder das circunstâncias. Eu tinha, entretanto, dado provas disso, e assumido alguns compromissos nessa direção. Quem ignora que eu não sou um homem de meias medidas? Eu teria sido tão sinceramente um monarca de uma constituição pacífica quanto eu tinha sido do poder absoluto e dos grandes empreendimentos.[31]

Mas Gourgaud, em geral confiável e devotado a Napoleão, cita-o como tendo dito: "Eu errei ao perder precioso tempo acerca de uma constituição, tanto mais quanto era minha intenção mandá-los (os deputados) passear tão logo eu tivesse sido vitorioso."[32]

Ele havia planejado convocar as câmaras somente após a campanha, quando ele poderia apresentar-se a elas com uma vitória persuasiva. Mas Lafayette, que havia emergido de sua reclusão na campanha com a idade de 58 anos para assumir um papel no drama, insistia em que a câmara dos representantes se reunisse antes da partida de Napoleão para juntar-se às suas tropas. Napoleão cedeu, e a câmara reuniu-se no dia 3 de junho. Imediatamente ela deu uma certa indicação de sua tendência, elegendo para sua presidência o conde Jean-Denis Lanjuinais, um exaltado inimigo do imperador. No dia 7 de junho Napoleão, vestido simplesmente, foi ao Palais-Bourbon, e dirigiu-se às câmaras combinadas de uma forma tão modesta que todos os delegados juraram a nova constituição e fidelidade ao imperador.[33]

No dia 12 de junho, às três horas da madrugada, enquanto Paris dormia, Napoleão partiu para o *front*.

VI. A ÚLTIMA CAMPANHA

1. *15 de junho de 1815: Bélgica*

O plano de campanha de Napoleão baseava-se nas informações que ele tinha acerca do número, da divisão, do comando, da locação e da provável estratégia das forças aliadas. O movimento destas para oeste havia sido adiado para dar tempo aos russos de chegarem e participar da campanha; mas o rápido avanço de Napoleão forçou a decisão antes que os russos pudessem chegar ao Reno.

Por volta de 1º de junho um exército prussiano de 120.000 homens havia-se reunido próximo a Namur, na Bélgica, sobre as ordens do marechal Blücher, de 73 anos de idade. Mais para o norte, em torno de Bruxelas, o duque de Wellington (sua missão em Portugal e Espanha tendo sido triunfantemente completada) tinha recebido o comando do que ele chamava um "exército infame" de 93.000 recrutas ingleses, holandeses, belgas e alemães, a maioria dos quais só conhecia uma língua, e era um problema para um comandante inglês. Wellington tinha que compensar a falta de treinamento da tropa por sua própria resolução e experiência. Uma momentânea contemplação do retrato dele por Lawrence — orgulhosa postura, belos traços, visão calma e firme — sugere que espécie de inimigo o cansado e doente Napoleão, fisicamente mais velho do que sua semelhante idade, iria enfrentar em 18 de junho.

Napoleão havia deixado parte de seu exército para guardar Paris e suas linhas de comunicação. Para desafiar os 213.000 homens comandados por Blücher e Wellington ele tinha 126.000 homens em sua Armée du Nord. Sua esperança, naturalmente, era encontrar e derrotar um dos dois exércitos antes que eles se pudessem reunir, e então, após descansar e reorganizar-se, liquidar com o outro. A estrada principal entre os exércitos aliados ia de Namur, através de Sombreffe, até Quatre-Bras (Quatro Braços), e daí para oeste, por uma estrada mais larga, a partir da fronteira franco-belga em Charleroi, passando pelo norte por Waterloo até Bruxelas. O primeiro objetivo de Napoleão era capturar Quatre-Bras e assim fechar o caminho entre os dois exércitos aliados.

Instruíra as três colunas de seu Exército do Norte a convergirem no dia 14 de junho no rio Sambre, em frente a Charleroi. Ele juntou-se a uma das colunas e ordenou que

todas as três começassem a cruzar o rio para a Bélgica às três horas da manhã do dia 15 de junho. Assim elas fizeram e facilmente capturaram Charleroi de sua pequena guarnição prussiana. Quase ao mesmo tempo, no entanto, o general Louis de Bourmont passou-se para os aliados, e revelou os planos de Napoleão aos oficiais de Blücher. O alerta "Vorwärts" havia-os previsto, mandara parte de seu exército para oeste até Sombreffe e com ela juntou-se às 4 da manhã do dia 15.

Napoleão então dividiu seu exército numa ala direita sob o comando de Grouchy, uma ala esquerda sob o comando de Ney, e uma força de reserva estacionada próximo a Charleroi, sob o comando de Drouet d'Erlon, que iria em socorro de Grouchy ou de Ney, conforme a necessidade determinasse. Grouchy deveria avançar para nordeste em direção a Sombreffe e engajar Blücher; Ney deveria marchar para o norte, capturar Quatre-Bras e de qualquer modo impedir que Wellington viesse juntar-se a Blücher. O próprio Napoleão, esperando que o embate principal fosse com Blücher, marchou com Grouchy.

Ney, até aqui "o mais bravo dos bravos", seguiu nos dias 15 e 16 uma política de cautela que seriamente perturbou os planos de Napoleão. Movimentando-se de Charleroi para o norte, ele expulsou os prussianos de Gosselies e então parou, temendo encontrar-se com uma força muito maior de Wellington. Enviou um destacamento de cavalaria para a frente a fim de verificar a situação em Quatre-Bras; este voltou com a notícia de que a cidade estava livre de tropas inimigas. Ele levou 3.000 homens para ocupá-la pensando que esses seriam suficientes; mas quando avistou Quatre-Bras a praça tinha sido ocupada pelo príncipe Bernhard de Saxe-Weimar com 4.000 soldados e oito canhões; Ney voltou para Gosselies e aguardou novas instruções. Bernhard enviou uma mensagem a Wellington que trouxesse seu exército principal para Quatre-Bras, sem o que a força principal de Ney iria em breve sitiá-lo.

Às 3 horas da tarde do dia 15 de junho Wellington, em Bruxelas, recebeu notícia de que o exército de Napoleão havia cruzado para a Bélgica. Acreditando que Napoleão iria seguir seu hábito de fazer uma investida para um ataque de flanco, ele manteve suas forças de prontidão próximo à capital belga. Naquela noite ele e muitos de seus oficiais — "bravos homens" com uma inclinação por "belas mulheres" — compareceram a um baile dado pela duquesa de Richmond.[34] Ali, por volta de meia-noite, ele recebeu a mensagem que Quatre-Bras estava em perigo. Tranqüilamente deu ordens a seus oficiais para se prepararem a fim de marchar de madrugada. Ele próprio, para não perturbar a reunião elegante, ficou e dançou até as três da manhã.[35]

2. *16 de junho: Ligny*

Cerca de duas horas da tarde de 16 de junho, o marechal Soult, chefe do estado-maior de Napoleão, enviou ordens finais a Ney:

> O imperador encarrega-me de notificar-vos que o inimigo reuniu um corpo de tropas entre Sombreffe e Brye, e que às 2:30 da tarde o marechal Grouchy: com o terceiro e quarto corpos, irá atacá-lo. A intenção de sua Majestade é que vós deveis atacar qualquer (inimigo) que esteja perante vós e que, após havê-lo vigorosamente rechaçado, deveis voltar-vos para nós e conosco juntar-vos no cerco do inimigo.[36]

Blücher trouxe todos os seus 83.000 homens para resistir ao cerco. A batalha começou cerca de três horas da tarde próximo à cidade de Ligny, com simultâneos ataques pela direita de Grouchy sob Vandamme, seu centro sob Gérard, e sua esquerda — a cavalaria — sob o próprio Grouchy, com Napoleão dirigindo a tripla operação de 78.000 homens. Em breve tornou-se evidente que o temível Blücher não seria fácil de dominar; e se os franceses fossem aqui derrotados toda a campanha entraria em colapso. Às 3:15 Napoleão enviou um apelo a Ney: "O exército prussiano está perdido se vós agirdes vigorosamente. O destino da França está em vossas mãos. Portanto não demoreis por um minuto a executar o movimento que vos foi proposto, e voltai-vos em direção a St.-Amand e Brye para tomar parte numa vitória que poderá decidir tudo."[37]

Mas Ney também estava em dificuldades. Pelas três da tarde Wellington havia trazido a maior parte de seu exército a Quatre-Bras. Não sabendo disso (pois as comunicações haviam falhado nas mãos de Soult), Napoleão enviou ordens a Drouet d'Erlon em Charleroi que se dirigisse para o norte com sua força de reserva e atacasse o flanco direito de Blücher. Drouet havia avançado quase até Ligny quando um correio trouxe-lhe um comando urgente de Ney para correr em seu apoio contra o superior número das tropas de Wellington em Quatre-Bras. Drouet julgou que a necessidade de Ney era mais urgente e marchou com seu corpo para Quatre-Bras, apenas para verificar que Ney, depois de um desesperado esforço e de ter perdido dois cavalos em que montava na batalha, havia desistido da tentativa de deslocar Wellington.

Em Ligny a batalha bramiu durante seis horas de morticínio durante as quais nenhum quartel foi dado de parte a parte; um oficial prussiano mais tarde recordava que "os homens massacravam uns aos outros como se estivessem animados de um ódio pessoal".[38] Pequenas vilas antes sossegadas, como St.-Amand e La Haye, passavam de um lado para o outro em desesperados combates corpo a corpo. A própria cidade de Ligny foi envolvida em chamas. Quando a noite e a chuva caíram, Napoleão ordenou a sua Velha Guarda que atacasse o centro prussiano. A chuva tornou-se uma tempestade de trovões; o centro prussiano cedeu; Blücher, ainda resistindo, caiu de seu cavalo e teve de ser carregado. Os franceses estavam por demais exaustos para transformarem a derrota num desastre. Os prussianos retiraram-se para o norte em direção a Wavre, deixando 12.000 mortos ou feridos atrás deles. O próprio Napoleão havia usado quase os últimos recursos de sua força nervosa. Se Wellington tivesse sido capaz de chegar naquele momento de Quatre-Bras não teria havido nenhum Waterloo.

3. *17 de Junho: Chuva*

Foi muito bom para Napoleão que a chuvarada tivesse tornado uma batalha importante impossível no dia 17. O chão estava transformado em lama; como podia a artilharia ser tirada ou estacionada naquela terra úmida e flutuante? Estes adjetivos poderiam ter sido aplicados à mente do imperador quando, às sete horas da manhã, uma mensagem de Ney comunicou a Napoleão que Wellington estava de posse de Quatre-Bras, e deixando a entender que apenas a potência total do exército francês poderia deslocá-lo. A resposta de Napoleão — ou seu fraseado obscuro — deve ter deixado Ney mais espantado do que nunca: "Tomai vossa posição em Quatre-Bras... Mas se isto for im-

possível... enviai informações imediatamente, e o imperador então agirá. Se... houver apenas uma retaguarda, atacai-a e tomai a posição."[39] Havia mais do que uma retaguarda e Ney recusou-se a renovar o ataque. Wellington, tendo sabido da derrota de Blücher, recuou seu exército em direção ao norte, para um *plateau* defensável chamado Mont St.-Jean, e retirou-se para seu quartel-general na localidade próxima de Waterloo.

Napoleão ordenou a Grouchy, com 30.000 homens, que perseguisse os prussianos durante o dia 17 de junho e de qualquer forma os impedisse de juntar-se a Wellington. Ele próprio, com 40.000 sobreviventes da batalha de Ligny, marchou para juntar-se a Ney em Quatre-Bras. Quando ali chegou, ás duas da tarde, ficou desalentado ao saber que Wellington não estava ali "*On a perdu la France!*" gritou ele; "perdemos a França!"[40] Ordenou a perseguição e ele próprio a comandou com Ney e Drouet d'Erlon; mas uma pesada pancada d'água levou-o a terminar a perseguição. Às nove da noite, encharcado até os ossos, ele cavalgou de volta dois ou três quilômetros para dormir num leito em Caillou; e seu exausto exército, a chuva tendo cessado — acampou na terra úmida para passar a noite.

4. *Domingo, 18 de junho: Waterloo*

Às duas da manhã, Blücher enviou uma mensagem a Wellington prometendo-lhe que um corpo prussiano, sob o comando do general Friedrich Wilhelm von Bülow, deixaria Wavre ao romper do dia para juntar-se a ele contra os franceses, e que dois outros corpos prussianos segui-lo-iam em breve. Às dez da manhã, Napoleão, não sabendo dessas cortesias, enviou instruções a Grouchy para continuar perseguindo Blücher até Wavre.

Ele havia planejado começar a ação às nove horas da manhã, mas seus capitães de artilharia persuadiram-no a prorrogá-la até que o solo houvesse começado a secar. Entrementes Wellington havia estacionado suas forças num terreno elevado ao sul do Mont St.-Jean. Ele tinha 70.000 homens e 184 canhões; Napoleão tinha 74.000 homens e 266 canhões. Cada um dos líderes tinham generais que haviam conquistado — ou que aqui conquistariam — um lugar na história: o príncipe Friedrich de Brunswick (filho do duque que havia sido derrotado em Valmy e mortalmente ferido em Auerstedt), Dörnberg, Aslten, Kempt, Somerset, Uxbridge, Hill, Ponsonby, Picton, todos sob o comando de um Wellington tão duro como sua língua e tão orgulhoso como um duque. Junte-se a eles Bülow, Zieten e Pirch sob Blücher; e, pelo lado francês, Ney, Grouchy, Vandamme, Gérard, Cambronne, Kellermann, Reille, Lobau e Napoleão.

Napoleão havia começado a pagar por viver anos em cada mês, comendo e tendo relações maritais apressadamente, vivendo em alta-tensão no trono e no campo de batalha, e, ultimamente, consolando suas tristezas com comida. Seis anos mais tarde a autópsia de seus órgãos iria mostrar meia dúzia de doenças e anormalidades. Agora, em Waterloo, teve que despender horas a cavalo enquanto sofria de hemorróidas;[41] tinha pedras na vesícula e sua disúria requeria freqüentes micções e às vezes exigia que urinasse em horas impróprias; e talvez o câncer que o matou e a seu pai já o estivesse consumindo.[42] Essas desordens esgotaram seu vigor, sua paciência, coragem e confiança. "Eu não tinha mais nenhum sentimento do sucesso final... Eu sentia que a fortuna me abandonava."[43] No entanto, presumivelmente para dar-lhes confiança, ele

assegurava a seus aflitos generais: "Se minhas ordens forem bem executadas nós dormiremos esta noite em Bruxelas."[44]

Seus generais viam a situação com mais clareza. Soult recomendou-lhe que determinasse a Grouchy trazer seus 30.000 homens para oeste tão logo fosse possível, e juntar-se ao ataque; em vez disso Napoleão deixou que eles perdessem tempo e a si próprios ao norte na caçada a Blücher até Wavre; presumivelmente ele esperava que se os prussianos se voltassem para oeste a fim de ajudar Wellington, Grouchy atacaria sua retaguarda. Wellington fez, de acordo com o que mais tarde se verificou, um erro igualmente sério deixando 17.000 homens em Bruxelas para guardar-se contra um ataque francês de flanco sobre sua vital comunicação com o mar.

Às 11 da manhã Napoleão ordenou a seu exército que começasse o ataque — sobre o centro do inimigo, que era guarnecido por duros escoceses e ingleses. Ney atacou com todo o seu velho ímpeto e bravura, mas os ingleses mantiveram-se firmes. De trás de cada morro a artilharia escondida espalhava a morte por atacado entre os espantados franceses. Por volta de uma hora da tarde de seu posto de observação, consideravelmente para sudoeste da ação, Napoleão viu, ao longe, do lado leste, uma nuvem de soldados que se movia em direção à batalha; um prisioneiro alemão disse-lhe que esses soldados eram a vanguarda do corpo prussiano de Blücher marchando em socorro de Wellington. Napoleão enviou um batalhão sob o general Lobau para interceptar os prussianos e despachou uma mensagem a Grouchy para atacar Bülow e então vir auxiliar o exército principal francês contra Wellington. Por volta de 11:30 da manhã Grouchy, marchando para o norte entre Gembloux e Wavre, ouviu o barulho de tiros de canhão do lado oeste. O general Gérard instou com ele para que abandonasse a perseguição de Blücher e cortasse através do campo para juntar seus 30.000 homens a Napoleão. Grouchy alcançou parte das tropas de Blücher, derrotou-as, entrou em Wavre, descobriu que Blücher havia partido e resolveu descansar.

Por esta hora, 4 da tarde, a batalha de Waterloo estava em seu auge; uma vasta *melée* de homens, matando ou sendo mortos, ganhando ou perdendo um ponto estratégico, enfrentando cavalos em disparada, esquivando-se de uma dezena de espadas, caindo e morrendo na lama. Milhares desertaram de ambos os lados; Wellington passou parte do tempo cavalgando atrás das linhas e obrigando os desertores a voltarem a seus postos. Ney comandou carga após carga; morreram debaixo dele quatro dos cavalos que cavalgou. Por volta de 6 horas da tarde, recebeu ordens de Napoleão de tomar La Haye Sainte — a Sebe Sagrada. Conseguiu ocupá-la e pensou que tinha encontrado uma abertura na última linha de resistência de Wellington. Enviou um apelo a Napoleão para infantaria adicional, e prosseguiu para diante. Napoleão ficou furioso com seu imprudente avanço, para o qual ele não podia mandar apoio adequado sem enfraquecer seu plano geral; mas, sentindo que não se podia permitir que "o miserável" perecesse, ordenou a Kellermann que fosse em apoio de Ney com 3.000 couraceiros. Quando o comandante da última linha inglesa pediu a Wellington reforços, o duque respondeu que não dispunha de nenhum. Diz-se que o oficial replicou: "Muito bem, *my lord;* nós resistiremos até que caia o último homem."[45] Quando as linhas inglesas pareciam estar cedendo, um esquadrão da cavalaria francesa atirou-se para a frente a fim de participar da vitória. Um oficial inglês, coronel Gould, concluiu: "Temo que tudo esteja terminado."[46] Um regimento hanoveriano neste ponto desertou e fugiu para Bruxelas, gritando para todos: "A batalha está perdida e os franceses estão vindo!"[47]

Mas eram os prussianos que estavam chegando. Bülow tinha quebrado a resistência de Lobau e estava rapidamente se aproximando do teatro principal de ação; e mais dois corpos prussianos estavam se aproximando. Napoleão viu que sua última oportunidade era esmagar os ingleses antes que os prussianos pudessem intervir. Chamou sua Velha Guarda para segui-lo no ataque decisivo. Um desertor francês conseguiu chegar a Wellington e alertou-o: "A guarda estará em cima de vós em meia hora." Foi talvez nesta ocasião que um atirador de escol inglês viu Napoleão. "Ali está Bonaparte, *sir*", disse ele. "Penso que posso alcançá-lo. Posso atirar?" O duque proibiu-o: "Não! não! Generais comandando exércitos têm algo mais a fazer do que atirar um no outro."[48]

Então, quando os franceses pensavam que estavam vitoriosos, chegou o clamor a Napoleão, à Guarda e a Ney que os prussianos, 30.000 deles,[49] estavam atacando os franceses, e espalhando o terror e a desordem. Quando Ney de novo comandou uma carga, a linha inglesa se manteve, e Ney teve que recuar. Wellington viu sua oportunidade. Cavalgando pelo topo da elevação para ser mais visível, ele agitou seu chapéu no ar, como o sinal concordado para um avanço geral; tambores e cornetas levaram a mensagem; 40.000 ingleses, escoceses, belgas e alemães — à esquerda, ao centro e à direita — passaram da defensiva à ofensiva, e avançaram para a frente, sem cuidados com suas vidas. O moral dos franceses titubeou e entrou em colapso, e eles fugiram; mesmo a Velha Guarda começou a fazer a volta em seus cavalos; Napoleão gritava ordens para que parassem; elas não eram escutadas no tumulto; e o fumo da batalha ajudava a escuridão que se aproximava a torná-lo indistingüível no meio da massa. Cedendo a este súbito plebiscito ele comandou uma retirada na forma prescrita pelos manuais militares; mas os franceses, atacados pela frente e pelo flanco por um número enormemente superior de inimigos, não encontraram tempo para formações disciplinares: "*Sauve qui peut!* Salve-se quem puder!" tornou-se a palavra de ordem, falada ou não, do despedaçado exército, que não se constituía mais de soldados porém de homens. No meio do fragor o marechal Ney, cuja carne e coração haviam falhado em Quatre-Bras, o herói dos heróis em Waterloo, apeado, olhava espantado, seu rosto escurecido pela pólvora, seu uniforme em frangalhos, com uma espada quebrada na mão que quase tinha agarrado a vitória.[50] Então ele também, e Napoleão, juntaram-se aos 40.000 homens que corriam ao longo das estradas e dos campos para Genappe, para Quatre-Bras, para Charleroi, e depois, por quaisquer meios possíveis, atravessavam o rio Sambre para a França.

Deixavam atrás deles 25.000 mortos e feridos, e 8.000 prisioneiros. Wellington tinha perdido 15.000 homens, Blücher 7.000. Os dois vencedores encontraram-se na estrada próximo a La Belle Alliance, e trocaram beijos. Wellington deixou a perseguição aos entusiásticos prussianos e Blücher, velho demais para a caçada, entregou-a a Gneisenau em Genappe; e dali enviou uma mensagem a sua esposa: "Junto com meu amigo Wellington exterminei o exército de Napoleão." Mas também escreveu a seu amigo Knesebeck: "Todos os meus membros tremem; o esforço foi grande demais."[51] Wellington levou o assunto ao conhecimento de lorde Uxbridge em sua confiante maneira: "Demos a Napoleão o *coup de grâce*. Nada lhe resta senão enforcar-se."[52]

Na retirada Napoleão juntou-se a um dos regimentos mais organizados, desmontou e andou a pé junto com os soldados. Chorou pelo seu exército perdido,[53] e lamentou que não houvesse morrido.

CAPÍTULO XXXVIII

A Santa Helena

I. A SEGUNDA ABDICAÇÃO: 22 DE JUNHO DE 1815

NAPOLEÃO chegou a Paris às oito horas da manhã do dia 21 de junho. "Eu estava completamente exausto", recordou ele mais tarde. "Durante três dias eu não havia comido nem dormido."[1] Foi para o palácio Élysée, pedindo a Caulaincourt: "Preciso de duas horas de repouso."[2] Neste ínterim a Câmara dos Representantes havia se reunido e o sentimento ali era fortemente a favor de sua abdicação. Informado disto, ele propôs a seus amigos que o caos de opinião no país, e a necessidade de uma ação unida para defender a França e sua capital contra uma tentativa dos aliados de controlar a nação ou o seu governo, requeria uma ditadura temporária.

Quando o povo de Paris soube do desastre militar, muitos se reuniram em frente ao Élysée, afirmando sua continuada fé em Napoleão aos gritos de "*Vive l'Empereur!*" e solicitando armas para que pudessem defender a cidade. Ouvindo-os, disse Napoleão a Benjamim Constant: "Vede: não são estas as pessoas sobre as quais eu acumulei honras e dinheiro. O que eles me devem? Achei-os pobres, e deixei-os pobres.... Mas se eu o desejasse a Câmara rebelde deixaria de existir... Porém a vida de um só homem não vale este preço. Eu não desejo ser o rei das *Jacqueries*. Não voltei de Elba para que Paris fosse inundada com sangue."[3]

Mesmo durante sua fuga de Waterloo ele estava planejando formar outro exército, desta vez de 300.000 homens.[4] Entre 22 e 24 de junho os remanescentes de seu derrotado exército reuniram-se e foram reorganizados em Laon, a 120 quilômetros a nordeste de Paris. Ali, em 26 de junho, Grouchy, após uma brilhante retirada, juntou-se a eles com 30.000 homens. Entrementes, no entanto, Blücher havia reunido suas forças vitoriosas, e as estava levando em direção a Paris, cuidadosamente deixando de lado Laon. Wellington, seu exército bastante atingido, hesitou em ajuntar-se ao impetuoso prussiano, mas em breve ele também estava a caminho, da mesma forma evitando Laon. Ao mesmo tempo, 22 a 25 de junho, os exércitos da Áustria, da Baviera e do Württemberg cruzavam o Reno e dirigiam-se a Paris. A história se repetia.

A Câmara dos Representantes, após apaixonados debates, concluiu que a resistência aos aliados era impraticável e que deveriam insistir na abdicação de Napoleão. Fouché, ainda o ministro de polícia de Napoleão, trabalhava de seu modo sutil para conseguir essa abdicação. Ele havia previsto, antes de Waterloo: "O imperador vencerá uma ou duas batalhas; perderá a terceira; nesse ponto nosso papel começará."[5] Mas Fouché não esperou o suficiente. O irmão de Napoleão, Luciano, apressou-se a ir à Câmara solicitar uma prorrogação; Fouché trabalhou contra ele e Lafayette perguntou se Napoleão não havia consumido vidas em número suficiente? Luciano, vitorioso em 1799, admitiu seu fracasso agora. Recomendou a Napoleão derrubar as câmaras à força; Napoleão recusou.

A exaustão da batalha e da derrota haviam enfraquecido sua vontade mas esclarecido sua visão; e enquanto a multidão fora do palácio continuava a gritar "*Vive l'Empereur!*" ele ditava a Luciano, em 22 de junho de 1815, sua segunda abdicação, endereçada às duas câmaras:

> No começo da guerra pela independência nacional eu contava com a reunião de todos os esforços,... e a concordância de todos os corpos governantes da nação. As circunstâncias parecem-me haver mudado... Ofereço-me como sacrifício ao ódio dos inimigos da França. Que eles sejam sinceros em suas declarações, e em ter realmente desejado nada mais do que a minha pessoa. Uni-vos, todos vós, pela segurança pública, e pela nossa remanescente ação independente... Eu proclamo meu filho com o nome de Napoleão II.[6]

Todos os seus ministros concordaram com essa abdicação exceto Carnot, que chorou. Fouché regozijou-se.

As duas câmaras aceitaram a abdicação, ignoraram a nomeação do filho de Napoleão, de quatro anos (então em Viena), como seu sucessor e escolheram cinco de seus membros — Fouché, Carnot, Caulaincourt, Grenier (um obscuro general), e Ouinette (um membro da velha Convenção revolucionária) — para servir como uma "Comission Executive" e um governo provisório. Fouché foi escolhido presidente da comissão e negociou diretamente com os aliados e com Napoleão. Temendo um levante popular em favor de Napoleão, persuadiu Davout, comandante militar da capital, a convencer Napoleão a deixar Paris e retirar-se para Malmaison. Em 25 de junho, acompanhado por Bertrand, Gourgaud, o conde de Las Cases e o conde de Montholon, Napoleão partiu para Malmaison, onde Hortência recebeu-o na casa de sua falecida mãe. Caminhando com Hortência pelos jardins ele falava amorosamente de Josefina. "Verdadeiramente", dizia ele, "ela era mais graciosa do que qualquer outra mulher que eu jamais vi."[7]

Ele pensava agora em procurar refúgio e paz na América. Pediu a Bertrand que conseguisse para ele diversos livros sobre os Estados Unidos.[8] Havia lido a obra de Alexandre von Humboldt *Voyages aux contrées équinoctiales du nouveau continent* (Viagens aos Países Equinociais do Novo Continente); propunha-se a dedicar o restante de sua vida à ciência; agora iria para a América explorar seu solo, sua flora e fauna, do Canadá ao cabo Horn. Em 26 de junho enviou ao governo provisório um pedido para transferir-se para Rochefort, tendo em vista partir dali para a América.[9] Fouché ordenou imediatamente ao Ministro da Marinha que "preparasse duas fragatas em Rochefort para levar Napoleão Bonaparte aos Estados Unidos".[10] No mesmo dia Napoleão recebeu a visita de seus irmãos José, Luciano e Jerônimo, que haviam decidido deixar a França — José para a América. Talvez tenham sido eles que lhe trouxeram uma mensagem de sua mãe, oferecendo-lhe "tudo o que ela possuía". Ele agradeceu-lhe, mas não aceitou sua oferta. Ainda tinha um substancial fundo com o banqueiro Jacques Laffitte, que veio em pessoa a Malmaison para encarregar-se das finanças de Napoleão.

No dia 28 de junho um oficial da Garde Nacionale veio avisá-lo que os prussianos estavam suficientemente próximos a Malmaison para serem capazes de enviar um destacamento para capturá-lo. Efetivamente Blücher tinha ordenado a uma coluna volante

que pegasse Napoleão vivo ou morto, e havia expressado sua intenção de fuzilá-lo como um indivíduo fora da lei.[11] Ouvindo falar dessa intenção, Gourgaud asseverou: "Se eu vir o imperador cair nas mãos dos prussianos, eu o matarei." Mesmo assim, Napoleão não tinha vontade de abandonar Malmaison, onde cada quarto e os passeios pelos jardins eram cheios de felizes recordações. No dia 29 de junho Fouché comissionou o general Becker para ir a Malmaison com uma esquadra de soldados a fim de compelir Napoleão a partir para Rochefort.

Napoleão concordou em ir. Hortência forçou-o a aceitar seu colar de diamantes, escondido num cinturão, o qual valia 200.000 francos. Ele deu adeus aos poucos soldados que o haviam protegido. Às cinco da tarde de 29 de junho, viajando numa carruagem puxada por quatro cavalos e com uma pequena escolta militar, ele abandonou Malmaison. Poucas horas após ali chegou a cavalaria de Blücher.

II. A SEGUNDA RESTAURAÇÃO: 7 DE JULHO DE 1815

As câmaras e o Governo Provisório debateram se deveriam lutar contra os aliados que se aproximavam ou negociar os melhores termos possíveis de obter. Davout ofereceu-se para comandar sua milícia da cidade contra Wellington e Blücher se estes insistissem em restaurar Luís XVIII. Os representantes temiam que a resistência e a derrota levariam ao desmembramento da França, e algo parecido com isso para eles próprios. O resto do "Exército do Norte" de Napoleão não estava em condições de enfrentar outro Waterloo; eles tinham suprimentos inadequados, e o inimigo estava reunido entre Laon e Paris.

Luís XVIII, sabendo que uma facção dentre os aliados estava lutando por sua substituição por Luís Filipe, duque d'Orléans, transferiu-se ansiosamente de Ghent para Cateau-Cambrésis, e ali fez (25 de junho) uma declaração prometendo conciliação e um regime liberal. As câmaras ficaram satisfeitas e em 30 de junho o Governo Provisório e os aliados assinaram termos preliminares para a capitulação da capital. Todas as tropas francesas deveriam retirar-se para além do Loire, mas a segurança e a propriedade dos cidadãos seriam garantidas. Em 7 de julho os aliados entraram em Paris. Em 8 de julho Luís XVIII desfilou solenemente pelos Champs-Élysées e reassumiu o trono da França. O prefeito do departamento do Sena, ao dar-lhe as boas-vindas, usou, aparentemente pela primeira vez, o termo "Cent Jours", ou Cem Dias, para descrever o período entre a segunda usurpação de Napoleão (20 de março) e a restauração do rei.

A maior parte do país aceitou este *da capo al fine* como a única solução prática dos problemas levantados pelo súbito colapso do regime de Napoleão. Blücher, no entanto, levantou um protesto, anunciando que iria pedir a seus engenheiros para explodir a ponte de Iéna — a ponte comemorativa da vitória dos franceses sobre os prussianos em 1806; além disso ele se propunha a destruir todos os monumentos a Napoleão. Wellington juntou-se a Luís XVIII insistindo com Blücher que desistisse; ele persistiu; mas o czar Alexandre I, o rei Frederico Guilherme III, e o imperador Francisco II, chegando com os russos, austríacos e piemonteses, impuseram ao velho patriota que acalmasse sua fúria.[12]

As tropas estrangeiras na França agora totalizavam cerca de 800.000 homens, todos

devendo ser alimentados pelo povo, policiando-o em contrapartida. Castlereagh calculava que custava a França 1.750.000 francos por dia para alimentar seus ocupantes. Além disso, cada distrito tinha de pagar uma pesada indenização. Luís XVIII disse aos comandantes aliados que, se contrariamente a sua proclamação de 25 de março, eles continuassem a tratar seus súditos como inimigos, ele abandonaria a França e procuraria asilo na Espanha. Os aliados concordaram em limitar as indenizações a 50 milhões, e argumentaram que estavam amplamente justificados pelas leis da guerra e pelos precedentes estabelecidos por Napoleão na Prússia e na Áustria.

Ao mesmo tempo os realistas de algumas cidades francesas, regalavam-se com um "terror branco" para vingar-se do terror vermelho que havia matado tantos realistas em 1793-94. Nem sempre eles deixavam de ter uma desculpa imediata. Quando a facção realista em Marselha fez uma demonstração demandando a restauração de Luís XVIII, alguns soldados da guarnição local, ainda dedicados a Napoleão, abriram fogo sobre eles. O comandante em breve parou com isso e tentou levar suas tropas para fora da cidade hostil; porém a caminho algumas centenas deles foram fuzilados por tiros partindo das janelas e dos telhados (25 de junho). Naquele dia e no dia seguinte realistas armados correram pela cidade fuzilando bonapartistas e jacobinos; duzentas vítimas morreram, muitas delas ainda gritando "*Vive l'Empereur!*" Mulheres realistas dançavam alegremente em volta dos cadáveres.[13] Em Avignon os realistas aprisionaram e mataram todos os bonapartistas capturados. Um homem eles procuravam especialmente — Guillaume Bruné, que era acusado de ter carregado a cabeça da princesa de Lamballe na ponta de sua lança em 1792. Ele se escondeu num hotel em Avignon; a multidão achou-o, fuzilou-o e arrastou seu corpo pelas ruas, espancando-o selvagemente; então, depois de havê-lo jogado no Ródano, os homens e as mulheres dançaram alegremente (2 de agosto de 1815). Houve cenas semelhantes em Nîmes, Montpellier e Toulouse.

Essas barbaridades dificilmente podem ser atribuídas a Luís XVIII que era basicamente um homem que perdoava. Mas ele nunca pôde perdoar a Ney, que lhe havia prometido trazer Napoleão vivo ou morto, havia-se passado para o lado de Napoleão e era responsável por tantas mortes em Waterloo. Ney fugiu de Paris no dia 6 de julho e vagou de cidade em cidade sob disfarce; foi reconhecido e preso, julgado por uma corte de 161 pares, sendo culpado de traição. Recusou os serviços de um padre e foi executado por um pelotão de fuzilamento em 7 de dezembro de 1815.

Fouché e Talleyrand, agora no ministério de Luís XVIII, estavam triunfantes, porém infelizes. Os realistas do gabinete desprezavam Fouché como regicida e aconselharam o rei a demiti-lo. Luís concordou e designou-o ministro na Saxônia (15 de setembro); mas três meses mais tarde chamou-o de volta e baniu-o da França. Fouché vagou indesejável de Praga para Linz e daí para Trieste, onde morreu em 1820, tendo feito uma incrível quantidade de diabruras em 61 anos.

Talleyrand rivalizava com ele em astúcia e superou-o em durabilidade. Luís XVIII julgou-o com linhas de Corneille: "Ele me fez demasiados bons serviços para eu falar mal dele, e causou-me prejuízos demais para eu falar bem dele."[14] Foi aparentemente Talleyrand quem disse dos Bourbons (em 1796): "Eles nada aprenderam e nada esqueceram";[15] mas isto dificilmente poderia ser dito de Luís XVIII, que aprendeu a tratar com câmaras eleitas, recebeu bem os generais de Napoleão, e preservou grande parte de sua legislação. Os ministros realistas odiavam Talleyrand, não somente como regi-

cida, mas como um apóstata e traidor de sua classe. Cedendo a eles, Luís o dispensou (24 de setembro de 1815). Talleyrand recuperou-se, viveu mais do que Luís XVIII, sobreviveu à abdicação de Carlos X (1830), e foi designado embaixador na Grã-Bretanha (1830-34) com a idade de 76 anos. Quando o marquês de Londonderry, na Casa dos Lordes, criticou Talleyrand, Wellington defendeu-o; ele havia tratado com M. de Talleyrand em muitas situações (disse o duque), e nunca encontrou um homem mais vigoroso e hábil na proteção dos interesses de seu país, e mais correto e honrado no tratamento com outro país. Quando Talleyrand leu isto emocionou-se até as lágrimas, como nada que pudesse ser mais aplicável a ele. "Eu fico tanto mais grato ao duque pois ele é o único estadista no mundo que falou bem de mim."[16] Tendo ajudado a organizar a Quádrupla Aliança em 1834, ele morreu em 1838, com a idade de 84 anos, tendo sobrevivido e enganado a todo o mundo, quase que até a própria morte.

Em 20 de novembro de 1815, Luís XVIII assinou com os aliados o Segundo Tratado de Paris, que formulava as penalidades que a França deveria sofrer por ter permitido a Napoleão reassumir o governo. Ela foi compelida a ceder o Sarre e a Sabóia, e quatro cidades fronteiriças, incluindo Philippeville e Marienburg; a restituir as obras de arte que seus generais conquistadores haviam levado; a pagar uma indenização de 700 milhões de francos, mais 240 milhões de reclamações particulares; a ser ocupada pelos comissários e tropas dos aliados, de três a cinco anos, e a pagar por sua manutenção.[17] Talleyrand recusou-se a assinar este documento; seu sucessor como ministro do exterior, Armand-Emmanuel du Plessis, duque de Richelieu, assinou-o sob protesto, e depois exclamou: "Estou desonrado."[18]

III. RENDIÇÃO: 4 DE JULHO — 8 DE AGOSTO DE 1815

Viajando para o sul de Malmaison, Napoleão encontrou-se em Niort com seu irmão José e seu irmão de armas Gorgaud. Eles chegaram a Rochefort (20 quilômetros a sudeste de La Rochelle) tarde, no dia 3 de julho, e encontraram as fragatas que esperavam — a *Saale* e a *Méduse* — ancoradas em seu porto; mas por trás dessas estava um pequeno esquadrão de navios de guerra ingleses bloqueando o porto e aparentemente impedindo saídas não permitidas.

Em 4 de julho Napoleão mandou perguntar ao capitão do *Saale* — se podiam ser preparadas acomodações para ele e alguns amigos para uma viagem para a América, e se o *Saale* podia furar o bloqueio? Foi-lhe dito que as fragatas estavam prontas e que podiam tentar iludir os navios de guerra à noite, com o risco de serem mandadas parar ou bombardeadas; mas se conseguissem atravessar, sua velocidade superior em breve colocá-las-ía fora do alcance dos navios de guerra. Napoleão revelou então os efeitos de suas recentes provações durante nove dias de vacilação, passando de um a outro plano de fuga, e de um companheiro a outro para conselhos. José, que era muito parecido com ele, ofereceu-se para disfarçar-se como imperador, e deixar-se ser detido pelos ingleses, enquanto Napoleão, em roupas civis, poderia conseguir sair numa das fragatas numa viagem aparentemente de rotina. Napoleão recusou-se a colocar em perigo seu irmão. José, ele próprio, partiu mais tarde numa das fragatas para a América.

Esquecendo-se de 15 anos de guerra, Napoleão agora brincava com a idéia de que

a Inglaterra, se ele se rendesse voluntariamente, poderia tratá-lo como um prisioneiro de distinção, e dar-lhe um modesto pedaço de terra onde ele pudesse viver como um pacífico "squire". Em 10 de julho ele mandou Las Cases e Savary (duque de Rovigo) perguntar ao capitão Frederick Maitland, a bordo do H. M. S. *Bellerophon*, se ele havia recebido quaisquer passaportes para a viagem de Napoleão para a América. O capitão, sem dúvida, não tinha nenhum. Então Las Cases perguntou se, no caso de Napoleão entregar-se aos ingleses, ele poderia esperar ser tratado com a usual generosidade do povo inglês. Maitland replicou que ele estaria satisfeito de receber Napoleão a bordo e levá-lo para a Inglaterra, mas que não tinha nenhuma autoridade para fazer qualquer promessa acerca de sua recepção ali.

Um pouco depois, antes ou durante esta conversação, o capitão Maitland recebeu de seu superior, o vice-almirante sir Henry Hotham (que então navegava ao largo da costa noroeste da França), uma mensagem avisando-o de que Napoleão estava em Rochefort ou próximo a essa cidade, e que tinha a intenção de cruzar para a América. O almirante acrescentava: "Deveis empregar os melhores meios para impedi-lo de partir numa das fragatas... Se tiverdes a boa fortuna de capturá-lo, colocai-o sob uma boa guarda, e prossegui com cautelosa velocidade para um porto na Inglaterra."[19]

Por volta de 14 de julho Napoleão recebeu um aviso de que Luís XVIII tinha ordenado ao general Bonnefours ir a Rochefort e prendê-lo.[20] Bonnefours agiu tão vagarosamente quanto ousava. Napoleão agora sentia-se restrito a três escolhas: render-se a Luís XVIII, que tinha todos os motivos para odiá-lo; arriscar-se à captura numa tentativa de desafiar o bloqueio britânico, ou render-se ao capitão Maitland na esperança da generosidade britânica. Ele escolheu o último caminho. A 14 de julho escreveu ao príncipe-regente que então governava a Inglaterra:

> ALTEZA REAL:
>
> Exposto às facções que dividem o meu país, e à desunião das grandes potências da Europa, eu terminei minha carreira política, e venho, como Temístocles, sentar-me na soleira da porta do povo inglês. Ponho-me sob a proteção de vossas leis, e apelo a Vossa Real Alteza, como o mais poderoso, o mais generoso e o mais determinado de meus inimigos, para dar-me essa proteção.
>
> Napoleão*[21]

Napoleão confiou esta carta a Gourgaud e pediu-lhe que obtivesse permissão para levá-la a Londres pelo próximo navio. Maitland concordou, mas o navio que levava Gourgaud ficou muito tempo detido por uma quarentena, e não há nenhuma prova que a carta jamais houvesse chegado a seu destino.

Em 15 de julho Napoleão e seus companheiros foram levados para bordo do *Bellerophon* e ofereceram-se em rendição voluntária à Grã-Bretanha. "Eu venho a bordo de vosso navio", disse Napoleão a Maitland, "para colocar-me sob a proteção das leis da Inglaterra."[22] O capitão recebeu-os cortesmente, e concordou em transportá-los para a Inglaterra. Nada disse a respeito da mensagem do almirante Hotham, mas avisou a Napoleão que não podia garantir-lhe uma recepção favorável na Inglaterra. Em 16 de

* Temístocles, o maior general de Atenas, foi exilado pela ágora de Atenas por volta de 470 a.C.; foi perseguido de uma cidade grega após a outra, e finalmente pediu e recebeu proteção dos maiores inimigos de Atenas, os persas, que Temístocles havia derrotado em Salamina em 480 a.C.

julho o *Bellerophon* partiu para a Inglaterra.

Em retrospecto Maitland deu uma boa referência acerca de seu valioso cativo:

> Suas maneiras eram extremamente agradáveis e afáveis. Ele tomava parte em todas as conversações, relatava numerosas anedotas e tentava de todas as formas promover o bom humor. Permitia grande familiaridade a seus assistentes,... embora eles geralmente o tratassem com muito respeito. Possuía, em um grau admirável, a facilidade em criar uma impressão favorável naqueles com os quais ele entrava em conversação.[23]

A tripulação britânica estava encantada, e o tratava com a maior deferência.

Em 24 de julho o *Bellerophon* chegou a Tor Bay, um pequeno golfo no Canal Inglês, na costa de Devonshire. Em breve duas fragatas armadas colocaram-se de ambos os lados do navio; Napoleão era claramente um prisioneiro. O almirante visconde Keith veio a bordo e cumprimentou-o com simples cortesia. Gourgaud apareceu para dizer-lhe que não tinha sido capaz de fazer chegar sua carta ao príncipe-regente, mas que ele havia sido compelido a dá-la a Keith, o qual não fez nenhuma menção disso.[24] Keith determinou a Maitland que levasse seu navio para o porto de Plymouth, a 30 milhas de distância; ali o *Bellerophon* permaneceu até o dia 5 de agosto. Durante esse tempo ele tornou-se o objeto da curiosidade britânica; de cada lugarzinho do sul da Inglaterra homens e mulheres iam a Plymouth, amontoavam-se em barcos, e esperavam que o monstro imperial fizesse o seu passeio diário no tombadilho.

O governo inglês levou dias para decidir o que fazer com ele. A opinião predominante era a favor de tratá-lo como uma pessoa fora da lei, que assim havia sido classificado pela declaração formal dos aliados, e como alguém que tinha sido tratado muito suavemente pelo Tratado Fontainebleau, havia violado o compromisso de observar aquele tratado, e conseqüentemente havia forçado a Europa a outra guerra que lhe custara vidas e dinheiro. Obviamente ele merecia a morte, e se fosse meramente aprisionado, ele deveria ser grato. Mas agora a prisão deveria ser tal que fosse impossível para o ofensor escapar e lutar novamente. Alguma mercê dever-lhe-ia ser concedida por haver-se entregue livremente, economizando aos aliados muitas dificuldades; mas essa mercê não deveria incluir nenhuma possibilidade de escapar. Assim o governo inglês determinou a Keith que informasse ao prisioneiro que ele deveria fazer doravante seu lar na ilha de Santa Helena, a cerca de 1.200 milhas a oeste da África. Era um lugar remoto, mas tinha que ser, e sua distância aliviaria o prisioneiro e seus guardas da necessidade de um confinamento rígido fortemente fiscalizado. Os aliados da Inglaterra foram consultados, e concordaram com o veredicto, estipulando apenas seu direito de mandar comissionários à ilha para participar da supervisão.

Napoleão quase entrou em colapso quando soube que havia sido condenado àquilo que ele considerava uma morte em vida. Lutou com apaixonados protestos, mas teve de ceder quando viu que estes somente encontravam uma resolução silenciosa. Foram-lhe concedidos alguns favores. Permitiram-lhe que escolhesse cinco amigos voluntários para acompanhá-lo. Ele nomeou o general Bertrand, o "grande marechal do palácio"; o conde e a condessa de Montholon (ele havia sido ajudante-de-campo de Napoleão em Waterloo); o general Gourgaud, seu devotado protetor; e (contando como um) o conde de Las Cases e seu filho. A todos eles foi permitido levar criados e 1.600 francos. Napoleão levou diversos criados e conseguiu levar com ele uma considerável soma de

dinheiro. O colar de diamantes de Hortência foi escondido no cinturão de Las Cases; 350.000 francos foram escondidos nas roupas dos criados. Todos os homens do grupo deviam entregar sua espada; mas quando o almirante Keith veio receber a de Napoleão, o imperador ameaçou desembainhá-la em sua defesa e Keith não insistiu.[25]

Em 4 de agosto o *Bellerophon* deixou Plymouth para Portsmouth, e ali entregou seu prisioneiro, sua comitiva e seus pertences a um navio maior, o *Northumberland*, o qual no dia 8 de agosto partiu para Santa Helena.

CAPÍTULO XXXIX

Ao Fim

I. SANTA HELENA

FOI UMA longa viagem da Inglaterra até Santa Helena — de 8 de agosto a 15 de outubro. Acostumado à ação e a rápidas conversas, Napoleão suportou o tédio com dificuldade. O almirante Sir George Cockburn pensava facilitar a situação convidando diariamente Napoleão e um ou outro de seus companheiros para jantar com ele e seus oficiais. Os ingleses, no entanto, levavam duas horas e meia para jantar; Napoleão facilmente persuadia-os a desculpá-lo quando eles começavam a beber. Ele franzia o sobrolho quando os ingleses dirigiam-se a ele como "general" em vez de "imperador", porém admirava a cortesia deles. Seus amigos sugeriram que uma boa maneira de anestesiar o tempo para ele seria ditar-lhes suas memórias de governo e de guerra. Começaram então as narrativas, recebidas por O'Meara, Las Cases, Gourgaud ou Montholon, as quais, publicadas por eles após a sua morte, desempenharam um importante papel em fazer da memória de Napoleão uma força viva na França durante todo o século.

Os homens quando estão no mar almejam tanto ver a terra que mesmo Napoleão deve ter ficado satisfeito quando avistou a costa rochosa de Santa Helena. De um golpe de vista podia-se ver a maior parte da ilha; ela tinha apenas 32 quilômetros de perímetro e quase toda sua população estava reunida na cidade que era seu porto, Jamestown, com uma única rua e cinco mil almas. Um terreno áspero e acidentado, subindo até um *plateau* em Longwood; um clima tropical de calor, névoas e chuvas; não havia uma sucessão regular de estações, mas incalculáveis alternações de tempo seco e úmido; um solo inamistoso, que só vagarosamente recompensava o amanho com alimentos. Era um "lugar na terra" ideal para isolar um causador de dificuldades, mas uma tortura para um homem cuja vida tinha sido uma ação que demandava um continente para seu palco.

Ele e sua comitiva permaneceram a bordo enquanto o almirante Cockburn procurava alojamentos temporários, até que se completassem os trabalhos que estavam sendo feitos na casa grande que o governo britânico havia escolhido para o seu lar coletivo. Para Napoleão, Las Cases e seu filho, o almirante encontrou um lugar agradável, "*the Briars*", cujo proprietário, William Balcombe, julgou que seria interessante ter um imperador como seu hóspede. Duas filhas, com as idades de 16 e 14 anos, alegravam o ambiente; falavam um pouco de francês, tocavam instrumentos e cantavam, e tornaram-se tão ligadas a Napoleão que a mais jovem chorou quando ele teve de transferir-se para Longwood.

Longwood era uma velha casa de fazenda, a cerca de 10 quilômetros de Jamestown. Seus muitos quartos tinham sido mobiliados simples porém adequadamente. De acordo com a excelente planta desenhada por Las Cases, Jr., a Napoleão foram dados seis aposentos; uma grande "antecâmara e sala de espera para visitantes", uma sala de estar,

um quarto de dormir, um estúdio, uma biblioteca, e uma grande sala de jantar. As paredes internas eram deselegantemente cobertas com pano pintado, mas havia muitas janelas. Napoleão aceitou sua *suíte* sem queixa inicial; até regozijou-se com o banheiro que ele descrevia como um "luxo do qual nunca se ouviu falar nesta infeliz ilha".[1] "O imperador", relatava Las Cases, "estava satisfeito com tudo."[2] Em outra ala do edifício foram preparados aposentos para Las Cases e o seu filho, para o conde e a condessa de Montholon, o general Gourgaud e o dr. O'Meara, médico de Napoleão. Grandes aposentos em comum foram providos para os criados de Napoleão[3] e para os criados de sua comitiva. O general Bertrand, sua esposa e seus empregados, ocupavam uma casa separada no caminho para Jamestown. Os criados serviam apenas para manter as casas.

Napoleão tinha liberdade de movimentos — a pé, a cavalo, ou numa carruagem — dentro de um raio de oito quilômetros de sua casa; mas tinha que submeter-se à vigilância das tropas inglesas quando ia para fora do *plateau* de Longwood. As refeições para Napoleão e sua comitiva eram mandadas diariamente pelo governador da ilha e, dentro de certos limites, eles podiam pedir a comida que quisessem.[4] Usualmente o imperador comia muito pouco até as oito horas da noite; então ele e seu grupo comiam com um vagar que o deixava pronto para o leito. Napoleão havia trazido um rico serviço de prata com ele da França, que era usado regularmente e ouvia-se também falar de garfos, facas e colheres de ouro.[5] Os pratos eram na maior parte de porcelana de Sèvres. Os criados usavam uniforme completo, verde e ouro. Las Cases ficou impressionado pela "elegância do serviço de jantar e o capricho com que as mesas eram postas".[6] A etiqueta das Tulherias foi mantida em Longwood. Napoleão permitia a seus amigos fiéis muita franqueza na conversa, mas não familiaridade; sempre se referiam a ele como "o imperador", e chamavam-no "vossa majestade". Cartas endereçadas a ele como "general" permaneciam sem serem abertas; os visitantes tinham de dirigir-se a ele como "imperador" ou manterem-se afastados.

Houve muitas irritações e algumas dificuldades. Os ratos sentiam-se em casa, até mesmo dentro do chapéu do imperador; corriam em volta das pernas da mesa enquanto ele comia; pulgas e insetos não faziam distinção das classes dos homens; "nós somos literalmente comidos", queixava-se Las Cases.[7] Havia nevoeiros úmidos quase todos os dias. Às vezes faltava água e o imperador sentia falta de seu banho quente. Uma vigilância constante, embora distante e polida, usualmente compelia a uma castidade monástica, justamente quando um excessivo lazer fazia a tentação duplamente aceitável. Mas onde em outro lugar tinha um prisioneiro tantos amigos perto dele, e criados, e um cavalo, e carruagens, e todos os livros que ele podia usar? Tudo levado em conta, era uma prisão tão razoável quanto um prisioneiro poderia esperar, especialmente após haver escapado de um confinamento anterior e haver custado o dispêndio de milhões de libras esterlinas e de sangue humano para recapturá-lo. As coisas andavam razoavelmente bem até que chegou Sir Hudson Lowe.

II. SIR HUDSON LOWE

Lowe chegou no dia 14 de abril de 1816 para substituir Sir George Cockburn como governador da ilha. O governo inglês julgava que sua escolha tinha sido bem pensada. Sir Hudson era um funcionário consciencioso, que levaria a cabo fielmente suas instruções. As instruções que ele tinha eram de dar ao prisioneiro "toda a indulgência que

seja consistente com a inteira segurança de sua pessoa".

Começou bem. Trouxe com ele cerca de 2.000 volumes franceses e os colocou à disposição de Napoleão e seus companheiros. Mandou avisar que tinha ouvido falar que havia necessidade de reparos em Longwood e que em breve ele providenciaria.[8] Julgou que deveria visitar seu distinto prisioneiro e convidou seu predecessor, o almirante Cockburn, para acompanhá-lo. Presumivelmente ele não sabia que Napoleão, como uma precaução contra curiosos e gente intrometida, havia instruído Bertrand para não permitir que ninguém o visitasse a não ser com permissão de Bertrand e escoltado por ele. Sir Hudson e o almirante vieram sem ser anunciados e pediram para ser recebidos. Napoleão replicou que estava doente e não poderia vê-los. Lowe perguntou quando ele poderia fazer-lhe outra visita; Napoleão respondeu que no dia seguinte. O orgulho de Lowe ficou ferido. Ele veio no dia seguinte de manhã, acompanhado por Bertrand; Napoleão recebeu-o friamente, e rememorou algumas inconveniências que o incomodavam: as sentinelas estavam estacionadas próximo demais de sua casa e às vezes, de noite, espiavam através das janelas; ele não podia andar a cavalo a não ser em limites muito exíguos sem ser seguido por um oficial inglês. Lowe prometeu fazer o que pudesse.[9] Depois de sua partida Napoleão observou a seus companheiros que "ele nunca tinha visto uma fisionomia tão parecida com a de um bandido italiano".[10]

Sir Hudson tinha mais orgulho do que humor. Voltando a seu escritório mandou dizer aos ajudantes de Napoleão que as restrições das quais ele se havia queixado tinham sido impostas pelo governo britânico, e que ele não tinha autoridade para removê-las. Ajuntou, ainda de acordo com as instruções de seu governo, que todas as comunicações entre Longwood e o mundo exterior deveriam passar por suas mãos, e ser sujeitas a sua inspeção.[11] De acordo com Las Cases, o governador recusou-se a transmitir cartas que eram endereçadas ao "imperador Napoleão".[12] Enviou um convite para jantar para o general Bertrand e ao "general" Napoleão. Napoleão recusou.

A querela atingiu uma alta temperatura quando Lowe informou Bertrand que o governo britânico queixava-se do alto custo que estava incorrendo para a manutenção de Napoleão e sua comitiva de 51 pessoas.[13] O governo tinha destinado 8.000 libras anualmente para isto, e o custo real para o primeiro ano tinha sido de 18.000 libras; o governo propôs que qualquer futura despesa acima de 8.000 libras deveria ser paga por Napoleão. O imperador ordenou a Montholon que vendesse a prata imperial e ofereceu-se para pagar as despesas em excesso de sua comitiva se Lowe passasse, sem abrir, uma carta de Napoleão a seu banqueiro em Paris; Lowe não quis fazê-lo. A família de Napoleão ofereceu-lhe ofertas em dinheiro; ele agradeceu mas disse que podia cuidar do assunto. Eles ofereceram-se para vir viver com ele; ele os proibiu dizendo que não sobreviveriam ao clima e ao isolamento por muito tempo. Lowe pensou em facilitar a situação aumentando a dotação imperial para 12.000 libras por ano,[14] mas essa discussão de suas despesas enfurecia Napoleão. Quando Lowe de novo o visitou (16 de julho de 1816), Napoleão, de acordo com seu relatório a Las Cases, queimou todas as pontes gritando: "Vós me permitis dizer-vos o que eu penso de vós? Nós pensamos que vós sois capaz de tudo; *sim, de tudo*.... Eu teria de me queixar não que o pior procedimento dos ministros tenha sido mandar-me para Santa Helena, mas que eles tenham dado o comando dessa ilha a vós. Vós sois uma calamidade maior para nós do que todas as desgraças dessa horrível rocha."[15] "O imperador", disse Las Cases, "admitiu que tinha

repetidamente ofendido Sir Hudson Lowe durante a conversação." "Eu perdi inteiramente as estribeiras. Eles me mandaram mais do que um carcereiro! Sir Hudson Lowe é nada mais do que um carrasco!... Minha raiva deve ter sido poderosamente excitada pois eu senti uma vibração na barriga da minha perna esquerda."[16]

Sir Hudson, acabrunhado, retirou-se. Não tiveram mais nenhum outro entendimento.

III. OS GRANDES COMPANHEIROS

O mais notável aspecto desta vida encarcerada foi a constante e intensa fidelidade dos ajudantes que acompanharam Napoleão a Santa Helena. Presumivelmente a aura intoxicante de sua fama participava na estimulação de seus serviços, mas sua persistência em servi-lo, a despeito das restrições e das saudades do exílio, das disputas de competição pelo favor do imperador, e da irritação de um clima depressivo e um governador desagradável, dá a seu comportamento quase que as qualidades de uma legenda do tempo do rei Artur, escurecida pelos ciúmes, mas enobrecida pela devoção.

O mais nobre de todos eles era o conde Henri-Gratien Bertrand (1773-1844). Ele entrou na história como um engenheiro militar sob Napoleão na primeira campanha da Itália; na expedição ao Egito ele comandou um batalhão na batalha das Pirâmides e foi ferido na vitória de Abukir. As pontes que ele construiu através do Danúbio na campanha de 1809 foram classificadas por Napoleão como o mais belo serviço dessa natureza desde os romanos.[17] Em 1813 ele foi feito grande marechal do palácio. Bertrand permaneceu leal a Napoleão durante os amargos anos da retirada perante os aliados, acompanhou-o a Elba, ficou com ele durante os Cem Dias, viajou com ele para Rochefort, e com ele partiu para a Inglaterra e para Santa Helena. Ali ele continuava sendo um grande marechal, inspecionando os visitantes, acalmando os temperamentos, mantendo uma trégua entre Napoleão e o governador e suportando com perdoável paciência a tentativa do imperador de seduzir sua esposa. O diário de Bertrand, no dia 26 de abril de 1821, tem um registro: "O imperador replicou (de acordo com o que Montholon disse a Mme. Bertrand): '... eu fiquei sentido com sua recusa de tornar-se minha amante... Nunca esquecerei o Dr. Antommarchi por haver atendido a uma mulher que recusou tornar-se minha amante.'"[18] Mas quando Napoleão disse isto ele estava a dez dias da morte, e pode ter perdido a memória de seus amores. Bertrand notou, na mesma data: "Ele freqüentemente parecia haver perdido sua memória." A esposa de Bertrand era uma crioula inglesa, sobrinha de Lorde Dillon e aparentada com Josefina. Ela suportou com impaciente fidelidade seu isolamento, em Santa Helena, da vida social de Paris. Bertrand levou-a de volta para a França cinco meses após a morte de Napoleão. Ele havia compilado em Santa Helena três volumes de um diário, mas recusou-se a publicá-los. Eles foram decifrados e publicados em 1949-59, um século após sua morte. Bertrand foi enterrado na cripta de Les Invalides, ao lado dos restos de Napoleão.

Quase igual em devoção foi o cirurgião irlandês Barry O'Meara (1786-1836). Como médico de bordo do *Northumberland* ele atendeu a Napoleão, falava com ele em francês e italiano, concordava a meio com a opinião dele acerca dos médicos e tornou-se de tal forma ligado a Napoleão que pediu — e obteve — permissão do governo britânico para permanecer atendendo a Napoleão em Santa Helena. Sir Hudson Lowe não aprovava uma tal intimidade entre um doutor britânico e um criminoso francês; ele suspeitava

de uma conjuração de O'Meara para dar fuga a Napoleão; insistiu em designar um soldado para acompanhar o cirurgião onde quer que ele fosse; O'Meara protestou; Lowe fez com que ele fosse chamado de volta à Inglaterra (julho de 1818). Em 1822 O'Meara publicou *Napoleão no Exílio ou Uma Voz de Santa Helena*, um apelo apaixonado para um melhor tratamento do imperador caído. Os dois volumes tiveram uma ampla venda, e deram início a uma onda de simpatia por Napoleão na Inglaterra. O livro contém alguns erros,[19] tendo sido escrito de memória; mas Las Cases defende o relato de O'Meara e todos aqueles que rodeavam Napoleão parecem ter tido uma alta opinião de O'Meara tanto como médico como quanto um cavalheiro.

A memorável devoção do Conde Emmanuel-Augustin-Dieudonné de Las Cases (1766-1842), e seu volumoso *Mémorial de Sainte-Hélène* colocam-no logo após Napoleão e Lowe entre as *dramatis personae* da ilha. Ele era um nobre de estirpe menor, lutou no exército de Condé contra a Revolução, emigrou para a Inglaterra, aderiu a uma tentativa de alguns *émigrés* para invadirem a França em Quiberon, não conseguiu desembarcar, voltou para a Inglaterra e vivia de ensinar história. Desenhou um *Atlas historique* que mais tarde recebeu grandes elogios de Napoleão. Pouco após o 18 Brumário ele aventurou-se a voltar para a França. Julgava que Napoleão era o remédio certo para a Revolução; procurou todas as oportunidades para servi-lo e chegou a ser membro do Conselho de Estado. Waterloo não arrefeceu sua admiração pelo imperador; ele foi para Malmaison ajudá-lo, seguiu-o a Rochefort, à Inglaterra e a Santa Helena.

De todos os companheiros ele foi aquele que permaneceu mais ligado ao imperador, foi o mais zeloso ao registrar seu ditado, e manteve sua alta opinião a respeito dele, através de todas as tempestades do temperamento do exilado. Notava tudo a respeito de Napoleão, exceto seus defeitos; não acreditava, como Cromwell, em imortalizar as verrugas... Seu relatório sobre as lembranças e observações de Napoleão não pretende ser verbalmente preciso. "O imperador ditava muito rapidamente, quase tão rápido quanto ele fala na conversação ordinária. Eu fui conseqüentemente obrigado a inventar uma espécie de escrita hieroglífica; e eu, por minha vez, ditava isso a meu filho"; ou "eu sentava-me ao lado do meu filho à medida que ele escrevia o ditado do imperador... Eu sempre lia para o imperador o que ele havia ditado no dia anterior, e então ele fazia correções ou então ditava algo mais".[20] No entanto a linguagem na qual Las Cases expressa seus próprios pontos de vista é tão parecida com a que ele atribuiu a Napoleão, que nós não podemos aceitar seu relatório como revelando Napoleão tão imparcialmente como o diário de Gourgaud mais vividamente imediato.

Ansioso para comover a Europa com as privações que Napoleão estava sofrendo, Las Cases escreveu um relato destas num pedaço de seda, endereçou-o a Luciano Bonaparte e confiou-a a um criado que estava para voltar para a Europa. O criado foi revistado; a mensagem foi descoberta; Sir Hudson Lowe mandou prender Las Cases, confiscou seus papéis (incluindo as conversações com Napoleão), e deportou Las Cases e seu filho para Cape Town (25 de novembro de 1816). Daquele remoto ponto o conde começou anos de perambulações — usualmente sob vigilância hostil — pela Inglaterra, Bélgica e Alemanha. Em outubro de 1818 ele apresentou ao congresso dos aliados em Aix-la-Chapelle (Aachen) uma petição da mãe de Napoleão para a libertação de seu filho. Ele próprio enviou apelos aos governantes da Rússia, da Prússia, da Áustria e da Inglaterra. Não lhe deram resposta. Após a morte de Napoleão foi-lhe permitido retornar à França (1822).

Conseguiu obter do governo britânico seus manuscritos confiscados e publicou quase todos no *Mémorial de Sainte-Hélène* (1823). Os volumes tornaram-se o acontecimento literário do ano. Las Cases e seus herdeiros enriqueceram com a venda; e seu ardente testemunho do tratamento que, segundo ele acreditava, havia causado a morte de Napoleão, tornou-se um fator de continuidade na "legenda napoleônica", que elevou Napoleão III a um reino mais duradouro do que o de seu tio, e deu a Las Cases, Jr. uma cadeira de senador no Segundo Império.

Os outros companheiros tinham ciúmes de Las Cases porque ele estava mais freqüentemente e mais intimamente próximo a Napoleão. Especialmente irritado era o general Gaspard Gourgaud (1783-1852), que tinha muitos títulos a seu favor. Havia lutado pelo imperador na Espanha, na Áustria, na Rússia e na França, e tinha salvo sua vida em Brienne. Era o mais expressivo e o mais exuberante dos exilados, ardente na amizade, apaixonado na inimizade, desafiando Montholon para um duelo, e amando a Napoleão com um amor ciumento intolerante de outros amantes; "ele me ama", dizia Napoleão, "como um amante ama sua amante".[21] Para restaurar a paz no acampamento, Napoleão mandou-o para a Europa (1818) com uma mensagem para o czar Alexandre. Mesmo assim, o *Journal inédit de Sainte-Hélène* (Diário Inédito de Santa Helena-1899) de Gourgaud, é o mais fascinante e o mais realista de todos os ecos de Santa Helena.

O conde Charles-Tristan de Montholon (1783-1853) dificilmente merecia o ódio de Gourgaud, porque ele era o mais polido e o mais apaziguador do quarteto imperial. Tinha orgulhosas lembranças de ter aprendido matemática quando ele tinha dez anos com um jovem capitão de artilharia chamado Bonaparte. Mais tarde seguiu a estrela de Napoleão em sua subida e em sua queda, e insistiu em acompanhá-lo a Santa Helena. Sua esposa, Albinie de Vassal, tinha-se casado com ele vinda de dois maridos dos quais se divorciara e que estavam vivos, de tal forma que Montholon nunca esteve muito seguro dela. Rumores em Santa Helena diziam que ela havia ajudado Napoleão a aquecer seu leito; os representantes russos em Jamestown colocavam o assunto cruamente: "Embora velha, debochada e gorda, ela é hoje a amante do grande homem."[22] Quando ela deixou a ilha (1819) Napoleão chorou.[23] O próprio Montholon ficou até o fim, participou com Bertrand da longa vigília ao gladiador que morria, e foi nomeado co-executor do testamento imperial. Retornando à França ele partilhou de sete anos de prisão com o sobrinho de Napoleão e ajudou-o a tornar-se outro imperador.

IV. O GRANDE DITADOR

O grande inimigo de todos os exilados era o tempo, e, após ele, seu filho, o tédio. Estes homens, que tinham sido apaixonados pela ação e familiarizados com a morte, limitavam-se agora a tomar conta do corpo e do ego de uma figura mundial que havia caído das condições e das roupas imperiais para uma desesperança aprisionada, com todas suas doenças aparecendo e suas fragilidades humanas se revelando. "Minha situação é terrível", dizia ele; "eu estou como um homem morto, no entanto ainda cheio de vida",[24] ou pelo menos do desejo de viver. O herói que anteriormente havia suspirado por mais tempo para poder levar a cabo as tarefas que havia escolhido, ou para completar seus planos, agora sentia as horas pesarem-lhe e recebia a noite como um anódino do tempo. Então, por falta de haver trabalhado, era difícil conciliar o sono, e ele se movimentava do leito para um

sofá ou uma cadeira e de volta de novo para a cama à procura da inconsciência.

Quase diariamente ele jogava xadrez; mas uma vez que os seus oponentes não ousavam derrotá-lo, a vitória o aborrecia. Em seu primeiro ano de exílio ele andava a cavalo diversos quilômetros por dia, mas em breve abandonou esse exercício quando notou que um oficial britânico sempre mantinha-o à vista. Lia várias horas por dia.

Tinha sempre amado os livros, lera sempre mesmo nos dias mais ocupados, levara centenas de volumes em suas campanhas — 800 para Waterloo (70 deles de Voltaire).[25] Havia trazido 400 livros da França; numa parada do *Northumberland* na Madeira encaminhara ao governo britânico um pedido para um certo número de livros eruditos, que chegaram a ele em junho de 1816; um outro pacote chegou um ano mais tarde; e Sir Hudson Lowe enviou-lhe alguns de sua própria biblioteca.[26] Tornou-se um perito nas campanhas de Alexandre, Aníbal e César. Lia e relia os dramas de Corneille e Racine, às vezes em voz alta com seus companheiros, distribuindo os papéis. Gostava da literatura inglesa, e fez com que Las Cases lhe ensinasse inglês para lê-los, mesmo para falar; "Sua Majestade", relatava Gourgaud, "está sempre falando inglês comigo".[27]

Ele tinha uma vantagem sobre os outros prisioneiros: podia afogar o presente no passado recontando a história de seu povo e de metade da Europa, de 1796 a 1815, quase que inteiramente de memória, e com a vantagem de ter sido um participante principal. Era por demais impaciente para escrever, mas gostava de falar. Foi aparentemente Las Cases quem sugeriu que, ditando suas memórias a um ou outro membro de sua *entourage*, ele podia dar interesse e valor a cada dia que passava. Agora ele podia achar apenas uma verdade imperfeita nas linhas de Dante: "Não há maior dor do que recordar na miséria os tempos de felicidade"; uma lembrança dos dias agradáveis poderia aliviar, embora mesmo aprofundando, o presente pesar. "Foi um belo império!" exclamava ele; "eu tive 83 milhões de seres humanos sob meu governo — metade da população da Europa."[28]

Desta forma ele inaugurou uma nova ditadura no *Northumberland* e continuou-a, com interrupções, durante os quatro anos em Santa Helena. Começou recontando a Las Cases a história daquelas campanhas italianas de 1796, cuja rápida decisão tinha deixado a Europa estupefacta e o tornara indispensável para a França. Quando Las Cases teve de fugir devido à ira de Lowe, o imperador passou a ditar para Gourgaud, mais tarde para Montholon, menos para Bertrand, às vezes para dois deles num só dia. Agora esses guerreiros trocavam suas espadas pelas penas, e amontoavam resmas de papel nas quais derramavam sua tinta para preservar o registro do imperador e o seu bom nome na França rebourbonizada e no julgamento da história. Eles ficavam exaustos mais cedo do que ele, que sabia que esta era a sua última oportunidade para defender-se contra os oradores, jornalistas e caricaturistas, que haviam permitido a seus inimigos pintá-lo como um monstro desumano e sanguinário. Sabendo que seus colaboradores não podiam ter um interesse tão pessoal em seu trabalho, ele deu a cada um deles ampla propriedade sobre seu manuscrito e o que ele rendesse; e na realidade todos os manuscritos, quando publicados, trouxeram a riqueza para os escribas ou seus herdeiros.[29]

Naturalmente o autor procurava apresentar-se da melhor forma nesta *apologia*; mas, tudo levado em conta, verifica-se que ela foi tão justa quanto podia ser esperada de um homem que defendia sua vida. Napoleão tinha por esta época aprendido a admitir que havia cometido erros sérios na política e na arte militar. "Errei em discutir com Talleyrand. Ele possuía tudo que me faltava. Se eu tivesse francamente permitido a ele

comparticipar de minha grandeza, ter-me-ia servido bem, e eu teria morrido no trono."[30] Confessou que tinha subestimado profundamente as dificuldades de conquistar a Espanha ou de submeter a Rússia. "Eu parti de Elba cedo demais; deveria ter esperado até que o Congresso se desfizesse e os príncipes tivessem voltado para casa."[31] "Ainda não entendi como perdi a batalha de Waterloo."[32] "Eu deveria ter morrido em Waterloo."[33]

Seus amanuenses, quase exaustos por suas memórias, ainda encontravam energias para registrar suas conversas. Eram elas naturalmente interessantes, pois quem em seu tempo rivalizou com o alcance de suas aventuras em três continentes? Ele era um contador de histórias excelente, com uma vivaz anedota para cada coisa. Era, com seu modo brusco, um filósofo, e podia falar razoavelmente bem de qualquer assunto desde agricultura até Zeus. Havia lido a história tão extensamente que predizia o futuro com um sucesso algo duvidoso. "O sistema colonial... acabou para todo o mundo — para a Inglaterra, que é proprietária de todas as colônias, bem como para as outras potências às quais não resta nenhuma."[34] O jugo dos Bourbons em breve seria rechaçado pelo povo francês.[35] A Alemanha em breve retomaria a unificação que ele havia começado.[36] O século XIX seria um século de revoluções; os princípios da Revolução Francesa, com a exceção de alguns excessos, iriam triunfar na América, na França e na Inglaterra; e "desse tripé a luz brilharia sobre o mundo".[37] "O velho sistema terminou, e o novo não está consolidado, e não o será antes de longas e furiosas convulsões."[38] "A Rússia é a potência que avança com mais segurança, e com os maiores passos, em direção ao domínio universal."[39] Um de seus maus palpites: "A autoridade real na Inglaterra diariamente aumentada... está agora marchando sem impedimento na estrada para um poder arbitrário e absoluto."[40]

Finalmente ele fez um balanço de sua carreira política e resumiu-o da maneira mais favorável:

> Eu fechei o golfo da anarquia e limpei o caos. Purifiquei a Revolução, dignifiquei as nações, e estabeleci reis. Eu provoquei toda espécie de emulação, recompensei toda a espécie de méritos e aumentei os limites da glória... A ditadura era absolutamente necessária. Dir-se-á que eu restringi a liberdade? Pode ser provado que a licenciosidade, a anarquia e as maiores irregularidades ainda povoavam o limiar da liberdade. Devo eu ser acusado por ter sido por demais amante da guerra? Pode ser mostrado que eu sempre recebi o primeiro ataque. Será dito que eu visava a uma monarquia universal?... Nossos inimigos levaram-me passo a passo a essa determinação. Por último, devo eu ser inculpado por minha ambição? Esta paixão eu devo sem dúvida concordar que eu tenha possuído e em não pequeno grau; mas, ao mesmo tempo, minha ambição era da espécie mais alta e mais nobre que talvez jamais tenha existido — a de estabelecer e consagrar o império da razão, o amplo exercício e o completo gozo de todas as faculdades humanas. E aqui o historiador será compelido a lamentar que tal ambição não tenha sido sucesso... Essa é toda a minha história em poucas palavras.[41]

Em 9 de março de 1821 ele alegrou seu coração, que já fraquejava, com uma orgulhosa visão de sua fama após a morte: "Em quinhentos anos as imaginações dos franceses estarão cheias de mim. Eles somente falarão das glórias de nossas brilhantes campanhas. Que Deus ajude aqueles que ousarem falar mal de mim!"[42] Era uma ma-

neira tão boa como outra qualquer de encarar a morte.

V. A ÚLTIMA BATALHA

Uma variedade de desordens internas, e a falta de exercício físico, levaram Napoleão à velhice quando ele ainda tinha quarenta e poucos anos. A insistência de Lowe em fazer com que um soldado britânico seguisse o imperador onde quer que ele fosse fora dos limites de Longwood havia irritado o cativo e o levou a evitar todos os passeios, a cavalo ou de carruagem. Sentinelas estacionados à vista de seus aposentos davam a Napoleão uma razão adicional para ficar dentro de casa; e sua perda de interesse em prolongar sua vida mais e mais o inclinavam a uma apática inatividade. Bertrand relatou em 1818: "Cem dias se passaram desde que ele... saiu de casa pela última vez." Las Cases notava que o sangue do imperador circulava com dificuldade,[43] com uma pulsação baixa, de 55 pulsos por minuto.[44]

Em 1820 ele dedicou-se à jardinagem, e atacava seus problemas com coragem e disciplina marcial. Convocou sua colônia inteira para juntar-se a ele no empreendimento, e eles alegremente abandonaram suas velhas rotinas para a nova atividade de cavar a terra, carregá-la, plantar, regar e carpir as ervas daninhas. Sir Hudson Lowe, num novo gesto de amizade, mandou a seu prisioneiro plantas e ferramentas.[45] O jardim, bem aguado, em breve produziu vegetais frescos, que Napoleão consumia com deleite. Sua saúde melhorou visivelmente. Mas quando a colheita da horta foi consumida e voltou o mau tempo, Napoleão retornou à sua anterior indolência doméstica.

Em breve suas doenças renovaram seu ataque, numa dezena de *front*: dores de dente, dores de cabeça, erupções na pele, vômitos, disenteria, extremidades frias. Sua úlcera piorou, e o câncer que iria ser revelado por uma autópsia *post-mortem* havia começado a infligir-lhe dores quase ininterruptas.[46] Esses sofrimentos físicos afetavam seu gênio, até sua mente. Ele tornou-se taciturno, irritadiço e amargo; vaidoso e ciumento de sua dignidade; pronto a sentir-se ofendido, mas de novo pronto a perdoar; contando seus vinténs, mas dando generosamente em seu testamento.[47] Em 1820 ele descreve-se desalentado:

> Como eu caí! Eu, cuja atividade não conhecia limites, cuja cabeça jamais descansava! Estou mergulhado num estupor letárgico. Preciso fazer um esforço para abrir meus olhos. Às vezes costumava ditar sobre diversos assuntos, para quatro ou cinco secretários, que escreviam tão rapidamente quanto eu falava. Mas eu era então Napoleão; hoje eu nada sou... Vegeto, não vivo mais.[48]

Ele teve uma sucessão e uma mistura de médicos, nenhum dos quais permaneceu com ele o tempo suficiente para estudar seus sintomas sistematicamente, ou impor-lhe um regime consistente. O dr. O'Meara foi o primeiro e o melhor, mas sua estada em Longwood foi interrompida. Dois médicos britânicos, Stokoe e Arnott, substituíram-no, ambos bons homens, pacientes e conscienciosos. Mas no dia 21 de setembro de 1819, a situação tornou-se confusa pela chegada do dr. Francesco Antommarchi, de 39 anos de idade, com uma recomendação do tio de Napoleão, o cardeal Fesch; os médicos britânicos permitiram que ele se encarregasse do caso. Antommarchi justificou amplamente a pergunta de Napoleão para ele, se os generais ou os médicos matavam mais. Ele foi orgulhoso, confiante e impiedoso quando Napoleão se queixou de dores de estômago. Antomarchi prescreveu um emético na limonada. Napoleão torceu-se de dor e quase

entregou seu espírito; pensando que estivesse envenenado, dispensou Antommarchi e proibiu-o de voltar.[49] Mas dentro de um dia ou dois Antommarchi estava de volta com seus remédios e seus frascos e o imperador, embora amaldiçoando-o com obscenidades que não se pode imprimir,[50] teve de conformar-se com ele.

Pelo meado de março de 1821, Napoleão recolheu-se ao leito e daí em diante raramente o deixava. Sofria dores quase contínuas, que Antommarchi e Arnott tentavam aliviar com pequenas doses repetidas de ópio. "Se eu tivesse que terminar agora minha carreira", disse ele em 27 de março, "seria uma grande alegria. Por vezes eu anseio morrer e não tenho medo da morte."[51] Durante seu último mês ele vomitava quase toda a comida que lhe era dada.

Em 15 de abril fez seu testamento. Alguns excertos.

> 1. Eu morro na religião apostólica romana, no seio da qual nasci... 2. É meu desejo que minhas cinzas repousem nas margens do Sena, no meio do povo francês que eu tanto amei. 3. Sempre tive toda a razão em ficar satisfeito com a minha querida esposa, Maria Luísa. Tenho por ela, até meus últimos momentos, os mais ternos sentimentos. Peço-lhe que seja vigilante, a fim de preservar meu filho das armadilhas que ainda cercam sua infância... 5. Morro prematuramente, assassinado pela oligarquia inglesa.[52]

Ele tinha cerca de 6 milhões de francos para dispor — 5.3 milhões mais os juros — em depósito com Laffitte; e pensava que tinha dois milhões de francos deixados com Eugênio de Beauharnais. Legou substanciais somas a Bertrand, Montholon, Las Cases; a seu criado principal, Marchand, e a seu secretário Méneval; a vários generais ou seus filhos. Doou diversos artigos a um considerável número de pessoas que o haviam servido ou de outra forma o ajudaram; ninguém foi esquecido. Também "10.000 francos ao oficial Cantillon, que foi julgado por ter sido acusado de tentar assassinar lorde Wellington, do que ele foi pronunciado inocente. Cantillon tinha tanto direito de assassinar aquele oligarca, como este último de mandar-me perecer neste rochedo de Santa Helena".[53]

Em separado ele deixou alguns "Conselhos a meu filho" (primavera de 1821):

> Meu filho não deve pensar em vingar minha morte; em vez disso ele deve tirar dela uma lição. Deve manter sempre em mente a lembrança do que eu realizei. Deve permanecer, como eu próprio, um francês da cabeça aos pés. Deve lutar para governar em paz. Se ele tivesse que tentar começar minhas guerras todas de novo somente pelo mero desejo de imitar-me, e sem absoluta necessidade disso, estaria apenas me macaqueando. Começar de novo meu trabalho seria julgar que eu nada realizei. Completá-lo, por outro lado, será provar a força de suas bases, desenvolver o plano completo do edifício que comecei. Um trabalho tal como o meu não se faz duas vezes num século. Fui compelido a dominar e tomar a Europa com armas; hoje ela deve ser convencida. Salvei a Revolução quando ela jazia agonizante; limpei-a de seus crimes e mostrei-a ao povo brilhando em sua glória. Inspirei a França e a Europa com novas idéias que jamais serão esquecidas. Que meu filho faça florescer tudo aquilo que eu semeei! Que ele desenvolva todos os elementos de prosperidade que jazem escondidos no solo francês![54]

A última preparação era dispor de sua alma. Ele tinha levado muito tempo para chegar

a uma fé religiosa. Como se houvesse lido Gibbon, ele parece ter considerado todas as religiões igualmente falsas para o filósofo e igualmente úteis para o estadista;[55] havia se tornado um maometano para conquistar o Egito, e um católico para manter a França. A Gourgaud ele havia expressado um materialismo simples: "Diga você o que quiser, tudo é matéria, mais ou menos organizada. Quando uma vez eu caçava mandei abrir um veado e vi que seu interior era o mesmo que o do homem. Quando eu vejo que um porco tem um estômago como o meu e digere como eu, digo a mim mesmo: 'Se eu tenho uma alma ele também tem.'"[56] "Quando nós morremos, meu caro Gourgaud, estamos inteiramente mortos."[57] Em 27 de março, seis semanas antes de sua morte, ele disse a Bertrand: "Fico muito satisfeito em não ter religião. Encontro nisto um grande consolo, pois não tenho qualquer terror imaginário e nenhum medo do futuro."[58] Como, perguntava ele, podemos nós reconciliar a prosperidade dos maus e os infortúnios dos santos com a existência de um Deus vivo? "Olhai para Talleyrand; ele certamente vai morrer na cama."[59]

À medida que se aproximava da morte, ele começou a encontrar razões para a fé. "Somente um louco", disse a Gourgaud, "declara que morrerá sem uma confissão. Existe tanta coisa que não se sabe, que não se pode explicar."[60] Ao final de contas, sentia ele, a religião é uma parte necessária do patriotismo:

> A religião forma uma parte de nosso destino. Junto com o solo, com as leis e com os costumes, ela constitui aquele todo sagrado que nós chamamos de Pátria, e cujos interesses nós jamais devemos desertar. Quando, no tempo da Concordata, alguns velhos revolucionários falaram-me de tornar a França protestante, eu me senti tão revoltado como se eles me tivessem pedido para abdicar do meu título de francês e declarar-me inglês ou alemão.[61]

Assim ele decidiu conformar-se humildemente aos rituais tradicionais da morte de um francês. Encontrou um padre local, e providenciou para que fosse celebrada missa todos os domingos em Longwood. Caiu com facilidade e conforto na fé de sua meninice, e deliciava seus amigos e até ele mesmo com uma previsão de sua recepção no céu: "Vou encontrar-me com Kléber, Desaix, Lannes, Masséna,... Ney. Eles virão ao meu encontro... Falaremos do que fizemos. Conversaremos sobre nossa profissão com Frederico, Turenne, Condé, César, e Aníbal."[62]

Por volta de 26 de abril estava tão fraco que pela primeira vez obedeceu a seus médicos sem perguntas. Naquela noite delirou um pouco, propondo-se a dar a seu filho 400 milhões de francos.[63] Montholon, que agora ficava com ele noite e dia, relatou que às quatro horas da manhã daquele dia Napoleão lhe disse: "com extraordinária emoção". "Eu acabo de ver minha boa Josefina... Ela estava sentada ali; foi como se eu a tivesse visto na noite anterior. Ela não mudou — sempre a mesma, ainda completamente devotada a mim. Disse-me que íamos ver-nos de novo um ao outro e que jamais nos deixaríamos. Ela assim o prometeu. Tu a viste?"[64]

No dia 3 de maio ele recebeu os sacramentos. Naquele dia dois médicos juntaram-se a Arnott e Antommarchi e os quatro concordaram em dar ao paciente dez grãos de calomelanos. "A dose inusitadamente enorme desse inconveniente remédio causou uma terrível comoção intestinal, com a perda da consciência, e... todos os sinais de uma hemorragia no sistema gastro-intestinal."[65]

Ele morreu no dia 5 de maio de 1821, murmurando: *À la tête de l'armée* — à frente do exército.

No dia 6 de maio Antommarchi fez o exame *post-mortem* na presença de 16 pessoas, incluindo sete cirurgiões britânicos, Bertrand e Montholon. A autópsia revelou de pronto a causa principal do sofrimento de Napoleão: úlceras cancerosas no piloro — aquela parte do estômago que leva ao intestino. Uma úlcera tinha corroído um furo de cinco milímetros através da parede do estômago, espalhando a putrefação. Antommarchi havia diagnosticado hepatite, mas o fígado, embora maior do que o normal, não mostrava sinais de doença.[66] Tecido adiposo foi encontrado não somente na pele e no peritôneo, mas também no coração, o que pode ter sido a causa de sua pulsação anormalmente fraca. A bexiga era pequena e continha várias pequenas pedras. Isto, e um rim esquerdo malformado, eram provavelmente a causa da necessidade que o imperador tinha de urinar freqüentemente, e podem explicar uma certa inconstância de sua atenção no curso das batalhas em Borodino e Waterloo. Nenhum dos examinadores relatou qualquer sinal de sífilis mas os órgãos genitais eram pequenos e aparentemente atrofiados.[67]

No dia 9 de maio uma considerável procissão, incluindo Sir Hudson Lowe, escoltou o cadáver para um túmulo fora de Longwood, no "Vale dos Gerânios"; o próprio Napoleão havia escolhido essa localização. Sobre o ataúde estava o capote que usara em Marengo e a espada que havia sido orgulhosa parte de seu traje oficial e um emblema de sua vida. Ali ele permaneceu por 19 anos, até que a França, amando-o de novo, trouxe-o para casa.

CAPÍTULO XL

Posteriormente

1815-40

I. A FAMÍLIA

LETÍCIA Bonaparte sobreviveu a seu filho Napoleão 15 anos, morrendo com a idade de 86 anos. Sua carreira foi quase um sumário da maternidade através das idades: companheiro incerto, muitos filhos, alegrias e tristezas, sucessos e aborrecimentos, terror e isolamento, admiração e esperança. Ela havia visto todos os triunfos, riquezas e infortúnios de seus filhos, havia economizado para o dia em que eles pudessem precisar dela; "Quem sabe se eu algum dia não terei que sustentar todos esses reis?"[1] Viveu de modo abstêmio até o fim, protegida e honrada pelo papa de quem seu filho havia abusado. Sob o ponto de vista racial ela foi a mais forte e a mais sadia de todos os Bonapartes.

José, seu filho mais velho, gostando de livros e de dinheiro, bem-casado com Julie Clary, amado e sobrecarregado de obrigações por seu imperial irmão, serviu-o com o melhor de sua limitada habilidade, encontrou refúgio na América após o império entrar em colapso, voltou para a Europa, viveu em paz na campanha próximo a Gênova, e morreu em Florença em 1844, com a idade de 76 anos.

Luciano, depois de desempenhar importante papel sob o Diretório, e ajudar o seu irmão a derrubá-lo, opôs-se à ditadura de Napoleão, casou-se contra a vontade imperial, abandonou a luta pelo poder, tornou-se um príncipe papal, partiu para a América, foi capturado por um navio inglês, mantido sob vigilância na Inglaterra, conseguiu ir ao encontro de Napoleão nos Cem Dias, defendeu-o nas câmaras para Roma depois da Segunda Abdicação, e morreu em Viterbo em 1840.

Luís Bonaparte, após abandonar seu trono holandês e separar-se de Hortência, viveu na Boêmia, na Áustria e na Itália, e morreu seis anos antes de seu terceiro filho tornar-se o imperador Napoleão III.

Jerônimo desfrutou sua riqueza real na Westfália, falhou como general no primeiro mês da campanha russa, voltou para seu trono, perdeu-o para os aliados em 1813, lutou valentemente em Waterloo, e foi quase o último dos franceses a deixar o campo da derrota.[2] Após a segunda abdicação vagou de país em país, retornou à França em 1847, viu seu sobrinho subir ao poder, tornou-se presidente do Senado sob Napoleão III, e morreu em 1860 após 76 anos de uma vida plena numa época em que cada ano equivalia a uma década de acontecimentos.

Elisa Bonaparte Bacciocchi era a mais velha e a mais capaz das três irmãs de Napoleão. Já registramos seu sucesso como governante da Toscana, a Ática cultural da Itália.

Quando se tornou evidente que seu irmão não poderia resistir aos aliados unidos, retirou-se para Nápoles e juntou-se a sua irmã Carolina para ajudar Murat a preservar seu trono.

Murat, após haver comandado a cavalaria de Napoleão em Leipzig, voltou a Nápoles, entrou numa aliança com a Áustria (8 de janeiro de 1814), e comprometeu-se a usar seu exército na coligação contra Napoleão em troca do apoio da Áustria a sua autoridade em Nápoles. Os aliados recusaram-se a sancionar este pacto. Quando Napoleão escapou de Elba, Murat arriscou tudo, apelando a toda a Itália para juntar-se a ele numa guerra de independência contra todo o domínio estrangeiro (30 de março de 1815). Sua esposa, Carolina, e sua irmã Elisa, deixaram-no e procuraram refúgio em Viena. Murat foi derrotado em Tolentino por um exército austríaco (2 de maio) e fugiu para a França e daí para a Córsega; Ferdinando IV recuperou seu trono napolitano. Depois da batalha de Waterloo, Murat, agora um homem sem país, cruzou da Córsega para a Calábria com um punhado de homens, foi capturado, submetido à corte marcial e fuzilado (13 de outubro). Napoleão em Santa Helena descreveu-o com estima, porém sem piedade, como "o mais bravo dos homens em face do inimigo, incomparável no campo de batalha, mas um tolo em suas ações em qualquer outro lugar"[3]

O mais interessante dos parentes de Napoleão foi sua irmã Pauline (1780-1825). Ela estava destinada a espalhar felicidade e problemas, pois foi considerada a mais bela mulher de seu tempo. Os homens que a viram jamais a perdoaram. Ela não se adaptava bem à monogamia, mas foi aparentemente uma esposa amante de seu primeiro marido, o general Leclerc, compartilhando com ele do perigo e da febre-amarela em São Domingos. Quando ele morreu (1802) ela voltou para Paris; depois de um decente período de luto, cresceu-lhe uma nova cabeleira, banhava-se em 18 litros de leite fresco por dia,[4] abriu um *salon*, e encantava os maridos por sua beleza, alguns por sua generosidade. Napoleão, que ele próprio comovia-se castamente por sua forma fidiana, apressou-se a casá-la com o rico e elegante príncipe Camillo Borghese (1803).

Em Florença (1805) Canova pediu-lhe para posar para uma estátua de Diana Caçadora; ela estava inclinada a consentir mas quando ouviu dizer que Diana havia pedido a Júpiter para dotá-la com uma virgindade eterna, riu-se da idéia. Foi persuadida no entanto a posar para uma figura quase nua da Vênus Victrix, que fez da Galeria Borghese um dos lugares mais freqüentados de Roma. O próprio Borghese, consciente de sua deficiência, partiu para seus deveres militares como um oficial sob as ordens de Napoleão. Pauline divertiu-se escandalosamente com algum prejuízo para sua saúde, mas não há uma prova clara de que ela tenha contraído sífilis.[5]

Essa escandalosa deusa era também um modelo de bondade, exceto quanto a Josefina, contra a qual todos os Bonapartes, exceto Napoleão, travaram uma guerra sem quartéis. Pauline distribuiu dinheiro abundantemente, conquistou muitas amizades duradouras, mesmo entre seus amantes descartados, e foi mais leal a Napoleão do que qualquer outro Bonaparte, exceto sua mãe. Ela fez o que lhe era possível para encontrar e consolar seu infeliz irmão em sua jornada para Fréjus, em 1814, e em breve seguiu-o até Elba. Ali ela serviu como sua hospedeira, e alegrou sua vida e a da ilha com suas recepções, suas peças teatrais e sua *joie de vivre*. Quando ele partiu para sua última jornada ela lhe deu seu mais belo colar. Marchand conseguiu levar este colar até Santa Helena. Ela planejava ir para ali quando recebeu a notícia da morte de Napoleão. Sobreviveu a ele apenas quatro anos, atingida pelo câncer[6] (5 de junho de 1825)

com a idade de 44 anos. Seu marido perdoou-lhe seus pecados, juntou-se a ela em seu último ano de vida, e fechou-lhe os olhos quando ela morreu.

Josefina havia morrido (29 de maio de 1814) de um resfriado apanhado quando recebia uma visita do czar Alexandre em Malmaison.[7] Sua filha, Hortência de Beauharnais (1783-1837), após sua separação de Luís Bonaparte, havia sido protegida pelo imperador, e mais tarde pelo czar. Ela não viveu para chegar a ver seu filho tornar-se Napoleão III. O irmão de Hortência, Eugênio, permaneceu fiel a seu pai adotivo até a Primeira Abdicação; cinco dias após esta retirou-se com sua esposa para Munique, e foi alegremente recebido por seu sogro, o rei da Baviera. Quando ele ali morreu (21 de fevereiro de 1824), com a idade de apenas 43 anos, todas as facções se uniram para prestar-lhe homenagem.

Maria Luísa, retirada da França contra sua vontade, foi recebida em Viena como uma princesa sem culpa resgatada de um altar de sacrifício. Permitiram-lhe manter Méneval como seu devotado cavalheiro às ordens, e ele fez o que lhe era possível para combater as influências que diariamente procuravam afastá-la de sua fidelidade a Napoleão. Méneval conta-nos que, em suas cinco semanas em Viena, ela recebeu diversas cartas de seu marido, não encontrou meios de mandar-lhe uma resposta, mas secretamente esperava juntar-se a ele em Elba.[8] Seu pai, temeroso por sua saúde numa Viena que se preparava para um triunfante Congresso dos Aliados, mandou-a fazer uma estação de águas em Aix-les-Bains; e em 1º de julho de 1814 ele designou o conde Adam von Neipperg para ali juntar-se a ela como seu assistente pessoal. Embora ele tivesse 39 anos e ela apenas 22, a aproximação dos dois levou a melhor e ela aceitou-o como amante quando todas as oportunidades de reunir-se com Napoleão pareciam esgotadas. Em 1815 o Congresso de Viena entregou-lhe os ducados de Parma, Piacenza e Guastalla. Neipperg acompanhou-a e participava do governo. Em 1817 ela deu-lhe uma filha. Napoleão ouviu falar disso em Santa Helena, mas nunca tirou da parede de seu quarto em Longwood o retrato dela e, como vimos, falava dela ternamente em seu testamento. Após a morte de Napoleão, ela casou-se com Neipperg e viveu com ele numa fidelidade aparente até sua morte (1829). Casou-se de novo em 1834 e morreu em 1847. Levadas em consideração todas as circunstâncias, ela parece ter sido uma boa mulher, não merecendo as pedras que foram jogadas sobre sua memória.

Seu filho com Napoleão — chamado "o rei de Roma" (título tradicional do herdeiro do Sagrado Império Romano) e "L' Aiglon" (o filhote da águia) — tinha sido separado de sua mãe ao deixar Paris, havia sido rebatizado duque de Reichstadt, e tinha sido mantido na corte de Viena sob constante tutela, de acordo com as tradições Hapsburgo. Ele permaneceu fiel à memória de seu pai, sonhava ter algum dia um reino próprio, sofria de repetidas doenças e morreu de tuberculose pulmonar no palácio de Schönbrunn, em Viena, em 22 de julho de 1832, com a idade de 21 anos.

II. A VOLTA PARA CASA

Ao mesmo tempo que o belo rosto do "rei de Roma" esmaecia na memória francesa, a imagem do próprio Napoleão tomava uma nova e viva forma na sua lembrança e na imaginação. À medida que o tempo fechava as velhas feridas e preenchia os lugares — nas famílias, nos campos, nas lojas — daqueles milhões que tinham ido para

as guerras e jamais voltado, a imagem da época de Napoleão tornou-se mais brilhante e mais heróica do que qualquer precedente recordação na história do século.

Em primeiro lugar, os veteranos recordavam-se de seus feitos e esqueciam seus "gemidos"; embelezavam as vitórias de Napoleão e raramente culpavam-no por uma derrota; amavam-no como provavelmente nenhum outro comandante jamais tenha sido amado. O velho granadeiro tornava-se um oráculo em sua vila e era entronizado em milhares de poemas, de contos e de canções. Em "Le Vieux Drapeau" (A Velha Bandeira) e em centenas de outros poemas, Pierre de Béranger (1780-1857) idealizava Napoleão e suas campanhas, e satirizava os nobres dominadores e os bispos sedentos de terra com tal agudeza e verve que foi aprisionado pelo governo Bourbon (1821, 1828). Victor Hugo escreveu uma "Ode à Coluna", celebrando a coluna Vendôme, seus históricos relevos e a figura do imperador que a coroava, a qual foi derrubada (1815) e depois restaurada (1833). Balzac em *Le Médecin de Campagne* (O Médico da Campanha, 1833), vividamente pinta um orgulhoso veterano denunciando os Bourbons por haverem espalhado a notícia de que Napoleão estava morto; pelo contrário, afirmava ele, Napoleão ainda estava vivo e era "o filho que Deus havia feito para ser o pai dos soldados".[9] Stendhal não somente espalhou em suas novelas elogios a Napoleão como publicou em 1837 uma *Vie de Napoléon* cujo teor era anunciado no prefácio: "O amor por Napoleão é a única paixão que me resta"; e chamava Napoleão "o maior homem que o mundo viu depois de César".[10]

Napoleão certamente aceitaria esta opinião com alguma incerteza quanto a César. Ele nunca perdera a esperança de que a França voltaria para ele. Consolava-se no exílio com a esperança de que o ressentimento gaulês por sua prisão iria restaurar a devoção francesa a ele. "Quando eu tiver partido", dizia ele a O'Meara, "haverá uma reação a meu favor... É o meu martírio que restituirá a coroa da França à minha dinastia... Antes que 20 anos se tenham passado, quando eu estiver morto e enterrado, vós vereis uma outra revolução na França."[11] Ambas estas predições se cumpriram.

Assim ele ditou suas memórias para revitalizar sua imagem, e elas serviram bem a seu propósito. Sua descrição da batalha de Waterloo, ditada a Gourgaud, foi contrabandeada para fora de Santa Helena, e publicada em Paris em 1820; Las Cases diz-nos que ela causou sensação.[12] Em 1821-22 mais seis volumes de sua autobiografia ditada foram publicados na França. Rapidamente a história do próprio imperador afirmou-se e desempenhou um papel capital em moldar a "legenda" que o fez, morto, uma força viva na França.

Seus companheiros tornaram-se seus apóstolos. O'Meara defendeu-o bravamente (1822) na terra de seus mais acirrados inimigos. Las Cases apresentou-o sem defeitos em quatro volumes (1823), que se tornaram a bíblia do novo credo inspirador. O longo relatório do conde de Montholon não apareceu antes de 1847, os de Gourgaud e Bertrand somente após suas mortes; mas entrementes seu testemunho em vida alimentava aquela fé. Montholon trouxe também com ele de volta as "Instruções para meu filho no leito de morte" (do imperador) recomendando virtudes que poderiam ter melhorado seu passado imperial: cautela, moderação, governo constitucional, liberdade da imprensa, e com relação ao mundo, uma política de paz. Ali também aparecia um conselho favorito: "Que meu filho leia muitas vezes, e reflita, sobre a história; esta é a única verdadeira filosofia."[13]

Mesmo no testemunho de seus devotados companheiros o grande imperador, entre as confinações e a doença, havia adquirido os defeitos naturais da velhice; mas essas fraquezas agora eram esquecidas na perspectiva de seus triunfos marciais, de seu legado administrativo e da penetrante agudeza de sua mente. Ele efetivamente havia repudiado a maior parte da Revolução, substituído a liberdade pelo absolutismo, a igualdade pela aristocracia, a fraternidade pela disciplina; mas na sua imagem refeita ele era de novo o Filho da Revolução e os jacobinos, que uma vez haviam sido seus inimigos devotados e perseguidos, agora reuniam-se em torno de sua memória. Mas, enquanto Napoleão estava purificando sua memória com a penitência, o governo Bourbon que o havia substituído desgastava sua inicial aceitação. Luís XVIII, que era ele próprio um homem racional, tocado pelo Iluminismo, havia permitido que sua corte fosse dominada por alguns realistas que nada haviam esquecido e que tudo desejavam, incluindo suas velhas propriedades e sua autoridade, e um governo que não era contido por instituições representativas. A resistência tinha sido contida com um "terror branco" de espiões, caçadas e apressadas execuções. Os velhos soldados não podiam esquecer a perseguição e o fuzilamento de Ney. Contra tudo isso o exército ainda acariciava a memória do *Petit Caporal* que havia conversado com os recrutas em torno de uma fogueira no acampamento, que os promovera sem prerrogativas de classes ou demora burocrática, e que fizera da Grande Armée o terror dos reis e o orgulho da França. Os camponeses lembravam-se que Napoleão os havia protegido contra as pretensões da nobreza e do clero; o proletariado prosperara sob seu governo; as classes médias haviam crescido em riqueza e aceitação social. Milhões de franceses sentiam que, com toda sua autocracia, Napoleão preservara os aspectos essenciais da Revolução: o fim do feudalismo e seus penosos impostos e direitos; a abertura do progresso aos indivíduos capazes de qualquer classe; a igualdade de todos perante a lei; a administração da justiça de acordo com leis explícitas, escritas, e nacionalmente uniformes.

Dessa forma, dentro de 20 anos após sua morte, Napoleão havia renascido e de novo dominava as mentes e a imaginação dos homens. "O mundo pertence a Napoleão", escrevia Chateaubriand;"...vivo, ele não pôde conquistar o mundo; morto, ele o possui."[14] A modesta revolução de 1830 foi ajudada pelo novo sentimento bonapartista. A linha direta de descendência Bourbon terminou com a abdicação de Carlos X; o novo rei, Luís Filipe, do ramo orleanista dos Bourbons, era filho de Louis-Philippe-Joseph, duque de Orléans, o qual se intitulava Philippe-Égalité e havia votado pela execução de Luís XVI. O novo rei por algum tempo cortejou o apoio dos bonapartistas; adotou os emblemas tricolores do regime imperial e ordenou a recolocação da imagem de Napoleão no topo da coluna Vendôme.

Neste ínterim o testamento do morto havia sido publicado e sua segunda cláusula parecia ser o último comando imperial: "É meu desejo que minhas cinzas repousem nas margens do Sena, no meio do povo francês, que eu tanto amei." Por toda a França, quietamente aqui e ali, e depois mais ampla e audivelmente, surgiu o apelo da nação: "Tragam-no para casa!" Que a França dê a seu herói o funeral que um tal homem merecia: que o Triunfo das Cinzas (assim veio a ser chamado) redima a vergonha daquela horrorosa prisão! O grito chegou ao governo; seu ministro das relações exteriores, Louis-Adolphe Thiers (1797-1877) — que iria escrever a maior de todas as histórias de Napoleão (*Histoire du Consulat et de l'Empire,* 19 volumes, Paris, 1845-62), e que seria eleito

(1871) primeiro presidente da Terceira República — foi aparentemente quem sugeriu a seus pares e depois, junto com eles, ao rei: solicitemos à Grã-Bretanha consentimento para a remoção dos restos de Napoleão para Paris. Luís Filipe concordou; identificar-se com um tal movimento conquistar-lhe-ia o coração do povo francês. O gabinete sondou a chefia do governo britânico. Lorde Palmerston replicou imediatamente e com muita elegância: "O governo de Sua Majestade britânica espera que a prontidão de sua resposta possa ser considerada na França como prova de seu desejo de eliminar o último traço daquelas animosidades nacionais que, durante a vida do imperador, armaram a Inglaterra e a França uma contra a outra."[15]

O rei comissionou seu filho, François, príncipe de Joinville, para ir a Santa Helena e trazer de volta os restos de Napoleão. Em 7 de julho de 1840, o príncipe partiu de Toulon no navio *Belle Poule*, acompanhado pelos generais Bertrand e Gourgaud, o conde de Las Cases e o mais íntimo criado de Napoleão, Marchand, os quais em conjunto decidiriam sobre a autenticidade do corpo. Chegaram a Santa Helena em 8 de outubro; depois de muitas formalidades assistiram à exumação do corpo; identificaram-no; e em 30 de novembro chegaram com ele a Cherbourg.

Ali começou seguramente o mais longo funeral da história. O caixão foi transferido para o navio a vapor *Normandie*, que o levou a Val de la Haye, no Sena, próximo a Rouen; foi transferido para uma barcaça fluvial, na qual havia sido improvisado um pequeno templo; sob este templo — guardado em cada canto por Bertrand, Gourgaud, Las Cases e Marchand — o caixão foi levado em vagarosa pompa pelo Sena acima, parando nas cidades maiores para celebrações às margens.[16] Em Courbevoie, a seis e meio quilômetros ao norte de Paris, foi transferido para um coche fúnebre decorado, que foi levado em uma procissão de soldados, marinheiros e diversos dignatários, atravessando Neuilly, passando sob o Arco do Triunfo, e ao longo dos Champs-Élysées, ladeado de ambos os lados por multidões que aplaudiam e se regozijavam.[17] Mais tarde, naquele dia tremendamente frio, 15 de dezembro de 1840, o corpo chegou finalmente a seu destino, a igreja do Hôtel des Invalides, sob sua magnífica cúpula. A nave principal e as laterais estavam atopetadas com milhares de espectadores silenciosos, à medida que 24 marinheiros traziam o pesado caixão ao altar, onde o príncipe de Joinville dirigiu-se a seu pai, o rei: "Sire, apresento-vos o corpo do imperador da França"; ao que Luís Filipe replicou: "Recebo-o em nome da França." Bertrand colocou a espada de Napoleão sobre o caixão; Gourgaud ajuntou a esta o chapéu do imperador; uma missa de réquiem foi cantada com música de Mozart. O imperador estava afinal onde ele desejava que seus restos ficassem — no coração de Paris, às margens do Sena.

III. PERSPECTIVA

Libertando-nos dele, nós também, escritores e leitores, cumprimos sua predição — que o mundo iria receber sua morte com um suspiro de alívio. Ele tinha sido uma força exaustiva, um fenômeno de energia contida e explosiva, uma chama que cresceu, queimou e extinguiu-se, consumindo aqueles que a tocaram intimamente. Nós não encontramos na história uma outra alma que tenha queimado tão intensamente e por tanto tempo. Aquela vontade, a princípio tão hesitante, temerosa e morosa, descobriu suas armas e recursos em sua mente e seu olhar penetrante; tornou-se confiante, audacioso,

imperioso, revolucionário no poder; até que os deuses, não vendo limites nele, juntaram vontades menores para se unirem e persegui-lo, encurralá-lo, prendê-lo e acorrentá-lo a uma rocha até que o seu fogo se houvesse extinguido. Este foi um dos grandes dramas da história, que ainda aguarda seu Ésquilo.

Mas mesmo durante sua vida ele teve um Hegel que, sem ser cegado pelas fronteiras, viu nele uma força mundial — a compulsão dos acontecimentos e das circunstâncias falando através de um homem — forjando fragmentos em uma unidade e o caos numa significação efetiva. Aqui — primeiro na França, depois na Europa Central — estava o *Zeitgeist,* ou o Espírito do Tempo: a necessidade e o mando para a ordem, terminando os destruidores excessos da liberdade individualista e do governo fragmentário. Neste sentido Napoleão foi uma força progressiva, estabelecendo a estabilidade política, restaurando a moralidade, disciplinando o caráter, modernizando, esclarecendo, codificando a lei, protegendo a vida e a propriedade, terminando ou atenuando o feudalismo, dando nova segurança aos camponeses, ajudando a indústria, mantendo uma moeda sadia, limpando a administração e o judiciário, encorajando a ciência e a arte (mas desencorajando a literatura e acorrentando a imprensa), construindo escolas, embelezando cidades, reparando algumas das devastações da guerra. Ajudada por sua iniciativa a Europa avançou meio século durante os 15 anos de seu governo.

Ele não foi a mais poderosa e duradoura força de seu tempo. Mais forte do que ele foi a Revolução Industrial, que fez a Grã-Bretanha suficientemente rica em ferro e ouro para financiar e levar a cabo a queda de Napoleão, depois fez a Europa suficientemente vigorosa para dominar o globo, depois fez a América cheia de recursos para salvar e reconstruir a Europa, depois... Apenas menos forte do que a Revolução Industrial, mas muito mais forte e mais duradoura do que o "Filho da Revolução", foi a revolução que começou na França em 1789 e depois espalhou seus efeitos através da Europa, substituindo os grilhões feudais por direitos individuais, e a ação mundial das fomes rivais que encontraram sua mais clara voz na Revolução Francesa: a fome pela liberdade — de movimento, de crescimento, de empreendimento, de culto, de pensamento, da palavra e da imprensa; e a fome pela igualdade — o acesso a todas as oportunidades, à educação, à saúde e à justiça legal. Essas fomes hostis tiveram seu papel cada uma por sua vez no domínio da história do homem moderno: a fome pela liberdade, em detrimento da igualdade, foi o tema recorrente do século XIX na Europa e na América; a fome pela igualdade, ao custo da liberdade, foi o aspecto dominante da história da Europa e da América no século XX. A Revolução Francesa, e a Revolução Americana conforme interpretada por Jefferson, levaram a liberdade ao excesso, libertando o individualismo ao ponto da desordem destrutiva, e dando tal liberdade à capacidade superior que acarretou repetidas crises de riqueza concentrada. Napoleão forneceu a disciplina que conteve a desordem política, econômica e moral na França após a revolução; nenhuma disciplina conteve semelhante desordem em nosso tempo.

Quando Napoleão, após a Paz de Tilsit (1807), levou a ordem a excessos, subordinando a arte do governo ao desejo do poder, não mais representava o espírito do tempo. Imitava e aderia às monarquias continentais absolutas contra as quais havia lutado; invejava e cortejava a aristocracia que o desprezava e que conspirava para destruí-lo; e tornou-se uma força reacionária quando de novo a França tinha fome de liberdade e pedia democracia.

Constituiu um outro capricho da história que, enquanto durante sua vida Napoleão encarnou a necessidade de seu país pela ordem após um excesso de liberdade, tornou-se de novo após sua morte — e pelo poder de sua legenda remodelada — o Filho da Revolução, o inimigo do absolutismo e da aristocracia, o símbolo da revolta, o porta-voz dos gritos que novamente surgiam pela liberdade. Em 1799 a oportunidade e seu caráter haviam-no feito um ditador quase maior que a própria história; depois de 1815 e de sua prisão, e ainda mais depois de 1821 e sua morte, a imaginação pública o reconstruiu, por meio século, como o mais persuasivo apóstolo da liberdade. Poucos grandes homens permaneceram, após suas mortes, aquilo que eles foram durante suas vidas.

Foi ele um fomentador de guerras? Foi ele responsável por aquelas sucessivas e acumuladas guerras, aqueles milhões de jovens que se apagaram sem nada a não ser a anestesia da batalha para facilitar-lhes a morte, e aqueles milhões de mulheres às quais eles jamais retornaram? Ouçamos o que ele diz. Ele confessa ter tido prazer em ter sido um general, porque foi treinado para a arte militar e a praticava bem; mas quantas vezes desejou ele ficar livre das guerras a fim de praticar sua outra arte — a da administração, de transformar o caos da vida numa ordem produtiva, estabelecendo uma forte estrutura de lei e moralidade! Quantas vezes se havia oferecido para tratar da paz e tinha sido insultado e humilhado! Os italianos haviam-lhe dado as boas-vindas como um libertador, tanto em 1796 como em 1800; os austríacos de novo os dominaram enquanto ele estava no Egito; os austríacos haviam-no atacado enquanto ele estava ocupado no Canal, e a Prússia e a Rússia haviam-se unido àquele ataque sem que ele os houvesse injuriado. A Áustria de novo atacou-o enquanto ele estava lutando com a Espanha; a Rússia havia violado seu compromisso de apoiá-lo numa tal situação; a Rússia em Tilsit havia se comprometido à observância do Bloqueio Continental contra as mercadorias inglesas, que era a única maneira pela qual a França podia retaliar contra o bloqueio inglês dos portos franceses e a captura pelos ingleses de navios e colônias francesas. O ouro inglês havia financiado uma coligação após outra contra ele, mesmo quando seus outros inimigos estavam inclinados à paz; o governo inglês havia-o tratado como um criminoso a despeito de sua rendição voluntária, enquanto que ele tinha sempre tratado humana e cortesmente os oficiais inimigos capturados em batalha. Seus inimigos tinham-se resolvido a destruí-lo porque ele havia conquistado um reino por seus próprios esforço e trabalho em vez de tê-lo feito por um acidente de nascimento.

Assim desenvolve-se a defesa de Napoleão. Os historiadores ingleses, usualmente justos, e os historiadores alemães, usualmente precisos, e muitos historiadores franceses, usualmente patrióticos, (Michelet, Lanfrey, Taine, Lefebvre), unem-se na condenação ao corso. Ele foi um usurpador, que aproveitou-se da execução de Luís XVI e do colapso do corrupto Diretório para ocupar o trono que pertencia a Luís XVIII; tais usurpações não podiam ser toleradas, uma vez que elas perturbavam uma estabilidade política que era preciosa para todas as nações da Europa. Seus convites para conferências de paz não eram levados a sério, uma vez que eles escondiam intoleráveis exigências, tais como o reconhecimento do controle francês sobre a Suíça e a Itália e, mais tarde, sobre a Renânia alemã. Sua habilidade militar tentava-o a provocar guerras, de modo que ele era uma constante ameaça não somente para o equilíbrio de poderes e a preservação da paz, mas para toda a estrutura política da vida européia. As enormes indenizações que ele arrancava após suas vitórias deixavam os governos derrotados incapazes de financiar qual-

quer resistência posterior a seu fantástico sonho de unir toda a Europa sob a soberania francesa e o governo de Napoleão; eles tinham ampla justificativa para aceitar os subsídios ingleses. A captura de colônias francesas como um meio de trazer a França ao bom senso estava de pleno acordo com a prática dos governos nas guerras do século XVIII. Podiam governos católicos como o da Áustria concordar em viver sob o domínio de um ateísta óbvio que havia impiedosamente perseguido o papa que o havia consagrado, e que nenhuma arma tinha a não ser sua piedade? Napoleão havia sido generosamente tratado pelos aliados após sua primeira abdicação; mas ele violara este acordo deixando Elba e compelindo a Europa a despender milhões de suas rendas, e milhares de vidas, para dominá-lo e capturá-lo; a Inglaterra e seus aliados tinham justificativa ao isolá-lo sem qualquer possibilidade de que ele viesse a perturbar de novo a paz da Europa.

A verdade é raramente simples; muitas vezes ela tem uma mão direita e uma mão esquerda e se move sobre dois pés. Já houve uma guerra importante na qual uma nação tenha admitido a superior justiça da causa do inimigo? É parte da natureza do cidadão médio fazer de Deus um *particeps criminis* nas guerras de seu país. Nenhum superestado irá resolver o problema, pois algumas de nossas maiores guerras têm sido guerras civis. O melhor que se pode esperar é persuadir mais e mais homens e mulheres a exigirem de seus governos que submetam mais e mais de suas disputas a uma corte internacional ou a uma liga das nações; mas não devemos esperar que nenhuma nação se submeta à arbitragem naquilo que ela considera um assunto de vida ou de morte. A autopreservação continua sendo a lei básica da vida.

Dentro desses limites os filósofos podem continuar a praticar sua arte, que é a de compreender e perdoar. Podemos entender o imperador Francisco II, privado por Napoleão de metade de seu Estado, escorraçado de sua amável capital, voltando a ela ainda amado por seu povo mas humilhado e despojado. Podemos compreender que um bom católico tenha ficado chocado com o duro tratamento de um gentil papa — que mais tarde iria pedir aos aliados para aliviar as condições do aprisionamento de seu perseguidor. Podemos compreender a relutância do czar Alexandre em sacrificar o comércio de seu país ao Bloqueio Continental de Napoleão. Podemos entender a resolução da Inglaterra de defender aquele balanço de poder sobre o qual sua segurança de dominação externa dependia. E nós podemos entender a defesa pela França do homem que havia resgatado seu governo e sua moral de um caos suicida, que alargara suas fronteiras por brilhantes vitórias e que lhe havia trazido uma glória sem precedentes.

Não, este fascinante homem não foi apenas um monstro de assassínios e destruição Ele foi levado por seu desejo pelo poder, pela incontrolável imensidade de seus sonhos; era um autocrata, confiante em que sabia melhor do que seus cidadãos o que era bom para a França e para a Europa. Mas era também um homem generoso, fácil de perdoar, secretamente terno, hesitando durante anos antes de divorciar-se da frágil Josefina. E nós podemos dizer a favor dele que sofreu e expiou, em suas doenças e na mão de seus doutores, em sua retirada da Rússia, e em sua morte viva em Santa Helena.

Napoleão permanece a mais importante figura do seu tempo, com algo de nobre em volta dele, que sobrevive a despeito de seu egoísmo no poder e de suas ocasionais quedas da grandeza para a derrota. Pensava que nós não iríamos ver alguém igual a ele durante 500 anos. Esperamos que não; e no entanto é bom — e suficiente — contemplar e tolerar uma vez em um milênio o poder e os limites da mente humana.

Guia Bibliográfico

para edições mencionadas nas Notas

ACTON, JOHN EMERICH, LORD, *The French Revolution*. Londres, 1910.
ADAMSON, ROBERT, *Fichte*. Freeport, N.Y., 1969.
ALTAMIRA, RAFAEL, *A History of Spain*. Princeton, N.J., 1955.
______, *History of Spanish Civilization*. Londres, 1930.
ARNOLD, MATTHEW, *Essays in Criticism*, Primeira e Segunda Séries. Nova York: A. L. Burt, s.d.
AULARD, ALPHONSE, *The French Revolution*, 4 vols. Nova York, 1910.
______, *Christianity and the French Revolution*. Boston, 1927.
AUSTEN, JANE, *The Complete Novels*. Modern Library.
______, *Pride and Prejudice* e *Sense and Sensibility*. Modern Library.

BALCARRES, LORD, *Evolution of Italian Sculpture*. Londres, 1909.
BARNES, HARRY ELMER, *An Economic History of the Western World*. Nova York, 1942.
BATESON, F.W., *Wordsworth: A Re-interpretation*. Londres, 1954.
BEARD, CHARLES, *Introduction to the English Historians*. Nova York, 1927.
BECKER, CARL, *The Heavenly City of the Eighteenth Century Philosophers*. New Haven, Conn., 1951.
BEETHOVEN, LUDWIG VAN, *Letters*, traduzidas e editadas por Emily Anderson, 3 vols. Nova York, 1961.
BELL, E. T., *Men of Mathematics*. Nova York, 1937.
BELLOC, HILAIRE, *Danton*. Nova York, 1899.
BENN, ALFRED W., *History of English Rationalism in the Nineteenth Century*, 2 vols. Londres, 1906.
BENTHAM, JEREMY, *A Fragment on Government*. Oxford University Press, 1948.
______, *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Nova York, 1948.
BERNAL, J. D., *Science in History*. Londres, 1957.
BERRY, ARTHUR, *A Short History of Astronomy*. Nova York, 1909.
BERTAUT, JULES, *Napoleon in His Own Words*. Chicago, 1916.
BERTRAND, COMTE HENRI G., *Napoleon at St. Helena*. Nova York, 1952.
BLAKE, WILLIAM, *Poems and Prophecies*. Everyman's Library.
______, *Selected Poems*. Londres, 1947.
BOAS, GEORGE, *French Philosophers of the Romantic Period*. Nova York, 1964.
BORROW, GEORGE, *The Bible in Spain*. Londres, 1908.
BOURGUIGNON, JEAN, *Napoléon Bonaparte*, 2 vols. Paris: Éditions Nationales, 1936.

BOURRIENNE, LOUIS-ANTOINE FAUVELET DE, *Memoirs of Napoleon Bonaparte,* 4 vols. Nova York, 1890.

BOWEN, MARJORIE, *Patriotic Lady: Emma, Lady Hamilton.* Nova York, 1936.

BRANDES, GEORG, *Main Currents in Nineteenth Century Literature,* 6 vols. Nova York, 1915.

______, *Wolfgang Goethe,* trad. Allen Porterfield, 2 vols. Nova York, 1924.

BREED, LEWIS, *The Opinions and Reflections of Napoleon.* Boston, 1926.

BRETT, G. S., *History of Psychology.* Londres, 1953.

BRINTON, CRANE, *The Jacobins.* Nova York, 1930.

BRION, MARCEL, *Daily Life in the Vienna of Mozart and Schubert.* Nova York, 1962.

BROCKWAY, W., and H. WEINSTOCK, *Men of Music.* Nova York, 1939.

______, and B. WINER, *A Second Treasury of the World's Great Letters.* Nova York, 1941.

BRUCKNER, A., *A Literary History of Russia.* Londres, 1908.

BURKE, THOMAS, *English Night Life.* Nova York, 1941.

BYRON, GEORGE GORDON, LORD, *Works,* 1-vol. ed. Nova York: George Leavitt, s.d.

CAIRD, EDWARD, *Hegel.* Edimburgo, 1911.

Cambridge History of Poland, 2 vols. Cambridge, Ing., 1950.

Cambridge Modern History (CMH), Vols. VIII e IX. Cambridge, 1918.

CAMERON, KENNETH, N., *The Young Shelley.* Nova York, 1950.

CAMPAN, JEANNE-LOUISE, *Memoirs of the Private Life of Marie Antoinette,* 2 vols. Boston, 1917.

CANOVA, ANTONIO, *Works,* com ensaio biográfico de Count Cicognara, 2 vols. Boston, 1876.

CANTON, GUSTAVE, *Napoléon Antimilitariste.* Paris, 1902.

CARLYLE, THOMAS, *Critical and Miscellaneous Essays,* 2 vols. Nova York, 1901.

______, *The French Revolution,* 2 vols. Nova York, 1901.

CASTIGLIONE, ARTURO, *A History of Medicine.* Nova York, 1941.

CAULAINCOURT, MARQUIS ARMAND DE, *With Napoleon in Russia.* Nova York, 1935.

CHATEAUBRIAND, FRANÇOIS-RENÉ DE, *Atala and René.* Oxford University Press, 1926.

______, *The Genius of Christianity.* Baltimore: John Murphy, s.d.

______, *Mémoires d'outre-tombe.* Paris, s.d.

______, *Memoirs,* selecionado e editado por Robert Baldick. Nova York, 1961.

CLARK, BARRETT H., *Great Short Biographies of the World.* Nova York, 1928.

COLE, G. D. H., *Robert Owen.* Boston, 1925.

COLERIDGE, SAMUEL TAYLOR, *Selected Poetry and Prose.* Nova York: Random House, s.d

______, *Biographia Literaria.* Everyman's Library.

COLMER, JOHN, *Coleridge Critic of Society.* Oxford University Press, 1959.

CONSTANT, BENJAMIN, *Adolphe.* Nova York, 1959.

______, *Journal intime.* Mônaco, s.d.

______, *The Red Notebook,* in *Adolphe.*

CONSTANT, VÉRY, *Mémoirs of the Private Life of Napoleon,* 4 vols. Nova York, 1907

CORTI, EGON CAESAR, *Rise of the House of Rothschild.* Nova York, 1928.

CRONIN, VINCENT, *Napoleon Bonaparte.* Nova York, 1972.

GOTTSCHALK, LOUIS R., *Jean-Paul Marat*. Nova York, 1937.
GOURGAUD, GASPARD, *Journal*, 3 vols. Paris, s.d.
GRAETZ, HEINRICH, *History of the Jews*, 8 vols. Nova York, 1919.
GRAMONT, SANCHE DE, *Epitaph for Kings*. Nova York, 1968.
GREEN, J. R., *Short History of the English People*, 3 vols. Londres, 1898.
GREENLAW, R. W., *Economic Origins of the French Revolution*. Boston, 1958.
GROUT, DONALD JAY, *A Short History of Opera*. Nova York, 1954.
Grove's Dictionary of Music and Musicians, 5 vols. Nova York, 1927 ss.
GUÉRARD, A. L., *French Civilization in the Nineteenth Century*. Londres, 1914.
GUICCIOLI, COUNTESS, *My Recollections of Lord Byron*. Filadélfia, 1869.
GUILLEMIN, HENRI, *Napoléon tel quel*. Paris, 1969.

HALÉVY, ÉLIE, *History of the English People in 1815*. Nova York, 1924.
HANCOCK, A. E., *The French Revolution and the English Poets*. Port Washington, N.Y., 1967.
HAUSER, ARNOLD, *The Social History of Art*, 2 vols. Nova York, 1952.
HAWKINS, SIR JOHN, *Life of Samuel Johnson*. Nova York, 1961.
HAZLITT, WILLIAM, *Lectures on the English Poets* e *The Spirit of the Age*. Everyman's Library.
HEGEL, GEORG WILHELM, *The Philosophy of Georg Wilhelm Hegel*, ed. Carl J. Friedrich. Modern Library, 1954.
______, *Philosophy of History*. Nova York, 1900.
______, *Philosophy of Right*, Great Books, vol. 40.
HEILBRONER, ROBERT L., *The Worldly Philosophers*. Nova York, 1953.
HELVÉTIUS, CLAUDE-ADRIEN, *De l'Esprit, or Essays on the Mind*. Londres 1807
HEROLD, J. CHRISTOPHER, *Bonaparte in Egypt*. Nova York, 1962.
______, ed., *The Mind of Napoleon*. Nova York, 1965.
______, *Mistress to an Age: A Life of Madame de Staël*. Indianápolis, 1958
HIRSCH, E. D., JR., *Wordsworth and Schelling*. New Haven, Conn., 1960.
HIRSH, DIANA, *The World of Turner*. Nova York, 1969.
HOBSBAWN, E. J., *The Pelican Economic History of Britain*. Baltimore, 1969.
HÖFFDING, HARALD, *History of Modern Philosophy*, 2 vols. Nova York, 1955.
HORN, F. W., *History of the Literature of the Scandinavian North*. Chicago, 1884
HORNE, R. H., *The History of Napoleon*, 2 vols. Londres, 1844.
HOUSSAYE, HENRI, *La Première Abdication*. Paris, 1905.
______, *La Première Restauration*. Paris, 1905.
______, *1815: La Seconde Abdication*. Paris, 1905
______, *1815: Waterloo*. Kansas City, 1905.
HOWARTH, DAVID, *Trafalgar*. Nova York, 1969.
______, *Waterloo: Day of Battle*. Nova York, 1968.
HUGO, VICTOR, *Ninety-three*, in *Works*, Vol. VII. Nova York. University Society, s.d
HUMBOLDT, ALEXANDER VON, *Cosmos*, 5 vols. Londres, 1845
HUTT, MAURICE, *Napoleon*. Englewood Cliffs, N.J., 1972.

JUNOT, MME ANDOCHE, DUCHESSE D'ABRANTÈS, *Memoirs of the Emperor Napoleon*, 3 vols. Londres, 1901.

DELDERFIELD, R. F., *The Retreat from Moscow*. Nova York, 1967.
DICEY, A. V., *Law and Public Opinion in England during the 19th Century*. Londres, 1926.
DOWDEN, EDWARD, *Life of Shelley*, 2 vols. Londres, 1887.
DUBNOW, S. M., *History of the Jews in Russia and Poland*, 3 vols. Filadélfia, 1916.

ECKERMANN, JOHANN PETER, *Conversations with Goethe*. Londres, 1882.
EMERSON, RALPH WALDO, *Representative Men*. Filadélfia: McKay, s.d.
Encyclopaedia Britannica (EB), 24 vols. Chicago, 1970.
Encyclopaedia Britannica, 24 vols. Nova York, 1929.
Encyclopedia of Philosophy, 8 vols. Nova York, 1967.

FAGUET, ÉMILE, *Dix-neuvième Siècle: Études littéraires*. Paris: Boivin, s.d.
______, *Dix-septième Siècle: Études et portraits littéraires*. Paris: Boivin, s.d.
FAIN, BARON AGATHON, *Memoirs of the Invasion of France by the Allied Armies (1814)*. Londres, 1834.
FAŸ, BERNARD, *Louis XVI*. Chicago, 1967.
FIALA, VLADIMIR, *Russian Painting of the Eighteenth and Nineteenth Centuries*. Artia, s.d.
FICHTE, JOHANN GOTTLIEB, *Addresses to the German Nation*. Nova York, 1968.
______, *The Science of Knowledge*. Nova York, 1970.
______, *The Vocation of Man*. Chicago, 1925.
FINDLAY, J. N., *Hegel: A Re-examination*. Nova York, 1962.
FINKELSTEIN, LOUIS, ed., *The Jews: Their History, Culture and Religion*, 2 vols. Nova York, 1949.
FISHER, H. A. L., *Studies in Napoleonic Statesmanship: Germany*. Oxford University Press, 1903.
FLORINSKY, MICHAEL T., *Russia: A History and an Interpretation*, 2 vols. Nova York, 1955.
FOUCHÉ, JOSEPH, *Memoirs*, 2 vols. Londres, 1825.
FOURNIER, AUGUST, *Napoleon the First*. Nova York, 1926.
FRANCKE, KUNO, *A History of German Literature as Determined by Social Forces*. Nova York, 1901.
FRUMAN, NORMAN, *Coleridge, the Damaged Archangel*. Nova York, 1971.

GARDNER, MARTIN, ed., *The Annotated Ancient Mariner*. Nova York, 1965
GARRISON, F., *History of Medicine*. Filadélfia, 1929.
GEYL, PETER, *Napoleon: For and Against*. Baltimore: Penguin, 1965.
GIBBON, EDWARD, *History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, ed. Dean Milman. Nova York: Nottingham Society, s.d.
GILBERT, O. P., *The Prince de Ligne*. Nova York: McDevitt Wilson, s.d.
GODWIN, WILLIAM, *Enquiry Concerning Political Justice*, 2 vols. Londres, 1842.
GOOCH, G. P., *Germany and the French Revolution*. Nova York, 1966.
______, *History and Historians in the Nineteenth Century*, 2d. ed. Londres, 1952.
GOODRICH, FRANK B., *The Court of Napoleon*. Nova York, 1857.

KAFKER, F. A., *e* J. M. LAUX, *The French Revolution: Conflicting Interpretations.* Nova York, 1968.
KAUFMAN, WALTER, *Hegel: Reinterpretation, Texts and Commentary.* Nova York, 1965.
KERST, FRIEDRICH, *Beethoven in His Own Words.* Nova York, 1964.
KIRCHEISEN, F. M., *Memoirs of Napoleon I, Compiled from His Writings.* Nova York, 1929.
KORNILOV, ALEXANDER, *Modern Russian History.* Nova York, 1924.
KROPOTKIN, PETER A., *The Great French Revolution.* Nova York, 1909
______, *Ideals and Realities in Russian Literature.* Nova York, 1919.
______, *Modern Science and Anarchism.* Nova York, 1908.

LA BRUYÈRE, JEAN DE, *Characters.* Nova York, 1929.
LACROIX, PAUL, *Directoire, Consulat et Empire.* Paris, 1884.
LAMARTINE, ALPHONSE DE, *History of the Girondists,* 3 vols. Londres, 1913
LANFREY, PIERRE, *History of Napoleon,* 4 vols. Londres, 1886.
LÁNG, PAUL HENRY, *Music in Western Civilization.* Nova York, 1941.
LANSON, GUSTAVE, *Histoire de la littérature française,* 12ª ed. Paris, 1912.
LAS CASES, COMTE EMMANUEL DE, *Memoirs of the Emperor Napoleon,* 4 vols. Nova York, 1883.
LEA, H. C., *History of the Inquisition in Spain,* 4 vols. Nova York, 1906.
LE BON, GUSTAVE, *The Psychology of Revolution.* Nova York, 1913.
LECKY, WILLIAM E., *History of England in the Eighteenth Century,* 8 vols. Londres, 1887.
LEFEBVRE, GEORGES, *Études sur la Révolution française.* Paris, 1963
______, *The French Revolution.* Londres, 1962.
______, *Napoleon,* 2 vols. Nova York, 1969.
LEMAÎTRE, JULES, *Chateaubriand.* Paris: Calmann-Lévy, s.d.
LENOTRE, G., *The Tribunal of the Terror.* Filadélfia, 1939.
LEVY, MAX, *Private Life of Napoleon,* 2 vols. Nova York: Scribner, s.d.
LEWES, GEORGE, *Life of Goethe,* 2 vols. in Goethe, *Works,* 14 vols. em 7. Nova York, 1902.
LOCY, WILLIAM A., *Biology and Its Makers.* Nova York, 1915.
LONGFORD, ELIZABETH, *Wellington: The Years of the Sword.* Nova York, 1969.
LOOMIS, STANLEY, *Paris in the Terror,* Filadélfia, 1964.
LOWES, J. LIVINGSTON, *The Road to Xanadu.* Nova York, 1927

MACAULAY, THOMAS BABINGTON, *Critical, Historical, and Miscellaneous Essays,* 2 vols Nova York, 1886.
MACLAURIN, C., *Post Mortem.* Nova York: Doran, s.d.
MADELIN, LOUIS, *The Consulate and the Empire,* 2 vols. Nova York, 1967
______, *The French Revolution.* Londres, 1938.
______, *Talleyrand.* Londres, 1948.
MAINE DE BIRAN, MARIE-FRANÇOIS, *The Influence of Habit on the Faculty of Thinking* Westport, Conn. 1970

MAISTRE, COMTE JOSEPH-MARIE DE, *Les Soirées de Saint-Pétersbourg*, 2 vols. Paris: Garnier, s.d.

______, *Works*, trad. Jack Lively. Nova York, 1865.

MALTHUS, THOMAS R., *An Essay on the Principle of Population, 1798 and 1803*. Nova York, 1926.

MANTZIUS, KARL, *History of Theatrical Art*, 6 vols. Nova York, 1937.

MARCHAND, LESLIE A., *Byron*, 3 vols. Nova York, 1957.

MARGOLIOUTH, H. M., *William Blake*. Oxford University Press, 1951.

MARKUN, LEO, *Mrs. Grundy: A History of Four Centuries of Morals*. Nova York, 1930.

MARTINEAU, GILBERT, *Napoleon's St. Helena*. Nova York, 1969.

MARX, KARL, e FRIEDRICH ENGELS, *The Revolution in Spain*. Nova York, 1939.

MASSON, FRÉDÉRIC, *Napoleon and His Coronation*. Filadélfia: Lippincott, s.d.

______, *Napoleon at Home*, 2 vols. Londres, 1894.

MATHIEZ, ALBERT, *The French Revolution*. Nova York, 1964.

______, *After Robespierre: The Thermidorian Reaction*. Nova York, 1931.

MAUROIS, ANDRÉ, *Byron*. Nova York, 1930.

MAYNE, ETHEL C., *Life and Letters of Anna Isabella, Lady Noel Byron*. Londres, 1929

MCCABE, JOSEPH, *Crises in the History of the Papacy*. Nova York, 1916.

MÉNEVAL, CLAUDE-FRANÇOIS DE, *Memoirs of Napoleon*, 3 vols. Londres, 1894-95

MICHELET, JULES, *The French Revolution*, 2 vols. Londres, 1890.

MILL, JOHN STUART, *On Bentham and Coleridge*. Nova York, 1962.

MISTLER, JEAN, ed., *Napoléon et l'Empire*, 2 vols. Paris, 1968.

MONROE, PAUL, *Text-book in the History of Education*. Nova York, 1928.

MOORE, F. J., *History of Chemistry*. Nova York, 1918.

MOORMAN, MARY, *William Wordsworth: The Early Years*. Oxford University Press, 1968.

______, *William Wordsworth: The Later Years*. Oxford University Press, 1968.

MORLEY, JOHN, *Biographical Studies*. Londres, 1923.

MORRIS, GOUVERNEUR, *Diary and Letters*, 2 vols. Londres, 1889.

MOSSIKER, FRANCES, *Napoleon and Josephine*. Nova York, 1964.

MUSSET, ALFRED DE, *Confessions of a Child of the Century*. Nova York, 1908

MUTHER, RICHARD, *History of Modern Painting*, 4 vols. Londres, 1907.

NAPOLEON, *Letters*, ed. J. M. Thompson. Everyman's Library.

______, *Letters to Josephine*, trad. H. W. Bunn. Nova York, 1931.

NELSON, HORATIO, *Letters*. Everyman's Library.

New Cambridge Modern History (NCMH), Vols. VIII e IX. Cambridge, Ingl., 1969

NICHOLSON, HAROLD, *Benjamin Constant*. Garden City, N.Y., 1949.

NIETZSCHE, FRIEDRICH, *Beyond Good and Evil*. Londres, 1913.

______, *The Will to Power*. Londres, 1913.

NOLI, BISHOP F. S., *Beethoven and the French Revolution*. International Universities Press, 1947.

O'MEARA, BARRY, *Napoleon in Exile, or A Voice from St. Helena*, 2 vols. Filadélfia, 1822

ORTZEN, LEN, *Imperial Venus: The Story of Pauline Bonaparte Borghese.* Nova York, 1974.
OSBORN, H. F., *From the Greeks to Darwin.* Nova York, 1922
OWEN, ROBERT, *A New View of Society.* Everyman's Library

PAINE, THOMAS, *The Age of Reason.* Nova York, s.d.
______, *The Rights of Man.* Everyman's Library.
PALMER, ALAN, *Metternich.* Londres, 1972.
______, *Napoleon in Russia.* Nova York, 1967.
PALMER, R. R., *Twelve Who Died.* Princeton, 1970.
PASCAL, ROY, *The German Novel.* Manchester, Ingl., 1957.
PAULSEN, FRIEDRICH, *German Education.* Nova York, 1908.
Pelican Guide to English Literature, Vol. V. Baltimore, 1963.
PETERSEN, HOUSTON, ed., *A Treasury of the World's Great Speeches.* Nova York, 1954.
PHILLIPS, C. S., *The Church in France, 1789-1848.* Londres, 1929.
PINOTEAU, HERVÉ, ed., *Le Sacre de S. M. l'empereur Napoléon.* Paris, 1968.
PLUMB, J. H., *The First Four Georges.* Nova York, 1957.
POPE, DUDLEY, *The Great Gamble: Nelson at Copenhagen.* Nova York, 1972.

QUENNELL, M. C., *History of Everyday Things in England, 1733-1851.* Nova York, 1934

RÉAU, LOUIS, *L'Art russe.* Paris, 1922.
RÉMUSAT, MME. DE, *Memoirs.* Nova York, 1880.
ROBINSON, HENRY CRABB, *Diary.* Londres, 1927.
ROBINSON, JAMES HARVEY, *Readings in European History.* Boston, 1906.
ROBIQUEL, JEAN, *Daily Life in the French Revolution.* Nova York, 1965.
ROGERS, JAMES EDWIN THOROLD, *Six Centuries of Work and Wages.* Nova York, 1890
ROLAND, MME., *Private Memoirs.* Chicago, 1900.
ROSE, J. HOLLAND, *The Personality of Napoleon.* Nova York, 1912.
ROSEBERY, ARCHIBALD PHILIP PRIMROSE, LORD, *Napoleon: The Last Phase.* Nova York, 1930.
______, *Pitt.* Londres, 1908.
ROSEBURY, THEODOR, *Microbes and Morals.* Nova York, 1971.
ROSS, EDWARD A., *Social Control.* Nova York, 1906.
RUDÉ, GEORGE, *The Crowd in the French Revolution.* Oxford University Press, 1959
______, *The Crowd in History.* Nova York, 1964.
______, *Robespierre.* Englewood Cliffs, N. J., 1967.
RUSSELL, A. G., *The Engravings of William Blake.* Boston, 1912.
RUSSELL, BERTRAND, *Understanding History and Other Essays.* Nova York, 1957.

SAINTE-BEUVE, CHARLES-AUGUSTIN, *Chateaubriand et son groupe littéraire sous l'Empire,* 2 vols. Paris: Calmann-Lévy, s.d.
______, *Monday Chats.* Chicago, 1891.
______, *Portraits of Celebrated Women.* Boston, 1868.
SCHELLING, FRIEDRICH, *The Ages of the World.* Nova York, 1942.

______, *Of Human Freedom*. Chicago, 1936.
SCHOPENHAUER, ARTHUR, *The World as Will and Idea*, 3 vols. Londres, 1883
SCOTT, WALTER, *The Heart of Midlothian*, in *Works*. Nova York: John W Lovell, s.d
______, *Poems*. Nova York: A. L. Burt, s.d.
SEDGWICK, W. T., e TYLER, H. W., *Short History of Science*. Nova York, 1927
SEELEY, J. R., *Life and Times of Stein*, 2 vols. Boston, 1879.
SÉGUR, MARQUIS DE, *Marie Antoinette*. Nova York, 1928.
SHELLEY, PERCY BYSSHE, *Letters*, ed. F. L. Jones, 2 vols. Oxford University Press, 1964
______, *Lost Letters to Harriet*. Londres, 1930.
______, *Poems*, em *Complete Poems of Keats and Shelley*. Modern Library
SIEYÈS, EMMANUEL-JOSEPH, *What Is the Third Estate?* Nova York, 1964.
SIGERIST, H. E., *The Great Doctors*. Nova York, 1933.
SOBOUL, ALBERT, *The Parisian Sansculottes and the French Revolution*. Oxford University Press, 1964.
SOREL, ALBERT, *Europe and the French Revolution*, Vol. I. Garden City, N.Y , 1971
SOREL, GEORGES, *Reflections on Violence*. Nova York: Huebsch, s.d
SOUTHEY, ROBERT, *Life of Nelson*. Londres, 1868.
STACE, W. T., *The Philosophy of Hegel*. Nova York, 1955
STACTON, DAVID, *The Bonapartes*. Nova York, 1966.
STAËL, MME. DE, *Considérations sur les principaux événements de la Révolution française*. Paris, 1845.
______, *Corinne, or Italy*. Nova York: Crowell, s.d.
______, *De la Littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales*, traduzido como *The Influence of Literature upon Society*. Boston, 1813
______, *Germany*, 2 vols. Nova York, 1861.
______, *Ten Years' Exile*. Fontwell, Ingl., 1968
STENDHAL (HENRI BEYLE), *La Chartreuse de Parme*. Baltimore. Penguin.
STEPHENS, H. MORSE, *Principal Speeches of the Statesman and Orators of the French Revolution*, 2 vols. Oxford, 1892.
______, *The Story of Portugal*. Nova York, 1893.
STEVENS, ABEL, *Madame de Staël*, 2 vols. Nova York, 1893.
STRAKHOVSKY, LEONID, *Alexander I of Russia*. Nova York, 1947.
STRANAHAN, C. H., *A History of French Painting*. Nova York, 1907.
SULLIVAN, J. W. N., *Beethoven: His Spiritual Development*. Nova York, 1927

TAINE, HIPPOLYTE, *The Ancient Regime*. Nova York, 1891
______, *The French Revolution*, 3 vols. Nova York, 1931
______, *The Modern Regime*, Vol. I. Nova York, 1890.
______, *Les Philosophes classiques du XIXᵉ siècle en France*. Paris. 1882.
TALLEYRAND-PÉRIGORD, CHARLES-MAURICE DE, *Memoirs*, 5 vols. Boston, 1895.
THACKERAY, WILLIAM MAKEPEACE, *The Four Georges*, em *Works*. Boston: Dana Estes, s.d.
______, "The Second Funeral of Napoleon", *Roundabout Papers*, in *Works*. Boston. Dana Estes, s.d.
THAYER, A. W., *Life of Ludwig van Beethoven*, 3 vols., Londres, 1962.

THIERS, LOUIS-ADOLPHE, *History of the Consulate and the Empire of France under Napoleon,* 12 vols. Filadélfia, 1893
THORNTON, J. C., *Table Talk from Ben Jonson to Leigh Hunt.* Everyman's Library
TOCQUEVILLE, ALEXIS DE, *L'Ancien Régime.* Oxford University Press, 1937
TRAILL, HENRY DUFF, *Social England,* 6 vols. Nova York, 1902.
TREITSCHKE, HEINRICH VON, *History of Germany in the Nineteenth Century,* Vol. I Nova York, 1915.
TREVELYAN, G. M., *English Social History.* Londres, 1947
TURNER, P. M., e BAKER, C. H. C., *Stories of the French Artists* Nova York, 1910

ÜBERWEG, FRIEDRICH, *History of Philosophy,* trad. Morris, 2 vols Nova York, 1871

VALLENTIN, ANTONINA, *Mirabeau.* Nova York, 1948
VANDAL, ALBERT, *L'Avènement de Napoléon,* 2 vols. Paris, 1903, 1907
______, *Napoléon et Alexandre Ier,* 3 vols. Paris, 1896.
VANDOREN, DOROTHY, *The Lost Art: Letters of Seven Famous Women.* Nova York 1929.
VAN LAUN, HENRI, *History of French Literature,* 3 vols Londres, 1876

WATSON, J. STEVEN, *The Reign of George III.* Oxford, Ingl., 1960.
WEIDMAN, FRANZ, *Hegel: An Illustrated Biography.* Nova York, 1968.
WHITE, R. J., *Political Tracts of Wordsworth, Coleridge, and Shelley.* Londres, 1953
WIENER, LEO, *Anthology of Russian Literature,* 2 vols. Nova York, 1902
WILLIAMS, HENRY SMITH, *History of Science,* 5 vols. Nova York, 1909.
WILSON, P. W., *William Pitt, the Younger.* Nova York, 1934.
WINGFIELD-STRATFORD, ESME, *History of British Civilization.* Londres, 1948
WINWAR, FRANCES, *Farewell the Banner.* Nova York, 1938.
WOLF, A., *History of Science, Technology and Philosophy in the Eighteenth Century* Nova York, 1939.
WOLLSTONECRAFT, MARY, *A Vindication of the Rights of Woman.* Nova York, s.d
WOODS, WATT, e ANDERSON, *The Literature of England,* 2 vols. Chicago, 1936.
WORDSWORTH, DOROTHY, *Journals,* ed. Mary Moorman. Oxford University Press, 1971
WORDSWORTH, WILLIAM, *Complete Poetical Works.* Nova York: A. L. Burt, s.d.
WORDSWORTH e COLERIDGE, *Lyrical Ballads.* Oxford University Press, 1969.
WRIGHT, RAYMOND, *Prose of the Romantic Period, 1780-1830.* Baltimore: Penguin (Pelican).

YOUNG, ARTHUR, *Travels in France During the Years 1787, 1788, and 1789.* Londres, 1906.

ZWEIG, STEFAN, *Joseph Fouché.* Nova York, 1930

NOTAS

CAPÍTULO I

1. *New Cambridge Modern History (NCMH)*, VIII, 714.
2. Lefebvre, Georges, *French Revolution*, I, 41.
3. Aulard, Alphonse, *Christianity and the French Revolution*, 36-37.
4. *Ibid.*, 29.
5. Taine, Hippolyte, *French Revolution*, I, 147, 158.
6. Morley, John, *Biographical Studies*, 411.
7. Lefebvre, *French Revolution*, I, 42.
8. Sieyès, E.-J., *What Is The Third Estate?*, 51.
9. Taine, *French Revolution*, III, 318.
10. Pierre Gaxotte em Greenlaw, R, W., *Economic Origins of the French Revolution*, 43.
11. See Durant, *Rousseau e a Revolução*, 71-77.
12. Roland, Mme, *Private Memoirs*.
13. Taine, *The Ancient Regime*, 317.
14. C.E. Labrousse em Greenlaw, 62; Lefebvre, *Études sur la Révolution française*, 229,239.
15. La Bruyère, Jean de, *Characters*, XII, 128, 318.
16. A Aulard em Greenlaw, 25.
17. Lefebvre, *Études*, 351, 435.
18. Michelet, Jules, *French Revolution*, I, 185; Taine, *French Revolution*, I, 3.
19. *NCMH*, VIII, 660.
20. Young, Arthur, *Travels in France*, 197.
21. Campan, Jeanne-Louise, *Memoirs of the Private Life of Marie Antoinette*, II, 216.
22. Tocqueville, Alexis de, *L'Ancien Régime*, 190-91.

CAPÍTULO II

1. Michelet, *French Revolution*, I, 84.
2. Rudé, George, Robespierre, 123.
3. Morley, *Biographical Studies*, 287.
4. Michelet, 498.
5. *Encyclopaedia Britannica*, XIX, 392b.
6. Lefebvre, *Études*, 145.
7. Aulard, *French Revolution*, I, 230.
8. *Ibid.*, 309, 359; Lefebvre, *Études*, 145.
9. Durant, *Rousseau e a Revolução*, 951-54.
10. Brinton, Crane, *The Jacobins*, 15.
11. Mathiez, Albert, *French Revolution*, 44.
12. *Ibid.*
13. Mirabeau, speech of July 9, 1789.
14. Mathiez, 46.
15. *EB*, III, 264d; Gramont, Sanche de, *Epitaph for Kings*, 378.
16. Taine, *French Revolution*, I, 42.
17. Campan, *Memoirs*, II, 59.
18. *Ibid.*, 66.
19. Gramont, Sanche de, *Epitaph for Kings*, 384.
20. Gottschalk, L. R., *Jean-Paul Marat*, 6-8.
21. *Ibid.*, 4.
22. MacLaurin, C., *Post Mortem*, 200.
23. Taine, *French Revolution*, III, 122.
24. Gottschalk, 117-18.
25. *Ibid.*, 15.
26. 23.
27. Taine, *French Revolution*, III, 129.
28. Morris, Gouverneur, *Diary and Letters*, I, 143.
29. Taine, I, 73.
30. *Ibid.*, 70-71; Mathiez, *French Revolution*, 50-51.
31. Robinson, James Harvey, *Readings in European History*, 435.
32. Mathiez, 53.
33. Robinson, 438.
34. *Ibid.*, 440.
35. Em Taine, II, 5.
36. Michelet, *French Revolution*, 253; Mathiez, 63.
37. Campan, II, 78.
38. Michelet, 258.
39. Taine, I, 105.
40. Herold, J. C., *Mistress to an Age*, 92; *EB*, XXI, 634.
41. Mathiez, 98.
42. Phillips, C. S., *The Church in France*, I, 9.
43. *Ibid.*, 14; Taine, I, 180.
44. *Ibid.*, 182.
45. Carlyle, *French Revolution*, Livro VIII, Cap. 11-12.
46. Michelet, 411.

47. Mathiez, 68.
48. Campan, II, 128; Ségur, *Marie Antoinette*, 225.
49. Taine, I, 96.
50. *Ibid.*, 106.
51. Campan, II, 126n.
52. Carlyle, *French Revolution*, I, 397.
53. Ségur, 230.
54. Vallentin, Antonina, *Mirabeau*, 490-91.
55. Michelet, 567-68.
56. Vallentin, 512-17.
57. Michelet, 568.
58. *Ibid.*, 569.
59. Ségur, 237.
60. Rudé, George, *The Crowd in the French Revolution*, 89.
61. Acton, J. E., Lord, *The French Revolution*, 199.

CAPÍTULO III

1. Bertaut, Jules, *Napoleon in His Own Words*, 58, 63.
2. Alexandre de Lameth em Robinson, *Readings*, 452.
3. Mathiez, *French Revolution*, 134.
4. Brinton, *The Jacobins*, 39, 183, 251.
5. Rudé, *Robespierre*, 88.
6. Taine, *French Revolution*, II, 54-67.
7. Lefebvre, *French Revolution*, I, 217.
8. Roland Mme., *Private Memoirs*, 273.
9. *Ibid.*, 55
10. 345.
11. 357.
12. Lanfrey, Pierre, *History of Napoleon*, I, 292.
13. Mathiez, 140-41.
14. Lefebvre, *French Revolution*, I, 217.
15. Aulard, *The French Revolution*, 366.
16. Robinson, *Readings*, 456.
17. Acton, *French Revolution*, 232.
18. Gottschalk, *Jean-Paul Marat*, 96
19. Taine, II, 182.
20. Lefebvre, *French Revolution*, I, 238.
21. Taine, II, 179-86; Ségur, 273-76.
22. Sorel, Georges, *Reflections on Violence*, 194.
23. Lefebvre, *Études*, 77-82; *French Revolution*, I, 239n.
24. Belloc, Hilaire, *Danton*, 380.
25. Musset, Alfred de, *Confessions of a Child of the Century*, 21-23.
26. Belloc, 198.
27. Mathiez, 174.
28. *Ibid.*, 184-89; Aulard, *Christianity and the French Revolution*, 86-90; Lefebvre, *French Revolution*, I, 244.
29. Aulard, *French Revolution*, II, 141.
30. Le Bon, Gustave, *The Psychology of the Revolution*, 170.
31. Mathiez, 170.
32. Taine, II, 211; Lefebvre, 242.
33. Gottschalk, *Marat*, 120.
34. Carlyle, *French Revolution*, II, 174.
35. Madelin, Louis, *French Revolution*, 285.
36. *Ibid.*, Mathiez, 180.
37. Taine, II, 221.
38. *Ibid.*, 226.
39. 227.
40. Morris, G., *Diary*, 583; Mathiez, 81.
41. Taine, II, 228.
42. Lefebvre, *French Revolution*, I, 243.
43. Taine, II, 229.
44. Le Bon, *The Psychology of the Revolution*, 188.
45. Taine, II, 214n.
46. *Ibid.*, 218.
47. Le Bon, 98.
48. Mathiez, 183; Carlyle, II, 199.
49. Belloc, *Danton*, 342.
50. Taine, II, 214.
51. *Ibid.*, 212n.
52. Mathiez, 222.
53. Brandes, Georg, *Main Currents in Nineteenth Century Literature*, II, 50.

CAPÍTULO IV

1. Mathiez, *French Revolution*, 195; Taine, *French Revolution*, II, 232n; Faÿ, B., *Louis XVI*, 388; Aulard, *French Revolution*, III, 109-11.
2. Lefebvre, *French Revolution*, I, 244.
3. Taine, II, 279.
4. *Ibid.*, 276-82.
5. Mathiez, 211.
6. Taine, III, 155.
7. Morley, 296.
8. Mathiez, 239ss.
9. *Ibid.*, 275.
10. Robinson, *Readings*, 460.
11. Mathiez, 256.
12. Robiquel, Jean, *Daily Life in the French Revolution*, 91.
13. Gramont, *Epitaph for Kings*, 423.
14. Mathiez, 262.
15. Taine, II, 283.

16. Madelin, *French Revolution,* 320.
17. Gramont, 426; Rudé, *Robespierre,* 170.
18. Hugo, Victor, *Ninety-three,* 160.
19. Robiquel, *Daily Life in the French Revolution,* 9.
20. Taine, III, 361.
21. E. g., Lenotre, G., *The Tribunal of the Terror,* 119 e guarnecendo p. 22.
22. Aulard, *French Revolution,* III, 90.
23. Taine, III, 135.
24. Gottschalk, *Marat,* 159ss.; Loomis, Stanley, *Paris in the Terror,* 104-5.
25. Lefebvre, *French Revolution,* II, 50.
26. Mathiez, 387ss.
27. Taine, III, 388ss.
28. Mathiez, 319.
29. *Ibid.,* 322.
30. 324.
31. Carlyle, II, 332.
32. Loomis, 14, 128.
33. Em Gottschalk, 92.
34. *Ibid.,* 168.
35. 136.
36. 170.
37. Mathiez, 344; MacLaurin, *Post Mortem,* 206.
38. Mathiez, 344.
39. Loomis, 138, 143.
40. Mathiez, 343.
41. Loomis, 149.
42. Belloc, *Danton,* 234.
43. Palmer, R. R., *Twelve Who Died,* 55.
44. Morley, 324.
45. Palmer, 58, 160.
46. Taine, III, 313.
47. Palmer, 110.
48. Lefebvre, *Études,* 139.
49. Taine, II, 51.
50. Lefebvre, *French Revolution,* II, 111, 282
51. *Ibid.,* 283ss.
52. Rudé, *Robespierre,* 55.
53. Palmer, 58.
54. Em Kropotkin, Peter, *The Great French Revolution,* 502ss.
55. Palmer, 52; Mathiez, 366.
56. Palmer, 47.
57. Mathiez, 403.
58. Ségur, 293.
59. *Ibid.,* 304.
60. 309.
61. Lenotre, 151.
62. Lamartine, Alphonse de, *Histoire des Girondins,* III, 36-37.
63. Roland, Mme., *Private Memoirs,* 105.
64. *Ibid.,* 114.
65. 288.
66. Carlyle, II, 356.
67. Madelin, *French Revolution,* 377; Taine, III, 207, 297.
68. Madelin, 374.
69. Taine, III, 209-10.
70. *Ibid.,* 299; Madelin, 375; Mathiez, 402.
71. Taine, III, 211.
72. Madelin, 376.
73. Palmer, 150.
74. Zweig, Stefan, *Joseph Fouché, xv.*
75. *Ibid.,* 37.
76. Palmer, 156.
77. Zweig, 57.
78. *Ibid.,* 167; Palmer, 167.
79. *Ibid.,* 169.
80. 180.
81. Taine, III, 39.
82. Palmer, 175.
83. Rudé, *Robespierre,* 8; *NCMH,* IX, 280.
84. Lefebvre, *French Revolution,* II, 120.
85. Lea, H. C., *History of the Inquisition in Spain,* I, 593.
86. Zweig, *Fouché,* 39ss.
87. Palmer, 142ss.
88. Taine, III, 175; Madelin, 389; Mathiez, 412; Carlyle, II, 371; Becker, Carl, *Heavenly City of the 18th Century Philosophers,* 156.
89. Lefebvre, *French Revolution,* II, 119.
90. *Ibid.,* 78.
91. Palmer, 143.
92. Morley, 319; tradução ligeiramente melhorada.
93. *Ibid.,* 321.
94. 311.
95. Carlyle, II, 229.
96. Taine, III, 380-81.
97. Soboul, Albert, *The Parisian Sansculottes and the French Revolution,* 28.
98. Robinson, *Readings,* 467.
99. Lefebvre, *French Revolution,* II, 88; Madelin, 395.
100. Morley, 332.
101. Madelin, 395.
102. *Ibid.,* 397; Taine, III, 142.
103. Madelin, 397.
104. Lenotre, *The Tribunal of the Terror,* 137.
105. *Ibid.* 138.
106. Madelin, 398.
107. Brockway e Winer, *Second Treasury of the World's Great Letters,* 273.
108. Morley, 333.

109. Madelin, 399.
110. Morley, 338.
111. Aulard, *French Revolution,* II, 286; Lefebvre, *French Revolution,* II, 124; Palmer, 365.
112. Taine, III, 299.
113. Lefebvre, II, 125.
114. Mathiez, 499.
115. Rudé, *Robespierre,* 9; Soboul em Kafker e Laux, *The French Revolution: Conflicting Interpretations,* 293.
116. Madelin, 408.
117. Stephens, H. Morse, *Principal Speeches... of the French Revolution,* II, 143-63.
118. Madelin, 420.
119. Belloc, *Danton,* 330.
120. Madelin, 422.
121. Mathiez, 508; Lefebvre, *French Revolution,* II, 135; Palmer, 379.
122. Mathiez, 509.
123. *Ibid.*, 510.
124. Robiquel, *Daily Life in the French Revolution,* 202.
125. Palmer, 389.
126. Aulard, III, 247-48.
127. Lefebvre, II, 161.
128. Aulard, III, 291.
129. *Ibid.*, 319.

CAPÍTULO V

1. Madelin, 489; Lefebvre, *French Revolution,* II, 173.
2. Lacroix, Paul, *Directoire, Consulat et Empire,* 120.
3. Aulard, IV, 40.
4. *Ibid.*, 41.
5. 42.
6. Acton, *French Revolution,* 5.
7. Nietzsche, *Will to Power,* 877.
8. Fonte perdida.
9. Napoleão, carta de 12 de junho de 1789, em *Letters,* 33.
10. Em Lanfrey, I, 4.
11. Chuquet em Bourguignon, Jean, *Napoléon Bonaparte,* I, 4.
12. Kircheisen, F. M., *Memoirs of Napoleon I,* 11.
13. *Ibid.*, 10.
14. Las Cases, *Memoirs of Napoleon,* em 29 de maio de 1816, em Taine, *The Modern Regime,* I, 200.
15. Bourguignon, I, 22.
16. Kircheisen, 11.
17. *Ibid.*, 24; Bourguignon, I, 23.
18. Kircheisen, 18.
19. Rémusat, Mme. de, *Memoirs,* 10.
20. *Ibid.*, 102-3.
21. Rose, J. Holland, *The Personality of Napoleon,* 17.
22. Rémusat, 102.
23. Bourguignon, I, 28.
24. Rose, 57.
25. Platão, *A República,* parágrafos 338-44.
26. Nietzsche, *Beyond Good and Evil,* 201 e 53.
27. Mistler, Jean, ed., *Napoléon et l'Empire,* I, 36.
28. Kircheisen, 34-35.
29. *Ibid.*, 41.
30. Taine, *Modern Regime,* I, 2n.
31. Lefebvre, *French Revolution,* II, 185.
32. Mossiker, Frances, *Napoleon and Josephine,* 65-66.
33. *Ibid.*, 72; Mistler, I, 49.
34. G. Lenotre em Bourguignon, I, 91.
35. Mossiker, 89.
36. *Ibid.*, 49.
37. 86-90.
38. Kircheisen, 47.
39. Lanfrey, I, 58; Mossiker, 92-95.
40. Mossiker, 34.
41. G. Lenotre em Bourguignon, I, 91.
42. *Ibid.*, 93.
43. J. Godechot em Bourguignon, I, 96.
44. Napoleão, *Letters,* 45.
45. Bourrienne, *Memoirs of Napoleon Bonaparte,* I, 24.
46. Lanfrey, I, 71.
47. Mossiker, 23.
48. *Ibid.*, 119.
49. 28.
50. Napoleão, *Letters,* 51.
51. Lanfrey, I, 87.
52. *Ibid.;* Bourguignon, I, 108; Mistler, I, 270.
53. Lanfrey, I, 84
54. Mossiker, 29.
55. Bourguignon, I, 112.
56. *EB,* IX, 920d.
57. Mossiker, 128.
58. Kircheisen, 71.
59. Napoleão, *Letters,* 62.
60. Vandal, Albert, *L'Avènement de Bonaparte,* I, 13-15.
61. Staël, Mme. de, *Memoirs,* em Bourguignon, I, 137.
62. *Ibid.*, 138.

63. Napoleão, *Letters,* 72.
64. Rémusat, *Memoirs,* 99.
65. Lefebvre, *French Revolution,* II, 219.
66. Talleyrand, *Memoirs,* I, 332.
67. *CMH,* VIII, 598.
68. Bourguignon, 148.
69. Kircheisen, 75.
70. Herold, J. C., ed., *The Mind of Napoleon,* 51.
71. Rémusat, *Memoirs,* 99, ligeiramente reajustadas.
72. Napoleão, *Letters,* 75.
73. *Ibid.*, out. 23, 1798.
74. Herold, *Bonaparte in Egypt,* 276; *CMH,* VIII, 609.
75. Kircheisen, 42.
76. Rémusat, 99.
77. Kircheisen, 91.
78. Bourrienne, I, 212.
79. Las Cases, III, 200.
80. Mistler, I, 73; Méneval, *Memoirs,* I, 25-34; Madelin, *French Revolution,* 605.
81. Bourguignon, I, 172.
82. Méneval, I, 24; Mistler, I, 74.
83. *CMH,* VIII, 494.
84. Vandal, *Avènement,* 10.
85. Madelin, *Talleyrand,* 61.
86. *CMH,* VIII, 493.
87. Madelin, *French Revolution,* 559.
88. Taine, *French Revolution,* III, 455.
89. *Ibid.*, 469.
90. Vandal, I, 70.
91. Taine, III, 467n.
92. Talleyrand, *Memoirs,* I, 207.
93. Madelin, 584.
94. Taine, III, 426-27.
95. Vandal, I, 233.
96. Aulard, IV, 139.
97. Fournier, *Napoleon the First,* I, 182.
98. Mossiker, 190-91.
99. *Ibid.*, 202.
100. Bourrienne, II, 12n.; Vandal, I, 245; Mossiker, 205.
101. Aulard, IV, 139.
102. Madelin, *French Revolution,* 611.
103. Vandal, I, 274.
104. *Ibid.*, 297-98.
105. Mistler, I, 76.
106. Lefebvre, *French Revolution,* II, 255.
107. Vandal, I, 314.
108. *Ibid.*, 316-17.
109. 368.
110. 370.
111. Bourrienne, I, 272.
112. Vandal, I, 386.
113. Bourrienne, I, 284.

CAPÍTULO VI

1. *EB,* IX, 755; X, 343; *NCMH,* VIII, 714.
2. Barnes, H. E., *Economic History of the Western World,* 351.
3. Lefebvre, *French Revolution,* I, 114.
4. Palmer, R. R., *Twelve Who Died,* 240.
5. Mathiez, 267.
6. Macaulay, T. B., *Critical, Historical, and Miscellaneous Essays,* II, 70.
7. Taine, *French Revolution,* II, 291.
8. Aulard, *French Revolution,* IV, 108.
9. Lefebvre, *French Revolution,* II, 287.
10. Taine, III, 84.
11. Aulard, II, 282.
12. *Ibid.*, III, 373, 387, 391.
13. *Ibid.*, 392; Lacroix, *Directoire, Consulat et Empire,* 298.
14. Roland, Mme., *Memoirs,* 105.
15. Lacroix, 123; Carlyle, *French Revolution,* 382; Palmer, 65.
16. Em Soboul, *The Parisian Sansculottes in the French Revolution,* 244.
17. *CMH,* VIII, 744.
18. *Ibid.*, 750.
19. 752.
20. Robiquel, *Daily Life in the French Revolution,* 149ss.
21. *EB,* X, 1019d.
22. Le Bon, G., *Psychology of Revolution,* 217.
23. Robiquel, 126.
24. *EB,* XIX, 868c.
25. Palmer, 65.
26. Robiquel, 74.
27. Soboul, 246; Madelin, *French Revolution,* 553.
28. Marcel Lachiver no *Times Literary Supplement,* Londres, 3 de março de 1972, p. 243.
29. Taine, III, 82n.
30. Madelin, *French Revolution,* 554.
31. Taine, *Modern Regime,* I, 175.
32. Aulard, I, 232.
33. Lefebvre, *French Revolution,* II, 267.
34. Herold, ed., *The Mind of Napoleon,* 13.
35. Taine, *French Revolution,* III, 346.
36. Aulard, III, 241; Soboul, 229.
37. Taine, *French Revolution,* III, 88n.
38. Lacroix, *Directoire, Consulat et Empire,* 81, 34.

39. Robiquel, 54.
40. *Ibid.*, 89.
41. Lacroix, 70.
42. *Ibid.*, 80.
43. Robiquel, 88.
44. Madelin, *French Revolution*, 546.
45. Junot, Mme., *Memoirs*, I, 144.
46. Madelin, 428.
47. Láng, P. H., *Music in Western Civilization*, 787.
48. *Grove's Dictionary of Music and Musicians*, I, 614.
49. Mantzius, K., *History of Theatrical Art*, VI, 153s.
50. Hauser, A., *The Social History of Art*, II, 635.
51. Muther, R., *History of Modern Painting*, I, 103.
52. Tito Lívio, *História Romana*, I, 24.
53. Turner e Baker, *Stories of the French Artists*, 291.
54. Durant, *A Era de Voltaire*, 536.
55. Brett, G. S., *History of Psychology*, 460.
56. Überweg, F., *History of Philosophy*, trad. Morris, II, 339.
57. *CMH*, VIII, 724.
58. Lamartine, *History of the Girondists*, III, 418.
59. Van Laun, H., *History of French Literature*, III, 166.
60. Stevens, Abel, *Mme. de Staël*, I, 54.
61. Herold, J. C., *Mistress to an Age*, 30.
62. *Ibid.*, 62
63. 95
64. 103.
65. 108.
66. 113-14.
67. 117.
68. Pierre Lacretelle em Stevens, I, 145.
69. Herold, *Mistress to an Age*, 125.
70. Em Bourguignon, I, 137.
71. Herold, 181.

CAPÍTULO VII

1. Bourrienne, *Memoirs*, I, 290.
2. Madelin, *The Consulate and the Empire*, I, 46.
3. *Ibid.*, 37.
4. Fournier, *Napoleon*, 180.
5. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 3.
6. Thiers, L. A., *History of the Consulate and the Empire*, I, 55.
7. *Ibid.*, 57.
8. Las Cases, II, 330.
9. Taine, *Modern Regime*, I, 17.
10. *EB*, XIII, 717b.
11. Napoleão, *Letters*, 80.
12. Lefebvre, *Napoleon*, I, 84.
13. *Ibid.*; Taine, *Modern Regime*, I, 152; Madelin, *Consulate and Empire*, I, 56.
14. Lefebvre, *Napoleon*, I, 86.
15. Bourrienne, I, 289n.
16. Talleyrand, *Memoirs*, introdução do Duc de Broglie, *xxi*.
17. *Ibid.*, *xxii*.
18. *viii-ix*.
19. Talleyrand, *Memoirs*, I, 170-71.
20. Madelin, *Talleyrand*, 48, 83.
21. Rémusat, *Memoirs*, 85.
22. *Ibid.*, 106.
23. Madelin, *Talleyrand*, 23.
24. Thiers, I, 61; Herold, ed., *The Mind of Napoleon*, 72.
25. Canton, Gustave, *Napoléon antimilitariste*, 34.
26. Lefebvre, *Napoleon*, I, 89.
27. *Ibid.*, 88; Taine, V, 141n.
28. Lefebvre, I, 74.
29. Bourrienne, I, 370.
30. *Ibid.*, 372.
31. Jacques Bainville em Geyl, Peter, *Napoleon: For and Against*, 345.
32. *Ibid.*, 344.
33. Bourrienne, I, 413.
34. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 93.
35. Napoleão, *Letters*, 84.
36. Thiers, I, 295.
37. Bourrienne, I, 419.
38. *Ibid.*, II, 2.
39. 3.
40. Thiers, I, 236.
41. *Ibid.*, 247.
42. 248.
43. Napoleão, *Letters*, 87.
44. Lefebvre, *Napoleon*, I, 100.
45. Bourrienne, II, 22.
46. *Ibid.*, I, 414.
47. Napoleão, *Letters*, 90.
48. Thiers, I, 322.
49. Bourrienne, I, 345; Méneval, *Memoirs*, I, 69; Thiers, I, 332.
50. Bourrienne, I, 351n.
51. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 108.
52. Morris, Gouverneur, *Diary*, 92.
53. Madelin, I, 113.
54. Las Cases, IV, 103.
55. *Ibid.*

56. Madelin, I, 150.
57. *EB*, VII, 12c.
58. Rose, J. H., *Personality of Napoleon*, 169.
59. Em Geyl, 330.
60. Guérard, A. L., *French Civilization in the 19th Century*, 67.
61. Cardeal Consalvi em Lefebvre, *Napoleon*, I, 19.
62. Taine, *French Revolution*, III, 474.
63. Las Cases, II, 253.
64. Bourrienne, II, 236.
65. *CMH*, IX, 186.
66. Staël, Mme. de, *Considérations sur les principaux événements de la Révolution française*, 376; Canton, 44; Herold, *The Mind of Napoleon*, 107.
67. Canton, 30-34.
68. Méneval, I, 188.
69. Canton, 37.
70. *Ibid.*, 1-3.
71. Bourrienne, II, 299.
72. Thiers, II, 302.
73. Bourrienne, II, 151.
74. Esta frase foi aplicada a Frederico II da Sicília; ver Durant, *A Idade de Fé*, 714.
75. Morris, *Diary*, 115-16.
76. *Ibid.*, 117; Lefebvre, *Napoleon*, I, 176.
77. Bourrienne, II, 226; Lefebvre, I, 169.
78. Fouché, Joseph, *Memoirs*, I, 256-57.
79. Lefebvre, I, 180; Madelin, *Consulate and Empire*, I, 192; Kircheisen, *Memoirs of Napoleon*, I, 107.
80. *CMH*, IX, 29.
81. Lefebvre, I, 180-81.
82. Las Cases, IV, 186; Madelin, I, 193.
83. Rémusat, 39; Madelin, I, 193.
84. Kircheisen, 108.
85. Mistler, I, 120.
86. Lefebvre, I, 180-81; Méneval, I, 234.
87. Caulaincourt, Armand de, *With Napoleon in Russia*, 314.
88. *Ibid.*, 317.
89. Lefebvre, I, 182; Madelin, I, 208.
90. Méneval, I, 249.
91. Madelin, Talleyrand, 111.
92. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 218.
93. Bourrienne, II, 280.
94. Madelin, I, 210.
95. Las Cases, II, 67.
96. Rémusat, 137, 167.
97. Bourrienne, II, 264.
98. Las Cases, IV, 192.
99. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 227.
100 Rémusat, 108.
101. Mossiker, 271.
102. Madelin, I, 97.
103. Méneval, I, 278.
104. Madelin, I, 212.

CAPÍTULO VIII

1. Rose, *Personality of Napoleon*, 191.
2. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 240.
3. Las Cases, II, 133.
4. *EB*, XIII, 89c.
5. Masson, Frédéric, *Napoleon and His Coronation*, 229.
6. Pinoteau, Hervé, ed., *Le Sacre de S. M. l'empereur Napoléon*, p. *xii*.
7. Las Cases, III, 130; Madelin, *Consulate and Empire*, 244.
8. Masson, *Coronation*, 236.
9. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 151.
10. Rémusat, *Memoirs*, 249; Napoleão, *Letters*, 112.
11. Rémusat, 251.
12. Lefebvre, *Napoleon*, I, 203; Madelin, I, 252s.
13. *Ibid.*, 235.
14. Rémusat, 293.
15. Bourrienne, III, 3.
16. *Ibid.*
17. Thiers, IV, 64.
18. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 269.
19. Wilson, P. W., *William Pitt*, 335.
20. Bourrienne, III, 52n.
21. Rémusat, 324.
22. Bourrienne, III, 47; Madelin, I, 300.
23. *Ibid.*, 297.
24. Méneval, I, 405.
25. Rémusat, 442.
26. Lefebvre, *Napoleon*, I, 255.
27. Madelin, I, 318.
28. *Ibid.*, 316.
29. Rémusat, 453.
30. Mossiker, *Napoleon and Josephine*, 296.
31. *CMH*, IX, 279.
32. Robinson, *Readings*, 489.
33. Georg Brandes em Clark, B. H., *Great Short Biographies of the World*, 1080.
34. Rémusat, 459.
35. Méneval, II, 449.
36. *Ibid.*, 463.
37. Vandal, *Napoléon et Alexandre Ier*, I, 65.
38. Bertaut, *Napoleon in His Own Words*, 8, 9.
39. Rémusat, 534.

CAPÍTULO IX

1. Morris, Gouverneur, *Diary*, 98-99.
2. Las Cases, II, 192.
3. Mistler, Jean, ed., *Napoléon et l'Empire*, I, 145.
4. *Ibid.;* Stacton, David, *The Bonapartes*, 13.
5. Las Cases, II, 190; Mistler, I, 145.
6. Stacton, 16.
7. Las Cases, III, 321.
8. Rémusat, 323n.
9. Goodrich, F. B., *The Court of Napoleon*, 290-93.
10. Bourrienne, II, 110.
11. Napoleão, *Letters*, 190.
12. *Ibid.*, 123.
13. Stendhal, *La Chartreuse de Parme*, 450.
14. Napoleão, *Letters*, 107.
15. Goodrich, 207.
16. Rose, *Personality of Napoleon*, 32.
17. Em Goodrich, 271; Caulaincourt, *With Napoleon in Russia*, 14.
18. Talleyrand, *Memoirs*, I, 261.
19. Caulaincourt, 23.
20. Lefebvre, *Napoleon*, II, 19.
21. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 410.
22. *Ibid.*, 411.
23. Talleyrand, *Memoirs*, I, 310-13.
24. *Ibid.*, 316.
25. 328; Madelin, *Consulate and Empire*, I, 416.
26. Talleyrand, I, 337.
27. Madelin, *Talleyrand*, 78, 134.
28. Brandes, G., Goethe, II, 264.
29. Talleyrand, I, 318.
30. Lewes, George, *Life of Goethe*, II, 312.
31. Talleyrand, I, 326.
32. *Ibid.*, 331.
33. 333.
34. Lewes, II, 313.
35. Las Cases, II, 134.
36. Méneval, II, 553.
37. Rose, *Personality*, 495.
38. Madelin, I, 425.
39. Lefebvre, *Napoleon*, II, 57.
40. *Ibid.*
41. Méneval, II, 563; Madelin, I, 436; Mistler, I, 150.
42. Herold, ed., *The Mind of Napoleon*, 175.
43. Lefebvre, II, 52.
44. Mossiker, *Napoleon and Josephine*, 328.
45. Rémusat, 376.
46. *Ibid.*, 375.
47. Herold, *The Mind of Napoleon*, 22.
48. Bourrienne, II, 117; Méneval, II, 423.
49. Herold, 16.
50. Mossiker, *Napoleon and Josephine*, 151.
51. Las Cases, II, 19 de maio de 1816.
52. Madelin, II, 15.
53. *Ibid.*, 17.
54. Taine, *The Modern Regime*, I, 79n.
55. Kircheisen, *Memoirs of Napoleon I*, 149.
56. Méneval, II, 615.
57. Napoleão, *Letters to Josephine*, 222.
58. Las Cases, II, 185.
59. *Ibid.*, 21.
60. *Ibid.*, III, 275.

CAPÍTULO X

1. *EB*, X, 941d.
2. Rémusat, 47.
3. Las Cases, III, 258.
4. Mistler, I, 137.
5. Ross, E. A., *Social Control*, 276.
6. *Auction* Magazine, novembro de 1971, p. 35.
7. Bourrienne, I, 311.
8. Méneval, I, 108.
9. Cronin, Vincent, *Napoleon Bonaparte*, 182.
10. Méneval, I, 416.
11. N. do E. para Bourrienne, I, 312.
12. Masson, F., *Napoleon at Home*, I, 90.
13. Méneval, I, 411.
14. MacLaurin, C., *Post Mortem*, 220; Howarth, David, *Waterloo*, 52ss.
15. Las Cases, II, 252; MacLaurin, 222; Friedrich Kircheisen em *New York Times*, 26 de fevereiro de 1931.
16. Méneval, I, 412.
17. Taine, *Modern Regime*, I, 44.
18. Rosebury, Theodor, *Microbes and Morals*, 158.
19. Las Cases, III, 146; I, 236.
20. *Ibid.*, III, 391.
21. I, 392.
22. Taine, *Modern Regime*, I, 68.
23. *Ibid.*, 69.
24. *Ibid.*
25. Bourrienne, I, 294.
26. Méneval, I, 346, 415.
27. Bourrienne, I, 309.
28. Las Cases, III, 346.
29. Herold, ed., *The Mind of Napoleon*, *xvii*.
30. Méneval, I, 353.

31. Taine, *Modern Regime*, I, 18ss.
32. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 30.
33. Fonte perdida
34. Taine, I, 19; Madelin, I, 30.
35. Bourrienne, I, 315; Méneval, I, 356; Taine, I, 54.
36. Bourrienne, I, 310.
37. Las Cases, I, 251.
38. Napoleão, *Letters*, 68 (7 de outubro de 1797).
39. Sorel, Albert, *Europe and the French Revolution*, VI, 205, em Geyl, 251.
40. Fouché, *Memoirs*, II, 52.
41. Brandes, *Main Currents*, I, 29.
42. Lewes, *Life of Goethe*, II, 312.
43. Las Cases, I, 311.
44. Bourrienne, II, 102.
45. Taine, *Modern Regime*, I, 60.
46. Herold, ed., *The Mind of Napoleon*, 256.
47. *Ibid.*, No. XXXVI.
48. Taine, I, 35.
49. Napoleão, *Letters*, 111 (12 de dezembro de 1804).
50. Lefebvre, *Napoleon*, I, 66.
51. Rémusat, 95.
52. Herold, 43.
53. Breed, Lewis, *The Opinions and Reflections of Napoleon*, 114.
54. Fouché, *Memoirs*, II, 18; Rémusat, 370.
55. Las Cases, I, 379; Lefebvre, I, 64.
56. Caulaincourt, 71.
57. Las Cases, III, 318.
58. Rose, *Personality of Napoleon*, 29.
59. Rémusat, 60.
60. Masson, *Napoleon at Home*, I, 163.
61. Bourrienne, I, 317.
62. *Ibid.*, 328.
63. Méneval, I, 128.
64. Taine, *Modern Regime*, II, 45.
65. Las Cases, IV, 154-61.
66. Lefebvre, *Napoleon*, I, 64.
67. Constant, Véry, *Memoirs*, I, 6 e *xii*.
68. Rémusat, 102.
69. Caulaincourt, 27.
70. Goodrich, *Court of Napoleon*, 375.
71. *Ibid.*, 371.
72. Staël, Mme. de, *Considérations*, 334.
73. Méneval, I, 221.
74. Masson, *Napoleon at Home*, 168.
75. Méneval, I, 350; Las Cases, III, 345.
76. Méneval, I, 353.
77. Las Cases, III, 330.
78. Em Rose, *Personality*, 119.
79. Bertaut, *Napoleon in His Own Words*, 125-26.
80. Herold, ed., *Mind of Napoléon*, 211.
81. Las Cases, II, 244.
82. Rose, 86.
83. *Ibid.*, 200.
84. Bourrienne, III, 95.
85. Bertaut, 126.
86. Herold, 211.
87. Méneval, II, 534.
88. Rose, *Personality*, 119.
89. Herold, 217.
90. Rose, 110.
91. Herold, 217; Las Cases, II, 26.
92. Emerson, *Representative Men*, 254.
93. Canton, *Napoléon antimilitariste*, 146.
94. Bertaut, 122; Rose, *Personality*, 347; Guérard, *French Civilization in the 19th Century*, 62.
95. Bourrienne, I, 314.
96. Las Cases, II, 12.
97. *CMH*, IX, 114.
98. Lefebvre, *Napoleon*, I, 227.
99. Canton, 214.
100. Herold, 206.
101. Citado em Gooch, G. P., *History and Historians in the 19th Century*, 2d. ed. 259.
102. Herold, 276-77.
103. Las Cases, IV, 37.
104. *Ibid.*, II, 384.
105. Rémusat, 451.
106. Las Cases, I, 181.
107. Bourguignon, I, introdução, p. *ii*.
108. Rémusat, 71, 319; Taine, *Modern Regime*, I, 70; Las Cases, IV, 163.
109. Herold, ed., *Mind of Napoleon*, 162.
110. *Ibid.*, 9
111. 162.
112. Bourrienne, I, 237.
113. Herold, 172.
114. *Ibid.*, 171.
115. Bourguignon, I, 38.
116. Herold, 92.
117. Bourrienne, I, 380.
118. Taine, *Modern Regime*, I, 134a, 480.
119. Herold, 162.
120. Las Cases, III, 256.
121. Bourrienne, I, 325 notas, 293, 367a, 327a; Taine, I, 193.
122. Bertaut, 79.
123. Herold, 255.
124. *Ibid.*, 30-31.
125. Bourrienne, I, 327.

126. Herold, 30; Bertaut, 107-8.
127. Las Cases, II, 253.
128. Taine, II, 3-4.
129. Herold, 32.
130. Bertaut, 11
131. Kircheisen, *Memoirs of Napoleon I*, 166.
132. Herold, 33.
133. Kircheisen, 160.
134. Aulard em Geyl, 323; Herold, 105.
135. Bertaut, 112-13; Taine, II, 5.
136. Bertaut, 114.
137. Taine, II, 6.
138. Bertaut, 32.
139. Herold, 20.
140. Bertaut, 28.
141. Herold, 21.
142. Kircheisen, 154.
143. Bertaut, 32-33.
144. Herold, 23.
145. Kircheisen, 153.
146. *Ibid.*, 152.
147. Mossiker, *Napoleon and Josephine*, 301.
148. Napoleão, *Letters*, 180.
149. Bertaut,5.
150. *Ibid.*, 146.
151. Herold, 73.
152. Bertaut, 1.
153. *Ibid.*, 46.
154. 54.
155. Las Cases, III, 241.
156. *Ibid.*, I, 400.
157. Bertaut, 65.
158. Las Cases, III, 242.
159. *Ibid.*, IV, 104; Bourrienne, II, 218.
160. Herold, 40-41.
161. Mossiker, 34.
162. *Ibid.*, 20.
163. Levy, M., *Private Life of Napoleon*, I, 274.
164. Bertaut, 9.
165. Herold, 40.
166. *Ibid.*, 36.
167. 40.
168. Rémusat, 535.
169. Bertaut, 142.
170. Herold, 179.
171. Las Cases, II, 325.
171. Taine, *Modern Regime*, I, 59.

CAPÍTULO XI

1. Las Cases, II, 389.
2. Carta a Lucien Bonaparte, 25 de dezembro de 1799, em *Letters*, 82.
3. Las Cases, III, 23.
4. Carta a Roederer, em Taine, *Modern Regime*, I, 265.
5. Breed, *The Opinions and Reflections of Napoleon*, 121.
6. Lacroix, *Directoire, Consulat et Empire*, 10.
7. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 291.
8. Mistler, ed., *Napoléon et l'Empire*, I, 196.
9. Lacroix, 540.
10. Las Cases, III, 94, 340; Rémusat, 345-46; Madelin, I, 294-97.
11. Herold, ed., *Mind of Napoleon*, 190.
12. *CMH*, IX, 375-76.
13. Guillemin, Henri, *Napoléon tel quel*, 120-21.
14. Guérard, *French Civilization*, 77.
15. Taine, *Modern Regime*, I, 213.
16. *Ibid.*, 216-17.
17. Bourrienne, III, 32.
18. Méneval, II, 595.
19. Taine, *Modern Regime*, I, 226.
20. Las Cases, II, 36.
21. *Ibid.*, IV, 61.
22. Taine, II, 138.
23. *Ibid.*, 140-41.
24. *CMH*, IX, 127.
25. Bourrienne, II, 359.
26. Napoleão, *Letters*, 115.
27. *CMH*, IX, 127.
28. Rose, *Personality of Napoleon*, 177; Taine, II, 153.
29. Thiers, *History of the Consulate and the Empire*,II, 275.
30. Taine, I, 67.
31. *Ibid.*, 262.
32. Sainte-Beuve, *Monday Chats*, 207.
33. Méneval, I, 499.
34. Taine, I, 233.
35. *CMH*, IX, 114.
36. Lefebvre, *Napoleon*, I, 227.
37. *CMH*, IX, 115.
38. Taine, I, 90; Guérard, *French Civilization*, 64.
39. Lefebvre, I, 227.
40. Herold, ed., *Mind of Napoleon*, 208.
41. Bertaut, *Napoleon in His Own Words*, 5.
42. *Ibid.*, 57.
43. *Ibid.*
44. Musset, *Confessions of a Child of the Century*, 3.
45. Bourrienne, II, 132.
46. Frases de Taine. Cf. *The Modern Regime*, I, 250.

47. Thiers, II, 266-78.
48. Taine, I, 271; Herold, 212.
49. Fouché, *Memoirs*, I, 296.
50. Goodrich, *Court of Napoleon*, 157; Las Cases, III, 397.
51. Bertaut, 62.
52. Las Cases, II, 315.
53. Herold, ed., *Mind of Napoleon*, 242.
54. Bertaut, 48.
55. *Ibid.*, 111.
56. Lacroix, 45.
57. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 7.
58. Las Cases, II, 198.
59. Mossiker, *Napoleon and Josephine*, 272; Rémusat, 227.
60. *Ibid.*, 7; Herold, *Mistress to an Age*, 287.
61. Rémusat, 53; Herold, *Mistress*, 290.
62. *Mme. Récamier* de David está no Louvre; o de Gérard está no Musée de la Ville.
63. Rémusat, 33-37.
64. Herold, *Mistress*, 288.
65. Junot, Mme., *Memoirs*, II, 60.
66. Graetz, H., *History of the Jews*, V, 482.
67. *Ibid.*
68. 491; *CMH*, IX, 205.
69. Graetz, V, 492.
70. *Ibid.*, 494.
71. Lefebvre, *Napoleon*, II, 186; *CMH*, IX, 205.
72. Lefebvre, 187.
73. Graetz, V, 500.

CAPÍTULO XII

1. Masson, F., *Napoleon at Home*, II, 74.
2. Lacroix, *Directoire, Consulat et Empire*, 494.
3. Las Cases, III, 97.
4. Grout, D. J., *Short History of Opera*, 326.
5. Dijon Museum.
6. Goodrich, *Court of Napoleon*, 299.
7. Muther, R., *History of Modern Painting*, I, 111.
8. Bertaut, *Napoleon in His Own Words*, 55.
9. Stranahan, C. H., *History of French Painting*, 129.
10. Las Cases, I, 368.
11. Mantzius, K., *History of Theatrical Art*, VI, 164.
12. *Ibid.*, 163.
13. Goodrich, 118.
14. Em Lacroix, 188.
15. Goodrich, 390.
16. Dumas *père*, Alexandre, *Mes Mémoires*, IV, 27, em Mantzius, VI, 178.
17. Rémusat, 58-62.
18. Lacroix, 189.

CAPÍTULO XIII

1. Herold, ed., *Mind of Napoleon*, 156.
2. Mistler, ed., *Napoléon et l'Empire*, I, 231.
3. Méneval, I, 185.
4. Herold, 121.
5. *Time*, 19 de outubro de 1970, p. 43.
6. Mistler, I, 232.
7. Herold, *Mind of Napoleon*, 132.
8. Goodrich, *Court of Napoleon*, 249.
9. *Ibid.*, 250.
10. Taine, *Modern Regime*, II, 200.
11. *Ibid.*
12. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 19.
13. Sainte-Beuve, *Portraits of Celebrated Women*, 224.
14. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 77.
15. Bourrienne, II, 364-66.
16. Staël, Mme. de, *Corinne*, introdução, *xvi*.
17. Brandes, G., *Main Currents in 19th Century Literature*, I, 94.
18. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 25.
19. *Ibid.*, 74.
20. Stevens, Abel, *Mme. de Staël*, II, 263.
21. Las Cases, IV, 7.
22. Taine, *Modern Regime*, I, 29n.
23. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 150.
24. Herold, *Mistress to an Age*, 186.
25. Em Brandes, *Main Currents*, I, 94.
26. Staël, Mme. de, *Considérations*, 97.
27. *Ibid.*, 1.
28. Staël, Mme. de, *De la Littérature*, 11.
29. Em Herold, *Mistress*, 210.
30. *Ibid.*, 211.
31. 233.
32. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 8.
33. Em Herold, 259.
34. Fonte ilegível.
35. Herold, 263.
36. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 105.
37. Stevens, Abel, *Mme. de Staël*, I, 32.
38. Herold, 293.
39. Madelin, I, 368.
40. Herold, 342.
41. *Ibid.*, 343.
42. *Corinne*, 37-38.
43. *Ibid.*, 18-20.

44. Herold, 344.
45. *Ibid.*, 363.
46. 369.
47. Brockway e Winer, *Second Treasury of the World's Great Letters*, 315.
48. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 38.
49. *Ibid.*, 34, 84.
50. 34.
51. 31.
52. 42.
53. 90-93.
54. *De la Littérature*, 21.
55. *Germany*, I, 114.
56. *Ibid.*, II, 84.
57. II, 187.
58. 297.
59. *Corinne*, 125.
60. *Germany*, I, 36.
61. E.g., *Germany*, II, 188; cf. Stevens, II, 26.
62. Stevens, 218.
63. *Ten Years' Exile*, 246n.
64. *Ibid.*, 304.
65. Fonte perdida.
66. Staël, Mme. de, *Considérations*, 432.
67. *Ibid.*
68. 430.
69. Stevens, II, 313.
70. Sainte-Beuve, *Portraits of Celebrated Women*, 204.
71. Stevens, I, 4.
72. Bertaut, *Napoleon in His Own Words*, 77-78; Las Cases, IV, 7.
73. Constant, B., *The Red Notebook*, 112.
74. *Ibid.*, 123.
75. 133.
76. Herold, *Mistress*, 151.
77. Nicholson, H., *Benjamin Constant*, 140.
78. Herold, 240, 246.
79. *Ibid.*, 248.
80. Constant, B., *Journal intime*, 155.
81. *Ibid.*, 155-65.
82. 172.
83. 242.
84. *Ibid.*
85. Herold, 463.
86. Em Nicholson, 255.
87. *Ibid.*, 273.
88. Sainte-Beuve, *Chateaubriand et son groupe littéraire*, I, 13.
89. Faguet, Émile, *Dix-septième Siècle: Études et portraits littéraires*, 70.
90. Chateaubriand, *Memoirs*, ed. Baldick, prefácio, *xx*.
91. *Ibid.*, 5.
92. 39.
93. 39.
94. 46-47.
95. 47.
96. 56.
97. 122.
98. Em Sainte-Beuve, *Chateaubriand*, I, 128.
99. *Ibid.*, 203ss.
100. *Memoirs*, ed. Baldick, 150.
101. Lanson, *Histoire de la littérature française*, 887n.
102. *Memoirs*, 157.
103. *Ibid.*, 191.
104. Sainte-Beuve, *Chateaubriand*, I, 149.
105. Em Faguet, *Dix-neuvième Siècle: Études littéraires*, 14.
106. Sainte-Beuve, I, 175.
107. Em Faguet, 14.
108. Chateaubriand, *Atala and René*, 72ss.
109. *Ibid.*, 87.
110. Lemaître, Jules, *Chateaubriand*, 146.
111. Chateaubriand, *The Genius of Christianity*, 190.
112. Lemaître, 138.
113. *The Genius of Christianity*, 148.
114. Lemaître, 150.
115. *Ibid.*, 326-27.
116. 321.
117. *Atala and René*, 135.
118. Brandes, *Main Currents*, I, 29.
119. Bertaut, 76.
120. *Memoirs*, 208.
121. *Ibid.*, 216.
122. *Ibid.*, prefácio, *xiv*.
123. 218.
124. 231.
125. *Mémoires d'outre-tombe*, volume sobre Napoleão, 391.
126. *Memoirs*, ed. Baldick, 244.
127. *Ibid.*, 153.
128. Em Sainte-Beuve, *Chateaubriand*, I, 149n.
129. *Mémoires*, apêndice, 457.
130. *Ibid.*, 463.
131. 481.
132. 497-509.
133. *Memoirs*, ed. Baldick, 261.

CAPÍTULO XIV

1. *NCMH*, IX, 124.
2. Bernal, *Science in History*, 381.
3. *EB*, IX, 667a.

4. *NCMH*, IX, 133.
5. Berry, *Short History of Astronomy*, 307. Repetido de *A Era de Voltaire*, 549.
5a. Bertrand, *Napoleon at St. Helena*, 168; Castiglione, *History of Medicine*, 714; carta do dr. Elmer Belt.
6. Sigerist, H. E., *The Great Doctors*, 240, 274.
7. *Ibid.*, 276.
8. Garrison, F., *History of Medicine*, 412.
9. Castiglione, Arturo, *History of Medicine*, 701.
10. Hipócrates, *Works*, VI, "Decorum".
11. Williams, H. S., *History of Science*, III, 78ss.
12. *Ibid.*, IV, 104-6.
13. Locy, W. A., *Biology and Its Makers*, 382.
14. *EB*, XIII, 614-17.
15. *Ibid.*
16. Destutt de Tracy em Boas, George, *French Philosophers of the Romantic Period*, 25.
17. *Ibid.*
18. Taine, *Modern Regime*, II.
19. Taine, *Les Philosophes classiques du XIX[e] siècle en France*, 55.
20. Frase de John Knox. Ver *Começa a Idade da Razão*, 115.
21. Maine de Biran, *The Influence of Habit on the Faculty of Thinking*, 115.
22. *Ibid.*, 122.
23. Madelin, *Consulate and Empire*, I, 365.
24. Phillips, C. S., *The Church in France*, I, 192-93.
25. Maistre, *Soirées de Saint-Pétersbourg*, I, 149.
26. Maistre, *Works*, 57
27. *Ibid.*, 52.
28. 86.
29. 196.
30. 74.
31. *Soirées*, I, 10.
32. *Ibid.*, II, 222.
33. I, 24.
34. 182.
35. 31.
36. II, 64.
37. II, 254.
38. *Ibid.*
39. *Works*, 62.
40. *Soirées*, II, 24.
41. *Works*, 163, 177.
42. *Ibid.*, 166.

CAPÍTULO XV

1. Bertrand, Henri, *Napoleon at St. Helena*, 148.
2. Hobsbawn, E. J., *The Pelican Economic History of Britain*, 10.
3. Kropotkin, *Modern Science and Anarchism*, 84, 87.
4. Quennell, *History of Everyday Things in England*, 198.
5. Heilbroner, R. L., *The Worldly Philosophers*, 67, 85.
6. Watson, J. S., *The Reign of George III*, 517.
7. Owen, Robert, *A New View of Society*, 120.
8. *Ibid.*, 123.
9. Halévy, Élie, *History of the English People in 1815*, 245.
10. Watson, 530.
11. Kropotkin, *Modern Science and Anarchism*, 33.
12. Rogers, J. E. Thorold, *Six Centuries of Work and Wages*, 111
13. Watson, 526.
14. Kropotkin, 33.
15. *EB*, XVIII, 494.
16. Kropotkin, 80n.
17. Rogers, 110.
18. Tocqueville, *Journeys to England and Wales*, 107, em Hobsbawn.
19. Rudé, G., *The Crowd in History*, 238.
20. Heilbroner, 98.
21. Malthus, *Essay on Population* (1798), 14.
22. Malthus, *Essay* (1803), 106.
23. Heilbroner, 90.
24. Carlyle, Latter-Day Pamphlets, No. 1 (1850).
25. Heilbroner, 95.
26. Owen, *A New View of Society*, *"Catechism"*, 172.
27. Owen, *New View*, 86.
28. Heilbroner, 98; Russell, Bertrand, *Understanding History*, 24.
29. Owen, palestra em New Lanark, em *A New View of Society*, 95.
30. *Ibid.*, 65.
31. Frontispício da 1ª edição de *A New View of Society*.
32. *New View*, 20.
33. *Ibid.*, 98.
34. 35.
35. 52-53.
36. 112.

37. 83.
38. 68.
39. 162-69.
40. 140-47.
41. 246.
42. 86.
43. 111.
44. *EB*, XVI, 1174b.
45. Cole, G. D. H., *Robert Owen*, 187.
46. *Ibid.*, 91.
47. 231.

CAPÍTULO XVI

1. Beard, Charles, *Introduction to the English Historians*, 520.
2. Watson, George, III, 335; Hobsbawn, 95.
3. Halévy, *History of the English People in 1815*, 195.
4. Bertrand, H., *Napoleon at St. Helena*, 77.
5. Detalhes adicionais em *Rousseau e a Revolução*, 684.
6. Dicey, *Law and Public Opinion in England during the 19th Century*, 116.
7. Halévy, 293.
8. Blackstone em Halévy, 101.
9. Las Cases, II, 366.
10. Plumb, J. H., *The First Four Georges*, 147.
11. Burke, Thomas, *English Night Life*, *passim*; Thackeray, *The Four Georges*, 84.
12. Thackeray, *The Four Georges*, 93; Plumb, 138, 101.
13. Markun, Leo, *Mrs. Grundy: A History of Four Centuries of Morals*, 219.
14. *EB*, X, 212b.
15. Trevelyan, G. M., *English Social History*, 493.
16. Mill, J. S., *On Bentham and Coleridge*, 134s.
17. *NCMH*, IX, 177.
18. Markun, 251.
19. Sorel, Albert, *Europe and the French Revolution*, I, 352.
20. Halévy, 370.
21. Corti, E. C., *Rise of the House of Rothschild*, caps. II, III, IV; Finkelstein, Louis, ed., *The Jews*, I, 266.
22. Godwin, *Enquiry Concerning Political Justice*, Livro V, cap. XIII.
23. *Ibid.*, Livro VIII, cap. X.
24. Halévy, 464.
25. Trevelyan, *English Social History*, 459.
26. Monroe, Paul, *Text-book in the History of Education*, 724; *EB*, VII, 996c; Halévy, 463.
27. Hirsh, Diana, *The World of Turner*, 100.
28. Plumb, J. H., *The First Four Georges*, 180.
29. Trevelyan, 491.
30. Dicey, *Law and Public Opinion*, 371-73.
31. *EB*, X, 518d.
32. Wollstonecraft, Mary, *Vindication of the Rights of Woman*, 154.
33. *Ibid.*, 142.
34. 47, 139.
35. 80.
36. 44.
37. 46, 83, 128.
38. 75.
39. 69.
40. 5.
41. 83.
42. 64.
43. *EB*, X, 519c.
44. *Vindication*, 196.
45. *Ibid.*, 157.
46. Van Doren, Dorothy, *The Lost Art: Letters of Seven Famous Women*, 137-78.
47. Markun, *Mrs. Grundy*, 235.
48. Dicey, 87; Watson, 446; Halévy, 10.
49. Trevelyan, 499.
50. *EB*, XX, 635a.
51. Traill, H. D., *Social England*, V, 495.
52. Watson, 548.
53. Traill, *Social England*, V, 499.
54. Wright, Raymond, *Prose of the Romantic Period*, 41.
55. *Ibid.*; Markun, 232.
56. Austen, Jane, *Mansfield Park*, cap. XXI.
57. Em Fruman, *Coleridge, the Damaged Archangel*, 372.
58. Burke, Thomas, *English Night Life*, 103.
59. *EB*, XX, 478d.
60. Mantzius, Karl, *History of Theatrical Art*, VI, 30.
61. Burke, *Night Life*, 84; Mantzius, VI, 56.
62. Mantzius, VI, 79.
63. Burke, 81.
64. *EB*, XIII, 263.
65. Mantzius, VI, 94.
66. Halévy, 8.
67. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 84.

CAPÍTULO XVII

1. No Victoria e Albert Museum.
2. *Ibid.*
3. *EB*, VIII, 280d.
4. Plumb, *The First Four Georges*, 164.
5. Hirsh, *The World of Turner*, 56.
6. Mistler, *Napoléon et l'Empire*, I, 234.
7. *EB*, X, 419.
8. *Pelican Guide to English Literature*, V. 258.
9. *New York Evening Post*, 13 de abril de 1918.
10. Russell, A. G., *The Engravings of William Blake*, pranchas 6-7.
11. Hirsh, 123.
12. G. W. Thornbury, em Hirsh, 17. Esta seção é especialmente devida a Diana Hirsh, *The World of Turner*.
13. *EB*, XXII, 412d.
14. Hirsh, 7.
15. *Ibid.*, 169.
16. *EB*, XXII, 413.
17. Hirsh, 175.

CAPÍTULO XVIII

1. Wolf, A., *History of Science, Technology and Philosophy in the 18th Century*, 197.
2. Williams, H. S., *History of Science*, III, 216.
3. Garrison, *History of Medicine*, 350.
4. Moore, F. J., *History of Chemistry*, 68.
5. *Ibid.*, 69.
6. Williams, H. S., III, 234.
7. *EB*, VII, 109b.
8. Em Osborn, H. F., *From the Greeks to Darwin*, 146.
9. Sedgwick e Tyler, *Short History of Science*, 426.
10. Garrison, 375.

CAPÍTULO XIX

1. *EB*, XVII, 376.
2. Paine, Thomas, *The Age of Reason*, Parte II, prefácio.
3. *Ibid.*, 5.
4. 6.
5. 9.
6. *Ibid.*
7. 30.
8. 74.
9. William Paley, *Natural Theology*, em Wright, R., *Prose of the Romantic Period*, 74, 73.
10. *EB*, XVII, 175a.
11. Hazlitt, *Lectures on the English Poets* e *The Spirit of the Age*, 183.
12. *Ibid.*
13. Godwin, *Enquiry Concerning Political Justice*, Livro IV, cap. I.
14. *Ibid.*, VI, II.
15. IV, VII.
16. IV, VIII.
17. IV, XI.
18. IV, V.
19. XV.
20. VIII, VIII.
21. I, IV.
22. I, III.
23. VIII, V.
24. VIII, II.
25. II, V.
26. I, III.
27. V, XI; III, VII; VIII, II.
28. VIII, II.
29. IV, IV.
30. I, IV.
31. XV, XVI.
32. *EB*, X, 519d.
33. Malthus, *Essay on the Principle of Population*, 4.
34. *Ibid.*, 7, 12, 86.
35. 26-31; Heilbroner, 85.
36. Malthus, 49.
37. *Ibid.*, 51.
38. Malthus, *Second Essay on Population*, 98.
39. *Ibid.*, 101.
40. Heilbroner, 85.
41. *Ibid.*, 71.
42. Hazlitt, *Spirit of the Age*, 276.
43. R. K. Wilson en Dicey, *Law and Opinion*, 133.
44. Bentham, *Anarchical Fallacies*, em *Encyclopedia of Philosophy*, I, 284c.
45. Benn, Alfred, *History of English Rationalism*, I, 295.
46. *Ibid.*, 297.
47. Bentham, *Fragment on Government*, 3, 56.
48. Bentham, *Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, 102-3.
49. Bentham, *Works*, X, 73, em Dicey, 133.
50. *EB*, XI, 913b.
51. Helvétius, *De l'Esprit*, 6, 17.
52. Levítico xix, 18.

CAPÍTULO XX

1. Austen, Jane, *Mansfield Park*, em *Complete Novels*, 733.
2. *Pride and Prejudice*, 242.
3. Margoliouth, H. M., *William Blake*, 3; *EB*, III, 755d.
4. *EB*, III, 755d.
5. Blake, "Jerusalem", em *Selected Poems*, 277.
6. Blake, *Poems and Prophecies*, 392.
7. Margoliouth, 7.
8. *EB*, 756b.
9. Margoliouth, 63.
10. Blake, *Poems and Prophecies*, 289.

CAPÍTULO XXI

1. "To a Butterfly".
2. Moorman, Mary, *William Wordsworth: The Early Years*, 71.
3. *Ibid.*, 150.
4. 153.
5. Wordsworth, *The Prelude*, Livro IX, em *Poems*, 297.
6. Moorman, *Early Years*, 201.
7. *The Prelude*, XI, em *Poems*, 311.
8. *Ibid.*, X, em *Poems*, 305.
9. Moorman, *Early Years*, 13, 171; Bateson, F. W., *Wordsworth: A Re-interpretation*, 186.
10. "Tintern Abbey", linhas 118-19.
11. Moorman, *Early Years*, 288.
12. Carta a Thomas Poole, em Coleridge, *Selected Poetry and Prose*, 528-29.
13. Thornton, J. C., *Table Talk*, 171.
14. Gilman, James, *Life of Coleridge*, 20-21, em Fruman, *Coleridge, the Damaged Archangel*, 65.
15. Carta de outubro de 1791, em Coleridge, *Selected Poetry and Prose*, 534-37.
16. *Ibid.*, 143.
17. Colmer, John, *Coleridge Critic of Society*, 112.
18. Em White, R. J., *Political Tracts of Wordsworth, Coleridge, and Shelley*, p. *xxxii*.
19. Coleridge, *Letters*, I, 221 e 224, em Lowes, J. L., *The Road to Xanadu*, 600.
20. Em Moorman, *Early Years*, 317.
21. *The Prelude*, XIV, em Wordsworth, *Complete Poems*, 331.
22. Gardner, Martin, ed., *The Annotated Ancient Mariner*, 16.
23. Wordsworth, Dorothy, *Journals*, 4-6.
24. Moorman, *Early Years*, 373.
25. Coleridge, *Biographia Literaria*, 147.
26. Wordsworth e Coleridge, *Lyrical Ballads*, 3.
27. Gardner, 172.
28. *Lyrical Ballads*, p. 95, linha 294.
29. *Ibid.*, p. 113, linhas 36-49.
30. Linhas 88-112.
31. Linhas 133-42.
32. Gardner, 24; Winwar, *Farewell the Banner*, 265.
33. *Lyrical Ballads*, apêndice, p. 173.
34. Carta a John Wilson, junho de 1805, Bateson, 175.
35. Carta de 25 de março de 1801, em *Selected Poetry and Prose*, 591.
36. Dorothy Wordsworth, o diário de Grasmere, 9-20 de junho de 1800; 13-18 de maio e 3 de julho de 1802.
37. Diário, 20 de junho de 1800.
38. *Complete Poems*, 166.
39. Diário, 19 de junho de 1802.
40. *Ibid.*, 25 de junho de 1800.
41. 1º de fevereiro de 1802.
42. 10 de junho de 1800.
43. 11 de dezembro de 1801.
44. 12 de dezembro de 1801.
45. 22 de dezembro de 1801.
46. Moorman, *William Wordsworth: The Later Years*, 29n.
47. Diário, 1º de setembro de 1800.
48. *Ibid.*, 4 de novembro de 1800.
49. Moorman, *Early Years*, 520.
50. *Complete Poems*, 173.
51. Moorman, *Early Years*, 573.
52. *Ibid.*
53. *Journals*, 57.
54. Colmer, *Coleridge Critic of Society*, 55.
55. *Ibid.*, 78n.
56. Fruman, 264.
57. Coleridge, *Selected Poetry and Prose*, 115.
58. Agendas, nota 1214, em Fruman, 377.
59. *Ibid.*, 380.
60. Fruman, 26-58.
61. Moorman, *Early Years*, 612.
62. Agendas, nota 2091, em Fruman, 431.
63. Moorman, *Later Years*, 87.
64. Gardner, 26.
65. Moorman, *Later Years*, 165.
66. *Ibid.*
67. 195.
68. Robinson, Henry Crabb, *Diary*, I, 207-12.

69. Winwar, 330.
70. *Ibid.*
71. Carta a Wordsworth, 10 de maio de 1815.
72. White, R. J., 15-16.
73. Coleridge, *Selected Poetry and Prose*, 497.
74. White, R.J., 8.
75. *Ibid.*, 17-18, 11-12.
76. 60.
77. 77, 102.
78. Coleridge, *Selected Poetry and Prose*, 140.
79. White, R.J., 108.
80. *Ibid.*, 83-85; Mill, J. S., *On Bentham and Coleridge*, 96.
81. White, R.J.,93.
82. Coleridge em Benn, *History of English Rationalism*, I, 249.
83. White, R.J., 85.
84. *Biographia Literaria*, cap. IX, p. 70.
85. Fruman, 70-71, 81, 101 etc.
86. *Biographia*, 72, 74.
87. *Ibid.*, cap. XXII, p. 236.
88. Moorman, *Later Years*, 186.
89. *Pelican Guide to English Literature*, V, 154.
90. Moorman, *Later Years*, 55.
91. *EB*, XXIII, 678d.
92. Moorman, *Later Years*, 260.
93. Hazlitt, *Spirit of the Age*, 256-57.
94. Moorman, *Later Years*, 181.
95. Thornton, *Table Talk*, 211.
96. Moorman, *Later Years*, 314-15n.
97. Winwar, 328.
98. Coleridge, *Selected Poetry and Prose*, 671.
99. Thornton, 177, 145.
100. Colmer, John, *Coleridge Critic of Society*, 157.
101. Benn, I, 285.
102. Coleridge, *Selected Poetry and Prose*, 469.
103. De Quincey, *Collected Writings*, I, 77, em Fruman, 84.
104. Thornton, 255.
105. Gardner, 33.
106. Wright, R., *Prose of the Romantic Period*, 26.
107. Hazlitt, *Lectures on the English Poets*, 163.
108. Moorman, *Later Years*, 580-81.
109. *Ibid.*, 115.
110. 36.
111. Wright, 35.
112. *NCMH*, IX, 109.
113. Moorman, *Later Years*, 239.
114. Marchand, L. A., *Byron*, I, 412.
115. *Ibid.*, 421.
116. Hazlitt, *Spirit of the Age*, 258.
117. Moorman, *Later Years*, 292, 452.
118. Wright, 50.

CAPÍTULO XXII

1. Marchand, *Byron*, I, 4.
2. Byron, *Childe Harold's Pilgrimage*, Canto IV, linha 10.
3. Marchand, I, 36.
4. *Ibid.*, 94.
5. *EB*, IV, 509c.
6. Byron, *English Bards and Scotch Reviewers*, I, 205; III, 98.
7. Marchand, I, 235.
8. Byron, *Works*, 205, nota I; Marchand, I, 238.
9. *Ibid.*, 263.
10. 286.
11. 401.
12. *Works*, p. *xxii*.
13. Marchand, I, 437.
14. *Ibid.*, 360.
15. 334.
16. 333.
17. 360
18. Mayne, *Life and Letters of Anna Isabella, Lady Noel Byron*, 48-49.
19. *EB*, IV, 510a.
20. Marchand, I, 403.
21. *Ibid.*, 446.
22. 429.
23. 465-69.
24. II, 479, 485.
25. 479.
26. Mayne, 154.
27. Marchand, II, 510.
28. Mayne, 161; Marchand, II, 510.
29. Mayne, 161.
30. *Ibid.*, 162.
31. Mayne, 165; Marchand, II, 513.
32. Marchand, II, 527.
33. *Ibid.*, 547.
34. Mayne, 190; Marchand, II, 544.
35. Marchand, II, 549.
36. *Ibid.*, 551-52.
37. 555.
38. 556
39. 563; Mayne, 203.
40. Marchand, II, 570.

41. Mayne, 209; Marchand, II, 572.
42. Marchand, II, 576-77.
43. Dowden, *Life of Shelley*, I, 4n.
44. Cameron, *The Young Shelley*, 3.
45. Em Hancock, A. E., *The French Revolution and the English Poets*, 53.
46. Byron, Carta a Hogg, de janeiro de 1811, em Cameron, 15.
47. *Ibid.*, 125.
48. Dowden, I, 73.
49. T. J. Hogg, *Life of Shelley*, em Dowden, I, 45-46.
50. Dowden, I, 118; Cameron, 24.
51. Cameron, 91.
52. 93.
53. Dowden, I, 175.
54. Cameron, 102.
55. *Ibid.*, 97.
56. Dowden, I, 211.
57. *Ibid.*, 215.
58. 218.
59. 260-61.
60. Shelley, *Poems*, nota a *Queen Mab*, em *Complete Poems of Keats and Shelley*, Part II, 853.
61. *Queen Mab*, Canto III, linha 33.
62. *Ibid.*, linhas 174-77.
63. V, linhas 79, 177, 189.
64. VII, linha 13.
65. VIII, linhas 106-60.
66. Cameron, 274.
67. Dowden, I, 287.
68. Mrs. Shelley, em Shelley, *Poems (Complete Poems of Keats and Shelley*, parte II, p. *v)*.
69. Dowden, I, 258.
70. Wright, R., *Prose Works of the Romantic Period*, 138-39.
71. Em Cameron, 229.
72. Shelley, *Lost Letters to Harriet*, 22.
73. T. L. Peacock, *Memoirs of Shelley*, 336, em Dowden, I, 433.
74. Dowden, I, 424.
75. 425, 429.
76. Shelley, *Letters*, ed. F. L. Jones, I, 389.
77. *Ibid.*, 421.
78. 391.
79. Marchand, II, 630.
80. Brandes, G., *Main Currents*, IV, 303.
81. Dowden, II, 30.
82. Brandes, IV, 214.
83. Shelley, *Poems*, 570.
84. Brandes, IV, 319.
85. Marchand, II, 699.
86. *Childe Harold's Pilgrimage*, IV, linha 25.
87. Marchand, II, 747.
88. *Ibid.*, 681, 740.
89. *Prometheus Unbound*, Ato II, linha 305.
90. *Ibid.*, I, 144.
91. II, 523.
92. *Poems*, 616.
93. *Ibid.*, 464-77.
94. Dowden, II, 381.
95. *Ibid.*, 411.
96. *Adonais*, linhas 151-52.
97. Stanzas lii, liii, lv.
98. Keats, "Ode to a Nightingale".
99. Dowden, II, 235; Marchand, II, 757; *Childe Harold's Pilgrimage*, IV, linhas 172-84.
100. Marchand, II, 772.
101. Brandes, IV, 325.
102. Em Hirsh, *The World of Turner*, 109.
103. Marchand, II, 816.
104. Eckermann, J. P., *Conversations with Goethe*, 261.
105. Marchand, II, 905.
106. Shelley, *Letters*, II, 316.
107. Marchand, III, 949.
108. Byron, carta de 10 de novembro de 1813, em Marchand, I, 420.
109. Em Arnold, Matthew, *Essays in Criticism*, 375.
110. *Childe Harold*, I, linha 29.
111. Marchand, I, 308; III, 1104, 1108.
112. *Ibid.*, II, 937.
113. 955.
114. III, 1126-27.
115. *Childe Harold*, III, linha 55.
116. *Ibid.*, VIII, linhas 50-51.
117. Marchand, II, 917.
118. Guiccioli, Countess, *My Recollections of Lord Byron*.
119. Eckermann, 265.
120. Dowden, II, 389.
121. *Ibid.*, 233.
122. Marchand, III, 1018.
123. Dowden, II, 377.
124. Notas de *Prometheus Unbound*, em *Poems*, 295.
125. White, R. J., *Political Tracts of Wordsworth, Coleridge, and Shelley*, 227.
126. *Ibid.*, 236-39.
127. 214.
128. 243.
129. 230-31.
130. 245, 235.

131. *Declaration of Rights*, No. 18, em Woods, Watt, e Anderson, *The Literature of England*, II, 319.
132. White, R. J., 247-49.
133. "Defence of Poetry", em White, R. J., 206.
134. Shelley, *Poems*, 227.
135. Em Dowden, II, 384.
136. "Defence of Poetry", em White, R. J., 205.
137. *Ibid.*, 204.
138. Cameron, *The Young Shelley*, 119.
139. Dowden, II, 459.
140. *Ibid.*, 452.
141. 504.
142. Mrs. Shelley, Notas sobre Poemas de 1822, em Shelley, *Poems*, 716.
143. Dowden, II, 510, 513.
144. *Ibid.*, 507.
145. 518.
146. Prefácio de Mrs. Shelley para a ed. de 1839, *Poems*, p. *viii*.
147. Marchand, III, 1018.
148. Dowden, II, 529.
149. Marchand, III, 1023.
150. *Ibid.*, 1052.
151. *Ibid.*
152. 1074.
153. 1147.
154. 1212.
155. 1217, 1224.
156. 1232-33
157. 1246.
158. 1261.
159. Maurois, *Byron*, 547.
160. Mayne, *Life of... Lady Byron*, 240.
161. Maurois, 546.
162. Marchand, III, 1243n.
163. Maurois, 554.
164. Marchand, III, 1245.

CAPÍTULO XXIII

1. Halévy, *History of the English People in 1815*, 103: EB, XX 56b.
2. Scott, Walter, *The Heart of Midlothian*, 106-7.
3. Halévy, 469.
4. *Ibid.*, 482.
5. Sobre Reid ver *Rousseau e a Revolução*, 764; sobre Hartley ver *A Era de Voltaire* 581.
6. Wright, R., *Prose of the Romantic Period*, 86.
7. Scott, *Poems*, 114.
8. Leslie Stephen em Benn, *History of English Rationalism*, I, 312.
9. Moorman, *William Wordsworth: The Later Years*, 463.
10. Ver Longford, *Wellington*, 30n.
11. Watson, *Reign of George III*, 388.
12. *Ibid.*
13. Cameron, *The Young Shelley*, 158.
14. Halévy, 419.
15. Lecky, *History of England in the 18th Century*, VII, 394ss; Rosebery, Lord, *Pitt*, 189, 193.
16. Petersen, H., *Treasury of the World's Great Speeches*, 311.

CAPÍTULO XXIV

1. Green, J. R., *Short History of the English People*, III, 1750.
2. Hawkins, Sir John, *Life of Samuel Johnson*, 198.
3. Petersen, 240.
4. *Ibid.*, 241.
5. Morley, John, *Burke*, em *Biographical Studies*, 15.
6. *Ibid.*, 87.
7. Carta a T. Allsop.
8. Paine, Thomas, *The Rights of Man*, 135.
9. Green, J. R., III, 1764.
10. *CMH*, VIII, 300.
11. *Ibid.*, 304.
12. Southey, *Life of Nelson*, 42.
13. *Ibid.*, 169.
14. Bowen, Marjorie, *Patriotic Lady: Emma, Lady Hamilton*, 143.
15. Howarth, David, *Trafalgar*, 31.
16. Southey, *Nelson*, 140, 322-23.
17. De uma cópia da coleção de Sir Douglas Fairbanks. O original está no museu Britânico.
18. Nelson, *Letters*, 462.
19. Howarth, *Trafalgar*, 132.
20. Southey, *Nelson*, 274.
21. Howarth, 209-10.
22. *Ibid.*, 239.
23. Lefebvre, *Napoleon*, II, 131

CAPÍTULO XXV

1. *CMH*, VIII, 783.
2. Stephens, H. M., *The Story of Portugal*, 385.
3. *Ibid.*, 395.

4. Borrow, George, *The Bible in Spain*, 211.
5. Caulaincourt, *With Napoleon in Russia*, 307.
6. Byron, *Childe Harold's Pilgrimage*, I, linha 33.
7. Altamira, R., *History of Spanish Civilization*, 177-79.
8. Marchand, *Byron*, I, 194.
9. Borrow, 330-31.
10. Sorel, Albert, *Europe and the French Revolution*, I, 364.
11. Altamira, *Spanish Civilization*, 177.
12. Altamira, *History of Spain*, 536b.
13. Longford, Elizabeth, *Wellington: The Years of the Sword*, 17.
14. *Ibid.*, 16.
15. 19.
16. *EB*, XXIII, 395b.
17. Longford, 120.
18. Wingfield-Stratford, Esme, *History of British Civilization*, 853.
19. Marx e Engels, *The Revolution in Spain*, 8.
20. *Ibid.*, 30-31.
21. *CMH*, IX, 449.
22. Lefebvre, *Napoleon*, II, 95
23. *Ibid.*, 94.
24. Longford, 290.

CAPÍTULO XXVI

1. Sorel, Albert, *Europe and the French Revolution*, I, 382.
2. *Ibid.*, 381.
3. McCabe, Joseph, *Crises in the History of the Papacy*, 17.
4. *CMH*, VIII, 778.
5. McCabe, *Crises*, 370.
6. Southey, *Life of Nelson*, 225-28.
7. Méneval, *Memoirs*, II, 493.
8. Bertrand, H., *Napoleon at St. Helena*, 41.
9. Lefebvre, *Napoleon*, II, 221-22; *CMH*, IX, 404-6; *EB*, XV, 1182.
10. *EB*, XVII, 247b.
11. Madelin, *Consulate and Empire*, 211.
12. *Ibid.*, 313.
13. Taine, *Modern Regime*, II, II.
14. Madelin, 381.
15. McCabe, *Crises*, 386.
16. Phillips, C. S., *The Church in France*, 149.
17. *CMH*, IX, 402.
18. Herold, ed., *Mind of Napoleon*, 110
19. McCabe, *Crises*, 388.
20. *Ibid.*, 389.
21. Marchand, *Byron*, II, 679.
22. Rémusat, 259.
23. Staël, Mme. de, *Corinne*, 22.
24. McCabe, 388.
25. Mais sobre Alfieri em *Rousseau e a Revolução*, 336-40.
26. Marchand, II, 818.
27. Canova, Antonio, *Works*, editado por Condessa Albruzzi e Conde Cicognara, pranchas 70-71.
28. *EB*, IV, 800c.
29. Canova, II, 3.
30. Balcarres, Lord, *Evolution of Italian Sculpture*, 340.
31. Byron, *Childe Harold's Pilgrimage*, IV, linha 55.
32. *EB*, XVI, 246b.
33. Bourrienne, II, 381.
34. Las Cases, III, 255.

CAPÍTULO XXVII

1. *EB*, X, 311a.
2. Brion, Marcel, *Daily Life in the Vienna of Mozart and Schubert*, 37; Rémusat, 309; Fouché, *Memoirs*, I, 343.
3. Palmer, Alan, *Metternich*, 11.
4. *Ibid.*, 36.
5. Palmer, *Metternich*, 48.
6. Vandal, *Napoléon et Alexandre*, III, 14.
7. Brion, 237.
8. *Ibid.*, 228.
9. Graetz, H., *History of the Jews*, V, 414.
10. Brion, 239.
11. Staël, Mme. de, *Germany*. I, 64.
12. Thayer, *Life of Ludwig van Beethoven*, I, 253.
13. *Ibid.*, 183.
14. Brion, 90.
15. Staël, Mme de, *Germany*, I, 67

CAPÍTULO XXVIII

1. Thayer, A. W., *Life of Ludwig van Beethoven*, I, 57.
2. Brockway e Weinstock, *Men of Music*, 166.
3. Beethoven: *Letters*, traduzidas e editadas por Emily Anderson, I, 4.
4. *EB*, 14ª ed., III, 317
5. Thayer, I, 253
6. *Ibid.*, 90.

7. 149.
8. *Letters*, I, 6.
9. *Grove's Dictionary of Music and Musicians*, I, 265c.
10. Thayer, I, 175.
11. *Grove's*, I, 266c.
12. Thayer, I, 186.
13. *Ibid.*, 191.
14. *Grove's*, I, 276d.
15. *Ibid.*
16. *Letters*, I, 58.
17. *Ibid.*, 292.
18. Noli, Bispo. F. S., *Beethoven and the French Revolution*, 36ss.
19. *Grove's*, I, 267b.
20. Carta a Zmeskal em Noli, 34.
21. Thayer, I, 241, 246-47; *Grove's*, I, 268c.
22. *Letters*, I.
23. Thayer, I, 352-54.
24. Cartas, I, 65.
25. Kerst, F., *Beethoven in His Own Words*, 45.
26. *Letters*, I, 73.
27. Thayer, II, 24.
28. *Grove's*, I, 282d.
29. *Ibid.*, 268b.
30. Thayer, II, 43.
31. *Ibid.*, I, 253.
32. *Letters*, I, 131.
33. *Ibid.*, 163.
34. 219.
35. Thayer, I, 326-27
36. *Ibid.*, II, 146.
37. *Ibid.*, 187-89.
38. 223.
39. 227.
40. 224. Thayer reprova a história com falsos louvores: "A história deve se basear em alguma verdade."
41. 224-26.
42. 364.
43. Carta de 23 de janeiro de 1823.
44. Láng, Paul Henry, *Music in Western Civilization*, 769.
45. D. F. Tovey em *EB*, 14ª ed., III, 321b.
46. Thayer, III, 164.
47. *Ibid.*, 164-67.
48. Sullivan, J. W. N., *Beethoven: His Spiritual Development*, 232-39.
49. *Grove's*, I, 300c.
50. Thayer, III, 285.
51. *Letters*, III, 1339.
52. *Ibid.*, 1342.
53. Thayer, III, 307
54. *Ibid.*, 306.
55. *Grove's*, I, 371d.

CAPÍTULO XXIX

1. Treitschke, Heinrich von, *History of Germany in the 19th Century*, I, 119.
2. Sorel, Albert, *Europe and the French Revolution*, I, 120.
3. Fisher, H. A. L., *Studies in Napoleonic Statesmanship: Germany*, 7.
4. *Ibid.*, 120.
5. 196.
6. 268.
7. 53-59.
8. Treitschke, 55.
9. *Ibid.*, 65.
10. Em Fisher, H. A. L., 35.
11. Gooch, G. P., *Germany and The French Revolution*, 369.
12. *Ibid.*, 518.
13. Seeley, J. R., *Life and Times of Stein*, I, 128; Sorel, Albert, 480.
14. Treitschke, 187.
15. *Ibid.*, 307, 321.
16. Seeley, I, 203.
17. *Ibid.*, 285-97.
18. 425.

CAPÍTULO XXX

1. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 84.
2. *EB*, XII, 213d.
3. Fisher, H. A. L., *Studies in Napoleonic Statesmanship: Germany*, 13-14.
4. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 306.
5. Fisher, 13.
6. Carlyle, *Critical and Miscellaneous Essays*, II, 59.
7. Fisher, 313, 330.
8. Graetz, *History of the Jews*, V, 405.
9. Em algum lugar em Walt Whitman.
10. Gooch, *Germany and the French Revolution*, 363-64.
11. *Ibid.*, 388.
12. Ver abaixo, cap. XXXII, Seção I, 3.
13. Paulsen, Friedrich, *German Education*, 117.
14. Fisher, 283.
15. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 116.
16. Gooch, 107.
17. Treitschke, 392.
18. Bell, E. T., *Men of Mathematics*, 219.
19. *Ibid.*, 220.

20. *EB*, X, 35b.
21. Bell, E. T., 220.
22. *EB*, XI, 831d.
23. Humboldt, Alexander von, *Cosmos*, prefácio, *ix*.
24. Thayer, *Beethoven*, I, 196.
25. *Grove's Dictionary of Music and Musicians*, I, 563n.
26. *Ibid*., 565.
27. 635.
28. 656.
29. Mantzius, *History of Theatrical Art*, pp. *vi*, 234.
30. *Ibid*., 327.
31. *EB*, XIII, 399b.
32. Francke, Kuno, *A History of German Literature*, 469.
33. *Ibid*., 470.

CAPÍTULO XXXI

1. Treitschke, 137.
2. Gooch, *Germany and the French Revolution*, 40.
3. Brandes, *Main Currents*, IV, 26.
4. Gooch, 145.
5. *Ibid*., 143.
6. 152.
7. Schiller, *Don Carlos*, Ato III, Cena 6.
8. Gooch, 214.
9. *Ibid*., 206.
10. Treitschke, 230.
11. Brandes, IV, 35.
12. Marchand, *Byron*, II, 883.
13. Brandes, 24
14. Gooch, 248-49.
15. Em Carlyle, *Critical Essays*, II, 119.
16. Gooch, 240.
17. *Rousseau e a Revolução*, 572 ss.
18. Em Francke, 416-17.
19. *Ibid*., 418.
20. Pascal, Roy, *The German Novel*, 30.
21. *Rousseau e a Revolução*, 519.
22. Francke, 420.
23. Brandes, IV, 69.
24. *Ibid*., 91.
25. *Ibid*.; Herold, *Mistress to an Age*, 271.
26. Brandes, 91.
27. *Ibid*., 54.
28. William Hazlitt, citado por Francke, 151.
29. Brandes, 89.
30. Friedrich Schlegel, *Gespräche über Poesie*, 274, em Lewes, G. H., *Life of Goethe*, II, 216s.

CAPÍTULO XXXII

1. *EB*, XX, 16d.
2. Adamson, Robert, *Fichte*, 15.
3. Lost em Whitman.
4. Gooch, *Germany and the French Revolution*, 284-85.
5. Ver *Rousseau e a Revolução*, 588.
6. Gooch, 290.
7. *Ibid.*
8. 291.
9. Adamson, 184; Höffding, *History of Modern Philosophy*, II, 157.
10. Adamson, 186-88.
11. Fichte, *Science of Knowledge*, pp. *xv* e 187.
12. Adamson, 178, 204-5.
13. *Ibid*., 56-63; Brandes, *Main Currents*, IV, 88-89.
14. *Ibid.*
15. Adamson, 77; Gooch, 293.
16. Fichte, *The Vocation of Man*, 157-60.
17. Fichte, *Addresses to the German Nation*, 163.
18. *Ibid*., 28-29.
19. 27.
20. *xvi, xxvii*.
21. 165.
22. Adamson, 102.
23. Höffding, *History of Modern Philosophy*, II, 163.
24. Em Brandes, 82, citando Plitt, *Aus Schellings Leben*, I, 282.
25. Schelling, *Of Human Freedom*, 21-23
26. Schelling, *The Ages of the World*, 76.
27. *Of Human Freedom*, 26.
28. Cf. Hirsch, E. D., *Wordsworth and Schelling, passim*.
29. Coleridge, *Biographia Literaria*, I, 104.
30. Schelling, *The Ages of the World*, introd. de Frederick Bolman, 8n.
31. Schopenhauer, *The World as Will and Idea*, II, 22.
32. Caird, Edward, *Hegel*, 31.
33. Kaufman, Walter, *Hegel: Reinterpretation, Texts and Commentary*, 61.
34. Caird, 46.
35. Hegel, *The Philosophy of Georg Wilhelm Hegel*, ed. Carl Friedrich, 526, 532, 539.
36. Weidman, Franz, *Hegel*, 38, citando *Briefe*, de Hegel, I, 120; cf. Caird, 66.
37. Weidman, 64.
38. Hegel, *Philosophy*, 414.
39. *Ibid*., 402.

40. Findlay, J. N., *Hegel: A Re-examination*, 96.
41. Hegel, *Philosophy of History*, 23.
42. *Ibid.*, 26
43. Caird, 153.
44. Findlay, 131, 142.
45. Em Caird, 195.
46. *EB*, XI, 300b.
47. Weidman, 76.
48. Hegel, *Philosophy of Right*, prefácio, 3.
49. *Ibid.*, 5.
50. 6.
51. Nos. 162-63.
52. No. 170.
53. No. 166.
54. No. 174.
55. No. 270.
56. Weidman, 83, citando Rudolf Haym, *Hegel und seine Zeit*, 413ss.
57. Hegel, *Philosophy of Right*, No. 260.
58. *Ibid.*, No. 278.
59. No. 281.
60. No. 273, 280.
61. No. 273.
62. *Ibid.*, prefácio, 4a.
63. Hegel, *Philosophy of History*, 9
64. *Ibid.*, 15.
65. 30.
66. 26.
67. 446.
68. 456.
69. Hegel, *History of Philosophy*, em Hegel, *Philosophy*, 168.
70. *Philosophy of History*, 50.
71. *Ibid.*
72. 17.
73. 49.
74. *History of Philosophy*, em Hegel, *Philosophy*, 162.
75. Weidman, 81; Stace, W. T., *The Philosophy of Hegel*, 31.
76. Weidman, 119.

CAPÍTULO XXXIII

1. Gooch, *Germany and the French Revolution*, 48.
2. *CMH*, IX, 98.
3. *Ibid.*, 106.
4. Staël, Mme. de, *Germany*, I, 80.
5. *NCMH*, IX, 110.
6. Moore, F. J., *History of Chemistry*, 102.
7. Horn, F. W., *History of the Literature of the Scandinavian North*, 388.
8. *CMH*, IX, 46.
9. *Ibid.*, 47.
10. Nosso relato segue *The Great Gamble*, de Dudley Pope.
11. *CMH*, IX, 298.
12. *Ibid.*, 236, 299 ss.
13. Horn, 237.
14. *EB*, XXI, 1082b.
15. *Cambridge History of Poland*, II, 213.
16. Dubnow, S.M., *History of the Jews in Russia and Poland*, I, 298-305; Lefebvre, *Napoleon*, II, 249-51.
17. *NCMH*, IX, 546.

CAPÍTULO XXXIV

1. Talleyrand, *Memoirs*, V, 399.
2. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 330, 310.
3. Lefebvre, *Napoleon*, II, 305.
4. Kornilov, Alexander, *Modern Russian History*, 26.
5. Florinsky, Michael T., *Russia: A History and an Interpretation*, II, 716.
6. Kornilov, 30.
7. Wiener, Leo, *Anthology of Russian Literature*, II, 6.
8. Florinsky, II, 701.
9. Maistre, *Les Soirées de Saint-Pétersbourg*, I, 2, 3.
10. Garrison, *History of Medicine*, 400.
11. Strakhovsky, L., *Alexander I of Russia*, 17; Kornilov, 56.
12. Kornilov, 54.
13. Strakhovsky, 17-19.
14. *Ibid.*, 28.
15. Kornilov, 69.
16. *Ibid.*, 26.
17. 81.
18. 103.
19. Caulaincourt, *With Napoleon in Russia*, 376.
20. Kornilov, 82.
21. *Ibid.*, 100; Florinsky, II, 727.
22. Florinsky, II, 723-27.
23. Dubnow, *History of the Jews in Russia and Poland*, I, 341.
24. *Ibid.*, 312, 317-20; Kornilov, 105-6.
25. Dubnow, I, 315.
26. *Ibid.*, 343; Graetz, IV, 473.
27. Dubnow, I, 352.
28. Gilbert, O. P., *Prince de Ligne*, 143.
29. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 361
30. Pope, *The Great Gamble*, 288.

31. Réau, Louis, *L'Art russe,* 90.
32. *Ibid.*, 113.
33. Fiala, Vladimir, *Russian Painting,* pranchas 11 e 12.
34. *Ibid.*, prancha 13.
35. Staël, Mme. de, *Ten Years' Exile*, 303.
36. Strakhovsky, 51.
37. Kropotkin, Peter, *Ideals and Realities in Russian Literature*, 33.
38. Bruckner, A., *A Literary History of Russia*, 150.
39. Lefebvre, *Napoleon*, I, 201.
40. Kornilov, 128.
41. *EB*, XI, 9c.
42. Kornilov, 131.
43. Lefebvre, II, 269.
44. Vandal, *Napoléon et Alexandre*, III, 58.
45. *Ibid.*, II, 509.
46. Em Treitschke, 45.
47. Méneval, II, 787; Vandal, II, 532.
48. Florinsky, II, 638.

CAPÍTULO XXXV

1. Watson, *The Reign of George III*, 469; Mistler, *Napoléon et l'Empire*, II, 66.
2. Lefebvre, *Napoleon*, II, 179.
3. Vandal, *Napoléon et Alexandre*, III, 26.
4. Lefebvre, II, 109, 123-26.
5. *Ibid.*, 127-28.
6. Mistler, II, 184-89.
7. *Ibid.*, 185.
8. Vandal, III, 139.
9. *Ibid.*, 34, 39, 597.
10. Kornilov, 195.
11. Caulaincourt, *With Napoleon in Russia,* cap. I.
12. Méneval, *Memoirs*, II, 808.
13. Vandal, III, 326.
14. *Ibid.*, 2-4.
15. Kircheisen, *Memoirs of Napoleon I*, 195.
16. Carta de 19 de dezembro de 1811, em *Napoleon*, Cartas, 263; Palmer, Alan, *Napoleon in Russia*, 31.
17. Carta de 20 de dezembro de 1811.
18. Guérard, *French Civilization in the 19th Century,* 76.
19. Édouard Driault, em Geyl, *Napoleon: For and Against*, 311.
20. Caulaincourt, 25.
21. Fouché, *Memoirs*, II, 85s.
22. Cartas de 1º de novembro de 1811, em *Napoleon Letters*, 259-60.
23. Kircheisen, 196.
24. Méneval, III, 894.
25. Taine, *Modern Regime*, 37; Vandal, III, 343.
26. Mistler, II, 202.
27. *Ibid.*, 449.
28. 204.
29. Palmer, Alan, *Napoleon in Russia*, 48.
30. *Letters*, 270 (14 de julho de 1812).
31. Lefebvre, *Napoleon*, II, 314.
32. Herold, ed., *The Mind of Napoleon*, 205.
33. *Letters*, 271.
34. *Ibid.*, nota de J. M. Thompson.
35. Palmer, Alan, *Napoleon in Russia*, 81.
36. Kircheisen, 188.
37. Mistler, II, 207.
38. Palmer, Alan, *Napoleon in Russia*, 113.
39. Testemunho do médico de Napoleão em Mestivier, em Delderfield, *The Retreat from Moscow*, 62.
40. Caulaincourt, 152.
41. Lefebvre, *Napoleon*, II, 3.
42. Caulaincourt, 152.
43. Méneval, III, 859.
44. Strakhovsky, *Alexander I of Russia*, 94.
45. Las Cases, III, 167.
46. *Ibid.*, 172.
47. *EB*, XV, 878c.
48. Delderfield, 82.
49. Caulaincourt, 122; Lefebvre, II, 315.
50. *Letters*, 273.
51. Mistler, II, 210.
52. Méneval, III, 865.
53. Caulaincourt, 132; Kircheisen, 199.
54. Palmer, Alan, *Napoleon in Russia*, 177.
55. Caulaincourt, 41.
56. Méneval, III, 871; Kircheisen, 200.
57. Strakhovsky, 138.
58. Caulaincourt, 192.
59. Méneval, III, 887.
60. *Ibid.*, III, 373; Delderfield, 109-11.
61. Palmer, Alan, *Napoleon in Russia*, 221.
62. *Ibid.*, 222.
63. Méneval, III, 874-78; Caulaincourt, 230; Mistler, II, 212.
64. Caulaincourt, 261.
65. Delderfield, 175.
66. Mistler, II, 215.
67. Caulaincourt, 325.
68. *Bartlett's Familiar Quotations*, 13ª ed., 399.
69. Nota a Bertrand, *Napoleon at St. Helena*, 265.
70. Méneval, III, 888.

CAPÍTULO XXXVI

1. *EB*, XVI, 25ª
2. Strakhovsky, *Alexander I of Russia,* 141.
3. Thiers, *History of the Consulate and the Empire*, VIII, 338.
4. Francke, *History of German Literature,* 492.
5. Thiers, *History of the Consulate and the Empire*, VIII, 435-36.
6. *Ibid.*
7. Caulaincourt, *Memoirs*, II, 213, em Herold, ed., *Mind of Napoleon*, 195.
8. Mistler, *Napoléon et l'Empire*, II, 217.
9. Lefebvre, *Napoleon*, II, 329.
10. Madelin, *Consulate and Empire*, II, 214.
11. *Ibid.*, 217.
12. Mistler, II, 221.
13. *Ibid.*, 221-22; Thiers, IX, 130-40; Las Cases, III, 223-24.
14. Thiers, IX, 155; Mistler, II, 222.
15. Kircheisen, *Memoirs of Napoleon I,* 203; Las Cases, III, 278.
16. Mistler, II, 225a.
17. Thiers, IX, 259.
18. Lefebvre, II, 390; Thiers, IX, 276.
19. Thiers, 283.
20. Madelin, II, 258.
21. *Ibid.*, 266.
22. Méneval, III, 952; Madelin, II, 265; Thiers, IX, 353.
23. Thiers, 365.
24. *Ibid.*, 369.
25. Fain, Agathon, *Memoirs of the Invasion of France by the Allied Armies,* 79-81.
26. Mistler, II, 236.
27. *Ibid.*, 239.
28. Fain, 107.
29. Méneval, III, 244.
30. Thiers, X, 139.
31. Mistler, II, 245ss.
32. Thiers, X, 138.
33. Fain, 271.
34. Bertrand, H., *Napoleon at St. Helena*, 53.
35. Fain, 257.
36. Mistler, II, 249.
37. Mossiker, *Napoleon and Josephine*, 375.
38. Petersen, ed., *Treasury of The World's Great Speeches*, 324.
39. Méneval, III, 1047; Fain, 268.
40. Ortzen, *Imperial Venus,* 157.

CAPÍTULO XXXVII

1. *EB*, XIV, 346d.
2. Thiers, *History of the Consulate and the Empire*, X, 317.
3. *Ibid.*, 443; Lefebvre, *Napoleon*, II, 360.
4. Brion, *Daily Life in the Vienna of Mozart and Schubert*, 173-78.
5. Thiers, XI, 70.
6. *Ibid.*, 160.
7. Mistler, *Napoléon et l'Empire*, II, 251.
8. *Ibid.*, 253; Rose, *Personality of Napoleon*, 230.
9. Mistler, II, 253.
10. Rose, 332; Goodrich, F., *The Court of Napoleon*, 363.
11. Rose, 336.
12. Thiers, XI, 170.
13. *Ibid.*, 172.
14. 173.
15. Mistler, II, 260.
16. Gourgaud, *Journal*, 4 de janeiro de 1817.
17. Thiers, XI, 184.
18. *Ibid.*, 196; Mistler, II, 261.
19. Thiers, XI, 199-201.
20. *Ibid.*, 215.
21. Houssaye, Henri, *La Première Abdication*, 305.
22. Thiers, XI, 235.
23. *Ibid.*, 268.
24. Mistler, II, 267.
25. Lefebvre, II, 363.
26. Thiers, XI, 437-38.
27. Las Cases, IV, 110.
28. Fouché, *Memoirs*, II, 246.
29. Madelin, *Consulate and Empire*, II, 412.
30. Houssaye, *1815: Waterloo*, 17.
31. Las Cases, II, 5.
32. Gourgaud, *Journal*, I, 93.
33. Thiers, XI, 481.
34. Byron, *Childe Harold's Pilgrimage*, III, xxi-xxviii.
35. Houssaye, *1815: Waterloo,* 80-81.
36. Mistler, II, 221.
37. *Ibid.*
38. Houssaye, *1815: Waterloo*, 91.
39. *EB*, XXIII, 286.
40. Longford, *Wellington*, 438.
41. Howarth, *Waterloo,* 52, 55-56.
42. MacLaurin, C., *Post Mortem*, 224-25.
43. Houssaye, *1815: Waterloo*, 255.
44. Mistler, II, 276.
45. Longford, 472.
46. Madelin, II, 457.

47. Howarth, *Waterloo*, 144.
48. Longford, 472.
49. Kircheisen, *Memoirs of Napoleon I*, 223.
50. Houssaye, *1815: Waterloo*, 212.
51. *Ibid.*, 221.
52. Houssaye, *1815: La Seconde Abdication*, 113.
53. Houssaye, *1815: Waterloo*, 216, 224.

CAPÍTULO XXXVIII

1. Kircheisen, *Memoirs of Napoleon I*, 225.
2. Houssaye, *1815: La Seconde Abdication*.
3. Constant, Benjamin, *Mémoirs sur les Cent Jours*, em Houssaye, 40.
4. Carta de 19 de junho, em *Letters*, 307.
5. Houssaye, *1815: La Seconde Abdication*, 10.
6. *Ibid.*, 61; Mistler, II, 282.
7. Houssaye, 199.
8. *Letters*, 308 (25 de junho de 1815).
9. Houssaye, 215, 194.
10. Las Cases, I, 15n.
11. *CMH*, IX, 644.
12. Houssaye, 337-41.
13. *Ibid.*, 160-66.
14. Talleyrand, *Memoirs*, introdução de de Broglie, *x*.
15. *Bartlett's Quotations*, 384.
16. Talleyrand, I, x.
17. Lefebvre, *Napoleon*, II, 367.
18. Houssaye, 561.
19. Mistler, II, 285.
20. Houssaye, 396.
21. De uma cópia do original na Biblioteca Real em Windsor.
22. Las Cases, I, 26.
23. Rosebery, *Napoleon: The Last Phase*, Apêndice I.
24. Thiers, *History of the Consulate and the Empire*, XII, 305.
25. *Ibid.*, 313.

CAPÍTULO XXXIX

1. Kircheisen, *Memoirs of Napoleon I*, 260.
2. Las Cases, I, 262.
3. *Ibid.*, 266n.
4. II, 247; III, 115.
5. Mistler, *Napoléon et l'Empire*, II, 292a; Rosebery, *Napoleon: The Last Phase*, 172.
6. Las Cases, III, 21.
7. *Ibid.*, II, 40; Rosebery, 152.
8. Las Cases, II, 93.
9. Thiers, *History of the Consulate and the Empire*, XII, 334.
10. *Ibid.*, 335.
11. Las Cases, II, 386.
12. *Ibid.*, III, 139.
13. Rosebery, 109.
14. *Ibid.*, 109; Las Cases, III, 158; Thiers, XII, 338.
15. Las Cases, III, 4.
16. *Ibid.*, II, 139, 177; Rosebery, 89.
17. *EB*, II, 536a.
18. Bertrand, H., *Napoleon at St. Helena*, 201.
19. Rosebery, 49, 93.
20. Las Cases, I, 120; II, 322.
21. Rosebery, 53.
22. Mistler, II, 288c; Bertrand, 249, notas.
23. Bertrand, 248.
24. Kircheisen, 224.
25. Rosebery, 180.
26. Kircheisen, 275 (pós-escrito do editor).
27. Gourgaud, *Journal*, 23 de abril de 1816.
28. Gourgaud, I, 415.
29. Rosebery, 175.
30. Kircheisen, 227.
31. *Ibid.*
32. 224.
33. Mistler, II, 8.
34. Herold, *Mind of Napoleon*, 248.
35. *CMH*, IX, 762; Herold, 66.
36. Las Cases, IV, 107.
37. Herold, 66.
38. Las Cases, IV, 75.
39. Gourgaud, II, 75; I, 567-68; III, 315; Las Cases, IV, 74.
40. Las Cases, IV, 78.
41. *Ibid.*, II, 120.
42. Bertrand, 112.
43. Las Cases, I, 236.
44. Thiers, XII, 370.
45. *Ibid.*, 377.
46. Mistler, II, 320.
47. Gourgaud, I, 150, e *passim*.
48. Herold, *Mind of Napoleon*, introd.
49. MacLaurin, *Post Mortem*, 211-14.
50. Bertrand, 130.
51. *Ibid.*, 124.
52. Las Cases, IV, 400.
53. *Ibid.*, 411.
54. Kircheisen, 269.
55. Gibbon, Edward, *Decline and Fall of the Roman Empire*, I, 250.
56. Gourgaud, I, 440.

57. *Ibid.*, II, 437.
58. Bertrand, 125.
59. Gourgaud, II, 405; Rosebery, 191.
60. Gourgaud, II, 431.
61. Thiers, XII, 366.
62. *Ibid.*, 384.
63. Bertrand, 200, 210.
64. Marquis Charles de Montholon, *Histoire de la captivité de Ste.-Hélène*, II, 103, em Herold, *Mind of Napoleon*, 17.
65. Martineau, Gilbert, *Napoleon's St. Helena*, 215.
66. Bertrand, 235; MacLaurin, *Post Mortem*, 215; Rosebery, 240.
67. MacLaurin, 216.

CAPÍTULO XL

1. Horne, R. H., *History of Napoleon*, II, 55.
2. Méneval, III, 1025.
3. *EB*, XV, 1004.
4. Ortzen, *Imperial Venus*, 69, 92.
5. *Ibid.*, 83.
6. *EB*, III, 900b.
7. Thiers, *History of the Consulate and the Empire*, X, 411; Mossiker, *Napoleon and Josephine*, 399.
8. Méneval, III, 1059.
9. Mistler, *Napoléon et l'Empire*, II, 304.
10. Em Geyl, 33.
11. O'Meara, B., *Napoleon in Exile*, 363, 176.
12. Las Cases, III, 179.
13. Em Hutt, M., *Napoleon*, 77.
14. Chateaubriand, *Memoirs*, ed. Baldick, 300.
15. Horne, Apêndice 2.
16. *Ibid.*, 16.
17. Thackeray, "The Second Funeral of Napoleon", em *Roundabout Papers*.

Índice Remissivo

As datas entre parênteses que acompanham os nomes de algumas personalidades correspondem a seu nascimento e morte, exceto se precedidas por *g.* ou *p.*, quando indicam a duração de governos e pontificados. Uma única data precedida por *fl.* (*floruit*) denota o período em que dada personalidade, cujos anos de nascimento e morte nos são desconhecidos, teve grande relevo. As notas de rodapé estão assinaladas por um asterisco e os números em itálico indicam as páginas em que o assunto é tratado mais detalhadamente. Todas as datas são da Era Cristã, a menos que se assinale o contrário.

A

B

C

D

G

H

I

J

O

Q

R

S

U

V

W

Sobre os Autores

WILL DURANT nasceu em North Adams, Estado de Massachusetts, em 1885. Cursou escolas paroquiais católicas em sua cidade natal, em Kearny, Estado de Nova Jersey, e posteriormente a faculdade jesuíta St. Peter's College, de Jersey City, Nova Jersey, bem como a Universidade Colúmbia, em Nova York. Trabalhou um verão como repórter no *Journal*, de Nova York, em 1907, mas, por temperamento, não conseguiu adaptar-se ao trabalho e passou a lecionar (1907-11) Latim, Francês, Inglês e Geometria no Seton Hall College, em South Orange, Nova Jersey. Entrou no seminário no Seton Hall em 1909, saindo dois anos depois por motivos que ele descreveu no seu livro *Transição*. Passou da tranqüila vida de seminarista para os círculos mais radicais de Nova York e tornou-se (1911-13) professor da Ferrer Modern School, onde se fazia uma experiência em educação livre. Em 1912 viajou pela Europa a convite e por conta de Alden Freeman, de quem se tornara amigo, e começou a alargar seus horizontes de cultura.

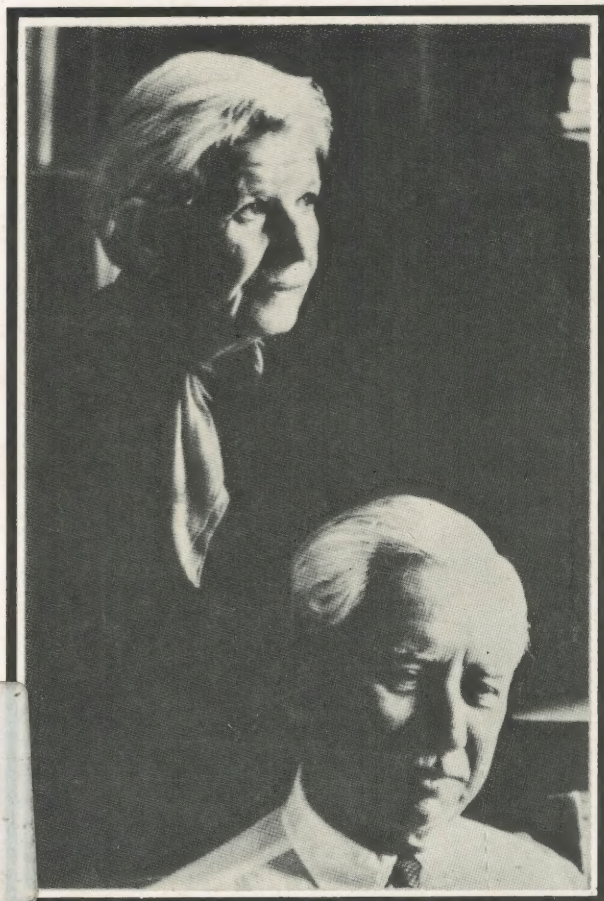
Voltando a Ferrer School, apaixonou-se por uma de suas alunas, demitiu-se do cargo e tomou-a como esposa (1913). Durante quatro anos fez estudos de pós-graduação na Universidade Colúmbia, especializando-se em Biologia e Filosofia. Recebeu o seu Ph.D. em 1917 e lecionou Filosofia um ano em Colúmbia. Em 1914, numa igreja presbiteriana de Nova York, Durant começou a pronunciar palestras bissemanais sobre História, Literatura e Filosofia, que se estenderam por 13 anos e lhe proporcionaram a base inicial para seus trabalhos posteriores.

O inesperado sucesso de *A História da Filosofia* (1926) permitiu-lhe aposentar-se do magistério. Daí em diante, com exceção da publicação de ocasionais ensaios, o casal Durant empregou a maior parte de seu tempo de trabalho (oito a quatorze horas diárias) ao livro *A História da Civilização*. Para se prepararem melhor para a obra, Will Durant e a mulher viajaram pela Europa em 1927, deram a volta ao mundo em 1930, para estudar o Egito, o Oriente Próximo, Índia, China e Japão, e novamente circularam a Terra em 1932, para visitar o Japão, a Manchúria, Sibéria, Rússia européia e Polônia. Essas viagens deram o *background* para o livro *Nossa Herança Oriental* (1935), como primeiro volume de *A História da Civilização*. Várias outras visitas à Europa serviram de preparo para o Volume II, *Nossa Herança Clássica* (1939), e Volume III, *César e Cristo* (1944). Em 1948, seis meses passados na Turquia, Iraque, Irã, Egito e continente europeu forneceram a perspectiva necessária para o Volume IV, *A Idade da Fé* (1950). Em 1951, o casal Durant voltou à Itália para acrescentar um mundo de conhecimentos adquiridos laboriosamente para o preparo e publicação (1953) do Volume V, *A Renascença*; e em 1954, estudos posteriores na Itália, Suíça, Alemanha, França e Inglaterra abriram novas vistas para o Volume VI, *A Reforma* (1957).

A participação da Sra. Durant no preparo desses volumes tornara-se, a cada ano, tão substancial que no caso do Volume VII, *Começa a Idade da Razão*, por justiça, seu nome juntou-se, na página-título, ao do marido como co-autora. O nome Ariel, de sua mulher, foi pela primeira vez usado por Will Durant no seu romance *Transição* (1927) e no seu livro *Mansões de Filosofia* (1929), republicado como *Os Prazeres da Filosofia*.

Com a publicação do Volume XI, *A Era de Napoleão*, os Durant concluíram uma obra que abrangeu mais de quatro décadas de trabalho.

A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

de
WILL e ARIEL DURANT

ISBN 978-0000-17099-6
9 780000 17099
03/2013

XI
A HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO
A ERA DE NAPOLEÃO
WILL e ARIEL DURANT

RECORD
28831/6